

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIV - Nº 066

SEXTA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 1999

BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA		
Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – Bloco – PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i>		3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i> Suplentes de Secretário 1º <i>Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> 2º <i>Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> 3º <i>Jonas Pinheiro – PFL – MT</i> 4º <i>Marluce Pinto – PMDB – RR</i>
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> Vago <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i>		PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> Vago <i>Emilia Fernandes – Bloco – RS</i> Vago <i>Lauro Campos – Bloco – DF</i>
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder <i>Romeu Tuma</i> Vice-Líderes <i>José Roberto Arruda</i> <i>Ramez Tebet</i> LIDERANÇA DO PFL – 21 Líder <i>Hugo Napoleão</i> Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> Vago Vago	LIDERANÇA DO PMDB – 26 Líder <i>Jader Barbalho</i> Vice-Líderes Vago Vago Vago Vago Vago Vago Vago LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO – 14 Líder <i>Marina Silva</i> Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i>	LIDERANÇA DO PSDB – 16 Líder <i>Sérgio Machado</i> Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> Vago Vago Vago LIDERANÇA DO PPB – 3 Líder <i>Leomar Quintanilha</i> Vice-Líder Vago LIDERANÇA DO PTB – 1 Líder <i>Artindo Porto</i>

(1) Reeleitos em 2-4-97

(2) Designação: 16 e 23-11-95

EXPEDIENTE	
<i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudianor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Julio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, n° 31, RISF)

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETO LEGISLATIVO

Nº 32, de 1999, que aprova o texto da Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre a sua Destruição.....	09183

SENADO FEDERAL

2 – RESOLUÇÕES

Nº 13, de 1999, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares norte-americanos) junto ao Banque Paribas, destinada ao financiamento de bens e serviços necessários ao Programa de Reaparelhamento da Marinha.....	09183
Nº 14, de 1999, que autoriza o Estado do Amazonas a contratar operação de crédito, substanciada no Contrato de Abertura de Crédito celebrado com a União, com a interveniência do Banco do Estado do Amazonas S.A. (BEA), da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco Central do Brasil (BACEN), em 13 de novembro de 1998, no valor de até R\$357.000.000,00 (trezentos e cinquenta e sete milhões de reais).....	09184

3 – ATA DA 44ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 29 DE ABRIL DE 1999

3.1 – ABERTURA

3.2 – EXPEDIENTE

3.2.1 – Comunicação da Presidência

Referente ao tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão, que será dedicado a comemorar o Dia do Trabalho, nos termos do Requerimento nº 167, de 1999, de autoria do Senador Ademir Andrade e outros Senadores.....

09185

3.2.2 – Oradores (nos termos do art. 160, I, do Regimento Interno)

Senador Ademir Andrade.....

09185

Senadora Emilia Fernandes.....

09189

Senador Mozarildo Cavalcanti.....

09192

Senadora Maria do Carmo Alves (art. 203, do Regimento Interno).....

09195

3.2.3 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 1999 (nº 1.526/96, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programa-

ção inadequada. As Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação.....

09196

Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1999 (nº 610/95, na Casa de origem), que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....

09210

3.2.4 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 212/99, de 22 do corrente, encaminhando cópia do Acórdão nº 138, de 1999, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, com o resultado da inspeção realizada por aquela Corte, referente à solicitação constante do Requerimento nº 110, de 1996, do Senador Pedro Simon. Ao Arquivo.....

09218

3.2.5 – Leitura de requerimentos

Nº 206, de 1999, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 14

e 17, de 1999, por versarem a mesma matéria. O requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente.....

09218

Nº 207, de 1999, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1999 (nº 249/98 – Complementar, na Casa de origem), que disciplina os limites das despesas com pessoal, na forma do art. 169 da Constituição (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 89, de 1998 – Complementar). O requerimento será votado após a Ordem do Dia.

09219

3.2.6 – Comunicações da Presidência

Término de prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1998 (nº 3.559/97, na Casa de origem), que estabelece, em todo o País, a data de 1º de junho de cada ano para as comemorações do Dia da Imprensa. O projeto será incluído em Ordem do Dia oportunamente.....

09219

Término de prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 46, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que institui a sessão administrativa mensal para deliberar pelas matérias que especifica. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.

09219

3.2.7 – Ofício

S/nº, de 1999, de 29 do corrente, do Líder do PSDB no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.822, de 1999.

09219

3.3 – ORDEM DO DIA

Item 2 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 208, de 1999, lido e aprovado nesta oportunidade).....

09219

Projeto de Resolução nº 49, de 1999, que autoriza o Estado do Amazonas a contratar operação de crédito, consubstanciada no Contrato de Abertura de Crédito celebrado com a União, com a interveniência do Banco do Estado do Amazonas S.A., da Caixa Econômica Federal e do Banco Central do Brasil, em 13 de novembro de 1998, no valor de até R\$357.000.000,00 (trezentos e cinquenta e sete milhões de reais). **Aprovado**, após usarem da palavra o Sr. Bernardo Cabral e a Srª Marina Silva. À Comissão Diretora para redação final.

09220

Redação final do Projeto de Resolução nº 49, de 1999 (**Parecer nº 181, de 1999 – CDIR**). **Aprovada**. À promulgação.

09220

Item 1

Projeto de Resolução nº 48, de 1999, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América) junto ao Banque Paribas, destinada ao financiamento de

bens e serviços necessários ao Programa de Reaparelhamento da Marinha. **Aprovado**, com voto contrário do Sr. Lauro Campos, após usarem da palavra os Srs. Lauro Campos, Luiz Otávio, Edison Lobão, a Srª Marina Silva, os Srs. Lúcio Alcântara, Bernardo Cabral, Romeu Tuma, José Fogaça e Luiz Estevão. À Comissão Diretora para redação final.

09222

Redação final do Projeto de Resolução nº 48, de 1999 (**Parecer nº 182, de 1999 – CDIR**). **Aprovada**. À promulgação.

09227

3.3.1 – Pronunciamentos

(*Em homenagem aos membros da Comunidade Portuguesa e da Língua Portuguesa que se encontram nas Galerias do Plenário, nesta oportunidade.*)

Oradores:

Senador Bernardo Cabral.....

09228

Senador Lúcio Alcântara

09228

Sr. Presidente (Senador Antonio Carlos Magalhães)

09229

3.3.2 – Ordem do Dia (continuação)

Item 3

Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1999 (nº 4/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre a sua Destrução. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Eduardo Suplicy e Lauro Campos. À Comissão Diretora para redação final.

09230

Item 4

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 1997, do Senador Antonio Carlos Valadares e outros, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde, e dá outras providências. **Não houve oradores** no primeiro dia de discussão, em segundo turno.

09250

Item 5

Requerimento nº 161, de 1999, do Senador Paulo Hartung, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 14 e 75, de 1999, por versarem sobre o prazo de renegociação das dívidas dos Estados e do Distrito Federal junto à União. **Aprovado**. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

09250

Item 6

Requerimento nº 162, de 1999, do Senador Artur da Távola, solicitando, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto, de Lei do Senado nº 40, de 1999, de sua autoria, que autoriza o Instituto de Resseguros do Brasil IRB a doar à Sociedade Civil de Amparo ao Me-

nor "A Minha Casa" o imóvel que especifica.
Aprovado. Ao Arquivo. 09250

3.3.3 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1999 (**Parecer nº 183, de 1999 – CDIR**). **Aprovada**, nos termos do Requerimento nº 209, de 1999. À promulgação. 09250

3.3.4 – Comunicação da Presidência

Adiamento da apreciação do Requerimento nº 207, de 1999, lido no Expediente da presente sessão, para a próxima terça-feira, dia 4-5-1999. 09251

3.3.5 – Discurso após a Ordem do Dia

SENADORA EMILIA FERNANDES – Apoio ao posicionamento do Governo do Rio Grande do Sul nas negociações com a Ford, que decidiu pela paralisação da construção de uma fábrica de automóveis naquele Estado. 09251

3.3.6 – Continuação da comemoração ao Dia do Trabalho, nos termos do Requerimento nº 167, de 1999, de autoria do Senador Ademir Andrade e outros Senadores

Oradores:

Senador Eduardo Suplicy 09253
Senador Tião Viana 09255
Senador Luiz Estevão 09258
Senador Arlindo Porto 09261
Senador Casildo Maldaner 09264
Senador Sebastião Rocha 09265
Senador Geraldo Cândido 09267

3.3.7 – Ofício

Nº 656/99, de 29 do corrente, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando a republicação do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, de sua autoria, em razão de incorreção na justificação. Determinada a republicação do projeto, que retorna à Comissão de Assuntos Econômicos. 09267

3.3.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR RONALDO CUNHA LIMA – Apelo ao Senado Federal para providências no sentido de colocar em funcionamento o Conselho de Comunicação Social. 09268

SENADOR PAULO HARTUNG – Apoio à Lei de Responsabilidade Fiscal e à ruptura estrutural que ela representa na gestão fiscal. 09270

SENADOR AMIR LANDO – Reflexão sobre aspectos da política econômica brasileira, assinalando a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento. 09271

3.3.9 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária na próxima terça-feira, dia 4 de maio, às 14 horas e 30 mi-

nutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 09273

3.4 – ENCERRAMENTO

4 – RETIFICAÇÕES

Ata da 40ª Sessão Não-Deliberativa, realizada em 23 de abril de 1999 e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente. 09274

Ata da 43ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 28 de abril de 1999 e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente. 09275

5 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 29-4-1999

6 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal no período de 1º a 30 de abril de 1999. 09277

7 – ATAS DE COMISSÕES

1ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 184, de 1998-CN, destinada a apurar as possíveis irregularidades cometidas pelos institutos de pesquisas no levantamento das intenções de voto relacionadas com o pleito eleitoral do dia 4 de outubro corrente, apresentando sugestões com vistas à total lisura dos próximos, realizada em 15 de dezembro de 1998. 09299

1ª Reunião (extraordinária) da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 184, de 1998-CN, destinada a apurar as possíveis irregularidades cometidas pelos institutos de pesquisas no levantamento das intenções de voto relacionadas com o pleito eleitoral do dia 4 de outubro corrente, apresentando sugestões com vistas à total lisura dos próximos, realizada em 6 de janeiro de 1999. 09300

1ª Reunião (extraordinária) da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura, realizada em 6 de janeiro de 1999. 09310

1ª Reunião (instalação) da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, realizada em 11 de março de 1999. 09339

2ª Reunião (extraordinária) da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, realizada em 18 de março de 1999. 09343

2ª e 3ª Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizadas em 17 e 24 de março de 1999, respectivamente. 09350

1ª a 4ª Reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito criada através do Requerimento nº 118, de 1999, destinada a apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, fatos do conhecimento do Congresso Nacional, e outros divulgados pela imprensa, contendo denúncias concretas a res-

peito da existência de irregularidades praticadas por integrantes de tribunais superiores, de tribunais regionais, e de tribunais de justiça, realizadas em 8, 14, 19 e 20 de abril de 1999, respectivamente.

09405

1ª a 4ª Reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar fatos do conhecimento do Senado Federal, veiculados pela imprensa nacional, envolvendo instituições financeiras, sociedades de crédito, financiamento e investimento que constituem o Sistema Financeiro Nacional, realizadas em 14, 15, 16 e 19 de abril de 1999, respectivamente.

09494

3ªs Reuniões e 1ª Conjunta das Comissões de Serviços de Infra-Estrutura e Fiscalização e Controle (Extraordinárias), realizadas em 6 de abril de 1999.

09636

1ª a 8ª Reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizadas em 10, 16, 23, 24 de março, 6, 13, 20 e 27, de abril do corrente, respectivamente.

09683

8 – EMENDAS

Oferecidas às Medidas Provisórias nºs 1.710-9, 1.718-7, 1.789-4, 1.801-12, 1.802-4, 1.803-4, 1.805-7, 1.806-6, 1.807-3, 1.811-2, 1.812-11 e 1.814-2.

09738

9 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.375, de 1999, referente ao servidor Arnaldo Garcia Parente.

09739

Nº 1.376, de 1999, referente ao servidor Eudo Pereira dos Santos.

09740

Nº 1.377, de 1999, referente ao servidor Paulo Afonso Lustosa de Oliveira.

09741

Nº 1.378, de 1999, referente à servidora Gislayne Gonzaga Machado.

09742

Nº 1.379, de 1999, referente ao servidor Guilherme Fernandes de Souza e Silva.

09743

Nº 1.380, de 1999, referente ao servidor Ilvo Debus.

09744

Nº 1.381, de 1999.

09745

Nº 1.382, de 1999, referente ao servidor José Carlos da Rocha.

09746

Nº 1.383, de 1999, referente à servidora Leila de Carvalho Lima.

09747

Nº 1.384, de 1999, referente ao servidor Américo da Costa Motta Filho.

09748

Apostilas referentes a aposentadorias dos servidores Fernando Thomaz da Costa e Gil Anizio de Souza.

09749

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

(*)DECRETO LEGISLATIVO Nº 32, DE 1999

Aprova o texto da Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre a sua Destruição.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto da Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre a sua Destruição, aberta a assinaturas em Ottawa, em 3 de dezembro de 1997.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de abril de 1999. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

(*) O texto da Convenção acima citado está publicado no **DSF** de 11-3-99.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 1999

Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$500,000,000.00 (quinhentos milhões de dólares norte-americanos) junto ao Banque Paribas, destinada ao financiamento de bens e serviços necessários ao Programa de Reparelhamento da Marinha.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a União autorizada, nos termos do art. 52, V, da Constituição Federal e da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a contratar operação de crédito externo junto ao Banque Paribas.

Parágrafo único. Os recursos referidos neste artigo serão utilizados no financiamento de importações de bens e serviços necessários ao Programa de Reparelhamento da Marinha.

Art. 2º A operação de crédito mencionada no art. 1º apresenta as seguintes características financeiras:

I – valor pretendido: US\$500,000,000.00 (quinhentos milhões de dólares norte-americanos);

II – carência: seis meses;

III – amortização: dez parcelas iguais vencíveis semestralmente para cada desembolso;

IV – juros: Libor semestral mais margem de 0,44% (quarenta e quatro centésimos por cento), vencíveis semestralmente;

V – comissão de administração: até 0,18% (dezoito centésimos por cento) do total do empréstimo, após assinatura dos contratos;

VI – juros de mora: 1% (um por cento) acima da taxa operacional;

VII – despesas gerais: limitadas a 0,1% (um décimo por cento) do valor financiado.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de quinhentos e quarenta dias, contado a partir da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de abril de 1999. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 14, DE 1999

Autoriza o Estado do Amazonas a contratar operação de crédito, consubstanciada no Contrato de Abertura de Crédito celebrado com a União, com a interveniência do Banco do Estado do Amazonas S.A. (BEA), da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco Central do Brasil (Bacen), em 13 de novembro de 1998, no valor de até R\$357.000.000,00 (trezentos e cinquenta e sete milhões de reais).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Amazonas autorizado a contratar operação de crédito, consubstanciada no Contrato de Abertura de Crédito, celebrado com a União, com a interveniência do Banco do Estado do Amazonas S.A. (BEA), da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco Central do Brasil (Bacen), em 13 de novembro de 1998, no valor de até R\$357.000.000,00 (trezentos e cinquenta e sete milhões de reais).

Parágrafo único. A operação de crédito autorizada neste artigo se apoia na Medida Provisória nº 1.702-30, de 27 de outubro de 1998, e na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e seus recursos destinam-se ao saneamento financeiro do BEA e integralização de capital da agência de fomento.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º terá as seguintes condições financeiras:

I – *valor do crédito a ser liberado pela União:* até R\$357.000.000,00 (trezentos e cinquenta e sete milhões de reais), a preços de 30 de setembro de 1998, que serão utilizados exclusiva e obrigatoriamente da seguinte forma:

a) até R\$28.500.000,00 (vinte e oito milhões e quinhentos mil reais), destinados à capitalização do BEA, para recomposição do seu patrimônio líquido;

b) até R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), destinados à constituição de fundos para as contingências fiscais, trabalhistas, cíveis, atuariais e outras superveniências passivas;

c) até R\$253.500.000,00 (duzentos e cinquenta e três milhões e quinhentos mil reais), para a aquisição de ativos do BEA pelo Estado;

d) até R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), destinados à integralização de capital da agência de fomento;

e) os valores das alíneas anteriores serão atualizados pela variação da taxa Selic, divulgada pelo Bacen, de 1º de outubro de 1998, até a data das liberações previstas na Cláusula Segunda do Contrato;

II – *forma de liberação dos recursos:* as liberações dos recursos serão realizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em consonância com o

art. 10 da Medida Provisória nº 1.702-30, de 1998, da seguinte forma:

a) diretamente ao BEA, com relação ao montante destinado à capitalização da instituição, para recomposição patrimonial;

b) diretamente à CEF, com relação à constituição dos fundos;

c) diretamente ao Estado, com relação ao montante destinado à compra de ativos do BEA; e

d) diretamente ao Estado, com relação ao montante destinado à integralização de capital da agência de fomento, sendo condicionada à comprovação da constituição da referida agência e à obtenção das autorizações necessárias ao seu funcionamento;

III – *forma de pagamento:*

a) as parcelas dos recursos liberados serão incorporadas à parcela (P) definida na Cláusula Quarta do Contrato de Refinanciamento, celebrado entre a União e o Estado, em 11 de março de 1998, nas datas em que ocorrerem as liberações, regendo-se esta operação pelas condições daquele instrumento;

b) do saldo devedor do Contrato de Refinanciamento será deduzido o preço inicial das ações, definidos com base no patrimônio líquido apurado após as liberações dos créditos, excetuada a parcela destinada à integralização de capital da agência de fomento, e efetuados os ajustes no BEA;

c) a diferença entre o preço final obtido na venda e o preço inicial das ações do BEA será deduzida ou adicionada à parcela (P) descrita na Cláusula Quarta do Contrato de Refinanciamento;

d) os recursos gerados pelos ativos do BEA adquiridos pelo Estado, incluindo os provenientes de sua alienação, serão obrigatoriamente destinados à amortização do saldo devedor do Contrato de Refinanciamento;

e) o Estado poderá utilizar créditos por ele adquiridos junto à Superintendência de Habitação do Estado do Amazonas – SUHAB/AM, que tenham sido objeto da novação a que se refere a Medida Provisória nº 1.696-27, de 27 de outubro de 1998, no abatimento do estoque da dívida desta operação.

Art. 3º O exercício da autorização de que trata o art. 1º é vinculado ao atendimento das seguintes condicionalidades:

I – destaque, na lei orçamentária estadual, de dotação orçamentária destinada à cobertura das despesas a serem realizadas com os recursos contratados;

II – regularização de débitos junto à Fundação Nacional de Saúde, em nome da Secretaria de Estado da Saúde, e junto à Petrobrás Distribuidora S.A., em nome da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de abril de 1999. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Ata da 44ª Sessão Deliberativa Ordinária em 29 de abril de 1999

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães
Geraldo Melo, Ademir Andrade e Carlos Patrocínio*

**ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS
SRS. SENADORES:**

Ademir Andrade – Alvaro Dias – Amir Lando –
Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães
– Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur
da Távola – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra –
Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner –
Djalma Bessa – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos –
Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Ernandes Amorim –
Fernando Bezerra – Francelino Pereira – Freitas Neto –
Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo –
Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Hugo Napoleão –
Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João Alberto
Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino –
José Alencar – José Fogaça – José Jorge – José Roberto Arruda –
José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos –
Leomar Quintanilha – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho –
Luiz Estevão – Luiz Otávio – Luiz Pontes – Luzia Toledo –
Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva –
Marluce Pinto – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti –
Nabor Júnior – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto –
Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Roberto Freire –
Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima –
Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho –
Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A lista de presença acusa o comparecimento de 71 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão será dedicado a homenagear o Dia do Trabalho, nos termos do Requerimento nº 167, de 1999, do Senador Ademir Andrade e outros Srs. Senadores.

Cóncedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade, primeiro orador inscrito.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o dia primeiro de maio este ano cai num sábado, quando o Senado da República não funciona. Portanto, estamos cumprindo o nosso dever de lembrar hoje à Nação e aos políticos essa data tão importante. Entendo que o Senado e a classe política têm a obrigação de pensar nos trabalhadores do nosso País. É nosso dever não apenas homenageá-los, mas, acima de tudo, refletir sobre as suas condições de vida e sobre a nossa culpa nessas condições.

Todos sabem que a escolha do dia primeiro de maio como Dia do Trabalho se deu em função do massacre de operários ocorrido, nessa data, no ano de 1886, em Chicago, nos Estados Unidos. Entretanto, poucos sabem que foram os socialistas, que foram os sonhadores como nós, que lutamos por uma sociedade justa e igualitária, que, três anos após esse massacre, numa reunião realizada em Paris, decidiram consagrar o dia primeiro de maio ao trabalhador.

Posteriormente a essa decisão dos socialistas, dos que sonham com uma sociedade igualitária, foi que todos os países do mundo também tomaram para si a comemoração do dia do trabalhador nessa data.

Evidentemente, nós, no Brasil, não temos nada a comemorar; ao contrário, temos é que registrar, que admitir os erros que aí estão, considerá-los e envidar todos os nossos esforços para corrigi-los.

O Brasil, oitava economia do mundo, oitavo Produto Interno Bruto do planeta, dentre 189 países, é um país de imensa desigualdade social. Estamos em 62º lugar entre os países, em nível de desigualdade social.

Eu citaria, entre os sofrimentos dos trabalhadores brasileiros, alguns dos mais importantes, a começar pelas absurdas diferenças salariais existentes em nossa Pátria. Enquanto se estabeleceu um salá-

rio mínimo de R\$130,00, temos, hoje, segundo dados fornecidos pelo IBGE, que, em 1996, 25% dos trabalhadores brasileiros ganhavam menos de meio salário mínimo; em 1997, 27,5% dos trabalhadores brasileiros ganhavam menos do que meio salário mínimo.

Ora, quando vejo Parlamentares, no Congresso Nacional, a se queixarem dos seus salários, quando vejo a briga entre os Poderes da República, que têm as maiores dificuldades para fixar um teto salarial, e tanta gente dizendo que ganhamos pouco – um salário de R\$8.000,00 por mês –, penso nesse povo brasileiro que não ganha a metade de um salário mínimo. Penso na diferença absurda existente entre os que ganham mais e os que ganham menos. No caso do servidor público, ela chega a duzentas vezes. Há servidores públicos brasileiros ganhando duzentos salários mínimos, principalmente aqueles que estão nas embaixadas brasileiras. Se levarmos em consideração os artistas, os apresentadores de televisão, os jogadores de futebol, veremos que a situação é tremendamente absurda, pois há pessoas que ganham dois mil salários mínimos. Perguntamos se é justo o trabalho de um cidadão valer dez, vinte, cem, mil vezes o trabalho de outro trabalhador.

Essa situação é uma prova do nosso atraso. Em qualquer país da Europa, a diferença salarial máxima no serviço público é de dez para um. Se formos à França, veremos que uma empregada doméstica ganha 4.400 francos, enquanto um executivo de alto nível, presidente de uma empresa estatal, ganha apenas 30.000 francos, o que não chega a oito vezes o salário da empregada doméstica. Uma das questões mais sérias do nosso País é essa, o nível de desigualdade social, o nível de diferença salarial.

Dados do Banco Mundial atestam que 15 milhões de brasileiros vivem com um dólar por dia, gastam R\$1,70 por dia para sobreviver. Outros 15 milhões chegam a gastar dois dólares por dia. E o mesmo Banco Mundial atesta que 1% de queda no Produto Interno Bruto brasileiro aumenta em um milhão o número de pobres deste nosso País. Com as previsões do Governo, que aceitou uma queda no nosso Produto Interno Bruto de 3% para o ano de 1999, de 15 milhões de pobres miseráveis que vivem com um dólar por dia passaremos a 18 milhões de miseráveis que vivem com um dólar por dia. Para muitos de nós, que não enxergam nem vivem essa realidade, parece difícil acreditar nisso.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA) – Com satisfação, Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador, peço desculpas a V. Ex^a por apartear seu brilhante discurso, que, pelo que estou vendo, terá um profundo conteúdo. Mas, infelizmente, nós temos uma CPI reunida, da qual sou membro, e terei que me afastar, não podendo assistir a todo o pronunciamento de V. Ex^a – o que, para mim, é uma lástima –, não podendo participar posteriormente do pronunciamento – o que é um absurdo para mim –, além de estar atrapalhando o discurso de V. Ex^a para dar-lhe este aparte. Nota 10 ao que V. Ex^a está dizendo. Não há dúvida nenhuma. Meu querido Senador, V. Ex^a é um jovem com idéias profundas de conteúdo social, mas não se justifica que um País como o Brasil viva esses extremos, como ser considerado campeão mundial da diferença de nível de riqueza entre os que têm mais e os que têm menos. Fôramos nós um País miserável... Até na África, na Ásia e na América Latina há países onde o padrão de vida, em geral, é muito pobre, e onde não existe, a rigor, classe rica, a não ser alguns nababos, meia-dúzia de **sheiks**, ou coisa que o valha. No Brasil existe riqueza e as condições para destruir a miséria, mas não há disposição. Um artigo da Constituição Federal dispõe que todo cidadão tem direito ao trabalho e a uma remuneração que lhe dê condições de viver com dignidade – alimentação, saúde, lazer, moradia e transporte –, ele e sua família. E milhões de trabalhadores recebem o salário mencionado por V. Ex^a: um dólar ou dois dólares por dia, ou até nenhum dólar por dia. V. Ex^a tem toda razão. Acredito que esse não é um problema apenas do Governo. É um problema nosso, de V. Ex^a e meu – que sou muito mais velho e posso ser pai de V. Ex^a. É um problema muito maior meu, de incompetência da minha geração. Estou fazendo política há quarenta anos e não resolvi um problema como este. Se não resolvermos um problema como este, vamos resolver o problema de quem? Se há pessoas morrendo de fome, se há pessoas que vivem com um salário de fome, e não resolvemos esse problema, que problemas estamos resolvendo? O que estamos fazendo? A prioridade, é o que sempre digo, meu querido Senador, é um pai de família que tem um filho passando fome e outro que está muito bem não dar uma casa nova para o que está muito bem, mas olhar para o que está passando fome. É o que tínhamos que fazer com a sociedade: dar prioridade. A falta de prioridade ao que é mais prioritário, é o que

falta na sociedade brasileira. E nós, a elite, eu, Pedro Simon, Senador da República, político com mandato eletivo há quarenta anos, sou um grande responsável, um grande culpado. Eu, que já fui Ministro da Agricultura, Governador, Deputado, Líder de Governo, presidente partidário, sou co-responsável e faço meu mea-culpa. Mas, cá entre nós, o Governo deve fazer a sua e nós devemos fazer a nossa. Meu abraço muito solidário e minhas desculpas, acredite, por ter atrapalhado o discurso de V. Ex^a com a minha obrigação de dizer alguma coisa. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB - PA)
- Em hipótese alguma, Senador Pedro Simon. É sempre uma honra ser aparteado por um homem da experiência, da capacidade e do compromisso político de V. Ex^a.

Eu falava das diferenças e das injustiças sociais do nosso País. Falei das diferenças salariais, que são absurdas e inaceitáveis. Falo agora da concentração da terra, que seria uma grande saída e uma enorme oportunidade para o Brasil se tornar um dos países mais desenvolvidos do mundo, quiçá a segunda ou terceira economia do nosso planeta.

Enquanto a maioria dos nossos trabalhadores morre ou mata por 50 hectares de terra, vemos o Governo acobertar, proteger empresas como a Jari Florestal, que tem quase 2 milhões de hectares de terra no norte do Pará e no Amapá; empresa como a C.R. Almeida comprar agora 4,7 milhões de hectares de terra no Estado do Pará; vemos a própria Companhia Vale do Rio Doce, agora uma empresa privatizada, grilar terras e ocupar 1.160.000 hectares de terra no Estado do Pará. E a grande maioria do povo tem que fazer passeatas, promover movimentos, como está acontecendo hoje com o MST em todo o Brasil, inclusive no meu Estado, onde estão acampadas quase 3 mil famílias de trabalhadores no centro da nossa Capital, Belém, à espera de ação do Governo.

Falamos da dificuldade de acesso à moradia de um Governo que não investe em habitação popular, que está praticamente paralisado nesse campo. O povo, o trabalhador brasileiro mora em favelas, em morros, em baixadas, em invasões, em áreas onde não há água, saneamento, energia, enfim, não há nenhuma condição. Mas ele sai do interior em busca de uma vida melhor nos grandes centros e não existe nenhuma política para redirecionar o desenvolvimento do nosso País para o interior.

Falo na dificuldade do povo trabalhador brasileiro de ter acesso à educação, à saúde. Sabe V. Ex^a, Senador Geraldo Melo, que preside esta sessão, quantos filhos de pedreiros, de carpinteiros, de serventes de obra podem chegar a uma universidade, podem se transformar em advogados, médicos, dentistas, enfermeiros? Quantos? É muito difícil, é raro acontecer isso. A maioria tem que começar cedo a trabalhar para ajudar na renda familiar. Quem vive no meio do povo pobre, particularmente nós, que somos de um partido de esquerda, que vivemos no meio da população, vemos os cidadãos morrerem pelos motivos mais simples; cidadãos morrem por causa da malária; outros porque não têm acesso a um exame de ultra-sonografia; uma tomografia computadorizada, então, nem pensar. As pessoas morrem das doenças mais simples porque não têm acesso aos serviços de saúde. Saúde é privilégio de quem pode pagar plano de saúde; é privilégio da classe média ou alta, dos que dominam o poder econômico na nossa Pátria.

Como se não bastassem todas as injustiças, há uma outra que talvez seja a mais grave: o desemprego, sobretudo porque o nosso País tem um potencial fantástico. O Brasil é o quinto país do mundo em extensão territorial, tem uma população jovem, pequena em números diante do nosso potencial - 156 milhões de brasileiros são nada diante de 8,5 milhões de km² de extensão territorial. A Inglaterra é quarenta vezes menor do que o Brasil e tem 60 milhões de ingleses; a França é dezessete vezes menor do que o Brasil e tem 60 milhões de franceses. O Brasil, com essa vastidão territorial, com esse imenso potencial econômico, com riquezas inigualáveis, tem um crescimento econômico insignificante diante das suas necessidades.

Aí vem o desemprego. De cada cinco trabalhadores brasileiros, um está desempregado; não tem acesso nem ao miserável salário mínimo estabelecido pelo Governo brasileiro. Temos agora, depois de quatro anos de Governo Fernando Henrique, a maior taxa de desemprego nas seis maiores regiões metropolitanas da nossa Pátria.

Durante o mês de março, em São Paulo, a taxa de desemprego chegou a 19,9%. Com a previsão de queda do Produto Interno Bruto, a situação vai agravar-se. Quero deixar claro que, apesar da queda da inflação, o desemprego duplicou no Governo Fernando Henrique Cardoso. A dificuldade de acesso do trabalhador a uma oportunidade para ganhar a vida duplicou ao longo desses quatro anos. O desemprego fere a alma e a dignidade do cidadão. O

pior no Brasil é que não existe socorro, a não ser para uma pequena parcela de desempregados, aqueles cuja carteira de trabalho foi assinada por um período. Pergunto: como será para um funcionário público exonerado? Para uma pessoa que trabalhou, mas não teve seus direitos registrados e, por essa razão, não tem acesso a esse pífio seguro-desemprego que existe no Brasil? Essa é outra grande diferença que existe entre nós e os países da Europa. A taxa de desemprego europeia é ainda maior que a brasileira, mas o cidadão tem o Estado para protegê-lo, tem uma organização social que atende às suas necessidades, que não o desampara e não o deixa na marginalidade.

Aqui não existe nada semelhante. O emprego gera violência. Nossa juventude que não dispõe de apoio financeiro dos pais para ir a um teatro, a um cinema, a um **show**, revoltada, apela para outros tipos de atitudes e desvios. Campeia a prostituição; campeia principalmente a prostituição juvenil.

Muitos dizem que a informatização, a automação tem reduzido as vagas de emprego no nosso País. É realidade. Até mesmo no campo muitas vagas foram canceladas. Mas é preciso lembrar as soluções adotadas por povos mais civilizados e mais sérios como os europeus. A Alemanha reduziu a carga horária para 32 horas de trabalho semanais; na Holanda, na Bélgica a jornada de trabalho chega no máximo a 36 horas. No Brasil persiste a tese das 44 horas.

O nível de instrução de nossos trabalhadores também é indigno da nossa Nação: 66% dos trabalhadores brasileiros não têm nem sequer o primeiro grau, mais de 50 milhões de trabalhadores não têm o Primeiro Grau completo. E a situação é tão grave que, quando há um concurso público, filas intermináveis de pessoas procuram uma oportunidade. Aqui mesmo, no Senado, a maioria dos motoristas têm o curso de Direito ou de Engenharia. Entraram oficialmente no cargo de motorista, mas na verdade estão nos nossos gabinetes operando computadores.

Vemos em nosso País esses desvios, essas distorções e desigualdades absurdas. É isso que temos que constatar no Primeiro de Maio que se aproxima. É sobre questões como essa que temos que refletir. É preciso também repensar a nossa responsabilidade, como lideranças políticas, nas absurdas desigualdades sociais que existem no nosso País.

Sr. Presidente, para concluir, quero dizer que o Governo brasileiro e nós Senadores, Deputados Federais, Governadores e políticos de maneira

geral temos de compreender que precisamos investir, apoiar e ser firmes na decisão de fazer reforma agrária. A produção é insignificante diante do potencial do Brasil. Oitenta milhões de toneladas de grãos ao ano é menos de 10% da nossa capacidade produtiva. Basta comparar essa produção à de outros Países do mundo para chegarmos à conclusão de que estamos produzindo apenas 10% da nossa capacidade.

Fazer reforma agrária é uma necessidade em nosso País, assim como o é investir na construção civil e na moradia popular, redirecionar o desenvolvimento da Pátria para o interior dos Estados e investir em turismo. O Brasil, essa maravilha que é, com essa imensidão de território, recebe três milhões de turistas internacionais por ano, enquanto a Espanha, por exemplo, recebe 20 milhões.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA) – Concedo o aparte, tão logo conclua meu comentário sobre as soluções dos nossos problemas.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Apelo a V. Ex^a no sentido de que não conceda novos apartes porque o tempo de V. Ex^a está esgotado em mais de 3 minutos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

O Brasil não pode continuar assumindo compromissos externos da forma como vem fazendo, pagando, com o sacrifício da sociedade, da sua economia e do seu povo, a dívida externa, submetendo nossa economia a juros extorsivos que são os maiores do Planeta. E refiro-me aos juros de aplicações no sistema financeiro; não podemos nem falar dos juros cobrados sobre cheques especiais e desconto de duplicata, o que é fundamental ao processo econômico do pequeno empresário que precisa do recurso para trabalhar.

O Brasil precisa ter um crescimento econômico e ver fortalecidas suas organizações sindicais, pois os trabalhadores foram enfraquecidos nesse processo de globalização. Chegamos ao ponto de os trabalhadores não estarem lutando mais por melhores condições de trabalho, mas pela oportunidade de trabalho. E isso precisa mudar.

Senador Antonio Carlos Valadares, concedo o aparte a V. Ex^a, pedindo-lhe a maior brevidade para que eu possa encerrar este discurso de homenagem aos trabalhadores brasileiros.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Ademir Andrade, pedi este aparte tão-so-

mente para manifestar meu integral apoio a V. Ex^a pelas palavras pronunciadas neste discurso em homenagem ao Dia do Trabalho. Sem dúvida, os dados fornecidos por V. Ex^a à Casa demonstram, de forma cabal, que o Governo precisa, com urgência, promover a retomada do desenvolvimento econômico, proteger as regiões mais pobres. Ontem, tive a oportunidade de denunciar que, no instante em que o Brasil está sofrendo a crise do desemprego, o Nordeste, agravado com o problema da seca, vê-se ameaçado mediante a promessa do Governo de desativar todas as frentes de trabalho durante esse longo período de estiagem. O Estado de Sergipe é o mais atingido em todo o nordeste do Brasil. V. Ex^a, com a propriedade e a competência que todos admiramos, está mostrando ao Brasil que não é por meio de uma política recessiva, de desemprego, do fechamento de empresas que vamos resolver o problema social do nosso País. Meus parabéns a V. Ex^a.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA)

– Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

Sr. Presidente, concluo meu pronunciamento lendo o art. 7º, inciso IV da Constituição Federal, que estabelece que todo o trabalhador brasileiro tem, no mínimo, direito ao:

"Art. 7º

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, ..."

Está escrito na Constituição Brasileira. Se o trabalhador brasileiro soubesse disso, se tivesse conhecimento dos seus direitos, não estaria tão acomodado, parado, aceitando essas condições absurdas em que vive; estaria, sim, nas ruas e praças fazendo greve, paralisando esta Nação, brigando pelos seus direitos. É esse o caminho para consertar os erros das nossas relações sociais.

O que almejamos é uma sociedade democrática, na qual as pessoas tenham acesso à informação. Assim teríamos um nível muito baixo de injustiça social. Quando são alfabetizados, conhecem seus direitos, conhecem e, às vezes, até interferem na sua elaboração, os cidadãos constituem uma sociedade onde o nível de justiça social é muito elevado. É o caso de alguns países mais avançados do mundo, como os europeus e o Canadá.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo. Fazendo soar a campanha.) – V. Ex^a já extrapolou seu tempo em 8 minutos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA)

– Já vou concluir, Sr. Presidente.

Precisamos conquistar isso no nosso País. É dessa forma que eu, em nome do meu Partido, o Partido Socialista Brasileiro, homenageio o trabalhador da nossa Pátria, encorajando-o a lutar, a enfrentar as dificuldades, visando conquistar seus direitos, justiça e igualdade que tanto almejamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra à nobre Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS.

Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, no momento em que parte de nossa sessão de hoje está sendo destinada à reflexão e homenagem aos trabalhadores do nosso País – aproxima-se o dia Primeiro de Maio –, venho à tribuna para saudar a garra, a determinação, a consciência cívica e a esperança dos trabalhadores brasileiros. Venho ainda trazer minha mensagem de luta em defesa do emprego, do desenvolvimento e da igualdade.

Ao longo desse último período, o Brasil sofreu e continua sofrendo com a política de dependência externa de submissão ao capital especulativo, o desmonte das estatais estratégicas, o corte de direitos, o arrocho salarial e, conseqüentemente, com uma profunda crise social com milhões de pessoas desempregadas.

Agora mesmo, em abril, o desemprego bateu novo recorde histórico, atingindo, apenas na grande São Paulo, o percentual de 19,9% da População Economicamente Ativa (PEA), o mais alto índice já verificado no País desde 1985. Isso não é apenas um número, corresponde a cerca de 1 milhão 726 mil pessoas na grande São Paulo, ou seja, uma em cada cinco pessoas em idade de trabalhar está sem emprego, fora do mercado de trabalho e, por conseguinte, sofrendo com a desesperança e a frustração.

Essa realidade se repete em todo o País, em todas as regiões, incluindo a nossa Região Sul, o nosso Estado do Rio Grande do Sul, principalmente a nossa capital, Porto Alegre, onde a situação é muito preocupante pela falta de estímulo à produção, decorrente da recessão econômica e da política de juros altos e da especulação.

Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar da profunda que se abate sobre o País, no entanto, a sociedade e, em especial, os trabalhadores, vem demonstrando a sua capacidade de reflexão e de ação, quebrando o silêncio imposto e, cada vez mais, manifestando a sua contrariedade com essa situação que atinge famílias, infelicitando jovens, mulheres e chefes de família.

Expressão dessa insatisfação social – é importante que se registre – é a postura da Igreja brasileira, por meio do Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que, sensível ao clamor popular e aos sofrimentos de parcelas significativas do povo, tem levantado a sua voz, criticando e cobrando mudanças na política econômica e social imposta pelo Governo Federal. E, mais do que isso, fez da conquista do emprego o tema central da Campanha da Fraternidade, sob o título "A Fraternidade e os Desempregados. Sem Trabalho... Por quê?", que já está mobilizando milhões de brasileiros em todas as regiões. Essa campanha está inclusive extrapolando os limites da Igreja Católica e atingindo a todos os segmentos políticos, civis e religiosos que têm a sensibilidade para saber o que significa uma pessoa desempregada.

Segundo a CNBB, "é preciso preconizar uma regulamentação racional do mercado e das iniciativas econômicas, de acordo com uma justa hierarquia de valores em vista do bem comum", alertando para os malefícios da política neoliberal. Para os bispos brasileiros, ainda, "devemos perguntar-nos como contribuir para a promoção de uma sociedade mais justa, solidária e fraterna, na qual todos possam ter trabalho adequado e chegar, individual e coletivamente, à plena realização dos ideais cristãos". E afirmam que "para enfrentar o angustiante problema do desemprego que atinge tantas famílias em várias partes do mundo, incluindo o nosso País, a Campanha da Fraternidade 1999 deseja levar-nos a refletir sobre o que podemos e devemos fazer para que homens e mulheres tenham trabalho garantido". Assim diz o documento da CNBB.

Entre as propostas apresentadas pela CNBB está "denunciar, conseqüentemente, modelos sociopolíticos e econômicos, tais como certas formas de neoliberalismo sem freios éticos, que causam desemprego, quer estrutural, quer não-estrutural e igualmente impõem padrões de consumo insaciável e exarcebam a competição e o individualismo".

É fundamental, portanto, o espírito de questionamento da CNBB, que "tenta levantar um debate nacional sobre esta nova e complexa situação na

qual os excluídos, entre os quais desempregados, têm seus sofrimentos majorados".

É correta, sim, a posição dos bispos brasileiros, quando advertem que "o Governo Federal dá maior importância ao salvamento de bancos falidos do que às necessidades da população, com agravamento da exclusão social", segundo as palavras da exclusão social", segundo as palavras do Presidente da instituição, Dom Jayme Chemello, oriundo de Pelotas, no Rio Grande do Sul.

"Não somos de esquerda, mas só um cego não vê que o Brasil está enfrentando fortes desigualdades sociais", afirma Dom Jayme Chemello, demonstrando o compromisso social dos bispos, da Igreja Católica, com o destino do País e do seu povo sofrido.

Apresento aqui que esta conclamação, esta análise, esta reflexão, este chamamento extrapola as fileiras da Igreja Católica, temos certeza. Todo cidadão consciente, pensa, reflete e questiona na mesma direção.

A CNBB ainda diz que, quando das negociações do Brasil com o Fundo Monetário Nacional, a impressão que dava era a de que se estava "negociando o povo", o que, de fato, confirmou-se com o aumento dos juros, cortes sociais, retirada de direitos, arrocho salarial e o espírito total de dependência e de imposições em relação ao desmonte imposto ao povo brasileiro.

Estão certos todos aqueles que, acima de cores partidárias e de credos religiosos, mas comprometidos com as questões sociais, têm cerrado fileiras, buscando despertar a consciência nacional, têm ido às ruas, como nas recentes mobilizações realizadas em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e em outros tantos pontos do Brasil, para alertar o povo da necessidade de se promoverem mudanças urgentes no País.

Sr^{as} e Srs. Senadores, em especial os trabalhadores vêm sendo os mais atacados e agredidos pelas políticas impostas ao nosso País, que, além de cortar direitos e promover o desemprego, ainda apostam em retirar-lhes até os instrumentos de defesa e de luta. Exemplo disso é a insistência com que o Governo, especialmente depois do acordo com o FMI, investe contra a organização sindical dos trabalhadores e, agora, mais recentemente, contra a própria Justiça do Trabalho, que é o espaço de luta e de busca de garantias daqueles que trabalham, daqueles que produzem.

Apesar de tudo isso, os trabalhadores têm demonstrado, sem dúvida, a capacidade histórica de estar na vanguarda da sociedade, seja brasileira ou

mundial, pela conquista de um novo mundo, com igualdade, fraternidade e paz.

É nesse sentido que, além da firme denúncia da exploração e da agressão aos seus direitos, é fundamental, nessa data, revigorar a nossa capacidade de luta, de mobilização e de articulação de propostas capazes de mudar a economia nacional e gerar aquilo que entendemos como desenvolvimento de um país, que é o equilíbrio social e a diminuição das distâncias entre os que têm e aqueles que têm pouco.

O Brasil não pode aceitar que sejam cortados investimentos na saúde, na educação, enfim, em todas as áreas sociais, enquanto vivenciamos mais um escândalo: dois pequenos bancos falidos, Mar-ka e FonteCindam – investigados pela CPI do Sistema Financeiro, a qual mostra a realidade nua e crua da falcatura, da promiscuidade entre os setores público e privado –, favorecidos com quase R\$2 bilhões, em um dia, por determinação tomada por órgãos públicos.

Não é mais tolerável que se concedam reajustes irrisórios, como estão falando agora, para o salário mínimo, enquanto altos dirigentes da hierarquia oficial, beneficiários da impunidade, desviam recursos do País para contas bancárias no exterior, como no recente caso do ex-Presidente do Banco Central, Francisco Lopes, com milhões de dólares depositados no exterior, dos quais não se conhece a proveniência. Não se sabe também se retornarão a este País.

É digno de reprovação ainda maior que banqueiros, valendo-se de informações privilegiadas, lucrem bilhões com a especulação, como ocorreu na recente mudança do câmbio, ao mesmo tempo em que os salários dos trabalhadores e dos servidores públicos são congelados, arrojados cada vez mais.

O Governo e as elites do País não têm o direito de submeter a Nação ao império da especulação, da dependência ao capital internacional, predatório, antinacional e totalmente descompromissado com a produção e com a geração de emprego.

Hoje, antevéspera do 1º de Maio, gostaria de advertir que uma Nação se constrói com trabalho, com desenvolvimento, com empregos, com educação, com saúde, com apoio a quem produz, com valorização daquele empresário sério, honesto, competente, que entende que o capital e o trabalho devem estar a serviço do ser humano. É, sim, importante que se busque a distribuição de renda com a justiça social que todos nós desejamos.

É nesse sentido, portanto, que consideramos fundamental que o Governo dê menos atenção aos banqueiros e mais aos trabalhadores, àqueles que produzem, empregam, plantam, colhem. É preciso, verdadeiramente, que se construa nesta Nação o compromisso com o futuro do conjunto da sociedade brasileira, garantindo o presente que a nossa gente quer, que o nosso jovem deseja e merece e que as mulheres têm buscado construir paralelamente, lado a lado com os homens.

E, se isso – o que parece até o momento – não tem sensibilizado as autoridades, que preferem, cada vez mais, subjugar-se ao FMI, aos especuladores internacionais e aos interesses antinacionais, é decisivo que os trabalhadores dêem o exemplo à sociedade.

Vamos fazer deste 1.º de Maio de 1999 um ponto de partida, uma arrancada importante e essencial para a mudança radical desse modelo de destruição da economia nacional e de aviltamento da soberania e dignidade nacional, ocupando as praças e as ruas deste País e exigindo o fim dessa política de submissão e sofrimento.

Em cada ato público, em cada passeata, em cada mobilização, com certeza estará pulsando o sentimento de justiça social, de igualdade e de solidariedade que caracterizam os brasileiros, homens e mulheres, e, em especial, os trabalhadores.

Sr^{as} e Srs. Senadores, solicitamos a publicação, na íntegra, ao final do nosso pronunciamento, da carta-testamento de Getúlio Vargas. Como trabalhista, relembro um trecho desse documento que continua atual, vivo e permanece desafiando aqueles que ainda buscam a exploração e a submissão do povo brasileiro.

Concluo com as palavras do inesquecível Getúlio Vargas, nosso ex-Presidente do Brasil:

"Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. (...) Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência."

É a homenagem que presto aos trabalhadores, àqueles que trabalham, àqueles que estão desempregados, àqueles que sofrem e àqueles que lutam, sabendo que ainda existem pessoas que acreditam no ser humano e que, a partir da sua força, faremos as mudanças que este Brasil merece e espera.

Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA EMILIA FERNANDES
EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

CARTA-TESTAMENTO

Mais uma vez, a força e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes.

Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre.

Não querem que o povo seja independente. Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruiu os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.

Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondendo com o perdão.

E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era Escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História. (Rio de Janeiro, 23-8-54 – Getúlio Vargas)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a será atendida na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o 1º de Maio, que alguns consideram o Dia do Trabalhador – alguém que planta, colhe, fabrica, come e vive – e, outros, o Dia do Trabalho, num exercício de abstração da linguagem, paradoxal pelo fato de o trabalho não precisar de data, assim como não há dia da paternidade ou da maternidade, é uma data internacional mas não universal. Em verdade, alguns países não a reconhecem, como, por exemplo, os Estados Unidos e o Canadá.

No dia 1º de Maio de 1886, em Chicago, Estados Unidos, trabalhadores grevistas entraram em choque com a polícia. Quatro operários e sete policiais morreram. O conflito prosseguiu por mais três dias. Os líderes do movimento foram presos e executados um ano depois. Em junho de 1889, socialistas reunidos em Paris, na Segunda Internacional Socialista, aprovaram a resolução para consagrar o 1º de Maio como o Dia Internacional dos Trabalhadores, em memória às vítimas de Chicago.

No Brasil, a primeira tentativa de comemorar o Dia do Trabalho, em 1893, resultou numa violenta repressão policial. Mas, a partir de 1895, a data passou a ser festejada sem maiores problemas. Em 1938, o Governo Getúlio Vargas institucionalizou a comemoração, que se tornou feriado nacional por decreto de 1949. Nos Estados Unidos, onde tudo começou, o **Labour Day**, obviamente com conotação diferente, é comemorado na primeira segunda-feira de setembro. O mesmo acontece no Canadá. Na Inglaterra, as comemorações ocorrem no domingo posterior ao primeiro de maio.

A despeito dessa falta de sincronia, o fato é que a data adquiriu a força de um símbolo, do que resultaram muitas lutas, muitos movimentos operários, muitos confrontos e, naturalmente, muita repressão. O 1º de Maio se tornou um marco comemorativo da importância dos trabalhadores na construção da história de todos os povos. Passados 110 anos de sua criação, entretanto, a data incorpora um segundo e não menos relevante conteúdo. Além de símbolo de uma longa trajetória de lutas, tornou-se referencial da obrigação que a sociedade brasileira tem de refletir acerca dos rumos da reorganização do trabalho humano em nosso País. Falta o essencial ao nosso trabalhador: emprego e salário.

Nunca a comemoração do 1º de Maio coincidiu com a eclosão de conflitos e desigualdades de tal grandeza em relação ao desemprego, aos baixos salários e, até, à crise do sistema da Justiça do Trabalho. Não há como negar: na atual conjuntura, os trabalhadores têm pouco a comemorar e muito a refletir neste 1º de Maio.

O Dia do Trabalhador deste ano transcorre em um momento de grande apreensão e dificuldades para a família trabalhadora brasileira. Segundo informações recentes, o desemprego voltou a bater recorde na Grande São Paulo, em março, ao atingir 19,9% da população economicamente ativa da região. O maior índice já apurado pela Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada desde 1985 pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), equivale a 1,726 milhão de pessoas sem ocupação na região.

Foram eliminados 75 mil postos de trabalho. O tempo médio de procura por um emprego, em março, foi de 39 semanas, duas a mais do que em fevereiro. As dispensas entre os chefes de família cresceram 13,3%. Entre as pessoas com mais de 40 anos, o desemprego cresceu 15%. O setor que mais efetuou cortes foi o comércio, com 61 mil vagas. A indústria eliminou 22 mil postos de trabalho. O setor de serviços continuou empregando, mas num ritmo muito menor: três mil pessoas. O rendimento dos que estavam trabalhando em março também apresentou significativa queda. Entre os ocupados, a média salarial foi reduzida em 2%, enquanto para os assalariados a queda foi de 1,9%.

Além disso, as agruras do trabalhador brasileiro não se resumem à desocupação refletida nas taxas de desemprego aberto. É preciso lembrar que essas taxas referem-se somente àquelas pessoas que, em alguma pesquisa normalmente feita por amostragem domiciliar, declararam estar desempregadas ou à procura de emprego. Em vista da grave situação do mercado de trabalho, caracterizada pela extrema dificuldade de conseguir uma colocação, muitas pessoas que perdem seus empregos desanimam de sair à procura de outro, optando por ingressar na informalidade, seja como assalariado sem vínculo formal, seja trabalhando por conta própria. Essas pessoas, evidentemente, não aparecem nas estatísticas referentes ao desemprego aberto.

Isso significa que, além de um número cada vez maior de brasileiros estar ficando sem qualquer ocupação e, portanto, sem qualquer renda, temos outro enorme contingente de trabalhadores sendo

expulso do mercado formal para o informal. Em outras palavras, as poucas oportunidades de trabalho que ainda restam no País são de má qualidade.

Outra questão que precisa ser enfrentada é a da generalidade do problema do desemprego no País. Até recentemente, argumentava-se que o desemprego era sobretudo um problema de São Paulo. Já não é mais possível usar esse argumento. Em outras regiões metropolitanas, pesquisas realizadas com metodologia semelhante à que a Fundação Seade e o Dieese aplicam em São Paulo vêm registrando níveis elevados de desemprego e de subemprego. A taxa de desemprego aumentou em Belo Horizonte, em Porto Alegre, em Salvador, em Recife, no Distrito Federal. Em outras regiões metropolitanas do País, as taxas de desemprego são ainda maiores do que as de São Paulo.

Quanto à questão salarial, o outro termo do binômio trabalho, a situação não é mais alentadora. Segundo estudos do Dieese, o salário mínimo deveria ser de R\$849,51, para atender ao que determina o art. 7º da Constituição do Brasil, que diz:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

O valor do salário mínimo atual permite apenas comprar a cesta básica. É, portanto, incapaz de prover recursos aos cidadãos para cobrir outros gastos seus e de suas famílias.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex. me permite um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Concedo o aparte ao Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Exª fala em nome do nosso Partido. Deveríamos hoje, na verdade, estar comemorando as excelências de um trabalhismo brasileiro, o que, lamentavelmente, não podemos fazer neste momento. Ao longo das décadas, a classe trabalhadora brasileira conquistou soluções que considero avançadas, como o Fundo de Garantia e tantas outras

amarras de segurança para o trabalhador. Mas o momento que estamos vivendo é de angústia, exatamente pela taxa elevada de desemprego. Não há desgraça maior para uma família do que o desemprego. Um chefe de família desempregado é, sem dúvida alguma, um homem atormentado. E temos milhões de atormentados, hoje, no Brasil. Alguns responsabilizam o Governo, o que de algum modo me parece injusto. Estamos vivendo um momento de dificuldades econômicas que atormenta o Brasil, como atormentou alguns outros países e continua a atormentar, hoje, diversas nações. O Governo procura meios e modos de superar as dificuldades. Está sempre aberto à discussão com os trabalhadores. Hoje mesmo, os jornais publicam a notícia de que o Presidente da República, atendendo aos sindicalistas, anuncia o Pró-Emprego, a reativação do Proger, Habitação de Baixa Renda e Requalificação de Desempregados. As centrais trabalhistas estarão no Palácio do Planalto com o Presidente da República para a solenidade de lançamento desses programas. O que demonstra que o Governo está atento e interessado em encontrar as soluções que possam resolver as angústias do povo brasileiro. Mas não podemos negar que, de fato, o nível de desemprego é elevadíssimo, é avassalador. E toda a inteligência nacional, a meu ver, deve estar voltada para uma solução dessa natureza. Em lugar de gastarmos nossa inteligência em acusações que a nada levam, suponho que deveríamos reunir todo esse esforço de inteligência para uma direção positiva, ou seja, ao encontro de soluções. Aqui estão, por exemplo, as centrais sindicais propondo ao Governo soluções, e o Governo aceitando essas propostas. Esse é o caminho. Vamos nos reunir todos em busca de uma fórmula capaz de encaminhar o Brasil ao regime do pleno emprego, que já experimentamos em determinado momento. Senador Mozarildo Cavalcanti, temos o maior apreço pelos trabalhadores brasileiros. No campo, encontram-se cerca de 20 milhões de brasileiros empregados. Portanto, quase 50% da força de trabalho nacional. O Governo poderia procurar mecanismos para estimular, intensificar, dinamizar o emprego no campo, que é o mais barato de todos e é exatamente aquele que mantém o brasileiro do interior no lugar onde vive e deseja continuar vivendo. Sem esses mecanismos, temos esses brasileiros tangidos da sua terra em direção a São Paulo, onde se registra hoje um dos maiores índices de desemprego do País. Então, a meu ver, está no campo a solução emergencial para esse grande problema nacional. Cumprimentos a V. Ex^a. O PFL está abso-

lutamente solidário com os trabalhadores brasileiros, lutando por eles, procurando caminhos para resolver essa situação angustiosa que a todos nós atormenta neste momento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)

– Agradeço ao eminente Líder Edison Lobão pelo aparte.

Um dos caminhos que o Governo, juntamente com a iniciativa privada – mas principalmente o Governo, como indutor do processo –, deveria buscar era um planejamento regional para o emprego. Li, recentemente, um trabalho do ex-Senador Beni Veras que divide o Brasil em dois. Creio que podemos dividir o País, ao menos, em três: O Brasil 1, ele estabelece como as Regiões Sul e Sudeste; o Brasil 2 seria o Nordeste; e o Brasil 3 seria constituído por uma parte do Centro-Oeste e o Norte do Brasil. Deveria haver políticas diferentes relativamente à estimulação do emprego nessas diversas regiões. Do contrário, continuará a ocorrer o que V. Ex^a comentou: a migração de pessoas do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste para as Regiões Sul e Sudeste, em busca de melhores condições, mas, na verdade, agravando a questão social dos Estados.

Por tudo que aqui foi mencionado, Sr^{as} e Srs. Senadores, este será, sem dúvida, um 1º de Maio sem festas. O noticiário da imprensa está dominado pelo pessimismo. A constatação geral é a de que essa é uma situação que veio para ficar e que, em breve, teremos uma sociedade dominada pelo trabalho informal, em que os contratos e as carteiras assinadas serão coisas do passado. A ocupação será o novo nome do emprego e a renda individual substituirá o salário.

É nesse sentido que creio caber um alerta sobre o futuro do Brasil. Nosso única opção é o desenvolvimento. Para retomá-lo é necessário o estabelecimento de novas políticas para a expansão da agricultura e da construção civil, setores que mais absorvam mão-de-obra; a criação de uma nova mentalidade econômica que estimule a atividade turística; a montagem de um modelo exportador que sustente novas escalas de crescimento; e o reconhecimento da educação como a prioridade nacional contra o crescimento do desemprego.

Se não há o que comemorar, Sr^{as} e Srs. Senadores, não falta, entretanto, o que planejar, executar e corrigir para restabelecer a confiança do povo brasileiro no trabalho como único meio de prover a subsistência das pessoas e o crescimento do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Sr^a Senadora Maria do Carmo Alves enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} será atendida.

A SRA. MARIA DO CARMOS ALVES (PFL – SE)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 14 de julho de 1889, em Paris, numa data evocativa de importantes conquistas sociais da História da civilização, instituiu-se o primeiro de Maio para as comemorações referentes ao dia do trabalho, que entendo se estende a todos aqueles que dignificam esta atividade humana para obter o sustento próprio e de suas famílias, bem como participar da construção e aperfeiçoamento do mundo e da sociedade.

O trabalho, além de uma necessidade mística, relacionada com o bíblico sobreviver com o "suor do seu rosto", deveria ser um direito de todos em idade produtiva, porque maior condenação do que trabalhar é a ociosidade imposta pelas circunstâncias àquelas pessoas que podem e precisam de uma atividade remunerada para se realizar profissionalmente, prover o seu sustento e participar da atividade produtiva do país.

Pela proximidade do Dia do Trabalho, ao louvar esta virtude natural e intrínseca do ser humano, infelizmente temos que lamentar o desemprego que atinge tantos milhões de pessoas no Brasil e no mundo.

Uma das principais preocupações do Governo e da sociedade, atualmente, se relaciona com os índices de desemprego, que por sua vez é fermento da violência e do crescimento da pobreza e da miséria, que tantos prejuízos trazem ao desenvolvimento e ao progresso da Nação brasileira.

Apesar de todos os estímulos e esforços governamentais a atividade econômica em nosso País não está conseguindo criar empregos suficientes para absorver o enorme contingente de desempregados, bem como neutralizar os efeitos da excessiva rotação da mão-de-obra e gerar empregos adicionais para fazer face aos novos candidatos que procuram entrar no mercado quando atingem a idade própria para trabalhar.

A festejada globalização, em cujo alinhamento nos endividamos, não oferece perspectivas imediatas para reverter uma tendência de concentração de renda e aumento do desemprego que se identifica a nível internacional.

Vejamos os dados: em 1979, o grupo dos 7 países mais ricos, o famoso G-7, tinha 30% dos desempregados do mundo, mas no ano passado este índice baixou para 16,9, o que representa reduzir o desemprego pela metade. Enquanto isto, nós outros

países empobrecidos o número de desempregados, simplesmente, triplicou.

Nós éramos o 8º País com o maior desemprego, hoje já somos o quarto, depois da Índia, Indonésia e Rússia. O nosso índice nacional é de quase 8%, chegando a quase 20% em São Paulo, enquanto nos Estados Unidos está abaixo de 4,5%.

Em tese esta globalização, a união dos mercados, está se tornando na versão mais perversa do capitalismo, exportando dívida para gerar seus empregos, em detrimento do progresso dos países menos desenvolvidos.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a crise econômica que vagueia pelo mundo, em parte agravada por estes capitais especulativos voláteis e volúveis, sem pátria nem objetivo social, também vem atingindo a nossa economia, impondo políticas recessivas para a estabilização da moeda, onde os economistas do governo só enxergam como estratégia esta política insana de juros altos, que endividou o país, o cidadão e o empresariado, resultando na desaceleração da atividade produtiva, o fechamento de empresas e a eliminação de um milhão de postos de trabalho, quando precisaríamos crescer para gerar renda, divisas e empregos.

Já dizia Abraham Lincoln, em sua Mensagem ao Congresso, em 1861, que "O capital é o fruto do trabalho e não existiria se o trabalho não tivesse existido antes dele. O trabalho é superior ao capital e merece uma consideração mais elevada".

O país precisa voltar a crescer, é indispensável a retomada da atividade produtiva, especialmente em setores que tradicionalmente absorvem mão de obra, como a agricultura, a construção civil e o turismo, dinamizando, também, a indústria e o comércio, porque somente assim poderemos reverter esta tendência recessiva.

Está em fase de implantação o Pró-Emprego II, para o período de 1999/2001, com investimentos previstos de 9 bilhões de reais, para a criação de um milhão de novos postos de trabalho, o que é importantíssimo, mas ainda insuficientes para as necessidades do País.

O Nordeste, que concentra uma parcela significativa de mão de obra disponível, as suas primeiras vocações econômicas se relacionam com a fruticultura irrigada para exportação e o turismo, uma atividade que emprega 200 milhões de pessoas e movimenta 3 trilhões de dólares no mundo, atividade em que ainda não desenvolvemos todo o nosso potencial, e que alguns Estados da região, como o Ceará

e a Bahia já deram uma pequena mostra dessa extraordinária oportunidade.

Pelo transcurso do Dia do Trabalho que ocorrerá no próximo sábado, ao tempo em que me associo aos que promovem os festejos desse dia, e me congratulo com os que trabalham e oferecem emprego, em Sergipe e no Brasil, quero, ainda, manifestar a minha preocupação e a minha solidariedade para com aqueles que, injustamente, não estão trabalhando e ansiosamente aguardam a sua oportunidade de também participar com a sua inteligência, o seu esforço e o seu talento para a construção de um mundo melhor e um Brasil mais rico, justo, soberano e generoso.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Solicito ao Senador Tião Viana que colabore com a Mesa como Secretário dos trabalhos. (Pausa.)

Se não houver objeção do Plenário, a Mesa interromperá a homenagem ao Dia do Trabalho, passando à leitura do Expediente e posteriormente à Ordem do Dia, após o que voltaremos à lista de oradores inscritos.

O Sr. 1º secretário em exercício, Senador Tião Viana, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PROJETOS RECEBIDOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 1999 (Nº 1.526/96, na Casa de origem)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão contemrem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os aparelhos de televisão produzidos no território nacional deverão dispor, obrigatoriamente, de dispositivo eletrônico que permita ao usuário bloquear a recepção de programas transmitidos pelas emissoras, concessionárias e permissionárias de serviços de televisão, inclusive por assinatura e a cabo, mediante:

I – a utilização de código alfanumérico, de forma previamente programada; ou

II – o reconhecimento de código ou sinal, transmitido juntamente com os programas que contenham cenas de sexo ou violência.

Art. 2º É vedada a comercialização de aparelhos de televisão fabricados no Brasil após a entrada

em vigor desta lei ou importados a partir da mesma data que não disponham de dispositivo bloqueador referido no artigo anterior.

Parágrafo único. O Poder Executivo estabelecerá as condições e medidas de estímulo para que os atuais televisores existentes no mercado e os que serão comercializados até a entrada em vigor desta lei venham a dispor do dispositivo eletrônico de bloqueio a que se refere o art. 1º

Art. 3º Competirá ao Poder Executivo, ouvidas as entidades representativas das emissoras especificadas no art. 1º, proceder à classificação indicativa dos programas de televisão.

Parágrafo único. A classificação indicativa de que trata o **caput** abrangerá, obrigatoriamente, a identificação dos programas que contenham cenas de sexo ou violência.

Art. 4º As emissoras de televisão aberta e as operadoras de televisão por assinatura e a cabo deverão transmitir, juntamente com os programas que contenham cenas de sexo ou violência, sinal que permita seu reconhecimento pelo dispositivo especificado no inciso II do art. 1º desta lei.

Art. 5º As emissoras de televisão aberta e as operadoras de televisão por assinatura e a cabo deverão divulgar previamente suas programações, indicando de forma clara os horários e canais de exibição dos programas que contiverem cenas de sexo ou violência, nos termos do parágrafo único do art. 3º desta lei.

Art. 6º As infrações do disposto nesta lei sujeitam os infratores às penas previstas na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e demais modificações posteriores.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de cento e oitenta dias, contados da data de sua publicação.

Art. 8º Esta lei entra em vigor uma ano após a sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.526, DE 1996

Dispõe sobre a obrigatoriedade dos novos aparelhos de televisão contemrem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os aparelhos de televisão produzidos no território nacional deverão dispor, obrigatoriamente,

de dispositivo eletrônico que permita ao usuário bloquear, através de código alfa-numérico, de forma previamente programada, a recepção de programas transmitidos pelas emissoras, concessionárias e permissionárias, de serviços de televisão, inclusive TV por assinatura e a cabo.

Parágrafo único – Ficam proibidos de serem comercializados os aparelhos de televisão produzidos no território nacional ou importados que, a partir de 60 (sessenta) dias da publicação desta lei, não disponham do dispositivo bloqueador de que trata este serviço, sob pena de apreensão.

Art. 2º As empresas emissoras de sinais de televisão, inclusive a cabo, deverão divulgar ampla e previamente aos usuários suas programações, indicando de forma clara quais os programas que contêm cenas de sexo e violência, em que horários e canais.

Art. 3º As infrações ao disposto nesta lei sujeitam os infratores às penas previstas no Código Brasileiro de Telecomunicações.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Justificação

Muito tem sido debatido no País a respeito das programações exibidas pelas diversas redes de televisão, inclusive a cabo, principalmente no tocante às fortes e muitas vezes proibitivas cenas de sexo e violência.

Atribuir simples e puramente ao Estado a tarefa de definir quais os programas que podem ou não ser assistidos pelo público seria, além dos aspectos de inconstitucionalidade que envolveria uma proposta como essa, tentar reviver o execrável período da censura prévia, indesejado por todos.

Porém, em contrapartida à absoluta liberdade que é dada às emissoras de televisão de invadirem, sem o menor constrangimento, os lares dos milhões de telespectadores brasileiros, deve também ser dada a liberdade de esses últimos escolherem os programas que devam ou não assistir ou ser assistidos por suas famílias, especialmente as crianças.

A proposta do presente Projeto de Lei procura exatamente, a exemplo do que vem ocorrendo em vários países democráticos modernos, prover o cidadão desse novo mecanismo de defesa, de utilização sob seu inteiro e exclusivo arbítrio, de maneira que se possa recuperar o equilíbrio, ou ao menos minimi-

zar sua brutal diferença, entre a enorme força de que dispõem as redes de televisão e os telespectadores.

O Projeto encontra fundamento no § 3º, inciso II do art. 220 combinado com o 221, ambos os textos constitucional, que entre outros princípios assegura à pessoa e à família o direito de se defenderem de programas atentatórios aos valores éticos e sociais.

Tenho a certeza de que a presente proposta, durante a sua discussão, receberá da sociedade, por seus representantes nesta Casa, sugestões que certamente aperfeiçoarão a matéria em exame.

Sala das Sessões, 15 de fevereiro de 1996. –
Deputado **Cunha Bueno**.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

LEI Nº 4.117 – DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações

.....
Art. 52. A liberdade de radiodifusão não exclui a punição dos que praticarem abusos no seu exercício.

Art. 53. Constitui abuso, no exercício de liberdade da radiodifusão, o emprego desse meio de comunicação para a prática de crime ou contravenção previstos na legislação em vigor no País, inclusive:

a) incitar a desobediência às leis ou às decisões judiciais;

b) divulgar segredos de Estado ou assuntos que prejudiquem a defesa nacional;

c) ultrajar a honra nacional;

d) fazer propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política ou social;

e) promover campanha discriminatória de classe, cor, raça ou religião;

f) insuflar a rebeldia ou a indisciplina nas forças armadas ou nos serviços de segurança pública;

g) comprometer as relações internacionais do País;

h) ofender a moral familiar, pública, ou os bons costumes;

i) caluniar, injuriar ou difamar os Poderes Legislativo, Executivo ou Judiciário ou os respectivos membros;

j) veicular notícias falsas, com perigo para a ordem pública, econômica e social. **Parágrafo único.** (Vetado).

Art. 54. (Vetado).

Art. 55. (Vetado).

Art. 56. Pratica crime de violação de telecomunicação quem, transgredindo lei ou regulamento, exiba autógrafa ou qualquer documento do arquivo, divulgue ou comunique, informe ou capte, transmita a outrem ou utilize o conteúdo, resumo, significado, interpretação, indicação ou efeito de qualquer comunicação dirigida a terceiro.

§ 1º Pratica, também, crime de violação de telecomunicações quem ilegalmente receber, divulgar ou utilizar, telecomunicação interceptada.

§ 2º Somente os serviços fiscais das estações e postos oficiais poderão interceptar telecomunicação.

I – A recepção de telecomunicação dirigida por quem diretamente ou como cooperação esteja legalmente autorizado;

II – O conhecimento dado;

a) ao destinatário da telecomunicação ou a seu representante legal;

b) aos intervenientes necessários ao curso da telecomunicação;

c) ao comandante ou chefe, sob cujas ordens imediatas estiver servindo;

d) aos fiscais do Governo junto aos concessionários ou permissionários;

e) ao juiz competente, mediante requisição ou intimação deste.

Parágrafo único. Não estão compreendidas nas proibições contidas nesta lei as radiocomunicações destinadas a ser livremente recebidas, as de amadores, as relativas a navios e aeronaves em perigo, ou as transmitidas nos casos de calamidade pública.

Art. 58. Nos crimes de violação da telecomunicação a que se referem esta lei e o art. 151 do Código Penal, caberão, ainda, as seguintes penas:

I – Para as concessionárias ou permissionárias:

a) suspensão até 30 (trinta) dias, se culpados por ação ou omissão;

b) a aplicação de multa administrativa, ou de pena de suspensão ou cassação não exclui a responsabilidade criminal.

II – Para as pessoas:

a) 1(um) a 2(dois) anos de detenção ou perda de cargo ou emprego, apurada a responsabilidade em processo regular, iniciado com o afastamento imediato do acusado até decisão final;

b) para a autoridade responsável por violação de telecomunicação, as penas previstas na legislação em vigor serão aplicadas em dobro.

Parágrafo único. A reincidência, no caso da alínea a, do item I, será punida com pena em dobro, acarretando sempre suspensão ou cassação.

Art. 59. Serão suspensos ou cassados, na proporção da gravidade da infração os certificados dos operadores e armadores responsáveis pelo crime de violação de telecomunicações.

Art. 60. As penas administrativas, inclusive a multa, serão aplicadas pelo Conselho Nacional de Telecomunicações.

Art. 61. As penas por infração desta lei são:

a) multa;

b) suspensão;

c) cassação;

d) detenção.

Parágrafo único. (Vetado).

Art. 62. A pena de multa poderá ser aplicada por infração:

a) das letras a, b, c, e, g e h do art. 38 desta lei;

b) do art. 53 desta lei;

c) do art. 124 desta lei.

Art. 63. A multa terá o valor:

a) de 1 (uma) a 10 (dez) vezes o maior salário mínimo, para as estações de radiodifusão até 1 (um) kw;

b) de 1 (uma) a 20 (vinte) vezes o maior salário mínimo, para as estações de radiodifusão até 10 (dez) kw;

c) de 1 (uma) a 50 (cinquenta) vezes o maior salário mínimo, para as estações de radiodifusão com mais de 10 (dez) kw, e para as estações de televisão;

d) de 1 (uma) a 100 (cem) vezes o maior salário mínimo, para as telecomunicações que não sejam de radiodifusão.

Parágrafo único. A reincidência será punida com multa imposta em dobro.

Art. 64. Para os efeitos desta lei, considera-se reincidência a reiteração... (vetado) ...na prática da mesma infração já punida anteriormente.

Art. 65. A pena de multa poderá ser aplicada isolada ou conjuntamente com outras sanções especiais estatuídas nesta lei.

Art. 66. As multas serão aplicadas pelo Conselho Nacional de Telecomunicações, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do ingresso ou

formação de ofício da respectiva representação e sua secretaria.

§ 1º Dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contados da notificação, o acusado poderá oferecer defesa escrita.

§ 2º As multas poderão, também, ser aplicadas pelo Conselho Nacional de Telecomunicações mediante representação das autoridades referidas no art. 68 desta lei.

Art. 67. O infrator multado poderá dentro de 5 (cinco) dias e com efeito suspensivo, recorrer ao Presidente da República, que lhe dará ou negará provimento podendo, ainda, reduzir o valor da multa.

Art. 68. A suspensão da concessão ou da permissão, até 30 (trinta) dias, será aplicada pelo Ministro da Justiça, nos casos em que a infração estiver capitulada no art. 53 desta lei, **ex officio** ou mediante representação de qualquer das seguintes autoridades:

I – Em todo o território nacional:

- a) Mesa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- b) Presidente do Supremo Tribunal Federal;
- c) Ministro de Estado;
- d) Procurador-Geral da República;
- e) Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas;
- f) Conselho Nacional de Telecomunicações.

II – Nos Estados:

- a) Mesa da Assembléia Legislativa;
- b) Presidente do Tribunal de Justiça;
- c) Secretário do Interior e da Justiça;
- d) Chefe do Ministério Público Estadual;
- e) Juiz de Menores, nos casos de ofensa à moral e aos bons costumes.

III – Nos Municípios:

- a) Mesa da Câmara Municipal;
- b) Prefeito Municipal.

Art. 69. Assim que receber representação das autoridades referidas no art. 68, inciso I, letras **a** e **b**, incontinenti o Ministro da Justiça notificará a concessionária ou permissionária, para que:

a) não reincida na transmissão objeto da representação, até que esta seja decidida pelo Ministro da Justiça;

b) desminta, imediatamente, a transmissão incriminada ou a desfaça por declarações contrárias às que tenham motivado a representação;

c) ofereça defesa no prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo único. Quando a representação for das autoridades referidas no art. 68, inciso I, letras **c**, **d**, **e** e **f**, inciso II, letras **a**, **b**, **c**, **d**, e **e** inciso III letras **a** e **b**, o Ministro da Justiça verificará **in limine**, sua procedência, a fim de notificar ou não a concessionária ou permissionária.

Art. 70. Se a notificação não fôr prontamente obedecida, o Ministro da Justiça suspenderá, provisoriamente, a concessionária ou permissionária.

Parágrafo único. O Ministro da Justiça decidirá as representações que lhe forem oferecidas dentro de 15 (quinze) dias, improrrogáveis.

Art. 71. (Vetado).

a) (Vetado).

b) (Vetado).

c) (Vetado).

d) (Vetado).

e) (Vetado).

f) (Vetado).

g) (Vetado).

§ 1º (Vetado).

§ 2º (Vetado).

§ 3º (Vetado).

Art. 72. A pena de suspensão até 15 (quinze) dias, ouvido o Conselho Nacional de Telecomunicações, será ainda aplicada pelo Ministério da Justiça nos seguintes casos:

a) infração das letras **a**, **b**, **c**, **e**, **g** e **h**, do art. 38 desta lei, estipulando o Ministro da Justiça prazo para que sejam sanadas as irregularidades;

b) desrespeito ao direito de resposta reconhecido por decisão judicial;

c) quando seja criada situação de perigo de vida;

d) inobeservância do disposto nos §§ 3º e 4º do art. 81 e no art. 86 desta lei.

Parágrafo único. No caso da letra **e** deste artigo, a suspensão poderá ser aplicada pelo agente fiscalizador, **ad referendum** do Conselho Nacional de Telecomunicações.

Art. 73. Da suspensão aplicada nos termos do artigo anterior cabe recurso no prazo de 3 (três) dias, ao Presidente da República, (vetado).

Art. 74. A pena de cassação será imposta pelo Ministro da Justiça dentro de 30 (trinta) dias e mediante representação do Conselho Nacional de Telecomunicações, nos seguintes casos:

a) reincidência em infração anteriormente punida com suspensão;

b) interrupção do funcionamento por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, exceto quando haja autorização do Conselho Nacional de Telecomunicações, por justa causa;

c) superveniência de incapacidade legal, técnica ou econômica para execução dos serviços na concessão ou autorização;

d) por não haver a concessionária ou permissionária, no prazo estipulado pelo Ministro da Justiça, corrigido as irregularidades motivadoras de suspensão anteriormente imposta.

§ 1º O Conselho Nacional de Telecomunicações, ao representar pedindo a cassação dará ciência, na mesma data, à concessionária ou permissionária para que, dentro de 15 (quinze) dias, ofereça defesa escrita, querendo.

§ 2º (Vetado).

§ 3º (Vetado).

Art. 75. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, (vetado).

Parágrafo único. (Vetado).

Art. 76. A caducidade da concessão ou da autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, nos seguintes casos:

a) quando a concessão ou a autorização decorra de convênio com outro país, cuja denúncia a torne inexecutável;

b) quando expirarem os prazos da concessão ou autorização decorrente de convênio com outro país, sendo inviável a prorrogação.

Parágrafo único. (Vetado).

Art. 77. (Vetado).

Art. 78. Constitui crime punível com a pena de detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos, aumentada da metade se houver dano a terceiro, a instalação ou utilização de telecomunicações, sem observância do disposto nesta lei e nos regulamentos.

Parágrafo único. Precedendo ao processo penal, para os efeitos referidos neste artigo será liminarmente procedida a busca e apreensão da estação ou aparelho ilegais.

Art. 79. As autoridades, pessoas, entidades ou empresas noticiosas que funcionarem legalmente no País, quando não sob responsabilidade da concessionária ou permissionária, que praticarem abuso referido no art. 53 desta lei, estão sujeitas, no que couber, ao disposto nos arts. 9º a 16 e 26 a 51 da Lei nº 2.083 (*), de 12 de novembro de 1953.

§ 1º A responsabilidade pela autoria, nos termos do disposto neste artigo, não exclui a da concessionária ou permissionária, quando culpada por ação ou omissão.

§ 2º As multas estipuladas na Lei nº 2.083, de 12 de novembro de 1953, serão de 5 (cinco) a 100 (cem) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País.

Art. 80. Equiparam-se à atividade do jornalista profissional a busca, a redação, a divulgação ou a promoção, através da radiodifusão, de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas.

Art. 81. Independentemente da ação penal, o ofendido pela calúnia, difamação ou injúria cometida por meio de radiodifusão, poderá demandar, no Juízo Cível, a reparação do dano moral, respondendo por este solidariamente, o ofensor, a concessionária ou permissionária, quando culpada por ação ou omissão, e quem quer que, favorecido pelo crime, haja de qualquer modo contribuído para ele.

§ 1º A ação seguirá o rito do processo ordinário estabelecido no Código de Processo Civil.

§ 2º Sob pena de decadência a ação deve ser proposta dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data da transmissão caluniosa, difamatória ou injuriosa.

§ 3º Para exercer o direito à reparação é indispensável que no prazo de 5 (cinco) dias para as concessionárias ou permissionárias até 1km e de 10 (dez) dias para as demais, o ofendido as notifique, via judicial ou extrajudicial, para que não desfaçam a gravação nem destruam o texto, referidos no art. 86 desta lei.

§ 4º A concessionária ou permissionária só poderá destruir a gravação ou o texto objeto da notificação referida neste artigo, após o pronunciamento conclusivo do Judiciário sobre a respectiva demanda para a reparação do dano moral.

Art. 82. Em se tratando de calúnia, é admitida, como excludente da obrigação de indenizar, à exceção da verdade, que deverá ser oferecida no prazo para a contestação.

Parágrafo único. Será sempre admitida a exceção da verdade, aduzida no prazo acima, em se tratando de calúnia ou difamação, se o ofendido exercer função pública na União, nos Estados, nos Municípios, em entidade autárquica ou em sociedade de economia mista.

Art. 83. (Vetado).

Art. 84. Na estimação do dano moral, o Juiz terá em conta, notadamente, a posição social ou política do ofendido, a situação econômica do ofensor,

a intensidade do ânimo de ofender, a gravidade e repercussão da ofensa.

§ 1º O montante da reparação terá o mínimo de 5 (cinco) e o máximo de 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

§ 2º O valor da indenização será elevado ao dobro quando comprovada a reincidência do ofensor em ilícito contra a honra, seja por que meio for.

§ 3º A mesma agravação ocorrerá no caso de ser o ilícito contra a honra praticada no interesse de grupos econômicos ou visando a objetivos antinacionais.

Art. 85. A retratação do ofensor, em juízo ou fora dele, não excluirá a responsabilidade pela reparação.

Parágrafo único. A retratação será atenuante na aplicação da pena de reparação.

Art. 86. As concessionárias ou permissionárias deverão conservar em seus arquivos, os textos dos programas, inclusive noticiosos, devidamente autenticados pelos responsáveis durante 10 (dez) dias.

Parágrafo único. Os programas de debates ou políticos, bem como pronunciamentos da mesma natureza não registrados em textos, excluídas as transmissões compulsoriamente estatuídas por lei, deverão ser gravados para que sejam conservados em seus arquivos até 5 (cinco) dias depois de transmitidos para as concessionárias ou permissionárias até 1kw e até 10 (dez) dias para as demais.

Art. 87. Os dispositivos, relativos à reparação dos danos morais, são aplicáveis, no que couber, ao caso de ilícito contra a honra por meio da imprensa, devendo a petição inicial ser instruída, desde logo, com o exemplar do jornal ou revista, contendo a calúnia, difamação ou injúria.

Art. 88. A prescrição da ação penal nas infrações definidas nesta lei e na Lei nº 2.083, de 12 de novembro de 1953, ocorrerá 2 (dois) anos após a data da transmissão ou publicação incriminadas, e a da condenação no dobro do prazo em que for fixada.

Parágrafo único. O direito de queixa ou de representação do ofendido, ou seu representante legal, decairá se não for exercido dentro do prazo de 3 (três) meses da data da transmissão ou publicação incriminadas.

Art. 89. É assegurado o direito de resposta a quem for ofendido pela radiodifusão.

Art. 90. O direito de resposta consiste na transmissão da resposta escrita do ofendido, dentro de 24 (vinte e quatro) horas do seu recebimento, no mes-

mo horário, programa e pela mesma emissora em que se deu a ofensa.

§ 1º Se no prazo de 24 (vinte e quatro) horas não se repetir o programa para o efeito referido neste artigo, a emissora respeitará a exigência nele contida quanto ao horário.

§ 2º Quando o ofensor não tiver com a permissionária ou concessionária em que se deu a ofensa qualquer vínculo de responsabilidade ou de contrato de trabalho o pagamento da resposta é devido por aquele ou pelo ofendido, conforme decisão do Judiciário sobre o pedido de resposta.

§ 3º O caso referido no parágrafo anterior, a emissora transmitirá resposta 24 (vinte e quatro) horas depois que o ofendido lhe provar o ingresso em juízo do pedido de resposta.

§ 4º Se a emissora, no prazo referido no parágrafo anterior, não transmitir a resposta, ainda que a responsabilidade da ofensa seja de terceiro, nos termos do parágrafo 2º deste artigo, decairá do direito ao pagamento nele assegurado.

Art. 91. O direito de resposta poderá ser exercido pelo próprio ofendido, seu bastante procurador ou representante legal.

Parágrafo único. Quando a ofensa for à memória de alguém o direito de resposta poderá ser exercido por seu cônjuge, ascendente, descendente ou parente colateral.

Art. 92. Se o pedido de resposta não for atendido dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o ofendido, seu bastante procurador ou representante legal, ou no caso do parágrafo único, do art. 91, qualquer das pessoas neste qualificadas, poderá reclamar judicialmente o direito de pessoalmente fazê-lo dentro de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da intimação por mandado judicial.

Art. 93. Recebido o pedido de resposta, o juiz, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, mandará citar a concessionária ou permissionária para que, em igual prazo, diga das razões por que não a transmitiu.

Parágrafo único. Nas 24 (vinte e quatro) horas seguintes, o juiz proferirá a decisão, tenha o responsável atendido, ou não, à intimação para que se defendesse, dela devendo também constar:

- a) fixação do tempo para a resposta;
- b) fixação do preço da transmissão quando o ofensor condenado ou o ofendido que perdeu a ação, deva pagá-lo;
- c) gratuidade da resposta quando;

I – houver ocorrido a decadência referida no parágrafo 4º do artigo 90 desta lei;

II – a autoria da ofensa seja de pessoa vinculada por qualquer responsabilidade ou por contrato de trabalho à concessionária ou permissionária;

III – a autoria seja de pessoa sem qualquer vínculo de responsabilidade ou de contrato de trabalho com a concessionária, ou permissionária, mas sendo uma ou outra julgada culpada por ação ou omissão.

Art. 94. Da decisão proferida pelo juiz, caberá apelação no efeito devolutivo, com ação executiva para reaver o preço pago pela transmissão da resposta.

Art. 95. Será negada a transmissão da resposta:

- a) quando não tiver relação com os fatos referidos na transmissão incriminada;
- b) quando contiver expressões caluniosas, injuriosas ou difamatórias contra a concessionária ou permissionária;
- c) quando se tratar de atos ou publicações oficiais;
- d) quando se referir a terceiros, podendo dar-lhes também o direito de resposta;
- e) quando houver decorrido o prazo de mais de 30 (trinta) dias entre a transmissão, incriminada e o respectivo pedido de resposta.

Art. 96. A transmissão a resposta, salvo quando espontânea, não impedirá o ofendido de promover a punição pelas ofensas de que foi vítima.

Art. 97. Os discursos proferidos no Congresso Nacional, assim como os votos e pareceres dos seus membros, são invioláveis para o efeito e transmissão pelas telecomunicações.

Parágrafo único. Na vigência do estado de sítio, só serão divulgados os discursos, votos e pareceres expressamente autorizados pela Mesa da Casa a que pertencer o Congressista.

Art. 98. (Vetado).

Art. 99. (Vetado).

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações).

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição Federal e do art. 3º, item III, do Ato Adicional, os seguintes dispositivos da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962

.....
"Art. 53....."

.....
Parágrafo único. Se a divulgação das notícias falsas houver resultado de erro de informação e for objeto de desmentido imediato, a nenhuma penalidade ficará sujeita a concessionária ou permissionária".

.....
"Art. 54. São livres as críticas e os conceitos desfavoráveis, ainda que veementes, bem como a narrativa de fatos verdadeiros, guardadas as restrições estabelecidas em lei, inclusive de atos de qualquer dos poderes do Estado".

.....
"Art. 55. E inviolável a telecomunicação nos termos desta lei".

.....
"Art. 61....."

.....
Parágrafo único. Se a concessão ou permissão abranger mais de uma emissora, a penalidade que recair sobre uma delas não atingirá as demais inocentes".

.....
"Art. 64."

..... dentro de um ano"

.....
"Art. 71. A concessionária ou permissionária que não se conformar com a notificação, suspensão provisória ou pena de suspensão aplicada pelo Ministro da Justiça, poderá dentro de cinco dias, promover o pronunciamento do Tribunal Federal de Recursos, através de mandado de segurança, observadas as seguintes normas:

a) o Presidente, dentro do prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas, suspenderá, ou não **ilimine**, o ato do Ministro da Justiça;

b) o prazo para as informações do Ministro da Justiça será de 48 (quarenta e oito) horas improrrogáveis;

c) após o recebimento das informações, o relator enviará o processo imediatamente à Mesa, para que seja julgado na primeira Reunião de Turma;

d) o Procurador emitirá parecer oral na sessão de julgamento, após o relatório;

e) o julgamento é da competência de turmas isoladas;

f) a defesa e as informações poderão ser enviadas por via telegráfica ou radiotelegráfica;

g) o Regimento Interno do Tribunal Federal de Recursos estabelecerá normas complementares

para a aplicação desta lei, inclusive para o período de férias forenses.

§ 1º A autoridade que não se conformar com a decisão denegatória da representação que ofereceu ao Ministro da Justiça poderá, dentro de 15 (quinze) dias da mesma, promover o pronunciamento do Judiciário, através de mandado de segurança, interposto ao Tribunal Federal de Recursos.

§ 2º A decisão final do Ministro da Justiça, aplicando a pena de suspensão só será executada depois da decisão liminar referida na letra a deste artigo, quando confirmatória da suspensão.

§ 3º A Justiça Eleitoral poderá também notificar para que cesse e imediatamente seja desmentida, determinando sua suspensão até 20 (vinte e quatro) horas no caso de desobediência, transmissão que constitua infração à legislação eleitoral".

"Art. 73.
com efeito suspensivo salvo o caso da alínea c."

"Art. 74.

§ 2º A concessionária ou permissionária que não se conformar com a cassação, poderá promover o pronunciamento do Tribunal Federal de Recursos, através de mandado de segurança, cabendo ao seu Presidente decidir sobre a suspensão liminar do ato, no prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 3º Aplica-se, quanto à execução da cassação, o disposto no § 2º, do art. 71, desta lei."

"Art. 75.

se a respectiva concessionária ou permissionária decidir do direito à renovação.

Parágrafo único. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que esteve obrigada."

"Art. 76.

Parágrafo único. A declaração de caducidade só se dará se for impossível evitá-la por convênio com qualquer país ou por inexistência comprovada de frequência no Brasil, que possa ser atribuída à concessionária ou permissionária, a fim de que não cesse seu funcionamento."

"Art. 77. A declaração da perempção ou da caducidade, quando viciada por ilegalidade, abuso do poder ou pela desconformidade com os fins ou moti-

vos alegados, titulará o prejudicado a postular reparação do seu direito perante o Judiciário (art. 141, § 4º, da Constituição Federal)."

"Art. 83. A crítica e o conceito desfavorável, ainda que veementes, ou a narrativa de fatos verdadeiros, não darão motivo a qualquer reparação."

"Art. 98. A autoridade que impedir ou embarçar a liberdade da radiodifusão ou da televisão, fora dos casos autorizados em lei, incidirá, no que couber, na sanção do artigo 322 do Código Penal."

"Art. 99. A concessionária ou permissionária, oferecida em qualquer direito, poderá pleitear junto ao judiciário sua reparação, inclusive para salvaguardar a viabilidade econômica do empreendimento, afetada por exigências administrativas que a comprometam, desde que não decorrentes de lei ou regulamento."

DECRETO-LEI Nº 236, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117(*), de 27 de agosto de 1962.

Art. 1º Respeitadas as disposições da Lei nº 5.250(*), de 2 de fevereiro de 1967, no que se refere à radiodifusão, o presente decreto-Lei modifica e complementa a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

Art. 2º Os artigos 24 e 53 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, passarão a ter a seguinte redação:

"Art. 24. Das deliberações do Conselho caberá pedido de reconsideração para o mesmo e, em instância superior, recurso ao Presidente da República.

§ 1º As decisões serão tomadas por maioria absoluta de votos dos membros do Conselho, em exercício, excluídos aqueles que estiverem ausentes em missão oficial do Contel.

§ 2º O recurso para o Presidente da República ou pedido de reconsideração deve ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação feita ao interessado, por telegrama, ou carta registrada, um e outro com aviso de recebimento, ou de publicação desta notificação feita no **Diário Oficial** da União.

§ 3º O recurso para o Presidente da República terá efeito suspensivo."

"Art. 53. Constitui abuso, no exercício de liberdade da radiodifusão, o emprego desse meio de comunicação para a prática de crime ou contravenção previstos na legislação em vigor no País, inclusive:

- a) incitar a desobediência às leis ou decisões judiciárias;
- b) divulgar segredos de Estado ou assuntos que prejudiquem a defesa nacional;
- c) ultrajar a honra nacional;
- d) fazer propaganda de guerra ou de processos de subversão, da ordem política e social;
- e) promover campanha discriminatória de classe, cor, raça ou religião;
- f) insuflar a rebeldia ou a indisciplina nas forças armadas ou nas organizações de segurança pública;
- g) comprometer as relações internacionais do País;
- h) ofender a moral familiar pública, ou os bons costumes;
- i) caluniar, injuriar ou difamar os Poderes Legislativo, Executivo ou Judiciário ou os respectivos membros;
- j) veicular notícias falsas, com perigo para ordem pública, econômica e social;
- l) colaborar na prática de rebeldia, desordens ou manifestações proibidas."

Art. 3º São revogados os artigos 58 até 99 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, os quais são substituídos pelos seguintes novos artigos numerados de 58 a 72;

"Art. 58. Nos crimes de violação da telecomunicação, a que se referem esta lei e o artigo 151 do Código Penal, caberão ainda as seguintes penas:

I – para as concessionárias ou permissionárias, as previstas nos artigos 62 e 63, se culpados por ação ou omissão e independentemente da ação criminal;

II – para as pessoas físicas:

- a) 1 (um) a 2 (dois) anos de detenção ou perda de cargo ou emprego, apurada a responsabilidade em processo regular, iniciado com o afastamento imediato do acusado até decisão final;
- b) para autoridade responsável por violação da telecomunicação, as penas previstas na legislação em vigor serão aplicadas em dobro;
- c) serão suspensos ou cassados na proporção da gravidade da infração os certificados dos operadores profissionais e dos amadores responsáveis pelo crime de violação da telecomunicação.

Art. 59. As penas por infração desta lei são:

- a) multa até o valor de NCr\$10.000,00;

- b) suspensão, até trinta 30 (trinta) dias;
- c) cassação;
- d) detenção.

§ 1º Nas infrações em que, a juízo do Contel, não se justificar a aplicação de pena, o infrator será advertido, considerando-se a advertência como agravante na aplicação de penas por inobservância do mesmo ou de outro preceito desta lei.

§ 2º A pena de multa poderá ser aplicada isolada ou conjuntamente, com outras sanções especiais estatuídas nesta lei.

§ 3º O valor das multas será atualizado de 3 em 3 anos, de acordo com os níveis de correção monetária.

Art. 60. A aplicação das penas desta lei compete:

- a) ao Contel: multa e suspensão, em qualquer caso; cassação, quando se tratar de permissão;
- b) ao Presidente da República: cassação mediante representação do Contel em parecer fundamentado.

Art. 61. A pena será imposta de acordo com a infração cometida, considerados os seguintes fatores;

- a) gravidade da falta;
- b) antecedentes da entidade faltosa;
- c) reincidência específica.

Art. 62. A pena de multa poderá ser aplicada por infração de qualquer dispositivo legal, ou quando a concessionária ou permissionária não houver cumprido, dentro do prazo estipulado, exigência que tenha sido feita pelo Contel.

Art. 63. A pena de suspensão poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) infração dos artigos, 38, alíneas a, b, c, e, g e h, 53, 57, 71 e seus parágrafos;
- b) infração à liberdade de manifestação do pensamento e de informação (Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967);
- c) quando a concessionária ou permissionária não houver cumprido, dentro do prazo estipulado, exigência que lhe tenha sido feito pelo Contel;
- d) quando seja criada situação de perigo de vida;
- e) utilização de equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da portaria que as tenha aprovado;
- f) execução de serviço para o qual não está autorizado.

Parágrafo único. No caso das letras d, e, e f deste artigo poderá ser determinada a interrupção

do serviço pelo agente fiscalizador, **ad-referendum** do Contel.

Art. 64. A pena de cassação poderá ser imposta nos seguintes casos:

- a) infrigência do artigo 53;
- b) reincidência em infração anteriormente punida com suspensão;
- c) interrupção do funcionamento por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, exceto quando tenha, para isso, obtido autorização prévia do Contel.
- d) superveniência da incapacidade legal, técnica, financeira ou econômica para execução dos serviços da concessão ou permissão;
- e) não haver a concessionária ou permissionária, no prazo estipulado, corrigido as irregularidades motivadoras da suspensão anteriormente imposta;
- f) não haver a concessionária ou permissionária cumprido as exigências e prazos estipulados, até o licenciamento definitivo de sua estação.

Art. 65. O Contel promoverá as medidas cabíveis, punindo ou propondo punição, por iniciativa própria ou sempre que receber representação de qualquer autoridade.

Art. 66. Antes de decidir da aplicação de qualquer das penalidades previstas, o Contel notificará a interessada para exercer o direito de defesa, dentro do prazo de 5(cinco) dias, contados do recebimento da notificação.

§ 1º A repetição da falta no período decorrido entre o recebimento da notificação e a tomada de decisão será considerada como reincidência e, no caso das transgressões citadas no artigo 53, o presidente do Contel suspenderá a emissora provisoriamente.

§ 2º Quando a representação for feita por uma das autoridades a seguir relacionadas, o Presidente do Contel verificará **in limine** sua procedência, podendo deixar de ser feita a notificação a que se refere este artigo:

I – em todo o Território nacional:

- a) Mesa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
 - b) Presidente do Supremo Tribunal Federal;
 - c) Ministros de Estado;
 - d) Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional;
 - e) Procurador Geral da República;
 - f) Chefe do Estado Maior das Forças Armadas;
- II – nos Estados:

- a) Mesa da Assembleia Legislativa;
- b) Presidente do Tribunal de Justiça;

c) Secretário de assuntos relativos à Justiça;

d) Chefe do Ministério Público Estadual;

III – nos Municípios:

a) Mesa da Câmara Municipal;

b) Prefeito Municipal.

Art. 67. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, se a concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência.

Art. 68. A caducidade da concessão ou da autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, nos seguintes casos:

a) quando a concessão ou a autorização decorra de convênio com outro país, cuja denúncia a torne inexecutável;

b) quando expirarem os prazos de concessão ou autorização decorrente de convênio com outro país, sendo inviável a prorrogação.

Parágrafo único. A declaração de caducidade só se dará se for impossível evitá-la por convênio com qualquer país ou por inexistência comprovada de frequência no Brasil, que possa ser atribuída à concessionária ou permissionária, a fim de que não cesse seu funcionamento.

Art. 69. A declaração da perempção ou da caducidade, quando viciada por ilegalidade, abuso do poder ou pela desconformidade com os fins ou motivos alegados, titulará o prejudicado a postular reparação do seu direito perante o Judiciário.

Art. 70. Constitui crime punível com a pena de detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos, aumentada da metade se houver dano a terceiro, a instalação ou utilização de telecomunicações, sem observância do disposto nesta lei e nos regulamentos.

Parágrafo único. Precedendo ao processo penal, para os efeitos referidos neste artigo, será liminarmente procedida a busca e apreensão da estação ou aparelho ilegal.

Art. 71. Toda irradiação será gravada e mantida em arquivo durante as 24 horas subseqüentes ao encerramento dos trabalhos diários de emissora.

§ 1º As emissoras de televisão poderão gravar apenas o som dos programas transmitidos.

§ 2º As emissoras deverão conservar em seus arquivos os textos dos programas inclusive noticiosos, devidamente autenticados pelos responsáveis, durante 60 (sessenta) dias.

§ 3º As gravações dos programas políticos, de debates, entrevistas, pronunciamentos da mesma natureza e qualquer irradiação não registrada em texto, deverão ser conservadas em arquivo pelo prazo de 20 (vinte) dias depois de transmitidas, para as concessionárias ou permissionárias até 1 kw e 30 (trinta) dias para as demais.

§ 4º As transmissões compulsoriamente estabelecidas por lei serão gravadas em material fornecido pelos interessados.

Art. 72. A autoridade que impedir ou embaraçar a liberdade da radiodifusão ou da televisão, fora dos casos autorizados em lei, incidirá, no que couber, na sanção do artigo 322 do Código Penal.

Art. 4º Somente poderão executar serviço de radiodifusão:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;
- d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações;
- e) as sociedades nacionais por ações nominativas ou por cotas, desde que subscritas, as ações ou cotas, em sua totalidade, por brasileiros natos.

Parágrafo único. Nem pessoas jurídicas, excetuados os partidos políticos nacionais, nem estrangeiros, poderão ser sócios ou participar de sociedade que executem serviço de radiodifusão, nem exercer sobre ela qualquer tipo de controle direto ou indireto.

Art. 5º As entidades interessadas na execução de serviço de radiodifusão deverão possuir, comprovadamente, recursos financeiros para fazer face ao custo das instalações, equipamentos, acessórios e os indispensáveis à exploração do serviço.

§ 1º A comprovação a que se refere este artigo, compreendendo especialmente, a origem e o montante dos recursos, será feita perante o Conselho Nacional de Telecomunicações, na oportunidade da habilitação para a execução do serviço, segundo normas a serem por ele baixadas.

§ 2º Os financiamentos para aquisição de equipamentos serão considerados como recursos finan-

ceiros para os fins do § 1º, desde que fornecidos pelos próprios fabricantes.

Art. 6º Só os brasileiros natos poderão exercer, nas entidades executantes de serviço de radiodifusão, os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa e intelectual.

Art. 7º É vedado às empresas de radiodifusão manter contratos de assistência técnica com empresas ou organizações estrangeiras, quer a respeito de administração, quer de orientação, sendo rigorosamente proibido que estas, por qualquer forma ou moralidade, pretexto expediente mantenham ou nomeiem servidores ou técnicos que, de forma direta ou indireta, tenham intervenção ou conhecimento da vida administrativa ou da orientação da empresa de radiodifusão.

Parágrafo único. A vedação a que se refere este artigo não alcança a parte estritamente técnica ou artística da programação e do aparelhamento da empresa, nem se aplica aos casos de contrato de assistência técnica, com empresa ou organização estrangeira, não superior a seis meses e exclusivamente referentes à fase de instalação e início de funcionamento de equipamentos, máquinas e aparelhamentos técnicos.

Art. 8º Depende de prévia aprovação do Contel qualquer contrato que uma empresa de radiodifusão pretenda fazer com empresa ou organização estrangeira, que possa, de qualquer forma, ferir o espírito das disposições dos artigos 4º, 6º e 7º.

Parágrafo único. São também proibidas quaisquer modalidades contratuais que, de maneira direta ou indireta, assegurem à empresa ou organização estrangeira participação nos lucros brutos ou líquidos das empresas de radiodifusão.

Art. 9º É permitido às empresas de radiodifusão estabelecer, com pessoas físicas ou jurídicas nacionais, contratos que tenham por objetivo financiamento, empréstimo ou assistência técnica, desde que autorizados pelo Contel.

g) o Requerimento Interno do Tribunal Federal de Recursos estabelecerá normas complementares para a aplicação desta lei, inclusive para o período de férias forenses.

§ 1º A autoridade que não se conformar com a decisão denegatória da representação que ofereceu ao Ministro da Justiça poderá, dentro de 15 (quinze) dias da mesma, promover o pronunciamento do Judiciário, através de mandato de segurança, interposto ao Tribunal Federal de Recursos.

§ 2º A decisão final do Ministro da Justiça, aplicando a pena de suspensão só será executada depois da decisão liminar referida na letra a deste artigo, quando confirmatória da suspensão.

§ 3º A Justiça Eleitoral poderá também notificar para que cesse imediatamente seja desmentida, determinando sua suspensão até 20 (vinte e quatro) horas no caso de desobediência, transmissão que constitua infração à legislação eleitoral".

"Art. 73. Com efeito suspensivo salvo o caso da alínea c

"Art. 74.....

§ 2º A concessionária ou permissionária que não se conformar com a cassação, poderá promover o pronunciamento do Tribunal Federal de Recursos, através de mandado de segurança, cabendo ao seu Presidente decidir sobre a suspensão liminar do ato, no prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 3º Aplica-se, quanto à execução da cassação, o disposto no § 2º do art. 71, desta lei".

"Art. 75. Se a respectiva concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que esteve abrangida".

"Art. 76.....

Parágrafo único. A declaração de caducidade só se dará se for impossível evitá-la por convênio com qualquer país ou por inexistência comprovada de frequência no Brasil, que possa ser atribuída à concessionária ou permissionária, a fim de que não cesse seu funcionamento".

"Art. 77. A declaração da perempção ou da caducidade, quando viciada por ilegalidade, abuso do poder ou pela desconformidade com os fins ou motivos alegados, titulará o prejudicado a postular reparação do seu direito perante o Judiciário (art. 141. § 4º da Constituição Federal)."

"Art. 83. A crítica e o conceito desfavorável, ainda que veementes, ou a narrativa de fatos verdadeiros, não dão motivo a qualquer reparação."

"Art. 98. A autoridade que impedir ou embarçar a liberdade da radiodifusão ou da televisão, fora dos casos autorizados em lei, incidirá, no que couber, na sanção do artigo 322 do Código Penal."

"Art. 99. A concessionária ou permissionária, ofendida em qualquer direito, poderá pleitear junto ao Judiciário sua reparação, inclusive para salvaguardar a viabilidade econômica do empreendimento, afetada por exigências administrativas que a comprometam, desde que não decorrentes de lei ou regulamento."

LEI Nº 236, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117(*), de 27 de agosto de 1962.

Art. 1º Respeitadas as disposições da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, passarão a ter a seguinte redação:

"Art. 24. Das deliberações do Conselho caberá pedido de reconsideração para o mesmo e, em instância superior, recurso ao Presidente da República.

§ 1º As decisões serão tomadas por maioria absoluta de votos dos membros do Conselho, em exercício, excluídos aqueles que estiverem ausentes em missão oficial do Contel.

§ 2º O recurso para o Presidente da República ou o pedido de reconsideração deve ser apresentado no prazo de trinta (30) dias contados da notificação feita ao interessado, por telegrama, ou carta registrada, um e outro com aviso de recebimento, ou da publicação desta notificação feita no *Diário Oficial*, da União.

§ 3º O recurso para o Presidente da República terá efeito suspensivo."

"Art. 53. Constitui abuso, no exercício de liberdade da radiodifusão, o emprego desse meio de comunicação para a prática de crime ou contravenção previstos na legislação em vigor no país, inclusive:

a) incitar a desobediência às leis ou decisões judiciais;

b) divulgar segredos de Estado ou assuntos que prejudiquem a defesa nacional;

c) ultrajar a honra nacional;

d) fazer propaganda de guerra ou de processos de subversão da ordem política e social;

e) promover campanha discriminatória de classe, cor, raça ou religião;

f) insuflar a rebeldia ou a indisciplina nas forças armadas ou nas organizações de segurança pública;

g) comprometer as relações internacionais do País;

h) ofender a moral familiar pública, ou os bons costumes;

i) caluniar, injuriar ou difamar os Poderes Legislativos, Executivo ou Judiciário ou os respectivos membros;

j) veicular notícias falsas, com perigo para ordem pública, econômica e social;

l) colaborar na prática de rebeldia, desordens ou manifestações proibidas."

Art. 3º São revogados os artigos 58 até 99 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, os quais são substituídos pelos seguintes novos artigos numerados de 58 a 72.

"Art. 58. Nos crimes de violação da telecomunicação, a que se referem esta lei e o artigo 151 do Código Penal, caberão, ainda as seguintes penas.

I - para as concessionárias ou permissionárias as previstas nos artigos 62 e 63, se culpados por ação ou omissão e independentemente da ação criminal;

II - para as pessoas físicas;

a) 1 (um) a 2 (dois) anos de detenção ou perda de cargo ou emprego, apurada a responsabilidade em processo regular, iniciado com o afastamento imediato do acusado até decisão final.

b) para autoridade responsável por violação da telecomunicação, as penas previstas na legislação em vigor serão aplicadas em dobro;

c) serão suspensos ou cassados, na proporção da gravidade da infração, os certificados dos operadores profissionais e dos amadores responsáveis pelo crime de violação da telecomunicação.

Art. 59. As penas por infração desta lei são:

a) multa, até o valor de NCr\$10.000,00;

b) suspensão, até 30 (trinta) dias;

c) cassação;

d) detenção.

§ 1º Nas infrações em que, a juízo do Contel, não se justificar a aplicação de pena, o infrator será advertido, considerando-se a advertência como agravante.

Lei na aplicação de penas por inobservância do mesmo ou de outro preceito desta lei.

§ 2º A pena de multa poderá ser aplicada isolada ou conjuntamente, com outras sanções especiais estatuídas nesta lei.

§ 3º O valor das multas será atualizado de 3 em 3 anos, de acordo com os níveis de correção monetária.

Art. 60. A aplicação das penas desta lei compete:

a) ao Contel: multa e suspensão, em qualquer caso; cassação, quando se tratar de permissão;

b) ao Presidente da República: cassação, mediante representação do Contel, em parecer fundamentado.

Art. 61. A pena será imposta de acordo com a infração cometida, considerados os seguintes fatores:

a) gravidade da falta;

b) antecedentes da entidade faltosos;

c) reincidência específica.

Art. 62. A pena de multa poderá ser aplicada por infração de qualquer dispositivo legal, ou quando a concessionária ou permissionária não houver cumprido, dentro do prazo estipulado, exigência que tenha sido feita pelo Contel.

Art. 63. A pena de suspensão poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) infração dos artigos 38, alíneas a, b, c, e, g e h, 53, 57, 71 e seus parágrafos;

b) infração à liberdade de manifestação do pensamento e de informação (Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967);

c) quando a concessionária ou permissionária não houver cumprido, dentro do prazo estipulado, exigência que lhe tenha sido feita pelo Contel;

d) quando seja criada situação de perigo de vida;

e) utilização de equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da portaria que as tenha aprovado;

f) execução de serviço para o qual não autorizado.

Parágrafo único. No caso das letras d, e e f deste artigo poderá ser determinada a interrupção do serviço pelo agente fiscalizador, **ad-referendum** do Contel.

Art. 64. A pena de cassação poderá ser imposta nos seguintes casos:

a) infringência do artigo 53.

b) reincidência em infração anteriormente punida com suspensão;

c) interrupção do funcionamento por mais de (trinta) 30 dias consecutivos, exceto quando tenha, para isso, obtido autorização prévia do Contel.

d) superveniência da incapacidade legal, técnica, financeira ou econômica para execução dos serviços da concessão ou permissão;

e) não haver a concessionária ou permissionária, no prazo estipulado, corrigido as irregularidades motivadoras da suspensão anteriormente imposta;

f) não haver a concessionária ou permissionária cumprido as exigências e prazos estipulados, até o licenciamento definitivo de sua estação.

Art. 65. O Contel promoverá as medidas cabíveis, punindo ou propondo a punição, por iniciativa própria ou sempre que receber representação de qualquer autoridade.

Art. 66. Antes de decidir da aplicação de qualquer das penalidades previstas, o Contel notificará a interessada para exercer o direito de defesa, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação.

§ 1º A repetição da falta no período decorrido entre o recebimento da notificação e a tomada de decisão será considerada como reincidência e, no caso das transgressões citadas no artigo 53, o Presidente do Contel suspenderá a emissora provisoriamente.

§ 2º Quando a representação for feita por uma das autoridades a seguir relacionadas, o Presidente do Contel verificará **in limine** sua procedência, podendo deixar de ser feita a notificação a que se refere este artigo:

I – em todo o Território nacional:

a) Mesa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

b) Presidente do Supremo Tribunal Federal;

c) Ministros de Estado;

d) Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional;

e) Procurador Geral da República;

f) Chefe do Estado Maior das Forças Armadas;

II – nos Estados:

a) Mesa da Assembléia Legislativa;

b) Presidente do Tribunal de Justiça;

c) Secretário de assuntos relativos à Justiça;

d) Chefe do Ministério Público Estadual;

III – nos Municípios:

a) Mesa da Câmara Municipal;

b) Prefeito Municipal.

Art. 67. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, se a concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência.

Art. 68. A caducidade da concessão ou da autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações nos seguintes casos:

a) quando a concessão ou a autorização decorra de convênio com outro país, cuja denúncia a torne inexecutável;

b) quando expirarem os prazos de concessão ou autorização decorrente de convênio com outro país, sendo inviável a prorrogação.

Parágrafo único. A declaração de caducidade só se dará se for impossível evitá-la por convênio com qualquer país ou por inexistência comprovada de frequência no Brasil, que possa ser atribuída à concessionária ou permissionária, a fim de que não cesse seu funcionamento.

Art. 69. A declaração da perempção ou da caducidade, quando viciada por ilegalidade abuso do poder ou pela desconformidade com os fins ou motivos alegados, titulará o prejudicado a postular reparação do seu direito perante o Judiciário.

Art. 70. Constitui crime punível com a pena de detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos, aumentada da metade se houver dano a terceiro, a instalação ou utilização de telecomunicações, sem observância do disposto nesta Lei e nos regulamentos.

Parágrafo único. Precedendo ao processo penal, para os efeitos referidos neste artigo, será liminarmente procedida a busca e apreensão da estação ou aparelho ilegal.

Art. 71. Toda irradiação será gravada e mantida em arquivo durante as 24 horas subsequentes ao encerramento dos trabalhos diários de emissora.

§ 1º As emissoras de televisão poderão gravar apenas o som dos programas transmitidos.

§ 2º As emissoras deverão conservar em seus arquivos os textos dos programas, inclusive noticiários, devidamente autenticados pelos responsáveis, durante 60 (sessenta) dias.

§ 3º As gravações dos programas políticos, de debates, entrevistas, pronunciamentos da mesma natureza e qualquer irradiação não registrada em texto, deverão ser conservadas em arquivo pelo prazo de 20 (vinte) dias depois de transmitidas, para as

concessionárias ou permissionárias até 1 kw e 30 (trinta) dias para as demais.

§ 4º As transmissões compulsoriamente estabelecidas por lei serão gravadas em material fornecido pelos interessados.

Art. 72. A autoridade que impedir ou embaraçar a liberdade da radiodifusão ou da televisão, fora dos casos autorizados em lei, incidirá, no que couber, na sanção do artigo 322 do Código Penal."

(Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação.)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 1999
(Nº 610/95, na Casa de origem)**

Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Da Proteção Especial a Vítimas e a Testemunhas

Art. 1º As medidas de proteção requeridas por vítimas ou por testemunhas de crimes que estejam coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal serão prestadas pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal, ao âmbito das respectivas competências, na forma de programas especiais organizados com base nas disposições desta lei.

§ 1º A União, os Estados e o Distrito Federal poderão celebrar convênios, acordos, ajustes ou termos de parceria entre si ou com entidades não-governamentais objetivando a realização dos programas.

§ 2º A supervisão e a fiscalização dos convênios, acordos, ajustes e termos de parceria de interesse da União ficarão a cargo do órgão do Ministério da Justiça com atribuições para a execução da política de direitos humanos.

Art. 2º A proteção concedida pelos programas e as medidas dela decorrentes levarão em conta a gravidade da coação ou da ameaça à integridade física ou psicológica, a dificuldade de preveni-las ou reprimi-las pelos meios convencionais e a sua importância para a produção da prova.

§ 1º A proteção poderá ser dirigida ou estendida ao cônjuge ou companheiro, ascendentes, descendentes e dependentes que tenham convivência habitual com a vítima ou testemunha, conforme o especificamente necessário em cada caso.

§ 2º Estão excluídos da proteção os indivíduos cuja personalidade ou conduta seja incompatível com as restrições de comportamento exigidas pelo programa, os condenados que estejam cumprindo pena e os indiciados ou acusados sob prisão cautelar em qualquer de suas modalidades. Tal exclusão não trará prejuízo a eventual prestação de medidas de preservação da integridade física desses indivíduos por parte dos órgãos de segurança pública.

§ 3º O ingresso no programa, as restrições de segurança e demais medidas por ele adotadas terão sempre a anuência da pessoa protegida, ou de seu representante legal.

§ 4º Após ingressar no programa, o protegido ficará obrigado ao cumprimento das normas por ele prescritas.

§ 5º As medidas e providências relacionadas com os programas serão adotadas, executadas e mantidas em sigilo pelos protegidos e pelos agentes envolvidos em sua execução.

Art. 3º Toda admissão no programa ou exclusão dele será precedida de consulta ao Ministério Público sobre o disposto no art. 2º e deverá ser subsequentemente comunicada à autoridade policial ou ao juiz competente.

Art. 4º Cada programa será dirigido por um conselho deliberativo em cuja composição haverá representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário e de órgãos públicos e privados relacionados com a segurança pública e a defesa dos direitos humanos.

§ 1º A execução das atividades necessárias ao programa ficará a cargo de um dos órgãos representantes no conselho deliberativo, devendo os agentes dela incumbidos ter formação e capacitação profissional compatível com suas tarefas.

§ 2º Os órgãos policiais prestarão a colaboração e o apoio necessário à execução de cada programa.

Art. 5º A solicitação objetivando ingresso no programa poderá ser encaminhada ao órgão executor:

- I – pelo interessado;
- II – por representante do Ministério Público;
- III – pela autoridade policial que conduz a investigação criminal;

IV – pelo juiz competente para a instrução do processo criminal;

V – por órgãos públicos e entidades com atribuições de defesa dos direitos humanos.

§ 1º A solicitação será instruída com a qualificação da pessoa a ser protegida e com informações sobre a sua vida pregressa, o fato delituoso e a coação ou ameaça que a motiva.

§ 2º Para fins de instrução do pedido, o órgão executor poderá solicitar, com a aquiescência do interessado:

I – documentos ou informações comprobatórios de sua identidade, estado civil, situação profissional, patrimônio e grau de instrução, e da pendência de obrigações civis, administrativas, fiscais, financeiras ou penais;

II – exames ou pareceres técnicos sobre a sua personalidade, estado físico ou psicológico.

§ 3º Em caso de urgência e levando em consideração a procedência, gravidade e a iminência da coação ou ameaça, a vítima ou testemunha poderá ser colocada provisoriamente sob a custódia de órgão policial, pelo órgão executor, no aguardo de decisão do conselho deliberativo, com comunicação imediata a seus membros e ao Ministério Público.

Art. 6º O conselho deliberativo decidirá sobre:

I – o ingresso do protegido no programa ou a sua exclusão;

II – as providências necessárias ao cumprimento do programa.

Parágrafo único. As deliberações do conselho serão tomadas por maioria absoluta de seus membros e sua execução ficará sujeita à disponibilidade orçamentária.

Art. 7º Os programas compreendem, dentre outras, as seguintes medidas, aplicáveis isolada ou cumulativamente em benefício da pessoa protegida, segundo a gravidade e as circunstâncias de cada caso:

I – segurança na residência, incluindo o controle de telecomunicações;

II – escolta e segurança nos deslocamentos da residência, inclusive para fins de trabalho ou para a prestação de depoimentos;

III – transferência de residência ou acomodação provisória em local compatível com a proteção;

IV – preservação da identidade, imagem e dados pessoais;

V – ajuda financeira mensal para prover as despesas necessárias à subsistência individual ou familiar, no caso de a pessoa protegida estar impos-

sibilitada de desenvolver trabalho regular ou de inexistência de qualquer fonte de renda;

VI – suspensão temporária das atividades funcionais, sem prejuízo dos respectivos vencimentos ou vantagens, quando servidor público ou militar;

VII – apoio e assistência social, médica e psicológica;

VIII – sigilo em relação aos atos praticados em virtude da proteção concedida;

IX – apoio do órgão executor do programa para o cumprimento de obrigações civis e administrativas que exijam o comparecimento pessoal.

Parágrafo único. A ajuda financeira mensal terá um teto fixado pelo conselho deliberativo no início de cada exercício financeiro.

Art. 8º Quando entender necessário, poderá o conselho deliberativo solicitar ao Ministério Público que requeira ao juiz a concessão de medidas cautelares direta ou indiretamente relacionadas com a eficácia da proteção.

Art. 9º Em casos excepcionais e considerando as características e gravidade da coação ou ameaça, poderá o conselho deliberativo encaminhar requerimento da pessoa protegida ao juiz competente para registros públicos objetivando a alteração de nome completo.

§ 1º A alteração de nome completo poderá estender-se às pessoas mencionadas no § 1º do art. 2º desta Lei, inclusive aos filhos menores, e será precedida das providências necessárias ao resguardo de direitos de terceiros.

§ 2º O requerimento será sempre fundamentado e o juiz ouvirá previamente o Ministério Público, determinando, em seguida, que o procedimento tenha rito sumariíssimo e corra em segredo de justiça.

§ 3º Concedida a alteração pretendida, o juiz determinará na sentença, observando o sigilo indispensável à proteção do interessado:

I – a averbação no registro original de nascimento da menção de que houve alteração de nome completo em conformidade com o estabelecido nesta Lei, com expressa referência à sentença autorizatória e ao juiz que exarou e sem a aposição do nome alterado;

II – a determinação aos órgãos competentes para o fornecimento dos documentos decorrentes de alteração;

III – a remessa da sentença ao órgão nacional competente para o registro único de identificação civil, cujo procedimento obedecerá às necessárias restrições de sigilo.

§ 4º O conselho deliberativo, resguardado o sigilo das informações, manterá controle sobre a localização do protegido cujo nome tenha sido alterado.

§ 5º Cessada a coação ou ameaça que deu causa à alteração, ficará facultado ao protegido solicitar ao juiz competente o retorno à situação anterior, com a alteração para o nome original, em petição que será encaminhada pelo conselho deliberativo e terá manifestação prévia do Ministério Público.

Art. 10. A exclusão da pessoa protegida de programa de proteção a vítimas e a testemunhas poderá ocorrer a qualquer tempo:

I – por solicitação do próprio interessado;

II – por decisão do conselho deliberativo, em consequência de:

a) cessação dos motivos que ensejarem a proteção;

b) conduta incompatível do protegido.

Art. 11. A proteção oferecida pelo programa terá a duração máxima de dois anos.

Parágrafo único. Em circunstâncias excepcionais, perdurando os motivos que autorizam a admissão, a permanência poderá ser prorrogada.

Art. 12. Fica instituído, no âmbito do órgão do Ministério da Justiça com atribuições para a execução da política de direitos humanos, o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, a ser regulamentado por decreto do Poder Executivo.

CAPÍTULO II

Da Proteção aos Réus Colaboradores

Art. 13. Poderá o juiz, de ofício ou a requerimento das partes, conceder o perdão judicial e a consequente extinção da punibilidade ao acusado que, sendo primário, tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e o processo criminal, desde que dessa colaboração tenha resultado:

I – a identificação dos demais co-autores ou partícipes da ação criminosa;

II – a localização da vítima com a sua integridade física preservada;

III – a recuperação total ou parcial do produto do crime.

Parágrafo único. A concessão do perdão judicial levará em conta a personalidade do beneficiado e a natureza, circunstâncias, gravidade e repercussão social do fato criminoso.

Art. 14 o indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais co-auto-

res ou partícipes do crime, na localização da vítima com vida e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um a dois terços.

Art. 15. Serão aplicadas em benefício do colaborador, na prisão ou fora dela, medidas especiais de segurança e proteção a sua integridade física, considerando ameaça ou coação eventual ou efetiva.

§ 1º Estando sob prisão temporária, preventiva ou em decorrência de flagrante delito, o colaborador será custodiado em dependência separada dos demais presos.

§ 2º Durante a instrução criminal, poderá o juiz competente determinar em favor do colaborador qualquer das medidas previstas no art. 8º desta lei.

§ 3º No caso de cumprimento da pena em regime fechado, poderá o juiz criminal determinar medidas especiais que proporcionem a segurança do colaborador em relação aos demais apenados.

Disposições Gerais

Art. 16. O art. 57 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, fica acrescido do seguinte § 7º:

"Art. 57.
.....

§ 7º Quando a alteração de nome for concedida em razão de fundada coação ou ameaça decorrente de colaboração com a apuração de crime, o juiz competente determinará que haja a averbação no registro de origem de menção da existência de sentença concessiva da alteração, sem a averbação do nome alterado, que somente poderá ser procedida mediante determinação posterior, que levará em consideração a cessação da coação ou ameaça que deu causa à alteração."

Art. 17. O parágrafo único do art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, com a redação dada pela Lei nº 9.708, de 18 de novembro de 1998, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 58.

Parágrafo único. A substituição do prenome será ainda admitida em razão de fundada coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime, por determinação, em sentença, de juiz competente, ouvido o Ministério Público."

Art. 18. O art. 18 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 18. Ressalvado o disposto nos arts. 45, 57, § 7º, e 95, parágrafo único, a certidão será lavrada independentemente de despacho judicial, devendo mencionar o livro de registro ou o documento arquivado no cartório."

Art. 19. A União poderá utilizar estabelecimentos especialmente destinados ao cumprimento de pena de condenados que tenham prévia e voluntariamente prestado a colaboração de que trata esta lei.

Parágrafo único. Para fins de utilização desses estabelecimentos poderá a União celebrar convênios com os estados e o Distrito Federal.

Art. 20. As despesas decorrentes da aplicação desta lei, pela União, correrão à conta de dotação consignada no orçamento.

Art. 21. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A testemunha de crime que estiver ameaçada tem direito à proteção e ao apoio do Estado, quando requerido pela autoridade que preside o inquérito policial ou pelo representante do Ministério Público.

Art. 2º A proteção e o apoio podem consistir, entre outros meios, na mudança de residência para outra localidade, inclusive para o exterior, bem como na obtenção de uma segunda identidade, sendo-lhe fornecidos os documentos necessários.

Art. 3º Caso não possa prover o próprio sustento, a testemunha fará jus a uma pensão.

Art. 4º Se for obrigada a abandonar o emprego, o vínculo empregatício subsistirá, até que cesse a necessidade de se esconder.

Parágrafo único. O tempo em que a testemunha ficou impedida de comparecer ao trabalho será contado para todos os fins de direito, inclusive para aposentadoria, devendo as contribuições previdenciárias serem pagas pelo Estado.

Art. 5º Se a testemunha ou informante for criança ou adolescente, seus estudos não poderão ser interrompidos.

Art. 6º Todas as medidas de proteção estendem-se à família da testemunha.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Os criminosos sempre se valem do expediente de atemorizar testemunhas de seus atos no intuito de ficarem impunes.

Mormente agora, com o aumento desenfreado do crime organizado, tem reinado a mais absoluta "lei do silêncio". Os que ousam desafiá-la, logo em seguida, são exterminados como castigo e para servirem de exemplo aos demais.

A proteção que o Estado tem dispensado às poucas testemunhas que ainda se dispõem a colaborar com a Justiça não são eficazes e tornam a sua vida um verdadeiro inferno. A testemunha passa a ser uma verdadeira vítima.

Para minorar tal situação apresentamos o presente projeto de lei, contando com o apoio dos ilustres pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, de 1995. _ Deputado **Humberto Costa**.

PROJETO DE LEI ENCAMINHADO PELO PODER EXECUTIVO À CÂMARA DOS DEPUTADOS

MENSAGEM Nº 997

Senhores membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas e institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas".

Brasília, 5 de setembro de 1997. – **Fernando Henrique Cardoso**.

EM Nº 406

Brasília, 4 de setembro de 1997

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que objetiva estabelecer normas para a organização e manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas e institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas.

2. A iniciativa ora proposta contempla previsão contida no Programa Nacional de Direitos Humanos, qual seja, "a de apoiar a criação nos estados de programas de proteção a vítimas e testemunhas de crimes, expostas a grave e atual perigo em virtude de colaboração ou declarações prestadas em investigação ou processo criminal".

3. A proposta atende, igualmente, aos reiterados e crescentes apelos da sociedade brasileira e dos segmentos interessados na processualística penal, pelas razões expostas a seguir.

4. A criminalidade organizada, a ocorrência de "chacinas" nos bairros periféricos das grandes cidades e outras manifestações da violência urbana, os conflitos agrários, a participação de agentes públicos, sobretudo policiais, na prática de atos criminosos graves, estão a exigir – pelas características e fatores que os cercam – a adoção de mecanismos capazes de coibi-los e de proporcionar as necessárias respostas do Estado, na forma de sanções penais e demais meios legais postos à sua disposição.

5. As sanções penais aplicáveis às condutas criminosas dependem sobremaneira da produção de provas, que possam determinar sua autoria e responsabilidade, apresentadas na investigação policial e no processo criminal. Sem dúvida, a mais importante das provas admitidas no direito processual brasileiro é a testemunhal, sendo também de fundamental importância que as vítimas das ações criminosas possam denunciá-las e fornecer as informações possíveis à sua consequente apuração.

6. No entanto, grande parte das testemunhas e das vítimas de determinados tipos de crimes (os já citados anteriormente), por se sentirem coagidas ou ameaçadas, deixam de denunciar ou testemunhar o que sofrem ou presenciam, com evidente prejuízo para a investigação criminal e para o processo penal.

7. Ademais, é significativo o número de vítimas e testemunhas que são mortas em decorrência de ações direcionadas a acobertar ou impedir a elucidação de crimes (havendo, até mesmo, casos de assassinatos anunciados com antecedência). Com o mesmo escopo, há um número elevado de ameaças dos mais diversos matizes, que às vezes se estendem aos familiares ou parentes dessas vítimas e testemunhas.

8. Não obstante os casos de mortes e atentados, é significativa a quantidade de pessoas que solicita garantias à integridade física para colaborar com a apuração de delitos que tenha presenciado ou testemunhado. Na maioria dos casos, esses pedidos chegam a condicionar tal colaboração ao seu entendimento.

9. Os pedidos para a proteção a essas pessoas costumam ser direcionados ao Ministério Público, aos juizes, às entidades não-governamentais de direitos humanos, ao Ministério da Justiça e, em menor número, aos órgãos policiais. No caso do Ministério da Justiça, os apelos chegam mensalmente de todas as partes do País.

10. Tendo em vista as circunstâncias e a gravidade das ameaças relatadas em tais pedidos, esses ficam impossibilitados de serem atendidos pelos meios convencionais de segurança destinados à coletividade e ao cidadão comum, exigindo, assim, medidas especiais de proteção.

11. E por que medidas especiais de proteção? Primeiramente, porque são medidas que não podem ser aplicadas indiscriminadamente, posto que podem restringir ou afetar as liberdades individuais dos protegidos. Em segundo lugar, como essas medidas restringem as liberdades individuais elas têm que ter a prévia e integral concordância dos protegidos. Aqueles que desafiam o crime organizado ou que denunciam uma "chacina" – para citar dois exemplos – passam a ser "marcados para morrer" e se vêem na necessidade de mudar o cotidiano e sacrificar interesses pessoais para não sucumbir a reações potentes e violentas, como costumam ser as do crime organizado.

12. Devido ao seu caráter especial, os recursos e medidas especialmente voltados à proteção dos ameaçados necessitam ser aplicados de forma sistemática, organizada, e em um período de tempo determinado, o que enseja a formação de programas específicos.

13. A realização desses programas de proteção a vítimas e a testemunhas tem sido viabilizada em alguns poucos países, como os Estados Unidos e a Itália. No Brasil, o Estado de Pernambuco vem adaptando, com baixo custo e ações bem mais limitadas, o modelo norte-americano ao contexto brasileiro. Acrescente-se que o programa pernambucano resulta de uma bem sucedida parceria (mediante convênio) de órgãos públicos (Secretaria de Justiça, etc) e entidades não-governamentais, tendo por executor o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP. Tal coparticipação é reputada como essencial ao seu êxito e aos custos reduzidos que apresenta.

14. Pelas considerações expostas, conclui-se que o estabelecimento de programas específicos à proteção de vítimas e testemunhas ameaçadas é útil e necessário. Exteriorizá-los é um dever do Estado, que decorre de sua exclusiva competência de realizar o inquérito, o processo de apuração e de imputação de crimes, bem como de sua atribuição de promover a segurança dos cidadãos. Em assim sendo, esses programas devem ser organizados em consonância com o ordenamento jurídico, de forma a proporcionar uma aplicação uniforme desses serviços de proteção em todo o País, observadas as competências delimitadas pela Constituição Federal.

15. Ao mesmo tempo em que são direcionadas para atender à formação da prova no inquérito policial e no processo penal, as regras do programa têm que conter uma série de restrições compatíveis com a realidade brasileira, dentre as quais cabe destacar.

– a não-admissão de pessoas que estejam cumprindo pena ou sob qualquer tipo de detenção, ou ain-

da e não possuam comportamento compatível com as exigências de segurança previstas nos programas;

– a limitação nos programas às vítimas ou testemunhas de determinados crimes, notadamente aqueles praticados com violência contra a pessoa (homicídio, etc.) ou resultantes da ação de bandos organizados, de agentes públicos, sobretudo policiais, ou de conflitos agrários. Na prática, constata-se e esses tipos de delitos concentram a maior parte das coações e ameaças.

16. Em síntese, o Projeto de lei ora sugerido tem os seguintes objetivos:

– estabelecer normas básicas para a organização sistemática, na forma de programas, da proteção a vítimas ou testemunhas de determinados crimes (graves), que se encontrem ameaçadas ou em perigo atual ou iminente. Para tanto, as disposições adotadas inspiram-se na experiência que está sendo realizada, com êxito, no Estado de Pernambuco;

– alcançar, com tais normas, a legitimação de medidas e mecanismos indispensáveis às variadas circunstâncias que envolvem a proteção. É importante salientar a voluntariedade da integração do protegido no programa, incluindo a aceitação prévia das medidas aplicáveis e a exclusão a qualquer tempo;

– instituir o Programa Federal de Assistência a Vítima e Testemunhas Ameaçadas, no âmbito do Ministério da Justiça;

– possibilitar que esses programas sejam implementados por meio de convênios celebrados pela União e pelos Estados, seja entre si, seja com entidades não-governamentais.

17. Com a presente proposta, Senhor Presidente, tenho a absoluta convicção de que estaremos dando um grande passo para o combate à criminalidade, à redução da impunidade e à proteção dos direitos humanos.

Respeitosamente – **Iris Rezende**, Ministro de Estado da Justiça.

**ANEXO A EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Nº 406 DE 4-9-97**

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Necessidade de se conceder medidas especiais de proteção, na forma de programas, a vítima e testemunhas coagidas ou ameaçadas, em razão de colaborar com a investigação policial ou processo criminal.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Estabelecimento de normas para a organização e manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas e a instituição do Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

4. Custos:

5. Razões que justificam a urgência:

6. Impacto sobre o meio ambiente:

7. Síntese do parecer do órgão jurídico
Constitucional e jurídico.

**PROJETO DE LEI, DE 1999
(Do Poder Executivo)**

"Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas e institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As medidas de proteção requeridas por vítimas ou por testemunhas de determinados crimes que estejam sendo coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação policial ou com o processo criminal serão prestadas pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal, no âmbito das respectivas competências, na forma de programas especiais organizados com base nas disposições desta Lei.

§ 1º A União, os Estados e o Distrito Federal poderão celebrar convênios, acordos ou ajustes, entre si ou com entidades não-governamentais, objetivando a realização dos programas.

§ 2º A supervisão e a fiscalização dos convênios, acordos e ajustes de interesse da União ficarão a cargo do órgão do Ministério da Justiça com atribuições para a execução da política de direitos humanos.

Art. 2º Os programas de que trata esta Lei destinam-se às vítimas e às testemunhas coagidas ou ameaçadas em razão de investigação policial ou processo criminal relacionados com a prática de qualquer dos seguintes crimes:

I – homicídio doloso, latrocínio, seqüestro, tortura, estupro, extorsão, roubo, terrorismo, extorsão mediante seqüestro, especialmente quando houver suspeita ou participação de grupos de extermínio, agentes públicos, inclusive policiais, resultar de conflitos agrários;

- II – quadrilha ou bando;
- III – tráfico de entorpecentes ou de armas;
- IV – sonegação fiscal ou corrupção passiva e ativa.

Art. 3º A proteção concedida pelos programas e as medidas dela decorrentes levarão em conta a gravidade da coação ou da ameaça à integridade física ou psicológica, a dificuldade de preveni-las ou reprimi-las pelos meios convencionais e a sua importância para a produção da prova.

§ 1º A proteção poderá ser dirigida ou estendida ao cônjuge ou companheiro, ascendentes, descendentes e colaterais até o terceiro grau da vítima ou da testemunha, conforme o especificamente necessário em cada caso.

§ 2º Em casos especiais, poderá ser estendida a proteção de que trata este artigo a pessoas não relacionadas no parágrafo anterior.

§ 3º Estão excluídos da proteção os indivíduos cuja personalidade ou conduta seja incompatível com as restrições de comportamento exigidas pelo programa, os condenados que estejam cumprindo pena, indiciados ou acusados sob prisão cautelar em qualquer de suas modalidades.

§ 4º Terão sempre a anuência da pessoa protegida, ou de seu representante legal, o ingresso no programa, as restrições de segurança e demais medidas por ele adotadas.

§ 5º As medidas e providências relacionadas com os programas serão adotadas, executadas e mantidas em sigilo pelos protegidos e pelos agentes envolvidos em sua execução.

Art. 4º Toda admissão no programa ou exclusão dele será precedida de consulta ao Ministério Público sobre o disposto nos arts. 2º e 3º e deverá ser subsequente comunicada à autoridade policial ou ao juiz competente.

Art. 5º Cada programa será dirigido por um conselho deliberativo, em cuja composição haverá representantes de órgãos públicos relacionados com a segurança pública.

§ 1º A execução das atividades necessárias ao programa ficará a cargo de um dos órgãos representantes no conselho deliberativo, devendo os agentes dela incumbidos ter formação e capacitação profissional compatíveis com suas tarefas.

§ 2º Os órgãos policiais prestarão a colaboração e o apoio necessário à execução dos programas.

Art. 6º A solicitação objetivando o ingresso no programa poderá ser encaminhado ao conselho deliberativo:

- I – pelo interessado;
- II – por representante do Ministério Público;

III – pela autoridade policial que conduz a investigação criminal;

IV – pelo juiz competente para a instrução do processo criminal;

V – por órgãos públicos com atribuições de defesa dos direitos humanos.

§ 1º A solicitação será instruída com a qualificação da pessoa a ser protegida e com informações sobre sua vida pregressa, o fato delituoso e a coação ou ameaça que a motiva.

§ 2º Para fins de instrução do pedido, o conselho deliberativo poderá solicitar, com a aquiescência do interessado:

a) documentos ou informações comprobatórios de sua identidade, estado civil, situação profissional, patrimônio e grau de instrução, e da pendência de obrigações civis, administrativas, fiscais, financeiras ou penais;

b) exames ou pareceres técnicos sobre a sua personalidade, estado físico ou psicológico.

§ 3º Em caso de urgência e levando em consideração a procedência e a gravidade da coação ou ameaça, a vítima ou testemunha poderá ser colocada provisoriamente sob a proteção policial, no aguardo de decisão do conselho deliberativo.

Art. 7º O conselho deliberativo decidirá sobre:

I – ingresso do protegido no programa ou a sua exclusão;

II – as medidas de proteção a serem aplicadas em cada caso;

III – as providências necessárias ao cumprimento do programa.

Parágrafo único. As deliberações do conselho serão tomadas por maioria absoluta de seus membros e sua execução ficará sujeita à disponibilidade orçamentária.

Art. 8º Os programas compreendem, dentre outras, as seguintes medidas, aplicáveis isolada ou cumulativamente segundo a gravidade e as circunstâncias de cada caso:

I – segurança na residência, incluindo o controle de telecomunicações;

II – escolta e segurança nos deslocamentos da residência, inclusive para fins de trabalho ou para a prestação de depoimentos;

III – transferência de residência ou acomodação provisória em local compatível com a proteção;

IV – preservação da identidade, imagem e dados pessoais do protegido;

V – ajuda financeira mensal para prover as despesas necessárias à subsistência individual ou familiar, no caso de a pessoa protegida estar impos-

sibilitada de desenvolver trabalho regular ou de inexistência de qualquer fonte de renda;

VI – suspensão temporária das atividades funcionais, sem prejuízo dos respectivos vencimentos ou vantagens, quando servidor público.

§ 1º Quando entender necessário, poderá o conselho deliberativo solicitar ao Ministério Público que requeira ao juiz a concessão de medidas cautelares direta ou indiretamente relacionadas com a eficácia da proteção, tais como:

- a) segredo de justiça;
- b) produção antecipada da prova;
- c) oitiva do protegido sem a presença do acusado ou indiciado;
- d) preservação, em autos apartados e sigilosos, dos dados relativos à qualificação do protegido;
- e) restrição a publicidade de audiência, sessão ou ato processual envolvendo a testemunha ou a vítima protegida;
- f) prisão temporária do investigado, quando coator;
- g) prisão preventiva do indiciado ou do acusado coator.

§ 2º A ajuda financeira mensal terá um teto fixado pelo conselho deliberativo no início de cada exercício financeiro.

Art. 9º A exclusão de pessoa protegida de programa de proteção a vítima e a testemunhas poderá ocorrer a qualquer tempo:

- I – por solicitação do próprio interessado;
- II – por decisão do conselho deliberativo, em consequência de:
 - a) cessação dos motivos que ensejaram a proteção;
 - b) conduta incompatível do protegido.

Parágrafo único. A hipótese prevista na alínea a do inciso II dependerá sempre de consulta ao interessado.

Art. 10. A proteção terá a duração máxima de dois anos.

Parágrafo único. Em circunstâncias excepcionais, perdurando os motivos que autorizaram a admissão, a permanência poderá ser prorrogada enquanto durar a ameaça.

Art. 11. Fica instituído, no âmbito do Ministério da Justiça, o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, a ser regulamentado por decreto do Poder Executivo.

Art. 12. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, pela União, correrão á conta de dotação consignada no orçamento.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973

**Dispõe sobre os registros públicos
e dá outras providências.**

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 18. Ressalvado o disposto nos artigos 45 e 96, parágrafo único, a certidão será lavrada independentemente de despacho judicial, devendo mencionar o livro do registro ou o documento arquivado no cartório.

Art. 45. A certidão relativa ao nascimento de filho legitimado por subsequente matrimônio deverá ser fornecida sem o teor da declaração ou averbação a esse respeito, como se fosse legítimo; na certidão de casamento também será omitida a referência àquele filho, salvo havendo em qualquer dos casos, determinação judicial, deferida em favor de quem demonstre legítimo interesse em obtê-la.

(*) Art. 96. Serão registradas no registro de nascimento as sentenças de legitimação adotiva, consignando-se nele os nomes dos pais adotivos como pais legítimos e os dos ascendentes dos mesmos se já falecidos, ou sendo vivos, se houverem, em qualquer tempo, manifestada por escrito sua adesão ao ato (Lei nº 4.655 (*), de 2 de junho de 1965, artigo 6º).

Parágrafo único. O mandato será arquivado, dele não podendo o oficial fornecer certidão, a não ser por determinação judicial e em segredo de justiça, para salvaguardar de direitos (Lei nº 4.655, de 2 de junho de 1965, artigo 8º, parágrafo único).

(*) Dispositivo renumerado pela Lei nº 6.216, de 30-6-75, passando a denominar artigo 95.

LEI Nº 6.216, DE 30 DE JUNHO DE 1975

Altera a Lei nº 6.015(*), de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, vigorará com as seguintes modificações:

CAPÍTULO IV Da Publicidade

Arts. 16 a 18. Mantidos.

Arts. 34 a 45. Mantidos.

Arts. 56 e 57. Passam a artigos 55 e 56, respectivamente.

Art. 58. Passa a artigo 57, com nova redação:

"Art. 57. Qualquer alteração posterior de nome, somente por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença do Juiz a que estiver sujeito o registro, arquivando-se o mandato e publicando-se a alteração pela imprensa.

§ 1º Poderá, também, ser averbado, nos mesmos termos, o nome abreviado, usado como firma comercial registrada ou em qualquer atividade profissional.

§ 2º A mulher solteira, desquitada ou viúva, que viva com homem solteiro, desquitado ou viúvo, excepcionalmente e havendo motivo ponderável, poderá requerer ao Juiz competente que, no registro de nascimento, seja averbado o patronímico de seu companheiro, sem prejuízo dos apelidos próprios, de família, desde que haja impedimento legal para o casamento, decorrente do estado civil de qualquer das partes ou de ambas.

§ 3º O Juiz competente somente processará o pedido, se tiver expressa concordância do companheiro, e se da vida em comum houverem decorrido, no mínimo, 5 (cinco) anos ou existirem filhos da união.

§ 4º O pedido de averbação só terá curso, quando desquitado o companheiro, se a ex-esposa houver sido condenada ou tiver renunciado ao uso dos apelidos do marido, ainda que dele receba pensão alimentícia.

§ 5º O aditamento regulado nesta Lei será cancelado a requerimento de uma das partes, ouvida a outra.

§ 6º Tanto o aditamento quanto o cancelamento da averbação previstos neste artigo serão processados em segredo de justiça."

Arts. 59 a 67. Passam a artigos 58 a 66.

CAPÍTULO X Da Emancipação, Interdição e Ausências

Arts. 90 a 95. Passam a artigos 89 a 94.

CAPÍTULO XI Da Legitimação Adotiva

Arts. 96 e 97. Passam a artigos 95 e 96.

LEI Nº 9.708, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

Altera o artigo 58 da Lei nº 6.015⁽¹⁾, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre registros públicos, para possibilitar a substituição ao prenome por apelidos públicos notórios.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 58. O prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios." (NR)

"Parágrafo único. Não se admite a adoção de apelidos proibidos em lei." (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. — **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**
— **Renan Calheiros.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

AVISO

DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Nº 212/99, de 22 do corrente, encaminhando cópia do Acórdão nº 138, de 1999, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, com o resultado da inspeção realizada por aquela Corte, referente à solicitação constante do Requerimento nº 110, de 1996, do Senador Pedro Simon.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. Primeiro Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 206, DE 1999

Senhor Presidente,

Solicito, com fundamento nos arts. 258 e 372 do Regimento Interno, a tramitação da PEC nº 14, de

1999, em conjunto com a PEC nº 17, de 1999, tendo em vista que ambas cuidam da mesma matéria.

Sala das Sessões, 29 abril de 1999. – Senador **Romeu Tuma** (PFL/SP).

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O requerimento lido será publicado e posteriormente incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. Primeiro Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 207, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos dos arts. 336, do RISF, requeremos urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1999, (nº 249 de 1998 – Complementar, na Casa de Origem), que "disciplina os limites das despesas com pessoal, na forma do art. 169 da Constituição".

Sala das Comissões, 29 de abril de 1999. –

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia, na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Encerrou-se, ontem, o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1998 (nº 3.559/97, na Casa de origem), que estabelece em todo o País a data de 1º de junho de cada ano para as comemorações do Dia da Imprensa.

Não tendo recebido emendas, a matéria será incluída na Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Encerrou-se, ontem, o prazo para a apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 46, de 1999,

de autoria do Senador Pedro Simon, que institui a sessão administrativa mensal para deliberar sobre matérias que especifica.

Ao projeto, não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

É lido o seguinte:

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à indicação dessa Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória:

MP Nº 1.822

Publicação **DOU**: 23-4-99

Assunto: Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, crédito extraordinário no valor de R\$120.142.089,00, para os fins que especifica.

Titular: Lúcio Alcântara

Suplente: Paulo Hartung

Brasília, 27 de abril de 1999. – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. Primeiro Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 208, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 175, inciso IV, do Regimento Interno, requeiro inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item nº 2 seja submetida ao Plenário em 1º lugar.

Sala das Sessões, 29 de abril de 1999. – **Bernardo Cabral**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Em obediência ao que acaba de ser decidido, passa-se ao Item 2 da Pauta, como primeiro item a ser apreciado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 49, DE 1999

(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 196,
de 1999 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 49, de 1999 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 175, de 1999, Relator: Senador Freitas Neto), que autoriza o Estado do Amazonas a contratar operação de crédito, consubstanciada no Contrato de Abertura de Crédito celebrado com a União, com a interveniência do Banco do Estado do Amazonas S.A., da Caixa Econômica Federal e do Banco Central do Brasil, em 13 de novembro de 1998, no valor de até R\$357.000.000,00 (trezentos e cinquenta e sete milhões de reais).

A Presidência esclarece que poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Peço a palavra para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Para encaminhar a votação, tem a palavra o Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um apelo aos eminentes colegas, porque se trata de um projeto de decreto legislativo que autoriza o Estado do Amazonas a contratar uma operação de crédito. O eminente Senador Freitas Neto, como Relator, produziu sobre a matéria um parecer irretocável e impecável.

A Comissão de Assuntos Econômicos, depois de pedidos de vista e análises, concluiu pela aprovação. Por isso mesmo, Sr. Presidente, eu gostaria de registrar o agradecimento aos meus colegas da Comissão de Assuntos Econômicos e também aos companheiros de plenário, que, tenho certeza, se manifestarão no sentido da aprovação do agora item 1 da Pauta, que é o Projeto de Resolução nº 49, 1999.

É o meu voto favorável, Sr. Presidente.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Tem a palavra V. Exª para encaminhar.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto, na comissão de mérito do Bloco que deu parecer ao projeto, teve o voto contrário do Senador Lauro Campos, que já tem por princípio votar contra esses empréstimos. É a posição do nobre Senador Lauro Campos, e a Bancada...

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Empréstimo externo. Esse não é externo, vou votar a favor.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Estou confundindo com o Projeto da Marinha. Exato. No caso do empréstimo interno, a posição do Bloco é favorável por entender que é um projeto com importante alcance social.

O voto do Bloco, portanto, é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Oposição vota pela aprovação.

Em votação o projeto.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 181, DE 1999 (Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 49, de 1999.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 49, de 1999, que autoriza o Estado do Amazonas a contratar operação de crédito, consubstanciada no Contrato de Abertura de Crédito celebrado com a União, com a interveniência do Banco do Estado do Amazonas S.A.(BEA), da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco Central do Brasil (Bacen), em 13 de novembro de 1998, no valor de até R\$357.000.000,00 (trezentos e cinquenta e sete milhões de reais).

Sala de Reuniões da Comissão, 29 de abril de 1999. – **Antonio Carlos Magalhães** – Presidente – **Geraldo Melo** – **Ronaldo Cunha Lima** – Relator – **Nabor Júnior** – **Eduardo Suplicy**.

ANEXO AO PARECER Nº 181, DE 1999

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº, DE 1999

Autoriza o Estado do Amazonas a contratar operação de crédito, consubstanciada no Contrato de Abertura de Crédito celebrado com a União, com a interveniência do Banco do Estado do Amazonas S.A. (BEA), da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco Central do Brasil (Bacen), em 13 de novembro de 1998, no valor de até R\$357.000.000,00 (trezentos e cinquenta e sete milhões de reais).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Amazonas autorizado a contratar operação de crédito, consubstanciada no Contrato de Abertura de Crédito, celebrado com a União, com a interveniência do Banco do Estado do Amazonas S.A. (BEA), da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco Central do Brasil (Bacen), e 13 de novembro de 1998, no valor de até R\$ 357.000.000,00 (trezentos e cinquenta e sete milhões de reais).

Parágrafo único. A operação de crédito autorizada neste artigo se apoia na Medida Provisória nº 1.702-30, de 27 de outubro de 1998, e na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e seus recursos destinam-se ao saneamento financeiro no BEA e integralização de capital da agência de fomento.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º terá as seguintes condições financeiras:

I – valor do crédito a ser liberado pela União: até R\$357.000.000,00 (trezentos e cinquenta e sete milhões de reais), a preço de 30 de setembro de 1998, que serão utilizados exclusiva e obrigatoriamente da seguinte forma:

a) até R\$28.500.000,00 (vinte e oito milhões e quinhentos mil reais), destinados a capitalização do BEA, para recomposição do seu patrimônio líquido;

b) até R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), destinados à constituição de fundos para as contingências fiscais, trabalhistas, cíveis, atuariais e outras superveniências passivas;

c) até R\$253.500.000,00 (duzentos e cinquenta e três milhões e quinhentos mil reais), para a aquisição de ativos do BEA pelo Estado;

d) até R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), destinados à integralização de capital da agência de fomento;

e) os valores das alíneas anteriores serão atualizadas pela variação da taxa Selic, divulgada pelo Bacen, de 1º de outubro de 1998, até a data das liberações previstas na Cláusula Segunda do Contrato;

II – forma de liberação dos recursos: as liberações dos recursos serão realizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em consonância com o art. 10 da Medida Provisória nº 1.702-30, de 1998, da seguinte forma:

a) diretamente ao BEA, com relação ao montante destinado à capitalização da instituição, para recomposição patrimonial;

b) diretamente à CEF, com relação a constituição dos fundos;

c) diretamente ao Estado, com relação ao montante destinado à compra de ativos do BEA; e

d) diretamente ao Estado, com relação ao montante destinado à integralização de capital da agência de fomento, sendo condicionada à comprovação da constituição da referida agência e à obtenção das autorizações necessárias ao seu funcionamento;

III – forma de pagamento:

a) as parcelas dos recursos liberados serão incorporadas à parcela (P) definida na Cláusula Quarta do Contrato de Refinanciamento, celebrado entre a União e o Estado, em 11 de março de 1998, nas datas em que ocorrerem as liberações, regendo-se esta operação pelas condições daquele instrumento;

b) do saldo devedor do Contrato de Refinanciamento será deduzido o preço inicial das ações, definidos com base no patrimônio líquido apurado após as liberações dos créditos, excetuada a parcela destinada à integralização de capital da agência de fomento, e efetuados os ajustes no BEA;

c) a diferença entre o preço final obtido na venda e o preço inicial das ações do BEA será deduzida ou adicionada à parcela (P) descrita na Cláusula Quarta do Contrato de Refinanciamento;

d) os recursos gerados pelos ativos do BEA adquiridos pelo Estado, incluindo os provenientes de sua alienação, serão obrigatoriamente destinados à amortização do saldo devedor do Contrato de Refinanciamento;

e) o Estado poderá utilizar créditos por ele adquiridos junto à Superintendência de Habitação do

Estado do Amazonas – Suhab/AM, que tenham sido objeto da novação a que se refere a Medida Provisória nº 1.696-27, de 27 de outubro de 1998, no abatimento do estoque da dívida desta operação.

Art. 3º O exercício da autorização de que trata o art. 1º é vinculado ao atendimento das seguintes condicionalidades:

I – destaque, na lei orçamentária estadual, de dotação orçamentária destinada à cobertura das despesas a serem realizadas com os recursos contratados;

II – regularização de débitos junto à Fundação Nacional de Saúde, em nome da Secretaria de Estado da Saúde, e junto à Petrobrás Distribuidora S.A., em nome da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – **Item 1:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 48, DE 1999

(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 195,
de 1999 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 48, de 1999 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 174, de 1999, Relator: Senador Ney Suassuna), que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América) junto ao Banque Paribas, destinada ao financiamento de bens e serviços necessários ao Programa de Reaparelhamento da Marinha.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Concedo a palavra ao eminente Senador Lauro Campos para encaminhar a votação.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uso da palavra apenas para dizer que eu precisaria talvez de algumas horas para fundamentar este voto. Não se trata somente de um empréstimo externo. O próprio Banco Mundial reconhece que o Brasil tem-se valido de empréstimos externos com destinação declarada, mas, na realidade, desvia esses recursos para outros fins. No caso em tela, realmente os US\$500 milhões serão destinados ao reaparelhamento da Marinha nacional. O problema assume outra conotação.

Sempre tenho procurado mostrar, principalmente numa calma sala de aula, que o capitalismo, depois de desenvolver ao máximo, com sua fantástica tecnologia, os meios de produção e de consumo, não encontrando compradores, devido a taxas de juro muito elevadas – que impedem a venda de máquinas –, e defrontando-se com a pobreza e o desemprego – que impedem a produção e a venda de meios de consumo –, descaminha-se ainda mais e passa a produzir não meios de produção ou meios de consumo, mas aquilo que chamo de não-mercadorias, produtos bélicos e espaciais, produtos totalmente dissipadores, como pregava o Lorde Keynes que o capitalismo fizesse.

De modo que é com tristeza que sei que aprovaremos mais esse empréstimo externo. Gostaria apenas de lembrar, para terminar, um pronunciamento corajoso, bem-estruturado do Senador José Sarney – lembro-me até de tê-lo cumprimentado na ocasião e ter-lhe dito que aquele era o pronunciamento de um chefe de Estado. Por quê? Porque naquela ocasião, naquele discurso, o Presidente José Sarney mostrou como se procurava acender, soprar as brasas de conflitos – tal como acontece agora na Iugoslávia – entre países latino-americanos para vender armas. Sabemos que uma das principais funções da CIA é a de encontrar compradores para aquelas indústrias, como, por exemplo, a Raytheon, que vendeu cerca de US\$2 bilhões para o Projeto Sívam, que teve como fabricante aquela indústria.

Também por esse motivo – por se tratar de algo destinado à destruição e à guerra, no momento em que a fome assola o mundo – é que eu me pronuncio contra esse alavancamento da reconstrução dos nossos meios de defesa.

Muito obrigado.

DL

LSL

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A palavra continua facultada para encaminhamento de votação. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, quero agradecer a deferência do Senador maranhense Edison Lobão, por ter me permitido a ousadia de falar antes de S. Ex^a, não só por ser Líder do PFL, mas sobretudo pela liderança que tem no Congresso e até mesmo por já ter sido Governador do Estado do Maranhão. A Região Norte do País muito se sente honrada com seu discernimento e seus trabalhos, que representam muito bem a nossa Amazônia Legal dentro do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a oportunidade de falar de instituições sérias, honradas e competentes, como a Marinha de Guerra do Brasil, deixa-me lisonjeado. A Marinha tem sido uma peça muito importante, senão a mais importante em nossas Forças Armadas. Ela atende a todas as regiões, contribuindo não somente para o desenvolvimento, como também para a formação de profissionais e da juventude, tão numerosa neste País. No setor tecnológico, além dos avanços na energia nuclear, a Marinha do Brasil tem dado uma contribuição importante com a construção de submarinos. Posso dizer que, além de todos esses aspectos: formação profissional, formação de nossa juventude – haja vista o entusiasmo que esta corporação tem com os seus marujos -, é importante o seu trabalho social, em especial, na região amazônica onde, além do atendimento à população ribeirinha, muito bem mostrada, recentemente, pelo **Jornal Nacional**, da **Rede Globo**, que focalizou o navio-hospital que faz o atendimento a essas amazônidas.

Deve-se levar em conta, ainda, o patrulhamento de nossas 200 milhas pela Marinha, que oferece segurança à navegação, principalmente às empresas de pescas que atuam em nosso País e que realmente são importantes para a balança de pagamento, pois as exportações trazem mais divisas para o nosso País e para o nosso povo.

Refiro-me também à formação de tripulantes nas duas escolas de nível superior da Marinha, tanto o CIABA – Centro de Instrução Almirante Brás de Aguiar –, na Amazônia, no Estado do Pará, quanto o CIAGA – Centro de Instrução Almirante Graça Aranha –, instituto sediado no Rio de Janeiro, que forma os profissionais da Marinha Mercante do Brasil.

Deixo aqui o meu depoimento, adiantando que vou votar favoravelmente ao projeto que possibilitará o reaparelhamento da nossa Marinha, que presta, como já disse, um grande serviço à sociedade. Mais de 60 mil embarcações trafegam diuturnamente em todos os rios da Amazônia, levando riquezas e apoiando as exportações do nosso País, pois muitas vezes essas mercadorias são guardadas e fiscalizadas pela Marinha do Brasil, que também orienta os encarregados pelo transporte. Faço questão de encaminhar favoravelmente ao projeto, porque, realmente, sei da importância do reaparelhamento da Marinha, que precisa comprar helicópteros necessários ao serviço de salvamento. Além de honrada e séria, a Marinha precisa de tecnologia de ponta para enfrentar os desafios que se lhe apresentam.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Para encaminhar, tem a palavra o Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desde logo, quero agradecer as palavras gentis e generosas do meu colega, Senador Luiz Otávio, no que diz respeito ao representante da Liderança do PFL neste momento.

Esse projeto de autorização de um empréstimo de US\$500 milhões para o reequipamento da Marinha de Guerra brasileira não diz respeito à destruição nem à guerra em si mesma, e sim à defesa nacional. O de que se cuida é dotar a Marinha, um das Forças brasileiras, dos instrumentos necessários para que ela cumpra, como sempre fez, com seu relevante papel de defesa da costa brasileira.

Sempre que pôde, a Marinha utilizou a indústria nacional para fabricar os seus equipamentos. Os seus próprios estaleiros construíram fragatas que se destacaram entre as melhores do mundo, como se constatou durante a vigência de um contrato feito com a Inglaterra. As fragatas brasileiras se revelaram melhores do que as inglesas. Ela usa também estaleiros do Ceará, do Amazonas. Não há nada que a Marinha possa fazer no Brasil que não o faça. Só em casos especiais, com esse, é que a Marinha se vale da indústria internacional.

Com esses recursos, que serão divididos em três anos, portanto investimento a longo prazo, a Marinha pretende executar melhorias no porta-aviões para operar com os novos aviões que já recebeu. Busca a modernização de equipamentos das fragatas, corvetas e aperfeiçoamentos dos fuzileiros na-

vais. Pretende, ainda, comprar um navio caça-minas, porque o estaleiro nacional não possui capacitação técnica para construí-lo, além de mísseis para os novos helicópteros, foguetes e equipamentos para o programa nuclear.

A Marinha procura restabelecer aquilo que possuía no passado e que começa a sofrer os desgastes com o tempo. Ela está se reequipando e não gastando desnecessariamente.

Sr. Presidente, esse empréstimo é de extrema necessidade para a Marinha brasileira. Por isso, votaremos a favor do projeto que está em discussão.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Concedo a palavra ao eminente Senador Eduardo Suplicy.

A Senadora Marina Silva quer encaminhar a votação? Concedi, primeiramente, a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, porque a Mesa informou-me que, pela ordem, o próximo orador seria S. Ex^a.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT-AC) – Está correto.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM) – Sr.

Presidente, peço a palavra, pela ordem, solicitando, inclusive, a anuência da eminente Senadora Marina Silva.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encontram-se na galeria do Senado Federal vários conterrâneos, todos portugueses. Conforme sabe V. Ex^a, sou filho de pai e mãe portugueses e o único da família que nasceu no Brasil.

Ainda há pouco conversávamos eu e o Deputado José Lourenço, representante do Estado de V. Ex^a, sobre os trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte, quando se deu aos portugueses tratamento especial.

Como sei do carinho que V. Ex^a tem por Portugal, faço este registro no Senado brasileiro, manifestando nossos cumprimentos aos conterrâneos e desejando-lhes boa estada nessa visita que fazem ao Brasil.

Era a homenagem, Sr. Presidente, que eu queria registrar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Eu só pediria que terminássemos a votação, para depois homenagearmos nossos companheiros de língua portuguesa.

Para encaminhar, concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT-AC.

Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero apenas notificar, sobre este empréstimo, que embora na Comissão o Relator, Senador Ney Suassuna, tenha apresentado o seu parecer, houve votos contrários da Bancada do Bloco, como o do Senador Lauro Campos, pelas razões já expostas por S. Ex^a, e o do nosso querido Senador Roberto Saturnino Braga.

Mesmo assim, o Bloco posiciona-se no sentido de liberar a Bancada. O entendimento de parte da Bancada e meu, como Líder – não estou falando pelo Bloco, já que não houve uma posição fechada com relação à matéria –, é o de que é um projeto importante. A propósito, o Senador Ney Suassuna lembra que o Brasil tem 8.5 mil km² de costa, enquanto a Marinha conta com apenas trinta e nove embarcações para cobrir toda essa extensão geográfica. O empréstimo se destina exatamente a equipar a Marinha brasileira com os meios necessários, dentro da nossa política de segurança nacional de não-beligerância. O que não podemos é desconsiderar a possibilidade de qualquer tipo de intervenção ou de invasão a nosso território, ou de afronta a nossa soberania.

Muito embora no custo do projeto – US\$ 500 milhões – se contemple um repasse de US\$1 milhão para o conselho que o irá gerir, ou seja, recursos que não serão utilizados na atividade fim, dentro dos critérios de gestão do projeto, há uma compreensão de que esse repasse estaria em acordo com os encaminhamentos necessários à sua gestão.

Desta sorte, o encaminhamento da Liderança do Bloco é no sentido de que a Bancada se sinta liberada – pelas razões já expendidas anteriormente –, considerando que o Brasil necessita manter as estruturas necessárias a uma política de segurança nacional, estando apto a evitar toda e qualquer forma de invasão, ainda porque a nossa costa é muito rica.

Quanto à compra dos equipamentos, ela será realizada em países estrangeiros. Informo que a documentação a que tivemos acesso demonstra que isto se dá em função de serem equipamentos alta-

mente sofisticados e que, no caso, nossa indústria marítima não teria condição de disponibilizar esses equipamentos.

Eram esses os esclarecimentos. Que a Banca de se sinta liberada nesta votação.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, preliminarmente, peço a V. Ex^a que me considere inscrito para, no momento próprio, saudar nossos visitantes irmãos portugueses.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Ex^a já está inscrito.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) – Obrigado.

Sr. Presidente, quero não somente assinalar, neste momento, a natureza do empréstimo, mas, sobretudo, de fazer justiça ao Ministério da Marinha.

Tenho alguns anos de experiência na vida pública, seja no Parlamento, seja no Executivo, seja no âmbito do Governo Federal, seja de Governos estaduais, e posso depor com a maior tranquilidade sobre a grande eficiência alcançada pelo Ministério da Marinha no planejamento dos seus recursos, no seu programa de ação, na forma, eu diria, extremamente rigorosa com que esses recursos são controlados. Tanto é verdade que uma das perguntas dos Senadores, por ocasião da análise do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos, versou sobre gastos militares no Brasil. E nós verificamos, para nossa satisfação, que estamos entre os países que menor percentual do Orçamento comprometem com as Forças Armadas. Apesar disso, a Marinha tem desenvolvido um trabalho de grande eficiência, sobretudo se levarmos em conta sua ação social, particularmente na Amazônia – e aqui há Senadores da Amazônia que podem falar sobre isso com muito mais conhecimento do que eu –, bem como o fato de que o Brasil não tem uma guarda costeira, como é o caso dos Estados Unidos, onde ela é uma entidade autônoma e independente. No Brasil, é a Marinha que exerce esse papel.

Dessa forma, devo dizer a V. Ex^{as} que aprovei, por ocasião do exame do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos, o pedido de empréstimo, até

porque, como teve oportunidade de responder o representante da Marinha, atendendo a uma pergunta minha, isso significa, ainda, transferência de tecnologia, de conhecimento. Os primeiros submarinos compramos fora, na Alemanha; as fragatas foram compradas na Inglaterra. Contudo, hoje, a Marinha brasileira detém tecnologia suficiente a já fabricar, em Território Nacional, submarinos. É um processo em que a compra dos equipamentos está vinculada à transferência da tecnologia industrial para que esses navios, essas embarcações possam ser construídas aqui.

A intervenção que faço se destina justamente a estimular outros Ministérios, inclusive os civis, que ainda não têm o mesmo nível de organização interna – e posso dizer isso porque conheço, analisei, examinei de perto – do Ministério da Marinha. A mudança do Ministro é política, mas há um processo de continuidade, assegurado pelos instrumentos que lá foram capazes de organizar ao longo desses anos, que, certamente, lhes garante uma grande eficiência no desempenho.

Portanto, sou favorável ao projeto.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral. Posteriormente, concederei a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, além das considerações aqui emitidas – e não quero ser repetitivo –, há um aspecto jurídico importante que ainda não foi registrado. É que, se esse empréstimo, eventualmente, não for utilizado na sua totalidade – e é para isto que chamo a atenção –, não haverá imputação de multa, ou seja, contratualmente, inexistirá qualquer prejuízo. Ao contrário, se a Marinha fosse compelida ao pagamento de multa, isto acarretaria consequências contratuais, o que não é o caso.

Por esta razão, Sr. Presidente, pela relevância deste aspecto jurídico, bem como pelas considerações emitidas pelo eminente Líder Edison Lobão, que colocou dentro dos parâmetros, quero registrar que é a primeira vez que fico muito contrariado – e é, em verdade, a contragosto – em assumir posição contrária à do nosso Professor Lauro Campos.

De modo que o meu voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma para encaminhar a votação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, primeiramente, quero cumprimentar a Líder do PT, a nobre Senadora Marina Silva, por ter se aprofundado no estudo da concessão desse empréstimo, abrindo a questão para o Bloco ao ensejo desta votação. Penso que o PT vem colaborando em muito com este Plenário quando, nos seus estudos, se aprofunda em projetos como este. Cumprimento, então, a nobre Senadora Marina Silva pela decisão da sua Bancada.

Entretanto, quero complementar o que disse o nobre Senador Lúcio Alcântara ao fazer referência à transferência de tecnologia, que se torna possível pelos contratos que a Marinha e outras Forças têm firmado para a aquisição de equipamentos, a fim de que a indústria nacional possa desenvolver e construir seus armamentos em Território brasileiro.

Senador Lúcio Alcântara, gostaria que V. Ex^a soubesse que, em relação a essa transferência, tem havido convênios com as Universidades brasileiras. Conheço vários, inclusive o firmado pelo curso de Oceanografia da Universidade de São Paulo, onde a Marinha tem dado uma enorme contribuição, principalmente na formação de engenheiros navais e daqueles que têm o mar como a razão da própria vida.

Acredito que em todo investimento feito nas Forças Armadas, através de contratos de empréstimos, há critérios balizadores pautados num profundo sentido de priorização dos interesses nacionais.

Mencionamos, pela primeira vez que aqui vim, quando as discussões se referiam ao tema defesa nacional, que a Marinha foi a primeira a tratar do assunto, enviando documentos principalmente à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

E, ainda, como bem lembrou o Senador Lúcio Alcântara, não possuímos uma patrulha eficaz na vigilância de nossa costa marítima. A Polícia Marítima da Polícia Federal se restringem muito ao trabalho dentro do Território, em terra, e com muita dificuldade nas área dos rios e fronteiras marítimas.

A Marinha, a meu juízo, possui um papel importante, em que pesem às dificuldade, de ajudar a Polícia Federal. A exemplo disso, quando tentávamos adquirir um navio de navegação fluvial, não pudemos contar com a Marinha para o comando, a direção, porque aquela Força não podia fazer convênio com a Polícia. Foi grande a dificuldade e tivemos que desistir,

até por não termos tripulação competente para navegar, principalmente, na área hídrica da Amazônia.

Então, sou favorável a esse empréstimo porque ele implica não só a aquisição e construção de armamento especial para a Marinha, mas por uma questão, hoje, de segurança nacional. Por essa razão considero realmente um projeto importante.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero apenas registrar também o meu voto favorável e ressaltar a importância deste projeto.

Este é um projeto que tem muitos anos. Embora para alguns possa parecer novo, vem sendo forjado, debatido e construído seriamente no seio das Forças Armadas brasileiras, especificamente da Marinha brasileira, desde 1979, e só agora ele consegue se realizar, de forma plena, por meio desta operação financeira das chamadas quatro linhas de crédito junto aos diferentes mercados, para a compra dos equipamentos chamados meios flutuantes, aéreos e de fuzileiros navais da Marinha.

Trata-se de algo que já vem previsto no Plano Plurianual, votado por este Congresso em 1996. Tem previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias, portanto é um projeto consolidado, assumido pelo País como importante para o nosso Programa de Defesa Nacional. Evidentemente, trata-se de uma operação de interesse público, ou seja, atende aos desejos, às necessidades e aos anseios de todo o País e de toda a população brasileira.

É o registro que faço, para justificar meu voto e pedir, evidentemente, o voto de todos os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Estevão.

O SR. LUIZ ESTEVÃO (PMDB – DF. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votarei favoravelmente ao projeto, basicamente alicerçado esse voto em três razões.

A primeira delas é a condição extremamente favorável do financiamento. Recentemente, nosso País foi aos mercados internacionais buscar recursos para refinanciamento de sua dívida e pagou taxas superiores a 11% ao ano mais variação cambial. No presente empréstimo, **libor** mais 0,6%, esse valor acabará ficando em menos da metade daquilo

que o País tem pago nos últimos empréstimos contratados.

A segunda razão é a necessidade efetiva de reaparelhamento da nossa Marinha, destacando um aspecto que julgo muito importante: os mares brasileiros hoje não são apenas a porta de entrada do nosso País, são também depositários de inestimáveis riquezas, haja vista que a produção de petróleo brasileiro concentra-se hoje em mais de 90% nas nossas plataformas de petróleo localizadas em campos marítimos. Portanto, é fundamental o reaparelhamento da Marinha, a fim de que a própria segurança desse importante segmento da nossa economia seja preservada com a fiscalização das nossas plataformas de petróleo.

O terceiro aspecto, ressaltado quando da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, diz respeito à transferência da tecnologia implícita na compra desses equipamentos, o que todos esperamos possa servir de suporte a que a Marinha continue aperfeiçoando seus meios de produção, a fim de que, num futuro próximo, o Brasil possa cada vez mais se aproximar da auto-suficiência na produção desses equipamentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Lauro Campos.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 182, DE 1999

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 48, de 1999.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 48, de 1999, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$500,000,000.00 (quinhentos milhões de dólares norte-americanos) junto ao Banque Paribas, destinada ao financiamento de bens e serviços necessários ao Programa de Reaparelhamento da Marinha.

Sala de Reuniões da Comissão, 29 de abril de 1999. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Geraldo Melo** – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – Nabor Junior – Eduardo Suplicy.

ANEXO AO PARECER Nº 182, DE 1999

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1999

Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$500,000,000.00 (quinhentos milhões de dólares norte-americanos) junto ao Banque Paribas, destinada ao financiamento de bens e serviços necessários ao Programa de Reaparelhamento da Marinha.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a União autorizada, nos termos do art. 52, V, da Constituição Federal e da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a contratar operação de crédito externo junto ao Banque Paribas.

Parágrafo único. Os recursos referidos neste artigo serão utilizados no financiamento de importações de bens e serviços necessários ao Programa de Reaparelhamento da Marinha.

Art. 2º A operação de crédito mencionado no art. 1º apresenta as seguintes características financeiras:

I – valor pretendido: US\$500,000,000.00 (quinhentos milhões de dólares norte-americanos);

II – carência: seis meses;

III – amortização: dez parcelas iguais vencíveis semestralmente para cada desembolso;

IV – juros: **Libor** semestral mais margem de 0,44% (quarenta e quatro centésimos por cento), vencíveis semestralmente;

V – comissão de administração: até 0,18% (dezoito centésimos por cento) do total do empréstimo, após assinatura dos contratos;

VI – juros de mora: 1% (um por cento) acima da taxa operacional;

VII – despesas gerais: limitadas a 0,1% (um décimo por cento) do valor financiado.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de quinhentos e quarenta dias, contado a partir da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na altura em que interrompi, pedindo a palavra pela ordem para saudar os nossos irmãos portugueses, a idéia que acabou frutificando foi a de que, dada a angústia do tempo, não saíssem eles do Plenário sem o conhecimento de um dos aspectos mais importantes que nós, brasileiros, filhos de portugueses, conseguimos dar à nação irmã.

A Constituição do Brasil reconhece os construtores de uma das questões mais notáveis que podem existir em um país: a unidade da língua, de norte a sul, de leste a oeste. O português é falado tanto no Amazonas quanto no Rio Grande do Sul –, o que não acontece em nenhum outro país que tenha sido colonizado, porque os dialetos se impõem. Gostaria, então, que os que aqui nos visitam soubessem que a Constituição brasileira premiou – sem dúvida nenhuma, a palavra correta é prêmio – àqueles que, tendo vindo para cá, formaram famílias e construíram riquezas, algumas de ordem material, outras, de descendência. Não há um filho de português que eu conheça que não tenha orgulho de poder dizer "sou filho de português", o que ora proclamo também com muito orgulho. Se não houvesse uma outra coincidência de termos colocado na Constituição Brasileira um dado fundamental nesse tratamento especial, devo dizer – e ainda que o faça com tristeza – que a Constituição Portuguesa está nos devendo um tratamento recíproco. Espero, pelas tratativas que estão sendo feitas, que isso possa ser em breve concretizado. Nós, brasileiros, podemos dizer hoje, às vésperas dos quinhentos anos da primeira vinda de um português a nossas terras – a palavra pode não ser

bem utilizada porque aqui já havia índios –, que Portugal conseguiu fazer a reunião dos índios com os negros que vieram da África. Poderemos dizer, ainda, que aqui há um discriminação social, mas não racial. O português se integrou e, a partir daí, temos uma miscigenação que declara o potencial que o Brasil herdou de Portugal. O interessante é que hoje temos uma tal identidade que não se sabe quando começa o Brasil e quando Portugal termina ou começa em nós. As chamadas nações lusófonas, onde se cultiva o idioma português, têm uma população muito maior do que aquelas que falam o espanhol.

Devo dizer aos queridos amigos e patrícios que aqui se encontram que nasci aqui com o sangue – e o sobrenome Cabral já diz bem – do Aviador Sacadura Cabral, primo-irmão de minha mãe, que fez a travessia do Atlântico.

É muito importante dizer que um filho de imigrantes portugueses conseguiu ser Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, que é o topo da classe; que este mesmo filho de imigrantes portugueses conseguiu ser Ministro da Justiça; que este filho de portugueses conseguiu ser Relator da Assembléia Nacional Constituinte – menos pelos meus méritos, mais por aquilo que me ensinaram os meus pais portugueses.

Agradeço a V. Ex^a, eminente Senador Antonio Carlos Magalhães – sem dúvida nenhuma, a Bahia é o berço cultural, as raízes da nossa raça brasileira –, por ter permitido, nesta hora, que um filho de portugueses pudesse dizer: orgulho-me de ter meu pai e minha mãe como naturais, como nacionais de Portugal.

Era a mensagem, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as minhas origens lusitanas são muito remotas. Não tenho a mesma sorte do Senador Bernardo Cabral de descender diretamente de uma mãe portuguesa, mas o destino me premiou de outra forma: casei-me com uma portuguesa, o que me deu a chance de aproximar nossas ligações, de fortalecer os laços que unem Portugal e Brasil e de aproveitar esta ocasião para render uma homenagem à diáspora portuguesa. Há portugueses em todos os Países do mundo, falando português, trabalhando como português, integrados às suas sociedades e construindo o futuro desses Países que adotam como seu, sem esquecerem nunca a sua Pátria de origem.

Quando nos aproximamos do aniversário de 500 anos da chegada de Cabral, o Senador Antonio Carlos Magalhães e eu, que temos a honra de integrar em nome do Senado Federal a comissão que programa as comemorações, entendemos que esse é um momento não apenas de celebração, mas também de revisão da trajetória comum que desenvolvemos ao longo desses 500 anos. Os portugueses aqui chegaram desbravadores e ajudaram a construir a nacionalidade e a nos dar a independência.

A amizade e a integração não estão apenas no terreno da retórica. Os investimentos portugueses no Brasil hoje são vultosos e ajudam a dinamizar a economia nacional. Esse relacionamento foi capaz de resistir a momentos de tensão. O Brasil, que foi sempre um País que acolhia imigrantes de todo o mundo, inclusive portugueses, em determinado momento da sua história, por injunções sobretudo de natureza econômica, foi um País de emigrantes. Muitos desses emigrantes dirigiram-se para Portugal, para o pequenino Portugal continental. É evidente que uma massa de pessoas geralmente de condição educacional superior haveria de gerar algum desconforto naquele mercado, que é relativamente pequeno.

Mas essas tensões foram superadas, porque prevaleceu o sentido de integração – com independência, liberdade – entre os dois Países.

Portugal faz parte da União Européia, mas não pode nunca esquecer a sua vocação atlântica. É uma condição privilegiada a de estar na Europa e ter um pé em diferentes outros países, sobretudo nos que constituem a Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa.

Fazendo esta saudação, Sr. Presidente, quero aqui reiterar o nosso apreço, o nosso sentimento de fraternidade com esses irmãos. Que a celebração dos 500 anos seja um momento de reprogramação de nossas atividades no plano da economia, da cultura, do Direito e da reciprocidade a que aludia o Senador Bernardo Cabral. S. Ex^a dizia da honra que era para ele, com tantas tarefas honrosas que já desempenhou, estar aqui como filho de portugueses.

Mas há portugueses em nosso Congresso: o Deputado José Lourenço e até há bem pouco tempo a Deputada Maria da Conceição Tavares, que exercem aqui, na sua plenitude, todas as suas prerrogativas como se brasileiros natos fossem.

Sr. Presidente, tive ocasião de visitar a Assembleia da República onde tive um encontro com seu presidente, que, depois, me mostrou, em uma das dependências daquele edifício, uma ala inteira dedi-

cada ao antigo Senado. Portugal já teve o sistema bicameral. Lá, os móveis estão dispostos como se o órgão ainda funcionasse.

Hoje os nossos irmãos portugueses estão tendo a oportunidade de assistir a uma sessão do Senado Federal, que é também um pilar de sustentação da amizade, fraternidade, companheirismo e da esperança e confiança no futuro que devem animar nossas relações bilaterais. Sejam bem-vindos!

Fazemos este pronunciamento para enaltecer essa cooperação. Não importa que, ao longo dos anos de Brasil Colônia ou depois, tenha havido equívocos, enganos – algo de que não temos de nos arrepender, mas de exorcizar desse processo, nunca para afetar, diminuir, reduzir a importância da presença portuguesa no Brasil, antes para exaltar e pedir que os dois países irmãos estejam cada vez mais próximos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O Senado da República do Brasil associa-se aos oradores na mensagem que acabaram de transmitir a quantos portugueses espalhados pelo mundo inteiro e que aqui estão num encontro da comunidade. Só o fato de terem escolhido Brasília é uma demonstração das ligações permanentes de Brasil e Portugal.

Vejo entre os portugueses o Deputado José Lourenço, representante do meu Estado, Estado que tem raízes profundas em Portugal do ponto de vista de sentimento, de cultura e até do ponto de vista econômico. Mas o importante é que os senhores aqui presentes devem estar-se sentindo como eu me sinto em Portugal ou nos países da língua portuguesa: em casa. Sintam-se em casa, sabendo que cada vez será maior o sentimento de amizade entre portugueses e brasileiros. Logo às vésperas de comemorarmos os 500 anos do nosso descobrimento, sempre temos razão de gratidão com os portugueses. Daí por que as palavras dos Senadores Bernardo Cabral, descendente direto de Sacadura Cabral, e Lúcio Alcântara espelham realmente o sentimento de todos nós.

De minha parte, não sendo descendente direto de portugueses, mas tendo avós portugueses, da região de Fafe, norte de Portugal, fico muito à vontade para traduzir neste instante, em relação aos senhores, o nosso sentimento de profunda amizade, gratidão e a certeza de que os nossos interesses comuns vão sempre estar juntos, porque Brasil e Portugal não podem separar-se. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 3:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 1999**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Requerimento nº 203, de 1999- art. 281)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1999 (nº 4/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre a sua Destruição, tendo

Parecer favorável, sob nº 178, de 1999, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

Discussão do projeto, em turno único.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPlicy (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Mensagem Presidencial iniciou sua tramitação, conforme determinação constitucional, na Câmara dos Deputados, que formalizou o respectivo Projeto de Decreto Legislativo, aprovado por unanimidade naquela Casa com o apoio dos Parlamentares do PT e do Bloco de Oposição.

A proposição encaminhada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional teve nosso parecer, onde destaquei a importância do Projeto, uma vez que propõe a complexa e penosa tarefa de prescrever definitivamente uma das mais cruéis e desumanas formas de artefatos utilizados nos conflitos armados entre as nações, as minas antipessoais.

A convenção, aberta a assinaturas pelos Estados Partes da ONU, em Ottawa, Canadá, em 3 de dezembro de 1997, contou com a adesão do Brasil que, segundo a exposição de motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, ao longo das negociações sobre o texto, teve um papel relevante na coordenação de posições entre os países latino-americanos na busca exitosa de fórmulas que garantissem, aos países mais afetados pelas tragédias causadas pelas minas, mecanismos de cooperação internacional para remoção e destruição desses artefatos e reintegração social das vítimas.

Ao emitir parecer favorável sobre a matéria, que trata, na verdade, de um texto importante, a que temos honra de aderir e para o qual, além da aprovação congressual, exortamos o Governo a agir com o mais absoluto empenho para o seu cumprimento.

Na abertura da LI Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 23 de setembro de 1996, o Ministro de Estado de Relações Exteriores, de então, anunciou a adoção da moratória formal, pelo Brasil, na exportação de minas terrestres antipessoal pelo prazo de 4 anos, renovável por igual período. Dessa forma, é muito importante que o Brasil venha aderir a esse tratado para que não mais se utilize, de forma alguma, desse tipo de instrumento. É lamentável que, até o presente, os principais países produtores de minas antipessoal, Estados Unidos, Rússia, China, Índia, Paquistão, Irã e Iraque, não tenham aderido à Convenção. É importante que o próprio governo de Cuba venha a aderir.

O projeto deve ser acolhido pelas razões expostas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Continua em discussão a matéria.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra, para discutir, ao nobre Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, da mesma forma pela qual votei contra os recursos externos que alimentariam o processo de reequipamento da nossa defesa, quero manifestar o meu pacifismo, elogiando esse projeto atual.

Sigmund Freud, citando Hobbes, afirma que o homem é o lobo do homem; desta forma, o choque, a agressividade, a ira entre irmãos constituirão o destino eterno da humanidade. Não acredito nisso. Acredito que o homem é um projeto que dará certo um dia. Mas não dará certo enquanto não fizermos o que esse projeto aconselha: enterrar bem fundo essas minas que visam destruir a vida e incomodar a caminhada humana em direção à cultura e à fraternidade. Portanto, voto a favor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 29, DE 1999

(Nº 4/99, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre a sua Destruição.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre a sua Destruição, aberta a assinaturas em Ottawa, em 3 de dezembro de 1997.

Parágrafo único. Ficam sujeitos a aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CONVENÇÃO SOBRE A PROIBIÇÃO DO USO, ARMAZENAMENTO, PRODUÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE MINAS ANTIPESSOAL E SOBRE SUA DESTRUIÇÃO

Preâmbulo

Os Estados Partes.

Decididos a pôr fim ao sofrimento e às mortes causadas por minas antipessoal, que matam ou mutilam centenas de pessoas todas as semanas, na sua maioria cidadãos inocentes e indefesos e especialmente crianças, obstruem o desenvolvimento econômico e a reconstrução, inibem a repatriação de refugiados e de pessoas deslocadas internamente e ocasionam outras consequências severas por muitos anos após sua colocação.

Acreditando ser necessário fazer o máximo para contribuir de maneira eficiente e coordenada a fim de enfrentar o desafio de remover as minas antipessoal colocadas em todo o mundo e assegurar sua destruição.

Desejando fazer o máximo na prestação de assistência para o tratamento e a reabilitação, incluindo a reintegração social e econômica, de vítimas de minas.

Reconhecendo que uma proibição total das minas antipessoal seria também uma importante medida de construção de confiança.

Acolhendo a adoção do Protocolo sobre Proibições e Restrições ao Emprego de Minas, Armas de Armadilha e Outros Artefatos, conforme emendado em 3 de maio de 1996 e anexado à Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que Possam Ser Excessivamente Nocivas ou Ter Efeitos Indiscriminados, e instando à pronta ratificação desse Protocolo por todos os Estados que ainda não o tenham feito.

Acolhendo também a Resolução 51/45 S, de 10 de dezembro de 1996, da Assembleia-Geral das Nações Unidas, que exorta todos os Estados a buscar com empenho um acordo internacional eficaz e juridicamente vinculante para proibir o uso, armazenamento, produção e transferência de minas terrestres antipessoal.

Acolhendo, ademais, as medidas tomadas durante os últimos anos, tanto unilateralmente quanto multilateralmente, visando à proibição, restrição ou suspensão do uso, armazenamento, produção e transferência de minas antipessoal,

Enfatizando o papel da consciência pública na promoção dos princípios humanitários, conforme evidenciado pelos apelos à proibição total de minas antipessoal, e reconhecendo os esforços-enviados para tal fim pela Cruz Vermelha Internacional e pelo Movimento do Crescente Vermelho, a Campanha Internacional para a Proibição de Minas e numerosas outras organizações não-governamentais em todo o mundo.

Recordando a Declaração de Ottawa, de 5 de outubro de 1996, e a Declaração de Bruxelas, de 27 de junho de 1997, que instam a comunidade internacional a negociar um acordo internacional juridicamente vinculante que proíba o uso, armazenamento, produção e transferência de minas antipessoal,

Enfatizando a conveniência de atrair a adesão de todos os Estados a esta Convenção e determinados a trabalhar tenazmente para promover sua universalização em todos os foros relevantes, incluindo, entre outros, as Nações Unidas, a Conferência do Desarmamento, organizações e grupos regionais e

conferências de revisão da Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que Possam Ser Excessivamente Nocivas ou Ter Efeitos Indiscriminados.

Baseando-se no princípio do direito internacional humanitário de que o direito das partes em um conflito armado de escolher métodos ou meios de combate não é ilimitado, no princípio que proíbe o uso, em conflitos armados, de armas, projéteis ou materiais e métodos de combate de natureza tal que causem danos supérfluos ou sofrimento desnecessário e no princípio de que uma distinção deve ser estabelecida entre civis e combatentes.

Acordaram o seguinte:

ARTIGO 1 Obrigações gerais

1. Cada Estado Parte se compromete a nunca, sob nenhuma circunstância:

- a) Usar minas antipessoal;
- b) Desenvolver, produzir ou de qualquer outro modo adquirir, armazenar, manter ou transferir a quem quer que seja, direta ou indiretamente, minas antipessoal;
- c) Ajudar, encorajar ou induzir, de qualquer maneira, quem quer que seja a participar em qualquer atividade proibida a um Estado Parte de acordo com esta Convenção.

2. Cada Estado Parte se compromete a destruir ou assegurar a destruição de todas as minas antipessoal de acordo com as disposições desta Convenção.

ARTIGO 2 Definições

1. Por "mina antipessoal" entende-se uma mina concebida para explodir em consequência da presença, proximidade ou contato de uma pessoa e que incapacite, lere ou mate uma ou mais pessoas. Minas concebidas para serem detonadas pela presença, proximidade ou contato de um veículo, e não de uma

pessoa, que sejam equipadas com dispositivos antimanipulação, não são consideradas minas antipessoal por estarem assim equipadas.

2. Por "mina" entende-se um artefato explosivo concebido para ser colocado sob, sobre ou próximo ao chão ou a outra superfície e explodir em consequência da presença, proximidade ou contato de uma pessoa ou veículo.

3. Por "dispositivo antimanipulação" entende-se um mecanismo destinado a proteger a mina e que é parte dela, está fixado ou conectado a ela ou colocado sob a mina e que é ativado quando se tenta manipulá-la ou intencionalmente perturbar seu funcionamento de alguma outra forma.

4. Por "transferência" entende-se, além do traslado físico de minas antipessoal para dentro ou fora de território nacional, a transferência do título ou do controle de minas, mas não a transferência de território em que haja minas antipessoal colocadas.

5. Por "área minada" entende-se uma área que é perigosa em função da presença de minas ou da suspeita de sua presença.

ARTIGO 3

Exceções

1. Não obstante as obrigações gerais contidas no Artigo 1, a retenção ou transferência de uma quantidade de minas antipessoal necessária ao desenvolvimento de técnicas de detecção, desminagem ou destruição de minas é permitida. A quantidade destas minas não deve exceder o número mínimo absolutamente necessário aos propósitos acima mencionados.

2. A transferência de minas antipessoal para fins de sua destruição é permitida.

ARTIGO 4

Destruição de Minas Antipessoal Armazenadas

Exceto pelo disposto no Artigo 3, cada Estado Parte compromete-se a destruir ou assegurar a destruição de todas as minas antipessoal armazenadas de que seja proprietário ou detentor ou que estejam sob sua jurisdição ou controle o quanto antes e no mais tardar até quatro anos após a entrada em vigor desta Convenção para aquele Estado Parte.

ARTIGO 5

Destruição de Minas Antipessoal em Áreas Minadas

1. Cada Estado Parte compromete-se a destruir ou assegurar a destruição de todas as minas antipessoal em áreas minadas sob sua jurisdição ou controle o quanto antes e no mais tardar até dez anos após a entrada em vigor desta Convenção para aquele Estado Parte.

2. Cada Estado Parte se esforçará para identificar todas as áreas sob sua jurisdição ou controle nas quais se saiba ou se suspeite haver minas antipessoal colocadas e deverá assegurar o quanto antes que todas as áreas minadas sob sua jurisdição ou controle em que haja minas antipessoal tenham seu perímetro marcado, vigiado e protegido por cercas ou outros meios, a fim de assegurar a efetiva exclusão de civis até que todas as minas antipessoal contidas naquelas áreas tenham sido destruídas. A marcação deverá obedecer, no mínimo, aos padrões estabelecidos pelo Protocolo de Proibições e Restrições ao Emprego de Minas, Armas de Armadilha e Outros Artefatos, conforme emendado em 3 de maio de 1996, anexo à Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que Possam Ser Excessivamente Nocivas ou Ter Efeitos Indiscriminados.

3. Se um Estado Parte acredita que não será capaz de destruir ou assegurar a destruição de todas as minas antipessoal a que se faz menção no parágrafo 1 dentro daquele período de tempo, poderá solicitar à Reunião dos Estados Partes ou à Conferência de Revisão a prorrogação do prazo para completar a destruição daquelas minas antipessoal por um período de até dez anos.

4. Cada solicitação deverá conter:

a) A duração da prorrogação proposta;

b) Uma explicação detalhada das razões para a prorrogação proposta, incluindo:

i) A preparação e a situação do trabalho conduzido no âmbito de programas nacionais de desminagem;

ii) Os meios financeiros e técnicos de que dispõe o Estado Parte para a destruição de todas as minas antipessoal; e

- iii) As circunstâncias que restringem a capacidade do Estado Parte de destruir todas as minas antipessoal em áreas minadas;
- c) As implicações humanitárias, sociais, econômicas e ambientais da prorrogação; e
- d) Quaisquer outras informações relevantes para a solicitação de prorrogação proposta.

5. A Reunião dos Estados Partes ou a Conferência de Revisão deverão, levando em consideração os fatores contidos no parágrafo 4, avaliar a solicitação e decidir por maioria de votos dos Estados Partes presentes e votantes se se aceita a solicitação de um período de prorrogação.

6. Tal prorrogação poderá ser renovada mediante a apresentação de nova solicitação, de acordo com os parágrafos 3, 4 e 5 deste Artigo. Ao solicitar novo período de prorrogação, o Estado Parte deverá submeter informação adicional relevante sobre o que foi realizado durante o período prévio de prorrogação de acordo com este Artigo.

ARTIGO 6

Cooperação e Assistência Internacional

1. No cumprimento de suas obrigações de acordo com esta Convenção, cada Estado Parte tem o direito de solicitar e receber assistência, quando factível, de outros Estados Partes na medida do possível.

2. Cada Estado Parte compromete-se a facilitar o intercâmbio mais amplo possível de equipamento, materiais e informação científica e tecnológica relacionados à implementação desta Convenção e terá direito a participar desse intercâmbio. Os Estados Partes não imporão restrições indevidas ao fornecimento, para fins humanitários, de equipamento de desminagem nem de informações tecnológicas correspondentes.

3. Cada Estado Parte em condições de fazê-lo proporcionará assistência para o tratamento e a reabilitação de vítimas de minas e sua reintegração social e econômica, bem como para programas de conscientização sobre minas. Tal assistência poderá ser prestada, inter alia, por intermédio do sistema das Nações Unidas, de organizações ou instituições internacionais, regionais ou nacionais, do

Comitê Internacional da Cruz Vermelha, das sociedades nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e de sua Federação Internacional, de organizações não-governamentais ou em base bilateral.

4. Cada Estado Parte em condições de fazê-lo proporcionará assistência à desminagem e a atividades relacionadas. Tal assistência será prestada, inter alia, por intermédio do sistema das Nações Unidas, de organizações ou instituições internacionais ou regionais, de organizações ou instituições não-governamentais ou em base bilateral ou ainda mediante contribuições para o Fundo Fiduciário Voluntário das Nações Unidas para Assistência à desminagem ou para outros fundos regionais que se ocupem deste tema.

5. Cada Estado Parte em condições de fazê-lo proporcionará assistência para a destruição de minas antipessoal armazenadas.

6. Cada Estado Parte compromete-se a fornecer informações à base de dados sobre desminagem estabelecida no sistema das Nações Unidas, especialmente informações relacionadas aos diversos meios e tecnologias de desminagem e listas de especialistas, de órgãos especializados ou pontos nacionais de contato sobre desminagem.

7. Os Estados Partes podem solicitar às Nações Unidas, organizações regionais, outros Estados Partes ou outros fóros intergovernamentais ou não-governamentais competentes que assistam suas autoridades na elaboração de um programa nacional de desminagem a fim de determinar, inter alia:

a) A extensão e o alcance do problema das minas antipessoal;

b) Os recursos financeiros, tecnológicos e humanos requeridos para a implementação do programa;

c) O número de anos estimado necessário para destruir todas as minas antipessoal em áreas minadas sob jurisdição ou controle do Estado Parte em questão;

d) Atividades de conscientização sobre minas a fim de reduzir a incidência de ferimentos ou mortes atribuíveis a minas;

e) Assistência a vítimas de minas;

f) O relacionamento entre o Governo do Estado Parte em questão e as entidades governamentais, intergovernamentais ou não-governamentais pertinentes que trabalharão na implementação do programa.

8. Cada Estado Parte que preste ou receba assistência de acordo com as disposições deste Artigo cooperará a fim de assegurar a completa e rápida implementação dos programas de assistência acordados.

ARTIGO 7

Medidas de Transparência

1. Cada Estado Parte informará ao Secretário-Geral das Nações Unidas tão logo que possível e no mais tardar até 180 dias após a entrada em vigor desta Convenção para aquele Estado Parte sobre:

- a) As medidas de implementação nacionais referidas no Artigo 9;
- b) O total de minas antipessoal armazenadas que possua ou detenha ou que esteja sob sua jurisdição ou controle, inclusive especificação de tipo, quantidade e, se possível, números de lote de cada tipo de mina antipessoal armazenada;
- c) Na medida do possível, a localização de todas as áreas minadas sob sua jurisdição ou controle que contenham ou que se suspeite contenham minas antipessoal, incluindo o máximo possível de detalhes relativos ao tipo e à quantidade de cada tipo de mina antipessoal em cada área minada e quando foram colocadas;
- d) Os tipos, quantidades e, se possível, números de lote de todas as minas antipessoal retidas ou transferidas para o desenvolvimento de técnicas de detecção, desminagem e destruição de minas e para o treinamento nessas técnicas, ou transferidas com o propósito de destruição, assim como as instituições autorizadas por um Estado Parte para manter ou transferir minas antipessoal, conforme o disposto no Artigo 3;

e) A situação de programas para a conversão ou fechamento de instalações produtoras de minas antipessoal;

i) A situação de programas para a destruição de minas antipessoal de acordo com o disposto nos Artigos 4 e 5, incluindo detalhes dos métodos que serão usados na destruição, a localização de todos os lugares onde se efetuará a destruição e os padrões ambientais e de segurança aplicáveis a serem observados;

g) Os tipos e quantidades de todas as minas antipessoal destruídas após a entrada em vigor desta Convenção para aquele Estado Parte, incluindo a especificação da quantidade de cada tipo de mina antipessoal destruída, conforme o disposto nos Artigos 4 e 5, respectivamente, assim como, se possível, os números de lote de cada tipo de mina antipessoal no caso de destruição de acordo com o disposto no Artigo 4;

h) As características técnicas de cada tipo de mina antipessoal produzida, até onde se conheça, e daquelas que, no momento, um Estado Parte possua ou detenha, fornecendo, quando possível, informações que possam facilitar a identificação e a eliminação de minas antipessoal; no mínimo, essa informação deve incluir dimensões, espoletas, conteúdo explosivo, conteúdo metálico, fotografias coloridas e outras informações que possam facilitar a desminagem; e

i) As medidas tomadas para alertar a população de modo imediato e eficaz quanto a todas as áreas identificadas conforme o disposto no parágrafo 2 do Artigo 5.

2. A informação fornecida em conformidade com este Artigo será atualizada pelos Estados Partes anualmente, cobrindo o último ano civil, e comunicada ao Secretário-Geral das Nações Unidas no mais tardar até 30 de abril de cada ano.

3. O Secretário-Geral das Nações Unidas transmitirá todos os relatórios recebidos aos Estados Partes.

ARTIGO 8

Facilitação e Esclarecimento do Cumprimento

1. Os Estados Partes concordam em consultar-se mutuamente e em cooperar no que diz respeito à implementação das provisões desta Convenção e a trabalhar juntos em espírito de cooperação para facilitar o cumprimento pelos Estados Partes de suas obrigações de acordo com esta Convenção.
2. Se um ou mais Estados Partes desejam esclarecer e procuram resolver questões relacionadas ao cumprimento das provisões desta Convenção por outro Estado Parte, podem submeter, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas, uma Solicitação de Esclarecimento daquele assunto àquele Estado Parte. Essa solicitação deverá ser acompanhada de toda informação apropriada. Os Estados Partes deverão abster-se de responder a Solicitações de Esclarecimento infundadas, evitando-se abuso. Um Estado Parte que receba uma Solicitação de Esclarecimento fornecerá ao Estado solicitante, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas e no prazo de 28 dias, toda informação que ajude a esclarecer o assunto em questão.
3. Se o Estado Parte solicitante não receber uma resposta por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas no prazo mencionado ou se considerar a resposta à Solicitação de Esclarecimento insatisfatória, poderá submeter o assunto, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas, à próxima Reunião dos Estados Partes. O Secretário-Geral das Nações Unidas deverá transmitir essa demanda, acompanhada de toda informação apropriada pertinente à Solicitação de Esclarecimento, a todos os Estados Partes. Toda essa informação deverá ser transmitida ao Estado Parte solicitado, que terá direito a resposta.
4. Enquanto estiver pendente qualquer reunião dos Estados Partes, qualquer dos Estados Partes afetados poderá solicitar ao Secretário-Geral das Nações Unidas que exerça seus bons ofícios para facilitar o esclarecimento solicitado.
5. O Estado Parte solicitante pode propor, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas, a convocação de uma Reunião Extraordinária dos Estados Partes para considerar o assunto. O Secretário-Geral das Nações Unidas deverá então comunicar a todos os Estados Partes essa proposta e toda informação

apresentada pelos Estados Partes afetados, solicitando-lhes que indiquem se são favoráveis a realização de uma Reunião Extraordinária dos Estados Partes, a fim de considerar o assunto. Se dentro de 14 dias da data da comunicação houver pelo menos um terço dos Estados Partes a favor da Reunião Extraordinária, o Secretário-Geral das Nações Unidas convocará a Reunião Extraordinária dos Estados Partes dentro dos 14 dias seguintes. O quorum para essa Reunião requererá a presença da maioria dos Estados Partes.

6. A Reunião dos Estados Partes ou a Reunião Extraordinária dos Estados Partes, conforme o caso, deverá, em primeiro lugar, determinar se é o caso de prosseguir na consideração do assunto, levando em conta toda informação apresentada pelos Estados Partes afetados. A Reunião dos Estados Partes ou a Reunião Extraordinária dos Estados Partes deverá envidar todo esforço para tomar uma decisão por consenso. Se, apesar de todos os esforços, não se chegar a um acordo, a decisão será tomada por maioria dos Estados Partes presentes e votantes.

7. Todos os Estados Partes cooperarão plenamente com a Reunião dos Estados Partes ou a Reunião Extraordinária dos Estados Partes para que se leve a cabo a revisão do assunto, incluindo quaisquer missões de esclarecimento de fatos autorizadas de acordo com o parágrafo 8.

8. Caso se requeiram maiores esclarecimentos, a Reunião dos Estados Partes ou a Reunião Extraordinária dos Estados Partes autorizará uma missão de esclarecimento de fatos e decidirá sobre seu mandato por maioria dos Estados Partes presentes e votantes. A qualquer momento, o Estado Parte solicitado poderá convidar a seu território uma missão de esclarecimento de fatos. Essa missão será realizada sem uma decisão da Reunião dos Estados Partes ou da Reunião Extraordinária dos Estados Partes que a autorize. A missão, composta por um máximo de nove especialistas, designados e aprovados de acordo com os parágrafos 9 e 10, poderá recolher informações adicionais in situ ou em outros locais sob jurisdição ou controle do Estado Parte solicitado diretamente relacionados à alegada questão de cumprimento.

9. O Secretário-Geral das Nações Unidas preparará e manterá atualizada uma lista de nomes, nacionalidades e outros dados pertinentes de especialistas qualificados recebidos dos Estados Partes e a comunicará a todos os Estados Partes. Qualquer especialista incluído na lista será considerado designado para

todas as missões de esclarecimento de fatos, a não ser que um Estado Parte declare por escrito recusar sua designação. No caso de recusa, o especialista não participará em missões de esclarecimento de fatos no território ou em qualquer outro lugar sob a jurisdição ou controle do Estado Parte recusante, se a recusa tiver sido declarada anteriormente à indicação do especialista para tais missões.

10. No momento em que receba uma solicitação da Reunião dos Estados Partes ou de uma Reunião Extraordinária dos Estados Partes, o Secretário-Geral das Nações Unidas, após consultas com o Estado Parte solicitado, indicará os membros da missão, incluindo seu chefe. Nacionais de Estados Partes solicitantes da missão de esclarecimento de fatos ou diretamente afetados por ela não poderão ser indicados para a missão. Os membros da missão de esclarecimento de fatos gozarão de privilégios e imunidades conforme o disposto no Artigo VI da Convenção de Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, adotada em 13 de fevereiro de 1946.

11. Após aviso de pelo menos 72 horas, os membros da missão de esclarecimento de fatos deverão chegar ao território do Estado Parte solicitado o quanto antes. O Estado Parte solicitado tomará as medidas administrativas necessárias para receber, transportar e acomodar a missão e será responsável por garantir ao máximo possível a segurança da missão enquanto ela se encontrar em território sob seu controle.

12. Sem prejuízo da soberania do Estado Parte solicitado, a missão de esclarecimento de fatos poderá trazer ao território do Estado Parte solicitado o equipamento necessário, que será usado exclusivamente para recolher informação sobre a alegada questão de cumprimento. Anteriormente a sua chegada, a missão informará o Estado Parte solicitado do equipamento que pretende utilizar durante a realização da missão de esclarecimento de fatos.

13. O Estado Parte solicitado envidará todos os esforços para assegurar que seja dada à missão de esclarecimento de fatos a oportunidade de falar com todas as pessoas que possam fornecer informações relacionadas à alegada questão de cumprimento.

14. O Estado Parte solicitado assegurará à missão de esclarecimento de fatos acesso a todas as áreas e instalações sob seu controle em que fatos pertinentes à questão de cumprimento possam supostamente ser levantados. O acesso estará sujeito a quaisquer arranjos que o Estado Parte solicitado considere necessários para:

- a) A proteção de equipamento, informação e áreas sensíveis;
- b) A proteção de quaisquer obrigações constitucionais que o Estado Parte solicitado possa ter com respeito a direitos de propriedade, busca e apreensão ou outros direitos constitucionais; ou
- c) A proteção e segurança físicas dos membros da missão de esclarecimento de fatos.

Caso o Estado Parte solicitado faça esses arranjos, ele deverá envidar todos os esforços possíveis para demonstrar por outros meios que cumpre com esta Convenção.

15. A missão de esclarecimento de fatos poderá permanecer no território do Estado Parte solicitado por no máximo 14 dias, e em qualquer lugar específico não mais que 7 dias, a menos que se acorde diferentemente.

16. Toda informação fornecida em caráter confidencial e não relacionada ao tema da missão de esclarecimento de fatos será tratada de maneira confidencial.

17. A missão de esclarecimento de fatos comunicará o resultado de suas averiguações, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas, à Reunião dos Estados Partes ou à Reunião Extraordinária dos Estados Partes.

18. A Reunião dos Estados Partes ou a Reunião Extraordinária dos Estados Partes considerará toda informação pertinente, inclusive o relatório apresentado pela missão de esclarecimento de fatos, e poderá solicitar ao Estado Parte solicitado que tome medidas para resolver a questão do cumprimento em um período de tempo determinado. O Estado Parte solicitado informará sobre todas as medidas tomadas em atendimento a tal solicitação.

19. A Reunião dos Estados Partes ou a Reunião Extraordinária dos Estados Partes poderá sugerir aos Estados Partes afetados modos e meios de esclarecer ainda mais ou resolver o assunto em consideração, incluindo o início de procedimentos apropriados em conformidade com o direito internacional. Nos casos em que se determine que o assunto em questão se deve a circunstâncias além do controle do Estado Parte solicitado, a Reunião dos Estados Partes ou a Reunião Extraordinária dos Estados Partes poderá recomendar medidas apropriadas, inclusive o uso das medidas de cooperação referidas no Artigo 6.

20. A Reunião dos Estados Partes ou a Reunião Extraordinária dos Estados Partes envidará todos os esforços para adotar as decisões a que se referem os parágrafos 18 e 19 por consenso e, se não houver consenso, por maioria de dois terços dos Estados Partes presentes e votantes.

ARTIGO 9

Medidas de Implementação Nacional

Cada Estado Parte tomará todas as medidas legais, administrativas e outras apropriadas, inclusive a imposição de sanções penais, para prevenir e reprimir toda atividade proibida a um Estado Parte de acordo com esta Convenção executada em território ou por pessoas sob sua jurisdição ou controle.

ARTIGO 10

Solução de Controvérsias

1. Os Estados Partes se consultarão e cooperarão para solucionar qualquer controvérsia que possa surgir em relação à aplicação ou interpretação desta Convenção. Cada Estado Parte poderá submeter quaisquer problemas à Reunião dos Estados Partes.

2. A Reunião dos Estados Partes poderá contribuir para a solução de controvérsias por quaisquer meios que julgue apropriados, inclusive pelo oferecimento de seus bons ofícios, instando os Estados Partes em uma controvérsia a darem início ao procedimento de solução de sua escolha e recomendando um prazo para qualquer procedimento acordado.

3. Este Artigo é sem prejuízo das disposições desta Convenção sobre facilitação e esclarecimento do cumprimento.

ARTIGO 11

Reuniões dos Estados Partes

1. Os Estados Partes reunir-se-ão regularmente para considerar qualquer assunto relativo à aplicação ou à implementação desta Convenção, incluindo:

a) O funcionamento e o estado desta Convenção;

- b) Assuntos suscitados pelos relatórios apresentados de acordo com as disposições desta Convenção;
- c) Cooperação e assistência internacionais em conformidade com o Artigo 6;
- d) Desenvolvimento de tecnologias de desminagem;
- e) As solicitações dos Estados Partes a que se refere o Artigo 8; e
- f) Decisões relacionadas às solicitações dos Estados Partes, conforme disposto no Artigo 5.

2. A Primeira Reunião dos Estados Partes será convocada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas no prazo de um ano após a entrada em vigor desta Convenção. As reuniões subseqüentes serão convocadas pelo Secretário-Geral das Nações Unidas anualmente até a primeira Reunião de Revisão.

3. Em conformidade com as condições definidas no Artigo 8, o Secretário-Geral das Nações Unidas convocará uma Reunião Extraordinária dos Estados Partes.

4. Os Estados não partes desta Convenção, bem como as Nações Unidas, outras organizações ou instituições internacionais pertinentes, organizações regionais, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e organizações não-governamentais pertinentes poderão ser convidados para participar destas reuniões como observadores em conformidade com as Regras de Procedimento acordadas.

ARTIGO 12

Conferências de Revisão

1. Uma Conferência de Revisão será convocada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas cinco anos após a entrada em vigor desta Convenção. Conferências de Revisão posteriores poderão ser convocadas pelo Secretário-Geral das Nações Unidas se assim solicitado por um ou mais Estados Partes, desde que o intervalo entre Conferências de Revisão não seja menor do que cinco anos. Todos os Estados Partes desta Convenção serão convidados para cada Conferência de Revisão.

2. O objetivo da Conferência de Revisão será:

- a) Revisar o funcionamento e o estado desta Convenção;
- b) Considerar a necessidade de posteriores Reuniões dos Estados Partes e o período de intervalo entre elas a que se refere o parágrafo 2 do Artigo 11;
- c) Tomar decisões sobre apresentações de solicitações dos Estados Partes conforme disposto no Artigo 5; e
- d) Adotar, se necessário, em seu relatório final conclusões relacionadas à implementação desta Convenção.

3. Estados não partes desta Convenção, bem como as Nações Unidas, outras organizações ou instituições internacionais pertinentes, organizações regionais, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e organizações não-governamentais pertinentes poderão ser convidados para participar de cada Conferência de Revisão como observadores em conformidade com as Regras de Procedimento acordadas.

ARTIGO 13

Emendas

1. A qualquer momento após a entrada em vigor desta Convenção, qualquer Estado Parte poderá propor emendas a esta Convenção. Toda proposta de emenda será comunicada ao Depositário, que a circulará por todos os Estados Partes e solicitará suas opiniões quanto à conveniência de convocar uma Conferência de Emenda para considerar a proposta. Se a maioria dos Estados Partes notificar o Depositário, no mais tardar até 30 dias após a circulação da proposta, ser a favor de prosseguir na consideração da proposta, o Depositário convocará uma Conferência de Emenda para a qual todos os Estados Partes serão convidados.

2. Estados não partes desta Convenção, bem como as Nações Unidas, outras organizações ou instituições internacionais pertinentes, organizações regionais, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e organizações não-governamentais pertinentes poderão ser convidados a participar de cada Conferência de Emenda como observadores de acordo com as Regras de Procedimento acordadas.

3. A Conferência de Emenda será realizada imediatamente após uma Reunião dos Estados Partes ou uma Conferência de Revisão, a não ser que a maioria dos Estados Partes solicite que seja realizada anteriormente.
4. Qualquer emenda a esta Convenção deverá ser adotada por uma maioria de dois terços dos Estados Partes presentes e votantes na Conferência de Emenda. O Depositário comunicará toda emenda assim adotada aos Estados Partes.
5. Uma emenda a esta Convenção entrará em vigor, para todos os Estados Partes desta Convenção que a tenham aceitado, no momento em que a maioria dos Estados Partes tiver depositado junto ao Depositário os instrumentos de aceitação. Posteriormente, entrará em vigor para os demais Estados Partes na data em que depositem seu instrumento de aceitação.

ARTIGO 14

Custos

1. Os custos de Reuniões dos Estados Partes, Reuniões Extraordinárias dos Estados Partes, Conferências de Revisão e Conferências de Emendas serão arcados pelos Estados Partes e pelos Estados não partes desta Convenção que delas participem, em conformidade com a escala de cotas das Nações Unidas ajustada adequadamente.

2. Os custos incorridos pelo Secretário-Geral das Nações Unidas de acordo com os Artigos 7 e 8 e os custos de missões de esclarecimento de fatos serão arcados pelos Estados Partes em conformidade com a escala de cotas das Nações Unidas ajustada adequadamente.

ARTIGO 15

Assinatura

Esta Convenção, feita em Oslo, Noruega, em 18 de setembro de 1997, estará aberta para assinaturas por todos os Estados, em Ottawa, Canadá, no período de 3 a 4 de dezembro de 1997, e na Sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, de 5 de dezembro de 1997 até sua entrada em vigor.

ARTIGO 16

Ratificação, Aceitação, Aprovação ou Adesão

1. Esta Convenção está sujeita à ratificação, aceitação ou aprovação de seus signatários.
2. A Convenção estará aberta à adesão de qualquer Estado que não a tenha assinado.
3. Os instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão serão depositados junto ao Depositário.

ARTIGO 17

Entrada em Vigor

1. ~~Esta Convenção~~ entrará em vigor no primeiro dia do sexto mês após o mês em que o 40º instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão tenha sido depositado.
2. Para qualquer Estado que deposite seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão após a data do depósito do 40º instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, esta Convenção entrará em vigor no primeiro dia do sexto mês após a data em que aquele Estado tiver depositado seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

ARTIGO 18

Aplicação Provisória

Qualquer Estado poderá, no momento de sua ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, declarar que aplicará provisoriamente o parágrafo 1 do Artigo 1 desta Convenção até que esta entre em vigor.

ARTIGO 19

Reservas

Os Artigos desta Convenção não são sujeitos a reservas.

ARTIGO 20

Duração e Denúncia

1. Esta convenção terá duração ilimitada.
2. Cada Estado Parte terá, no exercício de sua soberania nacional, o direito de denunciar esta Convenção. Ele deverá comunicar a denúncia a todos os Estados Partes, ao Depositário e ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. O instrumento de denúncia deverá incluir uma explicação completa das razões que motivam a denúncia.
3. A denúncia somente terá efeito seis meses após a recepção do instrumento de denúncia pelo Depositário. Se, no entanto, no momento da expiração desse período de seis meses o Estado Parte denunciante estiver envolvido em conflito armado, a denúncia não terá efeito antes do fim do conflito armado.
4. A denúncia desta Convenção por um Estado Parte não afetará de modo algum o dever dos Estados de seguir cumprindo com suas obrigações decorrentes de quaisquer normas pertinentes do Direito Internacional.

ARTIGO 21

Depositário

O Secretário-Geral das Nações Unidas é designado pelo presente Depositário desta Convenção.

ARTIGO 22

Textos Autênticos

O original desta Convenção, cujos textos em árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol são igualmente autênticos, será depositado junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 4:

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 1997**

Primeiro dia de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 1997, do Senador Antonio Carlos Valadares e outros, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde, e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 655, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma, oferecendo a redação para o segundo turno.

(A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 18 de março passado, quando teve a sua discussão adiada para hoje).

Transcorre hoje o primeiro dia de discussão do segundo turno.

Em discussão o substitutivo à proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 1997. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para o prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 5:

REQUERIMENTO Nº 161, DE 1999

Votação, em turno único, do Requerimento nº 161, de 1999, do Senador Paulo Hartung, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 14 e 75, de 1999, por versarem sobre o prazo de renegociação das dívidas dos Estados e do Distrito Federal junto à União.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 14 e 75, de 1999, passam a tramitar em conjunto e voltam ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 6:

REQUERIMENTO Nº 162, DE 1999

Votação, em turno único, do Requerimento nº 162, de 1999, do Senador Artur da Távola, solicitando, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1999, de sua autoria, que autoriza o Instituto de Resseguros do Brasil – IRB a doar à Sociedade Civil de Amparo ao Menor "A Minha Casa" o imóvel que especifica.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1999, vai definitivamente ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1999, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 183, DE 1999

(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Decreto
Legislativo nº 29, de 1999 (nº 4, de 1999,
na Câmara dos Deputados).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1999 (nº 4, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre a sua Destruição.

Sala de Reuniões da Comissão, 29 de abril de 1999. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Geraldo Melo** – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Nabor Junior** – **Carlos Patrocínio**.

ANEXO AO PARECER Nº 183, DE 1999

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1999

Aprova o texto da Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre a sua Destruição.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto da Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre a sua Destruição, aberta a assinaturas em Ottawa, em 3 de dezembro de 1997.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 209, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1999 (nº 4/99, na Câmara dos Deputados), e aprova o texto da Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre a sua Destruição.

Sala das Sessões, 29 de abril de 1999. – **Eduardo Suplicy.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com referência ao Requerimento nº 207, de 199, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1999, lido no Expediente da presente sessão, não havendo objeção do Plenário, a Presidência submeterá o requerimento à deliberação somente na próxima terça-feira.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, qual é o requerimento?

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Só vai ser votado na próxima terça-feira?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – É o requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos.

Algumas Lideranças estão questionando, não este requerimento, mas as matérias que não têm passado pelas Lideranças para receber a devida urgência, vindo diretamente da Comissão. Então, as Lideranças querem tomar conhecimento da matéria.

Se julgarem conveniente essa ponderação, a Mesa acatará e passará o requerimento para terça-feira. Senão, poderemos submeter o requerimento agora mesmo. (Pausa)

Havendo consenso do Plenário em relação a votar-se na próxima terça-feira, fica adiada a apreciação do requerimento.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável, por 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Ex^a está com a palavra, por 5 minutos.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estado do Rio Grande do Sul foi surpreendido, ontem, com a decisão da Empresa Ford de não dar continuidade às obras para sua instalação em nosso Estado, o que consideramos profundamente lamentável.

Em mais de uma oportunidade, ocupamos a tribuna desta Casa, destacando a posição do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Esse Governo, que assumiu recentemente, teve recursos retidos pelo Governo Federal – cerca de R\$50 milhões –, herdou uma dívida de R\$13,4 bilhões e um Estado com um déficit operacional de R\$1,2 bilhão. Essa foi a realidade do Estado do Rio Grande do Sul, com suas estatais privatizadas, com o setor básico do Rio Grande do Sul, que é a nossa agropecuária, profundamente penalizado, passando por momentos difíceis de endividamento, de abandono do campo, com a classe empresarial também profundamente atingida, principalmente no setor básico, no setor coureiro-calçadista, como em outros setores.

O Governo do nosso Estado, dentro da sua linha de compromisso com o povo gaúcho, que fez a opção pela mudança e tem na sua proposta governamental a prioridade para o social e para os nossos setores produtivos, do campo e da cidade, buscou, por intermédio de diálogos e de reuniões constantes, conversar com essas duas grandes empresas multinacionais, a GM e

a Ford, que, por acordos firmados com o Governo anterior, lá estavam se estabelecendo.

Srs. Parlamentares, vejam que o compromisso do Governo anterior para com essas duas empresas chegaria a um montante de R\$866,8 milhões, números que o Governo do Estado atual, diante da situação real da nossa gente, do nosso setor produtivo, do índice alarmante de desemprego que se abate sobre o Rio Grande do Sul, tentou negociar.

No que ficou acertado anteriormente, no acordo com a Ford, estavam previstos investimentos de responsabilidade do DAER da ordem de R\$ 79,3 milhões: para a duplicação e sinalização da BR-116 estão estimados R\$12,1 milhões; para o sistema viário interno, R\$13,2 milhões; só para a estrada do Conde são R\$10,2 milhões, além de obras especiais, para as quais estão previstos outros R\$29 milhões.

Também ficou responsável – conforme a definição do Governo anterior – pelo reflorestamento ecológico, estimulado em R\$1,5 milhão. Ainda teve de responsabilizar-se pelo custo de R\$4,9 milhões em segurança e corpo de bombeiros, especificamente para a empresa Ford – tudo isso é somente para ela. No acordo, também consta como competência do Estado a desapropriação da área, estimada em R\$9,2 milhões.

O Estado ainda ficou compromissado a construir um porto exclusivo para a referida empresa, em Guaíba, que custará R\$31,1 milhões. Apenas para o aprofundamento do calado para dois pés, igualmente para uso exclusivo, a estimava do gasto é de R\$16 milhões, sem estudo aprovado.

Vejam Srs. Senadores que, diante da constatação dessa realidade e da situação em que o Estado se encontra, o Governo pediu uma renegociação. Penso que o termo, hoje, é exatamente esse. O Governo Federal submete-se ao FMI e pede renegociação, produtores renegociam as suas dívidas, empresários buscam renegociar suas dívidas, essa é a palavra.

Em momento algum, o Governo do Estado deixou de considerar importantes essas empresas. Somos da mesma opinião. Porém, o Governo, com a sua proposta de buscar um desenvolvimento harmônico e equilibrado para o Rio Grande do Sul, acredita que o investimento deveria ser na área da agroindústria, gerando-se renda e emprego, fixando-se o homem no campo, modernizando-se o complexo coureiro-calçadista e fomentando-se o complexo metal-mecânico. Então, houve diálogo com a GM, ou a Ford entendeu que a proposta do Governo não era suficiente.

Sr. Senadores, ainda esperamos que essa empresa tenha um pouco mais de sensibilidade e não busque estabelecer-se no País por meio da guerra entre os Estados.

Diz a proposta do Governo do Estado apresentada à Ford:

"O Governo do Estado do Rio Grande do Sul torna pública sua proposta, que apresentou à mesa de negociação para a Ford do Brasil. Embora o Estado enfrente séria dificuldade financeira, o Governo fez um esforço gigantesco para concretizar a instalação da montadora em Guaíba. Mantemos nossa disposição de negociar e aguardamos que a Ford abandone a intransigência e considere com serenidade nossa proposta, cujo resumo apresentamos à população rio-grandense.

Não contestação dos incentivos fiscais já concedidos no valor de R\$3 bilhões."

O Governo do Estado mantém essa importância em incentivos fiscais. Abro um parêntese: como estão nossas empresas e nossos empresários? Recebem esse tipo de apoio?

Continua a nota:

"Execução de obras de infra-estrutura – luz, água, esgoto, arruamento e pavimentação – no valor de R\$84 milhões. Empréstimo de R\$70 milhões, viabilizado com a participação de instituições financeiras públicas do Estado. Viabilização das demais obras de infra-estrutura, através da participação de outras esferas da Federação nas obras de sua competência e de concessão à iniciativa privada, no total de R\$106 milhões.

Manutenção dos R\$42 milhões, já repassados. A proposta apresentada só é possível com a projeção de um enorme sacrifício financeiro do Estado. Mais do que isso significaria ultrapassar o limite dos danos à estrutura administrativa do Governo e causar graves prejuízos à saúde, à educação e à segurança do povo gaúcho.

Se a Ford não teve ainda essa compreensão e permanece na exigência de receber, em condições privilegiadas, quase meio bilhão de reais dos cofres públicos, outros investidores, inclusive grandes, mas especialmente milhares de pequenos e médios empreendedores, continuam apostando no

desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio Grande do Sul."

Essa é a nota oficial divulgada pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Vejam, Srs. Senadores, os números, o montante, a situação em que se encontram os Estados. Portanto, nada mais justo, embora registremos que lamentamos profundamente.

Apelamos, como representante do Rio Grande, para que a Ford faça uma reavaliação, porque o que está aqui posto é o compromisso da transparência com a sociedade, com o povo, com a classe empresarial e, principalmente, de desenvolvimento e equilíbrio social que queremos para todo o povo do Rio Grande do Sul.

É o registro que faço, Sr. Presidente. Eu me aprofundarei em outra oportunidade. Lamento e aguardo esperançosa que a Ford reavalie sua posição.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Voltando às comemorações do Dia do Trabalho, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quando era candidato à Presidência da República, em 1994, o Presidente Fernando Henrique Cardoso expressou que era seu objetivo dobrar o valor real do salário mínimo. O que temos hoje?

Em janeiro de 1995, o salário mínimo era da ordem de R\$70,00. A taxa de câmbio à época estava em torno de R\$0,85 por dólar. O salário mínimo correspondia a US\$82,00 mensais.

No próximo dia 1º de Maio, o Governo anunciará o novo valor do salário mínimo. As informações são de que o Governo está cogitando defini-lo em torno de R\$140,00. Se levarmos em consideração a taxa de câmbio da ordem de R\$1,68 por dólar, hoje vigente, o valor do salário mínimo estará em torno de US\$82,00. Isso significa que o Presidente Fernando Henrique Cardoso está muito distante da sua meta, observada em 1994 e início de 1995, de dobrar o poder aquisitivo do salário mínimo, ao longo de quatro anos.

Comparando-se a evolução do salário mínimo e dos preços no Brasil, também não se observa aumento do poder aquisitivo do salário mínimo em relação ao ocorrido no início de seu primeiro governo, em 1995.

No ano passado, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao longo de sua campanha, apresentou como prioridade para seu governo o combate ao

desemprego. Afirmou, inúmeras vezes, que, se havia sido capaz de manter a estabilidade de preços e da moeda brasileira, a sua grande batalha, agora, seria pelo aumento do emprego. No entanto, os dados que estamos a observar às vésperas do 1º de maio, das comemorações tristes deste Dia do Trabalho, são praticamente de recordes de desemprego.

Para as seis principais regiões metropolitanas, o IBGE indica taxa média de 8,15%, uma das maiores já havidas desde que foi instituída a taxa de desemprego medida pelo DIEESE, ligeiramente abaixo apenas da registrada em março de 1998, de 8,18%, mas ainda uma das mais altas e mostrando ascensão. A taxa de desemprego medida pela Fundação Sead e DIEESE na região metropolitana, conforme já hoje assinalado, foi de 19,9% em março passado. Aqui no Distrito Federal, a metodologia utilizada pelo Governo do Distrito Federal mostrou taxa recorde para o mês de março, da ordem de 22% da população economicamente ativa.

Esses índices indicam que o Governo Fernando Henrique Cardoso não tem como uma de suas principais prioridades conseguir aumentar o nível de emprego na economia brasileira. Sua prioridade não tem sido, absolutamente, salvaguardar a vida da população brasileira, mas salvar instituições financeiras com o Proer, com operações como as realizadas no dia 14 de janeiro último, objeto de averiguação da CPI do Sistema Financeiro, ou com mecanismos como os criados pelo BNDES para salvar as 90 maiores empresas brasileiras que contraíram dívidas em moeda estrangeira e estão esperando obter um alívio por parte do BNDES, para que sejam alongados os prazos de pagamento de seus compromissos em moeda estrangeira.

Sr. Presidente, neste dia 1º de maio, na Praça da Sé, em São Paulo, e em tantas outras cidades brasileiras, os trabalhadores reunir-se-ão clamando por mudanças na política econômica e pela garantia de emprego. Portanto, mais uma vez, gostaríamos de assinalar instrumentos políticos que, colocados em prática, poderiam perfeitamente estimular a economia: as formas cooperativas de produção, porque normalmente elas induzem os que participam das decisões de como criar, distribuir a riqueza, a dar maior atenção ao emprego; o orçamento participativo, para que a população e os chefes do Poder Executivo, na hora de decidir o que fazer com os recursos do povo, pensem em quais gastos promoverão maior nível de emprego; e o crédito, sobretudo o destinado às micro, pequenas e médias empresas, aos pequenos agricultores.

O Governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, estranha que a Ford e a General Motors, algumas das maiores empresas multinacionais do mundo, estejam obtendo recursos creditícios para instalar suas fábricas. S. Ex^a ponderou que os recursos, já tão escassos, deveriam estar sendo canalizados para os pequenos agricultores, para as micro, pequenas e médias empresas. Mas é importante que a Ford não se precipite como a General Motors, que anunciou a sua decisão de sair do Estado e não realizar o investimento, a não ser com o favor extraordinário do Governo e do Tesouro do povo do Rio Grande do Sul.

Outras medidas envolvem a garantia de uma renda mínima. Se já tivéssemos no Brasil uma coordenação dos instrumentos de salário mínimo e de um programa de garantia de renda mínima, estaríamos, sobretudo, protegendo aquelas pessoas que não tiveram oportunidade de uma educação fundamental, estaríamos, certamente, estimulando muito mais a economia.

A partir do mês de maio, teremos no Município de São Paulo o Programa de Renda Mínima, caso a Prefeitura Municipal resolva instituir, aprovado pela Câmara Municipal de São Paulo, pelo Vereador Arselino Tato. O Programa sofreu o veto do Prefeito Paulo Maluf, mas, ano passado, derrubado o veto, foi promulgada a Lei. Contudo, o Prefeito Celso Pitta resolveu encaminhar uma ação de inconstitucionalidade ao Tribunal de Justiça para não permitir a aplicação da Lei.

Ontem, o Tribunal de Justiça, tendo em conta o pedido de desistência do Prefeito Celso Pitta da ação de inconstitucionalidade, promulgou a Lei que institui o Programa de Renda Mínima no Município de São Paulo, que deverá ser regulamentado nos próximos dias.

Como se define o benefício no Município de São Paulo? A família, não importando seu tamanho, que alcançar uma renda inferior a três salários mínimos – R\$420,00 mensais a partir de maio – e possuir crianças de até 14 anos, desde que em idade escolar e freqüentando um estabelecimento de ensino, terá direito a receber um complemento equivalente à 33% da diferença entre os R\$420,00 e sua própria renda. Caso um ou mais integrantes da família estejam trabalhando, a proporção será da ordem de 45% da diferença entre R\$420,00 e a renda familiar. Mesmo a família que esteja recebendo R\$130,00 ainda terá direito a receber mais 45% da diferença entre R\$420,00 e R\$130,00, um aumento significativo na remuneração, na renda efetiva da família.

O Sr. Geraldo Cândido (Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Ouço o Senador Geraldo Cândido com muita honra.

O Sr. Geraldo Cândido (Bloco/PT – RJ) – Senador Eduardo Supply, quero congratular-me com V. Ex^a pela homenagem ao Dia do Trabalho, comemorado no dia 1º de maio. Assim como em São Paulo, no Rio de Janeiro, realizaremos amanhã, no final da tarde, uma grande passeata com ato público em homenagem ao Dia do Trabalho. Nessa mesma data, serão comemorados os 110 anos do Massacre de Chicago, quando trabalhadores foram massacrados por uma ação brutal da polícia, seguindo ordens dos patrões e do Governo da época. É importante, neste 1º de maio, resgatar o Dia Internacional do Trabalho. E nós, representando o povo brasileiro nesta Casa, ao lembrar esta data, temos que entender que é essencial, crucial resgatar nossos direitos, nossa dignidade, promover a retomada do crescimento econômico, pôr fim à miséria e ao desemprego, defender as conquistas trabalhistas, apurar o favorecimento aos banqueiros e as falcaturas realizadas no centro do poder. É urgente lutarmos pelo rompimento do acordo com o FMI, lutarmos contra o desemprego, contra os baixos salários, contra o desrespeito ao ser humano, contra o desgoverno do País. Portanto, acredito ser fundamental neste 1º de maio, essa data histórica, solidarizarmos-nos com a classe trabalhadora e pronunciarmos-nos em defesa do povo. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Geraldo Cândido. É importante que os trabalhadores possam, neste 1º de maio, levar todas essas proposições para a praça pública.

Concluo o exemplo que estava aqui explicitando. No caso de um Programa de Renda Mínima que tenha o desenho tal como observei, se uma família puder receber 45% da diferença entre R\$420,00, três salários mínimos, e um salário mínimo – digamos que a família esteja recebendo R\$140,00 –, observaríamos a possibilidade de ela receber 45% de R\$280,00 mais R\$126,00, então, o seu rendimento iria para R\$266,00.

Sugiro à Fundação Seade, ao DIEESE, ao próprio IBGE e aos institutos de pesquisas das diversas universidades que procurem acompanhar exatamente qual o efeito deste Programa com este desenho, se efetivamente instituído pela Prefeitura de São Paulo, porque, potencialmente, de 9,8 milhões de habitantes no Município de São Paulo, haveria, segundo as estimativas da Fundação Seade, mais ou

menos 855 mil pessoas em aproximadamente 216 mil famílias beneficiárias deste programa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Prosseguindo a homenagem ao Dia do Trabalho, concedo a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, 1º de maio é um dia especial, quando homenageamos o trabalhador brasileiro. Penso que, nessa data, o Brasil inteiro deve refletir, a exemplo do que faz a CNBB, quando evoca a responsabilidade do País, de cada família, de cada cidadão em relação às causas do desemprego. A ausência de oportunidade de trabalho significa a exclusão à cidadania mínima.

Lamento profundamente ter de refletir, quando se fala em trabalho, que estamos diante de um Governo que não apresenta uma solução visível aos olhos de todos, como a de fazer o País caminhar para a produção, para a convergência de interesses, que seria respeitada por todos. Tanto a Esquerda como a Direita apoiariam se a produção fosse o ponto de convergência e de união nacional, pois a inclusão das pessoas pobres seria acompanhada por um projeto de edificação de um Brasil diferente, justo, inserido no cenário da dignidade, o que poderia ser um passo de exemplo favorável à comunidade internacional.

Lastimo também que a situação dos Estados brasileiros esteja tão precária e amarga com relação à falta de oportunidade para as pessoas que ali vivem. O Estado do Acre convive hoje com 72 mil desempregados, fruto de uma má política, em que prevalecia o interesse de grupos, de meia dúzia de pessoas que pensavam, no seu dia-a-dia, em enriquecimento ilícito à custa do recurso público que deveria ser destinado ao investimento social e à construção da cidadania.

O Acre tem uma trajetória de profundo sofrimento. Com 500 mil habitantes, não há qualquer ra-

ção para haver 72 mil desempregados naquele Estado, excluídos da condição de cidadania mínima.

Lamento profundamente a insensibilidade do Governo Federal quando falamos na valorização dos Estados como construtores dos ajustes, dos reparos, das injustiças aplicadas pelas políticas públicas deste País.

Um exemplo é o atual Governo do Acre. O Governador Jorge Viana teve como ponto fundamental de sua campanha o compromisso da geração de empregos e renda; estabeleceu como meta a geração de 40 mil empregos nos 4 anos de governo.

Infelizmente, há algumas barreiras no caminho, apresentadas de última hora pelo Ministério dos Transportes, na figura do Exm^o Sr. Ministro Eliseu Padilha.

Sr. Presidente, no jornal **O Globo** de ontem, foi feita uma denúncia quanto à consequência de uma decisão unilateral do Ministério dos Transportes, ferindo a idéia do pacto federativo. Trata-se dos recursos orçamentários destinados à construção de rodovias no Estado do Acre, de modo especial às rodovias federais. Esses recursos serão geridos pelo próprio Ministério dos Transportes, tirando das mãos do Estado a responsabilidade da construção dessas rodovias.

Ora, Sr. Presidente, as rodovias no Estado do Acre têm a mesma importância de uma artéria aorta para o organismo humano. É um elemento fundamental para a integração do Estado, da união das populações, da construção, do direito ao acesso, à comunicação e a um modelo de desenvolvimento harmonioso e horizontalizado.

Infelizmente, na nossa história, as rodovias têm sido motivo de eleição daqueles que não se comprometem de fato com a sua construção, motivo de enriquecimento ilícito e, às vezes, de calúnia contra quem se compromete em defender um Estado justo, digno e elevado. A Senadora Marina Silva e o Partido dos Trabalhadores, por exemplo, são vítimas de calúnia quando defendem a construção dessas rodovias. Mas aqueles que detinham o poder, que não tinham o compromisso real de construir rodovias, que envolviam, na prática da construção dessas, a presença de interesses escusos, de privilégios de grandes empreiteiras, faziam questão de usar os meios de comunicação para levantar calúnias, de modo muito especial contra a Senadora Marina Silva, dizendo que S. Ex^a se opunha à construção das estradas. O que não é verdade.

Hoje, para alegria nossa, com a luta incessante da Senadora Marina Silva, do Governador Jorge Viana

e do Partido dos Trabalhadores, tornou-se possível, inclusive no cenário internacional, a vinda de recursos para a construção de rodovias no Estado do Acre.

Lamento profundamente que o Ministro Eliseu Padilha tenha tomado, como decisão unilateral, uma ação punitiva que vai refletir-se diretamente no direito do povo acreano de alcançar a sua integração e os recursos para o seu desenvolvimento. O Ministro dos Transportes olha para o Acre de uma maneira e, para alguns outros Estados do Brasil, de outra. S. Ex^a retira o dinheiro das mãos do Estado do Acre, destinado à construção das rodovias; em Rondônia, permite que o dinheiro fique nas mãos do Estado para a construção da rodovia.

Houve, recentemente, denúncias no Ministério Público Federal num total de 150 kg de papéis, apontando falcaturas, corrupção, benefícios e privilégios de empreiteiras na construção daquelas rodovias. O Ministério fez um acordo, em 1995, apontava como amparo da construção das rodovias o convênio entre o Governo do Estado no referido ano, que se manteve até o mês de março deste ano, sabendo que havia irregularidades e denúncias no Ministério Público Federal. O Ministério dos Transportes e o DNER eram coniventes com um convênio suspeito, flagrantemente denunciado pelo Ministério Público Federal e não tiraram das mãos do Governo do Estado, naquela época, o direito de construção das rodovias. Agora, sabendo que é um Governo honesto, sério, responsável, que tem o compromisso de valorizar a construção e a integração daquele Estado, o Ministro, de forma punitiva a meu ver, toma a decisão unilateral de retirar os recursos da mão do Estado, recursos que foram conquistado por Parlamentares Federais dentro do Orçamento da União, e colocá-los sob a gestão única do DNER, uma denúncia que consta de matéria do jornal **O Globo** e que segundo a qual as propostas de licitação pelo DNER apontam em R\$700 mil o preço apresentado para a construção de 1km de rodovia; e o Governo do Estado do Acre aponta a posposta de R\$350 mil para a construção de 1km de rodovia. Mais ainda, Sr. Presidente, restringe a participação das empresas locais, que têm em suas costas a responsabilidade da geração de emprego, do acesso aos trabalhadores, referindo que a empresa que queira participar desse processo licitatório deve ter o capital mínimo de R\$2 milhões. Então é extremamente suspeito.

Lamento profundamente que essas exigências suspeitas, esse preço superfaturado apresentado por denúncias de jornais do Estado do Acre, possam comprometer a imagem do Ministro dos Transportes,

possam comprometer a imagem do DNER e tragam à discussão, dentro do Estado do Acre, o fato de que haveria uma intimidade do Ministério dos Transportes com o chamado Cartel de Manaus, que foi tão denunciado quando se falava em construções fraudulentas dentro da Amazônia. Lamento também que tenhamos que viver isso. Deveríamos estar valorizando o papel do Ministério dos Transportes, que tem a responsabilidade da construção séria e correta e da integração daquela região. Sabemos da lisura e da responsabilidade do Governo do Estado, que seria o executor dessas obras e o promotor do desenvolvimento sustentável e correto da nossa região.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Concedo o aparte ao eminente Senador Gilvan Borges.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Eminente Senador Tião Viana, V. Ex^a é um exemplo de moralidade e de atuação na defesa dos interesses do Acre e do País. Talvez V. Ex^a não tenha alguns conhecimentos, mas o Ministro Eliseu Padilha recebeu, da Bancada Federal, um comunicado solicitando que administrasse, por intermédio do DNER, a pavimentação da estrada do Acre, sabendo ele, pelas alegações da Bancada Federal – não sei se em oposição ao Governo –, que o Governador estava preocupado com várias frentes, e que o objetivo realmente era de execução da estrada. Tenho certeza de que o Ministro Padilha, que é do meu Partido, estará à disposição de V. Ex^a, do Governador e da Bancada Federal, para que se possa realmente entrar numa conversa. No Amapá está ocorrendo a mesma coisa, e a pavimentação será feita pelo DNER. O importante é que os recursos dessas obras, nobre Senador Tião Viana, não venham realmente a ser cortados, o que, inclusive, é minha preocupação relativamente ao meu Estado. Portanto, faço a V. Ex^a um apelo para considerar a busca de informações precisas. Tenho certeza que o Ministro é democrático e estará lá a sua inteira disposição. Mas V. Ex^a, como a sentinela avançada do Estado do Acre, com uma representação fantástica e uma atuação brilhante reconhecidas por todos nós, pode ter certeza que nos congratulamos com V. Ex^a. Por outro lado, pode ter certeza também que o Ministro Padilha é um homem sério, correto, honesto e de trabalho e estará aberto para conversar com V. Ex^a e com o Governador, independentemente de Partido. Reafirmo que o que chegou ao Ministro foi que era preciso o Governo Federal executar essa obra, porque o Governo estadual estava atolado em dificuldades, com grandes

frentes de trabalho, e precisava de auxílio do Governo Federal na execução da pavimentação daquela estrada.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço ao eminente Senador Gilvan Borges e já respondo o seu aparte, que constrói e contribui com o meu pronunciamento.

O Sr. Luiz Estevão (PMDB – DF) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Concede o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Luiz Estevão (PMDB – DF) – Muito obrigado, nobre Senador Tião Viana. Em primeiro lugar, quero parabenizar V. Ex^a por essa cruzada que é de todo o Congresso Nacional no sentido de procurarmos dar aos poucos recursos existentes na União para a realização de obras indispensáveis ao nosso País a melhor destinação, fazendo com que eles rendam o máximo possível em termos de efetivos benefícios para as comunidades. Da mesma forma que o colega Senador Gilvan Borges, quero me colocar a sua disposição. Venho acompanhando esse assunto pelos jornais, que espelham hoje a provável decisão do Ministro de contratar o Exército para a realização dessas obras, o que, sem dúvida alguma, insere a política do Ministro dentro da preocupação de V. Ex^a de fazer essas obras ao menor custo e com a melhor qualidade para que elas sejam realmente baratas e duradouras para o benefício do povo e da economia do Acre, tão bem defendida e representada por V. Ex^a nesta Casa. Assim já que sou membro do mesmo partido do Ministro Eliseu Padilha, Parlamentar de passagem pelo Congresso Nacional, quero também me colocar à disposição de V. Ex^a, do Governador do Acre, para se e quando julgarem necessário promover um encontro, uma visita ao Ministro, porque tenho certeza que a preocupação de V. Ex^a se coaduna perfeitamente com o objetivo da Pasta dirigida pelo Ministro Eliseu Padilha. Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço ao eminente Senador Luiz Estevão pela oportunidade. V. Ex^a divide uma responsabilidade como membro do mesmo partido do Ministro dos Transportes, e tenho certeza de que trata com profunda seriedade a questão das estradas integrantes; inclusive, uma parte dessa estrada é a integração final de 103 km com a tão sonhada rodovia bioceânica: o Brasil completaria a parte que lhe falta, de 103 km, e caberia aos irmãos do Peru a construção da parte deles e nós teríamos o pólo noroeste pronto para conviver com a rodovia bioceânica e o desenvolvi-

mento do Noroeste do Brasil já pronto para ser executado por governantes da esfera federal e estadual.

Mas o que surpreende, eminente Senador, são as contradições apresentadas por essas decisões. O Governador do Estado, em primeiro lugar, não foi chamado para refletir sobre esse assunto, se estaria ou não sobrecarregado. Confesso a V. Ex^a e ao eminente Senador Gilvan Borges que é uma surpresa para mim, seguramente para a Senadora Marina Silva, alguém da Bancada Federal ter feito um apelo nesse sentido ao Ministro dos Transportes, porque essa não foi uma iniciativa dos Parlamentares de sustentação ao Governo de Estado, tanto do Senado como na Câmara Federal, do Estado do Acre, pelo menos, e tenho a informação de que essa ação chegou ao Ministro dos Transportes.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – V. Ex^a me concede outro aparte?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pois não, eminente Senador.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Com certeza, Senador Tião Viana. Eu não sei se foram os Deputados de Oposição, mas a reivindicação chegou, dizendo que era preciso o Governo Federal executar a obra. Posso garantir isso, porque tenho informações fidedignas. É preciso que V. Ex^a, a Senadora Marina Silva e o Senador Nabor Júnior façam uma avaliação e conversem com o Ministro, porque penso que se pode reverter isso.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito essa informação que é nova e delicada. Tratei do assunto com o eminente Senador Nabor Júnior aqui no plenário há menos de três semanas, e S. Ex^a disse que era favorável a que a obra ficasse nas mãos do Governo do Estado. Fui surpreendido pelos meios de comunicação do Acre, quando havia uma posição de que tanto fazia ser do Governo Federal quanto do Governo do Estado a execução da obra. Então é um assunto sobre o qual ainda pairam dúvidas.

Imagino, eminente Senador, que a decisão do Ministro dos Transportes de colocar a construção nas mãos do Exército brasileiro é um dado positivo, mas também nos deixa em dúvida, porque, no Governo passado, quem menos recebeu recursos do Ministério dos Transportes para a execução dessa BR foi o Exército. As grandes empresas que passaram por suspeitas e denúncias de irregularidades – com 150 quilos de papel em processos no Ministério Público Federal hoje – foram privilegiadas com recursos dessa obra. Hoje, essa construção é questionada por todos os técnicos do Tribunal de Contas da União pela qualidade: apesar de obra tão recente,

hoje já estão condenados vários trechos construídos no Governo anterior.

O Governador Jorge Viana já foi ao Ministério do Exército, apresentou uma proposta de construção em parceria e coloca um dado a mais quanto à preocupação com a geração de emprego, a fim de que as empresas do Estado participem no trecho em que o Ministério do Exército não tiver condição de realizar a obra em virtude da estrutura que tem. Há, ainda, um estímulo para participar, porque estarão gerando emprego, fazendo circular dinheiro dentro do Estado, avançando e ganhando espaço de construção de uma obra.

Infelizmente, o Ministro não chamou o Governador nem a Bancada Federal para uma conversa. A consequência que estamos vendo é um alerta feito pelos eminentes Senadores Gilvam Borges e Luiz Estevão, mas que deixam o Estado do Acre profundamente engessado em um obra que é a peça fundamental de integração e de desenvolvimento sustentável, apresentado pela Senadora Marina Silva ao longo do tempo.

A Srª Marina Silva (Bloco/PT – AC) – V. Exª permite-me um aparte?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Ouço V. Exª com prazer.

A Srª Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Senador Tião Viana, serei rápida. V. Exª traz essa questão à sessão hoje, quando debatemos o Dia do Trabalhador. No Acre, no dia 1º de maio, estaremos lançando uma agenda social positiva, visando à geração de emprego e renda, para tentar combater o drama do desemprego, compromisso de campanha do Governador Jorge Viana. V. Exª está trazendo esse item à tribuna, com muita ênfase. A construção dessas estradas possibilitará os investimentos necessários para nosso ousado programa de geração de emprego e renda. Sem infraestrutura, será impossível darmos a nossa parcela de contribuição no combate ao desemprego. Realmente, V. Exª está coberto de razão. Em tempos passados, havia atenção por parte do Ministério dos Transportes, que fazia convênios com um governo comprovadamente corrupto. Agora, quando há um governador honesto, o Ministro diz que fará as obras diretamente, porque deseja evitar a corrupção no Acre. Se quisesse evitar a corrupção, não teria feito convênio com o Governador Orleir Cameli, que tem 150 Kg de processo, que não devem ser – digamos – estranhos ao Ministro Eliseu Padilha. No caso, realmente, V. Exª tem toda a razão. Nesse dia do trabalhador, infelizmente, aqueles que querem dar uma contribuição para resolver a questão do desemprego e da geração de renda em

nosso País e ao crescimento econômico são golpeados por esse tipo de manobra.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço à eminente Senadora Marina Silva o aparte.

Concluo, Sr. Presidente, lembrando ao Ministro dos Transportes a sua responsabilidade por essa decisão, porque, se a deliberação do Governo do Acre é, no Dia do Trabalhador abrir uma frente de trabalho que possa criar, inicialmente, 6.000 empregos, lamentamos profundamente que se tire o direito da geração de empregos no Estado e se permita, mais uma vez o privilégio de grandes empreiteiras.

Agradeço a oportunidade, deixando uma homenagem e evocando novamente a dignidade, a sensibilidade, a honra e a solidariedade da CNBB ao investigar e apontar as causas do desemprego. A construção das estradas do Acre é a parte inicial de uma grande mudança no desenvolvimento e na integração do emprego, da renda e de um novo futuro para aquela região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Esclareço aos Srs. Senadores que a lista de oradores que está sendo seguida é a referente à participação da homenagem do Dia dos Trabalhadores.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Estevão.

O SR. LUIZ ESTEVÃO (PMDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna num dia muito especial para fazer a minha saudação aos trabalhadores brasileiros por ocasião do Dia 1º de Maio.

No mundo inteiro, essa data reveste-se de uma importância ao mesmo tempo histórica e simbólica. Histórica, porque instituída em 1889 pela Internacional Socialista, em memória dos onze sindicalistas americanos injustamente condenados à morte por um atentado cometido por agentes provocadores infiltrados em manifestação operária pela jornada de oito horas, na cidade de Chicago exatamente três anos antes, no 1º de maio de 1886.

A instituição do 1º de Maio guarda um simbolismo muito importante, porque foi por uma iniciativa da Internacional Socialista, baseada num confronto sindical ocorrido num país capitalista, os Estados Unidos, que culminou com a escolha dessa data para o dia comemorativo do trabalho e dos trabalhadores.

A referida data tem ainda importância simbólica, porque, desde a Idade Média, na maioria das aldeias européias, comemorava-se o 1º de Maio saudando a volta da primavera, tempo de renascimento

da natureza e também das esperanças no coração dos homens.

Com isso, as lideranças operárias quiseram assinalar que a classe trabalhadora, legitimada por décadas de mobilização e organização, muitas vezes à custa de muito sangue e suor, começava a conquistar seu lugar ao sol, renascendo para a cidadania e a dignidade humana.

Sr. Presidente, trago para o Senado da República o mesmo respeito e a mesma preocupação pela família trabalhadora brasileira, que sempre pautei minha experiência como cidadão, minha vivência empresarial e minha atuação como Deputado Distrital na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Por isso, mesmo, creio que, hoje, a maneira mais justa e fecunda de celebrar o 1º de Maio, homenageando assim os construtores de nossa grandeza, prosperidade e bem-estar, consiste em partilhar com este ilustre Plenário algumas breves reflexões sobre as grandes mudanças econômicas, sociais e tecnológicas que, no mundo inteiro, colocam em xeque o próprio significado do trabalho no presente final de século e de milênio. Paralelamente, quero registrar minha tristeza e indignação frente à tragédia gêmea do desemprego/subemprego, que priva conjuntamente doze milhões de compatriotas nossos dos pressupostos mínimos para o exercício da cidadania e mesmo o sustento de suas famílias.

Nas duas "ondas" anteriores da Revolução Industrial – a primeira dominada pela máquina a vapor; a segunda, pelo binômio motor a explosão/eletricidade – os ganhos tecnológicos de produtividade permitindo produzir mais a custos mais baixos, eram compensados, logo adiante, pelo aparecimento de novos mercados e novas empresas. E estas, a fim de atender ao crescimento exponencial da demanda, não tinham alternativa a não ser empregar mais e mais gente.

Já hoje, na chamada "terceira onda", caracterizada pela telemática, pela robótica e a biotecnologia, o efeito poupador de mão-de-obra acarretado pelo avanço tecnológico é tão radical que, ao que tudo indica, a produção poderá crescer indefinidamente e os empregos decrescerem de maneira dramática.

Cumpramos registrar, neste ponto, que mesmo nos Estados Unidos, cuja economia ostenta agora o mais longo período de crescimento ininterrupto, festejando em março último um índice de desemprego da ordem de 5,2%, o menor desde 1970, até mesmo lá essa taxa pode ser considerada alta em confronto com as médias históricas das décadas do pós-guerra. Naquele período, a confluência de uma conjuntura internacional favorável com a adoção de políticas

keynesianas produziu um ambiente econômico de virtual pleno emprego.

Srs. Senadores, as óbvias repercussões políticas e sociais do problema do desemprego introduzem na nossa agenda o debate de alternativas para a geração de empregos, alternativas essas que começam com a redução da jornada de trabalho

A relevância dessa discussão está, aliás, no cerne das vitórias eleitorais do trabalhista Tony Blair, no Reino Unido; do socialista Lionel Jospin, na França; e do social-democrata Gerhard Schröder, na Alemanha. Seus efeitos também se fizeram sentir de certa forma no Brasil, por ocasião da reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Todos se recordam do lema de sua campanha: "Quem venceu a inflação, vai derrotar o desemprego".

Portanto, não podemos nos esquecer, por um segundo sequer, de que o voto em FHC refletiu, simultaneamente, um grito de inconformismo daqueles milhões de brasileiros sem trabalho e um exercício de confiança e esperança por parte de todos nós que ansiamos por transformar essa iníqua realidade.

Ouçó, com muita atenção o aparte do nobre Senador Gilvam Borges que o está solicitando.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Eminentemente Senador Luiz Estevão, o Dia do Trabalhador, na verdade, é propício à reflexão de todos nós que hoje vivenciamos a modernização das relações entre Capital e Trabalho. Nas sociedades feudais, o homem radicado no campo, com suas atividades específicas, marchava para as cidades em virtude da Revolução Industrial. Há os que detêm os meios de produção e os que detêm a força de trabalho. Essas relações têm melhorado, por exemplo, com a participação nos lucros das empresas. A sociedade moderna caminha para a qualificação profissional, patamar em que o trabalhador brasileiro precisa chegar, com urgência, para se adequar a este mundo. E V. Ex^a, nobre Senador Luiz Estevão, com a sua sensibilidade, não só política, mas como homem de empresa, um investidor, na vanguarda do empresariado de Brasília, tem dado demonstrações da sua sensibilidade com os investimentos em seus setores de trabalho, melhorando e valorizando o homem pelo homem – e essa relação é fundamental. V. Ex^a tem toda a autoridade para fazer esta homenagem, pois V. Ex^a tem sido um exemplo. De palavras, nobre Senador, nós estamos cheios; o de que mais precisamos são ações e exemplos, porque eles arrastam – e V. Ex^a é um "arrastador", pois é um exemplo.

O SR. LUIZ ESTEVÃO (PMDB – DF) – Muito obrigado.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Transfigura isto não só aqui na tribuna do Senado, nas suas atividades empresariais, como trabalhador que também é e um empreendedor, um líder no setor empresarial, mas também em relação aos seus funcionários. O mundo vive um nova conjuntura, uma nova realidade em que se questiona o tempo de trabalho. No Japão, eminente Senador, quando o operariado quer fazer greve, não cruza os braços nem faz operação jabuti ou tartaruga, criando todos aqueles mecanismos para manifestar o seu descontentamento. Os trabalhadores japoneses dobram a capacidade de trabalho e, por produzirem mais, criam um problema terrível no mercado. Quem trabalha oito horas passa a trabalhar dezesseis. Atualmente, na sociedade moderna, com todo o implemento tecnológico, a tendência é justamente diminuir a carga de trabalho a fim de abrir mais opções e mais vagas. Portanto, quero me congratular com V. Ex^a, não sem antes me desculpar por estar fazendo deste aparte uma intervenção tão longa quanto um discurso. Devo concluir porque já fico constrangido ao ver V. Ex^a abaixar a cabeça querendo continuar seu pronunciamento. Falarei em outra oportunidade.

O SR. LUIZ ESTEVÃO (PMDB – DF) – Não, Excelência; ouço-o com muito prazer, até porque seu aparte enriquece muito meu pronunciamento e antecipa, inclusive, algumas colocações que deverei fazer ao longo do mesmo.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Se anticipo, também não quero atrapalhar.

O SR. LUIZ ESTEVÃO (PMDB – DF) – Não, absolutamente; pelo contrário. Pela coincidência dos pontos de vista e pela abrangência dos temas que aqui estamos abordando, gostaria muito de continuar ouvindo o aparte do colega Senador e colega de partido, Gilvam Borges.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – É uma satisfação muito grande, Senador Luiz Estevão. Assim, devo dizer ainda que há toda uma trajetória histórica, devendo o trabalhador atual buscar a qualificação, a modernização. V. Ex^a aborda com muita propriedade a questão política também. Naquela época, pregava-se a igualdade pela igualdade, desde Thomas Moore, quando se concebia uma sociedade igualitária, com um grande armazém, onde todos iam buscar sua quota ideal, igual à dos demais. Com o fim do regime comunista, com a queda do Muro de Berlim e o fracionamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, as relações vão mudando. Estamos às vésperas do terceiro milênio, com a valorização essencial do homem, depois de

havermos passado por muitas guerras, como já mencionado anteriormente, e por uma repressão brutal a manifestantes operários, ocasião em que trabalhadores foram massacrados. Parabéns, Senador Luiz Estevão; V. Ex^a é a competência e o orgulho de Brasília. E a cada vez que V. Ex^a assoma a esta tribuna, a atenção, não só da Casa, mas de todo o País, se volta para V. Ex^a. Meu muito obrigado pela sua tolerância.

O SR. LUIZ ESTEVÃO (PMDB – DF) – Pelo contrário, agradeço-lhe sobremaneira a generosidade e a pertinência de suas palavras, Senador Gilvam Borges. Quando dizia da coincidência dos nossos pontos de vista, falava justamente sobre a questão fundamental, a questão da qualificação profissional, que será, dentro de alguns minutos, um dos temas deste pronunciamento. Muito obrigado, mais uma vez, pelo seu enriquecedor aparte.

Para alguns analistas, a economia informal desponta como um paliativo à questão do desemprego, mas prefiro chamá-la pelo verdadeiro nome: economia informal é sinônimo de subemprego; nunca será uma solução decente e definitiva. Afinal, embora o IBGE e outros institutos de pesquisa econômica contabilizem como "ocupada" a massa de adultos, velhos e crianças que sobrevivem como biscateiros, vendedores de balas nos semáforos ou guardadores de carros nos estacionamento, o fato é que esses cidadãos estão excluídos e muito longe de receber o mínimo que lhes garanta uma existência digna ou mesmo o direito de sonhar com perspectivas melhores. Ao mesmo tempo, permanecem à margem do seguro-desemprego, da assistência à saúde, do FGTS e de todas as demais garantias sociais.

Sabemos todos que o diagnóstico do desemprego e do subemprego é altamente complexo; que passa por uma série de questões econômicas, culturais, gerenciais e tributárias até desaguar no chamado Custo Brasil, que compromete a flexibilidade de nossas empresas, sua competitividade e sua capacidade de investimento.

Peço, contudo, atenção para um tema nesse intrincado drama sócio-econômico, que me parece um dos principais obstáculos à nossa capacidade de gerar empregos, distribuir renda e democratizar oportunidades.

Refiro-me ao ainda baixíssimo nível de qualificação educacional e profissional da maioria esmagadora da força de trabalho no Brasil. Em um contexto onde o trabalho, ainda que em crônica metamorfose, continuará existindo, mas os empregos serão cada vez mais raros, a nova palavra-chave é "empregabi-

lidade". Os especialistas em recursos humanos a definem como a capacidade de assumir e desempenhar tarefas sempre novas, que exigem sofisticadas habilidades criativas e expressivas; de compor e motivar equipes; de aperfeiçoar-se e atualizar-se permanentemente, sem as tradicionais e velhas perspectivas de vínculo duradouro com um mesmo empregador. Resumindo, para manter-se "empregável", o trabalhador, em qualquer área e de qualquer nível, precisa se transformar em um empreendedor.

Até aí, tudo muito bem; mas pergunto: qual a "empregabilidade" possível para um trabalhador brasileiro que possui, em média, 3,8 anos de escola, contra os 8,7 dos seus colegas argentinos e os 11 anos dos sul-coreanos?

Um exemplo em sentido inverso apenas reforça esse mesmo argumento. Segundo o já referido IBGE, os trabalhadores que têm entre 9 e 11 anos de escolaridade aumentaram sua participação no mercado de trabalho de 22%, em 1994, para 27%, em 1998; portanto, 5% em apenas quatro anos. De fato, há vagas para profissionais qualificados em tecnologia da informação no Brasil e no mundo.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a frente decisiva da guerra por melhores condições de vida e trabalho para a população trabalhadora brasileira, agora e sempre, é a frente da educação.

E, devemos reconhecer, longo e penoso é o caminho ainda a percorrer em prol da qualificação e da promoção dos trabalhadores brasileiros do presente e do futuro – e ninguém investido de qualquer parcela de autoridade pode furtar-se a dar cumprimento a esse compromisso.

De minha parte, espero poder, nos oito anos que o povo do Distrito Federal me conferiu para representá-lo nesta Casa, com pronunciamentos, ações concretas e apresentação de projetos de lei, dar a minha contribuição no sentido de que possamos reverter essa realidade – que parece, mas pode não ser – inexorável da perda de postos de emprego na economia mundial e, particularmente, na economia brasileira.

Cumprir destacar que, se é verdade que o mundo inteiro diminui seus postos de trabalho, é bem verdade que um país em desenvolvimento, como o Brasil, com um mercado do tamanho do brasileiro, é um dos poucos países onde essa realidade pode ser revertida, sendo possível distribuir justiça social, assegurando-se emprego aos nossos irmãos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade.) – Concedo a palavra ao Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, não poderia deixar de manifestar-se quando se comemora o *Dia do Trabalho* nesta Casa. Esta é a própria data da dignidade humana, pois nada degrada mais o homem comum do que não poder ganhar o pão de cada dia com o fruto do seu trabalho; nada infelicitiza mais o pai de família do que não conseguir trazer o alimento para os filhos por falta de oportunidade de trabalho; nada angustia mais a família do que se ver impossibilitada de assegurar a saúde e a educação de seus filhos, ameaça ao seu próprio futuro.

O PTB, por sua longa tradição e por sua luta em defesa dos principais direitos conquistados pelos trabalhadoras e por seu histórico compromisso com as classes trabalhadoras, não pode esquecer o Dia do Trabalhador sem, antes, homenagear a figura inesquecível de Getúlio Dornelles Vargas, fundador e patrono do nosso Partido, o mais autêntico na defesa dos interesses reais do trabalhador brasileiro. Getúlio Vargas acreditou no trabalhador brasileiro. Organizou uma legislação avançada para os idos de 1930 e deu forma à luta por melhores condições de vida de todo o povo brasileiro.

A criação, a organização e a institucionalização legal da estrutura sindical em nosso País foi proposta política de Getúlio e objetivo maior e prioritário do PTB, quando empregados e empregadores conseguiram demonstrar sua capacidade de organização e de luta trabalhista e associativa, tudo sob a inspiração universalista e tripartite. A Justiça do Trabalho, consequência natural dessa organização sindical e de classes sociais, é outra inesquecível obra de Vargas. Para preservar essas conquistas, o PTB continua lutando, agora pela modernização e adequação da estrutura sindical e da Justiça do Trabalho em tempos de inevitável globalização.

No cenário atual, em que o capital estrangeiro tudo compra neste País e os acordos internacionais, modelo FMI, nos impingem caminhos e alternativas – menos para o aumento da nossa abandonada produção agrícola, a única que poderia realmente salvar o povo brasileiro e o Brasil –, sindicatos e Justiça do Trabalho enfrentam campanhas enormes visando à sua destruição. Mesmo que isto ocorra quando o Brasil bate o triste recorde do maior índice trimestral de desemprego.

Desde que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, em 1982, passou a pesquisar os níveis de emprego, pela primeira vez a média de de-

socupados, em um trimestre, chegou aos 7,79% alcançados nos três primeiros meses do ano. E o mês passado, com taxa de desemprego de 8,15%, fez de março a quarta pior taxa de desemprego do IBGE.

Lamentavelmente, outra má notícia, desta vez análise de uma instituição internacional, o Banco Mundial (BIRD), que adverte: entre outubro e janeiro passados, quase metade dos 10 milhões de brasileiros que deixaram a linha de pobreza durante o Plano Real retornaram à condição de miséria, sem os recursos mínimos para viver com dignidade.

Internamente, é o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que constata: a soma dos salários dos trabalhadores com até quatro anos de estudos, nas principais regiões metropolitanas do País, diminuiu 12% no segundo semestre de 1998, em relação ao mesmo período do ano anterior. A redução chega a 14%, se levados em consideração os dois semestres de 1997 e 1998.

E o IBGE, responsável pelos levantamentos, indica que o desemprego continuará elevado. Será que temos o que comemorar hoje?

Estamos falando de média, mas, em alguns setores, os índices estão acima de dois dígitos. É o caso do índice de desemprego na construção civil, que atingiu 10,14% contra 8,42% nos primeiros três meses de 1998. Vem seguido pela indústria, com 8,64%; pelo comércio, com 8,25%; e pelo setor de serviços, com 6,08%.

Esses números, divulgados na semana passada, são de conhecimento público. Mas o desemprego não é um fenômeno isolado. Tem suas causas e consequências e é preciso analisá-las. Em relação à construção civil, um setor que no Brasil ainda não tem demandado elevado grau de sofisticação tecnológica e em um País que se depara com um monumental déficit de moradias, se pode apontar, de imediato, a principal causa de estagnação: juros altos aliados à ausência de fontes regulares de recursos.

É absolutamente impossível, com as atuais taxas de juros, financiar a construção, mesmo aquelas de baixo custo. Afinal, os compradores, quando não estão desempregados, têm, com suas famílias, renda baixíssima. A casa própria se constitui, para a maioria das famílias, o mais valioso dos bens conquistados durante toda uma vida. Demandam anos de economia, poupança e mensalidades. Os juros e a correção monetária, no entanto, inviabilizam o indispensável financiamento de longo prazo para a casa própria. Vemos, atualmente, milhares de famílias chorando o fim do sonho e a segurança da moradia, mesmo já tendo pago, durante anos, religiosa-

mente, suas prestações. No entanto, o valor das mensalidades subiu acima da capacidade de pagamento, e essas famílias se vêem diante do paradoxo de já haver pago praticamente o principal da dívida, mas ainda ter um saldo devedor muito superior ao valor do próprio imóvel.

A consequência é óbvia: o paradoxo de ver famílias vivendo em condições inadequadas e degradantes, enquanto contingentes de trabalhadores não podem exercer o seu ofício de construir casas. Nada melhor para comemorar este Dia do Trabalho do que a notícia de que os juros seriam reduzidos a taxas civilizadas, gerando moradia e emprego.

Juros altos e ausências de políticas específicas – bem como formação profissional – são também a causa da taxa de desemprego de 8,54% na indústria de transformação. O quadro é agravado pelo fato de que os setores de comércio e serviços já não apresentam condições de absorver o contingente de desempregados da indústria. Esse número certamente não seria tão elevado se o Brasil tivesse tido cautela no processo de abertura comercial para o exterior, no início dos anos 90, e se tivesse adotado, posteriormente, medidas de contenção.

Não se nega, aqui, a importância do processo de globalização. Mas é forçoso reconhecer que uma de suas consequências tem sido, negavelmente, a redução de trabalho. Essa redução, no entanto, atinge de forma mais drástica os países em desenvolvimento. O Brasil não pode perder o bonde da história. Não pode negar o processo de globalização, mas pode reduzir os custos de sua consequência.

O PTB, cujos fundadores já estavam comprometidos com a modernização e a industrialização do Brasil, desde o início do século, e que lutou e conquistou direitos para os trabalhadores urbanos e rurais – carteira de trabalho, férias, jornada definida de trabalho, escalas de folga, entre tantas outras –, vem defendendo a continuidade desse processo, com o objetivo primordial, hoje, de aumentar a oferta de emprego aos trabalhadores brasileiros.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) – Concedo o aparte, com muita honra, ao Senador José Alencar.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Ilustre Senador Arlindo Porto, nós que o conhecemos bem, conhecemos seu trabalho, sua origem, seu comportamento como homem público em Minas Gerais, como Vice-Governador, tendo assumido o Governo por diversas ocasiões, preocupado sempre com to-

dos os segmentos que representavam oportunidades de trabalho em Minas Gerais, queremos trazer uma palavra de aplauso e de congratulações pelo pronunciamento que V. Ex^a faz hoje no Senado em homenagem ao Dia do Trabalho. V. Ex^a citou a excelsa figura do Presidente Getúlio Vargas no início de seu pronunciamento. Veja como as coisas mudaram no Brasil. Naquele tempo, ainda que o Brasil estivesse longe de industrializar-se, havia a preocupação constante em criar oportunidades de trabalho. Getúlio Vargas criou a CSN, o primeiro grande projeto que formou as bases para a industrialização do País, considerando ser a siderurgia a indústria básica para a existência das outras. Também no período do Estado Novo, criou a Vale do Rio Doce, para dar aproveitamento a toda a riqueza mineral brasileira, a começar pelo nosso Estado. E teve o cuidado de criar o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), que, durante seus 57 anos de existência, já formou 20 milhões de profissionais no Brasil. A instituição parece que traz na sua cultura os ensinamentos de Getúlio Vargas, porque sempre se preocupou com a formação do homem e oferece ao cidadão cursos profissionalizantes altamente qualificados. Tudo isso – pensamos – são obras de um tempo em que o Brasil era quase nada em vista do país industrializado que é hoje, mas havia uma mentalidade que enaltecia o trabalho. Hoje estamos condecorando a especulação financeira, como se especulação financeira fosse a única forma de fazer crescer uma economia, quando, na realidade, o resultado dela tem sido o que temos visto: crescimento do desemprego. Então, Senador Arlindo Porto, nesta data, como único representante nesta Casa do Partido Trabalhista Brasileiro, Partido criado pelo Presidente Getúlio Vargas e que o elegeu, em 1950, Presidente da República pela segunda vez, Partido que todos aprendemos a admirar pelo compromisso com a causa do trabalho, congratulo-me com V. Ex^a. Repito aquela grande frase que provavelmente deva ser de Getúlio: "Nada resiste à força do trabalho." Então, vamos trabalhar, valorizar o trabalho e o trabalhador brasileiro por meio de iniciativas como aquelas que V. Ex^a traz como exemplo na sua vida pública. Meus parabéns e muito obrigado pelo aparte que me concedeu.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) – Agradeço e incorporo com muita honra, Senador José Alencar, o aparte de V. Ex^a, homem que nasceu no interior de Minas Gerais e adquiriu vivência pelas paragens de Minas Gerais, empresário que soube valorizar o trabalho a partir da integração do capital.

V. Ex^a, um dos maiores empresários do nosso Estado, Presidente da Federação das Indústrias,

proporcionou aos trabalhadores da indústria de Minas Gerais grandes oportunidades de formação profissional. O aparte de V. Ex^a, acolhido no meu pronunciamento, nos dá a confiança de que precisamos continuar defendendo as conquistas do trabalhador, mas temos de integrar uma ação conjunta de fortalecimento da relação capital e trabalho para o desenvolvimento do País e para proporcionar mais dignidade ao trabalhador brasileiro.

Obrigado pelo aparte de V. Ex^a.

Continuando, Sr. Presidente, são bandeiras do PTB, que, por uma coincidência simbólica, também comemora sua fundação em maio. No próximo dia 15, o Partido estará completando 54 anos de luta em defesa do trabalhador e, agora, mais do que nunca, em defesa da oportunidade e do direito ao trabalho e à dignidade.

Na defesa desses princípios é que estamos propondo profunda reavaliação das relações capital e trabalho, com maior flexibilidade e realismo dessas relações, para que sejam efetivamente cooperativas e interdependentes, assegurando o bom funcionamento da economia e a dignidade do trabalhador. Para que o trabalhador possa, de forma realista, sonhar com o seu crescimento pessoal e com o bem-estar de sua família e para que tenha o abrigo da moradia, o acesso à saúde, à reciclagem profissional e à educação para si e seus familiares.

Para alcançarmos esses objetivos, é inegável a necessidade de adequação da atual política econômica e de ampliação dos investimentos na área social. Para retomada do crescimento, do emprego e da riqueza, precisamos baixar as taxas de juros, conscientes de que para isso é indispensável alcançarmos o equilíbrio fiscal. Precisamos reduzir o custo das empresas por meio da reforma tributária global e não de remendos, de mudanças tópicas, parciais, que só complicam ainda mais a selva burocrática enfrentada pelos empreendedores. Também não podemos abrir mão da reforma do Judiciário, para que ele seja, de fato, acessível ao trabalhador e a tantos quantos se encontrem na contingência da prestação jurisdicional. Impõe-se, ainda, a mãe das reformas, que é a reforma política, que venha aperfeiçoar de fato a representatividade democrática da sociedade.

Como podem perceber, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos muito trabalho pela frente. E a principal homenagem aos trabalhadores, por ocasião da comemoração do Dia do Trabalho de 1999, é, sem dúvida, o nosso compromisso com o trabalho político e legislativo na construção de mudanças indispensáveis ao

desenvolvimento do Brasil e à conquista do direito de todos ao trabalho e à dignidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade.) – Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o País está perplexo com o recente episódio ocorrido na CPI do Sistema Financeiro, quando o Sr. Francisco Lopes, ex-Diretor do Banco Central, ao recusar-se a assinar o termo de depoimento, saiu da Comissão com prisão decretada.

Parece que o tema não diz respeito ao Dia do Trabalho que se homenageia nesta sessão, mas mais adiante veremos a relação, Sr. Presidente e nobres Colegas.

Convidado que foi, como testemunha, o Sr. Chico Lopes, mais uma vez, deixou o Senado Federal em situação constrangedora. Lembremos que a primeira foi quando de sua indicação para a Presidência do Bacen, quando seu nome foi aprovado por ampla maioria mas ele não assumiu.

Agora ficam perguntas no ar: a culpa é do Sr. Chico Lopes ou do Governo Federal? Por que o Governo Federal não avaliou antes os desgastes que causaria à Instituição perante a opinião pública ao indicá-lo e demiti-lo quase simultaneamente? O que levou o Governo a fazê-lo? Se sabia de algo, por que não comunicou à Presidência desta Casa evitando, assim, esse vexame em cadeia nacional?

Sr. Presidente, nobre Colegas, o Poder Executivo está em débito com o Congresso Nacional. Precisamos de respostas de imediato para tudo isso que está acontecendo.

Esta Casa aprovou, apesar de impopulares, todas as medidas propostas pelo Governo Federal, necessárias a uma grande reforma do Estado, apesar do sacrifício exigido da sociedade.

As notícias veiculadas pela imprensa dão conta de prejuízos imensos aos cofres públicos; quando do socorro a entidades financeiras e pessoas físicas, por meio de informações privilegiadas sobre o que ocorreria naquela segunda quinzena de janeiro deste ano. Enquanto se desenrola esse quebra-cabeça, os serviços públicos estão, muitas vezes, de mal a pior – refiro-me à saúde, à segurança etc. Aumentaram os índices de desemprego e os preços da cesta básica e dos remédios estão sem o mínimo controle. Mas, ao invés de manter o Estado funcionando plenamente, o Governo prefere cobrar do Legislativo as

votações que considera prioritárias. O País está parado e só o Governo parece não ver.

Temos a sensação de impotência diante de fatos concretos que, invariavelmente, deságuam na impunidade. E é com este sentimento que a Nação brasileira está convivendo neste momento: de que o seu sacrifício está indo pelo ralo da corrupção.

Para sintetizar, gostaria de registrar um artigo da jornalista Arlete Salvador, do **Correio Braziliense**, com o título "Quero sonegar", publicado na última sexta-feira:

"Estamos nos últimos dias do prazo para a entrega das declarações do Imposto de Renda do ano passado e a Receita Federal ainda não devolveu o que me deve do ano anterior. Como eu, alguns milhares de brasileiros esperam a restituição. A justificativa oficial é que estamos na "malha fina". Cometemos algum erro e precisamos dar explicações. Não é bem assim.

Na Receita, continua a articulista, informam-me que estou na "fila de espera" para receber o que me é devido. Fico pensando na eficiência com que se salvam bancos incompetentes com o "seu, o meu, o nosso" dinheiro, enquanto se enrola com a barriga a devolução de imposto cobrado indevidamente do contribuinte. São mesmo dois pesos e duas medidas. Bancos, se quebrarem, quebram o sistema financeiro. Trabalhadores, se não recebem o que lhes é de direito, são gente chata e privilegiada, que não tem nada mais para fazer na vida do que reclamar.

Levando em conta os milhões de miseráveis, que não pagam Imposto de Renda, e os espertalhões, que o sonegam, os que pagam são mesmo uma minoria privilegiada. Somamos cerca de oito milhões de pessoas. Temos nome, endereço, telefone, número de CIC. É fácil nos encontrar e, mais fácil ainda, enfiar a mão no nosso bolso sempre que alguém do Governo vem com a história de fazer um "ajuste de contas" para acabar com o déficit público.

E continua a articulista Arlete Salvador, "o que eu pago de Imposto de Renda por ano equivale a dois meses de trabalho. E trabalho duro. Ao contrário do que nos promete a moderna tecnologia, estamos trabalhando cada vez mais. O conceito de dedicação a um ofício se alargou. Não basta cumprir a jornada de trabalho. É preciso fa-

zer cursos, aprender uma terceira língua (só inglês não basta), participar de seminários, ler livros técnicos e romances, navegar na Internet e ver televisão a cabo. Trabalhar significa dedicar boa parte da vida ao trabalho. Portanto, dois meses da minha vida, todo ano, ao pagamento do Imposto de Renda."

A princípio, não reclamo. Acho que pagar um imposto é um dever para com a sociedade, uma forma de contribuição à melhoria de condições de vida dos mais humildes. Se esse meu tempo e dinheiro fossem gastos em escolas para crianças carentes, em abrigos para velhinhos abandonados, em hospitais decentes, em professores sérios, em políticas de emprego viáveis e conscientes, pagaria feliz.

Entretanto, o resultado de dois meses de trabalho vai acabar na mão de banqueiros e outras gentes que não compartilham comigo as idéias de ética e de dever para com a sociedade. No final das contas, a minha ingenuidade, digamos assim, em prestar contas ao Leão serve menos aos miseráveis, que não pagam, e mais aos espertalhões, que sonegam.

Assim, neste momento em que devo fechar a minha declaração de Imposto de Renda do ano passado, irritada com a demora da Receita Federal em devolver o que me tomou a mais em 1998 e com o uso que se faz da minha contribuição pessoal ao País, tudo o que quero é sonegar."

Sr. Presidente, nobres Colegas, esse é o artigo escrito pela jornalista e articulista Arlete Salvador, na última sexta-feira, no **Correio Braziliense**.

Como se vê, esse é um drama nacional que a sociedade questiona: por que o Governo não faz a sua parte? Por que está sempre a exigir daqueles que contribuem honestamente? Por que não fecha o cerco em cima dos sonegadores que deixam de recolher tributos previdenciários e trabalhistas? Por que se desviam tantos recursos públicos sem nenhuma consequência penal prática?

São questionamentos, meus nobres Pares, que merecem respostas rápidas, pois a sociedade não suporta mais ser ludibriada. O Governo precisa resgatar a confiança do povo, agindo de forma clara e transparente e elucidando, por pior que seja a situação, todos os episódios envolvendo malversação de recursos públicos.

Trago essa questão, Sr. Presidente, nesse momento em que se comemora o Dia do Trabalho, para

demonstrar a inquietação em que vive, sem dúvida alguma, a maioria dos brasileiros – aqueles que trabalham ou recolhem e que têm – como diz a jornalista – parcela a receber, mas, devido a uma "malha fina", não obtêm a devolução, precisando esperar na fila.

Quando se aproxima o prazo – que é amanhã – para entrega da declaração do Imposto de Renda, fica essa preocupação no ar, qual seja, para onde vai o meu dinheiro, dois meses por ano do meu trabalho, diz Arlete, vão para a contribuição do Imposto de Renda. E é isso que ocorre, muitas vezes o nosso dinheiro vai pelo ralo, para socorrer aqueles que não precisam.

É necessário que se tire a impressão de impunidade que paira sobre o País. Por isso é importante, diante do que está em pauta, quando a própria imprensa está a divulgar tudo o que ocorreu, principalmente na segunda quinzena de janeiro, e quando vem a público, agora, que o próprio Banco do Brasil foi o que mais perdeu, a análise dessas questões pontuais por parte das duas CPIs. E quem perdeu não foi o Banco do Brasil, mas nós, os brasileiros, que perdemos a segunda quinzena de janeiro por negócios malfeitos, pois vendemos hoje por 100, sabendo que amanhã vamos comprar por 150 ou 170.

Por isso, fiz questão de trazer essas considerações aos Colegas no dia de hoje, porque, sem dúvida nenhuma, é necessário ser colocado, com transparência, aquilo que todos estão a esperar. É isso que esperamos de um sistema democrático.

Quando alguém, como o ex-Presidente do Banco Central, guindado ao Poder, vem a esta Casa para dar explicações em nome do Governo e é aconselhado a não fazê-lo, pairam dúvidas. A responsabilidade do Governo aumenta e a Nação cobra transparência de tudo o que está acontecendo.

São essas as considerações que trago, Sr. Presidente, nobres Colegas.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT-AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu discurso também é de homenagem aos trabalhadores, mas também quero, sucintamente, abordar matérias de jornais em que o Bird está tecendo críticas severas ao plano do BNDES para dívidas de empresas entre outros numerosos bancos para com a União.

Sr. Presidente, começo pela homenagem aos trabalhadores, assinalando que o nosso calendário,

em cada 1º de Maio, comemora o transcurso do que chamam "Dia do Trabalho". Eu prefiro tratar a data como "Dia do Trabalhador e da Trabalhadora". É neste outro substantivo que se personifica o homem e a mulher que trabalham, ou seja, os trabalhadores. É ao homem e à mulher que trabalha que devemos render as homenagens desse dia. Vamos encontrá-los nas mais diversas ocupações, nos mais longínquos recantos, nos cenários mais variados, mas não importa onde eles estejam ou o que façam e quanto ganhem, todos são merecedores das nossas homenagens. São eles os trabalhadores do Brasil, que, na labuta de todo o dia, ajudam a construir a riqueza nacional.

Gostaria de prosseguir nesse tom de louvor, exaltando as virtudes de quem trabalha, a dignidade que o trabalho empresta à humanidade, o orgulho de todo o trabalhador ao exibir a sua carteira de trabalho, mas a realidade dos fatos me faz desviar para rumos diversos. Afinal, em que cenário vemos, hoje, o trabalho no Brasil? Em que condições se encontra o trabalhador brasileiro? Que porção lhe cabe na distribuição da riqueza que ajuda a construir?

A resposta não nos dá um panorama animador – e isso já foi mencionado na maioria dos discursos feitos hoje. Dão-nos, ao contrário, sérios motivos de preocupação. Em cada grupo de cinco trabalhadores brasileiros, um encontra-se desempregado. Mais de 10 milhões de famílias vivem com menos de meio salário mínimo por mês e cerca de 25 milhões de pessoas sobrevivem com renda mensal inferior a R\$30,00, o que parece até impossível.

Os últimos números apurados pelas pesquisas da Fundação SEADE e do DIEESE sobre o desemprego na Grande São Paulo revelam um novo recorde. Em nível de Brasil, IBGE divulga índice em torno de 8%, o dobro do valor de quando o atual Presidente da República assumiu o governo em 1994. Em março deste ano, os desempregados da região perfaziam 20% da população economicamente ativa. Em números mais visíveis, estão sem emprego mais de um milhão e setecentas mil pessoas. Aumentou também o tempo médio que o desempregado passa procurando uma nova ocupação. O novo recorde agora chega a 39 semanas, mais de nove meses. Essa realidade se espalha por todo o País, na região Norte e em meu Estado, o Amapá.

As oportunidades de emprego escasseiam em todos os setores, Sr. Presidente e caros Colegas! A pujante indústria paulista, num único mês, fechou 22 mil postos de trabalho – vale ressaltar que em meu Estado inúmeras lojas, na área de livre comércio, fo-

ram fechadas em função do plano econômico e da desvalorização do real, que encareceu os preços dos produtos importados. O comércio, apenas em São Paulo, cortou outros 61 mil empregos. De julho de 1994 a dezembro de 1996, o setor bancário dispensou 54% de seu pessoal, incluindo os planos de demissão voluntária; o têxtil, 33,4%; o da borracha, 29%; o do vestuário, 28%. No campo, cerca de 200 mil trabalhadores perderam seus empregos na safra de 1997.

Esses dados apontam para a gravidade da situação em que se encontram os trabalhadores brasileiros. A grande maioria padece dificuldades de toda ordem. Há os que amargam a humilhante tragédia do desemprego; há os que buscam desesperadamente obter sua primeira colocação no cada vez mais estreito mercado de trabalho; há os que, empregados, sofrem as consequências dos baixos salários e se desesperam diante da ameaça constante de perda do emprego. Não estão bem nem uns nem outros.

Deixando de lado as motivações partidárias e ideológicas, há que se reconhecer que o Governo Fernando Henrique, no balanço geral de sua atuação, está em déficit para com o trabalhador brasileiro. De positivo, deve-se reconhecer a estabilização da moeda – nem tão estável mais em função das mudanças que aconteceram no câmbio –, que trouxe algum ganho de renda para parcelas mais pobres da população. Mas há muito de negativo. Ao final de seus primeiros quatro anos de governo, Fernando Henrique Cardoso legou-nos um quadro econômico de recessão, com graves repercussões no tecido social da Nação e com perversas consequências para os trabalhadores brasileiros.

Com a desaceleração do ritmo de desenvolvimento, houve uma redução drástica dos postos de trabalho e o aumento do número de famílias que vivem abaixo da linha da pobreza.

Aliado à questão das taxas de juros elevadas, o problema do achatamento salarial tem corroído o poder de compra dos assalariados. Os servidores públicos esqueceram-se do que significa reajuste de salários, de tanto tempo que não o têm. O salário mínimo permanece no nível de reais R\$130, o equivalente hoje a, aproximadamente, US\$75 ou US\$80, a despeito de ter o Presidente Fernando Henrique prometido dobrar seu valor real até o final do seu primeiro mandato. Chegamos até perto disso. O salário mínimo chegou a equivaler US\$100, mas hoje não ultrapassa US\$75, e certamente teremos, no dia 1º de Maio, um reajuste ínfimo, pelo que se sabe.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço das comemorações que esta Casa presta

hoje ao Dia do Trabalho a oportunidade de não apenas render minhas homenagens pessoais e de todo o povo do Amapá aos trabalhadores brasileiros, mas também a ocasião de reafirmar minha disposição de luta em prol da melhoria das condições de vida de todos os nossos trabalhadores.

Sr. Presidente, antes de concluir, quero dizer que estarei me pronunciando nesta Casa a respeito de matérias publicadas nos jornais sobre a intenção do BNDES de anistiar dívidas de várias empresas, incluindo a de muitos bancos, para com a União. É por isso que o desemprego cada vez mais aumenta no nosso País; que as questões da infra-estrutura ficam cada vez mais a desejar; que o Governo privatiza tanto e quer privatizar, por exemplo, empresas de cunho social elevado – como a Eletronorte e muitas outras –, exatamente para jogar tudo pelo ralo com ações dessa natureza, criticadas inclusive por organismos internacionais respeitados como o Bird.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Dia do Trabalho se aproxima e, mais uma vez, como sempre ocorre nessa data, vem a constatação de que nada há para ser comemorado. Antes de tudo, é preciso lembrar que o 1º de Maio surgiu como dia de luta, quando, há 113 anos, em Chicago, nos Estados Unidos, trabalhadores em greve lutaram por seus direitos. Ora, podemos, então, afirmar que, se nada há para ser comemorado, muito há para ser buscado e conquistado:

A história do 1º de Maio está intimamente relacionada com a luta pela redução da jornada de trabalho. Era comum aos trabalhadores, inclusive crianças e mulheres grávidas, jornadas de até dezoito horas, sem interrupção. Os primeiros movimentos pela redução do horário começaram na Inglaterra, na década de 20, no século passado, e foram se espalhando pela Europa. Depois, chegaram aos Estados Unidos e à Austrália. Em 1886, em Chicago, nos Estados Unidos, operários norte-americanos, que já haviam feito várias mobilizações pela redução da jornada para oito horas diárias, resolveram realizar ações que atingissem diretamente os patrões. Em 1º de Maio daquele ano, teve início uma greve geral que contou com a adesão de mais de um milhão de trabalhadores em todo o País.

O fato incomodou o Governo. Os patrões resolveram usar todos os artifícios para impedir a ampliação do movimento. A repressão foi violenta, cente-

nas de operários foram espancados e presos. Durante uma assembléia, uma bomba explodiu matando dezenas de pessoas e ferindo cerca de duzentas, inclusive policiais. Oito líderes da greve foram presos, acusados de terem provocado a tragédia, julgados e condenados. Quatro foram condenados à morte e os outros, à prisão perpétua.

A luta dos trabalhadores americanos não parou. Em 1890, o Congresso votou a lei que estabelecia as oito horas diárias. Três anos depois, o processo contra os dirigentes da greve foi reaberto, sendo provada a inocência deles. A bomba havia sido colocada pela polícia. Três condenados foram postos em liberdade, pois o outro, havia cometido suicídio.

Sr^{as} e Srs. Senadores, no Brasil de hoje, a classe trabalhadora não tem muitos motivos para comemorar. Recente relatório do Banco Mundial projeta, para este ano, que haverá um aumento de 10% da população que vive abaixo da linha de pobreza – renda abaixo de um dólar/dia. O País, segundo o Bird, vai engrossar em quatro milhões o número de miseráveis.

Diante disso, precisamos combater a política econômica do Governo Federal, que já deixou sem emprego cerca de 17 milhões de trabalhadores, sendo que só na Grande São Paulo há 1,7 milhão de desempregados, segundo pesquisa da Fundação SEADE e do Dieese. Essa é uma maneira de reverenciar aqueles que mostraram que o único caminho para a classe operária conquistar suas reivindicações é o da luta organizada.

Diferentemente dos Estados Unidos, único país do mundo a não comemorar o Dia Internacional do Trabalho, devemos ir às ruas e reafirmar que exigimos trabalho e vida digna, não só para uma minoria, mas para todo o povo brasileiro.

Viva o Dia Internacional do Trabalho!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Encerrada a homenagem ao Dia dos Trabalhadores. Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

REF: 0656/99-SEN

Brasília, 29 de abril de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Solicito a V. Ex^a autorizar a republicação do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, de minha autoria, em razão de incorreção na Justificação.

Respeitosamente, Senador **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – A Presidência determina que se faça a juntada do ofí-

cio que acaba de ser lido ao processo em questão e a feitura de novos avulsos.

A matéria retorna à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Não há mais oradores inscritos.

O Sr. Senador Geraldo Cândido enviou à Mesa proposição que, em face do disposto no art. 235, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, será lida na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Os Srs. Senadores Ronaldo Cunha Lima, Paulo Hartung e Amir Lando enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, retorno, hoje, à tribuna desta Casa, para retomar e discorrer sobre um assunto que, embora revestido da maior relevância, não vem merecendo o tratamento de destaque e prioridade com que deveria ser tratado pelo Congresso Nacional. Refiro-me ao compromisso que o Poder Legislativo Federal tem para com a nação no tocante a prestação de serviços pelas empresas de rádio e televisão do País.

É notório que o Congresso Nacional tem se esmerado em trabalho nesses últimos anos. Não é somente notório, é visível e plenamente mensurável o fato de que o Senado da República, particularmente, tem atingido números recordes de matérias discutidas e apreciadas, no afã de dar cumprimento às atribuições que lhe são inerentes e no esforço, certamente, uníssono, de tornar cada vez mais democrática e representativa essa colenda Casa.

Credito, por absoluto dever de justiça, muito desse esforço à determinação e celeridade que o Senador Antonio Carlos Magalhães tem imprimido aos trabalhos da Casa. Mas há de se reconhecer que os afazeres legislativos estão sobrecarregados com a avalanche de urgências e prioridades que nos vêm do Executivo. Talvez, por isso, esteja ficando para trás matérias de grande importância como a criação e o efetivo funcionamento do Conselho de Comunicação Social.

Perdoem-me os Senadores mais antigos, que acompanharam toda a tramitação dessa matéria e a conhecem a fundo, se recuperei um pouco dessa história, por muitos sabida e de há muito conhecida. Faço-o, no entanto, em consideração aos novos Senadores que a nós vieram se agregar na atual legis-

latura, trazendo, com a força dos votos recém-obtidos, renovado ímpeto e combatividade a esta Casa.

Voltemos um pouco no tempo. Ao tempo em que foi promulgada a Constituição Federal de 1988, no Capítulo V, que trata da Comunicação Social, consta o artigo 224, que determina ao Congresso Nacional a responsabilidade por instituir o Conselho de Comunicação Social, como órgão auxiliar para os efeitos do disposto nesse Capítulo V.

Pois bem. Esse Conselho foi criado pelo Congresso Nacional, em 30 de dezembro de 1991. A Lei número 8.389, que o instituiu, definiu suas atribuições, sua competência e sua composição. Fez mais. Determinou, no seu artigo 8º, que o Conselho seria eleito em até sessenta dias, após publicada a Lei, e instalado em até trinta dias, após sua eleição.

Decorridos oito anos da publicação da referida Lei, nenhum efeito dela se viu. O que terá ocorrido?

É fato que, logo após sua aprovação pelo Congresso Nacional, levantaram-se várias vozes a criticar a composição do Conselho Condenando sua suposta feição corporativa. Nos termos da Lei nº 8.389, o Conselho ficou composto de: três representantes das empresas de comunicação; um engenheiro especializado em comunicação social; quatro representantes de categorias profissionais e cinco representantes da sociedade civil. Ponderava-se, à época, que a sociedade como um todo estava sub-representada, dada a superioridade dos representantes das empresas e dos empregados.

Falava exatamente sobre esse ponto, dias atrás, o Senador José Eduardo Dutra, em discussão sobre a renovação da permissão outorgada à Rádio Clube de Pernambuco. Lembrava o Senador José Eduardo Dutra de iniciativas tendentes a regulamentar a composição do Conselho de Comunicação Social, originadas tanto na Câmara Federal quanto no Senado. Declarou o nobre Colega ter apresentado, desde 1995, um Projeto de Resolução, regulamentando a Lei instituidora do Conselho e estabelecendo a forma de escolha dos seus representantes.

Se há tais iniciativas, por que não acelerar sua tramitação? Por que não reunir as lideranças do Congresso para definir, de uma vez por todas, a composição do Conselho? Precisamos desse Conselho funcionando urgentemente, Sr. Presidente. Razões não nos faltam. Muito menos faltam razões para a sociedade ver-se representada nesse Conselho.

Temos presenciado parlamentares da Oposição abstendo-se de votar em matérias que tratam da concessão de serviços de rádio e televisão, como forma de manifestar sua pressão para que seja regu-

lamentado e instalado o Conselho de Comunicação Social. Ainda há poucos dias, foi submetida a esta Casa a renovação de concessão da Fundação Padre Anchieta, de São Paulo. A TV Cultura de São Paulo é reconhecida nacionalmente por sua excelente programação na área educativa, cultural e informativa, na qual se destacam os programas Roda Viva e o Castelo Ra-Tim-Bum. Pois bem, o nobre Colega Eduardo Suplicy, representante do Estado de São Paulo, viu-se compelido a se abster dessa votação, muito embora reconhecendo a excepcionalidade da programação e o valioso papel educativo prestado pela emissora, para manter coerência com a postura adotada por seu Partido. E o seu Partido nada mais quer do que o funcionamento do Conselho de Comunicação Social.

E creio que todos nós parlamentares também o queiram, inclusive porque teriam nele um órgão extremamente valioso para auxiliar as decisões sobre renovação de concessão ou permissão de serviços.

Temos nos guiado, para analisar esses processos, pela Resolução número 39, 1992, do Senado Federal. Essa norma interna cuida muito bem das formalidades do processo, relacionando uma série de exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente. No entanto, ela é ineficaz para podermos avaliar o conteúdo do que está sendo transmitido pelos meios de comunicação. Precisamos, nesse ponto, do assessoramento de um órgão que nos faça ouvir a voz da sociedade civil.

Infelizmente, Sr. Presidente, o que temos sabido e ouvido acerca da programação das rádios e televisões brasileiras não é nada edificante. Mostrar a miséria humana tem sido, para alguns, um trabalho rendoso. As câmeras se empenham em desvendar as mais ocultas anatomias de homens e mulheres seminus. Cenas de sexo apimentam as novelas, em qualquer horário do dia ou da noite, porque o imperativo das programações não é a qualidade, mas, sim, a mecânica de gradação do IBOPE.

Aliás, Sr. Presidente, a guerra pela audiência tem subordinado os meios de comunicação a um único parâmetro: o mercadológico. Coloca-se no ar aquilo que dá audiência. É uma constrangedora exibição de sensacionalismo barato, de permissividade incontrolada e baixaria de toda ordem.

Na Paraíba, por exemplo, uma Rádio FM, pertencente ao Sistema Tambaú de Comunicações Ltda., dedica programas específicos ao ataque à honra alheia, ameaçando pessoas e fazendo chantagens. A linguagem utilizada é tão vil e de baixo calão que assustou às autoridades. O Presidente desta

Casa, alvo dessa programação, tornando conhecimento, através de gravações em fitas magnéticas, providenciou expediente ao Ministério das Comunicações com solicitação de providências. A despeito das multas de natureza pecuniária aplicadas a programação não muda. Ainda recentemente, como já faz parte de sua programação, a referida emissora dedicou diversos programas para atacar a mim pessoalmente, aos meus familiares e aos meus amigos e aliados políticos. Para não repugnar as vossas consciências e da nação, e por impeditivo regimental, deixaremos de exibir trechos gravados que atacam as instituições, a mim pessoalmente, e aos Prefeitos de João Pessoa, e de Campina Grande. As fitas são estarecedoras. Quem as ouve não tem como esconder a indignação e a revolta. Escalaram para isso, uma vez mais, repetindo prática de 6 anos atrás, um falso religioso, que atualmente é foragido da justiça.

Entretanto, graças a atuação do Ministério das Comunicações a emissora esteve, durante 30 dias, com os transmissores lacrados em decorrência de diversas condutas administrativas e de programação desrespeitosa às leis e à Constituição.

Todavia, por razões que me permito não comentá-las, há três dias passados, o mesmo Ministério das Comunicações autorizou o seu funcionamento normal; isso após aplicar multas pecuniárias que não têm resultados práticos, pela insignificância dos seus valores.

E não se diga que a sociedade brasileira gosta de ver no ar essa baixaria toda que está assolando nossos lares. Em julho de 1997, foi encomendada pesquisa pelo Ministério da Justiça, patrocinada pela Unesco, para saber a opinião de pais e mães sobre a programação das nossas rádios e televisões. Dos entrevistados, 75% revelaram que gostariam que houvesse algum tipo de controle sobre o que vai ao ar. Entre esses, 64% defenderam a classificação de programas por faixa etária e horário e um terço pediu a volta de alguma forma de censura.

Longe de mim apoiar ou mesmo cogitar de qualquer identificação com o cerceamento da liberdade de expressão. Sou, por formação e convicção, contrário a todo tipo de censura. Todavia, a liberdade no Estado democrático de direito, pressupõe respeito e responsabilidade.

Não há, entretanto, como contemporizar com os excessos promovidos por alguns veículos de comunicação que eivados por interesses subalternos, terminam por lesar e agredir direitos individuais de cidadania e desrespeitar os valores éticos e sociais

da pessoa e da família, como preconiza a nossa Carta Magna.

Não podemos nos esquecer de que as emissoras de televisão são empresas de serviço público, com responsabilidade que vão além de mera empresa privada. Se descumprem preceitos constitucionais de respeito à dignidade do público telespectador, devem sofrer a devida punição por isso. Que sejam suas concessões suspensas ou cassadas, por exemplo. Que não lhes seja concedida renovação para continuarem funcionando, enquanto não se adequarem aos termos da lei.

Para encerrar, Sr. Presidente, volto à demanda que motivou este pronunciamento. Precisamos agir urgentemente para colocar em funcionamento o Conselho de Comunicação Social. Dirijo esse apelo a todos os parlamentares do Congresso Nacional. Faço ainda um apelo ao Presidente do Congresso nosso nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, para que, com a força de sua liderança e seu carisma pessoal, reúna os líderes dos partidos em torno dessa causa. Já não é possível tolerar tantos abusos. Tantas ofensas à honra, à ética e à moral.

Não ganharemos apenas nós, parlamentares, com o funcionamento de um órgão que muito tem a nos auxiliar e assessorar. Ganhará sobretudo a família brasileira, que está cansada de agressões à sua dignidade, em flagrante desrespeito para com os valores básicos de civilização e de humanidade.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO HARTUNG (PSDB - ES) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na Assembleia Nacional Constituinte, que há pouco mais de dez anos elaborou a atual Constituição, o relator da Comissão Temática encarregada de tratar do sistema tributário, dos orçamentos e do sistema financeiro, o atual Ministro da Saúde, José Serra, sugeriu - como uma das principais e mais inovadoras medidas para a organização e o equilíbrio permanente das contas governamentais - a elaboração de um Código de Finanças Públicas. A expressão "código" foi suprimida no texto final, mas foi mantida, no artigo 163, a atribuição à lei complementar para dispor sobre as finanças públicas em geral; o endividamento governamental, especialmente mobiliário e prestação de garantia; e sobre a fiscalização financeira e as funções dos bancos estatais.

Recentemente, o Presidente Fernando Henrique Cardoso enviou ao Congresso Nacional um projeto para regular tal disposição da Constituição. A proposta vem sendo chamada de Lei de Responsabilidade Fiscal. Trata-se de uma iniciativa extrema-

mente louvável, para a qual se espera uma apreciação legislativa atenciosa e célere, uma vez que, em sua estrutura básica, atende plenamente o espírito constituinte em relação às normas gerais para finanças e dívida pública.

Com essa proposição, o Governo espera dar eficácia e coerência a um conjunto de medidas - muitas já previstas na própria Constituição - que contribuem decisivamente para uma melhor organização do gasto público e que dependem de uma legislação complementar, ou para entrarem em vigor, ou para serem melhor interpretadas e aplicadas, de modo a produzir plenos efeitos.

Na verdade, o que ocorre é que nunca se deu a devida importância a tais matérias. Nem a mídia, nem os economistas, nem o próprio Executivo. Muito menos o Congresso. Em grande parte, porque preferiu-se enfrentar o desafio do déficit com sucessivos planos econômicos, pacotes tributários e, mais recentemente, programas de corte de gastos, que, quando alcançaram os resultados pretendidos, não o fizeram de forma sustentada. A Lei de Responsabilidade Fiscal significa o abandono da prática de tentar "tapar buracos" e a implementação de um novo regime, fundamentado em lei nacional, e que, portanto, só pode ser alterado por quorum qualificado e com metas fiscais conjunturais cravadas em leis.

Mais que discursos ou cartas de intenção, a austeridade fiscal deverá ser uma prática obrigatória, sob pena de se descumprir uma lei e não uma promessa. Não estamos falando de uma missão impossível. Mesmo porque, o País já está coroadado de experiências concretas, bem-sucedidas, de reequilíbrio das contas. Basta ver o caso de São Paulo. Na década de 80, o Governo Montoro conseguiu garantir o equilíbrio das finanças públicas e agora, depois de duas complicadas administrações, o Governador Mário Covas está repetindo a empreitada.

Esses são exemplos eloquentes de que há saída para o inferno fiscal - embora o preço seja alto sobretudo para os contribuintes - e, especialmente, de que a austeridade é uma obra que se constrói na gestão do dia-a-dia das contas públicas, com políticas e práticas firmes e consistentes. Até porque, se alicerçada apenas em discursos e acenos para o mercado, mais dia, menos dia, a casa cai.

Não tenho dúvidas de que um regime fiscal responsável garantirá a estabilidade de preços - conquista recente da sociedade brasileira - abrirá caminho para a tão sonhada mudança de perfil da dívida pública nacional e para a redução das taxas de juros de forma sustentada. E a conjugação desses fatores certamente provocará mudanças na lógi-

ca de funcionamento do nosso sistema financeiro, o que, indiscutivelmente, traduzir-se-á em mais empregos e melhores oportunidades para a população.

O Congresso, por certo, aprofundará o debate público e poderá aperfeiçoar a proposta de Lei de Responsabilidade Fiscal. Na minha opinião, faltou tratar de pelo menos dois pontos muito importantes para uma mudança estrutural do regime fiscal, em que pese terem forte correlação com outras matérias – os sistemas tributário e financeiro.

Em primeiro lugar, destaco a ausência de normas mais diretas, objetivas e eficazes contra a chamada guerra fiscal. Numa conjuntura onde encontramos Estados e Municípios falidos ou pré-falidos e diante de uma reforma estrutural que pretende dar maior austeridade e responsabilidade às administrações e aos administradores, é imprescindível aproveitar a oportunidade para combater frontalmente a concessão arbitrária e irregular de incentivos.

É absolutamente inaceitável e deveria ser punido, inclusive com ação civil e penal contra os responsáveis, que um Estado ou Município ofereça incentivos à custa de outro Estado ou Município. Ou seja, que se conceda a um contribuinte redução do imposto que é subtraído da arrecadação de outro sem que este seja consultado ou consinta.

E em segundo, o fato de terem sido deixadas de lado as questões relativas à interface das finanças públicas e privadas (como as operações estatais cambiais, a emissão direta de títulos pelo Banco Central, a fiscalização de todo o sistema financeiro e atuação dos bancos estatais). O Executivo – preocupado, talvez, com a extensão e complexidade da proposta – acabou ignorando esses itens. Mas, pessoalmente, acho que, quando se discute e aprova um Código, mais importante que o tamanho de um texto, é sua qualidade, é sua capacidade de tratar de forma coesa e harmônica as mais diferentes facetas de uma mesma matéria.

Especificamente sobre as matérias omissas, é importante ressaltar que os constituintes não incluíram a fiscalização das instituições e dos mercados financeiros no capítulo que trata do Sistema Financeiro e sim no que diz respeito às Finanças Públicas, e no mesmo artigo que trata da responsabilidade fiscal. Eles foram extremamente felizes em relação à tendência moderna mundial que reserva ao banco central – independente ou não – o papel de guardião da moeda e, no máximo, supervisor do sistema bancário.

Nosso sistema financeiro desenvolveu-se a ponto de demandar uma fiscalização que não se limite a bancos ou a bolsa de valores tradicional. Os recentes episódios realçam o vazio institucional – da supervisão à fiscalização – em que está mergulhada a parte que mais cresce de nosso sistema: o mercado de futuros.

A questão da fiscalização financeira deve ser encarada de maneira eficaz, abrangente e em separado da regulamentação do banco central. Se já temos uma proposta muito avançada para a responsabilidade fiscal, falta agora tratar da responsabilidade financeira, em sua expressão mais ampla, que não se limite apenas à moeda ou ao câmbio, ou a matérias exclusivamente pertinentes ao Banco Central e à lei que o regulará.

Quero registrar o meu apoio enfático à Lei de Responsabilidade Fiscal e à ruptura estrutural que ela representa na gestão fiscal. Era premente reunir e dar um tratamento consistente e disciplinador às mais diferentes matérias fiscais – do orçamento e sua execução, passando pelos gastos com pessoal e pela seguridade, até a dívida pública.

Faço ainda questão de esclarecer que as ressalvas que apresento em nada contrariam os objetivos e as normas do projeto. Minha intenção é contribuir para o seu aprimoramento. Espero sinceramente que o Congresso aprove o mais breve possível tal proposta e aprofunde a austeridade que enseja. É óbvio que uma lei, por si só, por mais importante que seja, não tem a capacidade de erradicar todas as distorções existentes. Não tenho essa ilusão.

Também não acho que esse projeto de lei tramará no Congresso sem obstáculos e reações. Mas faço aqui minha defesa e profissão de fé de que o projeto seja aprovado e que a boa saúde das contas públicas no País passe do âmbito das cartas de macrointenções para o da árdua e eficaz gestão do dia-a-dia em todas as áreas do serviço público.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, manhã bem cedo, mais de 1,726 milhão de trabalhadores da Grande São Paulo, saíram de suas casas, de seus barracos ou de debaixo de nossos viadutos, à busca de um de seus direitos mais fundamentais: o de trabalhar. Outros mais de quatro milhões repetiram o mesmo gesto no restante do País.

Ainda hoje, noite adentro, não serão seis milhões os pais ou filhos de família brasileira que voltarão para suas casas, seus barracos ou para debaixo de nossos viadutos, sem o trabalho e o pão deles de cada dia. É que, a cada dia, muitos outros brasileiros são mandados de volta para suas casas, seus barracos, ou para debaixo de nossos viadutos. Somente no mês de março, 111 mil paulistanos se somaram a essa verdadeira via-sacra, cujas estações se ornamentam com novas placas de "não há vagas".

São mãos calejadas que se estendem, primeiro nas fábricas, pela cidadania, depois nas esquinas, pela sobrevivência, mais tarde, muitas delas, na datiloscopia, pelo desespero.

Em um país de tamanhas potencialidades, a solução para tamanho problema parece arranhar o óbvio: urge aumentar a produção, principalmente de

bens intensivos de mão-de-obra. Segundo o Banco Mundial, para cada 1% de decréscimo do PIB, no Brasil, de 600 mil a 1 milhão de pessoas são jogadas para debaixo da linha da pobreza e se somam às mais de trinta milhões que lá já se encontram, mais da metade delas em condições de miséria absoluta. Há que se produzir, portanto.

Contraditoriamente, o que se nota, enquanto prescrição oficial de política econômica, é a necessidade de desaquecimento da economia, em nome do arrefecimento de demanda e da estabilização dos preços. Políticas agrícola e industrial, então, nem pensar! Se os preços aumentam, facilita-se a importação de produtos similares, mesmo que isso signifique menos produção e, conseqüentemente, menos emprego. O Brasil tem plenas condições de controlar a inflação, principalmente de alimentos básicos, pelo aumento da oferta, mas adota a política contrária do desaquecimento da demanda. E, aí, fecham-se portões de fábricas, portas de lojas, oportunidades de trabalho.

Faltariam recursos para a adoção de uma política econômica que priorizasse o parque industrial brasileiro e que agilizasse recursos naturais considerados os mais abundantes do planeta? Os números indicam que não.

Em 1994, a dívida pública brasileira era de R\$68 bilhões. Em 1998, 500 bilhões. Em 4 anos, portanto, o Governo brasileiro, em todos os níveis, passou a dever mais R\$432 bilhões.

O Governo brasileiro vendeu parte substancial das empresas estatais. Já foram leiloados os parques petroquímico e siderúrgico, a produção de fertilizantes, o sistema de telecomunicações, a Vale do Rio Doce, e, cada batida de martelo é emoldurada por sorrisos oficiais que tentam transmitir à população a idéia do melhor negócio. Somente nos segmentos citados, mais R\$30 bilhões "fizeram caixa".

Também em nome da estabilidade econômica, o Governo brasileiro criou o Proer. Para "sanear" os três primeiros bancos, mais R\$20 bilhões. Agora, o "risco sistêmico" justifica outros números que somente a CPI do Sistema Financeiro poderá trazer à luz. Isso, sem contar as perdas, também na casa dos bilhões, com a recente desvalorização do real.

Utilizando-se, apenas, da aritmética mais elementar, esses números tangenciam a casa do meio trilhão de reais, mais da metade de tudo o que o País produz em um ano. Grosso modo, isso significa que, se a dívida pública brasileira se mantivesse nos níveis de quatro anos atrás, já de vulto significativo, e se todos os esforços se concentrassem na produção de bens e serviços ao invés de no saneamento de bancos quebrados, poder-se-ia pensar em um aumento do PIB de mais de 50%.

Longe disso, o País deve mais meio trilhão, carrega a lanterna nos índices de distribuição de renda do mundo e o seu produto deverá decrescer, neste ano, em torno de 4%. Portanto, mantidas as estimativas do Banco Mundial, o próximo ano, embora com todas as festividades que se prenunciam, será, ainda, menos feliz para mais quatro milhões de brasileiros, conterrâneos empurrados para debaixo da linha da pobreza e, conseqüentemente, para debaixo de nossos viadutos.

Toda essa reflexão indica a falácia da justificativa de que a falta de uma política econômica que privilegie a produção nacional se deveu à falta de recursos financeiros. Na verdade, o País fez uma opção pela política monetária que privilegiou o capital financeiro, em detrimento do capital produtivo. Não tendo havido investimento produtivo na mesma escala do crescimento da dívida, os tais R\$432 bilhões, na sua parcela mais significativa, foram contabilizados na rubrica dos especuladores financeiros. O mesmo destino se atribuiu aos recursos das privatizações e, obviamente, os outros bilhões a título de saneamento dos bancos. O produtor nacional é uma das maiores vítimas do modelo econômico adotado nos últimos anos. E, de um país que não produz, não se pode esperar melhores índices de emprego e, conseqüentemente, de distribuição de renda.

O que se deve colocar em discussão, neste momento, é um novo paradigma de desenvolvimento. E essa discussão não pode prescindir do resgate do conceito do país, na sua concepção mais soberana. Há que se refletir sobre o novo projeto nacional, a partir de um modelo de desenvolvimento que contemple as nossas vantagens comparativas, principalmente em um contexto de globalização da economia. Os recursos que faltaram para a produção nacional são os mesmos que jorraram, quase sem limites, para a especulação. E, numa causação circular, são os mesmos que contribuíram, exatamente, para asfixiar o produtor nacional, via juros escorchantes. O novo paradigma impõe, portanto, uma inversão de valores.

Não há como imaginar que um país que ostenta todos os micro-climas do planeta, as melhores reservas naturais, um terço de toda a água doce do mundo, terras abundantes, quantidades significativas dos minerais mais estratégicos, milhões de desempregados ávidos por trabalho, cujas histórias de vida atestam suas capacidades produtivas, possa, ainda, priorizar um projeto de desenvolvimento que se ancora na produção exógena, e na conseqüente importação de empregos e na dependência de capitais não produtivos.

Essa é, para mim, a discussão mais importante neste momento de crise econômica, social, política e moral. Ao resgatar o seu projeto de país, a população brasileira irá definir prioridades, cobrar de seus representantes a consecução dos projetos que ela

mesma concebeu, legitimando a ação pública e não permitindo os desvios que hoje povoam as principais páginas dos jornais.

A permanecer o atual paradigma, ocorre-se o risco, extremo mas não impossível, de, em um futuro não tão longínquo, não mais ser possível discutir um projeto nacional, exatamente pela falta de concepção de país, inclusive em termos geográficos. A produção nacional gera bens, empregos, renda melhor distribuída, qualidade de vida e orgulho patriótico. A ciranda financeira multiplica dívidas, recessão, desemprego, insegurança, aflição, dependência e perda de identidade nacional. E, quando a contabilidade da especulação não mais se contentar com números, a geografia será chamada para cobrir passivos. E, aí, os paradigmas serão, ainda, mais perversos. É

tempo, ainda, de se discutir um país soberano. E, para isso, há que se fortalecer a nossa capacidade de produzir bens e serviços, a partir de nossas vantagens comparativas. Depois, essas vantagens poderão não serem mais comparativas, exatamente por não serem, mais, nossas. Exemplos, não faltam. Nunca se revisou tanto o mapa-mundi, como nos últimos tempos.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Sras. e os Srs. Senadores, que constará da sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

Dia 4.5.99, terça-feira, às 14h 30min:

Sessão deliberativa ordinária

Requerimento nº 207, de 1999)	Solicita, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, II, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1999-Complementar (nº 249/98-Complementar, na origem), de iniciativa do Presidente da República, que <i>disciplina os limites das despesas com pessoal, na forma do art. 169 da Constituição.</i> (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 89/98-Complementar).	Lido na Sessão Deliberativa Ordinária do dia 29.4 quando, sem objeção do Plenário, teve a sua votação adiada para esta data.
Comissão de Assuntos Econômicos		
Proposição (Autor/nº Origem)	Ementa / Instrução	Informações
1 Projeto de Resolução nº 50, de 1999 (Of. nº S/8, de 1999) Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Município de Montes Claros - MG a contratar operação de crédito junto ao Fundo de Investimento do Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios - FUNDO SOMA, administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG, no valor de R\$ 6.600.000,00 (seis milhões e seiscentos mil reais), a preços de 31 de outubro de 1998, destinada a investimentos em infra-estrutura urbana. Apresentado como conclusão do Parecer nº 175/99-CAE, Relator: Senador Carlos Bezerra.	Discussão, em turno único. Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 204, de 1999 - art. 336, inciso II. Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.
2 Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 1997 Antonio Carlos Valadares e outros	Dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde, e dá outras providências. Parecer nº 655/98-CCJ, Relator: Senador Romeu Tuma, oferecendo a redação para o segundo turno.	Segundo dia de discussão, em segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Está encerrada a sessão.

(OS 12606/99)

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 55 minutos.)

**ATA DA 40ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, REALIZADA EM 23 DE
ABRIL DE 1999**

(Publicada no Diário do Senado Federal de 24 de abril de 1999)

RETIFICAÇÕES

No sumário da Ata, à página nº 08759, 1ª coluna, no item 1.2.1 - Mensagens do Presidente da República,

Onde se lê:

Nº 87, de 1999 (nº 502/99, na origem), de 19 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1999 (nº 2.737/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que concede pensão especial a Claudio Villas Boas e Orlando Villas Boas, sancionado e transformado na Lei nº 9.793, de 19 de abril de 1999.

Leia-se:

Nº 105, de 1999 (nº 502/99, na origem), de 19 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1999 (nº 2.737/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que concede pensão especial a Claudio Villas Boas e Orlando Villas Boas, sancionado e transformado na Lei nº 9.793, de 19 de abril de 1999.

.....

À página nº 08761, 1ª coluna, na leitura do Expediente, na Mensagem do Presidente da República, de 19 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1999 (nº 2.737/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que concede pensão especial a Claudio Villas Boas e Orlando Villas Boas, sancionado e transformado na Lei nº 9.793, de 19 de abril de 1999,

Onde se lê:

Nº 87, de 1999 (nº 502/99, na origem), ...

Leia-se:

Nº 105, de 1999 (nº 502/99, na origem), ...

**ATA DA 43ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 28
DE ABRIL DE 1999**

(Publicada no DSF, de 29 de abril de 1999)

RETIFICAÇÃO

**TRECHO DE ATA ÀS PÁGINAS NºS 9132 E 9133, NA LEITURA DO
REQUERIMENTO Nº 205, DE 1999, QUE SE REPUBLICA POR HAVER
SAÍDO COM INCORREÇÕES NO ANTERIOR:**

.....

REQUERIMENTO Nº 205, DE 1999

Requeiro, nos termos dos artigos 49, inciso X e 50 da Constituição Federal combinados com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio as seguintes informações:

1. O BNDES está preparando a criação de uma empresa sediada nas Ilhas Cayman com finalidade de lançar títulos no mercado internacional em troca dos papéis de empresas brasileiras emitidos no exterior? Em caso afirmativo como será constituído o capital dessa nova empresa?

2. Que tipo de papel essa nova empresa vai lançar no mercado? Quais os critérios para troca dos títulos das empresas endividadadas em moeda estrangeira por esse novo papel? Qual o valor dessa dívida que o BNDES pretende trocar? Quem são seus detentores? Qual o critério para se candidatar a essa troca?

3. Por que razão o BNDES está escolhendo as Ilhas Cayman para sede dessa nova empresa, e não o próprio Brasil? Qual o amparo legal para a criação dessa empresa e o lançamento desses títulos?

4. Quais as garantias que o BNDES vai oferecer para essas operações de troca de títulos?
5. Que garantias as empresas endividadas darão para o BNDES?
6. Como apenas grandes empresas têm acesso ao mercado de títulos externo, parece evidente que essas operações levarão a uma maior concentração de riqueza no Brasil. Que estimativa faz o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio desses efeitos concentradores decorrentes do conjunto dessas operações?

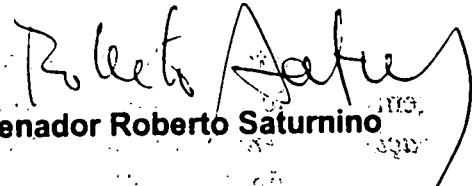
Justificativa

Nos últimos dias, a imprensa vem noticiando que o BNDES, juntamente, com o Banco Goldman Sachs estariam preparando uma operação com o objetivo de permitir que as empresas brasileiras endividadas em moeda estrangeira pudessem trocar e alongar seus débitos. Na arquitetura dessa operação estaria incluída a criação de uma empresa nas Ilhas Cayman, conhecido paraíso fiscal, e a garantia do BNDES para o lançamento dos títulos dessa nova empresa.

No momento em que esta Casa está averiguando, na CPI do Sistema Financeiro, o favorecimento de determinadas empresas na troca de suas dívidas, essas operações de socialização de prejuízos anunciadas pela imprensa devem, no mínimo, passar pela análise do Senado Federal.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1999.


Senador Eduardo Matarazzo Suplicy


Senador Roberto Saturnino

**AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO
FEDERAL, SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**

**29/04/99
Quinta-feira**

11:00 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**Resenha das matérias apreciadas
de 1ª a 30 de abril de 1999**

**1ª Sessão Legislativa Ordinária da
51ª Legislatura**

(Art. 269, II, do Regimento Interno)

MATÉRIAS APROVADAS E ENCAMINHADAS À SANÇÃO

De iniciativa do Presidente da República... 1
De iniciativa da Câmara dos Deputados..... 4
Total..... 5

Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 1997 (nº 3.792/93, na Casa de origem), dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Sessão: 07.04.99

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1999 (nº 686/95, na Casa de origem), *que altera o nome do Aeroporto Internacional de Brasília.*

Sessão: 15.04.99

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1999 (nº 2.737/97, na Casa de origem), do Presidente da República, *que concede pensão especial a Claudio Villas Boas e Orlando Villas Boas.*

Sessão: 15.04.99

Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1999 (nº 3.769/97, na Casa de origem), *que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer.*

Sessão: 19.04.99

Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1998 (nº 3.192/97, na Casa de origem), *que altera a Lei nº 7.674, de 4 de outubro de 1988, que autoriza o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social - IAPAS a doar à Academia Nacional de Medicina imóveis destinados à instalação de centros de estudo e pesquisa.*

Sessão: 27.04.99

PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa do Senado Federal.....	1
De iniciativa da Câmara dos Deputados.....	1
Total.....	2

Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, *que aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 1999.*

Sessão: 07.04.99

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 1997 (nº 2.859/97, na Casa de origem), *que dispõe sobre norma geral de organização que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis.*

Sessão: 19.04.99

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À PROMULGAÇÃO

De iniciativa da Câmara dos Deputados.....	7
De iniciativa do Senado Federal.....	3
Total.....	10

Projeto de Resolução nº 35, de 1999, que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US\$ 25,000,000.00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos), cujos recursos serão destinados a financiar, parcialmente, o Programa Interlegis - Rede de Integração Legislativa, executado pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN.*

Sessão: 08.04.99

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1998 (nº 582/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria, em Brasília, em 3 de abril de 1997.*

Sessão: 08.04.99

Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1999 (nº 700/98, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Convênio Interamericano sobre Permissão Internacional de Radioamador, aprovado em Washington, em 8 de julho de 1995.*

Sessão: 08.04.99

Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1999 (nº 28/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Internacional para a Proteção de Obtenções Vegetais, de 2 de dezembro de 1961, revista em Genebra, em 10 de novembro de 1972 e 23 de outubro de 1978.*

Sessão: 19.04.99

Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1998 (nº 507/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Radiodifusão Águas Claras Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na Cidade de Catuipe, Estado do Rio Grande do Sul.*

Sessão: 20.04.99

Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 1998 (nº 509/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Clube de Varginha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na Cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais.*

Sessão: 20.04.99

Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 1998 (nº 511/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Cerro Largo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Sessão: 20.04.99

Projeto de Resolução nº 48, de 1999, que *autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América) junto ao Banque Paribas, destinada ao financiamento de bens e serviços necessários ao Programa de Reaparelhamento da Marinha.*

Sessão: 29.04.99

Projeto de Resolução nº 49, de 1999, que *autoriza o Estado do Amazonas a contratar operação de crédito, consubstanciada no Contrato de Abertura de Crédito celebrado com a União, com a interveniência do Banco do Estado do Amazonas S.A., da Caixa Econômica Federal e do Banco Central do Brasil, em 13 de novembro de 1998, no valor de até R\$ 357.000.000,00 (trezentos e cinquenta e sete milhões de reais*

Sessão: 29.04.99

Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1999 (nº 4/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre a sua Destruição.*

Sessão: 29.04.99

MENSAGENS RELATIVAS A ESCOLHA DE CHEFES DE MISSÕES DIPLOMÁTICAS

Mensagem nº 71, de 1999 (nº 168/99, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Celso Luiz Nunes Amorim*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador, Chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra.

Sessão: 07.04.99

Mensagem nº 72, de 1999 (nº 169/99, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Gelson Fonseca Júnior*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador, Chefe da Missão do Brasil junto às Nações Unidas.

Sessão: 07.04.99

Mensagem nº 84, de 1999 (nº 280/99, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Sérgio Silva do Amaral*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Sessão: 07.04.99

Mensagem nº 86, de 1999 (nº 282/99, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Paulo Tarso Flecha de Lima*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer função de Embaixador do Brasil junto à República Italiana.

Sessão: 07.04.99

Mensagem nº 85, de 1999 (nº 281/99, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor *Rubens Antônio Barbosa*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América.

Sessão: 14.04.99

Mensagem nº 87, de 1999 (nº 291/99, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor *Luciano Martins de Almeida*, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba e, cumulativamente, em Antígua e Barbuda.

Sessão: 14.04.99

MATÉRIAS RETIRADAS PELO AUTOR

Projeto de Lei do Senado nº 179, de 1999, de autoria do Senador *Sérgio Machado*, que altera a redação dos arts. 41 e 48 da Lei nº 9.096, de 1995, revoga o art. 57 da mesma Lei e dá outras providências, a fim de vedar o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de rádio e televisão aos partidos que não tenham caráter nacional.

(Retirado nos termos do Requerimento nº 144, de 1999)

Sessão: 27.04.99

Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1999, de autoria do Senador Artur da Távola, que *autoriza o Instituto de Resseguros do Brasil - IRB a doar à Sociedade Civil de Amparo ao Menor "A Minha Casa" o imóvel que especifica..*

(Retirado nos termos do Requerimento nº 162, de 1999)

Sessão: 29.04.99

MATÉRIAS DECLARADAS PREJUDICADAS E ENVIADAS AO ARQUIVO

De iniciativa do Senado Federal.....	10
Total.....	10

* **Requerimento nº 999, de 1994**, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que requer, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Ministro do Planejamento, informações atinentes aos financiamentos autorizados e/ou liberados pelo BNDES, nos anos de 1993 e 1994.

Sessão: 04.03.99

* **Requerimento nº 195, de 1995**, de autoria do Senador Jefferson Peres, que requer nos termos regimentais e constitucionais, o comparecimento ao Senado Federal, do Ministro da Fazenda, a fim de prestar informações sobre quais medidas o governo pretende adotar para corrigir a defasagem cambial, tendo em vista os sucessivos déficits em nossa balança comercial, nos últimos meses.

Sessão: 04.03.99

* **Requerimento nº 1.420, de 1995**, de autoria da Senadora Júnia Marise, que requer, nos termos regimentais, seja convocado o Ministro da Fazenda, para comparecer ao Plenário do Senado Federal e explicar as medidas de fortalecimento do sistema financeiro adotadas pelo Governo Federal.

Sessão: 04.03.99

* Matérias arquivadas no mês de março, que não constaram da resenha daquele mês.

*** Requerimento nº 59, de 1996**, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, que requer, nos termos regimentais, seja convocado o Ministro do Trabalho, a fim de prestar esclarecimentos sobre o Programa de Geração de Empregos.

Sessão: 04.03.99

*** Requerimento nº 670, de 1996**, de autoria do Senador Jader Barbalho, que requer, nos termos regimentais, seja convocado o Ministro dos Transportes para comparecer perante o Plenário do Senado Federal a fim de prestar esclarecimentos à Casa acerca do papel do Ministério dos Transportes no âmbito das atividades tradicionalmente exercidas pelo setor público, bem como das condições da malha rodoviária federal.

Sessão: 04.03.99

*** Requerimento nº 56, de 1997**, de autoria da Senadora Júnia Marise, que requer, nos termos regimentais, seja convocado o Ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, a fim de prestar esclarecimentos sobre o projeto do governo de privatizar 39 florestas em todo o País.

Sessão: 04.03.99

*** Requerimento nº 194, de 1997**, de autoria da Senadora Júnia Marise, que requer, nos termos regimentais, a criação de uma Comissão Temporária Interna composta de 13 (treze) membros para o fim especial de, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, examinar as questões envolvendo a realização de experiência científica de duplicação de seres humanos e bem assim, propor alternativas para que o Brasil e a comunidade internacional dêem tratamento uniforme à questão.

Sessão: 04.03.99

*** Requerimento nº 259, de 1997**, de autoria do Senador Artur da Távola, que requer, nos termos regimentais, sejam prestadas pelo órgão competente da Casa, informações relacionadas com matéria publicada no jornal "A Folha de São Paulo", sobre a existência de imagens gravadas pela TV Senado e captadas pela "Folha de São Paulo" de conversa preliminar no começo da sessão de sexta-feira, dia 4 de abril de 1997.

Sessão: 04.03.99

*** Requerimento nº 413, de 1998**, de autoria do Senador Lauro Campos, que requer seja convocado o Ministro das Comunicações, Senhor Luiz Carlos

Mendonça de Barros, para prestar, pessoalmente, esclarecimentos perante o Plenário desta Casa sobre a metodologia a ser adotada pelo Governo para realizar a privatização do grupo Telebrás.

Sessão: 04.03.99

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que *dá nova denominação ao Aeroporto Internacional de Brasília*.

Sessão: 15.04.99

MATÉRIAS ARQUIVADAS

De iniciativa do Presidente da República.....	3
De iniciativa do Senado Federal.....	27
De iniciativa do Supremo Tribunal Federal	1
De iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral.....	1
De iniciativa do Tribunal de Contas da União	2
De iniciativa do Tribunal de Justiça do DF.....	1
De iniciativa dos func. da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras - CAEEB.....	1
Total.....	36

* **Mensagem nº 292, de 1995** (nº 943/95, na origem), que encaminha ao Senado Federal, o Relatório acerca da Retribuição Adicional Variável - RAV, referente ao primeiro semestre de 1994.

Sessão: 02.03.99

* **Mensagem nº 380, de 1995** (nº 1.290/95, na origem), que encaminha ao Senado Federal, o Relatório acerca da Retribuição Adicional Variável - RAV, referente ao segundo semestre de 1994.

Sessão: 02.03.99

* **Mensagem nº 115, de 1996** (nº 79/96, na origem), que encaminha ao Senado Federal, o Relatório acerca da Retribuição Adicional Variável - RAV, referente ao primeiro semestre de 1995.

Sessão: 02.03.99

*** Diversos nº 16, de 1998**, do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia da lista específica, remetida ao Ministério Público Eleitoral, para os fins previstos na alínea "g" do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, contendo o nome dos responsáveis que tiveram suas contas julgadas irregulares por aquele Tribunal, nos últimos cinco anos, consoante o disposto no art. 91 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, no § 2º do art. 1º e art. 2º, da Resolução nº 113, de 20 de maio de 1998.

Sessão: 02.03.99

*** Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 1998**, de iniciativa da Comissão Especial da Reforma Político-Partidária, que dá nova redação ao art. 29 da Constituição Federal estabelecendo os números mínimos e máximo de vereadores, proporcional ao número de eleitores.

Sessão: 03.03.99

*** Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 1998**, de iniciativa da Comissão Especial da Reforma Político-Partidária, que dá nova redação ao art. 14 da Constituição Federal, instituindo o voto facultativo.

Sessão: 03.03.99

*** Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 1998**, de iniciativa da Comissão Especial da Reforma Político-Partidária, que acrescenta inciso III ao § 3º do art. 220 da Constituição Federal, a fim de permitir que a lei possa impor restrição à divulgação de pesquisas eleitorais.

Sessão: 03.03.99

*** Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 1998**, de iniciativa da Comissão Especial da Reforma Político-Partidária, que altera a redação do art. 56 da Constituição Federal, para disciplinar a substituição do Senador na hipótese de vacância.

Sessão: 03.03.99

*** Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 1998**, de iniciativa da Comissão Especial da Reforma Político-Partidária, que dá nova redação aos arts. 45 e 46 da Constituição Federal, instituindo o sistema eleitoral misto para as eleições para a Câmara dos Deputados, vedando a coligação partidária nas eleições legislativas e dispondo sobre a suplência dos Deputados.

Sessão: 03.03.99

* Matérias arquivadas no mês de março, que não constaram da resenha daquele mês.

*** Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 1998**, de iniciativa da Comissão Especial da Reforma Político-Partidária, que altera o § 1º do art. 27; o *caput* do art. 28; os incisos II e III do art. 29; o § 2º do art. 32; o *caput* dos §§ 2º e 4º; o inciso III do § 3º e o inciso I do § 6º do art. 57; os §§ 2º, 3º e 4º do art. 77; e o art. 82, todos da Constituição Federal, fixando calendário de eleições e posses em todos os níveis, alterando a sistemática do 2º turno das eleições, permanecendo apenas para as eleições presidenciais.

Sessão: 03.03.99

*** Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 1998**, de iniciativa da Comissão Especial da Reforma Político-Partidária, que dá nova redação aos arts 17 e 55 da Constituição Federal, que tratam da fidelidade partidária, prevendo a perda do cargo eletivo, nas hipóteses do ocupante deixar o Partido pelo qual foi eleito e de grave violação da disciplina partidária, e do meio como se efetivará a sanção.

Sessão: 03.03.99

*** Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 1998**, de iniciativa da Comissão Especial da Reforma Político-Partidária, que altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 46 da Constituição Federal, fixando o mandato de senador em 6 (seis) anos, com renovação de 1/3 (um terço) a cada dois anos.

Sessão: 03.03.99

*** Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1998**, de iniciativa da Comissão Especial da Reforma Político-Partidária, que altera a redação dos arts. 41 e 48 da Lei nº 9.096, de 1995, revoga o art. 57 da mesma Lei e dá outras providências, a fim de vedar o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de rádio e televisão aos Partidos que não tenham caráter nacional.

Sessão: 03.03.99

*** Projeto de Lei do Senado nº 188, de 1998**, de iniciativa da Comissão Especial da Reforma Político-Partidária, que dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e estabelece critérios objetivos de distribuição dos recursos no âmbito dos Partidos.

Sessão: 03.03.99

*** Projeto de Lei do Senado nº 189, de 1998**, de iniciativa da Comissão Especial da Reforma Político-Partidária, que altera o art. 9º da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, o art. 88 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1995 e o

art. 18 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, fixando os prazos mínimos de domicílio eleitoral e filiação partidária para o registro de candidatos as eleições.

Sessão: 03.03.99

* **Diversos nº 2, de 1994**, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, informando ao Senado Federal que, em sessão plenária realizada no dia 8 de abril de 1994, deferiu, em parte, por maioria de votos, os mandados de injunção relacionados, a fim de que seja o Congresso Nacional, comunicado da mora em que se encontra para adoção das providências necessárias ao suprimimento da omissão relativamente ao art. 192, § 3º, da Constituição Federal.

Sessão: 05.03.99

* **Diversos nº 42, de 1995**, dos Funcionários Anistiados da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileira - CAEEB, que solicita apoio do Presidente do Senado Federal, no sentido de que possa ser concretizada sua integração no Serviço Público Federal.

Sessão: 05.03.99

* **Requerimento nº 718, de 1995**, do Senador Antonio Carlos Magalhães, que requer, nos termos regimentais, a transcrição nos Anais do Senado Federal, das seguintes matérias publicada no Jornal do Brasil - edição de 7 de maio de 1995 - Título: "Justiça é hoje Poder acima do País" - edição de 8 de maio de 1995 - Título: "Gallotti admite o controle do Judiciário sob condições" - edição de 9 de maio de 1995 - Título: "Nepotismo domina os tribunais brasileiros" - edição de 10 de maio de 1995 - Título: "Lazer de Juiz é pago por quem recorre a Justiça".

Sessão: 09.03.99

* **Requerimento nº 1.270, de 1996**, do Senador José Roberto Arruda, que requer, nos termos regimentais, a transcrição nos Anais do Senado Federal, do editorial do Jornal Folha de São Paulo, de 19 de dezembro de 1996.

Sessão: 09.03.99

* **Requerimento nº 279, de 1997**, do Senador Gilberto Miranda, que requer, nos termos regimentais, seja transcrito no Diário do Senado Federal, o artigo intitulado "Orçamento austero e estabilidade", publicado no Jornal "Folha de São Paulo", edição do dia 20 de abril de 1997, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Sessão: 09.03.99

* Matérias arquivadas no mês de março, que não constaram da resenha daquele mês.

* **Requerimento nº 325, de 1997**, do Senador Ernandes Amorim, que requer, nos termos regimentais, a constituição de Comissão Temporária para avaliar o conteúdo dos fatos objeto do processo COP/4175/96, de autoria da Ordem dos Advogados do Brasil a respeito da invasão da Amazonia por empresas madeireiras asiáticas, apossando-se de forma irregular de milhões de hectares, utilizando-se de prepostos brasileiros.

Sessão: 09.03.99

* **Requerimento nº 343, de 1997**, do Senador Romero Jucá, que requer, nos termos regimentais, o comparecimento perante o Plenário desta Casa, do Ministro Raul Jungmann, do Ministério Extraordinário da Política Fundiária, a fim de prestar informações sobre as denúncias formuladas pela imprensa a respeito dos novos índices propostos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para medir o grau de eficiência e utilização da terra e consequentemente para regular os processos de desapropriações para fins de reforma agrária.

Sessão: 09.03.99

* **Requerimento nº 348, de 1997**, do Senador Francelino Pereira, que requer, nos termos regimentais, a transcrição nos Anais do Senado Federal, do discurso de sua Excelência, o Senhor Presidente da República, na solenidade de abertura do III Foro Empresarial das Américas, em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 15 de maio de 1996.

Sessão: 09.03.99

* **Requerimento nº 367, de 1997**, do Senador Nabor Júnior, que requer, nos termos regimentais, a transcrição nos Anais do Senado Federal, do discurso pronunciado pelo Senador Íris Rezende, por ocasião de sua posse como Ministro da Justiça, em 22 de maio de 1997, no Palácio do Planalto.

Sessão: 09.03.99

* **Requerimento nº 481, de 1997**, da Senadora Marina Silva, que requer, nos termos regimentais, sejam transcritas nos Anais do Senado Federal, as cartas publicadas na edição da Revista "Veja" de 9 de julho de 1997, à página 18, sob o título "Eduardo Martins".

Sessão: 09.03.99

* **Requerimento nº 495, de 1997**, do Senador Ronaldo Cunha Lima, que requer, nos termos regimentais, a transcrição nos Anais do Senado Federal, da

entrevista do Senador José Fogaça, publicada no jornal "O Povo", da Fundação Pedroso Horta, PMDB-RS.

Sessão: 09.03.99

• **Requerimento nº 516, de 1997**, do Senador Gilberto Miranda, que requer, nos termos regimentais, a transcrição nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado "A nova cooperação entre Brasil e Portugal", publicado no jornal "A Folha de São Paulo", edição de 20 de julho de 1997, de autoria de Antônio Guterres, Primeiro-Ministro de Portugal.

Sessão: 09.03.99

• **Requerimento nº 539, de 1997**, do Senador Elcio Alvares, que requer, nos termos regimentais, a transcrição nos Anais da Casa do artigo publicado no Correio Braziliense, edição de 24 de julho de 1997, na coluna do Jornalista Gilberto Amaral, intitulado "Causa e Efeito".

Sessão: 09.03.99

• **Requerimento nº 565, de 1997**, do Senador Eduardo Suplicy e outros, que requer, nos termos regimentais a criação de uma Comissão Temporária composta de 7 (sete) membros, para no prazo de 90 (noventa) dias, realizar um diagnóstico das condições da população brasileira vivendo em estado de miséria e fome, visitando os locais onde é mais grave a situação, segundo os dados reunido pelo IBGE, IPEA e órgãos que fazem levantamento de indicadores sócio-econômicos.

Sessão: 09.03.99

• **Requerimento nº 777, de 1997**, do Senador Freitas Neto, que requer, nos termos regimentais, a transcrição nos Anais do Senado Federal, do texto anexo, de conferência realizada na Academia Piauiense de Letras, no dia 15 de março de 1997, pelo Acadêmico Celso Barros Coelho, na homenagem prestada ao Senador Darcy Ribeiro.

Sessão: 09.03.99

• **Requerimento nº 819, de 1997**, do Senador Pedro Simon, que requer, nos termos regimentais a inclusão em Ordem do Dia, de um voto de louvor ao Jornal Correio do Povo, pelos 102 (cento e dois) anos de sua fundação.

Sessão: 09.03.99

*** Requerimento nº 902 de 1997**, do Senador Jefferson Peres, que requer, nos termos regimentais seja convocado o titular da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Embaixador Celso Silva do Amaral, a fim de prestar esclarecimentos a esta Casa a respeito dos gastos com publicidade oficial.

Sessão: 09.03.99

*** Diversos nº 3, de 1990**, do Presidente do Senado, Senador Nelson Carneiro, solicitando o exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da Questão de Ordem levantada pelo Senador Raimundo Lira, na sessão de 19 de abril, acerca da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

Sessão: 12.03.99

*** Diversos nº 116, de 1995**, do Juiz de Direito Substitutivo da Vara de Execuções Criminais da Justiça do Distrito Federal, encaminhando cópia de sentença, na qual ressalta a desigualdade de tratamento instaurada pela Lei nº 8.072, de 1990, Lei dos Crimes Hediondos, no que se refere a certos crimes militares cometidos em tempo de paz.

Sessão: 12.03.99

*** Diversos nº 37, de 1996**, do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, encaminhando Ofício nº 701, de 1996, do Presidente da Câmara Municipal de Andradina (SP), solicitando a revogação da Lei nº 9.100, de 1995, no que diz respeito a exigência de documento de identidade com foto, além do título de eleitor, no momento da votação.

Sessão: 12.03.99

*** Diversos nº 132, de 1995**, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do inteiro teor do relatório de auditoria realizada na Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social, a fim de servir de subsídio ao Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1993, que reformula a legislação que rege o Sistema de Previdência Complementar.

Sessão: 15.03.99

COMEMORAÇÕES ESPECIAIS REALIZADAS, POR DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO, NA HORA DO EXPEDIENTE

39º Aniversário de Brasília

Sessão: 20.03.99

Dia do Trabalho

Sessão: 29.04.99

OUTRAS DELIBERAÇÕES

Requerimento nº 137, de 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão do dia 20 de abril próximo seja dedicado a homenagear o 39º aniversário de Brasília.

Sessão: 06.04.99

Requerimento nº 138, de 1999, do Senador Luiz Estevão e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do dia 20 de abril próximo seja dedicado a homenagear os 39 anos de inauguração de Brasília.

Sessão: 06.04.99

Requerimento nº 139, de 1999, do Senador Antonio Carlos Magalhães e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, a realização de uma sessão conjunta solene, em data a ser posteriormente marcada, destinada a comemorar o sesquicentenário de nascimento de Rui Barbosa, que transcorrerá no próximo dia 5 de novembro.

Sessão: 06.04.99

Requerimento nº 147, de 1999, do Senador Tião Viana e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do dia 28 de setembro do corrente ano seja dedicado a comemorar o Dia Nacional do Idoso.

Sessão: 08.04.99

Requerimento nº 148, de 1999, do Senador Tião Viana e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do dia 18 de novembro do corrente ano seja destinado a comemorar o 40º aniversário da Declaração dos Direitos da Criança.

Sessão: 08.04.99

Requerimento nº 160, de 1999, do Senador Bernardo Cabral e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 139, de 1999, que, além das homenagens que serão prestadas pelo Congresso Nacional a Rui Barbosa, seja realizado, na cidade de Salvador, um ato público, de caráter nacional, com participação do Congresso Nacional e de entidades da sociedade civil.

Sessão: 13.04.99

Requerimento nº 189, de 1999, do Senador Jefferson Peres e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, que a realização da Sessão Especial do Senado, em memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães, passe a ser sessão conjunta do Congresso Nacional.

Sessão: 23.04.99

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS

(1º a 30 de abril de 1999)

Deliberativas ordinárias 11

Não Deliberativa 8

Total 19

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL

(1º a 30 de abril de 1999)

MATÉRIAS APROVADAS.....23

Proposições aprovadas e enviadas à sanção..... 5

Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados 2

Proposições aprovadas e enviadas à promulgação..... 10

• *Acordos internacionais*.....4

• *Concessão de rádio* 3

• *Operações de crédito*.....3

Mensagens relativas a escolha de Chefes de Missões Diplomáticas 6

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO 48

Matérias retiradas pelo autor..... 2

Matérias declaradas prejudicadas..... 10

Matérias arquivadas 36

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS..... 71**CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Nº DO OFÍCIO	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
OF. SF S/N	Jornalista Murilo Melo Filho	Encaminha um exemplar do Diário do Senado Federal, de 8 do corrente, onde consta publicado às páginas 7529/7533, pronunciamento do Senador Bernardo Cabral, sobre sua eleição para a Academia Brasileira de Letras.
OF. SF/322/99 Sindicância nº 1, de 1999.	Corregedor do Senado Federal	Encaminha notas taquigráficas dos pronunciamentos da Senadora Emília Fernandes e do Senador Osmar Dias proferidos em Plenário, na sessão deliberativa ordinária, realizada dia 8 do corrente mês, dando notícias de atos ilícitos que teriam ocorrido no âmbito desta Casa e de notícias veiculadas pela imprensa, que se referem à Proposta de Emenda à Constituição que tem por objeto a extinção, na Justiça do Trabalho, dos Juizes Clasistas Temporários.

Nº DO OFÍCIO	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
Carta SF s/n	Presidente da Câmara dos Deputados	Encaminha pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy feito na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado realizada em 20 de abril do corrente, quando da apreciação de projetos de decretos legislativos sobre concessão e renovação de concessão de rádio e TV, visando a instalação do Conselho de Comunicação Social.
OF. SGM/216/99	Chefe de Gabinete do Advogado-Geral da União	Encaminha, em atendimento ao Of. nº 191/99, de 23 do corrente, cópia autenticada do processado referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1999 (nº 4.898/99, na Casa de origem), que <i>dispõe sobre a contribuição para o custeio da Previdência Social dos servidores públicos, ativos e inativos, e dos pensionistas do três poderes da União, e dá outras providências.</i>

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

REUNIÕES REALIZADAS
7ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA
DA 50ª LEGISLATURA E
7ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 51ª LEGISLATURA - 1999

REUNIÕES ORDINÁRIAS.....08

REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS.....04

**MATÉRIAS APRECIADAS EM CARÁTER TERMINATIVO
DURANTE A 7ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA
DA 50ª LEGISLATURA E
7ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 51ª LEGISLATURA - 1999**

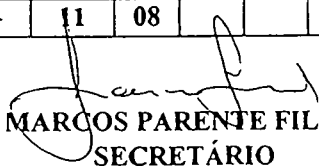
PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO (PDS)	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN/ DEZ
PELA APROVAÇÃO	02	-	07	01									10
TOTAL	02	-	07	01									10

MENSAGENS (MSF)	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN/ DEZ
PELA APROVAÇÃO	07	-	04	05									16
TOTAL	07	-	04	05									16

REQUERIMENTOS (RQS)	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN/ DEZ
PELA APROVAÇÃO	-	-	-	02									02
PELA PREJUDICIALIDADE	-	-	-	01									01
TOTAL	-	-	-	03									03

**QUADRO CONSOLIDADO DOS PARECERES APRECIADOS PELA CRE-
7ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA E
7ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 51ª LEGISLATURA
1999**

PARECERES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN/ DEZ
PELA APROVAÇÃO	02	-	07	03									12
PELA REJEIÇÃO													
POR AUDIÊNCIA A CCJ													
APROVAÇÃO DE INDICAÇÃO DE AUTORIDADES	07	-	04	05									16
POR DILIGÊNCIAS JUNTO A CÂMARA DOS DEPUTADOS													
TOTAL	09	-	11	08									28


MARCOS PARENTE FILHO
SECRETÁRIO

**COMISSÃO
DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
RELATÓRIO DE ATIVIDADES
FEV/ABRIL- 99**

**REUNIÕES CONVOCADAS
E REALIZADAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 51ª LEGISLATURA**

REUNIÕES REALIZADAS

ORDINÁRIAS	7
EXTRAORDINÁRIAS	3
CONJUNTAS	
TOTAL	10

**PARECERES APRECIADOS - 1999
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA**

PROJETOS DE LEI DO SENADO	FEV	MAR	ABR	FEV/ABR
PELA APROVAÇÃO		1	1	2
PELA REJEIÇÃO				
POR AUDIÊNCIA À CCJ				

EMENDAS DA CÂMARA	FEV	MAR	ABR	FEV/ABR
PELA APROVAÇÃO		01		1
TOTAL		01		1

EMENDAS DE PLENÁRIO	FEV	MAR	ABR	FEV/ABR
PELA APROVAÇÃO		1		1
PELA REJEIÇÃO		1		1
TOTAL		2		2

(OFS) OFÍCIO"S"	FEV	MAR	ABR	FEV/ABR
APROVADOS NOS TERMOS DE PRS		1	2	3
TOTAL		1	2	3

(MSF) MENSAGENS	FEV	MAR	ABR	FEV/ABR
APROVADAS NOS TERMOS DE PRS		8	2	10
APROVADAS NOS TERMOS DE PDS			1	1
INDICANDO AUTORIDADES	6	3		9
TOTAL	6	11	3	20

PROJETOS DE LEI DA CÂMARA	FEV	MAR	ABR	FEV/ABR
PELA APROVAÇÃO			2	2
PELA REJEIÇÃO				

QUADRO CONSOLIDADO DOS PARECERES APRECIADOS PELA CAE - 1999
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA

PARECERES	FEV	MAR	ABR	FEV/ABR
PELA APROVAÇÃO		3	4	7
PELA REJEIÇÃO		1		1
PELA PREJUDICIALIDADE POR AUDIÊNCIA À CCJ			1	1
APROVADOS NOS TERMOS DE PRS		9	4	13
APROVADOS NOS TERMOS DE PDS			1	1
POR ORIENTAÇÃO A SEGUIR				
APROVANDO IND. DE AUTORIDADES	6	3		9
TOTAL	6	16	10	32

**SABATINAS, AUDIÊNCIAS, DEPOIMENTOS
E COMPARECIMENTO DE AUTORIDADES REALIZADOS NA CAE NA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA**

DATA	ASSUNTO
26.02.99	MENSAGEM N º 74, DE 1999 NÃO TERMINATIVA Submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Arminio Fraga Neto para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil. Resultado: APROVADA A INDICAÇÃO POR 21 VOTOS FAVORÁVEIS E SEIS CONTRÁRIOS.
26.02.99	MENSAGEM N º 77, DE 1999 NÃO TERMINATIVA Submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Daniel Luiz Gleizer para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. Resultado: APROVADA A INDICAÇÃO POR 24 VOTOS FAVORÁVEIS E 3 CONTRÁRIOS.
26.02.99	MENSAGEM N º 78, DE 1999 NÃO TERMINATIVA Submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Edison Bernardes dos Santos para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. Resultado: APROVADA A INDICAÇÃO POR 24 VOTOS FAVORÁVEIS, 2 CONTRÁRIOS E 1 ABSTENÇÃO.
26.02.99	MENSAGEM N º 79, DE 1999 NÃO TERMINATIVA Submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Luiz Carlos Alvarez para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. Resultado: APROVADA A INDICAÇÃO POR 25 VOTOS FAVORÁVEIS, 1 CONTRÁRIO E 1 ABSTENÇÃO.
26.02.99	MENSAGEM N º 80, DE 1999 NÃO TERMINATIVA Submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor LUIZ FERNANDO FIGUEIREDO para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. Resultado: APROVADA A INDICAÇÃO POR 24 VOTOS FAVORÁVEIS E 3 CONTRÁRIOS.
26.02.99	MENSAGEM N º 81, DE 1999 NÃO TERMINATIVA Submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Sérgio Ribeiro da Costa Werlang para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. Resultado: APROVADA A INDICAÇÃO POR 23 VOTOS FAVORÁVEIS, 3 CONTRÁRIOS E 1 ABSTENÇÃO.
24.03.99	Exposição dos senhores Pedro Malan, Ministro da Fazenda, e Arminio Fraga Neto, Presidente do Banco Central do Brasil, acerca dos termos da revisão do acordo com o Fundo Monetário Internacional, em atendimento ao requerimento nº 08-CAE, de 1999, de autoria do senador Eduardo Suplicy.

**COMISSÃO PARLAMENTAR
MISTA DE INQUÉRITO**

Criada através do Requerimento nº 184, de 1998 – CN "Destinada a apurar as possíveis irregularidades cometidas pelos institutos de pesquisas no levantamento das intenções de voto relacionadas com o pleito eleitoral do dia 4 de outubro corrente, apresentando sugestões com vistas à total lisura dos próximos".

Ata da 1ª reunião realizada em 15-12-98

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de um mil novecentos e noventa e oito, às dezenove horas e trinta minutos, na sala 2 da ala Senador Nilo Coelho, reúnem – se os Senhores Senadores Ademir Andrade, Roberto Requião, Nabor Júnior, Júlio Campos, Ernandes Amorim, Osmar Dias e Emilia Fernandes e os Senhores Deputados Maluly Netto, José Aníbal, Luiz Carlos Hauly, Maria Elvira, Paulo Heslander, Márcio Fortes, Sebastião Madeira e Duílio Pisaneschi membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito "destinada a apurar as possíveis irregularidades cometidas pelos Institutos de Pesquisas no levantamento das intenções de voto relacionadas com o pleito eleitoral do dia 4 de outubro corrente, apresentando sugestões com vistas à total lisura dos próximos". Abertos os trabalhos, assume a Presidência o Senhor Deputado Maluly Netto, que esclarece aos presentes que através do acordo de lideranças ficou estabelecido que ele assumiria a Presidência da Comissão e o Senador Ademir Andrade a Vice – Presidência. E, portanto, na qualidade de Presidente eleito, Sua Excelência informa ao Plenário da designação do Senhor Senador Roberto Requião para ser o Relator da presente Comissão, a quem concede a palavra. O Relator, Senador Roberto Requião, apresenta dois requerimentos, sendo o primeiro, de convocação dos representantes dos Institutos de Pesquisas: IBOPE, DATAFOLHA, BRAS-MARKET e VOX POPULI, para prestarem esclarecimentos à Comissão em data a ser marcada posteriormente e o segundo, requerendo dos citados Institutos o encaminhamento de vários documentos para serem analisados por esta Comissão. A seguir a Presidência acolhe os requerimentos de Sua Excelência e os declara aprovados, determinando a Secretaria que tome as providências necessárias. Antes de encerrar os trabalhos da presente reunião, a Presidência marca a próxima reunião para o dia 06 (seis) de janeiro de mil novecentos e noventa e nove às dez horas. Não havendo nada mais a tratar, en-

cerrou – se a reunião e, para constar, eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata. – **Jorge Maluly Neto**, Deputado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Maluly Netto) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião de instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 184, de 1998 – CN, destinada a apurar as possíveis irregularidades cometidas pelos Institutos de Pesquisa, no levantamento das intenções de voto relacionadas com o pleito eleitoral do dia 4 de outubro corrente, apresentando sugestões com vistas à total lisura dos próximos.

Devo dizer que, por acordo de Lideranças, fomos escolhidos para presidir a presente reunião. O Senador Roberto Requião foi designado para ser o Relator da presente Comissão e o nobre Senador Ademir Andrade, Vice – Presidente desta Comissão, até porque autor do requerimento.

Havendo também acordo e já tendo a maioria de assinaturas, declaro instalada a Comissão, já assumindo esta Presidência, juntamente com o nobre Relator Roberto Requião, como solicitamos à Secretaria que nos dê os assuntos que possam ser despachados já na presente reunião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Maluly Netto) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Tenho alguns requerimentos para fazer à Comissão.

Em primeiro lugar, eu queria requerer, nos termos regimentais, a convocação dos dirigentes dos Institutos de Pesquisa abaixo relacionados, para que prestem informações a esta Comissão Parlamentar de Inquérito: do Ibope, Carlos Augusto Montenegro; do Datafolha, Mauro Francisco Paulino; do Vox Populi, Marco Antonio E. L. S. Coimbra, e do Brasmarc, Ronald Contes.

O SR. PRESIDENTE (Maluly Netto) – V. Exª assine, por favor.

O requerimento de V. Exª é regimental.

Declaro-o aprovado, para que a Secretaria tome as providências.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Segundo requerimento. O envio a esta Comissão, por parte desses Senhores que representam essas empresas de pesquisas, de todos os resultados realizados nas eleições de 1998, em todo o território nacional com

resultados detalhados por municípios e nas cidades de mais de 100 mil por bairros. Além disso, a relação dos patrocinadores de cada pesquisa, cópia de todos os contratos assinados em 1998 com seus respectivos valores reais, lista com os 30 principais clientes, por faturamento, em 1997 e 1998, de cada empresa, cópia do balanço de 1997 e dos balancetes mensais de 1998, descrição da composição societária e diretoria desde 1997, com as respectivas mudanças ocorridas até a presente data, listagem de todas as contas bancárias em todo o território nacional, bem como no exterior, da empresa, dirigentes e sócios majoritários, listagem de todas as linhas telefônicas utilizadas pela empresa, dirigentes e sócios majoritários, inclusive celulares e residenciais.

Identificação dos veículos que, oficialmente, divulgavam as pesquisas de cada Instituto em cada Estado, uma vez que estamos tratando, nesse caso, das eleições estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Maluly Netto) – Da mesma forma da solicitação anterior, o requerimento de V. Ex^a está aprovado; e solicito à Mesa, através de sua Secretaria, que tome as providências que se requer.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, em virtude do recesso e da abertura dos trabalhos do Congresso Nacional, da Câmara e do Senado, agora dia 4 de janeiro, esta Comissão começará a funcionar no dia 5. Portanto, sugiro que a nossa próxima reunião seja dia 6 de janeiro, para a finalidade de marcarmos as datas das oitavas desses representantes dos Institutos convocados, e espero que, já nessa data, tenhamos o material requerido das empresas de pesquisa.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maluly Netto) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Queria dizer da importância do nosso trabalho. Efetivamente, tivemos um pouco de dificuldade hoje, mas a Comissão e todos os seus Membros já assinaram e concordaram com o processo decisório que estamos tomando aqui. Quero apenas, Senador Roberto Requião, sugerir um prazo para a entrega desses dados, porque devemos ouvir os donos desses Institutos de Pesquisa em primeiro lugar, a partir do momento em que tenhamos a possibilidade de estudarmos aquilo que estamos perguntando.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Permita-me, Senador? O prazo fixado no requerimento – não li o cabeçalho – é 31 de dezembro.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Está bom. Creio que é necessário e suficiente. É preciso que a Secretaria cobre realmente o envio das informações até essa data, para que possamos indagar a essas pessoas, já tendo como base os resultados do estudo das informações que eles nos trazem.

O SR. PRESIDENTE (Maluly Netto) – Essas providências serão tomadas. Acato a sugestão de V. Ex^a para que convoquemos a próxima reunião para o dia 06 de janeiro, embora tenha verificado no calendário ser uma quarta-feira. Como primeira reunião, não vejo nenhum problema, mas, no momento de grandes votações, que por certo teremos durante a convocação extraordinária, queria, em contrapartida, fazer uma sugestão à sua sugestão: que façamos essas reuniões, tanto quanto possível, às terças – feiras, que seria uma data de melhor tranquilidade para os trabalhos.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, como temos cerca de vinte dias para concluir a CPI, provavelmente tenhamos que fazer duas, três ou quatro reuniões por semana. Poderíamos utilizar as tardes depois das votações, como fizemos na CPI dos Precatórios, mas vamos, em cima dos fatos concretos e da necessidade...

O SR. PRESIDENTE (Maluly Netto) – Então, vamos estabelecer o segundo *modus faciendi*, vamos estabelecer a velocidade disso de acordo com a agilidade de nossos trabalhos, pode ser na terça, quarta ou quinta e assim por diante. A Secretaria já fica determinada no sentido de que convoque os Srs. Membros da Comissão para a reunião no dia 06 de janeiro, a partir das dez horas da manhã.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h40min.)

Ata da 1ª reunião extraordinária, realizada em 6-1-99

Aos seis dias do mês de janeiro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, às dez horas e vinte minutos, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, reúnem-se os Senhores Senadores Ademir Andrade, Roberto Requião, Nabor Júnior, Artur da Távola, Eduardo Suplicy, Emilia Fernandes, Geraldo Althoff e os Senhores Deputados Maluly Neto, Rita Camata, Marta Suplicy e Márcio Fortes membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito "destinada a apurar as possíveis irregularidades cometidas pelos Institutos de Pesquisas no levantamento das intenções de voto relacionadas com o pleito eleitoral do dia 4 de outubro corrente, apresentando sugestões com vistas à total lisura dos próximos". Abertos os

trabalhos, assume a Presidência o Senhor Deputado Maluly Neto, que lê uma Nota da Presidência, referindo-se a Petição formulada pela ANEP – Associação Nacional das Empresas de Pesquisas, ficando no aguardo do posicionamento da Presidência do Congresso Nacional, quanto a inclusão da CPMI na Pauta da Convocação Extraordinária do Congresso Nacional. O Vice-Presidente, Senador Ademir Andrade explica que, quando do seu Requerimento para a criação da CPMI e de sua conseqüente Instalação, obteve apoio do Senador Antônio Carlos Magalhães e que o mesmo comprometeu-se em incluí-la na Convocação Extraordinária. O Relator, Senador Roberto Requião, de posse da palavra, diz ter certeza de que a presente Comissão será renovada, propondo depoimentos futuros, sobre a influência das Pesquisas através da divulgação dos resultados relativo aos eleitores, estabelecendo a relação entre os Institutos de Pesquisas e seus Clientes Políticos Regionais, citando o exemplo da Empresa Pau Brasil, mencionando o Sr. João Carlos Martins, ex-Presidente da Pau Brasil encontra-se em Nova York, ao tempo em que, deseja estabelecer um exame da contestabilidade estatística possível, devido a falta de censo atualizada em função do deslocamento dos eleitores, e que esses Institutos terceirizam o seu funcionamento, exame estatístico em confronto com o resultado, veracidade da coleta (Empresas Terceirizadas), apresentando também, sugestões Legislativas, quanto a divulgação das Pesquisas, tais como: quando e como deve ser divulgada, de forma a moralização definitiva no País. O Relator, Senador Roberto Requião, diz ser imprescindível a quebra do sigilo bancário e telefônico, oficializando-se logo após a efetivação da presente CPMI e, finalizando suas palavras, reitera a estranheza quanto a atitude dos donos dos Institutos de Pesquisas em frustrar os trabalhos da Comissão, utilizando-se das questões regimentais do Congresso ao invés de desejarem a sua continuidade. A Presidência acolhe integralmente as palavras do Relator, Senador Roberto Requião, entendendo que este é um fato importante, pois, procura-se através da Comissão encontrar caminhos legítimos, uma vez que as Pesquisas apresentam-se de forma distorcida sobre a decisão dos eleitores, às vezes manipulada. A seguir, o Presidente da Comissão concede a palavra a Deputada Marta Suplicy que não somente sente a estranheza por parte dos donos dos Institutos de Pesquisas quando referir-se a inexistência de fato concreto, considerando anti-democrático a postura dos Institutos. Sugere o aprofundamento dos aspectos técnicos, citando o exemplo do método probabilístico puro, também utili-

zado em São Paulo, solicita a convocação do Presidente da SBPM Dr. Júlio Dantas para explanar quanto ao "Código de Ética", e que os Institutos de Pesquisa tem o dever de chamar os veículos de comunicação para divulgarem corretamente. O Relator, Senador Roberto Requião, lembra do CBPA, Empresa Norte-Americana que assessorou os Institutos de Pesquisas, dirigido pelo Sr. Horjan Orze (Sueco), atualmente é Consultor com amplo conhecimento em Legislação dos Mercados de Pesquisa no Mercado Comum Europeu. O Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Artur da Távola que, cumprimenta aos Parlamentares e de antemão aprova a postura do Relator, crê que tal apuração das irregularidades dos Institutos de Pesquisas tem a energia e a clareza propostas pelo Relator. Segundo o Senador Artur da Távola, as questões das Pesquisas é tão grave pela forma que é divulgada, exemplificando a um simples fato da exposição de um quadro estatísticos apresentado na Televisão, acrescentando um ponto percentual, ou curva, ao candidato que encontra-se em primeiro lugar nada tendo a ver com a realidade referindo-se àquele que "dispara" com 3% de margem de erro e induz aos eleitores a votar em quem está à frente, acarretando a desagregação da militância até mesmo involuntária, portanto, considera a presente CPMI é um aprimoramento do Processo Político, estas conhecidas ou desconhecidas vinculadas ou não a Políticos. O Relator, Senador Roberto Requião, coloca que, as Pesquisas são importantes, influenciando não só a opinião pública, como no próprio mercado financeiro, nas estruturas estaduais, nas bases eleitorais e nas estruturas municipais, levando ou não ao sucesso. O Senador Artur da Távola, complementa as palavras do Relator, dizendo que os Institutos de Pesquisas interferem de forma direta com as decisões no Processo Eleitoral, sobretudo nos últimos dias, confundindo a opinião pública ao entrevistar em diversos períodos da eleição o eleitor, explicando a diferença entre: conhecimento, intenção e decisão. São razões muito sérias para tal investigação das técnicas adotadas, diz que a Comissão tem um papel relevante, concordando com a postura da Mesa da Comissão, quanto ao possível funcionamento no período de Convocação Extraordinária e na sua impossibilidade, renovando-a, com seu integral apoio. O Presidente, Deputado Maluly Neto, deixa claro que nenhum membro da Comissão está pré-julgando os Institutos de Pesquisa e sim, reunir-se-ão para ouvir, analisar, sugerir e legislar para propor uma decisão séria a respeito do assunto. O Senador Eduardo Suplicy cumprimenta a Mesa da Comissão, dizendo ser necessário e imprescindível a continuidade dos trabalhos da CPMI quanto a apura-

ção das análises garantindo a isenção e seriedade dos Institutos de Pesquisas e que todas as pessoas que desejam contribuir para uma maior abertura, procurassem a Comissão ou seu Relator, colocando-se de pleno acordo com tudo o que foi acordado na presente reunião. O Presidente, Deputado Maluly Neto, explica ao Senador Eduardo Suplicy que a CPMI encontra-se no aguardo do posicionamento do Presidente do Congresso para inseri-la na Pauta da Convocação ou mesmo requerendo-a para a próxima Legislatura dando andamento aos trabalhos já iniciados. O Vice-Presidente, Senador Ademir Andrade, sugere o nome do Senador Júlio Campos, como convidado a prestar esclarecimentos na Comissão no Período Extraordinário ou na próxima Legislatura. O Senhor Relator, Senador Roberto Requião, no uso da palavra, diz que, para poder legislar faz-se necessário aprofundar conhecimentos da realidade técnica das Pesquisas e que não se deve convocar Técnicos ou Diretores dos Institutos de Pesquisas para serem ouvidos, ressalvadas às solicitações por outros membros da Comissão, e sim, a convocação dos Titulares dos Institutos de Pesquisas, para serem ouvidos, pois são eles que detêm o poder decisório. O Presidente, Deputado Maluly Neto, solicita à secretaria o registro da solicitação da Deputada Marta Suplicy, quanto ao seu requerimento e no momento oportuno será lido. Não havendo nada mais a tratar, encerrou-se a reunião e, para constar, eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata. — **Jorge Maluly Neto**, Deputado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Maluly Netto) — Havendo número legal, declaro abertos os trabalhos desta Comissão.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, estamos dando início a uma reunião informal da Comissão, porque existem problemas regimentais para a instalação desta Comissão. Diante desse fato, a Presidência, com a anuência do Sr. Relator e do Sr. Vice-Presidente, distribui esta nota, que passo a ler.

Esta Presidência tomou conhecimento da petição formulada pela ANEP — Associação Nacional das Empresas de Pesquisas, dirigida ao Ex^{ma} Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães, requerendo "a extinção e o 'respectivo' arquivamento desta Comissão pelos argumentos expedidos na referida petição".

Diante do exposto e de acordo com os Ex^{mas} Senadores Roberto Requião e Ademir Andrade, respectivamente Relator e Vice-Presidente, aguardare-

mos o pronunciamento final da Presidência do Congresso Nacional.

Explicitando: o problema regimental desta Comissão, que foi instalada em tempo hábil, no dia 15 de dezembro, ainda em plena vigência da legislatura, deveria ter sido prorrogada; e, para que ela tivesse continuidade legítima — regimentalmente falando —, ela deveria ter sido inserida na pauta da convocação extraordinária. Ainda não o foi; poderá sê-lo.

Enquanto esse fato, que define a possibilidade do prosseguimento desta Comissão, não tem uma solução, não temos como, oficialmente, dar continuidade à realização dos nossos trabalhos. Diante disso, estamos expedindo esta nota, pois estamos aguardando a decisão ou o pronunciamento do Sr. Presidente do Congresso Nacional, que tem legitimidade de colocar ou não a matéria na pauta da Comissão.

Ainda hoje faremos uma reunião informal, onde poderemos enfocar os problemas e fazer uma possível pauta dos nossos trabalhos — se é que a Comissão terá continuidade.

Diante dessa posição da Presidência, concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Roberto Requião, para que, informalmente, S. Ex^a oriente os trabalhos da Comissão.

O SR. ADEMIR ANDRADE — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maluly Netto) — Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ADEMIR ANDRADE — Só para fazer uma afirmação à Comissão.

As Lideranças de vários partidos, inclusive da Câmara, pensaram em uma comissão mista. Quando isso ocorreu, conversamos com o Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães. S. Ex^a assumiu conosco o compromisso de que incluiria a comissão na convocação extraordinária. Repetiu várias vezes esse compromisso, inclusive nos ajudou a instalar a comissão, porque nem todos os partidos indicaram os membros. A nosso pedido, S. Ex^a o fez e indicou os membros. Posteriormente, obrigou os partidos a, digamos assim, fazerem as substituições dos nomes indicados pelo Presidente. Portanto, creio que há o compromisso do Senador Antonio Carlos Magalhães. Por último, ontem, à tarde, o Senador Eduardo Suplicy e eu conversamos com S. Ex^a, que nos informou que estava providenciando incluir a comissão na convocação extraordinária; pediu também que nós nos reuníssemos informalmente para tratarmos dos trabalhos. Era isso o que eu queria dizer, porque ontem V. Ex^a

não participou da conversa que tivemos com S. Ex^a. Quero deixar esse registro.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Não tenho dúvida, Sr. Presidente e Sr. Vice-Presidente, de que a Comissão será instalada. O que me causa estranheza é o pânico absolutamente injustificável das empresas de pesquisa, que, no momento, deveriam estar insistindo para que a CPI se instalasse, uma vez que, no mínimo, se espera que elas tenham confiança nos seus procedimentos e nos resultados que anunciaram dentro do processo eleitoral.

A Comissão Parlamentar de Inquérito, sem a menor sombra de dúvida, iria ou irá dirimir qualquer posição, Sr^s e Srs. Parlamentares, menos concreta, menos correta a respeito da utilidade, da precisão das pesquisas de opinião.

Pretendemos aprovar uma pauta que, ao mesmo tempo em que vai investigar a possibilidade de manipulação pelos institutos de pesquisa, investigará a possibilidade de manipulação na divulgação das pesquisas, porque isso pode ser feito de uma forma em que se apresente um resultado não-verdadeiro apenas não se levando em consideração os intervalos de erro.

Por exemplo, uma pesquisa que tenha possibilidade de erro de quatro pontos e que apresenta um candidato como doze, através da veiculação pela imprensa, deveria, tecnicamente, apresentar a probabilidade de votação do candidato com uma margem de erro de quatro pontos num intervalo entre oito e dezesseis pontos e nunca um número absoluto como doze, porque esse número, de certa forma, faz com que o intervalo desapareça e a opinião pública encare o número doze como o número verdadeiro, quando, na verdade, temos um intervalo entre oito e dezesseis. Mas queremos fazer uma análise sob o ponto de vista técnico e tomar providências para que as pesquisas não possam influir, de forma negativa ou positiva, no processo eleitoral.

Nesta reunião informal, uma vez que temos certeza de que a Comissão se instalará e mais certeza temos ainda de que ela será renovada na próxima Legislatura se não conseguirmos aprofundar o assunto, a proposta de encaminhamento dos trabalhos é a seguinte: em primeiro lugar, vamos procurar depoimentos sobre a influência das pesquisas, através da sua divulgação, nos resultados eleitorais. Existem trabalhos escritos a respeito disso, existem estatísticos que estudaram o assunto, e pretendemos trazer uns ou outros ao conhecimento da Comissão, para a formação de um juízo.

Queremos estabelecer a relação entre os institutos de pesquisa e seus clientes políticos ou institu-

cionais, como, por exemplo, numa eleição passada, aquela que ocorreu com um instituto que se organizou em São Paulo, o Pau-Brasil, que contratava o Ibope para fazer determinado tipo de pesquisa e, ao mesmo tempo, patrocinava um candidato à prefeitura municipal. Temos já uma proposta de depoimento do Sr. João Carlos Martins, ex-Presidente da Pau-Brasil em São Paulo, que se encontra em Nova Iorque, mas que, atendendo à qualquer pedido da Comissão, deslocar-se-á ao Brasil para prestar depoimento sobre sua participação e a relação do seu instituto com o Ibope. É uma iniciativa extremamente interessante do Sr. João Carlos Martins.

Queremos estabelecer um exame da contestabilidade possível nas pesquisas: bases estatísticas, universos pesquisados e possibilidade de erros em função dos universos pesquisados. Por exemplo, pela falta de recenseamentos eleitorais, podemos chegar a distorções muito grandes no processo de pesquisa, porque a base pesquisada não terá fidelidade com aquela existente, em função do deslocamento dos eleitores.

Queremos levantar as pesquisas por município e, desde já, queremos a relação dos pesquisadores em cada um deles e em cada Estado. Esses institutos substabelecem, terceirizam seus levantamentos.

Queremos saber quem são as empresas terceirizadas e, nessas empresas, quem são os pesquisadores, porque podemos, por amostragem, também ouvi-los.

Queremos viabilizar um exame técnico da realização das pesquisas. Essa é a síntese desta exposição, deste item. Um exame estatístico dos resultados das pesquisas em confronto com os números apresentados na eleição; estudo de metodologia, de etapas, de eficiência, de forma de tabulação e veracidade da coleta – o que tem uma relação direta com o levantamento das empresas terceirizadas e dos pesquisadores. E queremos terminar esta Comissão Parlamentar de Inquérito com sugestões legislativas: divulgação das pesquisas – se elas devem ser divulgadas e como e quando devem ser divulgadas. Se elas podem, por exemplo, continuar sendo divulgadas com números absolutos, deixando-se de lado os intervalos e provocando-se distorções como as que citei quando exemplifiquei o caso de uma pesquisa que apresenta um resultado de 12 pontos para um determinado candidato, mas com uma margem de erro de 4. Esses 12 pontos significam um intervalo entre 8 e 16, o que não dá média, mas dá margem. Queremos estudar o disciplinamento das pesquisas e da divulgação; queremos estabelecer ou não, de-

pendendo das conclusões da Comissão, punição para pesquisas erradas ou fraudadas. A essas conclusões, evidentemente, a Comissão só poderá chegar depois de realizado o levantamento.

Entendo imprescindível que viabilizemos, na primeira reunião oficial, a quebra do sigilo bancário e do sigilo telefônico das empresas pesquisadoras e dos seus diretores, para que saibamos realmente com quem as empresas se comunicavam durante o período eleitoral. Esta é a proposta de trabalho que apresento.

Na primeira reunião da Legislatura passada – estamos agora no período extraordinário –, fizemos a requisição de alguns documentos. Recebemos quase todos eles, mas não recebemos, por exemplo, o número de pesquisas realizadas em cada município, para termos uma idéia do peso ponderado que as empresas atribuíram às pesquisas feitas em cada base regional.

Então, eu estaria reiterando agora, para que oficializássemos na primeira reunião depois da inclusão na convocação extraordinária, essa exigência: onde foram feitas as pesquisas e quantas pesquisas em cada município, o que é fundamental para nós termos uma idéia do acerto ou da distorção, proposital ou não, espontânea ou não, dos resultados das pesquisas eleitorais; a grande possibilidade de manipulação, o não sorteio ou a escolha de bases eleitorais que dariam um determinado resultado. E como se pressupõe que a base pesquisada foi sorteada, os próprios Tribunais Eleitorais não teriam nenhuma condição de fazer um exame do acerto ou do erro das pesquisas.

Penso que isso nos levará, também, a providências – se optarmos pela continuidade da divulgação das pesquisas eleitorais – para evitar que essas coisas ocorram.

Um dado específico do Paraná. Pedi ao Data-Folha, no Paraná, como Presidente do meu Partido, o PMDB, o resultado e o relatório das suas pesquisas eleitorais. Eles me mandaram os relatórios, mas sempre alegaram que a Lei Eleitoral não determinava que dissessem onde tinham feito as pesquisas. E isso me deixava sem nenhuma condição de cotejá-las, por exemplo, com uma segunda pesquisa, feita por um segundo ou um terceiro instituto. Então, são questões técnicas, não são só as que dizem respeito à possibilidade da manipulação, da compra, que têm que ser abordadas por uma Comissão Parlamentar de Inquérito que queira ter uma conclusão que se consubstancie numa proposta legislativa de moralização definitiva do processo de pesquisa eleitoral no País.

Estive dando uma olhada preliminar em legislações de pesquisa de outros países e cheguei a uma conclusão, também preliminar, de que as pesquisas eleitorais são instrumentos de informação dos partidos. A divulgação das pesquisas eleitorais não é permitida, por exemplo, nos países, ou na maioria deles, que compõem o Mercado Comum Europeu. As pesquisas são instrumentos de orientação de quem as contrata mas não são nunca utilizadas para a divulgação que pode influir no processo eleitoral.

Há um consenso entre todos os pesquisadores, que preliminarmente essa relatoria consultou, que 20% dos eleitores decidem o voto nos últimos momentos, e que essa decisão tem muito a ver com os resultados colocados pelas pesquisas eleitorais.

Há outros exemplos fáticos do processo eleitoral brasileiro que surgiram agora, principalmente no processo reeleitoral, em que candidatos Governadores procuraram Prefeitos com pesquisas eleitorais excepcionais nas mãos dizendo: "Olha, já ganhamos a eleição; não há por que você insistir em apoiar um candidato perdedor. Vamos fazer um acordo. E esse acordo será feito em cima de um compromisso de atendimento de reivindicações". Em alguns casos, isso foi consubstanciado num protocolo de intenções, uma vez que os Governadores não podiam mais fazer convênios. E nós temos aí a utilização da pesquisa na indução da mudança de opinião de um líder local, com a consequente utilização, a partir do momento desse protocolo de intenções, da máquina municipal para influir na decisão de um processo eleitoral.

Como vemos, existem aspectos técnicos que dizem respeito aos intervalos, existem aspectos técnicos que dizem respeito à pesquisa tipo **flash** e à pesquisa de amostragem, à utilização de telefone – e a utilização de telefone na história das pesquisas eleitorais, no mundo, nos dá o maior exemplo de erro numa eleição americana, do Presidente Herbert Clark Hoover, em que o telefone foi utilizado e a vitória do candidato foi anunciada com uma margem fantástica, e não havia erro e nem má fé. Simplesmente os donos de telefone nos Estados Unidos, naquele momento, consistiam num segmento eleitoral da sociedade que não tinha nada a ver com a opinião do grande conjunto dos eleitores. Nós tivemos erros enormes de pesquisas na eleição francesa e na eleição inglesa. Então, esse problema não é só das distorções ocorridas no processo eleitoral brasileiro, mas é o próprio processo de distorções e probabilidades de distorções, inclusive por erros técnicos e erros de base pesquisada no mundo inteiro. É uma CPI extremamente interessante.

Para finalizar, reitero a minha estranheza da atitude desesperada dos donos de empresas de pesquisas que, ao invés de estarem insistindo para que a CPI se instalasse e eles, com toda a clareza, pudessem mostrar a seriedade dos seus trabalhos, estejam tentando frustrar o Congresso por questões regimentais. Mas, como disse o Senador Ademir Andrade, esta é uma reunião preparatória e nós temos – ou, pelo menos, os Senadores Ademir Andrade e Eduardo Suplicy têm – o compromisso do Presidente do Congresso Nacional de, num adendo à Convocação Extraordinária, incluí-la nesse período para que comecemos essas investigações.

A proposta foi apresentada e eu gostaria que, mesmo informalmente, fosse discutida, aprovada, modificada...

O SR. PRESIDENTE (Maluly Netto) – Sr. Relator, a Presidência acolhe por inteiro a sugestão de V. Ex^a. Esta Presidência entende também que esse é um fato da maior importância, que precisa ser investigado, e esta Comissão, esta Casa e o Congresso Nacional precisam tomar conhecimento, por inteiro, das possíveis irregularidades, conforme consta do requerimento do Senador Ademir Andrade. Ninguém está fazendo uma inquisição, ninguém está fazendo um prejulgamento. O que vai ser possível – tenho certeza que será, de acordo com a sugestão de V. Ex^a – é encontrarmos caminhos legítimos para moralizar essas pesquisas que, muitas vezes, como aqui já foi dito, se apresentam de uma forma distorcida para um determinado instante e para instantes diferentes.

Todos nós, que exercemos a vida pública em busca do voto, sabemos da influência que essas pesquisas têm sobre a decisão do eleitor. Ora, o que não pode é uma pesquisa, às vezes manipulada, influenciar numa decisão, o que tem sérias consequências.

O que esta Comissão pretende, no meu entendimento – não sei se a relatoria pensa da mesma forma –, é encontrar caminhos legítimos, conforme propõe V. Ex^a, para legislar e, legislando, punir com severidade aqueles que tentem manipular as decisões eleitorais. De forma que acolhemos essa sugestão e, havendo a existência legal da Comissão, dar-lhe-emos prosseguimento.

V. Ex^a havia pedido a palavra, Deputada? (Pausa.)

Tem V. Ex^a a palavra. Desculpe-me, por não ter percebido sua intenção.

A SRA. MARTA SUP LICY – Gostaria de dizer que não sinto somente estranheza, como disse o

Senador Requião, frente o papel dos institutos de pesquisa, em relação ao Senado, pedindo para que esta CPI não ocorra. Fico muito indignada, porque a palavra que me ocorreu quando soube disso foi esquisita e, como psicanalista, fez-me pensar: "Por que estou pensando nesta palavra?". Ela é muito usada no Nordeste: enxeridos. Por que eles têm que vir, agora, intrometer-se aqui, quando já tínhamos colocado a necessidade desta comissão? O que me ocorreu, depois, foi que eles não são bem enxeridos, mas petulantes, porque houve uma gritaria, no País, com relação às pesquisas. Então, é de uma petulância extraordinária dizer-se ao Presidente do Congresso Nacional, agora, que não existe um fato concreto. Como não existe um fato concreto? Existe, aqui, uma candidata que foi derrotada por causa das pesquisas, existem centenas de candidatos, no País, e centenas de eleitores muito desagradados com o que aconteceu, e que querem uma satisfação.

É absolutamente antidemocrática essa postura dos institutos. Espero que o Senador Antonio Carlos Magalhães sinta também desta forma, ou seja, sinta que os eleitores e os candidatos têm o direito de saber o que aconteceu.

A outra questão que me ocorreu é que eles são muito medrosos e que quem não deve não teme. Então, provavelmente, estão medrosos porque fizeram coisa errada, sim.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Deputada, apenas um parêntese.

O requerimento da Associação Nacional do Instituto de Pesquisa levanta dois fatos. Um é a inexistência de fato concreto.

A SRA. MARTA SUP LICY – Imagine.

O SR. PRESIDENTE (Maluly Netto) – Determinado.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O outro é a não inclusão no período extraordinário.

O Relator e o Presidente, de comum acordo, não levaram nem em consideração a primeira alegação, que é a inexistência de fato concreto. No entanto, tecnicamente, enquanto ela não for incluída no período extraordinário, não temos condições de funcionar.

O SR. PRESIDENTE (Maluly Netto) – Nobre Deputada, queria apenas reiterar o que disse o nobre Senador Requião. O problema que eles questionam é que para a criação de uma Comissão de Inquérito tem que haver um fato determinado, certo.

Isso, para nós aqui, não existe, porque o fato é determinado, sim.

A SRA. MARTA SUP LICY – É claro que é!

O SR. PRESIDENTE (Maluly Netto) – O fato são as irregularidades dos institutos de pesquisa; quer dizer, não se trata do problema havido em Belém, não. Vamos fazer uma análise geral.

A SRA. MARTA SUPLYCY – Foi muito bom saber que essa alegação não teve acolhimento, porque aí seria ridículo.

O SR. PRESIDENTE (Maluly Netto) – Não, não teve. Sobre esse aspecto, a Presidência, a Relatoria e a Vice-Presidência têm um entendimento legal.

Com relação ao outro problema, no entanto, é regimental, legal, que não teremos condições de fazê-lo.

A SRA. MARTA SUPLYCY – Gostaria de fazer algumas observações a respeito da proposta do nobre Relator.

Acho que o aspecto técnico das pesquisas deverá ser um dos quais em que mais nos devemos aprofundar mais, porque – tive ocasião de ler algumas das pesquisas em relação ao meu Estado –, por exemplo, em relação a São Paulo, a pesquisa de campo foi realizada cinco dias antes da eleição – não se realiza uma pesquisa de campo durante cinco dias antes da eleição, porque vai resultar em uma média completamente falsa do primeiro dia ao quinto dia. Então, tudo isso, esses detalhes técnicos, têm que ser trazidos, assim como, por exemplo, uma questão que considero importante, abordada inclusive pelo Senador, que é o método probabilístico puro de amostragem que foi utilizado, porque isso, não só em relação às cidades escolhidas – isso é vital: se uma cidade em que se sabe que não se tem um bom eleitorado é escolhida, tem-se um viés na pesquisa inteira –, mas também há detalhes que eu, não entendendo nada de pesquisa, pois não sou dessa área, passei a conhecer. Por exemplo: sorteia-se a cidade, o bairro, o quarteirão, depois é sorteada a casa, faz-se a lista de pessoas que estão na casa e daí sorteia-se uma das pessoas; pelo método puro, se a pessoa sorteada não está em casa quando o entrevistador for conversar com ela, ele tem que ir mais duas vezes até passar para outra casa. Como, muitas vezes, eles fazem economia no processo – aí é uma coisa de economia, não é uma coisa de malandragem –, eles passam para a casa do lado ou entrevistam quem estiver na casa. Porém, quem está de tarde em casa não é, muitas vezes, quem está de noite, que sai para trabalhar e tem outro voto! Então, acaba se enviesando totalmente a pesquisa. Temos que apurar isso tudo. Portanto, seria muito bom se esta comissão criasse critérios para que pudéssemos ter direito de exigí-los, e que sejam

respeitados, porque os critérios existem, mas eles não os respeitam.

A outra questão, que considero muito importante, é convocarmos o Presidente da SBPM, que é a Sociedade Brasileira de Pesquisa de Mercado, Sr. Júlio Tannus, porque eles têm um código de ética muito bem feito. Mas esse código é obedecido, ou não? Nessa questão do código de ética, está muito claro que quando uma pesquisa é veiculada de forma inadequada, o instituto responsável tem que se pronunciar contrariamente imediatamente. Vi, muitas vezes, alguns jornais que colocavam comparações entre um candidato e outro, deixando de fora outro que, tecnicamente, na margem de erro da própria pesquisa, deveria estar sendo comparado também; não deveria estar fora do jogo – e não era. Eles podem dizer: "Bom, isso é o uso que o jornal fez da nossa pesquisa." Não é. Pelo código de ética, o instituto de pesquisa tem o dever de chamar a atenção daquele órgão de veiculação e pedir que a pesquisa seja veiculada de forma correta.

Dessa forma, penso que seria interessante, para termos esses parâmetros claros, que esse senhor fosse convocado para nos dar o parâmetro de como temos que começar.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Deputada, existe um instituto de pesquisa, o CBPA, inclusive creio que assessora a Presidência da República, assessorou-me quando eu era Governador do Estado do Paraná. Na minha opinião, se não é o melhor, é um dos melhores institutos de pesquisa do Brasil. O contrato da CBPA estabelece uma cláusula que proíbe a publicação da pesquisa. É um instituto dirigido pelo Orjam Olsen, que já foi diretor de pesquisa do Ibope um tempo atrás, é um sueco; era uma associação entre norte-americanos e esse sueco, que funcionava em São Paulo. Hoje, o Orjam saiu do instituto e é consultor. Uma das pessoas que eu, como Relator, gostaria de escutar, porque é um técnico de extraordinária competência, é exatamente esse cidadão, Sr. Orjam Olsen, que tem um conhecimento muito grande da legislação, da utilização de pesquisas nos países do Mercado Comum Europeu.

O SR. PRESIDENTE (Maluly Netto) – Nobre Deputada, já que a senhora citou esse instituto de pesquisa mercadológica, gostaria de dizer que não é só em termos eleitorais; em termos mercadológicos, há muita manipulação também.

A SRA. MARTA SUPLYCY – Inclusive, o próprio Sílvio Santos reclama muito de ser o Ibope um boicote à TV Educativa e à cultura também. Se é verdade ou não, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Maluly Netto) – Não sei, aí é para definir. Estamos analisando os institutos de pesquisa em função dos problemas eleitorais, mas se, amanhã, se quiser procurar, há muito mais problema desse outro lado que do lado da pesquisa.

Algum dos Senhores pretende usar da palavra?

Com a palavra o Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} Senadoras e Deputadas, Srs. Senadores e Deputados, quero de antemão aprovar as sugestões do Senador Roberto Requião, porque elas parecem corretas. Posso não concordar com o tom de S. Ex^a, pois o tom de S. Ex^a, em geral, analisa julgando. Mas faz parte de seu temperamento, o que em nada impede a exaço do seu comportamento.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Falarei em fá menor daqui para diante.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Embora caiba a uma comissão apurar os fatos, creio que essa apuração tem que ter a energia e a clareza que a proposta de trabalho do Senador sugere.

Eu apenas gostaria de agregar um ponto que me parece essencial. A meu juízo, no processo eleitoral, é tão grave a questão das pesquisas como a forma pela qual são divulgadas. E a forma pela qual são divulgadas merece estudos, reparos, até para aperfeiçoar o processo, já que muitas vezes um simples quadro estatístico numa tela de televisão, em que a porcentagem de um ou dois pontos é ampliada, para efeitos do gráfico, induz a curvas ascendentes e a curvas descendentes, que, na realidade, nada tem a ver com a curva ascendente e a curva descendente real. E muitas vezes também a própria forma de divulgar, por inadvertência ou manipulação, quando usa, por exemplo, as seguintes palavras: "fulano despenca", "fulano dispara". Entre o "dispara" e o "despenca", muitas vezes com dois ou três pontos, há um intervalo de erro. E, muitas vezes, quando há a hipótese de manipulação, esse "despenca" e esse "dispara" estão dentro de um completo rigor técnico, porque estão dentro dos 3% da margem de erro. Basta que 3% da margem de erro sejam colocados para cima e do outro candidato para baixo, que teremos aí 6 pontos, que, muitas vezes, caracterizam o "dispara" e o "despenca".

Então essa forma, por inadvertência, por mau uso, por esperteza – cada um aplicará o juízo que considerar válido; a meu ver todos estão aí imbricados –, tem uma interferência direta no processo eleitoral. Em primeiro lugar, ela conduz pessoas que gostam de votar no vencedor – por exemplo, é uma

margem considerável – ao voto. Em segundo lugar – os institutos, os partidos e os políticos sabem disso –, ela promove uma **débacle** completa nas campanhas, um desânimo, uma desestruturação interna, levando a militância muitas vezes a desagregações graves, e, portanto, existe, sim, a interferência, ainda quando involuntária.

Creio que este é o espírito que anima esta comissão, daí a sua oportunidade, porque nisso está o ensejo de aprimoramento do processo político, mais até do que o julgamento das próprias empresas de pesquisa. Essas, honradas, recentes, incertas, conhecidas, desconhecidas, vinculadas a candidatos, vinculadas a emissoras e a candidatos, independentes, ou, como citou o Senador, que apenas fazem a pesquisa impondo a sua não divulgação como regra fundamental, há de toda ordem; portanto, não podemos generalizar.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Senador, V. Ex^a permitiria uma complementação?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Pois não.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – A influência de pesquisa é tão grande que ela é admitida francamente no mercado financeiro. Alguém diria: "mas uma eleição não é um mercado financeiro". É, sim. Existem apostas. No momento em que não temos financiamento público das campanhas, há apostas de grupos empresariais em determinados candidatos. Existem intenções de contribuições que são imediatamente retiradas na perspectiva de uma derrota.

Então, a influência não é somente direta sobre a opinião pública na divulgação, mas fundamentalmente esta influência na militância partidária, nas bases eleitorais, nas estruturas municipais, prefeitos que aderem ou não, no caso de uma eleição estadual; nas estruturas estaduais, no caso de uma eleição presidencial. Essa influência existe concretamente, e ela é tão grande quanto a que há no mercado. Quando o mercado está nervoso e sensível, uma notícia sobre a queda do preço da ação de determinada empresa pode levar a Bolsa à bancarrota; da mesma forma notícias plantadas, verídicas ou não, levam ao sucesso ou insucesso eleitoral, ou pelo menos contribui, de forma muito consistente, para isso.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Claro. E há também um outro panorama dentro disso: aí não estão exclusivamente os momentos decisórios das campanhas, justamente as fases em que as pesquisas não são julgadas, as fases de estabelecimentos de candidaturas ou de levantamento de nomes que possam concorrer às eleições majoritárias. A manipulação

realmente é muito grande até porque não estão sobre as pesquisas suspeitas a opinião pública nem a fiscalização da Justiça Eleitoral.

Nesse particular, posso lhes dizer da minha experiência: não acho que é assim, eu sei que é assim ou sei que em muitos casos é assim. Ocorre interferência direta em decisões de convenções partidárias apenas com a idéia de que determinado candidato tem melhores condições de enfrentar o pleito, quando todos sabemos que a decisão do processo eleitoral dá-se sobretudo nos últimos 15 dias antes do pleito.

E aqui há também um outro ponto que precisa ser bem esclarecido: quando a pesquisa de flagrante dá como certo, com segurança científica, um determinado resultado, muitas vezes ela está a confundir para a opinião pública alguns pontos que nunca ficam claros. Quando alguém é entrevistado e manifesta sua opinião, a pessoa pode estar a manifestar exclusivamente o conhecimento do nome de um candidato – isso acontece 2 a 3 meses antes da eleição. Em segundo lugar, a pessoa pode estar a manifestar a intenção de votar naquele candidato; e, em terceiro lugar – e isso só se dá no final da campanha –, está presente a decisão de votar no candidato.

Portanto, conhecimento do nome, intenção e decisão, etapas absolutamente distintas do processo da formação de convicção do eleitor são dadas como elemento probante da tendência do eleitorado. E, portanto, essa confusão, ainda que em pesquisas tecnicamente corretas, se presta à manipulação, se presta à interferência no processo eleitoral.

Essas razões são muito sérias. Desejamos aperfeiçoar o processo democrático e aprofundar o sentido da eleição, por isso a Comissão tem um papel relevante, e não como está sendo visto pelas empresas, a meu ver, erradamente. Segundo estas, a sua finalidade seria punitiva, haveria uma escalada vingativa em relação aos seus desígnios.

Por todas essas razões, desejo concordar com a postura da Mesa no sentido de que façamos todos os esforços necessários para que a Comissão funcione nesse período, diferentemente do que solicitaram os senhores representantes das empresas de pesquisa; e, caso não venha a ter **quorum**, ou tenha dificuldades, porque nos falta 1 mês propriamente de mandato, que ela seja renovada, e, desde logo, em qualquer hipótese, contará com a minha assinatura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maluly Netto) – Complementando as palavras do Senador Artur da Távola, quero que fique claro que esta presidência, e, tam-

bém, tenho certeza, a relatoria e a vice-presidência estamos isentos, não estamos partindo de nenhum prejulgamento. Quero que fique claro que a intenção desta Comissão, no que tange à presidência, é realmente ouvir, analisar, sugerir e legislar para que os abusos, as fraudes ou as incompreensões deixem de existir ou pelo menos sejam diminuídas com uma legislação séria.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Não há nenhuma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Maluly Netto) – É dentro desse pensamento que a Presidência desta Comissão vai trabalhar.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, como suplente desta Comissão espero poder colaborar com a mesma.

Também gostaria de cumprimentar a Mesa, que tem V. Ex^a como Presidente, Deputado Maluly Netto, sobretudo por ter V. Ex^a a intenção de, com toda isenção, realizar um trabalho o mais eficaz possível em curto espaço de tempo, ou seja, até 31 de janeiro. Tenho certeza – em função de tudo o que levou o Senador Ademir Andrade a obter de seus Colegas o apoio de mais de um terço de assinaturas, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados – da necessidade imprescindível de levarmos adiante a apuração dos métodos, análises e divulgação dos resultados por parte dos institutos de pesquisa de opinião.

Sr. Presidente, Deputado Maluly Netto, tenho certeza de que estando V. Ex^a à frente desta Comissão, como seu Presidente, e sendo Relator o Senador Roberto Requião, teremos garantia da eficácia, da isenção e da seriedade dos trabalhos. O Senador Roberto Requião demonstrou isso como Relator da CPI dos Precatórios Judiciais. Assim, qualquer pessoa que queira contribuir para que as pesquisas de opinião realizem um trabalho isento neste País deverá, inclusive, ter um diálogo altamente construtivo com esta Comissão e com o próprio Relator, Senador Roberto Requião, o que é uma garantia para o Congresso Nacional e para os brasileiros.

Sr. Presidente, tendo tido conhecimento dos planos e do acatamento das sugestões aqui apresentadas pelos membros desta CPI, quero dizer que estou de pleno acordo e confiante nos trabalhos já expostos pelo Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Maluly Netto) – Senador Eduardo Suplicy, gostaria de – V. Ex^a não ainda havia chegado – cumprimentá-lo e elogiar o esforço de

V. Exª e o do Senador Ademir Andrade para que esta Comissão tivesse os seus trabalhos incluídos na pauta da convocação extraordinária. Mas, como ainda não houve um pronunciamento do Presidente do Congresso Nacional, estamos fazendo uma reunião informal, aguardando uma decisão do Senador Antonio Carlos Magalhães. Caso S. Exª decida pela continuidade, iremos prosseguir celeremente, ou se isso não acontecer, creio que a importância desta Comissão há de nos exigir que, na próxima legislatura, recomendemos o reexame desta matéria regimentalmente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Sr. Presidente, entendo que devemos ser comedidos nos nossos trabalhos.

Veja bem, Senador Artur da Távola, que eu gostaria de ver como os nossos institutos de pesquisas vão justificar o que aconteceu em 1998. Conhecimento, concretamente, talvez uns vinte casos de situações absurdas. Entre elas, uma em que os institutos vincularam-se a candidatos diferentes, caso do Pará, em que o Brasmarket servia ao candidato Jader Barbalho e o Ibope ao atual Governador Almir Gabriel; cada um desses institutos, fazendo pesquisas em datas idênticas, dava resultados completamente diversos, com diferenças que chegavam a dezesseis pontos percentuais entre um e outro. Quero, portanto, saber como vão justificar isso.

Nos Estados menores ou nos mais afastados do nosso País, como o Estado do Amazonas, às vésperas da eleição, a diferença entre dois institutos a serviço de um mesmo candidato, entre o que foi apresentado no dia da eleição e o real, chegou a 22 pontos percentuais.

De certa forma, há um sentimento de impunidade em pessoas desses institutos.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Gostaria de colocar um aspecto: V. Exª fala como se eu estivesse a defender os institutos.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Não. Muito pelo contrário! Estou só dizendo porque todos estamos preocupados em não julgar antecipadamente.

Quero concluir dizendo que eu gostaria também de sugerir a convocação, entre as pessoas que vão depor nesta Comissão, do próprio Senador Júlio Campos, porque há interesse pessoal, ele é membro da Comissão e foi candidato a governador. Há uma conversa gravada entre ele e o Carlos Montenegro, que foi, inclusive, tornada pública. Por isso, eu gostaria de incluí-lo também entre os convidados a prestarem

os esclarecimentos nesta Comissão. Espero que, mesmo que não consigamos, façamos um esforço para concluir os trabalhos. Mas, se não conseguirmos, que haja o compromisso de todos nós de darmos continuidade à matéria na legislatura seguinte.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Senador Ademir Andrade, penso que o nosso maestro aqui, em termos de tom, será o nosso morigerado Paulo Alberto Artur da Távola.

A corrupção, no processo de pesquisa eleitoral, como V. Exª deixou claro, é do nosso conhecimento. Estamos no jogo, no *métier* há muito tempo. Cada um de nós terá conhecimento de fatos que provavelmente não conseguirá provar; mas tem conhecimento, certeza absoluta de manipulação na escolha de candidatos partidários, no processo decisório.

O processo de corrupção é do mercado das empresas. Estou menos preocupado com o processo de corrupção, embora seja também objeto de estudos e análises desta CPI, e mais preocupado com a correção da utilização do processo eleitoral. Só poderemos legislar se conhecermos profundamente a realidade; não a realidade da corrupção, porque essa nós conhecemos e temos condições de legislar a respeito. Como V. Exª, posso citar 15 ou 20 exemplos, mas não o farei, porque não tenho condições de trazer provas documentais e fáticas nesse momento. Mas precisamos conhecer a realidade técnica das pesquisas para podermos legislar sobre elas.

Só a título de ilustração, para complementar o quadro do Senador Ademir Andrade e forçar um pouco o tom do Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - V. Exª tem todos os tons, até porque possui uma voz magnífica!

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - No processo eleitoral do Paraná, abri mão das pesquisas quantitativas e fiz algumas qualitativas. Agora, num determinado momento, quando achei que estava sendo colocado contra a parede pelas pesquisas dos institutos, pretendi contratar um instituto de pesquisa para me contrapor com a realidade a pesquisas que eu achava estarem sendo manipuladas. Para minha surpresa, Senador Artur da Távola, não havia instituto de pesquisa no Paraná que já não estivesse contratado, inclusive alguns contratados para não divulgarem pesquisas; alguns contratados que pararam de fazer pesquisas. Teoricamente, estariam fazendo pesquisas para orientação da campanha. Mas sabemos, nos bastidores, que não estavam fazendo pesquisa alguma; foram simplesmente contratados para que não houvesse instituto de pesquisa no Paraná.

São coisas menores, do ponto de vista das decisões que vamos ter que tomar. São decisões legislativas, graves, mas não são o objeto principal desta CPI. Temos que conhecer a realidade técnica e fazer a sua regulamentação definitiva.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Perfeito. Estou inteiramente de acordo.

A SRA. MARTA SUPPLY – Sr. Presidente, eu gostaria de entregar a lista de sugestões para convocação, composta de seis nomes.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, creio que não devemos convocar técnicos, diretores de pesquisa dos institutos de opinião. As decisões políticas dos institutos são feitas pelos seus titulares. Penso que, quando quisermos convocar um técnico, devemos fazê-lo a critério da Comissão, sugerido por um Senador ou pelo relator da nossa confiança. Eu não pretenderia, como Relator, discutir com diretores, técnicos de pesquisa o que fizeram no processo. As decisões políticas são dos titulares; quem anuncia os resultados são os titulares; quem estabelece o momento da divulgação ou não são os titulares das empresas e são eles que devem ser ouvidos, salvo as exceções sugeridas pelos Srs. Senadores.

Na Câmara já vi esse tipo de distorção: em vez de comparecerem os responsáveis políticos pelas empresas, mandam técnicos para falar sobre um assunto que não era exatamente aquele que nos interessava, que era a manipulação delas.

O SR. PRESIDENTE (Maluly Netto) – Peço à Secretaria que registre a solicitação da nobre Deputada, inclusive a do Senador Roberto Requião. No momento oportuno, o nobre Senador fará sua colocação para que deliberemos sobre ela.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Isso deve ser feito com um adendo sobre a divulgação.

O SR. PRESIDENTE (Maluly Netto) – Sem dúvida. Isso está implícito no requerimento.

Quero agradecer a todos quantos aqui estão. Estamos aguardando e, tão logo tenhamos essa decisão da Presidência, nós a divulgaremos e convocaremos os membros para a próxima reunião.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 11h14min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Ata da 1ª Reunião (extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária Da 51ª Legislatura, realizada em 6 de janeiro de 1999, às 10:00 horas.

Às dez horas do dia seis de janeiro de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a

Presidência, em exercício, do Senhor Senador **NABOR JUNIOR**, presentes os Senhores Senadores, Freitas Neto, Geraldo Althoff, Jônice Tristão, Joel de Hollanda, Romeu Tuma, Josaphat Marinho, Gérson Camata, José Agripino, Mauro Miranda, Marluce Pinto, Ramez Tebet, José Roberto Arruda, Teotônio Vilela Filho, Osmar Dias, Carlos Bezerra, Lúdio Coelho, Emília Fernandes, Jonas Pinheiro, Levy Dias, Arlindo Porto e Eduardo Suplicy reúne-se, extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Romero Jucá, Hugo Napoleão, Iris Resende, José Inácio Ferreira, Antonio Carlos Valadares, José Eduardo Dutra, Odacir Soares e Ernandes Amorim. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação do item nº 1 da pauta: Mensagem nº 279, de 1998. Assunto: Submete à consideração do Senado Federal, o nome do Senhor Júlio Colombi Netto, à recondução ao cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo – ANP. Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Joel de Hollanda. Parecer: Favorável a indicação. Resultado: 21 (vinte e um) votos favoráveis. Item nº 2 – Mensagem nº 027, de 1999. Assunto: Submete a consideração do Senado Federal, o nome do Senhor Luiz Tito Cerazoli, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, com mandato até 4 de novembro de 2003, na vaga decorrente da exoneração, a pedido, do Senhor Mario Leonel Neto. Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Nabor Junior. Parecer: Favorável a indicação. Resultado: 19 (dezenove) votos favoráveis. A Presidência concede a palavra aos respectivos relatores para proferirem seus relatórios. Passa-se à fase de exposições dos sabatinados, oportunidade em que fazem uma ampla exposição a respeito das atividades e competências das referidas agências. Na fase de interpelações fazem uso da palavra para tecer considerações a respeito dos assuntos abordados os senhores Senadores Joel de Hollanda, Gérson Camata, Eduardo Suplicy, Levy Dias, Jonas Pinheiro, e José Fogaça. Passa-se à fase de votação secreta, oportunidade em que a Presidência designa como escrutinadores os senhores Senadores Eduardo Suplicy e José Fogaça. Procedida a apuração, a Presidência proclama aprovados com 21 (vinte e um) votos favoráveis o nome do Senhor Júlio Colombi Netto, para Agência Nacional do Petróleo – ANP e com 19 (dezenove) votos favoráveis, o nome do Senhor Luiz Tito Cerazoli, para a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às treze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador **Nabor Júnior**, Presidente, em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Declaro aberta a reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal.

Será apreciada a seguinte pauta:

Item nº 1: Mensagem nº 279, de 1998, que submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Júlio Colombi Netto à recondução ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo.

Item nº 2: Mensagem que submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Luiz Tito Cerazoli para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, com mandato até 4 de novembro de 2003, na vaga decorrente da exoneração a pedido do Sr. Mário Leonel Neto.

Convido para tomarem assento à Mesa o Sr. Júlio Colombi Netto, que será sabatinado pela Comissão logo mais, e também o Sr. Luiz Tito Cerazoli. (Pausa.)

No processo relativo à indicação do Sr. Júlio Colombi Netto, foi designado Relator o Senador Romero Jucá. Como S. Exª não se encontra presente nesta reunião, nomeio o Senador Joel de Hollanda para substituí-lo, fazendo o relatório desta indicação.

O SR. JOEL DE HOLLANDA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, com base no art. 52, inciso III, da Constituição Federal e de conformidade com os termos do art. 11, § 2º, da Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997, o Senhor Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. Júlio Colombi Netto para recondução ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo – ANP, encaminhando, para tanto, a Mensagem nº 279, de 1998 (Mensagem nº 1552, de 08 de dezembro de 1998, na origem), na qual está incluído o **curriculum vitae** do indicado.

Em decorrência da aprovação pelo Senado Federal, o indicado foi nomeado por Decreto de 10 de janeiro de 1998 para integrar a primeira Diretoria da Agência Nacional de Petróleo, com mandato de um ano, conforme o disposto no art. 75, da Lei 9.478, de 1997. Em função de seu desempenho e com apoio nos termos do art. 11, § 3º, da mesma lei, é proposta sua recondução, agora para um mandato de quatro anos.

Do mencionado **curriculum vitae**, consta a sua última atividade como Diretor da Agência Nacional de Petróleo, desde 15 de janeiro de 1998, bem como sua graduação como bacharel em economia pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administração da Universidade de São Paulo e cursos de pós-graduação no Instituto de Pesquisas Econômicas da USP e na Fundação Getúlio Vargas. Como resultado dos seus estudos pós-graduados, o indicado obteve o título de Mestre em Economia em 1975, pela USP. Consta também relação de relevantes funções exercidas no setor de energia e afins, entre as quais ressaltamos aquelas exercidas nos últimos dez anos: Diretor Econômico e Financeiro da Companhia Paulista de Força e Luz; Assessor da Vice-Presidência do Banespa; Diretor-Geral da Brasil Consult; Secretário-Geral Adjunto do Ministério da Fazenda; Secretário da Secretaria de Controle de Empresas Estatais – Sest, do Ministério da Fazenda.

Em face do histórico pessoal e profissional apresentado, já resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Júlio Colombi Netto para a recondução para a diretoria da Agência Nacional de Petróleo – ANP.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Dando prosseguimento à reunião, concedo a palavra ao Dr. Júlio Colombi Netto para fazer breve exposição a esta Comissão.

O SR. JÚLIO COLOMBI NETTO – Senadores Romeu Tuma, Nabor Júnior, Joel de Hollanda, Relator, Srs. Senadores, colegas da ANP, senhoras e senhores, vou tentar fazer um ligeiro resumo do que foi esse primeiro ano na ANP e quais os desafios que vemos para o futuro. Vejo nesta exposição e nesse tipo de relacionamento com o Congresso um momento muito importante na nova construção do setor público brasileiro.

Inicialmente, gostaria de dizer que, em 16 de janeiro de 1999, a ANP completará 12 meses de existência. Nesse período em que participei da primeira diretoria da Agência enfrentamos uma série de desafios, aprendemos muito e, na iminência de encerramento de meu mandato, apresento-me a esta Casa para responder aos questionamentos que os Srs. Congressistas venham a fazer.

Nesse primeiro ano, a ANP enfrentou a difícil tarefa de iniciar o estabelecimento de regras que propiciassem a criação de um mercado mais competitivo e que, conseqüentemente, trouxessem vantagens para o País e para os consumidores. Para o País, essas van-

tagens podem ser traduzidas em maior arrecadação fiscal e na diminuição das importações de petróleo; para os consumidores, na melhoria da qualidade dos derivados de petróleo e numa política de preços que reflita o comportamento do mercado internacional objetivando uma concorrência sadia e eficaz no setor. Portanto, o estabelecimento de um ambiente regulador e apropriado é crucial.

O tema central de minha exposição será apresentar para os Srs. Congressistas um balanço desse primeiro ano da ANP, destacando os avanços alcançados, os desafios de curto prazo e as nossas preocupações de longo prazo.

Inicialmente, caberia destacar a importância do petróleo na economia brasileira. No Brasil, o setor de petróleo conta com a presença de muitos agentes, e os números a seguir resumem a sua importância. A Petrobrás é uma das maiores companhias do País e uma das 15 maiores companhias de petróleo do mundo. O faturamento anual das empresas do setor no Brasil atinge US\$50 bilhões e cerca de 200 mil empregos são gerados pelas empresas, muitos de alto valor agregado, que não podem ser substituídos pela automação.

Os investimentos anuais chegam a US\$4 bilhões por ano e poderão alcançar cifras entre US\$7 bilhões a US\$10 bilhões nos próximos anos. O Brasil se encontra entre os 20 maiores produtores de petróleo e entre os 10 países com maior capacidade de refino do mundo. Portanto, a abertura do setor de tamanha dimensão envolve uma regulação complexa, sem falar na extensão da fiscalização, que constitui o desafio de muitos governos, que, a exemplo do Brasil, estão reestruturando o setor de petróleo em seus países e revendo seus conceitos sobre o papel e as prioridades do Estado.

No Brasil, os alicerces do novo modelo foram construídos pelo Congresso Nacional. Ao alterar a Constituição Federal e aprovar a Lei nº 9.478, conhecida como Lei do Petróleo, o Congresso estabeleceu não só os objetivos de longo prazo que espera sejam atingidos pelo setor de petróleo do Brasil, como também definiu as regras gerais que orientarão o setor.

Alguns aspectos da lei chamam a atenção e merecem ser destacados para compreensão dos contornos precisos do modelo que está sendo implementado. A lei permite uma visão da responsabilidade do Estado na iniciativa privada, preserva as conquistas do passado, mantém o monopólio da União, e o controle acionário da Petrobrás continua na mão do Estado. Além disso, cria o Conselho Nacional de Política

Energética e a Agência Nacional de Petróleo, permite a atração de novos investidores, especialmente privados, nacionais e estrangeiros, que passam a dividir com o Governo o risco do negócio, desconcentrando o setor e introduzindo a competição.

Estabelece prazos para a transição de um modelo para o outro. O período de transição é de três anos e serve de verdadeira baliza para os agentes quanto à seriedade dos objetivos do Governo, bem como dos prazos em que se espera que as mudanças sejam efetivadas.

Determina que a Petrobrás transfira as áreas e os seus acervos de dados ao Governo para futuras licitações e passa a atuar como empresa que deve competir no mercado.

Orientada pela lei, a transição do monopólio e a competição se fazem de modo tranquilo. A ANP regulamenta a Lei mediante portarias, participações governamentais, autorização de importação de gás natural, petróleo, GLP e querosene de aviação, regras de acesso à infra-estrutura existente – no caso do gás natural – e procedimentos de fiscalização.

A ANP prepara-se para o futuro com a licitação de novas áreas de exploração, projeto para implantação de um novo modelo para abastecimento nacional, liberação das importações dos demais derivados de petróleo, projeto para o desenvolvimento do setor de bens de capital e serviço nacional no petróleo, projeto para informatização das atividades da agência em apoio à fiscalização e gestão interna.

O potencial brasileiro no petróleo é demonstrado pelo crescimento no setor em tempos difíceis. Nos últimos anos, a demanda de derivados de petróleo tem crescido mais do que o PIB brasileiro. Mesmo no último ano, em 1998, com o crescimento do PIB muito modesto, a demanda de derivados atingiu mais de 5%. Cabe destacar a produção de petróleo alcançada ao final do ano: 1,2 milhões de barris/dia. A média nacional no ano passado foi de 1,3 milhões de barris por dia e a meta para daqui a dois anos de 1,5 milhões de barris por dia deverá ser alcançada, inclusive, não só pela Petrobrás como também com o auxílio de novas empresas que estão chegando ao setor.

Finalmente, cabe destacar que, em que pesem os recursos alcançados, o Brasil ainda é um grande importador de energia. Registre-se que os gastos com importação de petróleo e derivados, que foram de 5,7 bilhões, em 1997, caíram para 3,6 bilhões, em 1998, valor ainda muito significativo.

É um setor com um grande desafio do ponto de vista do Governo e do consumidor. Nas atividades de

exploração e produção os principais desafios estão representados pela atração de investimentos e tecnologia, o que deverá permitir a avaliação do potencial brasileiro e transformar reservas em produção.

No abastecimento, as práticas desleais de mercado e adulterações de produtos constituem uma preocupação permanente. Não menos importante é a transição para o novo modelo e a introdução de regulamentação complementar: A liberação de preços até agosto do ano 2000, a liberação das importações de forma a introduzir alternativas de suprimento e a atração de novos investidores e competidores no sentido de ampliar a capacidade nacional de refino, de produção, de transporte e de dutos.

A criação de regras estáveis e a conquista da credibilidade perante os agentes nesse momento é considerada vital para o sucesso do novo modelo.

Os avanços alcançados são relevantes, mas há muito a fazer. Nós, que estivemos vinculados desde o começo, deveríamos verificar que a agência está em pleno funcionamento, com seus órgãos estruturados, processos definidos e pessoal alocado.

Uma conquista importante nesse primeiro ano foi a formalização dos direitos da Petrobrás, que permitiu a continuidade das operações, fazendo com que a transição de um modelo para outro não viesse a representar prejuízo aos investimentos ou ao consumidor. Da mesma forma, pode ser considerado um sucesso a atração de dezenas de empresas internacionais que instalaram escritórios no País e que passaram a se interessar pelos projetos oferecidos em parceria pela Petrobrás.

Finalmente, cabe destacar o esforço da ANP em iniciativas de fiscalização e controle, no sentido de reduzir práticas desleais de mercado e adulterações de produto. Novas rotinas de fiscalização e testes para adição de marcadores e corantes aos combustíveis que permitirão identificar e comprovar fraudes que atentem contra os direitos do consumidor.

Os desafios de curto prazo são imensos. As licitações de novas áreas de exploração e produção estão em processo, pois a Lei estabelece que o processo seja realizado de forma competitiva entre as empresas. Esse processo está em andamento. Na próxima semana, quinta-feira, começam as exposições no Rio de Janeiro; na outra semana, em Nova Iorque e Houston; e, na semana posterior, duas novas reuniões em Londres. Esperamos que essa primeira rodada de licitações esteja encerrada até meados de junho.

É fundamental, também, a atração de empresas privadas para o refino e o transporte. Temos

uma grande capacidade de refino, mas estamos no limite. Com relação a terminais, dutos e à capacidade de estocagem, até hoje, tudo foi feito pela Petrobrás. Faz-se mister que esse setor seja aberto para que novos investimentos ocorram.

A liberação das importações é, igualmente, outro desafio para que existam outras alternativas de suprimento para as distribuidoras. Além disso, a fiscalização efetiva das atividades de abastecimento deve ser intensificada. Os agentes que atuam de forma ilegal têm muito dinamismo e capacidade econômica e precisam ser desencorajados por meio de medidas preventivas e punições mais severas.

Numa visão de longo prazo, olhando para o futuro, num horizonte de dez anos, antevemos um setor com características que o diferenciam do presente em muitos aspectos. Na exploração e na produção, os investimentos deverão multiplicar-se, introduzindo novas províncias produtoras àquelas atualmente conhecidas. Nesse quadro, parece razoável antecipar que as importações de petróleo e gás natural serão reduzidas, causando impacto positivo na balança comercial do País.

No refino, prevemos um segmento da indústria capaz de novamente atrair os investidores, tornando-se, a cada ano, mais competitivo. Hoje, 98,7% da capacidade de refino do País está sob a responsabilidade da Petrobrás, que já acena, inclusive, com parcerias, inclusive com relação à REDUC, ações de investimentos em torno de US\$800 milhões. Os recursos aplicados na nova refinaria no Ceará, de aproximadamente US\$2 bilhões, constituem também um marco significativo. Além disso, a expansão das refinarias privadas – processo que sofreu impedimento durante dezenas de anos – encontra-se em franco progresso, com investimentos estimulantes no Rio de Janeiro, no caso de Manguinhos, e no Rio Grande do Sul, no caso da Refinaria Ipiranga.

No abastecimento de combustíveis, envolvendo as atividades de distribuição e revenda, antecipamos mudanças importantes a partir da liberação dos preços das importações e da conseqüente eliminação dos subsídios. Novas empresas – pequenas e grandes – entrarão na atividade e outras bases serão construídas, ampliando a capacidade de estocagem no País.

Quanto à relevante questão do programa do álcool, apesar de a ANP ser apenas um suporte técnico, será preciso definir o que o Governo espera do programa, explicar como pode apoiá-lo e definir suas contribuições às necessidades do País.

No que tange ao gás natural, o Brasil tem feito mais nos últimos cinco anos do que em décadas

passadas. Já se pode antever uma participação mais representativa desse produto na matriz energética, passando dos atuais 2,7% para algo em torno de 10% a 12% nos próximos cinco anos.

Cabe destacar a visão do Governo e da Agência reguladora que antecipamos para o futuro: um governo capaz de criar um ambiente favorável aos agentes que nele investem seus recursos, companhias de petróleo nacionais e estrangeiras e empresas fornecedoras de bens e serviços, atraindo investimentos e gerando empregos; um governo preocupado com o desenvolvimento tecnológico e com o treinamento de pessoal nas áreas e atividades exigidas pelo setor; um governo capaz de transformar os recursos do subsolo em riqueza para todos; um governo preocupado com o consumidor, que possa especificar a qualidade dos produtos requeridos e acompanhar as políticas de preços e margens das empresas.

Senhores, ao concluir minha exposição, eu queria registrar que, apesar de sermos uma diretoria colegiada, cada diretor é responsável por algumas superintendências – na Agência, temos cinco superintendências de apoio e onze técnicas. Coube a mim, nesse último ano, a Superintendência de Abastecimento e Preço, de Importação e Exploração de Petróleo e Administrativa Financeira.

Antes de colocar-me à disposição de V. Ex^{as} para responder às perguntas que se fizerem necessárias, tecerei algumas considerações pessoais e finais.

Foi com alegria e muito orgulho que trabalhei, nesse ano, na ANP. Posso ter-me equivocado em algumas decisões, mas a transparência e a honestidade de propósitos de servir ao Brasil estiveram presentes em todos os nossos atos. Temos a esperança de ser uma pequena luz, um paradigma para o que será no presente e no futuro o setor público brasileiro.

Admiro a postura do Ministro Raimundo Brito, que durante todo este ano respeitou nossa independência e teve para com a Agência sempre um diálogo construtivo e de colaboração. O mesmo se diga com relação aos diretores e técnicos da Petrobrás. Algumas vezes existiram pontos conflitantes, mas nesses e nos inúmeros outros, apesar de defenderem os interesses da empresa, em seus atos sempre prevaleceu o interesse maior do Brasil.

Este é um momento ímpar e muito importante em minha carreira profissional e na minha vida de cidadão brasileiro. Estou ciente da minha responsabilidade, se legitimado por esta Comissão e pelo Senado, e terei oportunidade de tentar, com todas minhas

forças e capacidade, servir com dignidade e eficácia meu País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Estão inscritos para formular perguntas ao Dr. Júlio Colombi Netto, os Senadores Jonas Pinheiro, Gerson Camata e José Fogaça.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO – Sr. Presidente, Senador Nabor Júnior, prezado Dr. Júlio Colombi, Sr. Presidente da ANP, Dr. David Zylbersztajn e Srs. Senadores, ao entrar no prédio do Congresso encontrei com o Dr. Júlio Colombi e rapidamente alinhavamos algumas perguntas a respeito do álcool, assunto que tínhamos discutido com V. S^a, com a ANP. Isso é fruto de duas audiências que tivemos na Câmara. Às vezes serve como crítica, mas muito mais como contribuição para o trabalho de V. S^a na direção da ANP e – por que não dizer? – e de todo o Colegiado.

Tratarei de três assuntos, dos quais alguns Senadores já têm conhecimento, pois distribuí as perguntas que vou fazer exatamente para aprofundarmos essa discussão. Entendo que o setor sucro-alcooleiro é muito importante para o País. V. S^a fez breve relato do trabalho da ANP sobre o problema do álcool. Deveremos obter da ANP a proteção, não só para a produção de álcool, mas para o consumidor de álcool carburante no País.

A regulamentação para a comercialização do álcool foi implementada, porém, por falta de atuação fiscalizadora da ANP, houve desvirtuamento e não foi respeitado o preço que a lei estabeleceu para o produtor – R\$0,41 por litro –, com transferência de renda de mais de R\$3 bilhões dos produtores de álcool para as distribuidoras sem benefício para os consumidores. A ANP parece estar conivente com essa situação. Eis a pergunta: sendo que tal fato ocorreu, qual a posição de V. S^a com relação a ele e como V. S^a pretende conduzir o assunto na ANP?

Essa é a pergunta relativa ao primeiro assunto. Talvez fosse melhor desenvolvermos os outros dois assuntos para V. S^a responder as demais perguntas, que são conexas.

Segundo assunto: temos informações de que tem havido desvio de conduta por parte da distribuidora no que concerne à qualidade, ao preço praticado e à transferência de produto entre as distribuidoras. Parece, por outro lado, que a ANP tem conhecimento da situação, mas não tem atuado no sentido de coibir essas práticas e fazer cumprir a legislação

em vigor, inclusive por deficiência na estrutura de fiscalização. Pergunto se V. S^a tem ciência de tal fato e como a ANP pretende conduzir esse assunto para fazer cumprir a legislação.

E o terceiro ponto: a legislação em vigor exige a mistura de álcool na gasolina em todo o Território Nacional. O Rio Grande do Sul não respeitou a legislação, utilizando o MTBE (metil-tetra-butil-etil) em substituição ao álcool na mistura, que contém na sua fórmula o metanol, produto importado e mais poluente. Como consequência, aquele Estado deixou de absorver 500 milhões de litros de álcool da produção nacional, agravando a crise do setor sucroalcooleiro. Pergunto: qual a explicação de V. Ex^a para que a ANP convivesse com tal desvio e qual a posição que aquela Agência deve adotar com referência a esses procedimentos?

Por último, apenas para um esclarecimento, qual o poder da ANP sobre a Petrobrás?

Estas, as perguntas que alinharei rapidamente para discutir com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Com a palavra o Dr. Júlio Colombi Netto, para responder às perguntas formuladas pelo Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JÚLIO COLOMBI NETTO – Senador Jonas Pinheiro, já tivemos outros contatos e posso dizer que nesta folha aqui está um desafio, uma missão para anos de trabalho. Inicialmente, com relação ao problema de omissão ou conivência da ANP com desmandos, quero esclarecer o seguinte: foi editada, inclusive, uma medida provisória, na tentativa de se evitarem problemas com relação ao desrespeito à mesa. Dois dias antes de a medida provisória ter saído, foi dada a primeira medida cautelar para a Coperpúcar vender fora da mesa. E aí começou um processo desgastante para nós do Governo, por parte do setor prejudicado. Tivemos 116 medidas judiciais contra o esforço do Governo em fazer a mesa funcionar. Chegamos ao exagero de termos, há cerca de quarenta dias atrás, uma mesa negativa, quer dizer, mais tutela, obrigando-se o Governo a vender álcool contra aquilo que era a cota normal do mês que deveria estar na mesa.

Então, veja V. Ex^a que a nossa fiscalização, que está em reestruturação, tem que ser feita em outro contexto porque são os agentes do setor que também exercem desmandos.

Com relação a postos de gasolina, devo frisar que temos 25.000 postos; com relação a distribuidoras, temos 171 distribuidoras e devemos ter mais de 600 bases; com relação a GLP, temos 13 distribuidoras e mais de 70.000 postos de revenda. Quer dizer,

não é possível uma fiscalização física em cima disso; tem que haver uma fiscalização mais inteligente e logística.

Agora, o que aconteceu com relação ao problema da queda do preço do álcool e de toda essa problemática que atinge o setor hoje? Por um erro de avaliação de produção e de mercado; criou-se um excedente de oferta de 2 milhões de litros. Além disso, disparidades de produtividade não só entre São Paulo e Nordeste, que isso é compensado com um subsídio específico – a cana –, mas também de produtividade entre diferentes usinas. Veja V. Ex^a que tentamos segurar o livre mercado através da prorrogação da mesa por seis meses. O Judiciário fez com que o mercado funcionasse de uma forma imposta por tutelas e por mandados judiciais.

O que aconteceu? Com o excesso de oferta e com diferentes custos, prevaleceram aquelas de maior produtividade ou aquelas com interesse de prejudicar as menores. Então, realmente, não tivemos condição de exercer um controle em cima de medidas judiciais. Inclusive, ontem, estava lendo respostas de pareceres jurídicos a algumas das nossas reivindicações tentando anular tutelas, as quais foram negadas novamente. Não tivemos o auxílio ou a compreensão do Judiciário com relação à tentativa de normalizar o setor.

Com relação a desmandos de distribuidoras, com relação a evasão fiscal, a adulteração de produtos, devo dizer-lhes que temos ciência do problema. Vivo com isso quase 24h por dia. O setor de abastecimento é muito dinâmico. Tínhamos de implantar a Agência e, ao mesmo tempo, pensar num modelo novo que corrigisse os desvios de um passado muito tumultuado. Era impossível para nós tentar fazer um modelo de longo prazo, mais abrangente.

Incomoda-nos também ter de ficar soltando portarias, tentando regulamentar o setor. Soltamos portaria proibindo distribuidora, controlando quota, impondo a anuência prévia para importação de solventes; todavia, essas coisas tumultuam o dia-a-dia. Estamos sem novas distribuidoras desde abril e acabamos de prorrogar o prazo das atuais por mais 45 dias. Colocamos, inclusive, uma minuta de portaria na Internet para discutir como serão as novas distribuidoras a fim de evitar o que aconteceu em abril ou maio. V. Ex^a deve se lembrar de uma reportagem do Jornal Nacional que mostrava uma empresa adulterando combustível em São Paulo. Quando foram atrás do dono, encontraram uma senhora de 72 anos que ganhava dois salários mínimos. Verifiquei que o capital da empresa era de R\$5 mil e que essa

devia R\$2 milhões de ICMS para a Secretaria da Fazenda de São Paulo. É difícil tentar controlar isso.

Muitas empresas tinham distribuidoras em estoque, como se fossem cheques em branco. À medida que cassávamos uma, ela pulava e abria a outra. Cassamos 47 distribuidoras, congelamos a criação de novas durante quase 10 meses, atrapalhando inclusive o processo de oxigenação do setor.

Estamos colocando corante, fundamentalmente em São Paulo e Rio, para tentar evitar o confisco, a perda de receita interestadual, porque esses são os Estados mais prejudicados. Provavelmente até meados de fevereiro, colocaremos um marcador no solvente.

Estamos tentando duas soluções para o solvente. Uma, é dar-lhe uma solução econômica. Existe uma produção de solvente normal nas três centrais, seja na Copesul, seja na Petroquímica União, seja na Bahia, para o setor de tintas. Muitas distribuidoras acabaram comprando fábricas de tintas para tentar fazer um fluxo de solventes com o objetivo de adulterar a gasolina. Hoje, toda a produção das três centrais é informada e publicamos o fluxo no **Diário Oficial** – para quem vai, quem compra. Todo o setor nos ajuda na fiscalização, mas, mesmo assim, é difícil. Então, ou marcamos o solvente na saída da central, ou damos uma solução econômica ao solvente.

No trabalho das refinarias, acabam sobrando, todo mês, de doze a treze milhões de litros, independentemente da absorção da atividade normal na parte de tintas ligada a solventes. Dentro de um ou dois meses, devemos estar permitindo que as duas refinarias privadas, Manguinhos e Ipiranga, importando petróleo cru, ao fazerem o craqueamento, absorvam esse solvente, que não é muito diferente da gasolina, que tem apenas algumas especificidades e, conforme o motor, pode ser prejudicial.

Em outros casos, nem é prejudicial, é apenas uma burla fiscal, porque o solvente custa R\$0,20 e a gasolina, R\$0,40. Para quem está vendendo, ter um lucro de 50% é uma tentação muito grande.

Mas se conseguirmos fazer com que esse excedente seja incorporado às refinarias e passe à ser produzida uma gasolina normal que pague imposto, estaremos resolvendo o problema do solvente.

Com relação à parte fiscal, seja nas liminares com abrangência estadual, seja naquelas com abrangência sobre mais de um Estado, no caso dos corantes, estamos com todo o Judiciário contra nós. Acabamos de receber uma liminar no Rio solicitada por uma distribuidora porque marcamos o **diesel** e a gasolina

que ela está comprando no Rio para deslocar para o Espírito Santo. Vamos continuar tentando.

Outra solução que pode nos ajudar é a aprovação do Imposto Único nos próximos dois meses. Aí acaba todo o problema. São três impostos em cascata, e cada um tenta agir num certo momento para não pagar. Se for imposto único, ele será cobrado na saída da refinaria e toda essa parte de evasão fiscal estará totalmente anulada.

A evasão fiscal atinge parte do Governo em termos do PIS e do Cofins – fundamentalmente nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo –, mas também atinge todos os consumidores, e a nós, Agência reguladora. No caso do Rio de Janeiro, o ICMS é de 30%; em São Paulo, 25%. Se eu compro de uma distribuidora que não recolhe 25% ou 30% de imposto e a outra recolhe, não há condição de concorrência. Em São Paulo, uma vende a R\$0,61, a outra tem de vender a R\$0,75. Com essa margem, é impossível haver uma concorrência leal e honesta.

Existe uma lei no Brasil que proíbe a mistura de MTBE à gasolina. No ano passado, algumas entidades do setor entraram na justiça com um mandado de segurança contra a colocação de MTBE na gasolina no Rio Grande do Sul. O juiz concedeu uma liminar favorável para continuar a implantação. No Brasil, entretanto, dá-se mandado contra a lei.

A partir de 15 de fevereiro, as duas refinarias da Petrobrás e a Ipiranga, no Estado do Rio grande do Sul, não estarão mais misturando MTBE à gasolina. Passará a ser misturado 24% de álcool anidro como em todo o Brasil.

Há uma preocupação do Rio Grande com relação ao problema de perda de receita, uma vez que o MTBE é uma produção local e com o álcool vindo de outros Estados poderia haver uma perda de receita. Mas essa não é uma medida contra o Rio Grande do Sul. Trata-se de, primeiro, cumprir uma lei; segundo, há um excedente de álcool e não está sendo cumprida a lei. A solução natural seria fazer valer a proibição da lei. Normalmente, misturam-se de 8 a 10% de MTBE à gasolina, e vão ser misturados 24% do álcool anidro.

Então, a parte do ICMS que fica no Estado vai mais do que dobrar, passará de 10 a 24%, com um valor que agrega muito mais. O valor do álcool anidro é superior ao MTBE. Provavelmente, não vai haver perda de receita para o Rio Grande do Sul. Penso que teremos uma solução para cumprir uma lei, coisa a que no Brasil precisamos nos acostumar cada vez mais; e, além disso, vamos solucionar parcialmente o problema do álcool.

Penso que as medidas estão tomadas. Por que a medida não foi implementada em dezembro? Porque existe uma logística de as refinarias se prepararem, de manterem contato com os produtores de álcool, e todo um fluxo de álcool anidro se deslocar para o Rio Grande do Sul, a partir de 15 de fevereiro, para que essa mistura seja efetivada.

A adição de MTBE vai cessar nas refinarias. Pode ser que ainda haja algum MTBE no mercado, mas só por uma semana ou dez dias. A partir do final de fevereiro, não haverá mais MTBE em gasolina alguma no Brasil inteiro.

Com relação ao poder da MP sobre a Petrobrás, devo dizer que quem tem o poder sobre a Petrobrás é o Governo, que é o acionista majoritário. Somos reguladores de mercado, e a Petrobrás é uma das empresas do mercado. Então, somos também reguladores da Petrobrás.

Já fiz essa observação, quanto à postura da Petrobrás em relação à agência e em relação ao País, na minha fala final. Para nós, neste primeiro momento, é fundamental essa convivência com a Petrobrás, no sentido construtivo. Estamos chegando, somos cerca de 110 técnicos. A Petrobrás existe há 45 anos e tem 40 mil técnicos. Seria uma temeridade de nossa parte querer substituir a Petrobrás em muita coisa. Trabalhamos juntos, olhando sempre os interesses do País, e isso ficou muito claro nesse ano. Estou tranquilo em relação a essa questão.

O SR. JONAS PINHEIRO – Sr. Presidente, levei esses assuntos exatamente porque essa é a preocupação do senhor e do Dr. Davi. O setor sucroalcooleiro tem mais de 1 milhão de postos de serviço. Quando o preço oficial fixado é 41 centavos e o litro do álcool está sendo vendido a 20 centavos, o setor não aguenta isso porque o custo normal desse álcool está em torno de 32 a 33 centavos por litro.

Particularmente no meu Estado, o Mato Grosso, temos algumas usinas com um estoque de 358 milhões de litros de álcool. Se não houver comercialização desse álcool, evidentemente, as usinas não vão poder nem começar a produzir no mês de abril, porque não há estoque, já que hoje quem mais ganha dinheiro nesse setor são as metalúrgicas, que estão aumentando o número de tanques nessas usinas, porque não têm onde pôr, uma vez que estão todos carregados. Se a ANP puder nos ajudar a esvaziar um pouco desse álcool que está depositado no Estado Mato Grosso, nós mato-grossenses agradecemos.

Muito obrigado. E evidentemente o meu voto é favorável a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Com a palavra o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, Dr. Júlio, Dr. Gilberto Stein, inicialmente, quero saudar o Senador Romeu Tuma, que está estreando, exatamente nesta reunião, como novo Líder do Governo, cumprimentá-lo e desejar muito sucesso à frente dessa nova atividade.

Sr. Presidente, Dr. Júlio Colombi, V. Ex^a, durante a exposição, praticamente quase que respondeu as perguntas que eu faria. V. Ex^a deixou claro que muita coisa foi feita, mas que muita coisa ainda tem que acontecer. É claro que não podíamos esperar também que, em seis ou sete meses, se resolvessem todos os problemas que, percebíamos, vinham sendo distorcidos pelo sistema monopolista da condição da política energética derivada de petróleo no Brasil, e não se vão corrigir em seis meses. Mas observamos, como consumidor, que as coisas começaram a mudar um pouco, e mudar para melhor.

Tenho algumas sugestões. Quando V. Ex^a veio aqui para ser conduzido – V. Ex^a está sendo reconduzido –, eu trouxe um estudo do Professor Abisaid, da Universidade do Espírito Santo, feito a pedido dos revendedores de automóveis, porque o combustível estava travando os motores, dada a grande quantidade de coisas estranhas que estavam jogando na gasolina. A Agência caiu em cima e estavam lá os solventes e tantas outras coisas.

Observamos que pela estrutura da Agência, a fiscalização de milhões de postos pelo Brasil todo é algo complicado. As prefeituras, que hoje são as que concedem o posto, não têm condição de fiscalizar nada e, quase sempre, nas cidades menores do Brasil, o dono do posto é mais poderoso que o prefeito. Então, se a fiscalização fosse delegada às prefeituras, elas não poderão fiscalizar.

Peço a opinião de V. Ex^a: Não seria necessário, uma lei mais dura, como a lei de sonegação norte-americana. Lá, sonegou uma vez, durante dez anos não pode atuar mais naquele setor de comércio. Na hora em que o proprietário percebe que ele ou qualquer pessoa ligada a ele vai ser impedido, durante dez anos, de ser dono de um posto de gasolina, de uma distribuidora, começa a ter um pouco mais de seriedade no trato.

V. Ex^a foi muito gentil quando disse que o setor de distribuição é dinâmico, quando ele é marginalmente dinâmico. Sempre devemos corrigir, é normal. Certas coisas não são normais, mas uma briga do gato caçando alguns ratos. V. Ex^a sabe que não são todos, são alguns, uma minoria. As medidas que vão

sendo tomadas, também, vão desestimulando a que eles continuem nesse procedimento. Por exemplo, quando se anunciou a gasolina colorida; já houve um recuo enorme de quem estava tentando, apesar das medidas judiciais que foram tomadas.

Outra coisa dinâmica que se viu – e nisso os capixabas se aproveitaram muito bem – foram essas novas distribuidoras. Algumas, inclusive, já estão indo para fora do Espírito Santo, já estão preparando a implantação de refinarias privadas. Esse estímulo, essa mudança de visão fez com que – pelo menos no Espírito Santo, no caso da Diaf, da Framel – pequenos se tornem grandes e se tornam donos de refinarias, o que é bom para o Brasil, aumenta a produtividade, melhora, cria muito mais empregos.

Uma outra sugestão. Não sei quem deveria fazer, se as distribuidoras ou as donas de bandeira, informar mais detalhadamente a composição do preço do combustível brasileiro. O preço da gasolina que saiu da refinaria não é nem a metade daquele que chega lá, pois há o subsídio, o ICMS, o percentual do revendedor, que joga a culpa toda ou na Petrobrás ou em qualquer outro órgão. Creio que seria necessário, não apenas no caso da gasolina, afixar algo no carro ou na bomba a fim de que a pessoa soubesse como é composto o preço. Em outros países há o preço da gasolina e do imposto na nota, tudo diferenciado. A partir daí as pessoas poderão perceber que a gasolina brasileira, na verdade, não é a mais cara do mundo nem da América, pois possui outros componentes no preço. Seria interessante que isso pudesse ser feito.

Outra preocupação, talvez até uma pergunta. Várias empresas estrangeiras estão chegando. E são bem-vindas. O Espírito Santo estava com seu petróleo dormindo há quase dez anos no mar. Agora está chegando a YPF Argentina, que criará empregos naquele Estado. Podemos perceber que já existe certa movimentação. Li em jornais que todo o equipamento que essas empresas trouxerem serão considerados de fora do Brasil e não pagarão nenhum tributo. E as empresas nacionais também serão isentas? Como concorrerão? Pois acredito que o enorme esforço realizado pela OLP a fim de empurrar a Petrobrás para essa diversificação tem uma importância grande para o Brasil agora, que é criar empregos. Esse é um setor que pode criar muitos empregos, se houver um planejamento, se todos os setores da indústria nacional forem chamados a fim de participarem desse grande esforço que está sendo realizado – e que é um dos objetivos do Presidente

da República –, o de criar empregos neste momento de crise mundial. E temos que tentar sair dela de qualquer jeito.

Volto a insistir, como mencionei há alguns dias, sobre os postos que a Petrobrás considera comercialmente não interessantes. Se fossem concedidos para a exploração de pequenas empresas, criariam muitos empregos. Já que está o investimento feito, a empresa exploraria e pagaria **royalties** à Petrobrás pelo uso da sonda. Há milhares de furos pelo Brasil afora. O gás que está sendo perdido, como nos poços de petróleo do Espírito Santo, poderia ser aproveitado em cidades vizinhas, que não são tão grandes, assim economizando o GLP. Com o incentivo à pequena empresa não seria necessário o esforço do Governo.

Gostaria de cumprimentá-lo e também o nobre Dr. Zylbersztajn. Podemos observar que os senhores são muito unidos. Quando vem um vêm todos, o que significa que há um colegiado, um interesse muito grande. Gostaria de cumprimentá-lo também pelo que já foi realizado e oferecer essas contribuições no sentido de que se possa avançar um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Com a palavra o Dr. Júlio Colombi Netto.

O SR. JÚLIO COLOMBI NETTO – Com relação ao abastecimento, e essa é uma preocupação, como V. Ex^a citou, infelizmente a maldade é dinâmica e estava criando um poder econômico. Tivemos uma discussão, o Sr. David e eu, há uns seis ou sete meses, onde a preocupação maior era essa. Com ganhos fundamentalmente na sonegação e com algum ganho adicional na adulteração, as pequenas distribuidoras estavam criando uma força econômica e começávamos a nos preocupar demais. Ou seja, é cada vez mais difícil controlar, pois junto com o poder econômico vem o poder político, vem o poder de tudo.

Tenho anexas à minha fala portarias que emitimos no último ano. Foram 45, mais de 20 na área de abastecimento. Possuímos 16 superintendências, e em 60%, 70% houve uma preocupação com relação a pelo menos tentar inverter a tendência. Creio que houve um vazio do DNC até tomarmos posse e verificarmos o tamanho da criança, que foi crescendo até março, abril. Em outubro de 1997, houve uma grande importação de solventes. Foi extraordinária a quantidade de solventes que entrou no Brasil. Consultamos os dados de importação de solventes e pudemos observar que foram estocados, pois naquela época não havia controle nenhum. A partir do momento em que começamos a segurar a importação,

a partir de março, houve a desova. O resto é contrabando, que é algo limitado.

A partir de abril e maio conseguimos inverter a tendência. Primeiro pudemos perceber, como eu disse, que podemos errar – com certeza não acertamos em tudo. Na verdade, o nosso índice de erros é razoável, pois não é possível encontrarmos tantos desafios sem conseguir uma solução. Pois bem, cometemos erros, mas ficou claro para todo o setor que as intenções eram as melhores, que haveria muita seriedade e que tomaríamos as decisões independentemente de pressão. Então, o mercado sente que a agência é uma referência séria, que a agência quer acertar.

Em diversos momentos, parece que falta alguma coisa, porque o desafio é muito grande. São 25 mil postos e 70 mil vendedores de LPs. É muito.

O que estamos fazendo? Contratamos, numa licitação internacional, em abril, dois consórcios de nível internacional com experiência em abastecimento, a Art Delitum e outro que foi selecionado no final, a Buzalic, para nos ajudar a formular um novo modelo para apresentar ao Congresso – porque vai haver, provavelmente, modificações de leis – tentando sinalizar para todo o setor que essa é a tendência.

Estamos analisando seis países paralelamente, com características semelhantes as nossas – entre os quais, Canadá, Austrália, Venezuela, Argentina e Estados Unidos –, para verificar o que ocorreu na abertura dos países da Europa para saber o que deverá acontecer aqui. E, depois, haverá a proposta de um novo modelo. Eles devem propor, até o final de maio, esse novo modelo.

O novo modelo deverá ser informatizado nos controles. Temos de usar informática nos controles. O David já vem me cobrando isso há um ano. Chegaremos lá. Será muito mais fácil o controle de massas do que fiscalizar um caminhão que sai daqui para ali, é muito mais difícil.

Outra coisa é propor o nosso corpo de fiscalização, porque, vejam bem, não precisamos de fiscalização só no abastecimento. Precisamos de fiscalização para dutos e fiscalização para refinarias. Acabou de acontecer uma tragédia no Rio – estamos investigando para ver o que aconteceu, de quem foi a culpa e se foi realmente uma fatalidade.

Então, têm que ser definidos o tamanho e a forma de atuação do corpo de fiscais, porque, com certeza, como digo, a fiscalização foi muito cobrada desde o começo. Se contratarmos mil fiscais, vamos tomar cuidado, porque haverá mil problemas adicionais. Costuma-se comentar no setor que os fiscais

que mais davam trabalho eram os do passado, mas também eram eles os que mais levavam "bola", porque eram mais fortes e custavam mais.

Então, essa não é a solução, porque não estamos querendo aqui viabilizar salários indiretos para ninguém. Estamos querendo solucionar o problema.

Acredito que, com essa proposta, em abril ou maio, teremos condições de apresentar uma solução global e científica.

Preocupa-me também um pouco o problema da delegação de fiscalização. A propósito, a ANEEL está fazendo isso com os Estados e as distribuidoras de energia estão reclamando que o caráter da fiscalização não é delegável às agências. Mesmo que o serviço seja delegado, a pessoa que receber a incumbência não pode interditar. Ela teria que nos consultar antes de interditar. Com certeza, usar os universitários, usar os serviços de organizações não-governamentais e o Procon é o caminho natural, porque a coisa é muito pulverizada.

Preocupa-nos muito o aspecto mencionado pelo senhor. A autorização dos postos de gasolina cabe aos Municípios.

Eu, pessoa física e Diretor da Agência, não me sinto tranquilo com relação ao assunto, porque se diz que muitos postos no Brasil vazam. Então, veja, teríamos que analisar todos esses postos para verificar se não estão contaminando os mananciais e se não há risco.

Em São Paulo, houve um exemplo na Cidade Jardim. Aquele posto ficou interditado por sete ou oito meses. Imagino aonde foi parar aquela gasolina, para eles demorem oito meses para isolar a gasolina que vazou na Cidade Jardim.

É uma situação perigosa, da qual que não temos controle e que está na mão das Prefeituras realmente. Creio que a legislação não nos dá esse controle, mas não sei até que ponto não devemos tentar assumir também essa responsabilidade, para não sermos passivos diante desse desafio.

Com relação à composição de preços, quando saiu o último reajuste, tentamos, na medida do possível, passar a formação desses preços. Saiu notícia a respeito na revista **Veja** e no jornal **O Estado de S.Paulo**.

Não sou pelo aumento de impostos; sou pela racionalidade do imposto único. O imposto único acabaria com tudo isso. Hoje são 13 impostos que cascadeiam. O PIS pega aqui e depois pega lá embaixo. Fica difícil até para a população entender. Tem o PPE de lado, que é imposto e não é imposto, que o Governo está retirando por causa do subsídio.

Portanto, acho que o imposto único é a solução. Mas, independentemente disso, há um outro detalhe, que temos debatido um pouco. Na medida do possível, nós dois temos falado sobre isso, bastante até. As margens da revenda estão altas. Por exemplo, no Rio de Janeiro – ontem saiu no jornal **O Globo** –, subiu 20% ou 30% o custo dos combustíveis nas bombas. É simplesmente o ICMS que eles estão sonogando e estão transferindo para o consumidor. Infelizmente é uma realidade: sonegava-se. Mas, pelo menos, as regras de competição estão iguais. Agora passamos a ter maior controle. Não havendo sonegação, não havendo ganho de adulteração, fica mais claro qual a margem da revenda. Dei um exemplo. O preço que chega ao revendedor é de R\$0,62. Acrescentando a margem, o revendedor vai vender a R\$0,67, R\$0,68, no mínimo. Até R\$0,73 é legítimo. Se o consumidor pagar menos de R\$0,60, estará, ou sendo conivente com a sonegação, e/ou comprando gasolina adulterada. Se o consumidor pagar mais de R\$0,84, R\$0,85, é trouxa. Porque há outros postos. É preciso fazer pesquisa. Se cada um quiser se matar, paciência. Não se pode segurar.

Cada vez mais, a transparência na apresentação dos dados é fundamental para defender o consumidor, até para dizer-lhe que, se não for inerte, ganhará quatro, cinco centavos por litro. Não pode ser inerte e comprar gasolina adulterada. Isso é suicídio.

O SR. GERSON CAMATA – O senhor está falando na gasolina comum. Existe realmente diferença entre a gasolina aditivada e a comum?

O SR. JÚLIO COLOMBI NETTO – Sou economista, não sou engenheiro especializado. Mas ouço que alguma coisa acrescenta. Pode haver algum ganho adicional em alguns casos; em outros, é mais uma tentativa de diferenciar o produto. Há ganho, mas há muito mais o esforço de fixar um diferencial, para mostrar que tem uma qualidade adicional. alguma coisa realmente acrescenta, mas não é uma coisa decisiva. Aí cada um pessoalmente deve fazer a análise de custo/benefício. Para carros normais, a diferença é pequena. É mais um esforço de tentar diferenciar o produto para vender. Não há nada contra, apenas é uma opção pessoal.

O SR. GERSON CAMATA – O preço modifica significativamente.

O SR. JÚLIO COLOMBI NETTO – O preço de R\$0,62 é o custo nosso. Quem vende a R\$0,62, com certeza, ou está adulterando ou está sonogando, porque ninguém vende de graça. O preço teria que ser R\$0,68 ou R\$0,69, o que daria uma margem

razoável para a distribuição e para a revenda. Há postos que vendem a mais de R\$0,90 a gasolina comum. No Rio de Janeiro, encontra-se gasolina comum a mais de R\$0,90. O consumidor está fazendo uma contribuição para o lucro do dono daquele posto. Aí não tem jeito.

O dono de posto vende a gasolina aditivada também para sair da concorrência normal, vendendo algo diferente. Pode haver exageros. Conforme o valor, não compensa o que o senhor está ganhando em termos de qualidade.

Uma outra observação importante é com relação aos equipamentos.

Veja, estamos sofrendo. A indústria reclama da Agência por dois motivos. Os contratos de concessão são muito rígidos. Quando demos para a Petrobrás, o setor privado considerou muito rígido, muito difícil, muito controle. E há também o problema do **government take**, ou seja, do quanto o Governo toma de receita. Trabalhamos nisso há seis, oito meses, para ver qual é a melhor solução.

Um coisa importante: o petróleo está a US\$11. Não que, numa decisão de investimento, deva-se verificar o preço apenas de hoje para amanhã. Tem-se que consultar uma pesquisa de trinta anos. Mas mesmo assim, os US\$11 pesam na decisão de investir. Quer dizer, estou investindo em algo que vale US\$11 hoje. Quanto que vai valer amanhã? Então, a coisa é complicada. Não podemos dizer: "demoramos quarenta e cinco anos para abrir, estamos abrindo, todo mundo está querendo a nossa virgindade e vão pagar por ela".

Não vão. Eles são racionais. Vai haver licitação em janeiro também na Índia, na Bolívia, a Venezuela, a Arábia Saudita estão abrindo o que podem e o que não podem. Então, teríamos que atrair o capital estrangeiro de alguma forma, porque não adianta nada abrir o mercado e não ter concorrentes, quer dizer, ter um ótimo contrato, avaliado como perfeito, mas que não serve. Trabalhamos num fio de navalha na tentativa de dar, no primeiro momento, um incentivo ao capital estrangeiro de trazer eventualmente equipamentos de fora.

Com relação à indústria nacional, está-se trabalhando hoje na receita federal o seguinte aspecto: se pode ser dado isenção do IPI em nível federal. O ICMS é uma decisão dos Estados, aí cada Estado tem que contribuir com a sua parte, e estamos trabalhando junto ao BNDES para termos condições de financiamento, porque, às vezes, podemos ter as mesmas condições de igualdade, mas o financiamento de fora tem uma taxa de juro muito maior,

prazo, etc. Então, estamos tentando dar à indústria nacional as mesmas condições de competitividade da indústria estrangeira. Esse é o esforço que está sendo feito neste momento.

Considero fundamental a indústria nacional vir com propostas, para nos ajudar a ter um equilíbrio nesse jogo.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao Senador José Fogaça, para formular suas perguntas.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, o Dr. Júlio Colombi Netto, agora na última fase da sua intervenção, praticamente respondeu a uma pergunta que eu pensava formular a respeito da política de expansão da nossa produção de petróleo e essa tendência internacional de queda de preços. Qual é o papel que a ANP pode desempenhar nesse processo, no sentido de garantir exatamente a atração dos investimentos, porque a palavra pode não ser a mais adequada, mas são investimentos estratégicos de longo prazo, de longa maturação, e não sei se essa tendência internacional é permanente. Do ponto de vista de uma política nacional de petróleo, creio que garantir essa política de expansão significa uma aposta no futuro, no crescimento da economia brasileira. Então, quanto a essa pergunta, considero que, de alguma forma, V. S^a já deu um posicionamento.

A outra questão que gostaria de trazer e parece-me ser importante esclarecer, é que, insistentemente, a Petrobrás tem dito que não abre mão das áreas de concessão sobre as quais ela já tem a titularidade. No entanto, a lei diz que, caso a Petrobrás, num determinado prazo, não venha a garantir os investimentos, isso tem que mudar, ou seja, tem que abrir essas áreas, licitar e garantir os investimentos por capitais privados – empresas estrangeiras ou nacionais privadas.

Outro ponto importante é que a Petrobrás tem 45 anos, mas o gás natural representa, na nossa matriz energética, 2%, uma posição ínfima quando se sabe que o gás natural acessível, tanto na importação da Bolívia quanto da Argentina, é muito barato; quer dizer, do ponto de vista econômico, interessa ao Brasil, e o meu Estado, que é o Rio Grande do Sul, sempre desenvolveu o sonho de o gasoduto da Argentina ser abastecido na nossa fronteira oeste, cuja produção agrícola é baseada na irrigação – produção arrozeira – que precisa de energia e mantém-se só com o óleo combustível da Usina Oswaldo Aranha. Então, de fato, essa é uma questão de política energética, não é propriamente uma questão do

âmbito de fiscalização e regulação da ANP, mas gostaria também que V. S^a fizesse um esclarecimento sobre como pode a ANP garantir uma expansão mais acelerada da oferta de gás natural no País.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Com a palavra o Dr. Júlio Colombi Netto.

O SR. JÚLIO COLOMBI NETTO – Gostaria antes de permissão para comentar o que o Senador Gerson Camata mencionou e esqueci-me de que é importante. S. Ex^a abordou sua preocupação com pequenos postos de petróleo. Vamos fazer agora uma nova licitação para áreas grandes. Devemos fazer outra no segundo semestre, já começando a cair o tamanho dos blocos. A tendência e o sonho do Senador correspondem ao nosso. Teremos aqui, como no Texas, 5 mil miniempresários fazendo prospecção de petróleo, extraindo 30, 40 litros por dia. Também se trata de uma ajuda, pois 3 mil fazendo 30 valem mais do que, às vezes, a Bacia de Campos, se conseguirmos chegar a esse patamar. Essa é a política da Agência. Estamos no começo do processo, mas vamos chegar a isso. É nossa obrigação e vamos cumpri-la.

Vou comentar as observações de V. Ex^a. Estivemos em Quebec em um seminário sobre os 25 anos da primeira crise. Esteve lá um professor francês que disse há alguns anos que o petróleo poderia chegar, quando estava em 25, a 8. Tal professor foi manchete no mundo inteiro, parecia-me que queriam interná-lo. Hoje, ele está virando o guru novamente. Ele chegou a reiterar que pode chegar a 5 ou 6. Pode, não quer dizer que chegaria.

Essa é uma opinião, mas o intervalo começa a ficar meio maluco. O que começamos a perceber é que previsões nessa área são muito complicadas, mesmo uma política estratégica é complicada. O que os Estados Unidos fizeram durante muito tempo? Deixaram suas reservas e importaram petróleo. Andei revendo as fitas e, há um ano, fez-se aqui uma afirmação importante: dos estoques de petróleo do mundo até hoje conseguiu-se retirar 30%. Tudo que for adicional que se consiga em cima disso é o consumo de 5 ou 10 anos, pois foi do estoque de 80 anos que se retirou 30. O aperfeiçoamento tecnológico é muito grande nesse setor. Tudo que for novidade dentro do estoque até hoje existente, qualquer ganho, dá um potencial de novas reservas muito grandes. Os aperfeiçoamentos sísmicos de 3D, 4D, etc são coisas modernas, como a extração de petróleo em águas profundas. Lembro-me de que, quando estava na Cest, discutindo orçamento da Petrobrás em 1982, 1983 parecia um sonho. Hoje, a Pe-

trobrás está a quase 2 mil metros na prospecção de petróleo e é algo natural.

Fica até uma dúvida: vale a pena fazer um esforço grande? Apesar de ainda estarmos gastando três milhões, quinhentos e sessenta milhões de divisas com importações líquidas do ano passado, até que ponto vale a pena fazer um esforço de arrancar o petróleo a 11, já que ele pode ir a 30 daqui a 4 ou 5 anos? Ele pode ir a 30 ou, com pilhas elétricas e outras soluções alternativas, passar a ser um bem livre. Fica muito difícil tentarmos. Não podemos ser radicais, temos que trabalhar na média porque, realmente, qualquer previsão é muito difícil.

Falarei agora sobre as áreas da Petrobrás que V. Ex^a comentou. Dos 367 contratos de concessão que a ANP autorizou a Petrobrás a trabalhar, existem 119 contratos de área de exploração. O resto são áreas de produção e desenvolvimento que, pela lei, são da Petrobrás. Ela só nos deu os programas de investimento, examinamos, vimos que estavam de acordo e os aprovamos. Essas 119 são áreas que, eventualmente, se ela não tiver condições de explorar em 3 anos, se não se der a descoberta comercial em 3 anos, terá que desistir. Minha observação, então, é a de que não estão sendo 3, mas 4, porque o que está valendo é a data de assinatura do contrato, 6 de agosto de 1998, e não da lei, que é de 6 de agosto de 1997. Nesse período, esperamos que a Petrobrás faça uma análise muito rigorosa, mais voltada para a necessidade do Brasil e não só da Petrobrás. Se ela chegar à conclusão de que, em algumas áreas, não tem condições, nem com parcerias nem com recursos próprios, de efetivar investimentos seguros nos próximos dois anos, deverá devolver essas áreas antes do vencimento do prazo, para que sejam incorporadas em novas licitações. Aquilo que ela tiver condições de fazer com recursos próprios e em parceria será válido e importante, mas, quanto mais cedo ela devolver aquilo que seguramente não aproveitará, melhor será para o País.

Há um detalhe importante também: questiona-se qual o espírito de tudo isso. Até conversei com o Deputado Eliseu Resende sobre isso. Essas áreas não eram para ficar com a Petrobrás, mas foi dito que ela já estava na iminência de descobrir petróleo nelas. Quatro anos significam mais do que aquilo que se deve entender por iminência. Dessa forma, se a Petrobrás realmente não tiver condições, é melhor que parte dessas áreas sejam devolvidas e incorporadas a novas licitações.

Premido pelo tempo, acabei abreviando algumas partes da minha fala, dizendo apenas que a

nossa meta é passar, na matriz energética, de gás de 2% a 10% ou 12% em 10 anos. Comento que há três potenciais de gás que temos certeza de que estão acontecendo. Normalmente, o gás no Brasil é associado ao petróleo. Cada vez que se descobrem mais reservas, a produção de gás cresce paralelamente. Então, temos uma oferta interna que cresceu, do ano passado para este, de 27 bilhões de metros cúbicos para 30,1 bilhões de metros cúbicos; mesmo no último ano, cresceu mais de 12%.

Sobre o gasoduto Brasil-Bolívia, até o final de janeiro ou na primeira semana de fevereiro, o gás da Bolívia chega a São Paulo. Também autorizamos a importação de gás natural e, inclusive, a construção de dois gasodutos. O fluxo de gás virá pelo Rio Grande do Sul. Vejam como são as coisas: o Rio Grande do Sul lutou para fazer com o que o gasoduto Brasil-Bolívia chegasse a Porto Alegre. Infelizmente é assim. Seria de todo saudável que ele fosse ao contrário, porque, se algum gás vai para algum lugar, será do Sul para São Paulo, e nunca ao contrário.

Então, para nós, o gás é prioridade. Ele tem pontos positivos em relação à poluição e apresenta uma eficácia muito grande; é só questão de tempo e investimento. Há, inclusive, a preocupação com relação ao preço dos óleos combustíveis junto à Petrobrás. Ele está muito baixo lá fora, e o setor que utiliza óleo combustível no Brasil está pressionando-nos, com justa razão, para que haja uma diminuição dos custos. No entanto, como há uma referência entre o gás e os óleos nos contratos, é importante que, ao alterarmos o preço do óleo, não prejudiquemos o do gás, porque este para a política da Agência é algo muito importante e está sendo incentivado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao Senador Joel de Hollanda.

O SR. JOEL DE HOLLANDA – Sr. Senador Nabor Júnior, Presidente desta reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura; Senador Romeu Tuma; Dr. Júlio Colombi Netto, Diretor da ANP, que está tendo seu nome submetido para renovação do mandato; Dr. Luiz Tito Cerazoli, indicado para o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações; Dr. David Zilbersztajn; demais diretores da Agência Nacional de Petróleo, Srs. Senadores, sabemos que não é fácil a transição de um Estado produtor para um Estado regulador. Sabemos que essa travessia que o País está enfrentando é difícil, penosa, desafiadora.

O Brasil, que teve tantas estatais produzindo bens e serviços, agora toma a decisão de deixar es-

sas atividades produtoras para a iniciativa privada, a fim de se voltar para o papel de Estado regulador dessas mesmas atividades. Esse desafio o Brasil vem enfrentando, no meu entendimento, de forma bastante auspiciosa, com bastante êxito. Existem os exemplos da Anatel, da ANEEL e da Agência Nacional de Petróleo, que também vem desempenhando com competência essa nova função de regular os atores econômicos que atuam na área do petróleo.

Eu me permitiria, Dr. Júlio Colombi, voltar à questão do álcool. Trata-se de uma preocupação minha, porque é uma atividade que reflete muito a economia do meu Estado, da minha região. Eu a tenho estudado bastante e procurado entender sua situação no País como um todo, não somente no Nordeste, mas também no Centro-Sul.

Penso, Dr. Júlio, que devemos ter um cuidado muito grande com aquilo que chamamos "mercado". Quando assistimos, hoje, ao Brasil importar leite, arroz, milho, feijão e carvão vegetal, temos que admitir que talvez tenha havido uma abertura escancarada das nossas importações, o que está pesando na nossa balança comercial.

O Brasil tem um mercado de álcool extraordinário; já chegou a produzir 700 mil veículos movidos a álcool. Apesar de todos os efeitos que esse mercado traz – empregos na indústria automobilística; melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos pela diminuição da poluição; economia de divisas, porque, na medida em que colocamos o álcool em nossos automóveis, diminuímos a nossa dependência do petróleo e, conseqüentemente, o gasto de divisas –, lamentavelmente, nós o deixamos de lado.

No ano passado, talvez tenham sido produzidos apenas 300 carros movidos a álcool em nosso País.

Sabemos que se trata de uma questão de política energética. O SIMA está aí. Estamos discutindo com os ministros da área econômica uma forma de estabelecer uma nova política para o álcool em nosso País, mas consideramos que, agora, quando está havendo a liberação do mercado dos combustíveis, inclusive do álcool, essa transição tem de ser feita com certos cuidados, com determinadas regulamentações, senão haverá uma destruição total desse patrimônio que é o mercado do álcool nacional.

O fato de os Estados Unidos talvez serem hoje o segundo maior produtor de álcool mostra que estamos no caminho certo. Se o Brasil é o maior produtor, e os Estados Unidos, o segundo maior produtor mundial do produto, este último reconhece a importância desse combustível renovável, pelo impacto

que dá na geração do emprego, pela tecnologia, pela melhoria do meio ambiente. Não podemos perder esse mercado, sobretudo com as implicações sobre os níveis de empregos que ele propicia.

Hoje, especificamente, há uma situação **sui generis**: o mercado brasileiro é dominado por sete grandes distribuidores que compram 80% do álcool produzido no Brasil, e cerca de 350 produtores de álcool estão em situação difícil, não por questões ligadas ao subsídio – não estamos discutindo isso, de forma alguma –, mas aos juros e à comercialização do produto. Então, se temos, de um lado, 350 produtores de álcool e, de outro, apenas sete grandes compradores do produto, a tendência é a de que haja concentração nessas compras, aviltamento dos preços em leilões, como está acontecendo. Em vez dos R\$0,41 por litro – como foi dito aqui –, adotados como preço oficial, muitas vezes o litro do álcool está sendo vendido a R\$0,20, R\$0,30, gerando a inviabilidade de toda a atividade produtiva do álcool.

No meu Estado, Dr. Júlio, tínhamos cerca de 60 unidades produtoras de álcool e açúcar; a previsão é a de que somente 12 venham a subsistir. E a situação não se limita aos Estados de Pernambuco ou Alagoas: atinge São Paulo, Paraná e Mato Grosso. Enfim, onde se está produzindo álcool, a situação está muito difícil, porque – volto a dizer – o preço do álcool nos leilões está baixo, o que inviabiliza a atividade econômica, sobretudo em um cenário de juros estratosféricos e recessão econômica, situações muito adversas para qualquer atividade produtiva, principalmente com as características da produção do álcool.

A produção de cana-de-açúcar, por sua vez, depende da produção de álcool. Hoje, cerca de 70 mil produtores de cana-de-açúcar só têm a produção de álcool ou de açúcar como destino para seu produto. Se os produtores de álcool estão recebendo preços aviltados pelo seu produto, tenderão a pagar também preços aviltados aos produtores de cana. Isso está gerando desemprego generalizado no setor em todo o País, não somente Nordeste. São Paulo está desmobilizando pessoas no setor rural, assim como o Paraná e outros. Além de inviabilizar as unidades produtivas, está inviabilizando também os produtores rurais, num quadro de terrível desemprego como vive o nosso País.

Hoje, neste momento, cerca de 4 mil trabalhadores estejam forçando as portas da Ford querendo trabalhar. Temos um setor que talvez possa assegurar a mais de um milhão de brasileiros emprego com carteira assinada no setor rural e produtivo. No entanto, esses trabalhadores estão sendo desempre-

gados por conta da comercialização distorcida desse nobre produto que é o álcool.

Como o Senador Jonas Pinheiro destacou, calcula-se que três bilhões de reais tenham sido transferidos do setor produtivo do álcool para as distribuidoras. Ou seja, não foi o consumidor brasileiro que se beneficiou com a superoferta do álcool e não foi o Governo que se beneficiou com o aumento de impostos, mas sim os intermediários do setor de distribuição de álcool. Estes obtiveram uma renda adicional de cerca de três bilhões de reais.

Fiz toda essa introdução Dr. Júlio Colombi para reconhecer o papel importante que a Agência Nacional do Petróleo vem desenvolvendo na área do petróleo. Podemos perceber isso nas bombas dos postos de gasolina ao abastecer nossos automóveis.

Ao lado disso e como a lei que criou a Agência Nacional do Petróleo também diz que cabe a ela fiscalizar a comercialização do álcool, eu indagaria a V. S^a, aproveitando a presença do Dr. David, se não seria importante, entre as dezesseis superintendências existentes na Agência Nacional do Petróleo, estabelecer uma para cuidar do álcool.

Os produtores de álcool são mais ambiciosos: eles gostariam de uma agência nacional de regulamentação do álcool. Já que vamos criar a agência nacional dos medicamentos e outras sendo concebidas, por que não criar uma agência nacional para o álcool?

Sou mais modesto, mas talvez se pudesse fazer uma reforma e estabelecer uma superintendência para cuidar do álcool – uma vez que essa atividade está distribuída em dez ministérios, o que dificulta a coordenação, até mesmo reunir dez ministros e dar velocidade às decisões em um mercado tão competitivo como é o dos combustíveis. Como o senhor vê o problema? Estaria disposto a discutir a questão com os seus auxiliares para que fosse criada essa superintendência, para que o setor produtivo de álcool tivesse na Agência Nacional do Petróleo o respaldo necessário para enfrentar a desregulamentação do setor? Volto a dizer que não sou contra a desregulamentação, contra a liberação dos preços. Entendemos que ela deve ocorrer, mas com determinadas regras, para que as sete grandes compradoras de álcool não continuem combinando entre si os preços a pagar pelo álcool e fazendo um leilão para baixo, de modo que comprem de quem vende mais barato. Como os produtores de álcool estão sacrificados, endividados, terminam entregando por preço vil o seu produto. Assim acontece com o álcool o que acontece com o arroz, com o feijão e ou-

tros produtos para os quais estamos chamando a atenção do Governo.

Devemos preservar o mercado do álcool. A Petrobrás está evoluindo para reconhecer a importância desse produto, e a Agência Nacional do Petróleo tem dado mostras de que tem essa visão. Apenas precisamos instrumentalizar isso, com a criação de uma superintendência específica para tranquilizar os produtores.

Volto a dizer que eles não estão mais pedindo subsídios ou favores do Governo. Apenas querem que o Governo regulamente o mercado e que a comercialização seja feita em bases racionais, e não de modo que sete grandes distribuidoras continuem esmagando os 350 produtores de álcool espalhados por todo o País.

Essa é a indagação que faço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Com a palavra o Dr. Júlio Colombi.

O SR. JÚLIO COLOMBI NETTO – Meu caro Senador Joel de Hollanda, estamos nos encontrando semanalmente, quer seja aqui ou na Comissão de Agricultura da Câmara, em reuniões específicas sobre o problema do álcool.

A verdade é que o poder de decisão com relação ao álcool está muito diluído. É uma verdade incontestável, que dificulta o entendimento. Não sei se uma eventual centralização da capacidade de decisão caberia à Agência – estou apenas especulando –, porque a nossa responsabilidade diz respeito ao aspecto combustível, e não à formulação de uma política setorial para o álcool. Não sei até que ponto caberia à Agência essa inserção. Estamos, teoricamente, na berlinda quanto a esse problema, mas entramos nisso pelos problemas, pelo que está envolvido, pela responsabilidade pessoal de cada um de nós no processo.

Este momento é difícil, mais difícil do que há seis meses, quando se prorrogou o contrato, porque o doente está mais combalido. Foi pedido, naquela última reunião da Câmara, que o Governo fosse muito sincero nas suas posições. Eu procurei ser, não sei se o senhor se lembra disso. Eu disse que o primeiro fator fundamental é o setor perceber o Programa do Álcool não é mais o mesmo programa estratégico de 25 anos atrás. Quando o Proálcool foi lançado, o petróleo custava US\$35,00. As perspectivas eram de que passaria para US\$50,00 e de que faltaria petróleo. Ontem, Joelson Beting fez uma análise: tomando por base o preço do petróleo com relação

àquele de 25 anos atrás, o preço de hoje seria US\$3,68 – tirando-se a inflação americana.

Fica muito difícil para o setor do álcool e para o Governo terem a mesma postura estratégica. O nível de subsídio fica cada vez maior. É um programa importante, porque é uma fonte alternativa de energia, não é poluidora, é energia renovável, gera empregos, mas, no curto e médio prazo, o setor tem de estar limitado a um certo tamanho, e o Governo tem de se comprometer a preservar esse potencial e esse ganho do País. Não pode acontecer aumento de produção, como aconteceu no passado.

Eu estava comentando, antes de começar a reunião, que o segundo maior Estado produtor do Brasil, nos dois últimos anos, aumentou em 240% a produção. Não há condição de ninguém absorver isso.

Há outro fator: lembro-me de que, quando eu era criança, orgulhávamos de ver a população brasileira crescendo. "São Paulo tem tantos milhões de habitantes." Hoje, isso não é mais um orgulho, mas uma preocupação. Ocorre o mesmo com a produção de álcool. É muito complicado dizer que é o maior produtor de álcool e de açúcar do mundo. Não somos marginais no mercado internacional. Na hora em que se fala que há um excedente de oferta de álcool ou de cana no Brasil, cai o preço do açúcar lá fora. Não temos vasos comunicantes que nos auxiliem, pelo contrário, nos prejudicam, porque o preço cai. O açúcar é subsidiado num mundo protegido. Fica difícil a venda, e os preços caem. Precisamos tomar muito cuidado com esse afã de produzir mais. O País nem tem onde guardar – acabamos de comentar isso. Está sendo difícil armazenar este álcool. Temos de ter um pouco de cuidado. O Governo sinalizou errado à produção? Sinalizou. Mas também quem está no setor não é nenhum principiante e sabe que, se cada um gera um excedente – dois, dois e meio bilhões de litros – não temos onde guardar. Exportar é impossível. Já se tentou exportar para os Estados Unidos e se viu que é impossível. Transformar em açúcar não dá, porque o mercado está saturado. Precisamos, então, tomar muito cuidado. Há uma linha muito tênue entre produção e oferta. Infelizmente, desde o tempo do IAA, o que se garantia? O IAA garantia preço e quantidade. Há um processo de educação de todos nesse mecanismo. Não é nem mercado. O empresário tem de perceber que só pode produzir dentro de uma certa segurança. Senão acontece o que está acontecendo: uma queda muito grande no preço. Inclusive uma questão fundamental: não é só o problema de produtividade entre Nordeste e Sudeste. Mesmo nesta Região, os níveis de produtividade são muito diferentes. Confor-

me o excesso de oferta, para quem tem um custo maior – quem gerou esse mercado não fomos nós; o governo adiou isso por seis meses; quem criou o mercado foi o Poder Judiciário, inclusive com algumas grandes produtoras de álcool. Penso que é difícil até para o Governo tentar ajudar, pois o Judiciário não auxilia, o excesso de oferta existe, há desnível de custo. Assim, fica muito difícil tentar equacionar essa questão. Não tenho dúvida de que é necessário maior centralização de quem decide, de que é preciso que cada um dos envolvidos no setor tenha maior responsabilidade quanto ao momento atual. Tenho dúvidas sobre onde se deve dar essa consolidação. Poderíamos dispor de uma agência. Sou meio diretor para a área do álcool, que é um desafio muito grande. Envolvermo-nos demais com os problemas de curto prazo. Não sei se seria lá. Mas creio que deveria haver centralização em algum órgão que tivesse mais força e capacidade de decisão para não se diluírem demais as variáveis que estão sendo analisadas. Trata-se de um problema sério, que preocupa o senhor, a mim e a todos nós. Considero fundamental que o Governo sinalize um nível para o programa que seja compatível até com as restrições fiscais enfrentadas pelo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, Senador Mauro Miranda, Srs. Júlio Colombi Netto e Luiz Tito Cerazoli. Sr. Presidente, gostaria de saber se posso perguntar para ambos os senhores, até porque gostaria de relacionar o tema para os dois que estão à Mesa, visando simplificar o debate.

O SR. MAURO MIRANDA – As perguntas, Sr. Presidente, serão convergidas. Se os outros Senadores aceitam a proposta, concordo com a sugestão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Ele não fez a exposição inicial.

O SR. MAURO MIRANDA – Exatamente. Então, vamos permanecer com as perguntas dirigidas só ao Dr. Júlio.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Eu faço a seguinte preposição, Sr. Presidente: que na minha arguição, que não será longa, eu possa externar minhas preocupações ao Sr. Luiz Tito Cerazoli, que, quando fizer sua exposição, terá oportunidade de abordar o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Perfeitamente, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Penso que devemos ter algumas preocupações centrais em todos

os setores objetos de agências que controlam os serviços aos consumidores, bem como o serviço de energia, incluindo a Agência Nacional de Petróleo (ANP) e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Em primeiro lugar, a Petrobrás e tudo o que se refere a petróleo, álcool, gasolina, óleo e combustíveis deve ser promovido no Brasil de modo a se prover maior eficiência possível no sentido de que possamos ter expansão da oferta do combustível a preços os melhores possíveis, sobretudo para que a Nação possa se desenvolver com eficiência; que esse objetivo seja para todo o território nacional, para todos os consumidores brasileiros; que possa haver a maior eficiência possível, e que a Petrobrás, pela forma com que hoje está interagindo com o setor privado e a economia internacional – com outros países – possa se desenvolver e ajudar o desenvolvimento do Brasil.

No caso do setor de telecomunicações, também queremos a maior eficiência possível dos serviços, sobretudo os da área telefônica. Nesses setores, há uma preocupação sobre a natureza de como se organiza a economia.

Por razões históricas e estratégicas, a sociedade brasileira avaliou que deveria haver uma empresa com o monopólio da exploração de petróleo, a Petrobrás, que hoje passa por modificações na sua estrutura. Ao longo da história, muito se tem discutido em que medida o Brasil vem conseguindo o desenvolvimento necessário na área do petróleo, caminhando para poder produzir, se possível, para todo o consumo necessário e mais, obviamente, para também podermos – como outros países grandes produtores de petróleo e de combustíveis – exportar os excedentes.

O Sr. Júlio Colombi, de formação econômica, tem tido uma experiência – e também um grande interesse – em questões relativas a setores que tiveram a participação do Estado e também no que diz respeito a formas de controle da economia estatal. Observo que a sua tese de mestrado na Universidade de São Paulo foi relativa ao declínio das ferrovias de transporte de passageiros. O Sr. Júlio Colombi passou por inúmeros segmentos de economia pública.

Tenho uma pergunta específica: a Brasil Consult é uma empresa do setor público ou é privada? Porque quase todo o seu currículo é associado principalmente a segmentos públicos, incluindo a Embraer, a Eletrobrás, e assim por diante.

Faço a seguinte pergunta a ambos: se podem nos transmitir a sua visão e a sua impressão de como deve – nos seus respectivos setores – ser organizada a economia brasileira no caso do petróleo e do setor de telecomunicações, nessa visão de

como se conseguir a maior eficiência possível, como é que está se dando a interação com o segmento privado, e, no caso específico do Sr. Júlio Colombi, qual a sua visão de como deve ser preservada – se essa for a sua visão – a Petrobrás; que interação deve ter com o setor privado da economia, para que se assegurem os seguintes objetivos: a contribuição maior do setor energético para o desenvolvimento do País para que haja eficiência – eficiência também para todos os consumidores – e, sobretudo, para que haja a garantia de que todos os brasileiros venham a se beneficiar desse desenvolvimento.

Pergunto se, nos seus estudos de economia, V. S^a tem estado atento a alguma forma de assegurar a todas as pessoas da sociedade o usufruto dos recursos naturais, especificamente, do petróleo.

Há no Brasil, como em outras nações, uma definição acerca dos **royalties** decorrentes da exploração de petróleo. Houve estados e nações que resolveram destinar uma parte dos **royalties** da exploração de recursos naturais, como o petróleo, para fundos. Uma das formas mais interessantes, por exemplo, é utilizada pelo Alasca desde 1975. Há vinte anos, o Fundo Permanente do Alasca destina 50% dos **royalties** decorrentes da exploração de petróleo para um fundo administrado da maneira mais transparente e democrática possível, realizando investimentos. Esse fundo, que passou de US\$1 bilhão, em 1980, para mais de US\$22 bilhões, neste ano, provê hoje um dividendo de mais de US\$1.200 por ano para cada cidadão ali residente, mais de US\$100 dólares por mês, com direito à cidadania. Esse é um exemplo de como se assegurar eficiência, aquilo que deseja o Governo, e de se usufruir da riqueza da nação.

Preocupa-me também a denominada eficiência que o Governo gostaria de alcançar, porque, depois de todo o seu empenho em promover a privatização das empresas de telecomunicações, notou-se, no caso de uma das maiores companhias telefônicas do País, a Telesp, adquirida pela Telefônica, uma impressionante publicidade dessa empresa. Víamos que a Telesp fazia alguma propaganda e, muitas vezes, nos perguntávamos se aquilo era necessário, uma vez que se tratava de uma empresa que tinha o monopólio dos serviços telefônicos. Mas o que a Telefônica está fazendo, nas últimas semanas, é algo que impressiona os cidadãos de São Paulo. Em cada rua, em cada ponto de ônibus, há placas e **outdoors** com o nome Telefônica.

Coincidentemente, com uma propaganda de extraordinária presença na cidade e no Estado, começaram a surgir reclamações extraordinariamente

fortes sobre a qualidade do serviço. Tive a oportunidade de ver o noticiário de anteontem, ontem e hoje, que informa sobre a baixa qualidade dos serviços prestados pela telefônica, havendo até mesmo telefones mudos. Ainda mais com a responsabilidade de ser hoje membro da Anatel, tenho acompanhado os noticiários. "Telefônica entrega 12 mil telefones mudos" – é a manchete de hoje da **Folha de S. Paulo**. "Problemas com telefone irritam a população" – é a manchete do jornal **O Estado de S. Paulo** de ontem, com inúmeras reportagens: "A telefônica admite defeitos em novas linhas; Atrasos em plano de expansão são as principais queixas do Procon; Consumidor critica mudanças de prefixos".

Várias pessoas adquiriram telefones, tendo efetuado o pagamento desde 1996, e finalmente conseguiram tê-los instalados nos meses de outubro, novembro e dezembro. Entretanto, os telefones estão mudos, e sobretudo a população de Guaianazes, Capão Redondo e de outros bairros das zonas periféricas de São Paulo está mostrando uma insatisfação muito grande.

Então, gostaria que V. S^a fizesse uma análise do processo de privatização, avaliando em que medida a Anatel poderá modificar esse quadro. São essas as minhas questões fundamentais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Inicialmente, o Dr. Júlio Colombi Netto vai responder às perguntas formuladas pelo Senador Eduardo Suplicy a respeito da atuação da empresa. Posteriormente, na devida oportunidade, o Dr. Luiz Tito Cerazoli responderá também a apertes.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, cumprindo o Regimento Interno, gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a: quando terminassem as respostas e a inquirição do Dr. Colombi, ouviríamos então a exposição do Dr. Luiz Tito Cerazoli, e depois ele responderia. Aqueles que se inscreveram primeiro ficaram por último em relação às perguntas do Dr. Luiz Tito Cerazoli, se obedecida essa ordem que V. Ex^a anunciou. Creio que, pelo Regimento, termina um processo e depois o outro.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência vai proceder exatamente dessa forma.

O SR. GERSON CAMATA – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Com a palavra o Dr. Júlio Colombi Netto.

O SR. JÚLIO COLOMBI NETTO – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a apresenta um ponto fundamental. Trabalhei mais de 30 anos no setor público –

USP, Banespa, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Secretaria da Fazenda, Secretaria de Planejamento – e tive muito contato com funcionários de empresas. Às vezes, as pessoas pensam que as empresas foram feitas para servir aos trabalhadores, e não ao País. O mesmo risco teremos com a Agência. Por isso deveremos sempre nos perguntar por que existimos, qual é a nossa missão e como poderemos ser eficazes, não tendo o delírio do cargo ou o delírio do dia-a-dia sem verificar qual a nossa real função. Tratando-se de uma coisa nova no setor público brasileiro, a nossa responsabilidade é maior ainda.

Como disse anteriormente, temos a humilde pretensão de ser uma pequena luz para sinalizar um setor público diferente. Estamos iniciando um processo de abertura, não temos muita experiência na regulação, mas estamos aprendendo dia após dia. No ano passado, por exemplo, quando estivemos discutindo o Orçamento, na sala do Presidente da Comissão de Orçamento, alguns Deputados fizeram uma série de perguntas a nós e disseram assim: "Dr. Júlio, isso não está nem ligado à justificativa do Orçamento, mas gostaríamos de conhecer mais sobre a agência." Falei que poderia responder o que eles quisessem, naquele momento, com relação ao Orçamento. No entanto, asseverei que considerava importante convocar o Dr. David ou algum de nós, em qualquer momento, para uma discussão – não necessariamente em um período certo do ano – para que pudesse haver uma interação com o Congresso. Há, aí, algo dinâmico, no bom sentido, pois vamos mudando conceitos e percepções, a cada dia, na vivência com o mercado e com os desafios.

Esse tipo de discussão que ora está havendo não pode ocorrer apenas naqueles dias em que um de nós estiver sendo argüido pelo fato de estar vencendo o mandato, ou por ele estar sendo revalidado, mas sim para problemas específicos. Com certeza, uma série de situações que vivenciamos serão, eventualmente, modificadas no futuro. Então, quanto mais houver interação com o Congresso, muito mais fácil será empreender mudanças, pois elas terão amadurecido conjuntamente, na vivência.

No que tange à abertura, dizem que pior que o monopólio público é o monopólio privado, então, devemos ter cuidado para não sairmos do primeiro para o segundo caso, também chamados cartéis privados. Talvez seja esse o grande desafio da agência, ou seja, dar condições para que, não só no abastecimento, no **downstream**, como também no **upstream**, consigamos cada vez mais introduzir novos agentes, a fim de que a competição tenha o objetivo final de oferta e qualidade maiores, além de

preços menores. Senão, a existência de uma agência não teria sentido. Trata-se de um processo que deve ser perseguido.

Quanto à situação da Petrobrás nesse contexto, algo me surpreendeu muito favoravelmente, pois esse órgão até hoje defende-se muito bem nessa abertura e, em algumas cargas, bem demais. Tanto é assim que, no caso do gás, que com certeza nos fará voltar aqui brevemente, a Petrobrás vem verticalizando o processo, ou seja, elas são donas dos dutos, demandam e estão também entrando na sociedade de empresas estaduais, com participações significativas. Essa verticalização, certamente, não é saudável para o País. A preocupação, pelo contrário, é de que tentemos minimizar a ação de algumas empresas que estão tentando verticalizar algo que ainda nem bem começou.

A Petrobrás tem uma importância crucial nessa transição, porque ela é muito grande, tem domínio e é eficiente e eficaz. Devemos, então, conduzir esse processo de tal forma que a Petrobrás não seja apenas por ser eficiente, por ser grande ou por ser estatal. Devemos, inclusive, ter muito cuidado com relação à liberação da importação de derivados – **die-sel** e gasolina, fundamentalmente –, uma vez que a Petrobrás consegue, refina e produz um bilhão de barris e o restante, efetivamente, importa de derivados. Desse modo, talvez tenhamos que começar liberando a importação daquela parcela que a Petrobrás não produz.

A Petrobrás, atualmente, possui 98,7% do refino nacional – Manguinhos e Ipiranga chegam apenas a 1,3 – e maximiza sua capacidade de refino em suas onze refinarias, no contexto do Brasil, tendo praticamente todo o jogo sob controle. Isso é positivo, porque ela maximiza, nesse âmbito, sua eficácia.

A partir do momento em que se liberam as importações, deve-se tomar cuidado porque em cada tipo de petróleo e de craqueamento há produtos que saem quase como subproduto. Se ocorrer a abertura de importação sem muita atenção, começar-se-ão a captar os subprodutos de diferentes refinamentos do mundo, e, daí, a condição de competitividade da Petrobrás ficaria prejudicada.

Essa abertura deve ser feita de tal forma que seja possível instalar a concorrência, uma vez que com os 98% de refino da Petrobrás não existirá concorrência no Brasil nem em vinte anos. No Ceará, só se começará a produzir em cinco anos, então, nos primeiros cinco anos haverá 5,8% a mais nessa oferta. Para que o setor privado tenha 40% ou 50%, seria necessário esperar-se em torno de sete a quinze anos.

Uma das saídas, talvez, seria a Petrobrás dispor de algumas refinarias no decorrer do processo, fazendo dinheiro para investir inclusive em exploração e produção de petróleo. Todavia, isso com muito cuidado, porque a Petrobrás é um patrimônio nacional, que deve ser preservado – talvez não nesse tamanho, mas tem de ser preservada.

Com relação ao gás, trata-se de algo novo. Então, os agentes vão entrar de uma forma mais dinâmica, porque temos 2% da matriz com gás hoje, e o setor privado está presente; portanto, será mais fácil fazer a passagem por aí.

Na área de abastecimento, temos 171 distribuidoras. É evidente que 5% ou 6% dominam 70% a 80% do mercado, mas já há uma concorrência razoável.

A preocupação com relação à proteção do cidadão brasileiro passa pelo consumidor e pelo cidadão. Na área de abastecimento, quando se evita que ocorram adulterações, protege-se o consumidor e o cidadão, porque ali ocorre também uma burla fiscal. Quando se evita a sonegação, protege-se fundamentalmente o cidadão. São Paulo, por exemplo, perde mais de R\$300 milhões por ano com a sonegação. Esse dinheiro poderia ir para a educação, para a saúde, amenizar o problema do desemprego naquela unidade da Federação, que nos preocupa demais.

Com relação à segurança, também há outra questão fundamental, não só com relação ao problema de gasolina e Diesel, mas, principalmente, quanto ao gás. Estamos revendo a legislação com relação, inclusive, à distribuição de gás a granel. Há um programa de requalificação de botijões no Brasil – ficamos cerca de 40 anos sem fazer isso. Há verdadeiras bombas circulando por aí, e esse processo deveria ser intensificado. Tudo isso significa preocupação final com o consumidor.

Com relação ao aspecto do **upstream** – produção e exploração de petróleo –, se a Petrobrás for vender 23% da participação para o setor privado, deveria ser feito um esforço para que essas ações sejam pulverizadas entre os cidadãos brasileiros, utilizando para isso recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, do FAT etc., para que também os trabalhadores de menor renda tenham acesso às ações da Petrobrás. Se a Petrobrás é um orgulho nacional, porque não sermos sócios desse orgulho? Essa é uma forma, como fez a Inglaterra no seu processo de privatização, onde ocorreu um crescimento do mercado acionário muito grande, e a participação de boa parte da classe média e dos trabalhadores, comprando ações, foi o grande motivo do sucesso da privatização.

Em relação ao aumento da produção, abertura para novos sócios é fundamental, porque pode-se aumentar a produção interna e com isso ficar livre, minimizando as restrições quanto à balança de pagamentos, pois a balança comercial, que deveria ser superavitária, não está equilibrada até hoje.

No ano passado, com toda essa queda relativa ao petróleo, a importação líquida nessa área foi de US\$3,56 bilhões. Isso ainda é algo bastante significativo, e poderia ajudar no contexto macroeconômico, inclusive impondo menos restrições à população pela contenção de divisas.

Aumentando os investimentos na área, conseguiremos criar mais empregos. É evidente tratar-se de uma área em que a criação de empregos tem uma influência muito grande, mas, às vezes, não se abre tanto mercado de trabalho. Contudo, na cadeia toda, isso é muito significativo.

Quanto a essa preocupação que V. Ex^a levanta e que entendo crucial, nós, sócios nesse desafio – Agências e Congresso –, temos de criar essa interface e essa inter-relação constante para que não percamos de sentido o significado da existência da Agência. A Agência existe para regular mercado e para fiscalizar os procedimentos de modo a que os produtos sejam de melhor qualidade, não se formem cartéis, haja concorrência saudável com transparência absoluta. Dessa forma, estarão sendo dadas as condições para que os consumidores sejam beneficiados e, de uma forma direta ou indireta, também toda a sociedade. Esse desafio é fundamental, senão não teríamos razões para existir.

O SR. PRESIDENTE(Nabor Júnior) – Com a palavra o último orador inscrito, Senador Levy Dias.

O SR. LEVY DIAS – Sr. Presidente, Dr. Júlio Colombi Netto, Srs. Presidentes das Agências aqui presentes:

Dr. Júlio Colombi, V. S^a teve o privilégio de fazer hoje uma exposição muito concreta sobre o problema que está afeto a sua responsabilidade.

Gostaria de repetir para o senhor e para os membros da agência de petróleo e agência de telecomunicações uma colocação que fiz quando vieram aqui o Ministro Pedro Malan e o Presidente do Banco Central, Dr. Gustavo Franco.

À medida em que o assunto vai sendo exposto – como é o caso específico do petróleo, matriz energética nossa –; e à medida em que se vão levantando as questões, queiram ou não, a nossa mente navega também em outro setor. Por quê? Porque há um conjunto de medidas que o nosso País precisa administrar com muito cuidado, para conseguir o re-

sultado adequado. Sendo assim, gostaria de fazer um pedido ao senhor e aos membros da agência para que ouçam os Parlamentares. Peço-lhes que nos ouçam não por obrigação legal, mas ouçam a posição das pessoas que vivem o outro lado da questão, pessoas que convivem com o consumidor, com o povo brasileiro, razão maior de estarmos todos aqui.

Talvez o problema nº 01 do nosso País seja o juro. Questionei o Ministro Pedro Malan sobre essa questão. No Orçamento da União, que veio para o Congresso votar este ano, o dinheiro reservado para pagamento de juros quase atingia 100 bilhões de reais. Disse o Sr. Ministro Pedro Malan que a cota do Brasil no FMI é de três bilhões de dólares. A imprensa publica todos os dias que, atualmente, apenas o juro da dívida interna passa de sete bilhões de reais por mês.

Então, eu disse ao Ministro Pedro Malan o seguinte: "Sr. Ministro, esse assunto do FMI ficou pequenininho. O senhor está numa luta terrível, o Presidente do Banco Central também, e o Senado está reunido para discutir o ajuste com o FMI, em busca de um aporte de capital de vinte bilhões de dólares. O juro da dívida interna engole esse valor em menos de 90 dias.

A imprensa brasileira publicou, vastamente, que a venda do Sistema Telebrás foi o maior negócio do ano. O juro da dívida interna engoliu todo o dinheiro em 90 dias. Sendo assim, o FMI, esse pacote que está sendo ajustado, como também a venda do Sistema Telebrás ficaram pequenininhos".

O dia em que o Dr. Guerreiro esteve na Comissão de Economia, debatemos com ele, como estamos fazendo agora, e eu lhe disse que, à medida em que debatíamos o assunto, sentíamos mais segurança, porque esse processo todo ainda é desconhecido para nós. Diz o poeta "que o caminho se constrói caminhando". Estamos construindo as nossas agências à medida em que o tempo vai passando e que se vai caminhando.

Apenas com o juro da dívida interna, em 90 ou 120 dias, poderíamos construir o nosso FMI particular, tal o volume do dinheiro destinado ao problema do juro. E o que ocorre com o juro? Mata quem trabalha e privilegia quem especula.

Ontem e anteontem, assistimos pela televisão à situação da Ford do Brasil. A TV mostrou repetidas vezes os funcionários demitidos voltando ao trabalho porque querem continuar trabalhando. Eu diria ao senhor que o primeiro problema que temos é o juro; o segundo, é o desemprego.

Mas por que apareceu na televisão a Ford? Porque encontra-se no ABC paulista. Mas as pequenas empresas, as microempresas, que têm três, quatro, cinco funcionários, que hoje estão demitindo 100% dos seus funcionários, não aparecem na televisão e são a grande maioria.

Eu compreendo o Senador Joel de Hollanda quando S. Ex^a defende o programa do álcool e entendendo quando V. S^a responde que esse problema está relacionado com uma política definida para a energia. A argumentação do Senador Joel baseia-se principalmente na massa de desempregados gerada em cada Estado. E não deve haver, Dr. Colombi, no mundo, problema mais dolorido do que o desemprego. O cidadão chega a sua casa e se sente impotente porque não tem condições sequer de colocar um pão na mesa para os seus filhos.

Resumindo, gostaria de dizer-lhe que o Governo que apoiamos e para o qual torcemos deve definir urgentemente uma política que amenize o custo de produção para o povo brasileiro possa produzir.

No Rio Grande do Sul, terra do Senador José Fogaça, o arrozeiro, detentor de alta tecnologia de produção, foi para o Uruguai, para a Argentina, onde ele compra uma máquina brasileira 20% mais barata do que compraria aqui, em razão das normas do Mercosul. Nós nos tornamos, neste ano, Dr. Colombi – e isso envolve todos nós –, um dos maiores importadores de comida do mundo, o maior importador de arroz do mundo. Temos condições de produzir arroz para o mundo inteiro e trouxemos arroz do Vietnã.

Estou falando tudo isso, para fazer uma pergunta ao senhor relativa ao problema do consumidor. Tenho certeza de que a pergunta que farei ao senhor – a TV está colocando no ar, neste momento, tanto a minha pergunta como a sua resposta – interessa à grande parcela do povo brasileiro. O senhor recentemente participou em Quebec de uma conferência sobre os vinte e cinco anos da primeira crise do petróleo. Eu gostaria que o senhor respondesse quanto custava, na época do pico da crise do petróleo, um barril de petróleo.

O SR. JÚLIO COLOMBI NETTO - Até US\$34.

O SR. LEVY DIAS – Joelmir Beting, em uma matéria de ontem, dizia que, hoje, expurgando a inflação do dólar americano, esse mesmo barril custa US\$3,8. Eu não me recordo de nenhuma queda desse tamanho no preço do combustível na bomba para o consumidor. Quanto custava, no pico da crise do petróleo, um litro de gasolina na bomba e quanto custa hoje?

O senhor disse que a Petrobrás é muito grande, muito forte. Será que a Petrobrás não é muito

rica em razão de ter caído o preço do petróleo no mercado internacional, mas não ter baixado o preço da gasolina para o consumidor? Não ter baixado o preço do óleo diesel para quem trabalha e produz, apesar do preço ser subsidiado?

O que eu quero dizer com isso, Dr. Colombi? Torço para que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em quem confio e em quem votei, consiga clarear o ano 2000 para o povo brasileiro, razão pela qual o Presidente está na Presidência. Se este ano for melhor um pouco que o ano passado, vamos ter condições de pagar os juros que estamos colocando no orçamento da União para este ano e para o ano que vem.

A minha torcida é para que, cada um no seu setor, façamos um trabalho para exterminar esse câncer. Esse câncer não pode ser, para o povo brasileiro, para o homem que trabalha no nosso País, mortal. Esse tumor – que são os juros – tem de ser benigno.

O dia em que apresentei o problema para o Ministro Pedro Malan, com estas colocações claras, simples, mas extremamente objetivas e sinceras, ele só teve uma resposta: "Eu concordo com V. Ex^a em número, gênero e grau." Só que precisamos fazer alguma coisa.

Eu queria deixar a pergunta para o senhor sobre o preço dos combustíveis para o consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao Dr. Júlio Colombi Netto.

O SR. JÚLIO COLOMBI NETTO - V. Ex^a assinalou inicialmente que a idéia da regulação das agências é algo de novo para V. Ex^{as} e para nós. Concordo plenamente, quando comentei a pergunta do Senador Eduardo Suplicy, e penso que essa interface tem de ser intensificada. Além de ouvirmos V. Ex^{as}, devemos discutir e passarmos os nossos problemas do dia-a-dia, aquilo que vemos que valeria a pena eventualmente mudar.

Com relação ao consumidor, na parte do abastecimento fizemos bastante. Estamos eliminando o problema de adulteração de solventes, desde que começamos a fazer fiscalizações mais efetivas nas agências entre abril e maio. O nível de adulteração em amostragem nos combustíveis estava entre 15% e 20% – hoje não se registram 2%. Quem abastece, hoje, no posto de gasolina, tem a segurança de que, apenas na exceção, existe um ou outro posto trabalhando com adulteração.

Também eliminamos, praticamente, o problema de sonegação fiscal. A sonegação não só retira dinheiro dos Estados que podem investir na área so-

cial como também deturpa o problema da concorrência dentro do setor, porque aquele que não paga imposto tem muito mais condição de concorrer com quem estaria pagando.

Com relação à preocupação de estimularmos o crescimento da produção no Brasil, há dois vertentes: o aumento da produção leva a mais emprego e limita-nos a geração de divisas.

Finalmente, quando V. Ex^a indaga como fica o preço da gasolina e do diesel com relação à queda, no tempo, do preço dos combustíveis, é fundamental entender que, à exceção dos Estados Unidos e da Venezuela, todos os outros países fazem dos derivados uma fonte de receita fiscal, inclusive países da Europa com situação fiscal muito mais tranqüila que a nossa – na França, a gasolina é US\$1.20; aqui, custa entre US\$0.70 e US\$0.75. Ela carrega uma parte de tributação, uma parte do custo efetivo e o que hoje chamamos de parcela de preços específicos, a antiga conta FUP, que é a conta petróleo.

Segundo balanço da Petrobrás, em 30 de junho o Governo devia à Petrobrás R\$4,8 bilhões. Isso porque no passado, quando o petróleo foi mais caro que hoje, o Governo não transferiu esse ônus ao consumidor. Simplesmente fez a Petrobrás cobrar menos na refinaria, o preço final ao consumidor era menor. A Petrobrás bancou, mas a conta final é do Governo. Hoje, parte desse imposto é para zerar essa conta, e prazo para que ela seja zerada é até 06 de agosto de 2000. Provavelmente, faremos isso até o final do ano, mais tardar até fevereiro do ano que vem. Então, as partes aí envolvidas são o custo efetivo, a tributação fiscal e o ressarcimento com relação ao PPA.

O SR. LEVY DIAS - Será abaixo?

O SR. JÚLIO COLOMBI NETTO – Se não tivermos desafios fiscais, acredito que sim. Essa é uma decisão que o Congresso tomará junto com o Executivo. Era essa explicação que eu queria dar a V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Agradeço a exposição do Dr. Júlio Colombi Netto e as respostas que apresentou aos questionamentos dos Srs. Senadores.

Passando ao segundo item da pauta, convido o Senador Joel de Hollanda para assumir a Presidência, já que sou Relator deste processo.

Estamos fazendo a votação simultânea para os dois indicados: Dr. Júlio Colombi Netto, para a Agência Nacional do Petróleo, e Dr. Luiz Tito Cerazoli, para a Agência Nacional de Telecomunicações.

Passo a Presidência dos trabalhos para o Senador Joel de Hollanda, para que eu possa relatar o processo relativo à indicação do Dr. Luiz Tito Cerazoli para a Agência Nacional de Telecomunicações.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – Dando prosseguimento a esta reunião, a Presidência concede a palavra ao Relator, Senador Nabor Júnior, para apresentar a mensagem de indicação do Sr. Luiz Tito Cerazoli para exercer o cargo de Membro do Conselho-Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações.

Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR – Sr. Presidente, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o Senhor Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Luiz Tito Cerazoli para exercer o cargo de Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações, com mandato até 04 de novembro do ano 2002, na vaga decorrente da exoneração, a pedido, do Sr. Mário Leonel Neto.

Cabe, portanto, ao Senado Federal aprovar previamente por voto secreto, após arguição pública, a escolha dos Conselheiros da Agência Nacional de Telecomunicações.

A Lei nº 9.472, de 1997 – Lei Geral das Telecomunicações –, criou a Agência Nacional de Telecomunicações e instituiu no seu órgão máximo o Conselho Diretor, composto de cinco Conselheiros, com mandato de cinco anos. Os primeiros mandatos dos Membros do Conselho Diretor foram, entretanto, estabelecidos em 3, 4, 5, 6 e 7 anos, segundo determina a lei em seu art. 25.

O Sr. Mário Leonel Neto havia sido nomeado em novembro de 1997 para um mandato de seis anos, mas, em virtude de ter-se exonerado para assumir uma das vice-presidências do Consórcio Intelsat, Organismo Internacional do qual faz parte o nosso País, aquele período deverá ser completado por um sucessor, conforme estabelece o Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, em seu art. 22 parágrafo único.

O **currículo vitae** anexado à Mensagem Presidencial nº 27, de 1999, evidencia que o Sr. Luiz Tito Cerazoli, indicado para cumprir a parte restante do mandato originalmente conferido ao Sr. Mário Leonel Neto, possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo.

Engenheiro de Eletrônica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Engenheiro de Telecomu-

nicações pela Universidade Gama Filho, o Sr. Luiz Tito Cerazoli ocupou o cargo de Engenheiro na Standard Elétrica S.A e na Telesp – Telecomunicações de São Paulo; na Embratel – Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A – ocupou as chefias da Seção de Projetos e de Serviços; da Seção de Tráfego; da Divisão de Tarifas e Preços do Departamento Comercial e do Departamento de Coordenação Comercial; no Ministério das Comunicações, foi Diretor de Tarifas e Preços, além de Presidente do Grupo de Telecomunicações para a América Latina da União Internacional de Telecomunicações – UIT; Membro da Delegação brasileira nas negociações do Acordo de Telecomunicações básicas da Organização Mundial de Comércio e Membro da Comissão Especial de licitação da Banda "B" no serviço móvel celular.

O Sr. Luiz Tito Cerazoli ocupa, desde novembro de 1997, o cargo de Superintendente de Serviços Públicos da Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações –, onde já havia exercido também as funções de Membro do Comitê de Infra-Estrutura Nacional de Informações e de Membro da Comissão Especial de licitação das autorizações do STFC.

As funções e os cargos relacionados no citado **curriculum**, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes deste Colegiado, atesta o nível de qualificação profissional e a formação acadêmica do Sr. Luiz Tito Cerazoli, ficando, assim, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal em condições de deliberar sobre a sua indicação para exercer o cargo de Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações, no tempo remanescente do mandato que havia sido conferido ao Sr. Mário Leonel Neto.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – A Presidência agradece ao Senador Nabor Júnior o relatório.

Antes de conceder a palavra ao Dr. Luiz Tito Cerazoli designa os Senadores José Fogaça e Gerson Camata para serem os escrutinadores na votação do Dr. Júlio Colombi, já que todos os Senadores votaram.

A Presidência informa que, por 21 votos favoráveis e nenhum contrário, o nome do Dr. Júlio Colombi foi aprovado.

A Presidência vai comunicar ao Presidente Antonio Carlos Magalhães o resultado da votação desta Comissão. (Palmas.)

O Dr. Júlio Colombi está liberado.

Com a palavra o Dr. Luiz Tito Cerazoli.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, gostaria de informar, embora seja secreto o voto, que votei favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – A Ata registrará o voto de V. Ex^a.

Com a palavra o Dr. Luiz Tito Cerazoli.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Eu entendi...

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – Nenhum contra.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Perdão, eu entendi um contra.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – Então poderia ser o de V. Ex^a.

Com a palavra o Dr. Luiz Tito Cerazoli.

O SR. LUIZ TITO CERAZOLI – Senador Joel de Hollanda, ilustres Senadores, meus colegas de trabalho, inicialmente digo da minha honra de estar aqui frente aos Senadores do meu País sendo sabatinado e da emoção que estou sentindo pelo que este evento representa para mim, para minha mulher, para minhas filhas e também para meus companheiros.

Vou centrar minha fala, procurando ser o mais breve possível, na parte da minha carreira profissional, em que tive a honra de trabalhar na equipe do saudoso Ministro Sérgio Motta.

Fui convidado, em dezembro de 1995, pelo Dr. Guerreiro, para trabalhar no Ministério das Comunicações, na Diretoria de Tarifas e Preços de Serviços de Comunicações e Postais. Desde então, algumas épocas com mais intensidade e outras com menos, eu me engajei em diversas tarefas, em diversos passos, para o planejamento, para a execução da transformação do setor de telecomunicações, começando no Ministério das Comunicações e terminando no Ministério das Comunicações e na Anatel.

Nos anos de 1996 e 1997, participei – começando por um projeto que reputo de maior importância, o primeiro projeto na transformação do setor – do projeto de reestruturação tarifária. A estrutura tarifária do serviço de telefonia, até abril de 1997, era extremamente perversa para a entrada ao serviço. Existia um esquema de autofinanciamento. Como o Estado não tinha dinheiro para investir nas empresas do setor de telecomunicações, e o lucro não era suficiente, não havia como investir. A forma encontrada pelos responsáveis pelo setor de telecomunicações foi a sistemática de autofinanciamento, em que o usuário financiava parte dos equipamentos que seriam colocados à rede para disposição dele. Isso criava uma tremenda barreira à entrada, porque o valor de autofinanciamento, que chegou a ser

R\$2.500,00 no ingresso, chegou a atingir por fim R\$1.117,00, o que praticamente segregava o acesso ao serviço à classe média-alta.

O primeiro passo para a transformação de todo o setor, adotado pelo então Ministro Sérgio Motta, foi mudar essa estrutura de tarifas. Eliminou-se o autofinanciamento, esse valor de ingresso começou com R\$300 e hoje é R\$80 no serviço telefônico fixo comutado. Além disso, reestruturaram-se todas as tarifas dos serviços locais, longa distância nacional e internacional. Como o serviço local era extremamente barato – a assinatura chegou a custar R\$0,60 por mês e no último estágio estava em R\$2,60 mensais –, houve uma alteração colocando os serviços prestados – o local e o longa distância nacional e internacional – no seu devido valor, isto é, próximo aos custos de prestação.

Posteriormente a essa atividade de reestruturação tarifária, trabalhei ativamente na regulamentação do serviço móvel celular, que, à semelhança do que fizemos neste ano para o serviço telefônico, possibilitou toda a transformação, a introdução da competição e até a privatização do serviço móvel celular. Neste, regulamentamos o plano geral da divisão do País em áreas, as regras de competição, de interconexão e de tarifa. Tudo isso foi feito para possibilitar a privatização da Banda B.

Depois da regulamentação, participei do edital de licitação da Banda B e fiz também parte, como membro, da comissão de licitação – um evento terminado no ano passado. Tive grande orgulho de participar de todo aquele processo, desde a regulamentação até a finalização.

Nessa época, participei mais timidamente – de modo menos ativo – da discussão do novo modelo de telecomunicações, que embasaria as transformações institucionais no setor.

Em dezembro de 1997, fui convidado pelo Conselho-Diretor da Anatel para assumir a Superintendência de Serviços Públicos da referida Agência, que possui cinco superintendências, sendo três de serviços – serviços públicos, serviços privados e comunicações de massa. Fiquei, então, encarregado da Superintendência de Serviços Públicos, que se refere basicamente aos serviços telefônicos.

Nessa condição, em 1998 – um ano de muitas realizações na Anatel –, trabalhei fortemente, com toda a Agência, na regulamentação da prestação dos serviços públicos. O primeiro passo desse processo foi a emissão do plano geral de outorgas, aprovado por meio de um decreto do Presidente da República que definiu o cenário da prestação de ser-

viços públicos no Brasil. Estabeleceu-se, inclusive, que o serviço telefônico fixo comutado seria o único prestado no regime público no País – mesmo assim, concomitantemente à sua prestação no regime privado. No regime público, o serviço seria prestado pelas concessionárias – empresas que vinham do processo de desestatização e outras independentes – e, no privado, pelas autorizadas, empresas cuja licitação está sendo ultimada a fim de que possam competir com as primeiras.

Esse plano de outorga, que se refere unicamente ao serviço telefônico, dividiu o País em quatro áreas de atuação – a primeira, do litoral até o Amazonas, começando pelo Rio de Janeiro; a segunda, em São Paulo; a terceira, do Centro-Oeste, incluindo Brasília, até o Sul; e a última, uma região virtual, de atuação da empresa de longa distância nacional.

Criaram-se, então, as regras de competição, de tal forma que, pelo menos até 31 de dezembro de 2001, cada concessionária ficará segregada à sua área de atuação, sendo que haverá de duas a quatro autorizadas em cada área. A autorizada que trabalhar na área nacional não poderá atuar em nenhuma outra área, e as que o fizerem nas áreas regionais poderão trabalhar em três áreas.

Então, o modelo definiu basicamente de seis a oito prestadores do serviço telefônico fixo, já em regime de concorrência, e criou regras para que, a partir de 31 de dezembro de 2001, uma empresa possa ampliar sua área de atuação e seu âmbito de prestação de serviço. Esse plano de outorgas, aprovado pelo Presidente, foi muito importante para definir o modelo de prestação de serviços da principal rede de telecomunicações no Brasil e no mundo, a rede telefônica.

Em seguida, a Anatel preparou para aprovação do Presidente da República o Plano de Metas de Universalização, instrumento que transforma principalmente a relação sociedade-prestador de serviço telefônico, definindo claramente os direitos do usuário da sociedade quanto ao acesso e fruição do serviço telefônico fixo comutado.

Criamos dois tipos de direitos do usuário, a serem atendidos por meio de metas quantitativas e qualitativas dos concessionários. Até dezembro de 2001, essas metas serão quantitativas, ou seja, definimos o número de telefones fixos que as concessionárias terão que instalar, por Estado da Federação, ano a ano, até 31 de dezembro de 2001. A partir dessa data, as metas serão qualitativas, ou seja, todo cidadão que desejar ter um telefone, a partir do ano 2002, deverá ser atendido no máximo em quatro

semanas, contadas do seu pedido. Em 2005, esse prazo será de apenas uma semana. Repetindo, trata-se de dois tipos de metas: quantitativa até 2001 e depois qualitativa.

Nós, da Anatel, temos sempre divulgado que o importante é que as metas são de fácil supervisão pela sociedade. Aliás, quando da realização desse Plano de Metas de Universalização, o objetivo principal foi torná-las de fácil entendimento e cobrança pela sociedade. Esse foi o principal mote – digamos assim – desse plano que finalmente estabelece os direitos do cidadão no acesso e fruição do serviço telefônico, coisa que não existia antes.

Posteriormente, o Conselho Diretor da Anatel aprovou o Plano de Metas de Qualidade, que definiu, ano a ano, a partir de dezembro de 1999, o nível de qualidade a que o usuário terá direito a experimentar na fruição do serviço: qualidade de serviço, de chamadas completadas, de atendimento em loja, de atendimento em reparos, de mudança de endereço, enfim, níveis de qualidade em todos os aspectos relacionados à prestação do serviço, fato que também não existia. Tanto o Plano de Metas de Universalização quanto o Plano de Metas de Qualidade são uma novidade. Não existia, para as concessionárias prestadoras de serviço público no Brasil, nenhum tipo de obrigação de qualidade no atendimento ao cidadão.

Em seguida, a Anatel assinou com todas as concessionárias prestadoras de serviços do País, tanto de telefonia quanto dos demais serviços, o que para mim, particularmente, foi o maior trabalho da empresa neste ano: os contratos de concessão do serviço telefônico fixo comutado, que também não existiam. Anteriormente, os contratos de concessão da maioria das empresas prestadoras de serviço não definiam claramente os direitos e deveres dos usuários e das empresas, nem as prerrogativas do poder concedente ou as sanções por não cumprimento das obrigações.

Dentre as preocupações demonstradas aqui, uma delas já foi tratada nesses contratos de concessão: a questão tarifária. Nesses contratos de concessão exigimos transferências de produtividade anual por tipo de serviço prestado. Para o serviço local, como tem uma tarifa mais aderente ao custo, exigimos transferências de produtividades anuais que vão dar, em 2005, uma redução de tarifa real para o usuário de 5%, apesar de o serviço já estar aderente aos custos. Então, os prestadores, para fazer face a esse desafio, têm que promover uma redução de custos para poder cumprir com o compromisso que têm com o poder concedente.

Nos serviços de longa distância nacional, se não me engano, a redução de tarifa exigida, até 2005, é de 25%; é uma redução de um quarto da tarifa. E no internacional, é de dois terços a redução da tarifa. É, vamos dizer assim, uma novidade e a gente já fez o desafio **a priori** para as concessionárias, quando prestarem o serviço, saberem que vão ter que transferir para a sociedade, ano a ano, os ganhos de produtividade que foram colocados no contrato de concessão.

Agora, em sendo uma empresa que trabalha com infra-estrutura, e infra-estrutura é muito difícil virar a chave e a qualidade aparecer no..., depende de investimentos que vêm, às vezes, de dois, três anos anteriores. Os protocolos, os compromissos de qualidade e o de universalização amarramos em 31 de dezembro de 1999. Até lá, criamos um instrumento denominado protocolo de compromisso, em que vamos acompanhar a atuação das empresas – elegemos 21 indicadores de qualidade de atendimento – em que as empresas vão nos informar mensalmente – já nos informaram qual é a previsão de evolução dos indicadores que elas tinham em julho de 1997 até dezembro 1998 – qual é a evolução que elas estimam, qual é a curva que elas estimam para chegar àquele indicador que, a partir de dezembro de 1999, vai ser integralmente exigido. Mês a mês eles mandam as informações e nos informam qual é o batimento previsto contra o realizado. E a nossa intenção é, neste mês de janeiro, fazer uma reunião para a revisão dos resultados semestrais do ano passado, para ver se está havendo um desgarramento ou não dos compromissos que eles assumiram conosco nesses protocolos de compromisso.

Logo depois desse protocolo de compromisso, houve o processo de privatização, a agência se envolveu no processo de privatização, analisamos a documentação de 76 empresas individuais que entraram no processo e de 34 grupos econômicos que participaram do leilão das empresas do Sistema Telebrás – um processo que foi vitorioso; orgulho-me de ter participado desse processo –, e fizemos tanto as diretrizes, quanto o edital, quanto o processo mesmo de licitação das que são denominadas de "empresas-espelho", além de vários regulamentos (regulamento de interconexão, regulamento de numeração, regulamento do serviço de telefone fixo comutado). Revimos uma norma – aquela que capeava, que estava dentro do catálogo telefônico – para adequá-la ao novo ambiente de prestação, da possibilidade de o usuário escolher o prestador de serviço que lhe for de interesse, a questão de inadimplência, tudo isso foi revisto no novo regulamento do serviço do telefone fixo comutado. Então, foi um ano de in-

tensa realização, intenso trabalho, intensa motivação, foi gratificante trabalhar com esse time que há na Anatel. Tanto para cima (do Conselho Diretor), como para baixo, para o lado, é um time de que só me orgulho em ter trabalhado com eles.

E a expectativa que tenho esse ano da Anatel, vamos dizer assim, seria trabalhar para consolidar o modelo. Garantir a competição, com a entrada das "espelhos"; garantir a interconexão, que, no cenário competitivo, é um dos assuntos mais problemáticos, temos regras fortes e convicção e obsessão em garantir a interconexão para todos os prestadores de serviço do País; e forçar o respeito à regulamentação, exigir esse respeito, e aos contratos de concessão assinados entre concessionários e a Anatel.

Temos ouvido muito algumas concessionárias reclamando do Plano de Metas de Universalização, porque as metas são muito fortes, etc., e reclamando dos termos dos contratos de concessão. E nós, em absoluto, não aceitamos. Na minha cabeça, imagino que o plano de meta de universalização e o contrato de concessão já foi pago quando da privatização, pois era uma condição preexistente. Então, o valor de venda dos ativos da Telebrás, da concessão da Telebrás, poderia ser maior se não tivéssemos essas regras todas. Mas o Governo bancou, estipulou as regras de atendimento ao usuário e as que estabelecia a relação entre o poder concedente e o concessionário. Já está tudo pago. A sociedade já pagou todos os compromissos, e dos concessionários será exigido integralmente o respeito a esse contrato.

Creio que uma de nossas expectativas para este ano é divulgar para os usuários seus direitos. Trabalho no sistema há 26 anos e nunca vi tanta transparência no direito dos usuários. Para mim, a importância maior do trabalho da Anatel tem sido esta. Estamos fazendo uma regulamentação transparente para o usuário, de fácil entendimento e que permite a ele exigir seus direitos, e quem quer que esteja na agência reguladora terá que atender às cobranças do usuário. Deslocamos, digamos, o foco do exercício de poder concedente, enquanto poder que está cobrando um contrato de concessão, os compromissos com o concessionário, para a sociedade. Somos meros agentes. Não alteramos o contrato nem as metas. Somos os agentes da sociedade no cumprimento de todo esse aparato regulatório que foi feito.

Finalmente, gostaria de agradecer, Senador, renovar a minha honra de estar frente aos Senadores do País e dizer do meu orgulho por haver participado de todo esse processo de transformação do setor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – Muito obrigado, Dr. Luiz Tito Cerazoli.

Passamos agora aos debates. Com a palavra o Senador Gerson Camata, único debatedor inscrito, além do Senador Eduardo Suplicy, que fez suas colocações anteriormente.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, Dr. Luiz Tito Cerazoli, Srs. Senadores, Sr. Presidente da Anatel, Renato Guerreiro, que aqui também se encontra, nem farei perguntas. Quem leu o currículo e, além de lê-lo, ouviu o relatório do Senador Nabor Júnior, pôde observar que o Dr. Luiz Tito é um homem do sistema, com ampla vivência e participou de todo o processo que mudou a face das telecomunicações no Brasil.

Acredito que se existe alguma reclamação é a de que mudou depressa demais e melhorou muito. E quando acelera e melhora a pessoa já quer ir direto para o céu. As coisas não se resolvem na velocidade que queremos. Mas podemos perceber que os telefones ficaram mais baratos e estão mais confiáveis. Todo o processo de privatização melhorou a face das telecomunicações no Brasil.

E está ocorrendo a universalização do acesso ao sistema. Apenas para ilustrar, existem muitas ilhotas na baía de Vitória cuja produção de um marisco chamado sururu é muito grande. Descobri que há um pescador – e o pescador de sururu é um dos trabalhadores artesanais mais pobre, é aquele que tem um barquinho de madeira ruim – que se dirige para a baía e fica pescando com um celular na mão. Já leva o marisco vivo para a pessoa que está atendendo no meio do mar. Há dois ou três anos ele nem imaginava que pudesse ter um. O uso do celular era até ridicularizado. Era algo para rico. ia ao restaurante, deixava aquele "tijolo" e ficava esnobando porque só ele possuía celular. Só isso já foi uma grande evolução.

Gostaria de fazer uma sugestão. No verão, em cidades litorâneas, no Espírito Santo e creio que em Pernambuco também, ocorre algo que não foi previsto pelas concessionárias. Na cidade de Guarapari, por exemplo, aparecem duzentos mil celulares de fora, de repente. A estação não aguenta e o sistema começa a falhar. Encontrei lá com um senador uruguaio que disse que no Uruguai existem estações móveis que são levadas para Punta del Este em certa época, posteriormente para outro lugar e assim o problema é resolvido. São transportáveis. Em algumas regiões do Brasil, suponho eu, pelo que li nos jornais, está havendo um congestionamento. Li nos jornais que eles vão pressionar o pessoal, já é um

assunto para a pauta, para que eles se preparem para esses piques de verão.

Sei que o Ministério já começou esse trabalho de liberar a enorme quantidade de pedidos de novas estações de rádio. Andando pelos Municípios do interior vemos que todos eles querem instalar uma emissora de rádio, uma FM. Isso é muito importante. Por quê? Porque trata dos assuntos locais e cria empregos. E estamos precisando criar empregos. Cada rádio dessas poderá criar até seis empregos no Município, e mais de uma estação de rádio poderá gerar muito mais empregos – isso pensando no Brasil todo e nas fábricas de equipamentos. Nesse caso já seria a agência pressionando o Governo para que ele acelere as liberações de novas concessões de estação de rádio. O Governo já começou a liberar, mas se acelerasse, nessa época, melhoraria muito a criação de empregos e a circulação de riquezas, porque atrai a propaganda e aumenta o consumo.

Tenho também uma sugestão. Estamos entrando na era da TV antenada. Na maioria das vezes, um satélite estrangeiro joga o sinal, transmite um canal estrangeiro. É ótimo, universaliza o Brasil. Mas penso que como eles não têm instalação, não têm cabo no Brasil, não têm nada, deveríamos criar uma maneira de criar um tributo porque isso vai para o mais rico, que é o assinante, e poderia ajudar a incentivar a telefonia na área rural. O grande problema hoje da telefonia é cobrir a área rural; na cidade há telefones públicos, mas nas pequenas localidades o processo deve ser acelerado. Ouvi o senhor dizer que até o ano de 2002 esse prazo já será bem menor, mas temos que pensar em uma maneira de tributar essa descida desses sinais internacionais que chegam, não pagam nada e só atendem aos mais ricos. Se bem que a área rural também já está sendo atendida, já é possível se verificar isso. Também um medo que tenho é que essa TV antenada se torne um monopólio no Brasil. Existe um canal de Miami que transmite um noticiário e por vezes coloca na tela a relação das distribuidoras de sinais deles na América Latina. Somente na Argentina tive oportunidade de contar pelo menos 15, no Uruguai, 9, e no Brasil, 2. Penso que precisava facilitar um pouco a fim de que houvesse mais distribuidores de sinais dessa TV via satélite.

Essas eram as sugestões que queria dar. Além disso, Dr. Luiz Tito, não só a leitura do seu currículo, mas também as referências que tive da sua integridade e da sua seriedade me levam já agora a dar o voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – Obrigado Senador Gerson Camata.

Com a palavra o Dr. Luiz Tito Cerazoli.

O SR. LUIZ TITO CERAZOLI - Muito obrigado, Senador. A questão da qualidade de serviço do celular em épocas de veraneio não era possível ser cobrada antigamente, mas agora é possível, porque no contrato firmado com a concessionária de serviço móvel de celular existem padrões de qualidade que vamos exigir que sejam cumpridos.

A questão da liberação de FM e das rádios: tenho informação que o novo plano de frequência de FM vai estar em consulta pública até o dia 20 de janeiro; encerrada a consulta pública e emitido o novo regulamento vai ficar mais fácil completarmos o nosso trabalho com maior velocidade.

Com relação à TV digital levarei as contribuições para a Anatel para que a área responsável as incorpore.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – A Presidência pediria ao Dr. Luiz Tito Cerazoli que respondesse às perguntas feitas anteriormente pelo Senador Eduardo Suplicy.

O SR. LUIZ TITO CERAZOLI - Será um prazer.

A prestação do serviço nacional para todos os consumidores está garantida no plano geral de outorga. Para o atendimento do plano geral, dividimos o País em áreas e definimos que cada prestador, cada concessionário de serviço deve oferecer, nas suas áreas de atuação, em todos os Estados, um plano básico de serviço.

O plano básico de serviço é um plano que define as tarifas do serviço telefônico local – assinatura, habilitação, minuto-interurbano e minuto-internacional. Esse plano básico de serviço, definido no contrato de concessão, deve ser o mesmo em todos os Estados da Federação. No plano de metas de universalização, definimos, para cada Estado, o avanço em termos de instalação de terminal até 31 de dezembro de 2001. A partir dessa data, a meta é qualitativa para todos os Estados da Federação. Se um cidadão de um Estado menos pujante economicamente solicitar um telefone, ele terá direito à linha telefônica em quatro semanas, assim como aquele habitante de um Estado mais forte da Federação.

Procuramos, com esses planos, seguir a lei de diminuição das desigualdades regionais. Providenciamos isso tanto nas metas físicas – a meta qualitativa já está diminuída – quanto na imposição de atendimento do plano básico em todos os Estados da Federação.

No caso da organização da economia para maior contribuição ao País, definimos o funcionamento do setor em dois pilares: a universalização e a competição. Essas são, basicamente, as nossas duas obsessões no setor de telecomunicações.

Na questão da universalização, as concessionárias são as responsáveis para atingir os objetivos. Com elas, assinamos contratos de concessão em que o plano de metas de universalização é parte integrante. Quando as controladoras compraram as empresas decorrentes do Sistema Telebrás, estavam totalmente conscientes – tratava-se de condição prévia – dos compromissos que passariam a ter. Na universalização, temos já a garantia das concessionárias.

Quanto à competição, estamos em pleno processo. Em 15 de janeiro, vamos garantir a competição local em quase 70% do País.

Em áreas onde não haja atendimento pelo espelho, temos, no plano de outorga, um dispositivo que nos possibilita, se a concessionária ou se a autorizada não fizer previsão de atendimento até 31 de dezembro de 2001 – qualquer uma das duas –, fazer licitações estanques para o atendimento àquela determinada região.

Quanto à interação com a iniciativa privada, no caso do serviço telefônico fixo comutado, área pela qual sou responsável, prevalece o contrato de concessão. Não há desvios. Tanto os concessionários como a sociedade têm direitos, e eles devem ser preservados.

No que se refere à minha avaliação acerca do processo de privatização e de como a Anatel modificará o quadro de qualidade, posso dizer, primeiramente, que o problema do quadro de qualidade da Telesp são os planos de expansão vencidos. O plano de expansão é considerado vencido quando o promitente assinante – essa figura existia à época – fazia uma inscrição no plano de expansão e não tinha instalada a sua linha telefônica em 24 meses. Após esse período, essa inscrição era tratada como pex vencida.

A situação é grave porque 22 mil usuários receberam telefones mudos depois de 24 meses pagos, depois de 30, 36 meses de adesão ao plano de expansão.

A responsabilidade pela não adequação da rede à prestação de serviço vem da concessionária. É impossível construir uma rede externa em seis meses. Os antigos concessionários, recebendo o dinheiro dos usuários, deveriam providenciar o planejamento da ampliação da infra-estrutura, principalmente de rede externa, para possibilitar a ligação dos usuários.

A partir de 25 de janeiro, haverá 15 dias de reunião, quando chamaremos todas as concessionárias para colocarmos os pontos críticos e exigirmos um compromisso mais forte com a Agência. A partir

de 31 de dezembro de 1999, poderemos punir. Até lá, estamos trabalhando em conjunto para não haver desvio do objetivo final – 31 de dezembro de 1999 –, para que eles consigam, até essa data, cumprir as metas com que se comprometeram.

Quanto ao processo de privatização, o Governo tinha 19% das ações da Telebrás, concentradas em ações com direito a voto, que lhe davam poder de mando. O Governo trocou esse poder de mando por uma regulamentação referente à definição dos rumos dos serviços de telecomunicações e do atendimento ao usuário. Agora, esse poder de mando foi trocado por regras claras, limpidas, podendo a sociedade exigir os seus direitos. No momento, todos têm conhecimento dos seus direitos, o que antes não acontecia.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – A Presidência agradece ao Sr. Luiz Tito Cerazoli.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, registro a minha satisfação em ouvir o Sr. Luiz Tito Cerazoli. A sua exposição, tal como a do Dr. Júlio Colombo, atende às expectativas do Senado quanto ao espírito que deve presidir as instituições reguladoras: o espírito de cobrança com relação às empresas concessionárias e o espírito de representar a sociedade. Deve-se avaliar a qualidade dos serviços, o cumprimento dos contratos, exercendo uma séria cobrança em relação a isso e garantindo que essas empresas tenham condições de sobrevivência econômica e sejam viáveis economicamente, o que lhes possibilitará o cumprimento das metas de expansão e de universalização. Não seria lógico também estrangularmos as empresas e, com isso, comprometermos os projetos de expansão da democratização dos serviços telefônicos no Brasil. Nesse momento, esse é o papel a ser cumprido.

A lei de telecomunicações que criou a Anatel, antes mesmo dos contratos, já prescrevia as regras de universalização, as exigências estabelecidas em cada contrato para o cumprimento das metas.

Portanto, nesse momento, esse espírito de exigência, de cobrança, de atuação junto às empresas para que elas mostrem padrões de qualidade, metas de tempo e prazo compatíveis com serviços modernos e, evidentemente, de grande valor social. Tudo isso é realmente o que objetivávamos, quando começamos o processo de reforma em meados da década de 90, no Brasil. Quando o iniciamos, mudando

a Constituição, criando a Lei das Concessões, as leis das entidades reguladoras, inclusive da Anatel, esse era o espírito que objetivávamos.

Hoje, não tenho que ter nenhum amor pela empresa a que se referiu o Senador Eduardo Suplicy, à companhia denominada Telefônica de São Paulo. Não tenho que ter qualquer apreço, sob o ponto de vista afetivo, em relação a essa empresa. Minhas relações com ela são tipicamente de negócio, ou seja, se sou um usuário, pago e exijo; se sou um representante da população, não devo ter nenhuma medida de respeito e consideração que não seja aquela do interesse público, porque o serviço é público, bem como seu controle; eles têm que ser públicos e democráticos.

Antigamente, sempre que se criticava uma empresa estatal da dimensão da Telebrás ou da Petrobrás, mesmo que as críticas fossem procedentes, aparentemente, estar-se-ia atingindo o espírito da Nação, o coração estratégico do País, a alma nacional. Havia, portanto, uma visão de muita condescendência. Esse discurso servia para criar uma espécie de máscara ou até uma caixa-preta em torno de algumas das empresas que atuavam no setor. Hoje, não. A Empresa Telefônica de São Paulo, por exemplo – já que o exemplo foi trazido pelo Senador Eduardo Suplicy –, tem que cumprir contratos. Não tenho amor por ela, e nenhum cidadão deve ter, pois ela presta serviços, deve ser cobrada, precisa cumprir contratos. Se ela não os cumprir, está prevista em lei e no contrato a perda da concessão. A empresa a perderá, sem que sejamos atingidos em nossa suscetibilidade, em nosso espírito nacionalista.

Se essa empresa tiver que ser mandada embora do Brasil, assim o será, com todas as letras, porque está na lei. Esse é o espírito da Anatel, é o que o sistema de privatização objetivou. Se for uma empresa que cumpra as exigências, dentro das regras normais, dos prazos considerados regulares para os investimentos, ela terá, por certo, toda a nossa consideração.

Faremos, evidentemente, a nossa parte também: como usuários, pagaremos; como poder concedente, garantiremos o cumprimento de todos os direitos que a concessionária tem.

Quero fazer esse registro, Sr. Presidente, porque considero que está havendo, neste momento, um debate no País a respeito da questão da privatização. A privatização trouxe uma transparência que era desconhecida nos serviços públicos no Brasil. Estávamos aqui debatendo sobre petróleo, gás natural, álcool, como nunca o fizemos em meus 20 anos

de Congresso Nacional. Essa transparência só é possível, porque não se confunde mais serviço público e controle público com empresa estatal. O serviço é público, e o controle também deve sê-lo. Ele pode ser feito por meio de uma empresa estatal – não há nenhum preconceito contra isso – ou de uma empresa privada, que é aquilo que sempre sustentamos, ao defender o processo de privatização.

Quero cumprimentar o Dr. Luiz Tito Cerazoli pelo trabalho até agora realizado. Tenho certeza de que, ao assumir a condição de membro do Conselho Diretor, S. S^a poderá realizar ainda mais perfeitamente esse seu potencial e essa visão, no meu entender, correta da questão dos serviços públicos no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Sr. Presidente, permita-me fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUP LICY - O Sr. Luiz Tito Cerazoli nos falou das reuniões que a Anatel realizará com as diversas empresas prestadoras de serviço. Estando aqui o Presidente da Anatel, Sr. Renato Guerreiro, que completou a informação a respeito da conclusão dessas reuniões e dada a relevância de o Congresso Nacional, sobretudo o Senado, acompanhar o resultado das reuniões de avaliação dos serviços telefônicos, como os da Telefônica e de outras empresas, gostaria de sugerir que, tão logo fique pronto o relatório da Anatel a respeito da qualidade do serviço, seja ele enviado à Comissão.

A conclusão desse relatório, possivelmente, ocorrerá no final do mês e será importante para que no início dos trabalhos da próxima sessão legislativa possa a Comissão avaliar se é o caso de ouvirmos representantes da Anatel a respeito do assunto, então de posse de todas as informações sobre o caso.

Essa é a sugestão que apresento, dada a presença do Presidente da Anatel nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – A Presidência acolhe a sugestão de V. Ex^a. Com o consentimento do Dr. Renato Guerreiro, aguardaremos o relatório, que será muito importante para o acompanhamento do processo de regulamentação das telecomunicações em nosso País.

A Presidência designa os Senadores José Fogaça e Eduardo Suplicy para funcionarem como escrutinadores.

(Procede-se à apuração dos votos.)

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – Houve 19 votos favoráveis e nenhum contrário. Por-

tanto, aprovado o nome do Dr. Luiz Tito Cerazoli para compor o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações. (Aplausos)

O SR. LUIZ TITO CERAZOLI – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – A Presidência da Comissão agradece a presença dos Senadores, do Dr. Renato Guerreiro e dos demais Diretores da Anatel.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h40min.)

1ª Reunião (instalação), realizada em 11 de março de 1999 às 10 horas.

Às dez horas do dia onze de março de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhor Senador **Alberto Silva**, presentes os Senhores e Senhoras Senadores Emilia Fernandes Carlos Bezerra, José Agripino, José Eduardo Dutra, Arlindo Porto, Juvêncio da Fonseca, Gérson Camata, Geraldo Cândido, Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino, Romero Jucá, Marluce Pinto, Freitas Neto, Tião Viana, Hugo Napoleão, Paulo Souto, Mozarildo Cavalcante, Maria do Carmo Alves, Antero de Barros, Roberto Freire e Luzia Toledo reúne-se extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Mauro Miranda, Moreira Mendes, José Roberto Arruda, Luís Pontes, Teotônio Vilela Filho. A reunião destina-se à eleição do Presidente da Comissão para o biênio 1999/2000. Distribuídas as cédulas e procedida a votação o Senhor Presidente convida para escrutinadores os Senhores Senadores José Agripino e José Eduardo Dutra, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente – Senadora **Emília Fernades**, 16 votos. Declara-se eleita a Senadora **Emília Fernades**, Presidente. Na ocasião a Senhora Senadora Emilia Fernandes, registra à apresentação a Secretaria da Comissão de três requerimentos de sua autoria: 1º – Nos termos do § 1º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 do Regimento Interno, requero a convocação do Ministro de Estados dos Transportes, Sr. Eliseu Padilha, para que compareça ao Plenário desta Comissão a fim de discutir sobre a criação do Imposto Verde, destinado à recuperação das estradas brasileiras. 2º – Nos termos do § 1º da art. 50 da Constituição Federal, combinado com o Inciso II do art. 90 do Regimento Interno, requero a convocação do Ministro de Estado das Comunicações, Sr. João Pimenta da Veiga, bem como do Presidente do Conselho Diretor da Anatel,

Sr. Renato Navarro Guerreiro, para que compareçam ao Plenário desta Comissão a fim de fazerem um balanço do primeiro ano da privatização do Sistema Telebrás sob o ponto do atendimento ao usuário. 3º – Com o amparo regimental já citado, há outro requerimento convocando o Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Rodolfo Tourinho Neto, bem como o Presidente da Eletrobrás, Sr. Firmino Sampaio Neto, o Presidente da Eletronorte, Sr. José Antônio Muniz Lopes, e o Presidente da CHESF, Sr. Mozart Siqueira Campos Araújo, para que compareçam ao Plenário desta Comissão a fim de discutirem sobre o processo de cisão da CHESF e Eletronorte e sobre a política governamental na área de energia, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às doze horas, lavrado eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigrafias. – Senador **Alberto Silva**, – Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Foi registrada a seguinte chapa: Para Presidente: Senadora Emilia Fernandes; Vice-Presidente: Sem candidato.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição dos Srs. Senadores cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Solicito a colaboração dos Srs. Senadores José Agripino e José Eduardo Dutra para a apuração dos votos. (Pausa.)

Encerrada a apuração, declaro eleita a Senadora Emilia Fernandes, por unanimidade, num total de 16 votos.

Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes, eleita Presidente desta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Senador Alberto Silva, a quem agradecemos por presidir esta primeira reunião desta Comissão, nesta legislatura.

Após a votação, sufragado o nosso nome para presidir esta Comissão, queremos em primeiro lugar agradecer a presença de todos os Parlamentares que, atendendo à convocação desta Comissão, aqui estiveram e, por unanimidade, depositaram sua confiança em meu nome para a Presidência.

Queremos também registrar que consideramos esta Comissão de fundamental importância. Houve alguns debates dentro da Casa, em que houve um certo contratempo – é de conhecimento público. Reivindicávamos, como Bloco de Oposição, a Comissão de Assuntos Sociais, mas, quebrada uma praxe desta Casa, os Partidos da base do Governo, de certa forma, estabeleceram que a sistemática seria alterada a partir deste ano. Não concordamos com isso, mas respeitamos esse posicionamento. O Bloco de Oposição assume a Comissão de Infra-Estrutura e dá a essa Comissão, como a seus integrantes, o mesmo valor de importância e igualdade de todas as demais Comissões.

O Regimento Interno, no art. 104, estabelece quais são as atribuições regimentais dessa Comissão. São elas: opinar sobre matérias pertinentes a transportes de terra, mar e ar; obras públicas em geral; minas; recursos geológicos e hídricos; serviços de telecomunicações; e outros assuntos correlatos, que venham a esta Casa.

Portanto, entendemos que esta Comissão se fortalecerá com a presença efetiva dos Srs. Parlamentares no debate sistemático, com a aproximação que pudermos dar, ao máximo, desta Comissão com a sociedade.

Assim, é desejo nosso promover a avaliação constante da infra-estrutura do País, considerando as nossas necessidades de desenvolvimento econômico e social; realizar um balanço dos serviços prestados na área de telefonia, em especial em relação à qualidade, após um ano de privatização, pois consideramos importante sentir como a sociedade está vendo essa modificação que o Congresso Nacional estabeleceu; aprofundar o debate sobre a política do Governo para o setor energético, do petróleo e, em especial, em relação às empresas de energia, à Petrobrás. Então, temos um amplo espaço de debate, não apenas com a sociedade, mas com o Poder Executivo, por meio de seus órgãos responsáveis.

Temos agora um assunto que está em pauta que considero da maior importância, que é discutir o aproveitamento dos nossos recursos hídricos, envolvendo o rio São Francisco, que é importantíssimo, e as empresas regionais e municipais de abastecimento de água e de saneamento.

Devemos analisar a situação relativa aos transportes do País, considerando-se, por exemplo, o debate em torno de um tema fundamental, que é a questão do imposto verde, que está posto aí. Precisamos trazer para esta Comissão esta análise, este debate e suas consequências.

Então, a partir daí e em relação também ao meio ambiente, temos um rico espaço de debate. Temos de integrar mais profundamente o debate em torno das questões do meio ambiente, em especial em relação à Amazônia.

O que desejamos é que, por meio do método de atuação que pretendemos implantar, valorizando o conjunto dos integrantes da Comissão, ressaltando que a importância de uma comissão, de um trabalho se mede pelas matérias, mas principalmente pela participação e pela agilidade dos seus integrantes, bem como pela qualidade dos debates que aqui se travarão – também estaremos sendo atentos à distribuição democrática das relatorias –, integrar o trabalho da Comissão com o Poder Executivo, para esclarecer a sociedade sobre as políticas de infra-estrutura nacionais que estão sendo desenvolvidas ou que, porventura, venham a ser levadas adiantes.

Desejamos promover debates sobre os mais variados temas relativos à infra-estrutura, nas diferentes regiões do País, e de interesse dos respectivos setores, ouvindo as autoridades e representantes da sociedade.

Também pretendemos promover e valorizar o debate em torno do Orçamento da União. Entendemos que temos que discutir profundamente essa questão no sentido de potencializar as emendas que a Comissão tem direito regimental de aprovar e apresentar, a partir de um amplo debate que se travará com diferentes representações partidárias.

Sem dúvida, também queremos estabelecer canais de contatos com outros Poderes, tais como a assembléia legislativa dos Estados, das regiões, enfim, até mesmo chegando aos Poderes municipais, porque lá, muitas vezes, as pessoas sofrem diretamente consequências de políticas de programas a respeito da realidade em que vivem.

Agradecemos o apoio que estamos recebendo e salientamos que, com o empenho, com a dedicação não apenas dessa Presidência, porque a Presidência sozinha não tem condições de fazer absolutamente nada, mas de todos os seus membros que estarão aqui presentes, construiremos o melhor dia e o melhor horário para as nossas reuniões. Regimentalmente, a Comissão está prevista para as terças-feiras, às 10h, mas sabemos que há uma certa

dificuldade em se manter esse horário. Então, na próxima reunião, estaremos discutindo isso. Se os Srs. Senadores têm alguma sugestão, podem encaminhá-las à Mesa.

É importante que se diga que na pauta da nossa Comissão existem dois projetos. Um deles é o Projeto de Lei da Câmara nº44, de 1998, tendo como autor o Deputado Gerson Peres e, como Relator, o Senador Romero Jucá, que dispõe sobre a ligação rodoviária no plano nacional de viação no extremo norte, nos Estados do Pará e Maranhão, e dá outras providências, e que está pronto para entrar em pauta. O outro é o Projeto de Lei do Senado nº58, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara e relatoria a designar, que acrescenta dispositivo ao Cap. V da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Senadora Emilia Fernandes, inicialmente quero parabenizar V. Exª pela sua eleição para Presidente desta Comissão. A posição do Bloco de Oposição relativa à distribuição nas Comissões já foi expressada pela nossa Líder no plenário Senadora Marina Silva, mas é importante que fique registrado qual a visão que temos das comissões do Senado.

Infelizmente, no Senado, se estabelece uma hierarquia de importância de comissões apenas pelo número de matérias que cada uma recebe para apreciar. Na minha opinião, a função de uma comissão técnica do Senado Federal não deve ser apenas se reunir para analisar e votar projetos.

Essa Comissão de Infra-Estrutura engloba temas que estão na ordem do dia do País. Por exemplo, o processo de cisão da CHESF e de Tucuruí na Eletronorte, que é um tema que, ao contrário do simples tema da privatização ou não, acaba tendo um viés ideológico e está preocupando representantes do povo dessas regiões dos mais diversos partidos políticos. Quero registrar uma entrevista concedida recentemente pelo Prefeito de Recife Roberto Magalhães, do PFL, preocupado e profundamente crítico com a forma como vai se estabelecer o processo de cisão da CHESF e a sua privatização. O mesmo vale para Senadores das mais diversas correntes políticas a respeito da forma como vai se estabelecer o processo de cisão da Eletronorte, o que poderá causar problemas de energia elétrica para aquelas regiões mais afastadas e cujo retorno econômico são quase ínfimos, e que hoje são mantidas exatamente em função da lucratividade de Tucuruí.

Além disso, temos a questão do imposto verde, já comentada por V. Exª, assim como a referente às telecomunicações. Eu entendo que, independentemente da votação de projetos, é possível transformar esta Comissão em um fórum importante de debate desses importantes temas.

Quero registrar um elogio – não é um elogio meramente gratuito em função da presença de S. Exª: na gestão do Senador José Agripino, que presidiu esta Comissão no biênio 1995/1996, houve um momento de grande importância, quando se realizou um seminário internacional no Auditório Petrônio Portela, onde se discutiu tanto o modelo de energia elétrica como o de telecomunicações, com a presença de representantes dos mais diversos setores. Foi uma demonstração de que, a partir da vontade política não só do Presidente, mas também dos Srs. Senadores, é possível transformar esta Comissão em um importante fórum de debate para esses temas, tão importantes para o conjunto da população brasileira.

Tenho a certeza de que com a atuação de V. Exª, com a capacidade e competência já conhecidas por todos os Senadores ao longo desses quatro anos, com a participação intensa dos membros desta Comissão, teremos condições de fazer com que esta Comissão, independentemente do número de matérias ordinárias ou projetos que passem por ela, possa readquirir a importância que já teve nesta Casa e não seja vista apenas como mais uma Comissão, em que não se alcança **quorum** e para a qual os partidos não dão a devida importância. Tenho certeza de que V. Exª está à altura da tarefa que ora assume e contará, inclusive, com a colaboração de todos nós no sentido de desempenhar esse trabalho. Parabéns a V. Exª.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Obrigada, Senador. Tem a palavra o Senador José Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Presidente Emilia Fernandes, fiz questão não apenas de vir votar, mas de permanecer aqui para participar – o que pretendo fazer doravante – dessa primeira reunião sob a Presidência de V. Exª e direi a razão: fui presidente desta Comissão, da qual V. Exª era membro, lembro-me, muito efetiva, atuante e presente.

Disse muito bem o Senador José Eduardo Dutra que as comissões são interpretadas de certa forma incorretamente, porque a sua importância não se mede pelo número de projetos que chegam a ela, mas pela sua capacidade em produzir resultados de interesse da sociedade. A Comissão de Infra-Estrutura não pode ser meramente uma apreciadora dos

projetos que a ela cheguem por gravidade; ela pode ser, como tentamos fazer em nossa gestão, um instrumento de avaliação, pela sociedade, dos temas do momento. E a julgar pelo dever de casa que V. Ex^a apresentou, enumerando as suas intenções, enunciando o que deseja fazer diante da Comissão, estou certo de que ela irá desempenhar o seu papel real, não só apreciando projetos, mas levando ao debate as questões do dia-a-dia, as coisas importantes do País e que merecem a atenção da sociedade, focada na discussão que V. Ex^a irá promover aqui. Os assuntos virão para cá, e as opiniões, por conflitantes que sejam, serão emitidas. Tenho certeza de que esta Comissão viverá dias férteis sob a Presidência de V. Ex^a. As minhas palavras, portanto, que são as do meu Partido, são de cumprimentos pela sua eleição e de expectativa venturosa pela gestão de V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Muito obrigada, Senador José Agripino. Tem a palavra o Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA – Antes, porém, a Senadora Marina Silva deseja fazer uso da palavra, Excelência.

A SRA. MARINA SILVA – Embora não seja membro desta Comissão, eu me faço presente para manifestar o meu apoio, como Líder do Bloco, à frente da Comissão. Tenho absoluta certeza de que V. Ex^a tornará ativa esta Comissão, debatendo e discutindo os problemas de seu interesse e levando para a sociedade informações necessárias.

A gestão do Senador Ademir Andrade à frente da Comissão de Assuntos Sociais constitui um pólo de debate junto à sociedade dos mais diferentes temas, por meio do instituto das audiências públicas.

Uma comissão como essa poderá realizar audiências públicas altamente relevantes, inclusive no que se refere a temas hoje em debate como o Imposto Verde. Existem inúmeras entidades da sociedade civil e inúmeras preocupações com essa questão do Imposto Verde. Esse imposto deveria ser destinado ao Ministério do Meio Ambiente, mas está indo para o Ministério dos Transportes. Há uma série de questões e, para agilizar os trabalhos, nas audiências públicas, a presença de V. Ex^a nesta Comissão é suficiente. Na Comissão de Educação, já realizamos audiências públicas somente com a minha presença, a de V. Ex^a e a do Presidente, nós duas e os convidados. Mas tenho certeza que não será esse o caso desta Comissão.

Como disse no plenário, levamos o que somos para onde vamos. Como V. Ex^a é uma mulher ativa,

competente e comprometida, transformará esta numa Comissão atuante, como o Senador José Agripino Maia – lembrado pelo Senador José Eduardo Dutra.

Parabéns, conte com o meu apoio de Líder, muito embora não seja membro desta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Muito obrigada, Senadora Marina Silva. Os nossos agradecimentos a todas às considerações.

O SR. ALBERTO SILVA – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Senador, logo em seguida.

A experiência exitosa do Senador José Agripino na Presidência desta Comissão, como aqui foi registrado, servirá também de inspiração e orientação. Também o apoio do Bloco da Oposição desta Casa será fundamental. A experiência do Senador José Eduardo Dutra nos debates de muitas questões também será fundamental; como será a presença da Coordenadora do nosso Bloco.

Podemos ter pontos divergentes, mas o nosso grande compromisso é com a sociedade, ao que esta Casa e esta Comissão devem corresponder. Logo, nosso objetivo maior é fazer e estar a altura daquilo que a sociedade espera desta Casa.

Com a palavra o Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA – Fiquei feliz de presidir a reunião em que V. Ex^a foi eleita por unanimidade.

Ao ler os nomes dos componentes da Comissão, temos três ex-Governadores: Roberto Saturnino, meu companheiro no Senado durante oito anos, militamos sempre do mesmo lado; José Agripino Maia, um grande Governador do Rio Grande do Norte, todos nós o conhecemos; e eu, que governei o meu Estado por duas vezes e já fui Senador. Também sou engenheiro como os demais. Nesta Comissão há gente de alta qualificação, capaz de emprestar sua experiência, para que aspectos como os que V. Ex^a acabou de levantar sejam conhecidos por todos nós. Quem já foi administrador e sabe do que o País precisa, principalmente neste momento, em termo de transporte, de energia e esse Imposto Verde, poderá fazer grandes coisas por este País.

Fui Presidente da Empresa Brasileira de Transporte Urbano cuja manutenção era custeada pelo imposto sobre combustíveis e lubrificantes. Inexplicavelmente, esse recursos desapareceram, não sei onde colocaram, mas aquela empresa realizou obras neste País inteiro, inclusive no Rio de Janeiro, como o metrô, em São Paulo, Belo Horizonte, Recife etc.

Parabenizo V. Ex^a e digo que estaremos aqui prestando a nossa colaboração ao País, à Comissão, porque não nos move nenhum outro intuito senão o de servir à nossa Pátria.

Agradeço a Deus por estar aqui pela segunda vez, juntamente com Roberto Saturnino. Vejo que temos aqui muitos companheiros experientes.

Parabéns, conte conosco.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Muito obrigada, Senador Alberto Silva.

Mais uma vez reafirmamos os nossos agradecimentos.

Registro a entrega à Secretaria da nossa Comissão de três requerimentos de nossa autoria que passamos a ler.

"Nos termos do §1º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 do Regimento Interno, requiro a convocação do Ministro de Estado dos Transportes, Sr. Eliseu Padilha, para que compareça ao Plenário desta Comissão a fim de discorrer sobre a criação do Imposto Verde, destinado à recuperação das estradas brasileiras."

Outro requerimento:

"Nos termos do §1º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o Inciso III do art. 90 do Regimento Interno, requiro a convocação do Ministro de Estado das Comunicações, Sr. João Pimenta da Veiga, bem como do Presidente do Conselho Diretor da Anatel, Sr. Renato Navarro Guerreiro, para que compareçam ao Plenário desta Comissão a fim de fazerem um balanço do primeiro ano da privatização do Sistema Telebrás sob o ponto do atendimento ao usuário."

É também de nossa autoria.

E, com o amparo regimental já citado, há outro requerimento convocando o Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Rodolfo Tourinho Neto, bem como o Presidente da Eletrobrás, Sr. Firmino Ferreira Sampaio Neto, o Presidente da Eletronorte, Sr. José Antônio Muniz Lopes, e o Presidente da Chesf, Sr. Mozart de Siqueira Campos Araújo, para que compareçam ao Plenário desta Comissão a fim de discorrerem sobre o processo de cisão da Chesf e Eletronorte e sobre a política governamental na área de energia, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Também de nossa autoria.

O SR. ALBERTO SILVA - Nobre Sr^a Presidente, permita-me uma sugestão: não seria interessante que se acrescentasse também o Presidente da ANEL, a nova Agência Nacional de Energia Elétrica?

A SR. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Está aqui, neste segundo, em que nos referimos à

privatização do sistema. A secretaria fará o devido registro.

É nosso desejo colocar em votação hoje para agilizarmos o processo, porque sabemos que depois haverá toda uma tarefa de agenda, de convocação, de prazo e de comunicação. Está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação os requerimentos.

Os Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras que os aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

O SR. JOSÉ EDURDO DUTRA - Sr^a Presidente, apenas uma ressalva. No caso do Ministério dos Transportes e do Ministério das Comunicações, pode-se ter um prazo maior. Mas no caso da Anel e do Ministério de Minas e Energia, a assembléia geral da Petrobrás que pedirá a cisão será no dia 29 de março, então penso que tenhamos que fazer isso antes. Acho que precisamos garantir a aprovação dos nomes para a semana que vem ou a semana seguinte.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – São os mais urgentes: Nós vamos levar em consideração o alerta de V. Ex^a e vamos marcar e definir as audiências em data prévia.

Muito obrigada e damos por encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h8min.)

2ª Reunião (extraordinária), realizada em 18 de março de 1999, às 10 horas.

Às dez horas do dia dezoito de março de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora **Emília Fernandes**, presentes os Senhores Senadores Carlos Bezerra, Osmar Dias, José Eduardo Dutra, Arlindo Porto, Juvêncio da Fonseca, Gérson Camata, Antônio Carlos Valadares, Geraldo Cândido, Mauro Miranda, Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino, Romero Jucá e Marluce Pinto, reúne-se extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Alberto Silva, Gérson Camata, José Agripino, Paulo Souto, Mozarildo Cavalcante, Moreira Mendes, José Roberto Arruda, Luís Pontes, Teotônio Vilela Filho e Roberto Freire. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação do item nº 1: Projeto de Lei da Câmara nº 044, de 1998.

Ementa: Dispõe sobre a ligação rodoviária no Plano Nacional de Viação, no extremo Norte, nos Estados do Pará e Maranhão, e dá outras providências. Autor: Deputado Gérson Peres. Relator: Senador Romero Jucá. Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: Concedido vista ao Senhor Senador Mauro Miranda.

Item nº 2 – Encaminhamento da convocação do Senhor Ministro das Minas e Energia Dr. Rodolpho Tourinho Neto e dos Senhores Firmino Ferreira Sampaio Neto, Presidente da Eletrobrás; José Antônio Muniz Lopes, Presidente da Eletronorte e Mozart de Siqueira Campos Araújo, Presidente da CHESF que na oportunidade prestarão informações a respeito do processo de cisão da CHESF e Eletronorte e sobre política governamental na área de energia, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, bem como do Senhor Mário Santos, Diretor presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, para que possam esclarecer sobre o recente blecaute ocorrido no país. Colocado em discussão o assunto fazem uso da palavra para tecer considerações a respeito os Senhores Senadores Juvêncio da Fonseca, José Eduardo Dutra, Antônio Carlos Valadares, Osmar Dias, Mauro Miranda, Arlindo Porto, Eduardo Suplicy, Romero Jucá e Roberto Saturnino. Na ocasião o Senhor Senador Eduardo Suplicy apresenta requerimento extra-pauta, solicitando nos termos regimentais que sejam convidados para a referida audiência pública, os Senhores Luiz Pinguelli Rosa, assessor técnico da Diretoria do ILUMINA e o Senhor Joaquim Francisco de Carvalho, consultor independente para assuntos de energia, afim de prestarem esclarecimentos sobre o recente blecaute ocorrido no país. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às doze horas e dez minutos, lavrado eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigrafias. – Senadora **Emília Fernandes, Presidente.**

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a Ata da nossa reunião anterior.

Antes de entrarmos exatamente na pauta, gostaríamos de registrar que em relação ao Projeto de Lei do Senado nº 58, de 1999, que acrescenta dis-

positivo ao capítulo 5º, da Lei nº 4.117, de 27.08.62, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que estava na Secretaria desta Comissão aguardando designação, esta Presidência designa o Senador Antonio Carlos Valadares como Relator.

Na pauta de hoje consta o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1998, sendo Relator o Senador Romero Jucá. Esta Presidência propõe uma inversão de pauta enquanto está-se deslocando para esta Comissão o referido Senador.

Trataremos, primeiramente, do Item 2, que trata da convocação do Sr. Ministro das Minas e Energia, Dr. Rodolpho Tourinho Neto.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Srª. Presidente, só uma questão de ordem.

A questão da Ata da sessão anterior foi somente sobre a eleição da Mesa?

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Senador Juvêncio da Fonseca, esclareço a V. Exª que realmente trata-se da eleição da Presidência, ainda estando aberta a inclusive a vice-Presidência. Também foram apresentados por esta Presidência três requerimentos convocando o Ministro de Minas e Energia, o Presidente da Eletrobrás e o Presidente da Eletronorte para virem a esta Comissão discorrer sobre o processo de cisão da Chesf e Eletronorte e também para debater conosco sobre a política governamental na área da energia, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste. Foram aprovados e já estamos no encaminhamento, enviamos as respectivas correspondências e mantivemos contatos telefônicos com o Ministro.

Comunicamos à Casa que, na data de ontem, a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal também aprovou o requerimento no mesmo sentido, só que tendo como tema central os dados para o esclarecimento do recente blecaute. Acrescentando também a importância da audiência pública com o Diretor-Presidente da ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, Sr. Mário Fernandes de Melo Santos.

O nosso encaminhamento, tendo em vista que duas comissões aprovaram matéria no mesmo sentido, foi entrar em contato com o Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, Senador Romero Jucá, e encaminharmos a solicitação e realizaríamos as audiências com as duas comissões. Isso já é matéria que está sendo encaminhada.

Conversando com o Ministro, S.Exª nos manifestava a preocupação do pouco tempo que teria – ele e toda a equipe – para vir a esta Comissão. Des-

de logo, manifestava o seu desejo e a sua disponibilidade para vir e nos propunha a possibilidade de prorrogarmos um pouco mais a realização dessa reunião. Anteriormente, propusemos a data do dia 23, terça-feira próxima, às 18 horas, tendo em vista que estava prevista a assembléia de acionista de Furnas Centrais Elétricas, Chesf e a Eletronorte para o final deste mês, 29 ou 30. Tendo em vista que recebemos a informação do próprio Ministro de que o Presidente resolveu adiar essa assembléia, então, concordamos em realizar as nossas audiências públicas, com a presença de todos – não chamaríamos mais ninguém no dia 23 – para o dia 6 ou 7 de abril.

Conjuntamente, estaríamos definindo com as autoridades convidadas, a data. Queremos também deixar registrado nos Anais da nossa Comissão que já recebemos um ofício assinado pelo Diretor-Presidente da ONS, Dr. Mário de Melo Santos, informando sobre o recebimento do nosso convite e confirmando a sua participação, no dia 23 de março. Vamos pedir à Secretaria que, tendo em vista essa argumentação e a conversa que tivemos com o Ministro, estamos adiando a audiência pública conjunta das Comissão de Infra-Estrutura e de Fiscalização e Controle para o dia seis ou sete – a data precisa será definida pelos presidentes.

Colocamos a palavra à disposição para sugestões a respeito dessas audiências. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Eu gostaria de registrar a minha satisfação pela decisão do Governo de adiar o processo de cisão da Chesf e da Eletronorte, até porque esse tem sido um pleito de parlamentares dos mais diversos partidos. Particularmente da Região Nordeste, houve, há cerca de uma semana, uma audiência do Presidente da República com deputados nordestinos de vários partidos. Eles fizeram exatamente esse apelo, que se adiasse essa assembléia da Eletrobrás para que houvesse um debate maior. Principalmente no nosso caso, dos nordestinos, a nossa preocupação é com o rio São Francisco.

Todas as hidrelétricas da Chesf, com exceção de uma, estão ao longo do rio São Francisco. Em função disso, a Chesf ficou quase como uma gestora do rio. Com essa cisão e a conseqüente privatização, há um risco muito grande de que, na prática, seja estabelecida a privatização do rio, o que trará repercussões muito graves não somente para a energia elétrica, mas também para as outras utilidades que tem o rio São Francisco, como, por exemplo, nos períodos irrigados e nas áreas da Codevasf.

Está havendo uma preocupação muito grande dos parlamentares do Nordeste em relação a esse processo. Creio que foi muito positivo o fato de o Governo ter decidido pelo adiamento da assembléia, porque, a meu ver, isso possibilitará esse debate. Penso que a Comissão de Infra-Estrutura do Senado realmente conseguiu se inserir nesse debate importantíssimo para o futuro do País. Da mesma forma que nós, da Região Nordeste, estamos preocupados com os problemas da Chesf e do rio São Francisco, da Eletronorte, os parlamentares da Região Norte estão preocupados com o processo de cisão da Eletronorte com a retirada de Tucuruí.

Acredito que a nossa comissão está começando bem o seu trabalho. Esse debate conta com a presença do Ministro, do Presidente da Eletrobrás e da ONS para discutir a questão do blecaute que ocorreu após o requerimento aprovado; mas que é bastante positivo.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Senador Osmar Dias. Logo em seguida, o Senador Valadares.

O SR. OSMAR DIAS - Srª Presidente, esse assunto é de extrema importância, e a Bancada do PSDB, reunida nessa última terça-feira, decidiu nomear um grupo de senadores do partido para estudar essa questão, que será inclusive objeto de audiência pública, aprovada nesta Comissão. Ao mesmo tempo, estamos formando um grupo para igualmente estudarmos o projeto de transposição das águas do rio São Francisco. Inclusive houve um projeto que foi apresentado pelo Senador Waldeck Ornelas, na Comissão de Assuntos Econômicos, que tive a honra de relatar, sobre a bacia do rio São Francisco e o desenvolvimento regional.

Teremos, então, a oportunidade, nesta sabatina, de esclarecermos alguns pontos referentes a esse proposta de fusão. Também estou sugerindo que conste da pauta de discussões esse projeto de transposição das águas do Rio São Francisco, convidando, evidentemente, quem poderia responder a respeito dele. Esta é a minha proposta, que junto a essa convocação do Sr. Ministro das Minas e Energia e das outras pessoas que estão sendo convidadas ou convocadas.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Srª Presidente, já manifestamos, no plenário, em nome do Bloco, a nossa preocupação com a possibilidade de a Petrobrás, paulatinamente, ser privatizada.

da, começando pela privatização ou venda de suas subsidiárias, como a BR Distribuidora que, como sabemos, é responsável, ao lado da Braspetro e de outras coligadas, por mais de 90% das receitas da Petrobras.

O Governo não esconde esse objetivo de reduzir o poder da Petrobrás vendendo as suas subsidiárias e fatiando, portanto, as suas coligadas. Então, logo que fosse feita a nomeação do Presidente da Petrobrás, a escolha pelo Conselho que está sendo instalado – que, inclusive, foi reduzido e foram tirados alguns de seus poderes –, seria de bom alvitre que o futuro presidente da Petrobrás viesse prestar um depoimento.

Essa é a proposta que faço, no sentido de que ele venha confirmar ou não a possibilidade da venda das estatais coligadas ou subsidiárias da Petrobrás, o que iria enfraquecer, substancialmente, a receita da empresa, culminando, no futuro, com sua venda e a sua inutilidade.

É esta a minha proposta.

O SR. OSMAR DIAS - Pela ordem. Gostaria, apenas de corrigir uma palavra que usei equivocadamente durante a minha fala. Eu usei a palavra "fusão", mas é "cisão" da Chesf e Eletronorte.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Solicito aos Srs. Senadores, como o Senador Antonio Valadares, que têm essa proposta que as encaminhem à Secretaria da Comissão e, oportunamente, as estaremos votando e, certamente, vamos decidir favoravelmente, até porque já temos outros requerimentos a que vamos dar encaminhamento.

Há dois grandes temas também, além desse relacionado com o Petróleo, que considero importantes. Um deles, já aprovado, refere-se a uma audiência para debatermos o ano das privatizações das telecomunicações; o outro, com o Ministro dos Transportes, referente a essa questão do Imposto Verde, que também acredito ser importante discutirmos.

A Mesa está aguardando os encaminhamentos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Srª Presidente, assim que eu tiver conhecimento da designação do novo Presidente da Petrobrás, entraremos com o requerimento.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Esta Presidência aguarda e, certamente, daremos o encaminhamento devido.

O SR. MAURO MIRANDA – Srª Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Concedo a palavra ao Sr. ...

O SR. MAURO MIRANDA – Srª Presidente, queria fazer uma consideração sobre o que o Senador Osmar Dias falou a respeito da transposição das águas do Rio São Francisco. Creio que devemos tratar de temas específicos e com menos convidados.

Esse caso, por exemplo, que está sendo encaminhado, envolve cerca de seis autoridades, o que resultaria em uma discussão às vezes superficial com todos eles; acredito que deveríamos nos concentrar em determinado assunto.

A transposição, por exemplo, Senador Osmar Dias, é de uma importância imensa para a Região Nordeste e todos os Senadores de lá têm se manifestado sobre ela. Acredito que esse tema deva ser tratado especificamente com a pessoa, encarregada do Governo, que vai cuidar desse assunto, e em uma sessão especial desta Casa.

Assim também deve ser feito com essas outras questões: ao invés de trazermos, por exemplo, o Sr. Ministro de Minas e Energia neste momento para tratarmos do assunto dessa cisão ou dessa fusão, poderíamos fazê-lo para tratar de assuntos específicos, de interesses localizados. Do contrário, faremos uma pergunta ao Ministro, esperaremos a resposta não sei por quanto tempo, várias pessoas vão falar, e fica tudo superficial, só para efeito de quantidade, em vez de aprofundarmos os assuntos.

Nesse sentido, creio que a questão da Petrobrás, por exemplo, deve girar apenas sobre a Petrobrás, senão ficaria muito disperso e difuso.

O Imposto Verde, como V. Exª muito bem falou, também é um assunto a ser tratado junto ao Ministro dos Transportes, que tem uma enorme dimensão. Aliás, esse é um assunto importantíssimo a ser discutido nesta Casa, especialmente com relação às dificuldades enfrentadas para o transporte rodoviário entre os Estados, tendo em vista as rodovias estarem sem conservação, com obras de duplicação paralisadas e os grandes eixos de transporte rodoviário sem nenhuma definição.

Portanto, sugiro que, quando da análise desses assuntos, prestássemos atenção a fim de que os convites sejam feitos em conformidade com os assuntos específicos. Acredito que no máximo três pessoas devam ser convidadas para a reunião.

Obrigado, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Agradecemos a contribuição de V. Exª e reafirmamos que o objetivo do nosso requerimento era bem específico. Não o ampliamos porque ocorreu o blecaute, e, creio que, no que diz respeito a esse fato – o blecaute –, precisamos urgentemente discuti-lo. A

idéia é concentrarmos os temas prioritários para depois proporcionarmos outros debates sobre os assuntos aqui abordados.

O SR. ARLINDO PORTO – Peço a palavra, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Concedo a palavra ao Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – Dentro do exposto pelo Senador Mauro Miranda, proponho que, a partir da discussão, votemos e fixemos um calendário de convites a serem feitos, programando, assim, a vinda de autoridades nominadas.

Entendo que, para sermos produtivos, para abordarmos o assunto até a exaustão e esclarecê-lo efetivamente, cinco ou mais autoridades ficaria difícil, não a condução dos trabalhos, mas o resultado final. Por isso, proponho a definição das datas a fim de que façamos o convite das autoridades em conformidade com os assuntos levantados.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Agradecemos a contribuição de V. Ex^a. Acredito que se agendarmos os convites com antecedência, facilitaria a vida das autoridades convocadas, que tomariam conhecimento do convite agendando-o também.

O SR. EDUARDO SUPLY – Peço a palavra, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLY – Sr^a Presidente, no que diz respeito à convocação das autoridades para a explicação do blecaute, eu gostaria de, em complemento ao requerimento, que inclusive foi objeto de apreciação conjunta nas Comissões de Serviços de Infra-Estrutura e de Fiscalização e Controle, acrescentar dois nomes de especialistas na área, até para que se possa estabelecer com as autoridades, que muito compreendem do assunto também, um contraditório. É nesse sentido que encaminho a V. Ex^a o requerimento anexo.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Recebemos o requerimento de autoria do Senador Eduardo Suplicy, para que também sejam convidados para as audiências públicas o Sr. Firmino Ferreira Sampaio Neto, Presidente da Central Elétricas Brasileira – ELETROBRAS –, que já está contemplado no nosso requerimento – o Sr. Mário Santos, Presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico – que a Comissão de Fiscalização e Controle também já incluiu –, e os nomes do Sr. Fábio Machado Resende, Assessor-Técnico da Diretoria do Ilumina, e

do Sr. Joaquim Francisco de Carvalho, Consultor Independente para Assuntos de Energia.

Em discussão o requerimento.

O SR. MAURO MIRANDA – Sr^a Presidente, gostaria de saber quem requereu a convocação dessas pessoas?

Ainda sobre a questão do blecaute, entendo que apenas esse assunto deve ser discutido, porque, se incluirmos outras questões como a cisão Chesf, na minha visão são assuntos...

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Já foi aprovado; foi requerimento de minha autoria.

O SR. MAURO MIRANDA – Inclusive, com a inclusão do blecaute nessa mesma reunião.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – É que já tínhamos aprovado o requerimento, Senador Mauro Miranda, especificamente. O requerimento e a nossa reunião aconteceram um dia antes do blecaute. É lógico que não colocamos, senão teríamos dado prioridade ao tema blecaute.

O SR. EDUARDO SUPLY – O blecaute ocorreu depois.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Não podemos abrir mão do que a Comissão aprovou, mas vamos fazer uma ampliação, até porque a Comissão de Fiscalização e Controle também retirou o requerimento específico.

De certa forma, todas as autoridades estão envolvidas diretamente na questão. O assunto é muito pertinente. Temos que discutir – é uma nova proposta que chega à Mesa, ampliando essa relação de pessoas que já foram comunicadas a respeito da decisão tomada por esta Comissão – a inclusão desses outros dois técnicos que o Senador Eduardo Suplicy está sugerindo.

Deixamos a palavra à disposição, porque entendemos que a aprovação e os temas já são assuntos superados e aprovados por esta Comissão. Só temos que definir a ampliação da lista das pessoas convidadas.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Em relação àquela pergunta inicial que fiz sobre a ata, quero dizer que a Comissão se reuniu, no meu entendimento, naquele dia, para realizar a eleição dos membros da Mesa da própria Comissão. Dirigimo-nos a outras Comissões, para também marcar nossa presença e participar da eleição da própria Mesa. Não tomei conhecimento dessa pauta. Por isso, estamos aqui perdidos.

O SR. EDUARDO SUPLY – Mas houve quorum para realizar a votação.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Houve **quorum**, com a minha assinatura. Mas tive que me ausentar, porque fui a outra Comissão para votar.

Venho do Executivo e hoje estou estreando em uma Comissão. Considero a dinâmica importante, mas ela não pode ser feita de forma atropelada. Se agirmos dessa forma, a nossa presença aqui ficará prejudicada e não poderemos dar a nossa contribuição por falta de disciplina. Acredito que a dinâmica não pode atropelar o bom entendimento.

Portanto, fiquei surpreso quando percebi que essas decisões já haviam sido tomadas, porque não existia pauta alguma. Vim aqui para eleger a Mesa e votei na nossa Presidente. Tive que me ausentar para participar de uma reunião de outra Comissão e para cumprir outras atividades do dia. Mas há aqui um elenco de aprovações da própria Comissão. Foram usadas as assinaturas dos presentes para estabelecer o **quorum** necessário para a votação.

É preciso que tenhamos consciência do que está acontecendo, para que possamos fazer um bom trabalho. É de suma importância que estejamos afinados em busca de uma boa solução para todos nós.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Senador Juvêncio da Fonseca, esclareço que a pauta é previamente estabelecida, mas, na forma regimental, qualquer um dos Srs. Senadores integrantes da Comissão pode apresentar requerimentos à Mesa durante o encaminhamento.

Havia número regimental. Foram apresentados e colocados em discussão os requerimentos. Lembro ainda que, na momento da discussão e da votação, estava presente, entre outros, o Senador José Agripino, ilustre Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Também entendo que houve um acúmulo de Comissões, o que certamente prejudicou a discussão. Tenha certeza de que teremos o cuidado de estabelecer previamente a pauta. Por isso, alertamos os Srs. Senadores para isso e sempre pedimos a presença e o acompanhamento dos Srs. Assessores, porque, regimentalmente, podemos encaminhar requerimento à Mesa, colocá-lo em discussão e até mesmo proceder à sua votação. Entendemos a sua preocupação, mas agimos de acordo com o que o Regimento prevê.

Senador José Eduardo Dutra, concedo a palavra a V. Ex^a para discutir a questão do requerimento apresentado.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Estou preocupado com o encaminhamento desta audiência, porque os dois temas são importantes e urgentes.

O requerimento que convocava as autoridades do setor elétrico do Brasil para uma audiência em que se discutiria a cisão da Chesf e da Eletronorte foi aprovado em função de já estar definida a data da assembléia que estabelecerá essa cisão, que era o dia 29 de março.

O Ministro entrou em contato com a Sr^a Presidente, informando a notícia, que hoje está publicada nos jornais, sobre a decisão de adiamento e propondo que a audiência fosse realizada após a Semana Santa. Entretanto, um dia após a aprovação do requerimento, aconteceu o blecaute, que é um tema diretamente ligado às pessoas que estavam sendo convocadas.

Acredito que, dada a urgência, seria improdutivo e seria até exagerado, a meu ver, fazer duas audiências separadas, convocando o mesmo Ministro duas vezes num espaço de tempo muito pequeno. A minha sugestão é que essa audiência se dê em duas partes, para não misturarmos os assuntos; uma primeira parte com a Comissão de Fiscalização e Controle, porque o requerimento dessa Comissão se refere, se não me engano, exclusivamente ao blecaute. A primeira parte seria para tratar exclusivamente do blecaute, com tempo determinado, senão a outra parte fica prejudicada, e a segunda parte para a Chesf. Preocupa-me se abrimos para a exposição do Ministro e das autoridades, tratarmos dos dois temas, depois os Senadores intervirem, tratando ao mesmo tempo dos dois temas, e acabar atrapalhando a condução dos trabalhos. A minha proposta é que a audiência seja feita em duas partes, com hora marcada para encerrar a primeira parte e iniciar a segunda.

O SR. MAURO MIRANDA – Sr^a. Presidente, penso que essa questão do blecaute é gravíssima. É um assunto de vital importância e tem que ser analisado como um todo, até para analisarmos essa questão da cisão da Chesf em função do que aconteceu no Sul com as empresas privatizadas, saber o que aconteceu, se não está tendo uma coordenação geral sobre isso. Penso que o assunto é de tal importância e os testemunhos devem ser dos mais específicos, que devíamos vir com esse que é mais importante primeiro e, em seguida, fazer o outro. Que tem um Ministro vir aqui duas vezes no Senado? Trata-se de um funcionário do Governo e nós o convidaremos; ele pode vir uma primeira vez e a segunda.

Penso que é importante separar esses dois assuntos, porque, na minha visão, a Chesf não tem conhecimento profundo, mas... A Eletronorte toda, é uma região que precisa ser desenvolvida. Penso que

as duas coisas precisavam ser muito faladas. Quantos por cento do País ficou no escuro? Em torno de 70% do País ficou no escuro, ou pelo menos no PIB e da população.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – V. Exª me concede um aparte?

O SR. MAURO MIRANDA – Perfeitamente.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Dou uma sugestão de conciliação. Ainda não foi marcada a nova data da assembléia da Eletrobrás, que vai estabelecer a cisão. Se essa data for em dois ou três meses, penso que é possível fazer-se a primeira audiência exclusivamente sobre o blecaute e, 15 ou 20 dias depois, a audiência sobre a CHESF. Segundo os jornais, a nova data vai ser fixada dia 25, antes, portanto, da audiência, e aí a Comissão poderia deliberar, com base nessas ponderações, a partir da fixação da data. Se for uma data para daqui a um mês, ou seja, 15 dias após a audiência que já está prevista, penso que teríamos que fazer as duas no mesmo dia, separando os temas. Se for uma data para daí a dois ou três meses, não vejo prejuízo em serem estabelecidas duas sessões.

O SR. MAURO MIRANDA – Concordo plenamente. Estou de acordo com essa proposta.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Essa Presidência entende a preocupação de V. Exª e alerta apenas que a Comissão de Fiscalização e Controle aprovou também um requerimento no mesmo teor que o da nossa Comissão, chamando para discutir a questão da CHESF também e acrescentando a questão do blecaute. Entendemos que são importantes as sugestões que os Srs. Senadores estão deixando e administraremos essa questão, considerando as ponderações que aqui foram feitas, de acordo com a definição tomada pelo Governo em relação à assembléia. Se tivermos tempo para dividirmos os temas, estaremos comunicando as pessoas convidadas e os integrantes da nossa Comissão. Agora, se também tivermos com o tempo limitado, teremos que acumular os dois assuntos.

Estamos ainda colocando à consideração dos Srs. Senadores a inclusão de mais dois convidados técnicos para virem tratar do assunto, de acordo com o requerimento encaminhado pelo Senador Eduardo Suplicy.

Ao Senador Romero Jucá, que acaba de chegar – S. Exª é integrante desta Comissão e Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle –, gostaria de informar que o Senador Eduardo Suplicy encaminhou à Mesa um requerimento pedindo que, além dos já definidos e aprovados, fossem incluídos

na lista os nomes dos senhores Fábio Machado Rezende, assessor técnico da diretoria do Ilumina, e Joaquim Francisco de Carvalho, consultor independente para assuntos de energia. Ele ressalta a importância de termos pessoas altamente qualificadas do ponto de vista técnico para estabelecer o contraditório no debate.

O SR. ROMERO JUCÁ – A idéia inicial era ouvirmos o Governo, inclusive discutir uma questão extremamente importante, que é o desmembramento do setor elétrico para a privatização – assunto com o qual o Ministro se comprometeu. Hoje saiu nos jornais a notícia do adiamento do desmembramento exatamente para que se possa discutir a questão.

Não sei se, na presença de técnicos não ligados ao Governo e, na verdade, criando um contraditório, não se estaria gerando um debate paralelo, que poderia terminar criando algum óbice ao próprio debate dos Senadores com as autoridades. Não conheço os dois indicados pelo Senador Eduardo Suplicy – talvez ele pudesse dar informações adicionais sobre essas pessoas –, mas de qualquer maneira tenho a preocupação de que, com a aprovação do requerimento, façamos com que o debate fuja do objetivo a que nos propusemos.

O SR. MAURO MIRANDA – Esse contraditório seria apenas em relação ao blecaute?

O SR. EDUARDO SUP LICY – Só para o blecaute e para efeito de esclarecimentos. Não sou engenheiro da área de energia elétrica, por isso a minha sugestão no sentido de podermos ter ao nosso lado – e é claro que a palavra do Ministro e das autoridades serão mais importantes e o maior tempo poderá ser concedido a eles – pessoas que poderão trazer alguma luz para o nosso próprio entendimento. Caberá a nós o bom senso de equilibrar as palavras, na medida do possível, para que todos possamos ser da melhor maneira informados.

O SR. ROMERO JUCÁ – Estou de acordo.

O SR. MAURO MIRANDA – Gostaria de dizer ao Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, que acaba de chegar, que a nossa Presidente está pensando em entrar em acordo com a sua Comissão também com relação à separação desses dois assuntos: a cisão da Chesf, em um dia, e depois o blecaute, no outro dia.

Acredito que o contraditório é indispensável com relação ao blecaute e até mesmo em relação à cisão. Penso que assim ganharíamos muito, mas a Senadora já se propôs a conversar com V. Exª sobre a possibilidade de se fazer esse acordo entre as duas comissões.

O SR. ROMERO JUCÁ – A Comissão de Fiscalização e Controle ontem já convocou as autoridades que estavam combinadas, excetuando os dois convidados indicados pelo Senador Eduardo Suplicy, mas que podem ser convidados pela Comissão de Infra-Estrutura sem nenhum tipo de problema.

A minha preocupação em dividir tem fundamento prático: é que talvez a presença do Ministro seja importante na discussão dos dois assuntos e não sei se será possível que ele compareça por dois dias consecutivos, para participar desse debate.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – A notícia nos jornais informa que foi adiado e que nova data será marcada no dia 25. Se a nova data da Assembléia for para daqui dois ou três meses, teremos mais tempo para fazer uma outra audiência. Caso o prazo seja menor, realmente teríamos de promover uma reunião conjunta, porque dependeria de agenda e tudo mais.

Fica dada a sugestão para que os dois presidentes a discutam.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes.) – Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Gostaria apenas de um esclarecimento. A convocação para efeito da discussão e dos esclarecimentos sobre o apagão envolve necessariamente a presença do Ministro, do Presidente da Eletrobrás e da operadora. Os outros ligados à Chesf poderiam vir à audiência que for dedicada à divisão da Chesf, já que, conforme sugestão do Senador José Eduardo Dutra, poderíamos dividir as audiências em dois dias ou, ainda, no mesmo dia, mas em tempos separados, conforme a data da assembléia. Assim, na audiência relativa ao "apagão", viria o Ministro, o Presidente da Eletrobrás, o da operadora, o Fábio Resende e o Joaquim de Carvalho e, na outra, o Ministro, o Presidente da Eletrobrás e as autoridades da Chesf.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – E a Eletronorte.

O SR. ROBERTO SATURNINO – E a Eletro-norte.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Vamos colocar em votação o requerimento que trata da inclusão dos dois técnicos propostos.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Vamos, então, tomar as providências para que seja feita a devida comunicação.

Passamos ao primeiro item da pauta, com inversão.

Projeto de Lei da Câmara nº 44/98. Dispõe sobre a ligação rodoviária no Plano Nacional de Viação no Extremo Norte, nos Estados do Pará e Maranhão, e dá outras providências. O autor é o Deputado Gerson Peres e o Relator, o Senador Romero Jucá, a quem passo a palavra para proferir o seu relatório.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto prevê que seriam incorporados à rede federal de estradas os seguintes trechos: Bragança/Viseu, no Estado do Pará; e a ligação entre Carutapera, Turiaçu, Madragoa, Curupuru, Mirinzal, Joaquim Antônio, Bequimão, entroncamento da Embiá-106 e Itaúna, no Estado do Maranhão. A implantação da estrada entre Viseu e Carutapera incluiria, ainda, a construção de uma ponte sobre o rio Gurupi, com a dimensão estimada em 280 metros.

Este projeto já foi aprovado na Câmara dos Deputados e, com a análise da meritória da proposição, também damos o voto favorável.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Em discussão o parecer.

Com a palavra o Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA – Sr^a Presidente, como está sendo discutido, na Câmara dos Deputados, o Plano Nacional de Viação, para que, inclusive, as novas rodovias fossem incluídas no plano de conservação geral do País, gostaria de pedir vista ao processo para uma análise no sentido de se verificar se devemos ou não incluir o referido projeto no plano que já está na Comissão de Transportes, da Câmara dos Deputados, já que é um plano global do País todo.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Regimentalmente, V. Ex.^a pede vista e esta Presidência concede. Se não houver nenhum outro assunto que os Srs. Senadores queiram abordar, agradecemos e damos por encerrada esta reunião.

Muito obrigada.

(Levanta-se a reunião às 11h10min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da 2ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada dia 17 de março de 1999, quarta-feira, às 10 horas.

Às dez horas e quinze minutos, do dia dezessete de março de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Osmar Dias, reúne-se a Comissão de

Assuntos Sociais, com a presença dos Senhores Senadores Carlos Bezerra, José Alencar, Luiz Estevão, Maguito Vilela, Marluce Pinto, Jonas Pinheiro, Bello Parga, Djalma Bessa, Geraldo Althoff, Moreira Mendes, Maria do Carmo Alves, Eduardo Siqueira Campos, Antero de Barros, Luiz Pontes, Paulo Hartung, Sérgio Machado, Geraldo Cândido, Tião Viana, Leomar Quintanilha, Luzia Toledo e José Eduardo Dutra. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senadores Mozarildo Cavalcante, Lúcio Alcântara Marina Silva, Sebastião Rocha, Heloísa Helena, Djalma Falcão, José Sarney, Mauro Miranda, Edison Lobão, Freitas Neto, Bernardo Cabral, Paulo Souto, José Agripino, Jorge Bornhausen, Juvêncio da Fonseca, Artur da Távola, Pedro Piva, José Roberto Arruda, Teotônio Vilela Filho, Álvaro Dias, Emília Fernandes, Lauro Campos, Roberto Freire, Jefferson Peres e Ernandes Amorim. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida apresenta Requerimento de sua autoria, solicitando que a Comissão, no prazo máximo de cento e vinte dias, implemente agenda de trabalho, na qual constem os seguintes tópicos: levantamento dos principais problemas sociais do país e análise de suas causas; discussão da política social do Governo Federal, suas realizações e limitações, com a participação dos responsáveis por sua condução no âmbito do Poder Executivo; e apresentação de sugestões de aperfeiçoamento das diferentes políticas setoriais, de maneira a acelerar o processo de superação dos problemas identificados. Usam da palavra os Senhores Senadores: Tião Viana, Siqueira Campos, Maguito Vilela, Leomar Quintanilha, Djalma Bessa, Maria do Carmo Alves, Sérgio Machado, Geraldo Althoff, José Alencar, Luiz Estevão e Antero de Barros. Em seguida o Presidente coloca em votação o Requerimento, tendo o Senador Maguito Vilela levantado uma questão de ordem, com relação a inclusão do Presidente da Fundação Nacional de Saúde, de representante do MST e do Ministro da Reforma Agrária para comparecerem à Comissão, em ocasiões diferentes, bem como a ex-Secretária-Executiva do Programa Comunidade Solidária, Ana Peliano, estarem inclusos como autoridades a serem convidadas, além das sugeridas no Requerimento apresentado, propondo, para a próxima reunião, o Secretário-Executivo do Programa, Senhor Milton Seligman. Em votação, é o Requerimento do Senador Osmar Dias aprovado. Antes de passar à Pauta da Reunião, o Presidente solicita que os Senadores, na medida do possível, façam os seus Relatórios, para que a Comissão atue de forma ágil,

com eficiência e destreza. O Senador Carlos Bezerra solicita que o Presidente coloque em discussão e votação o item dois da Pauta: Emenda apresentada pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 307/95, que altera a redação do art. 4º do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que "Dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista e dá outras providências". Relator: Senador Bello Parga. Parecer: pela rejeição, com a modificação constante na emenda de redação. Resultado: Aprovado. Item um: Projeto de Lei da Câmara nº 10/98 que, "Dispõe sobre a gratuidade de transporte de idosos". Relator: Senador Leomar Quintanilha. Parecer: favorável, com as modificações constantes nas Emendas de Relator nºs 1 e 2. Resultado: Aprovado. Antes da discussão e votação do item três: Indicação nº 6/95, que "Sugere que a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto, criem uma subcomissão mista, temporária, para em conjunto, estudar e consolidar a legislação agrária, agrícola e do meio ambiente" o Presidente solicita ao Senador Bello Parga que assuma a Presidência. Relator: Senador Osmar Dias. Parecer: Favorável. Resultado: Aprovado. Assumindo os trabalhos, o Senador Osmar Dias dá ciência à Comissão que em reunião realizada em 12 de novembro de 1997, foi aprovado parecer de sua própria autoria sobre a Indicação nº 01/97, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, que "solicita a realização de um Seminário sobre Manipulações Genéticas, a ser promovido pelo Senado Federal, com a participação de representantes do Poder Executivo, do Poder Judiciário, da comunidade científica brasileira e da sociedade civil". Em 2 de fevereiro de 1998, a Comissão Diretora apresentou parecer favorável à matéria, com as recomendações de envio de proposta de programação, com especificação dos correspondentes custos de passagens e diárias, para que aquela Comissão possa, na medida de suas finalidades, viabilizar os meios necessários à realização do referido seminário. Diante do exposto, designa o Senador Leomar Quintanilha para proceder aos levantamentos necessários para a realização do Seminário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Osmar Dias**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srs. Senadores, a lista de presença acusa o comparecimen-

to de 12 Srs. Senadores. Podemos iniciar a segunda reunião da Comissão de Assuntos Sociais da primeira Sessão Legislativa ordinária da 51ª Legislatura.

Sobre a mesa, requerimento de autoria desta Presidência que gostaria de submeter à consideração do Plenário.

Tendo em vista que dentre as atribuições da Comissão de Assuntos Sociais do Senado está acompanhar, fiscalizar e controlar as políticas governamentais pertinentes às áreas de sua competência, estou apresentando o seguinte requerimento, que submeto à apreciação dos senhores:

"Requeiro, nos termos do inciso IX, do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal – que é esse que acabo de ler –, seja adotada pela Comissão de Assuntos Sociais e implementada no prazo máximo de 120 dias a seguinte agenda de trabalho:

a) levantamento dos principais problemas sociais do País e análise de suas causas;

b) discussão da política social do Governo Federal, suas realizações e limitações, com a participação dos responsáveis por sua condução no âmbito do Poder Executivo;

c) apresentação de sugestões de aperfeiçoamento das diferentes políticas setoriais, de maneira a acelerar o processo de superação dos problemas identificados."

A justificativa, evidentemente, não precisa ser lida nesta Comissão, porque é generalizada a opinião de que o País necessita avançar no sentido de minorar os problemas sociais que se apresentam cada vez mais graves.

Temos um quadro de desemprego no País que por si só já justificaria a apresentação desse requerimento. E como sei que os Senadores desta Comissão, tanto os da oposição quanto os aliados do Governo, pretendem convidar ministros e autoridades do Governo, bem como representantes de entidades que representam a sociedade para debater a questão social, tomei a iniciativa de apresentar esse requerimento, que, segundo entendo, poderia dar uma sequência de reuniões plenárias da Comissão, até evitando a constituição de subcomissões. A Comissão de Assuntos Sociais deve assumir a responsabilidade que tem não apenas de legislar sobre os assuntos que estão ligados a sua competência, mas, sobretudo, como diz o próprio Regimento, de acompanhar as políticas sociais que estejam em execução no País. E, por isso, nesses dois dias, tomei a liberdade de fazer contatos com autoridades do Governo.

No requerimento que apresento, sugiro o convite às seguintes autoridades que poderiam prestar

depoimentos a esta Comissão sobre as políticas que estejam executando em suas Pastas. A Comissão faria não apenas a arguição desses convidados, mas, sobretudo, a partir dessas audiências públicas, poderia elaborar um relatório com sugestões ao poder público de alterações ou aperfeiçoamentos de suas políticas sociais, tendo como objetivo, principalmente, a solução desse grave problema que é o desemprego, além de outros problemas ligados à área de atuação inclusive de alguns Senadores. (Vejo aqui o Senador Tião Viana, o Senador Geraldo Althoff e outros Senadores ligados à área da medicina, que gostariam de sugerir, também, alterações na política do Governo.)

Já tenho inclusive a confirmação de alguns ministros e de algumas autoridades do Governo. Estou sugerindo, mas posso receber outras sugestões. Lembro que o prazo de 120 dias é para que possamos ouvir os ministros e as autoridades do Governo. Uma das idéias é que cada Senador ou Senadores combinados entre si possam fazer, no âmbito do seu Estado ou na sua região, reuniões com as entidades que representam a sociedade regional, por exemplo: as universidades; as federações representativas de cada segmento produtivo; os sindicatos dos trabalhadores; enfim, reunir o que de mais concreto representa todos os segmentos da sociedade e daí tirar conclusões e trazê-las para que o Relator da matéria – que ainda será designado – possa então fazer um relatório bastante detalhado a respeito dos problemas que afligem cada região, apontando as propostas que esta Comissão teria a fazer ao Governo.

Acredito que esta Comissão não pode apenas ficar contemplando a crise e também não pode ficar apenas criticando a carência de políticas sociais. Ela tem por obrigação – porque todos aqui foram eleitos para representar os seus respectivos Estados – propor alternativas que possam minorar a crise que estamos tendo de enfrentar.

Vou sugerir, então, alguns nomes de autoridades para virem à Comissão: Ministros da Saúde; da Educação; da Agricultura e do Abastecimento; da Previdência Social; do Trabalho; da Reforma Agrária; do Desenvolvimento Econômico, além dos gestores da política habitacional, da assistência social, do Secretário-Executivo do Programa Comunidade Solidária e do Presidente do BNDES. E como sugestão, para iniciar essa rodada de audiências públicas, convidaria o Secretário-Executivo do Programa Comunidade Solidária, Dr. Milton Seligmann, para estar aqui na próxima quarta-feira, a fim de que, na reunião ordinária da Comissão de Assuntos Sociais, pudéssemos ouvi-lo e debater as políticas que estão em execução pelo Programa Comunidade Solidária,

fazermos as nossas críticas e elaborarmos depois um relatório com as propostas desta Comissão, para que esse programa seja aperfeiçoado e atenda mais às necessidades da sociedade.

Passo, então, a palavra aos Srs. Senadores para discutirem esta proposta.

Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apresentei um requerimento pedindo a presença dos Ministros do Trabalho, da Educação, dos Transportes, da Saúde e do Ministro Extraordinário de Política Fundiária nesta Comissão.

Como é do conhecimento dos Srs. Senadores, os recursos para a reforma agrária foram cortados pela metade no Orçamento deste ano – a reforma agrária ficou bastante empobrecida –, e o Governo tem uma meta de assentamentos para cumprir todo ano. O recurso, até o ano passado, estava aquém da meta apresentada pelo Governo. O Governo apresentava uma meta "x" e o recurso era "y", e que não dava para cobrir as necessidades do Programa de Reforma Agrária. Não basta colocar apenas o homem em cima da terra, são necessárias condições para ele ficar ali e produzir. Os recursos eram insuficientes. Neste ano a situação piorou, porque o Orçamento foi muito diminuído, cortado mesmo.

Ora, o Governo tem meios de superar grande parte dessas dificuldades. Há dois anos o Governo fala em uma interação entre os Ministérios sociais – Saúde, Educação – para auxiliar o Programa de Reforma Agrária. Só que isso não se efetiva na prática. Por exemplo, o prefeito, sem burocracia alguma, procura a Delegacia de Ensino e lá está o recurso para fazer a escola no assentamento de reforma agrária. O recurso é desburocratizado e rápido, só que Prefeito algum consegue esse recurso para os programas de assentamento de reforma agrária. Então, são questões simples como essa da Educação, da escolinha; da saúde, um pouco de medicamento para esses programas que precisam ser debatidas.

Penso que essa questão da reforma agrária é premente, urgente. A proposta do Presidente da Comissão é louvável, é ampla, mas teríamos de dar, nesta Comissão, prioridade para a questão da reforma agrária, não só para o aporte de recursos, mas também para cobrar do Governo Federal o funcionamento dessa engrenagem. Há recursos para a educação e para a saúde. Também o Ministério do Trabalho tem recursos que podem ser aportados para o Programa de Reforma Agrária, e isso não aconteceu! A reforma agrária vive apenas dos escassos recur-

sos do INCRA e da cesta básica da Comunidade Solidária – que ainda chega aos acampamentos. Esse é um assunto sério, que deve ser peitado por esta Comissão, que tem de chamar a atenção do Governo e das autoridades para priorizar, nos seus Ministérios, a questão da reforma agrária.

Sr. Presidente, sem querer dispensar a proposta de V. Ex^a, que é ampla e correta, sob o meu ponto de vista – V. Ex^a dá um bom pontapé inicial nos seus trabalhos como Presidente desta Comissão, mais uma vez demonstrando sua capacidade de trabalho –, sem querer desconhecer essa proposta, que é magnífica, penso que devemos dar prioridade à questão da reforma agrária em uma discussão rápida. Já estamos quase na metade do ano; o Orçamento começa a ser executado agora e o Programa da Reforma Agrária está enganchado em todo o País porque faltam recursos para sua implementação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Carlos Bezerra, antes de passar a palavra para o próximo orador, faço uma consulta a V. Ex^a. Dentro do espírito do requerimento que apresento, ficaríamos com a liberdade de fazer arguição aos Ministros sobre qualquer assunto durante as audiências que realizarmos aqui. Portanto, faço uma consulta e uma proposta a V. Ex^a no sentido de V. Ex^a anexar seu requerimento ao meu, assim, dividiríamos a autoria do meu requerimento para que pudéssemos, assinando meu requerimento, permitir que o de V. Ex^a fosse atendido também. Desta forma, dispensaríamos a votação do requerimento de V. Ex^a, e eu cederia a co-autoria do meu requerimento a V. Ex^a.

O SR. CARLOS BEZERRA – Há um senão, Sr. Presidente, porque o requerimento de V. Ex^a vai demandar tempo, creio que quase o ano todo em debates e discussões nesta Comissão, e a questão da reforma agrária é urgente urgentíssima. Esse o único problema. Não me oporia, pois penso que dá para discutir tudo dentro do bojo do requerimento de V. Ex^a. Só que o tempo necessário para a execução do seu requerimento é longo, é a questão da reforma agrária é para ontem. Temos de fazer essa engrenagem funcionar já. Resolvendo essa questão, não me oponho, estou de acordo. Eu quero é que esse assunto seja debatido logo nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Poderíamos priorizar, Senador Carlos Bezerra, o assunto reforma agrária, se V. Ex^a assim propuser.

O SR. CARLOS BEZERRA – Concorde. O que me interessa é que o assunto saia desse marasmo e que o Governo use seus meios para ajudar o programa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Aceito a sugestão. Assim vamos tomar as providências para

priorizar, para inverter, se assim a Comissão entender e for aprovado.

Vamos colocar isso em votação, depois da discussão.

O SR. CARLOS BEZERRA – Tudo bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, inicialmente, desejo muito êxito a V. Ex^a na Presidência desta Comissão e à Senadora Heloisa Helena, sua vice-Presidente. Tenho certeza de que teremos uma Comissão viva, atuante e sensível aos problemas do País.

Solidarizo-me com a reivindicação do Senador Carlos Bezerra pelo senso de emergência que tem a questão da reforma agrária, tendo em vista a tensão em todo o País em relação ao assunto. Creio ser prioridade a vinda do Ministro Jungmann a esta Comissão para tratar do problema. Sugiro que também venha um representante do Movimento dos Sem-Terra, parte que deve ser ouvida diante do impasse que há em todo o Brasil. Também é importante a presença do Ministro Pedro Malan, já que no seu Ministério se origina o corte para os recursos destinados à reforma agrária. Alguma explicação tem de ser dada de forma mais pertinente.

V. Ex^a apresentou sensibilidade diante do problema da pauta e da agenda de 120 dias. Este é um assunto que envolve meu setor: a saúde. Creio, portanto, que seria pertinente a vinda do Presidente da Fundação Nacional de Saúde, em função de haver uma decisão governamental de extinção daquela fundação; há um processo de descentralização, de municipalização em andamento. É grave o problema. A Fundação Nacional de Saúde precisa dar algumas explicações imediatas sobre a política estabelecida para o controle das grandes endemias e dos graves problemas de saúde que o País atravessa e que são pertinentes a ela, que vão desde a política para a saúde do índio, até o controle das grandes endemias, colocando-se, portanto, como prioritária a vinda do Presidente da Fundação Nacional de Saúde, antes mesmo da vinda do Sr. Ministro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Tião Viana. As palavras de V. Ex^a me fizeram lembrar algo: a Vice-Presidente desta Comissão, Senadora Heloisa Helena, pediu-me que justificasse aqui sua ausência. Ela participa, neste instante, de uma reunião da executiva de seu Partido com os Governadores da Oposição.

Pela ordem, estava inscrito o Senador Eduardo Siqueira Campos, a quem concedo a palavra.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Muito obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de cumprimentá-lo igualmente pela disposição que V. Ex^a demonstra no início dos trabalhos desta Comissão.

Nobre Presidente, gostaria de colocar sob a apreciação desta Comissão a questão da agenda proposta. Creio que todos nós estaremos de acordo com o fato de o primeiro assunto ser a reforma agrária, ao que também não tenho nada a opor. Mas, com relação à questão do convite do Secretário Executivo do Programa Comunidade Solidária, vejo que o Dr. Milton Seligman acabou de tomar posse e penso que seria muito produtivo para esta Comissão que se fizesse um convite a quem deixou o cargo e esteve à sua frente durante muitos anos. Assim, poderíamos saber qual é a visão da Dr^a. Ana Peliano, que foi a Secretária Executiva durante todos esses anos. Certamente, o Dr. Milton Seligman falará a respeito da sua proposta de trabalho e da sua intenção à frente de um programa que deveria ser o mais importante do Governo Federal, pois atende a sociedade brasileira. Mas seria muito importante para esta Comissão que, antes do Dr. Milton Seligman, ouvíssemos a Dr^a Ana Peliano, que foi a responsável por esse Programa nos últimos quatro anos de Governo e que deixou o cargo há um mês.

Creio que essa seria uma grande contribuição para os trabalhos desta Comissão. Gostaria de submeter à apreciação dos nossos nobres Pares essa sugestão de incluir a Dr^a Ana Peliano no rol das autoridades a serem convidadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senador Siqueira Campos.

Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA – Sr. Presidente, também quero cumprimentá-lo e desejar a V. Ex^a muito sucesso à frente desta Comissão, que é da maior importância, principalmente para o Brasil de hoje. Esta Comissão tem uma responsabilidade muito grande perante o Brasil e o povo brasileiro.

Gostaria de cumprimentá-lo também pela iniciativa, mas creio que essa iniciativa deve ser acompanhada por outras iniciativas que precisam ser tomadas.

Quando Governador de Goiás por quatro anos, tomei uma decisão inédita, fazendo com que 5% do orçamento do Estado fossem exclusivamente destinados aos programas sociais que visavam erradicar a fome e a miséria absoluta. Podia faltar dinheiro

para o Poder Judiciário, para o Poder Legislativo, para o Palácio das Esmeraldas, mas não para os programas sociais. Essa era a ordem do Governador. Que faltasse dinheiro para qualquer coisa, mas não para os programas sociais! Cinco por cento do orçamento eram destinados a esses programas! E isso deu certo, Sr. Presidente.

Em Goiás, durante o nosso Governo – isso não é exagero e nem demagogia –, nenhuma família passou fome. Realmente, o pobre, o humilde e o favelado foram assistidos.

Tenho uma proposta desse teor a apresentar, porque não adianta fazer reuniões e trazer autoridades aqui, se não houver recurso e se não materializarmos o que diz a Constituição, que determina que é preciso erradicar a fome, a pobreza e a miséria. Se não houver recurso, isso não adianta.

Vou apresentar a minha proposta hoje, para que todos os Municípios e Estados brasileiros e a União façam o mesmo, ou seja, destinem 5% do orçamento à erradicação da fome e da miséria absoluta do Brasil. Entendo que o problema será quase totalmente resolvido com o emprego nessa área de apenas 5% do orçamento.

Fizemos essa experiência em Goiás durante quatro anos. Distribuímos 147 mil cestas de alimentos, que não eram essas "cestinhas" do Governo Federal, mas sim cestas com 28 quilos de alimentos de primeira qualidade. Todos os dias, quando o sol começava a raiar, noventa e dois mil litros de leite pasteurizado e noventa e dois mil pães vitaminados – não era qualquer pão nem qualquer leite – eram distribuídos para 92 mil crianças. Por quê? Porque havia recursos para isso. Os proprietários de laticínios sabiam que podiam entregar o leite porque iam receber do Governo. O pessoal entregava os produtos para a cesta – arroz, feijão, óleo, macarrão, sal, açúcar e café – porque sabia que ia receber, porque havia os 5% do orçamento que eram intocáveis.

Creio que precisamos tomar esta posição, ou seja, exigir que haja verbas para as questões sociais. A Constituição não destacou verbas para a educação? Pelo menos recursos há. Se a educação não vai bem, o problema é outro. Precisamos exigir isso. Acho que V. Ex^a, como Presidente, pode encampar nossa idéia.

Farei um pronunciamento nesse sentido no plenário do Senado. Essas autoridades têm de vir aqui para nós ouvir. Agora, mais importante do que isso é levá-las às favelas, aos bolsões de miséria, onde o povo passa realmente fome. Acho que todo ministro, principalmente da área econômica, tinha de

conhecer esses bolsões de miséria que existem no Brasil. E não se trata só do Ceará, do Rio ou de São Paulo. Existem esses bolsões há poucos quilômetros daqui, em Santo Antônio do Descoberto, no Entorno de Brasília muita gente passa fome de verdade. Não se trata de exagero. Há mães solteiras, com cinco, sete filhos, que foram abandonadas pelo marido e ficaram com a responsabilidade de criar os filhos. Há avós que saíram da roça, sem força para o trabalho, e que estão aí criando muitos netos sem dar conta dessa tarefa. Há muita gente passando fome em todos os lugares deste País. Se os ministros da área econômica não visitarem esses lugares, se não despertamos a sensibilidade deles, não adiantará nada.

Acho que o melhor trabalho que esta Comissão poderia fazer seria, primeiro, mostrar a esse pessoal da área econômica do Governo Federal o que está acontecendo neste Brasil, mas não se trata deste Brasil daqui, mas deste Brasil dos bolsões de miséria, das favelas. Esse Brasil que todo mundo sabe que existe, mas não viu. Eles precisam ver e frequentar inclusive esses ambientes para terem mais sensibilidade e destacarem recursos para essa área. A maior dívida do Brasil, historicamente, é com o social e vai continuar sendo se não tomarmos essas providências.

Quero cumprimentá-lo e dizer-lhe que acho que este é o caminho. Precisamos trazer as autoridades aqui e convidá-las para irem a esses locais. Quais são os Municípios mais pobres do Brasil? Vamos visitá-los, vamos visitar esses bolsões de miséria, essas favelas, com esgoto a céu aberto, com todo tipo de risco para o ser humano. Acho que a partir desse momento, as coisas vão começar a mudar no Brasil.

Parabéns pela iniciativa. Leve em conta a minha sugestão de fazer com que ministros que definem os recursos para o Brasil conheçam de perto a realidade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, quero destacar, depois da fala do Senador Maguito Vilela, que esta Comissão vai ter de ganhar a importância que a sua competência determina. Não há nenhuma questão que deva ser mais debatida este ano no Brasil do que a social. Nós iniciamos um bom debate hoje e temos a cobertura da TV Senado que por raras vezes apresentou a reunião desta Comissão ao vivo. As reuniões da Comissão sempre foram ao ar, mas em reprise. Esta é praticamente a primeira vez, que

eu saiba, que estamos aqui com a **TV Senado** ao vivo, o que começa então a destacar a importância desta Comissão. Ela será importante na medida do nosso trabalho. Nós é que devemos nos dedicar para que ela seja realmente uma Comissão que sirva de instrumento gerador de idéias para resolvermos a crise no País.

O Senador Maguito Vilela, evidentemente como Governador, aplicou com sucesso um programa e cumprimos S. Ex^a por isso. Vamos levar em conta sua sugestão. Por isso, podemos até incluir, também, em nossa lista de convidados os nomes de quem formula o Orçamento, quem faz o Orçamento, quem propõe o Orçamento para o Congresso aprovar, principalmente no que diz respeito à distribuição dos recursos na área social, o que é muito importante. Está correta a afirmação de que é bom ouvir os ministros e saber o que estão fazendo, mas é bom saber quais os instrumentos que eles estão recebendo para implementar as suas políticas.

Na sequência, passo a palavra para o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu iniciaria também saudando esta Comissão, que tem V. Ex^a à sua frente. Por sua experiência e sensibilidade para os problemas sociais do Brasil, estamos convencidos de que esta gestão, sob a sua condução, será bastante profícua. Meus cumprimentos, Senador, pela assunção da Presidência desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Gostaria de fazer menção ao requerimento de V. Ex^a, porque também entendo que a atividade econômica não é uma atividade-fim – a atividade-fim é a atividade social. A atividade econômica é o meio que poderemos utilizar para alcançar os objetivos sociais.

É preciso repensar essas questões no Brasil, onde vemos uma quantidade enorme de irmãos nossos, homens e mulheres, e principalmente crianças e idosos, vivendo em condições que afrontam a dignidade humana – eles vivem abaixo da linha de pobreza.

Foi ressaltada pelo nobre Senador Maguito Vilela a necessidade premente de atender às questões emergenciais da fome, que agride uma parcela considerável da nossa população. Para combatê-la, são realmente necessárias soluções emergenciais, mas é preciso que, paralelamente a elas, desenvolvamos programas, projetos que possam alterar esse quadro. Não se pode admitir que, com as condições

edafoclimáticas que o País tem, com as condições de riqueza e as possibilidades de produção que o País tem, nós ainda tenhamos pessoas passando fome no Brasil.

Não temos como insistir e obrigar a iniciativa privada a fazer investimentos em áreas que atendam a essas necessidades sociais, mas a iniciativa pública, sim. Os investimentos públicos, esses sim, nós temos como insistir e exigir que sejam direcionados precipuamente para atividades que venham a atender essa necessidade imediata da nossa população.

Quanto às decantadas desigualdades regionais, vejo que os investimentos públicos, quer do BNDES, quer do FGTS, quer do FAT, ainda são direcionados, em volumes expressivos, para as regiões mais ricas e para atividades que contemplam as regiões mais ricas deste Brasil.

O importante requerimento de V. Ex^a vem nessa direção. Poderemos discutir nesta Casa a solução para esse problema com o qual a humanidade não pode mais compactuar: a convivência com tanta miséria, com tanto sofrimento, com tanta condição de socorrer essas situações.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Leomar Quintanilha.

Passo a palavra agora ao Senador Djalma Bessa.

O SR. DJALMA BESSA – Sr. Presidente, não me causou surpresa o requerimento de V. Ex^a. Nós nos conhecemos há algum tempo e sei da eficiência e da competência de V. Ex^a.

A proposição de V. Ex^a já foi praticamente aceita e aprovada, contando ainda com uma complementação do Senador Carlos Bezerra. Busca-se, agora, definir prioridades, preferências, porque não há dúvida de que a área social é muito vasta, é muito ampla. Mas qual é o problema principal? Por onde começar? Qual é a prioridade?

Evidentemente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o direito à vida, à alimentação, é o combate à fome; é não deixar o povo se acabar, morrer por falta de alimento. Não há dúvida de que a área social é muito extensa, já que abrange a saúde, a educação, a moradia, o emprego, entre outros direitos.

Qual seria, então, o primeiro passo? Entendo que seria convocar o representante da Comunidade Solidária que lida justamente com a área de alimentação, inclusive com trabalho sendo desenvolvido em todo o País. A primeira audiência acolhe a sugestão do Senador Carlos Bezerra, de distribuição de cestas ao assentamento.

O requerimento de V. Ex^a traz uma providência da maior relevância, qual seja, ter-se conhecimento da atuação da área social do Governo, que está distribuída e espalhada entre vários órgãos. Com a realização dessas audiências, a Comissão terá condições de observar, de fazer uma análise e até de constatar alguns desperdícios, alguns desacertos e alguns desajustes nessa área.

Não gostaria de terminar sem felicitar o Senador Maguito Vilela pelo trabalho que está fazendo e que foi feito na sua administração, servindo de sugestão e modelo para as outras Unidades da Federação.

Quero observar e sublinhar que o primeiro passo deve ser o de cuidar do direito à vida, deixando para o segundo plano o direito à saúde, também essencial e importante, e os outros direitos, como o da moradia e educação, os quais, na verdade, não trazem conseqüências tão intensas para a vida e a comunidade como o direito à alimentação e à saúde.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Djalma Bessa.

Algum Senador ainda quer fazer uso da palavra?

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra a Senadora Maria do Carmo.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que é importante convocarmos os responsáveis pelas políticas sociais do Governo, para que possamos saber o que estão fazendo. Gostaria também de parabenizar o Senador Maguito Vilela, pois aquilo de que precisamos de fato é da vontade de fazer, apenas isso. A questão do recurso é secundária. O momento que o País atravessa denota a eficácia da gestão. Não estamos sabendo gerir os recursos para obter resposta na área social.

Portanto, entendo ser fundamental que se tragam os responsáveis pela implantação dessas políticas, para que possamos questioná-los, sobretudo se conhecem o que é pobreza, o que é miséria, já que é muito difícil traçar uma política sobre alguma coisa que não se conhece. É importantíssimo, pois, que possamos ir à favela conhecer a realidade onde ela está-se desenvolvendo.

Tenho certeza de que a Comissão de Assuntos Sociais, é uma comissão importantíssima, e, na sua gestão, com certeza, terá um grande desempenho.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senadora Maria do Carmo.

Não fiz referência a isso na minha primeira exposição, mas tínhamos uma comissão aqui, no ano passado, que ia estudar o desemprego. Em função das eleições, ela ficou prejudicada. O Senador Djalma Bessa, inclusive, era o relator dessa comissão. E tínhamos definido, naquela oportunidade, que os Senadores interessados poderiam, representando a Comissão de Assuntos Sociais e com delegação para tal, visitar projetos que estivessem dando certo em todos os Estados do Brasil. Evidentemente, cada um na sua região, poderia visitar esses projetos, além de fazer reuniões com as entidades locais para levantar subsídios, idéias e problemas; poderia visitar esses projetos e trazer idéias, a exemplo do que fez o Senador Maguito Vilela.

Senador Sérgio Machado, o Senador Maguito Vilela havia pedido a palavra para falar sobre o assunto que estou falando, por isso peço a compreensão de V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO MACHADO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA – Apenas quero dizer que, com relação a emprego, há o argumento, no Brasil, de que se deve dar a vara e não ensinar a pescar. É preciso gerar empregos e, naturalmente, deixar um pouco de lado a questão dos recursos. Gostaria de citar alguns exemplos de fatos que aconteceram conosco. No início da implantação dos nossos programas, a Arisco, sensibilizada, mandava toneladas e toneladas de alimentos para serem inseridos na cesta. Além dos produtos que o Governo mandava, essa indústria mandava geléia de mocotó ou algum outro produto para ser adicionado à cesta. Depois a Arisco, sensibilizada, disse-me que enviava-se quatrocentos chefes de família para trabalhar na indústria, pois ela iria dar emprego a eles.

Sr. Presidente, é quase inacreditável, mas foi difícil encontrar cento oitenta pessoas. A grande maioria não tinha documentos, não tinha roupas para se apresentar na indústria, nem dentes para se apresentar no emprego. Foi muito difícil.

E começou então uma discussão com o Poder Judiciário, de que era preciso dar emprego. Mas é difícil empregar uma pessoa que não sabe ler nem escrever, que não tem documentos, que, muitas vezes, não tem nem roupa para vestir. Ninguém emprega. O desembargador, o juiz e o senador não empregam. Essas pessoas não conseguem emprego. É lógico temos que cuidar do emprego, da educação,

mas o problema da fome, da miséria absoluta é um outro problema, que necessita ser cuidado primeiro. É preciso educar, naturalmente, os filhos dessas pessoas, para amanhã não estarem na mesma situação.

Era esta intervenção que eu queria fazer aqui. Não se trata somente de gerar empregos. Há pessoas que saíram da roça ou que viveram lá por muito tempo, sendo de lá expulsas, e que não têm força para trabalhar, vivem nas periferias. Elas precisam ser acudidas pelos governos municipais, estaduais e federal, porque estão nessa situação por responsabilidade dos governos passados. E são os governos atuais que têm que acudi-las.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Maguito Vilela.

Com a palavra o Senador Sérgio Machado.

O SR. SÉRGIO MACHADO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Comissão de Assuntos Sociais, na atual conjuntura brasileira, tem que ser a comissão mais importante do Senado. Infelizmente, no passado, isso não aconteceu. Penso que temos uma oportunidade bastante importante, e no requerimento de V. Ex^a isso fica bem claro, de discutir a política social do Brasil, o que está acontecendo, as falhas, o que podemos fazer para inovar essa política, para onde podemos ir. Penso que é uma oportunidade única que temos, hoje, de discutir, de aprofundar esse assunto.

Fico muito feliz, como membro do seu Partido, com a sua proposta. E penso que temos uma oportunidade efetiva de contribuir para a resolução desse grande problema que angustia a todos nós.

Existem as políticas compensatórias. E temos também de fazer avançar a política, a fim de resolver definitivamente o problema. É claro que não se pode deixar ninguém morrer de fome, mas temos que resolver de forma definitiva o problema, por exemplo, das nossas periferias, tendo em vista a mudança de paradigma econômico, que é uma realidade global. Então, temos um desafio enorme pela frente e esta Comissão é o fórum para esse grande debate. O Senado, como representante da Federação, tem essa oportunidade.

Cumprimento V. Ex^a por sua proposta e acredito que vamos fazer um grande trabalho. A presença de tantos Senadores nesta primeira reunião demonstra o interesse de todos nós por esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senador Sérgio Machado. O depoimento de V. Ex^a, Líder do PSDB, é muito importante. Sendo V.

Ex^a integrante do Partido do Presidente da República, poderemos contar com sua concordância para discutir as políticas governamentais que estão em execução.

Com a palavra o Senador Geraldo Althoff.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, escutando atentamente as reflexões postas pelos Srs. Senadores, às vezes com uma perspectiva de desolação, gostaria de trazer uma palavra de otimismo. E trago esta palavra de otimismo à Comissão exatamente por ter observado que as Sr^{as} e os Srs. Senadores aqui estão, com certeza, por sua livre e espontânea vontade. São pessoas que têm identidade com a área social. Portanto, a perspectiva que temos de realizar um trabalho produtivo é ímpar, exatamente pela sensibilidade que todos aqui têm a partir deste momento em que estamos iniciando os nossos trabalhos.

Por essa razão, as minhas palavras são de otimismo. Por estar V. Ex^a na Presidência e pela participação efetiva de todos os Senadores que constituem esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado ao Senador Geraldo Althoff.

Passo a palavra ao Senador José Alencar.

O SR. JOSÉ ALENCAR – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero que minha primeira palavra seja um cumprimento a V. Ex^a pela assunção da Presidência desta importante Comissão. Desejo que realize um trabalho profícuo à frente dela.

Ouvi atentamente os companheiros e gostaria de referir-me a um trecho do pronunciamento do Senador Leomar Quintanilha, que, de maneira judiciosa, afirmou que o campo social é fim, enquanto as atividades econômicas e a própria economia de um país são os meios para serem alcançados os objetivos sociais.

Tive a oportunidade e a honra – e gostaria de trazer esta informação que creio importante como contribuição para os trabalhos desta Comissão – de presidir, durante seis anos, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, que é o Estado que represento. Há o chamado braço social da indústria, representado pelo Senai e o Sesi; e há também o braço social do comércio, o Senac e o Sesc. Essas entidades foram criadas há muitos anos. O Senai, por exemplo, foi criado no Estado Novo, em 1942, e o Sesi, em 1946. O Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – é realmente uma instituição maravilhosa no campo da formação profissional; o Sesi – Serviço Social da Indústria –, é o que chamamos de braço social.

Nesse período de seis anos procurei levar para o interior do meu Estado serviços sociais da mais alta importância, como, por exemplo, serviço odontológico. Instalamos 400 gabinetes odontológicos no interior de Minas, nas cidades mais pobres, porque as estatísticas mostram que mais de 90% dos brasileiros nunca foram ao dentista, e saúde começa também com saúde bucal. Da mesma forma, no campo do Sesi, instalamos mais de 100 unidades chamadas Centros de Atividade do Trabalhador, que militam na área da educação, cultura, saúde, esporte e lazer para o trabalhador.

De onde vêm esses recursos? Esses recursos são paraísos, não são contribuição espontânea do empresário. Estão na folha. Sobre a folha, 1,5% vai para o Sesi, e 1% para o Senai. São descontados 2,5% da folha de pagamento de cada indústria. Isso não significa que seja descontado do trabalhador. É, de fato, um ônus da indústria, mas é um recurso social, que pertence ao trabalhador. Procuramos carrear todos esses recursos para o seu devido lugar, que é o campo social, o que trouxe vantagens muito grandes para pessoas que não tinham acesso a esses benefícios.

Da mesma forma, penso que esta Comissão poderia fazer um trabalho que orientasse o Estado nacional como um todo para as prioridades do campo social – educação, saúde, saneamento, etc. –, de forma clara, como também na definição dos recursos para o campo social.

Esta é a primeira reunião de que estou participando, mas, pela manifestação de cada um dos companheiros, pude antever uma vontade muito grande de trabalhar para enriquecer o campo social. É claro que não vamos resolver os problemas sociais por meio, por exemplo, de colorações ideológicas. Deng Xiaoping disse que não importa a cor do gato, o que importa é que ele cace o rato. Essa frase metafórica significa que não importa a coloração ideológica, o que importa é o bem comum. Qualquer que seja nossa tendência político-partidária ou nossa coloração ideológica, devemos nos unir em torno do campo social, porque o Brasil nunca precisou tanto de nós. Agora, por exemplo, devido ao acordo com o FMI, foram feitos cortes até para instituições como a Apae. Não podemos permitir que isso aconteça.

Os vicentinos, que cuidam de obras com zelo e com carinho, também estão sofrendo as consequências dos cortes do chamado ajuste fiscal. E nós todos sabemos que após pagar os juros referentes a poucos dias de empréstimo, todo esse esforço e todo esse sacrifício que se impõe a Estados, a Muni-

cípios e a pessoas irá por terra. Isso tudo será gasto somente num item: juros, que são absolutamente insuportáveis.

O SR. MAGUITO VILELA – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ ALENCAR – Pois não, Excelência.

O SR. MAGUITO VILELA – Estou falando muito porque sou apaixonado por essa área. V. Ex^a está certo. Penso que se deve envolver **Lions, Rotary, Maçonaria e Comunidade Espírita**. Deve ser envolvida toda a sociedade organizada do Brasil. Temos de chamar essas pessoas e envolvê-las também no trabalho. No meu Estado eram essas entidades que distribuíam a cesta, não era o Prefeito, nem o Governador, nem o Deputado. Nessas entidades havia mais de 11 mil voluntários. O Senador chamou a atenção para um problema importantíssimo: não pode haver coloração partidária nem política. Deve-se envolver toda a sociedade, porque o problema da fome e da miséria é de todos, e todos irão colaborar se realmente forem motivados a isso. E acredito que V. Ex^a, na Presidência, dará essa motivação.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ALENCAR – Agradeço o aparte do nobre Senador Maguito Vilela, reiterando meu voto de muito sucesso para V. Ex^a. Sou grato também pela oportunidade que V. Ex^a me deu de participar.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senador José Alencar. Creio que esta Comissão já demonstra ter propostas concretas a oferecer. O Senador Maguito Vilela apresentou algumas, que devem ser consideradas. Assumo o compromisso de enviar as notas taquigráficas desta reunião ao Relator a ser designado em caso de aprovação deste requerimento – que me parece será aprovado –, para que leve em conta as propostas surgidas, principalmente esta sobre a questão do Orçamento, que é fundamental, apresentada pelo Senador Maguito Vilela. Realmente, toda a discussão tornar-se-á inócua se não resolvermos o problema do Orçamento. Portanto, essa proposta deverá ser considerada por toda a Comissão no momento da análise dessa questão.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Estevão.

O SR. LUIZ ESTEVÃO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muita satisfação que participo desta primeira reunião da Comissão de Assuntos Sociais. Por iniciativa do nosso Presidente, eminente Senador Osmar Dias, a Comissão assume realmente o papel esperado pela sociedade: o de ser uma verdadeira trincheira de discussões e de propostas para a solução de um problema inad-

missível em nosso País – o da pobreza e principalmente o da fome.

Chamo a atenção para o fato de que, se há um país no mundo em que a fome é a maior das contradições, esse país é o Brasil, justamente pelo seu extraordinário potencial de produção de alimentos. Mais do que tudo, o que causa estranheza é o fato de que, por incrível que pareça, o custo de se riscar a fome do mapa brasileiro é muito baixo. Tomando-se como exemplo o programa implantado em Goiás pelo ex-Governador e hoje Senador Maguito Vilela, para que a fome fosse riscada do nosso País, estendendo-se esse programa por todo o território nacional, o custo seria inferior a 0,1% do Orçamento Geral da União. É muito pouco para um benefício tão grande. É preciso que o Senado tenha a iniciativa de fazer desta Comissão de Assuntos Sociais a grande trincheira de defesa do cidadão brasileiro, colocado à margem da sociedade e do processo de conforto do nosso País.

Encerro parabenizando nosso Presidente pela iniciativa desse requerimento, na certeza clara da sua aprovação. Efetivamente, se a partir da Comissão de Assuntos Sociais conseguirmos dar essa contribuição para acabar com a fome do povo brasileiro, nosso mandato terá valido a pena.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Luiz Estevão.

Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, gostaria de cumprimentá-lo pela iniciativa do requerimento e por estar comprometido em transformar esta Comissão num fórum de debates para equacionar os problemas sociais deste País, o que é muito importante evidentemente. Temos de ter aqui uma preocupação: além das autoridades que tratam das políticas sociais do Governo, em determinado momento, esta Comissão talvez precisará convocar autoridades da equipe econômica do Poder Executivo, para que não sejam incompatíveis as nossas propostas, para que não sejam derrubadas pela política econômica.

Depois da Constituinte de 1988, da qual tive oportunidade de participar, juntamente com outros integrantes da Comissão, as soluções não dependem exclusivamente do Poder Executivo, porque foi devolvida aos Parlamentares a prerrogativa de influir no Orçamento da União. Portanto, cabe a nós decidirmos por uma política que consolide a possibilida-

de da geração de empregos, de medidas justas serem aplicadas na área social deste País.

Faço este alerta pois, além das autoridades da área social, poderemos também convocar autoridades da equipe econômica, para que esses processos não sejam por ela barrados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumprimento V. Ex^{as} pela iniciativa e confio que faremos um bom debate sobre os problemas sociais brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado ao Senador Antero Paes de Barros.

Continua em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Estando aprovado o requerimento, esta Presidência fica com a incumbência de fazer os convites, evidentemente ouvindo o Plenário sobre quem será convidado. Virão a esta Comissão não apenas autoridades do Governo como também da sociedade, como estamos propondo em nosso requerimento.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA – O Senador Carlos Bezerra propôs a inclusão nesse requerimento da solicitação da presença do Presidente da Fundação Nacional de Saúde. Tentei sugerir, em adendo, que fosse convidado representante do MST juntamente com o Ministro da Reforma Agrária para discutir o assunto. Essas sugestões seriam debatidas com o seu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Podemos, sim, convidar o Presidente da Fundação Nacional de Saúde. Evidentemente, convidaríamos em ocasiões separadas o Ministro e o Presidente da Fundação, por questões bastante óbvias. Podemos convidar também, como propôs o Senador Siqueira Campos, a ex-Secretária Executiva do Programa Comunidade Solidária, Anna Maria Peliano.

Como o requerimento é amplo, confere à Comissão poderes de convidar quem entender conveniente na oportunidade. Sugeri o convite, para a próxima reunião, ao Secretário Executivo em exercício do Comunidade Solidária, Dr. Milton Seligmann. Se houver uma outra proposta ou sugestão, discutiremos a questão.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Temos ainda 45 matérias a serem apreciadas, inclusive proposições feitas em 1995. Sugiro aos Srs. Senadores desta Comissão que votemos as matérias que estão para ser arquivadas. Muitas delas são propostas interessantes, que poderiam estar incluídas nessa agenda social que vamos discutir. No entanto, ficaram aguardando votação da Comissão. Conto com a colaboração dos Srs. Senadores no sentido de receber o relatório dessas matérias. Distribuí, nessa primeira parte, 35 projetos. Depois, vieram mais dez para esta Comissão. Fiz uma distribuição equitativa entre os partidos aqui representados, e praticamente todos os Senadores foram contemplados com matéria para relatar. Evidentemente, a partir deste momento, a demanda será menor.

Então, vamos distribuir de acordo com a afinidade do Senador com aquela área. Por isso, não ficará nenhuma matéria sem ser votada nesta Comissão.

Portanto, solicito aos Senadores que tiverem matéria para relatar que, na medida do possível, evidentemente, façam os seus relatórios para que possamos incluí-los na pauta.

O SR. CARLOS BEZERRA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, o Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA – Quer dizer que o requerimento que apresentei ficou, então, no bojo do requerimento apresentado por V. Ex^a?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – É. Se V. Ex^a concordar, ficará como co-autor do requerimento que foi votado, priorizando esse assunto.

O SR. CARLOS BEZERRA – Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu pediria, se possível, a inversão de pauta em função de compromisso.

Sou autor desse projeto constante do item nº 2. Se fosse possível invertemos a pauta... O Relator, Senador Bello Parga, está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Submeto à Comissão a proposta do Senador Carlos Bezerra de inverter a pauta, colocando como item nº 1 aquele que está como item nº 2 na pauta que está nas mãos dos Senadores.

Aqueles que concordam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passamos a apreciar o item 2 da pauta, que trata da emenda apresentada pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 307, de autoria do Senador Carlos Bezerra, de 1995, que altera a redação do art. 4º do Decreto-lei nº 972, de 17 de

outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista e dá outras providências.

Com a palavra, o Relator, Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, trata-se de projeto de lei de iniciativa do Senador Carlos Bezerra, fruto de entendimento com a Federação Nacional dos Jornalistas, proposta que, submetida à Câmara dos Deputados, depois de por nós aprovada, recebeu emenda mediante a qual suprimiu-se a norma que previa a regulamentação da lei pelo Poder Executivo no prazo máximo de 60 dias.

A aprovação da referida emenda na Câmara dos Deputados decorreu de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e de Redação O Relator, Deputado Aloysio Nunes Ferreira, justificou a supressão nos seguintes termos:

"Tendo em vista entendimento firmado por esta douta Comissão na Súmula de Jurisprudência nº 1, que é, inclusive, do Excelso Supremo Tribunal Federal, apresentamos emenda a fim de suprimirmos o art. 2º da proposição, que comete ao Poder Executivo providências de sua competência exclusiva, tida por inconstitucional. Por sua vez, texto da citada Súmula de Jurisprudência, adotada pela Comissão de Constituição, Justiça e de Redação, firmou o entendimento de que projeto de lei de autoria de Deputado ou de Senador que autorize o Poder Executivo a tomar determinada providência que é de sua competência exclusiva é inconstitucional."

Passo à análise.

Apesar desse entendimento da Câmara dos Deputados com relação à matéria, o Senado adota orientação diametralmente oposta, decorrente da aprovação, em plenário, do Parecer nº 527/97. Na conclusão desse Parecer, que resultou de consulta formulada pelo Senador Lúcio Alcântara e cujo relator foi o Senador Josaphat Marinho, se declara que "descabe a impugnação de toda e qualquer lei dita autorizativa em geral sob análise de sua constitucionalidade e juridicidade.

As leis autorizativas administrativas, orçamentárias e tributárias têm apoio doutrinário, jurídico e legal, encontrando confirmação jurisprudencial quanto à sua essência, à sua formação, motivo pelo qual se recomenda a sua admissibilidade."

Em face da aprovação do referido Parecer pelo Plenário desta Casa, a admissibilidade de normas autorizativas passou a fazer parte de uma espécie de jurisprudência interna ou entendimento comum no Senado.

Na realidade, o Parecer não se refere explicitamente às normas que prevêm a regulamentação de

leis. Houve, na análise da Câmara dos Deputados, uma interpretação analógica que estendeu a aplicação da referida Súmula ao caso.

Da mesma forma, por analogia, podemos aplicar a conclusão do parecer aqui aprovado, de autoria do Senador Josaphat Marinho. Ademais, a norma regulamentadora não é coercitiva, mas sim, para-coercitiva – para usar a classificação citada na fundamentação à decisão aprovada no Senado. Sendo assim, estamos tratando de uma norma que declara, permite e estabelece ou supre. Nesse caso, não identificamos invasão de competência do Poder Executivo, e, dentro dessa linha de raciocínio, a decisão mais ajustada ao atendimento firmado nesta Casa deve ser pela rejeição da emenda supressiva aprovada na Câmara.

Duas correções na redação, entretanto, são necessárias para adaptar o texto do projeto aos dispositivos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração de leis. Em primeiro lugar, para cumprir com o disposto no art. 9º, devemos retirar do texto a norma genérica de revogação, tendo em vista que, no presente caso, esta é desnecessária. Em segundo lugar, torna-se indispensável o acréscimo das letras maiúsculas NR após o texto do artigo modificado pelo projeto em obediência aos termos da alínea "d", inciso III, do art. 12 da mesma lei, que reza:

"Art. 12 – O dispositivo que sofrer modificação de redação deverá ser identificado ao seu final com as letras NR, maiúsculas, entre parênteses."

Assim, Sr. Presidente, concluo o meu voto. Com base nas razões jurídicas e regimentais expostas, opinamos pela rejeição da emenda aprovada na Câmara dos Deputados propondo, ao mesmo tempo, o acréscimo das iniciais NR ao final do artigo alterado pelo projeto e a emenda de redação abaixo transcrita, a fim de atender as exigências da Lei Complementar nº 95.

A Emenda nº 1, de minha autoria, prevê que se suprima o art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 307.

O que reza o art. 4º:

"Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário."

Concluindo, somos pela rejeição da Emenda da Câmara e suprimimos o artigo que dispõe sobre a revogação genérica.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão o projeto.

O SR. CARLOS BEZERRA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse projeto trata de uma velha aspiração dos jornalistas brasileiros. Essa é uma das últimas trincheiras do autoritarismo, da ditadura, que está caindo, no País. Os médicos, os engenheiros, as outras profissões têm o seu registro profissional deferido pelo órgão da classe. Os jornalistas, até agora, estão submetidos ao Ministério do Trabalho. É ele quem providencia o registro da categoria.

Esse projeto visa dar autonomia à classe, e esse registro passa a ser de competência da Federação Nacional dos Jornalistas e das suas seccionais em cada Estado. O projeto foi elaborado ouvindo-se toda a classe – fui o intermediário dessa aspiração –, discutiu-se amplamente com toda a categoria para se chegar a esse documento.

Sendo assim, trata-se de um projeto de extrema importância que vai atender ao reclame de uma das classes mais volumosas e operantes deste País. Portanto, apelo que aprovemos definitivamente esse projeto.

O SR. BELLO PARGA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Bello Parga, o Relator do projeto.

O SR. BELLO PARGA – Eu gostaria de fazer um adendo, Sr. Presidente. O mérito deste projeto já foi discutido e aprovado no Senado e na Câmara. Estamos tratando apenas da rejeição de uma emenda que em nada altera o mérito da questão.

O SR. CARLOS BEZERRA – Estou de acordo com o parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em votação o relatório do Senador Bello Parga, que é contrário à emenda apresentada pela Câmara dos Deputados, mantendo, portanto, o texto original, fazendo apenas uma alteração de caráter técnico, de redação, a supressão do art. 4º do projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Quero cumprimentar o Senador Carlos Bezerra, autor do projeto, e o Senador Bello Parga, seu Relator, pela aprovação.

Voltamos ao item nº 1 da pauta.

Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1998, que "dispõe sobre a gratuidade de transporte de idosos". Autoria é do Deputado Koyu Iha. O Relator é o Senador Leomar Quintanilha. O parecer é pela aprova-

ção, com as modificações constantes nas Emendas de Relator nºs 1 e 2.

Antes de passar a palavra ao Senador Leomar Quintanilha, eu gostaria de fazer uma consideração. V. Ex^a está apresentando um substitutivo ou apenas aceitando as emendas?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Aceitando as emendas. Aprovo o projeto e apresento as emendas. Irei justificar as emendas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) - Está esclarecido.

Passo a palavra ao Relator, Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, chega a esta Casa, preliminarmente à Comissão de Assuntos Sociais, um projeto de lei da Câmara de autoria do Deputado Koyu Iha, que dispõe sobre a gratuidade de transporte de idosos.

O seu projeto visa, precipuamente, assegurar aos maiores de 65 anos de idade a gratuidade nos transportes coletivos que trafegam dentro dos Municípios ou entre Municípios limítrofes, que pertençam a uma mesma região metropolitana, aglomerado urbano ou microrregião.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a própria Constituição Federal já assegura esses direitos aos idosos, quando preceitua, em seu art. 230, o seguinte:

"A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida."

Há dois parágrafos. O primeiro diz que os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares. O segundo garante aos maiores de 65 anos a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

O projeto do Deputado Koyu Iha visa clarear o espírito do legislador, quando desejava garantir aos maiores de 65 anos a sua participação na comunidade. O transporte coletivo é um dos meios utilizados por qualquer pessoa para participar das atividades da comunidade. Havia uma restrição ou uma negação dessa gratuidade por parte de algumas empresas em alguns casos, quando se tratava de Municípios limítrofes. Embora constituindo o mesmo conglomerado urbano, pelo fato de serem Municípios diferentes, estava sendo negado aos maiores de 65 anos a gratuidade no transporte coletivo.

Em relação a conglomerado urbano, envolvendo mais de um Município, eu citaria aqui um exemplo muito claro. Na cidade de Goiânia, há um Municí-

pio limítrofe chamado Aparecida de Goiânia, que se identifica totalmente com Goiânia, sendo os dois praticamente um Município, um conglomerado. O serviço urbano coletivo é um só; atravessa as fronteiras dos Municípios como se fossem um. Então, a proposta do Deputado Koyu Iha visa justamente assegurar a gratuidade nas condições em que há um conglomerado urbano que envolva mais de um Município ou até Estado. O Deputado assegura que o seu projeto pretende, com isso, resgatar o espírito que levou o legislador a introduzir o art. 230 na Carta Magna, dispositivo que permite ao idoso maior participação na comunidade.

Seria bom ressaltar aos Srs. Senadores que, levando-se em conta a atual política de redução de subsídios aos serviços públicos, o ressarcimento aos concessionários dos transportes coletivos pelas perdas decorrentes das isenções concedidas nessa gratuidade seria efetuado quando são autorizados pelo DNER a conduzir um número maior de passageiros; lhes é permitido conduzir passageiros de pé. Então, eles não perderiam ao oferecer essa gratuidade aos maiores de 65 anos.

Com relação às emendas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, uma é basicamente para corrigir, já que o projeto prevê no seu art. 3º que "revogam-se as disposições em contrário". Eu remeteria à atenção dos nobres Pares a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração das leis e normas para redação de atos normativos. Ora, essa lei preceitua que a cláusula de revogação só será adotada se necessária e deverá indicar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas. Não se aplica aqui. Então, não é o caso de constar, neste dispositivo, a revogação da lei.

Diante do exposto, Sr. Presidente, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do projeto de lei da Câmara, da autoria do nobre Deputado Koyu Iha.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) - Em discussão a matéria. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vou colocar em votação o relatório do Senador Leomar Quintanilha, com as modificações propostas pelas Emendas nºs 1 e 2. Se aprovado o relatório, evidentemente estarão aprovadas também essas modificações.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Antes de passar ao Item 3 da pauta, eu gostaria apenas de cumprir um expediente da Comissão.

O Senador Leomar Quintanilha, na Legislatura passada, no dia 12 de novembro, teve aprovado, com um parecer de minha autoria, a Indicação nº 01, de 1997, que solicita "a realização de um seminário sobre manipulações genéticas, a ser promovido pelo Senado Federal, com a participação de representantes do Poder Executivo, Judiciário, da comunidade científica brasileira e da sociedade civil.

Em 2 de fevereiro de 1998, a Comissão Diretora apresentou parecer favorável à matéria, com as recomendações e envio de proposta de programação, com especificação dos correspondentes custos de passagens e diárias, para que aquela Comissão pudesse, na medida das suas finalidades, viabilizar os meios necessários à realização do referido seminário.

Então, verifiquem os Srs. Senadores que a proposta foi aprovada por esta Comissão no dia 12 de novembro de 1997; pela Comissão Diretora, no dia 2 de fevereiro de 1998, e ela não teve consequência.

Quero, então, para que possamos limpar os arquivos da Comissão, designar o Senador Leomar Quintanilha para proceder ao levantamento de custos para a realização do seminário, que já está devidamente autorizado pelo Senado, tanto na Comissão como na Mesa Diretora.

Lembro que esse requerimento do Senador Leomar Quintanilha teve oportunidade na divulgação, pela imprensa mundial, da clonagem de animais, principalmente da ovelha que foi clonada. S. Ex^a, então, preocupado com a utilização dessas técnicas também nos seres humanos, apresentou o requerimento, solicitando o seminário, que continua tendo muita oportunidade.

Portanto, fica designado o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem a palavra V. Ex^a pela ordem.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Eu gostaria apenas de esclarecer aos novos companheiros que chegam à Comissão da importância da realização desse seminário.

Tivemos a preocupação de, em vez de produzirmos uma legislação sem conhecimento mais aprofundado do assunto, realizarmos esse importante seminário e procurarmos exaurir em discussões a matéria em apreço, buscando conhecimento dentre as pessoas que se interessam pela matéria, principal-

mente a comunidade científica e a sociedade organizada do Brasil.

Eu gostaria de adiantar, Sr. Presidente, que já estamos praticamente com o esboço do seminário pronto, inclusive com as pessoas que deverão ser ouvidas, e que será submetido à apreciação de V. Ex^{as} brevemente.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Senador Leomar Quintanilha, antes que V. Ex^a conclua a sua intervenção sobre o assunto, eu gostaria de dizer que considero a preocupação de V. Ex^a muito procedente e proveitosa para a sociedade brasileira a realização desse seminário.

Ao verificar as autoridades convidadas a falar sobre o assunto, observo que a matéria é praticamente a mesma que aborda a questão das mutações em produção de sementes de gêneros alimentícios.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Os transgênicos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Exatamente. Que já vêm sofrendo interferência de legislação, como é o caso do Estado do Rio Grande do Sul. Eu, na semana passada, conversei com o Senador José Fogaça, e S. Ex^a estava profundamente preocupado com a legislação proposta pelo Governador do Estado, com a melhor das intenções, de preservar a saúde da população, mas exatamente já causando restrições ao consumo e produção desse tipo de alimentos produzidos naquele Estado.

E antes que isso se torne uma norma genérica em nosso País, consulto o Senador Leomar Quintanilha se seria possível a inclusão desse tema no seminário, já que considero as matérias comuns, e as autoridades, inclusive, seriam as mesmas. Já tive oportunidade, juntamente com o Senador Leomar Quintanilha, de ter uma conversa com um dos técnicos, que hoje é responsável pela comissão que estuda esse problema, Professor da Universidade Federal de Minas Gerais, que se dispôs a vir prestar depoimento nesta Comissão, e que é também um dos responsáveis pela análise dos alimentos.

Essa era a colocação que gostaria de fazer, consultando o Senador Leomar Quintanilha se esse assunto será também abordado nesse seminário.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Apenas para esclarecer o nobre Senador Eduardo Siqueira Campos. S. Ex^a tem razão quando entende que essa matéria será tratada nesse seminário. Ela efetivamente será. Trata-se de manipulação genética.

Da mesma forma, também será tratada a questão do **pitbull**, que foi recentemente ressaltada, quando do episódio da cadela Catita, porque esta também é uma raça híbrida, resultado de manipulação genética, que entendo também será abordada no encontro

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, entendendo que esse seminário será da maior valia e importância, porque, antes de produzirmos uma lei, vamos conhecer o assunto com quem está tratando dele. E não só a comunidade científica, porque entendemos que questões dessa natureza, de que pode derivar, inclusive, a clonagem de seres humanos – e entendo que a humanidade não está preparada para isso –, devem ser discutidas. E elas certamente deverão ser discutidas não só isoladamente no plano científico, mas também tendo em vista as questões de natureza ética e moral.

Assim, penso que esse seminário irá oferecer a todos nós, Srs. Senadores, à Casa e ao Congresso Nacional, a oportunidade de balizarmos ou de termos a consciência para balizarmos a legislação brasileira sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Leomar Quintanilha.

Item 3 da pauta: Indicação nº 06, de 1995. Sugere que a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Justiça e Cidadania, em conjunto, criem uma subcomissão mista temporária para estudar e consolidar a legislação agrária, agrícola e do meio ambiente. O autor é o Senador Romero Jucá; e o Relator, o Senador Osmar Dias.

Peço ao Senador Bello Parga que assuma a Presidência para que eu possa fazer o relatório dessa indicação.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Com a palavra o Senador Osmar Dias para apresentar o seu relatório.

O SR. OSMAR DIAS – Srs. Senadores, como observaram, esta é mais uma daquelas matérias que permaneceram na Comissão porque veio de 1995, e o meu relatório está nesta Comissão há muito tempo. No entanto, como só agora foi colocada em pauta, faço, então, esse relatório a V. Ex^{as}.

Trata-se de uma proposta do Senador Romero Jucá para constituir uma subcomissão mista, em conjunto com as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Assuntos Econômicos, para estudar a legislação, para regulamentar, mais especificamente, a legislação, a jurisprudência, principalmente a consolidação das normas referentes ao direito agrá-

rio e ambiental. Isto é necessário, porque há uma confusão ainda, por exemplo, na lei agrícola, onde há muitos artigos que não foram regulamentados. E não prospera, praticamente, a intenção do legislador, quando colocou na lei agrícola determinado dispositivo, se nós não procedermos a sua regulamentação. E se nós deixarmos como está, essa regulamentação não será feita porque não há ninguém se ocupando dessa regulamentação. Eu só citei a lei agrícola por ser mais da minha área e eu ter conhecimento mais a respeito das necessidades, principalmente das carências que existem de regulamentação dessa lei agrícola.

Então, o meu parecer é favorável, principalmente pelo mérito desta questão, já que há muitos dispositivos que foram colocados na Constituição e que não foram regulamentados e que nós poderíamos a partir dessa Subcomissão Mista também ter essa regulamentação.

Eu só comunico que o Senador Eduardo Suplicy foi o Relator desta matéria na Comissão de Assuntos Econômicos e deu parecer favorável. Não posso informar, não tenho a informação do que aconteceu na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se foi aprovado lá também. Se não foi, necessitará da aprovação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que tenhamos então a composição de uma Comissão Mista que analisará a legislação referida nesta indicação.

É este o relatório.

O meu parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – O parecer do Senador Osmar Dias é favorável e submeto-o à discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentado. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovada a matéria, devolvo a Presidência ao Senador Osmar Dias para as considerações complementares a respeito da condução da Comissão tripartite. (É efetuada a transmissão do cargo.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado ao Senador Bello Parga.

Nós oficiaremos as duas Comissões que são incluídas no requerimento do Senador Romero Jucá para solicitar a informação pertinente. Estando composta lá as Comissões ou autorizada a composição delas faremos a indicação dos membros da Comissão de Assuntos Sociais.

O item 4 da pauta, parece-me que devemos considerar parte dele cumprido em função da aprovação do requerimento que apresentei. E como a Senadora Heloísa Helena fez aqui uma proposta, que me sinto constrangido em apresentar porque não sou o autor dela, pediu-me para que na sua ausência que eu apresentasse uma proposta de uma agenda para a Comissão de Assuntos Sociais. E como essa oportunidade não foi dada aos outros Senadores membros desta Comissão, nós deixaríamos esse item 4 da pauta para ser discutido numa outra oportunidade, para que os Senadores pudessem inclusive sugerir, porque senti aqui o desejo de alguns Senadores de propor alguma programação para esta Comissão que viria se somar a esse requerimento que apresentei e que foi aprovado e à proposta da Senadora Heloísa Helena. Como todas as propostas devem ser aprovadas pelo Plenário da Comissão e não por esta Presidência, devo então solicitar que aqueles que têm alguma sugestão ou proposta a fazer quanto a programação que nós devemos realizar desta Comissão nos dois anos que vêm pela frente, solicito então que façam então uma proposta, por escrito, que será essa proposta devidamente colocada aqui em discussão e votação pela Comissão.

Consulto se alguém deseja fazer uso da palavra ainda?

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, agradeço a presença de todos, principalmente pela participação efetiva, e está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h48min.)

Ata da 3ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais (extraordinária), da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada dia 24 de março de 1999, quarta-feira, às 17:00 horas.

Às dezessete horas, do dia vinte e quatro de março de mil novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senhores Senadores Carlos Bezerra, Maguito Vilela, Jonas Pinheiro, Moreira Mendes, Geraldo Althoff, Eduardo Siqueira Campos, Mozarildo Cavalcante, Antero de Barros, Geraldo Cândido, Sebastião Rocha, Tião Viana, Leomar Quintanilha, Sérgio Machado, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves, Marina Silva, Heloísa Helena, Pedro Piva, José Eduardo Dutra, Ernandes Amorim, Lúdio Coelho, Ramez Tebet, Pedro Simon, Eduardo Suplicy e Ademir Andrade. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Gilvan Borges, José Alencar, Luiz Estevão,

Bello Parga, Djalma Bessa, Luiz Pontes, Lúcio Alcântara, Paulo Hartung, Djalma Falcão, José Sarney, Mauro Miranda, Edison Lobão, Freitas Neto, Bernardo Cabral, Paulo Souto, José Agripino, Jorge Bornhausen, Juvêncio da Fonseca, Artur da Távola, Luzia Toledo, José Roberto Arruda, Teotônio Vilela Filho, Álvaro Dias, Emília Fernandes, Lauro Campos, Roberto Freire e Jefferson Peres. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a audiência pública com o Senhor Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária, Raul Belens Jungmann Pinto. O Senhor Ministro discorreu por meia hora sobre as propostas de política de reforma agrária que tem como objetivo transformar o programa de reforma agrária em um programa de desenvolvimento do setor rural e das pequenas cidades do interior brasileiro, onde vivem 34 milhões de pessoas, tendo como vetores estratégicos a agricultura familiar, com a educação e a distribuição da terra. Após a explanação do Senhor Ministro, fazem uso da palavra os Senhores Senadores presentes, nesta ordem: Lúdio Coelho, Ramez Tebet, Heloísa Helena, Tião Viana, Ernandes Amorim, Mozarildo Cavalcante, Moreira Mendes, Antero Paes de Barros, Maria do Carmo, Ademir Andrade, Marluce Pinto, Jonas Pinheiro, Geraldo Cândido, Pedro Simon, Carlos Bezerra, Sebastião Rocha e Marina Silva. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e trinta minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Osmar Dias**, Presidente da CAS.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da 51ª Legislatura.

Conforme havíamos informado na reunião passada, vamos iniciar uma série de audiências públicas com a presença de autoridades para debater as políticas sociais do Governo Federal e sobretudo extrair desses debates propostas para que possamos contribuir com o aperfeiçoamento dessas políticas.

Antes de iniciar nossos trabalhos, eu gostaria de começar agradecendo ao Ministro Raul Jungmann a presença.

Esta Comissão decidiu que todos os Ministros que executam programas na área social serão convidados e definiu como prioridade número 1 a presença de V. Ex^a. Assim, aprovou um requerimento do

Senador Carlos Bezerra, apoiado por todos os Srs. Senadores, no sentido de que fosse V. Ex^a o primeiro a participar dessa série de audiências públicas, pela importância que tem a reforma agrária no País e pelo papel fundamental que exerce o Ministério de V. Ex^a neste contexto.

Nós lhe agradecemos duplamente, Sr. Ministro. Primeiro, V. Ex^a cancelou compromisso anteriormente agendado para atender nosso convite e comparecer a esta Comissão hoje, às 10 horas da manhã, horário em que realizamos as nossas reuniões ordinárias. No entanto, o Ministro Pedro Malan e o Presidente do Banco Central foram convidados para comparecerem à Comissão de Assuntos Econômicos nesse mesmo horário. Então, para atender o apelo do Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, telefonamos para V. Ex^a, que, mais uma vez, foi muito gentil com esta Comissão e com esta Casa e aceitou alterar o horário previamente marcado para a reunião. Agora, às 17 horas, estamos aqui para iniciar esse ciclo de debates

O Ministro terá 30 minutos para fazer a sua apresentação. Evidentemente esses 30 minutos poderão ser prorrogados, se houver conveniência e necessidade.

Antes de passar a palavra ao Ministro, gostaria de lembrar que o Regimento diz o seguinte:

"Do comparecimento de Ministro de Estado

O Ministro de Estado comparecerá perante o Senado:

.....
X – terminada a exposição do Ministro de Estado, que terá a duração de meia hora, abrir-se-á a fase de interpelação pelos Senadores inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo o interpelante de cinco minutos para interpelação, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, após o que este poderá ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro de Estado o mesmo tempo para a tréplica."

Em resumo: cinco minutos para a pergunta, cinco para a resposta, dois para apresentação do contraditório pelo Senador e a tréplica pelo Ministro.

"XI – a palavra será concedida aos Senadores na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido."*

Penso que não precisamos obedecer rigorosamente a essa questão de intercalar oradores de cada partido, mas obedecer a ordem de inscrição, já

que esta tem sido a prática, a não ser que haja algum inconveniente levantado por algum Senador.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, não faço parte desta Comissão como titular, mas tenho grande honra e grande orgulho de aqui comparecer por dois motivos: primeiro, para prestigiar sua presidência, que já demonstrou, desde os primeiros dias, uma presidência atuante, eficaz, que age com grande firmeza, Senador Osmar Dias. Penso que esta Comissão, com os demais membros da Mesa, com a Senadora Heloisa Helena, terá grande importância no cenário nacional. Em segundo lugar, gostaria de deixar o meu abraço ao Ministro Raul Jungmann, a quem admiro e respeito. Quero deixar registrado, antes de começar esta reunião, o trabalho fantástico que S. Ex^a tem realizado à frente do seu Ministério.

Obrigado, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado Senador Pedro Piva. V. Ex^a nos honrou com a sua presidência na Comissão de Assuntos Econômicos, onde desenvolveu um trabalho respeitável.

Passo a palavra ao Ministro Raul Jungmann para a sua exposição.

O SR. RAUL JUNGMMANN – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Osmar Dias, Srs. e Srs. Senadores aqui presentes, senhores jornalistas, senhores técnicos, senhoras e senhores, encaro toda a oportunidade de vir ao Congresso Nacional como um momento de muita riqueza, de troca de idéias e, sobretudo, de aprendizagem.

Em todas as vezes que aqui vim – e isso não é retórica –, tive um tratamento excepcional por parte desta Casa e, ao mesmo tempo, saí daqui muito mais rico de sugestões e de críticas em função dos debates aqui travados. De forma que não poderia deixar de dizer, nesta minha locução inicial, que este é um momento de alegria para nós. Realmente, quando aqui venho, tenho muitas alegrias e, em particular, principalmente por me encontrar em uma Casa que representa o povo brasileiro perante competentes e autorizados representantes da nossa Nação.

Então, saibam os Srs. Senadores que não há qualquer problema em mudar e acomodar minha agenda com a finalidade de atender esta Casa. Este é um instante de rara felicidade e o encaro como sendo da maior importância para nós que fazemos a reforma agrária, pois esta é uma oportunidade de

poder encontrar com o talento, a experiência e, sobretudo, com a disposição para contribuir com a causa pública que sempre temos encontrado nesta Casa.

Agradecendo a oportunidade e o convite de poder que aqui ter um convívio com os Srs. Senadores, gostaria de propor a transformação desta audiência em um momento de trabalho, sobretudo porque estamos numa caminhada de discussão a respeito de uma nova proposta ou, se assim que quisessem, da reforma da reforma agrária.

Inclusive, gostaria de dizer que estamos trazendo uma proposta não concluída de reforma da reforma agrária. Portanto, expresso aqui o que é de interesse do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ou seja, que se debata o mais amplamente possível essas alterações neste programa, que é de suma importância, não apenas quanto ao aspecto social, mas quanto ao Brasil como um todo.

Então, espero poder carrear o máximo possível de contribuições, críticas e juízos a respeito dessa mudança ou alteração da reforma agrária, que é, sem sombra de dúvida, a maior que se propõe proceder nas últimas décadas.

Assim, querendo deixar bem claro que estamos aqui não apenas fazendo um relato ou balanço, mas também um trabalho em andamento – e, como tal, é um rascunho daquilo que será o final deste processo –, gostaria de pedir encarecidamente a colaboração e a crítica dos Srs. Senadores para o nosso trabalho.

Posto isso, passo à exposição que vim fazer. Entretanto, gostaria de dizer que ela é dividida em duas partes. Na primeira, que será bem rápida, faremos um balanço do que foi o primeiro governo, uma prestação de contas. Penso ser isso de suma importância, até porque abrirá caminho para a reflexão das mudanças necessárias a serem feitas no âmbito da reforma agrária.

Iniciando pelo balanço, temos uma transparência que aponta para o gasto com a reforma agrária nos últimos 23, 24 anos aproximadamente. Quero chamar a atenção para o fato de que aquele gráfico não corresponde ao orçamento, não é o projeto aprovado ou o chamado orçamento autorizativo da reforma agrária, mas foi feito com base no balanço consolidado da União, nos seus gastos e dispêndios.

Podemos observar que no período chamado autoritário, que vai de 1974 até 1985/1986, há um gasto constante para a reforma agrária, porém bastante baixo. Com relação, inclusive, àquilo que vai se

passar no segundo e no terceiro períodos, ele é bastante baixo.

Em seguida, com a chamada redemocratização, há o segundo período. Começa a haver uma melhoria do gasto, que alcança um pico em 1988, mas cai, sobe e cai novamente, portanto refletindo o perfil da exaustão fiscal do Estado brasileiro. Na média, é evidente que esse gasto ou esse dispêndio tende a ser superior àquilo que havia anteriormente. Por exemplo: em 1988, o gasto foi de US\$747 milhões, porém, no ano seguinte, baixou para aproximadamente US\$103 milhões, o que significa uma solução de continuidade muito grande, no que diz respeito a políticas públicas, e uma descontinuidade muito visível – diria extremamente perversa – em termos da continuidade do programa.

Depois, chega-se ao fim da era Collor e começa a haver uma elevação do gasto ao longo do Governo Itamar Franco. Desde então, os gastos são crescentes durante o primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso, quando sobem de forma exponencial, de tal sorte que, em primeiro lugar, supera-se a barreira de US\$1 bilhão e, depois, a dos US\$2 bilhões, fazendo com que, ao longo do período que vai de 1995 a 1997 – ainda não temos os dados consolidados de 1998 – seja ultrapassada toda a barreira dos gastos, inclusive alcançando esse recorde. Em segundo lugar, o dispêndio será crescente e não vai sofrer uma queda em termos de continuidade.

Isso representa um reflexo muito claro em termos de hectares desapropriados. De 1985 a 1989, 4 milhões, 191 mil hectares desapropriados; de 1990 a 1993, 2 milhões, 775 mil; de 1993 a 1994, 1 milhão, 86 mil; de 1995 a 1998, 7 milhões, 321 mil hectares.

Gostaria apenas de dizer que esses 7 milhões, 321 mil hectares correspondem exclusivamente à parcela desapropriada, ou seja, nesse valor não se encontram as terras devolutas incorporadas à União e tornadas disponíveis para a reforma agrária. Se adicionássemos a esses 7 milhões, 321 mil aqueles hectares aos quais me referi, estaríamos próximos a 10 milhões de hectares, o que representaria uma área de aproximadamente duas vezes e meia o Estado do Rio de Janeiro que foi distribuída ao longo desses quatro anos. Podemos passar adiante?

Com relação às famílias assentadas ali se encontra um balanço. Ao longo dos quatro anos, duzentos e oitenta e sete mil quinhentas e trinta e nove – o número não está legível, mas creio que são quinhentas e trinta e nove – famílias são assentadas. Isso representa, para ter-se uma idéia, comparativamente ao que foi feito nos trinta anos anteriores,

aproximadamente duzentas e dezoito mil famílias assentadas. Ali temos duzentas e oitenta e sete mil, o que dá um média de mais de setenta mil famílias/ano assentadas. É importante também dizer que a média de famílias assentadas nos trinta anos anteriores situa-se em torno de sete ou oito mil famílias/ano. Ou seja, na verdade, fizeram, durante o primeiro governo, dez anos da média anterior a cada ano de 95 a 98. Vamos adiante, Ricardo?

Esse gráfico reproduz algo que é de muito interesse da sociedade. A reforma agrária tem uma fortíssima associação com o chamado conflito agrário. Pesquisadores contratados da Universidade Federal do Rio de Janeiro montaram um gráfico no qual se procura relacionar três processos. Aquela curva mais alta, que ali se encontra e entra em um processo de saturação, é exatamente a que diz respeito às invasões ou ocupações de terra. Aquela é a curva das ocupações de terras desde, mais ou menos, o ano de 88 até mais ou menos 1998. A segunda das curvas diz respeito, justamente – essa curva que sobe como se fosse encontrar-se com a outra que satura lá em cima –, ao número de famílias assentadas que cresce exponencialmente a partir de 95. Em 96 e 97 ela sobe. A terceira curva, que fica cá embaixo, depois sobe de uma forma bastante significativa se estabiliza e cai, representa o índice de violência no meio rural brasileiro. A terceira curva apresenta, portanto, a construção de um índice para medir a violência ou a conflituosidade no campo brasileiro. O que se deduz a partir do gráfico que aí está? Que há uma correlação entre o crescimento do assentamento, quando este realmente ganha uma perspectiva exponencial, um crescimento muito grande, a saturação da curva de ocupação de terra e a redução dos índices de violência. Ou seja, traduzindo, quanto mais reforma agrária, menos violência no campo. É isso que, em alguma medida, temos conseguido alcançar. Vamos adiante? Um exemplo: com relação ao primeiro governo, partimos, no ano de 1995, de quarenta e uma mortes no campo fruto de conflitos – que sobe, em 1996, sobretudo com Eldorado de Carajás para cinquenta e quatro, em 97 – para trinta e, em 98 até novembro, em torno de vinte e seis mortes. Isso representa, portanto, uma tendência crescente. Ao mesmo tempo, é importante que se diga que os números da violência continuam, embora decrescentes, embora caindo, inaceitáveis. É preciso reduzir a violência ainda mais. Aqui importa lembrá-los de que no ano de 1988, por exemplo, era de cento e oitenta e um o número de mortes no campo, em conflitos agrários. É importante reter esse dado. Vamos adiante?

Ainda com relação à questão da mudança do perfil, inclusive da conflituosidade no campo, importa trazer um gráfico que nos mostra a situação no sul

do Pará. O sul do Pará é emblemático no que diz respeito à questão da conflituosidade ou dos problemas fundiários brasileiros. Não apenas pela triste lembrança de Eldorado dos Carajás, é claro, mas pelo fato de que se tendo constituído em uma região de fronteira onde tivemos um conjunto de intervenções, sejam públicas ou problemas já existentes, a verdade é que a conflituosidade explodiu há algum tempo atrás e hoje estamos conseguindo fazer com que esta se reverta. Já há algum tempo, graças a Deus, não temos o sul do Pará nas manchetes sob o ponto de vista negativo, uma região extremamente promissora com extraordinário potencial a ser explorado. Em 1996, tínhamos 30 invasões de terra; em 1997, cai para 17 e, em 1998, apenas 03, até meados de novembro. O que representa um refluxo de conflito. Obviamente, isso não se deu por acaso. Mais de 30 mil famílias foram assentadas ao longo desses três anos nessa região, como também criamos, entre outras coisas, uma Superintendência Especial.

Em linhas gerais, concluíamos o balanço do primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso no que diz respeito à reforma agrária. Entretanto, ele seria incompleto se não nos referíssemos ao extraordinário avanço na Legislação Agrária Brasileira, fruto da contribuição desta Casa, o que foi absolutamente decisivo. Nesse período, lembro-me que, em 1996, quando começamos a trabalhar no Ministério, tínhamos uma dúzia de projetos de lei tramitando no Senado e era fortíssimo o clamor popular no sentido de que esses projetos fossem aprovados. A resposta do Congresso Nacional foi excepcional. É importante que se fale a esse respeito, inclusive para homenagear os que participaram desse processo nas suas diversas etapas. Conseguimos aprovar, em um espaço relativamente curto, o novo Imposto Territorial Rural, o Rito Sumário – passou por aqui e foi aprovado – e o Banco da Terra. Tivemos a participação do Ministério Público e, entre outras, a chamada Nova Lei Agrária, que é a modificação, em profundidade, da Lei nº 8.629. Desta forma, podemos dizer que, exceto em períodos excepcionais, como durante o período autoritário – quando, de fato, se tem uma legislação agrária no Brasil, através do Estatuto da Terra – e, evidentemente, um outro momento excepcional que foi na Constituinte. Nesses períodos, tivemos as mais significativas mudanças em legislação agrária brasileira. Assim, fiz um rápido balanço do que se fez em reforma agrária no primeiro governo. Creio que devemos nos debruçar sobre o que faremos daqui para frente, quais são os desafios e para onde levar esse processo.

Presidente Osmar Dias, não é possível fazer isso sem que nos refiramos também aos problemas

da reforma agrária. Até aqui mostramos os sinais positivos; mas, é fundamental que discutamos os problemas que existem. Dentre outros, eles começam – segundo entendemos – com a ausência de sustentabilidade. Falo sobre as condições e a qualidade de uma parte considerável dos projetos de assentamento. Isso se exemplifica, facilmente, quando observamos que, nos mais de 34 anos de existência da reforma agrária, não se emancipou, não se autonomizou e não se levou um contingente expressivo de famílias que entrasse no programa e saísse do outro lado. Ou seja, a reforma agrária até aqui tem sido apenas estoque, ou quase isso, e não tem tido seu fluxo. Ora, ela não tem a função de criar uma clientela rural, mas a de dar a um homem pobre, porém produtivo, condições de se constituir em agricultor familiar. Esse aspecto, que voltaremos a abordar posteriormente, não tem acontecido. É essa a questão da sustentabilidade. O fluxo, e não apenas o estoque da reforma agrária, é um dos problemas centrais e que está ligado, fortemente, com a questão da qualidade.

Um segundo aspecto extremamente importante, no que diz respeito aos problemas defrontados atualmente pela reforma agrária, diz respeito à excessiva centralização do programa. Ou seja, concebido no período autoritário, a reforma agrária, naquele contexto de polarização ideológica, ficou 100% na mão do Governo Federal. Isso, hoje, perde o sentido na sua totalidade. Por quê? Um País com 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados, com mais de 5 mil municípios, fica evidente a sua impossibilidade em massificar um programa de reforma agrária sem que se descentralize. Quando se assentava 7 ou 8 mil famílias em um ano, isso passava despercebido; quando você possuía um orçamento de algumas dezenas, como foi durante muitos anos, e até centenas de milhões de reais, tudo bem, mas, quando você chega à fase de um bilhão e dobra, chega a dois bilhões, por exemplo, como hoje, fica evidente que não é possível manter esse programa do jeito que está, porque senão você não massifica.

Eu costumo, muitas vezes, citar o caso do Estado de São Paulo. O Estado de São Paulo tem entre 700, talvez 800 mil funcionários públicos, tem as melhores universidades do País, os recursos financeiros e tecnológicos. Eu tenho 102 funcionários no Estado de São Paulo. A mim compete monopolisticamente fazer a reforma agrária, e ao Estado de São Paulo, em absoluto, nada.

Então, fica evidente que estamos deixando de fora um manancial extraordinário de recursos tecnológicos, humanos, financeiros e de parceiros para a reforma agrária.

Ainda há pouco, eu me reunia, Sr. Presidente, no meu Ministério com representantes de todos os Estados, debatendo este tema. E o representante do Amazonas, mais uma vez, trazia o problema do assentamento de Apuí, lá no Amazonas, que é talvez hoje o maior assentamento que nós temos no Brasil, e que é uma dor de cabeça enorme, porque, a partir daquele projeto de assentamento, você, na verdade, abriu uma fronteira de ocupação, naquela região. E os gastos, e as demandas, e os problemas em termos de infra-estrutura são simplesmente dramáticos. E o Governo Estadual, que em nenhum momento foi chamado a participar de qualquer processo de decisão ou de qualquer processo de discussão ou de participação, hoje tem que colaborar, e eu diria de forma decisiva, neste processo. É o que acontece em Apuí, acontece por esse País afora.

Hoje, na verdade, nós temos os projetos de assentamento como Prefeituras da União ou Municípios Federais. E isso faz com que, na medida em que você exclui, num país federativo, a reforma continua unitária. Isso significa dizer que Governadores e Prefeitos estão cassados, ou seja, eles não têm nenhum tipo de participação neste processo, e evidentemente as suas respectivas comunidades. Não me refiro aqui apenas a Prefeitos e Governadores.

Então, evidentemente que não dá para você desconsiderar isso. E, quando você percebe a reforma agrária, sobretudo dentro da concepção de colonização que vigeu e que presidiu o Estatuto da Terra, você se dá conta de que a reforma agrária significa a terra, a habitação, a saúde, a educação, a assistência técnica, o crédito e tudo o mais que os senhores possam imaginar, então, a gente percebe, e aí eu já chego a um terceiro e gravíssimo problema, que a reforma agrária segue desarticulada, não apenas no nível dos estados e municípios, o que já é dramático, mas, ao mesmo tempo, desarticulada dos demais programas sociais do próprio Governo Federal, porque essa é a lógica vigente.

Na medida em que ao INCRA compete fazer rigorosamente tudo, qual um demiurgo federal, você se isola tanto das demais esferas, como também dos demais programas. E isso novamente não nos leva a um bom caminho, no sentido da qualidade, no sentido da sustentabilidade.

Dentre essa desarticulação, eu citaria, sobretudo, a desarticulação da política de agricultura familiar. Agricultura familiar que começou a ter um programa no primeiro Governo Fernando Henrique, que é exatamente o Pronaf, e que alcança montantes expressivos, não só apenas em termos de contratos,

mas em termos de volumes, e, se você pensar bem, você se pergunta: Qual a diferença entre agricultura familiar e reforma agrária? Ora, crédito há nos dois, não é isso? Habitação há nos dois, assistência técnica há nos dois. O que diferencia um do outro? O item terra, a reforma agrária.

Na verdade, a única diferença entre agricultura familiar e reforma agrária é que a segunda propicia e distribui terra, enquanto que a outra trabalha com aqueles agricultores já consolidados.

Então, fica evidente que você tem que ter um **continuum** entre a reforma agrária e a agricultura familiar. E, eu diria, que a primeira, inclusive, de certa forma, funciona em razão da segunda, na medida em que ela cria, enquanto que a agricultura familiar consolida e expande. É esse o processo. E, por isso é fundamental a integração.

Eu citaria também, para não ir longe demais e parar por aqui, os aspectos relativos ou referenciados aos problemas inerentes à reforma agrária, a questão do acesso à terra. Tema polêmico, tema difícil, e que nós temos que enfrentar e temos que discutir aqui também.

É que, historicamente, o instrumento básico de acesso à terra é a desapropriação. Desde já, e com a autoridade de quem mais desapropriou na história deste País, e quem menos adquiriu em termos relativos, que é o nosso caso, gostaria de dizer que não há qualquer pretensão de se abrir mão da desapropriação de terras, que é uma conquista dos trabalhadores brasileiros, e esse continuará sendo o principal instrumento, a viga mestra do nosso trabalho. Entretanto, não podemos ficar cegos à realidade, que aponta, hoje, para uma queda enorme do preço da terra e a possibilidade da via negocial, ou seja, a possibilidade do acesso à terra por uma série de fatores históricos e mudanças que não necessariamente precisam passar pela via administrativo-judicial.

Estou aqui me referindo, por exemplo, ao Banco da Terra, como uma alternativa de programa de crédito fundiário, estou me referindo aqui ao leilão de terras, estou falando sobre a experiência também do arrendamento com opção final de **leasing**, por exemplo, de terras. Em suma, hoje, o Brasil pode e deve experimentar todas as formas, Senador Osmar Dias, que signifiquem o acesso à terra. E essa análise deve ser menos de cunho ideológico, ela tem que ser uma análise de custo/benefício. A mim, interessa-me a forma de acesso à terra que signifique o melhor custo/benefício, o mais baixo para o contribuinte e o melhor para o assentado. Isso quer dizer que determinado instrumento de acesso à terra pode

ter uma alta funcionalidade numa área e em outra, não. Então, devemos utilizar um instrumento que seja compatível, efetivamente, com o objetivo a que visamos, que é exatamente o de atender a uma grande massa de trabalhadores sem terra ou de minifundistas que precisam de mais terra.

Sr. Presidente, concluo, fazendo duas observações. Em primeiro lugar, que estamos numa etapa histórica em que o paradigma desenvolvimentista brasileiro vive uma seriíssima crise. Historicamente, o desenvolvimentismo do Brasil esteve relacionado à indústria e, junto com o setor serviço, evidentemente, às cidades, ou ao pólo urbano, no nosso País. Esse paradigma, hoje, entra numa crise muito grande e há quem diga, inclusive, irreversível. Por quê?

Dentre outros aspectos, temos a globalização, que implica uma aceleração da inovação tecnológica, gerando, inclusive, e o que é extremamente problemático para uma nação jovem como a nossa, o problema do desemprego estrutural, que, mais ou menos, entre outros fatores, dá-se, porque a cada unidade de capital investido já não corresponderá a geração de empregos no setor secundário e no setor terciário. Ou seja, se eu investia dez, por exemplo, no passado, e gerava um emprego, hoje, eu invisto cem e, talvez, gere meio. Num país que tem trinta e quatro milhões de brasileiros no campo; num país que tem seriíssimos problemas urbanos e metropolitanos, como o Brasil; num país que tem o fator terra como algo abundante, fica evidente que, pela própria crise desse modelo, abre-se a possibilidade, chamo a atenção para isso, de se rediscutir o papel do rural brasileiro. Abre-se a possibilidade de que o que é rural deixe de ser o arcaico e passe a ser o moderno; abre-se a possibilidade de tudo aquilo que é campo deixar de ser passado e passar a ser futuro, sobretudo porque, hoje, no campo brasileiro e em torno da agricultura familiar, sobre a agroindústria falo daqui a pouco, abrem-se uma possibilidade e uma fronteira dinâmica de geração de empregos que este País não pode perder e que não pode deixar de lado.

É claro que o **agrobusiness**, a grande empresa, continuará desempenhando o seu papel de divisas, de incorporação, de fronteira, de inovação tecnológica e também de abastecimento alimentar. Isso está fora de dúvida, mas é evidente que a modernidade, hoje, muito mais do que antes, passa pela agricultura familiar, passa pela reforma agrária, passa pela distribuição de terra, passa pela inovação, passa pela educação rural, porque o Brasil precisa rever os seus modelos de educação rural, isso é fundamental – precisamos ter muito mais força, muito mais capacidade, em termos educacionais rurais, no

Brasil, hoje –, e, obviamente, passa por uma política que se volte para criar um novo mundo rural no Brasil.

Diante disso tudo, Sr. Presidente, é o segundo ponto, e prometo, agora, cumprirei em definitivo, são as mudanças que estamos pensando em linhas gerais. Em primeiro lugar, vamos ter uma articulação entre agricultura familiar e reforma agrária e não apenas entre essas duas políticas. Também a política de saúde, educação e outras mais passam a ser articuladas dentro de um Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural. Esse Conselho vai integrar, de certa forma, todo o escopo, toda a intervenção, e propiciará a necessária coordenação para que se possa a intervir não apenas setorialmente, mas sobre um território e a partir de uma perspectiva integrada.

A esse Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural corresponderão conselhos estaduais e, abaixo dele, conselhos municipais com a participação da comunidade, portanto, com a participação de agricultores e seus familiares, dos sem-terra, dos representantes da Câmara de Vereadores, dos Prefeitos, e assim por diante. Esses planos de desenvolvimento sustentável, que serão gerados no âmbito municipal, serão consolidados no plano estadual e, obviamente, a diretriz, o orçamento-geral será colocado a partir do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Integrado. Fruto disso, o Pronaf, que é o grande instrumento de crédito para a agricultura familiar, vai ser fundido com o Procerá. Com a fusão, a massa de recursos vai crescer, e inclusive as condições de pagamento vão melhorar. Estamos pensando – e, eu diria, com a simpatia da equipe econômica – em trocar o indexador da TJLP por um outro, que barateie inclusive as condições de pagamento.

Dentro desse novo Pronaf, fundido com o Procerá, vamos ter espaço. Inicialmente, a previsão é de 420 milhões para as famílias assentadas que chegaram ao topo da pirâmide. Ou seja, quem já tem terra, casa, quem recebeu Procerá/custeio/investimento, quem tem estrada e quem tem água passa para o novo programa, criando, portanto, em definitivo, um fluxo – e a reforma agrária deixando de ser aquele estoque que até aqui foi. Então, ao passar para lá, ele passa para um programa bem mais robusto, sem os limites que tem hoje o Procerá, não só em termos de volume total de recursos, mas também do teto a financiar, seja o investimento, seja o custeio, e as condições de pagamento serão muito melhores do que são hoje aquelas destinadas para o Pronaf.

Aqueles que também vão para a terra também ganham nesse novo programa. O chamado crédito implantação, que hoje é para a família que chega so-

bre a terra para que ela possa construir a sua casa em regime de mutirão, para que ela possa ter uma cesta básica, para que ela possa adquirir os seus implementos, os insumos básicos para começar a produzir, passa de R\$3.900 para R\$5 mil. E passa a ser de responsabilidade da família os serviços topográficos, porque o INCRA é lento para prover isso, e sem que se demarque a parcela, muitas vezes não se consegue passar para a etapa seguinte do Procerá. Além disso, todas as famílias que tenham os seus chamado kit básico serão tituladas, o que basicamente nunca aconteceu na história da reforma agrária brasileira. Toda família vai ser titulada, toda ela passará a ter a segurança de ter realmente um pedaço do chão. É claro que, obedecendo à Constituição, elas terão um prazo de carência de dez anos, no qual elas não poderão vender e terão cláusulas resolutivas. Entre essas, evidentemente, um prazo de carência para o início do reembolso do pagamento daquela terra.

Além disso, em termos de mecanismo de acesso à terra, vamos passar a contar com um programa de crédito fundiário – como aqui me referi – além dos outros instrumentos que utilizaremos.

Afora isso, Sr. Presidente, eu teria um enorme conjunto de contribuições e de idéias a trazer como o fundo de aval, municipal, estadual e nacional, como o crédito cruzado, como as cooperativas de crédito, como a nova linha chamada Agregar, como o financiamento para a agroindústria e conglomerados de agroindústrias, como o programa rural de educação. Entretanto, em benefício da contribuição e da participação das Sr^{as} e Srs Senadores aqui presentes, e dado o fato de que já me estendi e ultrapassei muito tempo, encerro a minha intervenção e aguardo a contribuição, a crítica, que, sem sombra de dúvida, Sr. Presidente, irá enriquecer esse conjunto de idéias que aqui apresentamos.

A todos, muito obrigado pela paciência, e vamos ao debate.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço ao Ministro Raul Jungmann, pelo cumprimento do que determina o Regimento, com relação ao tempo. Peço, portanto, a colaboração dos Senadores para que nós também possamos cumpri-lo, já que contamos com um número importante de Senadores, demonstrando, com isso, a importância desta audiência pública.

Já temos quinze inscritos, e o primeiro deles é o Senador Lúdio Coelho, a quem passo a palavra.

O SR. LÚDIO COELHO – Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, felicito V. Ex^a pelo início dos

seus trabalhos na Presidência desta Comissão. A vinda do Ministro Raul Jungmann a esta Comissão é um fato importante para o início do seu trabalho. Tomei a liberdade de me inscrever mesmo não tendo o prazer e a honra de fazer parte de Comissão tão bem presidida por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado.

O SR. LÚDIO COELHO – Eu gostaria de fazer parte desta Comissão, mas nela não me incluíram.

Quero, de início, reconhecer o esforço enorme que o Ministro Raul Jungmann tem feito no desempenho da importantíssima tarefa da reforma agrária. Fiquei muito satisfeito, Sr. Ministro, quando V. Ex^a afirmou que a reforma agrária precisa ser repensada. Efetivamente, a Nação precisa repensar a reforma agrária, para que, de fato, ela atinja seus objetivos. Até agora fizemos essa "estocagem de assentados", como V. Ex^a tão bem afirmou. Uma área importante foi desapropriada, mas, em termos de produtividade, de produção agrícola e de melhoria das condições de vida das pessoas assentadas, há muitas dúvidas.

Tenho a impressão, Sr. Ministro, de que a descentralização da reforma agrária para que cada área da Administração Pública tenha responsabilidades específicas é muito importante. No meu Estado e nos demais Estados do Brasil, verificamos os Municípios onde são feitos assentamentos em maior número e a pressão que as prefeituras sofrem para que sejam atendidas as necessidades mínimas dessas famílias, que, geralmente em estado de pobreza absoluta, pressionam o prefeito.

Uma reestruturação na implantação da reforma agrária no Brasil seria da mais alta importância, no sentido de que sejam cumpridos seus objetivos, que não se restringem apenas ao assentamento de famílias pobres na terra; busca-se assentar famílias que venham a concorrer para o desenvolvimento agrícola brasileiro, obtendo melhores condições de vida e colaborando para o aumento da produção agrícola brasileira.

Há três dias, conversei com o Governador do meu Estado, Sr. Zeca do PT, porque ali estão aumentando enormemente as invasões. Ficamos preocupados com essas 40 invasões de Pernambuco e com as que estão acontecendo em nosso Estado. Estamos esperando para ver o que vai acontecer no final de tudo isso.

Essa descentralização a que V. Ex^a tão bem se referiu será muito bem recebida no Congresso Nacional. Penso que esse é o caminho a ser seguido.

Nas nações mais desenvolvidas do mundo, como as integrantes do Mercado Comum Europeu, quando terminou a guerra, existiam cerca de dez a doze milhões de habitantes no campo, que começaram a se transferir para as cidades. Os Governos daqueles países desenvolveram programas de subvenção às pessoas do campo para mantê-las lá até hoje. E, hoje, essa subvenção é enorme e será permanente, pois faz parte da cultura a necessidade de subvencionar as pessoas para que estas morem no campo.

A maneira encontrada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso para subvencionar a agricultura é esse tipo de financiamento que, infelizmente, está sendo dado quase que exclusivamente aos assentados. Precisamos colocar os pequenos proprietários tradicionais do campo nessa linha de apoio, porque a reforma agrária está levando pessoas da cidade para o campo e a desassistência do Governo está trazendo o pequeno agricultor do campo; está vindo mais do campo, Sr. Ministro, do que está indo.

Então, apóio enormemente a sua proposta de repensar a reforma agrária para que ela cumpra efetivamente os seus objetivos. V. Ex^a afirmou aqui que não tem quase nenhum assentamento independente, porque todos eles estão vivendo de subvenção do Poder Público. Com a competência que V. Ex^a tem e com o esforço que está fazendo – e quero reconhecer de público que V. Ex^a está fazendo um grande esforço –, pergunto-lhe: o que pode ser feito para dar mais tranquilidade ao campo, para diminuir esse volume enorme de invasões que está se processando atualmente?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Sr. Ministro Raul Jungmann.

O Ministro pede para que eu consulte o Plenário se poderíamos fazer uma série de três Senadores a interpellá-lo, e ele daria a resposta aos três para que pudéssemos ganhar um pouco de tempo. É uma proposta que encaminho ao Plenário.

O SR. – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. – Gostaria de saber como funcionaria a réplica, nesse caso.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Teriam direito à réplica, depois da resposta do Ministro, os três que fizeram o encaminhamento.

O SR. RAUL JUNGMAN – Gostaria apenas de enfatizar, se V. Ex^a me permite, Sr. Presidente,

de que é para justamente dar mais tempo, porque, muitas vezes, posso prejudicar o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Plenário está de acordo, nós também estamos.

Srs. Senadores, vou fazer uma outra consulta ao Plenário. O requerimento que propôs o convite dos membros do Governo para debatermos aqui as políticas públicas foi da autoria desta Presidência. No entanto, havia um requerimento, que foi anexado ao meu, do Senador Carlos Bezerra. Consulto se há algum inconveniente de que ele faça agora a sua interpegação, como autor do requerimento. (Pausa)

Então, com a palavra o Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA – Sr. Ministro, Sr^{as} e Srs. Senadores, fundamentalmente o que me levou a fazer este requerimento foi ajudar na agilização da questão da reforma agrária, que penso que é de fundamental importância para o País. Penso que o Ministério já avançou em muitos pontos, mas precisa avançar mais. Por exemplo: há três anos que se fala em uma interação entre os Ministérios da área social do Governo e a reforma agrária. Isso não acontece de fato. Os assentamentos continuam sem escolas, os prefeitos não conseguem as verbas para construir as escolas, os postos de saúde e as estradas. E vi que dentro desses Ministérios há pessoas que acreditam que está funcionando muito bem. Encontrei uma técnica do Programa Roda Viva que me entregou um exemplar de um programa para a construção de estradas e de rodovias, através do Ministério do Transporte, nos assentamentos da reforma agrária. Nunca se fez um quilômetro de estrada em lugar nenhum! E a moça, entusiasmada – coitada! – idealista, dizendo que tudo está funcionando muito bem. Mas não está funcionando.

O que esta Comissão pretende é um esforço, junto com V. Ex^a e o Ministério, para ajudar a promover essa interação, porque o Governo tem recurso. O que o Programa da Reforma Agrária precisa é mínimo, e os Ministérios da Educação, da Saúde e do Trabalho têm, basta fazer com que isso funcione efetivamente. Esse é um ponto que gostaríamos de colocar em discussão e ajudar V. Ex^a nisso. Esta Comissão tem que insistentemente entrar nessa questão e ajudar o Ministério a equacionar os problemas.

Um outro problema diz respeito aos investimentos nos assentamentos, como o Proterra, que é aplicado atabalhoadamente. O cidadão pega o recurso e não sabe o que fazer com ele; aplica-o mal. Como aquilo não é doação, é empréstimo, depois ele não tem como pagar.

Há três anos luto com a Embrapa – e ela já concordou – para que façamos um estudo econômico no

Estado de Mato Grosso. Inclusive, consegui com o Presidente do BNDES, Luiz Carlos Mendonça de Barros, o financiamento desse estudo. Ele me garantiu que o banco o pagaria, mas isso não foi cumprido.

Já há uma experiência bem-sucedida nesse sentido feita no Município de Querência, no Estado de Mato Grosso. O Diretor do INCRA, inclusive, foi observar a experiência. Ele pôde ver que o Município de Querência hoje é um modelo em Mato Grosso. Essa feliz experiência deveu-se à assistência da Embrapa e também a uma pequena verba do Ministério da Agricultura que conseguimos para a cooperativa.

Esse trabalho feito no Município de Querência pode ser feito em todos os assentamentos do Estado e a Embrapa está pronta para isso. Há até um pré-projeto, mas a Embrapa precisa de recursos mínimos; é necessário que alguém custeie essa iniciativa.

O Sr. Luiz Carlos Mendonça de Barros saiu do BNDES e não cumpriu o prometido. Esse projeto precisa ser viabilizado para que os investimentos sejam realizados de modo correto, evitando-se a perda de dinheiro – que já é pequeno e pouco. Esses poucos recursos, quando aplicados erradamente, transformam-se em problema e não em solução para os assentados e para todas as pessoas.

Verei de que modo isso poderá ser viabilizado não só no Estado de Mato Grosso, que está na dianteira dessa experiência, mas também em outros Estados. Estamos lutando para que, em outros Estados que têm grande volume de assentamentos, a Embrapa tenha condições de realizar estudo semelhante, fazendo, primeiramente, um levantamento mercadológico.

Entendo um pouco de agropecuária. Ao andar pelo interior do Estado de Mato Grosso, vejo o tamanho das bobagens que estão fazendo, incentivados por prefeituras, sindicatos e associações. O cidadão está plantando culturas totalmente inviáveis no Estado, porque não tem orientação, acreditando que isso é a grande saída para o Município e para os pequenos produtores. Ao contrário, é um problema sério e grave. Esse é um outro problema, Sr. Ministro, que pode ser resolvido e gostaríamos de poder ajudá-lo na implementação de soluções.

É preciso mencionar ainda a necessidade de regulamentação das áreas de fronteira no nosso Estado e em outros Estados. Isso é urgente.

Por fim, Sr. Ministro, quero parabenizá-lo pelo novo procedimento implantado pelo Incra com relação à aplicação de recursos nos assentamentos e nas associações. Essa foi uma importante inovação:

os recursos serão aplicados pela Caixa Econômica, que é rigorosa e só libera a outra parcela se tiver sido aplicada a primeira. Com esse procedimento, vamos acabar com uma série de anomalias na aplicação dos poucos recursos disponíveis para investimento, o que vinha gerando problemas como já vimos várias vezes. Com essa modalidade adotada, penso que o programa vai melhorar – e muito – o seu perfil.

Basicamente, eram esses os pontos a serem destacados.

Gostaria ainda de dizer a V. Ex^a que estamos aqui para apoiar o programa de reforma agrária e para colaborar com o seu Ministério e com o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. O nosso objetivo é que esse programa seja realizado da melhor maneira possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET – Em primeiro lugar, quero dizer a V. Ex^a, Sr. Ministro, que aqui estou para lhe prestar uma homenagem. Tenho ido ao seu encontro no Ministério, acompanhado de alguns prefeitos do meu Estado, Mato Grosso do Sul, com o intuito de resolver problemas que lá existem. Problemas, aliás, que estão recrudescendo em decorrência da incapacidade dos Municípios de arcar financeiramente com as responsabilidades relativas aos assentamentos que lá existem, ou seja, dos assentamentos legais, produtos da reforma agrária de acordo com a lei, e até mesmo os ilegais, já que a ilegalidade está aumentando consideravelmente no Estado do Mato Grosso do Sul, como salientou o Senador Lúdio Coelho.

Tenho encontrado em V. Ex^a um homem sempre pronto a ajudar-nos, apesar da carência de recursos. V. Ex^a é um idealista, e essa Pasta que ocupa, o Ministério, só pode ser realmente bem gerenciada se lá estiver alguém como V. Ex^a, que compreende a situação nacional e acredita que a solução possa realmente estar no campo. A agricultura foi a âncora do real – todos proclamam isso. Agora, o campo pode ser a vanguarda do crescimento que este País está necessitando ter.

Digo isso com absoluta tranquilidade pela convivência que tenho com V. Ex^a, que ressaltou a participação do Legislativo. Por uma coincidência, precisei estreitar o contato com V. Ex^a quando relatei determinadas matérias, como a participação do Ministério Público nos litígios coletivos da área rural, o rito sumário, a questão das liminares, etc. No entanto, as invasões estão aumentando excessivamente, le-

vando intranquilidade ao campo e desmoralizando os Poderes, porque o Poder Judiciário concede a liminar e o Estado, chamado a cumprir, não cumpre, podendo estabelecer-se um conflito.

V. Ex^a demonstrou que, felizmente, pelas estatísticas, o índice de mortes tem diminuído, mas, se morrer alguém, o Governo vira assassino. Se ocorre reação do outro lado, também há problema. A situação evidencia que, efetivamente, temos que encontrar uma solução no sentido de fazer a reforma agrária descentralizada tal qual V. Ex^a deseja. A meu ver, só há um ponto que não foi abordado e que julgo de fundamental importância: verificar quem é verdadeiramente o trabalhador rural, porque o que foi falado pelo Senador Lúdio Coelho é verdade. Quem está pedindo mais terra é aquele que nada sabe sobre terra – a área urbana. E a crise no campo está tirando o cidadão de lá e trazendo-o para a cidade.

Estamos criando um impasse pela falta, naturalmente, de recursos, pois as idéias estão consubstanciadas. Como Relator do Orçamento, V. Ex^a lembra que tentei ajudar o Pronaf com recursos razoavelmente aumentados. O que veio do Executivo, isto é, a peça do Legislativo, não contemplava quase nada. Foi preciso que o Legislativo descobrisse maneiras de reforçar o orçamento que V. Ex^a tem à sua disposição e que – diga-se de passagem – ainda é insuficiente para todos esses problemas.

São essas as considerações, Sr. Ministro. Vim aqui prestar-lhe uma homenagem e dizer que há ações imediatas que devem ser tomadas, porque, principalmente com a flexibilização do câmbio, a oportunidade tem sido ímpar para a agricultura auxiliar no crescimento deste País. Nenhum outro setor da atividade econômica pode contribuir para o desenvolvimento do País – sobre o qual V. Ex^a acabou de falar – senão pelo fortalecimento do trabalho daqueles que estão no campo.

Como fazer isso sem recursos? Eis o problema que está diante de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço ao Sr. Senador Ramez Tebet e também aos Senadores Lúdio Coelho e Carlos Bezerra, porque os três cumpriram o tempo previsto, colaborando com os trabalhos e dando oportunidade aos outros Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Ministro Raul Jungmann para dar a resposta aos três Senadores.

O SR. RAUL JUNGSMANN – Ilustre Senador Lúdio Coelho, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer as suas palavras de incentivo e dizer que

as atribuo mais à sua generosidade que às qualidades que este Ministro possa ter. Agradeço-lhe muito, mais uma vez; esse tem sido sempre o nosso convívio.

A respeito das considerações de V. Ex^a, quero dizer, em primeiro lugar, que a idéia da descentralização é algo que vinha sendo gestado há bastante tempo. Entretanto, dadas as características da reforma agrária – e citaria a sua amarração constitucional e infraconstitucional, como também o fato de que o instrumento, o pilar básico de intervenção do Poder Público repousa sobre a desapropriação, e essa não será descentralizada, tem que permanecer nas mãos do Presidente da República, de acordo com a disposição constitucional, e assim permanecerá –, evidentemente não era fácil, sobretudo porque, quando assumimos esta Pasta – e isso aconteceu doze dias depois da hecatombe de Eldorado de Carajás –, V. Ex^a pode imaginar a disponibilidade que se teria para refletir sobre a mudança de um modelo. Não. A nossa prioridade era exatamente de acelerar a reforma agrária, e para isso eram fundamentais as mudanças legislativas que foram procedidas exatamente por esta Casa, com apoio dos Srs. Senadores.

No meu modo de entender, a resposta à questão para mais tranquilidade no campo foi, em alguma medida, vislumbrada naquele gráfico que ali foi exposto: mais reforma agrária. É preciso fazer mais reforma agrária. Evidentemente, isso não significa – muito pelo contrário – que se desatenda aos preceitos do Estado Democrático de Direito, tanto com respeito à propriedade quanto com respeito à vida e à lei. Porém, a saída, Senador, em um País com 150, 200 milhões de hectares que ainda podem ser incorporados... Não existe nenhum paralelo no mundo que possa vir a ser feito, e não me refiro à quantidade de hectares, mas refiro-me até à possibilidade. Seria impossível pensar em uma reforma agrária distributiva, por exemplo, na Inglaterra, na França. Evidentemente, nós temos essa possibilidade e sou daqueles que acreditam que caminhamos para uma redução das tensões, embora, muitas vezes, elas possam, em um determinado Estado, em uma determinada região, até subir o pico, mas a verdade é que a intervenção e a descentralização irão ajudar a resolver esse problema.

Aproveito para encerrar a resposta ao nobre Senador, informando-lhe que, em breve, o Presidente da República irá anunciar a recomposição total do orçamento da reforma agrária. Vamos zerar os cortes que sofremos. De tal sorte que vamos poder continuar com o ritmo que tivemos no passado re-

cente e que, inclusive, nos levou, em que pesem todas as dificuldades e todos os percalços, a uma situação em que a reforma agrária caminhava e tínhamos um afrouxamento da tensão no campo.

O Senador Carlos Bezerra não está presente. Creio que não lhe faltaria com atenção respondendo-lhe agora, mas esperarei o seu retorno, já que S. Ex^a disse que retornaria, e responder-lhe-ei em sua presença. Passo, neste momento, a responder ao ilustre Senador Ramez Tebet.

É um prazer e uma honra, Senador, pelo muito que lhe admiro, receber os elogios que reputo – é a única discordância que temos – indevidos, e atribuo-os à sua generosidade.

Gostaria, de público – eu já iria fazê-lo aqui –, de remarcar e enfatizar o papel que o Senador desempenhou tanto na relatoria quanto, recentemente, no Orçamento da União no sentido de privilegiar, tanto quanto possível, a nossa Pasta, pelo que não apenas este orador, mas todos nós somos gratos ao seu desempenho e ao seu trabalho.

O Senador nos levanta a questão de que o campo é o futuro. Enfatizo, mais uma vez, que penso da mesma forma, porque – volto a dizer – o modelo industrializante urbano vive hoje o seu momento de maior crise. E um País que tem um terço da sua população no campo – se aí são incluídos os pequenos burgos, as pequenas cidades mais a população do campo –, que tem 150, 200 milhões de hectares, que podem ser apropriados, se hoje se tem um processo de inchamento das cidades, que não nos permite mais imaginar que vamos crescer nas taxas anteriores, e se tem um processo de envelhecimento da população e se há uma certa estabilidade no fluxo de migrações. No caso do Sudeste, se pegarmos a PEA, fica muito claro que há um retorno ao campo; portanto, fica de todo evidente que a modernidade é exatamente essa; que o futuro passa por aí; que a saída para um modelo nacional nosso tem de incorporar exatamente o setor rural. E, no setor rural, enfatizo o pequeno e o médio negócio familiar, sobretudo por suas características de grande consumidor de mão-de-obra. E isso não significa desprivilegiar – pelo contrário – os demais setores. Acredito que aí esteja o futuro. E essa grei, tão difícil de abrir-se à inovação, qual seja, os nossos economistas, acredito, vai se tornar um pouco mais permeável na medida em que ficar evidente que não é possível defender o modelo até recentemente implantado no Brasil.

Quanto ao aumento das invasões, às liminares e à reforma agrária, eu gostaria, Senador, de ex-

pressar um pensamento que talvez seja do seu conhecimento. A Constituição brasileira foi madrastra nesse aspecto na medida em que – e com todo o respeito aos Srs. Constituintes – separa quem faz a reforma agrária de quem cuida do conflito agrário. O conflito agrário ficou com os Estados, e a reforma agrária é monopolística na mão da União. Está aí uma situação de assimetria, de anomia, que é raiz e fruto dessa situação a que V. Ex^a se referiu aqui.

Os Governos Estaduais, Senador, na medida em que sobra para eles o ônus da reintegração exclusivamente, sobretudo depois dos fatos em falso que aconteceram em um passado recente, adotam uma atitude tibia. Quando ela evita a violência e preserva os direitos humanos, ela é muito bem-vinda. Entretanto, sabemos todos – e eu sei, em particular – que, quando o Estado se ausenta do conflito, o conflito não se reduz, mas pode até ser potencializado e tornar-se um conflito resolvido privadamente, sendo, portanto, o inverso do Estado – é barbárie. Então, não se deve fugir a isso; há que se enfrentar esse processo com todos os cuidados e com toda a atenção que demanda um assunto como esse. Por isso o meu lema tem sido sempre, Senador, reforma agrária com respeito à vida e à lei. Isso como parâmetro que devemos seguir.

Pensando nisso, em conjunto com o Ministro Renan Calheiros, criamos a Ouvidoria Agrária Nacional, uma maneira de tentar suprir este problema que deriva da Constituição. E a descentralização, novamente, ajuda a resolver essa questão, pois co-responsabiliza os Governos Estaduais, e mesmo os municipais e as suas comunidades, não apenas no ônus da reforma agrária, mas também e principalmente no que é fundamental, ou seja, no bônus representado por ela e pelo assentamento e, obviamente, nos benefícios que traz para todos nós.

São caminhos que devemos trilhar. Talvez V. Ex^{as} mesmos sejam convocados, quem sabe, no futuro, a se pronunciarem sobre algumas alterações para reduzir essa distância, que é a mãe de todo esse problema. Enfatizo, por outro lado, que a grande saída para esse problema é fazer mais e melhor reforma agrária.

Quem é o trabalhador rural? Essa é uma situação que, se é clara em algumas regiões, em outras já deixa de sê-lo. A pergunta é a seguinte: o trabalhador rural que migrou, por exemplo, do Paraná para Rondônia, teve um estágio urbano e voltou

para o Paraná. Ele é o quê? Rural? Urbano? Ele é "rurbano". E hoje a tendência, sobretudo nas regiões mais desenvolvidas, é o processo de "rurbanização". Vão-se eliminando cada vez mais as distâncias. Isso não quer dizer que se deva ou que se possa abrir mão da capacidade, da vocação, do talento e do desejo para trabalhar na terra. E é por isso que temos um sistema de seleção, que é aplicado, malgrado determinados erros que possa ter. A verdade é que há um critério de seleção.

É importantíssimo dizer que não podemos – creio até que seria um equívoco, sobretudo com a crise urbana hoje instalada no País – desconsiderar esses contingentes que, passando por um estágio urbano, são pessoas que permanecem com uma forte relação com o campo. O que vai dirimir essa questão é a vocação e a capacidade de trabalho com a terra.

Com relação aos cortes, ilustre Senador, repito o que aqui já disse anteriormente: vamos zerá-los, na medida em que, crescendo o montante de recursos do Pronaf, que será fundido com o Procerpa, e juntando com o montante de recursos de que disporíamos para os nossos assentados – aproximadamente 420 milhões – vamos repor praticamente tudo e, na verdade, vamos fazer crescer o orçamento de crédito, que é estratégico. E, com a mensagem a ser enviada ao Congresso Nacional – espero eu –, na próxima semana, pelo Senhor Presidente da República, dando a dotação orçamentária ao Banco da Terra, vamos zerar praticamente tudo aquilo que foi feito.

Não sei se consegui ficar dentro dos limites e da disciplina dos Srs. Senadores, mas era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com certeza, ganhamos tempo. Consulto os Senadores Lúdio Coelho e Ramez Tebet se querem fazer uso do direito de réplica. (Pausa.)

Obrigado aos Srs. Senadores.

A lista atende ao apelo do Senador Pedro Simon, porque os três próximos a perguntar são: a Senadora Heloisa Helena e os Senadores Tião Viana e Ernandes Amorim.

Ouçamos, então, primeiramente a Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA – Em primeiro lugar, quero saudar a iniciativa do Senador Carlos Bezerra de apresentar o requerimento, bem como a agilidade do Presidente da Comissão, juntamente com a dos membros que dela fazem parte, no senti-

do de garantir que essa importante discussão pudes- se ser iniciada o mais rapidamente possível. Saúdo ainda o requerimento proposto pelo Senador Tião Viana para que os nossos companheiros do Movimento dos Sem-Terra também possam estar aqui para discutir o assunto. Esses companheiros têm feito inúmeras ocupações dentro da lei, buscando garantir o Estado de Direito, a nossa Constituição, tão interessante em seu art. 1º, que fala sobre cidadania, dignidade da pessoa humana, seus objetivos fundamentais, construção de uma sociedade livre, justa e solidária, buscando assegurar o desenvolvimento nacional. Todos sabemos que só por meio da reforma agrária, da agricultura, este País de dimensões continentais, com gigantesco potencial de áreas agricultáveis e de recursos hídricos, pode garantir seu próprio desenvolvimento econômico, a dinamização da economia local, a geração de emprego e renda, e efetivamente transformar o Brasil em uma Nação.

Esses companheiros que têm lutado tanto, mesmo sendo vítimas das mais diversas formas de violência, visam cumprir a Constituição, assegurar o desenvolvimento nacional, construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza, a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, idade, etc.

Gostaria, Sr. Ministro, ao saudar a presença de V. Exª nesta Casa, apresentar algumas sugestões. Infelizmente, não pude fazer uma cópia para entregar a V. Exª, mas, após meus questionamentos, posso ceder o documento para facilitar a resposta.

Primeiro, sobre o Cédula da Terra. O Incra já fez ou vai fazer uma avaliação da implantação do programa e dos resultados concretos em termos de reorganização fundiária? Quais os instrumentos de fiscalização e controle que o Incra tem utilizado na implantação do Cédula da Terra? Várias denúncias nos chegam sobre as irregularidades na implantação desse programa, tais como falta de informação às famílias sobre formas de pagamento, uso eleitoral, concessão de benefícios a alguns grandes proprietários que criam associações fantasmas, seleção política de algumas áreas a serem adquiridas, etc. O que o Ministério pretende fazer no sentido de investigar essas denúncias e, efetivamente, punir os responsáveis?

Segundo, sobre o Banco da Terra. Vou ter de fazer as perguntas rapidamente, Sr. Ministro, em virtude da exiguidade do tempo. O Governo tem utiliza-

do como argumento – considerado o mais importante –, para justificar o empenho na implementação do Banco da Terra, a afirmação de que os preços da terra no mercado são menores que os valores pagos nos processos desapropriatórios. Realmente, o que encarece – segundo nossa modesta capacidade de avaliação – os valores da terra nos processos desapropriatórios são justamente os juros compensatórios, quando o proprietário entra na justiça, contestando o citado processo, o valor pago é corrigido a 6% ao ano. Essa contestação faz parte de um processo moroso, em que só o proprietário é compensado com a correção de valores de indenização pela desapropriação. Segundo dados do próprio Incra, esses juros compensatórios encarecem em até 700% o valor das indenizações nesses processos.

O Governo Fernando Henrique editou a Medida Provisória nº 1.774/97, reeditada 22 vezes, sendo a última em 11 de fevereiro, que reduziu esses juros de 12% para 6% ao ano. A explicação dada ao movimento social foi de que o objetivo era adequar esse índice aos patamares de juros de mercado. Então, gostaria que V. Exª comentasse também sobre isso.

A desapropriação, segundo a Constituição, é um instrumento para punir a propriedade improduti- va, que não cumpre sua função social. Não se justifi- ca, portanto, esse tipo de reajuste ou mecanismo compensatório. Por que o Governo, em vez de propagandar esse programa, não elimina de vez os juros compensatórios, barateando os processos de desapropriação?

Em dezembro do ano passado, V. Exª anunciou que o Banco Mundial está disposto a emprestar US\$1 bilhão ao Banco da Terra, liberando US\$200 milhões já em 1999. Quais os termos desse acordo? V. Exª também anunciou que o Governo dará US\$1 bilhão como contrapartida; se os cortes no orçamento do Incra foram aproximadamente nesse valor, por que o Governo corta o orçamento dos programas de reforma agrária e coloca tanto dinheiro no Banco da Terra?. Claro que V. Exª vai fazer comentário à luz de uma realidade que diz conhecer – não a conhecemos –, de que não haverá mais cortes em relação à reforma agrária. Quais são as garantias de que esse programa não será utilizado para fins eleitorais? Quais os instrumentos que o Incra pretende estabelecer para que isso não aconteça? Essa implementação do Banco da Terra não acabará funcionando como a institucionalização de alguns currais

eleitorais? Quais são as condições de financiamento do empréstimo junto ao BIRD, o montante de recursos, as condições de pagamento, os encargos financeiros, as garantias, etc?

Sobre o novo mundo rural, ainda não tive conhecimento do documento todo, e posso cometer algum erro, pois vi apenas a entrevista de V. Ex^a ao jornal **O Estado de S. Paulo** de domingo. V. Ex^a afirma que o programa permite uma transição rápida de assentados para a situação de agricultor familiar, com R\$5 mil de investimento por família. Quais os critérios utilizados para tal avaliação? Quais os cálculos ou critérios técnicos que o Governo utilizou para dizer que R\$5 mil seriam suficientes para a emancipação dos assentados?

V. Ex^a afirmou também que o Procerá tem alto índice de inadimplência; tínhamos a informação de que esse índice é baixíssimo, ou seja, apenas 2%; eu gostaria que V. Ex^a apresentasse os dados reais sobre essa inadimplência. Por outro lado, se o índice de inadimplência do Pronaf é alto – todos sabemos que os agricultores consolidados têm dificuldades para pagá-lo, e o pequeno produtor rural, mais ainda do que os assentados, tem dificuldades gigantescas, não só para pagar o Pronaf, mas até mesmo para ter acesso a ele –, por que o Governo não optou por uma "pronafização" do Procerá em vez de uma "procerização" do Pronaf?

O documento apresenta ainda, nesse programa de novo mundo rural, que o Governo não estabeleceu metas de assentamento. Por outro lado, a informação que eu tinha era de que o Governo tinha apresentado 50.000 famílias como meta para o ano de 1999 e 2000. Então, de fato, qual é a meta com a qual o Governo está se predispondo a trabalhar? Outras questões também relacionadas, claro que também se relacionam ao número de R\$5 mil de investimento, como o Governo reduziu o valor necessário à construção de moradias de R\$2.500 para R\$1.800? Sinceramente, acredito ser inadmissível R\$5 mil para a infra-estrutura. Se o Incra tem dificuldades em garantir agilidade, pela morosidade do processo de burocratização, imagine como os assentados, sem acompanhamento técnico, conseguiriam, com R\$5 mil, garantir infra-estrutura e alimento e construir moradia.

O programa, que conheci pelo jornal, parece-me definido a partir de uma concepção de agricultor familiar de tempo parcial. Com base em que realidades regionais o Governo utiliza essa definição?

Gostaria de saber informações sobre a possibilidade de transformação do Incra em Agência Execu-

tiva e sobre possíveis cortes no Procerá, Programa Especial de Apoio à Reforma Agrária. Soubemos, depois, que havia no Orçamento R\$ 21 milhões destinados a esse programa. Duvidamos de que esse valor seja suficiente, até porque a própria experiência do Ministério demonstrou insuficiência de recursos para atender mais de 100 mil assentados. Gostaria que fosse confirmado se esse valor não está contingenciado e, portanto, não está sendo liberado pelo próprio Governo.

Além disso, todos perguntam-se se a desapropriação ainda é prioridade. Como V. Ex^a pretende administrar as desapropriações com um Orçamento 90% menor do que o do ano anterior? Parece que foi destinado ao subprojeto Ações de Obtenção de Terra o valor de R\$44 milhões. De posse dos dados específicos, V. Ex^a poderá aprofundar-se na questão.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradecemos a nossa Vice-Presidente, Senadora Heloisa Helena.

Antes de passar a palavra ao Senador Tião Viana, devo dizer que recebi de S. Ex^a dois ofícios. O primeiro deles questiona se esta Presidência fez contato com o Movimento dos Sem-Terra, tendo em vista que houve convite ao seu representante para comparecer à audiência pública nesta Comissão. Ainda não. Havíamos acertado que, em primeiro lugar, viria o Ministro. Já temos uma reunião marcada com o Dr. Milton Seligmann, que falará sobre a Comunidade Solidária, na quarta-feira, às 9 horas – novo horário de reunião. Solicito que estejamos presentes para ouvir o Dr. Milton Seligmann. Faremos oportunamente contato com o Movimento dos Sem-Terra, para convidar um de seus representantes. Peço auxílio de S. Ex^a para que possamos fazer esse convite ao Movimento dos Sem-Terra.

No outro ofício, a sugestão do Senador Tião Viana é no sentido de que se convide quatro representantes de diversas entidades. Na próxima reunião, iremos submeter essa sua proposta à Comissão, para que possamos decidir sobre a conveniência de convidar os quatro sugeridos.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA – Agradeço, Sr. Presidente, a atenção dedicada aos ofícios encaminhados e cumprimento o Ministro Raul Jungmann.

Na minha infância e adolescência, testemunhei brutais, violentos, arbitrários e injustificáveis conflitos

de terra enfrentados por seringueiros e migrantes expulsos pelos fazendeiros. Muitas vezes, durante os conflitos, pessoas eram queimadas vivas, para que o medo fizesse com que as outras abandonassem as terras. Os movimentos eram muito mais violentos que os atuais, embora, quantitativamente, há um quadro de grande gravidade em nosso País com relação à falta da terra para quem ainda quer trabalhar.

Ministro Raul Jungmann, a Reforma Agrária na Amazônia – é de seu conhecimento – tem sido fruto da retração da expansão econômica. A sua fase inicial foi muito insensível, profundamente desumana, em uma região com peculiaridades epidemiológicas, de transmissão de doenças, que não foram levadas em conta. Funcionando muito mais como um depósito de seres humanos, jogados em condições incompreensíveis por aqueles que habitavam a região, é fruto de um modelo de reforma agrária equivocado.

Hoje a situação, que é de seu conhecimento, é outra em relação à Amazônia. O atual Governador Jorge Viana é profundamente sensível ao problema da luta pela terra, tem propostas claras de um desenvolvimento sustentável. Foi Prefeito de Rio Branco, apresentou um projeto de assentamento periurbano, conforme conhecimento de V. Ex^a, e o colocou em prática; nos pólos agroflorestais, assentou algumas centenas de família. S. Ex^a apresentou uma proposta clara para o Brasil, que o próprio Partido dos Trabalhadores incorporou: se cada Município absorvesse, assentasse 100 famílias, nos 5.000 Municípios citados, seriam 500.000 famílias assentadas. E não é difícil para um Município assentar 100 famílias em um pólo de desenvolvimento rural que signifique uma forma simplificada e acolhedora. O Governador Jorge Viana tentou contribuir com V. Ex^a na política fundiária, defendendo o chamado Projeto Casulo, que é algo que deve ter reconhecimento e observação histórica.

No entanto, eu colocaria algumas preocupações claras aqui, Sr. Ministro. Há uma redução no Orçamento de 1999 da ordem de R\$1,6 bilhão, portanto, de 50%, o que nos preocupa. Fico muito esperançoso ao ouvir V. Ex^a afirmar que, na próxima semana, deverá haver uma recuperação do repasse orçamentário, alterando-se a situação dramática que se apresenta, já que o discurso do Governo Federal que persiste é o de que a reforma agrária é prioridade.

Agora, há algo forte no pronunciamento de V. Ex^a, que é a necessidade inadiável de descentraliza-

ção das ações de reforma agrária e assentamento e da condução de uma política agrícola, além da necessidade de articulação.

Eu gostaria de apresentar, de modo muito especial, a situação dramática do Acre. Há uma distância clara entre a Superintendência Regional do Incra e o Governo do Estado; não há capacidade de envolvimento entre eles por uma prática lamentável, ocorrida recentemente, nesses anos em que se tem absorvido a Superintendência atual do Incra. Temos sido vítimas, no Incra do Acre, de clientelismo político, de suspeita de corrupção. Chegou-me às mãos um dossiê que denuncia claramente um festival de diárias de corrupção praticadas pela Superintendência do Incra – que faço questão de encaminhar a V. Ex^a posteriormente –, uma total desarticulação.

O Incra, no cenário federal, contribuiu, tentou fazer sua parte, deu apoio logístico. Nós temos hoje patrulhas mecanizadas, máquinas novas, com condições logísticas de implantar acesso à produção e viabilizar a ação do trabalhador rural dentro do Estado. Infelizmente, privilégios e apadrinhamentos de empresas ligadas ao poder político anterior no Estado maltrataram profundamente um modelo de reforma agrária na nossa região, em nosso Estado, como é de seu conhecimento.

Então, a ponderação que faço é se V. Ex^a tem conhecimento da gravidade dessa desarticulação, da insensibilidade, da falta de um critério entre a Superintendência do INCRA e o atual Governo do Estado e se reconhece a urgência de ser revisto um modelo de descentralização e interação entre eles. No mais, pelo seu passado de militante, comprometido com o futuro do Brasil e com as próximas gerações, eu lhe desejo muita sorte e afirmo que não gostaria de estar em seu lugar nessa missão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O próximo a falar é o Senador Ernandes Amorim, a quem passo a palavra.

O SR. ERNANDES AMORIM – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, é com muita satisfação que recebemos V. Ex^a aqui. Foram feitos tantos elogios – e merecidos – a V. Ex^a, porque sabemos a maneira como trata a coisa pública. Sabemos do jogo de cintura que V. Ex^a tem; está resolvendo os problemas dos sem-terra, atuando junto ao Congresso, defendendo um dos projetos de interesse nacional. Por tudo, os nossos parabéns. Agradecemos sua presença nesta Comissão.]

Ministro, fui sem-terra. Sou filho de lavrador. Hoje sou proprietário de terras. Olhamos bastante o lado dos sem-terra. É necessário que se resolva o problema dessa gente que tem coragem de trabalhar e nasceu para a agricultura. Como eu tive oportunidade, creio que todos têm esse direito.

Aqui participei da votação da lei que taxou o fazendeiro, dificultando mais ainda sua vida. O Governo não deu nenhum apoio aos fazendeiros, não há financiamento. No tempo em que fui lavrador, trabalhei nas terras de alguns fazendeiros. Hoje os fazendeiros não têm esses trabalhadores, porque existe a opção de dar a terra, o dinheiro para fazer a casa, dar tudo ao trabalhador.

Por outro lado, há a Justiça do trabalho. Se o fazendeiro emprega vários funcionários em sua propriedade, em pouco tempo ele deixa de ser o dono e as terras são transferidas para esses trabalhadores. Esse erro na área trabalhista tem que ser corrigido.

Com esse sistema de desapropriação, o Incra hoje chega a uma fazenda, faz a avaliação, estabelece o valor de um hectare de terra em R\$50, R\$100, R\$150, para pagar em 10, 20 anos. Essas questões rodam na justiça, acarretam custos e mais custos. Ao fim, os mais espertos recebem muito dinheiro, outros perdem suas propriedades. No momento, com a atual política praticada pelo Governo, R\$50 por hectare de terra não é nada. Desvalorizam um patrimônio adquirido com uma vida de trabalho. Hoje os proprietários de fazenda estão com medo da desvalorização, mas, vendendo sua integridade física ameaçada, vendem barato suas terras. Essa questão merece um estudo. Rondônia é exemplo dessa situação.

Enquanto alguma coisa era feita, o gráfico estava em 10. Como não houve aplicação de 1998 até hoje, já se sabe que a tendência é subir vertiginosamente, diante de todos esses problemas e do momento social por que passa o País, até por falta de apoio. Deveríamos brigar para que o Governo Federal criasse uma política de apoio ao fazendeiro. O fazendeiro também emprega.

Uns nasceram para serem trabalhadores; outros, proprietários. Não havendo essa distinção, criasse um tumulto. O Governo distribuiu a terra e, dentro de um, dois meses, aquelas pessoas que não têm habilidade com a terra trocam-na por um carro velho, por uma cachorra, por uma espingarda. Isso aconteceu quando fui prefeito da minha cidade. Realizei uma reforma agrária no Município de Ariquemes, distribuí terras. Depois, assisti à troca da terra por

um carro velho, espingarda velha, por qualquer coisa.

Deveria haver um estudo não só examinando um lado mas também o outro. Peço a V. Ex^a e sua equipe estude isso com carinho. Também o Senado deve rever a lei que aprovou, ela castiga o proprietário, o fazendeiro quando propôs uma reforma agrária às custas do dinheiro ou da fazenda dos outros. O Governo precisa fazer investimentos e faz-se necessário que sejam verdadeiros.

Sei da vontade de V. Ex^a em implantar a reforma agrária. Tenho certeza de que se o Governo Federal lhe der o mínimo, o máximo será feito.

O SR. OSMAR DIAS - Muito obrigado, Senador Ernandes Amorim.

O Senador Carlos Bezerra já está presente e se V. Ex^a quiser referir-se às perguntas de S. Ex^a este é o momento.

Com a palavra o Ministro Raul Jungmann.

O SR. RAUL JUNGMAN - Muito obrigado.

A Ilustre Senadora Heloisa Helena nos pergunta, em relação ao Programa Cédula da Terra, se existe uma avaliação e fiscalização, e, por fim, nos informa sobre uma série de denúncias.

O Cédula da Terra é um programa de crédito fundiário com duração prevista de três anos. Nele foram aplicados US\$150 milhões, dos quais US\$90 milhões de empréstimo do Banco Mundial e US\$60 milhões em contrapartida do Governo brasileiro, feito de forma descentralizada e que visa a financiar a aquisição de terra por grupos de agricultores e também realizar um investimento sobre a terra.

Desde logo, é preciso dizer que esse programa se transformou, segundo parâmetro do próprio Banco Mundial e a demanda que temos tido de um número muito expressivo de delegações internacionais, em um caso exemplar de programa de reforma agrária pelo crédito fundiário.

É possível dizer, a partir do seminário internacional que reuniu os maiores especialistas do mundo a respeito de programas de distribuição de terra e alívio/pobreza, realizado no Itamaraty, ano passado, com a participação oficial do Banco Mundial e a presença do seu notável vice-presidente, que é o criador do ramo da economia da informação, Dr. Joseph Stiglitz, que fez questão de dizer que o Programa Cédula da Terra se constituía seguramente em uma das maiores inovações de que tinha conhecimento e que seria um programa exemplar a ser desenvolvido.

Tal fato, entretanto, não nos exime da obrigação de manter a avaliação, apuração e fiscalização

de denúncias. Senadora Heloisa Helena, a avaliação é permanente. Posso dizer que as melhores cabeças, na universidade brasileira, em instituições de pesquisa, estão exatamente produzindo avaliação desse programa. Terei muito prazer, quando encerradas as pesquisas, em imprimir seus resultados e enviá-los a todos os senhores.

A fiscalização do programa é permanente, tanto nos Estados como na órbita federal. Dela participam consultores externos internacionais do Banco Mundial. Com relação às denúncias, sejam quais forem, é evidente que pretendemos apurá-las. Um programa, mesmo com uma imagem tão boa, não está imune a denúncias. E, qualquer que seja a denúncia, iremos apurá-la até o fim, o que é uma praxe em termos de serviço público.

O Banco da Terra, que é um projeto-piloto, no conjunto dos cinco Estados, obteve duzentas e trinta e uma áreas até agora. O custo médio por hectare é de R\$182,00. O custo médio/família dos imóveis adquiridos é de R\$4.819,00. Isso é, como vamos ver dentro em pouco, a metade do custo médio nacional, calculado pelo método de desapropriação e de acordo com estudos feitos pela Universidade de Uberlândia, levados a cabo pelo Professor Chiguéu Sicki que pesquisou oitenta e seis projetos de assentamento mediante o processo de desapropriação. É importante também dizer que a área média/família do Cédula da Terra é de 26,46 hectares.

Passamos ao segundo ponto, que trata da questão do Banco da Terra. Gostaria neste caso, de lembrar que o Banco da Terra é uma iniciativa do Congresso Nacional. É um projeto de lei que se iniciou na Câmara dos Deputados, que também tinha um projeto em tudo ou muito parecido com o do Senado da República. No Senado, a votação de um projeto de lei complementar como o do Banco da Terra alcançou um recorde dificilmente superado: 67 votos a favor, nenhuma abstenção e nenhum voto contra. O relatório é do Senador Osmar Dias e o projeto, do Senador Esperidião Amin. É difícil encontrar na história do Senado, uma votação igual à que teve o Banco da Terra. Essa é uma iniciativa conjunta do Poder Legislativo, que contou com a participação decisiva de boa parte dos senhores que aqui se encontram e, evidentemente, também do Poder Executivo.

E o que é o Banco da Terra? Basicamente, um programa de crédito fundiário, de longo prazo, que visa financiar a aquisição de terra por agricultores sem terra e agricultores minifundistas, ou minifundiários, situação que, sobretudo hoje, ocorre muito no sul brasileiro, mormente nos Estados do Rio Grande

do Sul, Santa Catarina e Paraná. É importante dizer que a desapropriação não será substituída pelo Banco da Terra. Entretanto, o problema da desapropriação está relacionado a alguns defeitos que existem em termos de legislação inclusive na Constituição que são dificilmente removíveis. Eu vou aqui mostrar o resultado de um estudo sobre o peso da indenização judicial sobre a desapropriação, o que me leva a dizer que quem hoje pensa, e com muita justiça, que desapropriar, em boa parte dos casos, é punir, está mal-informado. Hoje, em boa parte dos casos, desapropriar é privilegiar e, o inverso, punir a sociedade.

Eu pediria para mostrar esse gráfico que aí se encontra e falar um pouco sobre ele para vermos isso. Na coluna da esquerda, consta que 86 processos foram analisados. Foi levantando – um trabalho de paciência chinesa – todo investimento que foi feito, o que se pagou pelo primeiro depósito e, depois, o remanescente judicial. E o que se diz? Diz-se que, entre o primeiro depósito e o remanescente judicial, em média, no Brasil, o preço aumentou cinco vezes, sendo que no caso do Centro-Oeste, aumentou quase doze vezes; no Nordeste, quase cinco; no Norte, nove; no Sudeste, 14,54 e no Sul 1,20.

A coluna da direita relaciona todos os projetos, aqueles que passaram pela causa judicial e os que não passaram, e é por isso que cai o percentual. Mas se olharmos apenas o montante que diz respeito exatamente às causas judiciais... O latifundiário que colocou 80% da indenização que recebeu no bolso, e entrou na Justiça, como quase todos fazem, em média, teve aquele ganho ali, que é vergonhoso. Isso é uma vergonha! É preciso repetir aqui o bordão do conhecido âncora. É uma vergonha! E eu, como funcionário, assim como alguém que está no Executivo, tenho de cumprir isso, aliás, isso não está no meu domínio.

Então, é preciso refletir, sobretudo quando o preço da terra despenca, como ocorre agora. E quando há essa oferta de terra, é preciso refletir. Hoje, por exemplo, temos a informação em Pernambuco; aqui foi dito: 38. 41 áreas ocupadas. Muito bem. Quem foi que pediu reintegração? Vou dispor desses dados amanhã, mas duvido que a maioria tenha pedido reintegração. Hoje, na prática, o que muitas vezes se vê é que na maior parte das invasões de que os jornais nos dão notícia houve algum acordo na ponta. Há, em regra, 65 a 70%. Com isso, não estou querendo dizer – longe de mim – que existe corrupção do movimento social. Não existe. É uma oportunidade. Eles são, muitas vezes, colocados exatamente nessa situação por conta da misé-

ria, da necessidade, da pobreza. Não é por acaso que – se me permite, Sr. Presidente – muitas vezes, sem ser conhecido, vejo proprietário rural comemorando desapropriação.

O SR. ERNANDES AMORIM – V. Exª me permite?

O SR. RAUL JUNGSMANN – Só mais alguns instantes para que eu possa concluir o meu raciocínio, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª terá direito à réplica.

O SR. RAUL JUNGSMANN – Claro; só para não perder o raciocínio. A questão deve ser muito discutida, até porque é polêmica. Peço desculpas pela veemência, mas, logo em seguida, passarei a palavra ao nobre Senador.

O que acontecerá? No dia em que o Sr. Olacyr de Moraes nos ofereceu a Itamarati, a jóia da coroa, em troca de TDAs, uma luz se acendeu na minha cabeça: se o mercado quer trocar a Itamarati por TDAs que tipo de punição seria essa? Onde está a punição quando hoje não há mercado para vender isso?

O SR. (Não Identificado.) – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAUL JUNGSMANN – Claro; é o que entra na privatização é com moeda de privatização, mas, independentemente disso, é um título cetipado, que rende juros de 6% mais correção monetária. O que está dando hoje isso, sobretudo em terras, em boa medida, improdutivas? Depois, ele entra na Justiça, apesar de o Governo ter feito, em conjunto com os senhores, a maior moralização em termos de legislação agrária neste País, acabando com os juros e com a farra compensatória de 12%, reduzindo a 6% sob a diferença. Com a ajuda desta Casa fizemos isso, e, mesmo assim, continua o descabro. E, nesse caso, como fica? Será que não podemos abrir, analisando democraticamente e discutir o custo-benefício sobre a ótica do cidadão contribuinte?

É evidente que temos que fazer isso; é evidente que, também, se for necessário, uma vez mais, devemos mudar a legislação, mas que não se tome esse tipo de discussão a respeito de ampliação dos instrumentos de acesso à terra como uma postura anti-reforma agrária ou da liberação desse ou daquele instrumento, porque não é disso que se trata. Trata-se de pensar do lado do cidadão contribuinte.

Volto a dizer: é preciso que tenhamos, sobre esse aspecto, em que pese a veemência do Ministro, mas que tenhamos a máxima racionalidade para entender e analisar esse fenômeno.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Só para ordenar os trabalhos, o nobre Senador terá dois minutos para sua réplica e, depois, o...

O SR. ERNANDES AMORIM – Apenas para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Ernandes Amorim, vou conceder a V. Exª o seu direito de réplica. Contudo se V. Exª não atender o apelo desta Presidência, todos os outros poderão fazer a mesma coisa. Gostaria que V. Exª atendesse o meu apelo e ficasse com os dois minutos da réplica, porque os outros também têm direito.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. ERNANDES AMORIM – Na realidade, quando me referi a R\$50,00 R\$100,00, eu o fiz sobre a possibilidade de se definir, em nível nacional, um custo ou uma maneira para se fazer a negociação da terra, não deixando para depois, ou seja, que se instituisse um custo taxativo, dizendo-se quanto vale a terra ou mesmo que fosse documentado de uma forma que não houvesse depois essas cobranças, para que chegassem às indenizações milionárias com as correções.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senador.

Tem a palavra o Sr. Ministro Raul Jungmann.

O SR. RAUL JUNGSMANN – Prosseguindo, Sr. Presidente, desejo salientar que, com relação ao acordo com o Bird, este foi feito para um período de cinco anos e visa a contratação de um empréstimo de R\$1 bilhão, com contrapartida do mesmo valor, obedecendo-se as cláusulas e regras usuais de um empréstimo desse tipo.

Temos o maior prazer, Srª Senadora, em tornar disponível todas as informações a V. Exª, a esta Comissão e à sua Presidência.

Quero também dizer que, como o mesmo se encontra em fase final de negociação, espero, ainda este ano, pelo menos, poder contar com uma parte desses recursos.

Com relação à questão da alocação de recursos do Banco da Terra e os cortes, gostaria de enfatizar que estamos recompondo os cortes no orçamento e que não foram nem na ordem de 90% ou 70%, mas de 47% – aproximadamente R\$545 milhões -, e incidiram sobre as áreas-fim do Programa Nacional de Reforma Agrária, dada à impossibilidade de se operar cortes nas áreas-meio, por uma série de questões referentes à própria legislação. E reafirmo que vamos recompor este orçamento, de forma que os recursos sejam tornados disponíveis.

Com relação às condições de financiamento e à questão do novo mundo rural, precisamos prestar um esclarecimento.

O assentado que chegava sobre a terra recebia, a título de crédito, de implantação, o valor de R\$3.900,00. Então, a título de ficar sobre a terra, historicamente, recebiam crédito/implantação no valor de R\$3.900,00 para fazer a casa, em regime de mutirão ou de autoconstrução, comprar uma cesta básica suficiente para alguns meses e, também, para comprar implementos básicos, sementes. Esse era o chamado crédito-implantação. Até que ele passaria ter acesso ao Proclera, tanto ao Proclera/custeio como ao chamado Proclera investimento, que é outra história.

Esse crédito/implantação passa para R\$5.000,00. Não se quer dizer que se vai autonomizar ou tornar um assentado emancipado com R\$5.000,00. Em absoluto. Primeiro, porque ele está recebendo uma terra cujo custo é aproximadamente, em média/Brasil, de R\$10.000,00 a R\$12.000,00. Em segundo lugar, passa a ter um crédito-instalação de R\$5.000,00, que antes era de R\$3.900,00. Além disso, ele continuará tendo uma linha de financiamento para infra-estrutura, para agroindústria e, obviamente, para o giro da sua produção.

Para deixar claro, se me expressei mal na entrevista, na verdade, entre crédito, infra-estrutura e terra, esse assentado vai custar, até ele estar mais ou menos maduro, entre R\$30.000,00 a R\$35.000,00. Ele continuará tendo uma linha de financiamento resultante da fusão Proclera e Pronaf altamente subsidiada, como disse ainda há pouco.

Com relação à questão do Proclera e inadimplência, é preciso deixar muito claro que ninguém está pagando e ninguém vai pagar Proclera, pelos menos os contratados nos próximos 10 anos. O Conselho Monetário Nacional rolou a dívida de todos os devedores do Proclera durante 10 anos, no valor de R\$800 milhões. Não se trata aqui de falar de mais ou menos inadimplência. Ninguém está pagando e nos próximos 10 anos ninguém vai pagar. Foi dada exatamente essa rolagem da dívida de R\$800 milhões no final do ano passado.

O problema com o Proclera, dentre outros, é o seguinte: o subsídio que incidia sobre juros de 6% da ordem de 50% sobre principal e juros estava distorcendo a locação de um recurso produtivo. Ou seja, o Proclera é para financiar exatamente a produção, mas se transformou num crédito gratuito. O sujeito tira o Proclera-Custeio, que são R\$2.000,00. Como o subsídio embutido é de 50%, ele leva

R\$1.000,00, deixa R\$1.000,00 no caixa e não deve mais nada. Repetindo, sendo de R\$2.000,00, deixa R\$1.000,00 no caixa, leva R\$1.000,00 no bolso, absolutamente de graça e não se fala mais nisso.

Diante desse subsídio, que vem de antes do processo de estabilização, é bom que se diga, que não é culpa de nenhum tomador na ponta, mas foi uma decisão tomada pelo próprio Governo Federal. O que começava a acontecer? Quem tinha acesso ao Proclera, que ainda é um crédito que não dá cobertura total – e isso é razoável, sobretudo diante da demanda reprimida e da necessidade que o povo brasileiro tem –, começou comprar rádio e televisão com recursos do Proclera. É preciso dizer que são justíssimos esses bens, justíssima essa melhoria de consumo, mas não pode ser com dinheiro para fins produtivos. Comprar uma bicicleta é compreensível, mas não com o dinheiro do Proclera.

Então, o que estamos fazendo? A mudança visa exatamente isso. Em 1993, eram R\$25 milhões para o Proclera; no ano passado, quase R\$400 milhões. Se queremos – como acredito que todos aqui querem – massificar a reforma agrária, é preciso dizer que um país como o Brasil não segura. Então, não dá para fazer.

É evidente que tem que continuar, e deve continuar com o subsídio. É evidente que, quem chega na terra, deve ter condições muito melhores do que quem está no Pronaf. É uma questão fora da dúvida, mas não dá para ter assentamento com 10, 15, 20 anos, que tem o kit básico e ele não passar para um outro programa. Ele tem que passar, pelo menos, ao nível de crédito, porque senão é insustentável. Mas é preciso que esse novo crédito tenha muito mais volume de recurso, tenha um teto de investimento maior que o Proclera não tinha; obviamente que com TJLP mais 6%, com rebate de 50% do Proclera, fica muito caro. Por isso mesmo vai baixar; tira TJLP, põe outro indexador e baixa bastante o custo do recurso do novo Proclera/Pronaf. E ele vai se dirigir apenas ao topo da pirâmide; para os demais, seja para quem entra, através de instalação, melhora as condições, seja para quem está em situação intermediária, também tende a melhorar. Aí se cria um fluxo dentro do programa. Essa é a idéia que se busca implantar no momento.

Com relação à questão das metas, nós, este ano, devemos assentar, pelo sistema tradicional, entre 60 a 62 mil famílias. Chegaremos a 80 mil, 85 mil, com o Programa de Crédito Fundiário, ou seja, com o Banco da Terra. Essas são as metas que estamos estipulando para este ano – menos 15%, afi-

nal de contas, tivemos uma série de ajustes. Fizemos cem mil, no ano passado, e este ano devemos ficar ao redor de 80 a 85 mil. Se a parceria com os Estados se configurar da maneira como está se configurando – e está ótima essa parceria –, poderemos avançar nesse processo, porque os Estados realmente aportam recursos, e nós podemos dividir um pouco o custo dessa questão.

Com relação à pluriatividade, quer dizer, a questão do **part time farmer**, hoje, sobretudo no Sul e no Sudeste, quem está no campo, em grande medida, tem uma atividade agrícola e tem uma atividade não agrícola, e o programa precisa observar isso. É nesse sentido que nós falamos da pluriatividade. É financiar o pesque-pague, o ecoturismo, o pequeno albergue. Em suma, é ter a visão de que é um processo de urbanização do campo brasileiro, que leva a que se repitam aqui tendências que são marcantes na Europa e nos Estados Unidos, sobretudo nas regiões mais desenvolvidas, em que se pode começar a pensar numa reforma agrária não agrícola e financiar isso. O pequeno produtor de floresta para abastecer o parque guseiro, em Minas Gerais, é um exemplo claro disso, e assim por diante. Mas essa é uma peça, por assim dizer, dentro do programa como um todo.

Sobre a transformação do Incra em agência – nós não estamos cogitando essa questão –, seguimos com aquilo que estamos tocando, embora pensemos que o Incra precisa de muita reformulação, de muita mudança, sobretudo incorporar a descentralização que é fundamental.

A questão do Procerá conta com 21 milhões, e isso vai possibilitar o atendimento de aproximadamente 50 mil famílias em termos de educação básica, o que é muito, mas é também insuficiente. É fundamental que tenhamos um forte programa de educação rural, voltado para o meio rural. E nesse ponto temos muito que caminhar, e não será o esforço isolado nosso que vai responder com relação a isso.

Por fim, aquela questão referente à desapropriação continua sendo algo efetivamente prioritário, apenas temos que ver o custo/benefício. Precisamos entender que hoje há todo um segmento, há todo um interesse, por que não dizer, a esse respeito. Temos que estar atentos aos custos de tempo, da judicialização, da indenização judicial, que, muitas vezes, privilegia quem não deveria privilegiar.

Passando ao Senador Tião Viana, eu quero agradecer as referências elogiosas. Desejo lembrar que o Governador do Estado do Acre, Jorge Viana, colaborou conosco de forma decisiva para modela-

gem do Projeto Casulo, que foi uma iniciativa do próprio processo de descentralização. Os cortes, Senador, não foram de R\$1,4 bilhão, foram de R\$545 milhões. Eles devem ser recompostos. As dificuldades com a Superintendência do Acre – e não é apenas no Acre –, é fruto de um modelo que isola as superintendências tanto dos Estados quanto dos municípios, e vai mudar através desse desenho da descentralização que estamos buscando.

Com relação à corrupção, eu recolho toda e qualquer denúncia e desde já passarei ao Ministério Público e abrirei uma sindicância para cuidar disso.

E quanto à descentralização, fico muito feliz por saber que V. Ex^a a apóia e acredito que esse é o caminho.

O Senador Ernandes Amorim coloca a questão da venda do lote. Uma das formas de eliminar tal procedimento é a própria titulação, que, da forma como é feita, é negociada, muitas vezes, por fora do mercado, em contrato de gaveta, porque não é possível vender. Mas como há, sobretudo nas regiões Norte e Centro-Oeste, um índice de evasão bastante elevado, o que ocorre? Além da dinâmica de fronteira, que é a dinâmica em que a pessoa vai de um lugar a outro e volta, pega muitas vezes o crédito e sai etc, que está relacionada a uma fronteira muito móvel e a uma série de conjuntos característicos, acredito que a forma de passar a ter a responsabilidade e a propriedade, ainda que com cláusulas resolutivas, é uma maneira de ajudar o problema.

Entretanto, pesquisas realizadas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro apontam que a segunda leva é melhor do que a primeira. E a terceira é melhor do que a segunda. Talvez a legislação sabiamente devesse refletir sobre a questão, criando dificuldades à especulação e à reaglutinação. Pois muitas vezes o que vem em segundo ou em terceiro lugares possui muito mais capacidade do que o primeiro que lá chegou.

Acreditamos que uma das formas de utilização das terras que se encontram improdutivas seria, alternativamente, um programa de arrendamento de médio e longo prazo em parceria. Estamos estudando o assunto, que inclusive deve ser discutido no Congresso Nacional, e gostaria de dizer que, do nosso ponto de vista, a violência, em que pese muitas vezes estar concentrada em determinadas regiões, ora aqui ora ali, tende a cair.

Finalmente, passando as questões aqui colocadas rapidamente pelo ilustre Senador Carlos Bezerra, gostaria de dizer que a interação é muito bem-vinda e que o Conselho Nacional de Desenvolvi-

to Rural é institucionalmente o rebatimento de sua proposta; já que todos estarão lá dentro em nível ministerial, vamos fazer isso desde já. Após essa etapa de discussão, o Presidente da República, espero, ainda na primeira quinzena de abril, deve assinar os atos que levam à integração. A reforma agrária não pode crescer sem essa integração.

Com relação ao Programa Roda Viva, V. Exª tem razão. Foi um programa piloto no qual tentamos fazer a integração e não funcionou. V. Exª tem razão. Em que pese algumas experiências, não funcionou. Mas é bom lembrar que cuidava de meia dúzia ou um pouco mais de assentamentos, já que era piloto. Exemplo disso é que, no ano passado, aproximadamente 9.000km de estradas vicinais foram pavimentadas, o que não é suficiente. Mas é preciso que se diga a fim de não gerar o entendimento de que o Programa Roda Viva é um programa de reforma agrária. O Programa Roda Viva foi um piloto que tentamos integrar e, infelizmente, não deu certo.

A assistência técnica começou com o Programa Lumiar, que foi realmente uma boa iniciativa e que deverá ser muito expandida doravante, sobretudo no âmbito do Procerá/Pronaf. No que diz respeito ao Lumiar, já temos assegurada a manutenção de todas as equipes do ano passado, aproximadamente 500, e muito possivelmente, nessa recomposição, teremos condições de agregar de 200 a 300 equipes. O que, repito, é muito em termos de passado, mas ainda está distante do que seria a necessidade do Programa Nacional de Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Carlos Bezerra e a Senadora Heloísa Helena gostariam de fazer a réplica. S. Exªs poderão fazê-lo, na sequência.

O SR. CARLOS BEZERRA – Sr. Ministro, é sobre o Programa Lumiar, que, se não me engano, funciona com recursos do FAT. Não? Mas o FAT tem recursos também para essa área. Creio que o programa deveria se expandir enormemente, pois é uma grande solução para os assentamentos. Acho-o muito tímido, e o Governo deveria buscar um meio de expandi-lo.

O segundo ponto, que esqueci de abordar da primeira vez que falei, é sobre a questão dos fundos constitucionais e seu uso no Programa de Reforma Agrária. O Governo vem agindo, do meu ponto de vista, de forma equivocada e estabeleceu um patamar de 10% para todos os Estados. Ocorre que um Estado assenta mil famílias e outro assenta dez mil. E o volume de recursos é o mesmo. Penso que deveria haver um volume diferenciado e que se au-

mentasse o recurso do Fundo Constitucional para o financiamento ao Programa de Reforma Agrária. O percentual poderia ser aumentado para 20%, 30% do fundo de cada Estado. Ajudaria a resolver, e muito, a questão do financiamento da reforma agrária.

Apenas esses dois pontos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA - Sr. Presidente, o entusiasmo com que as pessoas falam de suas tarefas é sempre louvável. Sou uma entusiasmada com o que faço, com o que posso representar. Mas tenho que falar, Sr. Ministro, com a mais absoluta franqueza – não nos conhecemos pessoalmente, mas as pessoas que convivem comigo sabem que sou muito franca -, porque tive oportunidade de acompanhar processos de ocupação, de reintegração, de luta pela reforma agrária, acompanhei o movimento dos sem-terra, os companheiros da Comissão Pastoral da Terra e conheço a situação de muitos assentamentos, especialmente os do Nordeste, e a sensação que tenho é a de que V. Exª fala de um mundo e de uma atividade, e eu vivencio outro mundo, outras atividades. Existem centenas de famílias sem terra, perambulando pelas estradas ou ocupando as margens das rodovias, em função do processo de desapropriação, da morosidade, do processo de burocratização.

Temos uma situação de sofrimento e de penúria tão grande – sei que V. Exª fez uma ressalva com relação a isso – que fico profundamente indignada quando se fazem acordos de ponta entre movimentos – V. Exª não citou o Movimento dos Sem-Terra, tenho que admitir isso – sociais e latifundiários. Não conheço, nunca vivenciei, nunca escutei falar, pelo menos no meu Estado e em vários outros Estados, onde acompanho o Movimento dos Sem-Terra, sobre esses acordos medíocres, deploráveis, que podem ser feitos em relação à desapropriação. Ainda mais essa história de comprar bicicleta e outras coisas do consumismo barato, embora a bicicleta não o seja, porque é um meio de locomoção importante, mas não está prevista na reforma agrária.

Por isso, é muito importante – tenho certeza que V. Exª concorda – que esses debates possam ser feitos com a presença dos companheiros do Movimento dos Sem-Terra, dos companheiros da Comissão Pastoral da Terra.

A imprensa questionou, e V. Exª respondeu que era uma visão ideológica do processo de reforma agrária. Mas se a proposta é tão boa, tão importante, como o Movimento dos Sem-Terra, a Comis-

são Pastoral da Terra e outras entidades que lutam diretamente pela reforma agrária e, portanto, por um País justo, solidário, igualitário, não estiveram presentes?

Seria muito importante a presença dos movimentos sociais que lidam diretamente com a questão da reforma agrária, para que pudessem participar e realmente fazer um bom debate. Eu tenho confiança e admiração pelo Movimento dos Sem-Terra e não tenho dúvida de que o processo de reforma agrária não chegaria onde chegou não fosse pelo Movimento.

Desculpe-me, Sr. Presidente, por ter ultrapassado o meu tempo.

SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senadora, é que estamos com um problema: o Ministro tem um compromisso às 20h, e temos ainda 12 Senadores inscritos para fazerem as suas perguntas. Vou pedir a colaboração de todos, para que possamos encurtar o tempo de pergunta e aproveitar a presença do Ministro.

Senador Tião Viana, fazemos questão da sua pergunta.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA - Quinze segundos, Sr. Ministro.

Eu gostaria apenas de deixar claro e enfatizar que a minha defesa pelo processo de descentralização não inclui, de modo algum, a desresponsabilização. É apenas uma característica de que, na geopolítica atual, não podemos defender uma estrutura verticalizada e muito menos centralizada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Passo a palavra ao Ministro Jungmann.

O SR. MINISTRO RAUL JUNGMAN - Com relação ao Senador Carlos Bezerra, gostaria de em prestar o meu total apoio às suas propostas. O que o Senador está propondo, com relação aos fundos constitucionais e demais questões, me parece absolutamente justo. Eu e o Senador já tivemos oportunidade de conversar sobre isso, portanto, gostaria de fazer minhas as suas palavras.

Com relação à ilustre Senadora Heloisa Helena, queria concordar com S. Ex^a. Não é que desconheça a morosidade, não é que desconheça, Senadora, o sofrimento e a burocracia. Sei o que é isso. Se V. Ex^a me permite, sei o que é isso. E é exatamente porque quero reduzir isso que estou propondo essas mudanças. Evidentemente, posso não acertar.

Sei que ganhamos muitíssimo em termos de metas quantitativas – e aí reconheço que não posso

abrir mão disso -, mas o que está em discussão agora é sobretudo a qualidade desse programa. Tem que melhorar, não pode continuar assim. E é por isso que trouxe algumas sugestões que, evidentemente, se não resolvem todo o problema, do meu ponto de vista e com toda boa-fé, ajudam a resolvê-lo.

Com relação aos acordos, fiz questão – e faço – obviamente de fazer todas as ressalvas. Talvez porque eu viva muito nesse mundo lá, porque é o meu dia-a-dia aqui ou nos Estados, é que sei que eles existem, e disse isso muitas vezes.

Não estou dizendo que isso aqui é necessariamente um acordo. Fiz questão de dizer: não há nenhum pensamento em termos de corrupção a esse respeito. Mas é muito normal que, de repente, um sujeito que quer livrar-se de uma terra sinalize para o que está passando uma necessidade imensa. É normal.

Gostaria que V. Ex^a nos visitasse, aliás é um convite que faço a todos: sentem e conversem com o diretor da área fundiária, que é um homem absolutamente comprometido. Por quê? Talvez até fruto da nossa lentidão, talvez até fruto da nossa burocracia.

Não estou aqui fazendo, necessariamente, acusação. O que estou querendo dizer é que temos que ter um compromisso com a mudança desse estado de coisas, e é nisso que aposto, apesar das nossas divergências. Então, para mim, se descentralizo sobre controle democrático e popular, tenho a maior participação e agilizo o processo.

Imagine V. Ex^a que, na verdade, o que estamos combatendo aqui, entre outras coisas, é o modelo da ditadura. Esse modelo que está aí foi gestado durante a ditadura. Então, diante disso, quero enterrar esse maldito modelo.

Aí passo a outro ponto. V. Ex^a pergunta por que há resistência em relação a isso. Porque movimento social neste País está exposto a receber desconfiança do poder público – e há tem razões para isso -, na medida em que o Estado brasileiro organizou e se estruturou não para atender ao movimento social, mas para atender a quem não precisa do Estado, para atender à elite. Então, não tenho a menor sombra de dúvida que há resistência.

Vou citar um exemplo. Ao Lumiar, quando colocamos na mesa, houve resistência; hoje se briga para segurar o Lumiar. Mas é assim. No dia em que se diminuir a distância entre a elite Estado e o povo desse País, a gente vai poder se apresentar sem ter a resistência inicial. Eu conto com ela. Só não posso abrir mão da tolerância, da compreensão e do diálogo.

go, mas isso faz parte do jogo, faz parte do meu dia-dia.

Convidei todas as entidades para esta discussão. Boa parte dos movimentos, inclusive o MST, negou-se. Discordo. Acho que é sempre uma chance de debater, porque é melhor fazer com ele, mesmo no conflito, do que não tê-lo de lado. Agora, isso significa abrir mão? Vou chamar duas, três, dez ou vinte vezes para que ele venha, sente e discuta. Agora, claro, tenho que caminhar na direção do programa e, evidentemente, sei que sempre vai haver distância entre uma coisa e outra.

Com relação ao que V. Ex^a nos coloca – e me perdoe se passei insensibilidade em algum momento –, tive até cuidado para não ser quase que sentimental. Acho que uma bicicletazinha, sim, um radiozinho, sim, pode ser, às vezes, a mudança na auto-estima e na vida de uma família e de uma pessoa. Então, tenho o maior respeito por isso, o maior carinho por isso, pelo que isso representa.

Lembro que, no primeiro Governo Arraes, a grande mudança era o radinho de pilha e a sandália Havaiana no pé. Cresci ouvindo isso. Tenho o maior respeito. E poder trocar, o que foi fundamental, a cama de vara pelo colchão de capim, o que, para nós, pode não dizer nada, para eles significa uma mudança efetiva de vida. Tenho a maior sensibilidade.

O que estou dizendo aqui é o seguinte: não dá para, com esse recurso, que é para fazer o silo, que é para fazer o seco, vir para cá. Não teria jeito. Infelizmente, é a regra do jogo. Ele teria que, a partir do capital produtivo, ser capaz de gerar o que precisa, digamos assim, consumir. Essa é a minha lógica. De novo, não há nenhuma penalidade a esse respeito.

Com relação ao que nos coloca o Senador Tião Viana, estamos juntos. É a mesma perspectiva. A participação, a descentralização que tem que ser construída democraticamente. Por isso, se fizermos uma lei ou norma geral para que todos a cumpram será um desastre. Quando converso com representantes dos Estados, digo claramente que, primeiro, vem quem quer. E se não quiser, se não servir aos seus interesses, pode repensar. Segundo, digo que se tem que pensar num plano plurianual. Vamos pensar logo em um plano para três, quatro anos, para depois não dizer que o maldito Governo Federal o deixou pela metade. A perspectiva é essa, mas o objetivo é atender exatamente a quem precisa, e democratizar esse processo, tornando-o mais eficaz.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

A SRA. MARLUCE PINTO - Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem V. Ex^a a palavra, para uma questão de ordem.

A SRA. MARLUCE PINTO – Em decorrência do adiantado da hora, tendo em vista que o Ministro deverá retirar-se às 20h, indago a V. Ex^a se não seria possível eliminar as réplicas?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Submeto ao Plenário a proposta da Senadora Marluce Pinto. (Pausa)

Vamos eliminar a réplica.

O SR. MINISTRO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente, abro mão do meu compromisso para aqui permanecer com V. Ex^{as}. Com ou sem réplica, estou à disposição, dado o interesse e a importância da reunião.

A SRA. MARLUCE PINTO – Poderíamos, então, obedecer o tempo estipulado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Sendo assim, vamos prosseguir, com a colaboração dos Senadores. Não posso cortar, evidentemente, porque o Regimento lhes dá esse direito. No entanto, os Senadores que quiseram colaborar, façam-no espontaneamente.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. MINISTRO RAUL JUNGSMANN – Sr. Presidente, V. Ex^a não especificou a qual grupo se insere o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Os Senadores Pedro Simon, Moreira Mendes e Antero Paes de Barros falarão agora.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Ministro, tive a honra de conhecê-lo no Governo. Sei da sua competência, da sua capacidade e, de um modo muito especial, da garra com que V. Ex^a se atira ao trabalho. Pode ser que, devido à paixão do seu debate, a nossa querida Senadora pense que há uma diferença entre essa disposição e o que acontece lá fora. Mas, na verdade, se o cidadão não tem essa disposição, essa vontade, aí é que não acontece nada mesmo. O que tem faltado, isso sim, é força ao Ministério, força à reforma agrária no sentido positivo de construir. Creio que os sem-terra estão no caminho deles. Politizados ou não, a questão deles é justa. Penso que os grandes proprietários estão se defendendo. No entanto, há, aqui no Congresso, uma enorme Bancada agrícola, uma Bancada de proprietários de terra – a companheira está chegando agora e vai tomar conhecimento disso –, mas não há a profundidade necessária para o estudo de uma questão como a da reforma agrária:

Aqui está o Ministro, com a maior competência, com a maior seriedade, com o maior esforço, mostrando dedicação, mas, na verdade, estamos aqui, ouvindo, mesmo já estando na hora de irmos embora – a metade já foi, talvez até a reunião seja dada como encerrada. Sr. Presidente, penso que deveria ser o contrário. Deveríamos fazer uma parceria com o Ministro. Ele precisa do nosso apoio, do nosso estímulo. Ele deveria ter a intimidade de conversar com esta Comissão, dizer de que precisa, falar o que lhe estão cortando. Isso é necessário para que as coisas aconteçam. Ele disse algo que é evidente: não se cumpre – fui Governador de Estado e não cumpria – ordem judicial. Eu não cumpria. Vinha a ordem: vinte e quatro horas para tirar. E eu não tirava. Eu negociava, conversava com as pessoas. E que se danasse o juiz, ele até poderia me prender. Que me prendesse, mas eu não tirava. Não mandava uma brigada lá para dar um jeito. Querer que eu tirasse a bala? Não tirava. Negociando, tirava. Eu conversava com o proprietário, com os sem-terra, resolvia a questão. Vocês, do Ministério, estão me devendo 20 mil hectares de terras, porque, quando eu era governador, o Rio Grande do Sul comprou, para assentamentos agrícolas, essas terras. O Estado não as tinha.

O que está faltando é uma racionalização. Deve-se dar nota dez para os sem-terra, mas nota zero para nós, porque, em nível de prefeitura, não há um levantamento sobre quem tem ou não terra, sobre as pessoas que estão ali. Não há absolutamente coisa alguma. Não se sabe a localização, a prefeitura, o local, o que existe de concreto, qual é a perspectiva e o que queremos fazer.

A rigor, estamos vivendo uma panacéia. Estamos assentando. Sr. Ministro, no Rio Grande do Sul, em 20 anos, três milhões de pequenos produtores deixaram a terra. É verdade que muitos foram para o Amazonas, para o Maranhão, para a Bahia, para o Centro-Oeste, em busca de outra coisa. Muitos foram pelo Brasil afora, mas muitos estão inchando Porto Alegre e Caxias, porque não tiveram chance de fazer algo.

Penso – não sei se o Ministro concorda – que o Pronaf é um programa espetacular, porque surgiu para atender o pequeno agricultor. Esse programa é espetacular nos dois sentidos. Temos condições de fazer com que, de certa forma, o Pronaf funcione juntamente com a reforma agrária, porque, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e mesmo em São Paulo, muitas pessoas que estão no Movimento Sem-Terra foram expulsas do Nordeste,

foram expulsas da terra e foram em busca de emprego, de trabalho. Naquela época do **boom** do desenvolvimento da indústria de calçado no Rio Grande do Sul, 50 mil pessoas saíram de todos os cantos do Rio Grande do Sul e foram para Novo Hamburgo, mas agora estão desempregados. Se houver uma chance de eles voltarem e reverterem essa situação...

Falo não da pequena propriedade onde não haja condições de se produzir, mas da pequena propriedade onde se possa produzir com certa capacidade de desenvolvimento, onde haja uma diversificação – o maior profissional dessa área, que conhece essa questão a fundo, está presidindo estes trabalhos -, onde se possa produzir milho, onde haja um lago, onde o agricultor possa fazer uma irrigação artificial e produzir com semente técnica. Hoje, com 20 hectares, pode-se ser muito rico, desde que haja condições de plantio.

Temos que pensar que a pequena propriedade pode não só resolver o problema da terra, o problema dos sem-terra, o problema social, mas também pode ser uma grande solução para o problema econômico, porque se pode ser um bom produtor e se pode realmente produzir.

No Rio Grande do Sul, fizemos um pequeno programa de açudes com plasticultura e irrigação. A Ceasa de Porto Alegre, que recebia 85% de hortifrutigranjeiro de São Paulo, baixou uma infinidade, porque, em volta de Porto Alegre, todas as pequenas propriedades passaram a ter o seu lago e seu açude, passaram a fazer a sua plasticultura e passaram a colher duas safras por ano.

Sr. Presidente, na passagem de V. Ex^a a esta Presidência, o que está faltando é a vinda aqui do Sr. Ministro, dos sem-terra e dos pequenos produtores, para buscarmos uma solução para essa questão social. Vamos resolvê-la concretamente. Nota dez para a vinda do Ministro! Mas, para a vinda do Ministro daqui a um ano novamente, nota zero! Nota zero não para S. Ex^a, mas para nós!

Debater, discutir, fazer propostas, desenvolver e avançar, tudo isso deve e tem condições de ser o nosso papel. Por isso, felicito o Ministro, pois, de longa data, conheço a sua capacidade e competência. Mas acredito que poderíamos ser seus parceiros. Não devemos trazê-lo aqui apenas para lhe cobrar o que fez e o que deixou de fazer. É claro que temos que cobrar. Mas em que podemos ajudar?

Conte conosco, Sr. Ministro. Quando poderemos resolver? Quando poderemos equacionar? O

que podemos fazer no sentido de melhorar essa situação?

Pelo menos na minha região, nunca foi tão fácil fazer a reforma agrária, porque os fazendeiros, coitados, estão quase dando suas terras de graça. Nas grandes fazendas do Rio Grande do Sul, naquelas zonas tradicionais, onde se encontravam as pessoas mais ricas do Brasil, mais que os próprios cafeicultores, naquela zona de fronteira, os hectares que valiam US\$1,5 mil ou US\$2 mil estão sendo vendidos por US\$200, porque, nesse sentido, eles não têm perspectiva de vida alguma.

A Embrapa afirma que tem terra e se oferece para ajudar na reforma agrária, com a tecnologia necessária, para que haja o desenvolvimento dessa questão. Quando poderíamos imaginar que o Exército fosse colocar suas terras à disposição e dizer, inclusive, que está disposto a ajudar na demarcação das terras para resolver a questão da reforma agrária? Precisa-se de racionalidade. Mas deixam o Ministro sozinho. Diálogo com o Ministério da Agricultura não há; diálogo com o Ministério dos Transportes não há; diálogo com os Bancos não há; entrosamento para um entendimento entre Governo Federal, prefeituras e Ministério também não há. Isto é o que se chama Brasil: um sistema anárquico, onde se cobra de todos, mas ninguém é o responsável. Por exemplo, ele é o Ministro Extraordinário de Política Fundiária, mas para se fazer a reforma agrária é preciso passar por quinze setores sobre os quais não tem nenhuma injunção. Ele depende do seu setor. Se não fizermos essa coordenação, estaremos fazendo um trabalho de mentirinha. Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Senador Osmar Dias, Presidente; Senadora Heloísa Helena, Vice-Presidente; ilustrado Ministro, nesses meus três primeiros meses com assento nesta Casa já tive oportunidade de testemunhar o trabalho brilhante de V. Exª à frente do Ministério Extraordinário de Política Fundiária. Soma-se a isso o acompanhamento que faço do assunto, como cidadão e advogado militante que sou, com relativo conhecimento nessa área – advoguei muitas causas a ela relacionadas. Acho que V. Exª executa um brilhante trabalho à frente desse Ministério. Exemplo disso são dois programas: A Cédula da Terra e O Banco da Terra.

Testemunho sobre a atuação do INCRA em meu Estado. Eu, que estou lá há quase vinte e sete

anos, acompanhei o trabalho daquele órgão desde a sua instalação. Posso aqui garantir e afiançar que as regiões mais desenvolvidas do meu Estado tiveram origem exatamente nos projetos de colonização que, sob a minha ótica, foram exemplares. Criaram-se lá minifúndios produtivos.

Ao contrário do que disse o Senador que me antecedeu, posso afirmar que o INCRA investiu muito na infra-estrutura desses projetos: escolas, estradas, milhares de quilômetros de estradas foram construídos com recursos do INCRA em meu Estado. Trata-se de um Estado que, até há bem pouco tempo, não apresentava indício de problema de natureza social, de sem-terra, até porque o INCRA sempre dispôs do seu estoque de terras para fazer os assentamentos necessários. Nunca houve problemas nessa área. Lamentavelmente, nosso Estado foi palco de um desastroso acidente, que acabou fazendo muitas vítimas e teve repercussão internacional.

Teço esse comentário porque ele me leva a refletir sobre o assunto, como profissional, como advogado, como cidadão e hoje como Senador. Inclusive tenho em mãos um relatório reservado do INCRA, da Superintendência do meu Estado. Vou fazer alguns comentários sobre ele, até porque esse relatório deixou de ser reservado, pois o assunto hoje é público, consta de processos judiciais em andamento na Justiça do Estado. Por meio desse relatório percebe-se claramente que há excessos dos dois lados. Aqui há a informação de um movimento chamado Movimento Camponês Corumbiara, uma dissidência do MST com conhecimentos até de táticas de guerrilha. Tudo isso está aqui comprovado, inclusive com fotografias.

Aqueles que me estão ouvindo podem imaginar que sou contrário à reforma agrária ou contrário aos sem-terra. Absolutamente! Quero deixar clara a minha posição. Sou um pequeno proprietário rural também e desenvolvo, entre outras atividades, a do pesque-e-pague, à qual V. Exª se referiu há pouco. Trata-se de saída extraordinária a exploração do turismo na área rural.

Sou absolutamente a favor da reforma agrária. Sou absolutamente a favor da desapropriação sumária das terras improdutivas, assim reconhecidas legalmente em processo de tramitação normal. Portanto, fico muito a cavaleiro quando discuto isso aqui.

Existem, efetivamente, excessos de parte a parte. Existe uma exploração indevida, inadequada, de pobres agricultores que são manipulados por al-

gumas – não são todas – lideranças. Interesses escusos motivam a manipulação dessas pessoas. Da mesma forma, existem do outro lado fazendeiros inescrupulosos, proprietários inescrupulosos, que usam de artifícios para corromper as pessoas, para tentar criar essa confusão toda, como muito bem foi colocado por V. Exª e pela Senadora Heloisa Helena. Existe realmente esse clima.

Daí, a virtude desse projeto, porque ele vai acabar com toda essa corrupção, com a convivência espúria com aqueles que pretendem ter a sua terra desapropriada por meios não muito legítimos.

Quanto a esse relatório, quero dizer que isso aqui não é MST, é um movimento intitulado Camponês Corumbiara. Esse movimento invadiu área de propriedade de um fazendeiro exemplar do meu Estado – e estou dizendo isso porque o conheço, conheço a sua propriedade. Chamar a pessoa de fazendeiro, hoje, neste País, virou xingamento, é pejorativo às vezes. O fazendeiro é tratado como se fosse bicho-papão – e eu quero, aqui também, apesar de não ter procuração, fazer a defesa do bom fazendeiro, daquele que realmente...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Eu pediria a V. Exª que concluísse a pergunta, pois seus cinco minutos já se esgotaram.

O SR. MOREIRA MENDES – O que quero enfatizar – não vou nem ler o relatório, pois ele é muito extenso – é que ninguém pode estar acima da lei. Ninguém. Nem o da esquerda, nem o da direita, nem o de cima, nem o de baixo, nem o Movimento Sem-Terra, nem o proprietário rural. É preciso que se respeite o direito de propriedade.

O que pretende o Ministério fazer no sentido de evitar o que é denunciado pelo documento? Não me refiro à invasão, porque até reconheço que o movimento é legítimo na medida em que daí tira resultados positivos; refiro-me a saques – como denuncia o documento -, cárcere privado, pessoas encapuzadas mantidas sob prisão – sem-terra e funcionários do INCRA -, enfim, esse não-cumprimento das sentenças judiciais.

Lamentavelmente, não concordo com o ilustre Senador Pedro Simon. Acho que ordem judicial não se discute, cumpre-se – a menos que modifiquemos a lei. Como V. Exª vê essa situação de desordem – desordem quando se invade, mata-se animais do proprietário -? Acho que esse não é o caminho. Penso que todos precisam de terra.

Apoio a iniciativa do Ministério e do Governo em todos os sentidos, mas esse abuso tem de acabar. Essa é a minha colocação.

Desculpem-me por ter excedido o prazo regimental.

O SR. PEDRO SIMON – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador Pedro Simon, pela ordem.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, devo ter me expressado mal. O que disse e repito é o seguinte: quando governador, eu não cumpria os despachos dos juizes que me davam 24 horas para tirar os sem-terra de fazendas. Em vez de fazê-lo em 24 horas, eu levava cinco ou seis dias, mas não morria ninguém, não havia violência. Eu, como governador, ia lá pessoalmente, conversava com as partes e acertava tudo. Terminei cumprindo todas as ordens judiciais, mas não nas 24 horas que os juizes queriam.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Pedro Simon, pela postura de V. Exª nesta Casa, sabemos que o seu comportamento não seria outro no Governo do Estado. Queremos, portanto, cumprimentá-lo.

O SR. MOREIRA MENDES – Queria apenas dizer que não há nenhuma intenção em criticar o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Lógico, todos sabemos.

Gostaria de lembrar que o Ministro foi mais uma vez gentil, adiando seu compromisso marcado para às 20 horas. No entanto, temos que colaborar no sentido de que ele não o perca, porque o compromisso ficará para pouco depois das 20 horas. Peço, portanto, a colaboração dos Srs. Senadores.

Com a palavra o Senador Antero de Barros.

O SR. ANTERO DE BARROS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Ministro Raul Jungmann, inicialmente quero cumprimentá-lo. Faço-o também ao Senador Carlos Bezerra, autor da proposta da vinda de V. Exª. Precisamos colocar a reforma agrária no centro do debate como solução para as questões sociais deste País. Se esta é uma Comissão de Assuntos Sociais, acho que começamos bem.

Existem economistas que dizem – e o desemprego é um problema sério do mundo atual – que a possibilidade de gerar emprego no campo custa em torno de US\$1 e a possibilidade de gerar emprego na cidade custa, hoje, em torno de US\$4. Vários economistas trabalham dentro dessa linha. Daí por que entendemos que apoiar a reforma agrária é, acima de tudo, apoiar uma proposta de geração de empregos neste País.

Sem maiores comentários sobre nossas indagações, Ministro, quero lembrar que recebi o relatório do Governo do Presidente Fernando Henrique e do Ministério dirigido por V. Ex^a. Constata-se, pelo relatório, que houve um avanço na política do Governo Federal, na questão da política da reforma agrária. Mas, em que pesem os avanços, temos que ser honestos com nossa consciência: o Brasil, que vai completar 500 anos, vai também completar 500 anos de injustiça agrária.

Entendemos que essa injustiça pode ser solucionada com a atuação do Executivo, mas também deve haver o compromisso do Poder Legislativo, dos Srs. Senadores, no sentido de se elaborarem propostas à reforma agrária. Compromissos com a reforma agrária existem vários, entre eles, exigir do Governo que essa coordenação articulada, tão falada pelo Senador Carlos Bezerra, seja cobrada com autoridade de Governo, para que os outros Ministros se disponham a entender que o projeto de reforma agrária não é um projeto exclusivo para valorizar o Ministro Jungmann ou quem trabalha na área, mas uma necessidade do País. É preciso que seja, portanto, um projeto de Governo a ser implantado no Brasil.

Sr. Ministro, a imprensa noticiou – recebi agora o noticiário de hoje da Internet – que V. Ex^a acaba de ter uma reunião com representantes de Estados para anunciar os primeiros passos de uma proposta de descentralização. Gostaria, portanto, de indagar qual a proposta de descentralização da reforma agrária, objeto dessa reunião entre o Ministro e todos os Secretários da Agricultura e Reforma Agrária de todos os Estados. A proposta de descentralização refere-se exclusivamente aos Estados? E os Municípios também participam? Nessa proposta, os trabalhadores terão assento e acesso à elaboração de uma política de reforma agrária nos Municípios e também nos Estados? Como funcionariam esses conselhos nos Municípios e nos Estados?

Ouvi V. Ex^a dizer que é preciso agilizar a questão dos títulos e propriedades. Vou-me permitir fazer um comentário, com a experiência de quem vem de um Estado que já teve vários projetos bem-sucedidos de reforma agrária: segunda-feira próxima, o Ministro da Agricultura vai a Lucas do Rio Verde, onde estão muitos gaúchos de Ronda Alta, que se instalaram em Lucas do Rio Verde. Foi um projeto de reforma agrária bem-sucedido, mas com certeza não temos mais do que 10% do público assentado da reforma agrária.

Daí uma preocupação, Sr. Ministro: será que é correto dar imediatamente o título de propriedade? Quem perde com isso? Perdem os trabalhadores organizados, sérios, que precisam, efetivamente, de uma política de reforma agrária. Não tenho dúvida, pela minha experiência de debate com os trabalhadores, de que os trabalhadores aprovariam uma medida que contemplasse, em vez do título de propriedade, a concessão do uso do solo, pelo menos durante um determinado período para que, depois, pudesse ser gerado o título de propriedade. E que esse título da concessão do uso do solo pudesse também credenciar os trabalhadores para o acesso aos determinados créditos, consagrando, assim, efetivamente, a reforma agrária no Brasil.

Esse é o meu pensamento e também uma indagação. Gostaria de saber o que V. Ex^a pensa e saber da viabilidade de se tentar adotar esse critério, e da viabilidade de se tentar, inclusive, adotar um critério de uma organização efetiva do Cadastro Nacional do Índio.

Sr. Ministro, no meu Estado, o Governador Dante de Oliveira, que já foi Ministro da Reforma Agrária e é um homem comprometido com essa luta, conseguiu recuperar um processo que começamos em 1994, quando o governo que nos antecedeu havia feito a doação de 313 mil hectares de terra para quatro pessoas, apadrinhados seus. E o Governador Dante de Oliveira entrou na Justiça e conseguimos recuperar, com o apoio da Justiça brasileira, 313 mil hectares de terra. São terras, Sr. Ministro, que cabem doze a quatorze cabeças de gado por hectare. São terras extraordinárias e que devem ser oferecidas aos trabalhadores num projeto de reforma agrária. Sei que o Governador Dante já conversou com V. Ex^a a esse respeito. As terras são pretas, de muita qualidade, mas estão localizadas na Amazônia brasileira.

Tenho um amigo pessoal que foi Deputado Federal do PT, hoje Deputado Estadual do PT, que tem um estudo e um levantamento da preocupação de que o processo de ocupação da reforma agrária seja também um processo que não faça bem a uma ocupação racional da Amazônia. Daí a minha pergunta: existe a possibilidade do Ministério da Reforma Agrária, nessa política de descentralização, trabalhar em parceria com o Governo do Estado para criar um modelo de assentamento para a Região Amazônica, respeitadas as condições ambientais e a legislação ambiental deste País? Porque, evidentemente, que esses 313 mil hectares de terra terão que ser ocupa-

dos, mas que façamos dessa ocupação um modelo, preservando, inclusive, a questão ambiental.

Para finalizar, Sr. Ministro, gostaria de colocar o seguinte: se não existe, por que não implementar nos recursos da reforma agrária uma política de habitação rural? Os dados mostram-nos que a pior situação de habitação popular, no Brasil, está realmente no meio rural.

Gostaria também de parabenizar por esse somatório do Pronaf e do Procer e fazer uma advertência porque, em Mato Grosso, conseguimos avançar muito com relação aos recursos do Pronaf, com mutirões que são comandados lá pelo Secretário de Agricultura; mas a burocracia do Banco do Brasil é um entrave à aplicação desses recursos. Gostaríamos também de que nesse somatório procurassem diminuir a exigência burocrática, para que o trabalhador pudesse ter mais acesso a essas questões.

Finalizo com uma preocupação já levantada aqui pelo Senador Carlos Bezerra sobre a medida provisória das fronteiras. Sr. Ministro, estive no Palácio, no gabinete de V. Ex^a, e reafirmo que a medida provisória das fronteiras precisa contemplar que, enquanto os títulos não forem anulados, esses títulos tenham acesso ao financiamento do Banco do Brasil. Apresentei uma emenda à medida provisória que diz respeito a esse assunto. Mas as Casas Legislativas não conseguem votar essas emendas, porque aqui não são votadas medidas provisórias – estou aprendendo isso agora. Participei da elaboração na Constituinte, da criação da medida provisória e, depois de três meses trabalhando aqui, já percebi que medida provisória não se vota no Congresso Nacional.

Entendo que é fundamental assegurar o financiamento, porque na fronteira, onde não há essa garantia, não está sendo feito financiamento para as propriedades por parte do Banco do Brasil. E isso é extremamente grave. Ainda sobre a medida provisória das fronteiras, Ministro, o art. 1º dessa medida diz: "a ratificação de que trata o art. 5º, § 1º, da Lei 4.947, de 6 de abril de 1996, observado o disposto no Decreto-Lei nº 1.414, de 18 de agosto de 1975..."

Esse Decreto-Lei, Ministro, permite a imediata ratificação de títulos de até 2.000 hectares. Por que o INCRA não traz tranquilidade aos que têm propriedades nas fronteiras apressando a ratificação desses títulos?

Eram essas as minhas indagações. Gostaria de cumprimentar o idealismo e a dedicação de V. Ex^a. Como o Senador Simon, coloco-me à disposição, porque não basta afirmar que reforma agrária é

prioridade, mas o Senado pode e deve, na votação e discussão do Orçamento e da política social, tornar a reforma agrária efetivamente uma das prioridades do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senador Antero de Barros.

Passo a palavra ao Senador Ademir Andrade, e, em seguida, ao Ministro.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Cumprimento-o, Senador Osmar Dias, Presidente desta Comissão, pela iniciativa, e cumprimento o Ministro Raul Jungmann, que é o Ministro que mais recebe a nossa visita, porque a nossa presença é marcante nos movimentos sociais de nosso Estado: MST, Fetagri e todos os movimentos ligados à questão da terra. Eu, assim como o meu Partido, iniciei carreira política preocupando-me com a questão da terra.

Queria fazer algumas indagações e algumas observações. O Brasil é um País que produz muito pouco. Consideremos a França, que é 17 vezes menor que o Brasil: seu rebanho bovino, suíno e ovino é imenso e sua produção de grãos é de 60 milhões de toneladas. O Brasil, com esta extensão e com uma população duas vezes e meia maior, festeja a produção de 84 milhões de grãos. Estamos produzindo talvez 10% da nossa capacidade. Essa questão deve ser levada a sério por qualquer Governo, pois a reforma agrária é importante e a propriedade familiar é, acima de tudo, produtiva. Os dados estão aí a mostrar o que digo. A propriedade familiar tem a maior parte da produção agrícola de nosso País.

Compreendo suas dificuldades; sei de suas intenções, sei da sua seriedade na condução do Ministério, mas, como disse, compreendo as suas dificuldades que, creio, sobrevêm basicamente da falta de recursos. Estamos vivendo um momento excepcional. E quero chamar a atenção do Ministro para a crise econômica: seu agravamento e a perspectiva de queda no Produto Interno Bruto da ordem de 5%, prevista pelo Fundo Monetário Internacional, ou de 10%, prevista por muitos comentaristas políticos. Isso significa um desemprego muito grande, o que gerará uma busca de alternativas pelos trabalhadores, o que, sem dúvida, resultará num intenso processo de ocupação. Quero que V. Ex^a esteja alerta para o que poderá ocorrer nas áreas urbanas. Os trabalhadores estão sem trabalho, organizam-se e procuram ocupar áreas improdutivas. Creio que isso acontecerá nas áreas agrícolas também, inclusive em propriedades produtivas, porque nessa hora não há como sustentar a dificuldade que o povo tem. Basta que ali haja algumas lideranças que tenham

compreensão do processo e que estimulem o sentimento da organização e o sentimento do direito a que essas pessoas tenham uma vida digna, esse processo acontecerá e de maneira muito acentuada neste ano, acredito, inclusive no meu Estado.

Há muitos acertos, e diria que hoje a maioria é de acertos. Os proprietários, de certa forma, cedem a propriedade aos trabalhadores que querem ocupá-la porque sabem que não podem manter o trabalho na terra, que é realmente improdutivo. Com a perspectiva da desapropriação, há realmente o entendimento, onde têm participado o INCRA, os trabalhadores e os proprietários. O INCRA até está deixando de cumprir com os proprietários em determinada medida porque eles acatam o acerto na expectativa da desapropriação e ficam esperando bastante tempo.

Há também a questão das bicicletas, rádios e televisão com recursos que vêm principalmente de recursos da habitação, do fomento e da alimentação, concedidos aos assentados. Isso é verdade. Chamo a atenção, Ministro, para o fato de que essa compra da bicicleta, do rádio e da televisão, às vezes até de uma moto, dá-se muito mais nos assentamentos onde não existe a presença do MST do que nos assentamentos onde existe. O MST procura conduzir com mais seriedade, com mais rigor a unidade e a união do movimento. Nos movimentos que são mais separados, onde não há esse processo de organização, isso acontece mais. O que percebemos, quero levantar aqui um fato real, é que, de certa forma, há uma resistência do INCRA ao MST e não há a mesma resistência relativa a outros movimentos, que são mais desorganizados e que caminham mais para esse processo de jogar o dinheiro em outras coisas, que não seja o da produção. Mas confirmo que existe realmente isso.

Gostaria que V. Ex^a informasse qual é a previsão de assentamento para 2000, 2001 e 2002, se existir. Tenho aqui três projetos e gostaria de ter a opinião de V. Ex^a sobre eles. Um deles é sobre os juros compensatórios. Ora, se o Governo reduziu de 12% para 6% por medida provisória, e V. Ex^a ainda critica os 6%, meu projeto cancela esses juros compensatórios. Gostaria de saber por que o Governo, podendo fazer a medida provisória, não cancelou, não zerou e passou apenas de 12% para 6%. Também gostaria de saber a opinião de V. Ex^a sobre um projeto nosso que está tramitando nesta Casa sobre essa questão.

Já concluirei, Sr. Presidente. São perguntas objetivas e práticas. O segundo projeto é sobre a cobertura florística. Há uma reação de proprietários

que, ao serem desapropriados, entram na justiça tentando receber a floresta que ele nunca explorou nem teve interesse. Então, como não há uma questão definida, o Judiciário, às vezes, tem dado ganho de causa a esses proprietários que entram na justiça para receber os recursos relativos à cobertura florística, que não tinham qualquer perspectiva de utilização e de uso. Tenho também um projeto cancelando esse tipo de indenização, que seria apenas da terra nua e das benfeitorias.

Por último, quanto aos assentamentos, como estão sendo feitos atualmente, sinceramente, considero uma agressão ao meio ambiente, um verdadeiro crime contra a Amazônia. Entrega-se o lote ao cidadão, que só pode desmatar 50%, os outros 50% devem ser mato. Faz-se uma verdadeira peneira em nossa mata. Pode ser que ultimamente isso não esteja acontecendo, mas, nos anos iniciais, inclusive no mandato de V. Ex^a, aconteceu muito. Sou testemunha disso no meu Estado.

Ocorre o seguinte: assentam-se 100 famílias numa área; cada família recebe 50 hectares separados, podendo desmatar 25 hectares e preservando a mata nos outros 25. Dessa forma, faz-se uma peneira na mata, que evidentemente destrói a fauna, a flora, enfim, todo o meio ambiente. O projeto que estamos apresentando tem por objetivo fazer com que, em cada assentamento, o cidadão possa beneficiar o total da sua área e tenha uma reserva comum, pertencente a todos os trabalhadores.

Por último, sei das dificuldades de V. Ex^a, Ministro, mas queria fazer uma crítica construtiva sobre a demora. Na semana passada, por exemplo, dois trabalhadores foram assassinados na fazenda Cápius(?). Tenho insistido com V. Ex^a nessa questão, tive até duas audiências tratando do assunto. Sei das dificuldades, da morosidade acarretada pela burocracia, mas precisamos agilizar a solução do problema, porque lá nessa fazenda Cápius(?) já houve mais de dez mortes, além das duas desta semana. Então, gostaria que V. Ex^a resolvesse definitivamente a situação, evitando esse tipo de problema.

Vou pedir também pelo lado do proprietário, que também sofre. Levei a V. Ex^a, por exemplo, o caso do Eglair, que ilustra bem os excessos da burocracia. Ele concordou com a desapropriação de sua terra. Dispensou o valor da terra nua, ou seja, iria receber apenas a benfeitoria. A terra dele foi assentada há mais de cinco anos. O Incra volta com uma documentação sobre esse negócio de R\$120 mil desse cidadão, que está doente, morrendo lá no Rio de Janeiro, e pede nova vistoria no que já não existe

mais, porque o assentamento já foi feito há cinco anos, e já existe até energia elétrica. E ele perdeu três quartos da sua área pela burocracia. Então, não só o trabalhador sofre, mas às vezes também o pequeno e médio proprietários que negociam. Antes de levar a V. Ex^a esse caso, tentei resolvê-lo diretamente com um funcionário do Incra, que, de certa forma, foi até um pouco grosseiro. Então fui a V. Ex^a. Essas coisas são muito ruins para nós. Apelo pela agilidade nessas questões, para que evitemos injustiças.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Ministro Raul Jungmann.

O SR. RAUL JUNGMAN – Senador Pedro Simon, de um lado, causa-me muita alegria ouvir V. Ex^a e, de outro, estranheza. Durante muitos anos, acostumei-me a ouvi-lo e aprendi muito com V. Ex^a, sobretudo durante o longo período de resistência democrática. Tenho V. Ex^a e toda a sua vida pública em altíssima conta. De forma que o pedido de V. Ex^a – igualmente feito por outros Senadores –, para que se ajude mais a reforma agrária é um motivo de muitíssima alegria para nós, evidentemente. E precisamos disso, Senador – e V. Ex^a sabe muito bem o sentido, o peso e a importância do que vou dizer agora –, no instante em que não temos nenhum movimento nacional anti-reforma agrária; não existe. Não temos nenhuma liderança nacional anti-reforma agrária – e peço que registrem isso. É evidente que existe aquele movimento localizado aqui ou acolá, e é evidente que o latifúndio tem a capacidade até de matar; mas já foi nacionalmente batido, e nesta Casa, sobretudo por V. Ex^{as}, pelas votações democráticas. Então, é importante pensar que aqueles obstáculos do passado foram, em grande medida, removidos.

Costumo dizer, Senador – e aí vai uma certa ousadia –, que o problema não está mais na terra. Se tomássemos os cerca de R\$7 bilhões que despendemos e fizéssemos um cálculo do hectare médio, V. Ex^a veria que já temos condições de atender com terra à quase totalidade ou então a um número absolutamente expressivo dos sem-terra neste País. Ao contrário do passado, não temos mais na terra o problema. Não temos também o veto político como, por exemplo, o ocorrido logo no início da redemocratização, no primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária. V. Ex^a, como tantos, contribuiu, sabendo que os setores da esquerda sempre tiveram na reforma agrária uma bandeira e que o centro – com exceção das épocas de crise, quando tradicional-

mente se dividem – pode pender ora para um lado, ora para outro.

Mas não é o caso. A terra estava disponível para a reforma agrária. Pela primeira vez, conseguimos fazer com que setores liberais e conservadores entrassem no pacto, sem que houvesse veto. Mas, então, onde está o problema? O problema está, justamente, precisamente, na falência do Estado, nessa briga afritiva por recursos, nessa disputa por programas, por juros etc. Não podemos perder de vista que, democraticamente, a reforma agrária não tem adversários de peso e nacionalmente constituídos, o que nunca aconteceu.

A reforma agrária, de certa forma, tinha um matrimônio assegurado com a democracia. Seguindo a democracia, a reforma agrária alcançará os seus desígnios. Digo isso, inclusive, em reconhecimento a tudo o que V. Ex^a procurou fazer. Esse pacto proposto por V. Ex^a deve ter a marca da transversalidade. Em termos de reforma agrária, temos de deixar de lado os nossos rótulos. Sou um socialista e, portanto, um jurássico. Mas não se trata mais de entender que a reforma agrária deva dividir-nos sob o ponto de vista ideológico, sobretudo depois da queda do Muro de Berlim ou sobretudo quando o Ministro do Exército, meu querido amigo Zenildo Lucena apertava minha mão dentro do Forte Apache, com o Estado Maior do Exército, e nos transferia seis milhões de hectares. Enquanto isso, o Exército brasileiro era deslocado no sul do Pará não para militarizar a reforma agrária – há um general de esquerda e outro de direita em todos os movimentos sociais no sul do Pará, para onde vou continuar indo –, mas para defendê-la. Lá estão para assegurar a paz na região. Os instrumentos são os mesmos, mas a realidade democrática é outra. É necessário, então, a transversalidade.

Por esses motivos, agradeço esta audiência destinada a discutir meus problemas e a chorar minhas pitangas.

Conheço quatro modelos ou quatro hipóteses de reforma agrária. Há a reforma agrária pré ou pós-revolucionária: China, Cuba, Rússia, por exemplo. Há as advindas de momentos excepcionais, como os pós-guerras – o que MacArthur fez no Japão e o que tem acontecido na Itália. O terceiro modelo é o da descolonização e ocorre quando as forças nacionais rompem com o processo colonizador. Por último, há a reforma agrária que se tem no Brasil e a realizada no Chile por Eduardo Frei, que não acontece em estados de ruptura, como todas as outras três.

Quem ganhou a batalha em 1964 não fomos nós. Estamos trabalhando no âmbito daquilo que foi a correlação de forças que resultou no Estatuto da Terra, extraordinariamente avançado, mas idealizado por militares. Costumo dizer – e isso às vezes irrita alguns companheiros meus – que quem quebrou os dentes do latifúndio no Brasil foram os militares. Por quê? Aqui, resgato a transversalidade. O Exército brasileiro, formado, sobretudo, por setores médios, noventa e nove por cento fora a questão ideológica, sempre foi histórico, negando-se a ser capitão de mato e sempre sendo a favor da reforma agrária.

Na medida em que não se analisa a reforma agrária sob o parâmetro da ideologia, o que, na verdade, aconteceu, consegue-se, então, esse grande cortejo, sem disputas de lideranças efetivamente, nacionalmente contrárias ao problema.

Diante disso, Senador, só gostaria de dizer que a criação da Ouvidoria Agrária, com o Desembargador Gersino, ex-Presidente do Tribunal de Justiça, é exatamente a tentativa de conjugar esforços, para que, respeitando-se a lei, não se firam os direitos humanos, para que não possamos sentir o dissabor de ainda ter Eldorado de Carajás pendente sobre as nossas consciências e sobre este País.

É preciso fazer justiça. Por isso, recentemente, em conjunto com a OAB, a CNBB, o Ministro da Justiça e o Secretário Nacional de Direitos Humanos, fui ao STJ, a fim de pedir não que se decidisse para lá ou para cá, mas que houvesse celeridade, embora o Ministro, pessoalmente, seja a favor do desaforamento desse julgamento para Belém, para que se faça uma justiça mais justa. No entanto, essa é, efetivamente, outra história.

Desse modo, Senador, em sua homenagem, gostaria de dizer que agradeço muitíssimo o lembrete e a sua permanência aqui, com os demais, para discutir.

Encontro-me, Sr. Presidente, absolutamente disponível para fazer parcerias. Pensó até que, se V. Ex^{as} quiserem, periodicamente, a presença deste Ministro – ele é um Ministro que gosta de estar aqui, sente-se fortalecido e bem nesta Casa –, terei muito prazer em vir, tantas vezes quantas sejam necessárias.

Ilustre Senador Moreira Mendes, em primeiro lugar, desejo agradecer a V. Ex^a. Mal chegou aqui, já está incorrendo em erro, ao fazer esses elogios indevidos a este Ministro. Mesmo assim, agradeço sua generosidade, que também é dos seus demais Pares.

Realmente, Senador, o Incra tem gravíssimos problemas. Eu diria que, em boa medida, isso não é

fruto do seu corpo técnico, que é apaixonado pela reforma agrária – às vezes, aquela paixão equivocada que Santo Agostinho já criticava. Santo Agostinho, nos meus moldes, tem o que seria a melhor definição que até hoje encontrei de amar ou do amor: "Amar é: eu quero que você seja... o que você quiser, branco, negro, feliz, infeliz, pouco importa". Isso diverge exatamente – penso que ele queria polarizar – do chamado amor de posse (eu quero você para mim, eu quero você meu).

Então, muitas vezes, há um certo corporativismo que transforma o amor, a paixão pela reforma agrária em um amor de posse: "ou é do jeito que eu quero, ou, então, não dá para fazer". E é isso que precisa ser rompido em nome dos trabalhadores. Isso é fundamental. Também sei que a judicialização, a cartorialização geram a patologia da corrupção, de um lado, e a questão da lentidão e da burocracia, de outro.

No entanto, o Incra é, no seu âmago – acreditem –, um órgão apaixonado. Ele crê, aposta na reforma agrária e tem uma enorme contribuição. A verdade é que, só para dar um exemplo, historicamente, assentavam-se sete a oito mil famílias por ano. Havia 13 mil funcionários no Incra. Eu o peguei com seis mil; fizemos os dois primeiros concursos e colocamos gente dentro, mas não tanto assim. Que empresa brasileira poderia dizer que, com o mesmo contingente de pessoas, sai de sete a oito mil de produção para 100 mil em um ano? É impossível!

Então, há de se reconhecer que se fez muito. No entanto, há que se reconhecer também que o esforço, a tarefa, o tamanho do desafio excede quantos Incras pensemos e desejemos. Ele, realmente, apresenta muitos enganos, muitos erros ainda, mas solucionáveis, sem dúvida.

Quando falo em trazer Governos estaduais e Prefeituras é porque quero aliados. Não estou aqui pensando em transferir responsabilidades ou em fazer com que predomine a oligarquia, o latifúndio ou coisa que o valha. Não é isso, não. Estou pensando sob a ótica dos trabalhadores, porque é a eles, sobretudo, que tenho que prestar resultados. No entanto, é claro que, em um primeiro momento, teremos a desconfiança; por isso, deve haver tolerância e diálogo. Em segundo lugar, é preciso construir ou reconstruir esse modelo a partir das críticas a ele. Isso é um processo.

Da mesma forma é o Banco da Terra, que hoje se percebe com um conjunto de erros. No entanto, quero lembrar a V. Ex^{as} que é um tremendo patrimônio. Pela primeira vez, a reforma agrária vai dispor

de um **funding** – com o perdão do linguajar -, que, por ser capitalizado, por trazer o ITR para dentro, por permitir que as parcelas de pagamento venham para dentro, é algo que não fica dentro dos recursos do Tesouro. Isto é absolutamente estratégico para a reforma agrária: pela primeira vez se disporá do Fundo Nacional de Reforma Agrária.

Se o problema é o de que no Conselho não há trabalhador, que se ponha trabalhador lá dentro; estamos abertos. Se o problema é o de que não se podem priorizar as terras improdutivas e comprar as produtivas, estamos à disposição para conversar. Se a questão é o prazo de amortização e de pagamento, também podemos discutir. Em suma, estamos abertos a qualquer coisa que não signifique abrir mão de uma possibilidade como essa. Nesse sentido, peço a V. Ex^{as}, particularmente àqueles mais próximos aos movimentos sociais, que levem essa mensagem. Queremos debater e aceitamos a idéia de reformular o que é basicamente uma obra do Congresso Nacional.

Com referência à desordem e à lei, evidentemente, sobretudo como um velho socialista, esse é um tema assaz difícil de ser abordado, porque, muitas vezes, como disse o Ministro Bresser Pereira, estamos muito prontos a abrir mão da ordem em nome da justiça. Uma das formas de também definir uma opção socialista é exatamente repetir isso.

Entretanto, aprendi uma lição, que reaprendo a cada dia: toda vez que o Poder Público abre mão de interferir no conflito, às vezes dolorosamente, arranha-nos por dentro, já que é um pobre, um trabalhador, um excluído que nada tem. Aplicar a lei a quem não tem – a mim pelo menos, acreditem V. Ex^{as} – dói muitíssimo, havendo inclusive os riscos, muitas vezes, de polícias desaparelhadas. Mas não nos iludamos: se não se vai ao conflito, não se negocia e tampouco se faz cumprir a lei, ocorre a violência privada – a pior das violências, sem limites nem contornos, absolutamente impiedosa.

Então, não há como fugir desse dilema. É preciso que se cumpra a lei e, especialmente, como valor maior com relação à propriedade – não tenho dúvida -, que se respeite a vida. O desafio de um humanista ou de um progressista não é desprezar o Estado Democrático de Direito em nome da pobreza ou, inversamente, ficar com a ordem, sacrificando aquele que precisa, ou seja, o excluído. O desafio reside em equilibrar essa tensão e resolvê-la democraticamente e progressivamente. Devemos buscar o equilíbrio real. Tento, obviamente com todas as minhas

vicissitudes, resolver, no meu dia-a-dia, não raramente, um sem-número de vezes.

Destarte, em muitas ocasiões, quando me chocho com o movimento social ou mesmo com o MST, faço-o em nome dos trabalhadores, antecipando-me com uma medida administrativa, para que não caia sobre aqueles a mão pesada seja da repressão pública ou da privada. Muitas vezes, tenho que assumir isso. É muito doloroso, mas entendo que esse é o caminho. Estão, acima de tudo, postas condições para que não haja mais o veto no que diz respeito a esse assunto.

Senador Antero Paes de Barros, conhecedor da sua história, inclusive, e militante histórico da reforma agrária, que, nesta Casa, pugnou na Constituinte para que não ocorresse o retrocesso que, afinal de contas, aconteceu, sei até mesmo, por meio das páginas do próprio José Gomes da Silva, da sua participação, que foi, nesse período, a de um combatente, como é até hoje.

No que tange à questão da descentralização, sem nenhuma dúvida, o que hoje eu discutia com as Unidades Federadas, isto é, com os Estados, é exatamente como fazermos isso mantendo e melhorando os critérios de eficiência, além de equilibrá-los com os critérios de controle democrático, que deve haver. A porta de entrada não é a prefeitura, mas um conselho com a participação dos trabalhadores, das organizações não-governamentais, da Igreja, dos vereadores, prefeitos etc.

Faço isso sabendo que existem riscos, mas entendendo que é pior não arriscar, pois a situação não pode continuar como está. Não se melhorará a qualidade nem se resolverão problemas burocráticos se não houver mudança. É um exercício, que, como tal, implicará acertos e erros. O que espero, todavia, é que consigamos realizar esse objetivo. Em termos de Estado, o pensamento é o mesmo. Talvez, num segundo momento, gostaria de voltar e aprofundar essa discussão.

Há um aspecto interessante, Sr. Senador: os Governos estaduais amadureceram. Quando se falava em reforma agrária com um grande número de Governadores, se me permitem a brincadeira, eles diziam: "Estou fora". Significava trazer para si um problema absolutamente espinhoso que conheciam muito bem. Mas eles começaram a compreender que é muito melhor estar dentro do processo e ter condições de negociá-lo do que ficar de fora, com o ônus de utilizar uma polícia militar que não é, de modo algum, instrumento de política social. Então é muito melhor estar dentro, com a participação de to-

dos, do que estar do lado de fora. A minha experiência diz que quanto mais pessoas envolvidas na solução do conflito melhores são as condições para que se resolva sem traumatismo essa questão.

No que diz respeito à questão da medida provisória sobre as fronteiras, V. Ex^a sabe a minha posição sobre a sua emenda. Penso ser ela justa e procedente.

Em relação à ratificação, com base no decreto-lei – embora eu não possa exaurir a questão, como pediria V. Ex^a -, existe aí uma zona cinzenta em que ora a faixa de reunião é de 130, ora é de 66. Essa variação, esse efeito sanfona gerou um certo deslizamento jurídico, mas não tome a resposta do Ministro como a resposta correta. Penso que eu lhe devo uma resposta mais clara a esse respeito e vou procurar.

Com relação ao cadastro, temos um cadastro nacional, que é informatizado. Acredito que o processo de cadastramento poderá ser feito naqueles municípios onde houver a plenitude da participação e um conselho democrático, porque lá haverá condições de se averiguar melhor e fazer um controle efetivo.

A questão da política habitacional rural é um dos nossos graves problemas. O que estamos fazendo é, sobretudo, no sentido de reduzir o déficit. No ano passado, fizemos 55 mil habitações, mas não é suficiente. Só para se dar uma idéia, assentamos 100 mil famílias; então trazemos um déficit de quase 45 mil famílias. Temos de resolver isso. Qual a forma encontrada? Vamos equalizar os recursos da Caixa Econômica Federal, que passa a ser responsável pelo programa de autoconstrução. Estamos fechando isso aí, colocando recursos para equalizar, e, então, acredito que poderemos avançar nesse processo.

Senador Ademir Andrade, a crise é motora de uma revisão do rural no Brasil. A crise vai mover exatamente a ideologia do desenvolvimentismo, e esse, independentemente do credo, passará a ser, cada vez mais, uma questão a ser considerada. Isso é ótimo para todos nós. No instante em que há a crise, abrem-se oportunidades. Na medida em que as pessoas estão em dúvida com relação ao paradigma, é por aí que temos de entrar, mas temos de entrar com o custo/benefício que a sociedade aceita. As tentativas de reforma que apresento visam melhorar o custo/benefício para defender esse programa cada vez mais e ter mais recursos. Evidentemente, posso estar incorrendo em erro, mas essa é nossa intenção.

V. Ex^a disse que existem acertos com relação a processos de desapropriação. Volto a dizer aquilo que eu disse: em nenhum momento, imagino um movimento social como um elemento do processo da corrupção. Mas a verdade é que existem mesmo e são movidos exatamente por conta da necessidade. O problema é que, muitas vezes, a legislação vai permitir, adiante, que se consigam arrancar recursos extraordinários do Poder Público. Aí não é dizer para parar com a desapropriação; pelo contrário, não se pode abrir mão disso, é uma conquista, mas, ao mesmo tempo, percebe-se que, cada vez mais, temos de investir no controle e em outras formas. Por exemplo, no leilão de terras no Rio Grande do Sul, leiloavam-se terras em TDA e benfeitorias em dinheiro. Ora, desapropriação é TDA e dinheiro. Não funcionou, mas temos uma tecnologia extraordinária feita de forma muito sofisticada pela Bolsa de Mercadorias e Futuros de Porto Alegre. Se isso começar a dar certo, será um sistema negocial que nos possibilitará avançar.

Sobre a questão das metas, ocorreu que, basicamente, a expectativa de preços dos proprietários ficou muito aquém da nossa avaliação, talvez por conta de a área ser Bagé e por conta também do tipo de terra e propriedade. A grande conquista é que se tem uma tecnologia maravilhosa para se comoditizar a terra, sem o que nada se faz, e para realizar leilões em outros lugares.

Os juros compensatórios de 6% atendem à determinação constitucional. Pelo menos assim nos disseram, ou seja, a indenização pelo justo preço seria séria dificuldade se não houvesse algum mecanismo de correção. Sou favorável, desde já, a que se reduza isso ou até que se elimine. Entretanto, penso que há um óbice constitucional.

Em relação à cobertura florística, resolvemos em boa medida esse problema, no instante em que nós, na Medida 1.744, fixamos que a avaliação é de toda a propriedade e não mais da cobertura florística à parte. Antes era feita a avaliação da propriedade e depois era embutida a cobertura florística, o que era obviamente uma vergonha. Conseguimos acabar com isso e reduzimos também. Agora estamos buscando a forma de ampliar isso.

Com relação ao meio ambiente de reforma agrária, foi um programa depredador. Não há como dizer o contrário. A reforma agrária quando foi concebida era um programa depredador e em grande medida continua sendo; Senador, infelizmente continua sendo. Para um ex-Presidente do Ibama isso pesa realmente como uma confissão de culpa. Que-

ro dizer que começamos o Programa "Terra que te quero verde", definimos que não vamos mais desapropriar área de floresta primária, definimos que as áreas antropizadas, 300 mil quilômetros, são as prioritárias.

Vai trabalhar conosco o Fábio Feldmann, que deixou de ser Deputado para gerir esse programa. Temos um encontro com as organizações não-governamentais e estamos trabalhando muito próximo ao Ministério do Meio Ambiente, mas entendo que a grande saída é a educação ambiental; a grande saída é massificar a educação ambiental. A agricultura e a reforma agrária podem ser grandes aliados na sustentabilidade e na questão do meio ambiente.

Por último, a questão referente à CAE. É uma questão que V. Ex^a tem grande medida tem razão. Não tiro o juízo que V. Ex^a faz com relação à lentidão e dificuldade, mas a verdade é que, desde o início, aquela propriedade e aquela desapropriação se afiguraram muito tumultuadas por conta de denúncias de corrupção, por conta de preços muitas vezes divergentes.

Coloco-me ao inteiro dispor para recebê-lo rapidamente e procurar solucionar esse problema, pois realmente é inaceitável essa demora toda.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloisa Helena) – Como todos os Srs. Senadores abriram mão da réplica, o Senador Moreira Mendes quer apenas fazer uma pequena consideração, Sr. Ministro.

O SR. MOREIRA MENDES – Apenas um comentário para resgatar a verdade, pois não sei se fui bem entendido. Gostaria de dizer ao Ministro que o Incra, no meu Estado, é exemplo. Não tenho nenhuma restrição. O trabalho do Incra, no meu Estado, foi simplesmente notável em que pesem todas as dificuldades. Queria apenas deixar isso muito claro. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloisa Helena) – É verdade. Isso foi registrado.

Com a palavra a Senadora Marluce Pinto

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, Sr^a Vice-Presidente, Sr. Ministro Raul Jungmann, para nós desta Comissão a visita de V. Ex^a nos trouxe bastantes esclarecimentos. V. Ex^a disse que seria bastante agradável retornar à nossa Comissão. É muito produtiva a sua presença. Sabemos que ela não poderá ser constante, porque, em decorrência de suas ocupações, V. Ex^a não conseguirá estar sempre aqui. Sugiro que V. Ex^a reserve na sua agenda tempo para tais encontros e comunique ao

nosso Presidente, para que possamos apresentar o requerimento. A vinda de V. Ex^a contribuirá muito para os nossos trabalhos. Cada Comissão tem direito a apresentar cinco emendas na Comissão de Orçamento. Tenho certeza de que no final do ano os Membros dessa Comissão darão prioridade à alocação de recursos para o Incra, porque, alocando recursos para a reforma agrária, estaremos ajudando principalmente as camadas mais carentes dos nossos Estados.

Tenho ido várias vezes ao Ministério de V. Ex^a, principalmente à Presidência do Incra para tentar resolver alguns problemas do meu Estado e sei que muitas vezes não somos atendidos a contento devido à falta de recursos.

Quero dar um testemunho aqui nesta Comissão: com os recursos alocados para o meu Estado, Roraima, na gestão de V. Ex^a no Ministério, já foram corrigidas aquelas desigualdades relativas aos produtores rurais. Quando V. Ex^a assumiu o Ministério havia quatro projetos em execução no Estado de Roraima. Não desejo ofender nem recriminar seus antecessores, mas quero dizer que os projetos em tramitação eram precariamente atendidos. E, hoje, temos 29 projetos em execução, muitos quilômetros recuperados das estradas vicinais, que são as estradas onde realmente o INCRA tem participação, pois são do interesse dos produtores rurais. Enfim, muitas vicinais foram abertas, sem contar os postos de saúde, as escolas, armazéns e, até mesmo, extra-oficialmente – porque não existe esse programa, mas, da mesma maneira como há a bicicleta, há o "radinho" – produtores rurais se cotizaram para, dentro dos recursos de crédito de alimentação e fomento, deixar uma pequena parcela para a compra de tratores que muito estão ajudando a desmatar as suas terras.

Parabenizo a atuação de V. Ex^a, mas, ainda assim, mesmo com esses 29 projetos, precisamos de muito mais. Por isso, cogitei da vinda de V. Ex^a para que trabalhem juntos. O Senador Pedro Simon bem colocou que deveremos procurar ajudar efetivamente, pois não adiantam só discursos. Essa história de fazermos pronunciamentos na tribuna para chamar V. Ex^a aqui, expor nossas necessidades, prometer cooperar com V. Ex^a, nada disso irá produzir resultados se não pudermos realmente auxiliar o programa da reforma agrária, aprovando emendas na Comissão de Orçamento. Basta que cada parlamentar desta Comissão e, quem sabe, outros sigam esse exemplo, retirando uma de suas emendas para alocarmos recursos no programa da reforma agrária.

Só gostaria de ter uma explicação, Sr. Ministro, sobre a atuação da Caixa Econômica, como expôs o Senador Carlos Bezerra, nesses programas. Sei que não podemos ter diretrizes diferenciadas. Infelizmente, no nosso País, temos desigualdades regionais, o que mais entrava o desenvolvimento das regiões mais pobres. No caso de Roraima, até o banco do Estado faliu há mais de três anos. Os produtores rurais não têm nenhuma agência bancária nas suas regiões. Se S. Ex^a pudesse verificar, constataria que o crédito é concedido através do Banco do Brasil à conta das superintendências daquele banco. Todavia, para aqueles produtores receberem esses valores no Banco do Brasil não é fácil. Muitas vezes, o que pagam de transporte é muito caro, e eles nem mesmo são avisados em que dia o crédito sairá, porque nem todos têm um "radinho" em casa. No nosso Estado, não chega a notícia através do rádio. Lá, um funcionário do INCRA sai para avisar. Eles, então, vão receber e, quando chegam, os recursos ainda não estão no banco.

Sei que as dificuldades são inúmeras e que V. Ex^a não pode corrigir todas elas, mas é preciso fazer um estudo um tanto diferenciado. Uma coisa é o Estado do Rio Grande do Sul, do Paraná; outro é o nosso. Mesmo com as dificuldades existentes no Nordeste, compará-las às verificadas na região Norte, em face do seu subdesenvolvimento, resulta em uma diferença muito grande. É preciso, então, que cada região, pelo menos – e não digo cada Estado –, tenha as suas dificuldades tratadas de forma diferenciada.

Já com referência a outro assunto, devo dizer que sou favorável a que os Governos dos Estados, as Prefeituras participem desse programa. V. Ex^a mesmo frisou aqui que os funcionários são apaixonados por esse programa – e posso dar o meu testemunho de que são. Agora, V. Ex^a sabe que há interesses partidários. E chegam informações muito distorcidas, tanto no Ministério de V. Ex^a como na própria Presidência do INCRA, que não correspondem à realidade do trabalho dos funcionários.

Não se trata, em absoluto, de uma crítica, mas de uma ajuda. É preciso que a direção nacional priorize, embora possa até fiscalizar por pessoa de confiança da área federal a atuação dos funcionários. Porque acompanho no Estado, pela imprensa, as discriminações feitas aos funcionários do INCRA. São tachados até de corruptos, quando vemos que eles se sacrificam naquelas regiões tão difíceis, encaram até pium, estradas cheias de lama, para ajudar o produtor rural. Em vez de eles serem reconhe-

cidos, são tachados de corruptos, quando na verdade são os mais sacrificados.

Eu sei, Sr. Presidente, que nós não podemos trazer todos os problemas do INCRA para essa reunião. Mas estou muito satisfeita. Fiquei até o final. Nem sei nem há mais alguém inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Há mais três.

A SRA. MARLUCE PINTO – Mais três? Vou ficar até o final. Tenho certeza de que a reforma agrária no nosso País começou a mudar o seu feitio após a sua atuação. Espero que, além dessa participação que queremos dar para contribuir com recursos, que também possamos sempre reivindicar do Poder Central a permanência de V. Ex^a à frente desse Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senadora Marluce Pinto. Os próximos três inscritos, com certeza, agora vão utilizar menos tempo.

Passo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO – Sr. Presidente, Sr. Ministro, agradeço a paixão dos funcionários do INCRA. Sou o mais antigo dos funcionários do INCRA na ativa, pois sou ainda remanescente do Serviço Social Rural desde 1961. Passei pela Supra, fui preso durante a Revolução. Passei pelo INDE?, pelo IBRA e, depois, virei extensionista agrícola, como o nosso companheiro Presidente.

Sr. Ministro, algumas pessoas condenam a medida provisória. Todavia, no que se refere à área de fronteira, a medida provisória foi salvadora de um processo, quando as Procuradorias do INCRA e da República determinaram que o Estado não poderia conceder a ninguém as terras a 150 quilômetros da fronteira. Portanto, essa Medida Provisória é salvadora.

Como Presidente da Comissão Mista, ontem estivemos em palácio, junto com assessores da Casa Civil, e estamos remetendo ao Ministério e ao INCRA uma proposta. Para facilitar o trabalho do INCRA, para dar maior tranquilidade aos proprietários que têm propriedades nessa situação, portanto, tituladas pelo Estado, por que não conceder ratificação **ex-officio** para as pequenas e médias propriedades? Porque elas não são, por definição na Constituição, passíveis de desapropriação. Portanto, vai facilitar o trabalho do próprio INCRA.

Agora, só falta a consulta a V. Ex^a e ao Procurador do INCRA. Aceitando, essa Medida Provisória já pode ser votada. Vamos aqui quebrar a curiosidade do nosso colega, companheiro, conterrâneo, ami-

go, Senador Antero Paes de Barros, que não viu ainda uma medida provisória ser votada. Essa ele poderá ver, dependendo do apoio de V. Ex^a.

V. Ex^a sabe o quanto foi difícil aprovar o Programa da Cédula da Terra nesta Casa. Hoje, existem denúncias sobre a Cédula da Terra. Preocupamos porque a Cédula da Terra é a cédula do Banco da Terra, que existe porque a Cédula da Terra já existia. Considero o Banco da Terra como o grande avanço que temos em questão de reforma agrária, como coadjuvante do processo de desapropriação. O Banco da Terra, como é a Cédula da Terra, é um processo avançado das antigas colonizações, mediante créditos fundiários; de um colonizador com os proprietários ou com os colonos. Mato Grosso, antes das áreas serem colonizadas, tinha 20 Municípios, hoje tem 126 Municípios, fruto de colonização que, bem ou mal, promoveu um avanço no progresso de Mato Grosso.

Portanto, quero dizer a V. Ex^a que estamos preocupados com a denúncia que houve junto ao Banco Mundial, que vai dar o **funding** para o Banco da Terra. Estamos preocupados, e precisamos entender essa questão para fazermos o possível para não prejudicar essa grande idéia.

Por último, sobre o Banco da Terra, em nome dos Srs. Senadores Antero Paes de Barros e Carlos Bezerra, quero cobrar de V. Ex^a uma promessa feita em Cuiabá, numa reunião extraordinária.

A Cédula da Terra atingiu cinco Estados e o sexto Estado seria Mato Grosso. Hoje recebi uma ligação muito preocupante de Juara, dizendo-me que há um grupo se preparando para comprar terras, por intermédio do Banco da Terra, e que Mato Grosso estaria fora do Programa do Banco da Terra. Portanto, acho muito justo cobrar a promessa feita por V. Ex^a.

Por último, Sr. Ministro, quero aproveitar o seu viés espiritual. Certo dia, V. Ex^a me falou: "Olha, o Presidente gosta tanto de mim que primeiro me deu o Ibama. Não satisfeito, me deu o INCRA e, agora, não tão satisfeito, talvez me ofereça a Funai". Sr. Ministro, V. Ex^a foi bom no Ibama, está sendo bom no INCRA e será bom na Funai, se para lá for.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Cândido e, em seguida, ao último inscrito, Sr. Senador Sebastião Rocha.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Sr. Presidente, Sr. Ministro Raul Jungmann, Srs. e Srs. Senadores, quero abordar um tema muito importante, porque faz

parte do Programa de Reforma Agrária, que é o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária. Na semana passada, tive a oportunidade de, junto com os coordenadores do MST e com alguns Deputados, participar de uma audiência no Ministério da Educação sobre os recursos para esse Programa de Educação da Reforma Agrária, inclusive com presença de 50 crianças, os chamados "sem-terrinhas". Essas crianças foram selecionadas por meio de concurso em alguns Estados do Brasil. Emocionou-nos os materiais que nos foram apresentados, as artes que eles produziram. Foi feito um concurso e foram classificados pelo desempenho da produção apresentada. Preocupa-nos muito a falta de recursos para esse programa de apoio à educação na reforma agrária. No ano passado, havia uma verba de R\$37 milhões e acabaram sendo liberados R\$3 milhões durante o ano. Faltaram, então, R\$34 milhões para esse Programa; esses não chegaram. Tinham sido feitos convênios com universidades na preparação de monitores para essa tarefa de formação dessas crianças que são em número de 100 mil em assentamento no Brasil. É um contingente numeroso. Na verdade, essas crianças, amanhã ou depois, serão o futuro do nosso País.

Portanto, de modo geral, nós nos preocupamos com a questão da educação, mas a preocupação maior é com a reforma agrária.

A segunda questão é com relação ao cidadão que sai do campo, vai para a cidade e depois retorna. Falô com conhecimento de causa, porque sou de origem camponesa. O meu pai era lavrador no Rio Grande do Norte e não tinha terra, ele trabalhava como arrendatário. Ele não possuía terra mesmo — era um sem-terra. Quando eu vim para a cidade trabalhar na indústria como operário urbano, 80% dos companheiros diziam: "Se eu tiver condições de voltar ao campo e tiver terra para trabalhar, eu retorno para o campo." Porque ele, como cidadão nascido no meio rural, sabe da importância e o amor que tem para trabalhar a terra, arando-a e preparando-a para produzir alimentos para a sua família, pois na cidade ele fica como um peixe fora d'água, porque ele trabalha em subemprego, vivendo nas piores dificuldades, com a sua família morando em favelas ou mesmo embaixo da ponte. Muitos estão assim: constroem um barraquinho, onde moram com a sua família e acabam expondo seus filhos à prostituição infantil e às drogas. O homem do campo gostaria de voltar para trabalhar a terra, caso haja a reforma agrária. Alguns, por sua vez, não gostam, porque, definitivamente, não gostam de trabalhar.

V. Ex^a falou que o Governo pretende, neste ano, assentar umas 80 mil famílias, aproximadamente. Imaginemos que esse é um número razoável. Mas, se olharmos que no Brasil o número de pessoas sem terra está na faixa de 4 milhões de famílias, isso não é nada. O que significa que, se fizermos um assentamento de 80 mil famílias por ano, levaríamos 50 anos para fazer a reforma agrária neste País, um período muito longo. É verdade que o recurso não é suficiente. Todavia, além do recurso, que é necessário, é preciso ter vontade política também. Neste aspecto, falta vontade política não só por parte Governo, mas do conjunto da sociedade. E podemos ajudar, cada pessoa um pouquinho, para, ao lado do Executivo, viabilizar o programa de reforma agrária. Faltam essas duas coisas. O que se precisa é de mais empenho nesses aspectos. Se a reforma agrária fosse feita hoje, ajudaria a cinco milhões de brasileiros, que estão no campo sofrendo por falta de terra e apoio para sobreviver. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Geraldo Cândido. Passo a palavra ao último inscrito, Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente Osmar Dias, Vice-Presidente, Senadora Heloisa Helena; Ministro Raul Jungmann, primeiramente, quero cumprimentá-lo e saudá-lo pelo esforço. Vejo em V. Ex^a – e até usaria as palavras do Senador Geraldo Cândido -, porque, mesmo eu sendo Parlamentar de Oposição, uma enorme vontade política e um grande empenho em minimizar o problema da reforma agrária em nosso País. V. Ex^a já explanou sobre as dificuldades que encontra à frente dessa Pasta, de tal forma que o Senador Pedro Simon brincava que, dificilmente, se convidado, aceitaria ser Ministro nessa área tão complicada e com tantos problemas para que o papel seja bem desempenhado.

Mas eu perguntaria a V. Ex^a sobre um assunto específico do meu Estado do Amapá. Até pouco tempo atrás, eu dizia, com muita satisfação, que o Amapá estava fora da relação dos Estados com conflitos agrários, sobretudo aqueles seguidos de morte. Recentemente, em novembro do ano passado, tivemos o primeiro episódio de assassinato, provavelmente encomendado por posseiros, contra uma líder de um acampamento no Município de Laranjal do Jari, que faz fronteira com o Estado do Pará e que é fruto do megaprojeto da Jari Celulose, implantado pelo americano Ludwig, em 1979.

Sr. Ministro, esse foi o primeiro conflito e a D. Maria de Nazaré foi a vítima. Estive nesse município

na semana passada e pude perceber que o clima é muito tenso na região. Existe um acampamento em área cedida pelo município. O prefeito apóia esse movimento, apesar de, primeiramente, contestar a invasão. No entanto, depois de perceber que era melhor apoiar o movimento e regularizar as terras, o prefeito passou a apoiar. Hoje, conversava com um Deputado do Amapá e fizemos a avaliação de que o próprio prefeito certamente está sob ameaça e poderá ser um dos alvos desse litígio na região. O Incra do Amapá está tentando uma nova área para implantação desse assentamento ou de outro, em terras que são de propriedade da Jari Celulose, mas que são terras penhoradas e onde, portanto, o processo de desapropriação seria muito longo e dificultoso.

Pergunto a V. Ex^a se já conhecia esse episódio, porque, até o momento, nenhuma providência, judicial, ou da polícia local ou da Polícia Federal, foi tomada para esclarecer definitivamente o assassinato. Estamos temerosos de que novos conflitos possam acontecer.

E desde já eu gostaria de pedir o apoio de V. Ex^a: que o Ministério da Reforma Agrária e o INCRA, de fato, ajudassem a prefeitura, que quer legalizar as terras e os lotes para os agricultores, e a apoiassem, com os programas disponíveis.

Por último, quero dizer que estou satisfeito com as respostas de V. Ex^a. Penso que os pontos de maior conflito já foram abordados, como a questão da própria descentralização, o problema das superintendências regionais do INCRA, os programas de apoio aos agricultores e a desapropriação das terras. Portanto, sinto-me satisfeito e não tenho nenhuma outra pergunta, a não ser sobre o caso específico do Amapá. V. Ex^a tem conhecimento disso?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Sr. Presidente, por motivo de emergência, não pude estar aqui e nem vou agora formular perguntas – porque seria um desrespeito.

Porém, gostaria de informar – acredito que V. Ex^a esteja a par – que a Comissão de Assuntos Econômicos, que poderá fazê-lo em colaboração com a Comissão de Assuntos Sociais, aprovou a realização de audiência pública, por indicação até de D. Tomás Balduino, da Pastoral da Terra, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, da ABRA – Associação Brasileira da Reforma Agrária -, da Contag e, ainda, por sugestão dos Senadores da CAE, do Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e

do Ministro Raul Jungmann. Foi ainda proposto pelo Senador Jonas Pinheiro que estejam presentes os secretários de Agricultura dos Estados que tenham instituído os programas Banco da Terra e Cédula da Terra.

De maneira que o debate que se travou hoje aqui terá mais uma rodada, e acredito que as duas comissões podem interagir. Muitos já tiveram informações bastantes importantes a respeito do programa, mas será uma oportunidade do contraditório. Em princípio, está marcada para abril, logo depois da Semana Santa. Eu queria deixar esta informação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço a V. Ex^a e, na próxima reunião, vou submeter ao Plenário da Comissão a proposta de fazermos com a CAE a audiência pública.

O SR. EDUARDO SUPLEY – Como autor do requerimento na CAE e como não-membro desta Comissão, posso dizer que essa idéia será bem-vinda por todos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Ministro Raul Jungmann, para responder às indagações feitas pelos quatro últimos Senadores e para fazer suas considerações finais.

O SR. RAUL JUNGSMANN – Muito obrigado. Senadora Marluce Pinto, gostaria de agradecer as palavras gentis a nosso respeito e ao apoio dado ao Programa Nacional de Reforma Agrária. V. Ex^a tem sido também participante de todo esse trabalho.

Com relação à participação da Caixa Econômica Federal, obviamente ela ocorrerá onde houver representação. Ela participará tanto na concessão do financiamento quanto, sobretudo, na fiscalização, o que inclusive já faz no caso de outros programas sociais, com grande propriedade.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Ministro, um aparte rápido. E onde não houvesse, o senhor conseguiria, aqui na Presidência da Caixa, a criação de agências móveis? Onde houvesse o programa, os funcionários da Caixa iriam até o local, nessas regiões difíceis.

O SR. MINISTRO RAUL JUNGSMANN – É exatamente isso. O que importa é dizer que vamos encontrar um mecanismo que possa atender onde há e não há, mas sobretudo é muito bem-vinda para o programa a parceria da Caixa Econômica Federal.

O Senador Jonas Pinheiro se diz o mais antigo em atividade. Se isso é uma confissão de idade, quero dizer que, na verdade, V. Ex^a não aparenta tudo o que diz. Considere-o e tome-o como um elogio.

O SR. JONAS PINHEIRO – A vida no campo remoja, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO RAUL JUNGSMANN – Sem qualquer sombra de dúvida.

Com relação à medida provisória de fronteira, tem sido um trabalho permanente e conjunto. Temos discutido esse assunto à exaustão, e acredito que tenhamos melhorado bastante com essa medida provisória.

No que se refere à questão da pequena e da média propriedade, se não for o INCRA, no caso, porque não tem relação com a possibilidade da desapropriação, alguém vai ter que revalidar. Por se tratar, em princípio, de terras da União ou públicas, se não formos nós, alguém vai ter que revalidar. Não sei se V. Ex^a me entende. Como, para efeito de reforma agrária, não tem nada a ver, tudo bem, porque ela não vai ser desapropriada. Até aí, nenhum problema, mas para que se reconheça a posse ou o direito, alguém deverá fazê-lo. Pode ser o Estado ou outro órgão. Estamos abertos para discutir sobre essa questão.

Com relação à questão que V. Ex^a coloca do Cédula da Terra e do Banco da Terra e sua relação com o BIRD, não é que necessariamente haja denúncias; há uma profunda discordância, por isso foi encaminhada ao Banco Mundial que, então, passou ao painel de inspeção, que se encontra em fase de instrução, com relação ao Cédula da Terra e ao Banco da Terra. O Banco Mundial ainda não tomou a decisão, que passará pelo **board** do Banco, para saber se vamos ou não ter o painel de inspeção.

Quanto à questão da promessa, considero que se refere ao rompimento de um trato que era privado. Mesmo assim, manterei esse trato e lhe darei a competente resposta, Sr. Senador, não em público, porque ela talvez não seja muito publicável, mas tudo bem. Seja o que Deus quiser.

Senador Geraldo Cândido, é um prazer conhecê-lo. Espero receber a sua visita muito em breve para podermos conversar. Gostaria apenas de fazer uma correção: o Procerá, no ano passado, teve 3 milhões, mas não estava no Orçamento, não tinha 37 milhões. Esse foi o drama. Brigamos muitíssimo por isso, porque não adianta distribuir terras sem distribuir educação. Estamos juntos com relação a isso. Teve 21 milhões. O programa vai passar por ajustes, porque as universidades estão levando uma fatia excessiva em termos de recursos, 20%, e fica muito caro. Vinte por cento de um projeto dariam para atender alguns milhares de famílias. Estamos negociando para baixar essa taxa de administração

e pretendemos, inclusive, articular com o Comunidade Solidária para expandir esse processo de atendimento.

Realmente, tomamos essa iniciativa porque sentimos uma carência muito grande em termos de políticas e isso temos discutido com lealdade e franqueza com o Ministério da Educação. É preciso ampliar muito a política, no que diz respeito à educação rural. Fizemos o primeiro censo nacional de reforma agrária nacional exatamente para constatar os problemas e verificamos que educação era o problema central a partir de então.

Quanto à questão do urbano(?), concordo com V. Ex^a. Entendo ser preciso atentar para essa migração que vai e vem, que vem do rural, passa pelo urbano e volta. É preciso compreensão com essa questão. Inclusive já tinha aqui me expressado.

Com referência à meta de que V. Ex^a falou, em relação à demanda, esse é um dos números mais polêmicos a respeito de qual é a demanda real. Sem querer contraditar o nobre Senador, lembro-me de que os números, a respeito da demanda real de reforma agrária, são os mais variáveis possíveis e imagináveis. Se todos estivessem de acordo, por exemplo, que são quatro milhões, para não parecer qualquer tipo de discordância, seria até mais fácil. O fato é que contamos com pesquisadores do mais alto nível, como a Sônia Bergamasco, da Unicamp, que fizeram um trabalho primoroso – inclusive vou editá-lo e passá-lo a V. Ex^{as} -, com método fatorial, análise regressiva, com uma infinidade de variáveis – temos um grosso compêndio -, e chega a mais ou menos dois milhões, e afirma que essa demanda cai. Ou seja, quando projetamos para 2003, ela cai de forma significativa, porque, claro, há um processo de redução da população rural. Já o José Graziano, excelente acadêmico, um homem muito preocupado com a reforma agrária, fixa em mais ou menos três milhões. O MST pode falar em sete milhões. É um número efetivamente polêmico, o que não quer dizer coisas diferentes. Entendemos que, em condições fiscais atuais, estamos fazendo um número significativo. Em termos de passado, é incomparável o que estamos fazendo, mas resta muitíssimo a ser feito. Nisso estamos juntos também. É preciso fazer muito mais em termos de reforma agrária.

Com relação à interpelação que nos foi feita de maneira extraordinariamente amável e amigável pelo Senador Sebastião Rocha – e gostaria, mais uma vez, de agradecer a S. Ex^a por expressar todo um clima de atenção e de muita generosidade em relação a minha pessoa -, sinto dizer-lhe que não tenho as informações com relação ao que S. Ex^a colocou.

Mas, desde já, o convido para conversarmos a esse respeito amanhã, se possível, por telefone. Gostaria também de receber a sua visita, ilustre Senador, não só para discutirmos esse problema, mas outros mais de seu Estado, a fim de encaminhá-los encontrando as saídas possíveis. Desde já, compro o problema e procurarei, até amanhã, dar-lhe uma resposta.

Por fim, embora S. Ex^a não me tenha feito perguntas, não posso deixar passar em branco a presença do Senador Eduardo Suplicy, já que somos admiradores do seu trabalho, da sua dedicação e, sobretudo, de sua preocupação no que diz respeito à reforma agrária.

Nobre Senador, o debate é bem-vindo e necessário. Tenho certeza de que boa parte das divergências e diferenças que existem a respeito desses dois programas, como também das dúvidas, podem ser sanadas através de um processo de debate. Esta Casa, mais do que qualquer outra, com a participação de V. Ex^a e dos demais Senadores, me ajudará a dirimi-las. Seja bem-vindo. Espero que, da próxima vez, V. Ex^a permaneça todo o tempo conosco, o que, para nós, é motivo de alegria.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Sr. Presidente, peço a palavra, se V. Ex^a me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – No ano passado apresentei um requerimento sobre a evolução da estrutura fundiária desde o mapa de 1996, referente ao ano de 1992. Na medida em que tantas pessoas deixaram o campo, conforme o Senador Osmar Dias tantas vezes tem dito, e havendo processos de assentamentos, seria muito importante conhecermos qual o resultado dessa evolução. Que essa resposta fique para a próxima audiência.

O SR. RAUL JULGMANN - Ao despedir-me, gostaria de agradecer muitíssimo estes momentos de trabalho compartilhado.

Reitero, Senador, três coisas...

O SR. PEDRO SIMON – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. RAUL JULGMANN – Nobre Senador, esse interesse atesta o espírito público, a dedicação, a boa vontade e, sobretudo, o comprometimento desta Casa e de V. Ex^{as}, motivo pelo qual os agradecimentos não são meus, mas de todos os que não têm terra, dos que têm pouca terra e dos excluídos da terra neste Brasil.

A todos, o meu muito obrigado. Espero voltar o mais rapidamente possível a esta Casa. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de encerramos, peço a atenção de todos.

Não poderia deixar de, em nome da Comissão, em nome dos Senadores que aqui permaneceram das 17h10 até agora, 21h10 – portanto, quatro horas -, com a sua presença, sobretudo porque V. Exª foi muito generoso e gentil com esta Comissão por várias razões. Primeiramente, apesar de o convite lhe ter sido feito na sexta-feira, o Ministro aceitou comparecer à reunião na quarta-feira seguinte. A reunião seria realizada pela manhã, mas o Ministro aceitou que seu horário fosse mudado para o período da tarde. Ademais, S. Exª tinha um compromisso às 20 horas e concordou em atender todos os Srs. Senadores. Aqui, 18 Senadores fizeram perguntas, e nenhum deles foi interrompido. Todos tiveram tempo suficiente para fazer suas indagações, e o Ministro os ouviu pacientemente.

Sr. Ministro, em nome desta Comissão, posso dizer que V. Exª abriu, com brilhantismo, esta série de audiências públicas que realizaremos. Não só somos profundamente gratos a V. Exª, mas, sobretudo, queremos nos colocar à disposição. Nesta Comissão, V. Exª recebeu elogios tanto dos que se opõem ao Governo, quanto daqueles que o apóiam, o que é, no meu entendimento – pelo menos no período em que estou aqui -, um fato inédito. Meus parabéns!

O SR. RAUL JUNGSMANN – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, quero dizer que isso, pelo contrário, só agrega meu débito com esta Comissão. Todo esse trabalho feito não me traz qualquer crédito, mas, sim, um débito com todos os Parlamentares que aqui ficaram neste debate. Dessa forma, mais uma vez, agradeço a V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Parabéns pela disposição de V. Exª!

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 21h11min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Criada através do Requerimento Nº 118, de 1999-SF "Destinada a apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, fatos do conhecimento do Congresso Nacional, e outros divulgados pela imprensa, contendo denúncias concretas a respeito da existência de irregularidades praticadas por integrantes de Tribunais Superiores, de Tribunais Regionais, e de Tribunais de Justiça".

Ata da 1ª Reunião de Instalação Realizada em 8 de abril de 1999.

Aos oito dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e noventa e nove, às dez horas e quinze minutos, na sala 03 da ala Senador Alexandre Costa, reúnem-se os Senhores Senadores Paulo Souto, Geraldo Althoff, José Agripino, Ramez Tebet, Gerson Camata, Ney Suassuna, Maguito Vilela, Geraldo Melo, Carlos Wilson, Jefferson Peres, José Eduardo Dutra, Djalma Bessa, Rubens Moreira Mendes e Luzia Toledo, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito "destinada a apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, fatos do conhecimento do Congresso Nacional, e outros divulgados pela imprensa, contendo denúncias concretas a respeito da existência de irregularidades praticadas por integrantes de Tribunais Superiores, de Tribunais Regionais, e de Tribunais de Justiça", presentes também os Senhores Senadores: Antonio Carlos Magalhães, Marluce Pinto, Marina Silva, Jader Barbalho, Sérgio Machado, Luiz Estevão, João Alberto, Gilberto Mestrinho, Romeu Tuma, Deputada Zulaie Cobra. De acordo com os preceitos regimentais, assumiu a presidência eventualmente, o Senador Jefferson Peres, que declara aberta a reunião de Instalação da CPI, e procede a eleição do Presidente e Vice-Presidente, convocando os Senhores Senadores: Ney Suassuna e José Eduardo Dutra, para funcionarem como escrutinadores, procedida a apuração, a mesma apresentou o seguinte resultado: Senador Ramez Tebet para Presidente e Senador Carlos Wilson para Vice-Presidente, ambos com 10 votos cada. Assumindo a Presidência, Sua Excelência, Senador Ramez Tebet informa e designa o Senhor Senador Paulo Souto para ser o Relator da Comissão. O Presidente, de posse da palavra, agradece a honra que lhe foi conferida, em seu nome e em nome do Senador Carlos Wilson, discorrendo aos membros e presentes a proposta e a destinação da CPI recém instalada. Ainda fizeram uso da palavra, o Senador Antonio Carlos Magalhães, o Senador José Eduardo Dutra e o Senador Maguito Vilela. O Presidente encerra a reunião de Instalação às 10:45 minutos, solicitando aos Senadores Membros da CPI a permanência no recinto para realização de uma reunião reservada, para discussão do plano de trabalho. Não havendo nada mais a tratar, encerrou-se a reunião e, para constar, eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento

to taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Na qualidade de Presidente, declaro aberta a reunião de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 118, de 1999, destinada a apurar, no prazo de 120 dias, fatos do conhecimento do Congresso Nacional e outros divulgados pela imprensa contendo denúncias concretas a respeito da existência de irregularidades praticadas por integrantes de tribunais superiores, tribunais regionais e tribunais de justiça.

Esta reunião tem o fim específico de escolher o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator da mencionada CPI. Designo como escrutinadores os Senadores José Eduardo Dutra e Ney Suassuna. Procederei à chamada. Pelo PFL, os Senadores Paulo Souto, Geraldo Althoff e José Agripino. Pelo PMDB, os Senadores Ramez Tebet, Gerson Camata – por S. Ex^a, que está ausente, poderá votar o Senador Ney Suassuna – e Maguito Vilela. Pelo PSDB, os Senadores Geraldo Melo e Carlos Wilson. Pelo Bloco da Oposição, os Senadores Jefferson Péres e José Eduardo Dutra. (Pausa)

Compareceram 10 votantes, tendo faltado um titular. O Senador Ramez Tebet obteve 10 votos para Presidente e o Senador Carlos Wilson, igualmente, 10 votos para Vice-Presidente. Convido ambos a tomarem assento à Mesa e passarem a presidir a sessão.

O SR. RAMEZ TEBET – Sr. Presidente do Senado da República, Senador Antonio Carlos Magalhães; Sr. Senador Carlos Wilson, em cujo nome e por sua delegação também falo; Srs. Senadores que compõem a Comissão Parlamentar de Inquérito; senhores da imprensa; minhas senhoras e meus senhores: as primeiras palavras são de agradecimento pela confiança que em nós está sendo depositada, confiança que buscaremos honrar e dignificar não em nosso nome pessoal, mas em nome do Poder Legislativo.

Entendo, assim como todos nós, que a mais bela construção democrática que existe é a independência e a harmonia dos Poderes. Isso pressupõe que cada um trabalhe dentro das suas atribuições e demonstra que ninguém é intocável, que ninguém está acima do bem e do mal. Portanto, esta Comissão vai analisar fatos determinados e concretos. Com toda certeza vai fazê-lo com serenidade, equilíbrio, mas também com firmeza. Esta Comissão não pode ter receio de um possível conflito entre os Poderes, porque não nasceu para brigar, mas para

construir, para defender a cidadania do povo brasileiro – e, quando falamos em cidadania, estamos nos referindo à melhoria da qualidade de vida da nossa população e da nossa gente. Em um regime absolutamente democrático, é preciso que haja o fortalecimento desses três Poderes. Todos eles agem dentro de suas atribuições e procuram cumprir a sua missão, de tal sorte que a instalação de uma CPI é obrigação precípua do Poder Legislativo.

A sociedade brasileira, entendo eu, está em transformação, está passando por momentos em que exige uma atuação maior de todos os seus Poderes: do Legislativo, do Executivo e do Judiciário. O Poder Legislativo e o Poder Executivo são renováveis temporariamente e o Poder Judiciário, se não é renovável pelo voto popular, dadas as suas atribuições específicas, contribui e deve contribuir efetivamente para o exercício de uma democracia que conduza a uma boa qualidade de vida do nosso povo e da nossa gente. No estado democrático é absolutamente imprescindível não só que haja eleições livres e democráticas, mas também que haja juízes livres e limpos, juízes sujeitos à lei. Ninguém pode se sobrepor à lei e – volto a repetir – ninguém está acima do bem e do mal. A democracia é um sistema, por conseguinte, de pesos e contrapesos; e é nessa medida e nessa proporção que o Poder Legislativo está agindo e que esta CPI está instalada aqui.

Como seu Presidente, vou procurar cumprir a legislação, volto a repetir, com serenidade, mas com toda firmeza, para que possamos, se possível dentro do prazo de 120 dias, chegar a bom termo e apresentar resultados satisfatórios à sociedade brasileira. Todos temos que cumprir a nossa missão: resultados satisfatórios à sociedade brasileira. Isso significa o quê? Significa que, se existirem irregularidades, serão remetidas ao Poder competente, serão remetidas ao Ministério Público. As opiniões e o que surgir aqui que possa ser efetivamente aproveitado, como tenho certeza de que o será, será em benefício da reforma do Poder Judiciário. É preciso reformar as instituições. Ninguém tem dúvida de que esse é o anseio da população brasileira. Aqui se aguarda que cumpramos a nossa missão de promover a tão indispensável reforma política, a reforma tributária, que ainda não foram feitas, e a reforma do Poder Judiciário, que é também um instrumento – volto a repetir – indispensável para o pleno exercício da nossa cidadania.

Sr. Presidente do Congresso Nacional, Srs. Membros desta Comissão, é com esse espírito que vamos trabalhar. Tenho aqui ao meu lado o Senador

Carlos Wilson, que, com toda a certeza, vai prestar uma grande colaboração à esta Presidência. A relatoria estará confiada ao eminente Senador Paulo Souto. Tenho certeza de que todos haveremos de realizar o trabalho que a sociedade nos está a exigir.

Li nos jomais hoje as sábias palavras do Presidente do Supremo Tribunal Federal. Esta CPI não é um poder inquisitório. Esta CPI existe para cumprir a sua missão de apurar fatos determinados, e esses fatos determinados serão apurados com toda a clareza, com toda a liquidez, com toda a independência que deve caracterizar o trabalho do Poder Legislativo. Nisso confio plenamente e, para ajudar nesses trabalhos, como peça indispensável e fundamental, teremos na relatoria o Senador Paulo Souto, a quem, com muita honra e satisfação, convido para tomar assento, junto conosco, à Mesa que vai presidir os nossos trabalhos.

Esta CPI espera contar com a sempre necessária e indispensável colaboração da imprensa. Volto a afirmar alguma coisa da minha vida aos senhores: venho também do exercício da advocacia, bem como do exercício do Ministério Público. Baseado nessa experiência que tenho, procurarei contribuir para suprir as falhas culturais que por acaso possam existir dentro de nós, que serão, com toda a certeza, supridas por aquele sentimento em que todos estamos envolvidos: o de contribuir para uma sociedade que seja cada vez mais democrática, justa e solidária.

É com esse espírito que estamos trabalhando aqui e não com um espírito de guerra e de animosidade entre os Poderes. Volto a afirmar que estamos dispostos a cumprir a lei e a fazer a afirmativa de que os próprios juízes são os maiores interessados em que se apurem fatos e o procedimento do Poder Judiciário. É o que espero sinceramente. É o que canta o meu coração, o meu sentimento de brasilidade.

Muito obrigado a V. Ex^{as}. Está instalada esta Comissão.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente do Senado Federal, Sr. Presidente da Comissão, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Casa conhece e acompanhou a minha opinião a respeito desta CPI, seja por meio de pronunciamento no plenário do Senado, seja por meio de apartes ao Senador Antonio Carlos Magalhães,

quando S. Ex^a proferiu seu discurso, apresentando o requerimento. A Casa também tem conhecimento de que os Senadores do Bloco de Oposição não assinaram o requerimento da CPI. Porém, esse é um fato superado, não está em discussão. A Casa conhece os motivos pelos quais fizemos ponderações a respeito da CPI.

A CPI está instalada e, como anunciamos de antemão, o Bloco de Oposição indicou os seus membros. Eu e o Senador Jefferson Péres estaremos aqui para cumprir as nossas obrigações constitucionais e regimentais. Particularmente, continuo com algumas preocupações em relação à CPI, especialmente em relação à possibilidade de conflitos institucionais. Mas confesso que me sinto, em parte, tranqüilizado no tocante pela indicação do Presidente da Comissão: nosso colega Senador Ramez Tebet, com quem convivo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desde a Legislatura passada, e que conheço pela sua ponderação, pela sua moderação e principalmente pelo fato de ser um homem que, antes de ser Senador, tem sua formação e origem, e, posso dizer, até seu caráter e personalidade moldados no estudo do Direito e no meio que permeia a instalação da CPI. Isso me dá uma certa tranqüilidade, pois ameniza os temores que temos da possibilidade de um conflito institucional.

Acredito que o ponto mais importante da CPI será, não a reunião de hoje, mas a primeira reunião de trabalho, em que vamos estabelecer o plano de trabalho, os próprios limites, as limitações ou barreiras constitucionais que vão contornar a CPI.

Como já disse, nós, da Oposição, vamos procurar fazer todo o possível para que a CPI tenha êxito. Esperamos que, se pelo menos a CPI der contribuições importantes para um ponto que é consensual entre nós, qual seja, a necessidade de reforma do Judiciário, que, sem dúvida alguma, é o Poder menos transparente da República brasileira, a Comissão estará cumprindo uma grande tarefa.

Parabenizo o Presidente, Senador Ramez Tebet; o Vice-Presidente, Carlos Wilson; o Relator, Senador Paulo Souto. Além de estar tranqüilizado com a indicação do Presidente, fico feliz em saber que vou ter um colega geólogo na Relatoria da Comissão. Poderemos até fazer um mapeamento do Poder Judiciário. Muito obrigado. Parabenizo V. Ex^a, Senador Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A palavra continua livre.

Concedo a palavra ao ilustre Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES –

Sr. Presidente, cumpri a minha parte. Desde 15 de março de 1995, tratei deste assunto como um dos mais importantes da vida nacional. Há poucos dias, fiz um discurso e apresentei um requerimento, com a assinatura de 54 Senadores, que possibilitou a instalação hoje desta CPI.

Devo dizer que espero freqüentar, não como Presidente do Senado, mas nas Bancadas, na medida da possibilidade, esta Comissão Parlamentar de Inquérito, com o intuito de colaborar com V. Ex.^a, cujo discurso inicial já merece, acredito, a aprovação total da Comissão e do próprio Senado.

V. Ex.^a abordou, com a competência que lhe é habitual, os pontos principais que serão delineados em futuro próximo, para que a CPI alcance o seu resultado, com equilíbrio, mas também com energia, fazendo cumprir a lei, que, acima de tudo, é o que nos governa.

V. Ex.^a salientou também – e eu não queria deixar de fazê-lo neste instante, por uma questão de justiça – as palavras do Presidente do Supremo Tribunal Federal, constante colaborador do Poder Judiciário, mas acreditando que o Poder Judiciário não é intocável e que temos poderes no Legislativo para fiscalizá-lo e, inclusive, para fazer funcionar uma CPI, dentro, é claro, do equilíbrio que as instituições exigem, o que já foi muito bem salientado por V. Ex.^a.

V. Ex.^a foi advogado – acredito que ainda o seja –, militou, senão na magistratura propriamente dita, no Ministério Público. E, mais do que nunca, a função de um membro do Ministério Público é necessária nesta CPI. Devemos apurar os fatos existentes e determinados e aqueles afins, por ser jurisprudência já existente no próprio Supremo Tribunal Federal, e devemos fazê-lo sem qualquer preconceito de ferir esta ou aquela pessoa e muito menos o Poder Judiciário, mas com coragem e determinação.

A presença de V. Ex.^a na Presidência, a do Senador Carlos Wilson na vice-Presidência, e a do Senador Paulo Souto na Relatoria, são uma segurança absoluta para que esse desiderato seja alcançado.

Quero dizer a V. Ex.^a que, a partir de agora, serei colaborador. Fiz tudo o que podia para que esta CPI se realizasse, o que de fato aconteceu graças ao entendimento com os líderes, em particular, com o Senador Jader Barbalho. Tudo indica que alcançaremos êxito absoluto neste trabalho, mas é importante lembrar que 87% das pessoas que sabem da existência desta CPI confiam na atuação do Legislativo para coibir abusos e propiciar – também será ta-

refa nossa – uma legislação apropriada para que o Judiciário funcione cada vez melhor.

Sabemos que a maioria dos juízes merece nosso respeito, pela dignidade com que exercem suas funções. Mas há uma grande parte que não merece nosso respeito, daí porque teremos oportunidade, com tranqüilidade, de fazer sentir à sociedade que o Poder Legislativo cresce aos seus olhos na medida em que cumpre seus deveres.

Estou muito feliz com a presença de V. Ex.^a na Presidência e, mais do que com sua presença, estou feliz com seu discurso inicial nesta Casa porque demonstrou equilíbrio e determinação, como espero que haja nos trabalhos da CPI.

A minha primeira intervenção, neste instante, é para congratular-me com V. Ex.^a e com seus companheiros que irão ajudá-lo nessa tarefa. Sei que o Senado sairá engrandecido desta CPI e, aos olhos do Brasil, terá cumprido seus deveres.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Gostaria de registrar a presença do Líder da Bancada do PMDB e Presidente do Partido, Senador Jader Barbalho, que acaba de chegar.

Tem a palavra o Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA - Sr. Presidente; Sr. Vice-Presidente; Sr. Relator; Sr. Presidente do Senado Federal; Sr. Líder do meu Partido; Sr.^{as} e Srs. Senadores, espero mais uma vez prestar relevantes serviços à Nação brasileira, como Senador integrante desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Venho das lides forenses. Advoguei durante oito anos na minha cidade e tive o prazer, durante esse período, de advogar para os pobres. Talvez, nos oito anos em que exerci a advocacia em Goiás, nenhum outro advogado tenha atuado mais nas causas dativas do que eu.

Lembro-me de que cheguei a Jataí e havia um número muito grande de pobres, humildes, presos precisavam de socorro da Justiça. Às vezes, em cada temporada de seis ou oito júris, eu fazia cinco ou sete, porque as pessoas não tinham dinheiro para pagar a Justiça, e os advogados não aceitavam nomeações. Os juízes com quem trabalhei estão vivos, muitos deles são Desembargadores em Goiás ou representantes do Ministério Público.

Encontrei muita coisa extremamente agradável no Poder Judiciário, no Ministério Público. Mas também, durante os oito anos de advocacia, fiquei estarecido com certos atos do Poder Judiciário. Sempre lutei com muito idealismo para que pudéssemos

modernizá-lo e agilizá-lo, para que prestasse melhor serviço, principalmente à classe mais pobre.

De advogado, passei a Vereador, Deputado Estadual, Vice-Governador, Governador, Deputado Federal Constituinte e, agora, Senador da República. Como Governador, Sr. Presidente, reduzi drasticamente os gastos do Poder Judiciário do meu Estado, dos Tribunais de Contas e do próprio Poder Executivo. Aliás, a redução de gastos deu-se primeiramente no Poder Executivo, tendo reduzido à metade os gastos com segurança no Palácio das Esmeraldas. Reduzi todos os gastos possíveis no Poder Executivo e, depois, fiz o mesmo no Poder Judiciário, nos Tribunais de Contas do meu Estado e na Assembleia Legislativa. Confesso que tive o respaldo do Poder Judiciário, que foi correto com o meu Governo, reduzindo drasticamente seus gastos, sinal de que, antes, gastavam além do necessário.

Trabalharei com todo afinco para que esta CPI chegue a bom termo. V. Ex^a referiu-se à harmonia e independência que deve existir entre os Poderes, mas, acima de tudo, todos eles devem agir com muita responsabilidade. E o Poder Legislativo brasileiro demonstra ter essa responsabilidade, ao verificar fatos já denunciados, determinados, que precisam ser fiscalizados. Caso contrário, o Poder Legislativo ficaria com uma imagem ruim perante a Nação. Nosso papel constitucional é o de fiscalizar. Temos o poder, por intermédio da CPI, de fiscalizar, verificar e remeter as conclusões a quem tem condições de julgar. Não julgaremos os fatos, mas vamos fiscalizá-los, detectá-los, apreciá-los.

Feito isso, naturalmente, o desfecho final não caberá à CPI, mas a responsabilidade constitucional do Poder Legislativo realizar-se-á. Será importante esse trabalho para a Nação e para o povo brasileiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma nota em um jornal de hoje chamou-me a atenção. Diz ela: "Entre os integrantes da CPI indicados pelo PMDB, está o Senador Maguito Vilela, suspeito de ter participado de um dos casos lá em Goiás, da famosa Caixego." Quero tranquilizá-los. Se eu tivesse qualquer receio, qualquer peso na consciência, qualquer dúvida, não teria pedido ao meu Líder para indicar-me para membro desta CPI. Estou extremamente tranquilo. Em momento algum, a minha aventada participação prejudicará nossos trabalhos. Se eu tivesse qualquer problema, não teria pedido para participar desta Comissão. Particparei com a maior lisura, honestidade, seriedade e, acima de tudo, idealismo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Registro, com satisfação, a presença do Líder Sérgio Machado e também da Senadora Marina Silva.

Continua livre a palavra.

Como ninguém mais deseja fazer uso dela, encerramos este momento de trabalho que representou a instalação oficial desta CPI.

Peço, todavia, que permaneçam na sala tão somente os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, na medida em que, junto com o Relator, ordenaremos o roteiro dos nossos trabalhos.

Também comunico à Casa que existe um requerimento do Senador José Eduardo Dutra, vazado nos seguintes termos:

"Sr. Presidente, requeiro, nos termos regimentais, sejam oferecidas aos membros desta Comissão cópias de inteiro teor do Requerimento nº 118, de 1999, ensejador desta CPI, bem como a documentação a ele anexada."

Evidentemente, V. Ex^a será atendido, porque é óbvio que todos precisam conhecer não só o teor desse requerimento – que, parece-me, está publicado –, mas a documentação a ele anexada, que naturalmente será bem ordenada pelo Relator dos trabalhos, o Senador Paulo Souto.

Assim, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 10h47min.)

Ata da 2ª Reunião Realizada em 14 de abril de 1999.

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e noventa e nove, às dezoito horas e quinze minutos, na sala 02 da ala Senador Nilo Coelho, reúnem-se os Senhores Senadores: Ramez Tebet, Geraldo Althoff, Paulo Souto, Ney Suassuna, Gerson Camata, Maguito Vilela, Carlos Wilson, Jefferson Peres, José Eduardo Dutra, Djalma Bessa e Pedro Simon membros da Comissão Parlamentar de Inquérito "destinada a apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, fatos do conhecimento do Congresso Nacional, e outros divulgados pela imprensa, contendo denúncias concretas a respeito da existência de irregularidades praticadas por integrantes de Tribunais Superiores, de Tribunais Regionais, e de Tribunais de Justiça", presentes também os Senhores Senadores: Antonio Carlos Magalhães, Cassildo Maldaner e outros. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Ramez Tebet, declara abertos os trabalhos. O Presidente concede a pala-

vra ao Senhor Relator que, apresenta aos membros e demais participantes, a "Proposta de Plano de Trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito originada do Requerimento nº 118, de 1999", lendo-o, de forma a partir do mesmo determinar os trabalhos a serem desenvolvidos e documentos a serem requeridos dos órgãos afeitos à proposição da presente CPI. O Plano de Trabalho, após lido e aprovado, foi distribuído aos Senadores Membros. Colocado em votação a solicitação de comparecimento à CPI, da Dra. Flora Valladares Coelho, a mesma é aprovada, com voto contrário do Senador José Eduardo Dutra. A Presidência determina a Secretaria que seja oficiado aos Senhores: Dr. Paulo de Tarso de Oliveira – TCU, Dr. Antonio de Pádua Pereira Leite – TRT/PB e a Dra. Flora Valladares Coelho – Presidente do BASA, solicitando a presença dos mesmos nas próximas reuniões da Comissão, a realizar-se respectivamente nos dias 19 e 20 de abril do corrente. Fizem uso da palavra, o Senador Antonio Carlos Magalhães, o Senador José Eduardo Dutra e outros. O Presidente encerra a reunião. Não havendo nada mais a tratar, encerrou-se a reunião e, para constar, eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet.) – Ss Senadores, há número legal.

Na qualidade de Presidente, declaro aberta a segunda reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada por intermédio do Requerimento nº 118, de 1999, do Senado Federal, destinada a apurar, no prazo de 120 dias, fatos do conhecimento do Congresso Nacional e outros divulgados pela imprensa, contendo denúncias concretas a respeito da existência de irregularidades praticadas por integrantes de Tribunais Superiores, de Tribunais Regionais e de Tribunais de Justiça.

Vejo, adentrando o nosso Plenário, o Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães, a quem peço que ocupe a Mesa, para nossa honra.

O Presidente prefere sentar-se ao lado dos demais senhores Senadores no Plenário. É um direito que lhe assiste.

A Mesa está composta pelo Vice-Presidente e pelo Relator. Não há Expediente a ser lido, mas Ata que se refere à reunião anterior.

Consulto os membros da Comissão se desejam a leitura da Ata ou se a consideram como lida.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet.) – O pedido de V. Exª será submetido à consideração do Plenário. (Pausa.)

Não havendo quem queira se pronunciar, dou como aceito o requerimento de V. Exª.

Em votação a Ata da reunião anterior.

Aprovada.

Informo que estão abertas as inscrições dos senhores membros que desejarem se pronunciar.

O primeiro inscrito é o Senador Jefferson Péres.

Com a palavra o eminente Relator, Senador Paulo Souto.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, Srs. Senadores componentes desta Comissão Parlamentar de Inquérito, gostaria inicialmente de passar algumas informações de natureza prática. A Assessoria desta Comissão centralizará os seus trabalhos na sala 19 da Ala Alexandre Costa, onde ficará a documentação que poderá, naturalmente, ser consultada pelos senhores Senadores. A Assessoria já foi designada oficialmente e, à medida que for necessário, poderemos colocar um maior número de pessoas para que os trabalhos prossigam com a velocidade que todos desejamos.

Srs. Senadores, a primeira fase dos trabalhos da Comissão deverá constar da investigação referente aos cinco itens elencados no requerimento que a originou. Esses trabalhos deverão desenvolver-se simultaneamente em relação a esses itens, visando, sobretudo, coletar o maior número de informações possíveis e necessárias ao seu esclarecimento, permitindo programar com eficácia o desdobramento de todas as investigações.

Embora naturalmente sujeita a adaptações sugeridas no desenrolar dos trabalhos, será adotada a seguinte metodologia para cada um dos itens constantes do requerimento de criação desta Comissão: requisição de informações, relatórios e quaisquer outros documentos considerados necessários, efetuação das diligências, tomada de depoimentos e inquirição de testemunhas. Após essas fases, que compõem o inquérito propriamente dito, proceder-se-á ao exame de todo o material colhido, com o objetivo de subsidiar a elaboração do relatório a ser submetido à apreciação do Plenário desta Comissão.

As conclusões do relatório aprovado pela Comissão deverão, se for o caso, ser encaminhadas

aos órgãos competentes, Ministério Público, Corregedorias, etc., para os fins cabíveis.

Sendo provável que, durante os trabalhos, surjam sugestões com o objetivo de corrigir problemas aflorados, a Comissão poderá, a título de colaboração, apresentar propostas de emenda à Constituição, projetos de lei ou quaisquer outros instrumentos destinados a corrigir irregularidades ou a melhorar a prestação dos serviços judiciários.

Por outro lado, tendo em vista o caráter bastante específico de cada um dos itens abordados, se for conveniente, os relatórios individualizados para cada um deles serão elaborados e remetidos separadamente para as providências das autoridades competentes.

Queremos ainda informar aos senhores que, além das centenas de denúncias que já se encontram em poder desta Comissão, embora não elencadas no Requerimento n.º 118/99, outras, as mais diversas, não cessam de chegar a esta Casa, arrolando alegadas irregularidades envolvendo órgãos do Poder Judiciário. Essas informações estão sendo catalogadas e analisadas pela nossa assessoria e, à medida que forem sendo concluídas essas análises, proporemos aqui as providências necessárias à investigação dos fatos a ela relacionados.

Será também colocada à disposição dos membros da Comissão um catálogo dessas denúncias que estão chegando, naturalmente com um resumo de cada uma delas, até que se processe o exame inicial pela assessoria da Comissão.

Passando a tratar especificamente dos fatos constantes do requerimento que originou esta Comissão, optei por apresentar um resumo, porque sei que são casos que ainda não são do conhecimento dos membros da Comissão. Vai ser uma primeira aproximação que os senhores tomarão com cada um dos itens do requerimento.

Licitação e contratação de obras e serviços sem observância das normas legais, tais como a construção do edifício-sede das Juntas de Conciliação e Julgamento da cidade de São Paulo. Quanto a esse primeiro item, estamos propondo o seguinte: requisição, para exame, do Edital de Licitação n.º 1/92, do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, com sede na cidade de São Paulo, cujo objeto foi a aquisição de imóvel adequado para a instalação de, no mínimo, setenta e nove Juntas de Conciliação e Julgamento, permitindo uma ampliação para instalação posterior de, no mínimo, mais trinta e duas Juntas, como segue.

Quanto a este primeiro ponto, acho interessante que essa é uma licitação – o que não é absolutamente uma coisa usual, não estou fazendo aqui nenhum juízo de valor –, que permitiria ser abordada de quatro formas diferentes, ou seja, os licitantes poderiam apresentar um imóvel construído pronto, novo ou usado, ou um imóvel em construção, independente do estágio das obras, naturalmente os dois com projetos de adaptação para as necessidades do projeto. Ou um terreno com projeto aprovado, que deverá acompanhar projeto de adaptação. Ou um terreno com projeto elaborado especificadamente para instalação das Juntas.

Ou seja, vê-se que à primeira vista seria uma licitação cujo julgamento seria extremamente difícil, porque cada um dos licitantes poderia entrar, por exemplo, com uma dessas modalidades.

O exame desse caso deverá se deter especialmente nos aspectos referentes à legalidade, à necessidade e à economicidade. Para tanto, estamos propondo também: requisição, para exame, do parecer que embasou a adjudicação à Encal Incorporações S/A (?), do objeto da concorrência; a requisição, para exame, dos pareceres sobre os recursos interpostos à decisão da Comissão de Licitação; requisição, para exame, da escritura de compra e venda celebrada entre a Encal Incorporações S/A (?) e o Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região.

Vejam que o objeto não é um contrato de prestação de serviços, mas é uma escritura de compra e venda.

Requisição para exame dos relatórios de inspeção ordinária e outros relatórios feitos pelo Tribunal de Contas da União; requisição, para exame, dos relatórios e outras manifestações da Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União em São Paulo; requisição, para exame, ao Tribunal Regional do Trabalho em questão de um detalhado relatório sobre a evolução do estado físico das obras e o seu nível atual de execução, cronograma de recursos financeiros já liberados e relacionados aos estágios de execução física e previsão de recursos para a conclusão e quaisquer outros elementos julgados importantes na avaliação da execução dessas obras; requisição, para exame – isso é importante –, do inquérito aberto pelo Ministério Público em São Paulo, com o objetivo de investigar suspeitas de superfaturamento do que resultou o pedido do Ministério Público à Justiça Federal da quebra do sigilo bancário e indisponibilidade de bens de juizes do TRT e da Encal Incorporações e seus sócios.

Posteriormente ao exame dessa documentação ou paralelamente, se for julgado conveniente, poderão ser convidadas ou convocadas pessoas que possam prestar depoimentos tanto para esclarecer dúvidas surgidas dos elementos anteriores quanto para acrescentar elementos. Da mesma forma, poderão ser programadas visitas aos diversos órgãos envolvidos com a questão, sendo evidente a necessidade de que alguns membros da Comissão visitem a obra, objeto da investigação.

Pretende-se, por fim, à luz dos elementos colhidos, subsidiar a elaboração do relatório final e o seu encaminhamento aos órgãos competentes para o exame das providências propostas.

Entre a documentação que já está em poder da Comissão, figura um relatório de inspeção do Tribunal de Contas. Nesse relatório, naturalmente estão arroladas algumas opiniões da Secex*, de São Paulo, da auditoria do Tribunal de Contas em Brasília.

Vou passar rapidamente algumas opiniões que foram dadas pela Secex, de São Paulo, quando convocada dentro do relatório do Tribunal de Contas.

No exame inicial, ela determinou a suspensão imediata de pagamento à Encol Incorporações, empresa que não participou da concorrência e que, no entanto, foi contratada pelo órgão para a construção do foro trabalhista da cidade de São Paulo.

Proposições feitas pela Secex no primeiro exame pelo Tribunal de Contas: providências para a anulação da concorrência 01/92 e da escritura de compromisso de compra e venda; devolução ao Tesouro Nacional, pelos responsáveis, dos valores indevidamente pagos anteriormente à assinatura do contrato, contrariando o § 2º do art. 51 do Decreto nº 2.300; encaminhamento à ICI São Paulo do processo de consulta feita ao Departamento de Patrimônio da União sobre a disponibilidade de terreno; encaminhamento das justificativas ante a possibilidade de aplicação de multa quando da ocorrência das seguintes irregularidades: julgamento e decisão da própria Comissão de Licitação relativamente aos recursos interpostos por outros concorrentes; inexistência prévia de projeto básico; alterações do projeto básico; adjudicação de licitação à empresa que não detinha àquela época a propriedade do terreno; falta de inclusão do investimento no plano plurianual; fixação de pagamento de entrada na data de assinatura do contrato sem a correspondente contraprestação de serviços; habilitação indevida da Encol, infringindo as alíneas a, b e outras de diversos artigos e parágrafos do Decreto-Lei nº 2.300; adjudicação da concorrência e celebração do contrato com a Encol In-

corporações. Terceiro estranho procedimento: alteração da minuta do contrato em desacordo com as hipóteses previstas, etc.

Enfim, não vou ler todas, mas quero dizer que a Secex, posteriormente, reiterou todas essas irregularidades com relação à obra, o mesmo acontecendo, por exemplo, com uma manifestação da auditoria do Tribunal de Contas em Brasília.

O segundo item, Emprego Irregular dos Recursos Públicos, exemplo da ocorrência do Tribunal Regional da Paraíba.

No que se refere a esse item, foram apontados os principais indícios de irregularidades: aquisição de imóvel com dispensa de licitação e por preço superior ao de mercado, consoante consta do processo do Tribunal de Contas da União; aquisição sem licitação e por preço acima do mercado de imóvel residencial para a instalação de uma Junta de Conciliação e Julgamento.

Para a investigação desses fatos, estamos propondo as seguintes providências: requisição ao Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba de cópias das escrituras de imóveis, bem como das avaliações realizadas para as respectivas aquisições; requisição ao mesmo órgão de esclarecimento acerca da legalidade dos procedimentos anteriormente mencionados; requisição ao Tribunal de Contas da União de informações acerca das providências tomadas com o fim de apurar e sanar os indícios de irregularidades apontadas; três nepotismos e nomeações irregulares como os ocorridos no Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba e do Maranhão; o caso do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba, 13ª Região.

São diversas as denúncias relacionadas a casos envolvendo nomeações irregulares e nepotismo no Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba. Tais fatos deram origem, em 1990, a uma ação popular. Essa ação foi julgada, em primeira instância, pela anulação das nomeações, sendo que o processo encontra-se, até o nível que temos conhecimento, no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com sede em Recife, em grau de recurso e, pelo nosso conhecimento, sem decisão.

O Ministério Público também pretendeu, pela via da ação civil pública, anular cerca de 565 contratações irregulares, ocorridas no tribunal em tela, obtendo êxito no primeiro grau. Além desses casos com efeitos públicos, divulgados inclusive pela imprensa, ainda há denúncias sobre ocorrência de outros. Assim, o tribunal teria procedido a transferências, nomeações e requisições irregulares de servi-

dores, nomeações em desacordo com a lei para o cargo de Juiz Classista.

Destacamos aqui que o denunciante dos fatos super-relatados está hoje sob a proteção da Polícia Federal, por ter sofrido ameaças. Para esse caso estamos propondo: requisição ao TRT da Paraíba da relação de todos os ocupantes de cargos em comissão, desde a instalação do Tribunal e o grau de parentesco de cada um com membros do Tribunal e das Juntas sob sua jurisdição e respectivos diretores; relação dos servidores pertencentes ao quadro efetivo e a natureza de provimento de cada um, com menção do parentesco, nos termos do item supra; relação dos juizes do Tribunal, desde a sua instalação, com identificação sobre sua filiação.

O caso do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão, 16ª Região. Foi observada em procedimentos fiscalizatórios realizados pelo Tribunal de Contas a ocorrência de diversas irregularidades na área de pessoal. Foram constatados, em síntese, os seguintes fatos: tentativa de burla à realização de concurso público; nomeação de parentes de magistrados para ocupação de cargos em comissão; concessão de diárias para atividades sem correlação com os cargos exercidos pelos beneficiários. O TCU, tendo em vista a ocorrência dos fatos anteriormente mencionados, determinou a abertura de tomada de contas especial quanto ao item 3 e fixou prazo para a regularização das situações referidas nos itens 1 e 2.

Propomos que o exame pormenorizado da matéria em questão, por parte desta CPI, deverá ser embasado nas informações a seguir relacionadas, todas a serem prestadas pelo Tribunal Regional do Trabalho: requisição de esclarecimentos acerca da efetiva ocorrência de contratação de pessoal, tanto efetivo quanto comissionado, em desacordo com os requisitos prescritos na legislação vigente e caso tenham ocorrido nomeações nessas condições especificar a lista dos admitidos nos últimos cinco anos e quais os instrumentos legais que embasaram essas contratações; requisição ao TRT do Maranhão da relação de todos os ocupantes de cargos em comissão, desde a instalação do Tribunal e menção quanto ao grau de parentesco com os membros do Tribunal e das Juntas sob sua jurisdição; relação dos servidores pertencentes ao quadro efetivo e natureza do provimento de cada um, com menção de parentesco, nos termos do item supra; relação dos juizes do Tribunal, desde a sua instalação, com identificação sobre sua filiação.

Por fim, com o fito de melhor conhecer a atual situação desse Tribunal quanto às irregularidades

anteriormente mencionadas, entendemos que deve ser requerida ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria abrangendo a área de pessoal, com especial ênfase na verificação da existência de contratação sem concurso público, pagamento indevido de diárias e existência de parentes de membros e diretores do Tribunal nomeados para cargos comissionados, conforme denúncias que foram feitas nesta Comissão.

Casos de vultosas indenizações calculadas com o intuito de lesar o Erário. A imprensa tem notificado com frequência relativa e, portanto, não se trata de um caso isolado e é um fato que parece de natureza estrutural, o caso de indenizações aparentemente estapafúrdias, de grande expressão monetária e sempre contra órgãos da administração pública. Não é objetivo da Comissão intrometer-se no mérito de sentenças proferidas mas tão-somente, em casos aparentemente gritantes, certificar-se da exatidão de cálculos que levaram a valores exorbitantes, até mesmo para verificar a necessidade de propor modificações nas atuais disposições legais.

Apenas a título de exemplo, veja-se o caso do Banco da Amazônia, que foi condenado a pagar a uma empresa madeireira, cujo projeto de incentivos fiscais foi cancelado em 1968 pela Sudam, um valor inimaginável – eu diria até que isso é dinheiro virtual – de R\$81 bilhões, mais de duas ou três vezes a moeda em circulação, conforme sentença proferida em 12 de fevereiro de 1998, para ressarcir eventuais prejuízos causados pelo Basa como síndico da massa falida, porque essa empresa faliu. Histórico do caso – o meu objetivo, com isso, inclusive para facilitar aos membros da Comissão, é fazer um resumo extremamente factual do que está até hoje no nível do nosso conhecimento.

A Sociedade Anônima Brasileira de Indústria Madeireira – SABIM – aprovou na SPVA, antecessora da Sudam, em 22 de outubro de 1965, um projeto para beneficiar-se de vantagens fiscais na exploração da indústria madeireira. Esse projeto foi cancelado em 11 de outubro de 1968, tendo em vista a má aplicação dos recursos dos incentivos pela SABIM, ficando a secretaria executiva do órgão autorizada a recuperar os valores já pagos, o que ocorreu com pleno êxito. Então, a SUDAM conseguiu adquirir novamente os valores de incentivos transferidos.

O cancelamento do projeto motivou pedido de concordata preventiva, concedido em 1968, tendo a Justiça, em 8 de abril de 1970, declarado a falência da SABIM e nomeado o BASA* síndico da massa fa-

lida até 12 de maio de 1980, quando o referido banco foi destituído dessa condição.

A questão na Justiça – isso é importante – refere-se não ao fato de terem sido cancelados os incentivos, mas à prestação de contas apresentada pelo BASA durante o período de dez anos em que figurou como síndico, tendo a Justiça Estadual impugnado essa prestação e a primeira sentença, proferida em 1981, condenado o mencionado banco por não ter sido considerado zeloso com o patrimônio que lhe cabia administrar. O BASA defendeu-se, dizendo que encontrou grandes dificuldades em encontrar os bens, porque os diretores da empresa nunca se apresentaram para fazer a respectiva entrega e, além disso, alguns desses bens foram utilizados para pagamento de dívidas trabalhistas. O BASA foi condenado ao pagamento no valor de Cr\$299.724.974,35, na época, referente a bens móveis, imóveis e incentivos, retidos a preços de 1981 – antes da aplicação dos juros moratórios e compensatórios. Essa foi a primeira sentença, seguida de recurso – estou fazendo apenas um histórico e pelo menos desejo que não seja esse o objeto de nossa apreciação.

O BASA apelou da sentença, que entretanto foi confirmada pelo Tribunal de Justiça do Pará, resultando na interposição pelo banco de recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, pedindo a nulidade do processo de prestação de contas. O Ministério Público opinou pela anulação da sentença e o STF, em 6 de dezembro de 1985, conheceu do recurso extraordinário, deu-lhe provimento e decretou a nulidade da sentença.

Em novembro de 1986, a falida requereu prolação de nova sentença, tendo o BASA apresentado agravo de instrumento a ser enviado ao Tribunal de Justiça. Mesmo sem o julgamento do agravo, foram nomeados dois peritos para a atualização dos laudos, tendo o banco pedido a reconsideração do despacho até o julgamento do agravo de instrumento. Essa atualização alcançou o valor – em um desses laudos, um perito fez, na verdade, uma nova atualização – de Cr\$543.616.579,88 em primeiro de outubro de 1996.

Após uma série de medidas de ambas as partes, inclusive a intervenção da União nos autos a pedido do BASA, solicitamos vista de todo o processo. A sentença foi publicada em 12 de fevereiro de 1998, tendo o BASA sido condenado a pagar esse último valor a que me referi, além dos juros moratórios de 6% ao ano, juros compostos e compensatórios de 12% ao ano, 1% de honorários do perito e

10% de honorários de advogado – que calculados, conforme os parâmetros da sentença, atingem aproximadamente uma importância de R\$81 bilhões. São desconhecidos os agravos interpostos pelo BASA, tendo sido indeferido o pedido feito pela União.

Depois da publicação da sentença, foram opostos e rejeitados embargos de declaração pelo banco, tendo este e a União apelado da sentença. Em 16 de abril de 1998, a apelação do BASA foi recebida em duplo efeito. Na mesma data, a apelação da União foi desentranhada dos autos. Em 24 de abril de 1998, a União agravou de instrumento no Tribunal de Justiça contra a decisão de primeira instância. Em 25 de maio de 1998, o banco interpôs reclamação correicional, em razão do despacho que mandou liquidar a sentença antes do trânsito em julgado. Em 3 de junho de 1998, deu-se efeito suspensivo ao agravo de instrumento da União e determinou-se que a apelação então trancada fosse recebida nos efeitos suspensivo e devolutivo, processada e encaminhada ao Tribunal. Em 30 de junho de 1998, os autos continuavam na primeira instância para encaminhamento superior. Provavelmente, agora, já foram encaminhados ao Tribunal de Justiça da União.

Quanto a esse caso, estamos propondo, de início, as seguintes providências:

- Requisição ao BASA da cópia autenticada dos autos do processo desde o seu início, para conhecimento das circunstâncias de fato e de direito que envolve o caso;

- Requisição dos laudos de avaliação que determinaram os valores encontrados na coordenação do BASA – que penso deve ser o nosso objetivo principal -, acompanhados dos critérios utilizados e da memória de cálculo para se chegar aos valores finais;

- Oitiva dos representantes do BASA que atuaram e vêm atuando no processo;

- Perícia acerca da comparação, sobretudo para os bens imóveis, que são praticamente responsáveis por 100% do valor final da condenação com os valores atuais de mercado.

Esse é o roteiro que apresentamos à consideração desta Comissão, com o intuito de fazer com que os seus trabalhos sejam desenvolvidos com a seriedade e com a presteza que a sociedade demanda.

A respeito desse caso do BASA, quero dizer que, apenas por curiosidade, fiz – estes números não são rigorosamente exatos – uma comparação entre os laudos que figuravam na primeira sentença

e o valor da segunda sentença. Para evitar muito detalhe – sei que isso pode estar sujeito a algum erro, mas a um erro pouco significativo –, transformei os valores do laudo na moeda da época para dólares, e, realmente, aconteceu algo muito significativo. No primeiro laudo, em fevereiro de 1981, os imóveis, que compreendiam aproximadamente 35 mil hectares de terras no Pará, haviam sido avaliados pelo valor de US\$2.560.000. Em outubro de 1996, o mesmo perito, no segundo laudo, naturalmente usando critérios diferentes, que não posso antecipar e que não conheço – temos, portanto, que pedir para se fazer um juízo –, avaliou os mesmos terrenos, algo em torno de 35 mil hectares e uma área industrial de 70 hectares, pelo valor de US\$571 milhões, que, somados aos bens móveis, chegam aos US\$573 milhões a que já me referi e que, com os juros, chegam à cifra de US\$81 bilhões, que é o cálculo objeto da sentença.

Esse recurso é, por exemplo, maior que o patrimônio somado das cinco maiores empresas do País. Se o compararmos com o patrimônio da Petrobrás, da CESP, da Eletronorte, do antigo patrimônio da Rede e da Chesf, ele é maior. Esse montante é quase quatro vezes maior que o patrimônio da Petrobrás. É maior que o faturamento das nove maiores empresas por vendas do País, quais sejam a Petrobrás, a BR Distribuidora, a Volkswagen, a GM, a Fiat, a Shell, a Eletropaulo, a Telesp e a Souza Cruz. É aproximadamente igual a dez vezes a soma do lucro líquido das vinte empresas com maiores lucros do País; não vou dizer quais são. É aproximadamente igual a três anos de venda de veículos, peças e acessórios das maiores montadoras do País. É aproximadamente igual a trinta e três vezes o orçamento do Estado do Pará, que é onde estão as terras, e corresponde a quatro vezes o seu Produto Interno Bruto.

Quanto a essa questão das indenizações, anteontem mesmo, **O Estado de S. Paulo** fez um editorial denominado "A Indústria das Indenizações", com relação também ao que está ocorrendo em São Paulo e objeto até de expressivos valores de precatórios que estão sendo – imagino – contestados pelo Governo do Estado de São Paulo.

Em virtude de tudo isso que eu disse – é claro que não vou repetir –, estou, Sr. Presidente, requerendo todas as informações que constam no resumo que fiz. Peço ao Presidente que solicite essas informações. Estou requerendo também que, inicialmente, na próxima terça-feira, sejam ouvidos nesta Comissão a Dr.^a Flora Valadares Coelho, que é Presi-

dente do Banco da Amazônia; o auditor do Tribunal de Contas, Paulo de Tarso Damásio de Oliveira – provavelmente, vamos ouvi-lo na segunda-feira, às 10 horas; isso será confirmado amanhã –; e um funcionário do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba, Dr. Antônio de Pádua Pereira Leite, que também será ouvido na segunda-feira, pela manhã, às 10 horas, na reunião desta Comissão.

O SR. GERSON CAMATA – Segunda ou terça?

O SR. PAULO SOUTO – Faremos reuniões às segundas e terças-feiras, Sr. Presidente?

O SR. GERSON CAMATA – Segunda e terça da próxima semana.

O SR. PAULO SOUTO – Da próxima semana. Segunda-feira, às 10h, não é?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não submeti à consideração do Plenário, mas entendo, e gostaria de sugerir que, tendo em vista o feriado no meio da semana, há uma proposição do Senador Pedro Simon com relação a dias em que os trabalhos das Comissões serão realizados. Muito bem, como são duas as Comissões, podemos verificar a possibilidade de realizá-las em horários diferentes. Considerando o feriado de quarta-feira, em reunião prévia com o Relator e com o vice-Presidente, entendemos que gostaríamos de ouvir já na segunda-feira, das três pessoas indicadas pelo Relator, duas, deixando uma para terça-feira. E na segunda ou terça-feira discutiríamos o horário em que deveremos funcionar. Pois há um prazo, que é de 120 dias, e temos que levá-lo em consideração.

O SR. GERSON CAMATA - Sr. Presidente, V. Ex.^a me permite uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. GERSON CAMATA – Não seria melhor ouvir na segunda-feira à tarde uma pessoa e duas na terça-feira, ao invés de duas na segunda-feira pela manhã e uma apenas na terça-feira?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É que à tarde, embora não haja sessão deliberativa, a segunda-feira será deliberativa. Por isso, excepcionalmente, peço à Comissão para que faça esse esforço.

O SR. GERSON CAMATA – Está retirada a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois nós nos propusemos, tanto quanto possível, embora entenda que o trabalho de uma comissão como esta é tão importante quanto o de plenário ou talvez até mais, ninguém pode avaliar, depende do assunto

que está sendo discutido, a não prejudicar as sessões deliberativas. Assim, realizaremos nossa reunião na próxima segunda-feira pela manhã. E na terça-feira após a Ordem do Dia.

O SR. PAULO SOUTO - Na segunda-feira a Ordem do Dia acaba, praticamente, 16h30min, 17 horas...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Mas é que temos o prazo de fazer com que as pessoas cheguem até aqui. Temos que nos comunicar com as pessoas, convidá-las. Daí por que o Sr. Relator diligenciou no sentido que acabou de expor, de obter maior rapidez. Vejamos se de outra feita, com os dias estipulados, não nos perguntemos que dia será ou não, pois a Comissão terá dias e horários certos de funcionamento. Logo, não teremos a discussão que estamos tendo neste momento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Pois não.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Sr. Presidente, creio que a convocação de pessoas é algo que não é tão fácil. São pessoas do Pará e de outros Estados. Acredito que deveríamos definir logo agora a convocação de quem vem na segunda-feira e quem vem na terça-feira. Pois veja bem, terça-feira pela manhã...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Mas já está conversado.

O SR. PAULO SOUTO - Em minha sugestão... Gostaria inclusive de me desculpar...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - S. Ex^a vai completar...

O SR. PAULO SOUTO - Gostaria de me desculpar perante o Presidente da Comissão. Queria apenas me referir às pessoas que iria sugerir. Sei que as datas devem ser objeto de discussão, pois estamos com dificuldade de calendário. A sugestão inicial é que na segunda-feira pudéssemos ouvir o Auditor do Tribunal de Contas a que me referi e um funcionário do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba, e na terça-feira a Presidente do Banco do Amazonas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Duas pessoas, portanto.

O SR. PAULO SOUTO - Duas na segunda e uma na terça-feira.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Está bem. Mas já fica definido.

O SR. PAULO SOUTO - Porque haverá sessão...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - ...deliberativa.

O SR. PEDRO SIMON - Mas é que como disse o Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Excepcionalmente. Pois no momento em que discutirmos os dias em que vamos trabalhar, não teremos esse problema.

O SR. PEDRO SIMON - Mas em tese, será às segundas, quintas e sextas-feiras.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - É, em tese. Procuraremos atender aos interesses da Casa, da Comissão e de todos nós. O objetivo da proposta de V. Ex^a não é outro senão o de fazer com os trabalhos na Casa prossigam normalmente, apesar da existência de duas comissões importantes como as que estão em funcionamento.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres. Em seguida, decidirei o requerimento aqui apresentado pelo relator.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Interrompo apenas para dizer que gostaria que fosse acrescentado no relatório do Senador Paulo Souto o pedido de informações referente à rescisão desse contrato - li na imprensa, há cerca de dez ou quinze dias, que o Tribunal rescindiu esse contrato e acredito que, nessa rescisão, pode haver algo grave.

O SR. PAULO SOUTO - Acho que, às informações atualizadas que solicitamos ao Tribunal, podemos acrescentar o pedido de informação acerca desse contrato.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Devemos pedir os termos da rescisão desse contrato.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Relator, no que tange ao item 4 - essa estapafúrdia indenização ditada pelo juiz -, há duas questões preliminares que já foram levantadas no dia da instalação e que precisam ser elucidadas. A primeira é referente ao teor da decisão: é preciso saber se o cálculo fixado compõe ou não a sentença, se é parte ou não da sentença e, portanto, se pode ou não ser investigado por nós. A segunda diz respeito ao campo de alcance desta Comissão, tendo em vista que a Justiça é estadual.

Há dúvidas minhas, de vários senadores e de juristas a respeito da competência de uma CPI para investigar Justiça estadual, tendo em vista o impedimento constitucional relativo ao princípio federativo, que dá autonomia aos estados. Em tese, segundo

esse princípio, as Justiças estaduais só poderiam ser investigadas pelas respectivas assembleias legislativas. Além disso, como V. Ex^{as} sabem, o Regimento Interno desta Casa impede que as CPI investiguem matérias pertinentes aos estados. Precisamos interpretar esses dispositivos para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Sugiro, concretamente, que se ponha em discussão a audiência da Comissão de Constituição e Justiça. Caso assim se decida, há dois caminhos a tomar. O primeiro deles seria fazer a consulta à CCJ, mas manter as providências iniciais que não atingem diretamente a Justiça, isto é, ouvir a presidência do BASA e solicitar os documentos ao seu setor jurídico. Um segundo caminho seria sobrestar as providências referentes a este item até que tenhamos uma definição, porque precisamos de uma definição. Não podemos avançar neste campo antes de estarmos embasados num parecer a respeito da nossa competência.

Era essa a preliminar que achei por bem levantar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES -

Sobre o assunto entendo que, quanto à primeira parte, deve-se aceitar o que sugere o Senador Jefferson Péres: deve-se manter a convocação enquanto se estuda o problema da Justiça estadual; deve-se prosseguir promovendo a audiência marcada.

O SR. PAULO SOUTO - Apesar de não querer me aprofundar no assunto – não sou um especialista na área –, há algo que me intriga. Falou-se sobre possíveis impedimentos para esta CPI para tratar de assuntos relacionado a estados. Mas fico imaginando que, por exemplo, na CPI dos Precatórios, eram assuntos relacionados ao Estado. Aqui vieram governadores. Da mesma forma, aqui envolve recursos federais. Esse caso envolve recursos federais. Com relação aos precatórios, os títulos eram emitidos por Tesouros Estaduais e municipais.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Senador Paulo Souto, veja bem, não tenho certeza de nada, quero uma interpretação, por quem de direito. Eu não sei!

O SR. PAULO SOUTO - Penso, com toda a prudência que temos demonstrado até aqui, que talvez essa hipótese que V. Ex^a colocou seja razoável. Talvez nós não nos colocarmos, naturalmente dentro do razoável limite, deixar que quem quiser nos coloque limites, porque estaríamos aí exercendo – limites que eu digo do duvidoso, claro que é o que não é do duvidoso: não, ninguém vai avançar nisso. Mas

penso que a primeira sugestão que V. Ex^a deu, para começar, está boa, embora não queira....

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, na primeira reunião que foi feita desta Comissão, uma reunião informal, o Senador Geraldo Melo levantou a questão da discussão sobre a limitação da CPI no que diz respeito à investigação de sentenças, e o Senador Jefferson Péres levantou a questão sobre a nossa competência para investigar os Estados.

Os Srs. Senadores todos estão lembrados que tivemos um debate até demorado sobre esse assunto, sem chegarmos a uma conclusão. Ficou de o nobre Relator apresentar a sua proposta de roteiro.

Lembro-me, inclusive, que o Presidente da Comissão, Senador Ramez Tebet, disse que independente das questões polêmicas, que eram exatamente a questão das sentenças e a nossa possibilidade de investigar os Estados, mas o Presidente disse que, abstraindo-se as questões polêmicas, a CPI já tinha muita coisa para trabalhar. Que nós, de início, começássemos por aqueles pontos que eram consensuais e que a CPI poderia investigar, por exemplo, o caso de construção de prédios, citado explicitamente no caso de São Paulo.

Agora, o que me surpreende é que as primeiras audiências que vamos ter se referem exatamente aos pontos que ainda são objeto de polêmica, por exemplo, a questão do caso BASA, que embora se diga que é mera avaliação de cálculo, mas na minha opinião não é. Vejam bem, como é um caso muito escabroso, que envolve 80 bilhões, então o senso comum é de que tem coisa errada aí. Mas quem se der ao trabalho de ler o histórico do caso que está aqui apresentado no relatório, vai ver que há em algumas passagens um certo juízo de valor sobre decisão do Judiciário, quando diz: "Após uma série de medidas de ambas as partes, inclusive intervenção dentro dos autos, chegando aos cálculos, além de juros, ... atinja a importância superior a 81 bilhões de reais, tendo sido desconhecidos os agravos interpostos pelo BASA e indeferido o pedido feito pela União."

Isso aqui é um juízo de valor sobre decisões do Judiciário, que ainda estão no âmbito do Judiciário, que ainda estão, segundo o próprio informe, na primeira instância para encaminhamento a superior. Sei que pelo fato de ser um valor virtual, como o Senador Paulo Souto se referiu, por si só desperta uma ânsia de descobrirmos como se chegou a esses cál-

culos, principalmente quando se estabelece comparações, do tipo que o Senador fez: oitenta bilhões correspondem a não sei quanto do PIB, 10% do PIB brasileiro.

Mas, na minha opinião, esse é um ponto que está relacionado a uma decisão do Poder Judiciário. E temos claro que, nesse caso, pelo fato de ser um valor escabroso, sentimo-nos no direito de abrir os autos. Mas temos que esclarecer que, ao fazermos isso, em relação a um valor que é escabroso, estamos abrindo um precedente para fazê-lo com quaisquer autos, de quaisquer ações.

Embora eu não seja jurista, tenho uma convicção firmada sobre essa questão: entendo que cálculo de indenização faz parte da sentença. Inclusive, não tenho certeza a respeito do ponto levantado pelo Senador Jefferson Péres sobre a questão dos Estados, embora registrando que, no caso dos precatórios, era o Senado quem autorizava a emissão dos títulos. Esse inclusive foi o argumento utilizado na ocasião para se investigar.

O SR. PAULO SOUTO – Se não tivesse isso, não tinha caso de precatório.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Insisto que, no caso dos Estados, não tenho posição firmada sobre o assunto. Mas, no caso da investigação sobre sentença judicial – e entendo que cálculo de indenização faz parte de sentença judicial –, tenho posição firmada sobre o assunto.

A se manter a convocação desses dois nomes propostos a respeito deste caso, vou votar contra...

O SR. PAULO SOUTO – Neste caso, só tem um nome proposto, que é a Presidência do Banco da Amazônia.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Então, a se manter a convocação desse nome proposto a respeito deste caso, voto contra esse requerimento. Acho que deveríamos, neste caso específico, aguardar uma definição: se vai ser na Comissão de Constituição e Justiça, enfim... Porque insisto no que o Senador Ramez Tebet disse: temos muito trabalho para fazer, se nesta primeira etapa nos limitarmos aos pontos que são consensuais sobre o âmbito da investigação.

Com relação aos outros pontos, essa solicitação a respeito de São Paulo, estou de pleno acordo. Eu já queria até antecipar uma pergunta ao Relator. Porque o requerimento diz: "...licitação e contratação de obras e serviços sem a observância de normas legais, tais como a construção do edifício-sede da Junta de Conciliação e Julgamento da Cidade de São Paulo". O Relator, no seu roteiro, propõe pedir

informações sobre isso que está explicitamente citado no requerimento. Mas quero saber em que momento vamos solicitar informações sobre outras obras do Judiciário, que também estiveram, em algum período, com suspeitas de falta de licitação. Essa é uma pergunta. Dentro desse roteiro, em que momento solicitaríamos essas informações ou não.

E em relação à questão das sentenças, já tive oportunidade de exprimir minha opinião na reunião passada e continuo com ela.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, só um minuto.

Tenho que respeitar necessariamente a opinião do Senador, mas insistir um pouco que não estamos discutindo, quer dizer, o mérito dela ter condenado o banco, de ter dito que o banco foi um mau síndico – aliás, o próprio banco discute isso tudo. Acontece que não estamos discutindo essa questão. Há um detalhe interessante que, do ponto de vista do preciosismo talvez possa fazer parte, na primeira sentença – e isso foi objeto de anulação – ela mandou que o perito calculasse um valor que nem fazia parte da sentença, embora isso seja discutível.

Então, acredito que, se sentíssemos uma certa obrigação em investigar um caso como esse, se nos fixássemos nessa questão do laudo, não estaria havendo algum tipo de exorbitância. Estaríamos, assim, procedendo bem, até que se diga, eventualmente, que estamos errados. Nesse caso, deve-se analisar melhor a questão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador Maguito Vilela. E solicito a todos os Senadores da Comissão que, se possível, restrinjam o uso da palavra a cinco minutos.

Logo a seguir, concederei a palavra ao nobre Senador Djalma Bessa.

O SR. MAGUITO VILELA – Sr. Presidente, o juiz naturalmente profere uma sentença e diz qual a parte tem direito. Ao definir e proferir a sentença, ele remete os autos ao contador; não é o juiz que faz cálculo de valor de sentença. Naturalmente, peritos também podem ser chamados para avaliações. Acredito que, nesses casos, no mínimo, deve-se ouvir o contador que apurou esse volume de recursos e os peritos que corroboraram. Isso não é interferência no mérito da sentença, já que os valores não fazem parte do direito. O juiz pode ou não acatar valores encontrados pelo contador judicial ou remetidos por peritos, de forma que o valor não é parte integrante da decisão judicial, a meu ver. Como advogado já tive vários casos dessa natureza em que o juiz,

quando vê um valor desse, tem o poder para aceitar ou não. E, se aceita tem que justificar isso.

Então, na minha opinião, temos que apurar valores, sim. Caso contrário, não haveria sentido falarmos em sentenças com valores absurdos. Com relação aos recursos do BASA – que são federais –, não se discute a nossa competência para fiscalizá-los. Podemos analisar esse caso sem o menor problema.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador Djalma Bessa e, em seguida, ao nobre Senador José Agripino.

O SR. DJALMA BESSA – A justiça tem funções judicantes que são constituídas pelas sentenças, mas também tem funções administrativas. A Comissão não está examinando a função judicante e, sim, a administrativa.

O que a Comissão pretende examinar é como essa ação chegou ao esse valor em torno de R\$80 milhões, o que não afeta, em absoluto, o mérito da justiça. Não vamos chegar a isso. A Comissão pretende saber como os peritos – aí vale ser feita a avaliação – chegaram a esse valor.

A representante do BASA chegará à Comissão e, por certo, trará os laudos em que se baseou o juiz. De modo que não se vai emitir qualquer juízo de valor e, sim, admitir-se se a sentença foi certa ou errada. O que se vai avaliar, examinar, apreciar são os laudos periciais. Há que se dizer que o juiz se baseou nesses laudos. Depois de feitos os cálculos e o exame, depois de estabelecida a comparação da elevação de um laudo para outro em poucos anos, aí, sim, tratar-se-á de matéria evidentemente administrativa que nada alcança o Poder Judiciário ou a Justiça nos Estados. A representante do BASA vem à Comissão e entrega esses elementos. A Comissão vai deixar de recebê-los? Não vai! Vai recebê-los e é justo e compreensível que examine-os para saber até onde pode ir. Isso, portanto, em nada afeta o Poder Judiciário dos Estados.

Por enquanto, estamos exclusivamente na área administrativa, sem afetar a autonomia da Justiça dos Estados ou a autonomia dos Estados que compõem a Federação.

O SR. MAGUITO VILELA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. MAGUITO VILELA – Sr. Presidente, por esse motivo, sugeri que se ouçam os peritos porque, de repente, até eles nos convencerão de que estão certos, de que esse valor é o ideal. Que mal há em

ouvir os peritos para que eles dêem explicações e nos convençam.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Sr. Presidente, esta Comissão Parlamentar de Inquérito é uma comissão política a serviço dos interesses da sociedade. O balizamento que vai estabelecer nossa conduta é o interesse público. Creio que esse foi o objetivo que norteou a intenção do Senador Antonio Carlos Magalhães quando a propôs.

No entanto, tanto quanto possível, não na discussão do mérito dessa ou daquela questão, mas no encaminhamento das questões, devemos ser o mais acordes possível. Se pudermos ser unânimes na condução dos fatos, tanto melhor.

O Senador Jefferson Péres fez uma colocação que reputo prudente. O Senador José Eduardo Dutra expôs sua opinião, acrescentando alguns argumentos. E eu deixo a minha sugestão: a convocação da Presidente do BASA em nada fere, se ela aqui vier para responder perguntas pertinentes ao Item 4 da pauta. Ela pode até dizer aqui: "Não! O que aconteceu com relação à sentença é um fato perfeitamente aceitável pelo BASA." Como pode dizer que os interesses do BASA foram contrariados, que o BASA foi lesado, ou informações que serão as primeiras para os membros da Comissão.

Já que estamos a serviço dos interesses da sociedade, não podemos em hora nenhuma nos colocarmos fora do balizamento e do amparo legal. Nessa questão específica das sentenças, nós só deveríamos dar passos seguintes depois de ouvir a Presidente do BASA, que abriria para a Comissão a sua visão com relação à sentença. Depois de feita a consulta, de preferência à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que daria o embasamento legal dos próximos passos, poderíamos, sem contestação, nesta Comissão elucidar os fatos a serviço do interesse da sociedade.

Eu queria, portanto, deixar aqui a fórmula de concordarmos todos com a convocação do presidente do BASA, mas só darmos passos subsequentes na investigação da questão de sentenças após uma consulta, que creio vai ser submetida e aprovada pelo Plenário, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que dará o balizamento e o amparo legal para os fatos subsequentes com relação a essa única questão que julgo ser polêmica no que diz respeito ao encaminhamento dos fatos.

Está é a proposta que deixo, ou seja, convocarmos sim, mas só darmos passos subsequentes

após uma consulta à CCJ o estabelecimento do nosso embasamento legal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Cabe-me como Presidente da Comissão e depois de ter ouvido todos os Srs. Senadores que se pronunciaram dizer que há uma linha tênue que nós devemos observar. Realmente, há fatos que são por demais chocantes. Acho que nós não estamos interferindo nas atribuições de outro Poder. Isso, sim, a meu ver – vou dar minha opinião como Presidente da Comissão – pode encerrar uma gravidade muito grande ou uma inconstitucionalidade; ou seja, entrar nas atribuições específicas, pois isso é do poder jurisdicional. Mas, vejam, se isso estiver revestido de indícios suficientes de fraudes, por exemplo, não podemos deixar de apreciar aquilo que constitui essa ilicitude, essa ilegalidade, essa pecaminosidade, sob pena de perdermos praticamente a finalidade dos nossos trabalhos..

Eu não entro aqui no mérito da sentença. Acho que esse caso do BASA está até em tramitação. Vejam bem, o que quer o Relator? O Relator quer ouvir o presidente ou a presidenta do BASA. Vamos ouvi-la. Nós não estamos ouvindo ninguém do órgão do Poder Judiciário, no meu humilde entendimento. Nós não estamos ferindo a atribuição de ninguém. Vou dar um exemplo, porque não me cabe entrar no mérito de nada. Cumpre-me aqui zelar pelo cumprimento da lei. Vou procurar zelar pelo cumprimento da Constituição e do Regimento Interno da Casa. Isso é da competência da CPI. Por isso, vou fazer este comentário. Trata-se de uma avaliação que teria sido dada até em dólar, moeda que praticamente não desvaloriza. Nós estamos vendo que em pouco tempo isso foi acrescido em mais de dez vezes. Vamos ouvir o que a presidenta do BASA tem a dizer. Efetivamente temos que ter o cuidado de não invadir atribuições de outro Poder. A Comissão tem caráter investigatório e tem que apurar os fatos. Essa questão, Senador Gerson Camata, foi discutida. Quem assinou o requerimento sabia que essa questão do BASA ia ser levantada. Portanto, a Comissão não deve tolher essa oitiva, salvo se o Plenário assim entender. Eu acho que a Comissão não deve tolher a oitiva de uma presidenta do BASA que virá aqui prestar alguns esclarecimentos à nossa Comissão.

Antes de prosseguir, concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, acho que nós devíamos analisar, primeiro, qual a origem do capital do BASA, se há recursos federais, recursos orçamentários, fundos do Norte dentro. Se

há, então é competência da Comissão. Primeiro, houve uma tentativa contra o patrimônio do órgão. Segundo, o que me parece que o Relator quer não é analisar se a sentença foi correta ou não. O que ele quer é saber quais critérios foram usados para se chegar a um valor tão absurdo, porque ele propõe também que esta Comissão comece a redigir e a apresentar projetos de lei que corrijam e que ajudem o Judiciário a corrigir esses desvios que existem. E precisa haver uma lei para isso. Não é só ir contra o banco. Todos conhecemos casos, e já fomos procurados por eleitores. Há alguns anos atrás, um cidadão, pequeno proprietário no Espírito Santo, pediu um empréstimo ao Banco do Brasil para comprar cinco vacas. No final, ele foi condenado a pagar. Se ele vendesse a propriedade e desse tudo o que ele tinha, não pagava o seu empréstimo, porque deram uma correção a favor do Banco do Brasil no processo dele que a propriedade dele foi a leilão. Perdeu tudo porque comprou cinco vacas naquela época do Collor. Então, tem que haver um critério não só de tentativas contra o erário, contra o dinheiro público, mas também, às vezes, de investidas de setores de bancos contra pessoas que, incautamente, são levadas por essas correções malucas por não haver regra. Tem que haver regra. Acho que, junto com o Banco Central, com as autoridades financeiras, podemos então colocar um parâmetro. O que é que o Relator busca? Não é analisar se a sentença do juiz está certa ou não, mas analisar que critério é esse, que chega a 80 bilhões.

O SR. MAGUITO VILELA – Antes até de como pulou do primeiro, de 2.500 para 500 mil.

O SR. GERSON CAMATA – Vamos aprender esses critérios e, dentro deles, elaborar uma legislação. Vai haver parâmetros, tanto para um lado quanto para o outro. Para os juizes não, porque normalmente eles não prolatam isso, mas aqueles peritos que vão fazer as correções daqui para frente.

O SR. MAGUITO VILELA – Até porque, Sr. Presidente, de repente, esses métodos encontrados para chegar a esses valores, às vezes, o juiz está certo e os outros do Brasil estão todos errados. Vão ter que também levantar o valor das suas sentenças.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo novamente a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Acho que a intervenção do Senador José Agripino foi bastante ponderada. Não vou mais me alongar sobre isso. Quero apenas fazer uma declaração de voto. Não se trata de nós, enquanto membros da Comissão, esta-

belecermos ou não limitações a nós mesmos. Somos Senadores da República. Todos nós juramos a Constituição. Para mim, a discussão de interferência de um Poder sobre o outro não está relacionada à figura que vai ser convocada, se ela é ou não membro do Poder Judiciário. Por exemplo. Se os indícios mostrarem que qualquer juiz está envolvido em falcatrua na construção de um prédio, entendo que a CPI tem poder para convocá-lo, mas não é a discussão sobre se a Presidente do BASA vem aqui e vai dizer – nós sabemos que ela vai dizer, até porque se ela disser que concorda que o BASA tem que pagar 80 bilhões tem que ser demitida. A discussão não é essa. Tenho plena convicção – e aí não adianta se falar, para mim é indiscutível a questão, como falou o Senador Maguito Vilela, de que quem manda pagar não é o contador. É lógico que o contador é quem faz os cálculos. O juiz não tem obrigação de fazer os cálculos, mas quando recebe os cálculos ele comunica às partes, que poderão ou não contestar. A partir do momento em que o juiz manda – vamos supor que isso já tivesse chegado à última instância – pagar 80 bilhões. É lógico que vamos todos dizer que foi um cálculo absurdo, uma sentença absurda, mas foi uma sentença do juiz. Então, para mim, está muito claro que não dá para separar sentença do cálculo. Embora quem faça o cálculo não seja o juiz, ele, de posse do cálculo, comunica às partes, que contestam ou não. O juiz pode inclusive arbitrar se uma parte concordar e a outra não. Ele pode optar por uma delas, mas a contestação que por ventura ocorrer fará parte dos autos. O Poder Judiciário, na última instância, deliberará se está certo ou não; para mim, é a sentença.

O SR. GERSON CAMATA - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Pois não.

O SR. GERSON CAMATA - Está havendo um ruído de comunicação entre o que V. Ex^a, eu e talvez outros Senadores estejamos entendendo. Na verdade, a Comissão estudará os números em que os peritos mexeram para chegar a esse valor. Todos nós entendemos que é um valor estranhíssimo.

A Comissão não tem poder de anular a sentença do juiz, só o Poder Judiciário; nós não vamos interferir nisso. Queremos saber que critérios se usam e como se faz para chegar a esses números. Ainda que a Comissão os considere absurdos, como nós, não anulará a sentença dada; só outra instância do Judiciário o fará. Então, a Comissão não interferirá de forma a julgar a sentença de um juiz; nós queremos saber como foram feitos os cálculos.

Só outra instância do Judiciário poderá dizer se a sentença está ou não correta, se deve ser anulada e qual o valor correto. A Comissão não interferirá na sentença de um juiz, nem tem poder para isso. Aliás, tudo o que acontecer aqui acabará nas mãos do Poder Judiciário, quer dizer, quem julgará o Judiciário é o próprio Judiciário. Apontaremos as irregularidades que ocorreram administrativamente, e o Judiciário é que julgará.

Na verdade, o que for apurado pela CPI do Sistema Financeiro não será julgado pelo Banco Central, mas pelo Judiciário. Em relação a este outro episódio, todos os fatos voltarão ao Judiciário para análise, o qual poderá considerar-se competente, ou não, para julgar. O fantasma que paira não existe, porque tudo irá depois para as mãos das colendas Cortes do Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Solicita a palavra o Senador...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Eu concedi um aparte ao Senador Gerson Camata. Deixe-me concluir, Sr. Presidente.

Se eu me apegasse ao argumento final de V. Ex^a de que tudo vai para o Judiciário, acabaria dizendo que a CPI não tem sentido. No entanto, não vou ater-me a isso.

O SR. GERSON CAMATA - A CPI apura, manda o resultado para um Procurador, que leva ao Judiciário.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Quero apenas registrar que, embora V. Ex^a tenha feito um argumento que, à primeira vista, possa parecer procedente, à luz da relação entre os Poderes, fico imaginando como o Senado se sentiria, caso o Poder Judiciário quisesse saber quais foram os cálculos que levaram o Senado, por exemplo, a aprovar o empréstimo de R\$16 bilhões para o Banespa, de R\$3 bilhões para o Banerj, ou tantos outros – atribuição inerente a nós, do Poder Legislativo.

Quanto à investigação de pontos que compõem a sentença, na minha opinião, embora não seja o juiz quem faça os cálculos, estes fazem parte da sentença. Entendo que proceder à sua análise é uma interferência nossa em atribuição específica do Poder Judiciário.

Estou aqui com vários advogados e juristas, mas minha consciência de Senador, que jurou cumprir a Constituição, faz-me votar contra o requerimento de convocação da Presidenta do Basa, com a certeza de que não se trata da discussão sobre se é recurso federal ou estadual, mas de questão ligada à sentença.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A manifestação dos Srs. Senadores que compõem esta Comissão sobre o assunto que está sendo discutido resulta em voto contrário. Portanto, convocaremos a Presidenta do Basa, registrando o voto contrário e os argumentos apresentados pelo Senador José Eduardo Dutra.

Como devo decidir outros pontos relacionados pelo Relator e a matéria já foi discutida aqui. Algum Sr. Senador deseja fazer comentários ou apresentar sugestões com relação aos requerimentos, principalmente a esse solicitado pelo Sr. Relator?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Fiz uma consulta ao Sr. Relator a respeito do item que trata das construções. Como o requerimento cita explicitamente o caso de São Paulo, S. Exª centrou os requerimentos de documentos...

O SR. PAULO SOUTO – Propus a metodologia de que tratássemos inicialmente os casos objeto do requerimento. Surgirão, naturalmente, casos que serão examinados, mas inicialmente deveríamos centrar nisso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Sou favorável ao ponto de visto do Senador José Eduardo Dutra de se investigar tudo o que se possa em matéria judiciária, prédio e tudo mais. Agora, quem impediu que tudo isso fosse feito foram exatamente aqueles que se fixavam no fato determinado, e isso não está como fato determinado.

Sou favorável que se proceda dessa forma porque sei que há muitas irregularidades em outras construções do Judiciário. Mas quem exigiu fato determinado foi o Bloco da Oposição.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Não, Senador. Quem exige fato determinado é a Constituição e não o Bloco da Oposição.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Então não pode ser...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Quero esclarecimento da Presidência, porque os fatos determinados....Lerei o requerimento: "Há que se elencar, desde logo, os seguintes fatos determinados, com documentação anexa: licitação e contratação de obras e serviços sem a observância de normas legais, tais como a construção do edifício sede". Quer dizer, o fato determinado é a licitação e contratação de obras e serviços sem a observância de normas legais. O edifício em São Paulo está aqui como exemplo, na minha opinião.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Pode estar dentro de normas legais e estar irregular.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, na reunião anterior, decidimos, e bem, a começar pelos fatos que estão rigorosamente determinados no requerimento, fatos que saltavam mais aos olhos e que justificaram a instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ficará a critério do Plenário, e a Mesa terá que decidir junto com o Plenário, os requerimentos que foram formulados para outras averiguações que forem correlatas a essa, tal qual dispõe o requerimento.

Então, se houver, mais a frente, requerimentos para averiguar – no caso especificado pelo Senador José Eduardo Dutra – pedindo que sejam averiguadas ilícitos ou possíveis irregularidades em outro prédio, evidentemente o Plenário terá que decidir sobre isso. Então, ela não está fechada pelo próprio teor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - V. Exª pode ficar tranquilo. Há decisão do Supremo permitindo que se vá além do fato determinado, se correlato. Então, já há decisão do Supremo neste sentido tanto para o caso que o Senador José Eduardo Dutra citou como para muitos outros que certamente surgirão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Deveremos ter toda a prudência na condução dos trabalhos, senão teremos que analisar aqui 500 mil denúncias. Não é essa a nossa intenção, mas ficará a critério do Plenário, que haverá de ter o bom senso, saber o que deve ou não ser analisado.

Essa é a conduta, o limite que temos que estabelecer para que os nossos trabalhos prossigam na mais absoluta ordem e, mais que isso, para que seja atingido o objetivo pretendido.

Considero, portanto, deferidos os requerimentos de oitiva das pessoas mencionadas pelo Sr. Relator.

Sr. Relator, V. Exª pode repetir os nomes dos primeiros a depor.

O SR. PAULO SOUTO – A Drª Flora Valadares, Presidente do BASA, Dr. Paulo de Tarso, auditor do Tribunal de Contas da União e Antônio de Pádua, funcionário do TRT da Paraíba.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Esse auditor do Tribunal de Contas da União trataria de que ponto, especificamente?

O SR. PAULO SOUTO – Sobre o caso de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esses requerimentos de oitiva das testemunhas estão deferidos para dia e hora já mencionados pelo Sr. Relator e discutidos anteriormente por nós, isso é, a Pre-

sidente do BASA para terça-feira, às 18h; segunda-feira, às 10h, o Sr. Antônio de Pádua, do TRT da Paraíba; e o Dr. Paulo de Tarso, também na parte da manhã de segunda-feira.

Quanto aos requerimentos, evidentemente, todos estão deferidos, pelo que percebi do Plenário. Caso esteja enganado, corrija-me. No que se refere à requisição de documentos, estão todos deferidos. Como se trata de requisição de documentos que estão em repartições, evidentemente, se houver urgência a Mesa deliberará independentemente de oitiva do Plenário, porque se tratam de documentos públicos. Qualquer pessoa pode pedir uma certidão, então também requisitaremos esses documentos. Por exemplo, parece-me que há dezenas de inquéritos feitos pela Polícia Federal a respeito do Tribunal da Paraíba, já que o assunto está em voga, que se requeiram as peças que o Relator entender necessárias, independentemente da manifestação do Plenário.

Deferidas as providências requeridas pelo Sr. Relator, concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, como membro da Comissão, sei que as questões da pauta já foram decididas, mas sei também que não será fácil e gostaria de almejar a V. Ex^a, Senador Ramez Tebet, ao Relator, Senador Paulo Souto, ao Vice-Presidente, Senador Carlos Wilson, e aos demais membros de outra Comissão um trabalho profícuo. Vários daqui participaram daquela CPI dos Precatórios, sabem das altas horas de trabalho e, por certo, percorrerão esses caminhos. Mas sem dúvida nenhuma haverá resultados espetaculares, extraordinários em favor da Justiça brasileira.

Sr. Presidente, quem sabe já decidiram isso já na Comissão, já que estão na fase da metodologia e do equacionamento, mas gostaria de dar uma opinião. Muitos questionam, mas será que não é uma invasão alheia do Poder Legislativo no Poder Judiciário quando se convida ou se convoca alguém da magistratura para vir à Comissão? Entendo que, por exemplo, um juiz vindo à Comissão não seria uma invasão alheia ou extemporânea porque ele viria aqui, na minha opinião, como colaborador, não viria investido do Poder Judiciário, viria como informante a esta Comissão para responder, para colaborar, para coadjuvar com as questões aqui colocadas. Não estaria ali o Poder Judiciário, mas, o informante. Sem dúvida nenhuma, isso colaborará para que a Comissão tenha seus efeitos, e a sociedade brasileira ganhe com isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Aliás, Senador Casildo Maldaner, gostaria de aproveitar a oportunidade das judiciosas considerações de V. Ex^a, porque é uma oportunidade de esclarecermos cada vez mais à sociedade sobre as verdadeiras atribuições e o que é uma comissão parlamentar de inquérito. As primeiras pessoas que ouviremos aqui não comparecerão porque estão sendo acusadas de algo, estarão comparecendo aqui para prestar esclarecimentos. A comissão parlamentar de inquérito ouve pessoas sobre as quais recaem algumas suspeitas ou há indícios de alguma ilicitude praticada por elas; e outras comparecem para esclarecer, para orientar os nossos trabalhos. E não podemos perder de vista que uma CPI além de ser um instrumento de grande valia para elucidação dos fatos, um elemento poderoso para elucidar fatos ilícitos, que posteriormente poderão ou não ser objetos de processos judiciais para responsabilização de seus autores, ela visa também o aprimoramento da legislação, daí por que não tem nada demais se ouvir pessoas aqui que por acaso já foram ouvidas em algum processo, porque elas foram ouvidas em algum processo perante o Poder Judiciário, para determinado fim e poderão ser ouvidas aqui para o mesmo fim ou para um outro, inclusive para esse, que reputo de fundamental importância para nós, que é o aprimoramento da legislação, principalmente no instante em que o País debate e quer debater efetivamente a reforma do Judiciário. Com essas informações, consulto se alguns dos Srs. Senadores ainda quer fazer uso da palavra.

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, fica, desde logo, então, convocada a nossa reunião para a próxima segunda-feira, às 10 horas da manhã, com as duas pessoas convidadas por nós, aqui, para prestarem esclarecimentos, às 10 horas da manhã.

Muito obrigado.

Está encerrada a segunda reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

(Levanta-se a reunião às 19h30min.)

Ata da 3ª Reunião Realizada em 19 de abril de 1999.

Aos dezenove dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e noventa e nove, às dez horas e vinte minutos, na sala 02 da ala Senador Nilo Coelho, reúnem-se os Senhores Senadores Ramez Tebet, Paulo Souto, Geraldo Althoff, Jefferson Peres, Ney Suassuna, Carlos Wilson, Maguito Vilela, José Eduardo Dutra, José Agripino, Moreira Mendes, Pe-

dro Simon e Djalma Bessa, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito "destinada a apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, fatos do conhecimento do Congresso Nacional, e outros divulgados pela imprensa, contendo denúncias concretas a respeito da existência de irregularidades praticadas por integrantes de Tribunais Superiores, de Tribunais Regionais, e de Tribunais de Justiça", presentes também os Senhores Senadores Antonio Carlos Magalhães, Cassildo Maldaner e outros. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Ramez Tebet, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica aos membros e demais participantes da Comissão a presença do Depoente Dr. Paulo de Tarso de Oliveira e que o segundo Depoente encontra-se incomunicável, aguardando a sua vez para realizar seu depoimento.

O Senhor Presidente, Senador Ramez Tebet, de acordo com o art. 203 do Código do Processo Penal, identifica o depoente, que após, assina o Termo de Compromisso. Após explanação inicial do Depoente, o Presidente concede a palavra ao Relator e posteriormente aos demais Senadores pela ordem de inscrição, facultando ao Relator conceder a palavra aos questionamentos levantados no decorrer da exposição do Depoente. Usaram da palavra os Senhores Senadores Maguito Vilela, Geraldo Althof, José Agripino, Carlos Wilson, José Eduardo Dutra, Jefferson Peres, Djalma Bessa e Ney Suassuna. Os Senadores Carlos Wilson e o Senador José Eduardo Dutra apresentam requerimentos por escrito à Presidência da Comissão e o Senador Ney Suassuna requereu oralmente que seja solicitado à Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, o envio à CPI os Relatórios que lhes são encaminhados pelo TCU à partir de 1992, contendo possíveis irregularidades e possíveis investigações que a Câmara dos Deputados procedeu quanto ao TRT/SP. O Presidente, indaga ao Relator, Senador Paulo Souto, se tem mais alguma pergunta, que o faz em seguida. O Presidente, Senador Ramez Tebet, indaga ao Depoente se este lembra-se de mais algum esclarecimento que deseja fazer à Comissão, o Depoente diz que não. O Presidente, retifica o nome do Depoente, Dr. Paulo de Tarso Damásio de Oliveira, agradece a presença e esclarecimentos prestados pelo Depoente, dispensando-o e suspendendo a reunião por três minutos, aguardando a chegada ao recinto do segundo Depoente, Senhor Antonio de Pádua Pereira Leite.

O Presidente reabre a reunião às doze horas e cinco minutos, solicitando aos membros, tanto quanto possível, apresentar os Requerimentos por escrito. O Senhor Presidente, Senador Ramez Tebet, de acordo com o art. 203 do Código do Processo Penal, identifica o Depoente, que assina o Termo de Compromisso. Com a palavra o Depoente esclarece que vários são as denúncias que trás à CPI e inicia sua fala lendo seus apontamentos. O Presidente lembra que o art. 203 do Código de Processo Penal, determina que o depoimento deverá ser prestado oralmente, mas o parágrafo primeiro viabiliza a consulta a seus apontamentos, consultando ao Plenário se o Depoente poderá continuar lendo seus apontamentos. Sem objeção do Plenário e após a exposição do Depoente, o Presidente, Senador Ramez Tebet concede a palavra ao Relator e depois aos Senadores inscritos. Fizeram uso da palavra os Senadores José Agripino, Maguito Vilela, Jefferson Peres, Carlos Wilson, Ney Suassuna, Moreira Mendes, Geraldo Althof e Djalma Bessa. A seguir, o Presidente, Senador Ramez Tebet, convida o Senador José Eduardo Dutra, para funcionar como Relator "Ad Hoc", enquanto o Relator, justificadamente, ausentou-se momentaneamente. O Senador Ney Suassuna requer oralmente que seja oficiado à Comissão de Sindicância do TRT/PB, solicitando cópia integral do que foi apurado em fevereiro de 1996. O Senador Paulo Souto, ao retornar, e assumindo a Relatoria da Comissão, requer oralmente que seja oficiado aos Senhores: Eithel Santiago de Brito Pereira e Dr. José Fernandes de Andrade, como convidados para prestarem esclarecimentos a presente Comissão.

O Presidente, inicia a leitura dos Requerimentos apresentados por escrito, sendo todos aprovados. O Presidente lembra ao Plenário do Depoimento da Presidente do BASA, Dra. Flora Valladares Coelho, a realizar-se na próxima reunião, amanhã, dia 20 de abril (terça-feira) do corrente ano, às onze horas e, na oportunidade irá definir a data da próxima reunião, devido ao feriado do dia 21 de abril. O Presidente, Senador Ramez Tebet, declara encerrada a presente reunião. Não havendo nada mais a tratar, encerrou-se a reunião e, para constar, eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Indago do Plenário se dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, realizada no dia 14 abril. (Pausa.)

De acordo com a vontade do Plenário, é dada como lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

A presente reunião se destina a ouvir os Srs. Paulo de Tarso de Oliveira, auditor-técnico do Tribunal de Contas da União, e o Dr. Antônio de Pádua Pereira Leite, do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba.

Em primeiro lugar, ouviremos o Dr. Paulo Tarso de Oliveira, do Tribunal de Contas da União.

Como se encontra na Casa o Dr. Antônio de Pádua Pereira Leite, do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba, a Presidência determina que S. S^a permaneça em sala adequada, de onde não possa ouvir os esclarecimentos prestados pelo primeiro depoente, Dr. Paulo de Tarso de Oliveira, já presente e sentado ao lado do Senador Carlos Wilson.

Sr. Paulo de Tarso, vou lhe fazer-lhe algumas perguntas de praxe a fim de fazer a sua identificação. Trata-se de uma formalidade legal e essencial.

Qual seu nome completo?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Paulo de Tarso Damásio de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Qual a sua idade?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Trinta e três anos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Qual o seu CPF?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Meu CPF é 022.643.798-12.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Qual seu estado civil?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Casado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Qual sua residência?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - SQN-208, Bl. H, Ap. 107, Brasília, DF.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Qual sua profissão?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Servidor público federal, Analista de Finanças e Controle Externo do Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Qual o local onde exerce sua atividade profissional atualmente?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Brasília, DF.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - É parente, em algum grau, especificamente de alguém do Tribunal de São Paulo?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - V. S^a se compromete, nos termos do art. 203 do Código do Processo Penal, sob as penas da lei, de dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Concedo a palavra a V. S^a para uma explanação preliminar, se quiser fazê-la; senão, vamos direito às perguntas. Como temos conhecimento de que V. S^a participou de trabalhos referentes ao objeto de que trata esta CPI, gostaríamos de ouvir primeiro sua explanação.

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Pois não, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, gostaria de esclarecer a minha forma de participação no presente trabalho. Esta se restringiu a um parecer como assessor da Secretaria de Auditorias e Inspeções do Tribunal de Contas da União, chamada ao processo por ser uma unidade técnica especializada em licitações e obras.

Fazendo um breve relato dos fatos, posso dizer que, no período de 26/10 a 13/11 de 1992, a Secretaria de Controle Externo do Estado de São Paulo, unidade técnica regional do TCU, fez uma inspeção ordinária no Tribunal Regional do Trabalho da 2^a Região - São Paulo. Essa inspeção visava, especificamente, às áreas de licitações e dispensas de licitações.

No decorrer dessa inspeção, a equipe detectou diversos procedimentos licitatórios e centrou foco em um que lhe chamou mais a atenção pelo volume de recursos geridos, que era a Concorrência nºa01, de 1992, cujo objeto era a aquisição e/ou construção de um edifício para a instalação das Juntas de Conciliação e Julgamento da 2^a Região do TRT. Analisando mais profundamente esse procedimento licitatório, a equipe de inspeção detectou algumas possíveis irregularidades, que destaco agora: inexistência de projeto básico; falta de inclusão do projeto no Plano Plurianual; previsão de pagamento sem contraprestação de serviços; realização de pagamentos antecipados sem contrato e sem garantia; adjudicação da concorrência e assinatura do contrato com terceiro estranho ao procedimento licitatório; efeitos retroativos ao contrato; inexistência de cronograma físico e financeiro para o acompanhamento das obras; ausên-

cia de cláusulas exorbitantes em favor da administração, o que é praxe em contratos administrativos, e a presença de cláusulas consideradas pela equipe como leoninas, em desfavor da administração.

Houve outras irregularidades de menor monta, que estão todas constantes do processo. Feitas essas constatações pela equipe de inspeção da Secex/São Paulo, essa mesma equipe propôs um encaminhamento com as seguintes providências: fixação de prazo para a anulação da licitação e do correspondente contrato; a juntada do processo de inspeção às contas do órgão para que fossem analisadas em conjunto; a adoção de providências para a devolução ao Erário dos valores pagos antecipadamente e, segundo a equipe, pagos indevidamente; a solicitação do envio de documento materializador de consulta feita pelo TRT de São Paulo à delegacia do patrimônio da União, que é uma exigência legal que deve preceder a qualquer aquisição ou contratação de obra pública, para evitar que se faça despesas, sendo que existe algum edifício ou instalações que poderiam suprir a necessidade da administração; foi proposta ainda a audiência dos responsáveis sobre as diversas irregularidades apontadas pela equipe de inspeção.

O processo seguiu o seu curso no Tribunal e foi autorizada, preliminarmente, a realização da audiência aos responsáveis: o Senhor Presidente do TRT, Dr. Nicolau dos Santos Neto e a equipe, a comissão de licitação. A Comissão apresentou a sua resposta às audiências em relação às diversas irregularidades em 19/4/93. Esse pronunciamento dos responsáveis foi analisado novamente pela equipe de inspeção e pelos superiores hierárquicos na Instância técnica do Tribunal de Contas em São Paulo. Analisadas as audiências, a equipe de inspeção manteve o seu posicionamento quanto à irregularidade dos fatos e propôs, então, como encaminhamento final, a devolução dos valores pagos indevidamente, solidariamente pelo Juiz Presidente do Tribunal e os Srs. Membros da Comissão de Licitação; a fixação de prazo para a anulação da concorrência e o desfazimento do correspondente contrato; aplicação de multa aos responsáveis na forma definida na Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União; e, ainda, o encaminhamento ao Ministério Público para que ele se pronuncie sobre as ações cabíveis nesse caso.

Em 15-7-93, a empresa interessada apresentou pedido de vista ao processo e esse pedido foi concedido. Então, a partir daí, algum tempo depois, a empresa, por meio do seu representante legal,

apresentou uma defesa, querendo comparecer aos autos como interessada que era e, nessa defesa, juntou pareceres de diversos juristas renomados.

Esse pronunciamento da empresa contratada foi analisado novamente pela Secretaria de São Paulo, que, mais uma vez, se pronunciou pela manutenção das propostas de encaminhamento anteriormente feitas.

Após isso, o Sr. Relator do processo solicitou o pronunciamento da Caixa Econômica Federal, como instituição pública especializada em contratos de financiamento e em contratos de obras públicas, para que ela se manifestasse sobre a legalidade desse contrato. A Caixa Econômica Federal, por meio de funcionários qualificados, forneceu seu parecer, que, em alguma medida, corroborou o entendimento da unidade técnica, com algumas divergências, e, no bojo desse parecer, apontou para uma possível ocorrência de sobrepreço na obra, fato que não havia sido aventado até o momento.

Após todas essas análises, ressentindo-se da necessidade de um parecer mais conclusivo, o processo foi encaminhado, por meio da Presidência do Tribunal, à Secretaria de Auditoria e Inspeções para que ela se manifestasse sobre todos os fatos ali narrados. Foi esse o momento e o motivo pelo qual fui chamado a dar meu parecer no processo.

Em meu parecer, após fazer um resumo de todos os fatos até então ocorridos, passo a discutir uma questão que me pareceu fundamental para o deslinde da matéria, que é a questão da natureza jurídica do contrato firmado e da licitação feita entre o TRT de São Paulo e a empresa contratada, Incal Incorporações S. A.

Os pareceres jurídicos apresentados todos se ativeram à argumentação de que o contrato não tratava de uma obra pública e sim de uma aquisição de bem imóvel para entrega futura. Toda a argumentação, então, é feita em cima dessa premissa e todas as conclusões dos senhores pareceristas, em nome da empresa e da administração – TRT 2ª Região – são feitas com base nessa premissa, de que o contrato seria privado de aquisição de bem imóvel para entrega futura.

Passamos a analisar então a argumentação e chegamos à conclusão de que não era possível esse entendimento, porque, a prevalecer essa tese, a administração pública poderia simplesmente, no limite, vir a abolir os contratos de obras públicas, na medida em que seria possível, daí para a frente, que qualquer construção que se pretendesse, até de uma usina hidrelétrica, por exemplo, fosse feita com

base em um contrato para aquisição de uma usina hidrelétrica pronta a ser entregue daqui a três anos. Isso de forma a afastar todas as exigências legais relativas à contratação de obras públicas e com todos aqueles procedimentos estabelecidos pela lei, para o resguardo dos interesses da administração pública.

Fundamentando nosso entendimento, chegamos à conclusão de que a tese da administração e da empresa contratada não poderia vingar. A partir dessa nossa constatação, concluímos em consonância com os outros pareceres técnicos até então expostos, segundo os quais aquelas diversas irregularidades estariam sendo cometidas.

A partir daí, passamos a analisar um indício de sobrepreço que estava, a nosso ver, presente nos autos a partir do pronunciamento da Caixa Econômica Federal, que apontou em primeiro lugar, para uma possível diferença de 20% entre o custo da obra, mais o terreno, e o valor do contrato. Posteriormente, fizemos uma análise com base no valor real do terreno – pelo menos o valor constante da escritura pública de compra e venda – e mais o valor despendido até o momento, e chegamos à conclusão de que, de fato, o custo do empreendimento poderia estar sendo bastante superior ao que se praticava normalmente no mercado.

Esses indícios se fundamentaram também em afirmativa da própria empresa contratada e em pesquisas feitas no mercado local que apontavam para um custo unitário, por metro quadrado, de U\$1.500 à época, para empreendimentos de padrão constitutivo bastante sofisticado e até superior ao caso em tela, em localização também mais privilegiada, segundo as informações constantes dos autos, ao passo que o custo do processo à época, o custo do presente empreendimento era de U\$1.626 por metro quadrado.

Esse fato, por si só, não embasaria uma suspeita de superfaturamento ou de sobrepreço, mas o que levou à suspeita foi o fato desses custos estarem sendo comparados ao custo de obras prontas, ao passo que o custo de uma obra financiada com recursos da administração não conta com os correspondentes custos financeiros incorridos nessas obras, uma vez que a administração adiantou recursos para a empresa, não havendo dessa forma os custos financeiros, que são bastante significativos nesse tipo de empreendimento. Ficou, assim, o indício de que poderia haver um sobrepreço nessa obra.

Em função de todos esses fatos, propusemos, em consonância com o que já havia sido proposto,

que fossem adotadas as medidas saneadoras e punitivas aos responsáveis. Além disso, propusemos que fosse feito levantamento de custo para apurar essa situação real, já que o que tínhamos até o momento eram apenas indícios. Propusemos ainda que, mesmo que o tribunal não viesse a adotar aquelas medidas propostas, já antevendo possivelmente algumas dificuldades de ordem legal, uma vez que a própria Constituição Federal não dá ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas da União competência para o desfazimento de contratos do Poder Judiciário, fossem adotadas outras medidas, mesmo que o contrato estivesse em continuidade, que garantissem o resguardo dos interesses da Administração, tais como o aditamento do contrato para supressão de todas as cláusulas leoninas favoráveis à empresa contratada, a inclusão de cláusulas prevendo garantias e a supremacia da Administração no contrato, a imediata transferência da propriedade do terreno para o TRT de São Paulo, coisa que até o momento da nossa análise não havia sido feita, o levantamento dos custos e o sobrestamento do processo até que as questões fossem esclarecidas.

Esse foi o teor do nosso pronunciamento e acredito que, daqui para frente, me colocaria à disposição para eventuais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Seguindo uma tradição nas Comissões Parlamentares de Inquérito, concedo a palavra inicialmente ao Senador Paulo Souto, na qualidade de Relator, e depois seguiremos a ordem de inscrição. Não obstante, faculto ao Relator, mesmo quando V. S^a estiver respondendo a alguma pergunta de outro Senador, fazer uma breve intervenção.

Portanto, com a palavra o Senador Paulo Souto.

O SR. PAULO SOUTO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, se for possível, para facilitar, prefiro fazer as perguntas e que elas fossem sendo respondidas, ao invés de fazer uma série de perguntas por vez.

Conforme consta dos autos, a licitação foi aberta com quatro opções de apresentação de propostas, ou seja, qualquer proponente podia apresentar uma das quatro opções, que eram as seguintes: a aquisição de um imóvel construído, acompanhado de projeto de adaptação com o respectivo prazo de execução e entrega; ou a aquisição de um imóvel em construção, acompanhado de projeto de adaptação com o respectivo prazo de execução e entrega; ou ainda a aquisição de terreno com projeto aprovado, que deverá acompanhar projeto de adaptação;

ou ainda a aquisição de um terreno com projeto elaborado especificamente para o Tribunal. Então, qual quer um poderia apresentar uma dessas quatro formas para o julgamento da licitação. A pergunta é a seguinte: na sua experiência como analista do Tribunal de Contas da União, V. S.^a tem conhecimento de alguma licitação dessa magnitude elaborada da forma similar a que foi feita pelo Tribunal Regional do Trabalho na 2ª Região? É usual essa forma de licitação na administração pública? Essa forma de licitação realmente dificulta ou não o julgamento das propostas apresentadas?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA -

Srs. Senadores, de fato, a contratação em tela, como, aliás, definido pelos próprios pareceristas contratados pela empresa Eimcal, é *sui generis*. Até o momento, na minha experiência no Tribunal de Contas da União, não conheço nenhuma outra licitação feita nesses moldes. Esta é a resposta às duas primeiras perguntas.

Como, inclusive, consta no parecer que realizamos no processo, parece-me que esta forma não seja a mais adequada. Em primeira lugar, porque ela gerou uma certa confusão no processo, causando uma restrição do caráter competitivo da licitação. Retiraram o edital 29 empresas, quatorze participaram de uma reunião para esclarecimento de dúvidas e apenas três apresentaram propostas, das quais apenas duas foram qualificadas. Isso, para um contrato da magnitude de US\$139 milhões, um contrato bastante expressivo para a execução de um objeto relativamente corriqueiro, que é a construção de um edifício de dezenove andares, quatro subsolos etc, mas sem nenhuma característica que exigisse qualificação extraordinária por parte dos empreiteiros. Então, só por esse fato, eu já diria que não considero adequada a forma como a licitação foi feita.

Além disso, embora constem do edital de licitação critérios para o julgamento da proposta, critérios que, aparentemente, seriam objetivos, esses critérios foram elaborados para uma licitação do tipo técnica e preço, em que, na forma definida pelo Decreto de Lei nº 2300, então vigente, a técnica e o preço eram considerados simultaneamente, cada um com seu peso, para, ao final, chegar-se a uma classificação entre as empresas licitantes. Primeiramente, não se chegou a concretizar uma dúvida quanto à adequação dessa forma com relação à objetividade do julgamento, porque apenas – até pela restrição ao caráter competitivo da licitação – duas empresas apresentaram propostas qualificadas e tão somente para a última forma possível, que é o terreno com

projeto específico, certo? Então, na verdade pôde-se comparar coisas comparáveis. Por outro lado, se outras empresas tivessem apresentado objetos das formas previstas nas outras modalidades – imóvel corruído, novo ou usado, imóvel em construção com projeto de adaptação, terreno com projeto aprovado e adaptação – teria sido, na nossa opinião, bastante difícil essa comparação. Mas como essa hipótese não se configurou, não nos ativemos a esse problema.

O SR. PAULO SOUTO – O senhor considera, por exemplo, normal o fato de a empresa que ganhou a licitação não ter sido a empresa que assinou o contrato? Segundo: tanto a empresa que ganhou a licitação como a que assinou o contrato tinham pré-qualificação para participar? Era uma empresa, pelo que soube aqui, na área de indústria e comércio, de alumínio. Ela estava normalmente qualificada para participar de uma incorporação de um prédio de 140 milhões de dólares? E a que o senhor atribui o fato de a empresa que ganhou não ter sido a empresa que assinou a licitação. Não deixa de ser estranho o fato de que quem ganhou a licitação não foi quem assinou o contrato. E, ainda mais: quero que confirme se essa empresa que assinou o contrato era uma empresa já existente ou uma empresa formada, eu diria, pouco antes de se assinar o contrato. Pelo que li, era o que teria acontecido. A empresa foi constituída talvez poucos dias antes, para assinar o contrato.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu completaria, se o relator me permite, que V. Ex.^a declinasse se tem lembrança do nome dessas duas empresas.

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA – Sim, senhor.

O SR. CARLOS WILSON – Sr. Presidente, pela ordem. Só para colaborar, acho que precisava primeiro esclarecer quais foram as duas que participaram. Outra indagação: a que não participou contestou ou foi ela que assinou o contrato? Acho que isso é importante.

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA – Respondendo então a essa questão preliminar, o nome das empresas participantes da licitação são: Incal – Indústria e Comércio de Alumínio Ltda, que apresentou a qualificação econômica e financeira e os demais requisitos de habilitação, e um consórcio formado pelo Grupo OK e pela construtora Augusto Veloso. Essa foi a outra empresa que foi qualificada. Além disso, apresentou proposta a empresa Empreendimentos Patrimoniais Santa Gisele, que foi

desqualificada por ter apresentado um terreno, segundo a administração, muito pequeno, que não teria condições de comportar o prédio de que a administração precisava.

Bom, a empresa com a qual foi contratada efetivamente a obra é Incal Incorporações S/A, exatamente. Uma empresa cujo controle acionário pertencia majoritariamente à Incal Alumínio e tinha uma participação minoritária de um outro grupo.

Bom, então respondendo na ordem as questões feitas, não nos parece normal e nem tampouco legal a administração pública firmar contrato com terceiros estranhos ao procedimento licitatório. Essa é uma vedação bastante clara na legislação e ela é até óbvia. Porque se a licitação é feita para a seleção das empresas que estariam aptas a contratar com a administração, não faria nenhum sentido se a contratação se desse com um terceiro que não participou dessa licitação. No caso presente, a empresa com a qual a administração contratou era uma empresa subsidiária da Incal Indústria e Comércio de Alumínio. Ela foi criada, respondendo à pergunta, após o lançamento do edital – a data precisa que tenho aqui... Nestas horas, é sempre difícil achar. Mas... só um momento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a fique tranqüilo, pois, pelo Código de Processo Penal, V. S.^a tem o direito de fazer consultas às suas anotações.

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Então, pediria apenas um momento. (Pausa.)

Segundo consta do parecer, a Assembléia de constituição da Incal Incorporações é do dia 19 de fevereiro de 1992. Portanto, em data posterior ao lançamento do edital.

O que nos parece que aconteceu no presente caso é que a empresa que participou da licitação, nas fases de habilitação, era uma empresa já constituída no mercado, que detinha, pelo menos em tese, qualificação econômico-financeira e já tinha todos os documentos, inscrição, regularidade fiscal etc.

Agora, quando da assinatura do contrato, ela não poderia participar, porque o próprio edital previa a necessidade de inscrição no Conselho Profissional correspondente – no caso, o CREA. Como a empresa Incal – Indústria e Comércio de Alumínio –, inclusive, pelo seu contrato social, não atuava no ramo de construção civil e incorporações, ela constituiu essa empresa subsidiária para que essa empresa arcasse com a contratação. Essa empresa está destacado no parecer – foi constituída com um capital subscrito bastante pequeno e o capital integrali-

zado era menor ainda, da ordem de US\$ 69 (sessenta e nove dólares) e, posteriormente, chegou a arcar com um contrato de monta da ordem de alguns milhões de dólares, o que foi apontado, em nosso parecer, como algo impróprio.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Relator, só um minutinho, porque precisamos esclarecer, para termos base.

O SR. PAULO SOUTO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a declarou, no início, que – para esclarecer, quero dar chance a todos os Srs. Senadores – que o Tribunal não dispunha de projeto básico.

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - O que serviu? As firmas, que iam participar de uma licitação com quatro hipóteses, que base teriam para apresentar? O que o Tribunal disse que queria? Ele queria uma sede, mas de que forma era essa sede? De que tamanho era essa sede? E como o Tribunal se apresentou para essa licitação? Esse é o ponto básico.

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Depois, retornarei a palavra ao Senador.

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Tudo bem! O Tribunal definiu a sua necessidade... – porque o projeto básico se presta basicamente para isso, para que a Administração diga o que precisa, para que, a partir dessa definição, o ente privado que vai participar de uma licitação faça as suas propostas, e essas propostas sejam comparadas.

A Administração definiu as suas necessidades, no entender dos pareceres técnicos, de forma muito vaga; ela apenas disse que queria contratar um espaço físico – não define exatamente como –, queria que fosse aglutinado em um único local geográfico, mas disse apenas o número de Juntas de Conciliação e Julgamento que ela gostaria de abrigar, que seriam as 79 já existentes, com mais algumas já previstas para criação em lei, mas não criadas por falta de espaço físico, e mais algumas previstas também em projeto de lei tramitante no Congresso à época, o que perfazia, no total, espaço suficiente para 111 Juntas de Conciliação e Julgamento. E estabelecia que as empresas interessadas que quisessem saber maiores detalhes deveriam comparecer às instalações atuais do TRT para que ali vissem em que implicaria cada uma dessas 111 Juntas de Conciliação e

Julgamento, para que, com base nessa observação, fizessem as suas propostas.

Então, na verdade, a competência para a efetivação do projeto básico foi atribuída às próprias empresas contratadas.

O SR. PAULO SOUTO – Antes de fazer a próxima pergunta, só para tentar recapitular, o que tivemos foi então: uma empresa que ganhou a concorrência, embora com todas as evidências de não ter qualificação para isso, e não foi a empresa que assinou o contrato, foi uma outra. Essa empresa que assinou o contrato foi constituída poucos dias antes da assinatura do contrato.

A outra pergunta é a seguinte: parece-me que a modalidade que a empresa vencedora apresentou seria, dentre aquelas quatro previstas, aquela última, que seria a aquisição do terreno com projeto elaborado especificamente para o Tribunal.

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA – Exato.

O SR. PAULO SOUTO – Bem, de tudo o que eu li aqui, na época da apresentação da proposta, essa empresa não apresentou prova de propriedade do terreno. É verdade?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA – Exatamente.

O SR. PAULO SOUTO – Então, ela não possuía o terreno para a construção da obra.

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA – Exato. A empresa que firmou o contrato com o TRT não possuía a propriedade do terreno, o que, inclusive, feriu os dispositivos do edital de licitação, que previa essa exigência.

O SR. PAULO SOUTO – Independente de todos os aspectos que vieram posteriormente, o que eu acho é que há, realmente, fatos que tornam increditável como essa empresa pudesse ter sido qualificada e vencedora da licitação se não tinha sequer o terreno para a construção dessa obra.

O SR. CARLOS WILSON - Sr. Relator, se não me engano, a empresa tinha uma promessa de compra e venda. Ela apresentou, na concorrência, uma promessa de compra e venda de um terreno, não foi isso?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA – Não, na verdade, a empresa tinha apenas um compromisso verbal da então proprietária do terreno, que era uma outra empresa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Compromisso verbal?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Compromisso verbal.

O SR. PAULO SOUTO – Bem, a próxima pergunta é a seguinte: segundo seu parecer, o Tribunal Regional do Trabalho efetuou adiantamentos à Encargo Incorporadora que, somados, atingiram a soma expressiva de US\$ 21 milhões, cinco meses antes da assinatura do contrato e um ano antes do início da obra. Isso é verdade?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Isso é verdade?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA – É verdade, confirmo.

O SR. PAULO SOUTO – A pergunta que vou fazer é se em toda a sua carreira de auditor o senhor já se deparou com outro caso de um órgão público que desse um adiantamento da ordem de 16% para uma empresa que, como se disse aqui, tinha um capital de US\$ 69, sem ao menos ter sido assinado o contrato.

A pergunta posterior é a seguinte: que garantias reais tinha o Tribunal Regional do Trabalho, por exemplo, para recuperar esse dinheiro – que não foi pouco, mais de US\$20 milhões -, caso acontecesse, como efetivamente aconteceu, alguma coisa na realização da obra?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - A resposta é: na minha experiência profissional, e consultando a jurisprudência do Tribunal, não tenho conhecimento de nenhum outro contrato feito e executado nesses termos, com adiantamento de tamanha monta e inclusive desprovido de garantias. O Tribunal de Contas da União, em reiteradas decisões, já estabeleceu que o pagamento antecipado, segundo inclusive permissivo legal, é permitido em hipóteses restritas e justificadas, desde que haja a devida prestação da garantia. E no caso de entrega de bens pela Administração para o particular, essa garantia deve ser do mesmo valor do bem entregue.

No caso, inclusive, consideramos que foi entregue à contratada um dos bens mais fungíveis e mais cobiçados, que é o próprio dinheiro, e esse bem foi entregue sem a existência de qualquer garantia, o que implicou risco bastante expressivo para a Administração vir a não ter como reaver o prejuízo, no caso de inadimplemento da empresa contratada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua com a palavra o Sr. Relator.

O SR. PAULO SOUTO – De tudo que foi examinado, como os próprios pareceres do Tribunal e da Caixa Econômica, parece haver indício bastante forte de que há sobrepreço na execução da obra? Essa é a pergunta.

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Foi a impressão que tivemos, na realização do meu parecer com base nos elementos até então constantes dos autos, de haver indícios da ocorrência de sobrepreço.

Eu não diria que havia provas, porque, se houvesse, eu teria proposto no parecer medidas tendentes ao ressarcimento do valor do sobrepreço. Mas como entendemos que havia indícios, propusemos que se aprofundasse a investigação.

A ocorrência dos indícios, para nós, se deu pelo fato, primeiro, de o preço do metro quadrado constante do contrato ser superior – apesar de a diferença não ser não grande – aos valores praticados no mercados para empreendimentos mais completos do que aquele, mas com o agravante de que, comparando, no caso, um prédio entregue já pronto, com os todos os custos financeiros embutidos, com uma obra pública totalmente financiada pelo Erário, com pagamentos adiantados, ou seja, a empresa teria incorrido em lucros financeiros, e não em custos financeiros. Isso deveria ter-se revertido em vantagem para a Administração, o que não foi detectado por nós até o momento do parecer.

O SR. PAULO SOUTO – Apenas para ficar claro, pois o Presidente já havia me perguntado, houve um adiantamento da ordem de US\$21 milhões antes até mesmo da assinatura do contrato?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Exato. O contrato, segundo previam as cláusulas do edital, seria firmado com a transferência do terreno para a propriedade da empresa e a assinatura da promessa de compra e venda, aí sim, da empresa contratada com o Tribunal.

Na verdade, o contrato, partindo daquela premissa defendida pela empresa e seus pareceristas, de que era uma contrato civil de compra de coisa futura, ele não seria administrativo, e sim uma escritura de compra e venda. E como a coisa ainda não existia, o contrato, então, seria uma promessa irratável de compra e venda.

No Direito Civil, pode vir a se configurar um direito real desde que a coisa, da qual trata o contrato, venha a existir. Nesse caso, pode-se exigir a adjudicação compulsória do bem ao promissário comprador.

Mas, no caso de inexistir esse objeto, o comprador fica, na verdade, bastante desprovido de garantia.

O SR. PAULO SOUTO – A última pergunta, Sr. Presidente, dessa primeira fase é a seguinte: até o momento em que V. S^a interveio no processo, havia

algum critério para as liberações? Se não havia sequer um projeto básico, um cronograma físico-financeiro, como esses recursos eram repassados para a empresa?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - O critério era a cronologia de desembolsos financeiros, estabelecida no contrato. Simplesmente como se faz uma compra à prestação...

O SR. PAULO SOUTO – Sem relação com a...

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Sem correlação com a execução das obras efetivamente. Tanto é assim que foi constatada, até o momento da nossa análise, uma defasagem bastante grande entre os desembolsos financeiros e a execução física do contrato.

O SR. PAULO SOUTO – V. S^a se lembra de quanto era essa defasagem aproximadamente? Quanto havia sido executado da obra e quanto já havia sido pago até o momento de seu parecer?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Até 24 de janeiro de 1994, segundo o levantamento feito pela Caixa Econômica Federal e ajustado por nós, o percentual executado do contrato era de 11,01%, na parte física. Ao passo que já haviam sido pagos 56,6 milhões de dólares, correspondentes a 40,63% do cronograma de desembolso financeiro.

O SR. PAULO SOUTO – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de conceder a palavra ao Senador Maguito Vilela, primeiro inscrito, permita-me indagar de V. S^a o seguinte: Por ocasião dessas inspeções que V. S^a fazia, o seu trabalho se limitava ao exame de documentação, vistoria *in loco* e coisas assim ou V. S^a mantinha entendimentos, no caso, com o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, afim de poder sanar alguma dúvida que V. S^a pudesse ter? V. S^a se limitava à parte escrita ou aprofundava essa inspeção conversando com setores do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - No caso presente, participei do processo apenas como parecerista, após a inspeção realizada por outra equipe.

De praxe, o procedimento do Tribunal é o seguinte: levantadas as informações *in loco*, havendo dúvidas quanto aos dados coletados, a própria equipe de auditoria já procede às diligências, no local, e, se houver necessidade, pede para que o Relator do processo solicite oficialmente pelo Tribunal o atendimento dessas diligências, o que, inclusive, se desa-

tendido, poderá ensejar sanção para os responsáveis.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Presidente do Senado Federal, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de saber do Dr. Paulo, objetivamente, o seguinte: esse é um contrato inédito, nunca antes visto no Brasil?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Da minha parte, eu diria que sim. Da minha experiência profissional jamais vi um contrato dessa natureza.

O SR. MAGUITO VILELA – Inédito sob todos os aspectos. V. S^a disse que mais de vinte empresas compraram o edital.

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Foram 29.

O SR. MAGUITO VILELA – 14 participaram de uma reunião e apenas 2 se habilitaram. Isso confere?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Três apresentaram documentação e apenas duas foram qualificadas.

O SR. MAGUITO VILELA – A vencedora criou uma subsidiária para assinar o contrato?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Exato.

O SR. MAGUITO VILELA – A outra empresa não contestou nada?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - A outra empresa apresentou apenas um recurso, segundo meu conhecimento. Foi com relação ao julgamento da licitação em si. Ela contestou a classificação quanto a um quesito relativamente ao número de vagas de estacionamento, para o qual ela teria, supostamente, apresentado melhores condições e foi classificada em segundo lugar em relação à empresa vencedora.

Esse é o único recurso do qual tenho conhecimento, pelos elementos constantes dos autos.

O SR. MAGUITO VILELA – Ficou apenas nesse recurso?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Exatamente, ele foi indeferido pela própria comissão. Inclusive, essa é uma das irregularidades apontadas pela equipe de inspeção, uma vez que o recurso deve ser analisado por instância superior.

O SR. MAGUITO VILELA – Eu gostaria de saber ainda se o sobrepreço a que V. S^a se refere foi detectado pelo TCU ou pela Caixa Econômica Federal?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - A Caixa, em momento algum, usou o termo "sobrepreço", mas, pelas informações que ela apresentou, deixou transparecer a existência de preço incompatível com o praticado no mercado, razão pela qual, investigando um pouco mais, chegamos à conclusão de que haveria indícios dessa ocorrência.

O SR. MAGUITO VILELA – Mas o sobrepreço só passou a ser motivo de observação após o parecer da Caixa Econômica Federal. Antes não.

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Exatamente. Exatamente, antes não havia sido detectado.

O SR. MAGUITO VILELA – Eu gostaria de saber quantos pareceres jurídicos foram dados favoráveis à assinatura desse contrato?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Além do parecer do próprio...

O SR. MAGUITO VILELA - E se teve algum parecer contrário.

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Quantos pareceres jurídicos da parte da própria empresa?

O SR. MAGUITO VILELA – Exato.

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Os pareceres apresentados pela empresa interessada e a contratada foram três. Três pareceres de juristas renomados.

O SR. MAGUITO VILELA Contratados pela empresa.

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Contratados pela empresa.

O SR. MAGUITO VILELA - Sim. V.S^a teria os nomes dos juristas?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Sim. Os juristas contratados pela empresa foram: Sr. Miguel Reale, Sr. Toshio Mukai e Sr. José Afonso da Silva.

O SR. MAGUITO VILELA - Isso por parte da empresa. E houve pareceres pedidos pelo TCU ou por alguma outra instituição ou só esses pareceres foram, estão incorporados no processo?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - O TCU normalmente atua com os pareceres do seu próprio corpo técnico. Os demais pareceres constantes dos autos são pareceres dos diversos técnicos que analisaram as questões e, também, do Ministério Público junto ao TCU, que se manifestou favoravelmente ao posicionamento das instâncias técnicas.

O SR. MAGUITO VILELA – Todos?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Exato.

O SR. MAGUITO VILELA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Maguito Vilela, só um minutinho.

Esses pareceres foram dados depois de iniciada a inspeção pelo Tribunal de Contas da União?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA – Sim. Os pareceres foram dados a partir de questão feita pela empresa após pedido de vista dos autos, quando esses já se encontravam no gabinete do Relator. A empresa pediu para ingressar no processo como parte interessada, como de fato era, e apresentou uma defesa antevendo o risco de se vê prejudicada por qualquer decisão que o Tribunal viesse a adotar. E nessa defesa que ela apresentou ela anexou esses diversos pareceres.

O SR. MAGUITO VILELA – A última pergunta. Pelo que entendi da exposição de V. S^a, tudo isso foi levado ao conhecimento do Ministério Público. Quais as providências que o Ministério Público tomou a respeito desse caso?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Que seja do conhecimento de V. S^a.

O SR. MAGUITO VILELA – Exatamente.

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA – Exato. Até o momento da minha atuação houve apenas as propostas de encaminhamento e eu não tenho conhecimento do desenrolar desses fatos. Tenho conhecimento da existência de um processo hoje no Tribunal de Contas da União, que foi iniciado a partir de uma solicitação do Ministério Público Federal sobre esse processo, a esse caso e esse processo encontra-se no momento sob a relatoria do Ministro Adhemar Ghisi, no Tribunal de Contas da União.

O SR. MAGUITO VILELA – Porque, na realidade, tem sete anos.

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA – Exato.

O SR. MAGUITO VILELA – Sete anos. E quando foi encaminhado ao Ministério Público, V. S^a sabe aproximadamente quando este processo foi remetido ao Ministério Público?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA – Eu não tenho conhecimento.

O SR. PAULO SOUTO – Se eu pudesse esclarecer...

O SR. MAGUITO VILELA – Pois não.

O SR. PAULO SOUTO – Eu não posso dizer exatamente a origem, mas eu sei que o Ministério Público está em pleno andamento o inquérito civil público, que começou em 97, uma ação Cautelar com pedido de Medida Liminar, que é um pouco

mais recente, e uma terceira medida que eu não sei exatamente... Enfim, a reforma jurídica. Mas sei que há três ações no Ministério Público com relação a esse caso em andamento.

O SR. MAGUITO VILELA – Está.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO SOUTO – Que aliás devem ser objetos de apreciação dessa Comissão em futuras Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Geraldo Althoff, o segundo inscrito.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores,

Dr. Paulo, durante o transcorrer das suas informações o senhor fez uma referência ao termo licitação **sui generis**. Eu gostaria que o senhor nos especificasse detalhadamente o que é na sua visão, e neste caso, uma licitação **sui generis**?

E a segunda pergunta que eu gostaria de fazer é que se o senhor não acha estranho que uma licitação no valor referido de quase 140 milhões de dólares, com quatro alternativas de propostas, tenha somente a participação de 3 empresas no processo licitatório?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA – Sim senhor. O caráter **sui generis** da licitação a que nos referimos. Em primeiro lugar, essa designação foi utilizada pela própria defesa da empresa contratada. Todos os pareceristas renomados utilizaram essa denominação para tentar afastar do presente caso a obrigatoriedade de observância dos diversos dispositivos aplicados à contratação de obras públicas. Então, os próprios causídicos usaram essa expressão e, de fato, a expressão **sui generis** parece-me adequada, primeiro pelo ineditismo do objeto, definido de forma tão ampla e imprecisa, eu diria, o que veio a causar dificuldades, talvez até para a própria formulação das propostas que veio causar dificuldades pelo menos potenciais, para comparação dessas propostas e, também, com relação à forma de execução desse contrato com o adiantamento, pela administração, de quantias vultosas ao particular, sem a exigência de devida garantia e sem a observância da contraprestação do serviço, por parte desse particular, com a assunção de riscos bastantes grandes por parte da administração, em todo esse processo. Todos esses caracteres me levam a crer que, de fato, essa licitação é bastante inédita e bastante **sui generis** e no nosso parecer é pouco re-

comendável, segundo o próprio Tribunal veio a decidir posteriormente.

Causou-nos estranheza, também, que uma licitação de tamanha monta, como já dissemos, anteriormente, com o objeto relativamente prosaico e simples, sem maiores complicações, ou seja, acho que é um bom negócio para qualquer empreiteira e apenas 3 empresas tenham apresentado propostas. Seria especulação tentar descobrir os motivos. Como eu falei no parecer, eu penso que um dos motivos teria sido a própria forma rebuscada e pouco clara, como foi feita a licitação e foi definido o objeto. A exigência de um terreno de propriedade da empresa para posterior construção é, também, um fator que veio dificultar, o que, posteriormente, até deixou de ser exigido pela administração na medida em que a empresa contratada não tinha a propriedade desse terreno.

Então, de fato, causa-nos estranheza, sim, a pouca participação das empresas e um dos possíveis motivos que nós aventamos seria esse.

O SR. PAULO SOUTO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PAULO SOUTO - É só para efeito de esclarecer uma pergunta anterior - eu não vou dar nenhuma opinião sobre isto. Eu apenas gostaria de transcrever alguns trechos daquele primeiro Relatório que foi apresentado pelo Tribunal de Contas. O primeiro deles é com relação ao Parecer - porque a Caixa estabeleceu três preceitos: um técnico, um econômico-financeiro e um jurídico. As perguntas do nobre Senador Maguito Vilela me parecem que se refere ao parecer econômico-financeiro e ao parecer técnico. Quanto ao parecer econômico-financeiro é a transcrição do Relatório do Tribunal. Ele diz o seguinte:

"Realização de concorrência" - o que nós já vimos - "com descrição um tanto vaga do seu objeto." Ou seja: poderia ser para aqueles quatro casos.

"Quanto a adjudicação da concorrência, em caso de incorporações, entendemos que a mesma foi feita de forma indevida, uma vez que a empresa não comprovou a necessária capacidade econômica-financeira, para assumir o empreendimento, já que a empresa era recém-constituída."

"Realização de diversos pagamentos à Incal no período de abril a julho de 1992 que totalizaram 63% do total da entrada e, aproximadamente, 15% de toda a proposta. Quer dizer: a empresa recebeu

15% de toda a proposta, antes de assinar o contrato."

Com relação ao parecer técnico, o item 28 do parecer do Tribunal de Contas diz o seguinte: "Outras falhas foram apontadas pela engenheiro da Caixa Econômica Federal referentes ao critério de classificação das propostas. Quanto à avaliação do custo do imóvel adquirido, após cuidadosa pesquisa no mercado, considerando diversos elementos de comparação, foi constatado que o preço de aquisição ficou cerca de 20% acima dos valores do mercado". É isso o que diz também o parecer da Caixa Econômica, com a observação de que esse preço não foi comparado a obras concluídas. Efetivamente, esse não foi o caso da obra, que foi construída com desembolsos constantes e adiantamentos do poder público. Apenas para esclarecer a pergunta feita pelo Senador Maguito Vilela.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, creio que, depois da exposição do Dr. Paulo de Tarso Oliveira, fica, pelo menos em princípio, muito clara a existência de indícios de dolo no procedimento que está sendo analisado.

Gostaria de fazer uma consideração rápida. Em minha opinião, o Tribunal de Contas da União, que é um órgão de assessoramento do Poder Legislativo, exerce o acompanhamento das contas dos órgãos da União e, eventualmente, ou sempre que estão envolvidas verbas federais, também de contas municipais e estaduais. O Poder Executivo é claramente fiscalizado pelo Congresso Nacional, pela sociedade e pelos órgãos de imprensa. Os Executivos municipais e estaduais, igualmente, são objeto permanente de fiscalização e acompanhamento pelas assembleias legislativas, pelas Câmaras Municipais, pela sociedade e pela imprensa. Não são poucos os casos em que o Tribunal de Contas da União foge à sua investigação de praxe e investiga mais profundamente fatos que são objeto de denúncias por parte de Legislativos municipais, estaduais, federais ou mesmo da imprensa ou da sociedade.

Ao que me conste - essa é minha primeira pergunta - no caso do prédio do TRT de São Paulo, a investigação está ocorrendo por uma acuidade especial do Tribunal de Contas da União. É isso?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Exatamente, foi iniciativa do próprio Tribunal de Contas da União.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Não houve, portanto, denúncia nenhuma de qualquer órgão?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA -

Não que conste dos autos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - O que se pode supor que o Poder Judiciário estaria como que "desviado", não haveria uma vigilância sobre os atos do Judiciário como há sobre os do Executivo ou o próprio Legislativo?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Aí eu já não sei.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Poder-se-ia concluir isso?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Eu não tenho elementos para chegar a essa conclusão. Tenho como dizer da atuação do Tribunal de Contas da União do meu ponto de vista, que é técnico. Segundo a legislação específica, o Tribunal tem competência para agir por solicitação do Congresso Nacional, a partir de consultas, solicitações, etc, por iniciativa própria, com base em seus planos de auditorias e inspeções e na apreciação usual das contas dos administradores públicos, que são jurisdicionados ao Tribunal. Não tenho elementos para responder a essa pergunta.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - No caso específico da fiscalização sobre o do TRT de São Paulo, V. S^a afirma que todo o processo de investigação, de análise de contas, está sendo levado a efeito por iniciativa do Tribunal de Contas da União, independentemente de qualquer denúncia?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Exatamente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Muito diferente de muitos fatos no Poder Executivo estadual, municipal ou federal onde há claras denúncias e o Tribunal de Contas se encarrega de fazer a investigação?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Exato.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Perfeito.

A última pergunta: o Tribunal de Contas já investigou milhares de casos, de diversas natureza, do Poder Executivo estadual, municipal federal e até do próprio Legislativo ou de Legislativos. Pergunto se é do conhecimento de V. S^a - que é jovem, tem trinta e poucos anos - ou de algum dos seus colegas auditores caso desse tamanho com características semelhantes? Alguma vez no Tribunal de Contas da União, em qualquer dos outros Poderes, seja Legislativo ou Executivo, já houve algo comparável?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Olha, que tenha passado pela minha análise, em termos de montante, talvez esse tenha sido o caso que mais me chamou a atenção. Em termos de valores,

obviamente o Tribunal já analisou questões de montantes mais elevados, dentro da sua atuação normal, não necessariamente envolvendo irregularidades, porque a simples apreciação das contas...

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Com irregularidades a que me refiro.

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Com irregularidades, não me recordo; que tenha passado pelas minhas mãos, como auditor do Tribunal de Contas da União, não me recordo de casos dessa monta.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Muito obrigado, Presidente, é porque acho que temos de nos ater muito com relação à finalidade dessa CPI. Acho que está começando a ficar clara a necessidade de vigiar qualquer dos Poderes.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - O próximo inscrito é o Senador Carlos Wilson.

O SR. CARLOS WILSON - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Dr. Paulo de Tarso, vou fazer uma pergunta porque, de acordo com a resposta do depoente, vou formular a pergunta contínua. Por isso eu pediria a autorização de V. Ex^a.

Dr. Paulo, quem era o Presidente do TRT de São Paulo quando começou a inspeção do TCU?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Um momentinho. (Pausa.)

À época, o Presidente era o Sr. Juiz Nicolau dos Santos Neto.

O SR. CARLOS WILSON - Ele deixou essa Presidência com pouco tempo?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Parece-me que sim, eu não acompanhei esse desenrolar; então, não sei afirmar com precisão. Mas, pouco tempo depois, vimos nós próprios autos que, quando encaminhada audiência ao Tribunal, quem responde já é um outro Presidente.

O SR. CARLOS WILSON - Logo depois, Sr. Presidente, o Dr. Nicolau foi designado Presidente da Comissão de Obras do Tribunal. Ele deixou a Presidência, mas passou a presidir a Comissão de Obras do Tribunal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Essa afirmativa é de V. Ex^a?

O SR. CARLOS WILSON - Não, essa afirmativa é rigorosamente verdadeira porque era o cargo que ele ocupava. Isso consta inclusive no relatório do Tribunal de Contas.

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - O senhor tem conhecimento disso?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA -

Exato, essa informação consta dos autos.

O SR. CARLOS WILSON - Eu gostaria de dizer também, porque passou despercebido, por mais zeloso que fosse o Tribunal de Contas, que a constituição dessa empresa, que assinou o contrato com o Tribunal de Contas, foi pedida no dia 19-2-92, mediante a realização de uma assembléia geral de seus acionistas. Ocorre que a data da constituição só foi publicada no dia 24 de abril de 1992 no **Diário do Comércio**. Entretanto, o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região pagou aproximadamente US\$22 milhões à Incal Incorporações S. A., em 10 de abril de 1992. Antes mesmo de ser publicada a constituição da empresa, o Tribunal Regional do Trabalho já estava pagando a firma construtora.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - V. Exª tem conhecimento disso?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Não, esse fato para mim é novo.

O SR. CARLOS WILSON - Eu quis registrar isso, Sr. Presidente, porque está no **Diário do Comércio**, a que poderá esta CPI ter acesso.

O Tribunal de Contas da União, em seu primeiro relatório, determinou também que o terreno - ele não tinha nenhuma segurança de que um dia esse terreno pertenceria ao Tribunal Regional do Trabalho - e as obras passassem imediatamente para a Tribunal Regional do Trabalho. Isso foi atendido, Dr. Paulo?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Como minha atuação se circunscreveu àquele período que relatei anteriormente, não tenho conhecimento desse fato. Não posso responder a essa pergunta.

O SR. CARLOS WILSON - Sr. Presidente, então eu gostaria de pedir uma certidão vintenária do terreno, para sabermos se esse terreno hoje, pelo menos hoje, já se encontra no patrimônio do Tribunal Regional do Trabalho.

Vou fazer o requerimento para solicitar à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - V. Exª vai fazer por escrito?

O SR. CARLOS WILSON - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Então, aguardo o requerimento de V. Exª.

O SR. CARLOS WILSON - V. Sª falou em pareceres de juristas ilustres. Quem pagava esses pareceres? Não sei se V. Srª pode informar. O TRT ou a empresa?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - O TRT.

O SR. CARLOS WILSON - O TRT ou a empresa?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Supostamente, embora isso não esteja explícito, é a empresa contratada, porque os pareceres são anexados à defesa apresentada pela empresa Encal Incorporações S/A. Então, quer me parecer que, pelo menos de forma imediata, quem pagava os pareceres era a própria empresa.

O SR. CARLOS WILSON - Sr. Presidente, o Dr. Nicolau dos Santos Neto, Presidente do Tribunal no momento da assinatura do contrato, hoje é um juiz aposentado, portanto, afastado de suas funções.

Gostaria de entrar também com um requerimento, que vou formular agora por escrito, pedindo a convocação do Dr. Nicolau dos Santos Neto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Aguardo também o requerimento de V. Exª.

Mais alguma pergunta, Senador Carlos Wilson?

O SR. CARLOS WILSON - Não, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Antes de passar a palavra ao Senador José Eduardo Dutra, queria fazer uma pergunta da Presidência a V. Sª.

V. Sª declarou que, nesse contrato, há cláusulas leoninas contra a Administração Pública.

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - V. Sª poderia mencionar algumas dessas cláusulas consideradas leoninas contra a Administração Pública, fora essas de pagamento antecipado, assim por diante?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Pois não. Um momento, por favor.

Citaria, do próprio relatório de inspeção realizado pela Secretaria de Controle Externo de São Paulo, primeiro, a ausência de cláusulas estabelecendo os prazos de início, etapas de execução, de conclusão e de entrega da obra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Veja bem, V. Sª está afirmando que foi assinado um contrato e que, nesse contrato, não consta sequer data de início para começar o trabalho?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - É isso?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA - É. Tudo fica subordinado ao cumprimento dos paga-

mentos pela Administração, que estariam sempre à frente da execução das obras propriamente ditas.

Outra cláusula que destacaríamos seria uma cláusula contratual prevendo prorrogação do cronograma físico da obra, cronograma feito e administrado pela própria empresa, que não vinculava o contrato existente entre as duas e essa empresa poderia alterá-lo a critério exclusivo seu. Isso, obviamente, em desacordo com a legislação vigente. Havia, também, cláusula prevendo que os custos na redução do ritmo da obra, desmobilização e ainda multa de 10% sobre os valores pagos, no caso de haver atrasos nos pagamentos pela Administração, sempre frisando que a Administração adiantou US\$22 milhões à empresa.

Havia, ainda, hipóteses de restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro do contrato não previstas na legislação em vigor; uma cláusula mantendo a propriedade do imóvel em nome da empresa contratada, deixando, assim, a Administração desprovida de garantias; a previsão da rescisão da escritura, a critério único e exclusivo da contratada, na hipótese de inadimplemento por parte da Administração, o que é totalmente não usual, na medida em que, nos contratos administrativos, a prerrogativa de rescisão unilateral é da Administração, isso em atendimento ao princípio da prevalência do interesse público sobre o privado.

Seriam, basicamente, essas as cláusulas, que classificamos de leoninas, constantes do contrato.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não. Com a palavra, o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Paulo de Tarso, pelas minhas anotações, queria apenas que V. S^a confirmasse: o primeiro trabalho técnico feito por V. S^a no sentido de auditar esse contrato foi no período de outubro a novembro de 1992?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA – Esse trabalho foi feito por uma equipe de inspeção da Secretaria de Controle Externo do Estado de São Paulo, do Tribunal de Contas da União. A minha atuação, de fato, ocorreu... meu parecer foi assinado no dia 5 de agosto de 94.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Cinco de agosto de 94.

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA – Exatamente.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Nesse parecer já estão incluídos os dados a que V. Ex^a se referiu, de que, em 24 de janeiro de 1994, 11,01% estariam executado e já teria sido pago 40%.

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA – Exatamente.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – O trabalho de V. Ex^a foi encaminhado à Comissão de Orçamento do Congresso Nacional?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA – Tive conhecimento de que, posteriormente, ele foi, por solicitação da Comissão de Obras Inacabadas. Houve solicitação da Comissão Mista de Orçamento e houve encaminhamento, segundo consta nos dados de tramitação de processos do Tribunal.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – É só isso, Presidente.

Como o Senador Carlos Wilson adiantou um requerimento, gostaria de fazer um requerimento não de convocação, mas de convite, para que o Deputado Giovanni Querioz pudesse depor nesta Comissão, especificamente sobre a questão de recursos para essa obra e para outras de construção de tribunais.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Apenas para pedir um esclarecimento ao depoente. Eu não ouvi o início da sua exposição, por isso a minha dúvida. O TCU detectou essas irregularidades – aliás, gritantes -, somente por ocasião da apreciação das contas do Tribunal ou foi numa inspeção especial?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA – Foi em uma inspeção ordinária feita pelo Tribunal de acordo com seu planejamento usual.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Em uma inspeção rotineira?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA – Numa inspeção rotineira, fora da apreciação das contas do Tribunal.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Apenas mais uma pergunta. Antes dessa inspeção rotineira, contrato que era do conhecimento de tanta gente, de 14 empresas, com edital, com o conhecimento de todos os membros e funcionários do Tribunal, enfim, de um universo muito amplo, V. S^a tem conhecimento de que antes dessa inspeção rotineira, houve alguma denúncia ao TCU a respeito dessas irregularidades?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA – Não que eu tenha conhecimento. Trabalhei em cima dos elementos constantes dos autos e ali não consta nenhuma denúncia, representação, ou nada que houvesse provocado a atuação do Tribunal.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mais alguma pergunta, Senador Jefferson Péres? (Pausa)
Retorno a palavra ao Senador Djalma Bessa.

O SR. DJALMA BESSA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu desejaria que o Dr. Paulo de Tarso nos informasse sobre que providência, no sentido de punir ou conter o estado de coisas e desacertos em que se identificou esse processo.

O Tribunal de Contas da União fez a inspeção, observou irregularidades de toda a sorte, passou a ouvir a Caixa Econômica Federal, que identificou também várias irregularidades. Muito bem. A minha indagação é a seguinte: que providência foi adotada para conter esse desastre, esse caos, se o Tribunal de Contas da União encaminhou esses dados para a Justiça, para o Ministério Público, ou seja, que providências adotou para resguardar o Erário?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA – Certo. Isso extrapola um pouco a fase da minha atuação no Tribunal, neste processo específico, mas o que eu poderia relatar é o que consta da decisão do Tribunal, que veio a ser adotada posteriormente, é a Decisão nº 231/96, do Plenário do Tribunal. O Tribunal determinou a adoção de providências para tentar resguardar a administração do possível dano que decorreria do caso de um inadimplemento ou de algo semelhante. Assim, o Tribunal determinou a transferência imediata do terreno, com as obras que nele estavam assentadas, para a propriedade do TRT, da União. Dessa forma, o Tribunal determinou a adequação do contrato aos ditames da legislação aplicável a licitações de obras públicas, com o devido estabelecimento de cronogramas – como o físico-financeiro, o de garantias, etc – na forma prevista na legislação. Isso está contido na determinação do Item nº 2.

O Tribunal expediu uma comunicação aos órgãos de controle interno, no sentido de que considerava imprópria essa forma de contratação de uma obra disfarçada – digamos assim – de aquisição de coisa futura. Levou isso ao conhecimento do controle interno do próprio Tribunal Regional do Trabalho e da Secretaria Federal de Controle e determinou a junta da do processo às contas da unidade para a sua apreciação em conjunto, ocasião em que, possivelmente, deverá avaliar a possibilidade de aplicação de multa.

No momento, parece-me que esse processo das contas do TRT referentes a 1995 ainda não foi apreciado pelo Tribunal.

O SR. DJALMA BESSA – V. Sª poderia nos informar se essas providências foram cumpridas?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA – Isso eu não saberia especificar a V. Exª. Acredito que será objeto de investigação futura. Há um processo em tramitação no Tribunal – ao qual não tenho acesso, por ser da relatoria de um Ministro com quem não trabalho – que é um processo sigiloso, de provocação do Ministério Público Federal. Esse processo, certamente, deve conter informações mais atualizadas sobre a situação dessa obra. Mas, particularmente, não tenho essas informações para prestar.

O SR. DJALMA BESSA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Geraldo Althoff pede o retorno, para que possa solicitar alguns esclarecimentos. Dessa forma, concedo-lhe a palavra.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs e Srs. Senadores, farei uma pergunta simples e objetiva ao depoente: na sua visão, tendo profundo conhecimento do caso, isso caracterizaria uma licitação dirigida?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA – Não tenho elementos para fazer uma afirmação dessa gravidade. Pelos elementos aos quais tive acesso, todo o procedimento é bastante suspeito. Há indícios de, no mínimo, restrição ao caráter competitivo. Há indícios de sobrepreço e de tudo o mais que já mencionei anteriormente. Não tenho elementos para fazer uma afirmação de que houve direcionamento; isso seria leviano da minha parte.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, não sei se deverei fazer minha pergunta por escrito ou de forma verbal. O leoninismo desse contrato, a meu ver, é a falta de segurança na bilateralidade. A empresa ficou com todas as seguranças, e o Poder Público ficou totalmente desamparado.

Sr. Presidente, gostaria de requerer a V. Exª – não sei se devo fazer este requerimento de forma verbal; se isso não for possível, gostaria que V. Exª me esclarecesse a esse respeito – que solicitasse ao Ministério Público Federal as providências já tomadas nesse caso, para que possamos verificar como o Ministério Público Federal, que é o órgão fiscalizador da lei, entendeu esse contrato.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Sr. Relator. Depois, vou decidir a questão levantada por V. Exª.

O SR. PAULO SOUTO – Senador Maguito Vilela, entre as providências que adotamos na primeira reunião da Comissão, justamente, porque eram casos que exigiam o nosso exame – aí quero fazer até uma ressalva de ordem geral –, quero dizer que esta-

mos seguindo aquela sistemática que apresentamos na nossa reunião, ou seja, primeiro ter o maior conhecimento possível das informações de todos os órgãos envolvidos nessas questões.

Então, não estamos nos deixando levar por qualquer tipo de ansiedade com relação a resultados imediatos desta Comissão. Todos nós agimos com rapidez, e todos os documentos de tudo que está sendo feito pelo Ministério Público já se encontram em poder da Comissão Parlamentar de Inquérito. Tudo que já está sendo feito pelo Tribunal de Contas, que são três ações a que já me referi, estão portanto à disposição de todos os Senadores que queiram consultar.

O SR. GERALDO ALTHOFF - Agradeço e retiro o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Moreira Mendes, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. MOREIRA MENDES – O ilustre depoente se referiu a um processo que tem tramitação sigilosa no âmbito interno do Tribunal de Contas da União. Eu pediria que ele dissesse qual é o Ministro Relator ou desse maiores informações para que esta Comissão de Inquérito pudesse requisitar cópias que ache de extrema importância.

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA – O processo que está em tramitação no Tribunal é o de nº TC-001.025/98-8. Ele é proveniente de uma solicitação do Ministério Público Federal referente a essas questões ora tratadas. Segundo o sistema de processo do Tribunal, ele está com carga no momento para o gabinete do Ministro Adhemar Paladini Ghisi, que é o Relator.

O SR. MOREIRA MENDES – Vou fazer por escrito, mas já vou deixar consignado o meu requerimento de que esses autos sejam requisitados para a apreciação desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Ney Suassuna, pergunto a V. Ex^a, que acaba de chegar, se tem alguma pergunta a formular.

O SR. NEY SUASSUNA – Apenas um esclarecimento, Sr. Presidente. Gostaria de saber se tudo que foi requerido do Ministério Público também foi requerido da Polícia Federal, por exemplo; se temos algum inquérito em andamento lá, se também requeremos esses documentos.

O SR. PAULO SOUTO – Não me lembro de ter solicitado naquela primeira série de requerimentos nada da Polícia Federal. Foram requisitadas todas as ações que estavam sendo desenvolvidas no Ministério Público, que provavelmente, para alguma delas, pode ter ouvido a Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Consulto o Sr. Relator se deseja formular mais alguma pergunta.

O SR. PAULO SOUTO – O Senhor sabe de alguma discrepância entre o valor de avaliação do terreno na Caixa e o que a empresa declarou à prefeitura? Isso consta da parte que o Senhor verificou?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA – Sim, isso consta do nosso parecer. Segundo levantamento da Caixa, o valor do terreno estaria na faixa de – todos os valores foram convertidos para dólares porque era o usual na época – U\$8.985.483,99. E o valor constante da escritura de compra e venda entre a antiga proprietária do terreno e a Incal Empreendimentos S/A foi o correspondente a U\$4.188.006,71.

O SR. PAULO SOUTO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. S^a se lembra de mais alguma coisa que possa esclarecer à Comissão?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA – Não que eu me recorde, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Ney Suassuna, é uma questão de ordem?

O SR. NEY SUASSUNA – Não, Sr. Presidente, uma pergunta ao Dr. Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA – Essas irregularidades constaram das informações à Comissão de Orçamento nos últimos anos?

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA – Sim, elas foram informadas por solicitação da Comissão de Orçamento, que obteve cópia integral dos autos até o momento existentes.

O SR. NEY SUASSUNA – Se o Presidente permitir, solicitaria ao relator que também pedisse essas informações da Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de passar à oitava do nosso próximo depoente, vamos decidir sobre as questões apresentadas, a fim de não acumularmos muito os trabalhos.

Em primeiro lugar, determino à Secretaria que dirija ofício à Polícia Federal, solicitando que nos seja enviado tudo o que lá constar a respeito do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e construção de prédio.

Atendendo a requerimento do Senador Moreira Mendes, a Secretaria deve ainda enviar ofício ao Tribunal de Contas da União, solicitando que seja enviado em cópia a esta Comissão tudo o que lá constar sobre o processo sigiloso referente à construção

do prédio do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

Se alguém quiser impugnar algum desses requerimentos, deve fazê-lo de pronto.

Atendo o requerimento do Senador Carlos Wilson, vice-presidente da Comissão, no sentido de que seja convocado, para prestar depoimento, o Dr. Nicolau dos Santos Neto, ex-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. O ofício referente a essa convocação fica condicionado à definição por parte desta presidência, da relatoria ou da vice-presidência de data oportuna para a realização da oitiva. Para facilitar os trabalhos da Comissão, além da expedição desse ofício, devem ser mantidos entendimentos com o convocado, a fim de que ele aqui possa comparecer o mais rapidamente possível, dada a necessidade que tem a Comissão de ouvi-lo.

Peço desculpas ao nosso depoente e faço correção em seu nome: prestou depoimento aqui o Dr. Paulo de Tarso Damásio de Oliveira.

Atendendo também a requerimento do Senador Carlos Wilson: que seja oficiado ao Cartório de Registro de Imóveis competente da cidade de São Paulo – deve ser diligenciado para se saber qual é o cartório competente – para que nos seja fornecida certidão vintenária da cadeia de propriedade do terreno sobre o qual está sendo construído o edifício das Juntas de Conciliação e Julgamento da cidade de São Paulo.

Também atendo ao requerimento do Senador José Eduardo Dutra no sentido de que seja convidado a prestar esclarecimentos perante esta Comissão – em dia e hora que for com ele acertado -.o Deputado Giovanni Queiroz.

Acho que não há, sobre a matéria, outro requerimento que tenha passado despercebido.

O SR. MAGUITO VILELA – Sr. Presidente, só uma informação. Gostaria de entender o motivo da convocação, porque não sei quem é o Deputado Geovani Queiroz. Qual é o motivo da convocação?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Deferi porque a indagação de V. Exª tem procedência. Solicito ao Senador José Eduardo Dutra, que fez o requerimento, que preste os esclarecimentos à solicitação que, como colega, faz o Senador Maguito Vilela.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – O Deputado Geovani Queiroz é como membro da Comissão de Orçamento já há alguns anos. Inclusive, estou com a *Veja*, de 1994, onde consta a sua entrevista fazendo referência ao seu posicionamento contrário à aprovação, no âmbito do orçamento, de recursos

para obras faraônicas no âmbito do Poder Judiciário. Nessa revista, também faz referência aos recursos do Orçamento para a construção da sede do STJ, inclusive apresentando dados que dizem respeito à parte da exposição do Dr. Paulo de Tarso, faz referência à "uma construção com essa, mesmo com acabamento em granito e vidro de cristal, não supera, em nenhuma hipótese, US\$900 o metro quadrado, enquanto o STJ custará pelo menos US\$1.253."

E também a notícia de jornal referente a auditorias, inclusive do próprio TCU, com relação à sede do STJ: "TCU constata irregularidades na construção da sede do STJ, 09 de dezembro de 1993." Faz referência também à "contratação indireta sem licitação pública de bens e serviço que não constava do objeto da concorrência com determinação da..."

Enfim, são temas que são correlatos. Para tanto, sugeri o Deputado Geovani Queiroz, porque tem sido, ao longo do tempo, na Comissão de Orçamento, uma voz que se tem levantado contra a aprovação de recursos para essas obras.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Solicito ao Senador Ney Suassuna que esclareça os anos que pretende que a Comissão de Orçamento informe...

O SR. NEY SUASSUNA – Os anos desde quando apareceu, porque esse relatório é constante. O Tribunal de Contas sempre manda as irregularidades e os Deputados, inclusive, fizeram investigações. Por isso, é realmente bom chamá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pergunto a V. Exª se é suficiente a partir de 1992 ou se a partir de 1990.

O SR. NEY SUASSUNA – É suficiente a partir de 1992.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Determino à Secretaria que se oficie à Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional para que envie todas as informações que o Tribunal prestou àquela Comissão, a partir do exercício de 1992, à esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Consulto ao Senador Ney Suassuna se é isso mesmo?

O SR. NEY SUASSUNA – E as possíveis investigações, porque vários Deputados, inclusive o Deputado Geovani Queiroz, receberam a incumbência de averiguar aqueles dados. Então, se existem, também as averiguações de Deputados ou de Senadores, que fazem parte da Comissão, que possam nos dar mais alguns subsídios.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Consulto à Secretaria se entendeu as observações do Senador Ney Suassuna.

Faço a menção de que isso diz respeito ao Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo ou quer que estenda a outros?

Quero agradecer a presença e os esclarecimentos que foram prestados a esta Comissão pelo Dr. Paulo de Tarso Damásio de Oliveira, do Tribunal de Contas da União. Agradeço e dispense V. Ex^a.

O SR. PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA – Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Consulto a Secretaria se o próximo depoente, que é o Dr. Antônio de Pádua Pereira Leite, do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba, encontra-se presente.

Os trabalhos serão reiniciados dentro de 3 minutos em atendimento ao requerimento que faz o Sr. Relator. (Pausa.)

Para facilitar os trabalhos da secretaria, solicitamos aos Srs. Senadores que, tanto quanto possível, os requerimentos, sejam de natureza forem, sejam apresentados por escrito, além da exposição. Lembro que os trabalhos estão gravados e também taquigrafados.

Está entre nós o Sr. Antônio de Pádua Pereira Leite.

É esse o seu nome completo?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sua idade, por gentileza.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – 33 anos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Qual é o número do seu CPF?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – 460.267.544-15.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Qual o seu estado civil?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Qual a sua residência?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Mas...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Insisto não na sua residência atual, mas na residência oficial. Lembro que o depoente está sob segurança. Então, que ele decline a sua residência. Para evitar qualquer dúvida, decido eu mesmo porque ele é funcionário público, tendo endereço na repartição públi-

ca. E depois, a Presidência decide quando se vai colocar aqui residência ou não. Trata-se de uma medida tomada **ad cautelam**. Sua profissão é funcionário público, mas onde trabalha e o que faz? Qual é a sua classificação como funcionário público?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Sou Técnico Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba e sou lotado na Junta de Conciliação e Julgamento de Mamanguape.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. S^a, então, já respondeu a outra pergunta legal; a outra indagação legal, que era onde exerce a sua atividade atualmente. V. S^a tem parentesco em algum grau com algum membro do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba que, por acaso, possa ser objeto de suas considerações?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. S^a se compromete, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber sobre o que for perguntado?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de V. S^a responder as perguntas dos Srs. Senadores, é de praxe aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito que V. S^a possa fazer exposições iniciais. Assim, V. S^a tem a palavra.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Antes de tudo, eu gostaria de pedir a V. Ex^{as} paciência porque são muitas as denúncias e sei que V. Ex^{as} são bastante ocupados. Peço, de início, paciência.

Exm^o Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário, Exm^o Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães, Exm^o Sr. Senador Ney Suassuna, lá da Paraíba, que aqui se encontra presente, Exm^o Sr. Relator, Senador Paulo Souto, Exm^{os} Srs. Senadores e demais membros desta seleta Comissão, antes de tudo, vou citar um trecho de um pedido de providências feito ao Tribunal Superior do Trabalho, que tem como Corregedor-Geral o Ministro Almir Pazzianoto, que diz: "O pedido de providências, submetido a esta Corregedoria-Geral pelo Sr. Antônio de Pádua Pereira Leite, relata fatos de extrema gravidade, impondo-se completa apuração de todos eles e dão correspondentes responsabilidades em nome do prestígio e da dignidade da Justiça do Trabalho. O autor, servidor público concursado da Justiça do Trabalho, ratificando as denúncias que ofereceram por

escrito pelo depoente, foi apresentada numerosa documentação, corroborando sua narrativa, cuja junta da aos autos, mediante cópias extraídas neste Tribunal, foi por mim determinada. Com riqueza de detalhes, o depoente descreveu práticas e comportamentos que estão a exigir rigorosa e rápida apuração, responsabilizando-se civil e criminalmente, caso venham a ficar comprovados aqueles que os adotaram ou permitiram, causando prejuízos ao erário público e vulnerando a respeitabilidade do Tribunal Regional do Trabalho e, por via reflexa, do Judiciário Trabalhista. Muito mais grave do que isso, vemo-nos diante de ocorrências que, em princípio, parecem revestidas de características penais, as quais poderão, eventualmente, dar ensejo a abertura de inquéritos civis e criminais e ao afastamento ou perda de cargos por magistrados. Brasília, 02 de setembro de 1996. Ministro Almir Pazzianoto Pinto. Corregedor-Geral".

No ano de 1989, fui aprovado em concurso público para exercer o cargo de auxiliar judiciário no Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba. O Tribunal, porém, não vinha convocando os concursados, motivado pela existência de centenas de servidores parentes de juízes que ingressaram sem concurso público. A prática de nepotismo era praxe. Promovi, então, em companhia de outros aprovados, ação popular, obtendo liminar no sentido da nulidade das nomeações irregulares.

Com essa decisão, foram ameaçados de morte o juiz que concedeu a liminar, Dr. José Fernandes de Andrade; o Procurador que deu parecer favorável, Dr. Eithel Santiago e Delson Lira; o advogado que subscreveu a petição, Dr. Benedito Nóbrega de Vasconcelos; e eu, como um dos autores que instigou a ação popular.

Essa decisão foi cassada pelo Tribunal Regional Federal de Pernambuco, onde os autos permanecem sem solução há quase dez anos, sob a alegação da necessidade de citação pessoal de todos os réus beneficiários, que são mais de 565, a despeito de ter havido pedido de citação por edital, conforme prevê a Lei da Ação Popular. (art. 7º, inciso II, da Lei nº 4.717, de 1965)

A despeito disso, consegui tomar posse, entrando em exercício no ano de 1992, na Junta de Guarabira, sendo removido em março, de 1993, para cidade de Mamanguape, com a criação da respectiva Junta. À época, a Junta de Mamanguape funcionava em prédio recém-construído, de dois andares, alugado por preço módico, com instalações adequadas e satisfatórias.

Para a surpresa de muitos, em 1995, o então Presidente do TRT da Paraíba, Juiz Severino Marcondes Meira, adquiriu, pelo valor de R\$160 mil, uma casa residencial, tendo gasto mais de R\$40 mil para adaptá-la à instalação adequada da Junta daquela cidade. O prefeito de Mamanguape, a pedido do próprio TRT, havia doado um terreno no centro da cidade, com 1800m², ao TRT da Paraíba, tendo o Juiz-Presidente o surpreendido com a recusa de receber a doação mencionada.

Quando realizada a reforma da casa, o então Presidente ordenou a mudança para o novo prédio. Ainda vigia o contrato de locação do imóvel onde a Junta fora inicialmente instalada. De posse de laudo que atestava superfaturamento no valor da casa, promovi ação popular contra o Juiz Marcondes Meira, no curso da qual o perito nomeado pelo juízo chegou à conclusão de que o preço de mercado do imóvel era de R\$39 mil, muito aquém da quantia de R\$160 mil paga pelo TRT.

Poucos meses depois, um cidadão de João Pessoa também ajuizou ação popular contra o Juiz Marcondes Meira, sob a mesma alegação de superfaturamento, desta feita de imóvel situado na Praça da Independência, no centro de João Pessoa, cujo imóvel seria destinado ao arquivo morto das Juntas de Conciliação e Julgamento da Capital paraibana.

O que de logo chamo a atenção é que os processos do arquivo morto nas Juntas da Capital se encontravam, à época, em prédio cedido gratuitamente ao TRT pelo Tribunal de Contas da União. O Juiz Marcondes Meira, no entanto, preferiu devolvê-lo sem qualquer solicitação do TCU, exatamente para tentar justificar a necessidade da criminosa aquisição.

Entretanto, isso não é o mais grave. Verificou-se que o imóvel fora escriturado por R\$225 mil e, 15 dias depois, comprado por R\$710 mil. Para adaptá-lo ao funcionamento do arquivo morto, o Juiz Marcondes Meira ainda pagou mais de R\$100 mil a uma empresa do Ceará para realizar a reforma, sem levar em conta o material superfaturado que empregou. O próprio vendedor do imóvel, Sr. Antônio Amélio Ferreira Marra, confessou ao Superintendente da Polícia Federal na Paraíba, Dr. Antônio Toscano, e este repassou essa informação à Comissão de Sindicância do Tribunal Superior do Trabalho, ou seja, de que aquele teria recebido, pela venda do referido imóvel, apenas a quantia de R\$200 mil. Denunciei a compra superfaturada ao Tribunal de Contas de União, que, mesmo sem entrar no mérito do superfaturamento da reforma, condenou o Juiz Marcondes

Meira a devolver aos cofres públicos a importância de R\$435 mil.

Constatei ainda que o mencionado Juiz mantém mais de 60 parentes na folha do TRT da Paraíba, grande parte beneficiária de DAS, como a mulher, quatro filhos, respectivos genros, noras, sogros, sobrinhos e primos – além do excessivo número de parentes da esposa. O magistrado ainda nomeou seus dois irmãos para o exercício do cargo de Juiz Classista Adjunto. Quanto a esses fatos, há pelo menos um, entre muitos, que exemplifica a rebeldia do Dr. Marcondes Meira, que por várias vezes resistiu ao cumprimento de decisões judiciais, tendo sido cancelada, em ação civil pública, a nomeação de seu irmão, Sr. Marcos Meira. Por maltrato ao art. 116 da Constituição Federal, o Dr. Marcondes Meira não acatou a decisão da 9ª Vara da Justiça Federal, mantendo no cargo o irmão. A filha do Juiz Severino Marcondes Meira, menor de 16 anos, também integrava a folha de pagamento do TRT. Descobriu-se que havia sido requisitada a uma prefeitura do interior da Paraíba, que declarou posteriormente nunca ter integrado seus quadros a infanta Melissa Mendonça Meira.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Dr. Antônio, tentarei verificar se é possível o que lhe solicitarei. O art. 203 do Código de Processo Penal diz que a testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade – que V. Exª já fez –, devendo declarar seu nome, etc. Além disso, o citado dispositivo reza que "o depoimento será prestado oralmente, não sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito". Mas o Parágrafo Único do mesmo artigo o favorece, dispondo: "Não será vedado à testemunha, entretanto, breve consulta a apontamentos".

Sem nenhum prejuízo do que V. Exª dirá, indago-lhe se é possível, sem consultar seus apontamentos, fazer a exposição de tal fato. Ou há necessidade de toda a leitura para o completo esclarecimento da verdade? Não pretendemos prejudicar a verdade, mas queremos os fatos. Considerações ficariam por conta da Comissão. Se isso for possível, agradeço a V. Exª. Não desejo cumprir rigorosamente o que determina o Código de Processo Penal, porque, na realidade, as denúncias até agora lidas por V. Exª representam, a meu ver, uma gravidade muito grande. Mas V. Exª pode, consultando seus apontamentos, relatar as contratações que ocorreram. Assim, teremos cumprido com rigor o que estabelece o Código de Processo Penal.

Peço que os Srs. Senadores compreendam a minha solicitação à testemunha.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

- A questão é que tenho mais de 40 pastas de denúncias.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É por isso mesmo.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

- Estou fazendo um relatório sucinto, porque pensei que, havendo qualquer dúvida, seria melhor trazer esses apontamentos, até para simplificar a amostragem. Os fatos mais importantes V. Exªs podem pedir para mostrar.

Então, aqui, fiz o máximo para ser objetivo, mas o Tribunal da Paraíba, devido até à autonomia do Judiciário, que foi conferida pela Constituição de 88, fez o quê? Exagerou nessas irregularidades administrativas. Então, eu escolhi – e ainda fiz – as principais nesse ponto, mas fica a critério de V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Eu penso que o depoente está sendo muito objetivo na leitura do seu depoimento. Se S. Sª estivesse com divagações que fossem consumir muito tempo, até caberia uma reavaliação; mas, na minha avaliação pessoal, o depoimento de S. Sª está muito objetivo, muito conciso, com base em fatos muito bem identificados.

Eu queria sugerir a V. Exª que permitisse que S. Sª continuasse a leitura no mesmo tom em que vem fazendo e com a mesma objetividade com que vem conduzindo-se.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se esse é o pensamento dos Srs. Senadores, V. Sª prossiga.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

- Muito obrigado. Aliás, em tema de nepotismo, o TRT da Paraíba é o campeão nacional. Além de Meira, os Juízes Paulo Montenegro Pires e Aluisio Rodrigues mantinham juntos, na folha de pagamento do TRT, mais de 60 parentes.

Na medida em que tomava conhecimento de irregularidades no seio daquela Corte, eu as ia denunciando ao Tribunal de Contas da União e ao Tribunal Superior do Trabalho. O Vice-Presidente do Tribunal, Juiz Aluisio Rodrigues, também partilhava das facilidades que a impunidade permitia.

Tomei ciência de que o advogado Delano Alencar ajuizara ação popular contra aquele magistrado, acusando-o de haver-se apropriado de mais de US\$100 mil, arrecadados com as inscrições para o Congresso Internacional de Direito Processual do

Trabalho. Verificou-se que os valores arrecadados não foram utilizados com o pagamento de despesas para o funcionamento do congresso; significa dizer que o evento foi subsidiado por pessoas físicas, empresas e entes públicos e pelo próprio TRT da Paraíba, que, ainda mais, dispensou o Juiz Coordenador de suas atividades jurisdicionais por 6 meses, para que pudesse se dedicar inteiramente ao conclave.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Essa arrecadação a que V. S^a se refere - de US\$100 mil - é arrecadação entre quem?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

- O Juiz Aluisio Rodrigues era Juiz-Presidente do Tribunal e foi dispensado de suas funções por seis meses para coordenar um Congresso Internacional de Direito do Trabalho, em João Pessoa. As inscrições foram promovidas pelo próprio TRT. As inscrições eram depositadas em conta. Terminado o congresso, o Juiz desembolsou e, dias depois, como vou alegar na frente, ele comprou casa na cidade de Natal pela bagatela de uma quantia aproximada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Então, sendo objetivo nessa parte, indago: o que V. S^a está declarando é que houve a arrecadação desse dinheiro, que foi produto das inscrições dos participantes? É isso? E V. S^a afirma mais: com esses recursos obtidos... Como se chama o Juiz?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

- Aluisio Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - O Juiz Aluisio Rodrigues...

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

- Comprou, na cidade de Natal; não, na cidade vizinha a Natal, Várzea Nova; não estou bem....

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Em cidade próxima a Natal...

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

- É Nísia Nova. E, dias depois, após o término do congresso, ele comprou uma residência com... Deixei-me pegar aqui - Na praia de Búzios, em Nísia Floresta, na circunvizinhança de Natal. A casa tem 815m², com 10 suítes e uma piscina de 52m².

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - E essa casa como é que V. S^a afirma que foi adquirida com esse dinheiro que foi arrecadado? Como é que V. S^a chegou a essa conclusão?

O SR. ANTONIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

- Simplesmente, primeiro, pela coincidência dos valores do congresso; e segundo porque, com o salário de juiz, creio que dificilmente ele pode comprar uma casa por R\$600 mil. E porque, também, existe uma

ação popular tramitando na Vara Federal de João Pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Proposta por quem?

O SR. ANTONIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

- Pelo advogado Delano Alencar. Tenho cópias, tanto da ação como dos documentos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - V. S^a pode prosseguir.

O SR. ANTONIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

- A grave denúncia de apropriação de valores públicos restou evidenciada quando o magistrado não apresentou, por ocasião de sua defesa, um só recibo de gasto com o congresso. E também deixou clara a profunda ligação e comprometimento do magistrado com os juízes classistas, pois descobriu-se que os valores das inscrições foram depositados em conta corrente aberta em nome da Associação dos Juízes Classistas da Paraíba.

Denunciei esses fatos ao Tribunal de Contas da União e ao Tribunal Superior do Trabalho.

Contra o Dr. Aluísio Rodrigues, eu mesmo ajudei duas ações populares visando ao retorno de vultosas quantias despendidas pelo Tribunal com diárias e passagens outorgadas, inclusive, à filha e à segunda mulher do magistrado, para empreenderem viagens internacionais, uma à América do Sul, uma à América Central e outra ao Continente Europeu, esta em companhia da filha Maria Auxiliadora, tudo por conta da União Federal.

O mais grave é que, pelo menos nas viagens às Américas, em uma delas, passando-se por Miami, Estados Unidos, para compras, o pagamento de passagens e diárias ao Dr. Aluísio e à mulher foi autorizado solitariamente pelo Juiz Severino Marcondes Meira, sem ter sido o ato ilegal jamais submetido ao Tribunal.

Grave ainda é que, além dos valores pagos pelo Tribunal para essas viagens de passeio, estranhamente o Dr. Aluísio também solicitou ajuda financeira da Associação dos Juízes Classistas para a mesma finalidade.

Como prova máxima do desmando nesse tipo de malversação do dinheiro público, destaco a ação popular que promovi contra o Juiz Marcondes Meira, com o objetivo de devolução dos valores públicos empregados na viagem que ele empreendeu em companhia de seu filho Max Mendonça Meira - que não tem curso superior - a Paris, onde supostamente participariam de um seminário de "Direito Civil", aliás, destinado unicamente a advogados, com duração de apenas dois dias.

Acontece que pai e filho, que viajaram com passagens de ida e volta pagas pelo erário, permaneceram os dois na Europa, com gordas diárias pagas pela União, pelo período de nada menos que 26 dias.

A utilização ilegal de dinheiro público era comum no TRT da Paraíba. O Juiz Aluísio Rodrigues, por exemplo, chegou a confessar para todo o Brasil, no **Jornal Nacional** da Rede Globo, que foram comprados, para o seu gabinete, com a verba denominada "suprimentos de fundos", vários bens de uso pessoal, inclusive – pasmem V. Ex^{as} – absorventes femininos, justificando a compra pelo fato de "a maioria das pessoas vinculadas ao meu gabinete é composta por mulheres".

E não era outro que aprovava a despesa ilegal e liberava o dinheiro senão o Juiz Marcondes Meira, bem por isso cognominado pela revista **Veja** "O Rei da Mamata".

Foi ele que autorizou a compra de um caixão de defunto para o enterro do pai do juiz Tarcísio de Miranda Monte e contratou uma empresa, de Natal, para fazer um seguro milionário do prédio do Tribunal, incluindo cláusulas estranhas para justificar o alto preço do valor pago, como o seguro contra terremoto, maremoto e queimadas em zonas rurais.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. S.^a sabe com que seguradora foi firmado esse....?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Foi com a Generali do Brasil Companhia Nacional de Seguros.

O então Juiz Vice-Presidente Aloisio Rodrigues, durante um certo período, resolveu manter sua residência na cidade de Natal, completamente alheio à norma constitucional, que fixa a residência de magistrado na sede de sua jurisdição.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Só um minutinho. Na Paraíba, alguém faz seguro dessa natureza, contra terremoto – que V. S.^a falou, maremoto?

O SR. MAGUITO VILELA - Se pedirem nosso laudo, nós estamos mal, Senador José Eduardo.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE - Primeiro porque, até no Brasil, acho que nunca ocorreu maremoto. Segundo, porque o Tribunal fica no centro de João Pessoa. Então, caso aconteça queimadas em zonas rurais, para chegar ao Tribunal do Trabalho, fica complicado. Por isso que eu desconfiei da legalidade desse seguro.

Mas tudo isso, Srs. Senadores, era só o começo da descoberta do que existia nos porões ocultos do Tribunal. Sobressaltado com as graves notícias de irregularidades administrativas atribuídas a juizes

do TRT da Paraíba, em outubro de 1995, o órgão especial do Tribunal Superior do Trabalho resolveu mandar o Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho de então, Ministro Wagner Pimenta, àquele Tribunal, para ali realizar sindicância acerca das denúncias.

Impressionado com o resultado da sindicância, o órgão especial do TST resolveu aprofundar as investigações, tanto que, em fevereiro de 1996, os Ministros Rider Nogueira de Brito e Ronaldo Lopes Leal, sob a presidência do Ministro Wagner Pimenta, procederam à nova sindicância, sabendo-se, logo após, que os Ministros haviam constatado a prática de diversos crimes cometidos por juizes da Corte regional, dentre eles "corrupção passiva, superfaturamento de imóveis, compras frias de passagens aéreas, duplicação de DAS, ou seja, duas pessoas recebiam valores correspondentes ao mesmo DAS, nepotismo, nomeações irregulares de parentes e amigos de juizes do Tribunal, compras sem licitação, requisição de pessoas que jamais prestaram serviços nos órgãos ditos de origem, apropriação dos valores relativos a inscrições de congresso jurídico e viagem de passeio para o exterior por conta do Erário".

Esses delitos contra o patrimônio público foram divulgados na mídia, indignando a todos, dada a sua gravidade. A sociedade ficou ainda mais estarecida quando tomou ciência de que foi apurada, nos autos da referida sindicância, a ocorrência da tentativa ou venda de acórdão por juizes do TRT da Paraíba, concluindo os ilustres ministros – pasmem V. Ex.^{as} – que magistrados do TRT da Paraíba se consorciaram e formaram uma verdadeira quadrilha no seio da Corte, constituída para possibilitar a apropriação criminosa de verbas públicas.

O juiz Vicente Vanderlei assumiu a cadeira de Presidente do TRT da Paraíba, em outubro de 1995. Para tomar posse, precisou ir ao Tribunal Superior do Trabalho, porque os mesmos juizes que o elegeram consideraram "negativo" o resultado de sua eleição e chegaram até a contratar o advogado Marcelo Pimentel para defendê-los, pagando de honorários a importância de R\$25 mil.

Durante o exercício da presidência, aquele magistrado foi alvo de reiterados ataques e inúmeras investidas de juizes da corte objetivando, afinal, afastá-lo da presidência, porque o presidente resolvera também investigar a existência de irregularidades no tribunal e denunciá-las ao Tribunal Superior do Trabalho.

Ao assumir a presidência, em novembro de 95, o Dr. Vicente Vanderlei constatou que, de janeiro a

outubro daquele ano, o juiz Marcondes Meira autorizou o pagamento de diárias cujos valores somaram a quantia inacreditável de R\$1.100.000,00, sendo que, somente para si e sua família, o juiz ordenou o pagamento de mais de R\$400.000,00. E, ainda, que o juiz Marcondes Meira adquiria passagens aéreas exclusivamente na Agência de Viagens Arnoza Tour, localizada a 50 m da sede da corte. O curioso é que os juízes e servidores graduados do TRT se comunicavam com aquela agência de viagens através de um ramal telefônico instalado pelo próprio TRT, de propriedade da União Federal, para comunicação exclusiva e especial do pedido de emissão de bilhetes. A inusitada providência, Srs. Senadores, tem objetivo criminoso: é que, por intermédio daquela agência, as passagens aéreas destinadas a juízes e servidores, e até a estranhos aos quadros do TRT, eram não só adquiridas em número excessivo e injustificado, como eram adquiridas e pagas com o artifício de serem, posteriormente, canceladas, sem que jamais fossem os valores correspondentes devolvidos aos cofres da União. Constatou-se ainda que várias diárias e passagens eram pagas, geralmente, a familiares e parentes de juízes, consignando-se nas respectivas portarias deslocamentos inexistentes para outros tribunais ou outros órgãos públicos, utilizando-se outro artifício, o de referir-se a regiões distantes apenas para elevar o valor das passagens e diárias. O objeto das supostas viagens era praticamente o mesmo: examinar procedimentos administrativos nas cortes ou órgãos do destino para serem utilizados no TRT da Paraíba sem que jamais se deslocassem servidores beneficiários, embolsando-se, por essa manobra, numerário público.

Tome-se como exemplo o caso do Dr. Francisco Augusto do Nascimento, advogado e companheiro de escritório advocatício do juiz Marcondes Meira, residente e radicado em João Pessoa, pessoa totalmente estranha aos quadros do TRT. O referido bacharel foi contemplado com diárias e passagem aérea, pasmem V. Ex^{as}, para se deslocar da Cidade de Cruzeiro do Sul, no Acre, para João Pessoa, e vice-versa, a fim de examinar procedimentos adequados à elaboração do novo regimento interno do tribunal. O citado causídico jamais se ausentou da Paraíba no período correspondente e, por isso mesmo, não poderia partir da Cidade de Cruzeiro do Sul, quando o contrário é que seria razoável. Ademais, nem havia, como não há, notícia de reformulação do regimento interno do TRT da Paraíba. Assim ocorreu, Srs. Senadores, em dezenas de outros casos em que o juiz Marcondes Meira autorizava a liberação

de somas altíssimas de dinheiro para atender a verdadeiras viagens jamais realizadas. Todos esses fatos são de pleno conhecimento do Tribunal Superior do Trabalho, documentados no auto da sindicância que aquela Corte Superior realizou no TRT da Paraíba, ultimada como referido no início de 1996.

Em junho de 1997, o então Corregedor-Geral Ministro Almir Pazzionotto, foi à Paraíba e resolveu afastar do exercício da função todos os juízes, inclusive o Presidente, juiz Vicente Vanderlei, que vinha, como já mencionado, coibindo abusos e denunciando irregularidades de juízes do Tribunal junto ao TST. Para assumirem as vagas dos magistrados afastados, o Ministro Almir Pazzianotto *colocou juízes da primeira instância, escolhendo o Juiz Ruy Eloy para assumir a Presidência. Após isso, dois juízes da Corte resolveram se aposentar. Quinze dias atrás, reuniu-se o órgão especial do TST, comentando-se que, só agora, é que teria decidido instaurar procedimento administrativo contra os juízes remanescentes, ou seja, os que figuram naquela sindicância e não se aposentaram, a saber, Severino Marcondes Meira, Aluisio Rodrigues e Paulo Montenegro Pires, cabendo destacar que nada consta naquela sindicância contra o Juiz Vicente Vanderlei.*

Srs. Senadores, existem dezenas de outras irregularidades que podiam aqui ser lembradas da gestão do Juiz Marcondes Meira como, por exemplo, o número excessivo de servidores do TRT, amigos e parentes de juízes, que eram designados para as correições no interior do Estado, todos recebendo diárias, muitos sem jamais terem saído da sede do Tribunal, tendo-se como exemplo o caso da própria mulher do Magistrado Dimar* Mendonça Meira, que jamais prestou serviços ao Tribunal e recebia diárias em todas as correições realizadas no interior do Estado sem jamais comparecer às unidades correicionais, valendo ressaltar que o TCU condenou a referida senhora e seu marido, Juiz Marcondes Meira, a devolverem, com relação às diárias, a importância de R\$26.000,00 aos cofres públicos.

Poderia passar o dia apontando posturas criminosas que se sucederam no seio do TRT da Paraíba durante dez anos. Podia começar em data mesmo anterior à posse, como Juiz, do Dr. Marcondes Meira. É que, quando assumiu o cargo, respondia ele a processo disciplinar na OAB por apropriação indébita de dinheiro de constituinte e a demanda criminal por igual imputação. E mesmo depois de seu ingresso na magistratura, o Juiz teria permanecido advogando em companhia do seu antigo sócio de escritório, Dr. Francisco Augusto do Nascimento, aquele da

volta sem ida lá para o Acre, conforme acusação formalizada junto ao TST pelo Município de João Pessoa, que acusou o Juiz Marcondes Meira de valer-se de despacho do Juiz Tarcísio Monte, visando pagamento de precatório no valor de mais de R\$5.000.000,00, incluídos nos cálculos seus honorários de R\$827.000,00, que seriam distribuídos, segundo a Prefeitura de João Pessoa, ao Juiz Marcondes Meira e ao seu antigo colega de escritório Dr. Francisco Augusto do Nascimento.

Srs. Senadores, por incrível que pareça, há denúncias de maior gravidade: é que, mesmo após a intervenção ordenada pelo Ministro Almir Pazzianotto, o TRT da Paraíba continuou padecendo de mazelas bem semelhantes àquelas atribuídas aos mencionados juízes. Pois bem, o Juiz Ruy Eloy foi guindado à Presidência interina do Tribunal Regional da Paraíba, em junho de 1997, pelo Ministro Almir Pazzianotto. A designação, porém, foi infeliz. A vida pregressa do magistrado desaconselhava. Poucos meses depois da designação, o Tribunal de Contas da União, nos autos do processo investigativo por mim solicitado, comprovou que o Juiz Ruy Eloy desviara valores relativos a inscrições de concursos de Juiz do Trabalho Substituto que coordenava. Na gestão do Juiz Vicente Vanderlei, o controle interno da Corte, comandado pelo servidor Danilo Cosme de Almeida, exigiu que o Juiz Ruy Eloy submetesse a exame as contas do 8º concurso de Juiz do Trabalho Substituto, providência jamais solicitada pelas administrações anteriores. Levantou-se suspeita quando se verificou que, em todos os concursos passados, o saldo apresentado nas prestações de contas do Juiz Ruy Eloy era sempre zero, ou seja, não havia sobra de um só centavo.

Descobriu-se que, ao final de cada concurso, os valores arrecadados eram supostamente distribuídos para quatro servidores que prestavam serviço na Secretaria dos Concursos, apesar de a legislação determinar que todos os valores arrecadados em concurso público devam ser depositados em nome da União, não se permitindo ao juiz alegação de desconhecimento da Lei, até porque o Tribunal de Contas da União há muito editara súmulas nesse sentido.

Quando solicitado pelo controle interno do Tribunal para submeter as contas, o Juiz Ruy Eloy apresentou recibos, a título de gratificação, assinados por supostos beneficiários em uma mesma data, com o mesmo cheque. Muito curioso e suspeito é que, durante o período em que o Juiz Ruy Eloy foi coordenador dos concursos, apenas sua secretária,

Márcia Valério, recebeu 70% dos valores distribuídos, a título de gratificação, além de diárias e horas extras pagas pelo TRT, que equivalem ao montante de R\$72.000,00.

Para fiscalizar os concursos destinados ao preenchimento de cargo de Juiz de Trabalho, recebendo gratificação, o Juiz Ruy Eloy designava seus filhos e nora. Dentre os filhos, e mesmo sabendo da responsabilidade que é fiscalizar concursos de magistrado, o Juiz Ruy Eloy designou, como fiscal, por várias vezes, com recebimento de gratificação, sua filha Yara Kalpúrnica de Almeida Eloy, estudante de 1ª Grau e menor de dezesseis anos.

Tamanha a irresponsabilidade do Juiz Ruy Eloy e a sua vontade de beneficiar os filhos, que chegou a autorizar, de próprio punho, a compra de computadores, impressoras e materiais de computação para a Secretaria da Comissão de Concursos, com o dinheiro das inscrições dos concursos públicos. Todos esses equipamentos foram adquiridos da empresa InfoNews Ltda., de propriedade de seu filho, Sr. Heatcliff de Almeida.

O Tribunal de Contas também verificou que o Magistrado assinava, de próprio punho, os cheques nominais para a liberação dos valores depositados em conta corrente, onde eram efetuados os depósitos resultantes das inscrições de Juiz Substituto, e que chegou a emitir um cheque no valor de R\$29.457,00, nominal a si mesmo, quando todo leigo sabe que os cheques destinados a qualquer pagamento de despesas públicas devem ser emitidos em favor do vendedor ou prestador de serviços.

Todas essas irregularidades foram comunicadas ao Ministro Almir Pazzianotto e, inexplicavelmente, o Ministro não as levou em consideração, ao contrário, entendeu-as, de antemão, indevidas, sob alegação de que eu, como servidor, deveria ter remetido as denúncias por intermédio do meu superior hierárquico que, no caso, é exatamente o próprio Juiz Ruy Eloy, alvo das acusações. O mais grave é que, quando o então Ministro da Justiça, Senador Iris Rezende, paralisou o processo de indicação do Juiz Ruy Eloy para, na qualidade de mais antigo, prover a vaga deixada pelo Juiz Tarcísio Monte, que se aposentara, o Ministro Almir Pazzianotto dirigiu uma carta ao Presidente da República proclamando a honestidade do Juiz Ruy Eloy e chamando para si a responsabilidade pela nomeação, reclamando do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, pela demora da promoção do magistrado.

O Juiz Ruy Eloy era bastante ligado aos Juizes Severino Marcondes Meira e Aluisio Rodrigues, tan-

to é que permaneceu à disposição do Tribunal – ele era juiz da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa – a pretexto de coordenar concursos, afastando-se do exercício do cargo de Juiz de Trabalho desde 1993. O impressionante é que, durante o período compreendido entre 1990 e 1997, o Juiz Ruy Eloy somente prolatou duas sentenças e presidiu apenas 19 audiências como Juiz Presidente daquela unidade jurisdicional, driblando completamente a legislação que impõe ao magistrado o exercício da função judicante para o qual foi nomeado.

Para não cansar V. Ex^{as} – e por isso pedi que tivessem paciência -, passo a registrar outras irregularidades do Juiz Ruy Eloy, que foram por mim denunciadas:

Primeira acusação: engavetamento, por quase cinco meses, do recurso interposto pelo Ministério Público do Trabalho nos autos da Matéria Administrativa n.º 191/97, onde o órgão ministerial aponta o cometimento de irregularidades quanto à distribuição de valores arrecadados com as inscrições relativas ao 9º concurso público para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto, realizado sob a coordenação do Magistrado; violação da Súmulas 72 e 214 do TCU; infringência da legislação tributária por falta de recolhimento de imposto de renda no tocante a vultosas quantias pagas a pessoas que participaram do referido certame; retardamento deliberado da remessa ao TST do recurso do Ministério Público; falsificação, segundo a acusação, como Relator, de Acórdão do TRT, no julgamento de um processo de habilitação do juiz classista Alexandre Teixeira Gilbert, adotando o fundamento de que, além de não espelhar o veredito emitido pela Corte, teve o claro propósito de encobrir a tese que desenvolveu para acolher, como Presidente, a habilitação do Sr. Daniel dos Anjos Pires Bezerra; prática dos crimes de estelionato, falsidade ideológica e falsificação e também improbidade administrativa.

Terceira acusação: aquisição, sem processo licitatório, de microônibus para ser utilizado no transporte de servidores beneficiados com diárias nas correições das juntas do Interior, quando o Tribunal já dispunha de ônibus doado pelo TST. Para forjar a necessidade da compra, o Juiz Ruy Eloy utilizou a manobra da doação de um veículo recebido do TST à Universidade Federal da Paraíba.

Quarta acusação: reforma, sem licitação, de caráter suntuoso, do Gabinete da Presidência ocupado pelo Juiz Ruy Eloy.

O Tribunal foi inaugurado em 1992 e já era considerado uma obra faraônica para um Estado pe-

queno como é a Paraíba. E o Juiz Ruy Eloy, quando assumiu a Presidência em junho de 1997, quatro meses depois, modificou toda a Presidência, gastando verbas públicas sem necessidade, porque a Presidência já era considerada de luxo, apenas por vaidade pessoal.

5ª Acusação: nomeações ilegais, mais de uma dezena de pessoas para cargos de juiz classista de Juntas de Conciliação e Julgamento, atos dos mais diversos desvios de conduta e irregularidades administrativas denunciadas pelo Ministério Público do Trabalho.

Sexta acusação: omissão deliberada da designação de pautas para julgamento de várias das impugnações acima aludidas; demora de quase um ano; reclamações nesse sentido do Ministério Público do Trabalho, sem atendimento; interesse pessoal do Juiz Ruy Eloy; menosprezo à norma cogente do artigo 662, § 4.º, da CLT; crimes de prevaricação e retenção de autos.

Sétima acusação: tráfico de influência; suspeita de troca de favores, ilegalidade e imoralidade administrativas; transgressão acintosa do artigo 10 da Lei 9.491/96 e da Resolução do TST n.º 388/97, que disciplina tal matéria, e art. 37 da Constituição Federal, pois ele conseguiu a nomeação recente de seu filho Heatcliff de Almeida Eloy – aquele da compra de computadores – para o cargo de Diretor de Secretaria da JCJ de Pinheiros, no Estado do Maranhão, parente que, ademais, não pertence aos quadros da Justiça do Trabalho; designação do Heatcliff de Almeida, em substituição ao Sr. Roberto Rodrigues de Sousa, já deslocado para a Paraíba, para ser aproveitado em cargo no TRT; tentativa inequívoca de iludir o TST sobre o desvio de conduta, fraude, improbidade e prevaricação.

São seus filhos: Romei de Almeida Eloy, Rodolpho de Almeida Eloy, Yara Kalpúrnia de Almeida Eloy e Heatcliff de Almeida Eloy, este último, embora esteja em nosso quadro, já investido como Diretor da JCJ de Pinheiros, no Maranhão, como referido. Os dois primeiros são servidores do TRT, bem como sua nora, Marília Sátyro Bonavides Eloy, casada com Rodolpho Eloy. Todos eram agraciados com gratificação para participarem da fiscalização dos concursos de juiz do trabalho.

A filha Romeika, supostamente oriunda da Prefeitura Municipal de Santa Rita... Aliás quero abrir um parêntese. Descobri que a Prefeitura de Santa Rita, cidade próxima a João Pessoa, é a que tem mais funcionários filhos de juizes. Isto porque a juíza Ana Clara, que hoje é juíza do Tribunal, colocada até

por Almir Pazzianotto, é irmã do Prefeito da Cidade de Santa Rita. O que se fazia? Declarava-se que o filho do juiz era servidor da Prefeitura e o Tribunal requisitava e esse funcionário ia ser aproveitado no Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal.

A filha Romeika, além de ter sido participante da fiscalização de concurso para juiz do trabalho, foi contemplada, em 1986, com a gratificação de assistente do Juiz Presidente da 2ª Junta de João Pessoa, que, no caso, se confundia com o próprio Ruy Eloy, pai da indicada. A nora Marília foi beneficiada com a substituição de um DAS em circunstâncias nepóticas, não porque o ato assinado pelo sogro Ruy Eloy vulnerou a Lei nº 9421/96, que proíbe a nomeação de parentes para funções comissionadas, como porque a consequência remuneratória retroagiu a quase trinta dias para alcançar a beneficiária.

A referência ao nepotismo do Juiz Ruy Eloy serve também para estranhar o desafio que o magistrado lançou pela mídia para que o Senador Antonio Carlos Magalhães encontrasse um só parente do juiz no TRT da Paraíba. Os arroubos do magistrado chegaram a ponto de permitir-lhe proclamar a bravata, sem procuração, de que não admitia que o Senador Antonio Carlos Magalhães acusasse juizes sem prova para ainda augurar, em tom autoritário, que essa CPI estava "fadada ao insucesso".

8 – Farra dos corretores de imóveis no TRT da Paraíba. Os corretores de imóveis da Paraíba nunca conseguiram nomear nenhum de seus representantes para o TRT da Paraíba, mas na gestão do Dr. Ruy Eloy ele conseguiu um feito: nada menos que seis corretores de imóveis para o exercício da representação classista de primeira instância O Sindicato de Corretores, que jamais conseguira, antes, emplacar a nomeação para o cargo de um só corretor de imóveis.

A Procuradoria do Trabalho aponta irregularidades em quatro dessas nomeações. Coincidência ou não, o Diretor do Controle Interno do Tribunal, Sr. Baltazar Pequeno, é corretor de imóveis e desfruta, de longa data, da amizade íntima do Juiz Ruy Eloy.

A propósito, Srs. Senadores, o Sr. Baltazar Pequeno foi o mesmo que me agrediu brutalmente...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Consulto a testemunha se ela quer fazer uma breve interrupção.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Não, estou concluindo. A propósito, Sr. Senadores, o Sr. Baltazar Pequeno foi o mesmo que me agrediu brutalmente...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Sª poderá passar essa parte por escrito à Comissão e pular essa página, se quiser continuar a leitura. Percebo que V. Sª está sob impacto emocional, porque o assunto diz respeito à sua pessoa. Então, V. Sª pode virar a página. Depois, a Presidência dará conhecimento desse fato sem a leitura que V. Sª está fazendo.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Ele me agrediu brutalmente, a mando do Juiz Ruy Eloy, agressão que se repetiu, pouco tempo depois, pelos filhos do Sr. Baltazar, quando eu distribuía, na calçada...

O SR. MAGUITO VILELA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA - Só quero saber do depoente se as agressões foram físicas ou ameaças de agressão.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Físicas.

O SR. MAGUITO VILELA - Eu acho que, considerando isso, é desnecessária a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu acho que V. Exª poderia, perfeitamente...

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Vou terminar: quando eu distribuía, na calçada do Hotel Tambuí, em João Pessoa, o Informativo Condor, do Centro de Defesa do Cidadão e da Moralidade Pública, do qual sou Presidente. É importante informar a V. Exªs que, na última quinta-feira, em entrevista à TV Tambaú, de João Pessoa, o Juiz Ruy Eloy disse, em alto e bom som, que iria oficiar à Polícia Federal requerendo a dispensa da proteção policial que me foi assegurada por esta CPI, justificando o gesto como a necessidade de se evitar gastos desnecessários à União, até porque, ressaltou o juiz, a proteção policial teria sido conferida pelo Senador Antonio Carlos Magalhães a um marginal vagabundo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, membros desta ilustrada Comissão, existem outros fatos que ainda poderiam ser aqui relatados, referentes a condutas irregulares, públicas e privadas, do referido magistrado, incompatíveis com o exercício do cargo que exerce sob o pálio da moralidade, que evidenciam o caráter delitivo do magistrado, mas furto-me, neste ensejo, de relatá-los a V. Exªs, porque os elementos de convicção estão em fase de colheita, mas tão logo os tenha em mãos, formularei, com certeza, as denúncias.

Finalmente, continuo à disposição de V. Ex^{as}.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Estão abertas as inscrições.

Com a palavra, pela ordem que me foi solicitada, me parece, concedo a palavra, inicialmente, ao Senador Vice-Presidente, Carlos Wilson, que foi quem primeiro a solicitou, depois ao Senador Ney Suassuna e, depois, ao Senador Moreira Mendes. Foi essa a ordem que vislumbrei daqui. Logo a seguir, estão com a palavra os Senadores Maguito Vilela e Jefferson Péres.

O SR. MAGUITO VILELA - Sr. Presidente, não quero fazer nenhuma indagação, mas apenas sugerir que seja seguida a ordem de inscrição do depoimento anterior, porque, com isso, evita-se que...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pode haver algum Senador que queira indagar uma testemunha e não queira fazer indagações a outra. Mas quem tem preferência, realmente, é o Senador Relator Paulo Souto, a quem concedo a palavra.

O SR. PAULO SOUTO - Segundo sua denúncia, o TRT da Paraíba, apesar do oferecimento de um terreno em doação por parte da prefeitura, preferiu adquirir um imóvel residencial para instalar a Junta de Conciliação e Julgamento do Município de Mamanguape, pelo dobro do preço oferecido. A minha pergunta é a seguinte: baseado em que fatos V. S^a afirma isso? V. S^a tem alguma sugestão para que esta Comissão chegue efetivamente a uma prova incontestável com relação a isso? Como são duas perguntas correlatas, da mesma forma adquiriu um prédio na Praça Independência, em João Pessoa, por 710 mil, sem licitação.

V. S^a também afirma que, deste montante, apenas 200 mil se destinavam ao pagamento do imóvel e que os outros 510 mil teriam sido repassados aos juízes, que os teriam dividido. V. S^a sustenta essa afirmação? Baseado em que V. S^a afirma isso? Que sugestões V. S^a poderia dar à Comissão para que realmente chegue, de forma efetiva, à possibilidade de que parte desses recursos teria sido destinada a membros do tribunal?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Peço licença para abrir as caixas para que eu possa dar mais subsídios.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. S^a tem direito, como já afirmei, à consulta escrita de breves anotações. Mas a pergunta objetiva do Sr. Senador Relator, Paulo Souto, é como se chegou à conclusão de que um prédio foi adquirido por duzentos e poucos mil e quinhentos e poucos mil foram

distribuídos aos juízes. V. S^a pode dar o nome de todas essas pessoas? Em primeiro lugar, como V. S^a chegou a essa conclusão. Veja bem que não estou tolhindo ninguém, mas peço apenas a V. S^a, que está depondo e prestando esclarecimentos a nossa CPI, que pense bem no que vai falar aqui, porque estamos sendo televisionados e temos que zelar pelas pessoas. A primeira pergunta que se fez foi sobre como V. S^a chegou a essa conclusão.

O SR. MAGUITO VILELA Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MAGUITO VILELA – Sr. Presidente, acho que poderíamos sintetizar essa audiência. Primeiro, acredito que a pergunta poderia ser dirigida a ele para sabermos se ele tem realmente todas as provas do que ele está afirmando, porque ele está prestando depoimento sob juramento. Tendo as provas, não estamos aqui para julgar mas para ouvir e avaliar...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Senador, **data venia**, quem solicitou consulta à documentação foi a própria testemunha e não posso impedi-lo, uma vez que li até um dispositivo do Código de Processo Penal que diz que ele tem direito a breves anotações e depois atendi a uma solicitação do Senador José Agripino no sentido de que ele pudessem continuar a leitura de seu próprio depoimento. Agora, se ele quer fazer consulta a anotações, eu não posso impedir.

O SR. MAGUITO VILELA - A conduta de V. Ex^a tem sido irreparável, estou apenas querendo colaborar, porque se ele está prestando um depoimento mediante juramento, pressupõe-se que está falando a verdade e as provas estão aí e depois poderíamos averiguá-las.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, ele tem que dizer como chegou à conclusão de que parte desses recursos não foram destinados à compra do imóvel. Essa é uma pergunta concreta.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Pedi para ver os documentos, até para que não se cometa injustiça, porque aqui posso citar nomes, já que são mais de 40 denúncias, e não quero trocar o nome das pessoas.

Em relação ao imóvel da JCJ de Mamanguape, sou servidor lotado naquela Junta e o Sr. Severino Ramos dos Santos estava oferecendo o imóvel por R\$80mil até aos próprios advogados da Junta, porque ele estava em uma situação difícil, queria vender o imóvel e a Junta estava em um prédio locado.

Quando eu soube que o Tribunal comprou pelo dobro, por R\$160mil – na época eu era Delegado Sindical do Sindijuf – comecei a investigar. Fui ao cartório de registro e me fiz até passar por funcionário do TRT querendo a escritura do negócio. A Sr^a Teresa Ramos Lins disse que só poderia me dar a escritura se eu pagasse R\$3.000,00, porque ela havia passado a madrugada sem dormir. Disse que duas pessoas e um advogado haviam se dirigido ao cartório dela, na madrugada, e fizeram que ela assinasse o papel dessa compra. Comecei a desconfiar o porquê ter sido de madrugada.

Imediatamente, pedi ao Dr. Armando Gusman, leiloeiro oficial, que fosse a João Pessoa e avaliasse o imóvel, apesar do fato de ele estar sendo desfigurado devido a reforma. Mesmo assim, pedi para avaliar. Ele avaliou em R\$76.000,00. A casa residencial ele avaliou em R\$40.000,00 e os três terrenos do imóvel ele avaliou em R\$36.000,00.

Depois, fiquei sabendo que a prefeitura de Mamanguape, através de decreto, tinha feito a doação de 1.800 metros quadrados do imóvel ao TRT. O terreno dado era no centro da cidade – o que era melhor para os jurisdicionados. Simplesmente o Tribunal achou por bem adquirir uma casa quase fora da cidade, bem distante do centro.

Conversei também com os oficiais de justiça da própria Junta, que avaliavam vários imóveis, em razão dos processos de execução da Junta, que me deram a avaliação de uma casa residencial em Mamanguape, com as mesmas dimensões – 840 metros quadrados e 850 metros quadrados –, em R\$60.000,00, com a diferença de que essa é situada no centro da cidade.

Então, resolvi, até por dever, entrar com uma ação popular na Justiça. Aqui está a escritura que comprova os R\$160.000,00 pagos pelo TRT. Entrei com a ação popular, e eles compraram vários corretores de imóveis – a praxe lá é comprar corretores – para fabricar laudos. Três deles informaram que era 750 e nem 710. Ao saber que esses corretores eram inclusive beneficiados – e aí posso citar o nome do Sr. Ubiratan....

O SR. PAULO SOUTO - Aí o senhor está falando sobre o outro caso?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Não, ainda é Mamanguape, mas cheguei lá. Quando Ubiratan, que é até suspeito porque ele consegue pegar todas as perícias de todas as Juntas da Paraíba, deu um laudo dizendo que era R\$750 mil, pedi que a Juíza mandasse um perito oficial da União para avaliar a casa. E isso foi feito. Conforme

o laudo técnico de avaliação da Delegacia do Patrimônio da União, na Paraíba, eles avaliaram a casa em R\$39.000,00. E tenho que falar que a casa foi comprada por R\$160 mil e se gastou mais R\$40 mil para adequar às Juntas. E aí foi que o perito da União avaliou aquela benfeitoria em R\$40 mil, mas a casa ficou por R\$39 mil. E aí chegamos ao patamar de R\$80.189,00 incluindo...

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, uma indagação, pela ordem, porque eu me perdi aqui. Posso fazê-lo?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. NEY SUASSUNA - Não entendi. A avaliação do corretor foi de setecentos e poucos para essa que foi comprada por 160?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Foi, o corretor indicado pela outra parte, pelo juiz, por R\$750 mil. Eu pedi um perito oficial e ele avaliou em R\$39.285,81. Essa é a questão de Mamanguape. A ação está tramitando na 3ª Vara Federal da Paraíba. Ela está aqui.

O SR. PAULO SOUTO – Eu entendi que nessa – no que ele falou antes – não há nada com relação a que esse dinheiro teria sido passado para alguém. Isso me pareceu mais claro, pelo menos no que o senhor falou, no caso da Junta de João Pessoa. Não sei se era isso.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Não é isso. O problema que era praxe eles superfaturarem. O cidadão recebia o preço justo e o restante era dividido pelo Diretor-Geral, Marecelo Monte, pelo Juiz Marcondes Meira e seus familiares, como também,...

O SR. PAULO SOUTO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra, pela ordem, V. Ex^a.

O SR. PAULO SOUTO – Está aí o motivo da minha intervenção. Essa são conclusões dele. Não há o sigilo bancário quebrado, não há nada que prove isso. Por isso é que eu disse: acho que temos que ouvir, mas ele está tirando as conclusões. Ou há algum documento que prove que esse dinheiro foi para a conta desse juiz. Essa que é a questão, a meu ver.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Aí a gente vai para os finalmente. Tem que saber onde o Juiz Marcondes Meira tem um patrimônio...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Aí, a coisa é objeto de investigação.

A pergunta V. S^a vai responder sim ou não e, depois, a Comissão decide.

V. S^a fez uma afirmativa de que cerca de R\$500 mil – não sei se com referência a esse prédio de Mamanguape ou outro – teria sido dividido entre magistrados. Isso é conclusão de V. S^a? V. S^a tem dados concretos? Tem documento? Ouvi o quê? O que é que V. S^a sabe disso? É isso aí, objetivamente. Se é praxe ou não, é outra conversa.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

– Está bom. Vou passar para o segundo prédio da Praça da Independência.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, V. S^a, nessa aí, é que vai responder.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

– Não foram duas perguntas?

O SR. PAULO SOUTO – Fiz duas perguntas.

Pelo que entendi, nesse terreno de Mamanguape, não me lembro se ele, em algum momento da denúncia, falou especificamente de que esses recursos teriam sido, enfim, distribuídos ilegítimamente. Mas tive a impressão de que, no caso desse da Praça da Independência, em João Pessoa, que teria um indício maior de que realmente isso teria sido, enfim, distribuído ilegítimamente. Essa é a pergunta que faço. E mais importante do que isso, se isso não é uma prova concreta? Se é apenas uma assunção de V. S^a? Efetivamente, se quisermos provar isso, o que é que V. S^a sugere? Para que a Comissão, depois, decida se isso é uma coisa possível ou não de ser feita?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

– Bem, na questão de Mamanguape, comprovei o superfaturamento de obras: quando foi comprado por R\$160 mil e o perito avaliou por R\$39 mil. Na questão da Praça da Independência, tenho uma testemunha. O dono do terreno comprado na Praça da Independência, em conversa com o Superintendente da Polícia Federal, Dr. Antonio Toscano, afirmou que só recebeu R\$200 mil e que o restante teria sido dividido para esse juiz que citei aqui.

O SR. MAGUITO VILELA – Há uma declaração dizendo isso aí?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

– Ele declarou na Comissão de Sindicância do Tribunal Superior do Trabalho.

O SR. MAGUITO VILELA – Mas V. S^a não trouxe essa prova.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

– Não, porque ninguém tem acesso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos por ordem.

O SR. CARLOS WILSON – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não. Só que a testemunha agora está afirmando que um agente da Polícia Federal... O senhor confira se é isso, porque o senhor não pode aqui agir induzido. Não queremos induzi-lo a resposta nenhuma. V. S^a, por lei, deve depor sobre fatos objetivos. Pelo que deduzi, V. S^a afirma que há um depoimento prestado em algum lugar por alguém. Quem é esse alguém? E onde está esse depoimento? É essa a pergunta.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

– Bem, esse alguém é o Superintendente da Polícia Federal na Paraíba, Dr. Antonio Toscano. O depoimento dele foi prestado à Comissão de Sindicância do Tribunal Superior do Trabalho, e o processo se encontra no TST.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E ele diz o que nesse depoimento? V. S^a leu?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

– Que o dono do prédio, o Sr. Antonio Almério Ferreira Marra...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Dono do prédio.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

– ...havia dito a ele que só recebera, na compra do imóvel, R\$200 mil. E o restante foi dividido com os juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba.

O SR. CARLOS WILSON – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, como o depoente tomou conhecimento disso?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Um minuto. Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Gostaria de saber, até me antecipando um pouco, como o depoente tomou conhecimento dessa suposta declaração feita nos autos da sindicância pelo Sr. Toscano.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

– Simplesmente porque a Comissão de Sindicância foi feita na sede, dentro do Tribunal Regional da Paraíba. E ele, antes da audiência, já afirmava isso.

O SR. CARLOS WILSON – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para uma questão de ordem, com a palavra o Senador Carlos Wilson, como vice-Presidente da Comissão.

O SR. CARLOS WILSON – Sr. Presidente, o depoente coloca que o vendedor, no caso o Sr. Antonio Almério, não recebeu os R\$700 mil e poucos da transação do terreno. Assim, gostaria de requerer a quebra de sigilo bancário e fiscal do vendedor. A

fim de que esta Comissão não cometa a injustiça de ampliar a quebra de sigilo bancário e fiscal de outras pessoas, que, na avaliação do Dr. Pádua, poderiam ter recebido dinheiro nesse troco da transação, vou requerer apenas a quebra do sigilo bancário do vendedor do terreno da Praça da Independência, o Sr. Antonio Almério Ferreira Marra. Estou encaminhando à Mesa.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, também fiz um requerimento pedindo que fosse convocado o Superintendente da Polícia Federal da Paraíba, bem como fossem trazidos até esta Comissão os processos já em curso na Polícia Federal, que me parece são 16, não é isso?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Não, eu falei num processo do Tribunal Superior do Trabalho.

O SR. NEY SUASSUNA – Mas a Polícia Federal também fez levantamentos.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Fez. Esses processos estão no Superior Tribunal de Justiça.

O SR. NEY SUASSUNA – Então, Sr. Presidente, é esse o endereço. Substituo "em tramitação na Polícia Federal" por "Superior Tribunal de Justiça".

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Gostaria que V. S^a, por gentileza, concluísse a pergunta formulada por nosso Relator, Senador Paulo Souto, com referência ao segundo imóvel, de João Pessoa, não é isso?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – A questão do prédio da Praça da Independência é a seguinte: primeiro, tem uma ação popular tramitando na 2ª Vara Federal da Paraíba, que conta em detalhes toda a armação. Foi proposta pelo Sr. Gilberto Magalhães da Silva. A documentação que tenho comprova que no dia 6 de fevereiro de 1995 o Sr. Antonio Almério Marra apresentou uma proposta de R\$750 mil. E comecei a desconfiar porque ele colocou aqui que o imóvel fica localizado no coração da cidade de João Pessoa, onde recebe influência da maioria dos transportes coletivos. Por que teria que ter isso no contrato? Descobri que, em razão disso, foi dispensada da licitação a compra desse imóvel, porque o TRT diz que, como está localizado próximo ao TRT, de acordo com o art. 26 da Lei nº 8.666, estava dispensado de licitação. Depois, o próprio Tribunal de Contas da União, numa denúncia formulada, tem uma decisão que manda devolver R\$435.114,00.

Nessa decisão, que pediria permissão para ler, o próprio Ministro Carlos Atila cita um trecho do Procurador da República na ação popular, que diz:

"Nepotismo, raiz do mal. É preciso que se diga algo que já é sentido por todos: a raiz da má administração das verbas públicas por parte do então dirigente do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região é o nepotismo ali praticado.

O processo administrativo [que é esse aqui da compra do imóvel] teve início quando Severino Marcondes Meira Filho, Diretor da Secretaria Administrativa e filho do Juiz-Presidente Severino Marcondes Meira, propôs ao Diretor-Geral a compra de um imóvel para sediar as juntas da capital.

Aparentemente neutro, o documento já apontava que o NEA, que é o Núcleo de Engenharia e Arquitetura do Tribunal, localizaria o terreno a ser viabilizada a construção do Fórum. [Só que o NEA é composto pelo sobrinho do Presidente do TRT, o Sr. Derivaldo Domingos de Mendonça Filho, que é primo do Diretor Administrativo e proponente Severino Marcondes Meira Filho. Também é tio e cunhado do Presidente Severino Marcondes Meira o outro membro do NEA e também réu do processo, Napoleão Bezerra Veras.]

Assim [diz o Procurador], o filho do Presidente Severino Marcondes Meira propõe que seu primo e seu tio, Derivaldo Mendonça Filho e Napoleão Bezerra Veras, localizem e avaliem terreno a ser adquirido, o que, ao final, é homologado pelo pai daquele, e tio e cunhado deste."

Essa é a questão do imóvel. E o Procurador ainda foi bom, porque mandou fazer uma avaliação pela Caixa, que disse que o valor menor seria R\$201.917,00. Ele diz o seguinte: "Utilizando normas técnicas, a Caixa Econômica avaliou esse imóvel em R\$235.593,00, com um intervalo de confiança compreendido entre R\$201.917,00 e o máximo de R\$274.886,00." Então, o Tribunal de Contas avaliou pelo máximo, que foi R\$274.886,00. E ele diz, para chegar aos R\$435 mil: "Partindo-se do valor estipulado pela Caixa, R\$274.886,00, a diferença entre esse valor e a quantia efetivamente paga pelo TRT, R\$710 mil, atingiu a importância de R\$435.114,00, que, em outras palavras

[aqui está bem destacado], é o dano ao Erário resultante da operação irregularmente efetuada."

O SR. PAULO SOUTO - V. S^a tem conhecimento se esses recursos já foram devolvidos?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

- Tenho conhecimento que está em tramitação no Tribunal de Contas da União e que não foi devolvido nenhum centavo aos cofres públicos.

Essa decisão é do dia 11 de junho de 1997, assinada pelo Ministro-Relator Carlos Átila Álvares da Silva.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Essa é uma decisão do Plenário do Tribunal de Contas ou é somente o relatório?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

- Não.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Foi aprovada pelo TCU?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

- Sim. Foi aprovada pelo TCU.

O SR. JEFFERSON PÉRES - É uma decisão do Tribunal?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

- Deixe-me pegar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Para esclarecimento dos Srs. Senadores, lembro que, por requerimento do Senador Paulo Souto, Relator, expedimos ofício ao Tribunal de Contas da União solicitando tudo o que houvesse naquele tribunal a respeito do Tribunal Regional da Paraíba e do de São Paulo.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

- Respondendo a pergunta de V. Ex^a, estavam presentes a esse julgamento os Ministros Paulo Affonso Martins de Oliveira, presidindo; Fernando Gonçalves; Adhemar Paladini Ghisi; Carlos Átila, Relator; Iram Saraiva e o Ministro substituto Lincoln Magalhães da Rocha.

O SR. PAULO SOUTO - Sr. Presidente, teria mais perguntas, mas deixo de fazê-las porque há muitos senadores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Carlos Wilson.

O SR. CARLOS WILSON - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Dr. Pádua, quem era o Presidente do TRT da Paraíba quando ocorreu a intervenção?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

- Era o Juiz Vicente Wanderlei Nogueira de Brito.

O SR. CARLOS WILSON - E qual a situação dele hoje? Onde se encontra? Ele está aposentado? Afastado?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

- Ele foi afastado por uma decisão pessoal - passem - do Ministro Almir Pazzianotto.

Eu poderia começar uma história para responder a essa pergunta, porque para chegar aos motivos do afastamento de Vicente Wanderlei tenho de fazer esse histórico.

O Juiz Vicente Wanderlei era procurador-geral, membro do Ministério Público e ascendeu ao Tribunal Regional da Paraíba por meio do quinto constitucional em razão da aposentadoria do Juiz Júlio Ibaño. Ele entrou em 1994. Essa quadrilha de juizes já estava formada desde a criação, em 1985. Eles dividiam até os cargos importantes. O diretor-geral era o filho do Juiz Tarcísio Monte; o diretor administrativo, o filho do Juiz Marcondes Meira; e o diretor de pessoal era uma pessoa de confiança do Juiz Paulo Pires. Então, o Tribunal foi dividido em capitânias hereditárias.

Quando o Dr. Vicente Wanderlei assumiu, em 1994, eles se viram numa situação constrangedora. Todos já tinham ocupado a Presidência e desejavam continuar o rodízio, e pensavam que, como o Dr. Vicente estava assumindo em 1994, ele não teria direito de ser presidente em 1995. Era intenção dele. Por que isso? Porque o Dr. Vicente Wanderlei não fazia parte dessa quadrilha. E aqui não tenho procuração para defendê-lo. Estou sendo sincero.

E, na eleição, ele só teve o voto dele contra todos os outros juizes. Mas, mesmo assim, com o voto dele, segundo o art. 102 da LOMAN, é claríssimo em dizer que, se ele não ocupa a presidência, a vez é dele, independente de qualquer resultado na eleição. Ele entrou com a decisão, houve a eleição e eles não aceitaram, colocaram o Juiz Paulo Pires na Presidência. Dr. Vicente recorreu ao TST e aquele órgão, por meio de uma decisão do Ministro Ursulino Santos, uma liminar concedida, o Dr. Vicente assumiu a Presidência. E os juizes achavam que, como o tribunal era autônomo, não tinha obrigação de cumprir decisão de TST, em razão da autonomia. E descumpriram, mais uma vez, a decisão do TST. Está aqui a cópia da resolução que diz o seguinte: "Considerando a medida liminar concedida em parte pelo Ministro do Tribunal Superior do Trabalho Ursulino Santos, na Ação Cautelar nº 219.874-95, suspendendo a posse do Juiz Paulo Montenegro Pires do cargo de Presidente desta Corte, designado para o dia de hoje, conforme previamente marcada a 20^a

Sessão Administrativa; considerando, ainda, a inusitada situação deste tribunal posto que, atendendo a decisão de um órgão superior importaria necessariamente no desatendimento de outro órgão hierarquicamente superior e considerando, finalmente, não ser proposta desta Corte estabelecer conflitos com órgãos do Poder Judiciário, muito menos em instâncias de cúpula, porque somente acarretaria perplexidade entre o jurisdicionado, resolve, por maioria, contra os votos dos Juizes Geraldo Teixeira de Carvalho e Vicente Wanderlei Nogueira, o seguinte:

a – Revogar todos os atos do processo eleitoral deliberados na sessão do dia 2 de outubro de 1995, que resultaram nas Resoluções nº 144, 145, 146 e 147 do **Diário da Justiça**;

b – Atribuir ao Juiz Paulo Montenegro Pires, na qualidade de mais antigo, o exercício da Presidência desta Corte, a partir desta data e até que seja procedida nova eleição a ser convocada oportunamente e empossados os respectivos titulares para os cargos de direção.

Isso foi no dia 10 de novembro de 1995 e a liminar do Juiz Ursulino Santos foi concedida no dia 19 de outubro de 1995.

O mais interessante é que a maior testemunha, o Ministro Ursulino Santos, após ter decidido desta forma, foi ameaçado de morte, onde ele confirma que depois dessa decisão os juizes o ameaçaram, ou outras pessoas o ameaçaram por ter concedido a liminar. Porque isso aí causaria a quebra dos lucros dessa quadrilha.

Mas, finalmente, o Dr. Vicente assumiu e começou um processo de moralização dentro do tribunal. Começou em relação aos requisitados, que eram mais de 300. Ele devolveu todos e tomou diversas outras medidas, sempre tendo o apoio do Tribunal Superior do Trabalho, inclusive do Almir Pazzianotto.

Mas vem, então, outra questão. Quando, infelizmente – para o Tribunal Superior do Trabalho –, foi publicada a Lei nº 9.421/96, Dr. Vicente Wanderlei foi o único juiz no Brasil que resolveu cumprir a lei e afastou todos os parentes de juizes em cargo de comissão. Isso no dia 16 de janeiro. A lei é de dezembro de 1996.

Então, ele mexeu num local que não deveria ter mexido, que era o nepotismo. Pois todos nós sabemos que o Ministro Almir Pazzianotto tem quatorze parentes no Tribunal Superior do Trabalho.

Então, esse apoio que era dado, anteriormente, ao Dr. Vicente começou a ser negado, porque ele feriu os interesses do Tribunal Superior do Trabalho.

É tanto que, no dia 10 de abril de 1997 – isso os juizes entraram com mandado de segurança, com tudo –, inclusive o próprio Wagner Pimenta deu razão ao Dr. Vicente. Wagner Pimenta concedeu uma liminar em relação ao 9.421. Ele concedeu a liminar para que aquela portaria do Dr. Vicente prevalecesse sobre qualquer outra liminar, porque o juiz recorreu para o próprio Tribunal.

E o interessante que quem julgou esse mandado de segurança foi um juiz classista, Daniel Pires, que hoje está sendo reconduzido pela quinta vez. O processo já está no Ministério da Justiça, apesar de eu ter mandado várias cartas avisando que é a quinta vez que ele está sendo nomeado juiz classista. Isso por que vem a questão da advocacia também. Ele é irmão do advogado Marcos Pires, que é o defensor de todos os juizes que fazem parte da quadrilha, e ele concedeu a liminar. E o Dr. Vicente recorreu, e conseguiu perante a segunda instância deixar a sua decisão em vigor. Isso foi no 07 de fevereiro de 1997.

No dia 10 de abril de 1997, o Tribunal Superior do Trabalho edita a Resolução 388/97, que tem uma interpretação – que até por mais leigo em Direito – de um Tribunal que envergonha qualquer estudante de Direito, que diz o seguinte: "Os órgãos da Justiça do Trabalho deverão seguir a exata observância da vedação, com efeitos a contar do dia 26 de dezembro de 96" – isso quer dizer que quem estava no cargo tinha que ficar, que nenhum parente dos ministros e dos juizes seriam demitidos –, preservando-se apenas o ato jurídico perfeito de nomeação ou designação constituídos antes da sua vigência. Esta posição poderá revista ou alterada se houver orientação uniformizada, nos termos do art. 19, inciso II, da Lei Nº 9.421, emanada do Supremo Tribunal Federal, diversa da aqui estabelecida."

Isso quer dizer que as leis agora só vão ser cumpridas quando o Supremo Tribunal Federal decidir sobre elas. Essa é a interpretação.

No dia 18 de junho, os juizes se reuniram e fizeram uma reunião para afastar o Dr. Vicente – os próprios juizes –, para tirá-lo da Presidência. O Dr. Vicente, mais uma vez, recorreu ao Tribunal, e eles decidiram o seguinte – o próprio Pazzianotto deu um despacho, que eu queria ler.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas V. Exª pode-se referir ao fato.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – E o Ministro Almir Pazzianotto disse que não acaitava que um Presidente de um Tribunal fosse afasta-

do por seus membros, quando todos são suspeitos. Isso no dia 18 de junho.

Quero deixar claro, até para V. Ex^a, que a intervenção do TRT da Paraíba – tenho plena convicção – não foi decretada em razão das minhas denúncias porque eu já venho denunciado, desde 1990, o que acontece no Tribunal Regional da Paraíba.

O SR. PAULO SOUTO - Quando foi a intervenção?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

– Foi em junho de 1997. A intervenção teve simplesmente como fundo interesses contrariados do Ministro Almir Pazzionotto acerca do nepotismo porque, na minha posição, ele acha que se a decisão do Dr. Vicente se alastrasse pelo Brasil, ele seria um dos mais prejudicados como tantos outros juízes que tem parentes. Então, era melhor cavar esse foco de resistência ali do que deixar ele se expandir. Essa é minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Opinião pessoal de V. Ex^a?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu pediria a V. Ex^a que se restringisse aos fatos tal qual vinha fazendo até agora e riscando do depoimento qualquer adjetivação. Assim reza o Regimento e é da boa norma dos nossos trabalhos. V. Ex^a pode prosseguir.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

– Eu encontrei o despacho do Ministro em relação à reunião, quando ele disse: "O quadro denunciado pelo requerente aumenta as preocupações acerca do destino daquele Egrégio Regional, não se podendo admitir a destituição do Juiz Presidente em sessão secreta, convocada repentinamente, tudo indicando que S. Ex^a não tem e não terá assegurado o direito de defesa. Almir Pazzionotto. Dia 18 de junho."

Só que, no dia 23 de junho, o Tribunal Superior do Trabalho, em uma sessão, concedeu poderes ao Ministro Almir Pazzionotto para tomar qualquer decisão acerca do Tribunal da Paraíba, afastando os sete juízes que estavam envolvidos nas falcaturas. O Ministro Almir Pazzionotto afastou também o Juiz Vicente Vanderlei e disse lá, na imprensa, que era uma decisão pessoal dele. Ele afastou um juiz de segunda instância, descumpriu uma decisão do próprio TST, que, em fevereiro, naquela ação cautelar do Dr. Vicente, já tinha decretado definitivamente que ele seria o presidente por dois anos. Então, o Ministro desobedeceu ao próprio TRT e, em junho

de 1997, decretou intervenção, afastando também o Dr. Vicente Vanderlei.

O mais engraçado são os motivos da intervenção, que diz o seguinte: Resolução nº 415. "Designar o Sr. Ministro Almir Pazzionotto, Corregedor-Geral da Justiça, para comparecer ao Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba, visando à apuração dos fatos denunciados no processo tal – aquela da reunião dos juízes que queriam depor -, com poderes delegados pelo órgão especial para fazer cumprir o despacho exarado no citado processo, bem assim a Resolução nº 1388/97, editada pelo Tribunal Superior do Trabalho, que regulamentou a aplicação do art. 10 da Lei nº 9.421/96, no âmbito da Justiça do Trabalho."

O que fez o TST? Conferiu a S. Ex^a, o Ministro Almir Pazzionotto, amplos poderes para quaisquer outras providências destinadas a restabelecer a dignidade do exercício da magistratura no TRT da Paraíba e a moralidade administrativa na referida Corte trabalhista. Ficaram claros os motivos da intervenção no Tribunal Regional da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a tem mais perguntas?

O SR. PAULO SOUTO – Quem estava fazendo as perguntas era o Senador Carlos Wilson.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Carlos Wilson, V. Ex^a tem a palavra para fazer a próxima pergunta.

O SR. CARLOS WILSON – Dr. Pádua, a composição do Tribunal Regional da Paraíba é de oito juízes, não é isso?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE - É.

O SR. CARLOS WILSON - Foram afastados oito juízes com a intervenção.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE - Foram.

O SR. CARLOS WILSON - A posição do Juiz Vicente Wanderlei já foi relatada por V. S^a. E qual é a posição dos sete juízes? O que eles estão fazendo hoje?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

- O Dr. Vicente Wanderlei, é bom V. Ex^a se lembrar, eu tinha esquecido, ele recorreu da decisão à Justiça; e o Juiz da 1ª Instância, Janilson, através de uma ação cautelar, fez com que ele retornasse ao cargo. O que ocorreu? Simplesmente, mais uma vez, o Ministro Almir Pazzianoto, sabendo que o Dr. Vicente tinha sido reintegrado nessa ação anulatória de atos administrativos – o Dr. Vicente entrou na Justiça, o juiz concedeu a liminar -, tirou, através da

Resolução nº 418, de 1997, todos os poderes do presidente. O que é mais grave, ele diz: "Competirá ao Sr. Diretor-Geral do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, a partir desta data, a adoção de providências inadiáveis de caráter administrativo, **ad referendum** do Exmº Sr. Juiz Presidente ou do colendo Tribunal Pleno, no período em que estiverem suspensas as atividades jurisdicionais, conforme referido no Item 1 desta resolução".

A resolução cita a decisão do juiz: "Considerando os termos da medida (...)"

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Dr. Antônio de Pádua, a pergunta objetiva é a seguinte: dos oito juízes, quantos estão no cargo hoje?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE
- Não há nenhum no cargo.

O SR. CARLOS WILSON - Mas eles estão o quê? O Senador Ney Suassuna informa que eles estão aposentados. Eles estão aposentados?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE
- Não, eles estão afastados por tempo indeterminado, recebendo salários.

O SR. CARLOS WILSON - Com remuneração de juiz da ativa?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE
- É. Exatamente.

O SR. CARLOS WILSON - Não houve nenhuma economia?

Eu gostaria de saber sobre o quadro de funcionários do TRT da Paraíba. Depois da intervenção de 1997, ele aumentou ou diminuiu? Isso porque tenho a informação de que, proporcionalmente, no Brasil, o maior número de funcionários de tribunais regionais do trabalho é o da Paraíba. É isso que eu gostaria de saber do Dr. Pádua.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Objetivamente, Dr. Antônio de Pádua, depois que houve a intervenção em 1997, intervenção pelo Ministro Corregedor Almir Pazzianoto... É isso?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE
- Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O número de funcionários aumentou, no Tribunal, o diminuiu, objetivamente?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE
- Aumentou.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em quantos funcionários?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE
- Em uma dezena, duas dezenas, por aí, porque o juiz...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por concurso ou sem concurso?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE
- Por requisição.

O SR. CARLOS WILSON - Quantos funcionários tem mais ou menos o Tribunal Regional da Paraíba?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE
- Tem em torno de 1.200 funcionários.

O SR. CARLOS WILSON - Para oito juízes, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu gostaria, depois da exposição do Dr. Pádua, de requerer também a vinda a esta CPI, como convidado, do Sr. Juiz Vicente Wanderlei, que é ex-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.

Há pouco o ex-Senador Ney Suassuna.... V. Exª tema alguma sugestão? (Pausa)

O Senador Jefferson Péres vai ter que se retirar daqui a pouco, porque tem uma reunião do PDT.

O que aconteceu com essa sindicância?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE
- Com o quê?

O SR. CARLOS WILSON - O que aconteceu com essa sindicância? Depois de tudo isso que aconteceu na Paraíba, o que de prático aconteceu?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE
- A sindicância foi determinada pelo TST, em 19 de dezembro de 1995, e foi feita pelos Ministros Wagner Pimenta, Ronaldo Lopes Leal, Rider Nogueira de Brito, em fevereiro de 1996.

Esses ministros passaram um mês no tribunal, fazendo um levantamento de todas as denúncias, resolveram, como eu disse na minha "falação", praticaram vários crimes, inclusive formação de quadrilha e simplesmente não aconteceu nada.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Não encaminharam ao Ministério Público?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE
- O que foi encaminhado ao Ministério Público foi através de um pedido de providências meu, que fiz. Inclusive foi aquele despacho.

O SR. JEFFERSON PÉRES - O TST não encaminhou ao Ministério Público o resultado dessa sindicância?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE
- Da sindicância, não.

O SR. JEFFERSON PÉRES - De que ele teria apurado crimes?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE
- Não encaminhou. O processo simplesmente está, desde fevereiro de 96, parado no Tribunal e eu te-

nho notícia de que só o Ministro Almir Pazzianoto passou nove meses com ele. Quem me falou, na presença dos membros da Federação Nacional, foi o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Srs. Senadores, não sei se concordam de requerer ao Tribunal Superior do Trabalho cópia integral da Comissão de Sindicância e sua respectiva conclusão.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, foi esse o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Então, o requerimento do Senador Ney Suassuna, os senhores concordam que seja oficiado ao Tribunal Superior do Trabalho requisitando cópia dessa sindicância?

Iniciada quando, Dr. Pádua? Procedidas por que magistrados? Pelo Ministro-Presidente?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE - Foram duas sindicâncias.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Mas nos referimos a essa.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE - Foi no dia 19 de dezembro de 95, mas começou em fevereiro de 96.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Comissão iniciada em fevereiro de 1996 e terminada quando?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE - Em março de 96. Só foi um mês.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Então, a Secretaria deve oficial ao Tribunal Superior do Trabalho nesse sentido.

O Senador Carlos Wilson continua com a palavra.

O SR. CARLOS WILSON - Pronto, Sr. Presidente. Dou-me como satisfeito, encaminhado à mesa a convocação do juiz Vicente Vanderlei.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Eu aguardo o requerimento de V. Ex^a.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA - Dr. Antônio de Pádua, fiquei impressionado com a quantidade de documentos que o senhor trouxe. Esses documentos todos foram conseguidos por V. S^a ou teve mais ajuda de alguns, até desses? Ao que me pareceu, o senhor foi tão enfático na defesa do Dr. Vicente que eu até perguntaria: o Dr. Vicente também ajudou nisso?

O DR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE - Primeiro, não fui enfático na defesa dele. Eu disse que não tinha procuração dele. Apenas contei o que aconteceu, os fatos como eles foram. Não o estou

defendendo, inclusive, V. Ex^a o está convocando para ele se defender e, depois, porque ele não precisa da minha defesa.

Como consegui essa documentação? Foi da seguinte forma. Não vou poder citar nomes, mas vou dizer os caminhos. Em 90, eu era concursado, quer dizer, fui aprovado em concurso e simplesmente não era chamado. Enquanto isso, a parentada que estava lá dentro obstruía a nomeação dos concursados. Depois que entrei com a ação popular, foram trinta e três pessoas - na época, eu era presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade e instiguei várias pessoas a entrarem e procurarem os seus direitos, porque senão ninguém seria chamado -, o que aconteceu? Quando entrei com a ação, o Tribunal usou do seguinte expediente: fez a relação dos trinta e três da ação e ia nomear todos os trinta e três, até chegar ao 33º, porque, quando esses eram chamados, apesar de que sairia beneficiando os outros que estavam na frente, mas quando chegasse aos trinta e três, o que acontece? Na hora da nomeação, eles chamavam para uma sala, o Dr. Carlos Melo, diretor de Pessoal, já tinha um advogado lá, com procuração e tudo, e dizia: "Ou você assina, ou a gente não deixa você entrar, porque não queremos que você já entre com problemas com o Tribunal." Pegando essa ação, vai ver que quase todos desistiram e fiquei sabendo disso. Eu tinha um amigo que trabalhava lá, Francisco, que dizia esse expediente, que fazia parte, trabalhava no setor de pessoal e disse: "caso me chamem, vão perder tempo, porque eu não vou tirar meu nome não. Não devo favor a ninguém, passei por estudar e se não me chamar fica todo mundo atrás de mim." (Não de forma maliciosa.) E o que aconteceu? Terminaram me convocando. A partir daí fiquei, conhecido no Tribunal como um revoltado, um frustrado, e me mandaram para a Junta de Guarabira, apesar de que eu estava na relação, eu era o primeiro da lista, mas fui o único que fui para Guarabira mais três colegas; os outros ficaram todos na capital. Os que estavam atrás foram para a capital, e a gente foi para Guarabira. A partir daí começou, dentro do Tribunal, uma, vamos chamar assim, briga, porque os concursados eram discriminados pelos que não eram concursados, os "janeleiros" que a gente chama lá. E os concursados virão em minha pessoa, uma pessoa que poderia fazer alguma coisa, que tinha pelo menos coragem, já que eu entrei com ação. A partir daí começaram a mandar documentos, que eles estavam no Tribunal, alguns deles, e sabendo das falcaturas, começaram a mandar documentos, inclusive juízes mandaram

também documentos, e até assessores dos próprios juizes. E eu fiz um dossiê.

O SR. NEY SUASSUNA - Gigantesco.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

- Não, está desatualizado. (Risos) E remeti para todas as autoridades federais, tipo: Presidente da República, Ministro da Justiça, Presidente da Supremo, TST e vi que com isso só não se resolveria, tinha que partir para o campo judicial. V. Ex^a sabe melhor do que ninguém que o nosso Estado é pobre e fica mais fácil até de visualizar as pessoas ricas.

O SR. NEY SUASSUNA - Vou fazer uma pergunta, perdoe-me, mas ela é objeto da entrevista que vi do Presidente Ruy Eloy, lá na Paraíba. Ele disse que o senhor falsificou inúmeros documentos e que é um mentiroso. Como o senhor está depondo aqui sob juramento, pergunto se tem algum documento falsificado pelo senhor nesse dossiê.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

- Agradeço até a oportunidade, isso foi na quinta-feira, quando fui convocado para cá. Já estava de viagem pronta, não deu para adotar as providências cabíveis contra o juiz, mas assim que eu chegar lá eu vou entrar com ação de danos morais por ele ter me chamado de marginal, vagabundo e falsificador de documentos, como também as ações criminais. Caso ele esteja me escutando, eu o desafio a mostrar qualquer irregularidade minha durante esses sete anos de serviço no Tribunal. Depois, se eu fosse falsificador de documentos, com essa montanha de documentos aqui, eu não estaria mais no Brasil, eu estaria trabalhando no FBI. Acho que fui até indelicado com o FBI, que é o contrário, mas certamente eu seria um gênio por falsificar essa montanha de documentos.

O SR. NEY SUASSUNA - O senhor até se emocionou quando disse que foi agredido duas vezes e nominou as duas agressões: uma de um corretor, que hoje trabalha no Tribunal, e a outra dos filhos. Informou também que estava ameaçado de morte. O senhor pode nominar quem o ameaçou de morte?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

- Não, porque recebi telefonemas de pessoas que não conheço. Também quando se falou na CPI, na criação da CPI do Judiciário, todo mundo, principalmente os não concursados e os parentes, ficaram com muita ira da minha pessoa, e diziam abertamente lá nas juntas que, se me pegassem, me matariam. Vários colegas meus concursados me disseram isso. Teve até uma funcionária lá dizendo: "aqui não tem

homem, não? Porque esse cidadão faz o que quer e vocês não matam, não fazem nada?"

O que aconteceu? Além de umas três ameaças que recebi pelo telefone, eles disseram que poderiam me agredir. Se V. Ex^a assistiu à entrevista, pôde perceber a forma como falou o Presidente Ruy Elóy, o seu ódio e rancor contra a minha pessoa. Ele é um juiz. Penso que um juiz não pode, na televisão, chamar um cidadão de marginal. Imaginem toda a administração do TRT recebendo altas gratificações e assessorando o Dr. Ruy Elóy! Tanto que fui agredido por um diretor que trabalha com o Juiz Ruy Elóy, e não foi instaurado nenhum processo administrativo contra esse diretor. Mas contra mim já existem oito processos administrativos.

O SR. NEY SUASSUNA - O senhor foi agredido dentro ou fora do Tribunal?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

- Fora do Tribunal. Este é o meu posicionamento: como ocorreu fora do Tribunal, não cabe processo administrativo. Mas comigo não acontece a mesma coisa, porque estou há seis meses sem receber salários por causa de processos administrativos relativos a fatos que aconteceram fora do Tribunal.

Por exemplo, entrei com um requerimento na Polícia Federal, em João Pessoa, pedindo a apuração de irregularidades de servidores com a prova de sonegação fiscal e, simplesmente, devido a esse requerimento, peguei 90 dias de suspensão.

Se fôssemos medir, o cidadão brasileiro pode fazer um requerimento - inclusive, a Constituição diz isso - a qualquer autoridade, e ela que o indefira ou não. Não é crime algum e, muito menos, ilícito administrativo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - O fato de V. Ex^a não estar recebendo salários é decorrência de alguma punição?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

- De três punições, instauradas e julgadas pelo Juiz Ruy Elóy. O mais impressionante é que ele tanto instaurou quanto me julgou. Tenho 45 ações contra ele. A Lei nº 9.784 diz que, caso minha esposa tivesse uma ação contra ele, ele não poderia me julgar. E eu que tenho 45 ações contra ele! Como é possível ele instaurar e julgar?

Entre com um pedido de providências no Tribunal Superior do Trabalho, e o Ministro Sydney Sanches o afastou de qualquer processo que fale a meu respeito. Ele o afastou liminarmente. Ele não pode despachar nenhum processo meu.

O SR. NEY SUASSUNA - Nós, paraibanos, envergonhamo-nos de qualquer fato que manche

qualquer instituição na Paraíba. Queremos a maior transparência possível. Pergunto: o senhor não acha que essa cruzada tem sido muito pesada? O senhor vai continuar com ela até o final?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

– Pesada, ela tem sido, principalmente porque – graças a Deus – V. Ex^{as} abriram esta CPI e me deram esta oportunidade. Na Paraíba, não tenho apoio nem mesmo do Ministério Público Federal. Tenho toda essa documentação e a apresentei aos Procuradores de lá, mas eles disseram que não tinham coragem de entrar com nenhuma ação contra juízes. Mas contra mim já entraram com duas ações criminais.

Se V. Ex^a quiser, posso até contar como foram as ações criminais. Vemos que foi um esquema montado para fragilizar todas as minhas acusações. E o que me revolta é que isso parte de onde não deveria partir: do Ministério Público.

Só para dar um exemplo, há uma ação à qual estou respondendo, e até os meus colegas da Justiça Federal ficaram revoltados com a maneira como foi feita. Denunciei o fato de que o Juiz Aluísio Rodrigues autorizava, com as verbas do gabinete para suprimento de fundos, a compra de absorvente feminino. Coloquei absorvente feminino, porque era uma imoralidade, mas foram várias despesas. Na entrevista que dei à **TV Tambaú**, eu disse que o Juiz Aluísio Rodrigues autorizou a compra de absorvente feminino. E o que aconteceu? O Juiz entrou com uma ação contra mim, pedindo a abertura de inquérito, afirmando que eu tinha dito que ele era quem estava usando absorvente feminino. O Delegado da Polícia Federal, Dr. Benjamim, chamou-me, e eu disse: doutor, não falei isso não, porque aliás não sei quem usa absorvente feminino, não cabe a mim saber o destino final. Sei que foi comprado com dinheiro público, isso é o que me interessa. E aqui estão todas as provas. Juntei todas essas provas porque todo mês eram comprados absorventes.

O delegado simplesmente disse que a minha atitude não era criminosa, mas corajosa, porque mesmo correndo risco denunciei os juízes; ele fez o relatório pedindo o arquivamento. Com as provas que juntei disse que não haveria problemas.

Para minha surpresa, vinte dias depois, chegou um oficial de justiça na minha casa dizendo que tinha sido denunciado por calúnia. Calúnia, por quê? Comecei a ler o documento e V. Ex^a sabe que calúnia é quando alguém diz que uma pessoa cometeu um crime sem ser esse fato verdade. Caluniar alguém é atribuir a alguém falsa imputação criminosa.

Mas como imputei falsamente se estava com todos esses documentos comprovando o que dizia? E o tempo que ele usava não correspondia ao que o procurador disse. O mais grave é que dias antes estive na Procuradoria, logo depois que comecei a ser perseguido pelo Juiz Ruy Eloy. Lá, procurei o Dr. Luciano Maia, que hoje assume aqui a subprocuradoria, e disse-lhe: estou cansado, já briguei com esses juízes todos, o Tribunal está sob intervenção...

O SR. NEY SUASSUNA – Perdão, o único que não teve problemas com V. S^a até agora, contra quem V. S^a não lutou foi o Dr. Vicente. Pelas razões já explicadas.

O SR. ANTONIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a tem mais perguntas?

O SR. ANTONIO PÁDUA PEREIRA LEITE – Para concluir. Como V. Ex^a perguntou, quando cheguei lá disse que estava com os documentos e pedi-lhe que tomasse as medidas cabíveis. A resposta que tive dele foi que ele não ia tomar providências porque o Juiz Eloy tinha sido seu professor e agora era professor da filha do juiz e nada ia fazer. O mais interessante é que vi a armação, disse-lhe que já que ele não fazia eu ia fazer novamente, como nas primeiras vezes. Dias depois vem o esquema montado, sabendo que eu iria entrar com uma ação contra o Juiz Eloy, prepararam a defesa; ele apresentou uma ação popular dizendo que eu era caluniador e estava sendo processado pelo Ministério Público. Isso é o que ocorreu.

Mas tem valido a pena, porque se todo o brasileiro fizesse a sua parte penso que este Brasil seria outro, seria diferente, porque se cada cidadão começasse a denunciar os corruptos que se utilizam de dinheiro público penso que a situação brasileira não estaria do jeito que está. Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, gostaria de, ao encerrar, declarar que não o conhecia anteriormente, não tenho nenhuma ligação pessoal. Quero, como todo paraibano, a transparência de toda essa situação.

E aproveito, mais uma vez, para enfatizar que gostaria que os processos já iniciados viessem parar em nossas mãos para que tivéssemos a maior transparência possível, e não cometêssemos nem injustiça com o depoente nem tampouco com nenhum dos magistrados, para que sejam, no final, expostos só os realmente culpados.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Dr. Antonio Pádua Pereira Leite, inicialmente quero registrar a minha admiração pela sua coragem. Que isso sirva de exemplo para outros brasileiros.

Quero, objetivamente, lhe fazer a seguinte pergunta: qual o valor do prêmio do seguro que V.ª mencionou? Cobrindo qual imóvel e qual período?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Na época, era de 22 milhões de cruzeiros reais e cobria o prédio do Tribunal. O período foi de 1992 a 1993.

O SR. MOREIRA MENDES - A segunda pergunta: o Juiz Marcondes Meira ascendeu ao Tribunal como juiz togado ou como representante do quinto constitucional? Neste último caso, se do Ministério Público ou da OAB?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Ele assumiu vaga destinada a advogado, era da OAB.

O SR. MOREIRA MENDES - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

Quero ainda encaminhar um requerimento à Mesa, solicitando as seguintes providências: para período relativo aos últimos cinco anos, que sejam requisitadas da agência de viagens citada cópias de todos os bilhetes emitidos para o TRT da Paraíba, acompanhadas de cópias das respectivas requisições; que sejam requisitadas do TRT da Paraíba cópias das requisições e de todas as passagens emitidas para o mesmo órgão, inclusive com cópia dos processos de pagamento e de prestação de contas por parte dos beneficiários – também para o período relativo aos últimos cinco anos; e que sejam requisitadas – já colaborando com a relatoria, porque isso certamente deverá ser necessário – da Secretaria da Receita Federal cópias das declarações de renda dos últimos cinco anos de todas as pessoas citadas pelo depoente Antônio Pádua Pereira Leite.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, está pedindo declaração de bens.

O SR. MOREIRA MENDES - As denúncias formuladas são muito graves e envolvem, possivelmente, desvio de dinheiro. Daí a importância de se observar a evolução patrimonial de cada uma das pessoas citadas.

Aqueles que não tiverem culpa em cartório, não verão problema algum em oferecer essas declarações. Para aqueles que for observado um enriquecimento, um crescimento de patrimônio não compati-

vel com sua receita, alguma coisa deve ocorrer. Essa a justificativa do requerimento que considero indispensável para que realmente se faça uma apuração com detalhes, em profundidade, dos fatos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, o Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA - Vou tentar ser bem objetivo, porque acredito nos documentos que o depoente trouxe; é lógico que tenho que acreditar. Ele é advogado e um advogado não iria – é lógico – falar tanto, provar tanto assim, sem razão.

Há essa perlença dele com o Tribunal de Contas, com juízes e tudo o mais. Se ele realmente estivesse errado, já teria sido preso há muito tempo. Como é que juízes e ministros ouvem o que estamos ouvindo aqui e não fazem nada? Se ele estivesse errado, já teriam tomado todas as providências contra ele. Essa é a primeira conclusão a que chego, também como advogado.

Quero lhe dizer que acredito em tudo o que V.ª disse e nos documentos que trouxe. Cumprimento por sua coragem cívica, pois acho que é assim que vamos realmente depurar o nosso País.

Gostaria apenas de saber o nome do juiz que V.ª citou quando fez referência àquela entrevista. Qual o nome do juiz que disse que esta CPI não iria dar em nada, que isso é estória? Isso foi dito pela televisão? Por jornais? Qual o veículo de comunicação? Quem é o juiz e quando foi dito?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – O juiz foi o Juiz Ruy Eloy.

O SR. MAGUITO VILELA – Como?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Ruy Eloy, é o atual presidente do Tribunal. Ele disse várias vezes, é só pegar...

O SR. MAGUITO VILELA – Sim, mas qual o veículo de comunicação?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Foi o jornal **O Norte**, o jornal **Correio da Paraíba**.

Ah! Tenho até... Se V.ª Ex.ª me permitir?

O SR. MAGUITO VILELA - **Correio da Paraíba**...

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Ele desafia até o Senador Antonio Carlos Magalhães, não é? Mas ele diz, numa entrevista no jornal **O Norte**, que a CPI está fadada ao insucesso. No jornal **O Norte**, no jornal **Correio da Paraíba**, como também na última entrevista na TV Tambaú.

O SR. MAGUITO VILELA – Por que ele deu essa declaração, que a CPI está fadada ao insucesso? Qual é a motivação?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

– Acho que foi por saber que eu estaria aqui denunciando as falcatruas, tanto da administração dele como dos anteriores.

O SR. MAGUITO VILELA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Jefferson Péres não se encontra. Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Geraldo Althoff.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, gostaria de questionar o Dr. Antônio de Pádua Pereira Leite se, enfaticamente, alguém lhe ajudou na catalogação dos documentos e dos fatos que o senhor nos traz. E a segunda pergunta, por que razões – pode ser uma pergunta de caráter pessoal...

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Fique à vontade.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Por que razões o senhor agiu e age da maneira que está agindo? Movido por quais razões e por quais sentimentos o senhor toma as atitudes que está tomando?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – É, a primeira eu não...

O SR. GERALDO ALTHOFF – Gostaria de saber se alguém lhe ajudou na catalogação dos documentos e dos fatos que o senhor nos traz.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Em relação à primeira pergunta, ontem fui dormir às 4 horas da manhã – os policiais federais que estavam comigo, estão aqui de testemunha – e ainda estava catalogando-os, porque esses documentos, como venho recebendo ameaças desde 1990, tive que dividi-los, na Paraíba, em quatro casas de amigos meus. E quando fui convocado para a CPI, para estar aqui na segunda, fiquei sabendo até pela TV Senado, estava tudo desorganizado.

Como soube na quarta que eu tinha que estar aqui na segunda, comecei a catalogá-los assim, cada pasta na quarta, inclusive não dormi a quarta-feira, passei direto. Na quinta da mesma forma, dormi duas horas e trouxe para cá os documentos. Mesmo assim, não consegui concluir, porque aqui não estão todos os documentos, mas trouxe os mais importantes. Inclusive tem até um superfaturamento de obra da Junta de Campina Grande, que não tive acesso antes, mas, quando estava vindo para cá, um cidadão me entregou o superfaturamento da obra de Campina Grande, que não estava nem nas minhas denúncias. Está aqui, estudei ontem à noite, mas não deu tempo para avaliar profundamente. Mas o que acontece? A assinatura do contrato des-

sa junta foi feita no dia 18 de abril de 1994, por 788 milhões e 100 mil Cruzeiros Reais. Um mês depois, foi feito um aditivo no contrato de R\$1.147,473 milhão. Em um mês, já se vê uma diferença de 500 mil Cruzeiros Reais mil numa Junta de Campina Grande. Não posso também dizer que tenho motivos legais ou ilegais, apenas trouxe para a CPI para que...ou então me dei oportunidade de estudar e ver. Mas já desconfio porque foi na mesma administração do Marcondes Meira, e como já houve outras causas, essa aí em Campina Grande, por ser inclusive o prédio mais bonito das Juntas da Paraíba, não poderia ter saído diferente.

Mas, inclusive, eu já havia denunciado a questão das notas frias à Junta de Campina Grande: o servidor filho do juiz Haroldo Lucena, simplesmente o tribunal pagava por cada serviço 10 vezes mais, porque ele apresentava ao tribunal, ou seja, tirava a cópia da nota fiscal e ia juntando nos outros meses.

O SR. NEY SUASSUNA – O senhor tem provas disso?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Está aqui. (Pausa.)

O SR. NEY SUASSUNA – Termine a resposta do eminente Senador. Depois analisaremos.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Pois não. Essa foi a primeira razão, como cataloguei. A segunda pergunta: quais as razões e os sentimentos...

O SR. GERALDO ALTHOFF – Quais as razões e os sentimentos que o levam a tomar as atitudes que está tomando?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Primeiro, porque sou brasileiro e pago o salário dos juizes, o salário dos deputados, dos senadores, governadores, dos funcionários públicos e, quando passo um mês trabalhando, eu recebo de um contribuinte e, principalmente por morar em um Estado pobre, onde vemos pessoas passando fome (eu moro em Piancó, sertão da Paraíba, e lá tem pessoas comendo até calango, cobra, porque não tem nenhuma alimentação).

Esses cidadãos que são juizes, que são obrigados a, pelo menos, atenuar a situação dos brasileiros, são os que mais contribuem para o caos social, porque, como já tenho dito, a pior ditadura é a da CPI do Judiciário. Por quê? Porque, digamos, se deputados e senadores cometem algumas falcatruas, o povo tem oportunidade de renová-los a cada quatro anos, e o Judiciário se renova quando? É vitalício. Então, por essas razões, apesar de enfrentar muitos obstáculos, resolvi fazer isso. Porque, para

mim, é uma revolta interna, uma revolta que está dentro de mim e, se eu tenho esta oportunidade, não poderia deixar esse pessoal impune, nessas condições.

Com esta minha contribuição, estou fazendo o que posso. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O próximo inscrito é o Senador Djalma Bessa.

O SR. DJALMA BESSA - Dr. Antonio de Pádua, V. S^a segundo entendo, tem dois motivos para assim proceder, cada um mais legítimo do que o outro. V. S^a partiu para essa missão difícil, delicada e arriscada para se defender, resguardando seus direitos líquidos, certos, indiscutíveis de ter acesso a um cargo, mediante concurso público que disputou e venceu. Só isso daria respaldo a V. S^a o suficiente para agir como está agindo. Mas alie-se a essa causa outro motivo, outra razão, que é o seu espírito público, que é o seu patriotismo. Portanto, V. S^a recebe duplos parabéns: pela defesa do seu direito, que foi assegurado na Justiça – se V. S^a não recorresse à Justiça, jamais seria nomeado -, e por essa campanha que está exercendo. Se V. S^a não tivesse o respaldo jurídico, ético e moral, não teria chegado onde chegou, a ponto de ser convocado para depor nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Mas V. S^a vai me esclarecer – é possível que eu não tenha entendido muito bem – sobre como o Tribunal procedeu para convocar os concursados, uma vez que o quadro do Tribunal já estava preenchido por funcionários sem concurso. Ou seja, demitiram-se aqueles funcionários nomeados sem concurso para incluir os concursados ou simplesmente acrescentaram-se os funcionários concursados ao seu quadro de pessoal, sem tirar qualquer um dos nomeados sem concurso?

Depois, V. S^a também se referiu a mais de uma condenação por devolução de recursos financeiros indevidos. Parece-me que mais de uma. Quanto a uma, V. S^a disse que está tramitando, que está ainda em fase de caso julgado, em fase de recursos. E, quanto a outras penalidades sobre devoluções de recursos financeiros, algum condenado já devolveu essa quantia recebida indevidamente ou continua tramitando sem ainda alcançar o caso julgado, para dirimir por completo a questão?

Ademais, V. S^a mencionou que foi acusado também – parece-me – em um programa de televisão. Seria o caso de se requisitar esse vídeo para que fique devidamente comprovada essa agressão dirigida a V. S^a que, nessa altura...

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

- Já requeri. Antes de sair, eu fiz o requerimento.

O SR. DJALMA BESSA - Essa entrevista foi depois da convocação de V. S^a para vir a esta Comissão?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

- Foi, na quinta-feira.

O SR. DJALMA BESSA - Então, atentemos para o fato de que se trata de uma acusação não só dirigida pessoalmente a V. S^a, mas também, indiretamente, a esta Comissão. É uma falta de respeito, uma falta de consideração.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

- Inclusive o Juiz de lá disse que a razão de esta CPI ser fadada ao insucesso é por convocar pessoas como eu: marginal, vagabundo e falsificador de documentos. Isso está gravado e, antes de sair, eu requeri, para que, quando chegar lá, eu possa entrar com uma ação criminal. Já requeri também o direito de resposta e vou entrar com uma ação por danos morais, porque, para todo o Estado da Paraíba, eu estou sendo considerado um marginal, já que, há um certo tempo, eu não tenho nem acesso aos jornais, porque ele conseguiu comprar a imprensa falada na Paraíba. A primeira providência foi colocar, como assessor de comunicação do Tribunal, o Sr. Marden Góes, que é diretor do **O Norte**; colocou como Juiz Classista do próprio Tribunal, convocando de uma Junta de Areia, o Sr. Alexandre Gilberto, que é do **Correio**; colocou também como assessora uma pessoa ligada ao Governador, uma jornalista, para que não saísse nada no **Jornal União**. É tanto que essa entrevista que ele deu na quarta-feira, no **Jornal União**; na quinta-feira, deu na **TV Tamboré**. Na quarta-feira, fiquei surpreso, porque ele disse: "que eu estava sendo processado administrativamente por várias fraudes no Tribunal. Aí, telefonei para o jornalista e pedi o direito de resposta. Ele disse: "Não, é só você dizer o que é". Eu o desafiei a apontar qualquer fraude minha, porque, inclusive, eu só passei vinte dias no Tribunal. Sou funcionário da Junta. Estou há seis meses sem poder trabalhar, sendo caçado, linchado dentro do Tribunal. E além disso me apontam como um fraudador, tentando me igualar aos juízes, aos outros funcionários, para justamente fragilizar o meu depoimento aqui.

O SR. DJALMA BESSA – O senhor ainda está suspenso?

O SR. ANTONIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

- Acabou na quarta-feira, dia 4, a minha última suspensão. Há ainda um processo administrativo correndo. Mas, pelo fato de ele ter sido afastado pelo

Ministro Ursulino Santos... Eu iria ser demitido no dia 4 de abril. A portaria já estava pronta. Eu consegui com o Ministro Ursulino Santos afastá-lo do meu processo. S. Ex^a já mandou o processo para outros juízes e eles que disseram que ele não iria fazer.

O impressionante é que ele está conseguindo os objetivos com a vice-presidente. Eu estou sendo objeto – pasmem V. Ex^{as} – de outro processo administrativo instaurado agora. Como estou há seis meses sem receber salários, é claro que não tenho dinheiro para pagar as prestações do meu apartamento, que será leiloado pela Caixa. A Caixa me deu três meses pagar; se eu não o fizer, ela toma o imóvel. Eu o paguei durante um ano. Estou atrasado há três meses e já vai ser colocado para leilão.

Comprei um carro e o tomaram em ação de busca e apreensão, porque deixei pagar a prestação. Por incrível que pareça, o juiz concedeu a liminar com cinco dias de atraso de pagamento e me ameaçou de prisão. Quando fui devolver esse carro, a empresa não aceitou. Disseram-me, no Banco Holandês, que eu teria de assinar um documento atestando que o carro vale dois mil. Se eu comprei por quatro mil, porque valeria dois? E me recusei a assinar.

O Banco oficiou ao juiz e abriu-se um processo administrativo contra mim. É isso o que está acontecendo.

O Baltazar Pequeno me agrediu no Hotel Tambaú e respondo a processo administrativo. Deixo de pagar as minhas contas por conta dessa perseguição e, ainda mais, tenho um processo administrativo.

Abro aqui um parêntese – estou me alongando: o próprio Ministro Almir Pazzionotto mandou-me processar administrativamente. Disso tenho provas aqui.

O SR. DJALMA BESSA – Por quê?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

– O Juiz Daniel Pires já estava na quinta recondução. V. Ex^{as} podem até requerer, porque esse cidadão chegará a juiz do Tribunal do Trabalho, por conta de falsificações de acórdão. O acórdão foi falsificado pelo Juiz Ruy Eloy. Ele chegará a isso, porque tem o apoio de vários Deputados e conseguirá a nomeação – esse Sr. Daniel Pires – com o Presidente da República, caso não haja uma intervenção.

Eu simplesmente entrei com uma ação popular contra esse cidadão, para evitar que ele assuma de novo e para que ele devolva o dinheiro, pois o juiz só pode ser reconduzido uma vez e ele já vai disputando a quinta. Eu, então, entrei com a ação para ele

devolver o dinheiro que recebeu dos outros dois períodos como classista.

Enviei uma carta ao Presidente do TST, comunicando a aberração. O Presidente Ermes Pedrassani enviou para o Ministro Almir Pazzianotto, que simplesmente – tenho o despacho aqui – disse que eu não tenho nada a ver com isso e que caberia às entidades sindicais.

Se V. Ex^a me permitir, vou ler o que ele colocou: "...havendo indícios de ilícito administrativo, o Sr. Presidente do Tribunal adota as providências cabíveis, contra o servidor".

O Juiz Ruy Eloy chegou lá e processo administrativo contra mim.

O SR. NEY SUASSUNA – No momento, o senhor está com quantos processos administrativos?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Oito. Mas chegarão a cinquenta. Já deixei de andar no Tribunal. Estou com medo de pisar lá e receber outro processo administrativo. Estou evitando andar pelo Tribunal e estou evitando até de sair de casa. Não posso fazer nada fora, pois corro o risco de receber um processo administrativo.

Graças a Deus, o Juiz Ruy Eloy escolheu um juiz para presidir a comissão, em três processos administrativos, para V. Ex^a saber, dentro do Judiciário, há pessoas sérias e corretas. E, nessa minha luta, meu objetivo é fortalecer o Judiciário, separando o joio do trigo.

E cito aqui o nome, neste processo, da Juíza Roberta Paiva. O Juiz Ruy Eloy colocou os três juízes em três processos, para presidir a Comissão, para me intimidar, imaginando que, por serem juízes, eu iria ficar com medo. Mas isso não me intimidou.

Quando o processo chegou para a Dr^a Roberta, a Comissão decidiu que não havia crime algum. E remeteu o processo para o Juiz Ruy Eloy, que não o aceitou. Devolveu o processo, dizendo que deveria ser punido o servidor. Ela e os outros três juízes entraram em conflito, dizendo que não iriam instaurar processo administrativo.

Eu ainda não recebi a notificação do arquivamento do processo. Ele está lá, aguardando que algum cidadão tenha a vontade de instaurá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores...

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Eu ainda não conclui, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço a V. S^a que conclua a resposta à pergunta.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

– É que foram feitas várias perguntas.

O SR. DJALMA BESSA – Como foi que esses concursados entraram, considerando que o quadro de pessoal do Tribunal já estava completo? Com a entrada dos concursados, algum dos funcionários nomeados sem concurso foi exonerado, ou o Tribunal simplesmente aumentou o quadro de pessoal com a convocação dos funcionários concursados?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

– Os sem-concurso – e aqui tenho a relação de todos eles – são 565.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A pergunta é se houve demissão para que fossem admitidos os concursados.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

-- Estávamos com 565 funcionários, e resolveram chamar os concursados. Tanto é assim que o quadro do Tribunal está inchado. Eles preferiram chamar os concursados sem demitir os parentes.

O SR. DJALMA BESSA – A segunda pergunta é a seguinte: houve mais de uma condenação à devolução de recursos recebidos indevidamente; eu quero saber se algum condenado, se algum dos que foram punidos chegou a devolver esses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Responda objetivamente.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

– Pois não, Sr. Presidente, e desculpe-me se estou me alongando nas respostas.

Denunciei que um juiz comprou um caixão de defunto com o dinheiro do TRT. Entrei com ação popular e denúncia no Tribunal de Contas. Ambas foram julgadas procedentes, e o juiz devolveu o dinheiro da questão do ataúde.

Entre também com ação popular, porque o Juiz Aluisio Rodrigues foi com a mulher para Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, recebendo dinheiro e diárias. Foi prolatada sentença condenatória, inclusive tenho as sentenças aqui, bem como a decisão do Tribunal de Contas.

Se V. Exª me permite, gostaria de me manifestar sobre as ações populares, porque as ações que impetramos na Justiça, na Segunda Vara Federal da Paraíba, que tem como Juiz o Dr. Alexandre Freire, param. Essa referente à Praça da Independência passou dois anos parada, dois anos conclusa para despacho.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem quantas ações populares ajuizadas?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

– São oito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Dessas oito, quantas foram julgadas, e qual foi a última que V. Exª impetrou?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

– Foram tantas as ações, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Da ação popular?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

– A última foi aquela contra a nomeação do Juiz Classista Daniel Pires.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem a data?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

– Há muita coisa, mas, se V. Exª me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A pergunta do Senador Djalma Bessa é a seguinte: daqueles processos administrativos ou judiciais, em que houve condenação para a devolução de numérico, essas decisões foram cumpridas. É esta a pergunta do Senador Djalma: as de que V. Sª tem conhecimento, seja por ação do Tribunal de Contas da União, seja pela ação do Tribunal de Justiça, ou do Poder Judiciário, em suma. Esta é a pergunta, não é isso?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

– A primeira ação contra o nepotismo foi julgada procedente em Primeira Instância; a segunda, que é essa aqui, contra o Juiz Aluisio Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ações transitadas em julgado. A pergunta, doutor...

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

– Não é transitada, porque ele recorreu.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, não houve, não é isso? V. Sª diga: não houve. Veja bem, a pergunta é objetiva. Só do ataúde, então?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

– Não. O Senador perguntou se tinha havido condenação. Agora, se transitou em julgado, eu não posso... Não, eles recorreram.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ele quer saber se houve devolução.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

– Houve a do ataúde; o cidadão devolveu.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Do ataúde?

Alguma outra em que V. Sª saiba que teve devolução de recursos?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

– Não. Nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nenhuma.

É isso, Senador?

O SR. DJALMA BESSA – Sim. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mais alguma pergunta?

Com a ausência justificada do Relator, Senador Paulo Souto, para não ficar sem Relator, designo **ad hoc** - se S. Ex^a quiser honrar-me – o Senador José Eduardo Dutra, por gentileza.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Vou fazer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas V. Ex^a a faz como Relator.

Então, com a palavra o Senador José Agripino, que é o próximo inscrito.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, estamos aqui, há mais de duas horas e meia, ouvindo o depoimento do Dr. Antônio de Pádua Pereira Leite, que a mim parece um cidadão, pelos fatos que foram expostos, polêmico. Em primeiro lugar, polêmico, mas, ao lado de polêmico, muito corajoso.

Confesso a V. Ex^{as} que me encontro estarecido pelos fatos relatados aqui, que dizem respeito a um Tribunal, a uma Corte de Justiça que existe fundamentalmente para dar o exemplo. Se os fatos e os documentos aqui apresentados são fidedignos, estamos diante de fatos extremamente graves.

Veja bem V. Ex^a, Sr. Presidente: aqui foram relatados negócios escusos, o uso de cargos para benefício pessoal com recursos públicos e a prática do nepotismo.

Quando se fala em nepotismo, a primeira idéia que se tem é a de pessoas usarem de prestígio pessoal para beneficiar, de forma privilegiada, parentes, que obtêm o emprego e passam a sobreviver dele. Mas, conforme o que aqui foi exposto pelo Dr. Antônio de Pádua Pereira Leite, o nepotismo no TRT da Paraíba – e não sei se esse fato se repete por outros Tribunais -, além de favorecer o emprego, favorece outros interesses. O fato mais grave é que ele acoberta ou faz parte de uma cadeia, de um conluio de outros interesses, em que estão envolvidos recursos públicos. Talvez, até com desrespeito à lei; essa é uma questão de interpretação que tem de ser melhor identificada, e não serei eu, um engenheiro, que me meterei nessa seara.

Agora, para mim – eu queria esse esclarecimento -, nesse festival de denúncias de fatos gravíssimos aqui colocados, do nepotismo usado não para gerar um emprego para uma pessoa, mas para formar um conluio em que muitas pessoas eram beneficiadas, ficou claro, pelo depoimento do Dr. Antônio, que, no TRT da Paraíba, estabeleceu-se um claro

contraditório entre um contra todos. Esse "um" é o Dr. Vicente Vanderlei, que, pelo depoimento dele, é uma pessoa que merece o aplauso do povo brasileiro, porque é um "Dom Quixote". Ele é um homem, a exemplo de V. Ex^a... Se o que V. Ex^a fala é verdade, se os documentos são reais – eu não os questiono -, V. Ex^a seria um Dom Quixote, como o Dr. Vicente Vanderlei.

Agora, penso que é nossa obrigação estabelecer o contraditório, dar oportunidade a que pessoas venham aqui e possam expressar, manifestar a sua opinião, inclusive de se esclarecer um fato que reputo o mais grave de todos. Parece-me que esse contraditório, com essa disputa que se estabeleceu, domesticamente, no TRT da Paraíba, ele, pelo que o Dr. Antônio de Pádua Pereira Leite relatou, ele se transporta para o TST. Parece que alguns Ministros estão ao lado do Dr. Vicente Wanderley e outros contra. Penso que isso tem que ser muito bem esclarecido e é o nosso papel. Eu até aproveitaria a oportunidade para perguntar ao Dr. Antônio de Pádua Pereira Leite quem é no TST que está ao lado do Dr. Vicente Wanderley e quem é que está contra – objetivamente?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

- Eu não sei afirmar. Isto, aí, só o Dr. Vicente pode porque, primeiro, eu não tenho acesso nem ao TST mas pelo menos ao Ministro eu posso dar o meu testemunho, inclusive pela rapidez com que ele tem acelerado as minhas denúncias lá dentro. Eu cito o nome do Ministro – Ursulino Santos que, inclusive, foi quem retirou o Juiz Eloy de todos os meus processos. Não sei se o Dr. Vicente Wanderley considerava, também, dessa forma.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Sr. Presidente, te-

mos que nos aprofundarmos um pouco nessa questão até porque esta CPI tem, diferentemente do que foi declarado nos jornais da Paraíba, que produzir um resultado real. Ora, o Congresso Nacional – e, aqui, foi referido, com muita ênfase, fatos e ações populares, mandatos que estão se arrastando. Aqui foi dito que por 9 meses o processo do TRT da Paraíba esteve engavetado no TST. Pode-se admitir morosidade nesses procedimentos quando nós do Legislativo julgamos os parlamentares acusados e cassamos o mandato de colegas. Quando, aqui, nós instituímos CPIs para investigar atos do Poder Executivo e chegamos ao ponto de promover o **impeachment** de Presidente da República. Temos que nos aprofundarmos nessa questão e o depoimento do Dr. Antônio de Pádua Pereira Leite pode ser a

ponta do **iceberg** que nos levará a descobrir esse **iceberg** inteiro.

As colocações que aqui faço deixo para questionamento, até do próprio Relator, como orientação para futuros depoimentos para que nós possamos cumprir, realmente, o nosso papel.

Era só isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Senador José Agripino, V. Ex^a sugere a oitiva de alguém nessa explanação que V. Ex^a faz?

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Não. Neste momento, não estou, ainda, sugerindo a oitiva de ninguém. Estou sugerindo, sim, que se estabeleça o contraditório e, a partir do contraditório, se aprofundem as investigações para que nós possamos chegar à ponta da linha.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE - Apenas um parênteses, nobre Senador – só para não perder o fio da meada. A razão dessa demora, segundo o publicado no jornal **O Norte**, lá de João Pessoa, o Sr. Ministro Almir Pazzianotto prefere que os juizes se aposentem para, depois, arquivar os processos, tanto que dois juizes já se aposentaram logo depois dessa entrevista que S. Ex^a deu lá em João Pessoa – dois deles já se aposentaram.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento final. Eu não estou fazendo, aqui, nenhum pré-julgamento. Eu não estou dizendo que o Dr. Vicente Wanderley está certo e que os outros estão errados, que o Dr. Almir Pazzianotto está certo e que outros estão errados. Creio que deve se dar oportunidade para que todos emitam as suas opiniões para que nós tenhamos a nossa própria opinião e possamos opinar, ao final, com um bom Relatório do Sr. Senador Paulo Souto.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, eu me perdi na discussão e queria só indagar – o Dr. Vicente Wanderley já se acertou de que será convocado, não é isto? Houve um requerimento solicitando a vinda do Dr. Vicente Wanderley? O Requerimento é do Sr. Senador Carlos Wilson.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nós não decidimos, ainda, sobre nenhum requerimento.

Vamos decidir, junto com o Plenário, sobre todos os requerimentos apresentados.

O SR. NEY SUASSUNA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Só para registrar que a minha passagem pela Relatoria foi mais breve do que a do Sr. Chico Lopes, do Banco Central e minhas perguntas serão ainda mais breves.

Dr. Antônio de Pádua Pereira Leite, V. S^a fez referência ao Ministério Público da Paraíba. Eu queria saber se há alguma representação junto ao Ministério Público a respeito desses episódios, feita por V. S^a ou por alguém que V. S^a tenha?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE - Dessas denúncias aqui?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – É.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Tem 40 representações que fiz ao Ministério Público.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – V. S^a tem conhecimento a respeito do andamento dessas...

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Da mesma forma: paradas, lá com a Dr^a Deusa Curvelo. Até em relação às **notitia criminis** também ela diz haver excesso de trabalho – pode ser que seja, mas esse processo continua como **notitia criminis**. E, desde 97, que não se apresentou denúncia. O mais grave é que esses crimes podem prescrever. É isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Então, Sr. Presidente, eu queria apenas apresentar requerimento.

Requeiro, nos termos regimentais, seja convidado o Sr. Procurador-Chefe do Ministério Público Federal no Estado da Paraíba, a fim de prestar esclarecimentos sobre irregularidades na Justiça do Trabalho naquele Estado, objeto de investigação desta CPI.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE - Só um esclarecimento. Como são juizes de segunda instância, as representações são feitas na Procuradoria-Geral da República. A Procuradoria da Paraíba tem duas opções contra mim, pois, pelo fato de eu ser cidadão, podem entrar contra mim, mas, contra juizes, tem que ser a Procuradoria.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Então, não há no âmbito do Ministério Público Federal na Paraíba...

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

– Não, porque eles são incompetentes para apreciar isso, pois trata-se de segunda instância. Como os juízes são de segunda instância...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador José Eduardo Dutra, V. Ex^a julga que seu requerimento está contemplado no requerimento que acabo de receber do Senador Paulo Souto, Relator.

Parece que a pauta de perguntas realmente está esgotada e quero consultar, se V.S^a tem mais algum esclarecimento a fazer, pois as perguntas estão esgotadas.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

– A questão é a seguinte: eu não apresentei todas as denúncias e aqui tem mais de 40. Se os V. Ex^{as} me dessem oportunidade de mostrar uma a uma... até me convindo a estar aqui outra hora, pois há fatos gravíssimos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. S^a teve essa oportunidade e com certeza terá ainda. Mas V. S^a fará isso no momento oportuno, dirigindo-se diretamente ao Relator ou encaminhando o que tiver a fazer por escrito, a fim de não tolher, em absoluto, o que V.S^a tem a declarar.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, peço desculpas aos colegas Senadores, pois eu queria tentar deixar claro que seria útil que ele fosse o mais sucinto possível. Houve muitos exemplos com relação a nepotismo; agora, além disso, fala-se em contratações irregulares. Não estamos falando de nomeação de cargos de confiança. Então, nesse sentido, queria um esclarecimento sobre como eram processadas essas contratações irregulares do pessoal no Tribunal Regional do Trabalho na Paraíba, quem eram as pessoas contratadas e quem as contratava. Não estou falando especificamente da questão das nomeações em cargos de confiança, mas quero que fique claro o porquê dessas contratações irregulares, ou seja, eram por acaso feitas sem concurso, em época em que não podiam ser feitas, enfim, de que forma e, naturalmente, sobre se há casos desse tipo que foram efetivados.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE

– É para responder agora?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos ao seu requerimento para ser votado.

O SR. PAULO SOUTO – O requerimento anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, o requerimento...

(Pausa.)

O SR. PAULO SOUTO – O que solicito com o requerimento é que sejam ouvidos o Subprocurador-Geral da República, Dr. Eithel Santiago de Brito Pereira e o Juiz Federal da 3^a Vara Federal da Paraíba, Dr. José Fernandes de Andrade.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Coloco em votação o requerimento quanto à oitiva do Juiz Federal Dr. José Fernandes de Andrade, da 3^a Vara Federal da Paraíba, solicitado pelo nosso Relator, e também o Subprocurador-Geral da República, Dr. Eithel Santiago de Brito Pereira. (Pausa)

Estão aprovados.

Requerimento do Senador Carlos Wilson para que seja convocado para prestar depoimento o Exm^o Sr. Juiz Vicente Vanderlei, ex-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 13^a Região.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa)

Está deferido.

Requerimento para que se convoque o superintendente da Polícia Federal na Paraíba, bem como seja oficiado para saber todos os processos em curso naquela superintendência referentes ao Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, em vez de ser na Polícia Federal será no Tribunal de Justiça, porque os inquéritos foram feitos no Superior Tribunal de Justiça, foram encaminhados para lá. Não foi à Polícia Federal. Equivoquei-me.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Indago a V. Ex^a se mantém o pedido de convocação do superintendente da Polícia Federal na Paraíba.

O SR. NEY SUIASSUNA – Mantenho, sim, Sr. Presidente, que seja convocado o Superintendente e também com relação aos inquéritos que estão no tribunal e não na Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Ney Suassuna, o superintendente da Polícia Federal que V. Ex^a solicita é aquele que exercia o cargo à época dos fatos?

O SR. NEUY SUASSUNA – É; exatamente o que estava na ocasião, que ouviu sobre o problema dos imóveis.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para conhecimento da secretaria, consta que o ex-Superintendente é o Sr. Antônio Flávio Toscano, que hoje está aposentado. (Pausa)

Deferido.

Que a secretaria providencie ofícios ao Superior Tribunal de Justiça solicitando cópia de todos os inquéritos referentes ao Tribunal Regional do Traba-

lho da Paraíba, findos ou em curso perante aquela alta corte de Justiça.

Requerimento do Senador Moreira Mendes, nos termos regimentais, para esclarecer a CPI com as seguintes providências: primeiro, que sejam requisitados da agência de viagem citada no depoimento do Sr. Antônio de Pádua cópia de todos os bilhetes emitidos por requisição do TRT da Paraíba, com cópia da requisição, relativamente aos últimos cinco anos.

Segundo, que seja requisitada do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba cópia das requisições de todas as passagens emitidas para o mesmo órgão, inclusive com cópia dos processos de pagamento e prestação de contas dos beneficiários, igualmente dos últimos cinco anos.

Terceiro, que seja requisitada da Secretaria da Receita Federal cópia das declarações de renda dos últimos cinco anos de todas as pessoas citadas pelo depoente Antônio Pádua Pereira Leite.

Nesse sentido, convém aguardarmos do Senador Moreira Mendes maiores esclarecimentos, porque houve citação de várias pessoas que talvez não tenham indícios de nada ou contra quem não foi alegado fato nenhum.

Para tanto, a Secretaria deve dirigir-se ao Senador Moreira Mendes, bem como verificar o depoimento prestado e, depois de consulta ao Sr. Relator ou a esta Presidência, providenciar os referidos ofícios à Receita Federal.

Quero esclarecer, por fim, que esse item segundo, inclusive com cópia de processo de pagamento e prestação de contas dos beneficiários, seja a partir dos anos referentes à intervenção que foi decretada pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Todos estão de acordo? (Pausa)

Há mais um requerimento.

Requerimento do Senador Carlos Wilson:

"Requeiro, nos termos regimentais e com fundamento no art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 1952, seja solicitada a quebra do sigilo bancário e fiscal do Sr. Antônio Homero Ferreira Marra, ex-proprietário do prédio sito na Praça da Independência, nº 61, em Tambiá, João Pessoa, Paraíba, cuja venda ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região já foi julgada superfaturada pelo Tribunal de Contas da União em mais de 250%."

Assina o Senador Carlos Wilson, de Pernambuco.

Consulto os Srs. Senadores...

O SR. MAGUITO VILELA – Sr. Presidente, ponderei ao Senador Carlos Wilson e gostaria que essa minha ponderação fosse também feita a V. Exª no sentido de que se quebre o sigilo só naquele período compreendido entre a venda do imóvel e o recebimento, porque não interessa a esta CPI a vida financeira do cidadão.

O SR. CARLOS WILSON – V. Exª tem razão. Apenas para explicar melhor o requerimento, trata-se de um período de seis meses em que se realizou a transação da compra do imóvel, não mais do que isso.

No depoimento do Dr. Pádua, ficou dúvida sobre se realmente algum juiz ou membro do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba recebeu esse dinheiro do troco que foi dado no valor de R\$450 mil, então não quis pedir a quebra de sigilo de nenhum juiz para não fazer pré-julgamento. Pode-se chegar lá se realmente houve, por parte do vendedor, a distribuição desse dinheiro. Então meu cuidado foi esse, mais ainda agora, resguardado na ponderação do Senador Maguito Vilela. Seis meses são suficientes, não mais do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) -Vamos pedir; contudo, não sei a época. O que foi citado aí?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA LEITE – Dia 21 de fevereiro de 1995, quando ele recebeu a ordem bancária.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Consulto o Plenário sobre a partir de que data?

O SR. CARLOS WILSON – Um mês antes e cinco meses depois.

O SR. MAGUITO VILELA - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, será a partir de 1º de fevereiro de 1995 até dezembro.

Os Srs. Senadores concordam? (Pausa.)

Está deferido o pedido, uma vez que há unanimidade entre os Srs. Senadores com relação à matéria.

Antes de dar por encerrada a presente reunião, gostaria de dizer que temos marcada para amanhã reunião destinada à oitava da Srª Presidente do Banco da Amazônia – BASA. Amanhã, definiremos o calendário desta e da próxima semanas, tendo em vista a ocorrência de um feriado no dia 21 de abril. Amanhã, ainda, de comum acordo, definiremos a data da próxima reunião, bem como em que dia nos reuniremos, até porque a Secretaria tem que providenciar as convocações das pessoas que deverão comparecer. Nesse sentido, a Secretaria, natural-

mente, entrará em contato com o Sr. Relator e com a Presidência.

Antes de encerrar, franquio a palavra aos Srs. Senadores para alguma sugestão. (Pausa.)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta terceira reunião desta CPI.

(Levanta-se a reunião às 15h8min.)

Ata da 4ª Reunião Realizada em 20 de abril de 1999.

Aos vinte dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e noventa e nove, às onze horas e trinta minutos, na sala 02 da ala Senador Nilo Coelho, reúnem-se os Senhores Senadores Ramez Tebet, Carlos Wilson, Paulo Souto, Geraldo Althoff, Jefferson Peres, Ney Suassuna, Maguito Vilela, José Eduardo Dutra, José Agripino, Moreira Mendes, Pedro Simon, Djalma Bessa e Lúdio Coelho, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito "destinada a apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, fatos do conhecimento do Congresso Nacional, e outros divulgados pela imprensa, contendo denúncias concretas a respeito da existência de irregularidades praticadas por integrantes de Tribunais Superiores, de Tribunais Regionais, e de Tribunais de Justiça", presentes também os Senhores Senadores Antonio Carlos Magalhães e outros. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Ramez Tebet, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica aos membros e demais participantes da Comissão a presença da Depoente Dra. Flora Valladares Coelho, Presidente do BASA. O Senador Ney Suassuna pede a palavra, solicitando a convocação do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Estado da Paraíba, Dr. Ruy Eloy, solicitando a Secretaria que entre em entendimentos para agendamento junto a Comissão. Em seguida o Senador José Eduardo Dutra lê Ofício assinado em conjunto com o Senador Jefferson Peres. O Senhor Presidente, Senador Ramez Tebet, de acordo com o art. 203 do Código do Processo Penal, identifica a depoente, que após, assina o Termo de Compromisso. Após explanação inicial da Depoente, o Presidente concede a palavra ao Relator e posteriormente aos demais Senadores pela ordem de inscrição, facultando ao Relator usar da palavra sobre questionamentos levantados no decorrer da exposição da Depoente. Usaram da palavra os Senhores Senadores Geraldo Althoff, Carlos Wilson, Ney Suassuna, Maguito Vilela, Moreira Mendes, Djalma Bessa e

José Agripino. O Senhor Presidente registra a presença do Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães e do Deputado José Dirceu, Líder do PT e convida o Deputado a fazer parte da mesa. Ainda fizeram uso da palavra os Senadores Geraldo Althoff, Carlos Wilson, Ney Suassuna, Antonio Carlos Magalhães, Maguito Vilela, Moreira Mendes, Djalma Bessa e José Agripino. Apresentam requerimentos por escrito à Presidência da Comissão O Senador Paulo Souto, requerendo seja convocado o Sr. Marco Aurélio Gil Aurélio de Oliveira, para prestar depoimento a CPI, o Senador Lúdio Coelho requereu oficializar a Polícia Federal o impedimento de sair do País, o Dr. Nicolau dos Santos Neto – ex-Presidente do TRT/SP, o Senador Moreira Mendes, requerendo a convocação dos peritos nominados pela Depoente, Dra. Flora Valladares Coelho, assim como, requer à Junta Comercial de São Paulo, informações completas sobre a Empresa seccionária de créditos da Empresa falida, também nominada pela Depoente, e o Senador Paulo Souto, requereu oralmente que seja indisponibilizado os Bens, a quebra de sigilo bancário, quebra de sigilo fiscal e quebra de sigilo telefônico, das Empresas Incal Incorporações S/A e da Construtora Ikal LTDA, e dos Senhores Dr. Nicolau dos Santos Neto, Fábio Monteiro de Barros Filho e José Eduardo Correa Ferraz. O Presidente, indaga ao Relator, Senador Paulo Souto, se tem mais alguma pergunta, que o faz em seguida. O Presidente, Senador Ramez Tebet, indaga a Depoente se este lembra-se de mais algum esclarecimento que deseja fazer à Comissão, a Depoente diz que não. O Presidente, agradece a presença e esclarecimentos prestados pela Depoente, dispensando-a e coloca em votação, em bloco dos Requerimentos apresentados, ressalvando o Requerimento do Senador Moreira Mendes, para votação em reunião posterior. O Presidente comunica aos Senadores presentes a viagem a São Paulo de membros da CPI para realizarem visita ao Ministério Público e ao Tribunal Regional do Trabalho daquela Comarca. O Presidente, Senador Ramez Tebet, comunica a confirmação da presença nas reuniões do dia vinte e seis de abril do corrente ano, às dez horas, do Dr. Eithel Santiago de Brito Pereira, SubProcurador Geral da República, para prestar depoimento a CPI e da confirmação da presença do Dr. Vicente Vanderlei, desembargador, ex-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Estado da Paraíba, na reunião do dia vinte e sete de abril do corrente ano, assim como, a confirmação da presença do Depu-

tado Giovanni Queiroz, na reunião do dia vinte e nove de abril do corrente ano, às dez horas. O Senhor Presidente, Senador Ramez Tebet, declara encerrada a presente reunião. Não havendo nada mais a tratar, encerrou-se a reunião e, para constar, eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há número regimental. Declaro aberta a 3ª reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A exemplo do que foi feito em sessões anteriores, consulto o Plenário se entende necessária a leitura da Ata da reunião anterior, realizada em 14 de abril, ou se podemos considerá-la aprovada. Isso fica a critério do Plenário.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É aprovada, sem restrições, a Ata da reunião anterior.

Srs. Senadores há expediente a ser lido.

Ofício recebido do Senador Sérgio Machado, Líder do PSDB, nos seguintes termos:

Solicito a V. Exª determinar as providências necessárias no sentido de proceder à seguinte alteração quanto à composição do PSDB na Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 118, de 1999, destinada a apurar fatos contendo denúncias concretas a respeito de irregularidades praticadas por integrantes de Tribunais Superiores, de Tribunais Regionais e de Tribunais de Justiça, substituindo-se o Senador Geraldo Melo pela Senadora Luzia Toledo, como titular da referida Comissão.

Não há necessidade de manifestação do Plenário.

Há outro Requerimento de nº 61, de 99, também do Senador Sérgio Machado, nos mesmos termos, procedendo à substituição da Senadora Luzia Toledo pelo Senador Lúdio Coelho, como suplente da referida Comissão.

Comunico o recebimento do seguinte expediente, recebido do Digníssimo Presidente do Tribunal de Contas da União, Conselheiro Iram Saraiva, nos seguintes termos:

Em aditamento ao Aviso 343, GP, do Tribunal de Contas da União, de 16 de abril de 1999, encaminho a V. Exª cópia integral do Processo Tribunal de Contas nº 700731/1992-0, que trata do relatório de inspeção ordinária setorial, realizada no Tribunal Regional do Trabalho, 2ª Região, São Paulo, onde es-

tão entranhados os elementos e informações ora solicitados.

Na oportunidade, informo, ainda, que se encontra tramitando nesta Corte de Contas, pendente de apreciação pelo Tribunal, o Processo nº 001.025/1998-8, referente a solicitação de informações, por parte do Ministério Público Federal, sobre as medidas a serem adotadas com vistas ao esclarecimento dos fatos e apuração das responsabilidades nas obras do TRT de São Paulo, bem como o relatório de auditoria realizada nas obras de construção do Fórum Trabalhista de Primeira Instância da Cidade de São Paulo, Tribunal Contas nº 700214/1998-4, cujas cópias estão sendo providenciadas e que serão encaminhadas a esta Comissão, com especial urgência.

Despacho: Encaminhe-se ao eminente Relator, Senador Paulo Souto, ficando os documentos também à disposição de todos os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Também comunico o seguinte expediente recebido, através de fax, do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba.

Ofício nº 21669:

Sr. Senador Ramez Tebet,

Diante das acusações perpetradas pelo servidor Antônio de Pádua Leite contra a minha pessoa e a atual administração desta Casa, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário, na data de hoje, ponho-me à disposição para esclarecimentos que se façam necessários, rogando-lhe, outrossim, a comunicação de membros dessa douta Comissão para examinarem *in loco* a realidade vivida atualmente neste Tribunal.

Respeitosas saudações, Ruy Eloy, Juiz, no exercício da Presidência.

Despacho ao Sr. Senador Relator para conhecimento e para os devidos fins, devendo ser acertada data para a oitiva do Juiz Ruy Eloy, uma vez que ele se coloca à disposição da Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário.

Portanto, se o Sr. Relator ou membros da Comissão entenderem conveniente ouvi-lo, deverá ser acertada data e comunicada ao mesmo com a antecedência necessária para que compareça e preste os esclarecimentos que os srs. membros da Comissão desejarem e ele também desejar fazer.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. NEY SUASSUNA – Gostaria de subcrever a solicitação do Presidente do TRT da Paraíba e fazer meu pedido de convite a ele, uma vez que ele se dispõe a comparecer a esta Comissão. É muito bom para nós, paraibanos, esclarecer essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Sr. Relator, dentro das suas atribuições, junto com a Secretaria, entrará em entendimento com o Magistrado Ruy Eloy, Presidente em exercício do TRT da Paraíba, designando-se assim a data de seu comparecimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Tenho ofício em mãos, firmado pelo Sr. Delvandro Xavier de Almeida, no exercício da chefia de gabinete da Terceira Secretaria, solicitando, por determinação do Senador Nabor Júnior:

Solicito a V. Ex^a a gentileza de autorizar a cópia, através de fita cassete, do depoimento que a Sr^a Flora Valadares Coelho, Presidente do Banco da Amazônia S.A, irá prestar nesta data à Comissão Parlamentar de Inquérito.

Aproveito o ensejo para, com muita honra, apresentar a V. Ex^a os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Como se trata de audiência pública, independentemente de ouvir o Plenário, autorizo.

Não há mais expediente a ser lido.

Estando presente a Sr^a Flora Valadares Coelho, Presidente do Banco da Amazônia S.A, peço que a conduzam à mesa dos trabalhos, para nela tomar assento.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem, com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu e o Senador Jefferson Péres, algumas vezes, tivemos oportunidade de expressar a nossa opinião a respeito de temas que são objeto de investigação desta CPI. A alguns já fizemos restrições do ponto de vista meramente da nossa interpretação constitucional.

Estou de posse de um ofício, assinado pelo Senador Jefferson Péres e por mim, que lerei e, em seguida, passarei às mãos de V. Ex^a, mas antes disso, até porque há uma certa relação, gostaria de fazer referência a uma notícia que está no **O Globo** de hoje, que diz o seguinte: "PT contribui para a CPI de ACM com dossiê contra o Senador Luiz Estevão". E aí há uma matéria razoavelmente grande, onde dá conta de um dossiê de 500 páginas que trataria de denúncias de prevaricação de juizes, conluio de de-

sembargadores com o poder econômico e político e parcialidades em julgamentos contra o ex-governador Cristovam Buarque.

A matéria dá uma série de informações a respeito do suposto dossiê. E diz o seguinte:

"O dossiê, que deverá ser entregue pelo Senador José Eduardo Dutra à CPI e ao Presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, envolve, pela primeira vez, um membro da casa, o Senador e empresário Luiz Estevão".

Qualquer pessoa que leia a matéria, na medida em que faz referência apenas a mim, ficará com a impressão de que eu estou de posse desse dossiê e que vou fazer a entrega. Quero informar que eu não tenho conhecimento e não estou de posse de nenhum dossiê dessa natureza. Se o tivesse, já teria entregue ao Senador Paulo Souto, até como fiz hoje. Ao receber representantes do Sindicato dos Advogados com denúncias sobre o TRT do Rio de Janeiro, fiz questão de ligar para o Senador Paulo Souto, e imediatamente levei os advogados, que conversaram com o Senador Paulo Souto. Quero dizer que, a julgar pela matéria, alguns fatos, se tiverem sustentação, naturalmente, no nosso entendimento, deverão ser investigados por esta Comissão, mas outros, particularmente parcialidade em julgamentos contra o ex-governador Cristovam Buarque, recairiam exatamente no ponto que estamos levantando, de sentença de juiz, que entendemos que não devem ser investigadas.

Apenas para deixar claro que a nossa posição contrária à investigação de sentenças vale para todas elas. Não queremos que se investiguem sentenças que, porventura, no nosso entendimento, prejudicaram o nosso Partido. Apenas para esclarecer, não pretendo mais tratar desse suposto dossiê, informando que, se ele chegar às minhas mãos, vou levá-lo ao conhecimento do Relator.

Mas o ofício que faço questão de ler e de entregar a V. Ex^a, Sr. Presidente, é o seguinte:

Sr. Presidente,

Temos procurado, desde a instalação desta CPI, contribuir com V. Ex^a, com o Sr. Relator e os demais membros do Colegiado para o bom andamento dos trabalhos. São públicas e notórias as motivações que levaram a que o Bloco Parlamentar de Oposição suscitasse restrições à proposição ensejadora desse inquérito parlamentar. Preocupava-nos e preocupa-nos a todo momento a adoção de medidas no âmbito da Comissão que possam comprometer o Estado Democrático de Direito.

A cautela e a prudência, contudo, têm sido, via de regra, os signos a orientar a Presidência dos trabalhos, sem que isso signifique omissão quanto às atribuições desse grêmio parlamentar. Entretanto, a considerar os termos do plano de trabalho elaborado pelo ilustre Senador Paulo Souto, e referendado pelo Plenário da Comissão, fomos forçados a, nesta oportunidade, não comparecer ao depoimento agendado para a data de hoje. Cremos que até agora a CPI tem-se debruçado sobre atos complexos, de interação de diversos órgãos político-administrativos e que levam, por conseguinte, a indagações a propósito do exercício de funções pelos Poderes Legislativo e Executivo, os Tribunais de Contas, o Ministério Público, além do próprio Judiciário. Mas a oitiva de hoje aponta para o ulterior exame de atos de natureza precipuamente judicial.

Por mais chocantes e aberrantes que sejam os números relativos à condenação no chamado "caso Basa", a questão é inequivocamente atinente ao ofício de prestação jurisdicional. A mera leitura do histórico apresentado pelo Sr. Relator nos dá a entender que a matéria se encontra **sub judice**. Há, portanto, processo em curso, não transitado em julgado, em que o tema suscitado já foi objeto de decisão judicial sujeita ao duplo grau de jurisdição e isso não nos cabe analisar. Não há como desconhecer, neste passo, o impedimento regimental obstativo da apreciação de atribuições do Poder Judiciário – Art. 146, II, do Regimento Interno.

Se incidentalmente houvesse evidências, não meros indícios, de práticas delituosas das autoridades judiciais envolvidas na resolução da lide em questão e constatando-se a prevaricação de membros do Ministério Público, seria pertinente o inquérito parlamentar para averiguar as causas desse comportamento omissivo. Porém, inexistindo provas em concreto, parece-nos inapropriada a investigação do Senado Federal, como já tivemos oportunidade de consignar.

É importante observar que o sistema judicial brasileiro funciona consoante à clássica orientação do Direito Romano: **ne procedat ex officio**, o juiz não atua por ofício; só por provocação das partes. Essa cláusula perpassa todas as fases de um processo, resguardado o princípio do contraditório. Assim, as restrições impostas pelo Estado Democrático do Direito, seja pela Constituição, seja pelo Regimento Interno, impõe à CPI o dever de não imiscuir-se, em qualquer deliberação judicante em processo, sejam essas deliberações sentenças, decisões interlocutórias sobre o andamento do processo ou meros

despachos que importem a apreciação subjetiva e formação de juízo de valor sobre o comportamento do Magistrado.

Entendemos que a CPI só pode examinar atos ou omissões de membros da magistratura que importem em delitos, com repercussão em decisões judiciais, ante a existência de elementos probatórios irrefutáveis e não de meras suposições. Cumpre recordar que a este propósito solicitamos consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que defina as balizas dessa investigação. Lamentavelmente, pelo que consta até o presente momento, aquela Comissão ainda não foi provocada para tanto.

Destarte, com todo o respeito que merece V. Ex^a, o nobre Relator, os demais membros da Comissão e a ilustre depoente, pedimos licença para nos ausentar dos trabalhos enquanto a CPI se dedicar a este e outros assuntos correlatos, como registro do nosso inconformismo com os atos presentes a serem praticados pela Comissão dos que dele decorram.

Brasília, 20 de abril de 1999.

Assinam Senador Jefferson Péres e Senador José Eduardo Dutra.

Vou passar às mãos do nobre Presidente, a nossa posição.

O SR. PEDRO SIMON - Faria um apelo, Sr. Presidente, se me permite, ao nobre líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de dar a palavra, pela ordem, o nobre Senador Pedro Simon.

E deixo também a palavra franqueada a qualquer membro da Comissão que queira se pronunciar sobre os termos, a fim de que possamos depois deliberar.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, sou 3º Suplente mas me considero Membro da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a tem todos os méritos para isso.

O SR. PEDRO SIMON – Muito obrigado. Faria um apelo ao nobre Senador. Acho que ele levanta uma questão da maior importância, já foi decidido aqui por nós que ouviríamos a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas acho que S. Ex^a deveria ficar aqui, para debater e estar aqui presente conosco, e, inclusive, transformar o seu pedido numa insistência para que se ouça a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Mas não fica bem para nós, de repente, no meio de um trabalho sério, responsável, ver uma pessoa da sua importância, do seu significado, assim como o seu colega, se afastarem por uma questão que nem esta. Faria um grande apelo ao companheiro, S. Ex^a manteve a sua posição, manifestou-a, ela é correta, está assinada, está pedindo que haja a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, deve ser feito isso. Mas acho que, enquanto isso estiver acontecendo, que o nobre Senador – e é um apelo profundamente sincero que eu faria – reconsiderasse a sua decisão, atendendo a um apelo nosso, e ficasse conosco aqui na Comissão, independente de insistir na urgência para ouvir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

É um apelo que a amizade e o respeito que tenho pelo nobre Senador me permitem que o faça.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, Srs. Senadores, na penúltima reunião, sugeri que fosse ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se a maioria desta Comissão acolhesse, obviamente, a minha solicitação. Tive que me retirar em seguida, e parece que o assunto não foi decidido. Eu até estaria disposto, Sr. Senador Ramez Tebet, a abrir mão da consulta à CCJ, se for o caso, desde que esta CPI decida a respeito destes dois pontos controversos: primeiro, se podemos investigar decisões judiciais e definir, no caso, o que é decisão judicial; e segundo, se podemos investigar a Justiça dos Estados. Temos que definir se vamos ou não investigar.

Porque a pergunta que faço – temos, na Mesa, três ex-Governadores – é a seguinte: se chegasse ao Senado Federal uma denúncia de irregularidade praticada por um Governador de Estado, o Senado poderia constituir uma comissão para investigar isso? Se a resposta for não, se não pudermos investigar o Executivo estadual, não poderemos investigar a Justiça estadual. Parece-me de uma obviedade, ou, então, não sei mais raciocinar. Mas a Comissão ainda não decidiu. Portanto, gostaria que decidisse isso.

Quanto ao que diz o Senador Pedro Simon, diante dessa minha dúvida, Senador, poderia até ficar fisicamente aqui, em respeito aos colegas – e todos me merecem o maior respeito. No entanto, participar ativamente dos trabalhos hoje, com essa dúvida, não posso.

Era essa a questão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, ainda ontem tocamos nesse assunto, e V. Ex^a nos tranquilizava, mostrando que o que estamos discutindo é o cálculo – e não a decisão – e critérios de cálculo.

Um outro item que gostaria de levantar é que, quando analisamos as precatórias, entramos na área dos Governadores. Então, estou realmente querendo um esclarecimento sobre se nós só vamos analisar o cálculo e os critérios desse cálculo, e se o caso dos precatórios não é um precedente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Algum Senador deseja mais fazer uso da palavra?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Eu desejo fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, esse assunto já foi bastante discutido no âmbito da Comissão.

Apenas desejo registrar que o caso dos precatórios pressupunha a emissão de títulos que eram aprovados pelo Senado. Já há, portanto, um dado objetivo, diferente dos outros que já foram citados.

Mas a nossa posição, que já está expressa no documento, diz respeito à audiência de hoje. O Senador Pedro Simon faz um apelo. Parece-me que o apelo refere-se à possibilidade de ser interpretado como ofensa aos demais membros da Comissão o fato de se retirar. Então, se há o apelo e se isso pode parecer ofensa aos membros da Comissão, conversando com o Senador Jefferson Péres, resolvemos ficar de corpo presente. Entretanto, até acho que, do ponto de vista prático, não teria grande diferença, porque eu, particularmente, quando estou presente a uma comissão do Senado, seja CPI, seja Comissão de Economia, é porque quero participar, fazer perguntas, ponderar, discutir. Mas se o fato de nos retirarmos pode ser interpretado como uma espécie de ofensa, vamos permanecer aqui de corpo presente, mas não vamos intervir no debate, não vamos fazer perguntas, não vamos nos posicionar em relação a quaisquer dos pontos que foram discutidos.

A nossa posição está expressa aí, mas, em atendimento ao apelo do Senador Pedro Simon e para que nossa retirada não pareça mais do que realmente é, que é a nossa posição em relação ao episódio, vamos permanecer na reunião, mas sem intervir em qualquer ocasião.

APR
200

O SR. PEDRO SIMON - Acho ótimo, Sr. Presidente, porque duvido que os dois Senadores fiquem aqui só com a presença física, porque podem não falar, mas os cérebros deles vão estar funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Com a palavra o Senador Lúdio Coelho.

O SR. LÚDIO COELHO - Sr. Presidente, estamos tomando uma posição antes de ouvir as informações da Presidência do Basa. Acho que depois de ouvirmos as informações é que a Comissão vai decidir o seu comportamento sobre o caso. Estamos tomando uma medida não adequada.

O SR. MAGUITO VILELA - Sr. Presidente, só para colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Com a palavra o Senador Maguito Vilela. Logo após, as considerações da Presidência.

O SR. MAGUITO VILELA - Sr. Presidente, a Presidente do BASA foi convidada, está aqui e todos comparecemos, assim, quero fazer um apelo a esta Comissão: que não faça nenhuma pergunta com relação ao direito. Apenas ouçamos a Presidente no que diz respeito aos fatos, à história, porque os indícios existem. Não vamos questionar sobre direitos - se tem ou não tem direito, acabou a questão. Penso que aí poderemos realizar a reunião sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Com a palavra o Relator, Senador Paulo Souto.

O SR. PAULO SOUTO - Sr. Presidente, já tentei várias vezes fazer um convencimento do nobre Senador José Eduardo Dutra, de modo que não tenha a menor intenção de voltar a isso.

Mas, rapidamente, quero dizer o seguinte: estamos tratando, aqui, de um assunto que envolve um banco federal e, portanto, há recursos federais em jogo. Então, acho que esse é um motivo... Aliás, parece-me que aumentos de capital de bancos federais etc passam também pelo Congresso, se eu tivesse que usar um argumento dentro dessa mesma linha.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Essa questão específica do Basa não está relacionada com o questionamento do Senador Jefferson Péres sobre Justiças Estaduais, está relacionada com sentença.

O SR. PAULO SOUTO - Primeiro, estou tentando por partes. Quero dizer - e não tome isso com outra intenção - que estamos fazendo aqui um grande esforço, porque, se acontecer o que está acontecendo, vai acabar havendo o que o senhor não quer: é privatizar um banco estatal, que é o Banco da Amazônia. Porque, se eventualmente tivermos a perda desses recursos, vai ter que se vender não

apenas o banco, mas diversos outros patrimônios federais. Vai ser impossível se pagar alguma coisa desse tipo. É apenas uma coisa para ajudar um pouco a tomada de consciência.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Só mais um aparte, Senador. Faço um apelo para que a discussão não seja levada para o valor, porque não estou defendendo a sentença...

O SR. PAULO SOUTO - Eu não estou dizendo isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - ...eu estou colocando que, se entramos em uma sentença de R\$80 bilhões, vamos ter direito de entrar em qualquer sentença - de divórcio até inventário. Então, eu gostaria que a discussão se limitasse à questão constitucional, até porque, no texto, faço questão de registrar, por mais absurdo, acho que um valor de R\$80 bilhões é absurdo. Ninguém está contestando isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Srs. Senadores, peço vênia.

Em primeiro lugar, quero pedir escusas ao Senador Jefferson Péres.

O Senador Jefferson Péres, realmente, na primeira reunião que tivemos aqui, solicitou à Mesa que buscasse ouvir a Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça da Casa em um ponto que S. Ex^a julgava fundamental, que era ver se esta Comissão tinha o direito ou se iria, em decorrência desse direito - se, por acaso, ela tiver -, recorrer à análise de fatos ocorridos nos Estados da Federação brasileira.

O segundo ponto levantado por S. Ex^a era quanto às atribuições do Poder Judiciário. Pareceu-me que o Senador Jefferson Péres, portanto, invocou as alíneas "b" e "c" do art. 146 do Regimento Interno da Casa. S. Ex^a não estava aqui na hora, e as primeiras decisões da Comissão não diziam respeito a isso, de tal ordem que entendi, e como entendo, o que é o óbvio: temos que cumprir a lei. Esta Comissão tem um balizamento: a busca da verdade para contribuir com o Poder Judiciário. Não estamos aqui, volto a repetir, penso eu assim, para destruir. À medida que as questões forem surgindo, deverão ser decididas pela Mesa, se devemos ou não encaminhá-las à consulta da Comissão de Justiça e Cidadania.

No momento, Senador Jefferson Péres, V. Ex^a não estava aqui, eu entendi que deixasse primeiro que os casos acontecessem para, depois, se fosse o caso, atender ou não requerimento, que, em acontecendo, possa determinar consulta à Comissão de Justiça e Cidadania aqui da nossa Casa.

Até agora ouvimos casos do Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo e casas administrativas, e já vimos o que aconteceu aqui ontem, como também casos referentes ao Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba. No caso do Banco da Amazônia, a depoente se encontra aqui. É a Presidente do Banco. Ela falará, e nós aqui vamos ter que policiar os trabalhos, policiar no sentido de coordenar os trabalhos, essa é a palavra mais adequada, no sentido de que não invadamos atribuições de outro Poder, mas também que fatos graves, sem adentrarmos, que por acaso surjam possam ser no mínimo do conhecimento público. Por quê? Quero dizer que estou absolutamente convencido, primeiro, da constitucionalidade desta Comissão, senão aqui não estaria. Segundo, o que ouvi ontem me convence mais da necessidade desta CPI. Ontem ouvimos fatos aqui que, embora muitos digam que estão sendo apurados, quero dizer que a sociedade não tinha conhecimento da apuração desses fatos. Não tinha conhecimento dessa amplitude, dessa intenção, de tal ordem que vamos, Senador Jefferson Péres e Srs. Senadores, proceder com as cautelas devidas, e, para isso, é preciso que todos colaborem – e acho que haverá essa colaboração de todos. Entendo como razoáveis as questões levantadas tanto por V. Ex^a como pelo Senador José Eduardo Dutra, porque estão agindo de forma prudente, mas acredito que todos nós juntos, inclusive como vi ontem, V. Ex^{as} estão mesmo dispostos a dar a colaboração que esperamos, para que tenhamos a finalidade desejada por todos.

Não sei se assim, Senador Jefferson Péres, podemos dar início aos trabalhos, já que V. Ex^{as} vão nos honrar, e, em permanecendo aqui, poderão até tentar impugnar eventuais perguntas, tecerem as suas considerações, mas vamos ver o que é que a diretora tem que falar, sem entrar no mérito disso. Ela é depoente, vai narrar fatos. Vamos ouvir esses fatos

O SR. JEFFERSON PÉRES – Apenas um adendo ao que disse, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Apenas para esclarecer, se é que não está claro isso. Tenho convicção da constitucionalidade desta Comissão de investigar o Poder Judiciário, fatos administrativos do Poder Judiciário da União. Quanto a isso não tenho nenhuma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

Então, Dr^a Flora, vou lhe fazer perguntas de praxe. Por gentileza, lhe pediria, apesar de já sabermos, que declinasse seu nome completo.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Flora Valadares Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E aqui não posso deixar de lhe perguntar a sua idade.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – 57 anos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Seu CPF.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – 012369897-91.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Qual é o estado civil de V. S^a ?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Separada judicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Qual é a sua residência?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Travessa 14 de abril, n.º 1.235, ap. 1.401 – Belém do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Qual é a sua profissão?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Bancária.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Qual é o local onde exerce a sua atividade atualmente?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – No Banco da Amazônia, como Presidente, em Belém.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Deixo de fazer a outra pergunta referente a ser ou não a depoente parente, em algum grau, de parte envolvida, porque sabemos que não é.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Não, Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há uma exigência constante também da legislação no sentido de que a V. S^a somente diga a verdade, no que souber e lhe for perguntado.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Sim, Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra para V. S^a para a sua introdução. Depois, quero alertá-la de que estará sujeita às perguntas dos membros da Comissão.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Pois não, Sr. Presidente. Exmo. Sr. Presidente da Comissão, Senador Ramez Tebet; Exm^o Sr. Vice-Presidente, Senador Carlos Wilson; Sr. Relator da Comissão, Senador Paulo Souto; Exmo. Sr. Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães,

Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs., o caso SABIM – não digo caso Basa, e sim SABIM – teve início quando empresários de São Paulo foram para Belém, no tempo ainda da antiga Espévia, hoje Sudam, e constituíram empresa para exploração de madeira – uma empresa florestal -, utilizando-se de incentivos fiscais previstos para a região.

Constituíram a empresa, registraram o seu projeto e tiveram as primeiras parcelas liberadas. Essas parcelas, a Sudam liberava através do Basa, que até hoje é o banco operador, mesmo com a mudança de legislação, quando passou a ser Sudam e Banco da Amazônia. Ainda era o antigo Banco de Crédito da Amazônia, na ocasião.

Em 1968, eles tentaram ampliar esse projeto, solicitando novos recursos, adicionais, à Sudam.

No exame desse aditivo de recursos, a Sudam inicialmente, através de sua fiscalização própria, constatou que havia má aplicação e solicitou, na ocasião, uma auditoria da **Price Waterhouse** – uma auditoria profunda – para verificar a situação da empresa.

Essa auditoria constatou que, além da má aplicação dos recursos no projeto, ela estava com problemas de ordem fiscal, já devendo impostos à União, inclusive com imóveis seqüestrados para pagamento desses impostos. Estava com várias ações trabalhistas – e teve depois imóveis leiloados em hasta pública. E estava com problemas contábeis, totalmente diferente da realidade – teria que ser toda modificada essa contabilidade. E como o principal problema era a má gestão, solicitou e exigiu, antes da aprovação, o afastamento da então diretoria, e pediu que fosse legalizada a situação dos imóveis que serviram como aumento de capital, na época da incorporação da empresa e nas demais fases do aumento de capital. Isso porque esses imóveis que foram dados como aumento de capital não estavam registrados no Cartório de Registro de Imóveis; então, não eram legalmente pertencentes à empresa.

Isso ocorreu em 1967. Em 1968, na conclusão desse relatório, a Resolução n.º 117, do Conselho Deliberativo da Sudam, concluiu o projeto. Delibrou o cancelamento, sustou uma parcela que já se encontrava depositada – na ocasião, a praxe era que os contribuintes do Fisco escolhiam a empresa em que queriam aplicar e faziam os depósitos vinculados, até que o projeto fosse aprovado e liberado pela Sudam.

Então, já havia alguns valores em conta vinculada esperando a liberação. Quando a Sudam cancelou os projetos, foi determinado pelo Condel que

se solicitassem a restituição das primeiras parcelas liberadas, inclusive com ação judicial para isso, e a Sudam redirecionou aquele depósito dos investidores para outras empresas incentivadas. Isso foi o que ocorreu a seguir de 1968.

Há um fato que até hoje ocorre no Banco da Amazônia. Ele, como banco operador – entre o depósito, que hoje é liberação da própria Sudam e não é mais feito diretamente pelo investidor -, paga o imposto todo e redireciona uma parte. E a própria Superintendência, na aprovação do projeto, avisa-nos e faz a liberação. Entre essa determinada liberação e aprovação de projeto, eles têm de fazer uma série de procedimentos que levam de oito a dez dias. Mas, como eles estão tentando colocar o projeto para frente e solicitar ao banco a antecipação, quando esse recurso já está aprovado, liberado e garantido, só falta essa providência protocolar praticamente, aí, o Banco da Amazônia faz uma operação de crédito antecipando parte desse recurso. E isso ele faz até hoje. Fez na ocasião com parte desses recursos da terceira liberação que estavam lá esperando a autorização da Sudam.

Quando foi cancelado o projeto, o empresa solicitou concordata preventiva, que não foi aceita por alguns credores. Esses pediram para a Justiça transformar a concordata preventiva em falência. E foi transformada em falência em 1970, dois anos depois.

Nesse período houve um comissário designado pela Justiça – comissário da concordata -, que, por sinal, era membro do Conselho Fiscal dessa empresa.

Em 1970, como o maior credor da empresa era o Banco da Amazônia pela antecipação que havia feito referente à terceira liberação, foi nomeado um funcionário – o síndico da massa. E, durante dez anos, o Basa foi o Banco da Amazônia, foi o síndico da massa e foi, depois, destituído pela Justiça por uma acionista que adquiriu cessões de crédito – não fazia parte do quadro de acionista, foi por cessão de crédito. Ele apresentou, então, a prestação de contas.

No julgamento da prestação de contas, que começou em 81, em 198....., deixe-me recordar a data, acho que é 81. (Pausa) Em 1981, houve uma sentença de 1ª Instância determinando que o Basa indenizasse a massa porque as contas foram consideradas más. Eu não sou advogada e não posso entrar no mérito do assunto porque não conheço os meandros da matéria; porém, ouvi de vários advogados que, na hora em que se pede... Aqui mesmo ouvi o

Senador Eduardo Dutra dizendo que a sentença só pode dar aquilo que se pede, não pode haver atuação, não foi isso? Então, ao pedido se deu mais do que se pediu. Não vamos entrar no mérito, apenas para ter o relato do início. Isso foi lá em 81.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Foi *ultra petita*.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO –

Isso. Então, foi pedido que se considerasse irregular a prestação de contas. Depois da sentença que considerou as contas más, mandou-se fazer laudos por engenheiros para que se calculasse qual era o alcance disso para efeito indenizatório. Isso nunca foi pedido pela massa na ocasião. Então, foi o que V. Ex^a falou: *ultra petita*, não é? Obrigada.

Então, isso aconteceu em 81. Houve recurso do banco contra isso porque os laudos só foram anexados após a sentença. Não houve condição de ser feita uma grande análise de compensação sobre isso e o banco questionou junto ao tribunal. Não conseguiu no Tribunal de Justiça do Estado do Pará e apresentou recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal. (Na ocasião, ainda não existia o STJ, outras instâncias federais, só o Supremo Tribunal Federal.)

O Tribunal anulou, em 1984, em 1985, a sentença e os atos subseqüentes praticados, incluídos nesses "atos subseqüentes" os laudos dos engenheiros – não poderia haver esta dicotomia: sentença no laudo e laudo do outro posteriormente. E mandou a matéria de volta à 1ª Instância para que o processo fosse retomado desde aquele laudo ou para que o processo fosse retomado – isto, em 1985. Em 1986, o Advogado da massa entrou com um pedido à Justiça para que efetuasse novos laudos e uma série de questões que, também, como não iremos entrar no mérito. Apenas para sabermos do andamento histórico da questão. E o Banco da Amazônia pediu para que mudasse aquele procedimento através do Agravo de Instrumento que foi recebido num duplo efeito, ou seja, efeito suspensivo e que, até agora, em 1996, estava pendente de julgamento, quando o Banco foi citado para questionar os laudos. Em vez de o Banco questionar ou entrar no mérito do tamanho do laudo ou qualquer coisa, pediu, primeiro, para que fosse julgado aquele Agravo de Instrumento. Isto não foi feito e foi considerado, depois da sentença da Juíza Dr^a Ivete, em 6 de fevereiro de 1998, foi considerado deserto e a sentença foi dada. Nessa sentença, corrigida pelos parâmetros que estão aqui – o Banco como não tem um calculador judicial fez, de acordo com esses parâmetros do setor financeiro – chega nos 81 bilhões porque no

segundo laudo apresentado pelos Engenheiros e pelo Perito Contábil, deu R\$543 milhões. Os antigos laudos dava Cr\$184 milhões, o que, na moeda de hoje, se transformado em dólar, seria um total de US\$2.662.351 – mas só se fosse transformado em dólar da época para hoje, o que daria US\$2.662 milhões – é corrigido por dólar e não transformado em dólar. Aqueles Cr\$184 milhões valeriam, hoje, US\$2,600 mil e se fosse corrigido pelo INPC daria R\$4.940.000,00 – também trazido de 1981 para cá. Mas foi feito um novo laudo e esse novo laudo chegou a R\$541.902.000,00. Com os parâmetros da sentença de correção que foram tratados é que se chegou aos 81 bilhões – isto é para nós chegarmos no valor.

Proposição de hoje: recorremos dessa sentença em fevereiro. Houve embargos que foram rejeitados. Fizemos apelação ao Tribunal. O Tribunal acatou e está distribuído para o Desembargador que está ouvindo, hoje, durante esse período, desde o dia 19 de março, o Ministério Público. É claro que tudo demora muito porque são nove volumes de 30 anos de processo. Está nas mãos da Procuradora do Ministério Público para dar o parecer para a Desembargadora. Esta é a posição de hoje. Então, está, realmente, *sub judice* e nós estamos confiantes de que a justiça será feita, aguardando para que isto se resolva no Tribunal de Justiça, sem entrar no mérito do laudo mas qualquer coisa eu posso explicar nas perguntas. Este foi o histórico da situação até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como é de praxe na Comissão, concedo a palavra, inicialmente, ao nobre Senador Paulo Souto, na qualidade de Relator.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, como foi o propósito geral desta CPI, desde o início, eu gostaria de dizer porque todos pensam assim – aliás, ontem, mesmo, eu, neste sentido, ouvi uma declaração do Presidente da Comissão de Reforma na Câmara dos Deputados – que uma das coisas importantes é que esses casos verificados, aqui, sem dúvida nenhuma, podem ter um grande reflexo a respeito dos problemas principais que devem ser objeto de apreciação desta Comissão para resolver ou melhorar os problemas da Justiça. E, neste ponto de vista, eu vejo, aqui, imediatamente, que esse caso logo reflete uma questão que está claramente determinada que é a questão do tempo. Nós, portanto, estamos tratando de um tempo com 28 anos em que isto está acontecendo. Eu estou dizendo isto apenas para justificar porque

eu tenho lido um pouco sobre isso, que muitos autores consideram que as CPIs, nesses casos, são etapas preparatórias importantes para permitir que os problemas de natureza estrutural de um determinado Poder, no caso o Judiciário, possam ser enfrentados, eu diria, com muito mais conhecimento. Que essa, aliás, é basicamente uma função do Legislativo, cuidar de toda essa etapa dita como preparatória, para que o Legislador tenha, portanto, todos os instrumentos necessários para fazer leis, que é o que todos nós desejamos, que melhore, de uma vez por todas, a prestação dos serviços judiciários em nosso País.

Esse é primeiro ponto que eu gostaria de colocar. O segundo, dizer também que, em nenhum momento, cuidamos de discutir a parte do mérito, mesmo porque isso cabe ao Basa. Cabe ao Basa, como parte, mobilizar os seus advogados, a sua assessoria jurídica e acho que até ele pode ser perguntado sobre isso aqui, se durante todo esse período, por exemplo, o Banco está plenamente convencido de que tomou todas as providências necessárias, para que o patrimônio do Banco não fosse molestado por uma questão desse tipo.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, quero pedir licença para fazer as perguntas à depoente, uma a uma, queria começar um pouco do fim, dizendo o seguinte: essa empresa, com a qual estamos tratando, não vê como seria a sua qualificação para ver com quem exatamente nós estamos tratando numa ação com um banco federal.

Veja, é uma empresa que teve os seus incentivos cancelados em mil novecentos e sessenta e tanto, quando eu diria essa parte ainda talvez não tivesse todos os instrumentos para isso, mas foi uma empresa que teve os seus incentivos cancelados. Parece-me que existem informações, também, de que alguns desses terrenos aí, ainda fora da época da concordata, foram leiloados para pagar dívidas trabalhistas e outros foram assumidos pela Receita Federal para pagar débitos para com o Governo. É isso? A senhora confirma isso?

Bem, eu diria que vou começar do fim, pelo seguinte, só para tentar caracterizar a empresa.

É verdade que, mesmo com essa questão ainda transcorrendo como está, sujeita a recursos, à decisão de segunda instância, que pode vir ainda aqui para tribunais superiores, essa empresa já está vendendo créditos relativos a essa seu possível crédito nesse objeto, está vendendo isso a terceiros? Isso é verdade, Dr^a Flora?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - É verdade, sim senhor! Tomamos conhecimento disso no final de 1997, mas através de documentos, cópias, fax difíceis de serem comprovatórios. Mandamos investigar, porque eram escrituras de cessão de crédito feitas no Paraná, em cartórios em Londrina, e constatamos a cessão de crédito já dizendo nessa certidão que havia uma sentença transitada em julgado, quando nem a sentença de 1998 havia sido dada e foi vendida parte, com grande deságio, e pago em moeda corrente nacional para a empresa, segundo a escritura que foi realizada.

Ao tomarmos conhecimento disso aí, pedimos ao Ministério da Fazenda que acionasse o Ministério da Justiça para a abertura de inquérito policial, para apuração dos fatos, porque esse documento, nós conseguimos descobrir em Londrina, mas as ligações para o Banco a respeito de negociações que eram feitas no mercado financeiro Rio/São Paulo/Brasília eram uma cima da outra, mas, por ligação telefônica, não se pode tomar nenhuma providência. Então, na hora que tivemos a primeira escritura na mão, que foi em dezembro de 1997 que conseguimos, era uma escritura lavrada em dezembro de 1996, mencionando a sentença que não havia sido dada, dizendo que os recursos eram líquidos e certos, que estavam no Orçamento na União de 1998, quando nem o Orçamento de 1997, naquela data, estava aprovado no Congresso Nacional. Realmente, isso ocorreu.

Posterior a esse fato, tentaram vender crédito da instituição financeira federal, alguns bilhões que teriam que ser tipados e colocados no mercado, tentaram fazer negociações com bancos espanhóis, todos comprovados, citando nessas negociações que isso daí estava sendo tratado em órgãos federais. Isso vem sendo paralelo à sentença; isso não tem nada a ver com o Judiciário, pois se trata de uma ação financeira paralela, utilizando o crédito que ainda se encontra na Primeira Instância, sem sentença transitada em julgado.

O inquérito policial foi iniciado no Paraná, e não posso dizer qual é o andamento. Hoje vou saber qual é o andamento. Soube que foi iniciado em julho de 1998 pelo Paraná.

O SR. PAULO SOUTO - Bem, tudo o que foi dito é para dar uma idéia de com quem o Banco está tratando neste caso.

A outra pergunta trata do seguinte: Fizemos aqui alguns cálculos, aí já falando sobre o laudo, que são aproximados em relação aos números que a senhora apresentou, mas que vamos tentar explicitar

mais. Mas, antes disso, há uma coisa que me deixa um pouco perplexo, porque estamos tratando de indenizações sobre terras. Basicamente, os imóveis vão a mais de 90% do valor total da segunda sentença, que foi algo na ordem de 570 milhões de dólares aproximadamente, sem a incidência de cálculos, etc.

Bem, terra não desaparece. Se terra não desaparece, se o síndico posterior ao Banco da Amazônia disse que conseguiu arrecadar essas terras e se elas existem, o que deve ser indenizado? O que aconteceu? Afinal de contas, essas terras existem ou não? Elas desapareceram? Não é possível. Não conhecemos esse caso de terra desaparecer. O que a Senhora tem a dizer a respeito disso?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - Da parte de avaliação de indenização referente à sentença, 97% é dos terrenos; 3% é relativa a outros valores. Esses 97% são constituídos de três áreas: algumas glebas no Município de Paragominas, três glebas constituídas de onze lotes-, algumas glebas no Município de São Domingos do Capim, que é no km 90 da Belém-Brasília, da BR-316, e um terreno industrial no Distrito de Icoaraci, vizinho a Belém. Vou fazer uma análise de cada um para facilitar a compreensão.

Vou começar pelo Município de Icoaraci. Este foi leiloado em hasta pública, em 1969, para pagar débitos trabalhistas por decisão da justiça do trabalho. Então, ele está incluído no laudo de avaliação para efeito de indenização pelo Banco. Não há como o que a justiça trabalhista já leiloou, houve, inclusive, carta de arrematação, e a empresa não era mais proprietária. Então, quando o Banco foi nomeado síndico, em 1970, as terras de Icoaraci já haviam sido leiloadas. Elas estão lá ainda, mas com novos donos.

As terras de Paragominas entraram para constituição de dois aumentos de capital. Elas eram contrapartidas em incentivos fiscais da Sudam, relativas àquela terceira parcela que mencionei anteriormente. Quando houve a constituição, por aquele relatório da **Price**, de 1967/68, as terras não estavam registradas ainda no registro de imóveis, e a empresa conseguiu este registro posteriormente. Aliás, quando se foi fazer aumento de capital, não havia registro das terras; quando a **Price** foi fazer o exame já estava com o registro, mas, pelo parecer da Sudam para o Condell(?), de 1968, eles tiveram a certidão, fornecida pelo antigo IBRA, hoje Incra, de que os impostos não tinham sido pagos, e a manobra tinha sido fraudulenta - isso dito no relatório da Sudam- e que

não poderia ter havido a transcrição no registro de imóveis, sem os impostos do IBRA terem sido pagos em terras rurais.

Realmente, essas são as glebas que estão para constituir o laudo de avaliação para efeito de indenização. Uma já estava leiloada e, na outra, houve essa transmissão que, segundo esse relatório, foi fraudulenta.

O SR. NEY SUASSUNA - E que valor entrou na avaliação do Banco?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - Nessa atual?

O SR. NEY SUASSUNA - Na época do aumento de capital?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - Um milhão. Foram dois aumentos: 500 mil e 500 mil na época do aumento. Foi um milhão em unidade monetária da época, não de reais.

Além de ser passível de anulação, também ela serviu como objeto de penhora pela Justiça Federal para ressarcir a Sudam das duas primeiras parcelas liberadas de incentivos fiscais. Houve aquela decisão de 1968 que mandou que se cobrasse o que já estava liberado. A Justiça Federal penhorou essas terras para pagamento da Sudam.

Além disso, há informações nos laudos de que foi arrecadado pelo síndico independente ... Há uma carta precatória da Justiça de Belém para o Município de Paragominas, onde estão, com a carta precatória, para que fosse arrecadado pela massa.

Então, são três aspectos: primeiro, não seria da massa; se fosse, estaria caucionando ou servindo de garantia a dívidas junto à Sudam, por conta de incentivos fiscais que se estava ressarcindo. Independentemente disso, houve a arrecadação pelo síndico do banco e também houve ações pelo novo síndico. Como vamos indenizar o que existe e o que está nessa situação? É outra questão.

A terceira, que é no quilômetro 90 da Belém-Brasília, segundo as informações de hoje, é a sede do Município de São Domingos do Capim. Essa terra nunca foi de propriedade da empresa. Os próprios laudos de avaliação de 1981 e de 1996 dizem isso no relatório. Eram posses sem documentos que estavam invadidas por outros posseiros que não a própria empresa. Então, era posse da empresa e de terceiros, que invadiram uma área que desde 81 já vinha sendo invadida. Desde o primeiro laudo vem dito isso, então, como vamos indenizar uma terra que não é da empresa? Esse é o nosso comentário.

Não vou aqui, como uma ressalva para a Comissão, dizer que isso não foi visto pela Justiça, por-

que não entramos no mérito dessas terras junto à Justiça. Antes disso, estávamos questionando o julgamento de um agravo, para não haver essa conotação.

O SR. PAULO SOUTO – Dr^a Flora, antes de falar sobre os valores do laudo em si, quero falar sobre outro assunto.

Como os bens imóveis, na segunda avaliação, corresponderam basicamente a 97% do valor total, quero saber se a senhora tem uma comparação, porque parece que o mesmo perito que realizou a avaliação em 1980 também avaliou em 1996.

A senhora tem uma comparação entre o primeiro e o segundo laudo que esse perito fez?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Tenho sim.

O SR. PAULO SOUTO – Talvez traduzido em dólar para facilitar o entendimento nosso. Dos bens imóveis.

O que estou pedindo é uma coisa feita pelo próprio perito. Não estou avaliando isso em relação ao que a gente pensa que é o mercado. Estou pedindo o que ele mesmo fez em dois momentos.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – O perito, em 1981, avaliou as terras de Paragominas em Cr\$97 milhões, 343 mil, 174 cruzeiros, que, em dólares, seriam hoje US\$1 milhão, 408 mil, 169 cruzeiros e 59 centavos. Terra nua mais cobertura vegetal.

No laudo de 1996, o mesmo perito avaliou essas mesmas terras por R\$466 milhões, 903 mil, 770 reais.

O SR. PAULO SOUTO – Quer dizer, de US\$1 milhão ...

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – US\$1 milhão, 408 mil para R\$466 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas, em dólar, correspondem a quanto esses R\$466 milhões?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – É corrigido pelo dólar, mas está em reais.

É da mesma data do laudo, para não haver problema. É o dólar de 1º/10/96, data do laudo, para ficar na mesma moeda.

O SR. PAULO SOUTO – Quer dizer que um é de R\$1 milhão e pouco ...

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – O primeiro laudo corrigido pela variação do dólar seria, em reais, hoje, R\$1 milhão, 408 mil, 169 reais.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas quanto era o dólar?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Em 7 de fevereiro de 1981, que é a data do primeiro laudo, era Cr\$70,51 o dólar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quantos dólares eram?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Aí, nós transformamos ali.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E dá quanto?

O SR. PAULO SOUTO – Ele está perguntando se tem o valor em dólar.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Em dólar, eu teria de fazer isso aqui, porque não estou com ele aqui.

O SR. PAULO SOUTO – Eu tenho, aproximadamente.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Isso é fácil, é só dividir. É porque eu já trouxe com a correção em reais, para comparação.

O SR. PAULO SOUTO – Então, é coisa que dá aí, sei lá, trezentas vezes mais, ou mais de trezentas vezes, o valor da primeira para a segunda.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Exato. O segundo imóvel, esse que só tem posse, que não são proprietários, ele avaliou, em 1981, 3.600 hectares pelo preço médio de Cr\$4.146,00, que deu Cr\$14.926.500,00. Corrigido pelo dólar para a data do segundo laudo, dariam R\$215.927,24. E ele fez a segunda avaliação em R\$58.152.600,00.

O SR. PAULO SOUTO – De R\$ 215 mil...

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Reais para R\$58.152.600,00, que já corrigi por dólar. Tenho, também, a correção pelo INPC, que é um pouco maior, porque o dólar estava defasado nessa data, em 1996.

O terreno de Quaraci, que ele avaliou, são 748.562 metros quadrados, em 1981, por Cr\$71.771.930,00. E, corrigidos pelo dólar para 1º de outubro de 1996, dariam R\$1.038.255,12. O segundo laudo avaliou isso em R\$16.842.656,00. Então, o total de Cr\$184.041.604,00, da época, corrigidos pelo dólar, que dariam 2.662.000,00, passaram para 541.902.000,00.

O SR. PAULO SOUTO – Só queria que a senhora repetisse, por favor, os números totais, no fim.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – No fim. O total do laudo de 1981, dos três terrenos, dá 184 mil...

O SR. PAULO SOUTO – Não o total, esse último número que a senhora colocou.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – O 541?

O SR. PAULO SOUTO - Não, dois milhões...

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - Ah, o dólar. A correção por dólar: R\$2.662.351,95, que passam, no segundo laudo, para R\$541.902.026,00.

O SR. NEY SUASSUNA - O perito é o mesmo?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - É o mesmo perito.

O SR. PAULO SOUTO - O perito é o mesmo.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - Do outro laudo, o perito faleceu, então foi substituído por outra perita, no laudo contábil, da parte de móveis e financeira

O SR. PAULO SOUTO - V.Sª poderia declinar o nome dos peritos, por favor?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - Posso. O perito dos imóveis é o engenheiro civil Dr. José Maria Monteiro David, nomeado pela Justiça. O perito da parte de móveis e financeira, incentivos fiscais, nomeado pela Justiça, é o Dr. José Lancry, no primeiro, que faleceu, e a Drª Neire Batista, no segundo.

O SR. PAULO SOUTO - Como?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - Dr. José Lancry, no primeiro. Ele faleceu. A segunda perita foi a Drª Neire Batista. A Drª Neire, no segundo laudo, apenas atualizou pelas tabelas que são publicadas pelo **Boletim do Advogado**, usadas para cálculos de débitos judiciais. Ela utilizou essas tabelas e apenas atualizou os valores, não fez novo laudo.

O SR. PAULO SOUTO - Ou seja, a correção dos bens móveis e dos recursos financeiros não tiveram, praticamente, nenhuma diferença entre o primeiro e o segundo laudo.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - Apesar de serem só 3% essa parcela, queria falar, também, desses incentivos financeiros. Esses incentivos financeiros que são cobrados, que são a meta-de dessa indenização de 3%, que seriam 1,5%, são justamente aquela terceira parcela de incentivos fiscais que foi cancelada pela Sudam e redistribuída por outras empresas à época. E isso está corroborado numa CPI da Câmara da Federal realizada em 1973, sobre incentivos fiscais, onde esse caso SABIM já tem um capítulo especial.

Nessa CPI da Câmara Federal, aprovada pela Resolução nº 96, de abril de 1973 - portanto, se quiserem dados adicionais poderão ver na Câmara -, ela já dizia que a Sabin teria se utilizado disso, tentou, junto à Justiça, através de mandado de segurança, recuperar esses incentivos, perdeu na Justi-

ça, e que a Sudam direcionou para outras empresas incentivadas da própria região amazônica.

Então, como é que vamos indenizar essa parcela, que foi redirecionada pela Sudam para outras empresas? Isso está nesse laudo da CPI, de 1973, feita na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Drª Flora, V. Sª traz, com permissão do Relator, à consideração da Comissão um fato que pode ser muito significativo para nós. V. Sª, se eu não me engano - tanto que aproveite sua presença para depois não ter de consultar a secretaria -, afirma que este caso, especificamente, foi analisado dentro de uma CPI na Câmara dos Deputados. Em que ano?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - No ano de 1973.

O SR. PAULO SOUTO - Mas a parte só dos incentivos, não é isso?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - Dos incentivos fiscais, apenas, citados nessa CPI. As conclusões dessa CPI foram aprovadas pela Resolução nº 96, de abril de 1973.

O SR. PAULO SOUTO - Minha outra pergunta seria a seguinte: tentando descobrir por que houve essa diferença tão grande entre a primeira e a segunda avaliação referentes aos bens imóveis - basicamente o perito fez a avaliação e desdobrou o valor na terra nua e na cobertura vegetal. A grande diferença foi justamente porque, na minha concepção - e não sei o que ele tenha pensado -, foi, basicamente em relação aos valores atribuídos à cobertura vegetal, embora tenha dito, no primeiro laudo, que teve dificuldade de acesso - provavelmente não tenha ido em algumas áreas, etc. Então, a diferença fundamental foram os valores que ele atribuiu à cobertura vegetal. Estive fazendo um cálculo e ele atribuiu, aproximadamente, em dólar, a US\$13 mil por hectare de cobertura vegetal, atribuindo um valor 70 metros cúbicos de madeira por hectare - que ele atribuiu como toda de primeira -, ao preço de US\$185 mil. Quando os valores calculados pelo Basa - e até tivemos de consultar alguns jomais - esse valor, por hectare, vale entre 10 a 30. Então, foi uma diferença brutal com referência basicamente ao valor da cobertura vegetal que ele atribuiu.

É isso, aproximadamente?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - Ele atribuiu esse valor para a cobertura vegetal. O Banco da Amazônia quando recebe em garantia os terrenos na mesma região, ele tem uma mínima e uma máxima, dependendo da incidência de madeira de lei, vai de 150 a 400. Se utilizarmos uma média, te-

riamos... ele atribuiu 12.950. Consultamos o Banco do Estado do Pará, que também recebe garantias de imóveis na região, ele atribui de 100 a 250 a cobertura vegetal.

O SR. PAULO SOUTO – Esses são os valores que são comparados ao 12.950?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Os do Incra, não estou com eles aqui, mas, informalmente, informaram-me que é o mesmo que o Basa pratica – me informaram pelo telefone ontem, não tive condições de trazê-los formalmente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Relator, antes, deixe-me reparar um lapso, talvez não tenha falado aqui, porque todos registraram – é claro – a presença do Presidente Antonio Carlos Magalhães, porquanto S. Ex^a está freqüente em nossos trabalhos. Mas quero registrar, com muito prazer, a presença em nossos trabalhos – e isso nos dá muita honra – do Deputado Federal, José Dirceu, que é o Presidente do Partido dos Trabalhadores, a quem convido para tomar assento à Mesa.

O SR. PAULO SOUTO – A última pergunta é se o Banco da Amazônia contestou esses laudos.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – O Banco da Amazônia não chegou a contestar esses laudos, porque fomos notificados, em novembro de 1997, mas, havia um agravo de instrumento, pendente de julgamento pelo Tribunal, que questionava toda a metodologia e todo o rumo do processo. Não sei explicar corretamente com base na linguagem dos advogados. Todavia, esse agravo tinha sido recebido pela juíza do feito no duplo efeito: suspensivo e devolutivo. Enquanto não houvesse essa formação e fosse julgado, não poderia prosseguir a ação. Estamos aguardando esse julgamento para podermos contestar. Isso foi comunicado no processo, mas acabou sendo julgado deserto, e a sentença foi dada. Isso está sendo questionado junto ao Tribunal. Estamos aguardando.

O SR. PAULO SOUTO – Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de conceder, pela ordem de inscrição, a palavra ao Senador Geraldo Althoff, eu gostaria de pedir a V. S^a, se estiver a par do assunto, que explique quem está dentro desses imóveis hoje? Algo me chamou a atenção na explanação de V. S^a: o fato de que parece existir, em um desses imóveis, um distrito ou uma cidade. Não sei como está isso.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Tenho uma certidão solicitada em março de 1998 – estou com uma certidão mais atualizada; não houve

mudança -, referente aos registros de imóveis da região.

O terreno do Distrito Industrial de Coaraci foi arrematado em leilão em hasta pública para o pagamento daquelas dívidas trabalhistas. Há uma certidão tipo vintenária. Vou dizer o último dono. Foi vendida pela Marimar Pesca Industrial à Tradel Vener Companhia Industrial(?); essa última venda ocorreu em 1987. É a última anotação no Registro de Imóveis: fls. 126 do Livro 2-A, Matrícula 126, de 2 de julho de 1987. Essa foi uma certidão do ano passado, mostrando toda a cadeia dominial. Assim, ela está na posse da Tradel Vener. Há toda a cadeia: desde a SABIM à venda em hasta pública e a todos os donos seguintes.

O de Paragominas, que são os onze lotes agrupados em três glebas, é um pouco mais confuso. O que está dito aqui, o que está averbado, é que ele continua no nome da SABIM. Houve aquela transmissão que, pelo laudo de 1968, era fraudulenta, mas que não foi anulada. Está com um auto de penhora feito pela Sudam para ressarcimento de incentivos fiscais da primeira e da segunda parcela. E foi arrecadado pelos Síndicos Dativos da Massa Falida, uma primeira vez pelo síndico do Banco da Amazônia, antes da saída, e reiterado pelo segundo. Então, continua no nome da SABIM. Como iríamos indenizar o que continua no nome dela, na mão da Massa? Isso está no nome da SABIM. A certidão é de março de 1998, e há toda essa história dos precatórios, da compra e de toda a cadeia dominial.

Quanto ao terceiro, eu não trouxe a certidão por se tratar de uma posse. Não havia escritura pública ou certidão. Não há nenhuma documentação formal dessa posse. Está citado no relatório de 1981 do engenheiro que fez a avaliação, Prado. Essa posse, que já estava comprovada desde o laudo de 1988, hoje são terras da sede do Município de São Domingos do Capim. Esse nunca foi dela, também está no laudo de indenização. Esse é daqueles R\$58 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Sr^a diz que São Domingos do Capim é um Município?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Althoff para suas perguntas.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma colocação.

D^{ra} Flora, gostaria que a senhora, na medida do possível, fizesse para nós uma avaliação do pro-

cedimento da assessoria jurídica, do departamento jurídico do próprio banco no transcorrer de todo esse processo.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - A avaliação que faço é a de que o banco tomou todas as medidas necessárias, tanto que a primeira sentença foi para se conseguir uma anulação no Supremo Tribunal Federal, para retomar para a segunda sentença. Acredito que o banco tenha se conduzido como devia. Agora está acompanhando, fez a defesa, fez os embargos necessários. Estamos com essa ação distribuída já em segunda instância para apreciação do Tribunal de Justiça e, pelas peças produzidas, lendo-as, apesar de ser leiga - já conversei com outros advogados do próprio governo - ela é considerada boa. Então, acho que tem qualidade o que foi feito. É o que posso dizer, e confio que ganharemos agora no Tribunal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - V. Ex^a está satisfeito?

O próximo Senador inscrito é o nosso vice-Presidente Senador Carlos Wilson.

O SR. CARLOS WILSON - Sr. Presidente, Srs. Senadores, nobre depoente Dr^a Flora, a senhora saberia informar quem são os sócios controladores da SABIM?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - Os sócios controladores, sim, porque não tenho todos aqui. Os controladores são: Ciro Pires Domingues, residente em São Paulo, Olívia da Conceição Alves Pinto Domingues, também residente em São Paulo, e Miguel Dutra Sobrinho, também residente em São Paulo; são os principais sócios.

O SR. CARLOS WILSON - Dentro da pergunta que foi formulada pelo Senador Paulo Souto, gostaria de saber se alguma instituição financeira oficial adquiriu ou foi sondada em relação a esses pretensos créditos da Sabim.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - Foi sondada, sim. A Caixa Econômica Federal foi procurada, na agência paulista, para fazer negócios com esses créditos, no valor aproximadamente de cinco bilhões. A Caixa nos consultou oficialmente. Nós respondemos o que era, e ela não fez negócios. Mandaram um dossiê muito bonito dizendo que era sentença transitada em julgado, mas a Caixa não negociou porque informamos o que era.

O SR. CARLOS WILSON - Por aí fica bem caracterizado o risco que corre...

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - Nós fizemos publicar fato relevante junto ao mercado financeiro no ano passado, pela segunda vez, primei-

ro na sentença e depois em outubro do ano passado, porque cada vez mais nos chegavam ligações do mercado perguntando sobre esses créditos. Quer dizer, eles estão em ebulição ainda, até agora. Nós fizemos publicar fato relevante, colocamos na Internet até para o exterior, bolsa de valores, Comissão de Valores Mobiliários. Fiz visita à CVM para pedir orientação sobre isso, para que não houvesse incautos, porque temos uma certidão de cessão de créditos, uma compra de créditos. Não sei se é a ponta de um iceberg, se há mais. O problema é que não temos o poder de saber o que está-se passando, porque essas coisas às vezes não vêm por escrito. Vários outros advogados vieram sondar para negociação.

O SR. CARLOS WILSON - A senhora não tem informação se mesmo que não fosse um órgão oficial, um órgão federal que tivesse tido algum prejuízo, alguém possa ter sido ludibriado por esse pretensão crédito?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - Não conheço a empresa cujo nome consta da escritura. Esse processo foi encaminhado pelo Ministro da Fazenda ao Ministro da Justiça, o Ministro da Justiça encaminhou à Procuradoria-Geral da República e o Dr. Geraldo Brindeiro, por sua vez, encaminhou-o à Procuradoria-Geral do Paraná, para que começasse por lá - é o meu primeiro documento.

Aqui menciona-se uma venda. Trata-se de uma sentença de primeira instância e aqui está dito que é uma sentença transitada em julgado para a qual havia previsão no Orçamento de 1998. A data que aqui vejo é dezembro de 1996 e, portanto, nem o Orçamento de 1997 havia sido aprovado.

Esse aqui pode ser um dos incautos, mas não posso afirmar nada. Entreguei o caso à Polícia Federal via Ministério da Fazenda.

O SR. CARLOS WILSON - Dr^a Flora, houve alguma denúncia ou suspeição, no caso Basa/SABIM envolvendo peritos judiciais? A senhora fique inteiramente à vontade para responder essa minha pergunta.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - Nunca recebi denúncia alguma. Apesar dos desmandos lá, nunca recebi denúncias. As denúncias dizem respeito principalmente a essa negociação paralela.

O SR. CARLOS WILSON - V. S^a citou o nome de dois peritos; se não me engano: a Dr^a Maria Nei de Batista e o Sr. José Maria Monteiro David.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - São os peritos cujos nomes constam do laudo de 1996. O Dr. José Maria David atuou também em 1981,

mas o outro perito que participou do primeiro laudo faleceu no período.

O SR. CARLOS WILSON - Eles têm alguma ligação a escritório? A Sr^a sabe informar?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - Não, eu nem os nem os conheço. Não sei lhe dizer, isso é tão antigo...

O SR. CARLOS WILSON - Sr. Presidente, só a título de curiosidade: o jornal **O Liberal**, do Pará, publicou hoje anúncio oferecendo uma área de 23,5 mil hectares por um preço de R\$750 mil. Tivemos o cuidado de entrar em contato com o corretor e ele nos disse que poderia negociar o pagamento, que poderia facilitar o negócio, aceitando que se pagasse em quantas vezes se quisesse. A área do Estado do Pará tem 125 milhões de hectares. Com os R\$81 bilhões dessa pretensa sentença, daria para comprar vinte vezes o Estado do Pará - que tem uma área de 125 milhões de hectares - e aproximadamente três vezes a área do Brasil.

Com isso, quero deixar patenteado que não estou aqui discutindo sentença. Nós estamos discutindo aquilo que entendemos como um dos absurdos que esta CPI tem que apurar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA - Obrigado, Sr. Presidente.

Dr^a Flora qual é o capital do banco hoje?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - O patrimônio líquido do banco, que é o capital já com a atualização das contas credoras e devedoras, está em R\$167 milhões.

O SR. NEY SUASSUNA - E a indenização é de R\$ 82 bilhões?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - Exato.

O SR. NEY SUASSUNA - Ao que entendi, a Sr^a diz que foi interposto um agravo.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - Sim.

O SR. NEY SUASSUNA - Há três anos?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - Não, em abril de 1987: despachado em outubro de 1987, acolhido pela juíza do feito no duplo efeito e mandando ouvir a outra parte, que seria a SABIM, em cinco dias. Até hoje não há manifestação sobre essa oitiva e nem sobre o julgamento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Foi dado efeito suspensivo e depois a sentença?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - Exatamente. Essa que é a nossa questão. Por isso

agora recorremos ao Tribunal de Justiça. pedindo para que fosse julgado.

O SR. NEY SUASSUNA - Esse é o último? Aquele sobre o qual a senhora falou e para o qual nós fizemos a conta? Na hora eu achei que tinha três anos, mas não, é de 1987.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - Em abril de 1987 apresentamos petição que foi acolhida em dois ou três de outubro de 1987. Mandou-se formar o processo e ouvir a parte contrária.

O SR. NEY SUASSUNA - A avaliação dos peritos do banco coincide com a feita pelos peritos da Justiça?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - Não, são totalmente diferentes. Tenho os dados da avaliação, mas não dá esse valor. Tenho os parâmetros do banco e fiz as contas. Como eu queria comparar nossos dados com os valores de outras instituições que não o banco, que é parte, pedi dados ao Banpará, ao Incra, ao Sudam etc. Não tive acesso a todas as informações e por isso acabei não fazendo as contas do banco; tenho apenas a comparação de parâmetros isolados - isso pode ser feito, pois tenho essas informações aqui.

Não fiz a conta de quanto seria segundo os parâmetros do banco. Posso fazer rapidamente, mas não o fiz.

O SR. NEY SUASSUNA - Há ainda uma última pergunta que gostaria de fazer.

Pelo que entendi, além dessa indenização ser astronômica pelos parâmetros do banco, este não havia assumido, ainda, a agência central, onde seria a sede da empresa. E também estão pedindo indenização por essa sede?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - Quando o banco assumiu...

O SR. NEY SUASSUNA - Já havia sido vendida.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - ...havia mais de uma agência e não somente uma sede. A do distrito industrial já havia sido leiloada em hasta pública em 1969 e o banco assumiu em 1970.

O SR. NEY SUASSUNA - E mesmo assim estão pedindo ao banco a indenização?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - Mesmo assim.

O SR. NEY SUASSUNA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) - Seguindo a ordem de inscrição, tem a palavra o Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA - Srs. Senadores, Dr^a Flora, há quanto tempo V. S^a é Presidente do Basa?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Vou completar, no próximo dia 18 de maio, quatro anos.

O SR. MAGUITO VILELA – Quantos presidentes passaram ao longo desses 30 anos?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Não tenho conhecimento. Teria que fazer uma contagem.

O SR. MAGUITO VILELA – Não precisa. É só para eu entender. Esse grupo paulista foi para Belém explorar a questão de madeiras?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Sim, em 1966.

O SR. MAGUITO VILELA – Foi constatada, pelo BASA, má aplicação dos recursos por parte deles?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Foi constatado em relatórios da Sudam e da Price, porque a Sudam geria esse projeto; o Basa apenas liberava os recursos.

O SR. MAGUITO VILELA – Sim. E a Sudam constatou...

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Constatou e cancelou os projetos.

O SR. MAGUITO VILELA – Pergunto se o BASA ou a Sudam procuraram se ressarcir dos prejuízos constantes?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Sim, procuraram.

O SR. MAGUITO VILELA – Houve ação contra o grupo?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Temos a nota promissória desse empréstimo que está no próprio processo como compensação. Nunca foi negado esse débito.

O SR. MAGUITO VILELA – E mesmo assim entraram com uma ação contra o banco?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Segundo o que ele me explicou, não foi uma ação contra o banco. Quando o síndico foi destituído, entrou com a prestação de contas. E pela contestação da Massa, no julgamento, foi considerado...

O SR. MAGUITO VILELA – O síndico é esse que ficou durante 10 anos mexendo com a Massa?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Exatamente. É o Banco da Amazônia. Na destituição, o síndico apresentou a prestação de contas, como manda a Lei de Falências. Nessa prestação de contas, foi considerada má. Então, se não tivéssemos contestado e fosse verdadeiro, teria que haver uma ação de indenização. Isso não houve. Foi dado sem pedido, mas foi anulada pelo Supremo Tribunal Federal.

O SR. MAGUITO VILELA – Por que o BASA ficou 10 anos como síndico? Por que tanto tempo para se tomar uma atitude?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – São fatos antigos. O processo tem nove números de 200 folhas cada um, e mais uns dez que estão no banco. Mas pelo que li, entre a falência, houve uma concordata de dois anos e o comissário da concordatária foi um ex-membro do conselho fiscal.

A diretoria mora em São Paulo, onde já residia na ocasião e tinha um escritório. Assim que o processo foi cancelado e percebeu que não conseguiria reverter, porque foi decretada a falência, a diretoria ausentou-se e só voltou 10 anos depois, quando tinha um novo síndico. Houve bens que ficaram nas mãos do comissário, durante 10 anos, que só foram entregues quando apareceu o novo síndico. Então, esse síndico teve muitas dificuldades. Se examinarmos os processos que estão na Justiça...

Não quero entrar no mérito disso porque não cheguei a adentrar profundamente. Essa é uma questão da própria ação. Não cheguei a observar isso profundamente. Há troca de correspondências entre os advogados do departamento jurídico da época e o Síndico da Massa, da SABIM, que era do banco, e contestações à parte dizendo que havia dificuldades, pedindo, inclusive, ajuda para tentar arrecadar ou tentar alguma ação para chegar nesses bens.

O SR. MAGUITO VILELA – Uma outra pergunta objetiva. O Basa pediu a nomeação de novos peritos ou de outros peritos depois que recebeu esses...

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Nesse de 1996, não. Ele apresentou um assistente de perito no de 1981, na sentença que foi anulada.

O SR. MAGUITO VILELA – É muito estranho, quando existe um laudo. Nessas alturas, o banco tinha que ter pedido laudos próprios de outros períodos.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Acontece que estávamos pedindo julgamento do agravo que estava suspenso. Se pedíssemos isso, estávamos acatando que a ação podia prosseguir. Estávamos questionando bem antes. Era uma interrupção dessa ação para julgar primeiro o que o Basa colocou no agravo.

O SR. MAGUITO VILELA – Sim, mas aí foi aceitando, enquanto não anulava.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Ele não aceitou. Ele entrou na Justiça várias vezes, questionou junto à Justiça atrás de petições.

O SR. MAGUITO VILELA – A senhora tem conhecimento de que do Plano Real para cá o preço de terras em todo o Brasil sofreu redução?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Tenho sim, senhor.

O SR. MAGUITO VILELA - E, mesmo assim, os laudos são estratosféricos. Não houve pedido da feitura de novos laudos?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - Não. Estamos agora no tribunal pedindo a anulação da sentença.

O SR. MAGUITO VILELA - Sim, mas o processo foi transcorrendo e não podia aceitar como ele vinha sendo feito. Mesmo pedindo a anulação, o Banco teria que ter pedido a nomeação de novos peritos que não esses que cometeram os maiores absurdos.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - Não vou entrar no mérito porque, assim que eles foram designados, o Banco entrou com esse agravo. É justamente isso, era o remédio legal. Como não conheço, não sou advogada, como está **sub judice**, e espero que agora o juiz conceda, não vou dizer se foi correto ou não, se foi o melhor, porque não entendo disso. Só sei relatar os fatos. Analisar e fazer a apreciação, realmente, não posso fazer.

O SR. MAGUITO VILELA - Estou fazendo essas análises porque tudo é muito estranho. Primeiro, uma causa demorar trinta anos. Isso é extremamente estranho. Um síndico ficar dez anos... Penso que essa causa é mais velha do que a maioria dos que estão aqui neste recinto. Já é um escândalo por si só uma indenização demorar trinta anos. E, de repente, os peritos... esses peritos eram engenheiros? Parece-me que V. S^a me disse isso.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - Ele é engenheiro civil, ela tenho que ver aqui a qualificação. Aliás, ele, como engenheiro civil, fez avaliações de terras agrícolas.

O SR. MAGUITO VILELA - Pois é, deveria ser um engenheiro agrônomo.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - E a resolução do Confea diz que são passíveis de nulidade porque não poderia avaliar terras rurais o engenheiro civil. Isso é proibido. Ele é inabilitado legalmente para essa avaliação.

O SR. MAGUITO VILELA - Agora, engenheiro civil avaliando terras. Deveria ser engenheiro agrônomo ou, no mínimo, geólogo para ver se havia cobertura mineral, além da cobertura vegetal.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - O engenheiro civil não é habilitado pela resolução do Confea.

O SR. MAGUITO VILELA - Estou satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - O próximo inscrito é o Senador Moreira Mendes, a quem concedo a palavra.

O SR. MOREIRA MENDES - Sr. Presidente, Srs. Senadores, ilustre minha amiga prezadíssima depoente, perguntaria a V. S^a se está acompanhada de algum advogado do Basa que pudesse esclarecer um assunto técnico, que eu, apesar de advogado, ainda não consegui entender. Existe alguma ação concreta de alguém contra o Basa? O que entendi é que existe um processo de falência e que não estou conseguindo entender onde entra o Basa, como tendo sido condenado através de uma sentença a, de repente, indenizar. Não consegui entender ainda essa colocação. A senhora tem condição de esclarecer ou tem algum advogado que esteja lhe acompanhando?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - Não estou acompanhada de advogados do Banco.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Dr^a Flora, a pergunta pode ser sintetizada da seguinte forma: o Basa é autor-réu nessa demanda ou síndico dela?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - O Basa foi síndico. Entrou com uma ação de prestação de contas que foi contestada. Foram consideradas más, sendo o Basa condenado a indenizar, sem haver pedido de indenização.

O SR. MOREIRA MENDES - Uma outra pergunta, pois não sei se entendi bem. Parece-me que a senhora relatou, informando que essa empresa, a pretensa beneficiária dessa sentença ainda não transitada em julgado, estaria negociando esse crédito decorrente dessa sentença. A senhora até forneceu alguns dados relativos ao orçamento, que nem existiu, e eles já estavam cedendo. Parece que a senhora teria afirmado que não havia sido prolatada sentença, porém eles já estavam negociando. É fato isso?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - É fato. Essa certidão do Cartório de Serviço Notarial e Registro Civil do Distrito de Paiquerê, em Londrina, é de uma lavratura de escritura de 17 de dezembro de 1996. Trata-se de uma cessão de créditos e direitos de indenização decorrentes de um processo de prestação de contas.

Eles estão vendendo 1,5% dos seus créditos, que dizem alcançar R\$543 milhões, porque, em 1996, fizeram as contas e constavam R\$39 bilhões nessa certidão...

O SR. MOREIRA MENDES - Nesse caso, não faz referência à sentença transitada em julgado?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - Menciona que há sentença transitada em julgado nessa certidão: "Tudo conforme sentença judicial, prevista para o Orçamento da União de 1998, com base no atestado do objeto em tese.

O SR. MOREIRA MENDES – A senhora pode informar a data da sentença?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Dia 06 de fevereiro de 1998.

O SR. MOREIRA MENDES – Portanto, três meses depois.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Não. Um ano e três meses depois. Dezembro de 1996.

O SR. MOREIRA MENDES – Pode-se concluir que estão negociando um crédito, porque, supostamente, já sabiam antecipadamente que a sentença seria positiva?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Não posso concluir isso.

O SR. MOREIRA MENDES – A senhora pode declinar o nome do cessionário desse crédito?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Brasplan – Assessoria, Planejamento e Consultoria Ltda., situada na Avenida Ibirapuera, Bairro da Moema, Cidade de São Paulo.

O SR. MOREIRA MENDES – Além dessa cessão de crédito, a senhora tem outras disponíveis, com escritura?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Cessões de crédito, não. Tenho tentativas de negociação, como aquela junto à Caixa Econômica, onde eles apresentaram a proposta por escrito, mencionando que há sentença transitada em julgado.

O SR. MOREIRA MENDES – Uma última pergunta: essa ação, objeto desse questionamento hoje aqui, corre na Justiça comum ou na Justiça Federal?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Na Justiça comum.

A Advocacia Geral da União, dado o vulto da sentença, porque afeta não o patrimônio do Basa, mas o patrimônio do Governo Federal, foi por nós instada a comparecer nos autos, porque há um decreto que permite isso. Ela tentou; o Juizado de Primeira Instância negou, desentranhando as peças da apelação no processo. Ela entrou com uma apelação, não sei qual o nome, junto ao Tribunal. O Tribunal acatou e mandou subir. A Advocacia-Geral da União está também acompanhando esse processo.

O SR. MOREIRA MENDES – Perfeito. Sr. Presidente, dou-me por satisfeito com as respostas oferecidas pela depoente.

Aproveito para requerer à Presidência que sejam ouvidos, no plenário desta Comissão, os dois peritos citados e que sejam requisitadas informações complementares a respeito dessa empresa cessionária.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Brasplan.

O SR. MOREIRA MENDES – Quem são os proprietários dessa empresa, para que, em uma avaliação futura, eles também possam ser ouvidos nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Espero que V. Ex^a formalize o requerimento, para posterior decisão.

Concedo a palavra pela ordem de inscrição, ao Senador Djalma Bessa.

O SR. DJALMA BESSA – Dr^a Flora, pergunto se o Basa já respondeu a outras ações iguais à apreciada neste momento.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Não de sindicatura de prestação de contas.

O SR. DJALMA BESSA – Houve a primeira sentença. Depois, não obstante a existência de recursos, o processo prosseguiu?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Após a primeira sentença, o processo tramitou até o Supremo Tribunal Federal e – como os laudos – foi objeto de anulação.

O SR. DJALMA BESSA – Agora, os efeitos da sentença estão completamente suspensos?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Não. Recorremos da primeira sentença na segunda instância, ou seja, no Tribunal de Justiça. Estamos aguardando o julgamento.

O SR. DJALMA BESSA – E o processo não está tramitando?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Não, porque foi distribuído há pouco tempo à Desembargadora do feito, que o mandou, em março, para a Procuradora de Justiça. A Promotoria Pública pretende encaminhá-lo na próxima semana. Estamos acompanhando o processo.

O SR. DJALMA BESSA – A Justiça solicitou – ou determinou – a indisponibilidade de bens do patrimônio do Basa?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Não.

O SR. DJALMA BESSA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, o último Senador inscrito.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Dr^a Flora, quando o nome de V. S^a foi submetido à apreciação desta Comissão para estar ou não na lista dos convocados – e em pauta estaria a questão que poderia envolver discussão de sentença –, manifestei minha opinião.

Perguntei: por que não ouvir a Dr^a Flora, que trará sua contribuição sobre um assunto que interessa à sociedade brasileira. Ela pode alegar que está tudo bem, que o laudo está correto e a Justiça agiu corretamente. Pode, no entanto, dizer o contrário, isto é, expressar sua discordância em relação ao laudo e afirmar que a Justiça foi morosa.

Estamos aqui para ouvir V. S^a, que ofereceu dados importantes sob juramento. Tenho algumas considerações a fazer. Por exemplo, numa gleba de terra, em 1980 ou 1981, expediu-se um laudo de avaliação equivalente a US\$1 milhão 408 mil. Pelo menos um dos mesmos peritos forneceu, 16 anos depois, um laudo, não mais daquele valor, mas de US\$476 milhões – valores convertidos para hoje.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO - Não são dólares. Os valores são corrigidos pelo dólar, mas são expressos em reais.

O SR. JOSÉ AGRIPIANO - É a mesma ordem de grandeza. Para efeito de comparação, uma coisa é mais de 300 vezes maior do que a outra.

Uma outra gleba de terra foi avaliada, em valores atualizados, em US\$215 mil em 1980; e, agora, em US\$58 milhões.

Não estou – ninguém está – participando da Comissão para incriminar nenhum juiz ou perito. Estou aqui para prestar um serviço à sociedade. Confesso que ficaria muito feliz se V. S^a dissesse, por exemplo, que a avaliação em 1980 foi de US\$1 milhão e 408 mil porque, naquela época, a cobertura vegetal da terra era cipó, jiterana e marmeleiro. Em 16 anos, foram feitas estradas de acesso, transformando a mencionada área numa imensa floresta de jacarandá. Assim, essa gleba hoje valeria 300 vezes mais e os peritos estariam corretos.

Há, na verdade, fatos concretos e gritantes. Os fatos, na verdade, muito mais do que gritantes, são revoltantes. É certo o que ocorreu quando houve a prática da Justiça?

Pode-se dizer que não está certo, mas não é assunto definido, porque há instâncias às quais o Basa está recorrendo.

No entanto, pelo que aqui foi dito, pela morosidade do processo judicial, pelo laudo apresentado, estamos todos assistindo a incorrerem num gesto de ilicitude. Os antigos donos da empresa, que acionou o Basa, estão negociando créditos no Paraná, em função de morosidade na Justiça e de um laudo de R\$81 bilhões. Eles se julgam credores desse valor, e como a Justiça é morosa, como o laudo oficial existente – ainda que contestado – é esse, eles se julgam no direito de negociar créditos.

Muito bem. V. S^a está nesta Comissão, e neste momento quero declarar que guardo de V. S^a a melhor impressão. Eu estava comentando com meus vizinhos da segurança e da firmeza com que V. S^a emite suas opiniões, faz sua exposição. No entanto, o grande serviço que V. S^a pode prestar é abrir sua alma, é oferecer seu sentimento a esta Comissão, que tem o dever, perante a sociedade, de contribuir para apontar caminhos de correção na reformulação do Poder Judiciário.

V. S^a dirige o Basa – Banco da Amazônia – e mora em Belém do Pará. Eu não moro lá, não tenho como avaliar o conceito dos peritos, não sei se, na sociedade de Belém, esses peritos são bem vistos ou se são malvistas, se são contumazes nesse tipo de laudo – à primeira vista excessivo –, não sei se têm ligações com os beneficiários, não conheço o conceito do juiz que homologou o laudo. Dessa forma, pergunto a V. S^a, que sente a dor do dinheiro público, que é do Basa, condenado, em princípio, a pagar R\$81 bilhões: diante dos fatos ocorridos, diante das perguntas que fiz, qual providência V. S^a sugeriria, a ser adotada por esta Comissão, para evitar que fatos semelhantes viessem a acontecer? Eu pediria que abrisse sua alma e sugerisse, se possível, correções. Onde é que V. S^a está enxergando defeitos na Justiça, nas relações entre pessoas? Se puder, dê-nos essa contribuição.

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Senador, deixe-me declarar uma coisa antes: eu realmente moro em Belém do Pará, mas me mudei para lá depois de eleita Presidente do Banco da Amazônia. Nunca morei lá antes, apesar de o meu pai ser paraense de nascimento. E dei meu endereço residencial agora nesta Comissão, mas passo mais horas na sede do Banco da Amazônia, na Presidente Vargas, 806, do que na minha residência. Então, não posso avaliar esse relacionamento de pessoas, não tenho notícias nem conheço esses peritos. E para ficar um pouco isenta, para não levar para o lado emocional, estou lidando com os fatos concretos, mas não os conheço, não perguntei por eles, não sei se têm amizade. Infelizmente, não posso dar essa resposta.

A instituição Banco da Amazônia está se defendendo, e acredito, espero que, no Tribunal de Justiça, sejam corrigidos erros da Primeira Instância. Se V. Ex^a me perguntar se julgo errada a primeira sentença, mesmo tentando não avaliar o mérito, pois nem advogada sou, mas como parte da causa, não vejo nada de excepcional dizer que considero errada a primeira sentença. Aliás, se não houvesse erros nas primeiras instâncias, não haveria segundas instâncias e tribunais superiores. Eu acho que os juízes não são perfeitos,

e para isso existe a segunda instância, o tribunal superior para corrigir. Como já houve uma correção na primeira vez que isso foi julgado, acredito que também haja agora, até antes da chegada aqui nos tribunais superiores. Confio nisso. Então, minha única avaliação é que acho errada a primeira sentença. Não posso deixar de dizer isso, pois é o sentimento da instituição que está se defendendo, chegando pelos caminhos que seus advogados e assessores jurídicos lhe mostram. Estou convencida de que será reformada a sentença. É só o que posso dizer.

O SR. MAGUITO VILELA – Senador José Agripino, permite-me um adendo? Estou vendo que V. Sª é muito ética: Qual é o conceito que o povo do Estado faz a respeito dessa ação? Qual o sentimento do povo com relação a essa ação?

A SRA. FLORA VALADARES COELHO – Essa resposta é difícil para mim. Cheguei ao Banco da Amazônia em 95 e vivo esse Banco da Amazônia a maior parte dos meus dias, até em detrimento de família, o que até lamento, mas, enquanto eu estiver ali, tenho que proceder assim. Então, é difícil fazer isso, entende, porque não vivo muito; até os acontecimentos sociais do banco eu delego aos diretores, porque é mais fácil para eles, do que para o próprio Presidente do Banco.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – As convicções íntimas de V. Sª estão sendo respeitadas.

Pede a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Sr. Presidente, Sr. Relator, não era meu propósito intervir neste debate, como em qualquer outro nesta Comissão, salvo quando eu julgar que é indispensável. Agora eu julgo indispensável, porque fiz até aqui um conceito magnífico da Presidência do Basa. Entretanto, já agora, meu conceito diminui, até porque, se V. Sª vive no banco, trabalhando pelo banco, tinha obrigação de saber mais sobre os assuntos do banco, inclusive, sobre o que pensa a sociedade paraense a respeito dessa ação; não poderia omitir-se, como também era seu dever procurar saber o conceito dos peritos que deram o laudo absurdo – como a senhora reconhece.

De modo que pode dizer se quer ficar, que não mora na casa, que mora no banco, mas há a obrigação da senhora em conhecer os assuntos, daí por que acho que a senhora, talvez intimidada pelo início da Comissão, não está querendo dizer o que pensa. A senhora é obrigada a dizer o que pensa. A senhora pode não ferir aspectos jurídicos da sentença – isso eu acho

que é um dever da senhora -, mas, como funcionária competente que é – todos dizem isso -, uma funcionária que está prestando um bom serviço no Basa, não pode ficar intimidada em dizer o que pensa.

O próprio Presidente da Ordem dos Advogados, ontem, disse que o Judiciário é o culpado da existência da CPI. Isso eu achei extremamente importante! Se houvesse um Judiciário correto, não existiria CPI, e a Comissão de Reforma talvez fosse formada até por eles mesmos, sugerindo as coisas, aqui, no Congresso Nacional.

Daí por que quero dizer a senhora que entrei aplaudindo e não vou sair feliz com seu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, aqui, na Comissão, em que pesem as ponderações feitas pelo nosso Presidente, S. Exª acabou de emitir uma opinião pessoal a respeito da...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Todas são pessoais, Exª: a minha, a sua e a de todos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Claro, mas tenho, como Presidente, a obrigação de dizer que a testemunha, aqui, não está obrigada a declarar a não ser sobre fatos objetivos. É esse o entendimento da Presidência.

A Drª Flora acaba de declarar que não tem mais nada para falar. Em nome da Comissão, a exemplo do que faço com outras pessoas, agradeço o seu comparecimento.

V. Sª está dispensada.

Nós vamos, todavia, continuar os nossos trabalhos.

Eu pediria aos Srs. Senadores que permanecessem, porque vamos continuar os nossos trabalhos.

Embora não haja número para deliberação, concedo a palavra ao Sr. Relator, para que formule requerimentos.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, como dissemos no início deste trabalho, vamos procurar, em todos os casos objeto do requerimento inicial da CPI, o maior número de informações possíveis de todos os órgãos eventualmente envolvidos ou que participaram dessas questões.

Assim, requisitamos informações ao Tribunal de Contas da União, aos Tribunais Regionais do Trabalho em cada um dos casos específicos.

Com referência ao caso do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, percebemos que o Ministério Público estava – eu diria – participando ativamente da apuração da questão, mediante um inquê-

rito civil público de uma ação cautelar e de uma ação civil pública. Procuramos ter acesso a todas elas e, de posse dessas informações, verificamos que o Ministério Público, por meio de depoimentos que colheu sobre a questão, ficou preliminarmente convencido da extrema gravidade da questão relativa à construção do prédio do Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo.

Particularmente, em se tratando de depoimentos, o do Sr. Marco Aurélio Gil de Oliveira, que declarou perante o Ministério Público que até recentemente era genro do Presidente à época da construção da obra – o Sr. Juiz Nicolau dos Santos Neto – foi extremamente grave, porque aponta evidências extremamente fortes de que aquele juiz realmente demonstrava, de uma maneira muito clara, sinais muito fortes de gastos e de riqueza incompatíveis com os salários que recebia. Ele falou, em seu depoimento ao Ministério Público, que tinha certeza absoluta da existência de um apartamento no exterior, exatamente em Miami, de compras de carros, enfim, diversos outros sinais que demonstravam uma situação financeira incompatível com esse cargo.

Há outros depoimentos, inclusive o de um jornalista contratado por um jornal brasileiro que obteve informações no local de que realmente esse apartamento era freqüentado e provavelmente deveria pertencer ao Juiz Nicolau.

O Ministério Público, em prosseguimento a todas essas ações, requereu – porque considerou, não apenas em virtude disso, mas por causa de tudo aquilo que já foi objeto do que nós assistimos ontem, como irregularidades na licitação, transferências de recursos em adiantamento – ao Poder Judiciário, entre outras coisas, o pedido de indisponibilidade de bens dos sócios das empresas envolvidas na construção, como também do Sr. Nicolau dos Santos Neto e de outras pessoas que eventualmente considerava importantes, para impedir que, eventualmente, apropriações indébitas pudessem prejudicar definitivamente o Erário público, além da quebra de sigilo bancário também dessas empresas.

São evidências muito fortes que conduziram essa solicitação, a qual foi acatada pela Justiça Federal, mas, até hoje, em virtude de recursos, ao menos no caso do juiz, ao STJ, o Ministério ainda não teve acesso a qualquer das solicitações.

O SR. MAGUITO VILELA - Sr. Relator, quando foram feitas as solicitações pelo Ministério Público?

O SR. PAULO SOUTO – A ação cautelar teve início em 30.06.98.

OSR. MAGUITO VILELA - E até hoje o Ministério Público não recebeu...?

O SR. PAULO SOUTO – Todas as informações que temos até agora são as que de o Ministério Público não teve acesso, nem mesmo às solicitações que fez com referência ao sigilo bancário dos...

O SR. MAGUITO VILELA – E a indisponibilidade dos bens?

O SR. PAULO SOUTO – Também não.

O SR. MAGUITO VILELA – Não é possível algo assim.

O SR. PAULO SOUTO – Diante desses fatos, já era nossa intenção solicitar a esta Comissão, através de requerimentos, reiterar tudo aquilo que o Ministério Público já havia solicitado através dessa ação. Era nossa intenção fazê-lo.

Essa intenção foi reforçada porque chegaram ao conhecimento desta Comissão, no dia de ontem, alguns documentos que fornecem evidências muito fortes, todas no sentido do objeto das investigações do Ministério Público. Tudo o que havia sido dito, por exemplo, no depoimento a que me referi e foi objeto de uma grande preocupação por parte do Ministério Público, os documentos confirmam essa linha de investigação. Por exemplo, a questão da existência de um apartamento no exterior, de compra de cargos, de veículos etc.

É evidente que os documentos que recebemos ontem ainda deverão ser periciados, mas há uma convergência clara sobre o que mostram, com todas as suspeitas evocadas naquele momento. Ou seja, talvez sejam provas de que o Ministério Público precisava e não teve, e que nós, agora, na CPI, começamos a ter.

Por causa disso, creio que é meu dever, e espero que também desta Comissão, fazer a solicitação através dos requerimentos que neste instante estou encaminhando. São os seguintes: solicitação ao Banco Central de quebra do sigilo bancário da Construtora Ikal Ltda e Incal Incorporações S.A. São as duas empresas que, de uma foram direta ou indireta, estão envolvidas na construção da obra; quebra do sigilo bancário das contas do então presidente do TRT, à época do início da obra, Dr. Nicolau dos Santos Neto; quebra do sigilo bancário de Fábio Monteiro de Barros Filho e José Eduardo Correa Teixeira Ferraz, respectivamente presidente e diretor financeiro da Incal; quebra do sigilo telefônico das mesmas pessoas aqui citados; por fim, tendo em vista as evidências de ontem, a decretação da indispo-

nibilidade de bens da Incal Incorporações S.A, da Ikal Construções S.A, dos Srs. Nicolau dos Santos Neto, José Eduardo Ferraz, e da Incal Indústria e Comércio de Alumínio Ltda., a primeira empresa que participou da concorrência.

É esse o requerimento que submeto à apreciação de V. Ex^{as}. Creio que não estou antecipando nenhum tipo de opinião, nem de condenação. As evidências indicam que temos que tomar uma série de providências que impeçam, se ainda for possível, que os recursos públicos, que foram muito provavelmente desviados, sejam delapidados e não voltem aos cofres do Erário.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Sr. Presidente, os fatos relatados pelo Senador Paulo Souto, que já foram objeto de depoimento por parte de representante do Tribunal de Contas da União, na reunião de ontem, são flagrantes, evidentes. Tão evidentes que já começam a ocupar as primeiras páginas dos jornais. O requerimento do Senador Paulo Souto é oportuno e cabe a nós votá-lo - e temos número para isso -, para que tomemos as devidas providências. Desde já encaminho meu voto favorável.

O SR. PAULO SOUTO - Quero solicitar que seja ouvido o Sr. Marco Aurélio Gil de Oliveira, que fez uma série de denúncias perante o Ministério Público. É da máxima importância seu depoimento no plenário desta Comissão.

O SR. CARLOS WILSON - Gostaria de saber se já houve contato com o Sr. Nicolau dos Santos Neto, para sua convocação. A minha preocupação é que ele venha a desaparecer. A documentação que esta Comissão recebeu ontem é motivo de muita preocupação. Temos de acompanhar, a partir de agora, os passos do Sr. Nicolau dos Santos Neto, a pessoa mais importante, nesses dois dias, a comparecer a esta CPI. Indago da Presidência se já tivemos a confirmação do depoimento do Sr. Nicolau dos Santos Neto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Senador Carlos Wilson, V. Ex^a tem conhecimento de que a Secretaria da Casa está providenciando contato com o Dr. Nicolau dos Santos Neto, a fim de que ele compareça a esta Comissão para prestar esclarecimentos. Ele ainda não foi contactado.

O SR. CARLOS WILSON - Ele não foi encontrado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Não foi contactado ainda pela Secretaria da Casa.

Consulto se alguns dos Srs. Senadores desejam fazer uso da palavra, com referência ao requerimento formulado pelo Sr. Relator. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir a matéria, coloro em votação as providências requeridas pelo Sr. Relator.

O SR. PAULO SOUTO - "Solicitação da quebra de sigilo bancário da Incal Incorporações S. A e da Ikal Construtora...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Esse é o primeiro requerimento. Poderíamos votar em bloco.

O SR. PAULO SOUTO - "Quebra de sigilo bancário de Nicolau dos Santos Neto; quebra do sigilo bancário de Fábio Monteiro de Barros Filho, José Eduardo Corrêa Teixeira Ferraz; quebra do sigilo telefônico das mesmas pessoas e empresas citadas e a indisponibilidade de bens da Incal Incorporações, da Ikal Construtora, de Nicolau dos Santos Neto e José Eduardo Ferraz."

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Com a palavra o Senador Lúdio Coelho.

O SR. LÚDIO COELHO - Consulto a Presidência se há maneira legal de impedir que o Dr. Nicolau deixe o País. Se houver, eu pediria que tomassem essa providência.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - A Presidência adotou o critério, vai segui-lo e agirá dentro da lei. V.Ex^a fique absolutamente tranqüilo de que, junto com a Relatoria, tomaremos providências, dentro da lei, a respeito das decisões da comissão parlamentar de inquérito, entre as quais se inclui a decisão de ouvir o Dr. Nicolau dos Santos Neto, ex-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

O SR. LÚDIO COELHO - O que estou propondo é que ele não possa deixar o País.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Não tenho esse requerimento em mãos, Senador Lúdio Coelho.

O SR. LÚDIO COELHO - Estou propondo à Mesa.

O SR. MAGUITO VILELA - Sr. Presidente, considero procedente. O Senador Carlos Wilson está preocupado com a vida do ex-Presidente, e o nobre Senador, receia que ele deixe o País. Por isso está solicitando sejam tomadas providências perante a Polícia Federal. Considero procedente e extraordinariamente oportuna a indagação do Senador Lúdio Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet.) – Em discussão o requerimento do Senador Lúdio Coelho. (Pausa.)

Em votação. (Pausa)

Determino que se oficie a Polícia Federal, ou a quem de direito, comunicando que a Comissão Parlamentar de Inquérito decidiu – peço vênha ao Senador Lúdio Coelho para acrescentar que isso se dê durante o prazo de funcionamento desta CPI – que não convém aos interesses do Congresso Nacional e desta CPI seja concedido a ele qualquer visto para ausentar-se do País sem o consentimento da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet.) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Para que não paire nenhuma dúvida sobre a decisão da Comissão, gostaria que V. Ex^a colocasse o requerimento em votação e solicitasse que aqueles que estivessem de acordo permanecessem sentados, para que ficasse o assunto definitivamente votado e registrado em Ata.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet.) – Mas penso já ter colocado em votação o requerimento do Senador Lúdio Coelho.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – O anterior, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet.) – Mas, no momento, estou decidindo esse, que foi objeto da decisão do Senador Lúdio Coelho. Eu ia dar por aprovado também o outro, porque houve a manifestação de todos.

Podemos prosseguir.

O requerimento do Senador Lúdio Coelho está votado.

Os requerimentos formulados pelo Relator da matéria estão em votação em bloco, como foi solicitado.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, gostaria de usar da palavra apenas para dar um esclarecimento. Esqueci-me de dizer o período. Penso que deve ser desde que começou essa obra, ou seja de 1992, até o presente momento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet.) – Com o adendo feito,...

O SR. CARLOS WILSON – Com o adendo feito, é exatamente para determinar o prazo da quebra de sigilo telefônico, fiscal e bancário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet.) – Naturalmente isso é objeto de assinatura de ofício e nós aqui iremos analisar até a época dos fatos. É evidente que se o prédio começou a ser construído ou os fatos começaram em 1992 será a partir de 1992. Evidentemente isso está implícito na matéria.

O SR. CARLOS WILSON – Não está não, porque ontem foi votado aqui um requerimento de minha autoria, no sentido de quebrar o sigilo bancário do vendedor de um terreno lá na Paraíba e determinamos o prazo de dez meses. É por isso que pedi a V. Ex^a. que determinasse o prazo. Então o Relator disse que seria de 1992 até a presente data.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet.) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PAULO SOUTO – Queria também dizer que é desejo da Comissão que, alguns dos seus componentes vão a São Paulo e façam uma visita ao Ministério Público, porque considero essa uma troca de informações extremamente importante, que já está ocorrendo, e aproveitem para visitar o prédio que está sendo construído. Estamos ultimando os preparativos para que essa visita ocorra na próxima sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet.) – Srs. Senadores, queria comunicar também que...

O SR. CARLOS WILSON – Sr. Presidente, já foi aprovado o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet.) – Coloquei em votação e ninguém se manifestou contrariamente.

O SR. CARLOS WILSON – Mas V. Ex^a tem de dizer: aprovado por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet.) – Se ninguém se manifestou, evidentemente foi aprovado por unanimidade. Mas coloco em votação o requerimento formulado pelo Relator, nos precisos termos em que S. Ex^a o propôs. (Pausa)

Aprovado.

O SR. MAGUITO VILELA – Sr. Presidente, apenas desejo esclarecer que formulei esta questão de ordem porque o Senador José Agripino assim o exigiu, e penso que há de levar em conta a exigência do Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet.) – Eu queria comunicar também aos membros da Comissão que, para o dia 26 de abril do corrente ano, às 10h da manhã, o Dr. Eithel Santiago de Brito Pereira, Subprocurador da República, confirmou a sua presença para prestar depoimento perante esta Comissão sobre o caso do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba. Também confirmou presença, para o dia 27 de abril, portanto na próxima terça-feira, às 10h

da manhã, o Dr. Vicente Vanderley, Desembargador, ex-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba. Informo, ainda, que confirmou presença para o dia 29 de abril próximo, portanto na quinta-feira, também às 10h da manhã, o Deputado Giovanni Queiroz.

Temos sobre a mesa requerimento formulado pelo Sr. Senador Moreira Mendes, que, nos termos regimentais, pede que sejam ouvidos nesta CPI os peritos nominados pela depoente Flora Valadares Coelho, assim como sejam requisitadas à Junta Comercial de São Paulo informações complementares sobre a empresa concessionária de créditos da empresa falida, encaminhada na escritura mencionada pela mesma depoente.

Senador Moreira Mendes, se V. Ex^a assim me permitir, por razões que depois lhe explicarei, peço-lhe que esse requerimento seja votado apenas na próxima reunião. (Pausa.)

Então, lido o requerimento, será ele colocado em votação na próxima reunião.

Está franqueada a palavra aos Srs. Senadores que dela desejarem fazer uso. (Pausa.)

Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta quarta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

(Levanta-se a reunião às 13h48min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Destinada a apurar fatos do conhecimento do Senado Federal, veiculados pela imprensa nacional, envolvendo instituições financeiras, sociedades de crédito, financiamento e investimento que constituem o Sistema Financeiro Nacional.

1ª Reunião (instalação) realizada em 14 de abril de 1999.

Às dez horas e quinze minutos dos quatorze dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e noventa e nove, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Fernando Bezerra, Gilberto Mestrinho, João Alberto Souza, José Alencar, Bello Parga, Romeu Tuma, Eduardo Siqueira Campos, Lúcio Alcântara, José Roberto Arruda, Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino, Pedro Simon, Carlos Bezerra, Jader Barbalho, Jonas Pinheiro, Juvêncio da Fonseca, Romero Jucá, e Emília Fernandes, membros da Comissão, e ainda os Senhores Senadores Antonio Carlos Magalhães, Roberto Requião e Hugo Napoleão, reúne-se a Comissão Parlamentar de In-

quérito, destinada a "apurar fatos do conhecimento do Senado Federal, veiculados pela imprensa nacional, envolvendo instituições financeiras, sociedades de crédito, financiamento e investimento que constituem o Sistema Financeiro Nacional". Havendo número regimental, o Senhor Presidente eventual, Senador Gilberto Mestrinho, declara abertos os trabalhos. Sua Excelência esclarece que a presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão e solicita à Secretaria a distribuição das cédulas. Findo o processo de votação, o Senhor Presidente convida os Senhores Senadores Romeu Tuma e Roberto Saturnino como escrutinadores. O número de votos confere com o número de cédulas da urna e o resultado determina a eleição para Presidente, com 10 (dez) votos, do Senador Bello Parga e para Vice-Presidente, com 09 (nove) votos do Senador José Roberto Arruda, e ainda 01 (um) voto em branco. Convidado a assumir os trabalhos, o Senhor Senador Bello Parga agradece e declara instalada a Comissão, designando Relator da matéria, o Senhor Senador João Alberto Souza. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Bello Parga concede a palavra ao Senhor Relator, Senador João Alberto Souza que apresenta o Roteiro de Trabalho para a Comissão. Usam também da palavra os Senhores Senadores José Roberto Arruda; Lúcio Alcântara; Eduardo Siqueira Campos; Romeu Tuma; Eduardo Suplicy; Fernando Bezerra; Roberto Saturnino; José Alencar; Pedro Simon; Antônio Carlos Magalhães; Carlos Bezerra e Romero Jucá. Durante a reunião são apresentados os seguintes requerimentos: quatro requerimentos dos Senhores Senadores José Roberto Arruda, Lúcio Alcântara e Romero Jucá, sendo eles: o de **bloqueio e indisponibilidade dos bens dos controladores dos Bancos Marka e FonteCindam**; de **convocação** do Sr. **Arminio Fraga**, presidente do Banco Central; do Sr. **Salvatore Alberto Cacciola**, presidente do Banco Marka e do Sr. **Luis Antônio Gonçalves**, Presidente do Banco FonteCindam; requerimento do Senhor Senador Eduardo Siqueira Campos para que seja requisitado ao Banco Central o fornecimento de cópias de todos os documentos, atos e correspondências que formalizaram e subsidiaram a atuação e as operações desenvolvidas pelo Banco Central, a partir de 11 de janeiro de 1999, concluindo pela substituição do Sistema de Minibandas, adotando as chamadas Bandas Largas e fixando a cotação do dólar em R\$ 1,32 (um vírgula trinta e dois reais), e ainda de todos os documentos e correspondências referentes à venda de dólares

ao Banco Marka à cotação de R\$ 1,275 (um vírgula duzentos e setenta e cinco reais) e ao Banco FonteCindam à cotação de R\$ 1,32 (um vírgula trinta e dois reais); requerimento do Senhor Senador Roberto Requião de **convocação do Sr. Eduardo Marco Modiano**, bem como a indisponibilidade dos bens dos presidentes e diretores dos bancos FonteCindam e Marka; 16 (dezesesseis) requerimentos dos Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino e Emília Fernandes, sendo eles: de que seja requisitado à Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) informações sobre todas as operações de compra e venda de moedas realizadas no mercado futuro e de opções de câmbio no mês de janeiro de 1999, em valor igual ou superior ao equivalente a US\$ 100 mil, especificando a corretora responsável, o nome e/ou a razão social do investidor, valor da operação e data de liquidação; requisitando ainda, informações sobre quais as corretoras utilizadas pelos bancos Marka e FonteCindam nas suas operações de compra e venda de moedas no mercado futuro e quais as razões técnicas que levaram o Superintendente da BM&F a enviar ofício ao Banco Central do Brasil, no dia 14 de janeiro de 1999, apontando os riscos sistêmicos que poderiam atingir: "o mercado como um todo" e quais as instituições passíveis de sofrerem prejuízos e quais as possibilidades de arcarem com os possíveis prejuízos com seus patrimônios e/ou garantias; de que sejam requisitadas ao Banco do Brasil informações sobre operações de crédito realizadas pela Encol; requerimento para que sejam requisitadas à Caixa Econômica Federal informações sobre operações de crédito realizadas pela Encol e ainda os requerimentos de **convocação para depoimento na CPI dos Senhores Manoel Félix Cintra Neto**, Presidente da Bolsa de Mercadorias e Futuro; **Paulo Roberto Garbató**, Superintendente da Bolsa de Mercadorias e Futuro; **Luiz Antônio Gonçalves**, Presidente do Banco de Investimento FonteCindam, **Eduardo Marco Modiano**, Diretor Executivo de Mercado de Capitais do Banco de Investimento FonteCindam, **José Ramon P. Barreiro**, diretor da Theca Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, **Ney Castro Alves**, vice-presidente da BM&F e diretor presidente da Theca Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários; **Luiz Carlos Alvarez**, diretor de Fiscalização do Banco Central; **Armínio Fraga Neto**, presidente do Banco Central do Brasil; **Francisco de Pádua Lopes**, ex-presidente do Banco Central do Brasil; **Salvatore Alberto Cacciola**, presidente do Banco Marka; **Cláudio Ness Mauch**, ex-diretor de Fiscalização do Banco Central do Brasil; **Francisco de Assis Moura**,

sócio do Senhor Salvatore Alberto Cacciola, presidente do Banco Marka; e requerimento para que sejam requisitadas ao Banco Central diversas informações sobre operações de compra e venda de moeda, de remessa de divisas para o exterior, solicitando o balanço anual de 1998 e balancetes de janeiro e fevereiro de 1999 dos Bancos Marka e FonteCindam, relatórios de fiscalização referentes aos bancos citados e relatório analítico sobre os lucros obtidos pelas instituições financeiras no ano de 1998 e janeiro de 1999; requerimento dos Senhores Senadores Eduardo Suplicy e Roberto Saturnino de **transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico dos presidentes e componentes das diretorias dos bancos Marka e FonteCindam**, bem como os **sigilos bancário, fiscal e telefônico das instituições citadas e dos fundos por ela geridos**; requerimento do Senhor Senador Eduardo Suplicy de **convocação do Sr. Everardo de Almeida Maciel**, secretário da Receita Federal, sobre as informações desenvolvidas no âmbito da Receita visando averiguar a veracidade das informações acerca da sonegação fiscal por parte de alguns bancos estrangeiros; e requerimento do Senhor Senador Romeu Tuma, para que seja solicitada ao Ministério da Justiça cópia dos depoimentos já colhidos pela Polícia Federal em inquérito aberto para apurar irregularidades praticadas nos Bancos Marka e FonteCindam, bem como providenciar diligências de busca e apreensão nos citados bancos. Todos os requerimentos são acatados pelo Senhor Relator como parte integrante de seu Roteiro de Trabalho e aprovados em bloco por unanimidade e irão à publicação, juntamente com a presente ata. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra os trabalhos e, para constar, eu, Cristina Judith Brito, Secretária da Comissão, lavrei a presente que, lida e aprovada, irá à publicação, juntamente com o apanhamento das notas taquigráficas. – **Bello Parga**.

Anexos à Ata da 1ª Reunião (instalação) da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento Nº 127-SF, de 1999, destinada a apurar fatos do conhecimento do Senado Federal, veiculados pela Imprensa Nacional, envolvendo Instituições Financeiras, Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento que constituem o Sistema Financeiro Nacional:

Roteiro de Trabalho do Relator

Requerimentos Aprovados

Presidente: Senador **Bello Parga**

Vice-presidente: Senador **José Roberto Arruda**

Relator: Senador **João Alberto Souza**

CPI DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

**ROTEIRO
Proposta do
Relator**

107
REQUERIMENTO Nº 107 de 1999

REQUEREMOS, nos termos do art. 55, § 3º, da Constituição Federal, e na forma do art. 145 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, composta de 11 (onze) membros titulares e de 11 (onze) suplentes, obedecido o princípio da proporcionalidade partidária, destinada a apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, fatos do conhecimento do Senado Federal, veiculados pela imprensa nacional, envolvendo instituições financeiras, sociedades de crédito, financiamento e investimento que constituem o Sistema Financeiro Nacional - , cujos procedimentos estão a exigir explicações perante a sociedade brasileira e o Congresso, face as irregularidades que os permeiam, praticados por seus administradores e/ou probreiros.

Desde logo, indicamos os seguintes fatos determinados, com documentação anexa, numerados de 1 a 8, motivadores da presente CPI, por força do preceito constitucional aplicado a espécie:

1) Apurar a responsabilidade do Banco Central do Brasil na operação de socorro aos bancos FONTECIDAN e MARJAN, que possibilitou as referidas instituições bancárias a aquisição de dólares abaixo da cotação do dia.

2) Apurar a responsabilidade pelo vazamento de informações que possibilitaram a diversos bancos lucros exorbitantes, por ocasião da má avaliação do real em janeiro deste ano.

3) Apurar a responsabilidade das instituições financeiras que se colocaram a salvo da desvalorização cambial, obtendo inclusive grandes lucros, enquanto os seus correntistas e adquirentes amargaram elevados prejuízos.

4) Apurar a responsabilidade pela retirada do País, de forma irregular e fraudulenta, de cerca de 400 milhões de dólares, mediante a utilização do FIEX.

5) Apurar os exorbitantes lucros obtidos por bancos estrangeiros, como decorrência da aplicação majoritária de seus recursos na aquisição de títulos públicos em detrimento da concessão de crédito aos setores produtivos da economia nacional.

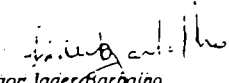
6) Apurar as razões pelas quais persiste a fragilidade do sistema financeiro nacional, após a maciça injeção de recursos através do PROER, evidenciada pela recente liquidação de diversos estabelecimentos bancários.

7) Apurar a situação de impostos que estaria sendo praticada pelos bancos Citibank, J. P. Morgan, Deutsche Bank, Crédit Suisse, First Boston Garantia e Crédit Commercial de France.

8) Apurar a responsabilidade da Diretoria do Banco do Brasil S/A na concessão de empréstimos, de difícil ou impossível recuperação, à Construtora ENCOL.

Para o seu funcionamento a Comissão contará com recursos no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais).

Sala das Sessões, em 29 de março de 1999


Senador Jader Barbalho
PMDB - PA

JUSTIFICACÃO

"...o Banco Central não tem independência para fazer o que quiser. Tem apenas a independência para cumprir com uma função preestabelecida pela sociedade. A autonomia do Banco Central deve necessariamente vir acompanhada de transparência". (Arminio Fraga Neto, ao Senado Federal, durante a sabatina para exercer o cargo de Presidente do BCB em 26/02/99).

"Em janeiro, o Maria e o Fontecidan apostaram que o real não seria desvalorizado, erraram e perderam milhões. Foram ajudados pelo BC, que lhes vendeu dólares a preços camaradas. Na época, o BC escondeu a operação. Quando a história veio a público, justificou o salvamento alegando que o objetivo era proteger o sistema financeiro" (Veja, 31/03/99, pag. 113).

"Eu sabia que o banco ia quebrar e saquei R\$2 milhões". (Francisco Moura, sócio do Banco Marka, Isto É Dinheiro, 24/03/99, pag. 77, e Jornal da Globo, 24/03/99).

"O dinheiro para isso saiu do mesmo lugar de onde saiu quando houve quebra de outros bancos. De onde saiu o dinheiro do PROER, o extinto programa do BCB que saneou e vendeu bancos como o Nacional e o Econômico. De onde saiu o dinheiro em geral do país. Do seu, do meu, e de todo o mundo. É igual". (Arminio Fraga Neto, Presidente do BCB, e o Globo de 27/03/99, pag. 25 - Economia).

"Em casos de bancos que fizeram mau uso do dinheiro de seus correntistas, a despeito de nossa fiscalização, construímos um programa, o PROER, que ajudava outros bancos a assumirem as obrigações relativas aos depositantes desses bancos com problemas, que eram, então, fechados, liquidados e seus gestores e controladores responsabilizados pelos prejuízos". (Gustavo Franco, Presidente do BCB, em 09/03/99 na transmissão de cargo)

"...e entendimento corrente que o PROER foi feito para ajudar os banqueiros. O PROER foi instituído para atender correntistas e poupadores — e por que não dizer a própria sociedade? Em 1º lugar, a condição necessária para ter acesso ao PROER é que o banco mude de controlador... Portanto o acionista majoritário é afastado, assim como seus bens ficam indisponíveis até a solução do caso". (Gustavo Loyola, Presidente do BCB, entrevista em junho/1996 a Conjuntura Econômica Especial).

Senhores Senadores

Os contraditórios textos acima transcritos senão suficientes para evidenciar a necessidade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI que aprofunde e investigue as crises que permeiam as instituições financeiras brasileiras - Sistema Financeiro Nacional, particularmente os bancos comerciais, múltiplos, de desenvolvimento, de investimento, bem como as sociedades de crédito, financiamento e investimento, e fundos de investimento e de aplicação - e que, ontem, como hoje, frequentam as manchetes dos jornais e revistas, em decorrência de escândalos e denúncias que se sucedem, sem que os Poderes constituídos tenham tomado as providências necessárias

Ora por ineficiência, ora por sua ganância, os bancos que constituem o Sistema Financeiro Nacional vêm sendo o maior efeito demonstração da "economia-cassino", como denomina Pierre Slana, onde os investimentos voláteis criam a ilusão de onça das reservas cambiais, e na qual a segurança financeira passa a consistir o ponto de alavancagem do lucro de alguns desses bancos

Evidentemente que não se discrimina o lucro, mas é quase insensato que, justamente no mês em que o Brasil sofreu forte ataque especulativo em sua moeda, o lucro de 181 bancos, em janeiro de 1999, foi de R\$ 3.340 bilhões, valor duas vezes maior que o lucro durante todo o exercício de 1998, em torno de R\$ 1.870 bilhões.

E oportuno reproduzir parte do texto do Correio Braziliense de 23/03/99, da coluna Visão do Editor, do jornalista José Negreiros: "Muitos outros banqueiros têm levado vantagem nos últimos tempos. Os donos de nove deles (Boston, BBM, Morgan, ING, Garantia, Pactual, Matrix, Citibank e Banco Europeu para a América Latina) compraram grandes

somas de dólares baratos as vésperas da desvalorização cambial de 13 de janeiro e ganharam muito dinheiro com isso".

Ao tratar do assunto, a ISTO É de 10/4/99 na matéria "Os intocáveis" do jornalista Laszlo Varga, escreve: "A vida tem sido muito fácil para os bancos. Não bastasse seu excelente desempenho no ano passado - o HSBC Bamerindus chegou a contabilizar um lucro 220% melhor que o de 1997 - muitos banqueiros aproveitaram bem a desvalorização do real em janeiro. Em apenas 30 dias, segundo dados preliminares do sistema do Banco Central (Sisbacen), seus resultados cresceram até 4.030% sobre todo o segundo semestre de 1998..."

Entretanto o paradoxo é que, naqueles dias de janeiro, ao inaugurar o novo núcleo de jornalismo da TV Globo, em São Paulo, o Senhor Presidente da República conchiou os brasileiros para ajudá-lo a superar os tempos de "sangue, suor e lágrimas" que o país estava atravessando.

De destacar, a matéria de Felipe Patry, da VEJA de 17/02/1999, que ao abordar as operações de câmbio ocorridas no auge da crise do real, escreveu: "Grande parte da operação sob investigação foi feita por meio do Fundo de Investimento no Exterior, FIEX". Segundo as normas do Banco Central, a maior parte dos dólares que deixa o país pelo FIEX deve ser aplicada - obrigatoriamente - na compra de títulos da dívida externa brasileira lá fora... "Em vez disso, despacharam o dinheiro para o exterior e alugaram títulos em posse de outros bancos. Essa operação é conhecida no mercado como "barriga de aluguel".

É oportuno registrar as palavras de Bernard Cassen, diretor de "Le Monde Diplomatique", sobre o fantástico lucro dos bancos estrangeiros, simultaneamente ao ataque especulativo ao real: "É preciso mostrar aos brasileiros que os bancos americanos fizeram fortuna especulando

contra o real. Se eu fosse deputado, faria lei para taxar esses lucros escandalosos de especuladores brasileiros e estrangeiros" (Folha de São Paulo, 26/03/99, Pánel).

A. jornal, Sirian Leitão, em sua coluna de 26/03/99, jornal O Globo, ao comentar as propostas do Ministro Nelson e do Dr. Arnaldo Fraga na Câmara dos Deputados, sob o título "Bom Debate", escreveu, a propósito de questões formuladas sobre os lucros exagerados: "Melhor seria encarar estas e outras dúvidas de forma mais frontal. Arnaldo afirmou que se houver provas de qualquer irregularidade, isto será apurado". E conchiou a coluna: "Pode começar já a apurar estes indícios".

E de se argumentar, havendo provas de irregularidades, não há mais o que apurar: devem tais provas ser encaminhadas, imediatamente, ao Ministério Público, para as devidas providências legais.

E por isso que, cada vez mais, se apresenta a necessidade desta CPI, para apurar, investigar, a partir dos indícios que estão fartamente divulgados pela imprensa, os fatos ora apontados.

E o Senado Federal, a quem compete constitucionalmente dispor sobre matéria financeira, cambial e monetária, instruções financeiras e suas operações, inclusive autorizar operações externas de natureza financeira, é o fórum adequado para essa investigação.

No mínimo, durante a investigação caberia arguir as irregularidades a luz da Lei nº 8884 de 11/06/1994, - que trata das infrações contra a ordem econômica, no que tange ao aumento arbitrário de lucros.

Com relação aos lucros exorbitantes, a Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto - Andima divulgou relatório onde o destaque é o lucro auferido pelos bancos estrangeiros através dos títulos públicos. A Folha de São Paulo, em 23/03/1999 apresentou quadro demonstrando das informações, ilustrando a coluna do jornalista Celso Pinto, as fls. 7 do Caderno 1, além do editorial "Ciranda Financeira", do qual destacamos os seguintes trechos:

"Os bancos privados, especialmente os estrangeiros tiveram muito mais receita, no passado, aplicando em títulos, basicamente do governo, do que concedendo empréstimos.

Voltou-se à situação que existia na época de hiperinflação e que havia sido revertida nos primeiros anos do Plano Real".

No editorial:

"No final de 1998, os títulos geravam 43% da receita dos bancos estrangeiros, enquanto os empréstimos produtivos respondiam por apenas 17%".

Outro fato ~~demonstrado~~, e o que jornais e revistas de circulação nacional, como a VEJA, de 17/02/1999, em matéria do jornalista Felipe Patruy sob o título "Caça a fraude", chama de, "salvamento na surdina".

A inexplicada e inexplicável operação beneficiou os bancos privados Marka e FonteCidan, com a venda de dólares abaixo da cotação do mercado, sem contrapartidas ou garantias.

O Banco Marka quebrou em seguida, e a ajuda financeira inusitada, livrou as pessoas naturais ou jurídicas que detinham o controle direto ou indireto da instituição "ajudada", de terem seus bens tomados indisponíveis, como preceitua a Lei 9447 de 14/03/1997, que dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores, e punição de auditores e administradores de instituições financeiras.

Mais um fato concreto, objeto da CPI, será a avaliação do PROER, - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, que segundo o Banco Central teve para ordenar a fusão e incorporação de bancos a partir de regras ditadas pelo Banco Central. Sua chegada, logo após a crise do Econômico, o 2º banco sob intervenção/liquidação desde o real, implantado em 1º/7/94, não deixa de ser, entretanto, uma forma do governo antecipar-se a outros problemas e facilitar o processo de ajuste do SFN. O BCB viu assim multiplicada a sua responsabilidade perante o país, mas, por outro lado, passou a deter os instrumentos para sanear o sistema". (texto do BCB - PROER, em 1995).

Ainda do mesmo texto - de 1995 - e oportuno transcrever: "O fantasma de uma crise bancária no Brasil é hoje a principal preocupação da equipe econômica, construindo verdadeiro desafio ao governo. E de tal ordem importante o esforço desenvolvido para o fortalecimento do

sistema financeiro que, pode-se afirmar, seu sucesso é a garantia do Plano Real".

E mais:

"Em depoimento no Congresso, no dia 13/11, o presidente Gustavo Loyola informou aos parlamentares que o BC teria reformulado sua área de fiscalização, de forma a ganhar mais eficiência no acompanhamento da situação patrimonial dos Bancos".

Passados 5 anos, e mobilizações valores em torno de 23 bilhões de dólares, a sociedade brasileira está sendo informada, pelos jornais, da liquidação dos Bancos FonteCidra, Marka, Crefisul, BMD, paraiciamente ao entranquecimento do Plano Real, o que torna inadiável e oportuna a avaliação do PROER e seus resultados, face a magnitude dos recursos envolvidos, e o tempo decorrido de sua implantação - julho de 1994.

A CPI do Sistema Financeiro Nacional investigara também, a extravagante constatação de que alguns Bancos conseguiram defender seu patrimônio, e não tiveram a mesma eficiência quanto ao dinheiro dos clientes investidores.

Sobre o assunto, é oportuno transcrever alguns registros da imprensa:

"O fato é que num país onde o governo não dá brecha para o aumento da produção, as instituições financeiras são o melhor negócio. Com ou sem informação sigilosa. Mas nem sempre o correntista se beneficia de tamanho sucesso. O Unibanco defendeu muito bem o patrimônio próprio de R\$2,7 bilhões e garantiu um lucro de R\$85,2 milhões. Estávamos em uma posição defensiva e não especulativa, reage o presidente Joaquim de Castro Neto. Já o Unibanco Management, que cuida do dinheiro de clientes, não usou a mesma estratégia" (ISTO É, 10/03/99, pag. 83).

"No dia 13 de janeiro, quando o governo alterou a banda cambial, diretores do Marka anteciparam a queda iminente e promoveram uma verdadeira corrida aos fundos para salvar o seu próprio patrimônio. Documentos obtidos pelo DINHEIRO mostram que pelo menos um deles, Francisco de Assis Moura de Melo, acionista do banco e então presidente da Marka Nikko Asset Management, empresa responsável pela administração das carteiras, sacou R\$2 milhões e foi para casa tranquilo. Um dia depois, os demais clientes dos fundos geridos por ele receberam a má notícia: seus investimentos haviam virado pó" (ISTO É DINHEIRO, 24/03/99, pag. 76).

Outro ponto a ser investigado pela CPI, é o que o *Correio Braziliense* de 25/03/99, na coluna do jornalista Ari Cunha chama de "guerra da Receita contra os ministros da área econômica". "Antes, Everardo Maciel falava por conta própria, mas agora diz o que pensa em nome de fiscais e acusa banco estrangeiros de sonegarem impostos". "Os bancos citados são Citibank, J. P. Morgan, Deutsche Bank, Credit Suisse, First Boston, Garantia e o Credit Commercial de France".

O Senado Federal também irá apurar, na CPI do Sistema Financeiro Nacional, a atuação do Banco do Brasil frente a ENCOL, empresa construtora que teve decretada sua falência, e que incideu um prejuízo de R\$200 milhões. As irregularidades nos empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil a ENCOL, envolvem diretores, funcionários e auditores.

O jornalista Vicente Nunes, na *Gazeta Mercantil* de 26/03/99, pag. A-19, registra: "a auditoria que o Ministério da Fazenda irá fazer no Banco do Brasil será uma espécie de "intervenção branca". "Questionado sobre o assunto, o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse que sabia das investigações, mas ressaltou que não estava informado sobre detalhes do caso".

Destaque-se que o presidente da ENCOL encontra-se forçado, em virtude da decretação de sua prisão preventiva, acusado de crime falimentar e desvio de patrimônio.

ROTEIRO

Observação: É oportuno ressaltar que os depoimentos prestados perante os membros da CPI, quando esciarcadores de mais de um fato determinado, deverão, por conveniência processual, abranger todos eles

- 1- **FATO DETERMINADO:** Operação secreta de socorro aos Bancos Marka e Fontecindam, em 13 e 14 de janeiro de 1999, pelo Banco Central do Brasil

- 1.1 - **PESSOAS A SEREM CONVOCADAS SOBRE OS FATOS:**

ARMÍNIO FRAGA - Presidente do Banco Central a partir de 04/04/99

FRANCISCO LAFAYETE DE PÁDUA LOPES - Presidente Interno do BANCO CENTRAL.

CLAUDIO NESS MAUCH - Diretoria de Fiscalização Bancária do BACEN.

LUIZ CARLOS ALVAREZ - Diretor de Fiscalização do BACEN a partir de 04/03/99.

SALVATORE ALBERTO CACCIOLA - Presidente do Banco MARKA.

FRANCISCO DE ASSIS MOURA DE MELO - Diretor da MARKA NIKKO ASSET MANAGEMENT.

LUIZ ANTÔNIO GONÇALVES - Sócio do FONTECINDAM.

EDUARDO MODIANO - Sócio do FONTECINDAM.

FERNANDO CÉSAR CARVALHO - Sócio do FONTECINDAM.

ROBERTO STEINFELD - Sócio do FONTECINDAM.

RUBENS NOVAES - Consultor econômico:

LUIZ EDUARDO FERNANDEZ - Presidente da Associação dos Clientes Lesados do MARKA NIKKO ASSET MANAGEMENT.

NEY CASTRO ALVES - Vice-Presidente do Conselho da BM&F.

DIRETORES DO BM & F A EPOCA DOS FATOS

1.2 - PROVIDÊNCIAS

1.2.1 - CONVOCAR:

- Dr. Arminio Fraga.
- Dr. Luiz Carlos Alvarez.
- Dr. Francisco Lafaiete de Pádua Lopes.
- Dr. Cláudio Ness Mauch.
- Dr. Ney Castro Alves.
- Sr. Salvatore Alberto Cacciola.
- Sr. Luiz Antônio Gonçalves.
- Sr. Eduardo Modiano.
- Sr. Rubens Novaes.
- Sr. Luiz Eduardo Fernandez.

1.2.2 - REQUISITAR:

- A Bolsa de Mercadonia e Futuros - BM&F, relação dos contratos firmados no mercado futuro de dólar no período de 1º de dezembro de 1998 a 28 de fevereiro de 1999.

- 2 - **FATO DETERMINADO** Vazamento de informações que propiciaram a diversos bancos lucros exorbitantes, por ocasião da maxidesvalorização do real em janeiro de 1999

2.1. - **PESSOAS A SEREM CONVOCADAS SOBRE OS FATOS:**

FRANCISCO LAFAYETE DE PADUA LOPES - Presidente Interno do BACEN e Diretor de Política Monetária de 20/03/96 a 03/03/99 do BACEN

LUIZ CARLOS ALVAREZ - Diretor de Fiscalização do BACEN a partir de 04/03/99

ADMINISTRADORES E CONTROLADORES DOS BANCOS BBM, MORGAN, ING, Banco de Boston, GARANTIA, PACTUAL, CITIBANK, REAL E MATRIZ, de acordo com o cadastro a ser fornecido pelo BACEN

DIRETORES DO BM&F a época dos fatos.

- 3- **FATOS DETERMINADOS** Prejuízos dos clientes e aplicadores de bancos e fundos de investimentos em contraposição aos lucros obtidos pelos bancos e instituições financeiras, por ocasião da maxidesvalorização do real

3.1- **PESSOAS A SEREM CONVOCADAS SOBRE OS FATOS:**

JORGE SIMINO - Diretor do UNIBANCO.

ADMINISTRADORES E CONTROLADORES DO UNIBANCO, BOAVISTA, de acordo com cadastros fornecidos pelo BACEN.

LUIZ CARLOS ALVAREZ - Diretor de Fiscalização do BACEN a partir de 04/03/99

MICHEL ZIEMINSKI - Aplicador do UNIBANCO (Fundo Hedge DI Premium).

LUIZ EDUARDO FERNANDES - Presidente da Associação dos Clientes Lesados do MARKA NIKKO ASSET MANAGEMENT.

- 4 - **FATO DETERMINADO** Utilização do FIEX - Fundo de Investimento do Exterior, para a retirada do País, de forma irregular e fraudulenta, de cerca de 400 milhões de dólares

4.1 - PESSOAS A SEREM CONVOCADAS SOBRE OS FATOS:

FRANCISCO LAFAIETE DE PÁDUA LOPES - Presidente interno do BACEN.

CLAUDIO NESS MAUCH - Diretor de Fiscalização do BACEN a época.

LUIZ CARLOS ALVAREZ - Diretor de Fiscalização do BACEN, a partir de 04/03/1999.

- 5 - FATO DETERMINADO** Apurar os exorbitantes lucros obtidos por bancos estrangeiros, como decorrência da aplicação majoritária de seus recursos na aquisição de títulos públicos, em detrimento da concessão de crédito aos setores produtivos da economia nacional.

5.1 - PESSOAS A SEREM CONVOCADAS SOBRE OS FATOS:

ARMÍNIO FRAGA NETO - Presidente do Banco Central do Brasil.

GUSTAVO BARROSO FRANCO - Ex-Presidente do Banco Central do Brasil.

GUSTAVO LOYOLA - Ex-Presidente do Banco Central do Brasil.

ADMINISTRADORES DE BANCOS ESTRANGEIROS QUE ATUAM NO PAÍS.

5.2 - PROVIDÊNCIAS:

Requisitar cópia do estudo realizado pela Consultoria Austin Asis, sob a coordenação do Prof. Alberto Mattias, a pedido do Correio Brasiliense, sobre a rentabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

- 6 - FATO DETERMINADO:** Real situação do Sistema Financeiro Nacional, após a maciça injeção de recursos através do PROER.

6.1 - PESSOAS A SEREM CONVOCADAS SOBRE OS FATOS:

ARMÍNIO FRAGA NETO - Presidente do Banco Central do Brasil.

GUSTAVO BARROSO FRANCO - Ex-Presidente do Banco Central do Brasil.

GUSTAVO LOYOLA - Ex-Presidente do Banco Central do Brasil.

6.2 - PROVINDÊNCIAS

6.2.1 - Requisitar ao Banco Central listagem de todas as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, liquidadas nos últimos 5 anos, indicando a razão da liquidação e o valor do passivo deixado, e informações sobre qual a situação atual de cada uma delas.

6.2.2 - Requisitar ao Banco Central do Brasil a listagem de todas as instituições financeiras que receberam recursos do PROER, indicando data da operação de socorro e cronograma completo do retorno dos empréstimos (prestações pagas, vencidas e não pagas e vencendas)

7 - FATO DETERMINADO Sonegação de impostos que estavam sendo praticada pelos bancos CITIBANK, J.P. MORGAN, DEUTSCHE BANK, CRÉDIT SUISSE FIRST BOSTON, CRÉDIT COMMERCIAL DE FRANCE.

7.1 - PESSOAS A SEREM CONVOCADAS SOBRE OS FATOS:

EVERARDO MACIEL - Secretário da Receita Federal.

NELSON PESSUTO - Presidente do SINDIFISCO.

CLAUDIO NESS MAUCH - Diretor de Fiscalização do BACEN a época.

LUIZ CARLOS ALVAREZ - Diretor de Fiscalização do BACEN a partir de 04/03/99.

ADMINISTRADORES E CONTROLADORES DOS BANCOS REFERIDOS, DE ACORDO COM O CADASTRO A SER FORNECIDO PELO BACEN

8 - FATO DETERMINADO: Apurar responsabilidade de concessão de empréstimos, de difícil ou impossível recuperação, pelo Banco do Brasil S/A, a construtora ENCOL.

8.1 - PESSOAS A SEREM CONVOCADAS SOBRE OS FATOS:

ANDREA CALABI - Presidente do Banco do Brasil

EDSON SOARES FERREIRA - Diretor de Crédito e Seguridade

CARLOS GILBERTO CAETANO - Diretor de Finanças e de Relações com o Mercado

PAULO CESAR FERREIRA XIMENES - Ex-Presidente do Banco do Brasil

JAIR BILACHI - Ex-Presidente do PREVI

MANOEL PINTO - Ex-Superintendente do Banco do Brasil no Distrito Federal

LEGISLAÇÃO

Constituição Federal

Art. 58. § 3º.

ARTS. 56 A 51

de estado de sítio e para o compromisso e a posse do Presidente e do Vice-Presidente da República;

II - pelo Presidente da República, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de urgência ou interesse público relevante.

§ 1º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocação, vedado o pagamento de parcela indenizatória em valor superior ao do subsídio mensal.

SEÇÃO IV

DAS COMISSÕES

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 1º Na constituição das Mesas e de cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

§ 2º As comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento a competência do plenário, salvo se houver recusa de um décimo dos membros da Casa;

II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III - convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI - apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§ 4º Durante o recesso, haverá uma comissão representativa do Congresso Nacional, criada por suas Casas na última sessão ordinária do período legislativo.

Lei 1579/52

LEI Nº 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952

Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.

Art. 1º As Comissões Parlamentares de Inquérito, criadas na forma do art. 53 da Constituição Federal, terão ampla ação nas pesquisas destinadas a apurar os fatos determinados que deram origem a sua formação.

Parágrafo único. A criação de Comissão Parlamentar de Inquérito dependerá de deliberação plenária, se não for determinada pelo terço da totalidade dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado.

Art. 2º No exercício de suas atribuições, poderão as Comissões Parlamentares de Inquérito determinar as diligências que reputarem necessárias e requerer a convocação de Ministros de Estado, tomar o depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, ouvir os indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de repartições públicas e autárquicas informações e documentos, e transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença.

Art. 3º Indiciados e testemunhas serão intimados de acordo com as prescrições estabelecidas na legislação penal.

Parágrafo único. Em caso de não comparecimento da testemunha sem motivo justificado, a sua intimação será solicitada ao juiz criminal da localidade em que resida ou se encontre, na forma do art. 215 do Código do Processo Penal.

Art. 4º Constitui crime:

I – impedir, ou tentar impedir, mediante violência, ameaça ou assaduras, o regular funcionamento de Comissão Parlamentar de Inquérito, ou o livre exercício das atribuições de qualquer de seus membros:

Pena – a do art. 329 do Código Penal;

II – fazer afirmações falsas, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou interprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito;

Pena – a do art. 342 do Código Penal.

Art. 5º As Comissões Parlamentares de Inquérito apresentarão relatório de seus trabalhos à respectiva Câmara, concludo por projeto de resolução.

§ 1º Se forem diversos os fatos objetos de inquérito, a Comissão dirá, em separado, sobre cada um, podendo fazê-lo antes mesmo finda a investigação dos demais.

§ 2º A incumbência da Comissão Parlamentar de Inquérito termina com a sessão legislativa em que tiver sido outorgada, salvo a continuação da respectiva Câmara, prorrogando-a dentro da legislatura curso.

Art. 6º O processo e a instrução dos inquéntos obedecerão ao que prescreve esta Lei, no que lhes for aplicável, as normas do processo penal.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Regimento Interno do Senado Federal

Arts. 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153.

II - se houver sido encaminhado ao Senado em virtude de requerimento formulado perante a comissão, o seu Presidente dele dará conhecimento ao requerente, em particular;

III - se a matéria interessar à comissão, ser-lhe-á dada a conhecer em reunião secreta;

IV - se destinado a instruir o estudo de matéria em curso no Senado, será encerrado em sobrecarta, rubricada pelo Presidente da comissão, que acompanhará o processo em toda a sua tramitação;

V - quando o parecer contiver matéria de natureza sigilosa, será observado das cautelas descritas no inciso anterior.

Parágrafo único. A inobservância do caráter secreto, confidencial ou reservado, de documentos de interesse de qualquer comissão sujeitará o infrator à pena de responsabilidade, apurada na forma da lei.

CAPÍTULO XIV

DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

(Const., art. 58, §3º)

Art. 145. A criação de comissão parlamentar de inquérito será feita mediante requerimento de um terço dos membros do Senado Federal.

§ 1º O requerimento de criação da comissão parlamentar de inquérito determinará o fato a ser apurado, o número de membros, o prazo de duração da comissão e o limite das despesas a serem realizadas.

§ 2º Recebido o requerimento, o Presidente ordenará que seja numerado e publicado.

§ 3º O Senador só poderá integrar duas comissões parlamentares de inquérito, uma como titular, outra como suplente.

§ 4º A comissão terá suplentes, em número igual à metade do número dos titulares mais um, escolhidos no ato da designação destes, observadas as normas constantes do art. 73.

Art. 147. Na hipótese de ausência do relator a qualquer ato do inquérito, poderá o Presidente da comissão designar-lhe substituto para a ocasião, mantida a escolha na mesma representação partidária ou bloco parlamentar.

Art. 148. No exercício das suas atribuições, a comissão parlamentar de inquérito terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, facultada a realização de diligências que julgar necessárias, podendo convocar Ministros de Estado, tomar o depoimento de qualquer autoridade, inquirir testemunhas, sob compromisso, ouvir indiciados, requisitar de órgão público informações ou documentos de qualquer natureza, bem como requerer ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeções e auditorias que entender necessárias. (1)

§ 1º No dia previamente designado, se não houver número para deliberar, a comissão parlamentar de inquérito poderá tomar depoimento das testemunhas ou autoridades convocadas, desde que estejam presentes o Presidente e o relator.

§ 2º Os indiciados e testemunhas serão intimados de acordo com as presenças estabelecidas na legislação processual penal, aplicando-se, no que couber, a mesma legislação, na inquirição de testemunhas e autoridades.

Art. 149. O Presidente da comissão parlamentar de inquérito, por deliberação desta, poderá incumbir um dos seus membros ou funcionários da Secretaria do Senado da realização de qualquer sindicância ou diligência necessária aos seus trabalhos.

Art. 150. Ao término de seus trabalhos, a comissão parlamentar de inquérito enviará a Mesa, para conhecimento do Plenário, seu relatório e conclusões.

§ 1º A comissão poderá concluir seu relatório por projeto de resolução se o Senado for competente para deliberar a respeito.

§ 2º Sendo diversos os fatos objeto de inquérito, a comissão dirá, em separado, sobre cada um, podendo fazê-lo antes mesmo de finda a investigação dos demais.

Art. 151. A comissão parlamentar de inquérito encaminhará suas conclusões, se for o caso, ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 152. O prazo da comissão parlamentar de inquérito poderá ser prorrogado, automaticamente, a requerimento de um terço dos membros do Senado, comunicado por escrito à Mesa, lido em plenário e publicado no *Diário do Senado Federal*, observado o disposto no art. 76, § 4º.

Art. 153. Nos atos processuais, aplicar-se-ão, subsidiariamente, as disposições do Código de Processo Penal.

Art. 146. Não se admitirá comissão parlamentar de inquérito sobre matérias pertinentes:

- I - à Câmara dos Deputados;
- II - às atribuições do Poder Judiciário;
- III - aos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Com a presença dos membros designados para esta Comissão e honrado com o prestígio do Presidente do Congresso, Senador Antonio Carlos Magalhães, na qualidade de Presidente eventual, declaro aberta a reunião de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 127/99, do Senado Federal, destinada a apurar fatos do conhecimento do Senado Federal, veiculados pela Imprensa nacional, envolvendo instituições financeiras, sociedades de crédito, financiamento e investimento que constituem o Sistema Financeiro Nacional.

Esclareço que a presente reunião se destina à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Para tal, solicito à senhora secretária que distribua as cédulas de votação aos membros da Comissão.

Para escrutinadores após a votação, convidarei os Senadores José Eduardo Dutra e Romeu Tuma.

O SR. EDUARDO SUPLY – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLY – Sr. Presidente, gostaria de saber se os partidos que têm direito de indicar o Presidente e o Vice-Presidente já declinaram os nomes para que possamos votar de acordo com a indicação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – O PFL indicou o Senador Bello Parga para Presidente e o PSDB o Senador José Roberto Arruda para Vice-Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLY – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Podemos iniciar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – O Senador Jonas Pinheiro votará no lugar do Senador Eduardo Siqueira Campos que está ausente. S. Ex^a é o primeiro suplente.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Algum Sr. Senador ainda não votou? (Pausa)

Vai ser feita a apuração.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – São 9 votos a favor da chapa; 1 voto em branco e 10 para a Presidência e vice-Presidência.

Declaro Presidente o Senador Bello Parga e vice-Presidente o Senador José Roberto Arruda. Convido-os para assumirem a mesa.

Passo a Presidência ao Presidente eleito, a quem concedo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Sr. Presidente do Senado Federal, Sr^s e Srs. Senadores, senhoras e senhores, por força do entendimento das lideranças das correntes partidárias que formam o Senado Federal, estamos assumindo o cargo de Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

É de justiça que eu agradeça aos Srs. Líderes a escolha de meu nome para essa difícil missão. Procurarei, dentro das minhas parcas virtudes e dos meus reduzidos conhecimentos, procurar levar a bom termo a direção desta importante Comissão. Estendo também meus agradecimentos àqueles Senadores que, embora não fazendo parte desta comissão, me procuraram no plenário da Casa e em outras comissões, manifestando-se satisfeitos pela indicação do meu nome e declarando-se confiantes em meu trabalho.

Srs. Senadores, a nossa missão é árdua, delicada, à qual nos devemos dedicar com cuidado, consciência e determinação, a fim de produzir um resultado digno das esperanças que a sociedade deposita em nós.

É do meu entendimento que deveremos realizar um trabalho de natureza técnica. Devemos responder à inquietação da sociedade que fez com que mais da metade dos Srs. Senadores deliberassem votar pela instituição desta Comissão.

O setor financeiro está sendo alvo de suspeita de irregularidades graves, muitas das quais com evidentes prejuízos para o Erário público. Então, é nosso dever apurar os fatos da melhor forma possível. De maneira sóbria, mas eficiente, com equilíbrio, mas com firmeza, deveremos apresentar ao Plenário da Casa as conclusões do nosso trabalho e as recomendações dele resultantes.

Precisamos trabalhar com diligência a fim de que todos os fatos sejam apurados em toda a sua extensão. Sabemos que é delicada a missão, porquanto trata de levantar dados sobre a conduta de pessoas, as quais, enquanto não forem devidamente ouvidas e interrogadas, são dignas de respeito pelo conceito e reputação de que gozam.

Não devemos, por outro lado, hesitar em, se for o caso, colocar o dedo na ferida, a fim de que possamos circunscrever a 'chaga' social, porventura existente, e não hesitaremos em apontá-la, a fim de que ela seja cauterizada, produzindo-se os resultados necessários à recuperação do organismo social e administrativo e para que o mesmo não seja contaminado.

Assim, Srs. Senadores, para início dos nossos trabalhos, ainda como fruto do entendimento das Lideranças dos partidos com assento no Senado, designo, como Relator desta Comissão, o Senador João Alberto Souza, a quem peço integrar esta Mesa.

Finalmente, Srs. Senadores, com a boa vontade de todos, com a disposição de colaborar com a direção dos trabalhos, com o firme propósito de apresentar um resultado isento, sem opiniões preconcebidas, sem preconceitos de qualquer natureza, política ou ideológica, haveremos de apresentar à sociedade um trabalho digno das esperanças em nós depositadas.

Assim, Srs. Senadores, ao solicitar o empenho de todos, estendo também esse apelo aos órgãos de assessoria do Senado, que deverão colaborar conosco, auxiliando-nos na condução desta tarefa delicada, que é ingente, mas necessária à apuração e ao esclarecimento dos fatos.

Com estas palavras, renovo os meus agradecimentos a todos e, antes de encerrar, concedo a palavra a quem dela queira fazer uso.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Com a palavra, o Relator, Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Sr. Presidente, quero agradecer a minha designação para a Relatoria desta Comissão, dizendo que também irei me esforçar para que esta CPI não se transforme num palanque político, mas que também não "acabe em pizza".

Quero apresentar a V. Ex^a, já solicitando que o mesmo seja distribuído a todos os membros da Comissão, o roteiro de trabalho elaborado para esta Comissão. Gostaria, pois, que fizesse chegar às mãos de todos os componentes desta Comissão e suplentes este roteiro, que passarei a ler.

Evidentemente que vou me pautar no Requerimento nº 127 do Senador Jader Barbalho.

Primeiro fato determinado: Operação secreta de socorro aos Bancos Marka e FonteCindam, em 13 e 14 de janeiro de 1999, pelo Banco Central do Brasil.

Pessoas a serem convocadas sobre os fatos: Armínio Fraga – Presidente do Banco Central a partir de 04/04/99; Francisco Lafayette de Pádua Lopes – Presidente interino do Banco Central; Cláudio Ness Mauch – Diretor de Fiscalização Bancária do Bacen; Luiz Carlos Alvarez – Diretor de Fiscalização do Bacen a partir de 04/03/99; Salvatore Alberto Cacciola – Presidente do Banco Marka; Francisco de Assis Moura de Melo – Diretor da Marka Nikko; Luiz Antonio Gonçalves – sócio do FonteCindam; Eduardo Modiano – sócio do FonteCindam; Fernando César Carvalho – sócio do FonteCindam; Roberto Steinfeld – sócio da mesma empresa; Rubens Novaes – Consultor Econômico; Luiz Eduardo Fernandez – Presidente da Associação dos clientes lesados do Marka Nikko; Ney Castro Alves – vice-Presidente do Conselho da Bolsa de Mercadorias e Futuros; Diretores da Bolsa de Mercadorias à época dos fatos.

Providências:

Convocar: Dr. Armínio Fraga, Dr. Luiz Carlos Alvarez, Dr. Francisco Lafayette de Pádua Lopes, Dr. Cláudio Ness Mauch, Dr. Ney Castro Alves, Sr. Salvatore Alberto Cacciola, Luiz Antonio Gonçalves, Eduardo Modiano, Rubens Novaes, Luiz Eduardo Fernandez.

Requisitar a Bolsa de Mercadorias e Futuros relação dos contratos firmados no mercado futuro do dólar no período de 1º de dezembro de 1998 a 28 de fevereiro de 1999.

Fato determinado nº 2: vazamento de informações que propiciaram a diversos bancos lucros exorbitantes por ocasião da maxidesvalorização do Real em janeiro de 1999.

Pessoas a serem convocadas sobre os fatos: Francisco Lafayette de Pádua Lopes – Presidente interino do Bacen e Diretor de política monetária de 20-3-96 a 03-3-99 do Bacen; Luiz Carlos Alvarez – Diretor de Fiscalização do Bacen a partir de 04/03/99; administradores e controladores dos Bancos BBM, Morgan, ING, Banco de Boston, Garantia, Pactual, Citibank, Real e Matriz, de acordo com o cadastro a ser fornecido pelo Bacen; e Diretores da Bolsa de Mercadorias e Futuros à época dos fatos.

Terceiro fato determinado:

Prejuízo dos clientes e aplicadores de bancos e fundos de investimentos, em contraposição aos lucros obtidos pelos bancos e instituições financeiras por ocasião da maxi-desvalorização do real.

Pessoas a serem convocadas sobre os fatos: Jorge Simino – Diretor do Unibanco; administradores e controladores do Unibanco, BoaVista de acordo com cadastro fornecido pelo Bacen. Luis Carlos Alvarez – Diretor de Fiscalização do Bacen a partir de 04/03/99. Michel Ziermiski, aplicador do Unibanco; Fundo Hede de Premium, Luís Eduardo Fernandes, Presidente da Associação dos clientes lesados do Marca Niel,

Fato determinado nº 4: Utilização do FIEIX – Fundo de Investimento do Exterior para a retirada do País, de forma irregular e fraudulenta, de cerca de 400 milhões de dólares.

Pessoas a serem convocadas sobre os fatos: Francisco Lafayette de Pádua Lopes, Presidente interino do Bacen; Claudio Ness Mauch, Diretor de Fiscalização do Bacen à época; Luiz Carlos Alvarez, Diretor de Fiscalização do Bacen a partir de 4 de março de 1999.

Quinto fato determinado: apurar os exorbitantes lucros obtidos por bancos estrangeiros, como decorrência de aplicação majoritária de seus recursos

na aquisição de títulos públicos, em detrimento da concessão de créditos ao setores produtivos da economia nacional.

Pessoas a serem convocadas sobre os fatos: Arnínio Fraga, Presidente do Banco Central do Brasil; Gustavo Barroso Franco, ex-Presidente do Banco Central do Brasil; Gustavo Loyola, ex-Presidente do Banco Central do Brasil; administradores de bancos estrangeiros que atuam no País.

Providência: requisitar cópia do estudo realizado pela consultoria Austin, sob a coordenação do Professor Alberto Matias, a pedido do Correio Brasileiro, sobre a rentabilidade do sistema financeiro nacional.

Sexto fato determinado: real situação do sistema financeiro nacional após maciça injeção de recursos através do Proer.

Pessoas a serem convocadas sobre os fatos: Arnínio Fraga, Presidente do Banco Central do Brasil; Gustavo Barroso Franco, ex-Presidente do Banco Central do Brasil, Gustavo Loyola, ex-Presidente do Banco Central do Brasil.

Providências: requisitar do Banco Central listagem de todas as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, liquidadas nos últimos cinco anos, indicando a razão da liquidação e o valor do passivo deixado e as informações sobre qual a situação atual de cada uma delas; requisitar ao Banco Central do Brasil listagem de todas as instituições financeiras que receberam recursos do Proer, indicando data da operação de socorro e cronograma completo do retorno dos empréstimos, prestações pagas, vencidas, e não pagas e vincendas.

Sétimo fato determinado constante do requerimento do Senador Jader Barbalho: sonegação de impostos que estariam sendo praticada pelos bancos Citibank, JP Morgan, Deutsche Bank, Credit Suisse, First Boston, Credit Commercial de France.

Pessoas a serem convocadas sobre os fatos: Everardo Maciel, Secretário da Receita Federal; Nelson Pessuto, Presidente do Sindifisco; Claudio Ness Mauch, Diretor de Fiscalização do Bacen à época; Luiz Carlos Alvarez, Diretor de Fiscalização do Bacen, a partir de 4 de março de 1999, administradores e controladores dos bancos referidos, de acordo com o cadastro a ser fornecido pelo Bacen.

Oitavo fato determinado: apurar responsabilidade de concessão de empréstimo de difícil ou impossível recuperação pelo Banco do Brasil à construtora Encol.

Pessoas a serem convocadas sobre os fatos: Andrea Calabi, Presidente do Banco do Brasil; Ed-

son Soares Ferreira, Diretor de Crédito e Seguridade; Carlos Gilberto Caetano, Diretor de Finanças de Relações com o Mercado; Paulo César Ferreira Ximenes, ex-Presidente do Banco do Brasil; Jair Bilachi, ex-Presidente do PREVI; Manoel Pinto, ex-Superintendente do Banco do Brasil no Distrito Federal.

Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a submetesse aos nossos pares o requerimento que faço de uma convocação imediata, para a reunião de amanhã desta Comissão, às 10 horas, do Dr. Arnínio Fraga, Presidente do Banco Central e do Diretor de Fiscalização, Luiz Carlos Alvarez.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) - Concedo a palavra ao Vice-Presidente da Comissão, Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, os membros do PSDB indicados para esta Comissão, Senador Lúcio Alcântara e eu, como titulares, e Senador Romero Jucá, como suplente, decidimos apresentar na primeira reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito três requerimentos.

Os dois primeiros já estão contidos na proposta que faz o ilustre Relator, a quem cumprimento pelo trabalho detalhado e muito bem colocado, que acaba de nos apresentar. Em nosso primeiro requerimento, Sr. Presidente, apresentávamos exatamente, nos termos regimentais, a convocação do Sr. Arnínio Fraga, Presidente do Banco Central, para prestar depoimento nesta Comissão.

O segundo requerimento que apresentamos e o terceiro foram elaborados no sentido de requerer a convocação do Sr. Luiz Antônio Gonçalves, Presidente do bando FonteCindam, e o do Sr. Salvatore Alberto Cacciola, Presidente do banco Marka para prestarem depoimento perante esta Comissão.

E o último requerimento, Sr. Presidente, com base no art. 153, do Regimento Interno do Senado, que permite que as Comissões Parlamentares de Inquérito se utilizem, quando necessário e em casos graves, do que faculta o Código Penal, estamos solicitando que esta Comissão delibere sobre o bloqueio e a indisponibilidade dos bens dos controladores dos bancos Marka e FonteCindam.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Pediu a palavra pela ordem, em primeiro lugar, o Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Eu queria levantar uma preliminar. Na verdade, já iniciamos de fato os trabalhos com a apresentação do roteiro, mas eu gostaria que definíssemos, primeiro, quais serão os dias das nossas reuniões, os horários e os compromissos nos próximos dias para que cada um possa organizar sua vida e saber como vai ser o funcionamento da CPI.

Penso que essa é uma questão que antecede os outros assuntos que estão sendo trazidos para conhecimento ou para deliberação. Não sei se V. Ex^a concorda com a minha preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Efetivamente, Senador Lúcio Alcântara, esta é uma reunião de instalação da CPI. Iríamos, subseqüentemente, em uma reunião interna, começar a esclarecer esses pontos. Todavia, o ilustre Relator já apresentou o roteiro. Temos aqui requerimentos em mão para serem apresentados e deliberaremos sobre eles. Oportunamente, iremos ordenar os nossos trabalhos do ponto de vista de horários, datas e dias.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Pela ordem ao Senador Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS – Sr. Presidente, aberto o precedente pelo Relator de propor um roteiro e requerimentos, enviei à Mesa um requerimento com fulcro no disposto no art. 148 do nosso Regimento Interno, solicitando que seja requisitado ao Banco Central do Brasil o fornecimento a esta Casa, a esta Comissão de todos os documentos, atos e correspondências, tais como: ofícios, cartas, circulares, memorandos e outros, internos ou externos, que formalizaram e subsidiaram a atuação e as operações desenvolvidas pelo Banco Central a partir de 11 de janeiro de 1999, concluindo pela substituição do sistema de minibandas, adotando as chamadas bandas largas e fixando a cotação do dólar. E, ainda, todos os documentos correspondentes referentes à venda de dólares aos bancos citados: Banco Marka e Banco FonteCindam, com a cotação estabelecida, ressaltando que os documentos solicitados devem abranger o período compreendido entre 11 de janeiro de 1999 até a presente data.

A justificação desse requerimento, Sr. Presidente, é que, de acordo com o que já foi requerido pelo Sr. Relator, as autoridades já solicitadas por ele a serem convidadas e intimadas, penso que essa

Comissão precisa ter os diplomas legais, todos os documentos legais que subsidiaram não só a decisão da mudança da banda como também os documentos, os ofícios e todos os memorandos, toda a completa documentação que deu sustentação legal à decisão de vender o dólar aos dois bancos citados, para que esta Casa possa acompanhar e analisar se eles têm o devido amparo legal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sr. Presidente, embora eu não faça parte da CPI, dirijo-me à Mesa, a V. Ex^a e ao Relator na qualidade de Senador da República pelo Paraná. Dirijo-me a V. Ex^a inicialmente para subscrever e ampliar o pedido feito à Comissão pelo Senador José Roberto Arruda. Peço que a Comissão determine imediatamente a indisponibilidade dos bens não apenas do Presidente do Banco FonteCindam e do Banco Marka, mas de todos os seus diretores. E por quê? Quero trazer ao conhecimento da Comissão uma denúncia de fonte fidedigna que recebi esta manhã. Por intermédio dessa denúncia, quero pedir preferência para ser ouvido pela Comissão, do Sr. Eduardo Marco Modiano. Reserve-me o direito de preservar a fonte para obter informações posteriores que trarei à Comissão.

O Sr. Eduardo Marco Modiano foi sócio de Chico Lopes na Macrométrica, empresa de consultoria financeira, criada por eles, quando se formaram juntos na PUC do Rio. Quando houve a mudança da política cambial, Eduardo Marco Modiano, segundo a denúncia que recebi, telefonou para Chico Lopes e, depois, se encontraram no Rio – e isso faz parte de matéria divulgada pela imprensa –, pedindo socorro ao Banco Central. Eduardo temia a intervenção que o afastaria do mercado financeiro e a indisponibilidade dos bens herdados do pai, que compreendem, entre outros, o complexo turístico e imobiliário de Búzios, Rio de Janeiro. Eduardo foi atendido pelo ex-sócio. Algumas outras coisas ele pode contar na CPI. Foi dele a idéia exposta a Chico Lopes de o Banco Central vender dólar a preço inferior ao mercado naquele dia. O Marka seguiu a ordem dada por Chico Lopes a pedido de Eduardo Marco Modiano.

Este, Sr. Presidente, foi Presidente do BNDES no Governo Collor; herdou Búzios e uma empresa exportadora de café do pai, morto em 1990; foi Diretor do Banco Itamaraty e recebeu, posteriormente, US\$50 milhões do Banco Central – indenização judi-

cial – e a empresa Ouro Fino Exportadora e Importadora, fundada pelo pai.

Driblou o imposto de renda ao remeter mais da metade desse dinheiro para uma firma fantasma no Panamá, a Intrac, que posteriormente remeteu os mesmos dólares para o Brasil, sob a forma de investimento estrangeiro, lançando mão do famoso Anexo IV, formulado por Armínio Fraga, quando era Diretor de Relações Exteriores do Banco Central. Com esse dinheiro, ele comprou parte do Banco FonteCindam e assumiu a função de diretor. Quando o banco quebrou, por causa da política cambial, Eduardo Modiano apelou ao ex-sócio da Macrométrica – Sr. Francisco Lopes, que detinha poder no Banco Central – e assim salvou parcialmente o banco, pois o seu controle acionário foi vendido a um banco francês em uma operação patrocinada pelo Sr. Francisco Lopes no Banco Central. Dessa forma, salvou-se de ver decretada a indisponibilidade de seus bens móveis e imóveis e da situação de marginal no mercado financeiro.

É fundamental a investigação sobre essas operações aqui denunciadas, como também o depoimento de Eduardo Modiano. Essas providências são fundamentais para o bom andamento da comissão parlamentar de inquérito, pois teria partido dele a idéia de comprar dólar a preço menor que o de mercado – idéia que foi aceita pelo seu ex-sócio, Francisco Lopes, e seguida pelo Banco Marka.

Pedi a palavra pela ordem para apresentar esses fatos. Talvez possamos encontrar neles o fio da meada dessas operações de venda de dólar abaixo do preço de mercado.

Sr. Presidente, considero ser indispensável que ainda nesta reunião de hoje, mesmo sendo a sua reunião de abertura, esta comissão parlamentar de inquérito determine a indisponibilidade dos bens dos presidentes e diretores dos dois bancos, o Marka e o FonteCindam.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – V. Ex^a encaminhe à Mesa o seu requerimento para ser examinado, por obséquio.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sr. Presidente, estou fazendo o requerimento oralmente, por economia processual.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Senador Roberto Requião, regimentalmente, é preciso que V. Ex^a encaminhe um requerimento, justificando o seu pedido.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Se o Senador José Roberto Arruda concordar, a Mesa deverá considerar que estou ampliando o requerimento dele ao

pedir a indisponibilidade dos bens dos diretores desses bancos e a preferência para a ouvida do Sr. Eduardo Modiano na Comissão, o que poderia ser feito logo após a do Presidente do Banco Central. É fundamental que esta Comissão ouça o Presidente do Banco Central, porque nesse momento será o Governo Federal que estará falando à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Senador José Roberto Arruda, V. Ex^a tem alguma objeção à emenda?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Concordo que o requerimento do Senador Roberto Requião seja colocado como uma emenda, embora deva ela ser discutida em um momento próprio.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que pediu a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Ex^a pela eleição para o cargo de presidente desta Comissão, o Senador José Roberto Arruda, que foi eleito vice-presidente, e o Senador João Alberto Souza, que foi designado relator.

Cumprimento o relator, o Senador João Alberto Souza, pela qualidade do roteiro de trabalho que nos foi apresentado e que nos pareceu ser completo e bem elaborado – aliás, como foi bem elaborado o requerimento do Senador Jader Barbalho, que definiu os fatos determinados serão objeto de apuração.

Ressalto, Sr. Presidente, a importância desta CPI, sobretudo por ter como objetivo fortalecer o sistema financeiro brasileiro. Se quisermos ter um sistema financeiro confiável, que promova a estabilidade da moeda, precisamos ter a prerrogativa de, a todo momento, poder solicitar das autoridades monetárias o esclarecimento completo de qualquer tipo de desvio de conduta, de irregularidade. Esta CPI dará uma contribuição notável para a história e para o aperfeiçoamento das instituições financeiras brasileiras.

Sr. Presidente, com o Senador Roberto Saturnino Braga e com a Senadora Emilia Fernandes, havíamos apresentado uma sequência de requerimentos e noto que grande parte deles estão atendidos pelo excelente roteiro apresentado pelo Senador João Alberto Souza.

Portanto, gostaria de sintetizar e encaminhar à Mesa e à consideração do Senador João Alberto para que se examine aquilo que já está contemplado e o que pode ter um acréscimo, uma sugestão adicional, importante aos nossos trabalhos.

Gostaria de salientar que havíamos preparado o requerimento de convocação do Sr. Salvatore Al-

berto Cacciola, Presidente do Banco Marka, do Sr. Francisco de Assis Moura, sócio do Sr. Salvatore no Banco Marka, do ex-Diretor do Banco Central, Cláudio Mauch, do Sr. Francisco de Pádua Lopes, ex-Presidente do Banco Central, do Sr. Armínio Fraga Neto, do Sr. Luís Carlos Alvarez, Diretor de Fiscalização, do Sr. Ney Castro Alves, vice-Presidente da BM&F, mas também como Diretor-Presidente da Teka Corretora da Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, porque ele teve operações em nome do Banco Marka, assim como também do Sr. José Ramon Barreiro, Diretor da Teka Corretora – não me lembro se esse nome está entre os que V. Ex^a havia incluído -, também do Sr. Eduardo Marco Modiano, conforme V. Ex^a havia colocado e agora reforçado pelas palavras do Senador Roberto Requião, do Sr. Luís Antonio Gonçalves, Presidente do Banco FonteCindam.

Sr. Presidente, como superintendente da BM&F, que justamente havia enviado um ofício ao Banco Central e que, conforme entrevista do Sr. Francisco Lopes dada há duas semanas ao **Estado de S. Paulo** e ao **O Globo**, teria sido por solicitação da BM&F que teria havido aquela operação, tendo em vista que a carta publicada na imprensa havia sido enviada pelo então superintendente da BM&F, Sr. Dorival Rodrigues Alves, e tendo havido o falecimento do Sr. Dorival Rodrigues Alves em virtude de doença que contraiu, seria importante que pudéssemos ouvir a pessoa que, no seu impedimento por questão de saúde e falecimento, esteve no seu lugar, que foi o Sr. Paulo Roberto Garbato. Gostaria de acrescentar esse nome.

Avalio que até para esclarecer como funciona a BM&F e a designação do superintendente que, diferentemente dos diretores de instituições corretoras e até porque eles, sendo diretores de corretoras não podem exercer a função de superintendente – essa é outra pessoa -, enfim, para esclarecer todo esse procedimento da BM&F é que avaliamos como também importante que preste depoimento o Presidente da BM&F.

V. Ex^a havia citado diretores da BM&F, mas poderíamos citar o Presidente, o Sr. Manoel Félix Cintra Neto que, certamente, está com disposição.

No que diz respeito ao fato determinado da Encol, um requerimento que solicita a Caixa Econômica Federal para prestar as seguintes informações:

1 – as operações de crédito realizadas pela Encol desde 95, especificando valor, condições financeiras da operação, prazo de amortização, taxas de juros e outras garantias apresentadas, pagamen-

tos efetuados, atrasos, inadimplências verificadas, execução de garantias, renegociações e rolagens aceitas pelo banco, os pareceres das áreas técnicas sobre as operações citadas no Item 01 e os contratos firmados entre as partes.

Ainda no que diz respeito às operações registradas junto à BM&F, obter as seguintes informações:

1 – Todas as operações de compra e venda de moedas realizadas no mercado futuro e de opções de câmbio desde o mês de dezembro, em valor igual ou superior a US\$100 mil, especificando quais as corretoras utilizadas pelos Bancos Marka e FonteCindam, quais as razões técnicas que levaram o superintendente da BM&F a enviar aquele ofício, já mencionado, ao Banco Central do Brasil.

Sr. Presidente, o que passarei a ler coincide com o que V. Ex^a havia colocado, mas gostaria de aqui citar as seguintes informações ao Banco Central do Brasil: primeiro, quais as operações de compra e venda de moedas nos mercados livres e flutuantes nos meses de novembro e dezembro de 1998, janeiro de 1999, acima de US\$100 mil, especificando a natureza da operação, seu enquadramento legal, a posição de cada instituição financeira e valor; as operações de remessa de divisas para o exterior realizadas no âmbito do Fiex, desde agosto de 1998; os relatórios de fiscalização realizados pelo Banco Central sobre tais operações; encaminhar o balanço anual de 1998 e os balancetes de janeiro e fevereiro de 1999 dos Bancos Marka e FonteCindam, quaisquer modificações e/ou retificações que tenham sido apresentadas; os relatórios de fiscalização realizados pelo Banco Central sobre as operações realizadas pelo Marka e FonteCindam, de 1997 a 1999; o relatório analítico sobre os lucros obtidos pelas instituições financeiras no ano de 1998 e janeiro de 1999, apresentando os principais motivos que levaram ao aumento do lucro líquido dessas instituições.

Sr. Presidente, finalmente, requeiro, nos termos regimentais, seja transferido a esta Comissão Parlamentar de Inquérito os sigilos bancário, fiscal e telefônico dos presidentes e dos componentes das diretorias dos Bancos Marka e FonteCindam, bem como os sigilos bancário, fiscal e telefônico das instituições acima citadas e dos fundos por elas geridos, em complemento àquilo que já os Senadores José Roberto Arruda, João Alberto e Roberto Requião apresentaram.

Este requerimento também é encaminhado pelo Senador Roberto Saturnino Braga e pela Senadora Emilia Fernandes.

Encaminho à Mesa e à consideração, em especial, do Relator, a quem cumprimentamos pelo excelente trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pela escolha do seu nome para Presidente desta Comissão. Da mesma forma, cumprimentar o Senador José Roberto Arruda e cumprimentá-lo também pela feliz indicação do nome do Senador João Alberto para Relator.

Quero, de modo especial, cumprimentar o Presidente e Líder do meu Partido pela iniciativa de propor ao Plenário da Casa a instalação desta Comissão. Os fatos que já hoje são do conhecimento da opinião pública evidenciam claramente a necessidade de nos aprofundarmos nas investigações sobre o Sistema Financeiro Nacional, mas que, sobretudo ao final desta Comissão, possamos dar uma contribuição ao aperfeiçoamento – e creio que esse é o objetivo maior desta CPI do Sistema Financeiro e de sua legislação – para que possam, acima de tudo, proteger os investidores menos informados.

Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que dê prioridade ao requerimento encaminhado pelo Relator no sentido de que possamos discuti-lo e votá-lo – se possível, aprovando, claro, a proposta do plano de trabalho apresentado pelo Relator, pelo qual o cumprimento, devido ao nível de detalhamento.

Pediria também que, em seguida, votássemos como prioritária a convocação do Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Armínio Fraga Neto. E, somente após essa audiência, elegêssemos prioridades em relação aos nomes convocados. Estou de pleno acordo com a convocação.

Manifesto-me favoravelmente a que seja proposta pela Comissão a indisponibilidade dos bens dos diretores e controladores desse Banco, como aqui foi proposto pelo Senador José Roberto Arruda, e ampliado pelo requerimento do Senador Roberto Requião. Também sou favorável aos requerimentos propostos pelo Senador Eduardo Suplicy.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, Senador Bello Parga; Sr. Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, que nos honra com a sua presença, quero cumprimentar o Senador João Alberto pelo excelente trabalho que apresentou. O seu roteiro realmente foi muito bem

elaborado e criterioso, abordando todas as partes enunciadas no requerimento da Comissão. É um belo início de trabalho para esta CPI, que, como todos sabem, carrega uma responsabilidade muito grande. Creio que devemos seguir esse roteiro, passo a passo, introduzindo as sugestões de acréscimo que aqui já foram feitas. Penso que os requerimentos apresentados acrescentam alguns aspectos importantes. Por exemplo, no item 2, trata-se do vazamento de informações que propiciaram aos bancos lucros exorbitantes – que consta do requerimento apresentado pelo Senador Suplicy e por mim, a relação das operações de compra e venda no mercado de câmbio nesse período, no mês de janeiro, e operações acima de US\$100 mil, para também não nos perdermos na miuçalha.

No fato determinado nº 5, referente aos lucros exorbitantes dos bancos estrangeiros, seria bom pedirmos aos bancos relacionados por V. Ex^a os balanços e balancetes desse primeiro mês. E também, no item 7, que diz respeito igualmente à sonegação de impostos por parte de bancos estrangeiros, deveríamos pedir as remessas efetuadas durante os meses de janeiro e fevereiro por esses bancos para as suas matrizes. Há denúncias de que foram efetuadas remessas a taxas mais baixas do que a taxa do mercado de câmbio, transferindo, por conseguinte, lucro das agências operando no Brasil para as suas matrizes no exterior.

Entretanto, o seu roteiro está muito bem elaborado. Quero parabenizá-lo e cumprimentar também os Líderes que indicaram V. Ex^a para ser o Relator. Com esses acréscimos e também apoiando o requerimento relativo à indisponibilidade de bens dos diretores e controladores dos dois bancos, quero regozijar-me com a apresentação feita por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra ao Senador José Alencar, último orador inscrito.

O SR. JOSÉ ALENCAR – Sr. Presidente, quero, primeiramente, cumprimentá-lo, Senador Bello Parga, pela assunção da Presidência dos trabalhos desta Comissão; cumprimentar o Vice-Presidente, Senador José Roberto Arruda, e o Senador João Alberto, como nosso Relator, que acabou de apresentar esse roteiro, que foi objeto de aplauso de toda a Comissão.

Confesso, Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, que jamais passou pela minha cabeça participar de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, porque estou no início de meu mandato nesta Casa. Mas também não poderia deixar de atender à

convocação do Presidente de meu Partido, Senador Jader Barbalho, assim como do nosso líder empresarial, Senador Fernando Bezerra, que insistiu para que eu participasse da Comissão.

Sempre defendi a tese de que, no Brasil, há um equívoco cultural: uma ojeriza ao lucro, como se o lucro fosse pecado. O pecado é o ilícito, é o lucro obtido de forma irregular – e é a razão pela qual esta Comissão está instalada. O enfoque não deve ser necessariamente o lucro desses bancos. Aliás, no Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, era Ministro da Fazenda, num determinado período, o Dr. José Maria Alckimin. Tentando combater a inflação, o Dr. Alckimin dizia que era contra a venda à prestação. Houve, então, uma reunião das classes produtoras na Associação Comercial de Minas Gerais, em que ele foi convidado para proferir uma palestra. Nos debates, alguém disse: "Sr. Ministro, o comércio precisa vender à prestação; o comércio vive e cresce vendendo à prestação; é fator de desenvolvimento. Como que V. Ex^a, Ministro da Fazenda, é contra a venda à prestação?" Ele respondeu: "Nunca declarei ser contra a venda à prestação; sou contra a compra à prestação, especialmente com as taxas de juros cobradas pelo comércio brasileiro".

Dessa forma, sou contra – e nesta Comissão pretendo fazer valer minha posição – que se façam operações irregulares à custa do Erário, mas jamais apresentarei qualquer proposição contra o lucro. Que os bancos cresçam, que ganhem muito dinheiro e venham para o Brasil crescer conosco, mas nunca a nossa custa! Essa deve ser a filosofia dos trabalhos desta Comissão, da qual me honro muito de participar. Obrigado.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Sr. Presidente, gostaria de saber se a reunião de amanhã será pela manhã ou à tarde.

Quero também registrar que nós, do Bloco da Oposição, avaliamos que esta CPI será realizada da melhor forma possível, com o empenho de todos os Srs. Senadores. No entanto, consideramos importante a colaboração da Câmara dos Deputados. Como essa medida não está viabilizada, pelo menos por hora, queremos dizer que estamos abertos à colaboração de todos os Deputados Federais, bem como de toda a sociedade brasileira que, sempre que se inicia uma CPI no Congresso Nacional, presta informações aos Srs. Senadores. Estamos abertos à colaboração do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Registro a preocupação de V. Ex^a, Senador Eduardo Supply.

Temos em mão uma série de requerimentos.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, peço que me conceda a palavra antes de apresentar os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – V. Ex^a vai apresentar um requerimento?

O SR. PEDRO SIMON – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – V. Ex^a pode encaminhá-lo à Mesa.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, apresentei, no plenário, um requerimento endereçado ao Presidente Antonio Carlos Magalhães. Apresentei-o, de forma verbal, ao Vice-Presidente, que disse que falaria com o Presidente e com os Presidentes das Comissões.

Sr. Presidente, a minha proposta é a seguinte. Repare V. Ex^a que estamos reunidos agora. Neste mesmo momento, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania está tomando uma decisão da maior importância sobre os juízes classistas. A Comissão de Assuntos Sociais está reunida e também está tomando uma decisão da maior importância. O Senador Suplicy perguntou a V. Ex^a se, amanhã, a reunião será realizada pela manhã ou à tarde. Sabemos – no meu caso, os mais antigos e os mais velhos; em outros casos, só os mais antigos e não tão velhos – que uma CPI monopoliza os trabalhos da Casa. E, agora, está havendo duas CPIs da maior importância e do maior significado. Não há como deixar de reconhecer que essas CPIs vão empolgar os trabalhos da Casa.

A proposta que fiz ao Presidente do Senado e à Casa era no sentido de experimentarmos, de uma maneira tranqüila e serena, uma experiência nova que nos proporcionaria um rendimento altamente positivo e concreto. Primeiramente, não podemos imaginar que, durante uma CPI em que comparece um Presidente do Banco Central, uma figura suspeita ou uma pessoa que empolgue o noticiário, possa haver uma outra atividade paralela que tenha presença ou ação. Os próprios Senadores, mesmo não pertencentes à Comissão, vão querer participar dessa CPI.

Portanto, apresento esta proposta que me parece ser altamente significativa em termos de futuro: a de que deixemos os trabalhos da Casa e os trabalhos da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que vai e quer discutir a reforma política, fluírem normalmente. Vamos deixar os trabalhos da Casa fluírem normalmente! Dispomos de dois dias para fazer a CPI funcionar. Podemos fazê-lo na quinta-feira de tarde e à noite – sabemos que, muitas vezes, os trabalhos de uma CPI se estendem madrugada adentro; assim, a quinta-feira poderia ser totalmente

dedicada a isso – e, se fosse o caso, também na sexta-feira. Nas quintas-feiras à tarde e nas sextas-feiras, durante todo o dia, isso poderia ser feito. São dois dias em que a Casa não funciona ordinariamente, e, com isso, a CPI poderia funcionar a todo vapor, sem que ninguém precisasse sair daqui para dar um voto ligeiro em outra Comissão ou marcar sua presença. Dessa forma, estaríamos trabalhando tranquilamente na CPI e, ao mesmo tempo, estaríamos permitindo que o resto do Senado funcionasse tranquilamente.

Essa é a proposta que formulei no plenário do Senado, já que existe um período de trabalho normal, que corresponde às terças-feiras, às quartas-feiras e às quintas-feiras pela manhã. Penso que, nesta hora, não seria adequado misturarmos as duas CPIs nas terças, quartas e quintas-feiras pela manhã. Diga-se de passagem que esse período está excepcionalmente concorrido; há propostas e projetos que estão fluindo de uma maneira excepcional. Se isso ocorrer, a CPI vai trabalhar com dificuldade e o restante dos trabalhos vai parar.

Se, nas quintas-feiras à tarde e nas sextas-feiras, realizarmos o trabalho da CPI, será algo inédito, porque as atividades normais do Senado serão efetuadas de forma tranqüila e as CPIs funcionarão tranquilamente, nas quintas-feiras à tarde e à noite e nas sextas-feiras, sem nenhum outro percalço.

O Sr. Vice-Presidente ficou encarregado de levar essa proposta que formulei em plenário ao Presidente e ele disse que também queria, para tomar essa decisão, ouvir o pensamento dos dois Presidentes das Comissões, no caso V. Ex^a e o ilustre Senador Ramez Tebet. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a traz um assunto que escapa à alçada desta Comissão, tendo em vista que entregou uma proposição à Mesa do Senado. Está presente o Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da Casa, que aqui se deve manifestar sobre o assunto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Meus colegas, Sr. Presidente Bello Parga, não recebi a proposta do Senador Pedro Simon. Entretanto, já estava com o pensamento de, antes de me retirar para outros deveres, tratar deste assunto. A sugestão é muito boa, mas prefiro apresentar uma mais extensiva, que seria a seguinte: às segundas e sextas-feiras, as CPIs funcionariam durante o dia inteiro, independentemente de suas reuniões de todos os dias, após as 18h30min, se necessárias. De maneira que as segundas e as sextas-feiras seriam livres,

como também as quintas-feiras à tarde. Assim, essa proposta é um pouco mais extensiva, uma vez que abrange toda a segunda-feira. Se por acaso um ou outro membro não pudesse vir, teria o cuidado de dizer ao seu suplente que comparecesse, de forma que a CPI tivesse **quorum** às segundas, quintas e sextas-feiras. Com um roteiro tão complexo quanto o que foi apresentado, talvez a CPI tenha que fazer reunião muitas vezes das 18h30min até às 23 horas ou meia-noite. Dessa forma, os trabalhos normais da Casa não seriam prejudicados. Se os membros da CPI – o Presidente, em particular, e os Líderes partidários – estiverem de acordo, isso já pode ser resolvido aqui e agora, decisão que valerá também para a CPI do Judiciário. Em resumo, as CPIs poderiam se reunir às segundas, quintas e sextas-feiras, além de, a pedido do Presidente e do Relator, as reuniões poderem ser marcadas para as 18h30min às terças, quartas e quintas-feiras.

O SR. EDUARDO SUPPLY – É de bom senso a proposta.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – De maneira que, se assim V. Ex^as aceitarem... Quanto à Ordem do Dia de amanhã, procurarei conversar com os Líderes para fazê-la amena, de modo a não impedir a reunião da CPI amanhã. Depois entraremos nesse novo sistema.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Vejo que a proposta do Presidente da Casa obteve o assentimento de todos. Se houver alguém contra, que se manifeste. (Pausa) Como não houve qualquer manifestação contrária, está respondida a indagação do Senador Pedro Simon e a do Senador Lúcio Alcântara, que pediu esclarecimentos sobre o horário.

O SR. PEDRO SIMON – Meus cumprimentos, Sr. Presidente. Foi uma grande decisão, e os novos Srs. Senadores não calculam o significado positivo que isso vai representar para a Comissão e para os trabalhos normais do Senado. Foi uma grande decisão.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Temos em mãos vários requerimentos que se justapõem. No entanto, vou considerar os seguintes aspectos: juntamente com seu roteiro de trabalho, o Relator já apresentou a convocação do Presidente do Banco Central para amanhã. Como o roteiro do Relator tem precedência, coloco em primeiro lugar, para votação, seu pedido para a oitiva do Sr. Armínio Fraga.

O SR. CARLOS BEZERRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. CARLOS BEZERRA – Sr. Presidente, penso que a Presidência deveria ouvir o Relator sobre as propostas acrescentadas antes de tudo, porque se o Relator aceitar ou não, facilitará nossa votação.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Agradeço a sugestão e era exatamente isso o que eu tencionava fazer, Senador. No entanto, no momento, colocarei em votação apenas dois requerimentos: o do Relator, que tem precedência, e uma medida cautelar solicitada pelo Senador José Roberto Arruda, Vice-Presidente da Comissão, com a emenda aditiva do Senador Roberto Requião. Votados esses, suspenderemos a reunião, a fim de que a assessoria sistematize os diversos requerimentos, baseada no roteiro de trabalho, para que possamos trabalhar com mais ordem daqui a uma hora.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para discutir a proposta anunciada.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Está em discussão a convocação do Sr. Armínio Fraga, não sendo necessária a manifestação do Relator, por ser o autor da proposta.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO SATURNINO - Sr. Presidente, a proposta do Relator é muito mais ampla do que a convocação do Sr. Armínio Fraga; S. Ex^a apresentou uma proposta de roteiro. Devemos votar o roteiro, que inclui a convocação do Sr. Armínio Fraga e outras ainda. Posteriormente, discutiremos os acréscimos sugeridos ao roteiro. Essa medida ordenaria a execução de nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Acolho a sugestão do Senador Roberto Saturnino.

O que o Relator tem a dizer?

O SR. JOÃO ALBERTO - Sr. Presidente, atentamente ouvi as propostas dos Srs. Senadores e manifesto-me favoravelmente a todas elas. Temos, apenas, de adequar o roteiro.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, podemos votar em bloco, uma vez que há manifestação.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Sr. Presidente, temos de ter um cuidado. Com respeito à presença, amanhã, do ex-Presidente do Banco Central, Sr. Armínio Fraga, estamos de pleno acordo, mas ressaltamos que, tendo em vista os inúmeros depoimen-

tos, informações e documentos que receberemos, é muito possível que seja novamente necessária a presença do Sr. Armínio Fraga.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Se houver requerimento nesse sentido e os Srs. Senadores concordarem, o Sr. Armínio Fraga será novamente convocado.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Ele será convocado quantas vezes forem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Coloco em votação o roteiro apresentado pelo Relator, Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO - Com as adaptações.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Muito bem. No conjunto, todos aprovados e a critério do Relator, no que diz respeito...

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Peço ao Relator que esclareça o assunto.

O SR. JOÃO ALBERTO - Sr. Presidente, apenas aprovado o roteiro. Como há sugestões para convocar outras pessoas, quero adaptá-lo. No entanto, aceito todas as sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Votaremos em bloco todos os requerimentos: de convocação, informação e apresentação de documentos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA – Os documentos solicitados que não constam do relatório.

O SR. ROMERO JUCÁ - E também o bloqueio dos bens, uma questão fundamental. É bom lembrar que a imprensa noticia hoje que um dos colaboradores do Marka enviou para o exterior US\$ 17 milhões no período...

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Esse bloco inclui o requerimento do Senador José Roberto Arruda, com o acréscimo do Senador Roberto Requião.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Tendo em vista a aprovação de todos os requerimentos, recomendo à Assessoria que tome as providências necessárias e que seja feita a imediata convocação do ex-Presidente do Banco Central para uma reunião amanhã, às 10h, para a qual a Comissão está convocada.

Agradeço a presença do Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da Casa, que veio prestigiar a instalação desta Comissão, e a colaboração de todos os Senadores presentes.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h28min.)

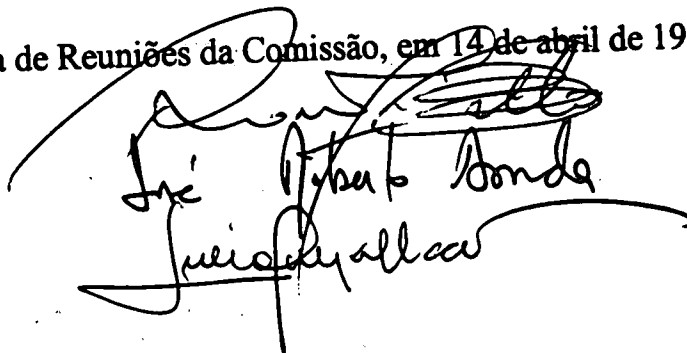
Of. 032 e 031

Aprovado
em 14/04/99**REQUERIMENTO Nº 1, DE 1999**

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeremos o bloqueio e indisponibilidade dos bens dos controladores dos Bancos Marka e FonteCidam,

Sala de Reuniões da Comissão, em 14 de abril de 1999



Handwritten signature of José Roberto Bonda, with the name written below it.

Of. 003/99

OK

Aprovado
em 14/04/99**REQUERIMENTO Nº 2, DE 1999**

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeremos a convocação do Sr. Armínio Fraga, Presidente do Banco Central do Brasil, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar fatos veiculados pela Imprensa

Nacional, envolvendo instituições financeiras, sociedades de crédito, financiamento e investimento que constituem o Sistema Financeiro Nacional.

Sala de Reuniões da Comissão, em 14 de abril de 1999

Dr. Roberto André
Rômulo
Luiz Gonzaga

REQUERIMENTO Nº 3, DE 1999

Aprovado
em 14/04/99

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeremos a convocação do Sr. Salvatore Alberto Cacciola, Presidente do Banco Marka, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar fatos veiculados pela Imprensa Nacional, envolvendo instituições financeiras, sociedades de crédito, financiamento e investimento que constituem o Sistema Financeiro Nacional.

Sala de Reuniões da Comissão, em 14 de abril de 1999

Dr. Roberto André
Luiz Gonzaga

Aprovado
em 14/04/99

REQUERIMENTO Nº 4, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeremos a convocação do Sr. Luis Antônio Gonçalves, Presidente do Banco FonteCindam, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar fatos veiculados pela Imprensa Nacional, envolvendo instituições financeiras, sociedades de crédito, financiamento e investimento que constituem o Sistema Financeiro Nacional.

Sala de Reuniões da Comissão, em 14 de abril de 1999

José Roberto Amadeu
Luis Antonio Gonçalves

Aprovado
em 14/04

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR DENÚNCIAS DE IRREGULARIDADES NO SISTEMA FINANCEIRO

REQUERIMENTO Nº 5, DE 1999

Senhor Presidente,

Requeiro, com fulcro no disposto no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja requisitado à Presidência do Banco

Central do Brasil o fornecimento, a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, de cópias de todos os documentos, atos e correspondências, tais como: ofícios, cartas, circulares, memorandos ou outros, internos ou externos, que formalizaram e subsidiaram a atuação e as operações desenvolvidas pelo Banco Central, a partir do dia 11 de janeiro de 1999, concluindo pela substituição do Sistema de Minibandas, adotando as chamadas Bandas Largas e fixando a cotação do dólar em R\$1,32 (Um vírgula trinta e dois reais), e ainda, de todos os documentos e correspondências referentes à venda de dólares ao Banca Marka a cotação de R\$1,275 (Um vírgula duzentos e setenta e cinco reais) e ao Banco FonteCindam à cotação de R\$1,32 (Um vírgula trinta e dois reais), ressaltando que os documentos solicitados devem abranger o período compreendido entre o dia 11/01/99 até a presente data.

JUSTIFICATIVA

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito tem como objetivo principal apurar a existência, ou não, de irregularidades cometidas no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, envolvendo a atuação do Banco Central do Brasil e os Bancos Marka e FonteCindam.

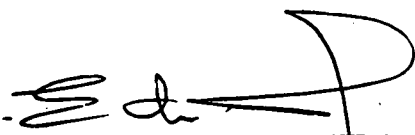
O Banco Central, ao desenvolver as suas atribuições de fiscalizar e regulamentar o mercado financeiro, o faz através de atos formais e determinações escritas, dirigidas aos órgãos internos, subordinados hierarquicamente e ao mercado financeiro. Presume-se que

decisões relevantes, que envolvem milhões ou até bilhões de dólares ou reais, sejam formalizadas e devidamente justificadas em procedimentos internos.

O fato determinado a ser apurado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito abrange denúncias de favorecimento, pelo Banco Central, a duas instituições privadas, o que poderia ter gerado um prejuízo da ordem de R\$54 milhões aos cofres públicos e favorecimentos envolvendo cerca de R\$270 milhões.

Assim, é essencial aos trabalhos de investigação desta CPI a análise de todos os documentos referentes às operações anteriormente citadas, para que se verifique o cumprimento ou não dos procedimentos formais, se houve correta e legal motivação para os atos praticados, a existência de dolo ou má-fé, e, finalmente, se existem indícios ou a comprovação de irregularidades.

Senado Federal,



EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS

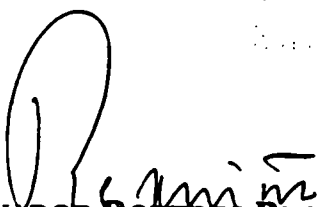
Senador

OF
004/99
- OF. 031 e Aprovado
032 em 14/04/99

REQUERIMENTO Nº 6, DE 1999

Requeiro, nos termos do artigo 58 § 2º, II, IV, V, e § 3º, da Constituição Federal, seja dada prioridade à oitiva do Sr. Eduardo Marco Modiano, solicitada, pelo Senhor Relator, Senador João Alberto, bem como seja decretada pela Comissão a indisponibilidade dos bens dos Presidentes e Diretores dos Bancos FONTE CÍDAN e MARKA, pelos fundamentos apresentados oralmente.

Sala das Reuniões, 12 de abril de 1999.


SENADOR ROBERTO REQUIÃO
PMDB-PR

OF. CPPIR 002/99
e OF. 040/99
de 22/04/99
Aprovado em
14/04/99

REQUERIMENTO Nº 7, DE 1999

Requeiro, nos termos regimentais, sejam solicitadas à Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F – as seguintes informações à Comissão Parlamentar de Inquérito:

1. Todas as operações de compra e venda de moedas realizadas no mercado futuro e de opções de câmbio no mês de janeiro de 1999, em

valor igual ou superior ao equivalente a US\$ 100 mil, especificando a corretora responsável, o nome e/ou razão social do investidor, valor da operação e data de liquidação.

2. Quais as corretoras utilizadas pelos bancos Marka e FonteCindam nas suas operações de compra e venda de moedas no mercado futuro.

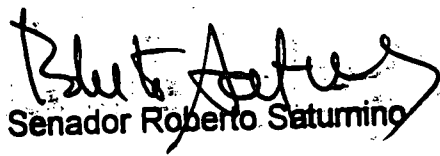
3. Quais as razões técnicas que levaram o Superintendente da BM&F a enviar ofício ao Banco Central do Brasil, no dia 14 de janeiro de 1999, apontando para riscos sistêmicos que poderiam atingir "o mercado como um todo". Quais as instituições passíveis de sofrerem prejuízos e quais as possibilidades de arcarem com os possíveis prejuízos com seus patrimônios e/ou garantias.

JUSTIFICATIVA

As operações de socorro do Banco Central no mercado futuro de câmbio têm suscitado inúmeras dúvidas. O presente requerimento pretende levantar as informações básicas para oferecer à CPI os elementos para iniciar as investigações dos fatos que ocorreram no âmbito da BMF&F em janeiro.

Comissão Parlamentar de Inquérito, 14 de abril de 1999


Senador Eduardo Suplicy


Senador Roberto Saturnino

CPIB - 04/99

Aprovado
em 14/04/99**REQUERIMENTO Nº 8, DE 1999**

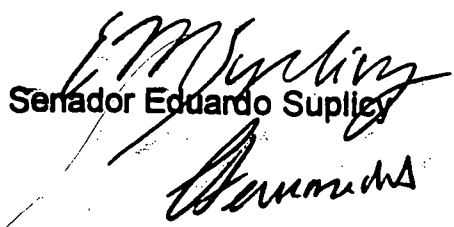
Requeiro, nos termos regimentais, sejam prestadas pelo Banco do Brasil as seguintes informações à Comissão Parlamentar de Inquérito:

1. As operações de crédito realizadas pela Encol desde 1995, especificando o valor, condições financeiras da operação como prazo de amortização, taxas de juros e outras, garantias apresentadas, pagamentos efetuados, atrasos e/ou inadimplências verificadas, execução de garantias, renegociações e rolagens aceitas pelo Banco.
2. Encaminhar os pareceres das áreas técnicas sobre as operações citadas no item 1 e os contratos firmados entre as partes.

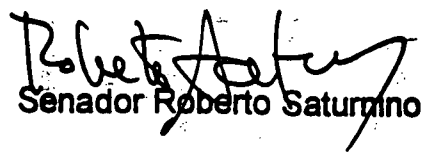
JUSTIFICATIVA

Este requerimento visa fornecer à CPI as informações preliminares necessárias para a averiguação dos fatos relacionados ao item 8 do requerimento nº 127, de 1999.

Comissão Parlamentar de Inquérito, 14 de Abril de 1999



Senador Eduardo Suplicy



Senador Roberto Saturnino

of. CPFB 010/99
Aprovado em
14/04/99

REQUERIMENTO Nº 9, DE 1999

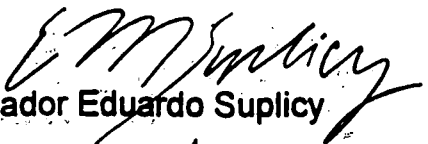
Requeiro, nos termos regimentais, sejam prestadas pela Caixa Econômica Federal as seguintes informações à Comissão Parlamentar de Inquérito:

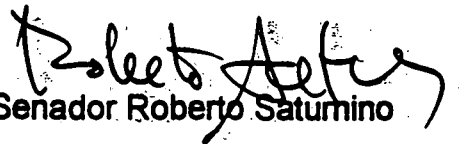
1. As operações de crédito realizadas pela Encol desde 1995, especificando o valor, condições financeiras da operação como prazo de amortização, taxas de juros e outras, garantias apresentadas, pagamentos efetuados, atrasos e/ou inadimplências verificadas, execução de garantias, renegociações e rolagens aceitas pelo Banco.
2. Encaminhar os pareceres das áreas técnicas sobre as operações citadas no item 1 e os contratos firmados entre as partes.

JUSTIFICATIVA

Este requerimento visa fornecer à CPI as informações preliminares necessárias para a averiguação dos fatos relacionados ao item 8 do requerimento nº 127, de 1999.

Comissão Parlamentar de Inquérito, 14 de Abril de 1999


Senador Eduardo Suplicy


Senador Roberto Saturnino



REQUERIMENTO Nº 10, DE 1999*Aprovado
em 14/04/99*

Requeiro, nos termos regimentais, seja convocado o senhor Manoel Félix Cintra Neto, Presidente da Bolsa de Mercadorias e Futuro, para prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito acerca das operações efetuadas na BM&F, durante o mês de janeiro, envolvendo a compra de dólares e sobre correspondência enviada ao Banco Central.

JUSTIFICATIVA

Em janeiro, quando ocorreu a disparada no valor do dólar, o superintendente da BM&F, Dorival Rodrigues Alves, enviou correspondência ao Banco Central onde alertava sobre a possibilidade de uma crise sistêmica atingir o mercado caso o Banco Central não garantisse a liquidez de algumas instituições. Na última semana, ao serem descobertas as transações envolvendo o BC e os bancos Marka e Fonte Cindam, o ex-presidente da BC, Francisco Lopes, informou que a Autoridade Monetária vendeu dólares norte-americanos a essas instituições financeiras graças a esse aviso da BM&F.

Considerando que tais transações beneficiaram determinadas instituições financeiras e a própria Bolsa, enquanto geraram um grande prejuízo para o Erário Público, a convocação do senhor Manoel Félix Cintra Neto, Presidente da Bolsa de Mercadorias e Futuro é de fundamental importância para que esta comissão possa esclarecer as denúncias de favorecimento que grassam na imprensa.

Sala das Comissões, em


Senador Eduardo Matarazzo Suplicy
Senador Roberto Saturnino

REQUERIMENTO Nº 11, DE 1999*Aprovado
em 14/04/99*

Requeiro, nos termos regimentais, seja convocado o senhor Paulo Roberto Garbato, Superintendente da Bolsa de Mercadorias e Futuro, para prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito acerca das operações efetuadas na BM&F, durante o mês de janeiro, envolvendo a compra de dólares e sobre correspondência enviada ao Banco Central.

JUSTIFICATIVA

Em janeiro, quando ocorreu a disparada no valor do dólar, o superintendente da BM&F, Dorival Rodrigues Alves, enviou correspondência ao Banco Central onde alertava sobre a possibilidade de uma crise sistêmica atingir o mercado caso o Banco Central não garantisse a liquidez de algumas instituições. Na última semana, ao serem descobertas as transações envolvendo o BC e os bancos Marka e Fonte Cindam, o ex-presidente da BC, Francisco Lopes, informou que a Autoridade Monetária vendeu dólares norte-americanos a essas instituições financeiras graças a esse aviso da BM&F.

Considerando que tais transações beneficiaram determinadas instituições financeiras e a própria Bolsa, enquanto geraram um grande prejuízo para o Erário Público, a convocação do senhor Paulo Roberto Garbato, Superintendente da Bolsa de Mercadorias e Futuro é de fundamental importância para que esta comissão possa esclarecer as denúncias de favorecimento que grassam na imprensa.

Sala das Comissões, em

Eduardo Matarazzo Suplicy
Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

Roberto Saturnino
Senador Roberto Saturnino

Aprovado
em 14/04/99

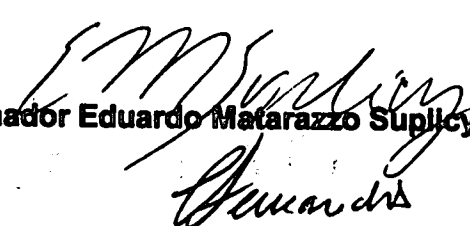
REQUERIMENTO Nº 12, DE 1999

Requeiro, nos termos regimentais, seja convocado o Senhor Luiz Antônio Gonçalves, Presidente do Banco de Investimento Fonte Cindam, para prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito acerca das operações que o Banco realizou nos últimos meses, dentre as quais, a compra de dólares do Banco Central abaixo da cotação de mercado.

JUSTIFICATIVA

O Banco Central vendeu dólares ao Banco de Investimento Fonte Cindam para que esse pudesse honrar suas posições na BM&F. Considerando que o preço da moeda americana estava abaixo do valor que o mercado estava operando, sua convocação é absolutamente necessária para que esta comissão possa esclarecer as intrincadas operações que levaram o País a perder bilhões de sua reservas.

Sala das Comissões,


Senador Eduardo Matarazzo Suplicy


Senador Roberto Saturnino

REQUERIMENTO Nº 13, DE 1999*Aprovado
em 14/04/99*

Requeiro, nos termos regimentais, seja convocado o Senhor Eduardo Marco Modiano, Diretor Executivo de Mercado de Capitais do Banco de Investimento Fonte Cindam, para prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito acerca das operações que o Banco realizou nos últimos meses, dentre as quais, a compra de dólares do Banco Central abaixo da cotação de mercado.

JUSTIFICATIVA

O Banco Central vendeu dólares ao Banco de Investimento Fonte Cindam para que esse pudesse honrar suas posições na BM&F. Considerando que o preço da moeda americana estava abaixo do valor que o mercado estava operando, sua convocação é absolutamente necessária para que esta comissão possa esclarecer as intrincadas operações que levaram o País a perder bilhões de sua reservas.

Sala das Comissões,


Senador Eduardo Matarazzo Suplicy
Senador Roberto Saturnino

REQUERIMENTO Nº 14, DE 1999*Aprovado
em 14/04/99*

Requeiro, nos termos regimentais, seja convocado o Senhor José Ramon P. Barreiro, diretor da Theca Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, para prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito acerca das operações que realizou em nome da Corretora e/ou do Banco Marka nos últimos meses.

JUSTIFICATIVA

Em janeiro, quando ocorreu a disparada no valor do dólar, a Theca Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários era a instituição que fazia a compensação das operações do Marka com a BM&F. De acordo com notícias veiculadas na imprensa, caso o Banco Central não tivesse vendido dólares abaixo da cotação de mercado para o Marka, ele não teria tido condições de honrar seus contratos na Bolsa o que obrigaria a Corretora Theca a fazê-lo. Como a referida corretora não dispunha do volume de recursos necessários para isso, ela teria quebrado

Sua convocação é absolutamente necessária para que esta comissão possa esclarecer as intrincadas operações que levaram o País a perder bilhões de dólares.

Sala das Comissões,



Senador Eduardo Matarazzo Suplicy



Senador Roberto Saturnino

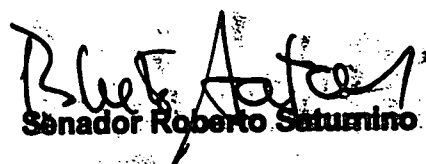
REQUERIMENTO Nº 15, DE 1999*Aprovado
em 14/04/99*

Requeiro, nos termos regimentais, seja convocado o Senhor Ney Castro Alves, vice-presidente da BM&F e diretor presidente da Theca Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, para prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito acerca das operações que realizou em nome da Corretora e/ou do Banco Marka.

JUSTIFICATIVA

Em janeiro, quando ocorreu a disparada no valor do dólar, a Theca Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários era a instituição que fazia a compensação das operações do Marka com a BM&F. De acordo com notícias veiculadas na imprensa, caso o Banco Central não tivesse vendido dólares abaixo da cotação de mercado para o Marka, ele não teria tido condições de honrar seus contratos na Bolsa o que obrigaria a Corretora Theca a fazê-lo. Como a referida corretora não dispunha do volume de recursos necessários para isso, ela teria quebrado

Considerando que o ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, informou que socorreu o Marka, graças a uma carta do superintendente da BM&F onde era alertado para a possibilidade de uma "crise sistêmica" atingir o Mercado caso alguma instituição não fosse capaz de honrar seus contratos na Bolsa, e considerando que o Senhor Ney Castro Alves é vice-presidente da referida instituição. Sua convocação é absolutamente necessária para que esta comissão possa esclarecer as intrincadas operações que levaram o País a perder bilhões de dólares.


Senador Eduardo Matarazzo Suplicy
Senador Roberto Saturnino

OF.
004/33

REQUERIMENTO Nº 16, DE 1999

Aprovado
em 14/04/99

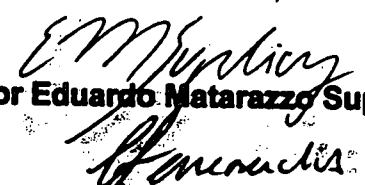
Requeiro, nos termos regimentais, seja convocado o Senhor Luiz Carlos Alvarez, Diretor de Fiscalização do Banco Central, para prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito acerca das operações que o Banco realizou nos últimos meses, principalmente envolvendo a venda de dólares abaixo das cotações de mercado.

JUSTIFICATIVA

Em janeiro, quando ocorreu a disparada no valor do dólar, o Banco Central vendeu dólares ao Banco Marka e ao Banco Fonte Cindam abaixo das cotações que o mercado estava pagando pela moeda norte-americana. Essas transações acarretaram um grande prejuízo aos cofres públicos. As explicações até agora apresentadas não esclarecem as bases legais dessas transações nem demonstram a imparcialidade na forma de agir que a Autoridade Monetária deve ter.

Considerando as acusações que pesam sobre as transações envolvendo o BC e várias instituições financeiras e considerando que a reputação da Autoridade Monetária é fundamental para que ela possa fiscalizar e controlar o sistema financeiro a convocação do senhor Luiz Carlos Alvarez é muito importante para que esta comissão possa esclarecer as denúncias que grassam na imprensa.

Sala das Comissões, em


Senador Eduardo Matarazzo Suplicy
Senador Roberto Saturnino

REQUERIMENTO Nº 17, DE 1999

Of. 003/99
de 14/04/99
Aprovado
em 14/04/99

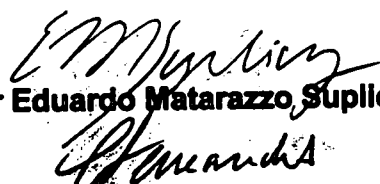
Requeiro, nos termos regimentais, seja convocado o Senhor Amínio Fraga Neto, Presidente do Banco Central, para prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito acerca das operações que o Banco realizou nos últimos meses, principalmente envolvendo a venda de dólares abaixo das cotações de mercado.

JUSTIFICATIVA

Em janeiro, quando ocorreu a disparada no valor do dólar, o Banco Central vendeu dólares ao Banco Marka e ao Banco Fonte Cindam abaixo das cotações que o mercado estava pagando pela moeda norte-americana. Essas transações acarretaram um grande prejuízo aos cofres públicos. As explicações até agora apresentadas não esclarecem as bases legais dessas transações nem demonstram a imparcialidade na forma de agir que a Autoridade Monetária deve ter.

Considerando as acusações que pesam sobre as transações envolvendo o BC e várias instituições financeiras e considerando que a reputação da Autoridade Monetária é fundamental para que ela possa fiscalizar e controlar o sistema financeiro a convocação do senhor Amínio Fraga Neto é muito importante para que esta comissão possa esclarecer as denúncias que grassam na imprensa.

Sala das Comissões, em


Senador Eduardo Matarazzo Suplicy


Senador Roberto Saturnino

REQUERIMENTO Nº 18, DE 1999

Of. 021/99
e Of. 036/99
Aprovado
em 14/04/

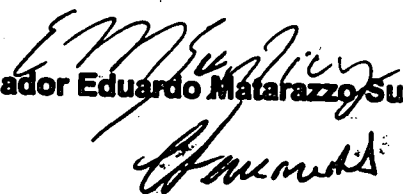
Requeiro, nos termos regimentais, seja convocado o Senhor Francisco de Pádua Lopes, ex-Presidente do Banco Central, para prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito acerca das operações que o Banco realizou nos últimos meses, principalmente envolvendo a venda de dólares abaixo das cotações de mercado.

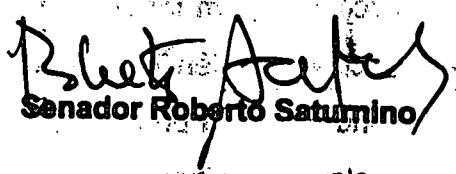
JUSTIFICATIVA

Em janeiro, quando ocorreu a disparada no valor do dólar, o Banco Central vendeu dólares ao Banco Marka e ao Banco Fonte Cindam abaixo das cotações que o mercado estava pagando pela moeda norte-americana. Essas transações acarretaram um grande prejuízo aos cofres públicos. As explicações até agora apresentadas não esclarecem as bases legais dessas transações nem demonstram a imparcialidade na forma de agir que a Autoridade Monetária deve ter.

Considerando as acusações que pesam sobre as transações envolvendo o BC e várias instituições financeiras e considerando que a reputação da Autoridade Monetária é fundamental para que ela possa fiscalizar e controlar o sistema financeiro a convocação do senhor Francisco de Pádua Lopes é muito importante para que esta comissão possa esclarecer as denúncias que grassam na imprensa.

Sala das Comissões, em


Senador Eduardo Matarazzo Suplicy


Senador Roberto Saturnino

REQUERIMENTO Nº 19, DE 1999*Aprovado
em 14/04/99*

Requeiro, nos termos regimentais, seja convocado o Senhor Salvatore Alberto Cacciola, Presidente do Banco Marka, para prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito acerca das operações que o Banco realizou nos últimos meses, dentre as quais, a compra de dólares do Banco Central abaixo da cotação de mercado; a denúncia de que teria um informante na cúpula do Banco Central, que era remunerado para lhe revelar segredos do BC e quais instituições financeiras, juntamente, com ele pagavam mensalmente esse informante US\$125.000.00 cada uma.

JUSTIFICATIVA

Em janeiro, quando ocorreu a disparada no valor do dólar, o Banco Marka, ao contrário de várias instituições financeiras, sustentou posições vendidas de dólares na BM&F, porque, segundo declarações de interlocutores do senhor Salvatore Alberto Cacciola a revista Veja, ele tinha um informante no Banco Central, que havia garantido que o real só seria desvalorizado no início de fevereiro. Como isso não aconteceu, o Marka ficou descoberto sem ter como honrar seus contratos na Bolsa. Mas, graças a uma correspondência que o superintendente da BM&F enviou ao BC alertando sobre a possibilidade de uma "crise sistêmica" atingir no mercado caso alguma instituição não conseguisse fechar suas posições, a Autoridade

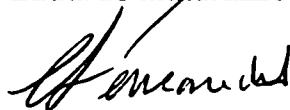
Monetária vendeu dólares ao Marka, abaixo do valor das cotações de Mercado, possibilitando que o Banco pagasse seus contratos.

Considerando que essa excepcional ajuda não permitiu que o Marka quebrasse, mas, ao mesmo tempo, provocou um grande prejuízo aos cofres públicos, e considerando que a acusação de que o senhor Cacciola dispõe de um informante na cúpula do Banco Central é altamente grave, sua convocação é de fundamental importância para que esta comissão possa esclarecer as graves denúncias que pesam sobre as transações entre o Banco Marka e o BC.

Sala das Comissões, em


Senador Eduardo Matarazzo Suplicy


Senador Roberto Saturnino



of. 022/99

Aprovado
em 14/04/99

REQUERIMENTO Nº 20, DE 1999

Requeiro, nos termos regimentais, seja convocado o Cláudio Ness Mauch, ex-diretor de Fiscalização do Banco Central, para prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito acerca das operações que o Banco realizou nos últimos meses, principalmente envolvendo a venda de dólares abaixo das cotações de mercado.

JUSTIFICATIVA

Em janeiro, quando ocorreu a disparada no valor do dólar, o Banco Central vendeu dólares ao Banco Marka e ao Banco Fonte Cindam abaixo das cotações que o mercado estava pagando pela moeda norte-americana. Essas transações acarretaram um grande prejuízo aos cofres públicos. As explicações até agora apresentadas não esclarecem as bases legais dessas transações nem demonstram a imparcialidade na forma de agir que a Autoridade Monetária deve ter.

Considerando as acusações que pesam sobre as transações envolvendo o BC e várias instituições financeiras e considerando que a reputação da Autoridade Monetária é fundamental para que ela possa fiscalizar e controlar o sistema financeiro a convocação do senhor Cláudio Ness Mauch é muito importante para que esta comissão possa esclarecer as denúncias que grassam na imprensa.

Sala das Comissões, em


Senador Eduardo Matarazzo Suplicy


Senador Roberto Saturnino

REQUERIMENTO Nº 21, DE 1999

Requeiro, nos termos regimentais, seja convocado o Senhor Francisco de Assis Moura, sócio do Senhor Salvatore Alberto Cacciola Presidente do Banco Marka, para prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito acerca das operações que o Banco realizou nos últimos meses.

*Aprovado
em 14/04/99*

JUSTIFICATIVA

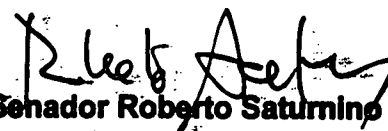
Em janeiro, quando ocorreu a disparada no valor do dólar, o Banco Marka, ao contrário de várias instituições financeiras, sustentou posições vendidas de dólares na BM&F, porque, segundo declarações de interlocutores do senhor Salvatore Alberto Cacciola a revista Veja, ele tinha um informante no Banco Central, que havia garantido que o real só seria desvalorizado no início de fevereiro. Como isso não aconteceu, o Marka ficou a descoberto sem ter como honrar seus contratos na Bolsa. Mas, graças a uma correspondência que o superintendente da BM&F enviou ao BC alertando sobre a possibilidade de uma "crise sistêmica" atingir no mercado caso alguma instituição não conseguisse fechar suas posições, a Autoridade Monetária vendeu dólares ao Marka, abaixo do valor das cotações de Mercado, possibilitando que o Banco pagasse seus contratos.

Considerando que essa excepcional ajuda não permitiu que o Marka quebrasse, mas, ao mesmo tempo, provocou um grande prejuízo aos cofres públicos, e considerando que as acusações que pesam sobre as transações envolvendo o Banco Marka são de grande gravidade a convocação do senhor Francisco de Assis Moura é de fundamental importância para que esta comissão possa esclarecer tais denúncias.

Sala das Comissões, em


Senador Eduardo Matarazzo Suplicy




Senador Roberto Saturnino

REQUERIMENTO Nº 22, DE 1999*Aprovado
em 14/04/99*

Requeiro, nos termos regimentais, seja convocado o Senhor Everardo de Almeida Maciel, Secretário da Receita Federal, para prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as investigações desenvolvidas no âmbito da Receita visando averiguar a veracidade das informações acerca da sonegação fiscal por parte de alguns bancos estrangeiros, tais como o Citibank, J.P. Morgan, Deutsche Bank, Crédit Suisse, First Boston Garantia e o Crédit Commercial.

JUSTIFICATIVA

Um dos itens que essa Comissão Parlamentar de Inquérito deverá analisar é a grave denúncia de que bancos estrangeiros estariam sonegando impostos. De acordo com reportagem, que consta do requerimento nº 127/98, está ocorrendo uma disputa entre a Secretaria da Receita Federal e ministros da área econômica, que não estariam interessados em permitir uma investigação nessas instituições. Ainda de acordo com a imprensa, a sonegação já atinge a casa dos bilhões de reais.

Considerando a gravidade dessas denúncias, e considerando o "arrocho" imposto à sociedade visando aumentar a arrecadação de impostos a convocação do senhor Everardo de Almeida Maciel é muito importante para que esta comissão possa esclarecer essas acusações.

Sala das Comissões, em



Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

Senador Roberto Saturnino

OF. CPIO 002/a'

Aprovado
em 14/04/99**REQUERIMENTO Nº 23, DE 1999**

Requeiro, no s termos regimentais, sejam prestadas pelo Banco Central do Brasil as seguintes informações à Comissão Parlamentar de Inquérito:

1. Quais as operações de compra e venda de moedas nos mercados livre e flutuante nos meses de novembro, dezembro de 1998 e janeiro de 1999, acima do valor equivalente a US\$ 100 mil, especificando a natureza da operação, seu enquadramento legal, posição de cada instituição financeira e valor.
2. As operações de remessa de divisas para o exterior realizadas no âmbito do FIEEX desde agosto de 1998. Encaminhar os relatórios de fiscalização realizadas pelo Banco Central sobre as operações que apresentam indícios de irregularidades.
3. Encaminhar o balanço anual de 1998 e os balancetes de janeiro e fevereiro de 1999 dos bancos Marka e FonteCindam, e quaisquer modificações e/ou retificações que tenham sido apresentados.
4. Encaminhar os relatórios de fiscalização realizados pelo Banco Central sobre as operações realizadas pelos bancos Marka e FonteCindam nos anos de 1997, 1998 e 1999.
5. Encaminhar relatório analítico sobre os lucros obtidos pelas instituições financeiras no ano de 1998 e janeiro de 1999, apresentando os principais motivos que levaram ao aumento do lucro líquido dessas instituições.

JUSTIFICATIVA

O requerimento solicita as informações necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos da CPI, cujos objetivos estão definidos no Requerimento nº 127, de 1999.

Comissão Parlamentar de Inquérito, 14 de abril de 1999.


Senador Eduardo Suplicy



Senador Roberto Saturnino

REQUERIMENTO Nº 24, DE 1999

Requeiro, nos termos regimentais, seja transferido à esta Comissão Parlamentar de Inquérito os sigilos bancários, fiscal e telefônico dos presidentes e dos componentes das diretorias dos bancos Marka e FonteCindam, bem como os sigilos bancários, fiscal e telefônico das instituições acima citadas dos fundos por elas geridos.

Sala das Comissões, - **Eduardo Suplicy – Roberto Saturnino.**

REQUERIMENTO Nº 25, DE 1999

Solicito a CPI que requisiute ao Ministério da Justiça, cópia dos depoimentos já colhidos pela Polícia Federal em IP aberto para apurar irregularidades praticadas nos bancos Marka e FonteCindam, bem como providenciar diligências de busca e apreensão nos bancos citados pela CPI.

Sala das Comissões, - **Romeu Tuma**

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Destinada a apurar fatos do conhecimento do Senado Federal, veiculados pela imprensa nacional, envolvendo instituições financeiras, sociedades de crédito, financiamento e investimento que constituem o Sistema Financeiro Nacional.

Ata da 2ª Reunião realizada em 15 de abril de 1999.

Às dez horas e onze minutos dos quinze dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e noventa e nove, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Fernando Bezerra, Gilberto Mestrinho, João Alberto Souza, José Alencar, Bello Parga, Romeu Tuma, Eduardo Siqueira Campos, Lúcio Alcântara, José Roberto Arruda, Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino, Pedro Simon, Carlos Bezerra, Jader Barbalho, Jonas Pinheiro e Juvêncio da Fonseca, membros da Comissão, e ainda os Senhores Senadores Antonio Carlos Magalhães, Marina Silva, Roberto Requião, Casildo Maldaner, José Eduardo Dutra e Sebastião Viana, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a "apurar fatos do conhecimento do Senado Federal, veiculados pela imprensa nacional, envolvendo instituições financeiras, sociedades de crédito, financiamento e investimento que constituem o Sistema Financeiro Nacional". Havendo número regimental, o Senhor Presidente Senador Bello Parga declara abertos os trabalhos e esclarece que a presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Armínio Fraga, Presidente do Banco Central a quem é dada a palavra. Após breves considerações iniciais do depoente, o Senhor Relator, Senador João Alberto Souza faz sua arguição ao depoente que, em seguida, responde às perguntas do Relator. O Senhor Senador Bello Parga passa a palavra aos Senhores Senadores inscritos, sendo eles, pela ordem, Senador Eduardo Suplicy, Senador Eduardo Siqueira Campos; Senador Fernando Bezerra; Senador Lúcio Alcântara; Senador Gilberto Mestrinho; Senador Roberto Saturnino; Senador José Alencar; Senador Roberto Requião; Senador José Roberto Arruda; Senador Pedro Simon; Senador José Eduardo Dutra e Senador Jader Barbalho. Foram aprovados por unanimidade dois requerimentos do Senhor Senador João Alberto Souza, sendo eles: para que sejam requisitados ao Banco Central todos os documentos relativos às investigações e apurações internas realizadas pelo Bacen sobre fa-

tos que estão sendo apurados no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito e para que sejam requisitados ao Banco Central todos os documentos – atas, pareceres e outros – que sustentaram a decisão do Bacen de vender dólares aos Bancos Marka e FonteCindam; três requerimentos dos Senhores Senadores Eduardo Suplicy e Roberto Saturnino, sendo eles, para que seja encaminhado, pelo Banco do Brasil, relatório final relativo à auditoria realizada pela instituição acerca das operações de crédito pendentes junto à Encol; requerimento de solicitação ao Ministério Público, de todos os documentos relativos ao inquérito instaurado a partir da representação, em 13 de março de 1995, pelos então deputados federais Jaques Wagner e José Eduardo Dutra, e requerimento para que o Banco Central encaminhe a esta CPI todas as informações acerca das remessas de capital do Banco Marka para suas subsidiárias no exterior em 1998 e 1999, bem como a distribuição de lucros, dividendos, honorários e outras formas de remuneração aos acionistas do banco nos anos de 1998 e 1999 e requerimento do Senhor Senador José Roberto Arruda para que a auditoria que a assessoria desta CPI fará ao Banco Marka seja estendida à Imobiliária Marka – Participações/Incorporações, criada recentemente e, ao que se sabe, de propriedade dos mesmos controladores do Banco, advindo-se daí a possibilidade de transferência de capital. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra os trabalhos e, para constar, eu, Cristina Judite Vicino, Secretária da Comissão, lavrei a presente que, lida e aprovada, irá à publicação, juntamente com o apanhamento das notas taquigráficas que fazem parte integrante desta ata. – **Bello Parga.**

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 127, de 1999, destinada a apurar fatos do conhecimento do Senado Federal, veiculados pela Imprensa nacional, envolvendo instituições financeiras e sociedades de crédito, financiamento e investimento, que constituem o sistema financeiro nacional.

Esclareço que a presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Armínio Fraga Neto, Presidente do Banco Central, e do Sr. Luiz Carlos Alvarez, Diretor de Fiscalização do mesmo Banco.

Indago do Plenário se é necessária a leitura da Ata da reunião anterior, realizada ontem, dia 14 de abril, ou se podemos considerá-la aprovada. Se nin-

guém manifestar contra, nós a daremos como aprovada. (Pausa.)

Aprovada a Ata.

Srs. Senadores, a fim de darmos um ordenamento aos trabalhos desta CPI, quero submeter ao Plenário algumas considerações.

Primeiro, após o pronunciamento de cada depoente, a palavra será dada, prioritariamente, ao Relator e depois aos Srs. Senadores membros da Comissão, respeitada a lista de inscrição, por prazo nunca superior a cinco minutos para cada um. Para réplica, cada Senador disporá de dois minutos. Quando me refiro à réplica, quero dizer que é para o Senador dizer se considera suas questões respondidas. O depoente disporá do mesmo prazo para resposta a cada Senador. Aplicaremos, para este ordenamento, o dispositivo regimental do art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal.

Os Senadores não membros, na medida do possível, poderão também fazer as suas indagações, pois haverá uma lista de inscrição também para os Senadores que não pertencem à Comissão.

Caso não haja nenhum pronunciamento contrário a essa ordem dos trabalhos, eu a considerarei aprovada.

Já faz parte da mesa o Dr. Armínio Fraga Neto.

Inicialmente, dirijo-me ao depoente, Dr. Armínio Fraga Neto, para comunicar que S. S^a foi convocado nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que lerei para que o Dr. Armínio Fraga dele tome conhecimento:

"Art. 148. No exercício das suas atribuições, a comissão parlamentar de inquérito terá poderes de investigações próprios das autoridades judiciais, facultada a realização de diligências que julgar necessárias; podendo convocar Ministros de Estado, tomar o depoimento de qualquer autoridade, inquirir testemunhas, sob compromisso, ouvir indiciados, requisitar de órgão público informações ou documentos de qualquer natureza, bem como requerer ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeções e auditorias que entender necessárias.

§ 2º – Os indiciados e testemunhas serão intimados de acordo com as prescrições estabelecidas na legislação processual penal."

A legislação processual penal está contida no art. 203 do Código de Processo Penal, cujos termos são os seguintes:

"A testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, devendo declarar o seu nome, sua idade, seu Estado e sua residência, sua profissão, lugar

onde exerce a sua atividade, se é parente, em que grau, de alguma das partes ou quais as suas relações com qualquer delas, e relatar o que souber explicando sempre as razões de sua ciência ou as circunstâncias pelas quais possa avaliar-se de sua credibilidade.

S. S^a traz o formulário já devidamente preenchido do termo de compromisso. Vou ler o termo de compromisso:

Nome completo: Armínio Fraga Neto. Idade: 41 anos. CPF: 469065257-00. Estado Civil: casado. Residência: Brasília e Rio de Janeiro. Profissão: economista. Local onde exerce a sua atividade atualmente: Banco Central do Brasil. É parente, em algum grau, de parte envolvida? Não.

O depoente, conforme assinado, compromete-se, afirmativamente, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade sobre o que souber e o que lhe for perguntado.

Quero esclarecer ao Plenário que foram ambos os depoentes convocados por esta Comissão. O Código de Processo Penal que, subsidiariamente, rege os nossos trabalhos, estabelece que "as testemunhas serão inquiridas, cada uma de **per se**, de modo que umas não saibam nem ouçam o depoimento das outras, devendo o juiz adverti-la das penas cominadas ao falso testemunho".

No entanto, como ambos foram convocados pelo Relator, com a conseqüente aprovação pelo Plenário, consulto V. Ex^{as}, ouvido primeiramente o Sr. Relator, se ambos devem fazer seus depoimentos conjuntamente, de vez que entendo necessária a complementaridade das informações que ambos trazem à Comissão.

Como se pronuncia o nobre Relator?

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Sr. Presidente, a convocação de ambos se deve ao fato de as matérias serem pertinentes. Assim, opino que as perguntas sejam dirigidas ao Dr. Armínio Fraga e, se necessário, complementadas pelo Dr. Luiz Carlos Alvarez.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – De acordo com o parecer do Relator, submeto a questão de ordem à apreciação do Plenário.

Os Srs. Senadores favoráveis ao parecer do Relator queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Desta forma, passo a ler o Termo de Compromisso do Dr. Luiz Carlos Alvarez.

Nome completo: Luiz Carlos Alvarez; idade: 47 anos; CPF: 408.135.768-49; estado civil: separado

judicialmente; residência: SQN 115, Bloco "I", apto. 104; profissão: servidor público; local onde exerce sua atividade atualmente: Banco Central do Brasil; é parente, em algum grau, de parte envolvida? Não.

O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado? S. S^a respondeu afirmativamente.

Então, qualificados os dois convocados, inicialmente, concederei a palavra ao Dr. Arminio Fraga Neto para que faça o relato das informações que julgar conveniente, já que é o detentor de todos elementos, por força do cargo que ocupa, sobre os fatos que ocorreram anteriormente à sua posse no Banco Central. Todavia, por dever de ofício, S. S^a deve ter conhecimento completo. Assim, peço-lhe que faça uma exposição de tudo o que for do seu conhecimento e que julgue necessário esclarecer a esta Comissão.

Concedo-lhe, para tanto, o prazo de 30 minutos. No entanto, caso considere necessário estendê-lo, a Mesa estudará o assunto.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - Muito obrigado, Senador Bello Parga, gostaria de agradecer a V. Ex^a, ao Senador José Roberto Arruda, ao Senador João Alberto Souza e aos demais Srs. Senadores.

Início agradecendo a esta Comissão a oportunidade que me é dada, como Presidente do Banco Central do Brasil, de prestar esclarecimentos à Comissão e à sociedade. O Banco Central, com o espírito de transparência e de prestação de contas que a sociedade demanda e merece, se coloca à inteira disposição desta Comissão para prestar esclarecimentos e para dar um depoimento cuidadoso, detalhado e profissional daquilo que a Comissão considerar relevante.

Temos, no Banco Central, hoje, várias frentes de investigação abertas. São investigações já iniciadas em um momento relevante, ou seja, quando se levantou a possibilidade de problemas e o conhecimento de denúncias, etc. As investigações têm evoluído bastante. Algumas estão mais avançadas que outras. O que pretendemos fazer hoje é dar esse depoimento, que já bastante completo.

Preparamos um material, que gostaria de pedir permissão ao Presidente para mantê-lo em minha posse, pois pretendo, se necessário, consultá-lo. De qualquer forma, o material será entregue à Comissão, contendo respostas às perguntas feitas pelo Senador Jader Barbalho quando de seu requerimento. Aquelas que cabem ao Banco Central, encontram-se respondidas, apesar de alguns assuntos se-

rem próprios de outras áreas, como Banco do Brasil e Receita Federal, que, também, já prepararam as suas respostas. Desta forma, quando se apresentarem a esta Comissão, tenho certeza de que apresentarão relatórios detalhados.

Gostaria de deixar claro que não pouparei esforços para levar até o fim este trabalho. Nós, do Banco Central, não temos em nossa agenda, interesse que não seja o de esclarecer. Meu papel como Presidente do Banco Central é o de defender a instituição, que precisa ser forte e ter credibilidade. Este é um momento importante para o Banco, que sabe e entende que esses assuntos merecem esclarecimento total e absoluto. Meu papel, reitero, não é o de defender pessoas. A melhor forma de defender a instituição do Banco Central é relatar os fatos, e é isso que pretendemos fazer.

Antes de entrar em uma apresentação breve, mas já focando assuntos relevantes, gostaria de deixar claro que, no meu entender, o mais importante objetivo de nossa investigação – digo nossa, porque me parece que há uma investigação conjunta da sociedade neste momento – é esclarecer, focar nos procedimentos, é examinar processos de forma isenta, mas examinar processos inseridos no contexto do momento. Então, nos meus breves comentários, eu gostaria de passar a palavra a V. Ex^{as} o mais rápido possível para colocar em andamento o trabalho da Comissão.

Desejo aqui abordar quatro grandes temas, começando com o assunto informação, acusações, denúncias de vazamento, tocando em particular nos dois subcapítulos que dizem respeito à informação, que seriam aqueles que ganharam com a desvalorização cambial, ou seja, problemas que porventura tenham ocorrido antes da mudança de regime cambial. E, também, a denúncia mais recente de que outras informações, outros vazamentos teriam ocorrido também no assunto do Banco Marka.

Um segundo tema que gostaria de abordar aqui também, brevemente, é a questão do lucro dos bancos. Depois, terei breves comentários sobre a atuação do Banco Central nos casos Marka e FonteCindam. Eu terminaria traçando também breves comentários sobre as implicações dessa situação, desses eventos para a condução da política econômica, ou seja, o que estamos pensando, o que pretendemos fazer para responder a questões que têm sido, foram e vêm sendo suscitadas a partir dos eventos dos últimos meses.

Começando então com os dois primeiros temas – informação, lucro de bancos –, tenho três ou

quatro assuntos a tratar: Em primeiro lugar, cabe mencionar que é impossível provar que não houve vazamento. Portanto, cabe a nós, ao Banco Central, a esta Comissão, ao Ministério Público mostrar que, com um trabalho exaustivo, se atinge o que é possível, que é deixar todos os envolvidos com a sensação da confiança de que se examinou cada cantinho, cada problema, cada questão com todo cuidado. O Banco Central está investigando esses assuntos.

Começo então com o caso dos bancos. A pergunta é se houve vazamento antes da mudança de regime cambial e se houve uso de informação, que era informação de governo, ou seja, uso indevido, e se alguém se beneficiou dessa informação.

Nessa área, eu já tive oportunidade de abordar esse tema há algumas semanas, aqui no Senado e na Câmara, mas não em detalhes. Temos agora bastante informação aqui para entregar a esta Comissão. Gostaria apenas de abordar o raciocínio básico geral que precede a investigação. O primeiro ponto – e peço permissão ao Presidente para ler parte do material –, no que diz respeito à informação que precedeu a mudança do regime cambial, é, a meu ver, um ponto relativamente simples. O ponto é o seguinte: a informação de que o sistema cambial estava sob pressão e de que havia, naquele momento, dúvida inclusive da parte do Governo, da possibilidade de se preservar esse sistema, era a informação pública. Fizemos um resumo, aqui, neste material, e passo, então, a citar alguns exemplos.

Na semana que precedeu a mudança de regime, por exemplo, a revista **Veja** publicou um artigo – no fim de semana anterior –, atribuindo as informações a uma fonte do Palácio do Planalto, dizendo que o Presidente do Banco Central, à época Gustavo Franco, estava cansado e que o Diretor Francisco Lopes o havia substituído com sucesso nos períodos de férias.

Em entrevista ao **Jornal do Brasil**, publicada na edição de 8 de janeiro, na sexta-feira, o ex-Ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, relatava que havia sido amplamente discutida no Governo, em meados do segundo semestre de 1998, a necessidade de mudança do regime cambial e a posição favorável de Francisco Lopes, que, àquela época, já era visto como possível sucessor do então Presidente do BC.

Abro aspas: "Os analistas de mercado passaram a acompanhar seus passos e seu humor de perto", diz o texto da entrevista referindo-se a Francisco Lopes. Naquele momento, o mercado associava a

saída de Gustavo Franco à mudança do regime cambial.

É muito importante que se entenda que isso, na avaliação de risco das pessoas, dos investidores, naquele momento, era algo claríssimo. Em 11 de janeiro, dois dias antes do anúncio da alteração do regime de minibandas para um outro, de bandas largas, a **Folha de S. Paulo** publica artigo sob o título "Metamorfose", mencionando a possibilidade de Franco ser substituído por Lopes.

Estes são apenas alguns dos exemplos. Depois, numa entrevista, em declarações à saída do Ministério, perguntado sobre os rumores sobre a saída do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central, o Presidente declarou: – Não existe isso. O Ministro Malan é essencial para o Brasil. Não teceu qualquer comentário sobre Gustavo Franco.

Então, o assunto, naquele momento, no nosso entender e na avaliação fria de alguém que participou, durante muitos anos, do mercado financeiro, era público. E, certamente, era algo que, a meu ver, justificaria alguma atuação no mercado. Repito: não significa que não tenha havido vazamento; pode ser que tenha. O fato é que houve informação pública em abundância justificando medos, justificando risco de desvalorização, etc.

Fizemos uma análise cuidadosa também da mudança de posição do mercado, dos bancos, que está contida neste material que será entregue. Fizemos uma análise estatística de todas as mudanças de posição de bancos ocorridas no intervalo de dois dias – como foi nesse período, como mencionou o Deputado Mercadante no material que ele tem feito circular. Examinamos mudanças de posição semelhantes – não vou citar aqui os principais exemplos, mas está muito claro – e esses dados serão entregues a V. Ex^{as}. A mudança nesses dias, 11 e 12 de janeiro, de cerca de US\$900 milhões, não foi a única, inclusive foi bastante inferior a várias outras mudanças.

Fizemos uma análise estatística, pegando o período de julho de 1997 para cá, que foi o período de grandes turbulências. Essa mudança, inclusive, fica dentro de um intervalo de 2, desvio-padrão – não vou entediá-los com um longo discurso sobre estatística, mas é apenas um fato.

De novo, não significa que isso seja razão suficiente para não investigarmos. Ao contrário, a investigação começou já lá atrás e merece toda a nossa atenção. Mas o fato é que havia informação pública e o fato é que a mudança de posição, naquele mo-

mento, não foi, do ponto de vista estatístico, extraordinário.

Menciono isso, não querendo, de novo, entediá-los com assuntos muito técnicos, mas essa é a técnica de investigação tradicional. Quer dizer, a nossa CVM e as CVMs internacionais, quando procuram filtrar informações de mercado, buscando estabelecer indícios de que possa ter havido vazamento de informação, começam assim. Esse foi o trabalho que fizemos até para buscar identificar melhor esses aspectos.

O terceiro ponto que gostaria de abordar aqui – e que também está detalhado no nosso material –, diz respeito aos lucros dos bancos, em particular dos bancos estrangeiros.

Já mencionei – mas repito aqui – que, de fato, várias dessas instituições têm como política manter o seu investimento protegido contra eventuais variações na taxa de câmbio. No jargão técnico, usa-se a palavra "rediado", valendo-se da palavra que vem do inglês e que já é adotada no Brasil e em outros países. Os bancos, claro, adotam essa posição porque os seus investimentos são feitos na sua moeda de origem – dólar, marco –, em moeda forte, e a preocupação dos acionistas dos bancos é zelar para que esse investimento dê retorno na sua moeda. Então, eles têm uma política de proteção.

Nós, então, fizemos uma avaliação dos resultados dos bancos e constatamos que, em janeiro, que foi o mês da desvalorização, o resultado consolidado do setor mostrou não um lucro em dólar, mas uma perda de cerca de 32%. Ou seja, os bancos estrangeiros que fizeram investimentos no Brasil, que têm bancos aqui, em janeiro, ao computarem os seus resultados, observaram que perderam cerca de 1/3 do seu investimento. Então, o lucro que ocorreu foi em real, mas não foi nem de perto o suficiente para compensar isso. Assim mesmo, não me parece que nada disso que estou levantando aqui seja uma desculpa para não investigar.

Portanto, gostaria de deixar claro – e temos aqui os detalhes – que vamos continuar investigando e em colaboração, agora, com esta Comissão, que, por intermédio do Ministério Público, pode ter acesso a informações que a que o Banco Central não pode. Trabalhando em conjunto, vamos explorar esse assunto até que haja uma resposta definitiva que deixe todos nós confortáveis com o que se levantar. Assim – repetindo –, a tese que venho levantando não nos exime da responsabilidade de investigar, e é isso que temos feito.

Apenas para repetir, parece-me claro que a informação que precedeu a mudança do regime do cambial era pública. Inclusive, já havia medo e risco desde a crise russa. E não foi à toa que o Brasil saiu de uma posição de US\$75 bilhões de reserva e chegou agora, até mais recentemente, a uma posição líquida de cerca de US\$25 bilhões.

Ainda no assunto "informação", gostaria de abordar um outro tema, que é também relevante e, a meu ver, mais complexo e mais interessante do ponto de vista investigativo – o caso do Banco Marka.

Nesse caso, como V. Ex^{as} sabem, o material que vem sendo divulgado por meio da Imprensa, em matérias veiculadas pela revista **Veja** e por outros órgãos, realmente dá margem a suspeitas. Foi um vazamento de natureza diferente do outro assunto discutido há pouco, na medida em que, neste caso, seria uma informação, que acabou sendo equivocada – não importa. Estamos aqui avaliando o processo e não o resultado. Se houve passagem indevida de informação, e se houve ou não ganho, não interessa; o que interessa é se alguém passou informação, que era uma informação de governo, para que alguém se apropriasse disso em benefício próprio.

Esse é apenas um lado mais pitoresco, mas o fato é que o que aconteceu no caso do Banco Marka que nos chamou a atenção, enquanto autoridade monetária, foi que esse Banco operava com um grau de alavancagem absolutamente extraordinário. Eram vinte vezes o seu patrimônio. Então, parece-me que cabe a pergunta também – não que não caiba outra, mas, neste caso, com mais força a meu ver –, dada a desproporção do evento. De fato, como é possível que alguém tenha assumido uma posição de tal risco, a partir dessa constatação, que a meu ver é de natureza técnica, assim como são de natureza técnica algumas das constatações que fiz há pouco a respeito de as informações serem públicas, a respeito do lucro medido em dólar. Essa é uma informação técnica que; a meu ver, representa um indício, uma pista que merece ser perseguida.

No âmbito do Banco Central, instalei uma comissão de sindicância, além obviamente de intimar o banqueiro, e esse é um assunto que continua vivo. Tenho certeza de que esta Comissão dará uma contribuição importantíssima nesse processo de esclarecimento, porque de fato é algo que representa uma certa aberração, eu diria. Portanto, irá se adicionar aos demais trabalhos de investigação que temos feito.

Passando agora a esse assunto mais específico, que foi a atuação do Banco Central nos casos

dos Bancos Marka e FonteCindam, começo tecendo algumas considerações de caráter geral, que estão sendo também apresentadas por escrito a esta Comissão.

Sem me alongar muito – esse não é o meu estilo –, o Banco Central, naquele momento, defendia uma política de taxa de câmbio, que era, no início da semana em questão – falamos agora dos dias 11, 12, 13, 14 e 15 de janeiro –, uma política de taxa de câmbio quase fixa – havia uma trajetória de desvalorização predeterminada –, e, depois, com o anúncio da banda endógena, era uma política de mercado restrito, ou seja, havia um intervalo que era objeto da política do Banco Central, como é em outros países. Portanto, a política de câmbio, assim como a política monetária do Banco, tinha por objetivo proteger esse intervalo. No início, um intervalo muito estreito e, depois, de cerca de 10%.

O Banco Central, seguindo as suas atribuições legais do mandato que tem, procurava atingir esse objetivo através da sua atuação no mercado monetário e de câmbio, atuação essa que ocorria, primeiro, por meio da mesa de câmbio – a compra e venda de divisas no chamado mercado pronto –, e que ocorria também, como ocorre em vários outros países, principalmente naqueles que adotam uma política de câmbio fixo ou controlado, por meio dos mercados futuros. Em outros países, o banco central atua também no mercado de **swaps** e a termo. No Brasil, a principal área de atuação, fora o mercado pronto, era o mercado futuro.

A conjuntura econômica naquele momento era extremamente turbulenta. Não creio que seja necessário aqui tratar em detalhe de reviver aqueles momentos. Mas o fato é que havia grande pressão no mercado, as taxas de juros haviam sido mantidas em patamares elevados, havia uma saída de reservas que já vinha de alguns meses, e todo o arcabouço econômico do Plano Real estava sendo questionado. O medo era de tal natureza que o mercado demandava proteção contra o risco de uma mudança no regime cambial. A mudança ocorreu em duas etapas, e mesmo durante a segunda, que foi a etapa da banda, a demanda por proteção continuou; talvez tenha até aumentado, à medida que a avaliação do mercado era a de que naquele momento a banda não era sustentável.

O risco, portanto, era de natureza sistêmica. Havia o risco de que o Banco Central perdesse o controle da situação cambial. Essa situação, por sua vez, teria implicações sobre os balanços das empresas e dos bancos, e o medo, legítimo, naquele mo-

mento, era de que isso fosse algo de difícil administração. De fato, como sabemos, o processo que vivemos num período recente foi difícil. Tivemos momentos de grande pânico – a sexta-feira negra –, empresas sob pressão, dificuldade em financiamento externo e, infelizmente, um quadro recessivo para a nossa economia e para a população.

Naquele momento – repito, temos detalhes sobre o assunto; talvez não seja o caso, agora, na introdução, mas poderemos responder qualquer pergunta sobre o assunto – a Bolsa de Mercadorias e de Futuros, a chamada BMF, era um ponto focal de mecanismo de proteção para empresas e instituições financeiras, e, naquele momento, ficou claro para o Banco Central que duas instituições, em especial essas mencionadas – o Banco Marka mais do que o Banco FonteCindam –, pelo valor de sua posição e de seu capital, representavam um risco inaceitável.

A Bolsa, como sempre fez em momentos de dificuldade, trabalhou em cooperação com o Banco Central, alertando-o da natureza da situação e das potenciais dificuldades.

O Banco Central, então, se viu diante de duas alternativas: uma primeira teria sido não fazer nada; as posições seriam liquidadas de maneira compulsória pela Bolsa; haveria falta de capital; seriam deflagrados vários procedimentos; seriam acessados o capital em passos sucessivos de membros de compensação de fundos; e a informação, naquele momento, que seria percebida pelo sistema como um todo seria a de que haveria realmente dificuldade, caracterizando, inclusive na visão da Bolsa, um risco de natureza sistêmica como já tem sido dito.

A outra alternativa seria a cobertura da posição, zerando o patrimônio do banco, mas não detonando um processo de liquidação da instituição, que detonaria esse processo na Bolsa, o que se procurava evitar naquele momento.

Isso foi o que apurei, examinando os processos, conversando com as pessoas envolvidas. Essa é a base, a meu ver, da análise aqui desse aspecto. Existem outros aspectos relevantes nessa discussão da Comissão.

O momento era extremamente complexo e, na avaliação – V. Ex^{as} terão o depoimento de outras pessoas envolvidas – na minha interpretação da atitude do Banco Central, ele naquele momento assumiu a postura de comprar um seguro. O Banco Central estava consciente de que países como a Coreia, o México, a Tailândia, a Indonésia, e outros que, em momentos recentes, viveram crises profundas, que vieram na esteira de desvalorizações cambiais, o

Banco Central estava consciente que esse era um caminho a ser evitado. É importante frisar que naquele momento valia a banda, e era intenção do Banco Central preservar a banda.

Essa foi a decisão. Isso tem sido dito na imprensa, foram dadas entrevistas. Foi uma decisão tomada num momento difícil, uma decisão difícil tomada ali no calor da batalha. Foi feita com toda a base legal. Foram feitas todas as consultas e foram analisados os custos e os benefícios da decisão. E os custos e benefícios são esses que estou apresentando a V. Ex^{as}.

O Banco Central tomou a decisão, à época, de não cancelar a licença do banco. A licença não foi cancelada. Portanto, as providências que se fizerem necessárias, inclusive a partir das nossas investigações, investigações desta Comissão, poderão também ser tomadas. Eu gostaria de deixar isso claro.

Então, isso seria o que eu teria a dizer de maneira introdutória sobre, primeiro, esse caso do Banco Marka. Faço agora um breve comentário sobre o caso do FonteCindan. Nesse caso as posições eram menores. A operação surgiu na quarta-feira – o Banco Marka surgiu já ao final de terça-feira – já durante a nova sistemática de banda. A alternativa que foi apresentada ao Banco Central foi: ou sair, tirar o banco, zerar as posições nos mercados futuros do banco e dos seus fundos no preço limite da banda que vigorava naquele momento ou vender o dólar no mercado pronto. E o Banco Central tomou a decisão de vender o dólar no mercado futuro, evitando uma perda de reservas que teria sido interpretada pelo mercado como sendo um fator adicional de risco de monta relevante. Essa foi a decisão que o Banco Central tomou naquele momento. Foi isso que eu pude averiguar, investigando o assunto. Tanto num caso quanto em outro, os detalhes merecem atenção de todos, e estamos disponíveis e com o material para responder às perguntas que pudermos, com o nosso compromisso buscar a resposta quando não for possível responder. Nós temos muitas respostas, e isso eu deixo então para as perguntas.

Bem, eu gostaria de concluir – acho que eu já estou chegando ao limite do meu prazo – com um breve comentário sobre política econômica. Não é o assunto da Comissão, mas eu me sinto no dever de, como Presidente do Banco Central, de tecer alguns comentários sobre aquilo que nos parece são lições, sugestões e caminhos que pretendemos trilhar de tal forma que se evite, na medida do possível, situações como essa.

Em primeiro lugar – tenho dito isto e tenho inclusive tido discussões em outras Comissões com alguns de V. Ex^{as}; recebi recentemente correspondência do Senador Eduardo Suplicy muito rica em assuntos para discussão, estamos preparando um relatório sobre questões da Conta de Capital do Balanço de Pagamentos etc. – o regime de câmbio é algo que nos ajuda na busca de um sistema mais estável. Isso pode parecer até paradoxal, mas a razão é muito simples. Quando o mercado, a sociedade, entende que o câmbio é flutuante, certas posições de risco deixam de existir. Quer dizer, o próprio mercado se encarrega de evitar. Enquanto que, quando há percepção de que o câmbio é fixo, é comum acontecer essa tomada de riscos muito grandes, com base na visão de que o câmbio permanecerá fixo ou administrado para sempre.

Então, o próprio câmbio flutuante é um mecanismo defensivo nesse sentido, e isso nos ajudará. Mas é preciso ir além disso. E nessa área o que eu posso relatar é que o Banco Central tem já iniciado um projeto. Isso ocorreu inclusive antes de minha chegada, mas é algo que pretendo estimular e levar à conclusão – que transforma os métodos de supervisão em métodos preventivos – seria a chamada supervisão prudencial preventiva, que busca reduzir os riscos indevidos no sistema. O que quero dizer com isso? Quero dizer que cada instituição financeira deverá ter – e será obrigada a isso, por regra – limites muito claros de riscos, – e, aí, refiro-me a risco de câmbio, risco de juros, risco de prazo, risco de crédito –, limites compatíveis com o seu capital. A avaliação desses limites é uma avaliação que precisa ser feita na sua totalidade.

No Banco Central, estamos convencidos de que não é possível buscar a avaliação ou a restrição ou o controle de cada tipo de operação, de cada tipo de instrumento. Tenho dito isso aqui, e repito, o mercado é muito criativo, um mecanismo desses não é eficaz. É possível passar a responsabilidade, inclusive, para a gerência dos bancos e, aí, supervisionar e cobrar em cima disso.

A idéia, então, é ter posições consolidadas de risco para cada instituição. A partir daí, pode-se construir, também, uma posição consolidada de risco para o sistema. Essa posição deverá ser compatível com a capitalização do sistema e deverá ser acompanhada a partir de modelos de gerência que ponham a ênfase, realmente, no risco econômico e financeiro.

Então, eu gostaria de encerrar o meu breve depoimento aqui. Colocamo-nos à inteira disposição

desta Comissão, hoje, e naquilo que for necessário, nas próximas semanas.

Agradeço, novamente, a oportunidade que nos é dada e devolvo, então, a palavra ao nobre Presidente, Senador Bello Parga.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Vamos passar, então, à fase da inquirição do Depoente.

O SR. JADER BARBALHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jader Barbalho, pela ordem.

O SR. JADER BARBALHO – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a indagasse – já que estamos com dois depoentes – ao Dr. Luiz Carlos Álvares se gostaria de acrescentar algo às declarações do Presidente do Banco Central, Dr. Armínio Fraga. Se é da sua conveniência, se é do seu interesse, se ele tem algo a acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Sr. Luiz Carlos, V. S^a ouviu a colocação do Senador Jader Barbalho. Como responde V. S^a?

O SR. LUIZ CARLOS ÁLVARES - Eu só gostaria de deixar claro, dentro do que o Presidente, Dr. Armínio Fraga, falou a V. Ex^{as}, que a preocupação principal é com o processo, com a análise das decisões e com o ambiente daquele momento e que esta tem sido a nossa conduta, como responsável pela fiscalização. Há, neste momento, muitas pessoas trabalhando – e desde aquela época – em apurações, em dados e levantamentos. São assuntos complexos que continuam em andamento e que, certamente, até por requisição de V. Ex^{as}, forneceremos no momento em que estiverem completos.

Não há mais nada a acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Passamos, portanto, à fase da inquirição.

Para a ordem dos nossos trabalhos, quero, novamente, lembrar aos Srs. Senadores que o prazo para as indagações será de cinco minutos e para réplica mais dois minutos, tempo que será dado, também, para o depoente.

Quero dizer, também, que, a qualquer momento, o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator poderão fazer as suas indagações.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Encerra a exposição do Dr. Armínio Fraga, vou encerrar as inscrições para perguntas. De maneira que, pergunto, se ainda tiver algum Senador que queira fazer

pergunta, que se inscreva. Se não tiver mais nenhum interessado, este prazo está encerrado.

O Senador Pedro Simon manifesta interesse em perguntar e vai se inscrever.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Pela ordem, Sr. Presidente, sobre o processo de arguição.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Um momento. Pela ordem, pede a palavra, sobre os nossos trabalhos, o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, em todas as CPIs, especialmente aquelas que foram de extraordinária importância para a história do Brasil, nesta década, e aqui estão presentes diversos Senadores, como o Senador Pedro Simon, que participou das mesmas, refiro-me à CPI sobre o caso PC Farias, à do Orçamento, à dos Precatórios, no processo de arguição, permitia-se que aquele tempo regimental fosse utilizado de tal maneira a poder cada Senador ou Parlamentar fazer indagações que eram logo respondidas para, em seguida, continuar. Então, todo aquele tempo, até para que haja o melhor desvendar possível, até para que as próprias testemunhas possam responder muito claramente, acredito, para que haja o propósito da melhor maneira atendida, seria melhor este procedimento, então, que, dentro do tempo total, digamos, cinco minutos de arguição, cinco minutos de resposta, dois de arguição mais dois de réplica, que esse tempo todo fosse dado a cada Parlamentar, mas que o Parlamentar possa fazer pergunta por pergunta e ouvir a resposta. V. Ex^a haverá de lembrar que houve episódios extraordinariamente relevantes para se desvendar a partir da própria resposta dada naquele instante e da imediata reação de um Parlamentar. Eu gostaria, por exemplo, de lembrar um episódio, quando o ex-Senador e hoje Governador Mário Covas perguntava ao Deputado Genebaldo Correia, não fosse a presença de espírito do então Senador Mário Covas em muito perspicazmente descobrir o que se passava, naquele instante, descobriu-se, por exemplo, o que teria ocorrido com determinado cheque. Só para dar um exemplo. E há tantos outros que o Senador Pedro Simon haverá de lembrar.

É a sugestão que formulo, Sr. Presidente, que haja possibilidade de perguntas e respostas no tempo, sem prejuízo de se garantir a todos o benefício do tempo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – O tempo será o regimental, Senador. Quanto à maneira de fazer, várias perguntas seguidas ou cada uma de por si, ficará a critério de cada Senador, mas o horário regulamentar terá que ser obedecido.

O SR. EDUARDO SUPLYCY – Muito bem, assim está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – O primeiro arguidor é exatamente o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY – É o Relator, Sr. Presidente, a não ser que ele desista: mas, regimentalmente, é o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Foi um lapso de minha parte, devido à inexperiência no cargo de Presidente.

O SR. PEDRO SIMON – O Senador Suplicy cede para o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Não, o Relator tem o direito; aliás, primeiro, o Relator, depois, o Vice-Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLYCY – Nomalmente, o Relator é o primeiro e o último.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Sim, ele terá qualquer tempo, já disse.

O SR. RELATOR (João Alberto) – Sr. Presidente, vou fazer as perguntas dirigidas todas elas ao Presidente do Banco Central. Se o Diretor de Fiscalização quiser fazer algum adendo, ele poderá fazê-lo; se não o fizer, é porque está totalmente de acordo com as respostas do Presidente do Banco Central.

Sr. Presidente, também vou pautar as minhas perguntas aos fatos determinados que deram origem a esta CPI, que tem a co-responsabilidade da imprensa. Quando o Senador Jader Barbalho apresentou seu requerimento, os documentos anexados foram todos oriundos da imprensa do nosso País.

Quero fazer chegar às mãos de todos os Srs. Senadores, de todos os que estão presentes e também da imprensa as perguntas que vou formular para que sejam acompanhadas.

O fato determinado nº 01 no requerimento do Senador Jader Barbalho: Operação secreta de socorro aos Bancos Marka e FonteCindam, em 13 e 14 de janeiro de 1999, pelo Banco Central do Brasil.

Se a própria Bolsa de Mercadorias e de Futuros considerava que a quebra dos Bancos Marka e FonteCindam não colocaria em risco o mercado, por que o Banco Central socorreu com prejuízo para o Erário as mencionadas instituições bancárias? Esta afirmação está contida na **Folha de S. Paulo**, coluna do jornalista Celso Pinto, de 08/04/99, que passarei em seguida ao Presidente do Banco Central.

Ainda sobre o fato nº 01, por que o Banco Central não liquidou os Bancos Marka e FonteCindam e zerou suas posições no mercado futuro de dólar?

Evitar-se-ia, assim, o pânico no mercado, e os donos dos referidos Bancos ficariam devedores do Banco Central, respondendo com os seus bens. Esse procedimento foi sugerido pelo ex-Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Afonso Celso Pastore, como preferível à operação de socorro aos mencionados Bancos nas condições em que foi efetuada (mesma coluna do jornalista Celso Pinto, em **Folha de S. Paulo**, de 11/04/99).

Por que o Banco Central não vendeu dólares ao Banco Marka, financiando a compra por meio de um empréstimo de liquidez e usando os mesmos dólares como garantia, procedimento sugerido pelo ex-Presidente do Banco Central, Dr. Gustavo Loyola, como preferível "à doação de dinheiro público" aos citados Bancos (coluna do jornalista Celso Pinto em afirmação na **Folha de S. Paulo**, 11/04/99).

Dr. Armínio Fraga, qual é a sua avaliação sobre os seguintes fatos trazidos a público pelo jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 14 deste mês, página 06, "o banqueiro Salvatore Cacciola, além de atuar no mercado como proprietário do Banco Marka, operava no Brasil como investidor estrangeiro por meio de um fundo para capital externo do Banco Stock Maxima. Esse fundo, que tinha patrimônio de aproximadamente US\$30 milhões no fim do ano, encerrou suas operações logo depois da desvalorização do real e remeteu para o exterior US\$17 milhões no dia em que o Banco Marka quebrou. O fundo tinha Cacciola como o único quotista.

Em 13 de janeiro, dia da mudança no câmbio, o próprio Cacciola deu ordens para que fossem zerados os 2.300 contratos desse fundo no mercado de câmbio da Bolsa de Mercadorias & de Futuros. Na outra ponta, quem vendeu os dólares para encerramento dos negócios foi o Marka, com a cotação de R\$1,237. Nesse mesmo dia, se o fundo estrangeiro tivesse de comprar os dólares no mercado, teria pago em reais R\$1,32, ou seja, gastaria cerca de 5 milhões a mais.

Com o objetivo de que o Banco FonteCindam obtivesse financiamento privado para zerar suas posições na Bolsa de Mercadorias & de Futuros, o Banco Central deu garantia informal a várias instituições financeiras, todas elas de grande porte e com sede em São Paulo, de que o referido Banco não quebraria." **Folha de S. Paulo**, 11.04.99, pág. 11.

Quero acrescentar, Sr. Presidente, uma pergunta. Gostaria de perguntar a S. S^a se a decisão em relação aos Bancos Marka e FonteCindam decorreu de decisão colegiada da Diretoria do Banco Central. O Departamento Jurídico foi ouvido sobre o

assunto? Existe ata sobre a decisão ou manifestações por escrito? Foram o Marka e o FonteCindam as únicas instituições ajudadas?

Como acredito que tenha havido um documento nesse sentido, requisito, Sr. Presidente, desde já, que o Banco Central remeta todos os documentos relativos ao assunto. Requisito também, de imediato, todas as investigações já realizadas pelo Banco Central.

Quero, agora, falar sobre o fato determinado nº 2.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, não seria a questão de o ilustre presidente do Banco Central responder a esse primeiro item antes de entrarmos no segundo?

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – O Relator é o dono de suas questões, Senador.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Relator) – Encaminhei todas as perguntas aos Srs. Senadores. Ao Presidente, quero encaminhá-las com os documentos que tenho em mãos. S. Sª vai ficar com os documentos em mãos, entendeu, Senador Pedro Simon? Não vai haver o problema de se dizer que não se ouviu direito porque os documentos estão aqui.

Concorda, Senador? (Pausa.)

Muito obrigado.

Fato gerador nº 2. Fato determinado no requerimento do Senador Jader Barbalho e assinado por nós, Senadores.

Fato determinado: vazamento de informações que propiciaram a diversos bancos lucros exorbitantes para a ocasião da maxidesvalorização do Real, em janeiro de 1999.

O Deputado Aloizio Mercadante, em pronunciamento no plenário da Câmara dos Deputados, com grande repercussão na imprensa, denunciou que os Bancos BBM, Morgam, ING, Boston, Garantia, Pactual, Citibank, Beal e Matrix alteraram suas posições cambiais às vésperas da desvalorização do real, em janeiro último, o que sugeriria ocorrência de **inside information** – informações privilegiadas. Que providências foram tomadas pelo Banco Central para apurar as graves denúncias apresentadas? Há alguma investigação em curso em seu âmbito ou de outro órgão do Poder Executivo? Em caso afirmativo, o que foi apurado até o momento?

Desculpe-me, Presidente, mas tenho uma série de documentos.

Fato determinado nº 3: prejuízos dos clientes e aplicadores de bancos e fundos de investimento em contraposição aos lucros obtidos pelos bancos e instituições financeiras por ocasião da maxidesvaloriza-

ção do Real. Várias instituições financeiras se colocaram a salvo da maxidesvalorização do Real, em janeiro deste ano, obtendo, inclusive, grandes lucros, enquanto seus correntistas e aplicadores amargavam sérios prejuízos. Entre outros – caso noticiado pela nossa imprensa – temos o Unibanco, que defendeu muito bem o patrimônio próprio de R\$2,7 bilhões e garantiu um lucro de R\$85,2 milhões. "Estávamos em uma posição defensiva e não especulativa", reage o presidente Joaquim Castro Neto. Já o Unibanco Management, que cuida do dinheiro de clientes, não usou essa mesma estratégia. Isso está contido na revista IstoÉ, de 24.03.99. Quais são as considerações de V. Sa. a esse respeito?

Fato determinado nº 4. Utilização do Fiex, Fundo de Investimento do Exterior, para a retirada do País, de forma irregular e fraudulenta, de cerca de U\$400 milhões. Ao abordar as operações de câmbio realizadas no auge da crise do Real que propiciaram a retirada do País, de forma irregular e fraudulenta, de cerca de U\$400 milhões, o jornalista Felipe Patu-ry escreveu na revista Veja, de 17.02.99, o seguinte: "Grande parte da operação sob investigação foi feita por meio do Fundo de Investimento no Exterior – FIEIX. Segundo as normas do Banco Central, a maior parte dos dólares que deixou o país por aquele Fundo deve ser aplicado, obrigatoriamente, na compra de título de dívida externa brasileiro lá fora." Em vez disso "despacharam o dinheiro para o exterior e alugaram títulos em posse de outros bancos. Essa operação é considerada, no mercado, como barriga-de-aluguel. O que V. Sª poderia informar a esse respeito?

Fato determinado nº 5. Obtenção, por bancos estrangeiros, de lucros exorbitantes em suas operações em títulos públicos, especialmente após o Plano Real. Durante o período de inflação elevada, as aplicações em títulos públicos, que então alimentava a chamada "ciranda financeira" eram entendidas como uma forma de proteção contra a corrosão inflacionária. Esperava-se que, com o controle da inflação tal distorção fosse eliminada. O que vemos hoje? Porém, após quase cinco anos de estabilidade monetária é que a dívida pública interna, de cerca de 40 bilhões em 1994, elevou-se para mais de 400 bilhões de reais. Segundo o jornal **Folha de S. Paulo**, em editorial de 4 de março de 1999:

"A dívida pública não apenas cresceu, mas passou a ser rolada com juros ainda maiores".

Os títulos públicos continuam sendo a mola mestra da ciranda financeira. Segundo aquele órgão de imprensa, no final de 1998, os títulos geraram

43% da receita dos bancos estrangeiros; enquanto os empréstimos produtivos respondiam com apenas 17%. Como V. S^a explicaria tal distorção? Até quando o trabalho dos brasileiros terá de sustentar os lucros extraordinários dos bancos, especialmente dos estrangeiros? Quando a estabilidade monetária trará os seus efeitos benéficos ao setor financeiro?

Fato determinado nº 6. Dr. Armínio Fraga, Presidente do Banco Central, o fato determinado diz da fragilidade do sistema, e parte do sistema nacional – mesmo do Sistema Nacional Financeiro – que, mesmo após uma enorme injeção de recursos, feito pelo PROER, continua a ter problemas. Segundo ex- Presidente do Banco Central, Dr. Gustavo Loyola, o PROER foi instituído para atender correntistas e poupadores e a própria sociedade. Segundo tal concepção, ao mesmo tempo em que fortaleceria o Sistema Financeiro e afastaria o fantasma de uma crise bancária e seus reflexos negativos sobre a estabilidade monetária, o Programa propiciaria melhores condições de fiscalização por parte do Banco Central. Ocorre que, passado mais de três anos de criação do Proer e apesar dos mais de 20 bilhões de dólares despendidos na tarefa de saneamento de instituições financeiras, o Sistema Financeiro Nacional continua dando sinais de debilidade, com constante liquidação de bancos, corretoras e distribuidoras, quase sempre seguida de escândalos, enormes passivos e clientes lesados.

Como V. S^a vê o Proer? Como explica a fragilidade de parte do Sistema Financeiro Nacional, após a injeção de enorme soma de dinheiro propiciada pelo Proer?

Fato determinado nº 7: Sonegação de impostos que estaria sendo praticada pelos bancos Citibank, J. P. Morgan, Deutsche bank, Crédit Suisse, First Boston, Crédit Commercial de France.

Segundo o ex-Presidente do Banco Central, Dr. Gustavo Loyola, o Proer...(desculpem-me, esse aqui é o fato determinado nº 7, e este era o fato nº 6).

No fato determinado nº 7, o jornalista Ari Cunha, em sua coluna do **Correio Braziliense**, de 23 de 1999, informa que o Secretário da Receita Federal, Dr. Everardo Maciel, acusa de sonegação de impostos os bancos referidos. As investigações relativas à referida sonegação estariam sendo prejudicadas pela falta de cooperação do Banco Central do Brasil. O que V. S^a poderia informar a respeito?

Sr. Presidente, essas seriam as perguntas da relatoria. Reservem-me o direito de, durante as respostas tanto do Dr. Armínio Fraga como do Dr. Luiz

Carlos Alvarez, se necessário ou se desejar, interferir no assunto.

Quero voltar a dizer que esta CPI foi criada com documentos inseridos no dia-a-dia da imprensa brasileira. E passo às mãos de V. Ex^a, para que repasse às mãos do Presidente do Banco Central as perguntas aqui feitas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Encerrada a arguição do Relator, concedo a palavra ao Dr. Armínio Fraga, deixando-lhe a faculdade, se assim o desejar, de transferir algum fornecimento de informação ao Dr. Luiz Carlos.

Com a palavra o Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria agradecer ao Relator pela forma cuidadosa e detalhada com que apresentou suas perguntas. E é com esse espírito que passo, agora, às respostas.

Já teci alguns comentários gerais sobre várias das perguntas. Não pretendo me repetir muito, mas peço desculpas a V. Ex^{as}. e aos demais se eu passar um assunto ou outro.

Nós, ao final desta reunião, entregaremos ao Presidente, à Mesa, um documento que contém as nossas colocações gerais e também respostas e documentos que se referem às perguntas originais do Senador Jader Barbalho, que foram aprofundadas pelo Relator desta Comissão, Senador João Alberto.

Então, começando na ordem, eu gostaria de tecer comentários mais gerais e, depois, passar a palavra ao Diretor Alvarez, que pode dar o detalhe mais técnico que me parece necessário neste momento.

A primeira questão gira em torno dos Bancos Marka e FonteCindam. Farei alguns breves comentários e, em seguida, eu gostaria de, a cada pergunta, fazer o meu comentário, e o Diretor Alvarez também o fará, se isso for razoável a V. Ex^a.

Na questão mais geral de risco do mercado, risco sistêmico, parece-me muito claro que o contato que a BM & F teve com o Banco Central, àquele momento, foi de alguém que demonstrava claramente uma preocupação com a situação do mercado, com algumas posições da Bolsa. Esse contato foi inclusive registrado em uma carta que já foi veiculada pela imprensa, da BM & F ao Banco Central, em que fala abertamente de risco de mercado.

Mas eu gostaria de tecer alguns comentários sobre esse assunto, porque, na realidade, não se questiona o bom trabalho que a BM & F vem desen-

volvendo ao longo dos anos, mas, sim, qual era, naquele momento, numa situação absolutamente excepcional, a situação específica de certas instituições, as cadeias de pagamento, as seqüências de riscos que existiam.

Esse problema foi suscitado, repito, e confirmado pela própria Bolsa. O Banco Central sempre teve um excelente relacionamento com a Superintendência da BM & F, que é quem administra esses assuntos no dia-a-dia. O nosso saudoso Dorival Rodrigues Alves, que Deus o tenha, faleceu há pouco tempo, sempre fez um brilhante trabalho, e o Banco Central ficou realmente muito preocupado quando ouviu do Dorival e recebeu sua correspondência.

A decisão de não liquidar os bancos foi, de novo, pautada. Respondendo já às perguntas do Senador João Alberto Souza, que V. Ex^a fez ao final, a decisão foi colegiada com respaldo e consulta ao Departamento Jurídico, que se restringiu às duas instituições. Foi uma decisão que examinou os assuntos. Vou passar, em breve, a palavra ao Diretor Alvarez, para que ele possa também tecer alguns comentários mais técnicos sobre isso.

Mas a percepção das pessoas, da Diretoria do Banco, àquele momento, ao que pude verificar, foi de que qualquer questionamento ao mecanismo de proteção, ao mecanismo de **hedges** teria consequências gravíssimas para o mercado. Mesmo um mercado que foi realmente muito beneficiado pelo Proer e pela capitalização, num momento de volatilidade extrema, pode passar por momentos difíceis; mesmo um mercado que, como um todo, apresentava uma saúde bastante boa – também teremos oportunidade de tecer mais comentários sobre esse assunto, quando abordarmos a sexta pergunta. Mesmo um mercado assim contém instituições e imposições difíceis e, naquele momento, a percepção era esta: era um risco sistêmico, conjunto, que ligava algumas instituições ao mecanismo de câmbio, ao sistema de câmbio, e a avaliação do banco foi de que esse risco poderia levar à ruptura do sistema. De novo, volto a enfatizar que a decisão foi tomada enquanto valia o regime de bandas e nós sabemos o que aconteceu depois. Portanto, parece-me que a preocupação era válida e foi, como mencionei também em meus comentários iniciais, portanto, uma decisão que teve uma conotação de seguro.

A idéia do empréstimo de liquidez não era possível, não havia garantias disponíveis, foi examinada. Esse assunto, desse fundo de capital externo, de fato o Banco Central vem investigando isso, foram investigações nossas que foram parar na mão da im-

prensa. Eu gostaria que o diretor Alvarez esclarecesse mais o assunto. Existe o Fundo e nós temos algo a dizer.

Quanto à última questão, o Banco Central não deu garantia informal, apenas supriu a oferta de dólares no mercado futuro para evitar a venda no mercado pronto à taxa que era taxa do limite da banda.

Gostaria de parar aqui por um instante e passar a palavra ao Dr. Alvarez para que ele acrescente os comentários que achar pertinentes, antes de seguirmos com a lista de perguntas.

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – Com relação ao fato número um, segunda questão, a decisão do Banco Central, naquela semana, foi de que a liquidação de qualquer banco ou a quebra da confiança na existência do mercado de **hedge** na bolsa de mercadorias e futuros geraria um risco muito grande e que não valeria a pena correr. Esse risco decorre, basicamente, mesmo o sistema financeiro como um todo estando, na nossa opinião, muito seguro, de vários fatores.

O primeiro fator importante é que em todos os países que sofreram uma crise cambial o sistema financeiro foi muito fortemente afetado, com crises muito fortes que, inclusive, estão dificultando a retomada do crescimento, a retomada das condições boas para esses países e, inclusive, com casos, como o do Equador, que teve que ficar mais de uma semana com o sistema bancário fechado.

Por que essa expectativa em relação ao sistema financeiro? Por que, obviamente, todas as transações na economia passam pelo sistema financeiro. Uma mudança de um patamar de câmbio muito abrupta causa alterações profundas nos preços relativos, nas dívidas das empresas, nos preços dos seus produtos, nas suas dívidas. Então, é natural que se espere um problema.

Então, veja bem. Em uma situação desse tipo, o boato, às vezes, fala mais do que a verdade. Nós afirmávamos, como afirmamos hoje, que o sistema está seguro, mas é importante que os agentes acreditem. Se, mesmo com o sistema seguro, nós tivemos questões difíceis até agora, como, por exemplo, a quase eliminação das linhas de crédito para o País e para os bancos, que estão sendo retomadas pouco a pouco, imagine o que não teria ocorrido se um banco tivesse quebrado. E isso está associado ao fato de que, nos mercados futuros, as posições são, pela própria natureza, muito voláteis. Eu posso ir em um banco hoje e verificar que ele está comprado em uma posição, neste momento, no dia de ontem,

quando ele fechou ontem. Hoje, ele pode inverter completamente essa posição.

Então, ninguém tinha segurança em afirmar se o banco "a" estaria vendido ou se era o banco "b", ou o banco "c". Então, isso dá origem a muitas informações incorretas. Há muitas dúvidas e informações incorretas, como, por exemplo, a sexta-feira negra do dia 29, de que haveria um pacote, que seria feriado bancário. Isso gerou saques de bilhões no sistema.

A terceira questão, a qual está associada, é o fato de que a liquidação em um banco provocaria, por falta de recursos para honrar seus contratos no mercado de futuros, a liquidação compulsória, pela Bolsa, dos seus contratos. Mas essa liquidação compulsória é muito complicada. Significa que contratos assumidos não serão honrados. Bancos, pessoas físicas e jurídicas, todos que estavam redigeados, ou seja, na posição compradora, de repente se veriam na seguinte situação: esse meu contrato deixou de valer? Como ele vai ser liquidado? A que valor? Quanto, das minhas posições, serão liquidadas? Qual será a forma? Isso, certamente, geraria uma grande dúvida em relação à eficácia do instrumento, o que geraria uma pressão no mercado à vista, provocando a perda de divisas. Então, foi dentro desse contexto, muito complicado, com muito pouco espaço de tempo para decidir, que o Banco Central entendeu que não havia como liquidar os Bancos Marka e FonteCindam. E a pergunta, por que o Banco Central não liquidou? Exatamente é isso: pelo risco que o Banco Central percebia, associados a essas questões. E zerou suas posições no mercado futuro de dólar? O Banco Central não tinha como zerar suas posições no mercado futuro do dólar. Quando o Banco Central liquida, ele não pode colocar recursos públicos nesta liquidação. É lógico que muita gente gostaria. Mas como o Banco Central faria isso? Simplesmente ele não poderia. Automaticamente ele ficaria inadimplente e geraria esse processo todo que o Banco Central queria evitar: que era a sua avaliação.

Com relação à terceira questão – por que o Banco Central não vendeu dólares ao Banco Marka, financiando a compra por meio de empréstimo e liquidez –, o Banco Central teria que vender cerca de R\$1.265 bilhão ao Banco Marka, numa linha de crédito que não existia; o Banco Central empresta em Reais, o Banco Central teria que fazer um financiamento em Reais e não em dólares, e aí surgiria a questão da garantia – o Banco Central sempre exige garantias adicionais ao empréstimo – ; porque teria

um descasamento de moeda. O Banco Central estaria dando um empréstimo em moeda nacional e aceitando uma garantia de uma moeda estrangeira. Como houve desvalorização, e a moeda estrangeira valorizou, nesse caso não haveria problema. Mas, se a gente criasse uma linha de crédito teríamos que prever o contrário; e se eu tivesse dado o empréstimo em Reais, à taxa de R\$2 e pouco para alguma instituição, se ela tivesse comprado dólares a R\$2 e pouco e dado em garantia ao Banco Central? Hoje, com o dólar a R\$1,60, estaríamos aqui discutindo por que o Banco Central teve um prejuízo. Então, era inviável fazer esse tipo de operação.

Com relação à quarta questão, a do Fundo, as informações de que disponho – nesse período eu não estava no Banco Central, estava a mais de mil quilômetros de distância, estava de férias –, conversei com todas as pessoas da fiscalização que participaram desse processo. O Banco Marka apareceu ao Banco Central na quarta-feira, dia 13, e o Banco Central teve um dia e algumas horas para decidir a operação. No caso do FonteCindam, algumas horas para decidir a operação. Assim como essa avaliação de risco sistêmico também teve um dia e meio para se fazer a avaliação e tomar a decisão. E a decisão tomada tem que ser avaliada dentro daquele contexto. É mais ou menos como aquela situação no jogo de futebol em que, um lance muito complicado, depois de rever no **vídeo-tape** quarenta e quatro vezes, de usar computador, conclui-se se foi ou não falta. Mas o juiz não tem esse recurso. Ele não pode parar o jogo e ficar meia hora verificando se foi ou não falta, ele tem que tomar a decisão naquele calor do momento, daquela avaliação do que foi possível enxergar. Quando o Banco apareceu no Banco Central, essa operação de transferência desses contratos já estava realizada na Bolsa de Mercadorias. Antes de ele comparecer ao Banco Central, ela já constava da posição do banco, ou seja, já era um fato consumado, quer nós gostássemos ou não.

O segundo ponto é que, questionado verbalmente a respeito, ele informou que era dele, e não temos essa comprovação efetiva de que era dele, porque esse fundo de investimento é titulado por um outro fundo de investimento sediado no exterior. Há muitos elementos de convicção que mostram a participação do dono do banco, mas a afirmação dele, que tem também elementos de convicção muito fortes, foi a de que o único ou principal quotista – não sei dizer com precisão – desse fundo, sediado nas Bahamas, era o Marka Bank nas Bahamas, que era um banco do grupo e que teria necessidade desses

recursos para honrar os seus passivos. Não adianta nada numa situação desse tipo, em que há dois bancos, preservar-se um e quebrar-se o outro.

Efetivamente, há alguns questionamentos que estão nos preocupando, e esse processo encontra-se em apuração. De qualquer maneira, naquele momento, a única informação que se tinha era essa. A outra informação, que não procede – não é absolutamente verdadeira –, é a de que as remessas não foram efetuadas naquela semana, apenas uma remessa de US\$2 milhões. As remessas do fundo foram remetidas na semana seguinte, e o fundo teve um expressivo prejuízo, decorrente do posicionamento adotado pelo Banco Central de que os CDBs do Banco Marka, que fossem titulados pelos controladores, não seriam resgatados, somente o valor simbólico.

Com relação à última questão, o Banco Central não deu nenhuma garantia informal a ninguém em relação ao FonteCindam. No FonteCindam era uma operação que o Banco Central se sentiu entre o risco de perder divisas. Vou fazer operações no mercado futuro. Entendeu-se que operação no mercado futuro era mais confiável e melhor, não pressionava as reservas, que seriam liquidadas em reais.

Há mais uma questão: as investigações. Desde aquele momento, há pessoas – com alguma interrupção, em decorrência de outros trabalhos também relevantes –, no banco, apurando o movimento dos fundos, saques e recursos, a evolução da situação financeira, o pagamento dos credores e mais uma série de coisas correlatas. Esses trabalhos estão em andamento. Nós, talvez até por um erro de estratégia, não exigimos que fossem feitos relatórios parciais. Juntou-se muita documentação, e agora determinamos que fossem acelerados os relatórios, que serão fornecidos ao Exm^o Sr. Relator e à Mesa assim que estiverem prontos ou completados, mesmo que parcialmente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Prossiga o Sr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - Muito obrigado.

Vamos à segunda pergunta, que diz respeito à mudança de posição dos bancos, às vésperas da desvalorização, o que sugeriria a ocorrência de informação privilegiada. Já mencionei, agora há pouco, alguns aspectos técnicos. Apenas os repito aqui para efeito de encadeamento da resposta.

Fizemos um estudo cuidadoso de variações em posições de bancos que consta deste material que será entregue a esta Comissão, examinando, do

período do Plano Real, de julho de 1994 até o presente, as variações grandes, que estamos classificando como sendo superiores a US\$800 milhões em dois dias, seguindo a metodologia proposta pelo Deputado Mercadante. Outras metodologias foram examinadas também, e os dados básicos constam do material. Concluímos que ocorreram nesse período 41 casos de mudança de posição dos bancos de US\$800 milhões ou mais em períodos de dois dias consecutivos. Desses 41 casos, 26 foram variações positivas e 15 negativas. Entre 800 milhões e 1 bilhão foram dez. Essa recente foi de 900. No entanto, há também 16 outras maiores que ocorreram no período. De novo, isso não prova nada. A meu ver, é um fato relevante na medida em que coloca no contexto o que realmente ocorreu, qual foi a magnitude, etc.

No que diz respeito aos lucros que foram auferidos, já mencionei também que houve prejuízo em dólar da parte das instituições financeiras estrangeiras, e os lucros foram, obviamente, proporcionais às operações.

Por último, ainda nessa linha, li e gostaria de que V. Ex^{as} tivessem a chance de ler essa documentação; por isso a estamos encaminhando aos senhores, juntamente com trechos de material publicado pela Imprensa, que demonstram, na realidade, que não se tratava de informação privilegiada e sim de informação pública. Quem acompanhasse a Imprensa de perto, lendo com cuidado o que se publicou naquele período, como muitos no mercado o fizeram, tiraria a mesma conclusão. Porém, volto a repetir, tomamos imediatamente a iniciativa de investigar.

Passo a palavra ao Diretor Luiz Carlos Alvarez para que possa complementar com algo que seja relevante.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Solicito aos presentes que façam silêncio, a fim de que todos os Srs. Senadores sejam capazes de ouvir as respostas dadas à arguição do Relator.

Concedo a palavra ao Sr. Luiz Carlos Alvarez.

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – Cito que essas 40 posições, ou menos, dependendo do parâmetro que se adotar, que mostra que os sistemas sempre tentam, como é obrigação de qualquer tesoureiro ou de qualquer diretor financeiro, prever um risco que possa ocorrer e tentar evidentemente se proteger, em todas as demais, eles não ganharam. Houve o mesmo efeito na crise da Ásia e na da Rússia. Efetivamente, isso é uma circunstância normal que foi adotada.

Também é interessante notar que a questão dos lucros dos bancos não deve ser examinada sob uma ótica individual. Efetivamente, alguns bancos ganharam bastante na sua posição comprada em dólares; entretanto, tinham dívidas em moeda estrangeira e outras operações que não necessariamente lhes davam tranquilidade.

Bancos que geraram lucros grandes, em janeiro, com o dólar a US\$1,98, estarão perdendo parte desse lucro agora, com o dólar a US\$1,66. Clientes que tomaram empréstimo em moeda estrangeira não terão condições financeiras de pagar, aumentando a despesa via provisão, já que o empréstimo subiu de valor de modo muito rápido.

Posso citar as operações de **leasing**, onde é pública a questão complexa que surgiu com a atuação de várias frentes da sociedade, inclusive do Ministério da Justiça e da própria Justiça, para se encontrar uma solução com relação ao aumento muito grande das prestações.

A primeira questão muito importante, que também consta desse relatório, é que, considerando os segmentos dos diversos bancos, privados, nacionais, estrangeiros, com participação estrangeira, a média de lucratividade foi muito próxima.

A segunda questão é o procedimento que o Banco Central está adotando na fiscalização.

O primeiro momento aconteceu em Brasília, em procedimentos iniciais, de catalogação de dados desses movimentos do mercado. Apenas recentemente recebemos dados das posições dos mercados futuros e dados consolidados que nos permitissem ter primeiro uma visão global do sistema. Estamos montando uma equipe para tratar desses bancos – não só desses, mas também de outros – para os quais poderia ter vazado algum tipo de informação, mas não nos prendemos ao mercado à vista. Queremos examinar o banco como um todo, investigando questões referentes ao mercado à vista, mercados futuros, papéis cambiais que detinha, o modo como operou nas outras vezes – ou seja, investigar se o banco mudava habitualmente a sua posição quando havia algum grau de risco ou se esse comportamento pode ser considerado anômalo.

Efetivamente, sentimos que é muito difícil provar se o fato aconteceu ou não. Poderíamos chegar a indicativos que permitissem agrupar determinadas instituições como praticantes de atos normais e, em oposição a elas, outras que pudessem ser consideradas anormais em relação ao parâmetro estabelecido. Esse trabalho é complexo e deve ser feito cuidadosamente, levando em consideração que é neces-

sário separar as posições dos bancos e dos clientes ou que o banco pode ter certa posição e sua distribuidora, outra.

Esse é o trabalho que estamos realizando no momento. Peço um pouco de paciência, pois sei que todos gostariam que isso se resolvesse do modo mais rápido possível. Entendo essa pressa, mas não se pode perder de vista que este trabalho começou recentemente, pois durante todo esse tempo estivemos catalogando dados consolidados e fazendo análises globais para definir o procedimento a ser adotado.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra ao Sr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - Obrigado, Dr. Alvarez.

A próxima pergunta é referente à questão das instituições financeiras que se colocaram a salvo da maxidesvalorização em janeiro, obtendo inclusive grandes lucros, enquanto seus correntistas e aplicadores amargavam sérios prejuízos.

Fizemos um levantamento sobre o que aconteceu no sistema como um todo e gostaria que o Sr. Diretor Alvarez o apresentasse detalhadamente. Alguns ganharam, outros perderam, determinados fundos eram indexados ao dólar e por isso deram lucro – depende um pouco do objetivo de cada produto, cada instituição e cada fundo.

No caso específico já discutido por nós há pouco, o do Banco Marka, há pormenores que fazem parte do debate: eram fundos que corriam risco de câmbio e acabaram também trazendo grandes perdas para seus cotistas. Outros fundos, vendidos com proteção cambial, renderam lucros. Então, é preciso ser feita uma avaliação cuidadosa. Temos aqui um material bastante detalhado, o qual passo ao Dr. Alvarez para que sobre ele teça alguns comentários. O material poderá ser distribuído a todos os interessados.

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – Consta do material a ser distribuído o levantamento que fizemos, mas sobre ele falarei rapidamente. Somando-se dados referentes a todos os fundos existentes no final de janeiro de 1999 – que perfaziam mais de dois mil -, foram aplicados recursos da ordem de R\$153 bilhões. Para 120 desses fundos, os dados ainda não foram catalogados; há atraso de dados, mas eles são marginais. 87% dos fundos tiveram lucros; 6,9% deles tiveram perdas. Quanto ao restante, ainda não existem informações.

Em termos de número de cotistas: no Brasil, 99,6% deles obtiveram lucros e apenas 0,4%, prejuí-

zos. O resultado do mês, considerando os ganhos de cada fundo, indicam que os lucros do sistema de fundos de modo geral – e portanto de seus cotistas – atingiram R\$17,2 bilhões, enquanto as perdas alcançaram apenas R\$431 milhões. As perdas ficaram vinculadas a fundos de risco, basicamente aqueles denominados "derivativos/agressivo" – essa faixa é inclusive classificada nos jornais brasileiros.

A vinculação entre ganho e perda decorre do fato de que os bancos ofereciam aos seus clientes uma gama de fundos conforme o gosto. E temos o fundo de curto prazo, que tem uma rentabilidade muito baixa e existe uma exigência compulsória do Banco Central: pode ser sacado a qualquer momento, mas ele tende a ter uma rentabilidade muito pequena. Temos os Fundos de 30 dias; de 60 dias; Fundos de D.I.; temos Fundos de Ações; temos o Fiex, que é o Fundo de Investimento no Exterior, que tem uma vinculação cambial; temos os chamados Fundos Cambiais; temos os Fundos de **hedge**; e temos os Fundos de Derivativos, os fundos mais agressivos.

A maior parte dos bancos ofereciam um leque de produtos para os clientes. O cliente que optou por um fundo... Dentro do mesmo banco, tem-se o cliente que optou por um cambial – e ganhou, portanto – e um cliente que optou por um fundo mais agressivo, um fundo de derivativos – que poderia também estar na ponta cambial, vamos dizer assim, mas estava na ponta inversa – e perdeu.

Pegando-se as administrações, as administradoras, verificamos que administradores com lucro e com todos os seus fundos com lucro, foram 62 administradores; administradores com lucro e com todos os seus fundos com perda, nenhum, que seria a situação básica da pergunta; administradores com lucro, que tiveram fundos com lucro e fundos com prejuízo, tivemos 34. Temos alguns ainda sem informação dos administradores, balanços com atraso. Tivemos 18 administradores que perderam, que tiveram prejuízo em seus balanços e todos os fundos desses 18 tiveram lucro. Tivemos 01 administrador que teve perda e todos os seus fundos tiveram perda; tivemos administradores com perda, e com fundos que tiveram perda ou lucro, dependendo da distribuição, do perfil de cada fundo.

Como o Unibanco está especificamente citado, gostaria de citar que o Unibanco tinha uma quantidade de fundos muito expressiva. Apenas quatro deles tiveram prejuízos; e uma quantidade aqui – não sei se precisaria somar, mas são uns 60 ou 70 – teve lu-

cros. O maior prejuízo foi 5,3%; com mais de 5,3%, temos uns 15 fundos.

Então, evidentemente, creio que isso demonstra, com total segurança, que aquilo apontado pelos jornalistas não ocorreu. O que não impede que haja uma questão a ser levantada: se esses fundos agressivos foram vendidos de maneira correta, se o seu regulamento foi observado, se o cliente foi devidamente avisado. Essa questão está sendo também avaliada pela fiscalização no Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Com a palavra, para prosseguir, o Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado, Dr. Luiz Carlos Alvarez. Como deixou claro o Diretor Alvarez, a nossa avaliação foi bastante cuidadosa. Gostaria de remeter V. Ex^{as} ao relatório: a nossa preocupação de política econômica, nesse caso, é com a defesa do consumidor, que são cotistas que investem em fundos. Está claro que o valor, a análise estatística mostra um comportamento bastante razoável e estamos investigando esses aspectos que são muito importantes, principalmente para o pequeno investidor, para evitar que o pequeno investidor faça investimentos que sejam pouco transparentes, que ele, na realidade, não entenda qual é o risco em questão. É um assunto que o Banco Central vem examinando, supervisionando e fiscalizando.

Bem, a quarta pergunta diz respeito à retirada irregular e fraudulenta de cerca de US\$400 milhões por meio do mecanismo desses Fundos de Investimento no Exterior, o chamado Fiex, com barriga de aluguel. Temos examinado essa questão e não constatamos nenhuma retirada fraudulenta. De fato, houve a percepção de que alguns fundos poderiam estar utilizando o mecanismo de forma incorreta, inclusive, o Banco Central, há um mês e algumas semanas atrás, mudou alguns aspectos do regulamento para que o Fundo se mantivesse dentro dos seus princípios. Isso está também no relatório, descrito em detalhes. Talvez o Dr. Alvarez possa apresentar algum comentário adicional.

O fato é que existem hoje no Brasil mecanismos perfeitamente legais para tirar e colocar dinheiro do País; isso não é segredo. A preocupação do Banco Central não é com a entrada e com a saída por si só. Entendemos que isso é algo que o mercado determina e cabe ao Banco Central, ao Governo, conduzir política econômica de tal forma que o Brasil seja um pólo de investimentos de longo prazo – como sempre menciona o Senador Eduardo Suplicy –, trazendo estabilidade e crescimento.

No caso desse instrumento, não se viu nada de fraudulento, e as correções necessárias foram feitas.

Passo a palavra ao Diretor Alvarez.

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – Eu gostaria de destacar que, hoje, se qualquer um de nós brasileiros decidir ou quiser fazer uma aplicação de seus recursos no exterior, isso está plenamente permitido, observado o que diz a regulamentação do Banco Central e, obviamente, os aspectos fiscais.

Qualquer um de nós poderia chegar em um banco – vários bancos têm fundos investimentos no exterior, inclusive o Banco do Brasil – e, como uma forma alternativa de aplicação, remeter os recursos para o exterior. Tudo absolutamente normal.

Por outro lado, se quisermos fazer investimentos fora de Fiex, também é plenamente possível. Hoje, permite-se que qualquer brasileiro cumpridor de suas obrigações remeta dólares para fora do País, como aplicação de disponibilidade no exterior, e lá, alugue papel, se quiser.

O Banco Central criou um instrumento de Fiex e facilitou esse processo, pois entendia que havia uma demanda de aplicações cambiais, uma demanda em papéis brasileiros, e interessava criar uma forma mais fácil, mais prática, de canalizar esses recursos para os Fiex, porque ajudariam, fortaleceriam os papéis da dívida brasileira.

Então, não caracterizamos ou descobrimos nenhuma fraude nesse processo, mesmo porque, os recursos remetidos poderiam ter ido de outra forma, e retornaram. Há casos, inclusive, em que foram aplicados recursos de Fiex, remetendo dólares a R\$2,10, ou seja, quem aplicou no Fiex está recebendo hoje menor valor em reais. É óbvio que há uma concentração de valores também antes da desvalorização, dado que, naquele momento, havia um sentido de risco.

A regulamentação, à época do Fiex, dava a composição da carteira de uma forma não tão expressiva em papéis brasileiros, como também dava prazos muito elásticos para a adaptação da carteira, para ela ficar dentro dos limites. O Banco Central, percebendo isso, decidiu aperfeiçoar a regulamentação de forma a coibir – vamos chamar assim – esse tipo de questionamento, que estava absolutamente dentro da norma, mas não interessava ao Banco Central. Portanto, salvo alguma questão que desconhecemos, não descobrimos nenhuma fraude, mas apenas um procedimento absolutamente dentro das regras permitidas.

O SR. PRESIDENTE (Belló Parga) – Pode prosseguir, Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Obrigado, Sr. Presidente.

Passamos, então, à quinta questão, que versa sobre o lucro dos bancos, em particular alegando que os títulos públicos continuam sendo a mola mestra, que geravam 43% da receita dos bancos, etc. Como eu explicaria tal distorção, e se os bancos estrangeiros foram diferentes. O relator colocou também a questão dos empréstimos, se isso estaria desviando recursos, etc..

Então, Senador João Alberto, a minha avaliação mais geral dessa situação começa do lado macro. Ou seja, há hoje no Brasil uma situação em que o maior devedor é o Governo. E o Governo se endividou porque acumulou déficit; e os bancos, canalizando poupança, analisaram as alternativas, viram que o Governo estava numa posição de tomar recursos, pagando taxas atraentes, e fizeram o financiamento.

A alternativa seria – se o governo brasileiro não tivesse tido esse financiamento – emitir moeda. No fundo, há um outro lado dessa mesma moeda em que nós e o Governo temos de ter um pouco de autocrítica também e observar que não é por outra razão que isso ocorreu.

Temos aqui alguns detalhes sobre a diferença ou os percentuais de bancos estrangeiros e nacionais. Por acaso, as carteiras de títulos públicos detidas por bancos estrangeiros representam um percentual menor de seus ativos do que essas carteiras nos bancos brasileiros. Temos os dados. Vou passar, então, a palavra ao Diretor Alvarez. Acredito que, olhando para o futuro, a virada fiscal que hoje se apresenta como possível, graças ao apoio, em grande parte, do Congresso Nacional, do Senado, a meu ver, é a saída para essa situação.

O que isso significa do ponto de vista da economia brasileira, da atividade produtiva? Significa que o Governo deixa de competir com o setor privado por recursos, abrindo espaço para a queda da taxa de juros e para um aumento da oferta de crédito. Vejo com muito otimismo as atividades produtivas no País. Considero sua abordagem absolutamente preocupante, mas a resposta é esta: temos de trabalhar para fazer com que o Governo não dispute com o setor privado um volume de crédito que é limitado.

Então, passo a palavra ao Diretor Alvarez, para alguns detalhes sobre as carteiras dos bancos e esses percentuais, lembrando novamente que esse material estará à disposição de V. Ex^{as}.

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – A primeira questão importante salientar é que boa parte dos ti-

tulos adquiridos pelos bancos ou que o Governo financia através dos bancos não é uma colocação final desses bancos. Eles são revendidos a pessoas jurídicas, a pessoas físicas e a fundos. E é muito comum nesse mercado que o banco fique apenas com um **spread** muito pequeno. Esse papel, por definição, débito do Governo, para efeito de capital da Basiléia, é considerado como risco zero, então, a alavancagem pode ser bastante alta. Portanto, há muitas instituições especializadas nesse tipo de operação.

Obviamente, com um papel que rende hoje a uma meta **selic** em 34%, se ele comprar um lote do Governo a 34% e financiar à sua clientela a 33,9%, ganhará 0,1%. Só que, efetivamente, o volume de receitas que vai aparecer no seu demonstrativo será muito grande, e o de despesas também. Quer dizer, isso distorce completamente uma análise isolada do processo. Então, esse é o primeiro destaque que gostaríamos de dar. É o tipo de análise complexa de se fazer isoladamente em receita, sem considerar que isso carrega um volume de despesas aos seus associados diretamente muito grande.

A segunda questão é que, efetivamente, todo o setor financeiro tem problemas de direcionar seus recursos para operações de crédito, em virtude das condições macroeconômicas. E o Banco Central, como supervisor do sistema, neste momento, estaria preocupado se os bancos estivessem direcionando excessivos recursos de operações de crédito, porque, com taxas de juros elevadas e com condições macroeconômicas complexas, o risco de inadimplência é alto. E a própria demanda das empresas não é tão alta. Empresas bem capitalizadas, bem avançadas tecnologicamente, gerencialmente, financeiramente evitam recursos caros. Dessa forma, há um círculo vicioso, que gera menor participação das operações de crédito. À medida em que as taxas de juros estão caindo rapidamente, que o Governo está fazendo sua parte, que o Congresso aprovou todas as medidas de ordem fiscal, que as reformas estão avançando e que o País passa a ter condições macroeconômicas melhores, consequentemente, a taxa básica da economia deverá cair e haverá um natural direcionamento de recursos para operações de crédito.

O importante é que não há grande distinção na média entre bancos estrangeiros e bancos nacionais. O procedimento é mais ou menos uniforme. O que separa o procedimento é o tipo da instituição. Existem instituições que, embora sejam bancos, têm um perfil para operar no que chamamos de atacado,

em infusões, em aquisições, em operações estruturadas, em **underwriting**, em derivativos. Obviamente, ela não tem cultura, estrutura ou pessoas que operem em crédito. Isso tanto vale para operações estrangeiras como para operações de bancos nacionais. E alguns bancos nacionais e bancos estrangeiros, principalmente os de grandes redes, os varejistas, têm, obviamente, um direcionamento maior para operações de crédito, têm um perfil de crédito. E é isso que separa. E isso ocorre tanto em um segmento como em outro.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Dr. Armínio Fraga, V.S.^a pode continuar sua exposição.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Obrigado, Sr. Presidente. Vamos, então, à sexta pergunta, que diz respeito ao Proer e à saúde do sistema financeiro.

Mencionei, há pouco, a nossa avaliação do momento. Referi-me ao momento que precedeu a mudança no regime cambial, um momento de extraordinária incerteza. Hoje, passado esse período de grande turbulência, podemos dizer que o sistema teve uma reação adequada, com um comportamento exemplar de suas principais instituições, que estão bem capitalizadas. O momento que precedeu a mudança do regime cambial afetava uma parcela importante do mercado, afetava o elemento de risco cambial e as possíveis reações em cadeia, de difícil previsão, mas certamente de paralelo extraordinariamente preocupante em outros países.

Gostaria, no caso específico do Proer e da situação do sistema, passar a palavra ao diretor Luiz Carlos Alvarez, que conhece como ninguém o assunto, para que ele possa ilustrar e dar alguns detalhes da situação do sistema, sem prejuízo dos outros temas discutidos por esta Comissão.

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ - Inicialmente, quero fazer uma observação. Está registrado que foram despendidos R\$20 bilhões. Essa questão precisa ser bem encarada. O Banco Central efetivamente, por intermédio do Proer, realizou operações um pouco acima desse valor. Já mencionei, quando fui sabatinado, que, sem considerar atualizações obviamente, 30% desse valor são créditos contra a Caixa Econômica Federal, créditos garantidos – não existem dúvidas quanto a seu recebimento. Do restante, uma parte já foi recebida, pois o Bamerindus pagou todo o Proer ao Banco Central; e os demais casos estão dentro do processo de liquidação, garantidos por títulos públicos federais, conforme a lei determinava.

É preciso deixar claro que sistema financeiro, por natureza, é um sistema em que se tem de ter preocupação e um acompanhamento constante, porque ele tem de trabalhar alavancado para que possam diminuir suas taxas de juros e transferir parte dos benefícios ao setor produtivo. É um setor que trabalha à base de credibilidade: as pessoas têm que acreditar, o banco tem poucos recursos próprios. O dinheiro não é do banqueiro. Fala-se muito em dinheiro do banqueiro, deu-se dinheiro para o banqueiro, mas, na realidade, 95% do dinheiro do banco são dos depositantes. Se estes perderem a confiança no banco, por qualquer motivo, ele não terá como sobreviver.

A queda da inflação fez com que o problema bancário brasileiro viesse à tona. Isso também é uma característica que ocorre em todos os países que sofrem uma transição muito grande do ponto de vista econômico ou cambial, ou monetário, ou de hiperinflação. Os nossos bancos estavam com os custos excessivamente altos. O ganho com o simples trânsito de recursos de pessoas, de pagamentos de FGTS, de duplicatas que ficavam paradas no banco, sem qualquer remuneração, dava receitas da ordem de US\$9 bilhões ou US\$10 bilhões; US\$9 bilhões ao ano para o sistema que ele perdeu.

Então, havia uma situação muito grave em relação à instabilidade econômica. O Banco Central liquidou, desde aquela época, 188 instituições, das quais, uma parte, o Banco Central entendeu ou entendia que havia risco sistêmico; mas era a minoria.

O Banco Central não tem problemas de liquidar porque isso está associado à questão do Fontecindam e do Marka. Após estes, liquidamos um grupo recentemente, em março de 99. O que ocorre é o seguinte: se se verificar o perfil de liquidações – isso está neste documento –, aquelas desses últimos quase cinco anos atingiram R\$75 bilhões de passivos, e a crise ou o risco sistêmico estava concentrado até 97, quando o último grande banco foi resolvido. A partir daí, há uma drástica queda na quantidade e no volume de passivos que foram liquidados, de instituições que foram liquidadas. Vou citar exemplos: em 94, foram 41 instituições com passivos de 31, 32 bilhões praticamente; no ano de 95, foram 54, com passivos de 20 bilhões; no ano de 96, foram 23 instituições; no ano de 97, foram 45, com passivos de 15 bilhões. Ou seja, estamos falando em valores muito elevados. E, em 98, foram 18, com passivos de apenas 4 bilhões. E, em 99, já quatro meses passados, foram apenas 7, com passivos de US\$800 milhões.

É uma nítida mudança de tendência; é nítido também que esse é um instrumento que vai ser cada vez menos utilizado. Mas, obviamente, num rol de mais de mil instituições financeiras, não há como evitar-se que alguém tenha problema. O que precisa ser feito, o que tem sido feito é um melhoramento nos instrumentos de fiscalização, nos instrumentos de capitalização, nos instrumentos legais, que já foram feitos, com a aprovação da Lei nº 9.447, que nos permite afirmar, com segurança, que o sistema está muito mais sólido hoje. Significa que nenhuma liquidação vai haver? Não, isso é muito difícil no mundo todo. Estamos firmemente empenhados. E a minha cobrança de toda a equipe de fiscalização tem sido no sentido da meta zero. Só que esta não depende só da atuação do Banco Central, mas também de instrumentos legais que ainda precisam ser aperfeiçoados, que não dependem do Banco Central; depende de instrumentos de regulamentação, e o Banco Central está atuando, são importantes. Temos a nossa conta e, em última instância, também depende dos nossos banqueiros, porque não tenho como evitar, não tenho como impedir que, se um determinado banco entender, avaliar uma operação, avaliar uma tendência de economia errada e resolver, por exemplo, operar em crédito, e se isso se revelar lá para a frente como uma decisão errada e ele não estiver disposto a acatar as ponderações do Banco Central, não tenho o poder de chegar lá e dizer: "não, você não pode operar em A, vai operar em B.

Nossas regras ainda precisam ser aperfeiçoadas, inclusive do ponto de vista legal. Obviamente, algum sinistro ainda vai ocorrer, mas, com certeza, e a tendência é clara de que isso ainda está num nível muito, mas muito inferior, e a tendência é que seja ainda menos inferior. De qualquer maneira, isso não tira a preocupação que todos devemos ter – e os senhores são uma parte muito importantes nesse processo – porque a dinâmica do setor é muita dinâmica, ela muda muito rapidamente. O que sabemos, hoje, do sistema, se pararmos de examinar, daqui a três meses não saberemos mais como está o sistema. Então, é necessário um acompanhamento, é necessária uma preocupação, são necessários instrumentos de forma constante, ágil e eficiente, para que se evitem, efetivamente, situações de risco.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Muito bem, Dr. Arminio, chegue à última questão.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Passamos, então, à questão nº 07, que é ligada à área tributária e que nós gostaríamos de passar para os especialistas.

tas, o Dr. Everardo Maciel, mas não sem tecer um breve comentário quanto à acusação.

Conheço o Dr. Everardo, e ele nos conhece e conhece o Banco Central. É muito claro que o Banco Central e a Receita trabalham em cooperação, são órgãos de Governo e não é verdade que haja nenhuma dificuldade, de lado a lado, assim como, também, isso é público, hoje nós temos, nesse trabalho de investigação, também a Procuradoria-Geral da República e o Ministério Público. Agora, com esta Comissão, não há dúvida de que todos esses projetos serão tratados de forma cooperativa, de tal forma que se atinja o objetivo mais importante, que é, realmente, o de esclarecer essa situação, de dar satisfações à sociedade. Acho que, com isso, chegamos ao fim.

Passo ao diretor Alvarez para um comentário sobre essa última pergunta, depois retorno a palavra ao Presidente Bello Parga.

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – Gostaria de registrar que a atuação do Banco Central tem sido de estrita observância das leis. Então, nós estamos proibidos de fornecer muitas informações à Receita pelo sigilo bancário, assim como a Receita não pode nos fornecer algumas informações pelo sigilo fiscal.

Toda vez que o Banco Central detecta, num determinado trabalho, uma ocorrência que permita a conclusão de haja indício de sonegação fiscal, o Banco Central comunica à Receita, mas o Banco Central comunica de forma global, assim como a lei permite, e, obviamente, todos sabem da posição da Receita em relação à questão do sigilo. Mas seguimos estritamente o que diz a lei, quer dizer, essa acusação é infundada, possivelmente é decorrente de alguém que entende que o Banco Central poderia descumprir a lei, o que, efetivamente, não fazemos.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga.) – Dr. Armínio, nada mais a responder, de sua parte? (Pausa)

Pergunto ao Relator se acha que foram respondidas todas as suas questões.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Sr. Presidente, acho que sim. Eu, inclusive, quero dar vez para que todos os Senadores possam fazer as suas perguntas aos dirigentes bancários que aqui estão.

Somente queria uma complementação: quanto o Banco Central perdeu em dólares em janeiro. Tem algum levantamento a esse respeito?

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga.) – O Dr. Armínio ou o Dr. Alvarez irá responder?

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – Não tenho um levantamento de janeiro, perfeito, mas posso dizer que apenas naqueles três dias mais cruciais, o

Banco Central perdeu entre US\$6 ou 7 bilhões. Nos dias 11, 12 e 13. Isso, em dólares das reservas, as vendas de dólares para o mercado.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Muito bem. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga.) – Ou seja, diminuição de reservas?

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga.) – Vamos passar aos Senadores que se inscreveram para fazer arguição.

Antes de chamar o primeiro Senador, para melhor fluência dos nossos trabalhos, quero fazer um pedido, um apelo: os senhores Senadores, naturalmente, ao se dirigirem para esta reunião, já traziam as suas anotações a respeito daquilo que iriam perguntar. Como foi bastante exaustivo o questionamento do Relator, pediria apenas que fizessem uma revisão, a fim de evitar a repetição de perguntas sobre assuntos que já foram tratados.

Dito isso, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Sr. Presidente, Senador Bello Parga, Dr. Armínio Fraga, para quais instituições o Banco Central vendeu dólar a taxas de câmbio menores que as de mercado no mês de janeiro? Quando ocorreu? Porque o Banco Central reconheceu que fez isso com respeito aos Bancos Marka e FonteCindam. Que outros?

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Senador Suplicy, obrigado, a operação do Banco Marka foi a única, a do FonteCindam foi uma taxa equivalente à taxa da banda que vigorava naquele momento.

O SR. EDUARDO SUP LICY – V. Ex^a poderia especificar, exatamente, em quanto, seja o Banco Central ou o Banco do Brasil, através da Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – DTVM, estavam vendidos no momento da ruptura do modelo cambial em 12 de janeiro de 1999 e como se distribuía o compromisso de entrega de divisas pelas instituições Banco Central e Banco do Brasil?

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – A posição de câmbio era do Banco Central, e o Banco do Brasil era apenas o corretor, no caso. Então, deixo de lado o Banco do Brasil. O Banco do Brasil tem as suas operações, que são independentes, mas do ponto de vista de política pública eu me concentro no Banco Central. A atuação foi feita através do Banco do Brasil, mas apenas como intermediário. A pergunta é qual era o valor da posição vendida... Se V. Ex^a pudesse especificar...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Enquanto as instituições Banco Central, Banco do Brasil, através da DTVM, estavam vendidos no momento da ruptura do modelo cambial no dia 12 de janeiro.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Eu vou dar uma resposta aproximada, e o número poderá ser precisado, mas o número foi, inclusive, divulgado a **posteriori** quando se apresentaram os resultados da operação: aproximadamente US\$10 bilhões, eu não tenho o número de contratos aqui de cabeça, mas isso é fácil conseguir.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Para o Banco Marka, para o Banco FonteCindam, a que taxa de câmbio exatamente o Banco Central e o Banco do Brasil tinham o compromisso de entregar dólares e para quem eventualmente mais, porque V. S.^a mencionou que somente o Banco Marka teria tido o privilégio de ter operações a taxas menores que as vigentes. Para o Banco FonteCindam, a qual taxa foi, e qual era precisamente a taxa vigente na banda e no mercado no dia da operação?

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – Só para não deixar dúvida, no mercado futuro não há entrega de divisas. As compras e as vendas futuras de dólar não implicam que no momento da contratação haja qualquer pagamento de uma parte a outra, não há qualquer pagamento. As variações que o dólar passa a ter para mais ou para menos são objeto de pagamento de uma parte outra; quem está comprado, se o dólar sobe, recebe; quem está vendido, paga. Inversamente, se o dólar... apenas a diferencial em reais, não há movimentação de moeda estrangeira no mercado futuro, não há qualquer entrega de moeda estrangeira, é apenas um instrumento de garantia de **hedge**, que se eu perder, se eu tiver uma dívida em moeda estrangeira, o que vai aumentar a minha dívida em moeda estrangeira, exatamente aquele valor em reais, eu vou receber no mercado futuro. É apenas... isso eu queria deixar claro. E há também uma questão fundamental, que é dizer o seguinte: para se caracterizar em relação a qual mercado, a que preço estar-se-ia fazendo a comparação de preço de venda ao Banco Central e ao preço da operação que for realizada. No caso do FonteCindam, a operação foi realizada a 1,3220 no mercado futuro. No mercado à vista, o teto da banda era 1,32, ou seja, foi um pouco acima do teto da banda. Naquela quinta-feira, o mercado estava 1,31900. No futuro, na quinta-feira, estava 1,25 nas transações realizadas na Bolsa. E houve transações privadas, que estamos apurando.

No caso do Marka, a transação foi realizada a 1,2750. Se considerarmos as transações à vista, elas estavam um pouco superiores, mas as transações da BM&F estavam abaixo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Superiores ao nível de quanto exatamente?

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – Estavam próximos da banda de 1,32 no mercado à vista.

A comparação precisa ser feita com que mercado, com que tipo de operação? Se compararmos com a cotação das operações realizadas na BM&F naquele dia, ela está acima.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Armínio Fraga, como é que o Banco Central permitiu a remessa de US\$17 milhões para o exterior feita pelo Presidente do Banco Marka, logo após o fechamento da instituição e por meio do Banco Stock Massima e do Innovation Found? Pediria a V. Ex.^a que primeiro respondesse à pergunta.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - O Dr. Alvarez fez menção a isso quando de sua resposta. Não estava claro, como ainda não está, que o dinheiro era pertencente ao banqueiro. E isso ocorreu no momento em que nossos dados de data diferem um pouco daquele da pergunta de V. Ex.^a. Prefiro passar o detalhe para o Dr. Alvarez.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Permita-me primeiro concluir, Sr. Presidente. Depois, o Sr. Alvarez concluiria.

Se essa operação se realizou de fato dentro da legislação vigente, não seria justamente o caso de rever a legislação de remessa de recurso? O Banco Central sabia qual era o destino dos recursos? Sabe se eles foram repatriados?

O jornal **O Globo** de hoje menciona que, exatamente naquele dia 13 de janeiro, uma equipe de fiscalização do Banco Central estava dentro do Banco Stock Massima, acompanhou toda a operação de US\$17 milhões, feita pela Sr. Cacciola para o exterior. Tudo foi feito com o conhecimento do Banco Central.

V. S.^a acha que depois de simplesmente ter realizado uma operação que certamente não era do interesse dos próprios quotistas do Marka, uma operação feita simplesmente foi para proteger o patrimônio do diretor proprietário, e o Banco Central acompanhando tudo, estando lá a equipe, permitiu que fosse realizada? Essa operação hoje já foi repatriada? Os recursos foram repatriados? O Banco Central está exigindo a repatriação imediata ou já o fez?

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - O Sr. Senador coloca vários pontos importantes com relação a

esse fundo. Vou responder dentro do limite do detalhe que tenho e passo a palavra ao diretor Luiz Carlos Alvarez para acrescentar alguma coisa.

A operação foi feita por um fundo que operava através de outro banco e que tinha propriedade distinta ou, pelo menos, não claramente identificada com a propriedade do Banco Marka. Os recursos haviam ingressado no País e saíram. Até esse momento isso não caracteriza nada ilegal, e essa operação, como V. Ex^a colocou, foi feita antes da mudança.

Vou passar a palavra ao Diretor Alvarez para esclarecer os detalhes que ele domina melhor que eu. Agora, no que diz respeito à legislação em geral, V. Ex^a, como sempre, coloca perguntas muito pertinentes. E a questão que, a meu ver, é mais interessante é a da existência do que se chama um banco paralelo ou de instituições financeiras sem vínculos diretos, mas com possíveis vínculos indiretos. Esse é um assunto bastante complexo, mas que me parece estar na origem desse problema, e eu gostaria que o Diretor Alvarez fizesse uma exposição sobre os mínimos detalhes.

O SR. EDUARDO SUPLCY - Para não prejudicar o meu tempo e cumpri-lo regimentalmente, eu gostaria apenas de poder finalizar minhas perguntas.

Estou impressionado, Dr. Armínio Fraga, porque eu imaginava que V. S^a estivesse bem mais a par, estivesse nos dando informações mais completas, na medida em que o Banco Central tem anunciado há semanas, há mais de um mês, que está estudando esse caso em profundidade. Eu imaginava que nós, hoje, estaríamos colhendo informações muito mais precisas.

O SR. PEDRO SIMON - A parte inicial de V. Ex^a não foi feliz. Ele pode estar a par e não querer dizer. Agora, dizer que ele não está a par...

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) - O Senador Eduardo Suplicy está com a palavra, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - O Senador não está sendo correto.

O SR. EDUARDO SUPLCY - O Senador Pedro Simon está dizendo que eu não estou com toda a razão, mas era o que eu imaginava, até porque leio nos jornais de hoje que o Presidente Fernando Henrique Cardoso pediu ao Dr. Armínio Fraga para nos revelar tudo o que sabe. Estou com essa expectativa. E, para ajudar a esclarecer, vou trazer algumas informações que foram encaminhadas inclusive por uma das pessoas que estão se sentindo aviltadas com a sua participação aos direitos que não

está tendo junto ao Marka. Diz essa pessoa - que, certamente, é um dos cotistas que tiveram seus recursos perdidos - que os indícios de irregularidades com o Banco Marka começaram ao tempo da fusão e da Nikko Securities, a maior administradora de recursos do Japão. O acordo foi fechado entre um banco pequeno e desconhecido e a gigantesca Nikko porque o Marka ofereceu acesso ao tráfico de influências que o mesmo possuía junto ao Banco Central. Por meio de seus contatos, a **joint-venture** teria acesso a informações privilegiadas e tratamento **vip** junto ao Banco Central. O atual Presidente da Nikko Latin America, Nobbu, declarou que a Nikko teria sido enganada porque confiara nessas informações levantadas por Cacciola sobre a desvalorização do real, como está explicitado na revista **Veja**. Para ser Presidente do Marka Nikko, foi, então, escolhido um dos Diretores do Banco Marka, Sr. Francisco de Assis Moura de Melo, que já confirmou que mantinha encontros com o então Presidente do Banco Central, Francisco Lopes. E o Sr. Moura, então, passou a ser a pessoa que iria garantir esses ganhos para o Marka e a Nikko.

O fato de o Marka ter alavancado vinte vezes o seu patrimônio, conforme ressaltou V. S^a na contra-mão do mercado financeiro, deixa claro que o esquema montado era um ciclo que se iniciava com a obtenção de informações estratégicas, especulação pesadíssima e ganhos extraordinários. E os ganhos, ao que tudo indica, eram investidos em contas no exterior - espero que o Banco Central possa nos confirmar isso, ou não -, no Marka Bank Bahamas. O caráter de Moura deixou seus antigos clientes impressionados, segundo esse que era um dos clientes, porque logo após ele ter sofrido o confisco criminoso de sua aplicação, eles foram procurar o presidente do Banco Marka Nikko para saber a respeito de como teria acontecido aquilo. Ele respondeu a esses clientes que também havia perdido dinheiro.

Ora, um mês depois, veio a público os extratos de Moura que confirmam que ele sacou todo o seu dinheiro no dia 03 de janeiro, logo após o anúncio da introdução da banda larga. Às nove horas foi anunciada a mexida no câmbio e, às 9h01min, Moura sacou tudo. Desde então, ele nada mais tem respondido aos clientes do banco.

Se o Marka tinha um sócio bilionário, a Nikko Securities, que dispõe de dólares em caixa em abundância, por que foi necessário o Banco Central ajudá-lo? Por que fez aquela operação, ainda mais a uma taxa abaixo do teto da banda? Além disso, se o Marka tinha uma filial num paraíso fiscal, a Marka

Bahamas, a tesouraria do banco tinha dólares em seu caixa.

Fica claro que Cacciola e seus diretores possuíam contas no exterior – logicamente, em dólares. Se o banco declarou não dispor de dólares para cobrir os seus compromissos, por que o Banco Central não exigiu que esses recursos fossem reenviados ao Brasil para fazer frente a seus pagamentos? O Banco Central nem sequer investigou a movimentação do Marka Bahamas? Ou será que fez essa investigação a respeito da movimentação e do capital da mesma?

É evidente que esse banco tinha dinheiro para cobrir as suas apostas e que o BC, não se sabe por que – se é que está investigando –, mandou apurar e pagar com o dinheiro de toda a população.

O Sr. Cacciola afirmou que ia a Brasília para que o Banco Central cobrisse os seus contratos, e que levava consigo uma arma irrefutável. Na revista **Veja** ou na **Isto é Dinheiro** – em uma das duas –, isso saiu como uma bazuca que ele levava. Pergunto ao Presidente do Banco Central se ele tem conhecimento do que é essa tal bazuca.

Diz aqui esse senhor que as armas eram as fitas gravadas que se encontravam com a Sr^a Cíntia Costa de Sousa, que passou de advogada a sócia do Banco Marka e da imobiliária que os mesmos abriram, recentemente, no Rio -encaminho, a propósito, Sr. Presidente, requerimento para que essa senhora seja ouvida. Pergunto ao presidente do Banco Central se ele tem conhecimento dessa fita que estaria de posse da Sr^a Cíntia Costa de Sousa.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Senador Suplicy, dou por encerrado os seus questionamentos, que já ocuparam o tempo destinado às perguntas e às respostas.

Dou a palavra ao Presidente Arminio Fraga.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Preciso concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – V. Ex^a já extrapolou o seu tempo e agora vai receber respostas para as perguntas feitas.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Vou receber as respostas com toda a atenção.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - Obrigado, Senador Suplicy.

V. Ex^a cometeu uma injustiça comigo ao não me permitir concluir. O nosso trabalho no Banco Central é um trabalho de equipe e V. Ex^a sabe que tenho, além da Comissão, funções outras. A dedicação do Dr. Alvarez, que é pessoa da maior compe-

tência e de minha total confiança, ficará clara assim que eu passar a palavra para ele.

Mas o fato exige um comentário mais geral, a meu ver. O que me parece claro é que o Banco Central tomou uma decisão, naquele momento, de não deixar quebrar o banco, de zerar o capital, mas não liquidar o banco, pelas razões que já foram expostas aqui. Não há dúvida de que outros caminhos existiam, mas na avaliação feita à luz dos fatos conhecidos naquele momento, os outros caminhos teriam custos exorbitantes para o País e foram, portanto, descartados.

Não tenho conhecimento ou a posse da fita mencionada por V. Ex^a. Concordo – e mencionei esse fato aqui antes da pergunta de V. Ex^a – que, realmente, a situação do Banco Marka é uma situação espantosa que colocou todos nós na posição de investigar com todo cuidado e é isso que temos feito, inclusive olhando esses aspectos de fluxos de fundos e recursos mencionados por V. Ex^a.

Para comentar o assunto em mais detalhe, inclusive transmitindo a V. Ex^a qual é o estado atual dessa investigação, gostaria de passar a palavra ao Diretor Luiz Carlos Alvarez, como quis fazer há minutos atrás, certo de que poderemos responder às suas perguntas ou incorporá-las à nossa investigação.

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ - Senador Eduardo Suplicy, primeiro, queria mencionar que o Banco Stock Máximo, tinha, dentro da legislação, um fundo de renda fixa de capital estrangeiro, como existem centenas de outros. São recursos trazidos de fora e que são canalizados para o País. A legislação não tem maiores restrições, desde que sejam cumpridos todos os requisitos, inclusive com registro no Banco Central, no FIEEX, do que foi efetuado com contratação de câmbio junto às instituições autorizadas. O recurso entrou...Posso lhe dizer que o recurso que entrou no País é superior ao que saiu, houve, pois, prejuízo no fundo. Num primeiro momento, a única informação efetiva que se tem é que o titular dos investimentos é um fundo de aplicações.

Com certeza, se verificarmos todos os detentores de aplicações no País, temos muitos bancos, muitos investidores institucionais, muitos fundos de pensão e muitos fundos de investimentos, muitas contas coletivas e, obviamente, não sabemos ou, na maioria dos casos, não temos acesso para saber quem são os cotistas desses fundos. Um grande fundo internacional, dessas grandes administradoras, que resolva colocar papéis e investir no País, pode ter milhares de cotistas – não saberíamos

quem é o cotista. Esse é o primeiro ponto importantíssimo.

Outro ponto importantíssimo é o caso dos 17 milhões. O Banco Central detectou isso. Na realidade, a denúncia da imprensa veio depois que havíamos detectado, possivelmente por pessoas que estavam muito preocupadas em colocar as versões dos fatos antes dos mesmos o que acaba atrapalhando nossos trabalhos.

As remessas não foram feitas naquela semana; os recursos eram de um cotista do fundo. Quer dizer, legalmente, eles estariam permitindo a remessa. A única vinculação que efetivamente é possível se fazer – acredito, mas não posso ter certeza – é que esses recursos eram efetivamente do dono do banco. Não haveria motivo para fazer aquela transferência de posições no mercado futuro. Aquilo é uma coisa muito forte.

A outra questão é que checamos o Marka Bank, em Bahamas, tinha recursos, de montantes parecidos, aplicados nesse **Inovation Found**, que era o titular da conta no Stock Máximo.

Essas operações não foram feitas com o beneplácito do Banco Central, ele não estava lá dizendo para fazer. Não posso afirmar, mas até duvido que tivesse alguém do Stock Máximo vendo isso naquele dia. A única informação disponível que tínhamos, e estou-lhe transmitindo o que me transmitiram, pois não estava presente, volto a afirmar, já que estava de férias naquele dia. Salvatore Cacciola, o próprio Presidente do Banco, chegou e disse: "Fiz uma transferência. Já está transferido. Está na minha posição de um fundo que tinha, que é via o Marka Bank, pois preciso desses recursos para pagar os meus credores lá fora." Essa é a informação que tínhamos.

Concordo plenamente com sua preocupação e a endosso. Acredito que há muita coisa a ser pesquisada, e penso que esta Comissão tem um papel importantíssimo na apuração real dos fatos, até porque o Banco Central tem limitações do ponto de vista legal e os Srs. Senadores tem uma maior possibilidade.

Essas afirmações soltas, acusativas, não correspondem à realidade. O Banco Central não tinha toda a informação naquele momento, não tinha essa informação precisa. A fiscalização do Banco Central já tinha detectado isso, tendo sido objeto de uma reunião esta semana, no Rio de Janeiro, antes da notícia do jornal, para saber qual era o passo seguinte. Isso está sendo trabalhado. Mas o que vai ser feito... Não sei ainda qual vai ser o próximo pas-

so. Essa carta lida, embora demonstre, efetivamente uma insatisfação... Mas, obviamente, sendo uma pessoa sem responsabilidade ela se sente no direito de fazer qualquer acusação.

Por exemplo, é evidente que o Banco lá fora tinha recursos para pagar as postas. É evidente por que? Porque qualquer Banco tem seus credores. Esse fundo perdeu muito dinheiro. Eu já afirmei que esse fundo, que deu R\$17 milhões, ele remeteu ao exterior muito menos do que entrou, porque nós já tínhamos essa preocupação, nós proibíamos o resgate de CDBs de quem fosse ligado. Mas CDB era uma coisa que logo a gente percebeu. As outras coisas a gente não tinha como saber. Eventualmente, pode haver um outro fundo em qualquer parte do Sistema Financeiro com outro nome, que seja dele e não seja impossível nós detectarmos. Então, efetivamente, foi trabalhado com o que era disponível.

Eu concordo com V. S^a, com a sua preocupação, de que nós iremos até o fim. E se houve, se há indícios fortes de que ele teria ficado com recursos, quando não deveria ficar, nós devemos fazer o possível e o impossível...

O SR. EDUARDO SUPPLY – Para repatriá-lo.

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – ...para repatriá-lo, para cobrá-lo Estou plenamente de acordo.

A licença do Banco continua. Nós pretendemos não cancelamos ela já estava pronta. Nós determinamos que ele parasse de operar, mas não cancelamos, porque, se caracterizar irregularidade, nós pretendemos tomar as medidas adequadas.

Com relação à Nikko, a associação da Nikko com o Banco Marka foi numa empresa não financeira. É uma empresa de gerenciamento, de gestão de recursos. É uma empresa pequena, sem capital. Ela não é instituição financeira, ela não está sob o Banco Central. Então, não existia uma comissão financeira da Nikko. Se ela quisesse que o nome dela ficasse a salvo, ela poderia participar. Mas não há como legalmente imputar responsabilidades, a não ser num processo judicial, que se comprovasse má-fé ou qualquer coisa desse tipo.

Com relação às informações privilegiadas ou não, é evidente que nós temos o máximo interesse em apurar isso até o fim. Se houve pessoas que, com má-fé, participaram de algum processo, elas têm que ser punidas. De qualquer maneira, eu coloco a minha opinião: é muito difícil que essas pessoas fossem as pessoas que decidiam, pois, se assim fossem, dariam o recado certo, não perderiam. Quer dizer, então, pagou-se, se é que isso existiu, para perder dinheiro, é a primeira vez na história que

eu conheço **inside information** para se perder. Então, é muito estranho isso aí. E fico até feliz, se for verdade que a Nikko entrou nisso achando que tinha informação e perdeu. Quem pensa que tem informação mesmo, há muita gente que acredita nisso, a maior parte vai perder. Se existir, é um caso isolado.

O SR. EDUARDO SUPLY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLY – Sr. Presidente, como eu tenho mais duas perguntas a formular, eu peço o direito de me inscrever após todos os demais, quando terminado, caso os meus colegas não façam as duas perguntas que considero relevante, mas sem perder o direito dos outros.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Isso nós veremos, oportunamente, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLY – Peço para me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Não há essa figura.

O inquiridor seguinte é o Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Sr. Presidente, Dr. Armínio Fraga, Dr. José Carlos Alvarez, em primeiro lugar, eu gostaria de esclarecer ao nosso Relator que, em requerimento aprovado na data de ontem, todos os documentos relativos à fundamentação da suposta venda foram solicitados ao Banco Central. Portanto, isso já faz parte de matéria aprovada pela nossa Comissão na data de ontem. E digo isso, porque V. Ex^a, no meio de sua exposição, disse que requisitaria esses documentos.

Passo às perguntas, Dr. Armínio Fraga. A primeira delas seria para os dois: depois de indicados para a Presidência do Banco Central e para a Diretoria de Fiscalização, V. S^{as} foram procurados ou mantiveram qualquer tipo de contato telefônico ou por correspondência com algum diretor, sócio ou preposto do Banco Marka ou FonteCindam. Em caso de resposta afirmativa, quais seriam os assuntos tratados e quais as conseqüências desses assuntos em função desse contato. Essa é a primeira pergunta.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO NETO – Obrigado, Senador Siqueira Campos.

Eu recebi uma chamada do Dr. Cacciola que eu não retornei. Foi no período entre a minha indicação, a minha sabatina e a minha posse, eu, como não retornei, não sei do que se tratava.

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – O Presidente do Banco Marka me procurou telefonicamente várias vezes. Devo tê-lo atendido umas duas ou três vezes. Em todas, ele queria manifestar que o que estava sendo divulgado pela imprensa não era verdade, que não estava atijando contra o Banco Central, que não existia fita alguma, que tudo era... Isso era basicamente o que ele queria me dizer. Certa vez, perguntou-me sobre a questão do processo de cancelamento de autorização e eu simplesmente respondi que estava inclusive em outra área e seguindo os trâmites normais. Não me lembro de mais nada. Foi essencialmente essa a questão. A imprensa publicava que haveria reunião com os quotistas e que ele estaria dizendo coisas contra o Banco Central. Ele ligava e dizia: "Não é nada disso. Estão jogando um contra o outro. Isso é mentira". Somente isso. Nenhum assunto técnico, nenhuma outra questão.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Recebi, depois, um telefonema de uma pessoa do Banco FonteCindam que também não pude retornar. Vou registrar depois.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Esclarecido, Sr. Presidente. Passo à segunda pergunta. Esta diretamente ao Dr. Armínio Fraga...

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – V. Ex^a perguntou depois de indicado, não é?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Depois de indicados até a presente data.

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – Certo. Estive em contato com o Diretor do FonteCindam, em São Paulo, quando procurava pelo Dr. Mauch, mas isso foi antes, eu ainda era Chefe do Departamento.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Anterior à indicação de V. Ex^a para o atual cargo. Contato pessoal.

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – Um contato pessoal. O Dr. Mauch não podia atendê-lo e eu o atendi. Era apenas uma questão de... Já havia uma repercussão e ele queria apenas dar sua visão das coisas. Apenas isso.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Portanto, após a data da indicação, em ambos os casos, nenhum contato pessoal?

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – Nenhum contato pessoal.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – A segunda pergunta, Sr. Presidente, é para o Dr. Armínio Fraga. Eu gostaria de uma resposta afirmativa ou negativa. No caso, V. S^a considera que, as decisões tomadas pelo então Presidente do Banco Central,

Dr. Francisco Lopes, e de sua Diretoria, no caso dos auxílios ao Banco Marka e ao FonteCindam, possuíam ou possuem sustentação legal? E, em caso de resposta afirmativa, seria correto afirmar que os fatos investigados neste momento por esta CPI, a venda dos dólares com cotação abaixo, poderiam voltar a ocorrer? Existe brecha legal, no entendimento de V. Ex^a?

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - A pergunta é se...

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS - Se existe, no entendimento de V. Ex^a, base legal que fundamente os atos da venda de dólar abaixo da cotação.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - Sim. A investigação que fiz, averiguando os fatos, comprova que a operação foi feita à época, após consultas ao Departamento Jurídico do Banco Central. Portanto, não resta dúvida quanto a isso. O que virá no futuro teremos que examinar, de acordo com as circunstâncias: quais são as taxas, as leis e as regras do momento. O que posso garantir a V. Ex^a é que teremos, no Banco Central, sempre, como temos tido, o cuidado de atuar dentro de um arcabouço legal e ético muito claro.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS - Sr. Presidente, neste caso, concluo que talvez seja essa a grande e primeira tarefa desta Comissão ao final de seus trabalhos. Pois, se tudo foi feito com base legal e ainda existe a possibilidade - não estou afirmando que V. Ex^a e sua diretoria fariam -, dentro da perspectiva legal, de vender dólar abaixo da cotação, esta seria talvez a nossa primeira grande medida a adotar: uma mudança de legislação.

Por último, segundo as informações de V. S^a, houve uma grande perda, o que já está constatado, de reservas por parte do País. Segundo a imprensa, apenas na BM&F*, o Banco Central, conforme afirmação feita aqui, teria perdido US\$7,5 bilhões. Eu gostaria de fazer apenas um comentário. O Congresso Nacional se debruça sobre o Orçamento sempre por um longo período e não conseguimos mudar a alocação sequer de R\$1 bilhão. Daí a preocupação dos Senadores e o nosso espanto com os valores. Segundo V. S^a informou, para nosso espanto, os bancos perderam, principalmente os bancos estrangeiros. Ora, houve perda de reservas, perda de US\$7,5 bilhões, e os bancos também perderam. Pergunto: quem ganhou? Quem perdeu nós sabemos. Não estaria na hora, Dr. Armínio Fraga, de o Banco Central do Brasil agir como o Banco Central Americano, que, recentemente, impôs aos próprios

integrantes do mercado a assunção de prejuízos por ocasião da quebra de um determinado banco. Em vez de nós termos que bancar a quebra - digo, com o meu, com o seu, com o nosso, como afirmou V. Ex^a há poucos dias -, não seria hora de o Banco Central criar mecanismos, talvez uma espécie de seguro dentro do mercado para que a possibilidade iminente de quebra sistêmica fosse absorvida pelo próprio mercado - como, conforme noticiou a imprensa recentemente, ocorreu com o Banco Central americano.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - Agradeço a pergunta do Senador Siqueira Campos. Como sempre, é uma pergunta pertinente e que me dá a chance de discutir temas importantes para o nosso futuro.

Só para igualar um pouco a terminologia: o Banco Central perdeu reservas, o que não significa perda no sentido usual. A atuação do Banco Central no mercado de câmbio não é pautada por ganhos ou perdas; é uma atuação condizente com a política cambial do momento.

Houve, sim, perda nos mercados futuros, como foi divulgado pelo Banco Central com total transparência. A perda foi decorrente de uma posição que o banco tinha na bolsa de futuros. Na visão do Banco Central, a alternativa a esta posição teria sido uma perda adicional de reservas. Então, se o banco não tivesse oferecido essa proteção, o dinheiro teria saído das reservas com a mesma perda quando da eventual futura - que acabou ocorrendo - desvalorização cambial. Possivelmente, na avaliação do Banco Central naquele momento - de novo, eu não estava lá, mas assim interpreto - as consequências seriam mais graves, pois procurava-se evitar a desvalorização.

Quanto aos bancos estrangeiros - eu apenas mencionei - em dólar, os bancos perderam; em real, os bancos ganharam. Na realidade, essa teia complexa de dívidas e relacionamentos financeiros demonstra que o grande devedor líquido era o Governo, e que, portanto, com a desvalorização, a maior perda foi do próprio Governo, sem significar que outros não tenham também perdido. E é importante especificar qual era a situação em cada caso.

Quanto à legislação - e V. Ex^a menciona as dificuldades orçamentárias existentes, dificuldades absolutamente relevantes para um país em desenvolvimento como o nosso e que precisa de recursos - vejo a coisa sob uma ótica mais ampla. Cabe ao Banco Central, ao Ministério da Fazenda, estabelecer uma política macroeconômica coerente, compatível com a estabilidade, com o crescimento. E essa

política é, então, implementada e espera-se que não traga prejuízos.

No caso recente, por uma série de fatores, a política cambial do Governo não foi sustentável. Mas não era esse o entendimento ao longo do período. Havia a esperança, a expectativa, de que o modelo cambial fosse se sustentar. Então, é difícil fazer esse tipo de avaliação. A meu ver, é importante avaliar o quadro geral. A política do Banco Central não pode ser avaliada da mesma forma que a política de um banco privado.

De qualquer forma, é importante explicitar, como menciona V. Ex^a, os custos e benefícios da política. Quando ocorrem eventuais problemas – como ocorreram; isso não é segredo – é importante explicitar os custos e procurar entender suas consequências.

No caso específico das perdas decorrentes da desvalorização cambial, parece-me que há um outro lado importante da medalha. Não apresento isso como justificativa, até porque seria ridículo, pois não era eu o responsável, cheguei há pouco tempo. No entanto, fazendo uma avaliação da economia brasileira e comparando a nossa situação com a de outras economias que passaram por problemas cambiais, como as economias asiática e mexicana, noto que pelo menos esse enorme custo pago pelo nosso Governo teve como contrapartida a chance de colocarmos agora a economia numa trajetória sustentável, segura e que permita o crescimento.

Não quero agora prestar contas do que aconteceu com a economia, mas não resisto à tentação de dizer que hoje vejo com bons olhos essas primeiras semanas desse período pós-desvalorização. Vejo uma economia que já está respondendo bem à queda na taxa de juros, vejo uma inflação em queda, permitindo exatamente essa queda dos juros, vejo uma taxa de câmbio que superou a fase da desvalorização exagerada, e vejo um Governo comprometido – o Presidente, os Ministros – com a preservação dessa trajetória, que em parte tem respaldo num setor privado que não entrou nessa fase de turbulência muito alavancado.

Enfim, isso é algo para nós que pode representar mais adiante uma retomada do crescimento mais cedo do que se previa antes da mudança do regime cambial, ou seja, não quero exagerar no meu relatório, mas às vezes há males que vêm para o bem. O Brasil tem hoje uma oportunidade de recuperar essa trajetória de crescimento, com inflação baixa. E estamos empenhados para que isso ocorra. Infelizmente, ocorreu um custo na mudança do regi-

me, mas a meu ver há pelo menos essa contrapartida futura.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS -

Como não ouvi um comentário, estou satisfeito com a resposta, mas gostaria de esclarecimentos apenas com relação a se o Presidente preconiza para o futuro algum sistema em que o próprio mercado, a exemplo do que se tem do Banco Central americano, venha a assumir, e não nós. Muito obrigado.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - Esqueci de abordar esse tema, que é importante, como são os outros também.

Na grande maioria dos casos – não sei se era isso que o Dr. Alvarez ia comentar, mas vou passar também para ele o microfone -, o Banco Central não hesitou em liquidar, inclusive em situações envolvendo volumes muito maiores, envolvendo pessoas próximas de dirigentes de nosso País e tudo o mais, porque havia um entendimento naquele momento de que aquilo era algo que não teria as consequências macroeconômicas sistêmicas que foram relevantes na decisão do Banco Central nessa atuação recente. Essa é a posição. Mas que não reste dúvida de que o Banco Central, de maneira alguma, vê como regra, como prática comum esse tipo de situação. Essa foi uma situação excepcional, num contexto – como mencionou o Dr. Alvarez – de quase duzentas liquidações, todas feitas de acordo com os preceitos mencionados por V. Ex^a.

Passo a palavra ao Dr. Alvarez, para comentários também.

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ - Queria fazer alguns comentários breves. Naquela questão da grande parte das receitas dos bancos com títulos federais, já mencionei que não é muito correto – não vou dizer que é incorreto, mas não é muito correto – examinar-se apenas um lado da questão. Quanto aos títulos públicos, a maior parte dos casos está associada a uma despesa muito grande, porque eles buscam os recursos no mercado.

No caso do balanço do Banco Central, está se tomando apenas uma conta isolada de despesa, de uma perda, mas existe a seguinte contrapartida: alguém pode discordar dessa opinião, mas na medida em que, ao vender dólar no mercado futuro, eu evitei a perda de reservas, apropriamos um ganho contábil da variação cambial sobre as reservas. Então, ganhamos do lado do ativo. Dessa forma, essa perda tem que ser encarada dentro de um contexto. Eu diria o seguinte: sobre os UR\$7 bilhões, que o Banco Central vendeu na terça, quarta e quinta-feira, se

não os tivéssemos vendido, teríamos ganho. É esse o raciocínio do Banco Central? Não, o Banco Central, quando está comprando e vendendo, não está dizendo: "não, no meu balanço aqui, vou ganhar cinco e vou perder 10". Ele está pensando no que a economia e o País vão ganhar, e não no cálculo individual, o que não impede que haja perdas, que tenha de se examinar as questões, sem sombra de dúvida. Só não gosto da avaliação parcial.

A segunda questão é a seguinte: há base legal? Não. Então, se raciocinarmos de forma simplista... Mencionei aqui: o Banco Central vendeu no mercado futuro acima da cotação do mercado futuro, em que teve negócio no dia. Portanto, sob essa ótica simples, ninguém pode dizer que houve qualquer tipo de colocação. Há outras questões a serem analisadas. O valor do mercado futuro estava correto naquele dia? Posso lhe dizer que aconteceu e tem acontecido várias situações, agora, depois da mudança, em que o mercado futuro está abaixo do mercado à vista. Com as taxas de juros aconteceu isso, porque era evidente que a taxa de juros ia cair; com o câmbio, o mercado futuro, quando estava a R\$2,10, não estava acusando que ia ser R\$2,10, estava acusando que ia ser mais baixo. E isso não é um absurdo.

Então, quero lhe dizer isso, apenas porque há um necessário cuidado a ser tomado, já que a coisa não é tão simples. Se raciocinarmos, simplesmente comparando os dois mercados, a operação foi acima do mercado.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA – Sr. Presidente, Dr. Armínio Fraga, Dr. Luiz Carlos Alvarez, Sr^{as} e Srs. Senadores, pergunto ao Dr. Armínio Fraga: embora eu concorde com V. S^a em que havia informações públicas de que o sistema cambial estava sob pressão, há uma contradição nas declarações do Dr. Francisco Lopes, que, em determinado momento, defendia o câmbio em bandas e, em outro momento, manifestava-se sobre o atual sistema cambial.

No dia 13 de janeiro, um artigo da **Folha de S.Paulo** diz: Lopes fez, no mês passado, uma longa exposição em que defendeu a manutenção da política cambial e criticou os argumentos desfavoráveis a uma desvalorização mais forte do real. No **Jornal do Brasil**, do dia 4 de fevereiro, já fora do Banco Central, ele diz que há um consenso, no mundo inteiro, de que são necessárias duas medidas para garantir a estabilidade: câmbio livre flutuante e um Banco

Central independente. Lopes defendeu a institucionalização da independência do Banco Central, por intermédio de projeto que tramita na Câmara dos Deputados.

Pode ser, Sr. Presidente, que as declarações do Sr. Francisco Lopes, que são contraditórias, tenham sido uma forma de despistar o mercado em relação a isso ou um sinal contrário. Eu gostaria de saber que pessoas participaram da decisão da mudança cambial. Essa é uma pergunta.

Segunda pergunta: qual a posição de V. S^a em relação à independência do Banco Central? Se V. S^a não admite, diante dos fatos que hoje ocorrem, se era ou não necessário que a sociedade criasse alguns mecanismos, por intermédio de instituições, para fiscalização do próprio Banco Central.

Com relação aos Bancos Marka e FonteCindam, eu queria dizer que, como o Presidente da República, nunca ouvi falar nessa instituição, até que esse escândalo aflorasse e viesse ao conhecimento da sociedade.

Disse V. S^a aqui que ficaram duas decisões a serem tomadas: ou deixar o banco quebrar ou intervir. Uma das perguntas que eu ia fazer foi feita já pelo Senador Eduardo Siqueira Campos: se havia base legal na decisão tomada pelo Banco Central. Mas o que me espanta em tudo isso é que as coisas foram colocadas como para salvar o sistema, quando esses bancos, na verdade, são, no meu conhecimento, meros tamboretos, no jargão do povo. Não posso entender que uma decisão dessa natureza possa ser rotulada de salvar o sistema financeiro.

Gostaria de saber quem participou da decisão do Banco Central e se houve alguma autorização superior ao Banco Central.

Eram essas três perguntas. Faço-as no sentido de esclarecer as investigações que esta Comissão realiza, cujo objetivo final, como tão bem aqui colocou novamente o Senador Eduardo Siqueira Campos, é a modernização da legislação que possibilite o Banco Central não incorrer em erro – se é que os cometeu – e que possibilite à sociedade acompanhar de perto essas decisões do Banco Central, sem que haja necessidade de que, de tempos em tempos, tenhamos que instituir comissões parlamentares de inquérito para apurar fatos já decididos pelo Banco Central.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra ao Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado, Senador Fernando Bezerra. Responderei na ordem em que V. Ex^a. apresentou as perguntas.

Não participei da decisão de mudança da política cambial; não estava no Governo. Outras pessoas passarão por esta Comissão que têm condições de responder a essa pergunta.

Sou a favor da independência, tenho dito, operacional do Banco Central, mas tenho dito também que é fundamental que o Banco Central preste contas, que o Banco Central tenha uma atuação transparente. Um anúncio recente do resultado do Banco destacando essas perdas no mercado futuro, compensadas, como disse o Diretor Alvarez, mas de qualquer forma explicitando, a meu ver, é parte disso.

O Banco Central, hoje, é fiscalizado pela auditoria do Ministério da Fazenda e tem também um relacionamento com o Tribunal de Contas da União, que freqüentemente interpela o Banco e investiga. Existe esse trabalho.

Creio que isso é muito bom, é muito saudável. Já disse em outras ocasiões nesta Casa, na própria Comissão que V. Ex^a. preside, que parte da independência é transparência. O Banco Central não deve ser independente para fazer o que quiser. Ele tem que ser independente dentro de um mandato muito definido, muito limitado, que tem a ver com a política macroeconômica, com a saúde do sistema financeiro, e favoreço qualquer forma de transmitir esse conceito, sem prejuízo do que já existe. Essa é a linha que tenho adotado nas poucas semanas em que estou no cargo.

V. Ex^a. mencionou a base legal das operações e eu já havia tocado no assunto. A base legal existe e a decisão foi uma decisão difícil, como mencionei há pouco. De fato, os dois bancos não são bancos de grande porte, mas tinham posições muito grandes num momento em que havia toda uma cadeia de posições, ligadas, inicialmente, ao mercado de câmbio, mas como se sabe da experiências de outros países, posições que poderiam acabar se transferindo, transmitindo-se, propagando-se a outros mercados, e essa é a minha avaliação da decisão que ocorreu.

Já sei que serão convidadas a prestar depoimento pessoas que tiveram envolvidas de perto com o assunto e tenho certeza de que elas poderão transmitir um pouco desse clima, desse ambiente que os levou a tomar a decisão que tomaram.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Todas as questões foram respondidas, Senador Fernando Bezerra?

O SR. FERNANDO BEZERRA – Não. Perguntei claramente e concordo – não quero dizer que V. Ex^a tem conhecimento de quem tomou a decisão. Mas minha pergunta foi: quem participou da decisão da mudança cambial?

A outra pergunta: na decisão de o Banco Central socorrer o Banco Marka – ouvi ontem declarações do Presidente da República, que, como eu também, nunca ouviu falar nesse banco até hoje. Quer dizer, é estranho que o Banco Central saia em defesa de uma instituição tão insignificante. Há outro erro na fiscalização do Banco Central – não sei se é da competência do Banco – de que o banco estaria aplicando 20 vezes seu patrimônio e isso não poderia ocorrer. Como o Banco Central sai em defesa dessa instituição? Minha pergunta foi: houve uma autorização superior ao Banco Central para que fosse tomada essa decisão?

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Obrigado por me esclarecer, Senador Fernando Bezerra. Não tenho conhecimento, no que pude fazer na minha avaliação, de nenhuma autorização superior. Sugiro que os responsáveis à época respondam a essa pergunta.

Quanto ao banco, de fato, é um banco pequeno, e o Banco Central não teve e não tem a intenção de proteger esse banco. Mencionei aqui meu espanto com essa posição de 20 vezes o capital. Não tenho dúvida de que isso requer uma análise, uma autocrítica de nossa parte. Tanto que, em meus comentários iniciais, destaquei algumas medidas ou políticas que pretendemos adotar justamente para evitar isso. Não houve a intenção de privilegiar a instituição. A idéia era realmente zerar ou impor uma perda total do patrimônio.

Gostaria de deixar bem claro que, onde houve a decisão, ela foi tomada no sentido de levar isso ao passo seguinte, que é o passo de liquidar a instituição, buscando recuperar algo adicional dentro dos bens pessoais do banqueiro. O que, sem dúvida alguma, era um desejo de todos. Mas a avaliação feita, pelo que pude averiguar – o que seria um desejo natural no momento –, foi que o custo seria forçar uma liquidação num mercado grande, que era o mercado de futuros de câmbio, numa situação em que a própria Bolsa nos alertou quanto aos problemas de natureza mais macro.

Essa é a minha avaliação. Outras pessoas prestarão depoimento a esse respeito. V. Ex^a poderá

chegar a uma conclusão mais abrangente. O que eu posso dizer é que essa avaliação tem o respaldo nos dados que estão de posse do Banco Central e também o respaldo jurídico da Procuradoria do Banco Central à época.

O SR. FERNANDO BEZERRA- Sr. Presidente, conceda-me a palavra só para encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. FERNANDO BEZERRA – Não sei se seria inconveniente perguntar a V. S^a, Dr. Armínio Fraga, se fosse V. S^a o presidente do Banco Central, teria tomado essa decisão?

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Eu já sabia que viria essa pergunta. (Risos.)

Essa pergunta é muito difícil. É fácil agora, olhando para trás, pensar naquilo ou naquilo outro. A minha experiência diz que é impossível uma resposta a essa pergunta, na medida em que é preciso reproduzir o clima dos eventos daquele dia, as decisões que tinham de ser tomadas em horas, num momento extremamente difícil.

Honestamente, não sei o que eu teria feito. Orgulho-me de responder a todas as perguntas, fiz isso quando da minha sabatina – V. Ex^a sabe disso –, mas essa pergunta é muito difícil. O que posso dizer é que o processo seguiu passos lógicos, e foi uma decisão tomada num ambiente de incerteza. Portanto, não posso criticar o processo e acho que a decisão foi razoável. Eu não sei se teria tomado a mesma decisão. Espero não me ver em posição semelhante. Tive a chance de conversar com muita gente dentro do banco sobre isso e realmente não sei.

O SR. FERNANDO BEZERRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Armínio, Dr. Alvarez, eu não tenho intimidade com esse mundo ávido da economia. A minha formação profissional é outra, aliás, com ilustres representantes da família de V. S^a. – seu pai, Dr. Silvio Fraga, Hélio Fraga e Clementino Fragã, de quem sou amigo. De certa maneira, V. S^a foi um dissidente, porque quebrou essa tradição médica da família e enveredou pelo mundo da economia. Assim, tudo que eu disser e que não estiver de acordo com os cânones da economia, V. S^a deve colocar à conta de um jejuno na matéria.

Eu queria fazer alguns comentários e depois duas ou três perguntas. Um dos pontos que me chamou a atenção nesse depoimento foi o de que o

Banco Marka estaria muito alavancado, aplicando cerca de vinte vezes o seu patrimônio, e o FonteCindam estava numa situação um pouco melhor, salvo engano. A minha pergunta é a seguinte: havia outros bancos em situação assemelhada a essa? Isso teria sido um cochilo da fiscalização, ou não é competência do Banco Central acompanhar esse tipo de aplicação dos diferentes bancos e conseqüentemente do potencial de risco para defender o consumidor? Eu tenho a impressão de que uma das coisas que o Banco Central poderia fazer – poderia investir nisso – era esclarecer o aplicador, para que cada um pudesse realmente conhecer os riscos. Quem quiser mais rendimentos, correrá mais riscos. Esse esclarecimento iria ajudar muito o aplicador. Podia ser alguma coisa que desse uma sinalização ao consumidor; por exemplo, cinco estrelas, quatro estrelas, três estrelas. Essa era a minha primeira observação. Pergunto: qual é a situação jurídica desses dois bancos hoje? Eles têm autorização, mas estão fechados? Terceiro: para onde foi o dinheiro? O banco está quebrado. Os aplicadores estão com uma associação, reunindo-se, buscando reaver o seu dinheiro. Realmente qual foi o destino desses US\$7,5 bilhões aplicados? Eu confesso que se estivesse lá para tomar essa decisão, na hora eu ia amarelar, porque é muito difícil se preverem conseqüências altamente danosas para o mercado e decidir entregar US\$7,5 bilhões meu, seu, nosso e botá-lo num banco. Pelo que li na imprensa, o ofício da BM&F é muito lacônico. "Há um risco sistêmico..." E aí vem mais uma pergunta: teria havido algum contato, alguma comunicação telefônica em que isso tivesse sido colocado de maneira mais direta, mais objetiva? O próprio presidente da Bolsa negou que tivesse pedido esse apoio ao Banco Central. O ofício que os jornais publicaram é lacônico: "Há um risco sistêmico..." Talvez a diretoria e V. S^a digam que não sabiam. É possível até que sua resposta seja essa. Mas, no caso, desejo saber se houve mais alguma informação telefônica ou algum encontro pessoal que tenha levado a uma decisão tão grave.

A outra pergunta: seria possível simular uma situação das conseqüências que adviriam se o Banco Central não tivesse tomado essa decisão? O que teria ocorrido? Esse famoso ente, o mercado o mercado, trabalhar e decidir de acordo com a situação, o que é que poderia ter acontecido?

Outra pergunta, ou comentário, que gostaria de fazer é a propósito de uma observação feita pelo Senador Siqueira Campos. Nos Estados Unidos houve um fundo que quebrou, embora fosse dirigido por

dois economistas que ganharam o prêmio Nobel de Economia. E, pelo que li nos jornais, esse prejuízo foi absorvido dentro do próprio sistema. Quando se falou no Proer, uma das razões que me levou a votar favoravelmente ao Proer foi o argumento de que o dinheiro era do sistema. O dinheiro não era da União; portanto, não era nem seu, nem meu, nem nosso. Era deles. Então, era essa a proposta. Daí vem a minha pergunta: não se pode criar um sistema que possa absorver esse tipo de prejuízo ou, melhor dizendo, que seja capaz de resolver situações como essas que venham eventualmente a ser criadas? O grande argumento do Proer é este: o dinheiro não é do Tesouro; o dinheiro é do sistema – do compulsório, do fundo de seguro e assim por diante. Então, por que não se poderia usar também desse sistema de recursos para resolver situações como essa, em vez de colocar o dinheiro da reserva, quer dizer, o dinheiro do Tesouro, portanto, da Nação, em última análise? Por fim, tenho a impressão de que estamos vivendo no Brasil uma situação que cria muitos problemas para nós do ponto de vista da gestão da economia. Fala-se numa ciranda financeira, mas há também uma ciranda de economistas, que se revezam em diferentes cargos, dentro e fora do Governo. Isso, em si mesmo, pode não ser um mal, mas há várias iniciativas, inclusive do Senado, no sentido de estabelecer a quarentena, o que pelo menos limitaria mais essa rotatividade, às vezes dos mesmos nomes. É possível que durante essa CPI surjam nomes que já freqüentaram outras CPIs. Não estou fazendo nenhum juízo de valor, se cometeram esse ou aquele delito, mas quero dizer que estamos trabalhando com um universo muito limitado, que talvez nos traga dificuldades, inclusive na hora de adotar decisões como essas, que são extremamente difíceis. Eu imagino o que não devem ter passado aqueles que se encarregaram de decidir dessa maneira. Por isso é que para mim, que sou leigo, esta é uma pergunta importante: se eles não tivessem feito isso, o que teria acontecido?

Concluo aqui, Sr. Presidente.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Obrigado, Senador Lúcio Alcântara. Obrigado pela lembrança de meu pai e de meus tios – meu pai, tio Clementino Fraga Filho e o tio Hélio -, que sempre despertaram em mim o espírito público. Tenho muito orgulho disso. Embora não tenha seguido a profissão, uma belíssima profissão, creio que na minha função atual posso tentar dar uma contribuição, embora não seja fácil. A profissão da medicina é muito especial.

V. Ex^a começou com a questão da fiscalização. Na minha avaliação, o que houve foi mais um defeito das regras. A fiscalização trabalha em cima de regras. Ela não tem a liberdade discricionária de atuação e não há regra hoje que fale sobre esse coeficiente de alavancagem ou de forma mais geral, como mencionei. É um defeito que pretendemos corrigir. A pergunta de V. Ex^a é muito pertinente. Um de meus objetivos nesse momento em que se procura apurar situações difíceis, suspeitas, é também tentar extrair alguma coisa construtiva. Essa é realmente uma área que seja objeto de nossa atenção.

Quanto à situação jurídica das instituições hoje, pedirei ao Dr. Luiz Carlos Alvarez para comentar.

Em relação ao dinheiro, é preciso distinguir entre bancos e fundos. O Banco Marka estaria agora em fase de dissolução. O Banco Central teve uma política, com base nos dados e na avaliação feita naquele momento, de agir de tal forma que todo o capital da instituição fosse consumido. Esse processo ainda está em andamento; foram divulgados alguns dados equivocados, até por razões que nós ainda não entendemos – é algo que merece nossa atenção. Este era o objetivo. Contudo, o dinheiro do banco desaparece; o Fonte Cindam perdeu dinheiro, mas não todo o seu capital. Há lá, ainda, algum capital. Todavia, o banco parou de atuar e, aparentemente, está em fase de negociação, para ser vendido a outros. Penso que essa é a resposta.

No que diz respeito à BM&F, V. Ex^a me pergunta se houve contato telefônico. Eu não estava lá, mas a informação que tenho – e pode ser conferida por esta Comissão – é a de que houve contato telefônico e, depois, uma comunicação por escrito. O Dorival, falecido – que Deus o tenha -, tinha um relacionamento de cooperação, assim como os membros da equipe dele, que hoje o substituíram, com o Banco Central. De sorte que houve essa comunicação via telefone e, depois, então, a correspondência.

É muito difícil fazer um exercício contrafactual, o que ocorreria se não tivesse havido a intervenção. Provavelmente, o que aconteceu no dia seguinte, que foi a quebra do sistema de bandas, teria acontecido no mesmo dia. Porém, esta é uma afirmativa que faço sem grande entusiasmo; é algo que digo e contra o que não é possível uma contestação, já que não se pode voltar atrás e refazer a história.

Esta é a minha avaliação. Seria interessante ouvir a avaliação de outro sobre o tema. Sei que a avaliação, naquele momento, era a de que havia medo de que isso fosse ocorrer e de que o proble-

ma, contaminando a BM&F, de alguma forma, percebida ou real, pudesse, inclusive, ter tido ramificações mais graves do que as que efetivamente ocorreram dias depois, quando do fim do sistema de bandas.

V. Ex^a menciona também a questão do dinheiro do sistema. De fato, o Proer teve essa característica de trabalhar com os recursos mencionados por V. Ex^a. É um modelo que continua válido. Existe hoje um fundo de garantia que, até o presente momento, encontra-se – como foi aqui nesta Casa mencionado, se não me engano pelo próprio Senador Eduardo Suplicy – com menos recursos do que se gostaria. Todavia, o fato é que existe esse sistema e é o correto, ou seja, é fundamental exigir do próprio sistema uma contribuição, como um prêmio de seguro.

A realidade é essa e acredito que esse seja o modelo correto para nosso País. Se, porventura, no futuro, estivermos em situação semelhante, espero que esse prêmio de seguro já tenha acumulado um valor suficiente para cobrir eventuais furos. Espero que os furos não ocorram, obviamente – desnecessário dizer. Mas sempre existe a possibilidade de que isso não aconteça e aí, infelizmente, vai o nosso.

No caso específico, pedirei ao Dr. Alvarez que também faça alguns comentários sobre o tema.

Então, a meu ver, essas são as duas pendências: a situação jurídica hoje e, talvez, um aprofundamento sobre a questão do Proer.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Tem a palavra o Sr. Luiz Carlos Alvarez.

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ - Primeiro, a questão da fiscalização, a orientação nossa hoje é fazer um trabalho que chamamos inspeção global consolidada, onde são, onde são checadadas todas as empresas do conglomerado, direta ou indiretamente ligadas, todas as atividades da instituição, todos os riscos associados ao banco, quer estejam previstos no regulamento ou não. Só para citar, temos pedido risco de sucessão. Os riscos nos nossos bancos são na maior parte de uma pessoa só, de famílias. O que acontece nas sucessões são riscos de gerenciamento, todos os tipos de riscos.

Ocorre que, nesse tipo de mercado, três meses antes, a instituição não tinha uma posição dessa – três ou dois meses, não tenho certeza. Mas acho que menos de dois meses ela não tinha nada, ou seja, não temos como checar, todo dia, todas as instituições. Então, esse tipo de risco só pode ser controlado por uma regra que obrigue que, periodicamente, até diariamente em alguns casos, seja calculado e destacado o capital. E isso é a nossa di-

vida, no momento, para o aperfeiçoamento do sistema.

Qual a situação jurídica das empresas? Juridicamente, elas ainda são bancos. O estatuto delas é de banco. Fizeram uma assembléia para transformar, deixar de ser banco, para ser instituições comerciais. Juridicamente, isso só vale depois que o Banco Central aprovar e for registrado na Junta. Então, o Banco Central está de posse dessa assembléia.

No caso específico do Marka, ele não está operando. Ele não é mais banco na prática, mas ainda é um banco de direito.

Com relação à questão dos 7,6 bilhões, é importante destacar que 7,6 bilhões foram resultado de todas as operações nos mercados futuros que o Banco Central executou. E o Banco Central executou uma quantidade de operações muito superior a essa. Essa foi um caso específico, isolado. Queria também comentar que essas operações, normais no mercado de futuros, são operações em que não se conhece a contraparte. Vende-se um contrato e não se sabe quem é o comprador.

De 10 bilhões, mais de 8 bilhões o Banco Central tinha vendido para o mercado de forma geral. E é até provável que se o Banco FonteCindam*, o Banco Marka não tivessem assumido uma posição vendedora, ou seja, tivessem dado liquidez ao mercado, o Banco Central tivesse uma exposição maior, porque o Banco Central atendeu a uma necessidade das empresas, das pessoas que precisavam ter garantia contra o risco cambial.

Eu queria mencionar, porque isso foi objeto de comentários na imprensa, que a **Gazeta Mercantil** fez uma longa reportagem sobre empresas – lembro-me da empresa de energia elétrica e da Companhia Siderúrgica Nacional que, contrariamente ao que muita gente falava, estavam se "hedgeando" desde o ano passado. Estariam inclusive, num primeiro momento, sendo cobrados dos seus diretores financeiros, por que estavam fazendo isso, o que se revelou uma atitude certa. De onde veio esse hedge? Dessas operações.

Como não há uma relação única entre quem é comprador de quem e quem é vendedor de quem – no mercado existe a mesma quantidade de contratos de compra e de venda -, então, um problema na Bolsa faria com que todas as empresas, e todas essas inclusive que tinham dívida, digo, necessidade de terem essa garantia, de um momento para outro, ficassem com aquela dúvida. E meu contrato vai valer? Porque a outra parte, que não tem um vínculo, não é

um contrato de uma pessoa "a" com uma pessoa "b". É um contrato de uma pessoa "a" contra a Bolsa. Um, comprado contra a Bolsa e um vendido contra a Bolsa. Então, não há uma relação. Quem vai perder? Aquele contrato deixaria de ser honrado. Então, isso geraria um clima. Esse era o problema que acabaria dando origem a esse sistema.

Atrevo-me a dizer que, se tivesse sido liquidado, teria estourado a banda primeiro. Segundo, teria criado um caos no próprio sistema financeiro, porque os bancos são pequenos, mas a dúvida de por que teriam quebrado poderia ter afetado qualquer banco, de qualquer tamanho. É diferente quando quebramos um banco, e dizemos que o banco quebrou porque ele direcionou recursos – o último que liquidamos –, as lojas do grupo começaram a ter problemas, ele começou a ter problema de crédito, as pessoas começaram a sacar. Todo mundo sabe que não existe outro banco nessa situação. Se o motivo fosse um motivo que todos os bancos pudessem ter iguais, a crise seria imediata. Então, era uma situação muito específica, que só naquele momento ocorreu, e acredito que até a probabilidade de ela ocorrer de novo é quase zero.

Uma última questão é que há de se destacar que a Bolsa de Mercadorias toma cuidado de ter o Presidente da Bolsa e o Conselho de Administração, como os que têm mais um controle sobre o que é da Bolsa, o que se quer da Bolsa, o contato institucional, mas não a parte operacional, porque também são operadores, têm empresas. Não posso ligar para eles e falar: Você viu que o banco tinha tal? Ele não sabe! O Presidente da Bolsa não sabe a posição de cada banco.

Isso é um processo interno, é um processo muito rigoroso. Já acompanhamos esse trabalho. São contratadas pessoas que têm a responsabilidade de ser os detentores das decisões operacionais e de sigilo em relação a quem está comprado e a quem está vendido. Por isso, na realidade, algumas colocações do Presidente são a avaliação dele, mas sem conhecer o dado operacional efetivo.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, só uma pergunta bem objetiva.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Seja objetivo.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Vou ser. Eu fiquei com uma dúvida. Esses 7 bilhões e meio de reais foram aplicados de uma maneira geral. É possível desagregar o que foi FonteCindam, o que foi Marka, o que foi isso, aquilo ou aquilo outro, ou não? E se é, qual foi o valor desses dois?

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – É possível e os valores estão aqui na documentação. O número de contratos está disponível. Isso, portanto, pode ser calculado sem problema. Em vez de eu tentar adivinhar, sugiro simplesmente a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – O Senador Lúcio Alcântara encerrou.

O próximo orador inscrito é o Senador Gilberto Mestrinho, tendo em vista que o Senador Carlos Bezerra não está.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, Sr. Diretor de Fiscalização, Luiz Carlos Alvarez, nós estamos acompanhando, com muita atenção, não só as exposições como as perguntas feitas aqui. E achamos que algumas respostas satisfazem, outras ficam para ser continuadas.

Mas o importante é uma análise das causas que levaram isso a acontecer e da resultante de tudo isso.

O problema maior que tivemos foi um certo daltonismo do aparelho econômico do Governo em encarar a macroeconomia. Daltonismo por quê? Porque, para eles, durante um certo período, estava tudo azul. E o Brasil não estava azul. Mas isso fez que mantivéssemos um regime cambial fechado, controlado, irreal. Tínhamos um real – sem trocadilho – irreal no poder de compra e que levou a uma queda, quase que vertical, nas exportações, a um aumento considerável nas importações, e forçou a elevação da taxa de juros – que causou essa recessão terrível a que chegamos.

Sei que o Dr. Armínio Fraga não tem nada a ver com os fatos acontecidos que estão sendo apurando, pois ele assumiu depois, como V. S^a também assumiu posteriormente. Mas é preciso que se tome determinadas providências e se tenha conhecimento de certos fatos para que não haja repetição.

No que diz respeito, por exemplo, à fiscalização – já foi exposto aqui – do Banco Central, se não forem corrigidos os fatos e estabelecidas novas regras, vai-se continuar como dantes. A verdade é que nunca funcionou de maneira eficaz, daí as constantes quebras e dificuldades, a obrigatoriedade de encontrar compradores para bancos. E se não fosse o Proer, criticado por uns e por outros, mas que estabilizou o sistema e garantiu, sobretudo, a grande massa de investidores, este País não teria resistido à crise.

Por isso, gostaria de perguntar – ainda baseado na colocação do Dr. Armínio, aqui, que de fato sabíamos, mas todos aqueles que se interessam

pelo mercado cambial, pelo valor da moeda, que assistem à televisão, pelas cotações, sabiam que cedo ou tarde aquele regime cambial teria que ser abandonado, porque era um regime falso, nós não tínhamos o **timing**; daí se discutia a questão do vazamento de informações para saber se alguém sabia do tempo e transferiu essa informação a alguém do mercado, que levou a isso. Esse é o primeiro objetivo, vamos dizer, de toda essa atoarda que se faz em torno do processo, especialmente depois das publicações da revista **Veja**.

O segundo é se, aí para o Dr. Armínio também, ele poderia informar qual a lei e qual o dispositivo da lei ou norma do Banco Central que dá amparo jurídico ao Banco Central para socorrer, que deu origem para o socorro financeiro ao Banco Marka e ao FonteCindam. Isso para que possamos fazer um juízo legal da questão. Esta comissão, pelos seus membros, já foi dito aqui ontem, o nosso interesse é, vamos dizer, apurar os fatos que estão denunciados na imprensa, para que a opinião pública não tenha dúvida sobre o comportamento da autoridade governamental no segmento financeiro, ou, se tiver fatos a serem condenados, que sejam condenados, mas que isso resulte no aprimoramento do sistema para que haja tranquilidade não só para o investidor nacional, mas por essa grande preocupação que há com o mercado externo é que queremos a credibilidade no Brasil, e só poderemos ter credibilidade se a nossa instituição financeira for acreditada pelo menos por nós. Essas eram as colocações que eu faria.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Com a palavra o Dr. Armínio Fraga, para responder.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado, Senador Gilberto Mestrinho.

Temos aqui, na documentação, algumas páginas citando as leis. Não sou advogado, não tenho todos os números de cabeça, mas se for do seu agrado, eu simplesmente remeto essa resposta ao material que foi preparado por escrito. Então, isso estará aqui à disposição de todos; a alternativa seria simplesmente ler o que está escrito, o que eu poderia fazer também.

Não tenho dúvida de que a colocação de V. Ex^a é a colocação que hoje prevalece na cabeça de todos nós: é preciso zelar, evitar que isso ocorra outra vez, é preciso perguntar, questionar exatamente qual foi a origem do problema. Mencionamos há pouco uma origem muito clara, que é essa deficiência na nossa regulamentação prudencial dos bancos, que é o que pretendemos sanar. E gostaria apenas então de registrar que, a meu ver, esse pro-

cesso de comissão parlamentar de inquérito é absolutamente crucial, na medida em que hoje a opinião pública não aceita explicações parciais, distorcidas, defeituosas, e que é, portanto, algo que nós, enquanto formuladores de política econômica, entendemos que é, portanto, fundamental para que se atinja o nosso objetivo último, que é de uma política econômica que permita que o País tenha crescimento, com inflação baixa etc.

Então eu reforço o que disse antes e me coloco à disposição, para que possamos realmente chegar ao fim dessas investigações e tomar as providências necessárias. Muito obrigado.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Muito obrigado. Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Então, antes de passar ao próximo orador inscrito, quero consultar o Plenário. O Senador Eduardo Suplicy fez uma solicitação. É claro que nós, desta Comissão, temos o maior interesse em obter dos depoentes todas as informações possíveis para que possamos informar o nosso trabalho.

Por outro lado, a nossa atuação tem que se dar dentro de uma certa ordem. Nesse sentido, anteriormente declarei aqui que, se não houvesse oposição, as inscrições seriam encerradas. Mas, efetivamente, temos esse desiderato de obter o maior número possível de informações, embora muitas vezes seja demorado para nós e para os depoentes ficarmos aqui. Mas tenho a certeza de que, assim como é do nosso interesse, também é do interesse deles.

Assim, consulto o Plenário se deverei reabrir as inscrições para a inquirição.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Em seguida, concederei a palavra a V. Ex^a.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, antes da consulta, queria fazer uma sugestão à Mesa. O Senador Eduardo Suplicy ia aguardar todos os Senadores inscritos...

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Não. Vou reabrir as inscrições, e fica pela ordem.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Mas, veja bem, a minha colocação é a seguinte: pode ser que as duas perguntas que S. Ex^a desejaria fazer já tenham sido feitas ao longo dessas discussões, então S. Ex^a renunciaria a essa "reinscrição".

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Agradeço o apoio do Senador Lúcio Alcântara, e consulto o Plenário. Se não houver nenhuma opinião em contrário...

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Mas antes da votação, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Antes da votação, Senador.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Ainda há oradores inscritos, aqui presentes, membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Sim.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sem prejuízo deles.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – É claro que é sem prejuízo. Eu poderei reabrir as inscrições, eles iriam, exatamente, seguir a ordem.

Como não há oposição...

V. Ex^a se opõe à reabertura?

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Só uma questão de esclarecimento. Pode-se, numa comissão parlamentar de inquérito ou em quaisquer comissões do Senado da República limitar-se, de acordo com o Plenário, o tempo de atuação de cada Senador que pretende interrogar, no caso da CPI, as testemunhas presentes, os convidados presentes. Pode-se limitar para se dar a todos a oportunidade de participar do processo. No entanto, não se pode limitar, de forma alguma, a prerrogativa prevista no art. 112º do Regimento Interno, que assegura a qualquer Senador, pertencendo ou não à Comissão, o direito de participar e fazer perguntas. Portanto, rigorosamente, o que não se pode é se fecharem inscrições

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Bom, no tocante ao que V. Ex^a diz, não encontro no Regimento nada que proíba isso.

Em votação a proposição de reabertura das inscrições.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Peço a V. Ex^{as} que se manifestem apenas depois de encerrada a votação. (Pausa)

Senador Roberto Requião, V. Ex^a ainda deseja se inscrever?

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Desejo me inscrever, embora o Senador Jader Barbalho me tenha cedido...

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Sei. O Senador Jader Barbalho cedeu, mas S. Ex^a também não perderá sua vez. S. Ex^a será reinscrito.

Assim, vou conceder a palavra aos próximos inscritos. Em primeiro lugar, ao Senador Roberto Saturnino; em seguida, ao Senador José de Alencar; em seguida, ao Senador Jader Barbalho; em seguida, ao Senador José Roberto Arruda; em seguida,

ao Senador Pedro Simon. Após, então, aos Senadores Roberto Requião e Eduardo Suplicy.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Estou com a palavra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – V. Ex^a está com a palavra, Senador.

O SR. PEDRO SIMON – Há um outro pedido do Senador Eduardo Suplicy, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Já está inscrito.

O SR. PEDRO SIMON – Duas vezes. Há uma outra solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Já está inscrito, pela segunda vez

O SR. EDUARDO SUPPLY – Não. O caso é que o depoente e os Senadores, depois de quatro horas, devem ter o direito a um suco, Sr. Presidente, a uma bolacha talvez...

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Sem prejuízo da intervenção do Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Depoentes:

Dr. Armínio Fraga, V. S^a disse que há várias frentes de investigação no Banco Central, desde que apareceram as primeiras denúncias. As primeiras denúncias apareceram há 60 dias ou pouco mais, algumas delas bastante graves, envolvendo até a possível participação de algum diretor do Banco Central, alguma coisa que pode ser falsa, mas que tem que ser averiguada.

Pelo suposto, como V. Ex^a não apresentou nenhuma conclusão dessas investigações, elas ainda estão em processo. Porém, achamos que a CPI tem o dever de pedir os documentos dessas sindicâncias, inquéritos e investigações, para saber como estão sendo processadas e, enfim, os resultados parciais que já se podem tirar dessas investigações.

Em segundo lugar, V. S^a disse que é impossível provar que não houve vazamento, sugerindo, logicamente, que também é impossível provar que houve vazamento. Nós compreendemos que as dificuldades são mais ou menos equivalentes.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – V. Ex^a vai me desculpar, mas isso é um crime à lógica.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Bom, eu estou sugerindo... Aliás, a sugestão continuou, à medida que V. S^a tentou dizer que já havia comentários na imprensa, há meses, sobre a variação da política cambial. Depois, V. S^a disse também que o Banco Central constatou que, desde 1994, houve dezenas de casos de mudanças de posição abruptas.

Quero dizer que os comentários que havia sobre tendências não influíram dramaticamente nas posições até dois dias antes; o que houve foi uma mudança de posição abrupta. Aí V. S^a diz: "bom, mas isso também já houve no passado, muitas vezes". Bom, isso pode dizer. Podemos concluir daí que esse caso de mudança de posição abrupta é uma coisa normal e corriqueira, mas também podemos concluir que o que tem havido com frequência é vazamento de informações, **inside informations**, para o sistema bancário. Quer dizer, uma conclusão é tão válida quanto a outra.

Então, a pergunta que colocamos é a seguinte: o que é possível fazer para tornar impossível o vazamento, o que fazem outros países, e por que têm ocorrido essas mudanças abruptas, levantando suspeitas de vazamento, por que tem ocorrido com tanta frequência no Brasil?

A terceira questão diz respeito ao Banco Marka, que alavancou vinte vezes o seu patrimônio. Não sou um experto em mercado financeiro, mas me parece que há uma decisão que põe em risco excessivo os cotistas do fundo.

Bem, esse Sr. Cacciola tem personalidade ousada, mas não é nenhum insensato, demente ou louco. Esse comportamento de excesso de ousadia também pode sugerir a idéia de que ele, para produzir esse alavancamento, estava respaldado em algum tipo de informação que teria influído até na associação com o grupo Nikko, japonês.

V. Ex^a disse que os dois bancos eram muito pequenos – tamboretas, como disse o Senador Fernando Bezerra -, mas o fato é que as quantias envolvidas na operação eram muito grandes. Essa desproporção não causou espécie à fiscalização do Banco Central? Por que o Banco Central fechou os olhos? Não há um limite para essa alavancagem, algo que se situe dentro do bom senso e que proteja de risco os cotistas e os acionistas dos fundos e dos bancos?

A quarta questão é a seguinte – é claro que essa variação, se havia ou não risco para o sistema, é subjetiva e muito difícil, e V. S^a disse muito bem: "eu não saberia dizer no momento, porque é uma variação subjetiva". O fato é que a operação de socorro ao Marka não foi ao fundo do patrimônio do Sr. Salvatore Cacciola. Pode ele ter incorrido em algumas perdas, porém a operação em si não foi ao fundo do resgate do Erário, dos recursos públicos em cima do patrimônio dele. Além disso, essas operações na Bolsa de Futuros são lastreadas em fianças muito sólidas. A Bolsa, pelo que sei, é muito exigen-

te em termos de fiadores. E esses fiadores não foram convocados? Também não incorreram em nenhuma perda de patrimônio? Só o Banco Central é que incorreu na perda? Quem eram os fiadores e por que não foram convocados a comparecer também para reduzir essas perdas? Uma indagação, uma dúvida minha: a lei não obriga a liquidação no caso de passivos evidentemente muito maiores que os ativos, quer dizer, não haveria uma obrigação legal de liquidação?

Apareceu também na imprensa a notícia de que o Banco Central quis colocar o grupo Nikko no meio da operação e que o Sr. Salvatore Cacciola recusou. Se isso for verdade, há uma gravidade ainda muito maior.

A quinta questão é a seguinte. A imprensa noticiou recentemente que o Ministério Público Federal está investigando caso de outros três bancos, outras três instituições financeiras que teriam sido também objeto de operações semelhantes ou análogas ao Marka e ao FonteCindam. V. S^a disse que não há nenhuma outra operação, mas V. S^a tem conhecimento dessa investigação do Ministério Público? V. S^a afirma que essa notícia é falsa ou que existe essa investigação por parte do Ministério Público?

A sexta questão diz respeito ao fundo do Banco Boavista. Tenho recebido dezenas de manifestações de cotistas indignados porque não foram avisados dos riscos que estavam ocorrendo e que perderam enorme patrimônio. Eu gostaria de ouvir uma informação, uma palavra a respeito do fundo Banco Boavista.

E, finalmente, o caso da Encol, que lesou também dezenas de milhares de brasileiros, foi objeto de um inquérito, de uma auditoria realizada pelo próprio Banco do Brasil. Gostaria de pedir, Sr. Presidente – e aí não ao Presidente do Banco Central, mas ao Presidente da Comissão -, que V. Ex^a requeresse o envio à Comissão das conclusões dessa auditoria, de todo o processo de auditoria feito pelo Banco do Brasil no caso do financiamento da Encol.

Era isso o que eu queria.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Solicito que V. Ex^a redija e encaminhe à Mesa a fim de que possa ser analisado.

Concedo a palavra ao Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Agradeço ao Senador Roberto Saturnino Braga pelas perguntas. Desculpe ter interrompido, mas eu disse que é simplesmente impossível provar que não houve. É possível provar que houve e, se houve, isso...

O SR. ROBERTO SATURNINO - Acho muito difícil. Aqui para nós, provar que houve... Se fosse possível provar que houve, seria possível também quase provar que não houve, porque...

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - É difícil, não estou dizendo que seja fácil.

O SR. ROBERTO SATURNINO - Tudo bem, é difícil.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - Se fosse fácil, nós ou o seu Partido já teríamos, independente ou conjuntamente, tomado providências.

O SR. ROBERTO SATURNINO - Porque essas coisas são de relacionamento muito pessoal, e obviamente a menos que houvesse uma confissão, nunca se vai efetivamente provar.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - Exato. Concorde com V. Ex^a e mencionei isso no início da minha apresentação, no início -, realmente é um espanto que um banco estivesse correndo esse risco. Daí, a meu ver, fazia sentido, a meu ver, investigar o assunto. Como é possível que alguém tivesse uma posição daquele tamanho. Estou inteiramente de acordo. O desenho do nosso sistema permitiu isso. É algo que tem de ser revisto - também comuniquei aqui que tenho isso como meta.

V. Ex^a mencionou a questão das fianças. Ele tinha um depósito de margens e tinha fianças que eram pequenas. Temos os dados e a Bolsa também tem. Não é a qualidade, mas o volume da fiança, no caso, que impediu.

O Banco Central avaliou a possibilidade de entrar nessa direção. O problema é que isso detonaria a liquidação, com todas aquelas consequências que apurei; eles, no momento, procuravam evitar.

Quanto ao que é possível para tornar impossível o vazamento, embora não seja possível tornar impossível, primeiro, não sei se houve o vazamento. Mas, em geral, a minha resposta a essa pergunta - estamos no meio de um trabalho e não sabemos ainda se houve ou não o vazamento -, a melhor resposta é a transparência, é fazer com que a informação seja divulgada o mais rápido possível. Não há dúvida de que esse é o caminho e vejo isso como um dos nossos objetivos.

Não estou a par dessa investigação mencionada por V. Ex^a de três outras instituições. O Banco Central não teve qualquer atuação com outras instituições que não as duas mencionadas. Não estou a par disso; portanto, não poderia dizer com certeza se o Ministério Público tem ou não alguma investigação. Isso teria de ser perguntado a eles.

Quanto ao Banco Boa Vista, outros bancos e fundos, há uma preocupação nossa. A regra é muito clara: os fundos têm a obrigação de deixar claro aos seus cotistas os riscos que estão correndo. Foi o que me referi, há pouco, como sendo a necessidade de zelar pela proteção ao consumidor etc.

Temos tido, no Banco Central, a política de acompanhar isso. Mas não sei, especificamente no caso do Banco Boa Vista, qual é a situação ou qual seriam as queixas. Nada chegou até mim nesse sentido.

Vou passar a palavra ao Dr. Alvarez, para uma complementação.

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ - Eu gostaria de comentar o seguinte - até para efeito de enriquecimento do trabalho que desempenhamos na fiscalização, é possível que estejamos falhando em alguma coisa -: como é difícil provar, fizemos algumas reuniões para discutir qual seria o método de trabalho. O primeiro deles foi tentar entender os movimentos de mercado para justamente perceber se alguém está fora do normal.

Por isso, levantamos todas essas posições consolidadas, e, quanto a elas, o trabalho está mais avançado. Nos outros mercados, tivemos alguma demora no fornecimento de dados, razão por que estão um pouco menos avançados.

Mas eu gostaria de destacar uma coisa: o fato de ter havido 40 ou 50 vezes em que os bancos mudaram muito rapidamente de posição não indica, na média, que houve **inside information**, informação privilegiada, porque nessas 50 vezes não ocorreu nada, ninguém ganhou ou perdeu. Eles, então, mudaram à-toa.

Então, trata-se de um procedimento de segurança apenas. É mais ou menos o seguinte: na rua por onde você costuma passar há sempre um cachorro que te persegue e tenta te morder. Em consequência, você começa a evitar a rua. Será que alguém informou a você da existência do cachorro? Se você sempre foge... Esse era o primeiro ponto. Queremos ver no global e, depois, em cada uma das instituições para observarmos se o comportamento tem alguma lógica. Se ele tiver lógica, vamos vê-lo da seguinte forma: em função do monte de ocorrências que o mercado fez. Se ele seguiu o mercado sempre, é menos provável que ele tenha tido informação. Porque, informação, no momento, é um só, não é todo mundo. Então, esse é um tipo de trabalho que a gente está tentando fazer.

E outra coisa, obviamente, é que nós vamos inquirir também das instituições qual a motivação téc-

nica que elas dão para nós. Embora isso não seja de muito conforto, porque, como havia muita notícia pública, se ela falar qualquer coisa, nós vamos ter dificuldades de dizer que não é isso.

Com relação às fianças, repetindo, as fianças eram de pequenos valores, até de bancos grandes, também de bancos pequenos. Mas elas só podem ser cobradas uma vez, depois de liquidadas as operações.

Teoricamente, aqui só teoricamente, a gente pode imaginar uma situação: vamos chamar todo mundo, fazer reunião, ver quanto cada um vai perder e tentar... Só que isso é uma coisa que... As margens são exigidas no dia. Nós tínhamos algumas horas para decidir. Eu imagino que isso tenha pesado. Não posso lhe afirmar, porque não estava presente. Mas eu sei da dificuldade num caso desses de uma decisão, porque a cobrança é no dia.

Da Nikko na operação, que tinha sido recusado, desconheço. Não tenho qualquer informação a respeito. Não me parece verdade.

Com relação a Ministério Público que está investigando, eu só queria dizer o seguinte: nós temos, na realidade, algumas dúzias de requerimentos do Ministério Público, quer dizer, eu não lembro exatamente o que ele está pedindo. Podemos até pesquisar, mas há muita pergunta, há muitos questionamentos. E aqui é uma questão que eu coloco: é muito fácil também acusar-se sem qualquer tipo de prova. Que é uma coisa meio incorreta. Acho que levantar a questão é perfeito. Levantar a questão é absolutamente perfeito. Tomar o cuidado de investigar. Já disseram inclusive que eu já estava caindo porque aprovei a operação. Eu estava de férias a 1.100 quilômetros. Saiu no jornal. Quer dizer, é muito fácil acusar, e isso, no Brasil, em princípio, não tem nenhuma consequência.

Com relação ao Banco Boavista, eu pedi à nossa Delegacia no Rio, quer dizer, eu nem sei se eles já chegaram a aprontar o relatório ou não, pedi para checarem o comportamento dos Fundos do Boavista do ponto de vista do que tem o nosso Regulamento. O que eu posso dizer é que eles decidiram repor parte das perdas, eles controladores, os donos do banco. Por quê? Porque perceberam que afetava sua imagem, imagem como Banco. Então há uma perda no Banco de 70, 80 milhões para repor os quotistas. Nem todos estão satisfeitos, não devem estar repondo integralmente. E há uma questão que é muito delicada. Às vezes, o Banco cumpriu tudo o que diz o Regulamento, mas não cumpriu 100%. Quer dizer, deveria ter informado melhor o

cliente. Quer dizer, o gerente informou errado o cliente. Às vezes, entra numa questão que nós não temos a capacidade de julgar. É mais uma competência judicial. E existem, realmente, inclusive associações de quotistas... Quer dizer, mas nós estamos acompanhando. Se percebemos uma infração ao Regulamento, ao que estiver na alçada do Banco Central... Nós já pedimos para a nossa regional de fiscalização checar isso e atuar.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Muito bem! Considera respondidas suas questões, Senador?

O SR. ROBERTO SATURNINO – Só dois esclarecimentos mais.

Primeiro, não haveria nenhuma obrigação legal de liquidação, tendo sido constatada a diferença entre passivo e ativo tão grande no caso do Banco Marka?

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Dr. Alvarez.

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – A lei diz que a questão de liquidação é conveniência e oportunidade do Banco Central. Por quê? Porque existem situações em que a liquidação é mais cara. Situações alternativas é melhor. Existem situações em que a empresa está desaparecida. Existem situações.... Quer dizer, isso na realidade é uma questão que o Banco Central tem que tentar julgar. O próprio julgamento de que se o ativo é menor que o passivo não é simples. Quer dizer, naquele momento, vislumbrava-se que haveria dificuldade, está dito aqui, de cumprir a margem naquele dia, mas, naquele momento, o patrimônio não estava virado. Acontece, qual que ia ser o dia seguinte? Então havia uma expectativa de risco potencial. A lei daria amparo para nós liquidarmos se quiséssemos, não obrigação. Porque é muito fácil dizer depois, mas, teoricamente, se esse contrato em vez de ser de curto prazo fosse de longo prazo, ele teria ido, como o dólar foi, a 2,10 e voltado a 1,60. Quer dizer, qual é o prejuízo? Existe uma questão de julgamento.

A questão essencial era que em função da mudança da banda cambial a gente tinha criado, em função das regras vigentes, um processo complicado num mercado. O mercado estava com dificuldades de operar porque a banda tinha variado muito rapidamente e existia, por questões do próprio mercado, um limite de oscilação admitida para cotação. Trata-se de um procedimento chamado **circuit breaker** nas bolsas, ou seja, quando há um pânico ou uma queda grande, dá-se uma parada para que todos os **players** pensem. Então, gerou-se uma situa-

ção em que, por decisão do próprio Governo, havia gerado um outro problema no mercado. Entendeu-se – e isso é uma questão obviamente complexa – que a liquidação traria, efetivamente, um risco sistêmico. Posso dizer que, na época, acompanhando as questões há muito tempo, eu concordaria com essa tese, apesar de dizerem que é um banco pequeno. Não sei se a decisão do tipo de operação – se existia ou não uma outra alternativa – era uma questão para se decidir em horas mas que, efetivamente, a questão de risco, naquele momento, era muito presente, afirmar que sim – essa é a minha opinião.

O SR. ROBERTO SATURNINO - Sr. Presidente, insisto na remessa à CPI, dos documentos relativos a inquéritos e investigações procedidas, dentro do Banco Central, quanto às denúncias.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – O requerimento de V. Ex^a será examinado pela Comissão.

O próximo orador para arguir é o nobre Senador José Alencar a quem concedo a palavra.

O SR. JOSÉ ALENCAR - Sr. Presidente, dirijo-me ao Presidente Arnínio Fraga.

Ontem, por ocasião da instalação desta CPI, tive uma ligeira participação quando tentei deixar claro que a minha preocupação, participando desta CPI, era aproveitá-la para levar uma contribuição de aperfeiçoamento de todas aquelas atribuições do Banco Central. Espero que V. S^a, como Presidente do Banco, assim como, também, todos os Diretores, aproveitem a oportunidade desta CPI para aperfeiçoar os trabalhos do Banco Central, principalmente como o guardião da moeda. E, é claro que, como o guardião da moeda, é preciso que haja confiabilidade e respeitabilidade absoluta do órgão.

V. S^a, na sua exposição inicial, falou sobre dois itens que acho importante sobre a política que deseja adotar. Um deles é sobre o câmbio flutuante que V. S^a defende até como ajuda na proteção das divisas e a supervisão preventiva. Nós entendemos, justamente, sobre supervisão preventiva como uma preocupação de aperfeiçoamento da forma como o Banco Central concede vida à rede bancária como um todo, concede o direito de operar essa rede bancária. Nós sabemos que o risco da economia de mercado é inerente e, no entanto, parece-me que há uma certa incoerência quando, no setor bancário, ocorre a interferência do Estado, por intermédio do Banco Central, para resolver problema de risco do investidor ou do aplicador ou do cliente do Banco. Na minha opinião, isto, de certa forma, é algo que prejudica os bons bancos. Nós sabemos que o Brasil possui excelentes bancos mas não há muita diferen-

ça para o cliente porque não há, por parte do Banco Central, transparência de que é uma atividade de risco. É claro que o Banco Central está vigilante mas está provado que ele não consegue acompanhar tudo porque há bancos que fazem falcaturas e acabam sendo objeto de custo para o Erário e, também, para o cliente e, naturalmente, o enfraquecimento do sistema.

Então não sei se nessas medidas novas de aperfeiçoamento – esta é uma pergunta que faço – haveria o caminho da transparência absoluta por parte do Banco Central em relação à advertência ao mercado. Quando alguém opta por um banco para fazer algum negócio, há um risco, e esse risco é maior, às vezes, em determinados bancos que pagam taxas melhores.

Lembro-me de que houve um tempo no Brasil – é verdade que isso é outro tempo e não estamos com saudade dele, mas apenas como exemplo -, logo quando foi criado o Banco Central, por ocasião da reforma bancária, em que os bancos de investimento, as financeiras captavam recursos através de RDB ou de CDB – foi o início disso. E as financeiras captavam também através de emissão de letras de câmbio. Então, havia uma norma estatal que não permitia que as financeiras pertencentes a conglomerados confiáveis captassem recursos através da emissão de letras de câmbio com taxa igual àquela que podia ser paga por financeiras independentes, que não pertenciam a esses conglomerados, porque elas eram menores e o risco era maior. Então elas podiam pagar uma taxa um pouco maior naquele tempo. Dessa forma vemos que havia um reconhecimento e até uma indicação para educar o mercado sobre o risco.

Hoje, por exemplo, estamos vendo, de vez em quando, o Erário sendo levado a salvar determinadas instituições, o que acaba representando até uma certa incoerência quando defendemos o mercado. Daí a razão da minha ponderação.

Eu havia anotado várias perguntas, mas todas foram feitas e não vou tomar o tempo de todos com a repetição das mesmas em relação a esses fatos determinados e isolados.

Só queria aproveitar a oportunidade da minha participação para dizer que me agrada muito quando o Banco Central se preocupa em aperfeiçoar a sua atuação como guardião da moeda e como um poder concedente da atividade bancária nacional. Gostaria também de aproveitar a oportunidade e pedir a V. S^a que voltasse a falar um pouco sobre o que chama de "supervisão preventiva". Quando V. S^a cita a super-

visão preventiva como um fato novo dá impressão de que o Banco Central não tem agido preventivamente em casos como os que estão sendo objeto de investigação desta Comissão. Gostaria, se fosse possível, que V. S^a nos explicasse melhor essa supervisão preventiva que acho importantíssima.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Dr. Armínio Fraga, V. S^a tem a palavra.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Obrigado, Sr. Presidente.

Senador José Alencar, a questão da transparência e da supervisão mencionadas por V. Ex^a estão ligadas e têm consequências mais amplas. Apenas, de maneira resumida, eu diria que a idéia da supervisão preventiva não é que não exista, ela precisa ser aperfeiçoada. Existe uma tradição normativa no Brasil e em outros países, que está sendo superada, de tentar especificar operações ou produtos bancários e tentar introduzir limites específicos. E o que se verifica hoje é que o mercado é muito criativo: quando se limita a atuação em mercados futuros, o mercado passa a atuar no mercado de **swap**, de opções ou de mercado de balcão, e por aí vai. Chegou-se à conclusão, não somente no Brasil, de que é importante colocar o ônus na instituição financeira, exigindo mecanismos claros de avaliação de riscos que englobem produtos quaisquer, ou seja, que não se limite apenas a proibir esta ou aquela operação específica.

Essa é a idéia mais geral. Ela exige uma participação mais ativa da gerência dos Bancos e das suas diretorias, o que é bom, porque eles são, em última instância, os responsáveis que respondem perante seus acionistas e perante a justiça, se houver problemas.

Esse modelo é o que pretendemos desenvolver. Ele exige transparência, e o Banco Central tem um papel importante nesta área, que é o de buscar zelar e procurar manter a integridade dos balanços dos bancos, que são um ponto muito importante de informação. V. Ex^a sabe, através de sua carreira pré-Senado, quão importante é para investidores ter confiança nos números que estão vendo. Isso é algo que o Banco Central vem tentando desenvolver e que casa com este modelo.

Esses seriam apenas alguns comentários sobre o tema e o caminho. Poderíamos voltar ao assunto, se V. Ex^a assim o desejar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Senador José Alencar, V. Ex^a está satisfeito?

O SR. JOSÉ ALENCAR – Sim. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra ao Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO – Sr. Presidente, concedo a minha vez ao Senador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Ele já está inscrito para posterior discurso. V. Ex^a abre mão da sua vez para o Senador Roberto Requião.

O SR. JADER BARBALHO – Sim, porque, como Líder, posso intervir à qualquer momento.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Muito bem. Senador Roberto Requião, concedo a palavra a V. Ex^a por cessão do Senador Jader Barbalho.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Inicialmente, com base no art. 112 do Regimento Interno, agradecendo a oportunidade que me dá o Líder do PMDB, Senador Jader Barbalho, quero fazer chegar às mãos do Sr. Relator e anexar aos documentos desta CPI uma matéria do **Jornal do Brasil** de quinta-feira, de 4 de fevereiro de 1999, onde lemos que o Sr. Francisco Lopes, logo depois de deixar o Banco Central, depois de almoçar com seis amigos na churrascaria Porcão, de Ipanema, entre eles o Sr. Eduardo Modiano, ex-vice-Presidente do Banco Nacional, dá uma entrevista.

Ontem, trazendo à Comissão a informação de algumas denúncias que havia recebido sobre a ligação e os contatos do Sr. Francisco Lopes com o Sr. Eduardo Modiano, tive a surpresa de ver esta informação contestada pelo Sr. Eduardo Modiano nos jornais e nos canais de televisão através de sua assessoria. Como o fato está registrado no **Jornal do Brasil**, do dia 4 de fevereiro, quero anexar este exemplar, este xerox, esta fotocópia, deste jornal aos autos e, provavelmente, este documento servirá no interrogatório do Sr. Eduardo Modiano.

Por outro lado, quero trazer outras informações sobre o personagem. Presidente do BNDES do Governo "collorido", responsável pela liberação de R\$250 milhões para o Sr. Olacyr de Moraes, do grupo Itamarati. Defenestrado pelo Presidente Itamar Franco, imediatamente foi nomeado vice-Presidente do Banco Itamarati, do mesmo grupo Olacyr de Moraes.

Este é só mais um fato que demonstra a clara promiscuidade dos personagens que atuam nos setores econômicos do Governo com a banca privada e o retorno dos favores viabilizados durante o exercício dos cargos que ocupam.

Por economia processual, Sr. Presidente, quero fazer perguntas exclusivamente para o Sr. Armí-

nio Fraga, Presidente do Banco Central. A habilidade nas respostas das perguntas do Sr. Alvarez é enorme, mas a responsabilidade pelas respostas deve ser do Banco Central e ela tem que ser registrada nos autos desta sessão e perfeitamente tipificadas como respostas do Presidente do Banco Central para o bem ou para o mal.

Quero evitar esse ping pong que me deixa com dificuldade de entender qual é a posição do Sr. Armínio Fraga e se ele compactua das respostas do Sr. Alvarez.

Então, por economia processual, pela exatidão das respostas e a sua personalização, dirijo-me apenas ao Sr. Armínio Fraga.

Sr. Armínio Fraga, talvez essa pergunta não possa ser respondida agora, mas quero o compromisso do Sr. Presidente do Banco Central no sentido de que enviará amanhã ao Relator da Comissão informações precisas sobre o exato valor das perdas do Banco Central com os Bancos Marka e FonteCindam. Se essas informações estiverem disponíveis agora, serão para mim uma surpresa agradável; se não, gostaria que se fixasse um prazo para que o Relator da Comissão tenha essas informações em mãos.

Esta é a primeira pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – V. Exª deseja que o Presidente do Banco Central responda à medida que ...

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Para que as coisas fiquem extremamente claras e possamos perceber ...

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – À medida que V. Exª fizer as perguntas ele responderá, é isso?

O SR. ROBERTO REQUIÃO – ... que resposta corresponde a que pergunta à medida que eu fizer as perguntas e desejaria ter as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Tem a palavra, Dr. Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Obrigado.

Senador Requião, não tenho esse número de cabeça e questiono, inclusive, o conceito. O que me comprometo a fazer é simples: passar a V. Exª – não sei se isso é possível conforme as regras desta Comissão – os dados e os cálculos podem ser feitos.

A questão das perdas é mais complicada, na medida em que é preciso avaliar a situação do Banco Central como um todo. Como mencionei antes, o Banco Central não é um banco comercial, não é um

banco de investimento. As políticas têm que ser avaliadas na sua totalidade.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Presidente Armínio Fraga, não desejo a avaliação na totalidade. Talvez até lhe solicite isso numa outra pergunta. Estou pedindo a V. Exª para quantificar à exatidão as perdas do Banco Central com os Bancos Marka e FonteCindam. O conceito teórico de perda também é uma pergunta que não estou-lhe fazendo neste momento.

Quanto o Banco Central perdeu com o Marka e o FonteCindam?

Se eu for acreditar nas elucubrações filosóficas e teóricas do Governo e dos nossos economistas no Governo, vou chegar a entender que essa perda de R\$45 bilhões de divisas tornou-se uma grande vantagem para o Brasil, que vive agora um momento glorioso da sua história econômica.

Não quero entrar nessa discussão, pois tenho uma posição muito clara quanto a isso. Avalio as perdas do País pelo desemprego no meu Estado, o desespero dos pequenos e médios empresários, as falências e a violência nas cidades.

Não vou discutir a filosofia do liberalismo econômico com V. Exª. Portanto, quero só que se fixe um prazo para que a CPI receba a quantificação clara do que nos custou a operação com o Marka e o FonteCindam.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – V. Exª receberá uma resposta ...

O SR. PEDRO SIMON – (inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Prossiga, Dr. Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Senador Pedro Simon, sei que o Senador Requião não tem paciência para os detalhes e sinto que estou respondendo além do que a pergunta parece exigir.

Os fatos constam do nosso dossiê ...

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Uma semana, Sr. Presidente?

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Desculpe, posso terminar se V. Exª permitir.

De posse desses fatos, V. Exª poderá calcular com base em hipóteses, porque são hipóteses. Qual é o prazo da operação? Qual é o valor referencial? Honestamente, não tenho ... De novo, insisto ...

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Honestamente, V. Exª não tem a menor idéia de quanto o Banco Central perdeu?

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Não, não é isso. Se V. Exª puder especificar melhor a sua per-

gunta, poderei lhe dar uma resposta. Caso contrário, não.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Quero saber quanto dos R\$7 bilhões e 600 milhões que o Banco Central perdeu com as operações no mercado cabem aos Bancos FonteCindam e ao Marka. Não imagino forma mais clara de fazer essa pergunta.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Vou preparar uma resposta que, conforme sugerido pela Mesa, será encaminhada a V. Exª em uma semana.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Muito obrigado. Perfeito. A resposta finalmente foi satisfatória.

O SR. PEDRO SIMON – (Comentários fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – A pergunta é do Senador Roberto Requião, Senador Pedro Simon, aguarde sua vez, por favor.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Muito bem, Presidente.

Sr. Presidente, informam-me que o Banco Central, a partir de um determinado escalão para cima, grava todas as conversas oficiais de seus diretores, conversas realizadas em telefones destinados aos diretores do Banco e aos funcionários mais graduados. Certo ou errado?

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Errado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Não há esse tipo de gravação?

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Não.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – O Banco FonteCindam foi homenageado com um tratamento especial pelo Banco Central. Os bens de seus controladores não foram gravados pela indisponibilidade, como aconteceu com outros bancos que foram socorridos pelo Proer. É do conhecimento do Presidente do Banco que o Banco Central processava representações de aplicadores em fundos de aplicação, mais especificamente Frota/FonteCindam, por falta de atendimento no pedido de resgate das quantias aplicadas?

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Desconheço o assunto.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Provavelmente, ninguém conhece esse fato no Banco Central ou V. Sª acredita que a diretoria anterior teria conhecimento.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – V. Exª me impede de consultar. Trouxe aqui o Dr. Luiz Carlos Alvarez* por uma razão muito simples: S. Sª é o é o Diretor da Área de Fiscalização, é um **expert** no assunto. No Banco Central procurei me cercar de pessoas competentes, que podem responder. V. Exª há

de convir que o Presidente do Banco Central possui outras responsabilidades, como a condução da política monetária e cambial.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Por isso, Presidente, é que o Chico Lopes defenestrou Gustavo Franco.

Faço essa concessão no meu interrogatório e gostaria que o Sr. Alvarez me respondesse se tem conhecimento, como Diretor de Fiscalização, das representações.

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – Tinha conhecimento como chefe do Departamento de Fiscalização. Há uma denúncia em apuração de depositantes que teriam aplicado através de distribuidoras. Essas distribuidoras não teriam repassado os recursos ao FonteCindam. Na realidade, trata-se de uma questão em apuração para saber de quem é a responsabilidade. Os dados até agora disponíveis indicam que o Banco não recebeu os recursos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Perdoe-me, Sr. Alvarez, mas tenho dados que informam que parte dos recursos foram devolvidos ao aplicador. Se parte dos recursos foram devolvidos, posso presumir que os recursos foram aplicados e não há um desvio de corretores.

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – V. Exª me desculpe, mas é uma conclusão apressada.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Estou satisfeito. Eu o desculpo, ao mesmo tempo em que passo às mãos do Presidente do Banco Central a documentação que chega às minhas mãos...

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – Fica o meu protesto por não ter podido explicar.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – ...através do Líder do meu Partido, Senador Jader Barbalho e que a informação, que V. Exª não tem e me dá de uma forma que não correspondente aos documentos que tenho em mãos, seja corrigida.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra ao Dr. Alvarez, para concluir seu raciocínio.

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – É conhecido no mercado situação em que o gerente de um banco ou uma pessoa começa a pegar aplicações de clientes e começa a desviar uma parte dos recursos: Aplica uma parte. Depois, há um problema, pois algum aplicador fica sem o seu recurso. O que acontece é que, numa sequência de investidores, alguns tiveram seus recursos aplicados, outros não. Só posso lhe dizer que tenho uma informação preliminar da nossa delegacia em Belo Horizonte que mostra que existe essa ocorrência e que está sendo apurada e

tem esse perfil. Qualquer conclusão de minha parte é apressada. Entendo que a conclusão de V. Ex^a, pelos elementos de que disponho, também é apressada.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Tão apressada quanto a sua, que imediatamente exime o Banco de qualquer responsabilidade e a atribui a corretoras, sem ter conhecimento da sindicância que está sendo realizada. A defesa caracteriza uma posição. Talvez o meu questionamento caracterize uma posição de preocupação com o Banco Central, que vem de muito tempo, mas sua posição, na sua resposta, caracteriza também uma postura muito clara com relação ao FonteCindam.

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – A posição é a apontada pelos meus funcionários de fiscalização, concursados há 25 ou 30 anos, que não têm qualquer motivo para querer defender um banco ou outro.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Prossiga nas suas avaliações, Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Presidente Armínio Fraga, a decisão de vender dólares a preços ínfimos aos Bancos FonteCindam e Marka deveria, na minha forma de entender as coisas, ser submetida ao Conselho Monetário Nacional, mesmo que *ex post*. Isso ocorreu? Qual é sua opinião sobre essa observação?

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Não ocorreu, Senador Roberto Requião, porque o entendimento da Diretoria, com amparo do Departamento Jurídico, era de que isso não era necessário. O Banco Central procura sempre observar isso, tanto que o Conselho Monetário tem sempre uma pauta repleta. Mas, nesse caso, esse é o meu entendimento, sujeito a uma questão sua, a quem tomou a decisão à época.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Então, na sua opinião, não é função do Conselho Monetário Nacional examinar esse tipo de ação do Banco Central, nem *ex post*, e o senhor continuará não submetendo ao Conselho qualquer decisão da mesma natureza que venha a ser tomada na sua gestão?

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – O Conselho dá ao Banco Central espaço, poder para atuar no mercado de câmbio.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – E não toma conhecimento, nem *ex post*, do que acontece?

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Em certos casos, como esse, toma conhecimento pela imprensa, pelas conversas, mas...

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Quer dizer que há um relacionamento entre o Banco e o Conselho Monetário Internacional via *Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *Veja*? Não há dúvida de que é uma forma. Talvez não seja a desejável.

Presidente, eu gostaria que o senhor me definisse, posteriormente para minha ilustração e dos Srs. Senadores, o que significa para o Presidente do Banco Central hoje o chamado risco sistêmico? Como podemos caracterizá-lo?

No passado, bancos quebraram, foram dissolvidos, banqueiros foram penalizados de todas as formas que a lei permitia e não houve efeito dominó. Mas, agora, temos esse termo: risco sistêmico. O que significa risco sistêmico?

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – O Sr. Armínio Fraga pode responder.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Obrigado, Senador, pela pergunta pertinente, na medida em que essa é a base da atuação do Banco Central, nessa situação que já vem sendo discutida aqui com V. Ex^{as}.

A questão do risco sistêmico remonta há vários episódios conhecidos na história econômica do Século XX – para não voltar ao Século XIX. Risco sistêmico é simplesmente uma situação em que a credibilidade de um grupo grande de instituições fique contaminada a partir da percepção de que existe algum problema maior. Seja ele de natureza creditícia, no caso de uma situação de recessão ou de depressão, como no caso famoso da depressão americana, onde o risco sistêmico não foi objeto da atuação do Banco Central – é considerado um dos grandes erros da história econômica – seja no caso recente que apurei, que indica uma clara cadeia de riscos, que começava com o risco no momento cambial e com o temor de que a situação pudesse evoluir, seguindo um caminho parecido com o de algumas das economias asiáticas, que entraram num processo de bola de neve, de quebra-quebra; onde quebra um banco, quebra outro, quebra uma empresa, some o crédito e por aí vai.

Esse é o conceito de risco sistêmico aplicado na literatura, conhecido pelos práticos dos bancos centrais do mundo e que, parece-me, foi o conceito relevante para a decisão do Banco Central naquele momento.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Na prática, se um pequeno banco ou uma pequena corretora estiverem assaltando o mercado, este está correndo o risco de um risco sistêmico; e o Banco Central interviria evitando o assalto, ou seja, dando aos bandidos

o que eles queriam tirar do mercado. É uma interpretação minha, não é uma pergunta, vou para a próxima pergunta.

A função do Banco Central é cuidar das instituições financeiras para que elas operem em condições de risco aceitáveis. Não pode existir capitalismo sem risco, mas nós não podemos supor que o liberalismo absoluto, a ausência da intervenção do Estado seja possível. Depois do Keynes, é muito difícil raciocinar dessa maneira.

Se nós trabalhamos em margem de riscos aceitáveis, como é que o banco FonteCindam e o banco Marka foram levados a uma situação de riscos inaceitáveis, com o Banco Central fiscalizando o processo e havendo, inclusive, representações contra um desses bancos, ou contra um fundo de um desses bancos, dentro do próprio Banco Central?

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Obrigado. Essa pergunta é a pergunta que temos feito também.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Eu é que tenho que agradecer as respostas, Sr. Presidente.

Obrigado pela resposta.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Ninguém está entendendo mais nada, Senador. (Risos)

O SR. ROBERTO REQUIÃO – É um fato. O Brasil não está entendendo nada mais do que aconteceu. Por isso existem as CPIs.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – O senhor está colocando uma pergunta que, ao meu ver, exige múltiplas causas, porque o problema, realmente, é espantoso. Eu concordo, disse aqui isso antes e volto a repetir.

Ao meu ver, uma situação dessa é produto de dois fatores. Ela é produto, por um lado, de algo que nós estamos, aqui, admitindo publicamente, que é uma falha na regulamentação prudencial do sistema, que nós pretendemos sanar. Isso eu já disse.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Então, o risco sistêmico, hoje, seria o próprio Banco Central?

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Vamos concluir. Vamos concluir. Deixe-me só concluir. E, em segundo lugar, de uma situação que foi, realmente, na escala Richter financeira, uma situação de grande turbulência, e acho que essa combinação produziu essa decisão baseada, inclusive, não só na posição dos bancos, que admitimos aqui, não são bancos grandes, são bancos médios, mas que levou a pôr em questão, naquele momento, toda essa cadeia de operações cambiais, inclusive com a situação da bolsa, que já foi discutida aqui.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Fiquei, realmente, sem entender nada.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Eu repito.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Como é que riscos inaceitáveis são aceitos pelo Banco Central, que tem que cuidar das instituições financeiras?

Mas vamos a uma outra pergunta.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Posso...?

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Como não?

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Se o senhor me permitir, o ponto é muito bom e eu gostaria de tentar ser claro, na medida em que, evidentemente, não o estou sendo.

O que estava em jogo.... sua pergunta foi: Como é que surgiu...

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Se a função do Banco Central é evitar os riscos no mercado, ou mantê-los em regime de riscos aceitáveis, como é que se chegou a riscos inaceitáveis em dois bancos – eu até complemento a pergunta – quando um deles alavancava vinte vezes o seu patrimônio líquido?

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Isso. A resposta que procurei dar repito, talvez tentando esclarecer a base de raciocínio: por um lado, o movimento cambial foi algo acima do que se previa, ou seja, o próprio Banco Central trabalhava com um sistema de câmbio, que era um sistema de câmbio que se procurava preservar. Na medida em que isso deixou de acontecer, houve um aumento de risco. E, segundo; é o outro ponto de V. Ex^a, vem a pergunta: como é que uma instituição pôde alavancar tanto? E a resposta, já admiti aqui, é uma resposta que exige uma certa autocritica por parte do Banco Central, na medida em que não existem regras que impeçam, explicitamente, esse tipo de situação, e é algo que entendo que precisa ser corrigido.

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – Nem o Banco Central, nem a Bolsa.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – É a minha segunda pergunta, é a minha próxima pergunta, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Belo Parga) – A palavra está com o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Não, mas a intervenção é pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Belo Parga) – Mas regulamentarmente é V. Ex^a que deve dirigi-la.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Regulamentarmente, pois não.

O SR. PRESIDENTE (Belo Parga) – Ou regimentalmente, como queira.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – As operações que se realizam na Bolsa de Mercadorias e de Futuros devem considerar margens suficientes para cobrir as flutuações. É curial. É indiscutível. E cabe à Bolsa analisar os riscos creditícios dos que operam nela, estabelecer limites aos especuladores e assumir riscos inerentes às situações de falta de oferta e demanda dos ativos comercializados. Nesse processo, o Banco Marka alavancou vinte vezes o seu patrimônio líquido. Não chamou a atenção da Bolsa..., ou chamou? Tanto que a Bolsa manda uma carta para o Banco Central, que não é definitivamente um pedido de ajuda, pelo menos pela transcrição da carta nos jornais, mas é apenas um aviso, uma advertência de que a entidade não estava em condições de responder com seu patrimônio pela situação criada. Nós vemos aí a possibilidade de fazer a mesma crítica de falta de instrumentos ou de irresponsabilidade, como se queira interpretar, por parte da Bolsa, assim como do Banco Central. O Banco Central admite, faz autocritica. E a Bolsa? Como é que a Bolsa se comporta? Como a Bolsa pode justificar? E ela tinha conhecimento das operações, tanto que fez uma advertência ao Banco Central de que, quando explodisse, ela não segurava o estouro. E deixou aplicar vinte vezes, e as providências não foram tomadas. Como é que podemos encarar essa atitude da Bolsa? Essa é também a CPI da Bolsa?

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Senador, essa é a pergunta complementar. Não posso responder pela Bolsa. O que posso comentar, como analista da situação, é que a Bolsa tem o seu sistema calcado em garantias. A Bolsa viveu inúmeros processos de grande turbulência no Brasil, num período recente, e, nesse caso específico, talvez na operação em questão, fosse realmente enfrentar problemas.

A comunicação que a Bolsa fez, a carta da Bolsa, não se refere especificamente, o texto é público, como mencionou V. Ex^a, mas tenho conhecimento por parte da Bolsa, isso é público, também está nos jornais, de que a própria Bolsa está revendo seus critérios, suas margens e garantias. A partir dessa situação, sugiro que a pergunta seja feita a quem possa dar uma resposta mais específica.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Fica, Sr. Relator, a sugestão do Presidente do Banco Central colocada para V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Belo Parga) – Senador Roberto Requião, o tempo de V. Ex^a está esgotado, mas faça a derradeira pergunta.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Eu me reinscrevo para terminar o meu questionário. Vou tentar concentrar algumas perguntas aqui.

A decisão de intervir no mercado, Sr. Armínio Fraga, criando uma série de contratos *ad hoc* para fechar a posição do Banco Marka, mostra uma atitude discriminatória com outros integrantes do sistema. Começando pelos quotistas do Fundo Nikko Marka, que perderam 90% de seu patrimônio. Ela é, para mim, absolutamente inexplicável, porque ela privilegia alguns operadores do sistema, cobre o prejuízo com dinheiro público e ferra os quotistas.

Então, devemos entender que a preocupação com o mercado é a preocupação com os grandes grupos? Nem assim é possível entender, porque o Marka e o FonteCindam não eram grandes grupos. Eram grupos insignificantes no movimento geral do mercado brasileiro. Mas eles receberam dinheiro público, ferraram os quotistas privados e, além disso, tiveram a dispensa de que seus bens fossem colocados em indisponibilidade.

Se nós considerássemos a hipótese de que, amanhã, a CPI se convencesse de seus argumentos – eu jamais serei convencido –, que a CPI se convencesse dos seus argumentos e achasse necessária, no momento em que foi feita a intervenção no mercado.

Cabe a pergunta: não seria melhor deixar o mercado funcionar, obrigando cada um dos intervenientes a responder no seu limite, no limite dos seus avais, no limite do seu patrimônio?

Eu gostaria de recordar, para ilustrar a pergunta, o *crash* de Wall Street, em 1987. Os intervenientes do mercado resolveram a situação isoladamente arcando com as perdas. Por que aqui, onde se pratica a mesma política liberal ou neoliberal, as coisas não são assim também?

Sr. Armínio Fraga, para um sistema que se encaminha no sentido do livre mercado – é a cantinela que me soa nos ouvidos noite e dia pela imprensa, pelas declarações da equipe econômica, do Presidente da República e dos Partidos que o apóiam –, é um absurdo proteger certos integrantes apenas, porque isso causa uma distorção absoluta do processo. Alguns integrantes são submetidos às penas, e outros são privilegiados com favores.

Note-se ainda, Sr. Armínio Fraga, que o Banco Marka operava por intermédio de uma corretora, não por acaso de propriedade do Vice-Presidente da Bolsa de Mercadorias. Do ponto de vista filosófico, o favorecimento indica falta de crença no mercado e no liberalismo econômico. Do ponto de vista ético, a

discriminação entre donos de bancos e quotistas é absolutamente inadmissível, porque os donos foram privilegiados, e os quotistas, prejudicados. E muito menos admissível é a sociedade brasileira pagar o custo dessa "operação" do Banco Central.

Na prática, deixando de lado os juízos de valor – estou fazendo uma pergunta extensa pelo seu apelo, Sr. Presidente, de que fosse a última; estou tentando liquidar o problema de quatro ou cinco perguntas que ainda pretendia fazer, dispensando os Srs. Senadores de uma pergunta posterior -, a questão que se coloca é a seguinte: a intervenção utilizada foi a mais apropriada, já que os custos foram absorvidos diretamente pela viúva, quando poderiam ter sido absorvidos pelos integrantes do sistema?

É pacífico, entre liberais, neoliberais e sociais democratas, que os mecanismos privados são muito mais eficientes para cobrar dívidas e menos sujeitos a pressões políticas. De qualquer forma, para mim, é absolutamente insustentável a não interdição dos bens dos donos de banco, questão já corrigida por uma determinação da Comissão Parlamentar de Inquérito, atendo a uma proposição do Senador José Roberto Arruda, com uma emenda minha que ampliou a sua intenção inicial.

Muito mais estranho é o fato de que, menos de um mês depois do estouro, os controladores do Banco Marka se instalem no mercado brasileiro com uma nova empresa imobiliária. Sr. Presidente, isso é um escárnio para quem trabalha. Isso é um escárnio para as empresas brasileiras que estão falindo, porque não podem competir com os juros privilegiados das empresas no exterior. Fundamentalmente, é um escárnio para os desempregados e para os quotistas que jogaram a sua poupança. Isso mostra uma desordem absoluta. Não é o livre câmbio, não é o livre comércio, não é a liberalização do mercado, mas é, sem a menor sombra de dúvida, o favorecimento absoluto de grupos econômicos.

Fica me faltando uma resposta sua mais precisa. A sua resposta foi imprecisa, mas significativa. Para mim, essa operação realizada pelo Banco Central é uma pilantragem e não uma operação de socorro, porque não há risco sistêmico algum. Esses bancos poderiam ter quebrado dez vezes, que o seu porte não significaria nenhum prejuízo para o mercado, nenhum efeito dominó. Peço que V. Exª me diga – eu o tratei de Excelência; agora o agradecimento deve ser dobrado – que o Conselho Monetário Nacional, ou seja, os Ministros da área, não tomou conhecimento e continuará não tomando conhecimento

de operações tais, porque o Banco Central tem independência para isso.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – O Dr. Armínio Fraga tem a palavra para responder à última questão.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - Obrigado, Senador. Eu, ao contrário de V. Exª, coloco-me aqui de maneira aberta, sem fazer nenhuma conclusão precipitada, disposto a uma autocritica, a examinar os fatos, procurando trabalhar de forma construtiva para que o Banco Central continue sempre se aprimorando, infelizmente, ao contrário do que colocou V. Exª, que já pré-anunciou a sua conclusão.

Infelizmente, Senador Requião, não tenho a sua capacidade de comunicação, não sou político, não sou do ramo, já coloquei da melhor maneira que sei quais foram as circunstâncias...

O SR. ROBERTO REQUIÃO – O Senador Pedro Simon não concorda que V. Sª não seja do ramo.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Não interrompa o depoente, Senador. Ele está respondendo a V. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Disciplinadamente ouvirei até o fim, atendendo o apelo da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Obrigado triplo, Senador.

O SR. ARMINIO FRAGA NETO – Voltando a essa cadeia, Senador, estou procurando apresentar o que apurei. Fiz um levantamento dos fatos, conversei com as pessoas, estou procurando colocar a decisão que foi tomada pela Diretoria – como V. Exª sabe, naquele momento, eu não fazia parte dela -, tentando deixar claro quais foram os custos e benefícios, de acordo com a lógica do momento.

De fato, V. Exª colocou com toda clareza, a decisão foi não de subsidiar o banqueiro, da maneira como entendi. Talvez tenha entendido mal o que V. Exª colocou, porque o Banco Central trabalhou para zerar o patrimônio do banco, ele, no banco, perdeu o que tinha; mas, sim, é correto, impedindo um processo de liquidação que fosse buscar algo dos bens pessoais do banqueiro, e isso é fato. Não tenho o que dizer – já o havia dito anteriormente e repito.

Mas o que acontece é isso: um cálculo que foi feito pela Diretoria com respaldo jurídico das atribuições do Banco Central. Entendo que a sua avaliação seja diferente da que têm aqueles que tomaram essa decisão, que viam naquele instante – inclusive com o apoio da Bolsa de Futuros -, esse risco, sim, de que as coisas pudessem se encaminhar na direção de uma desvalorização, que acabou ocorrendo,

mas que, no momento da decisão, não havia ainda ocorrido.

Esse ritmo das decisões, o momento de cada decisão é muito importante nesse caso. Não estou aqui para defender as pessoas que tomaram essas decisões, e sim para cooperar com a Comissão, ilustrando e fornecendo os dados para que se possa concluir adequadamente.

Entendo a irritação que isso provoca. Também olho para o nosso Brasil – isso não é monopólio seu -, e me irrita profundamente ver a situação do nosso povo e entendo que devemos trabalhar para melhorar isso. Não quero parecer otimista, mas vejo sinais de que as coisas podem melhorar. O que posso dizer aqui, de público, é que pretendo me dedicar de corpo e alma para que isso ocorra. E parte desse processo realmente é dar ao Banco Central a transparência que uma instituição que tem esse poder exige, e não é por outra razão que estamos aqui com esse material e com tudo o mais que for pedido por V. Ex^{as}.

Muito obrigado três vezes.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Presidente, V. Ex^a me perguntaria agora se estou satisfeito com as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Sei que V. Ex^a ...

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Por economia processual, eu diria que as respostas não foram para mim absolutamente satisfatórias, mas eu gostaria de algumas providências da Mesa. Uma delas seria solicitar uma cópia dessa documentação que o Presidente do Banco Central entrega para uso dos Srs. Senadores membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Os Senadores interessados solicitarão as cópias e as receberão.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Mais duas observações que não são perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Todavia, Senador, o tempo já foi excedido em 20 minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Nas mesas de câmbio, Sr. Presidente, as gravações são obrigatórias. Não consigo entender como as medidas tomadas pelo Banco Central deixaram de ser gravadas. O nosso Relator, bancário que é, tem consciência disso tanto quanto eu. Penso que o Relator pode aprofundar essa questão. Sobre uma resposta irritada, em que o Sr. Alvarez me colocou ostensivamente os funcionários de 20 anos do Banco Central como aval para a sua visão de que não havia nenhum problema maior com o fundo do Fontecindan, gostaria de

chamar a atenção de que, se eles são funcionários há 20 anos, talvez sejam os mesmos que, nos últimos 10 anos, fiscalizaram o Banco Nacional e não encontraram irregularidade alguma, até que o processo estourasse.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – O próximo orador a fazer arguição é o Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente da Comissão, Sr. Relator, Sr. Presidente do Banco Central, Sr^s e Srs. Senadores, gostaria de começar com uma solicitação. Embora a Comissão Parlamentar de Inquérito, tenha votado ontem o nosso requerimento de indisponibilidade dos bens dos controladores dos dois bancos citados, na prática, se um desses controladores, que não conheço, foi a um cartório, às 9h da manhã, para vender, por exemplo, uma casa, ele o pode ter feito. Então, há uma solicitação prática que eu gostaria de fazer. Solicitaria que o Banco Central encaminhasse – pode ser que nesse intervalo da reunião até já o tenha feito – à Comissão Parlamentar a relação dos controladores responsáveis por estes dois bancos, diretores ou não, para que a Comissão, publicando a sua decisão e encaminhando-a ao Banco Central e aos cartórios, efetive-a. Esta é apenas uma solicitação.

Gostaria de fazer duas perguntas. A primeira delas – e quero pedir desculpas nesta pergunta, Sr. Presidente, pelo meu desconhecimento técnico da área específica – é: por que a Comissão Parlamentar de Inquérito, por unanimidade, tornou indisponíveis os bens dos controladores? Por que deseja concluir o seu trabalho? E não estou fazendo nenhum prejulgamento. Concluídos os trabalhos, vamos admitir, por hipótese, que inclusive não desejo, mas tem que ser considerada – a citação muito remota é a do Senador Pedro Simon -, que se chegue à conclusão de que a gestão desses bancos foi predatória, contrária aos ditames da lei e trouxe prejuízos ao Estado brasileiro e aos investidores. Então, esses bens, tornados indisponíveis, num processo judicial, servirão para pagar esses prejuízos. Vamos considerar, numa hipótese adicional, que esses bens não sejam suficientes para cobrir esses prejuízos porque fugiram US\$17 milhões do País. A pergunta que faço: há, legalmente, possibilidades de que neste momento o Banco Central ou o Governo brasileiro repatrie esses US\$17 milhões, já que, parece-me que ficou claro, há ligação, esta de ordem legal, entre aquele banco que investia como se estrangeiro fosse e aquele outro que operava no mercado nacio-

nal? Essa é a primeira pergunta, e é uma pergunta apenas por precaução.

Segunda questão, Sr. Presidente, aí vou pedir desculpas ao Senador Roberto Requião. Na verdade, estarei repetindo uma questão que S. Ex^a levantou, apenas, eventualmente, de forma diferente. Esses dois bancos, pelos dados disponíveis, se eventualmente quebrassem sem intervenção do Governo, não causariam, pelo seu volume, grande turbulência no sistema financeiro? Ainda assim, essa operação de salvamento, se é que se pode chamá-la assim, tem alguma razão macroeconômica? Segundo; se os investidores perderam 90 ou 95% do capital aplicado, qual a vantagem, sob a ótica de quem zela pela saúde do sistema financeiro?

Ilustro essa pergunta com uma comparação com o PROER, que defendi e no qual votei favoravelmente. Meu parco entendimento da questão leva-me a crer, neste momento, que o caminho aqui colocado é realmente o correto. Senão vejamos: primeiro: o PROER exigiu lei; segundo: protegeu os investidores; terceiro: tornava indisponíveis os bens dos controladores no momento da ação governamental; quarto: mandava para a Justiça o resultado de todos os processos de intervenção do governo no mercado.

Em razão de o PROER ter todos esses aspectos positivos, a pergunta que faço agora, Sr. Presidente do Banco Central, não é mais se a intervenção do Banco Central foi apropriada, porque estamos discutindo aqui o caráter subjetivo dessa intervenção. Defendi o PROER para evitar danos à estabilidade econômica que poderiam advir da diminuição dos lucros dos bancos, algo que poderia gerar uma quebraadeira seqüencial. O PROER exigiu lei; protegeu os investidores; tornou indisponíveis os bens dos controladores e mandou para a Justiça o resultado dos processos de intervenção. A pergunta que faço é: sem o PROER, o Banco Central, legalmente, poderia fazer a mesma coisa que fazia com o PROER? Sem, portanto, esses cuidados que o PROER exigia?

Não estou mais me preocupando – como me parece ter sido o caso dos ilustres Senadores que me antecederam – com o caráter subjetivo da decisão, isto é, se foi correta ou não. Estou querendo me centrar no caráter legal: legalmente, o Banco Central poderia fazer isso sem o PROER? Se podia, qual a razão de ser do PROER? Se podia, entende V. S^a que esse seja um ponto falho da legislação que deva ser mudado?

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra ao Sr. Armínio Fraga para responder ao Senador José Roberto Arruda.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Obrigado, Senador José Roberto Arruda.

V. Ex^a elaborou três perguntas. Responderei em primeiro lugar a última.

O Banco Central, como já mencionei, viu-se diante de uma decisão que era a de seguir um caminho à maneira do PROER – o qual levaria à quebra e aos problemas com toda a cadeia de pagamentos e, em particular, incluindo as posições dos mercados futuros de dólar – ou o caminho de fazer as operações de câmbio – que foram feitas –, zerando o patrimônio do Banco Marka. A outra foi feita na taxa equivalente à taxa do mercado pronto, abrindo mão do acesso aos bens dos controladores e evitando, na melhor avaliação naquele momento, um risco maior. Esse é o quadro. Eu não estava lá e não posso dizer muito mais do que já disse aqui.

Do ponto de vista legal, não tenho dúvida de que isso é da competência do Banco Central. Do ponto de vista da política econômica – posso falar como Presidente do Banco Central e pensando no futuro –, não é, absolutamente, a intenção do Banco fazer com que operações desse tipo sejam corriqueiras. Espero nunca me ver na situação em que se viram os diretores que me antecederam. É o que posso dizer. Friso, porém, que a base legal existe e está, inclusive, registrada nesta documentação.

Anotei aqui o seu pedido da relação dos controladores.

A segunda pergunta de V. Ex^a foi quanto à indisponibilidade nessa situação, se seria possível repatriar e por que não indisponibilizar. Peço ao Sr. Luiz Carlos Alvarez para prestar atenção à minha resposta, porque é um assunto mais técnico.

No meu entendimento, o Banco Central indisponibiliza quando detona um processo de liquidação. Como foram feitas operações que traziam o capital a zero ou próximo disso, mas não o transformavam em capital negativo, que produziria o problema nas bolsas, o Banco Central não tinha condições legais de tornar indisponíveis os bens dos controladores. Essa foi a base legal da situação. Dr. Luiz Carlos Alvarez, por favor, corrija-me se eu estiver errado. Obrigado.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente, considero que as perguntas estão respondidas. Analisarei os documentos sob o aspecto legal, que me parece o fulcro do que estamos discutindo. No entanto, continuo com uma dúvida. No momento

em que houve a ação do Governo – deixemos claro que quem está falando são aqueles que defendem o Governo – e que tornamos indisponíveis, por uma decisão desta Comissão, os bens, sinto que a Nação brasileira pergunta o seguinte: se os jornais anunciaram que US\$17 milhões foram perdidos, por terem os bancos, evidentemente, agido de um modo que lesou seus investidores, e tendo havido prejuízo ao Estado Brasileiro – na medida em que entreviu e foram gastos recursos do País –, há atualmente alguma forma legal de o Governo brasileiro – ou a Comissão Parlamentar de Inquérito – buscar esses US\$17 milhões, já que pertenciam a uma instituição financeira, ainda que operando sob o manto de uma organização estrangeira, mas irmã, em termos societários, dessa que foi proibida de atuar? Essa é minha questão.

Se esse fato merecer um estudo mais cuidadoso, que ele seja feito, porque me parece que o ponto central é esse. Admitamos que os bens indisponíveis no Brasil sejam insignificantes em razão desse dinheiro remetido. Qual a possibilidade real disso?

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - Peço ao Dr. Luiz Carlos Alvarez que comente com mais detalhes o assunto. Confesso que a questão passou pelas nossas mentes, porque, de fato, o referido episódio tem ares fantásticos. Estamos examinando e reexaminando todos os aspectos. Apenas estabeleço um compromisso – e passo a palavra ao **expert** – no sentido de que, se houver chance, não há dúvida, buscaremos o que for possível. Mas talvez o Dr. Luiz Carlos Alvarez possa discutir o assunto.

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ - A preocupação é extremamente válida e V. Ex^a expôs muito bem a questão. Há mais um conteúdo jurídico: a lei brasileira não atinge de modo direto, obviamente, o campo extraterritorial, ou seja, não se pode obrigar outros países a seguirem a lei brasileira. Peço a V. Ex^a que nos dê tempo para examinar. Penso que a assessoria jurídica do Congresso Nacional também deve participar. Se houver possibilidade, serão tomadas as medidas cabíveis.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Encerradas as questões do Senador José Roberto Arruda, concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, se me permite, a cadeira do Sr. Luiz Carlos Alvarez está cada vez mais baixa. Por mais que tente levá-la, está ficando cada vez mais perto do chão. É necessário trocar sua cadeira.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Arruda, pela ordem.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Muito obrigado. Trata-se de uma homenagem. Tivemos uma conversa reservada enquanto se corrigia o problema da cadeira e do som que, creio, deva ser tornada pública: o Presidente do Banco Central deixa claro que está também tentando trabalhar no sentido de buscar essa cadeia institucional que liga uma empresa a outra para a busca da repatriação desses 17 milhões. E ele, na sua resposta, havia solicitado a ajuda da Assessoria Jurídica do Senado.

Peço ao Presidente que decida, imediatamente, que a Consultoria Jurídica do Senado trabalhe junto com o Banco Central no sentido de que todas as possibilidades sejam exauridas nessa linha. Isso, parece-me, é uma medida importante para resguardar os eventuais interesses lesados dos investidores e o recurso gasto pelo próprio Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, dentro do que disse o nobre Senador Arruda, eu não estava aqui em toda a reunião anterior quando foram tomadas decisões em cima do parecer do Sr. Relator, creio que, se isso não foi feito, Sr. Relator, nós devemos fazer, porque é tradição das comissões parlamentares de inquérito que têm o sentido desta que nós, imediatamente, busquemos, na sua instalação, as assessorias: no Banco Central, na Procuradoria-Geral da República, na Polícia Federal, nos vários segmentos, em cada um desses órgãos; e essas pessoas são nossas convidadas para sentarem aqui e acompanharem toda a CPI para, lá pelas tantas, quando acontecer um fato como esse, as informações serem trocadas.

Então, creio que é recíproco: nós precisamos de assessores do Banco Central que estejam aqui conosco, assim como não tenho dúvida que o Banco Central contará com a Assessoria do Senado Federal.

Acredito que é importante que se faça isso logo que nós tenhamos os representantes de cada órgão. A Procuradoria-Geral da República, a Polícia Federal, a Fiscalização da Fazenda Federal indicará representantes que acompanhem todos os trabalhos da CPI, que serão colocados à disposição da CPI, para que possamos ter um conhecimento profundo da matéria.

Essa era a primeira proposição que eu queria fazer.

Em segundo lugar, deixamos claro, Sr. Presidente, que V. Ex^a não tem nada a ver com os fatos que aconteceram. Diria mais: que, embora esteja retornando a uma Casa onde já esteve, V. Ex^a está-se adaptando a esta Casa. Durante um longo período, V. Ex^a esteve do outro lado: era um aplicador, conhecia profundamente a fórmula de aplicar. E agora volta ao outro lado: ao lado da fiscalização. Então eu concordo: quando V. Ex^a diz que vai tomar medidas, eu acredito nelas. Mas, principalmente, quando diz que não sabe o que aconteceu, eu também acredito.

Porém, perdoe-me, nobre Presidente, há instituições que estão realmente mal perante a opinião pública. Um exemplo somos nós, o Congresso Nacional. Nós, políticos, estamos no chão perante a opinião pública. Na minha opinião até muito injustamente. O Judiciário, hoje, está numa posição difícil, porque se diz que há Justiça só para quem tem muito dinheiro ou para ladrão de galinha. Mas, cá entre nós: para nós, o Banco Central está pior do que nós. Vejo agora o ilustre Diretor do Banco Central dizendo que, no que for cabível, as providências serão tomadas. Estou em Brasília há 20 anos e, no Senado, há 17 anos. Sempre vimos essa providência, mas nunca tomamos conhecimento dela. Não dá para acreditar, porque V. Ex^a está colocando da seguinte maneira: houve um momento dramático em que alguém teve que tomar a decisão. E esse alguém tomou a decisão para salvar o Brasil do caos e permitir que esse Marka, que tinha um capital "x", pudesse aplicar 20 vezes o valor do seu capital. E, para justificar o ato, diz o Banco Central que há uma carta da Comissão de Valores, dizendo que a situação estava difícil, não podendo garantir a situação e a movimentação dessa empresa. No entanto, não mandou carta alguma para aquela empresa, não tomou providência alguma com relação a ela. Não fez nada. Então, o que nos parece – perdoe-me a franqueza e a sinceridade, meu ilustre Presidente –, o que sobra para nós, parlamentares, políticos, é que o Banco Central, quando chega, chega atrasado. E a informação é a de que o Banco Nacional, durante dez anos, movimentou 780 contas-fantasma, cuja movimentação chegou a representar 90% da sua movimentação. E ninguém sabia de nada, nem o Tribunal de Contas, nem o Banco Central, nem a fiscalização da Fazenda, ninguém ficou sabendo de nada. São essas questões.

Agora, vem o Presidente da República e fala lá da Alemanha: "Nunca ouvi falar em Marka" – no que Sua Excelência está enganado. Já ouvi falar de marca: marca de chuteira, marca de bebida, etc... Dessa

"Marka", realmente, eu também não tinha ouvido falar. E o Presidente da Confederação das Indústrias, nosso Senador, disse que nunca tinha ouvido falar nessa Marka. Será, meu querido Presidente, que, se saísse, no dia seguinte: "Quebrou o Marka"... Está certo, "quebrou o Bradesco". Está certo, "quebrou o Itaú". Concorro, mas "quebrou o Marka", eu ia ver que Marka é esse que quebrou.

Com toda a franqueza, o que nos deixa angustiados é que parece que o Banco Central é um banco que, no fundo, está muito mais do lado dos banqueiros do que do lado da fiscalização dos banqueiros. Perdoem-me a franqueza. Agora, vem esse cidadão, Salvatore, com a maior "cara de pau", e diz que está irritado porque pagava R\$125 mil por mês – e eram cinco, cada um pagando R\$125 mil por mês – para obter as informações. E isso fica assim? Não vi, ninguém está olhando. Não sei, mas creio que, se eu fosse V. Ex^a, eu perguntaria: "Será que sou eu? É você? Ou é outra pessoa? Onde é que estão essas pessoas que estão dando as informações?" E não acontece nada. E V. Ex^a disse – perdoe-me a sinceridade –, respondendo ao Senador Roberto Requião, com relação ao que aconteceu com o Marka, que não vai informar ao Conselho Monetário, que não há necessidade. Mas como não há necessidade? Uma empresa que aplica 20 vezes o valor do seu capital! Um cidadão que está sendo processado em quatro processos! Um cidadão que está proibido de sair do Brasil! Esse cidadão negocia dessa maneira! E ele tem uma outra empresa, por meio da qual ele manda dinheiro para fora do País. É difícil entender essas explicações. Perdoe-me, gente que nem V. Ex^a, os homens que passaram por lá, considerados os grandes economistas do Brasil, de repente, ficam tão ingênuos que não entendem nada na hora de atuar para defender os interesses do País lá no Banco Central. É isso que nos deixa apavorados.

Está certo intervir no Banco Nacional, no Banco Econômico, etc. – e diz bem o Senador José Roberto Arruda –, mesmo assim, não foi através de lei, mas de medida provisória. E foi em uma sexta-feira à noite, de forma muito ligeira. Acho que o Presidente da República tinha que ter pensado mais. Mas, mesmo assim – pelo menos agora estou vendo –, lá houve motivo, houve princípio e razão. Mas aqui, um tal de Marka. Perdoe-me, Sr. Presidente, mas V. Ex^a me fez uma afirmativa que considere fantástica. E V. Ex^a não se deu conta do que afirmou. Quando lhe perguntaram, aliás, por dois ex-Presidentes do Banco Central: Affonso Celso Pastore, de um lado; e, de

outro, Gustavo Loyola. Um disse que poder-se-ia até emprestar esse dinheiro para a empresa financeira. E V. Ex.^a respondeu que não dava para emprestar, porque ela não tinha credibilidade.

"Bom, se não tem credibilidade, pegue o dinheiro e leva para ti".

Pelo amor de Deus, dá o dinheiro.

Podemos discutir. Eu sou contra o Proer; acho que o Proer foi um absurdo. Mais respeito e aceito que é defensável e é discutível. Há uma lei. Há um projeto. Há uma decisão para o banco não quebrar. Mas aqui?

Gostaria de saber quem foi o cidadão que fez isso. Qual é a autoridade que ele tem? Qual é a possibilidade que esse cidadão tem de pegar uma importância dessa e dar para um cidadão daquele? Qual é a garantia de que amanhã ele não vai estar dando para A, para B, para C ou para D. Qual é a seleção que ele faz? Veja, novo Presidente: o senhor vai ter que mudar muito no Banco Central. V. Ex.^a vai ter muito no Banco Central, porque assim não dá. Assim não dá, porque a coisa fica praticamente inexplicável.

O Presidente da República da Alemanha declara: "Esse tal de Salvatore" tem que estar na cadeia."

Foi tomada alguma providência para botar ele na cadeia? Eu acho que ele tinha que estar na cadeia. Eu acho que ele tinha que estar na cadeia. E, na minha opinião, tinha que estar na cadeia o cidadão que fez a autorização desse financiamento.

Então, nós estamos aqui olhando para a frente e olhando para trás. Olhando para trás, perdoe-me, o Banco Central tem esta repercussão, este retrato: ou ele chega atrasado, ou ele chega depois. E não acontece nada. Nada acontece. Quais as consequências dos vários e vários escândalos que aconteceram no Sistema Financeiro brasileiro? Alguém foi preso? Alguém devolveu alguma coisa? Aconteceu alguma coisa com alguém?

Não aconteceu nada. Não aconteceu nada. Então, repare, meu querido Presidente: isso tem que mudar. Se queremos mudar, não se justifica que exatamente aqui, onde tratamos dos que têm mais, os que estão por cima, os mais ricos, os mais poderosos, nada seja feito. O Banco Central, que tem que ser nosso aliado, está sempre virando para o lado de lá. E eu tenho o direito de desconfiar do que o Sr. Salvatore* disse. E aí me perdoe V. Ex.^a: deve ser alguém. Como diz o Senador Roberto Requião, "esses ilustres cidadãos, brilhantes, competentes, sérios e honestos"... Perdoem-me, mas deixar o Banco Nacional durante dez anos mobilizar US\$10 bilhões

com 700 contas fantasmas e não saber de ninguém? Alguém está ganhando alguma coisa ou então a incompetência é total.

Eu fantástico quando me dizem que o mal do Brasil é que o Banco Central não é independente e que nós temos de ter um Banco Central independente. O mal é que não é independente. Eu fico aqui me perguntando. Mas eu não vejo... Os bancos estatais dos Estados... O Banco foi lá, e estão vendendo todos eles. Qual é a intervenção?

Quero fazer justiça. No Governo de Fernando Henrique, no Governo de Itamar, no Governo do Collor, nos governos militares, eu não me lembro de ter visto um político na presidência do Banco Central. É uma coisa que todo o mundo faz questão de dizer: "no Banco Central, não". Pode ter no Banco do Brasil. Pode ter na Caixa Econômica Federal. Pode ter no BNDES. Mas no Banco Central tem que ser técnico, tem que ser competente, tem que ser uma pessoa capaz, irrepreensível e que não tenha nenhum contato político. Política estraga. Não deixa político entrar, porque, se político entrar, confunde tudo.

Cá entre nós. Eu vejo muito mais absurdos no Banco Central, perdoe-me a sinceridade, do que no Banco do Brasil, do que no BNDES.

E são as pessoas. Eu estou falando do fundo do coração, porque V. Ex.^a – e pela primeira vez ouço isso e quero-lhe felicitar – pelo menos tem a modéstia de dizer: "está errado; vamos tentar mudar." Os seus antecessores geralmente são de uma vaidade, de uma pretensão que nunca vi. V. Ex.^a não tem a arrogância daqueles que lhe antecederam e que, quando vinham depor para nós, davam aula, mas, na verdade, na verdade, não respondiam. Eu acho que a sacudida que V. Ex.^a tem que dar é bem mais profunda. Perdoe-me, V. S.^a, mas não pode ser assim. Baseado em que um cidadão, no Rio de Janeiro ou na sede do Banco Central, pode vender dólar por preço diferente do de mercado? Baseado em que ele pode fazer isso? Não existe uma lei para isso. Baseado em que, eu, Pedro Simon, trabalhando na Bolsa de Valores, posso dizer: "o dólar, para vocês, é R\$2,00; para ti vai ser R\$1,20"? Onde está isso?! E esse homem não está na cadeia! Perde-se a seriedade! Uma instituição como o Banco Central e como a Bolsa de Valores, que merecem credibilidade, perdem credibilidade!

Com toda a sinceridade, penso que V. S.^a tem autoridade e não participou do esquema. V. S.^a está chegando agora, disse que não sabe, que estava no Exterior, em outra atividade, e eu confio. Mas está

muito pior do que V. S^a imagina. V. S^a deveria formar uma assessoria, deveria buscar gente de fora para formar uma equipe, e tem que dar uma sacudida (no Banco Central). O Banco Central talvez deva ser mais fiscalizado do que ele própria fiscaliza os outros. Sei que é verdade a afirmativa de que tem mais gente (participando do esquema). E há pessoas que contaram que existem funcionários que ganham, e ganham "grosso". E são fiscais que estão lá atualizando o que existe.

Então, meu Presidente, não quero fazer caça às bruxas, mas digo-lhe com muita sinceridade: o trabalho de V. S^a tem de ser corajoso. E o maior exemplo... Esse tal de Salvatore Cacciola*, além de vigarista, é um provocador. O que ele diz na revista **Veja** é uma provocação. Temos que colocá-lo na cadeia, mesmo que ele diga alguma coisa, porque, a esta altura, pode haver pessoas interessadas em que ele fique no Exterior, que não venha para cá, porque ele é um PC Farias. Daqui a pouco pode até aparecer morto, porque ele pode dizer o nome das pessoas envolvidas. Então, nesta altura, temos de pedir até proteção policial para o Sr. Salvatore, para que não se repita o caso do Sr. PC Farias, que apareceu morto, e a polícia de Alagoas teve a coragem de dizer que foi crime passionai, quer dizer, a namorada que tinha a fonte de renda matou a fonte de renda e se matou depois. Então, já peço garantia de vida para o Sr. Salvatore, para que ele venha aqui e nos conte o nome dos envolvidos. Ele tem o direito, ele tem a obrigação de falar o nome dos quatro cidadãos do Banco Central que participavam do esquema, mas tenho medo de que aconteça alguma coisa com ele antes que nos conte.

E digo com a maior sinceridade que V. S^a tem uma oportunidade: passou os mestres, os gênios – os gênios do mal até – pela presidência do Banco Central, mas foi de mal a pior. V. S^a talvez tenha oportunidade de transformar o Banco Central numa instituição respeitável e que tenha credibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Muito bem, Senador Pedro Simon. Passo a palavra ao próximo inquiridor, já que V. Ex^a não perguntou nada.

O SR. PEDRO SIMON - Eu não fiz perguntas, a não ser que S. S^a queira dizer as providências que vai tomar. Se ele quer falar, eu gostaria de ouvir.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - Eu só queria agradecer e pedir a V. Ex^a que, se puder, auxilie-nos nessa investigação. Temos uma comissão de sindicância investigando o fato dentro do Banco Central.

O SR. PEDRO SIMON – Com funcionários do Banco?

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Há funcionários e um procurador da Procuradoria-Geral da República. Seguindo a linha de abertura, julguei por bem ter uma pessoa de fora fazendo parte da equipe. Aguardo o trabalho de investigação dessa comissão, que conta com mais elementos do que o Banco Central. Para o Banco Central, é fundamental levar até o fim essa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, não tenho uma pergunta, mas uma sugestão a fazer ao Presidente do Banco Central e ao Dr. Luiz Carlos Alvarez.

Não ouvi a intervenção inicial. Cheguei no momento em que o Dr. Luiz Carlos Alvarez estava discorrendo sobre a dificuldade de se provar a existência do vazamento de informações. Fez, inclusive, uma comparação que achei muito interessante: existe um cachorro na rua, que começa a latir, e as pessoas deixam de passar naquela rua, porque o cachorro já estava latindo antes. Agora, se há situações em que, em datas diferentes e em ruas diferentes, algumas pessoas deixam de passar naquela rua, às vezes, até antes de o cachorro latir... E, se for comparar o episódio das datas diferentes e das ruas diferentes e se chegar à conclusão de que um grupo de três pessoas esteve presente nos dois episódios, é mais um indício que se tem para a apuração de vazamento de informações.

O item 2 do requerimento trata de vazamento de informações que propiciaram a diversos bancos lucros exorbitantes por ocasião da maxidesvalorização do real, em janeiro de 1999. Constatam as pessoas a serem convocadas e os administradores e controladores de alguns bancos que estariam sob suspeita desse vazamento: BBM, Morgan, ING, Banco de Boston, Garantia, Pactual, Citybank, Real e Matrix.

Fiz essa introdução para mostrar um episódio em outra rua e em data diferente.

Trata-se de uma representação que apresentei, juntamente com o então Líder do PT na Câmara dos Deputados, Deputado Jaques Wagner, em 13 de março de 1995. Vou ler alguns trechos dessa representação, que, inclusive, faz várias citações sobre episódios amplamente divulgados pela imprensa na ocasião.

"O **Jornal do Brasil**, de 13 de março de 1995, publicou ampla manchete de matéria interna intitulada: "BC cassa bancos que teriam lucrado com a mudança do câmbio".

Nela o jornalista Gustavo Freire informa que o Banco Central estaria estudando o descredenciamento de algumas instituições financeiras que atuam no mercado financeiro como **dealers**, porque teriam quebrado o compromisso de repassar ao mercado financeiro informações transmitidas pelo BC, beneficiando-se de informações obtidas em decorrência da função exercida perante o mercado de câmbio. Dentre as instituições estariam os bancos: Pactual, Unibanco, BBA, além do banco Matrix, que, apesar de não estar classificado como **dealer**, teria operado em conjunto com o banco Garantia, comprando dólares na baixa, para depois vendê-los na alta."

Quero apenas registrar que estou lendo exatamente o teor da representação apresentada em março de 95, por ocasião também de uma mudança de câmbio.

Segundo a mesma matéria, o BBA estaria comprando dólares desde a sexta-feira, 3 de março, três dias antes da edição das medidas econômicas, alterando as regras do câmbio. Tal fato provocou as seguintes declarações de um executivo de um banco autorizado a atuar no mercado, cujo nome não foi revelado. "O BBA estava comprando dólares desde sexta-feira retrasada. O BBA sabia algo mais que os outros." A mesma suspeita pesa sobre os Bancos Garantia e Matrix, os quais, também na mesma data, efetuaram grandes compras de dólares, enquanto todo o mercado não dispunha de informações que justificassem aquele comportamento.

Mais um trecho da minha representação e do Deputado Jaques Wagner: O jornalista Luiz Nassif, em sua coluna publicada no dia 24 de fevereiro de 1995, já lembrava que, no exercício de 1994, um banco recém constituído de economistas ligados ao PSDB registrou lucro contábil de US\$50 milhões. No mercado financeiro, e mesmo entre as hostes tuanas, estima-se que o lucro real tenha sido de 120 milhões. O lucro foi obtido em cima das mudanças na política cambial na entrada do real. Nem se pode falar em **Inside Information**, já que as novas regras do câmbio foram anunciadas antecipadamente para todo o mercado. Mas é evidente que quem partici-

pou das discussões internas sobre as novas políticas cambial e monetária estava muito mais preparado para acertar na mosca o novo nível das taxas de juros e o novo patamar do câmbio que os demais parceiros do jogo.

No dia oito, o mesmo jornalista Luiz Nassif diz o seguinte: "Os causadores daquele grande desastre cambial que ocorreu nos dias 06, 07 e 08 de março foi fruto de uma disputa de egos, fragilidade e técnica dos comandantes da política cambial, mas especialmente da desconfiança dos **dealers** de que algumas instituições poderiam estar operando informações privilegiadas", já que uma delas, ligada a uma nova classe mencionada no domingo pela coluna, ou seja, aquela do Banco Matrix, comprou câmbio pesadamente na sexta, portanto, sem nenhuma relação com o desencontro da segunda.

Mais adiante, agora na Revista **Veja**, matéria intitulada **A Semana em que o BC Balançou**, subitem: **Nasce uma suspeita**. Informou a revista **Veja** que, após a publicação do comunicado do Banco Central anunciando as novas regras para o mercado de câmbio, por meio da instituição do sistema de bandas em conversas reservadas com o grupo de operadores do Banco Central, estranhavam o fato de não terem sido informados com antecedência sobre as mudanças, e pior: acharam suspeita a forma apressada que se adotou para mexer no câmbio, porque poderia estar beneficiando um ou mais bancos.

Segundo informa o mesmo semanário, os operadores do mercado financeiro não viram no comunicado do Banco Central qualquer indício que recomendasse uma corrida à compra de dólares; apesar disso, um Diretor de banco de São Paulo, diante de um violento movimento de compras de dólares pelo Banco Pactual, teria comentado: "Os caras do Banco Pactual estão comprando para burro. O que será que eles estão sabendo que a gente não sabe?" O que é que se percebe? Que nessa rua, nesse dia, em comparação com esse outro dia e com essa outra rua, o Garantia, o Pactual e o Matrix estão incluídos.

A minha sugestão é ao mesmo tempo uma sugestão ao Banco Central, e a proposta é a mesma. A nossa representação propunha que fosse determinada a realização de auditoria sobre as operações cambiais e na Bolsa Mercantil de Futuros. O então Presidente do Banco Central, Dr. Pérsio Arida, informou ao Senado que o Banco Central havia feito

essa auditoria e se comprometeu, em reunião secreta da Comissão de Assuntos Econômicos, a apresentar o resultado e os dados daquela auditoria. Nessa reunião secreta, o Dr. Pêrsio Arida apenas informou que a auditoria que havia sido feita pelo Banco Central não concluiu que houvesse indícios suficientes de vazamento de informação, o que provocou um comentário do então Senador Esperidião Amin, que foi publicado nos jornais, ao dizer: "O Dr. Pêrsio Arida* não explicou nada, mas acredito na honestidade dele". Ao que comentei: "A discussão não é meramente de fé, ter fé ou honestidade nesse ou naquele. Pressupõe a necessidade de haver transparência das informações, pelo menos naquelas que o Congresso possa obter".

Conversei há cerca de seis meses... Registrar inclusive que o resultado dessa representação foi a abertura de um inquérito no âmbito da Procuradoria aqui em Brasília. Conversei há cerca de uns seis meses com o Procurador responsável por esse inquérito, e ele disse que a tendência da conclusão do inquérito era pela falta de elementos capazes de comprovar o vazamento de informações. E disse que isso era muito em função da absoluta má vontade do Banco Central em fornecer as informações necessárias para o Ministério Público.

A sugestão é que, ao se fazer essa auditoria agora, nesse período – porque vai-se estabelecer um comportamento, particularmente desses três bancos, em comparação com o resto do mercado, do período de janeiro de 1999 – que, além dessa comparação, compare-se também com a movimentação desses três bancos naquele período. É sugerir, ou requerer, que os dados que vierem para a Comissão, relativos a essa auditoria de janeiro de 1999, também sejam acompanhados dos dados relativos à auditoria que foi informada pelo Dr. Pêrsio Arida, relativos a março de 1995. Porque aí, cruzando esses dados – embora reconhecendo, o Dr. Luiz Carlos Alvarez disse que realmente é muito difícil comprovar-se o vazamento de informações, porque quase em tese se exigiria uma confissão de quem vazou e de quem recebeu –, são elementos estatísticos importantes para se chegar, ou para se facilitar, ou para se caminhar, no sentido de uma conclusão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Com a palavra o Dr. Armínio Fraga.

O SR. ROBERTO SATURNINO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Pela ordem dos nossos trabalhos, Senador Saturnino Braga.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Acho que devíamos requerer os autos deste inquérito processado pela...

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Qualquer requerimento pode ser formulado por qualquer Senador, que deverá ser apresentado à Mesa, para ser submetido ao Plenário.

Dr. Armínio Fraga, V. Ex.^a tem a palavra.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Senador Dutra, agradeço a sugestão e respondo com satisfação que estamos seguindo exatamente esse método de procurar cruzar as informações não só nestes dois episódios, como em outros, buscando ver padrões que possam produzir indícios que permitirão uma posterior investigação, enfim, para que o assunto possa ser concluído. É a técnica, inclusive – V. Ex.^a não estava aqui, mas discuti isso brevemente –, quer dizer, a nossa primeira reação é tentar buscar o comportamento estatístico e detectar alguma aberração que pode caracterizar uma pista e reduzir o universo, porque de fato é um problema de universo. E isso está sendo feito, posso dizer como pura iniciativa do diretor Alvarez, mas agradeço e vamos trabalhar juntos.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Dr. Alvarez, não tem nada a acrescentar? (Pausa.)

O próximo, o derradeiro, é novamente o Senador Suplicy, que não se contentou com o que perguntou e ainda pretende fazer alguma indagação.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Obrigado, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, gostaria de formular duas breves perguntas ao Dr. Luiz Carlos Alvarez. A resposta à primeira pergunta será relevante não tanto para o que ambos estão aqui esclarecendo, mas para saber o que estaremos a indagar de outros depoentes que estarão aqui. Com certeza, V. S.^a está em condições de responder.

Com o salário de diretor de departamento, mesmo que em final de carreira do Banco Central, é possível se ter recurso suficiente para fundar um banco?

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ - Não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Obrigado.

Essa pergunta será relevante depois para a arguição que farei ao Presidente, mas V. S.^a mencionou que quer atingir a meta zero referindo-se, pelo que compreendi, a não haver instituições que possam apresentar problemas no mercado financeiro.

Aliás, conforme há pouco o Senador Roberto Requião analisava e também o Senador José de Alencar, é próprio do sistema capitalista financeiro que algumas instituições tenham lucros e outras, prejuízos. Quero compreender um pouco o que será essa meta zero. Nenhuma instituição vai ter o risco de ter prejuízo? Será essa a meta do Proer e de outras operações que o Banco Central tem realizado para que nenhuma instituição quebre a qualquer momento? É essa a meta do Banco Central? Porque ambos sabem perfeitamente que defendo que todas as pessoas tenham direito a um mínimo de renda – até o Sr. Salvatore Cacciola, mesmo dentro da prisão, se porventura for preso – mas o Banco Central e o presente Governo muito mais rapidamente do que o fez – aliás não fez ainda, aprovar o projeto de renda mínima – mas já fez aprovar com extraordinária rapidez e por meio de medida provisória o Proer. O Proer tem destinado – sua estimativa, acredito deve estar aí dentro com precisão – algumas dezenas de bilhões de reais para instituições financeiras absorverem outras que estariam indo para o vermelho, seriam fechadas, mas os seus ativos acabam sendo parte de outras instituições que, sendo relativamente mais saudáveis, obtêm recursos a taxas de juros bem menores que qualquer outro cidadão beneficiário do Proer pode obter para conseguir extraordinária riqueza. Queria compreender bem qual é a meta zero em casos de falências ou de liquidez. Quero entender bem o que é.

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – É uma meta muito ambiciosa, e tenho cobrado muito dos fiscalizadores que o Banco Central precisa ter suficiente capacidade de perceber riscos, de avaliar a situação financeira antes que ela quebre e que possamos exigir mudanças, venda ou até fechamento antes que ela quebre, antes que fique com o passivo a descoberto, que cause prejuízos a credores, ou seja, a meta zero é não correr nada, não ter que liquidar, não tem que ter Proer ou nenhum tipo de operação e que simplesmente consigamos, antecipadamente, tomar as decisões necessárias. Legalmente algumas coisas ainda têm que ser feitas, mas já temos um instrumental bem melhor graças à discussão em torno do Proer. Hoje temos competência para dizer a um banqueiro que venda o seu banco. A situação que fugiria do zero seria aquele caso em que já mandamos o banco vender ou fechar e assim mesmo ele se recusa. Nesse caso, efetivamente, não teríamos solução.

A meta é chegar à meta zero. No caso específico, mencionando as questões, nossas regulamen-

tações deveriam ser melhor de forma a evitar esse risco excessivo e a nossa fiscalização deveria ter detectado com antecedência que, supondo que estivesse dentro da regra, a instituição estaria caminhando para uma situação de risco de tal maneira que não chegasse a uma situação que não tem solução. Qualquer solução adotada pelo Banco Central depois que já ocorreu, depois que o banco quebrou é ruim; há credores que não recebem, ela tem funcionários que perdem o emprego. A liquidação ou qualquer outro tipo de operação como a que V. Ex^{as} estão examinando não é boa. Então, a única coisa boa é tentar ter uma meta zero, nunca ocorrer nenhum tipo de situação em que haja necessidade de liquidar, de fazer Proer, de fazer nada dessas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Prossiga, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - Não poderia, não aconteceria.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O que eu gostaria é que houvesse uma meta zero de nenhuma pessoa estar em condição de miséria, de pobreza absoluta, neste País.

Dr. Armínio Fraga, na sua exposição, houve menção ao problema de evitar uma crise sistêmica, mas também para defender a banda cambial. E eu fiquei na dúvida, até porque jornalistas que estiveram presentes à sua entrevista, dois dias atrás, me informaram que a certa altura, surpreendentemente, V. S^a teria declarado que estaria fazendo uma declaração em *off*, mas até para os jornalistas estrangeiros, de que nos revelaria uma interpretação um pouco diferente. O que as autoridades, em janeiro, procuraram fazer foi defender o sistema da banda existente e não evitar uma crise do sistema financeiro. Peço a V. S^a que seja muito claro, para que não restem dúvidas, até porque foi perguntado, na medida em que Francisco Lopes, Presidente do Banco Central que o antecedeu, disse que as operações, pela entrevista que deu há poucos dias, logo que voltou do exterior, foram para salvar o sistema de uma crise.

Então, estaria V. S^a dando-nos diferente interpretação da que deu o então Presidente do Banco Central, Francisco Lopes, queria era defender o sistema da banda diagonal em exógeno, que ele queria defender, algo assim?

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Com a palavra o Dr. Armínio Fraga, para responder à última indagação do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Não, não é a última. Tenho outra importante. Minha arguição foi a mais curta na primeira entrada. Para esclarecer, Sr. Presidente. O objetivo é que a sua CPI seja excelente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) - Com a palavra o Dr. Armínio Fraga, para responder.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - A minha interpretação dos eventos - o Dr. Francisco Lopes terá a chance de dar aqui a relevante, que foi a dele, que tomou a decisão - é a de que esses riscos estão ligados. O que eu discuti, não me lembro do detalhe, mas que é o meu pensamento, portanto não vejo porque não repeti-lo, é simplesmente que o mecanismo que viria a detonar esse risco sistêmico, que significa, no fundo, o contágio a outras instituições naquele momento, seria o mecanismo cambial. Ou seja, o sucesso da manutenção da banda era, naquele momento, uma parte importante de se evitar o risco sistêmico maior. Não vejo nenhuma inconsistência; é apenas um detalhe. Qual o mecanismo? Às vezes é diferente. Às vezes o mecanismo é uma cadeia de créditos. No caso da Tailândia, foi o mercado imobiliário. E por aí vai. Esse foi o ponto que imagino ter sido reportado a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Dr. Armínio Fraga, quem foi o responsável pela criação do Anexo IV, que permite a remessa de recursos ao exterior sem a identificação da pessoa? E, diante dos fatos ora revelados, não acredito que seria necessário rever a legislação a respeito?

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) - Com a palavra o Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - O Anexo IV foi um esforço conjunto da CVM e do Banco Central, iniciado, se não me engano, em 1991 e concluído quando eu era Diretor do Banco Central.

A regra identifica. Ela tem os investidores institucionais identificados.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - (*Intervenção fora do microfone.*) ... identifica apenas o procurador.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - Identifica, Excelência. Os fundos são identificados.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Os fundos, mas não a titularidade.

O SR. EDUARDO SUPPLY - E a segunda pergunta: V. S^a avalia que seria o caso de melhorar a legislação a respeito, até para se evitar eventual

não identificação ou até a necessidade de se estabelecer melhor controle dessas remessas?

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - Agora, estou puxando pela memória. Isso já faz algum tempo. Em primeiro lugar, não vejo nenhuma razão, hoje, de não se permitir indivíduos também. Essa é uma revisão que poderia ser feita.

No caso específico de titularidade de fundos, parece-me ser um assunto que deva ser examinado sim. Os investimentos feitos através de instituições financeiras credenciadas, em princípio, pressupõem o conhecimento do cliente, mas nem sempre isso é feito da maneira adequada.

É um assunto que pode ser reexaminado.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Dr. Armínio Fraga, na sua exposição, na consideração sobre os lucros extraordinários dos bancos em janeiro, que somaram, segundo a estimativa do próprio Banco Central, R\$ 3,5 bilhões, um lucro maior do que durante todo o ano de 1998, V. S^a observou que os bancos estrangeiros, em dólar, acabaram tendo um prejuízo da ordem de 1/3 do que investiram. Contudo, essa observação não diminui o montante de lucros havidos para as instituições financeiras, ainda mais num momento de crise para a economia brasileira, em que as taxas de desemprego estavam altíssimas, com um grau de inadimplência muito grande, o comércio se queixando e, inclusive, o Governo solicitando dos aposentados maior contribuição, das empresas produtoras, maior tributação, promovendo cortes em gastos sociais.

Então, nesse mesmo momento, o que a sociedade percebeu foi o Banco Central provendo recursos a instituições financeiras, procurando minimizar os seus prejuízos, assim como também houve todo o caso do Proer, comentado por mim na pergunta dirigida ao Dr. Luiz Carlos Alvarez.

Pois bem; V. S^a considera defensável esta política que representou, por exemplo, um acréscimo de 9 pontos percentuais na dívida pública em relação ao PIB, passando de R\$389 bilhões, em dezembro de 1998, para R\$501 bilhões em fevereiro de 1999?

Gostaria de, ainda, pedir a sua avaliação sobre, afinal, em sendo economista, como analisa os efeitos concentradores de renda e de riqueza do Proer? Se avalia que está sendo perfeitamente normal que nesses últimos 3, 4 anos de inúmeras operações do Proer possam as autoridades monetárias injetar recursos, conforme nos explica por diversas vezes o Ministro Pedro Malan, que não são propria-

mente do Orçamento da União, diretamente, são do conjunto dos recursos que passam pelas instituições financeiras. Mas, tais recursos são canalizados para o Banco Central que, por sua vez, os canaliza a taxas de juros menores do que para os demais cidadãos, para que instituições financeiras relativamente saudáveis absorvam ativos daquelas que sofreram processo de liquidação.

Não representa isso um processo de concentração de renda e de riqueza? Quais seriam os mecanismos que V. S^a recomendaria para, à luz desse processo, corrigir, ainda mais levando-se em consideração que hoje somos um dos países com maior desigualdade sócioeconômica no mundo?

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra ao Sr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - Há uma coisa que me voltou à memória com relação ao Anexo IV. Existe a obrigação do administrador do anexo de representar, garantir que o investidor não é brasileiro, o que é um ponto importante porque havia medo de que o instrumento pudesse ser usado para evitar imposto, etc.

V. Ex^a fala sobre a trajetória recente da economia brasileira. São eventos marcantes o Plano Real, a desvalorização cambial, etc. De fato, houve, nesse momento, principalmente quando a medida do custo é feita no pico da taxa de câmbio – 2.06, se não engano, foi a medida do fim de fevereiro – de quanto custou realmente do ponto de vista da elevação da dívida interna. A estratégia econômica adotada era uma estratégia que buscava evitar esse tipo de acontecimento, não era obviamente, a intenção. Na medida em que as condições necessárias para a manutenção daquela política ficaram inviabilizadas, ocorreu o custo. Não gostaria de fazer uma avaliação histórica superficial, mas certamente é um tema que merece ser discutido pelos analistas da economia brasileira.

V. Ex^a menciona o Proer e os efeitos sobre a distribuição de renda e pergunta qual é a minha avaliação. No meu entender, não há conflito, quer dizer, o Proer buscou a forma mais eficiente de lidar com problemas que existiam, minimizando, portanto, o custo desse processo. Isso não significa que o Proer, por si só, tenha contribuído para uma concentração de renda. A avaliação feita é de que o Proer não estaria subsidiando os compradores dos bancos, seria uma venda feita a um preço justo e, portanto, não há conflito nesse sentido.

O tema da concentração de renda é absolutamente crucial e sei que é um tema da sua pesquisa

não é de hoje, e é um trabalho respeitado por seus pares e pelo Governo. Apenas acho que não há contradição entre o Proer e a necessidade de se melhorar a distribuição de renda do nosso País.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Para finalizar, Dr. Armínio Fraga, inspirado até em um artigo da Eliane Catanhede, de hoje, eu lhe pergunto: o que o Sr. Salvatore Cacciola fez – por tudo o que o Banco Central já examinou, em comparação com aquilo que fizeram os responsáveis pelas instituições que foram absorvidas por outras, mas fechadas por determinação do Banco Central, como o Econômico, o Nacional e outros -, o que fez o Sr. Salvatore Cacciola, cuja prisão já foi pedida até pelo Presidente da República, é mais grave do que o que fizeram os diretores daquelas instituições que foram absorvidas pelo processo do Proer e que também passaram por liquidação ou fechamento?

Sr. Presidente, encaminho a V. Ex^a os dois requerimentos, assinados por mim e pelo Senador Roberto Saturnino, que pediria fossem examinados pela CPI.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - Senador Supply, essa avaliação é justamente o drama da decisão que o Banco Central tomou naquele momento. Eu não tenho a menor dúvida. Eu não posso falar pelas pessoas que tomaram a decisão, mas a minha avaliação, olhando, é que esse é o centro, o núcleo dessa questão. Não há a menor dúvida de que teria sido bom evitar o risco macro e, ao mesmo tempo, punir ao máximo a posição do banqueiro.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Naquele caso e neste caso? Nos casos que mencionei, como os dos diretores do Nacional, do Econômico e demais instituições que foram objeto do SOS do Proer?

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - A minha avaliação é que tanto um caso quanto o outro exigiria, em circunstâncias normais, a punição que vem com a indisponibilidade dos bens, etc. E esse foi o drama da decisão do Banco Central que foi explicitado aqui, que foi, sabendo conscientemente disso, abrir mão dessa demanda, que é justa, em prol de um bem maior, que era, naquele momento, a estabilidade do sistema. Foi uma decisão dramática, eu não gostaria de viver um momento desses. E acho que os que lá estiveram terão a chance de...

O SR. EDUARDO SUPPLY - V. S^a vai ter que viver muito. Como Presidente do Banco Central, pelo jeito, a história é que terá que enfrentar, muitas vezes, decisões difíceis como aquelas.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – É. Eu sei disso.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Obrigado.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – O Senador Roberto Saturnino queria acrescentar alguma coisa, não é?

O SR. ROBERTO SATURNINO – Eu prometo, serei breve, Sr. Presidente.

Mas há duas perguntas complementares às que eu já fiz e para as quais eu gostaria de conhecer a resposta do Dr. Arminio Fraga. Uma é na questão da fiança daquelas operações na Bolsa. Foi dito, um pouco de passagem, que as fianças eram pequenas. Eu sempre escutei que, exatamente para a credibilidade da Bolsa de Futuros, a exigência em matéria de fianças era sempre muito rigorosa, isto é; as fianças deviam cobrir os riscos de todas as operações. Como é que a fiança, no caso desses bancos, era pequena e não cobria os prejuízos, enfim, os possíveis prejuízos dos acionistas? Eu gostaria de saber quais eram os fiadores dessas duas operações na Bolsa.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Eu inicio com a parte que eu sei. As garantias exigidas pela Bolsa podem ser satisfeitas ou com dinheiro, com títulos, ou com fiança. Não necessariamente as posições são todas garantidas por fiança. Ocorre que, nesse casos – eu não tenho aqui os números de cabeça –, a soma das garantias, fianças, títulos disponíveis era tal que levou o Banco Central a concluir que não era possível um caminho de...

O SR. ROBERTO SATURNINO – Quer dizer, houve uma frouxidão da Bolsa de Futuros ao não exigir a fiança que cobrisse aquilo.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Eu não diria isso. Na realidade, o que houve foi um movimento grande de câmbio. Foi uma desvalorização de cerca de 10%. Muitas instituições receberam chamada de margem, trouxeram capital extra e, como havia essa alavancagem louca, quebrou. Ou iria quebrar. E toda essa sequência de decisões, não sei se o Diretor Alvarez gostaria de...

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – Não sei se temos dados completos, mas creio que a CPI pode requisitá-los e os forneceremos. Isso constará do relatório que estamos completando, de qualquer forma. Gostaria apenas de citar que, em função de todos no mercado, não apenas dessas operações, o Banco Marka, o Fontecindam, todos os participan-

tes, costumam ter operações em outros mercados, mercados de juros, Bovespa. E considera de risco, em função de uma análise estatística de volatilidade, como é chamada. Quer dizer, mercados que não variam nunca têm obviamente um risco menor. E em função do total de risco que entende, exige garantias. No caso específico do Banco Marka, a quase totalidade das garantias é representada por papéis federais, por títulos federais, até uma parte. E uma parte pequena é por fiança. Existe também uma fiança, dada na BM&F pelos chamados membros de compensação, que são os que liquidam financeiramente. Mas também são fianças de pequeno valor. Quer dizer, é uma responsabilidade, é uma garantia adicional. São todas garantias adicionais. E os dados serão... Também não tenho de cabeça mas lembro que cerca de...

O SR. ROBERTO SATURNINO – E V. S^a lembra quem eram os fiadores?

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – Não tenho certeza absoluta, por isso precisaria de documentos. Do contrário, posso cometer alguma leviandade citando algum banco que não seja. Mas são bancos pequenos. No caso do Marka não são bancos grandes.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Dr. Arminio Fraga, V. S^a, ao sugerir – e eu disse sugerir, não disse que V. S^a concluiu silogisticamente – que não se poderia aprovar o vazamento de informações, sustentou a sugestão no fato de que mudanças abruptas de posição ocorrem freqüentemente em vários casos. E que em nenhum desses casos houve grandes ganhos ou grandes perdas. Mas o exemplo trazido pelo Senador José Eduardo Dutra é exatamente onde também ocorreram ganhos importantes e que, por conseguinte, deviam estar computados entre aqueles suspeitos ou altamente suspeitos de vazamento de informação. Enfim, um pouco contribuindo para a tese de que as mudanças freqüentemente estão sustentadas por vazamentos de informação.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Considere oportuno acrescentar mais alguma coisa?

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Gostaria apenas de reiterar que estamos perseguindo o caminho que foi sugerido pelo Senador José Eduardo Dutra na medida em que, no agregado, foi difícil caracterizar estatisticamente algo excepcional. Fomos agora de instituição a instituição. Foi uma sugestão do Senador que, por acaso, já estamos

perseguido também, buscando uma malha mais fina, digamos.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Muito bem, chegamos ao fim...

O SR. JADER BARBALHO – Sr. Presidente, antes que V. Ex^a encerre...

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO – Como não ouvi de nenhum de nossos companheiros integrantes da Comissão a indagação, gostaria de fazê-la, até porque considero que tenha sido da maior importância esta nossa reunião para conhecer os detalhes não apenas das operações específicas com o Banco Marka e FonteCindam e outros aspectos que norteiam a CPI. A revista *Veja* que circulou a partir do final da semana passada divulga o seguinte: "Ele teve a oferta de zerar os dois, o banco e o fundo, mas não aceitou", revela um técnico do Banco Central que participou das negociações. Eram duas alternativas. Numa a cotação seria de R\$1,27 para zerar só o patrimônio do banco. Na outra, o BC ofereceu dólar a R\$1,32 – a mesma cotação ofertada ao FonteCindam – para zerar todo o patrimônio do banco e do fundo.

Cacciola preferiu tapar só o banco. Por quê? Porque, comprando o dólar mais barato, a R\$1,27, ele reduzia a conta. Assim, não precisava comprometer um único tostão de sua fortuna pessoal. Então, preferiu salvar a própria pele e deixar 1.300 investidores a ver navios, amargando uma perda quase total de 95%.

Gostaria apenas, para efeito de registro, não tendo me apercebido do esclarecimento dessa questão – essa é uma questão -, se, efetivamente, houve algum tipo de negociação dessa ordem com o proprietário controlador do Banco Marka, se houve essa alternativa. Se, em algum momento, essa alternativa foi discutida dentro do Banco Central.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - Sugiro que essa pergunta seja feita às pessoas que de fato conduziram a operação. Até onde pude apurar, isso não ocorreu. E faz sentido lógico, porque o Banco Central queria justamente, naquele momento, evitar a quebra do banco. Se tivesse feito as duas operações a R\$1,32, todo esse risco que se queria evitar não teria sido evitado. O banco, a R\$1,32, teria quebrado. Para fazer a R\$1,32, era melhor não fazer, a meu ver. Mas isso é só uma constatação lógica do processo.

O SR. JADER BARBALHO - Mas teria salvo o patrimônio dos aplicadores?

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - Teria reduzido a perda dos aplicadores, se é que ocorreu. Não sei se essa negociação ocorreu.

O SR. JADER BARBALHO - Sim, mas indago se essa segunda alternativa, face à resposta de V. S^a, teria salvo os aplicadores.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - Hipoteticamente?

O SR. JADER BARBALHO - Sim.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - Isso é apenas um cálculo matemático. Os aplicadores teriam sido salvos ou teriam perdido menos. Por outro lado, toda a lógica do que discutimos aqui nas últimas seis horas me leva a crer que essa negociação não tenha ocorrido, mas acho que isso pode ser perguntado. Porque aí o banco teria quebrado.

O SR. JADER BARBALHO - Sim, mas a indagação é: o banco teria quebrado e os aplicadores teriam, no mínimo, reduzido o seu prejuízo.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - É, aí a perda seria de outros. Seria dos aplicadores do banco, no caso, porque o banco teria quebrado e teria detonado todo aquele processo de risco sistêmico.

Mas dei a resposta inicial. Volto a repetir, não sei. Acho que vale a pena perguntar.

O SR. JADER BARBALHO - Vamos ter que perguntar mais adiante.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - Eu acho.

O SR. JADER BARBALHO - Na próxima semana.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - A outros. A mim, não.

O SR. JADER BARBALHO - Sim, a outros.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - Não quer dizer que não volte. Volto sempre.

O SR. EDUARDO SUPLCY - Senador Jader Barbalho, permita-me dizer que acho que esquecemos um detalhe relacionado, porque o Presidente Armínio Fraga mencionou que o Sr. Dourival Rodrigues Alves telefonou e escreveu para o Banco Central, mas não nos disse qual a pessoa no Banco Central ou quais as pessoas dialogaram com o Sr. Dourival Rodrigues Alves, que, infelizmente, já faleceu. Quem sabe, então, possa nos esclarecer isso, que será importante para as próximas arguições. Se V. Ex^a me permitir.

O SR. JADER BARBALHO - Claro que permito. Estamos aqui para esclarecer.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - Essa pergunta eu teria que fazer internamente, porque não sei a resposta.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Na averiguação feita, ainda não perguntaram? É uma pergunta importante.

O SR. JADER BARBALHO - Sr. Presidente, ainda com a palavra, gostaria de solicitar a V. Exª que nos fizesse a gentileza de providenciar, de imediato - porque senti durante toda a exposição a importância que o Dr. Armínio Fraga dá a essa pasta que trouxe, e estou com uma curiosidade imensa em relação a ela - a gentileza de mandar tirar cópia e distribuir aos membros da comissão.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) - Como estou dizendo, chegamos à fase final da arguição. Indago ao Presidente do Banco Central, e, evidentemente, estendo isso ao Diretor, se gostaria, ao finalizar, de dizer mais alguma coisa, ou se apenas queria fazer a entrega.

O SR. RELATOR (João Alberto) - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) - O Relator pede a palavra.

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) - Sr. Presidente, gostaria que V. Exª pudesse dar uma declaração de aprovação de dois requerimentos que faço de pedido de dados do Banco Central, ainda aqui na presença do Dr. Armínio Fraga.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) - Muito bem.

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) - E, em seguida, evidentemente, a convocação pelo nosso roteiro, para que depois acertássemos as novas convocações. Teria já aqui os nomes a serem convocados. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) - Muito bem, Senador João Alberto.

Bem, Dr. Armínio Fraga, V. Exª quer encaminhar à comissão?

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - Gostaria de encaminhar à comissão, então, esse material. O Banco Central - é desnecessário dizer, mas não custa, para terminar - está inteiramente à disposição desta comissão, os nossos quadros técnicos, e aguardamos as solicitações, enquanto conduzimos em paralelo as nossas próprias investigações.

Mais uma vez agradeço o tom construtivo das questões e me coloco à disposição pessoalmente, assim como toda a minha diretoria, para contribuir e

trabalhar para que essa comissão atinja os seus objetivos.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) - Muito bem, Dr. Fraga.

Antes de o Presidente do Banco Central se retirar, vou submeter à apreciação do Plenário dois requerimentos a que se referiu o Relator. Quero que isso seja deliberado na presença do Presidente do Banco Central, porque ele já saberá dos expedientes que lhe enviaremos.

O primeiro deles:

REQUERIMENTO

"Requeiro, na forma regimental e em consequência das informações prestadas pelos Drs. Armínio Fraga Neto e Luiz Carlos Alvarez, Presidente e Diretor do Banco Central do Brasil, respectivamente, que sejam requisitados, ainda na data de hoje, todos os documentos relativos às investigações e apurações internas realizadas pelo BACEN sobre fatos que estão sendo apurados no âmbito desta comissão de inquérito. Senador João Alberto.

Coloco em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O seguinte:

REQUERIMENTO

"Requeiro, na forma regimental, em consequência das informações prestadas pelos Drs. Armínio Fraga Neto e Luiz Carlos Alvarez, Presidente e Diretor do Banco Central do Brasil, respectivamente, que sejam requisitados, ainda na data de hoje, todos os documentos, Atas, pareceres e outros que sustentaram a decisão do BACEN de vender dólares aos Bancos Marka e FonteCindam. Assina o Senador João Alberto.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Peço aos presentes que não se retirem, porque temos outros requerimentos.

Vamos prosseguir os nossos trabalhos. Temos, sobre a mesa, vários requerimentos.

Antes de submeter o primeiro à votação, quero dizer ao Senador Jader Barbalho, que fez o pedido verbalmente, que o dossiê trazido pelo Presidente

do Banco Central será copiado e entregue a todos aqueles que assim o desejarem.

REQUERIMENTO:

"Nos termos regimentais, requeiro seja encaminhado a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, pelo Banco do Brasil, relatório final relativo à auditoria realizada pela instituição acerca das operações de crédito pendentes junto à Encol. Assinam os Srs. Roberto Saturnino e Eduardo Suplicy.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado, desde que não haja nenhuma manifestação em contrário.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA - Sr. Presidente, só quero falar a respeito disso. Existe esse relatório?

O SR. ROBERTO SATURNINO - Fui seguramente informado de que o Banco do Brasil realizou uma auditoria bem rigorosa a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) - Se não existir, ele informa que não existe.

REQUERIMENTO

Nos termos do Regimento, requeiro que a CPI solicite ao Ministério Público Federal todos os documentos relativos ao inquérito instaurado a partir da representação feita em 13 de março de 1995 pelos então Deputados Federais Jaques Wagner e José Eduardo Dutra.

Assina o Senador Roberto Saturnino.

Eu gostaria de ouvir o parecer do Relator antes de encaminhar a votação, visto que se trata de matéria que não sei se está enquadrada nos fatos determinados que são objeto desta Comissão.

Tenho que ouvir a palavra do Relator.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA - Acho que tem alguma relação, inclusive será um balizamento para nós.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - O próprio Dr. Armínio Fraga reconheceu que há relação, porque ele se comprometeu a fazer a comparação entre as auditorias dos dois episódios.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) - Muito bem.

Submeto à votação.

Quem não aprovar manifeste-se. (Pausa)

Aprovado.

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos regimentais, que o Banco Central do Brasil encaminhe a esta CPI todas as

informações acerca das remessas de capital do Banco Marka para suas subsidiárias no exterior em 1998 e 1999, bem como a distribuição de lucros e dividendos, honorários e outras formas de remuneração aos acionistas do banco nos anos de 1998 e 1999.

Assinam os Senadores Eduardo Suplicy e Roberto Saturnino.

Submeto à votação. (Pausa)

Já que não há manifestação contrária, considero aprovado.

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos regimentais, seja convocada a Sr^a Cinthia Costa de Souza para prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Assinam os Senadores Eduardo Suplicy e Roberto Saturnino.

Quero dizer que aqui não qualificam a pessoa, não diz de onde é, de onde não é. Peço aos autores que esclareçam à Mesa, à Secretaria.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Para esclarecer, Sr. Presidente. Ela foi citada na informação enviada por um cidadão que se considera lesado pelas ações do Banco Marka e do FonteCindam e refere-se à possível gravação que ela teria referente à importante episódio.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) - Senador Eduardo Suplicy, não se trata do mérito do requerimento de V. Ex^a, que já foi aprovado. É a qualificação, para saber a quem devemos nos dirigir. V. Ex^a teve um requerimento aprovado ontem em que fala sobre controladores...

O SR. EDUARDO SUP LICY - Comprometo-me a, até amanhã, procurar saber.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) - Porque tem que ser consultado o banco, para saber do que se trata.

O SR. ROBERTO SATURNINO - De acordo com a fonte que lhe chegou, ela era advogada do grupo e passou a ser sócia do Banco Marka.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) - Isso tem que ser informado à nossa Secretaria, a fim de que possa ser designada.

O SR. JADER BARBALHO - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) - Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O SR. JADER BARBALHO - Acho que V. Ex^a tem toda razão, por uma questão da maior responsabilidade. Penso que só devemos apreciar esse assunto depois de devidamente qualificada a pessoa,

sob pena, inclusive, de que um episódio desse possa comprometer a imagem da CPI.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Agradeço e acato a ponderação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Então, está suspenso o requerimento de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Na próxima reunião, teremos os dados.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Outro requerimento sobre a mesa, de autoria do Senador José Roberto Arruda, a quem solicito que faça a leitura.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente, requeiro, nos termos regimentais, que a auditoria que a assessoria desta CPI já está autorizada a fazer no Banco Marka, no Rio de Janeiro, seja estendida à Imobiliária Marka Participações e Incorporações, criada recentemente e, ao que se sabe, de propriedade dos mesmos controladores do banco, advindo-se daí a possibilidade de transferências de capital.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Em votação o requerimento do Senador Arruda.

Não havendo quem se manifeste ao contrário, está aprovado.

Quero dar conhecimento à Comissão de três fatos. Primeiro, entrei em contato, particularmente e diretamente, com o Ministro Renan Calheiros, tendo em vista que a Polícia Federal já iniciou um inquérito, paralelamente ou antes da constituição desta Comissão. Pedi a S. Ex^a que colaborasse conosco, que se manifestou com a maior boa vontade e nos enviará um elemento da própria Polícia Federal para acompanhar esta Comissão.

Segundo, vou expedir o seguinte ofício ao Dr. Geraldo Brindeiro, Procurador-Geral da República, tendo em vista um requerimento, aprovado, ontem, nesta Comissão:

"Sr. Procurador,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 127, comunico a V. Ex^a que esta CPI deliberou, em reunião realizada em 14 de abril de 1999, pelo bloqueio e indisponibilidade dos bens dos Srs. Salvatore Alberto Cacciola, Presidente do Banco Marka, e Luiz Antônio Gonçalves, sócio do Banco FonteCindam, como medida preventiva para o êxito dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos no Senado Federal."

Em seguida, comunico que recebemos ofício, assinado por quatro Deputados Federais – Deputado

Inácio Arruda, Deputado Sérgio Novaes, Deputado José Pimentel e Deputado Roberto Pessoa -, cujo teor é o seguinte:

"Sr. Presidente,

Como contribuição à CPI que investiga o Sistema Financeiro Nacional – não sei se seria esse o termo -, encaminhamos a V. Ex^a cópias referentes à auditoria do Tribunal de Contas da União sobre operações de lançamento de eurobônus e captação de recursos externos pelo BNB, Banco do Nordeste do Brasil, e dossiê BEC – que quero crer que seja Banco do Estado do Ceará -, como se quebra um banco estadual."

Vou passar esses elementos para o Sr. Relator a fim de que dê o uso conveniente.

O SR. JADER BARBALHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO - O Senador Arruda, e complementado, salvo engano, pelo Senador Requião, solicitou – e foi aprovado pela Comissão – o bloqueio de bens dos diretores e controladores das duas instituições. V. Ex^a, há pouco, leu e refere-se apenas a dois.

Quero ressaltar isso, até por que há uma preocupação de todos nós e dos que nos assistem, em relação aos demais, sobre as providências do Banco Central para o fornecimento imediato e as providências por consequência, porque pode parecer que a providência foi apenas em relação aos dois.

Portanto, a minha intervenção é no sentido de que fique claro que ainda não foi feito em relação aos demais pela ausência de comunicação até aqui.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Exatamente, Senador Jader Barbalho, agradeço a V. Ex^a a intervenção.

Mas quero dizer que o requerimento do Senador Supply não falou em nome de ninguém, e pediu ainda das instituições e dos fundos por elas administrados ou geridos. Então, temos que pedir ao Banco Central que nos informe quais são, a fim de que encaminhem a transferência do sigilo fiscal, bancário e telefônico. Não sabemos quem são essas pessoas e quais são esses fundos.

Agora, nem por isso deixaria de enviar logo esses, que são os principais envolvidos. Aos outros será dado o mesmo tratamento, assim que o Banco Central informe o que já foi pedido pela Comissão.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Com a palavra o Relator, Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA - Sr. Presidente, pelo nosso roteiro de trabalho, gostaria que marcássemos logo as próximas inquirições, que seriam Francisco Lafayette de Pádua Lopes – Chico Lopes – e Cláudio Ness Mauch, que seriam convocados separados.

Agora, teríamos a sexta-feira, a segunda-feira, porque, se não tivermos um trabalho mais intenso, não vamos ter condições de inquirir todos os relacionados. Tenho a impressão de que estava na hora de se trabalhar sábado e domingo.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Começamos amanhã então?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Se eles estivessem aqui... Está muito em cima para sexta-feira?

O SR. ROBERTO SATURNINO - Segunda-feira.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Mas, pelo menos, deveríamos ter uma reunião amanhã, porque o volume de documento é grande.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concretamente, o que o Sr. Relator propõe?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA - Eu gostaria que marcássemos um horário para uma reunião administrativa amanhã. E nós ainda não marcamos os horários da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Para tratar desses elementos?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Amanhã mesmo nós diríamos se a Comissão vai se reunir duas, três vez por semana, horários tais e tais.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Isso vamos deliberar em uma reunião administrativa.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Para que organizemos o nosso calendário, eu agradeceria se pudesse ser definido se a arguição, por exemplo, de Chico Lopes, segunda-feira, será às 10 da manhã ou às 14h.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Na próxima segunda-feira, haverá sessão deliberativa do Senado Federal.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Então, seria às 10h.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Qualquer atividade nossa teria de ser na segunda-feira pela manhã.

O SR. EDUARDO SUPPLY – É melhor que se defina agora.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – É melhor debatermos este assunto internamente. Assim não iremos chegar a um acordo. O Senador João Alberto pede uma reunião interna, e nós a realizaremos amanhã, às 10h.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA - Quem vamos convocar? Vamos pedir o apoio da Polícia Federal? Seria de bom alvitre esta reunião amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Reunião às 10h.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Sr. Presidente, a reunião será fechada?

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – É interna. Não é audiência pública.

Amanhã, às 10h, haverá uma reunião interna, quando vamos decidir sobre as convocações.

Segunda-feira, Senador Simon, há uma sessão deliberativa do Senado e também uma reunião da CPI do Judiciário.

O SR. ROBERTO SATURNINO – O convocado tem que receber a convocação.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Isso vamos decidir amanhã de manhã.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Seria melhor já avisar desde hoje, Sr. Presidente, até em atenção ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Nós vamos deliberar isso amanhã.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h49min.)

Anexos à Ata da 2ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento Nº 127-SF, de 1999, destinada a apurar fatos do conhecimento do Senado Federal, veiculados pela Imprensa Nacional, envolvendo Instituições Financeiras, Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento que constituem o Sistema Financeiro Nacional:

* Notas Taquigráficas

* Requerimentos Aprovados

Presidente: Senador **Bello Parga**

Vice-presidente: Senador **José Roberto Arruda**

Relator: Senador **João Alberto Souza**

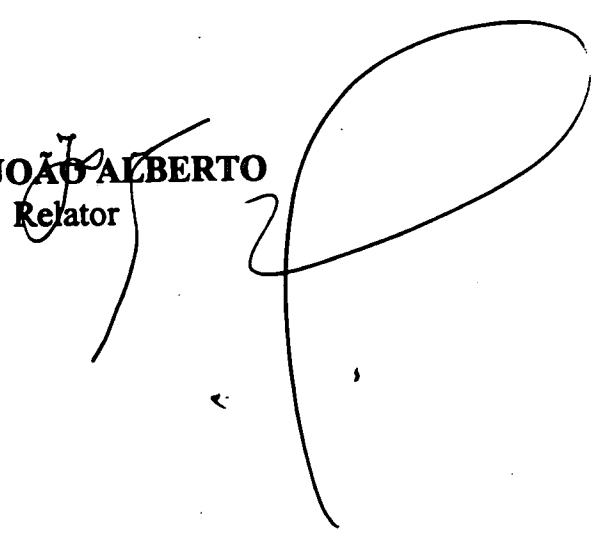
OF. CPFB 012/99

Aprovado
em 15/04/99**REQUERIMENTO Nº 26, DE 1999**

Requeiro, na forma regimental e em consequência das informações prestadas pelos Drs. **ARMÍNIO FRAGA NETO** e **LUIZ CARLOS ALVAREZ**, Presidente e Diretor do Banco Central do Brasil, respectivamente, que sejam requisitados, ainda na data de hoje, todos os documentos relativos às investigações e apurações internas realizadas pelo BACEN sobre fatos que estão sendo apurados no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1999.

Senador **JOÃO ALBERTO**
Relator



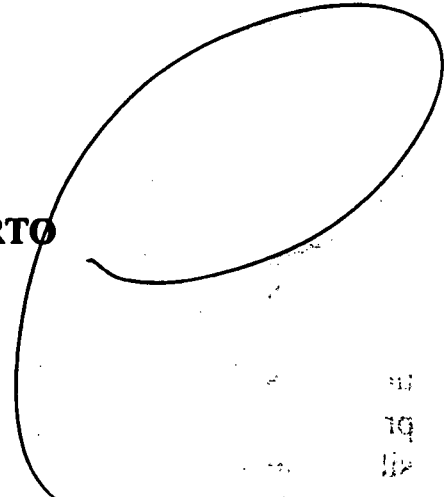
Of. CPEB - 013/99
Aprovado
em 15/04/99

REQUERIMENTO Nº 27, DE 1999

Requeiro, na forma regimental e em consequência das informações prestadas pelos Drs. **ARMÍNIO FRAGA** e **LUIZ CARLOS ALVAREZ**, Presidente e Diretor do Banco Central do Brasil, respectivamente, que sejam requisitadas, ainda na data de hoje, todos os documentos - atas, pareceres e outros - que sustentaram a decisão do BACEN de vender dólares aos Bancos **Marka** e **FonteCindam**.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1999.

Senador **JOÃO ALBERTO**
Relator



10
19
112

REQUERIMENTO Nº 28, DE 1999

Requeiro, nos termo regimentais, seja encaminhado a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, pelo Banco do Brasil, o relatório à auditoria realizada pela instituição acerca das operações de crédito pendentes junto à Encol.

Sala das Comissões, - **Roberto Saturnino – Eduardo Suplicy.**

REQUERIMENTO Nº 29, DE 1999

Nos termos do depoimento, requeiro que a CPI solicite ao Ministério Público Federal todos os documentos relativo ao inquérito instaurado a partir da representação feita em 13 de março de 1995, pelo então Deputados Federais Jaques Wagner e José Eduardo Dutra.

Sala das Comissões, - **Roberto Saturnino**

REQUERIMENTO Nº 30, DE 1999

Requeiro, nos termos regimentais, que o Banco Central do Brasil encaminhe a esta CPI todas as informações acerca das remessas de capital do banco Marka para suas subsidiárias no exterior em 1998 e 1999, bem como a distribuição de lucros, dividendos, honorários e outras formas de remuneração aos acionistas do banco nos anos de 1998 e 1999.

Sala das Comissões, - **Eduardo Suplicy – Roberto Saturnino.**

REQUERIMENTO Nº 31, DE 1999

Requeiro, nos termos regimentais, que a auditoria que a assessora desta CPI fará no banco Marka seja estendida a imobiliária Marka-Participações/Incorporações, criada recentemente e, ao que se sabe, de propriedade dos mesmos controladores do banco, advindo-se daí a possibilidade de transferência de capital.

Sala das Comissões, - **José Roberto Arruda.**

Ata da 3ª Reunião realizada em 16 de abril de 1999.

Às dez horas e vinte minutos dos dezesseis dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e noventa e nove, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, João Alberto Souza, José Alencar, Bello Parga, Eduardo Siqueira Campos, Lúcio Alcântara, José Roberto Arruda, Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino, Pedro Simon e Jonas Pinheiro, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a "apurar fatos do conhecimento do Senado Federal, veiculados pela imprensa nacional, envolvendo instituições financeiras, sociedades de crédito, financiamento e investimento que constituem o Sistema Financeiro Nacional". Havendo número regimental, o Senhor Presidente Senador Bello Parga declara abertos os trabalhos e esclarece tratar-se a presente consiste de uma reunião de trabalho. Atendendo a uma questão de ordem do Senhor Senador Lúcio Alcântara, o Senhor Relator acata retificação em seu Roteiro de Trabalho, para que, no subitem 2.1 "pessoas a serem convocadas sobre os fatos", onde se lê "Administradores e controladores dos bancos BBM, Morgan, ING, Banco de Boston, Garantia, Pactual, Citibank, Real e Matriz(...)", leia-se "BBM, Morgan, ING, Banco de Boston, Garantia, Pactual, Citibank, BEAL e Matriz (...)", BEAL. Logo após, a reunião torna-se interna, onde são tratados assuntos referentes ao andamento dos trabalhos da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra os trabalhos e, para constar, eu, Cristina Judite Vicino, Secretária da Comissão, lavrei a presente que, lida e aprovada, irá à publicação. – **Bello Parga.**

Ata da 4ª Reunião realizada em 19 de abril de 1999.

Às dezoito horas e vinte e sete minutos dos dezenove dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e noventa e nove, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, João Alberto Souza, José Alencar, Bello Parga, Romeu Tuma, Eduardo Siqueira Campos, Lúcio Alcântara, José Roberto Arruda, Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino, Pedro Simon, Jader Barbalho, Jonas Pinheiro e Emilia Fernandes, membros da Comissão, e ainda os Senhores Senadores José

Eduardo Dutra, Roberto Freire, Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Estevão e Marina Silva, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a "apurar fatos do conhecimento do Senado Federal, veiculados pela imprensa nacional, envolvendo instituições financeiras, sociedades de crédito, financiamento e investimento que constituem o Sistema Financeiro Nacional". Havendo número regimental, o Senhor Presidente Senador Bello Parga declara abertos os trabalhos dispensando a leitura das Atas das reuniões anteriores, após consulta ao plenário, que são dadas como aprovadas. A Presidência dá conhecimento, então, aos presentes, da carta recebida do Dr. Francisco Lafayete de Pádua Lopes onde o mesmo solicita o adiamento de seu depoimento previsto para este dia devido "às agressões que vem sofrendo (e que) reclamam sua presença no Rio de Janeiro para a tomada de providências que as limitem, impedindo-o assim de atender à convocação". Colocado em votação o adiamento do depoimento, é estabelecido que o mesmo se dará no próximo dia 26 de abril (segunda-feira). São aprovados os seguintes requerimentos: dos Senadores Eduardo Suplicy e Roberto Saturnino de convocação da Sra. Cíntia Costa de Souza, diretora da área jurídica do Banco Marka; dois requerimentos do Senador José Roberto Arruda: para que sejam reafirmadas as providências já deliberadas por esta CPI no sentido de que o bloqueio e indisponibilidade dos bens dos controladores e diretores dos Bancos Marka e FonteCindam seja reafirmado pelos meios legais e para a realização de uma reunião reservada entre os membros da CPI e os representantes oficiais da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, logo após o término desta reunião pública; cinco requerimentos dos Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino e Emilia Fernandes, sendo eles: o de convocação dos Srs. Leon Sayeg, Omar Jahic e Alberto Antunes; de convocação dos Srs. Sérgio Bragança e Luiz Augusto Bragança; de convocação do Sr. Aparecido Nabuo Kikugawa, representante do grupo Nikko no Brasil; de convocação da Sra. Maria do Socorro Costa de Carvalho e para que seja encaminhado a esta CPI, pelo Banco Central, a relação dos Fundos de Investimento Financeiro, Fundos de Ações e Fundos de Capital Estrangeiro que tiveram rentabilidade, em janeiro de 1999, superior a 50% positivo ou negativo, e possuíam no máximo 5 cotistas naquele mês, ou não declaram o número de cotistas, informando o tipo de fundo, os valores aplicados nos

respectivos funods, os nomes dos cotistas e os movimentos de aplicação e/ou resgate e os valores remetidos para o exterior e dois requerimentos dos Senhores Senadores Eduardo Suplicy e Roberto Saturnino: para que sejam prestadas pelo Banco do Estado de São Paulo (Banespa) as seguintes informações: listagem de todas as operações de crédito realizadas pela Encol desde 1995 e no caso de contratos vencidos e não quitados, especificar as renegociações e relagens aceitas pelo Banco e/ou a execução das garantias apresentadas e para sejam prestadas pelo Banco do Estado de Goiás (BEG) as seguintes informações: listagem de todas as operações de crédito realizadas pela Encol desde 1995 e no caso de contratos vencidos e não quitados especificar as renegociações e relagens aceitas pelo Banco e/ou a execução das garantias apresentadas. O Senhor Presidente, Senador Bello Parga, declara encerrada a reunião pública e dá início a uma reunião reservada com a participação dos representantes oficiais da Polícia Federal e do Ministério Público. Durante esta reunião são aprovados os seguintes requerimentos: do Senhor Senador Jader Barbalho, de adiamento do depoimento do Sr. Cláudio Mauch, Diretor de Fiscalização do Banco Central, para o dia 27 de abril, terça-feira; do Senhor Senador José Roberto Arruda, para que seja oficiado o Sr. Salvatore Cacciola para que disponibilize a esta CPI os documentos da contabilidade do Banco Marka referente aos últimos 5 (cinco) anos, para que seja requisitado ao Sr. Sérgio Bragança a contabilidade das Empresas Macrométrica dos últimos 5 (cinco) anos e requerimento da Senhora Senadora Emilia Fernandes de requisição à Juíza da 6ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro para que se-

jam encaminhadas a esta CPI cópias autenticadas de todos os documentos apreendidos nas diligências de busca e apreensão levadas a efeito nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, relativas às empresas Macrométrica, Banco FonteCindam e Banco Marka, seus escritórios, bem como nas residências dos diretores das empresas acima citadas e na residência do Sr. Francisco Lopes, todas realizadas nos dias 15 e 16 de abril último, pela Polícia Federal. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra os trabalhos e, para constar, eu, Cristina Judite Vicino, Secretária da Comissão, lavrei a presente que, lida e aprovada, irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante desta ata. — **Bello Parga.**

Anexos à Ata da 4ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento Nº 127-SF, de 1999, destinada a apurar fatos do conhecimento do Senado Federal, Veiculados pela Imprensa Nacional, envolvendo Instituições Financeiras, Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento que constituem o Sistema Financeiro Nacional:

*** Notas Taquigráficas**

*** Requerimentos Aprovados**

Presidente: Senador **Bello Parga**

Vice-presidente: Senador **José Roberto Arruda**

Relator: Senador **João Alberto Souza**

REQUERIMENTO Nº 32, DE 1999

Requeiro, nos termos regimentais, seja convocada a Sra. Cíntia Costa de Souza para prestar esclarecimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Sala das Comissões, - **Eduardo Suplicy – Roberto Saturnino.**

20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

REQUERIMENTO Nº 33, DE 1999

Solicito sejam reafirmadas as providências já deliberadas por esta CPI no sentido de que o bloqueio e indisponibilidade dos bens dos controladores e dos diretores do banco Marka seja reafirmado pelos meios legais.

Sala das Comissões, 19 de abril de 1999. – **José Roberto Arruda.**

REQUERIMENTO Nº 34, DE 1999

Requeiro seja marcada ainda hoje reunião reservada entre os membros desta CPI e os representantes oficiais da Polícia Federal e do Ministério Público Federal.

Sala das Comissões, 19 de abril de 1999. – **José Roberto Arruda.**

REQUERIMENTO Nº 35, DE 1999

*Aprovado
em
19/04/99
Bel Sayeg*

Requeiro, nos termos regimentais, sejam convocados para prestarem esclarecimentos à esta Comissão os Srs. Leon Sayeg, Omar Jahic e Alberto Antunes.

30 39
50 18

JUSTIFICATIVA

Segundo a Revista Veja, essas pessoas presenciaram conversas com o Sr. Alberto Cacciola, onde foram relatadas suas relações com informantes do Banco Central. A CPI precisa tomar conhecimento exato do teor dessas conversas divulgadas pela Revista Veja.

EM

19/4/99

*Roberto Antonio
Ferreira*

*Visto
em 20/04/99
[assinatura]*

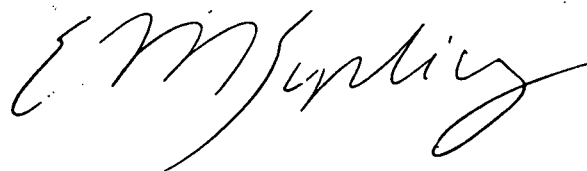
REQUERIMENTO Nº 36, DE 1999

*Aprovado
em 19/04/99
Bella Bragança*

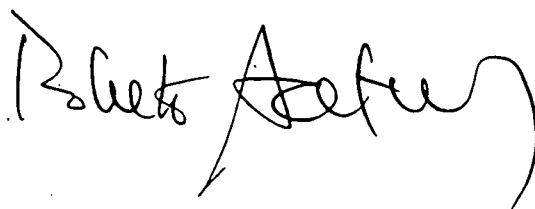
Requeiro, nos termos regimentais, sejam convocados para prestarem esclarecimentos à esta Comissão os Srs. Sérgio Bragança e Luiz Augusto Bragança.

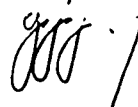
JUSTIFICATIVA

O Revista Época indica que a empresa Macrométrica, pertencente aos Srs. Sérgio e Luiz Augustó Bragança, assinou há dois anos contratos de troca de informações com os bancos Marka, FonteCindam e Boa Vista. As informações passadas a estes bancos seriam obtidas através de conversas informais com o ex-Presidente do Banco Central, Francisco Lopes.



19/4/99




isto
em 20/04/99


REQUERIMENTO Nº 37, DE 1999

Aprovado em
19/04/99
Belloray

Requeiro, nos termos regimentais, sejam convocados para prestarem esclarecimentos à esta Comissão o Sr. Aparecido Nebbuo Kikugawa.

Nabuo

representante do grupo

Nikko no Brasil

19/4/99
M. S. P. L. C.

Roberto Azeite
Fernandes

f
visto
em 20/04/99

1

REQUERIMENTO Nº 38, DE 1999

*Aprovado
em 19/04/99
Bellatorre
SF-1021*

Requeiro, nos termos regimentais; sejam convocados para prestarem esclarecimentos à esta Comissão a Sra. Maria do Socorro Costa de Carvalho.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de funcionário do Banco Central responsável pelas autorizações para a realização de operações na BM&F, tendo assinado os ofícios que autorizaram a BM&F a realizar as operações que trouxeram significativos prejuízos ao Banco Central, por determinação da Diretoria do banco.

Precisamos auferir se tratou-se do cumprimento de uma decisão usual no banco ou se trata de uma decisão crivada pelo caráter da excepcionalidade. Precisamos conhecer a relação do Banco central com a BM&F, as operações que são normalmente realizadas, se é comum a comunicação com data retroativa e outras informações relevantes para os trabalhos desta CPI.

CM Suplicy

*Roberto Avelar
F. S. O.
F. S. O.*

19/4/99

*F. S. O.
em 20/04/99*

REQUERIMENTO Nº 39, DE 1999

Aprovado
em 19/04/99
Belborge

Requeiro, nos termos regimentais, seja encaminhado a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, pelo Banco Central do Brasil, a relação do Fundos de Investimento Financeiro, Fundos de Ações e Fundos Capital Estrangeiro que tiveram rentabilidade, em janeiro de 1999, superior a 50% positivo ~~e~~ negativo, e possuíam no máximo 5 cotistas naquele mês, ou não declararam o número de cotistas, informando o tipo de fundo, os valores aplicados nos respectivos fundos, os nomes dos cotistas e os movimentos de aplicação e/ou resgate e os valores remetidos para o exterior.

JUSTIFICATIVA

Os fundos apresentaram uma grande dispersão quanto a rentabilidade observada no mês de janeiro, havendo fundos que apresentaram ganhos de mais de 1.000% e outros que perderam quase 300%. As informações solicitadas visam complementar os dados encaminhados pelo Banco Central à CPI sobre o item 3 do Requerimento que criou a Comissão Parlamentar de Inquérito.

19/4/99

1510

em 20/04/99

800/

Emplacy
Ble & Ater
Concandes

REQUERIMENTO Nº 0, DE 1999

Aprovado em
19/04/99
Bellary

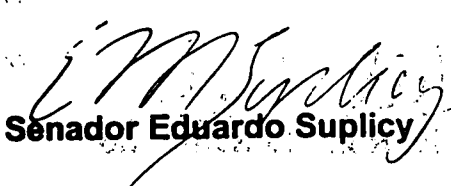
Requeiro, nos termos regimentais, sejam prestadas pelo Banespa, à Comissão Parlamentar de Inquérito, as seguintes informações:

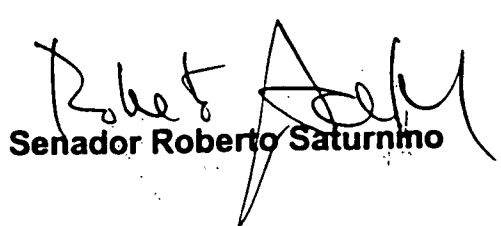
1. Listagem de todas as operações de crédito realizadas pela Encol desde 1995, especificando o valor, prazo de amortização, taxas de juros, as garantias apresentadas, os pagamentos efetuados, os atrasos e/ou inadimplências verificadas.
2. No caso de contratos vencidos e não quitados especificar as renegociações e rolagens aceitas pelo Banco e/ou a execução das garantias apresentadas.

JUSTIFICATIVA

As informações aqui solicitadas são de fundamental importância para que essa Comissão Parlamentar de Inquérito possa averiguar as denúncias apresentadas no item 8 do requerimento que criou essa CPI.

Sala da Comissão Parlamentar de Inquérito


Senador Eduardo Suplicy


Senador Roberto Saturnino

19/4/99
Visto
em 20/4


REQUERIMENTO Nº 41, DE 1999

Aprovado
em 19/04/99
Bellobarje

Requeiro, nos termos regimentais, sejam prestadas pelo Banco do Estado de Goiás – BEG, à Comissão Parlamentar de Inquérito, as seguintes informações:

1. Listagem de todas as operações de crédito realizadas pela Encol desde 1995, especificando o valor, prazo de amortização, taxas de juros, as garantias apresentadas, os pagamentos efetuados, os atrasos e/ou inadimplências verificadas.
2. No caso de contratos vencidos e não quitados, especificar as renegociações e rolagens aceitas pelo Banco e/ou a execução das garantias apresentadas.

JUSTIFICATIVA

As informações aqui solicitadas são de fundamental importância para que essa Comissão Parlamentar de Inquérito possa averiguar as denúncias apresentadas no item 8 do requerimento que criou essa CPI.

Sala da Comissão Parlamentar de Inquérito

Senador Eduardo Suplicy

Senador Roberto Saturnino

19/4/99

Visto
em 20/04
gwp

REQUERIMENTO Nº 42, DE 1999

Solicito, nos termos regimentais o adiamento do depoimento do Sr. Cláudio Manch para a próxima terça-feira.

Sala das Comissões, 19 de abril de 1999. – **Jader Barbalho.**

REQUERIMENTO Nº 43, DE 1999

Que seja oficiado o Sr. Salvatore Cacciola que disponibilize a esta CPI os documentos da contabilidade do banco Marka referente aos últimos 5 (cinco) anos;

Que seja requisitado ao Sr. Sérgio Bragança a contabilidade da Empresa Macrométrica dos últimos 5 (cinco) anos.

Sala das Comissões, 19 de abril de 1999. – **José Roberto Arruda.**

REQUERIMENTO Nº 44, DE 1999

Solicito, nos termos regimentais, requisitar à Juíza da 6ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, o encaminhamento a esta CPI, cópia autenticada de todos os documentos apreendidos na diligência de causa e apreensão levadas a efeito nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, relativas às empresas Macrométrica, banco FonteCindam e banco Marka, seus escritórios, bem como nas residências dos diretores das empresas acima citadas, e nas residências do Sr. Francisco Lopes, todas realizadas nos dias 15 e 16 de abril último, pela Polícia Federal.

Sala das Comissões – **Emília Fernandes – Bello Parga.**

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga.) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 127, de 1999, destinada a apurar fatos do conhecimento do Senado Federal, veiculados pela imprensa nacional, envolvendo instituições financeiras, sociedades de crédito, financiamento e investimento que constituem o sistema financeiro nacional.

Esclareço que a presente reunião destina-se ao depoimento do senhor Francisco Lopes, ex-Presidente do Banco Central.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura das atas das reuniões anteriores, dias 15 e 16 de abril, ou se poderemos considerá-las como aprovadas.

Ouçõ o Plenário. (Pausa.)

Não havendo manifestações em contrário, consideramo-las aprovadas.

Senhores Senadores, neste momento, quero trazer ao conhecimento de V. Ex^{as} uma carta que nos foi entregue agora, pouco antes da abertura dos trabalhos.

"Exm^a Senador Bello Parga, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Francisco Lafaiete de Pádua Lopes, abaixo assinado, estando convocado para prestar depoimento à CPI presidida por V. Ex^a, pede, respeitosamente, a essa egrégia Presidência que se digne a adiar tal depoimento para data a ser fixada nos próximos vinte dias.

Justifica o pedido ora feito o fato, que é publico e notório, de vir o requerente sofrendo, neste instante, na cidade do Rio de Janeiro, uma série de violências que culminou em uma ilegal busca e apreensão feita em sua própria casa residencial.

As agressões que vem sofrendo reclamam sua presença no Rio de Janeiro, para a tomada de providência que as limitem, impedindo-o assim de atender à convocação.

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 1999.

Assinado pelo Dr. Francisco Lafaiete de Pádua Lopes."

É o expediente que levo à consideração de V. Ex^{as}.

Sobre ele, quero saber se algum Senador deseja pronunciar-se.

O SR. JADER BARBALHO – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Também gostaria de me inscrever, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga.) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO – Esse requerimento está datado em 17 de abril. Indago como e quando ele chegou à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga.) – Chegou hoje à tarde, pouco antes da abertura dos trabalhos.

O SR. JADER BARBALHO – Por enquanto, Sr. Presidente, é somente isso.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga.) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, acredito que seja compreensível o motivo apresentado pelo Dr. Francisco Lopes, na medida em que se sentiu extremamente constrangido pelo fato de ter havido busca, por parte da Procuradoria da República, a documentos em sua residência.

Ainda não conhecemos inteiramente as razões que levaram os Procuradores da República a agir daquela maneira. Eu mesmo fui procurado pela imprensa para dizer minha opinião a respeito e preferi aguardar, para saber que razões terão levado os Procuradores a estar na residência do Sr. Francisco Lopes.

Acho compreensível a solicitação do ex-Presidente do Banco Central e avalio que seria razoável que seu depoimento se dê – como aliás diversos Senadores conversaram, inclusive os Senadores José Roberto Arruda e Saturnino Braga – num período não tão distante. Precisamos ouvir a palavra dele antes de vinte dias, para que os trabalhos da CPI possam prosseguir com celeridade e muita firmeza. Acredito que, num tempo mais curto e na medida em que há marcado, para amanhã o depoimento do Sr. Claudio Mauch, acredito que precisamos ouvir, num prazo bastante curto, o Sr. Salvatore Cacciola, a respeito do qual há tantas informações que merecem esclarecimento. E há outras pessoas que precisam ser ouvidas. Nós podemos acelerar os trabalhos, mas proponho que o depoimento do Sr. Francisco Lopes seja feito, no máximo, dentro de uma semana, e não em vinte dias.

Acho que seria importante que aproveitássemos esta reunião para examinar alguns requerimentos que estão sendo apresentados. E eu gostaria, Sr. Presidente, de requerer – vou fazê-lo por escrito – que possa a CPI ouvir os procuradores que fizeram o trabalho de busca e apreensão de documentos, que eles possam trazer os documentos à CPI e também esclarecer por que razão tomaram a atitude, que certamente é grave, mas para a qual deve ter havido uma justificção grave.

O SR. ROMEU TUMA - Senador Eduardo Suplicy, V. Ex.^a me permite um aparte para um esclarecimento?

O SR. EDUARDO SUPPLY – Pois não, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA - Desculpe-me, mas V. Ex.^a fala em convocar os dois procuradores que fizeram a diligência. Eu queria esclarecer que o Procura-

dor-Geral deu uma entrevista ontem, em várias televisões, inclusive na **GloboNews**, e disse que os documentos não pertencem ao Ministério Público e sim à Justiça, a quem ele os vai encaminhar. E, acredito eu, a própria Justiça deverá, por requisição da CPI, enviá-los para cá, porque as diligências foram, parece-me, apenas de apreensão, e eles não teriam, pelas informações que obtive, examinado a documentação. Foi tudo apreendido mais ou menos no lufa-lufa de se apreender documentos, sem uma análise anterior da busca da informação que pudesse ser útil.

Se V. Ex.^a concordar, a CPI deve requisitar ao Poder Judiciário o envio dos documentos e poderia, numa diligência da própria CPI, com técnicos, ver o que interessa realmente. Senão descarregam um caminhão de documentos aqui e vamos ficar meio perdidos. Pode-se fazer um exame preliminar para saber de que realmente o Relator vai precisar para encaminhar os nossos questionamentos. Obrigado.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Parece-me de bom senso a sugestão, desde que a CPI tenha acesso aos documentos. Dada a seriedade do ato, que tanto preocupou inclusive o Presidente Fernando Henrique Cardoso, parece-me adequado que a CPI ouça a palavra dos procuradores, para que eles justifiquem a sua ação.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Senador Supply, V. Ex.^a encaminhará à Mesa o seu requerimento, é claro. Eu queria apenas esclarecer. Aliás, parcialmente, o Senador Romeu Tuma já falou sobre o assunto. A documentação apreendida está à disposição...

O SR. EDUARDO SUPPLY – Já está à disposição?

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Não é que esteja à disposição. Está à disposição de uma juíza federal. Há uma ordem judicial da Justiça Federal do Rio de Janeiro. Os procuradores estão com ela, mas ela está à disposição da juíza.

O SR. EDUARDO SUPPLY – À disposição da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Sobre isso, mais adiante trarei outros esclarecimentos. Então, procurando ordenar nossos trabalhos, primeiro...

O SR. EDUARDO SUPPLY – É importante eu ouvir as ponderações e sugestões para ver qual a melhor maneira de a CPI ter acesso aos documentos.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Falarei sobre isso posteriormente. Então, para ordenar os nossos trabalhos, primeiro vamos nos pronunciar sobre o pedido do Dr. Francisco Lopes. Em seguida, nós nos pronunciaremos sobre a possível data. Uma coisa de cada vez. Coloco em votação o pedido do Dr. Francisco Lopes, antes querendo ouvir a palavra do Relator.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sem compromisso de data.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Exato. Depois nós deliberaremos sobre a data, é claro.

O SR. JOÃO ALBERTO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o depoimento do Dr. Francisco de Pádua Lopes, Ex-Presidente do Banco Central, está marcado para hoje.

O Dr. Francisco Lopes, pelo o que diz em seu requerimento, ao final, as agressões que vem sofrendo, reclamam a sua presença no Rio de Janeiro para a tomada de providências que as limitem, impedindo-o, assim, de atender à convocação.

O Regimento Interno do Senado, em seu Art. 148 diz:

"Art. 148. No exercício das suas atribuições, a Comissão Parlamentar de Inquérito terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais,..."

O que viemos dizer é que esse documento do Dr. Francisco Lopes poderíamos atender ou não. Se não nos atender, teríamos de fazê-lo chegar a esta Comissão. Entretanto, Sr. Presidente, quero, em meu parecer, aceitar, mas, de antemão, que se marque logo para segunda-feira, às 16h30min,¹ sua presença nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. É o parecer.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Com a palavra o Senador José Roberto Arruda e, em seguida, o Senador Pedro Simon.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, quero registrar que, colocada a posição do ilustre Relator, está na linha da Assessoria desta Comissão que procurei ouvir logo que o Presidente me deu notícia, poucos instantes atrás, da chegada do expediente.

Há duas coisas que me parecem fundamentais. A primeira, como o expediente está datado do dia 17 e hoje é dia 19, nos é dado entender que o Ex-Presidente do Banco Central já tinha essa predisposição no sábado. Eu, particularmente, lamento que não tenha feito chegar a esta Comissão a sua manifestação de vontade no próprio sábado. Ainda assim, consulte as pessoas que nos prestam assessoria na CPI e o que se colocou é que é de praxe que um primeiro adiamento seja sempre concedido ao solicitante, ao depoente.

Considero, por outro lado, Sr. Presidente, Sr. Relator, que em casos semelhantes as Comissões Parlamentares de Inquérito,...

O SR. PEDRO SIMON:- O que quer dizer de praxe? Eles deram algum exemplo?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Não sei. Poderia consultar o Dr. Alexandre se a Presidência me permitir.

Fiz referência à consulta que fiz a V. Sa., Dr. Alexandre, sobre o adiamento.

O DR. ALEXANDRE GAZINEO - Como disse no contato que mantive com V. Exª no gabinete da Presidência, o adiamento pode ser aceito pela CPI e que esta CPI, ao acolher o pedido de adiamento, está, de forma alguma, se dispondo do direito de trazer o Sr. Francisco Lopes caso haja alguma atitude de resistência por parte dele ou um chamamento futuro, porque, inclusive, o art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, apoiado no § 3º do art. 54 da Constituição, confere à CPI poder e autoridade judicial, podendo determinar, diz o texto, inclusive a convocação de Ministro de Estado. Por uma lógica jurídica, quem pode mais, pode menos.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Quanto a isso, tudo bem. V. Exª disse que o consultor tinha falado que era de praxe. Pelo que eu saiba, não é de praxe.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - É verdade. Dr. Alexandre, o que o Senador Pedro Simon questiona é o seguinte: coloquei aqui a consulta que fiz em público. Eu lhe perguntei se, em casos semelhantes, é de praxe que as Comissões Parlamentares de Inquérito dêem esse prazo. O senhor respondeu que, num primeiro...

O SR. ALEXANDRE GAZINEO - Sim, é comum. Numa primeira convocação, é bastante comum que se dê esse prazo, inclusive porque a não-concessão de prazo, em face da situação fática que se encontra, colocaria a CPI numa situação de impasse, além do que a Comissão Parlamentar de Inquérito tem por princípio maior a obtenção da verdade real. Então, não ouvir esse depoimento, deixar de ouvir esse depoimento em outra data, outra data razoável, significaria um prejuízo ao próprio processo de investigação, que é o que todos almejamos.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA - Só quero acrescentar. Acho que a pergunta do Senador Pedro Simon foi bem formulada. Eu só quero invocar o Código de Processo Penal, que é o que temos que seguir no rito de Judiciário, que qualquer oitiva, desde que requerida e fundamentada, pode ser aceita e adiada, e a autoridade marcará outra convocação, que é o que o Relator está fazendo. Só para subsidiar que não há nenhuma ofensa à CPI o pedido de adiamento.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Eu só quero concluir meu raciocínio dizendo o seguinte: eu me coloco de acordo com a solicitação. Mas acho, sinceramente, que solicitar vinte dias de prazo chega a ser até uma certa...

O SR. PEDRO SIMON - É isso.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Até faltam-me as palavras, e o Senador Pedro Simon me socorreu.

Agora, minha sugestão é a seguinte: já que o Relator sugere que marquemos para segunda-feira, eu levantaria a hipótese que pudéssemos:

1. manter e já tomar claro que o depoimento do Dr. Cláudio Mauch, marcado para amanhã, não será modificado;

2. comunicar a nova data ao Sr. Francisco Lopes, já afirmando que ela não será modificada. E eu sugeriria até pensarmos que, ao invés de segunda-feira, poderíamos talvez ouvi-lo já na quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) - Senador José Roberto Arruda, quero interrompê-lo para dizer que temos um mínimo de ordem nos nossos trabalhos. A primeira medida a deliberar é sobre se acatamos o pedido ou não. Posteriormente a isso, deliberaremos sobre a data.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Certo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) - Foi o que ele pediu. Agora, quanto à data, como bem esclareceu o Senador Romeu Tuma, compete à autoridade, que somos nós. Então, acatamos ou não o pedido. Se ninguém mais se manifestar, eu...

O SR. ROBERTO SATURNINO - Eu apenas gostaria de fazer uma observação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) - Tem V. Exª a palavra.

O SR. ROBERTO SATURNINO - Não sou contra a concessão do adiamento por razões que temos que considerar justas. Porém, não me conformo é com a forma pela qual este pedido foi apresentado. Ele estava convocado para as 16 horas de hoje. E, ao que consta, ao que sei, a carta chegou às mãos de V. Exª às 18 horas, pouco depois...

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) - Não, ela chegou antes da hora.

O SR. ROBERTO SATURNINO - Eu entendi V. Exª dizer que tinha recebido há trinta minutos.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) - Eu não citei, disse que recebi antes. Mas era só isso.

O SR. ROBERTO SATURNINO - Tudo bem. Mas, de qualquer forma, datada do dia 17 me pareceu uma coisa estranha.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Exatamente, recebi hoje, antes da hora.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, para votar.

O SR. PEDRO SIMON - Vim, preocupado, para esta Comissão porque a imprensa noticiou que a testemunha não viria, sob o argumento de que estava sob forte depressão, com problemas, e pedia tempo. De saída, prestei solidariedade à testemunha. Na verdade, acho que houve um exagero: no momento em que ele estava prestando depoimento no Banco Central, houve uma decisão judicial que determinou a vistoria na sua residência no Rio de Janeiro.

Acho até que o ilustre Presidente da República está cometendo um equívoco, primeiro, quando fala que foi a Polícia Federal – não foi a Polícia Federal, foi a Procuradoria -, segundo, quando fala que foi a Procuradoria. Mas foi a Procuradoria com mandado judicial. Então, teve um mandado judicial. Mesmo assim, acho que foi uma surpresa, eu nunca tinha tomando conhecimento, nem no movimento de 64, desse tipo de atitude. Naquela época, invadiam de outro jeito, mas dessa maneira, em se tratando de um Presidente do Banco Central que é amigo íntimo do Presidente, eu não tinha conhecido.

Acho que os termos do ofício, com todo o respeito, são até desrespeitosos a nós. Perdoe-me, ele tem razão para estar magoado, para estar chateado, ele tem que ver o que está acontecendo para ele no Rio. Diz ele que o nome dele está em jogo. Mas o nome dele está em jogo mais aqui nesta Comissão do que no Rio de Janeiro. O nome dele está em jogo, o destino dele, a importância dele é estar aqui falando conosco. Os termos do ofício não são aqueles dos quais eu tinha tomado conhecimento. Até pediria para ler o termo.

"Francisco Lafaiete de Pádua Lopes, abaixo assinado, estando convocado para prestar depoimento à CPI presidida por V. Ex^a, pede, respeitosamente – o que acho elegante no ofício é o termo elegante, não há dúvida nenhuma – a essa Presidência que se digne adiar o seu depoimento para dentro de 20 dias. Então, ele pede para daqui a 20 dias. Qual o motivo?

"Justifica o pedido ora feito o fato, que é público e notório, de vir o requerente sofrendo neste instante, na cidade do Rio de Janeiro, uma série de violências que culminaram com uma ilegal busca e apreensão feita em sua própria casa residencial.

As agressões que vem sofrendo reclamam a sua presença no Rio de Janeiro, para a tomada de providências que as limite, impedindo-o, assim de atender a convocação". Se ele estivesse sofrendo

qualquer tipo de violência, a melhor maneira de se garantir contra essas violências seria vir a CPI. Poderíamos dar a garantia que ele está pedindo. Não é no Rio de Janeiro que ele vai conseguir garantias.

Os motivos, sinceramente, me causam surpresa. Acho que a figura desse ilustre cidadão, pelo qual eu tinha o maior respeito – tenho ainda, mas, na verdade, sabíamos, pelo debate que ele mantinha com o Ministro Pedro Malan, que ele era favorável ao chamado desenvolvimentismo. De repente, acontecem estas coisas: chega no auge, derruba o Presidente do Banco Central, fica lá três dias e sai. Sai com essa interrogação: o que houve, mudou o câmbio, não mudou o câmbio, houve vazamento, não houve vazamento?

De repente, aparece isto: liberam uma vistoria na casa dele, e ele toma uma atitude dessa natureza. Acho isso aqui, com toda sinceridade, um desrespeito a esta Casa. Um desrespeito. E quero dizer ao ilustre Presidente que não há precedente. Não é praxe da Comissão, de uma CPI receber um ofício dessa natureza.

Acho que ele dizer que ele está no Rio de Janeiro porque está sofrendo violências....Em primeiro lugar, acho que podemos debater a decisão judicial: foi certa? foi errada? Acho até que pode ter sido errada, mas não é um ato de violência, não foi um ato de violência. Foi uma decisão judicial, a pedido dos procuradores; com ordem judicial, foram lá vasculhar. Acho que foi um absurdo, mas aconteceu por uma decisão judicial. Ele dizer que tem que estar lá nesse momento, não vir aqui e pedir mais 20 dias... Acho que ele devia vir amanhã, mas como é o relator que decide....

Se dependesse de mim, com toda sinceridade, eu rejeitaria isso e determinaria que amanhã ele estivesse aqui.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) -Passa-se à votação da matéria.

Os Srs. Senadores que aprovam o adiamento – estou colocando em votação o adiamento; a data será votada subsequente – queiram permanecer sentados. (Pausa)

Senador Pedro Simon, quem for a favor queira permanecer sentado.

O SR. PEDRO SIMON – Eu sou a favor.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – V. Ex^a acabou de se pronunciar contra.

O SR. PEDRO SIMON - Não, sou contra o dia...

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Aqui diz "a ser fixada nos próximos 20 dias". De 01 a 20.

Bom, aprovada.

A segunda, o Relator já se pronunciou. Para qual data?

O SR. JOÃO ALBERTO – Sr. Presidente, tenho a impressão – e ouvi o Senador Pedro Simon – mas, no meu entender, ele quis dizer que está sofrendo uma pressão, até psicológica.

O SR. PEDRO SIMON – Eu acho que está.

O SR. JOÃO ALBERTO – Tenho a impressão, Srs. Senadores, que a data de segunda-feira, no mesmo horário, não teria maiores problemas. Inclusive, nos dá maior prazo para analisarmos toda essa documentação que só chegou hoje do Banco Central, às 15 horas.

O SR. PEDRO SIMON – Então, permanece ...

O SR. JOÃO ALBERTO – O Mauch amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Estamos tratando aqui do pedido de adiamento do Sr. Francisco Lopes.

O Relator já se pronunciou para segunda-feira próxima, dia 26, é isso?

Alguém quer se manifestar sobre data?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Eu quero.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Com a palavra o Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Estou de acordo, desde que a Comissão delibere, desde logo, que expedirá expediente ao Dr. Cláudio Mauch, reafirmando o depoimento amanhã; ao Sr. Francisco Lopes...

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Não há por que reafirmar, ele já está convocado, Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente, apenas para dizer publicamente, então, que esses dois depoimentos não serão modificados em nenhuma hipótese. E a CPI, como reza o art. 153, do Regimento Interno, vale-se, na marcação desses depoimentos, subsidiariamente, do Código Penal. É isso que quero reafirmar.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Sobre a data, como ninguém deseja se manifestar, coloco em votação a data sugerida pelo Relator, de 26 de abril, próxima segunda-feira, às 16 horas e 30 minutos.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados (Pausa.)

Aprovado.

Então, está remarcada a data.

Prosseguindo, antes de entrar no próximo expediente, quero dizer que não está em jogo a convocação do Diretor Mauch, que já foi feita e não houve pedido nenhum. Não há por que reafirmarmos o que já fizemos.

O SR. PEDRO SIMON – V. Exª está correto.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Temos aqui um requerimento, assinado pelo Senador Romeu Tuma.

"Requeiro, nos termos regimentais, que o procedimento de transferência de sigilo telefônico que foi aprovado pelo Requerimento nº 24 seja dirigido precipuamente às contas e ligações telefônicas dos Bancos Marka e FonteCindam e aos integrantes da área de fiscalização do Banco Central, estendendo-se essa última providência não apenas aos telefones próprios do Banco Central, mas também aos telefones pessoais dos responsáveis pela área de fiscalização."

O SR. ROMEU TUMA – Posso explicar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Senador Romeu Tuma, eu pediria que V. Exª justificasse, porquanto está me parecendo muito genérico. A área de fiscalização deve se estender a comunicações relativas a um número muito grande de estabelecimentos de crédito do sistema bancário nacional.

Em todo o caso, concedo a palavra a V. Exª para justificar.

O SR. ROMEU TUMA – Só para justificar, com base no requerimento do Senador José Roberto Arruda de quebra de sigilo. A Senadora Emilia Fernandes fez um bonito trabalho, chefiando uma subcomissão de cruzamento de dados das contas telefônicas durante a CPI dos Precatórios. Como há uma acusação da Revista *Veja*, confirmada na última edição também, de que o dono do Banco Marka teria informantes dentro do Banco Central, e como há referências a pessoas que trabalham no setor de fiscalização, seria interessante para verificarmos se realmente havia um contato permanente dessas pessoas com o dono do Marka e do Banco FonteCindam e, assim, podermos analisar. Provavelmente, a própria Senadora Emilia Fernandes, com a experiência anterior, poderia nos informar se há. Aí depende muito do Relator indicar os telefones que julgar convenientes dentro das apurações, dos depoimentos e dos documentos que estão de posse da relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Com a palavra o Relator para dar parecer sobre o requerimento.

O SR. JOÃO ALBERTO – Este requerimento já foi aprovado pela Comissão. Assim, poderá ficar conosco, e, no momento oportuno, poderíamos pedir a quebra de sigilo de telefone de um ou outro que achássemos necessário, sem precisarmos agora de quem. O que V. Exª acha, Senador?

O SR. ROMEU TUMA – Eu concordo. Acho que V. Exª tem a necessidade de buscar informações para o seu relatório. Só que eu acho que essa é uma das fontes que poderia, sem dúvida nenhuma,

alcançar se esse homem estaria mentindo com um argumento para enganar as suas vítimas que perderam dinheiro, ou se realmente tinha ou não alguém que era informante seu a troco de US\$500 mil.

O SR. JOÃO ALBERTO – Senador Romeu Tuma, qualquer Senador poderia chegar a nós e dizer: "Olha, é um fato novo, seria interessante isto". E até mesmo sem dizer quem, nós – quando menos esperar – já estávamos com toda a matéria aqui.

O SR. ROMEU TUMA – Sem dúvida nenhuma.

O SR. JOÃO ALBERTO – Acho que fica bem melhor assim. O que os senhores acham?

O SR. ROMEU TUMA – Concordo com V. Ex^a. Apenas deixar encaminhado para V. Ex^a poder decidir o momento oportuno sem precisar consultar....

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Fica encaminhado e sobrestado para futura deliberação.

Temos aqui um requerimento subscrito pela Senadora Emília Fernandes.

"Requeiro, nos temos regimentais, seja requisitado ao titular do Juízo da 6^o Vara Federal do Rio de Janeiro a disponibilização do material apreendido na residência do Sr. Francisco Lopes, ex-Presidente do Banco Central do Brasil, no dia 16 de abril, sexta-feira próxima passada, por representante do Ministério Público Federal e por agente da Polícia Federal, em diligência de cumprimento a mandado de busca e apreensão determinado por esse douto juiz ao membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito."

Como eu vou tratar desse assunto mais adiante, eu vou deixar para examiná-lo oportunamente.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Eu me inscrevo, então, Sr. Presidente, para falar.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Sim, será dada a palavra a V. Ex^a para justificar.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Obrigada.

O SR. EDUARDO SUPLCY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY – Sr. Presidente, na última quinta-feira, eu apresentei um requerimento para que fosse convocada a prestar depoimento nesta Comissão a Dr^a Cíntia Costa de Sousa, e, na ocasião, aceitei as ponderações do Senador Jader Barbalho, dizendo que seria importante nós, antes, conhecermos exatamente onde ela ficava, a sua função, o seu endereço, antes de aprovarmos.

Na última sexta-feira, eu telefonei para o Banco Marka e acabo inclusive de conversar agora, por telefone – porque a Dr^a Cíntia Costa de Sousa telefo-

nou-me de volta -, informando que ela é Diretora da área jurídica do Banco Marka, que ela participou dos diálogos havidos nos dias 14 e 15 de janeiro junto com o Sr. Salvatore Cacciola, Presidente do Banco Marka, aqui, junto às autoridades do Banco Central. E ela inclusive forneceu um endereço que eu poderia passar à Secretaria da Comissão. E gostaria, portanto, de justificar, reiterar o requerimento, porque acredito que, como ela foi testemunha dos entendimentos entre o Banco Marka, o seu Presidente e o Banco Central, que ela poderá prestar esclarecimentos relevantes. Relembrando que, pelo menos por uma informação, foi dito a mim próprio, enviado por escrito, de que ela conheceria alguma informação muito importante, qualificada na revista *Veja* como de bazuca. Então, por essa razão é que eu sugeri o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – V. Ex^a vai completar os dados?

O SR. EDUARDO SUPLCY – Eu posso encaminhar à Secretaria. Ou V. Ex^a quer que eu diga aqui o endereço e o telefone?

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Assim sendo, coloco em votação o requerimento do Senador Eduardo Suplicy sobre a convocação da Dr^a Cíntia Costa de Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO - A Relatoria está de pleno acordo.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento subscrito pelo Senador José Roberto Arruda:

"Solicito sejam reafirmadas as providências já deliberadas por esta CPI no sentido de que o bloqueio e indisponibilidade dos bens dos controladores e dos diretores do Banco Marka e FonteCindam sejam reafirmados pelos meios legais".

Tem a palavra o Senador José Roberto Arruda, para justificar.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, posso aqui estar incorrendo em excessivo cuidado, mas me parece fundamental, embora saiba das providências que a Comissão tomou, que sejam reafirmados publicamente o bloqueio e a indisponibilidade dos bens dos controladores e diretores dos dois bancos. Mais do que isso: que o Banco Central nos auxilie no sentido de que todas as instituições bancárias, além dos cartórios, sejam notificados disso em tempo real a fim de que amanhã não tenhamos o disabor de verificar

que alguns desses cidadãos movimentaram suas contas bancárias ou o seu patrimônio posteriormente à tomada de decisão por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Em votação o requerimento do Senador José Roberto Arruda. Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Requerimento do Senador José Roberto Arruda:

"Requeiro seja marcada ainda hoje reunião reservada entre os membros desta CPI e os representantes oficiais da Polícia Federal e do Ministério Público Federal".

Tem a palavra V. Ex^a para justificar.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – A argumentação é simples. Vejo a presença dos Srs. Membros do Ministério Público, creio que indicados oficialmente pelo Dr. Geraldo Brindeiro para contribuir com os trabalhos da Comissão, e também do representante oficial da Polícia Federal. Gostaria de lembrar aos membros da Comissão que a Constituição Federal, art. 58, § 3º, dispõe: "As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais..." Muito bem, as provas apreendidas pelo Ministério Público – e, como é fato já passado, não cabem mais comentários sobre o assunto – estão sob a guarda da autoridade judicial que autorizou a apreensão.

Como, ao que me parece, a Comissão Parlamentar de Inquérito tem os mesmos poderes, e vai requisitar à autoridade judicial, de acordo com o requerimento aqui apresentado pela Senadora Emilia Fernandes, as provas testemunhais, minha sugestão, falando de forma muito objetiva, é que a Comissão, em reunião reservada ainda hoje, imediatamente ao final desta reunião pública, possa, conversando com os Srs. Procuradores e o Sr. Delegado da Polícia Federal, estabelecer uma estratégia comum de trabalho. Por que coloquei reservada? Porque os membros do Ministério Público podem ter – não estou dizendo que têm - informações que estão neste momento guardadas pelo sigilo judicial, previsto também na Constituição. Na reunião reservada, já que a Comissão Parlamentar de Inquérito está investida dos mesmos poderes, poderemos, portanto, ter conhecimento disso. Mais do que isso, penso que a reunião entre a Polícia Federal, o Ministério Público e a Comissão Parlamentar de Inquérito vai traçar uma estratégia comum de trabalho de tal sorte que as investigações todas sejam convergentes, complementares, contributivas e não concorrentes.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, julgo fundamental que façamos essa reunião imediatamente.

O SR. JADER BARBALHO – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO - Concordo plenamente com os argumentos apresentados pelo Senador José Roberto Arruda e considero que a Comissão deveria, nesse momento, passar esta sessão de pública a reservada, e deveríamos, imediatamente, ter a chance de ouvir os representantes do Ministério Público presentes a esta reunião.

Já que não tivemos a chance de ouvir o Dr. Francisco Lopes, considerando que foi o Ministério Público, como já foi aqui argumentado, que teve a chance de cumprir esta diligência de natureza judicial e que possui informações, considero do maior valor para a comissão que ela possa ouvir e tratar, como foi dito pelo Senador Arruda, de uma estratégia de obter informações que já estão em poder do Ministério Público.

Então, proponho a V. Ex^a e à Comissão que transformemos, imediatamente, esta reunião pública em reunião reservada, o que será da maior utilidade para os nossos trabalhos, no sentido de que possamos imediatamente ouvi-los.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Ex^a me permite um aparte apenas, Senador Jader Barbalho?

Estou de acordo com a sua proposição, mas sugeriria que o imediatamente se desse logo após o exame dos requerimentos sobre os quais não há problema.

O SR. JADER BARBALHO - Perfeito. Sem prejuízo de aprovarmos. Só quero alertar os membros da Comissão de que será da maior utilidade para o nosso trabalho, inclusive porque, amanhã, ouviremos o Diretor do Banco Central, e creio que seria da nossa conveniência ouvirmos agora os representantes do Ministério Público.

Se não estiverem aqui os representantes do Ministério Público que atuam na representação do Rio de Janeiro, poderíamos, quem sabe, conseguir que amanhã pudéssemos fazer, pela manhã, uma reunião com os representantes do Ministério Público do Rio de Janeiro aqui em Brasília, para nos orientarem em relação ao depoimento da parte da tarde.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Senador Jader Barbalho, peço um aparte. Eles estão presentes.

O SR. JADER BARBALHO - Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Vamos aqui deliberar sobre o requerimento do Senador Arruda.

O SR. JOÃO ALBERTO - Sr. Presidente, estou plenamente de acordo com o requerimento do Senador José Roberto Arruda e com as palavras do nosso Líder, Senador Jader Barbalho, que é autor do requerimento que deu origem a esta CPI, entretanto, gostaria de fazer um adendo. Para que se mantivesse a sintonia da nossa comissão, com todos os nossos assessores especiais, gostaria que os assessores especiais da comissão também fizessem parte da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Isso é lógico.

Em votação o requerimento. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Logo em seguida à votação de outros requerimentos, transformaremos esta reunião de pública em reservada.

Como vou colocar em votação o requerimento da Senadora Emilia Fernandes, quero ler o expediente que me chegou em consequência da visita que este Presidente, o Relator e o Vice-Presidente fizeram ao Procurador-Geral da República Geraldo Brindeiro exatamente com esse mesmo objetivo.

O ofício é o seguinte: "Cumprimentando-o e atendendo à solicitação constante do Ofício nº 24 da comissão, de 16 de abril – o ofício é de hoje -, tenho a honra de dirigir-me a V. Ex^a para indicar o Dr. Luiz Augusto Santos Lima, Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal, e o Procurador da República Artur de Brito Gueiros Souza, lotado na Procuradoria da República do Estado do Rio de Janeiro, para acompanharem, como representantes do Ministério Público Federal, o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 127, destinada a apurar fatos, etc." Assina Geraldo Brindeiro, Procurador-Geral da República.

Os Procuradores já se apresentaram à Presidência e estão aqui presentes por minha orientação. Na reunião reservada, eles debaterão conosco as pessoas que constam das preocupações de todos nós, o que exatamente vem a atender o requerimento da Senadora Emilia Fernandes.

Gostaria de dizer ainda alguma coisa? Tem a palavra, Senadora.

A SRA. EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, Srs. Membros desta CPI, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que sendo suplente não tenho participado com toda a importância e assiduidade necessária, porque estamos muito bem representados.

Pretendemos acompanhar, na medida em que também estamos cada vez conscientes da importân-

cia desta CPI. Peço licença para registrar pela credibilidade, pela expectativa e principalmente pelo apoio unânime que a sociedade brasileira está dando aos trabalhos que estão sendo desenvolvidos por esta equipe ilustre de Parlamentares do Senado.

Aqui nós já vimos uma situação que se afigura lamentável, com a não presença do ex-presidente do Banco Central. Argumentando, nas suas posições, não há um caso de doença ou enfim, que poderia acometer qualquer pessoa, mas uma posição de vítima diante de uma realidade. O que, particularmente, respeitamos, mas também entendemos que não se pode e se tem que analisar com muito cuidado, para que precedentes não sejam abertos. Por isso, o Senador Arruda foi muito preciso, muito oportuno, alertando para que os que estão convocados aqui compareçam, porque senão pode-se tomar, inclusive, uma prática nada salutar aos trabalhos da nossa Comissão.

Por outro lado, entendo, diante das considerações de V. Ex^a e do requerimento, que seria oportuno, até porque sabemos que o material está intrinsecamente em direta conexão com o fato determinado, investigado por esta Comissão. Aqui é o foro competente e aí eu creio que até o Presidente do Banco Central errou na estratégia. Penso que se ele se sente agredido, se ele se sente vitimado deveria estar aqui urgentemente para se manifestar, buscando o amparo, o respaldo e o respeito, que certamente terá no encaminhamento das questões.

Considero-me contemplada, juntamente com as considerações V. Ex^a. Creio que seria importante que a Comissão deliberasse baseando-se nelas como também nas do ilustre Relator e dos demais membros e com a nossa posição, que vai ao encontro de uma forma bem colocada por V. Ex^a.

Gostaria apenas de dizer que o encaminhamento está correto, não temos que pedir ao Ministério Público, temos que ir à Justiça Federal, e nada mais oportuno do que formalizarmos isso. Aqui aproveitaria também para dizer da importância de ouvirmos os Procuradores aqui presentes, até como forma de grande contribuição para as deliberações futuras.

Posteriormente, Sr. Presidente, até para economizar participações, gostaria, dentro da nossa dinâmica administrativa de trabalho, de trazer sugestões a V. Ex^a, pela experiência, embora pequena, talvez não com todo o potencial que poderia, em relação a outras CPIs.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Certamente inestimáveis, Senadora.

A SRA. EMILIA FERNANDES - Breve, estarei apresentando uma proposta de dinamização do tra-

balho dentro da Comissão, como forma de atingirmos os objetivos dentro do prazo previsto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Vou deixar o requerimento da Senadora Emilia Fernandes para deliberarmos sobre ele na sessão reservada, porque vamos ouvir os Procuradores.

Temos aqui vários requerimentos.

Requerimento:

Requero, nos termos regimentais, sejam convocados a prestarem esclarecimentos a esta Comissão os Srs. Leôncio Haiegue, Omar Jaíque e Alberto Antunes.

Justificativa

Segundo a revista **Veja**, essas pessoas presenciaram conversas com o Sr. Alberto Cacciola, onde foram relatar as suas relações com o informante do Banco Central.

A CPI precisa tomar conhecimento exato do teor dessas conversas, divulgadas pela revista **Veja**.

Vou aqui me permitir datar, em 19/04/99.

Assinam os Senadores Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino e Senadora Emilia Fernandes.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

REQUERIMENTO

Requeremos, nos termos regimentais, sejam convocados para prestarem esclarecimentos a esta Comissão os Srs. Sérgio Bragança e Luiz Augusto Bragança.

Justificativa: Revista **Época** indica que a empresa Macrométrica pertencente ao Srs. Sérgio e Luiz Augusto Bragança assinou há dois anos contrato de troca de informações com os Bancos Marka, FonteCidam e Boavista. As informações passadas a esses bancos seriam obtidas através de conversas informais pelo ex-Presidente do Banco Central Francisco Lopes.

Vou datá-lo também, porque está sem data.

Assinam os Senadores Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino e a Senadora Emilia Fernandes.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. JOÃO ALBERTO - Pedirei inclusive a ajuda dos Srs. Senadores, porque ele nega peremptoriamente, na inquirição, no depoimento ao Banco Central e à Polícia Federal este assunto. Talvez fosse até melhor que embasássemos melhor, Senador Suplicy. Fariamos esse requerimento agora, mas, além da revista **Época** haver publicado – vi também -, seria interessante encontrarmos um fato mais determinado.

O SR. EDUARDO SUP LICY – V. Ex^a permite uma consideração?

É possível, Senador João Alberto, que possa a Macrométrica dos Srs. Bragança ter realizado contrato com o Banco Marka e o Banco FonteCidam sem o conhecimento do Sr. Francisco Lopes.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Acolho, não tem problema algum.

O SR. EDUARDO SUP LICY – É possível e, neste caso – eles são sócios e proprietários -, estariam os diretores, isso é hipótese, do Banco Marka e Banco FonteCidam fazendo um contrato com a Macrométrica e a Macrométrica dizendo: Olha, temos excelentes relações com o nosso ex-companheiro e sócio Francisco Lopes e, por essa razão, podemos lhe fornecer boas informações. Sem que Francisco Lopes tomasse conhecimento, ainda que sua companheira, assim qualificada no seu depoimento, seja sócia da Macrométrica ainda, até o presente momento. Então, são questões que precisamos esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

REQUERIMENTO

Requeremos, nos termos regimentais, sejam convocados para prestarem esclarecimentos a esta Comissão o Sr. Aparecido Nobbu Kikko Kawa, representante do Grupo Nikko do Brasil.

Está sem data, vou datá-lo.

Subscrevem os Senadores Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino e Senadora Emilia Fernandes.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. JOÃO ALBERTO - Nessas condições, Sr. Presidente, ele foi mencionado e estou plenamente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – O parecer do Relator é favorável.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

REQUERIMENTO

Requeremos, nos termos regimentais, sejam convocados para prestarem esclarecimento a esta Comissão a Sr^a Maria do Socorro Costa de Carvalho.

Justificativa: Trata-se de funcionária do Banco Central, responsável pelas autorizações para realizações de operações na BM&F, tendo assinado os ofícios que autorizaram a BM&F a realizar as operações que trouxeram significativos prejuízos ao Banco Central, por determinação da diretoria do Banco.

Precisamos auferir se tratou-se do cumprimento de uma decisão usual no banco ou se trata de uma decisão crivada pelo caráter da excepcionalidade. Precisamos conhecer a relação do Banco Central com a BM&F, as operações que são normalmente realizadas, se é comum a comunicação com data retroativa e outras informações relevantes para os trabalhos desta CPI.

Data de 19/04/99.

Assinam os Senadores Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino e Emilia Fernandes.

O SR. JOÃO ALBERTO – Sr. Presidente, a D. Maria do Socorro, no dia 14, assinou todos os documentos a esse respeito. Ela, realmente, era a operadora de câmbio do Banco Central, era da mesa de câmbio – mas tenho informação de que ela não está mais na mesa de câmbio.

No momento oportuno – inclusive o seu nome já está listado – será convocada.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Então, já foi aprovada.

O SR. JOÃO ALBERTO – Aprovada, não sei. Ela está no roteiro.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Então, esse requerimento está prejudicado. Considero-o prejudicado.

O SR. JOÃO ALBERTO – Vamos deixar o requerimento, vamos aprovar para que fique na relação e, no momento oportuno, ela seja chamada.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Novamente aprovado pelos Srs. Senadores.

Se já foi antes, não estaria prejudicado. Em todo o caso, aprovado.

Requerimento:

"Requeremos, nos termos regimentais, seja encaminhado a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, pelo Banco Central do Brasil, a relação dos fundos de investimento financeiro, fundos de ações e fundos de capital estrangeiro, que tiveram rentabilidade em janeiro de 1999 superior a 50% positivo ou negativo e possuíam, no máximo, cinco cotistas naquele mês ...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Como é rentabilidade negativa? Não dá para entender.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – ...ou não declararam o número de cotistas, informando o tipo de fundo, valores aplicados nos respectivos fundos, os nomes dos cotistas, os movimentos de aplicação e/ou regastes e os valores emitidos para o exterior.

Justificativa: os fundos apresentaram uma grande dispersão quanto à rentabilidade observada no mês de janeiro, havendo fundos que apresenta-

ram ganhos de mais de 1.000% e outros que perderam quase 300%. As informações solicitadas visam complementar os dados encaminhados pelo Banco Central à CPI sobre o item III do requerimento que criou a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Data de hoje: 19/04/99.

Assinam os Senadores Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino e Emilia Fernandes.

Consulto o Senador Eduardo Suplicy se quer se pronunciar sobre o seu requerimento.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Sr. Presidente, quando o Dr. Armínio Fraga, Presidente do Banco Central, aqui esteve, em determinado momento, mencionou que as instituições financeiras tinham tido até um prejuízo no mês de janeiro de 1999 – um terço dos seus investimentos.

Chamou-me a atenção este fato. E fui observar como é que se procediam aos resultados e averigüei, na lista de documentos que ele nos encaminhou, que, quando há um conglomerado financeiro de uma instituição estrangeira A, por exemplo, essa instituição tem diversas associadas, alguns fundos, e, às vezes, uma instituição pode ter um resultado não tão positivo ou até negativo, que, em melhor análise, por vezes, é o outro lado da medalha do resultado excepcionalmente positivo tido por um dos fundos do mesmo conglomerado. E há indicações de que esse fundo, que tem a possibilidade de encaminhar para o exterior um resultado excepcionalmente positivo, envia-o para a matriz. E é justamente para detectar essa complexa rede de operações é que eu, o Senador Roberto Saturnino e a Senadora Emilia Fernandes estamos apresentando este documento.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Dou a palavra ao Relator.

O SR. JOÃO ALBERTO – Sr. Presidente, o Senador Eduardo Suplicy fala apenas no mês de janeiro. Tenho a impressão de que, se fôssemos checar, iríamos a um estudo comparativo. Poderia ser dezembro, janeiro e fevereiro.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Aceito a sugestão.

O SR. JOÃO ALBERTO – Estou plenamente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – O parecer do Relator é favorável, estendendo aos meses anterior e posterior?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador Eduardo Suplicy, se me permite, a minha preocupação é por não entender exatamente o que está sendo pedido. A relação dos fundos de investimento fi-

nanceiro, fundos de ações e fundos de capital estrangeiro que tiveram a rentabilidade em janeiro de 99, 50% para cima ou para baixo. É isso. Ou perderam muito ou ganharam muito. É isso?

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sim, porque, se V. Ex^a examinar a relação de todas as entidades e instituições, elas são muitas; mas algumas tiveram excepcional rendimento.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Do excepcional para cima ou para baixo, V. Ex^a quer separar aquelas que tinham no máximo cinco quotistas?

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sim, porque notamos que algumas delas tinham só um quotista, e foi encaminhado para o exterior, por vezes à empresa matriz do banco A, aquele resultado excepcional.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Quer dizer que a instituição manobrou para só dar lucro de um quotista?

O SR. EDUARDO SUPPLY – Levando em consideração formas de diminuir a contribuição à Receita Federal e também formas de encaminhar para instituições no exterior, à matriz, o excepcional resultado. Relatórios de instituições financeiras no exterior estão a divulgar que tiveram resultados excepcionais no início deste ano, graças às operações realizadas no Brasil.

Eu imaginava que o Dr. Armínio Fraga, com o grande conhecimento de operações internacionais, pudesse nos ter dado uma colaboração mais perspicaz naquele dia, quando só ressaltou que as instituições financeiras estrangeiras tiveram até prejuízo. Mas é por essa razão que, quem sabe, venhamos a conhecer melhor o que o presidente, tão exímio operador, já poderia ter detectado.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador Supply, peço uma contribuição dos assessores da Comissão, principalmente da área econômico-financeira, porque, veja bem: a solicitação que o Senador Supply deseja se é que estou entendendo bem é verificar, por exemplo, um fundo de aplicação, que, na verdade, tenha sido usado para remessa de um dinheiro para o exterior, dinheiro esse que, na verdade, veio de um outro fundo que tinha outro controlador.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Ou de um banco que aqui operava.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Por exemplo, o Marka.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Por exemplo.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Se é isso, eu acho que está perfeito contribuir nas investigações.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Mas é isso.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Minha preocupação é de, como o universo está muito grande, se não valeria a pena redigir dessa forma, para que não estivéssemos aqui quebrando o sigilo de um universo...

O SR. EDUARDO SUPPLY – Está claro. As limitações são só para não haver um trabalho extraordinariamente grande.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Como está bem pontuado o que o Senador Eduardo Supply deseja, se S. Ex^a estiver de acordo, sugiro que se aduza a este requerimento, especificamente o que se está desejando saber; e que o Banco Central faça uma pesquisa específica nisso, porque esse é o ponto fundamental que me parece fundamental para análise. E não fazer o universo para que procuremos dentro dele.

O SR. JOÃO ALBERTO – Mas o lucro não é sigiloso; o lucro é claro.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Como o requerimento é um pouco longo, quem está só ouvindo não acompanha todo o raciocínio. Pode ser que seja uma deficiência minha.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – V. Ex^a quer que eu repita?

O SR. JOÃO ALBERTO – Sintetizando: 50 instituições tiveram lucro superior a 50% e 50, inferior. Quais foram essas instituições?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Aqui só tem cinco, ou menos, cotistas.

O SR. JOÃO ALBERTO – Então, somente isso. Isso estou achando, para um estudo comparativo, até para nós termos mais dados, tenho a impressão de que é interessante.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão – nos termos aditados pelo Relator e pelo Senador Arruda, não é isso, Senador Supply?

O SR. EDUARDO SUPPLY – O objetivo, se ele quiser esclarecer, está claro.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Aprovado.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Então, está aprovado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Outro requerimento: requeiro, nos termos regimentais, sejam convocados para prestar esclarecimentos a esta Co-

missão os Srs. Leon Sayeg, Omar Jahic e Alberto Antunes.

Requeremos, nos termos regimentais, sejam prestadas pelo Banespa à Comissão Parlamentar de Inquérito as seguintes informações:

1 – listagem de todas as operações de crédito realizadas pela Encol desde 1995, especificando o valor, prazo de amortização, taxa de juros, as garantias apresentadas, os pagamentos efetuados, os atrasos e/ou inadimplências verificadas;

2 – No caso de contratos vencidos e não quitados, especificar as negociações e rolagens aceitas pelo banco e/ou a execução das garantias apresentadas.

Justificativa: As informações aqui solicitadas são de fundamental importância para que esta Comissão Parlamentar de Inquérito possa averiguar as denúncias apresentadas no item 8 do requerimento que criou esta CPI. Data de 19/ 4/99. Assinam o Senador Suplicy e o Senador Saturnino.

O Sr. Relator quer se pronunciar?

O SR. JOÃO ALBERTO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se estão. (Pausa)

Aprovado.

Requerimento: Requeremos, nos termos regimentais, sejam prestadas pelo Banco do Estado de Goiás, BEG, à Comissão Parlamentar de Inquérito as seguintes informações:

1 – listagem de todas as operações de crédito realizadas pela Encol deste 1995, especificando o valor, prazo de amortização, taxa de juros, as garantias apresentadas, os pagamentos efetuados, os atrasos e as inadimplências verificadas;

2 – no caso de contratos vencidos e não quitados, especificar as renegociações e as rolagens aceitas pelo banco e/ou a execução das garantias apresentadas.

Justificativa: As informações aqui solicitadas são de fundamental importância para que esta Comissão Parlamentar de Inquérito possa averiguar as denúncias apresentadas no item 8 do requerimento que criou esta CPI. Data de 19/4/99, Senadores Eduardo Suplicy e Roberto Saturnino.

Sr. Relator? (Pausa)

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovado.

Encerramos os requerimentos.

Temos aqui um expediente da Bolsa Mercantil e Futuros de São Paulo, datado de 19 de abril:

Exm^a Sr. Presidente, acusamos nesta data o recebimento do ofício em epígrafe, através do qual a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar fatos do conhecimento do Senado Federal, veiculados pela imprensa nacional, envolvendo instituições financeiras, sociedades de crédito, financiamento e investimento que constituem o Sistema Financeiro Nacional requer a produção de documentos, arquivos, magnéticos e notas técnicas sobre operações realizadas no mercado de liquidação futura de taxa de câmbio desta Bolsa de Mercadorias e Futuros, no mês de janeiro de 1999, além de pertinentes comentários face à possibilidade de ocorrência de uma "crise sistêmica" naquele período.

Assim, desde já, colocamo-nos à disposição desta Egrégia Comissão para prestar os esclarecimentos que V. Ex^{as} entenderem desejáveis, especificamente em relação às demandas no mencionado requerimento. Tratando-se de matéria sigilosa, situada na alçada de responsabilidade da área profissional desta Bolsa, estamos determinando ao seu superintendente-geral o imediato início das providências para o atendimento de sua solicitação em, no máximo, dez dias úteis.

Outrossim, para a mais breve disponibilização dos documentos necessários aos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, solicitamos que V. Ex^a digne-se determinar à Subsecretaria de Comissões, através do seu Serviço de Apoio às Comissões Parlamentares de Inquérito, o envio da ata da reunião que deliberou, na forma prescrita nos arts. 47 da Constituição Federal de 1988 e 38, §4º da Lei 4.595, a quebra do sigilo envolvido nas referidas negociações.

Por oportuno, ainda, informamos o endereço da sede desta Bolsa de Mercadorias e Futuros, à Praça Antonio Prado, 48, 4º andar, cidade de São Paulo, com o Código de Endereçamento Postal 01010-901, no Estado de São Paulo, assim como disponibilizaremos, respectivamente, nossos telefones e

fac-símiles diretos, 011-311-92100, fone, e 0113237565, fax.

Protestamos, finalmente, nosso mais elevado respeito pela sempre atenta atuação dos membros desta digna Comissão que V. Ex^a preside com especial apuro e determinação.

Atenciosamente, assina Manuel Ophélia? Cintra Neto, Presidente do Conselho de Administração."

Vou encaminhar isso à Assessoria Jurídica para fazer o exame e nos dar o parecer no tocante às observações da Bolsa Mercantil & Futuros.

O SR. JOÃO ALBERTO – Sr. Presidente, ele disse que não pode fornecer?

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Ele está pedindo...

O SR. JOÃO ALBERTO – Que não pode, desde que se tenha quebrado o sigilo e tenha uma ata.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Exatamente. É o que ele está pedindo, citando dispositivos legais.

O SR. JOÃO ALBERTO – Evidentemente não fizemos esse julgamento aqui.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Com a palavra, o Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Eu acho que, da forma como está vazado esse documento, e tendo em vista que se confirmados os indícios que temos até agora, no mínimo duas instituições bancárias operaram na Bolsa Mercantil & Futuros em valores vinte vezes superiores o que lhes seria facultado pelas normas de fiscalização da própria BM&F, proponho a esta Comissão que se convoque, dentro da linha que se estabelece, o Presidente da Bolsa. (Pausa.) Já está convocado? Então, está bem.

O SR. JOÃO ALBERTO – Eu acho que o que ele está pedindo é exatamente a quebra do sigilo para ele poder fornecer; para que a CPI possa quebrar o sigilo.

O SR. JADER BARBALHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO – Quero dizer do meu apoio às preocupações de V. Ex^a. Acho que esse ofício deve ser examinado para saber exatamente qual é a preocupação do dirigente da Bolsa. No meu entendimento, ele está a registrar que esses contratos estão sob sigilo bancário – a lei do sigilo.

No caso, ele indaga se a Comissão quebrou esse sigilo, e pede a ata. Então, concordo com V. Ex^a: esse ofício deve ser examinado cuidadosamente, e, na reunião de amanhã, acho que deveríamos, antes de ouvir o Dr. Cláudio Mauch, decidir a respeito desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Muito bem. Então, essa é a deliberação que vou tomar e passarei às mãos do Dr. Alexandre para o devido estudo e parecer.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Ainda na reunião pública? (Pausa) Com a palavra V. Ex^a, Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO – O Dr. Armínio Fraga, no seu depoimento, declarou perante esta Comissão, que o Banco Central tinha aberto várias frentes de investigação a respeito das denúncias sobre essas operações. Mas, no dossiê que encaminhou à Comissão, não há nenhuma referência a essas investigações. E foi aprovado pela Comissão um requerimento solicitando o envio à CPI de todos os documentos, ainda que inconclusos, referentes às averiguações, às investigações que o Banco Central estava processando. Indago de V. Ex^a se esses documentos já foram enviados, e se não o foram, que se reitere a urgência do envio, porque consideramos fundamental a apreciação desses documentos.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – A nossa assessoria vai examinar, porque os ofícios já foram expedidos para o Banco Central.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Mas não chegou nenhuma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Não, ainda não chegou a resposta.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Acho que já poderia, de quinta-feira para hoje, ele já poderia... O meu requerimento é que se reitere o pedido com urgência desse depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Trataremos, na reunião seguinte, desse assunto.

Então, esgotada a nossa pauta para a reunião pública...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Ainda queria informar que, na sexta-feira passada, fui procurado pela direção do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, que me transmitiram seus direto-

res – o Presidente é o Dr. Paulo Roberto de Castro, o Sr. Valdemir Bargere e o Antônio Miguel Pereira Júnior – me informaram que querem transmitir oficialmente à CPI a sua preocupação com a questão da ética de todos os servidores do Banco Central do Brasil, em função das denúncias que, segundo eles, foram feitas a alguém do Banco Central e do fato de que todos eles são servidores de carreira do Banco Central e de que não foi nominada a pessoa que porventura estaria vendendo informações.

Em primeiro lugar, os dirigentes do Sinal, em nome dos funcionários do Banco Central, colocam-se à disposição desta CPI para colaborar no sentido, inclusive, de fazer sugestões sobre a regulamentação do art. 192 da Constituição, para propor que haja um código de ética estabelecido em lei para todos os servidores do Banco Central. Eles externam a sua preocupação quanto a qualquer menção a uma referência como essa, sendo que todos são funcionários de carreira, a não ser aqueles que são diretores de livre nomeação do Presidente, aceitos e aprovados pelo Senado. Eles externam sua preocupação com respeito à denúncia não nominal.

Dessa forma, eles querem colocar-se à disposição desta CPI para com ela colaborar, com o propósito de, sobretudo, aperfeiçoar o Sistema Financeiro e a própria instituição que realiza os trabalhos da autoridade monetária principal.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Senador Eduardo Suplicy, essa vontade manifestada por essa entidade dos funcionários do Banco Central só pode ser muito bem recebida pela Comissão. No entanto, eu pediria – já que V. Ex^a teve esse entendimento junto a eles – que eles a formalizassem, até mesmo discutindo mais sobre o assunto. Com isso, eles poderão colaborar conosco. Um dos nossos objetivos – talvez o mais importante desta Comissão – é evitar que fatos como os que estamos investigando venham a se repetir no futuro. Eles poderão dar uma contribuição bastante efetiva, já que são funcionários de carreira do Banco.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eles o farão, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Assim, esgotamos a nossa pauta.

Encerro esta reunião pública. Continuaremos aqui em reunião reservada, da qual participarão todos os assessores do Senado, os Procuradores, o Delegado da Polícia Federal e os assessores do Banco Central.

Peço que, dessa maneira, seja providenciado o isolamento do recinto.

Suspendo a reunião por cinco minutos, para que sejam tomadas essas providências.

(Levanta-se a reunião às 19h42min.)

Ata das 3as. Reuniões e 1ª conjunta das Comissões de Serviços de Infra-estrutura e Fiscalização e Controle (extraordinárias), realizada em 06 de abril de 1999, às 18 horas.

Às dezoito horas do dia seis de abril de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões nº 02 da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora Senadora **Emília Fernandes** e do Senhor Senador **Romero Jucá**, eventualmente, presentes os Senhores Senadores Luis Pontes, José Agripino, José Eduardo Dutra, Arlindo Porto, Geraldo Cândido, Eduardo Suplicy, Paulo Souto, Jefferson Peres, Roberto Requião, Ademir Andrade, Sebastião Rocha, Geraldo Althoff, Moreira Mendes, Pedro Piva, Romeu Tuma, Heloísa Helena e Ernandes Amorim, reúnem-se extraordinariamente, as Comissões Permanentes de Serviços de Infra-Estrutura e de Fiscalização e Controle. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Alberto Silva, Gérson Camata, Marluce Pinto, Mauro Miranda, José Jorge, Juvêncio da Fonseca, Mozarildo Cavalcante, José Roberto Arruda, Teotônio Vilela Filho, Roberto Freire, Djalma Falcão, João Alberto, Ney Suassuna, Wellington Roberto, Hugo Napoleão e Carlos Wilson. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação do item nº 01: Requerimentos nºs 01 e 04 – CI e nº 01 – CFC, de 1999. Assunto: Audiência Pública para obter esclarecimentos sobre a recente interrupção no suprimento de energia ocorrida no país (11/03/99). Autores dos Requerimentos: Senadora **Emília Fernandes**, Senadores Eduardo Suplicy e Romero Jucá, respectivamente. Autoridades e Convidados presentes que prestaram informações e esclarecimentos sobre o assunto em foco: Dr. Rodolpho Tourinho Neto, Ministro das Minas e Energia; Dr. Firmino Ferreira Sampaio Neto, Presidente da Eletrobrás; Dr. José Mário Abdo, Diretor-Presidente da ANEEL; Dr. Mário M. Santos, Presidente do Operador Nacional de Sistemas Elétrico – ONS.; Dr. Joaquim Francisco de Carvalho, Consultor para assuntos de energia e o Dr. Luiz Pinguelli Rosa, Assessor Técnico da Diretoria do ILUMINA, que na ocasião prestaram informações e fizeram amplas exposições sobre a recente interrupção no suprimento de energia ocorrido no país no dia 11 de março de 1999. Na fase de interpeleções às autori-

dades e convidados presentes, teceram considerações a respeito do assunto abordado os Senhores Senadores José Eduardo Dutra, Ernandes Amorim, Roberto Requião, José Agripino, Paulo Souto, Ademir Andrade, Sebastião Rocha, Heloísa Helena, Moreira Mendes e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente eventual, Senador Romero Jucá agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às vinte e três horas, lavrando nós, Celso Antony Parente e José Francisco B. de Carvalho, Secretários das Comissões, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente e pelo Senhor Presidente eventual e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas.

Senadora Emilia Fernandes Senador Romero Jucá

Presidente Presidente, eventual.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Havendo número regimental, declaramos aberta esta reunião.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovada a ata.

Esclareço aos Srs. Senadores que esta reunião está-se realizando de forma conjunta entre a Comissão de Infra-estrutura e a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal.

A pauta é a audiência pública com autoridades e convidados para debate e esclarecimento a respeito da recente interrupção no suprimento de energia ocorrida no País, bem como sobre o processo de cisão da Chesf e da Eletronorte e também informações acerca da política governamental na área de energia, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste, e assuntos correlatos.

Estamos contando com a presença, que desde já agradecemos, do nosso Ministro de Estado de Minas e Energia, Dr. Rodolpho Tourinho Neto, assim como do Dr. Firmino Ferreira Sampaio Neto, Presidente da Eletrobrás; do Dr. José Antônio Muniz Lopes, Presidente da Eletronorte; do Dr. Mozart de Siqueira Campos Araújo, Presidente da Chesf; do Dr. Mário Santos, Presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico, ONS; do Dr. José Mário Abdul, Diretor-Presidente da Aneel, do Dr. Joaquim Francisco de Carvalho, Consultor de Assuntos de Energia; e do Dr. Luiz Pinguelli Rosa, Professor Universitário do Rio de Janeiro, que representa o Assessor Técnico da Diretoria de Iluminação.

Os senhores têm, sobre suas mesas, um clipe contendo notícias divulgadas pela imprensa, relativas aos assuntos que integram o rol de matérias pertinentes à Comissão de Infra-estrutura. Essa iniciativa está sendo desenvolvida em conjunto com a Biblioteca do Senado Federal e tem por objetivo subsidiar, com informações específicas, os debates em torno dos temas em pauta na Comissão nesta nova legislatura.

Haverá uma sistemática. No máximo, duas vezes por mês, portanto quinzenalmente, cada Senador da Comissão de Infra-estrutura receberá esse documento com notícias não apenas da imprensa nacional, mas também da internacional, como forma de contribuir para o debate, o encaminhamento e a discussão de questões nesta Comissão.

Queremos dizer que à Mesa também se encontra conosco o Senador Romero Jucá, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa. Juntamente, as duas Comissões aprovaram a realização desta audiência.

Entendemos que cada vez mais se faz necessário que as Comissões Permanentes do Senado não apenas aguardem a deliberação de matérias e a votação de projetos que por aqui tramitam. Nesta Comissão de Infra-estrutura, todas as matérias relacionadas a transporte, mar, terra e ar, minas e energia, recursos hídricos e comunicação são temas que nos dizem respeito. Então, estamos estabelecendo um processo de fórum permanente onde serão discutidas, debatidas, com o Governo, a sociedade, as assembleias legislativas e os Governos dos Estados do Brasil, a política e a repercussão que a sociedade está tendo com relação às questões que estão sendo definidas: privatizações e problemas emergenciais nesses setores estratégicos que já relatamos. Sabemos que é preciso dimensionar com muita clareza a situação atual de energia do País, especialmente do ponto de vista estratégico, como outras questões.

Coloco, ainda, que mais dois requerimentos foram aprovados na nossa Comissão: um, através do qual se ouvirá o Ministro das Comunicações sobre um ano das privatizações realizadas no País e, logo após, estaremos recebendo o Ministro dos Transportes, em audiência, para discutirmos a questão do Imposto Verde. Em seguida, estaremos tratando também sobre petróleo e, desde já, pedimos a todos os órgãos governamentais e não-governamentais que sempre que receberem um apelo desta Comissão venham até aqui, porque queremos, realmente, como representantes de todo o País, de todos os

partidos políticos, exercer nossa atribuição de acompanhar, fiscalizar, sugerir e principalmente responder à sociedade as suas angústias e preocupações. Estaremos permanentemente abertos à troca de idéias e a alternativas que visem a melhorar a vida de nosso País e, conseqüentemente, de nossa gente.

Passamos a palavra, para as considerações iniciais, ao Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, Senador Romero Jucá. Logo em seguida, começaremos a audiência propriamente dita. Gostaríamos de explicar antecipadamente que pretendemos conduzir a reunião da seguinte forma: cada palestrante, cada convidado terá inicialmente dez minutos para as exposições iniciais. Depois, por ordem de inscrição, os Parlamentares – o período de inscrições já está aberto junto à Mesa – colocarão suas questões e as dirigirão à Mesa, a todos os convidados ou especificamente a cada um. Elas serão respondidas; haverá replica, caso necessário.

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ – Srs. Senadores, Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia, Sr. Rodolpho Tourinho, Srs. dirigentes de empresas estatais, a Comissão de Fiscalização e Controle remeteu convite às autoridades aqui listadas para que, em audiência pública, fosse discutida a deficiência que gerou o "apagão" no sistema de fornecimento de energia no Sul/Sudeste. Posteriormente, será discutido o papel das agências reguladoras, nesse caso específico o papel da Aneel, no tocante ao funcionamento, à modernização do sistema e aos investimentos previstos. As convocações foram feitas na mesma época em que a Comissão de Infra-estrutura também o fez, como relatou a Presidente da Comissão, Senadora Emilia Fernandes. Portanto, em entendimento, as duas comissões concordaram em fazer essa audiência conjunta. Vamos proceder da forma acordada, ouvindo os palestrantes. Posteriormente, a palavra será dada aos Parlamentares, aos Senadores. Também estão à disposição dirigentes de empresas estatais, que, de acordo com o posicionamento do Ministro e o convite da Comissão de Fiscalização e Controle, poderão usar da palavra para prestar qualquer esclarecimento ou apresentar detalhe técnico. Foi aprovado para discussão, inclusive, o modelo de privatização do sistema elétrico que está em andamento.

Para não perdermos tempo, agradeço a presença de todos os convidados e passo a palavra ao Ministro das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, para sua exposição.

O SR. RODOLPHO TOURINHO - Exm^a Sr^a Senadora Emilia Fernandes, Presidente da Comissão dos Serviços de Infra-Estrutura; Exm^o Sr. Senador Romero Jucá, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle; demais Senadores presentes, pretendo fazer uma breve descrição do sistema elétrico brasileiro, seus problemas, suas vulnerabilidades, suas soluções.

O sistema elétrico brasileiro tem uma forte predominância de geração hidrelétrica, com cerca de 91% de toda sua capacidade. Dos 61.300 megawatts do parque gerador instalado, cerca de 56 mil correspondem a hidrelétricas, 4.600 a termelétricas e 657 à energia nuclear. Com essas características do parque gerador e levando em conta as dimensões continentais do País, nosso sistema elétrico se caracteriza também pela transmissão a longas distâncias. Assim é que a denominada rede básica dispõe de 65 mil km de linhas de transmissão de alta tensão, linhas de igual ou maior tensão que 230 KVs. Até o final do ano passado, tínhamos dois grandes sistemas interligados: o sistema Sul/Sudeste/Centro-Oeste e o Norte/Nordeste. Esses dois sistemas, que até o final do ano passado estavam separados, foram interligados através do linha Norte/Sul, que parte da subestação de Imperatriz, no Maranhão, e chega ao Distrito Federal com uma extensão de cerca de 1.300 quilômetros. Os Estados do Amazonas, do Amapá, de Rondônia, de Roraima e do Acre não se encontram ainda interligados ao restante do sistema, sendo, em sua maioria, supridos por geração local a óleo diesel e, em alguns casos, por centrais hidrelétricas de pequeno porte.

Deve-se, finalmente, destacar a importância da Usina de Itaipu para o suprimento ao sistema brasileiro com a capacidade instalada de 12.600 megawatts.

Principais Problemas Constatados no Sistema Elétrico Brasileiro.

A partir de 1995, o crescimento do consumo de energia elétrica tem se situado em patamares acima daqueles previstos, em virtude dos efeitos positivos do Plano Real. Para melhor se aquilatar a tal fato, pode-se observar que, no período de 1995/1998, a demanda de energia elétrica teve um crescimento de cerca de 5% para um crescimento médio, do PIB, de 2.1%. Aliás, esse comportamento, historicamente, verifica-se desde os anos 70, ou seja, um crescimento da demanda de energia elétrica maior do que a do crescimento do PIB.

O acentuado crescimento do consumo exigiu significativos requisitos de investimento nas áreas de geração, de transmissão e de distribuição. Para que se possa ter uma idéia das necessidades do setor, constatava-se que, a cada ano, seria necessário adicionar cerca de 3.600 megawatts de geração ao sistema para mantê-lo em condições de atender ao consumo. Como as empresas públicas não dispunham, como não dispõem atualmente, dos recursos para fazer face ao nível de expansão requerido, foi de fundamental importância a presença da iniciativa privada no setor elétrico. Assim, para incentivar a participação efetiva dos agentes privados, foram levadas a termo, nos últimos anos, algumas ações importantes. Primeiro, a edição da Lei nº 8.631, de 1993, que permitiu solucionar as inadimplências de diversas empresas, concessionárias estaduais ou empresas supridoras federais. Em segundo lugar, a reestruturação do modelo do setor elétrico, baseado em competição, onde as empresas de distribuição e os grandes distribuidores estariam livres para escolherem os fornecedores que lhes oferecessem energia em condições mais favoráveis, a exemplo do que estava sendo feito em outros países. O completo desenho desse modelo assegura o livre acesso à rede básica de transmissão que, portanto, deve ser neutra e regulada. Por outro lado, foi necessária a criação de três agentes balizadores do novo setor: a Aneel, que é a agência que trata das atividades de regulamentação e fiscalização; o ONS que é o operador nacional do sistema, responsável pela coordenação da operação dos sistemas interligados; e o MAE, Mercado Atacadista de Energia, responsável pelas transações comerciais de energia.

Em seguida, eu gostaria de levantar alguns dos principais fatores que levaram o sistema elétrico brasileiro a pontos de vulnerabilidade. Em primeiro lugar, não necessariamente em ordem de importância, falei da grande dependência dos regimes hidrológicos por escassez de geração termoelétrica complementar. Em segundo lugar, a necessidade de transferência de grandes blocos de energia através de interligações entre sistemas distantes. As interligações são muito importantes – já que poupam investimentos, de uma forma global –, mas acarretam necessidades de proteções sistêmicas em larga escala. Terceiro, a falta de usinas térmicas próximas ao centro de consumo para melhorar o atendimento emergencial e o equilíbrio do sistema. Usinas hidrelétricas minimizam os custos operativos e são fontes renováveis, mas envolvem, em geral, grandes distâncias dos centros de consumo. Isso significa que, nesse tipo de sistema, são necessários cuidados especiais com relação à confiabilidade operativa. É,

portanto, de fundamental importância ampliar a base térmica, pois, além de minimizar os riscos de déficit de energia, também atenuará em larga escala os problemas de confiabilidade, uma vez de que disporemos de usinas localizadas próximas aos grandes centros.

4 – A maioria de nossas usinas térmicas é pouco competitiva e sofrem restrições ambientais. Dessa maneira, estão sendo tomadas medidas no sentido de se promover uma alteração da nossa matriz energética, introduzindo uma base térmica mais significativa, e assim, agora, utilizando gás em maior escala.

A experiência internacional, com geração térmica a gás, mostra que tais usinas são competitivas, minimizam impactos ambientais e introduzem efetivamente mudanças tecnológicas.

Acontece que, por várias razões, a referida base térmica não foi ainda implantada como previsto.

5 – A alta dependência das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste de energia produzida em Itaipu, que representa cerca de 30% da produção total de energia dessas regiões.

6 – A insuficiência de investimentos em transmissão, ainda que essa tendência tenha-se invertido a partir de 1995.

Linhas de transmissão importantes, como, por exemplo, a terceira linha entre Foz do Iguaçu e Tijucão Preto, foram proteladas por quase uma década.

7 – Envelhecimento dos equipamentos da rede básica, sem que as empresas tivessem tido condições de obterem recursos para promover a substituição dos mesmos.

8 – Dificuldades para modernização e constante aprimoramento dos sistemas de proteção das empresas, dos esquemas para os controles de emergência e dos sistemas de supervisão e controle.

9 – Maturação de processos para obtenção de licenças ambientais que, em diversos casos, provocaram atrasos em obras de geração hidrelétrica, termelétrica, bem como linhas de transmissão.

10 – Falta de renovação dos quadros de pessoal na área pública, por dificuldade de novos concursos, aliada à insuficiência de recursos em montantes adequados para treinamento e capacitação com maior participação de universidades e centros de pesquisa.

11 – E por último: falta de financiamento adequado para as empresas do setor.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial, por exemplo, não vinham financiando as empresas do setor desde 1987.

É preciso ressaltar algumas ações governamentais feitas a partir de 1995, quando a energia garantida ofertada (naquele ano de 1995) era inferior à previsão de consumo.

A situação somente pôde ser contornada, àquela época, graças à ocorrência de um período hidrológico bastante favorável que permitiu o atendimento ao mercado sem restrições.

Os estudos realizados àquela época, no entanto, para o período 1995/1999, apontavam para um considerável risco de déficit de energia nos anos de 1998 e 1999. Posteriormente, com a não-concretização de obras previstas para esse período, constatou-se também, para o ano de 2000, um risco de déficit superior a 5%, tecnicamente aceitável.

Nesse período foram adotadas diversas ações governamentais que resultaram na inversão das tendências declinantes de investimento, simultaneamente a mudanças estruturais do setor.

De grande destaque nesse contexto foi a retomada de vinte e três obras até então paralisadas. Dessas vinte e três obras, onze foram concluídas, representando cerca de 5 mil megawatts; seis foram retomadas – e significarão aproximadamente cerca de mais 3 mil megawatts. E mais seis, do total das vinte e três, estão sendo viabilizadas, e permitirão um acréscimo de cerca de 2.300 megawatts.

Vale a pena destacar que as dezessete obras citadas como concluídas ou retomadas representam investimento aproximadamente de 7 bilhões de dólares, sendo que cerca de 70% desse valor correspondem a investimentos da iniciativa privada, demonstrando – de forma inequívoca – que haviam sido dadas condições para o ingresso daqueles agentes ao setor.

Outras ações importantes, do ponto de vista energético, foram os gasodutos Brasil-Bolívia; o de Urucu, no Amazonas; a complementação da Usina de Xingó, com cerca de 3 mil megawatts; a interligação norte-sul; e diversos investimentos em transmissão.

Problemas ocorridos no dia 11 de março de 1999.

Certamente dentre as consequências das dificuldades aqui relatadas, é possível supor que tenha havido uma redução gradativa dos níveis de segurança ideais e dos padrões de serviços de manutenção em equipamentos. Esse conjunto de fatores certamente teve influência no distúrbio ocorrido nesse dia, que culminou com a perda de cerca de 58% da carga total das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Nessa ocasião, os esquemas existentes de proteção de ilhamento e de alívio de carga, o Erac – Esquema Regional de Alívio de Carga não se mostraram eficazes para evitar a propagação do defeito

inicial. Se isso tivesse ocorrido, o efeito da perturbação, ainda que tenha sido uma perturbação de grande porte, possivelmente teria ficado restrito às regiões que circundam Bauru.

O processo de recomposição do sistema, mais lento que o normalmente previsto, foi bastante prejudicado, sobretudo nas áreas do Rio de Janeiro e de São Paulo, por problemas ocorridos em diversos equipamentos da rede básica. Houve também uma demora dos órgãos responsáveis pela supervisão e coordenação da operação na identificação da origem da ocorrência. Isso em parte pode ser atribuído à insuficiência de recursos nos centros de operação, tais como sistemas mais modernos de aquisição de dados, registros gráficos de perturbações e sistemas computacionais mais avançados.

Diversas ações e medidas estão sendo tomadas pelo Ministério de Minas e Energia para evitar novas situações de vulnerabilidade do sistema e, além disso, para permitir um desenvolvimento adequado do setor elétrico brasileiro. São ações de caráter operacional e estratégico, ações referentes a obras e novas instalações, destacando-se a viabilização de usinas termoeletricas em diversos centros de carga do País, a viabilização de novas usinas hidroelétricas e a viabilização de novas linhas de transmissão de alta tensão.

Por último, nessa primeira intervenção, gostaria de tocar em mais dois assuntos. Em primeiro lugar, chamaria de continuação do processo de privatização do sistema elétrico brasileiro. Pelo que foi dito aqui, ainda que resumidamente, pode-se verificar a importância da privatização na geração das empresas federais que estamos tratando hoje, da Chesf, da Eletronorte, de Furnas, além da Cesp, pertencente ao Estado de São Paulo.

Convém ressaltar que o Governo Federal, diante dos questionamentos apresentados pelos Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, acerca das condições das empresas a serem privatizadas, reavaliou seu cronograma e passa a discutir a partir deste momento a privatização da Chesf, preservando a utilização da água para fins de irrigação, produção de alimentos, agricultura e consumo humano.

As usinas de Itaparica e Sobradinho, bem como os respectivos reservatórios, não seriam privatizados, ficando sob o controle da Chesf. As demais usinas da empresa seriam então privatizadas, sem cláusulas de perpetuidade. Ao mesmo tempo, será preciso aprofundar as análises para a definição de uma função crescente de utilização de água para ou-

tros fins que não os de geração de energia e consequente decréscimo gradativo dos valores de potência disponíveis para a geração de energia elétrica.

Com relação ao sistema Eletronorte, serão levadas em consideração também as diversas ponderações dos Parlamentares da Região Norte, como, por exemplo, que os Sistemas Rondônia, Acre e Amapá venham a ser privatizados em conjunto com a Usina de Tucuruí. Além disso, a privatização dos sistemas de Manaus e Roraima deverá ser efetuada em consonância com o equacionamento do fornecimento de energia no caso de Manaus, por meio do gás de Urucu e no caso de Roraima, por meio da interligação com a Venezuela, que se completa respectivamente.

Pudemos assegurar que as soluções adequadas de todos esses problemas têm sido possível graças ao empenho pessoal do Presidente Fernando Henrique. Temos convicção de que, em breve, teremos um setor elétrico mais moderno, mais seguro e que deverá trazer maior satisfação aos consumidores.

Quanto à nota lançada hoje pela Abradee, Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica, emitimos um ofício à Aneel, Agência Nacional de Energia Elétrica, manifestando a posição do Governo referente à defesa dos consumidores. Diz a carta dirigida ao Diretor-Geral:

Em face dos termos do comunicado divulgado nesta data pela Abradee, Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica, considero as suas associadas desobrigadas de ressarcir os consumidores dos prejuízos advindos da interrupção dos fornecimentos de energia elétrica ocorrido no dia 11 de março, contrariando assim determinação da agência. Comunico a V. S^a que a posição do Governo Federal é firme na defesa dos direitos dos consumidores assegurados pela legislação em vigor.

A recomendação deste Ministério é no sentido de que a Aneel instaure imediatamente os procedimentos administrativos competentes, segundo as normas regulamentares e específicas para a aplicação das penalidades cabíveis às empresas concessionárias recalcitrantes, na forma da legislação e do contrato de concessão.

Sr^a Presidente, com isso, encerro a minha participação.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Registro a presença de Deputados, de assessores,

da imprensa e de representantes de sindicatos. Esta Comissão enviou correspondência aos Governadores de todos os Estados do Brasil, aos Presidentes das Assembléias Legislativas, às Secretarias de Minas e Energia e Recursos Hídricos. Esta audiência está sendo transmitida para todo o Brasil via TV Senado.

Concedo a palavra ao Presidente da Eletrobrás, Sr. Firmino Ferreira Sampaio Neto.

O SR. FIRMINO FERRERIA SAMPAIO NETO

– Exm^a Sr^a Emília Fernandes, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura; Exm^a Sr. Senador Romero Jucá, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal; Exm^a Sr. Ministro de Minas e Energia, Dr. Rodolpho Tourinho Neto; Dr. José Mário Abdo, Diretor-Geral da Aneel; Dr. Mário Santos, Presidente do ONS; Senadores, Deputados, convidados especiais, senhoras e senhores, a Eletrobrás, Centrais Elétricas Brasileiras SA, e suas controladas, Furnas, Eletronorte, Eletrosul e Chesf, foram incluídas no Programa Nacional de Desestatização pelo Decreto nº 1.481, de 03 de maio de 1995, substituído pelo Decreto nº 1.503, de 25 de maio de 1995.

Na mesma ocasião, o Conselho Nacional de Desestatização, tendo em vista as alterações institucionais no setor elétrico, decidiu pela criação de uma Comissão Interministerial para a Desestatização do Sistema Eletrobrás, para elaborar termo de referência, visando à contratação de estudos sobre a modelagem de desestatização.

Os trabalhos da referida Comissão Interministerial foram concluídos em agosto de 1995, e o processo licitatório de seleção de consultoria internacional especializada para dar apoio ao desenvolvimento do referido modelo institucional executou na contratação do consórcio Coopers & Lybrand, em julho de 1996.

Após ampla interação entre os técnicos do setor elétrico e os consultores especializados contratados para esse fim, os trabalhos foram concluídos em 1998, e a proposta consensual resultante foi aprovada pelo Congresso Nacional por intermédio da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998. A mesma legislação aprovou a modelagem básica para a privatização e estabeleceu a forma de reestruturação das concessionárias regionais Eletrobrás por intermédio de um processo de cisão dessas empresas. Alguns ajustes já vinham sendo implementados no sistema Eletrobrás. As concessionárias de distribuição Escelsa e Light foram vendidas, restando apenas o serviço de

distribuição no sistema de Manaus e Boa Vista como parte da Eletronorte.

As usinas nucleares de Fumas foram transferidas para a Nuclém, que se tornou Eletronuclear – Eletrobrás Geração Nuclear, removendo a restrição à privatização de Fumas devido ao dispositivo constitucional que estabelece que as instalações nucleares devem pertencer ao Governo Federal.

A nova configuração proposta estabelece as seguintes divisões: Furnas, duas empresas geradoras e uma transmissora; Chesf, conforme o Ministro falou, uma empresa com o CGC antigo, com a propriedade das usinas de Itaparica e Sobradinho, duas empresas resultantes da cisão das demais e uma empresa de transmissão; Eletronorte, duas empresas integradas, geração, transmissão e distribuição, uma empresa geradora com ativos de transmissão não-interligados e uma empresa de transmissão.

No caso das grandes geradoras do sistema interligado que serão privatizadas, a modelagem de venda estabelecida prevê o processo de cisões sucessivas, de forma a viabilizar o máximo aporte de recursos para a União. Inicialmente, serão feitas cisões das empresas controladas da Eletrobrás, criando as novas empresas com a configuração desejada e definida em lei. Essas novas empresas serão controladas de forma idêntica à original. Em seguida, é feita uma cisão, com conversão parcial de ativos da própria Eletrobrás, criando um **holding** que controla apenas uma nova empresa que se deseja privatizar. Ao final, esse **holding** toma a figura de uma empresa única, em que 70% do capital ficam com a União e os 30% restantes com os sócios privados, os quais hoje já são detentores dessas ações no Grupo Eletrobrás.

Por meio desse mecanismo, ao se processar a privatização da geradora, os recursos obtidos com a venda do controle acionário ingressam diretamente no Tesouro Nacional. Adicionalmente, estar-se-á assegurando o futuro desenvolvimento da oferta de energia elétrica por meio da consignação nos editais de privatização da obrigação de os novos controladores expandirem a capacidade instalada das empresas privatizadas em 25%, nos cinco anos seguintes. Dessa forma, estar-se-á garantindo o atendimento aos consumidores de energia elétrica em condições de qualidade adequadas e com tarifas módicas.

Após o processo de cisão, ficarão imediatamente disponíveis para privatização cerca de 8.845 MW, instalados e em operação, das empresas geradoras resultantes de Fumas, bem como compromissos relativos à implantação de empreendimentos, totalizando 1.390 MW. A nova empresa Furnas I ficará

com 5.725 MW de potência instalada; a outra, Furnas II, terá 4.510 MW, incluindo a transferência de ativos e compromissos da Eletronorte no Estado do Mato Grosso, além do contrato de compra de energia da Argentina no montante de 700 MW. A empresa de transmissão permanecerá como controlada da Eletrobrás, podendo ser efetivada sua privatização no futuro, após a conclusão do processo de privatização das empresas geradoras.

A Chesf atual, segundo proposta do Ministério de Minas e Energia, aprovada pelo CND, permanecerá como uma geradora com 2.500 MW de potência instalada, proprietária das usinas hidrelétricas de Sobradinho e Itaparica e empresa controlada da Eletrobrás, devendo ser feito o equacionamento das questões vinculadas ao término do assentamento das populações deslocadas por esse último empreendimento e a pendência judicial relativa ao contrato com a empresa de construção. Essa presença estatal na geração representa, ainda, o controle das afluentes do São Francisco, viabilizando a retirada de água pelos Estados para abastecimento e irrigação. Esta parcela pode continuar a ser disponibilizada para a geração de energia elétrica, enquanto não vier a ser utilizada para outros usos, até que seja definida a política de águas do País, preconizada na Lei de Recursos Hídricos. As empresas geradoras resultantes – Chesf, Chesf I, com 3565 megawatts instalados em operação e Chesf II com 4435 megawatts nas mesmas condições – estarão imediatamente disponíveis para a privatização.

O valor da energia assegurada, atribuída às usinas hidrelétricas do Rio São Francisco, será decrescente ao longo do tempo, em virtude do processo de redução gradativa da disponibilidade de água, devido à captação para outros usos, especialmente irrigação. Essa redução, segundo o Código de Águas de 1934, poderia atingir cerca de 30% do volume de água assegurado para a geração de energia elétrica, sendo que a atual concessão para UHE Sobradinho está vigente até o ano de 2022. Dessa forma, pode-se atribuir um percentual decrescente de 1,5% ao ano, durante os próximos 20 anos, de retirada de água do Rio São Francisco e conseqüente redução da geração de energia elétrica.

A rede de transmissão Chesf será vertida em uma nova empresa destinada a uma privatização no futuro, assim que as condições forem satisfatórias, mas permanecendo como controlada da Eletrobrás até a conclusão de todo o processo de privatização das geradoras.

No caso da Eletronorte, a característica especial da sua área de atuação, compreendendo o atendimento em sistemas não interligados com cursos de geração mais elevados e mercados mais rarefeitos com menor potencialidade de retorno no caso de privatização, foi encaminhada a proposta de nova modelagem para a privatização, preservando as características de integração vertical como forma de aumentar a potencialidade de geração de receita em cada uma dessas empresas.

No sentido de viabilização desse novo modelo, já estão em curso ações para equacionamento do desenvolvimento desses sistemas não interligados, permitindo o atendimento aos consumidores de energia em condições de qualidade adequada e tarifas módicas, não dependendo de subsídios como ocorre atualmente.

Dentre essas iniciativas, está a inserção do gás natural na matriz energética dos Estados do Amazonas, Rondônia e Acre. O gás natural será ofertado ao preço de aproximadamente R\$2,44 por milhão de btus, que é o preço de comercialização de gás nacional em várias partes do País, incluindo aí o transporte, tanto em Manaus como em Porto Velho, permitindo a geração de energia elétrica a preços competitivos e assegurando o cumprimento da premissa básica de desenvolvimento sem subsídios do resto do País.

A linha de transmissão, que interliga Boa Vista ao complexo hidrelétrico de Guri, na Venezuela, estará concluída até o próximo mês de setembro, permitindo o atendimento integral das necessidades de energia elétrica do Estado de Roraima, como uma fonte renovável de origem hidrelétrica.

No Amapá, além da expansão em curso da UHE Guaraci Nunes, será implantada uma nova hidrelétrica, atualmente em fase final de estudos para a sua seleção, que permitirá o pleno atendimento das necessidades de energia elétrica do Estado, em condições de economicidade e competitividade com os valores de outros sistemas do mesmo porte.

Dentro dessa modelagem, em Manaus, os ativos de geração da Eletronorte, 629 megawatts, serão privatizados juntamente com os de distribuição, criando maior atratividade econômica para essa privatização. A mesma situação ocorrerá em Boa Vista, Roraima, onde a potência instalada é 90 megawatts, mas sempre na expectativa da chegada da energia de Guri.

Os ativos de geração do sistema do Acre, Amapá e Rondônia, serão mantidos junto com a Uhe Tucuruí, de forma a permitir uma geração efetiva de receita no conjunto de empreendimentos. Com esse

processo, tomarão imediatamente disponíveis para a privatização cerca de 5574 megawatts, instalados em operação da Eletronorte, bem como os compromissos relativos à conclusão de Tucuruí II, 4125 megawatts, e ampliação da oferta de energia nos sistemas não interligados. Finalmente, será formada uma empresa de transmissão, com os atuais ativos que fazem parte da rede básica interligada, incluindo as instalações da Ute – São Luiz, fora de operação e funcionando como um síncrono.

Essa empresa permanecerá como controlada da Eletrobrás até a sua privatização, que se espera possa ocorrer após a privatização das geradoras.

Essas seriam as considerações sobre o processo de privatização das empresas do setor federal, não estando aqui relatados os assuntos referentes às empresas que foram federalizadas no curso dos nossos trabalhos. Essas empresas estão em fase de contratação de consultoria, mas são empresas de distribuição e representam um mercado sempre mais interessante do que na área de geração.

Muito obrigado

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Muito obrigada, Dr. Firmino Ferreira Sampaio Neto.

Passamos a palavra ao Dr. José Mário Abdo, Diretor-Presidente da Aneel.

O SR. JOSÉ MÁRIO ABDO – Exm^a Sr^a Senadora Emilia Fernandes, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, Exm^o Sr. Senador Romero Jucá, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, Exm^o Sr. Ministro das Minas e Energia, Dr. Rodolpho Tourinho Neto, Exm^o Presidente da Eletrobrás, prezado amigo Firmino Sampaio, Dr. Mário Santos, Presidente do NOS, senhores dirigentes do setor elétrico, senhores representantes dos consumidores, Srs. Senadores da República, Srs. Deputados, demais autoridades do setor elétrico, meus senhores e minhas senhoras, meus colegas de Diretoria e demais membros da Aneel aqui presentes, dentro do tema que nos foi colocado, gostaria de iniciar fazendo referência a um material que está sendo distribuído aos senhores.

Esse material tem uma numeração de páginas e, no intuito de ser breve e de concatenar-me com a fala iniciada pelo Sr. Ministro Rodolpho Tourinho, mencionaria que estamos no bojo de uma verdadeira revolução de mudanças estruturais no setor elétrico brasileiro. Essas mudanças só farão sentido, só trarão uma marca de importância, se reverterem, como é a nossa convicção, em benefício da sociedade brasileira. É mais até do que o consumidor; é o consumidor e a sociedade brasileira.

Nesse sentido, no bojo de um projeto de mudanças estruturais, com o desafio de um País que tem de crescer em termos de energia cerca de 3.000mW por ano o que equivale praticamente a três vezes a capacidade instalada de um país como a Bolívia por ano é extraordinário; contudo, o País e a sociedade têm sido capazes de enfrentá-lo.

Refiro-me a isso porque, dentre as principais realizações do ano de 1998, no primeiro ano de vida da Aneel, podemos dizer que o País cresceu, ainda que em um momento de transição. Não me refiro a promessas, mas a realizações. Foram criados 4.056mW, quer dizer, da ordem de quatro mil novos megawatts à disposição da sociedade brasileira. Esse é um fato histórico extraordinário. Não há paradigma, nos últimos dez anos, para esse crescimento no nosso País.

É importante salientar que houve uma mudança não só em número, mas em essência. Mudou estruturalmente, porque ocorreu praticamente, na sua grande maioria, com capital privado, com um novo papel. Um capital privado que não está livre para navegar. Há a presença nova de um ente regulador e fiscalizador chamado Aneel Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Aneel tem-se empenhado duramente para cumprir o seu papel, mas nem sempre é compreendida. Obviamente! Temos consciência disso. Contrariamos interesses e, em muitos momentos, interesses relevantes, mas, em momento algum, deixamos de, obstinadamente, perseguir a defesa do interesse público, os legítimos interesses da sociedade. Esses, sim, são arduamente perseguidos pela Aneel.

Nesse sentido, com relação aos dois temas básicos, a privatização e o processo de desligamento ocorrido no início de março, abordarei, quanto ao primeiro, aspectos importantes de natureza econômica que a Aneel, representando o Estado brasileiro, tem incluído nos novos contratos de concessão. Qualquer que seja o novo concessionário, público ou privado, prestará um serviço público essencial à sociedade, assinando com a Aneel um contrato de concessão. Fato inédito neste País. Havia as concessionárias, mas não os contratos nem os direitos e obrigações. Introduziram-se cláusulas econômicas relevantes, como aquelas referentes à qualidade do serviço e à obrigatoriedade de atender a todo o crescimento do mercado. Não se diz no contrato de concessão se é preciso um investimento de R\$10, R\$20, R\$100 ou R\$200 milhões de reais. É rigorosamente todo o necessário para atender ao mercado. Um verão forte, uma temperatura elevada, como

aconteceu no Rio de Janeiro, não tiram a responsabilidade do concessionário; pelo contrário. A Aneel, naquele instante, com firmeza e equilíbrio, determinou medidas importantes e, certamente, a vida, um ano depois, melhorou significativamente para o consumidor carioca. O verão atingiu praticamente o mesmo pico de mercado e de consumo do mesmo período do ano passado, com temperaturas um pouco mais amenas em alguns dias de mesma natureza, mas percebe-se uma melhoria na qualidade de serviço.

Refiro-me a cláusulas no contrato de concessão, privado ou não, no qual se inclui a dimensão importante da conservação de energia, da pesquisa e desenvolvimento. Há lá uma obrigação: 1% da receita anual. É uma obrigação que é fiscalizada pela Aneel. Trata-se de dinheiro representativo para a sociedade brasileira, porque 1% de uma receita anual de R\$22 bilhões/ano – que é o que representa o setor elétrico brasileiro – equivale a R\$220 milhões/ano em pesquisa e desenvolvimento, em conservação de energia e em combate ao desperdício.

Em outras palavras, privatiza-se, e não se perde, em hipótese alguma, o zelo pelo social, isto é, pelo interesse público.

No aspecto social, há outras dimensões relevantes, como o atendimento a Municípios não-supridos pelas concessionárias, a eletrificação rural para consumidores sem atratividade econômica, obrigação que cada vez se aperta mais em projetos que, em sintonia com o Ministério das Minas e Energia, buscam incentivar sempre mais as populações carentes. Não se deve esquecer inclusive da tarifa social, de baixa renda, que muitos pensavam que acabaria se houvesse a privatização. Ao contrário, em todos os casos ocorridos até então – e, podemos afiançar aos senhores, também em todos os outros, havendo ou não privatização – essa tarifa é intocável.

Quanto à proteção ao consumidor, abordarei alguns aspectos importantes. A Aneel, nesse seu primeiro ano, pela primeira vez no País, ativou os conselhos de consumidores, que, por lei, todo concessionário é obrigado a ter. Nesses conselhos, cada classe de consumidores – rurais, residenciais, comerciais e industriais – possui um representante. A Aneel promoveu ainda o primeiro encontro nacional de todos os conselhos de consumidores, que não são patrocinados por nenhuma entidade, proporcionando a vinda de todos a Brasília e dando-lhes a exata dimensão de seus direitos e obrigações, além de um amplo espaço de oportunidade de um trabalho conjunto em defesa do interesse do consu-

midor. Foram 66 conselhos de consumidores instalados em nosso País, cada um deles dispondo, para o seu funcionamento, do acompanhamento e do apoio da Aneel.

No que tange à proteção ao consumidor, faço referência ao **bug** do milênio, com o qual a Aneel, também antecipando-se de modo relevante, está tomando cuidado. Baixamos uma regulamentação, promovemos visitas de fiscalização de funcionários da empresa em cada uma das concessionárias brasileiras para nos antecipar a esse **bug**, a fim de que não tenhamos trauma na passagem do ano 2000, na virada do milênio. Precauções fundamentais estão sendo realizadas; e, até 30 de junho, deverão ser implantadas todas as providências necessárias para que o consumidor e o seu interesse sejam preservados e a qualidade do serviço não seja comprometida.

Quanto à fiscalização, a Aneel nasceu, dentro da reforma do aparelho do Estado, para regular e fiscalizar. E, de forma inédita, em seu primeiro ano de vida, em 1998, fiscalizou não apenas 10% das concessionárias de serviço público do país, mas 100%. Até então não era possível – o Estado fiscalizando o Estado? – fiscalizar mais do que 10% das concessionárias de serviço público do País. Foi uma meta ousada. E de mil formas diferentes. Fizemos licitação; contratamos empresas especializadas; demos treinamento dentro da Aneel; contratamos universidades em alguns casos; em outros, a equipe própria da Aneel fiscalizou. Assim, realizamos 100% das fiscalizações em defesa do interesse do consumidor.

Também é importante aquele rito sumário que foi determinado para indenização dos consumidores da **Light** no ano de 1998, no verão passado. Foi um extraordinário trabalho de parceria com universidades. Com a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Puc de São Paulo fiscalizamos, e a média mensal de indenização aos consumidores triplicou. Foi um número extraordinário, o que demonstra mais respeito ao consumidor. Isso não interessa só ao consumidor. Disso eu não tenho dúvida. Cada vez fica mais claro, não só para a Aneel, mas também para o concessionário prestador do serviço público: atender bem o seu cliente interessa também ao empresário, ao investidor. Cada vez mais se amplia esta consciência: o cliente deve ser bem tratado. A Aneel tem sido enfática ao recomendar ao concessionário que cuide bem do seu cliente, porque ele poderá deixar de ser seu consumidor. No novo ambiente de competição, ele pode migrar. Consumidores acima de 3 megawatts, que equivale ao consumo de uma pequena indústria, já nascem livres, já

podem ser clientes de qualquer outro consumidor. A rede de transmissão está aí, e o livre acesso a ela é garantido por lei. Está em marcha uma audiência pública para estabelecer nova modalidade da tarifa de transmissão destacando o seu papel estratégico de elemento de competição. Qualquer consumidor poder acessar outro gerador, outro ofertante. Com isso, o País ganha em competitividade.

Refiro-me, agora, aos aspectos importantes no que diz respeito, ainda, a sistemas isolados. A Aneel, em 1998, sem discriminar qualquer Estado – porque não discriminamos consumidor, muito pelo contrário, atendemos desde o Amapá até Rondônia, Acre, Pará -, em um ato só, estendeu o benefício da cota de consumo de combustíveis fósseis, a chamada CCC – em outras palavras, o subsídio ao diesel -, ao número expressivo de 193 Municípios da Amazônia Legal. Esses Municípios passaram a ter energia elétrica não durante 4 ou 6 horas por dia, mas durante 24 horas o ano todo. Isso beneficiou cerca de 270 mil habitantes dos sistemas isolados da Amazônia Legal.

No que diz respeito ao desligamento que atingiu consumidores das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste no dia 11 de março, gostaria de referir-me ao que foi feito, ao que está sendo feito e quais são os próximos passos das ações da Aneel. O desligamento ocorreu à noite – uma noite dura, difícil. O Ministro acompanhou as providências tomadas, **pari passu**, do escritório do ONS, em Brasília – onde, aliás, eu também estava presente. No dia seguinte, pela manhã, a Aneel enviou um ofício a cada um dos concessionários das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, determinando que a mantivessem informada, diariamente, das reclamações e queixas de consumidores. Passamos a ter um mapa diário. Até ontem, 19.600 reclamações foram encaminhadas a todos os concessionários do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A Aneel, a partir do dia 12 de março, sexta-feira, fez então esse acompanhamento dos ressarcimentos. No dia 16 de março, segunda-feira seguinte, determinou a ida de equipe técnica para fazer uma fiscalização, acompanhando de perto o que estava ocorrendo, após o desligamento, na subestação da CESP, em Bauru. De 16 a 19 de março, uma equipe própria da Aneel fez um importante trabalho de levantamento dos dados, que tem nos subsidiado nos passos que se seguem: solicitações de informações à ONS, à CESP, a Furnas, sobre as causas, os motivos, os tempos de desligamento. A Aneel quer saber, primeiro, o porquê da abrangência do desligamento, ou seja, por que foi daquele tamanho, e não

menor? Segundo, por que o tempo de restabelecimento do sistema, o tempo para religar, foi daquele tamanho, e não menor?

A Aneel tem obtido informações, aprofundado as suas averiguações e, no dia de hoje, determinou uma medida importante, dentro do devido processo legal, porque estamos sob a égide, sem dúvida alguma, de um novo tempo. Não é um tempo de arbitrariedade, é um tempo de equilíbrio. E não confundam, senhores agentes do setor elétrico, é tempo de equilíbrio, mas de firmeza. A Aneel baixou uma medida de aplicação de mais respeito ao consumidor, como foi há um ano no Rio de Janeiro, para que os consumidores do Sudeste, Sul e Centro-Oeste tivessem, não em 30 dias, como prevê a regulamentação, mas em tempo mais breve, em 15 dias, um rito sumário nas indenizações aos consumidores, e está fazendo o acompanhamento dessas indenizações.

A respeito disso, como o Sr. Ministro Rodolpho Tourinho mencionou, houve uma reação de parte da Associação Brasileira dos Distribuidores, entendendo que não deveria proceder a esse ressarcimento enquanto não tivesse a identificação da causa.

No dia de hoje – estou distribuindo também aos senhores –, estamos mandando para os principais órgãos de imprensa do País um comunicado oficial da Aneel, em que ela coloca determinações importantes, sem deixar dúvida: é obrigação, sim, em defesa do interesse do consumidor, que o distribuidor, o prestador do serviço público, indenize-o, quando a causa for a qualidade do serviço prestado. E que isso seja rapidamente averiguado, e imediatamente ressarcido o consumidor, independentemente da identificação da causa, embora sem prejuízo de uma ação de regresso, depois de identificada a causa, em que se repasse a responsabilidade por aquele ressarcimento. Contudo, o senhor consumidor não deve esperar.

A Aneel reafirma essa posição, que eu gostaria depois de mencionar em mais detalhes para os senhores. A Aneel, além desse comunicado a todos os concessionários dessas três Regiões do País afetadas pelo desligamento do dia 11 de março, ainda dirigiu a cada um deles um Termo de Notificação, que é um passo legal, regulamentar para a aplicação de penalidades; penalidades estas que a Aneel, apesar de não prejudicar, também não hesita, em momento algum, em aplicar, no cumprimento do seu dever no interesse do cidadão consumidor. Onde houver responsabilidades, estas serão apuradas. E, nesse sentido, a Aneel designou as diversas entidades distribuidoras – ONS, GCOI (Grupo Operador para Ope-

ração Interligada), Cesp, Furnas – e, ao apurar as providências, encaminhará a determinação das suas responsabilidades e das penalidades cabíveis.

Nesse sentido, então, é feito esse comunicado ao público, que dá ciência dos termos de notificação encaminhados a cada um dos concessionários, bem como dessa determinação clara da Aneel de que a indenização ao consumidor é para ser cumprida. E disso não cabe dúvida, pois tem o respaldo legal do Código de Defesa do Consumidor; o respaldo legal do contrato de concessão.

Enfim, a Aneel entende que cumpre o seu dever inarredável de fortalecer o mercado, de criar um ambiente de competição, em benefício da sociedade brasileira. Ela olha o interesse do agente concessionário, mas, em primeiro lugar, atenta ao interesse da sociedade. Vale a pena essa revolução. Temos forte crença nessa revolução estrutural do setor elétrico e não temos dúvida de que ela só frutificará – e já está frutificando –, na medida em que beneficia o consumidor brasileiro. Muito obrigado. Estou à disposição para os passos que se seguirem.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Agradecemos a V. S^a, Dr. José Mário. Pedimos que seja incluída na íntegra dos Anais destas Comissões o comunicado público divulgado pela Aneel, assinado pelo Diretor-Geral.

Concedo a palavra ao Dr. Mário dos Santos, Presidente do ONS.

Comunico que estão aqui presentes os Presidentes da Eletronorte e da Chesf, que, porém, abrem mão de participação neste primeiro momento e estão à disposição para algum questionamento mais específico.

Convido o Dr. Mário a ocupar a mesa para fazer sua exposição, a fim de tornar melhor a visualização dos presentes.

O SR. MÁRIO DOS SANTOS – Ilustríssima S^{ra} Senadora Emilia Fernandes, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura; Exm^o Sr. Senador Romero Jucá, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, a quem peço licença para saudar também os Srs. Senadores e Deputados aqui presentes; Exm^o Sr. Ministro Rodolpho Tourinho; Dr. Firmino Ferreira Sampaio Neto, Presidente da Eletronorte; Dr. José Mário Abdo, Diretor-Geral da Aneel; senhoras e senhores e demais autoridades; demais diretores da Aneel; Srs. Diretores das Centrais Elétricas; Srs. Consultores; demais convidados, colegas do setor elétrico e imprensa aqui presente, eu gostaria de falar sobre um acidente que aconte-

ceu no setor elétrico e de torná-lo, no tempo de que dispomos, inteligível.

Peço aos Srs. Presidentes que me permitam usar de recurso visual, que talvez traga uma visão pictórica mais fácil de se entender. O meu desafio é grande porque, com certeza absoluta, o grau de conhecimento de cada um dos senhores sobre outras matérias é tremendamente superior ao detalhamento técnico que vou expor. De certa forma, teremos a oportunidade de conhecer bem o setor elétrico brasileiro, cujos pontos positivos são muitos, e também as facilidades existentes, até pela sua complexidade e dimensão, na conjuntura em que vivemos.

O Sr. Ministro de Minas e Energia, com muita competência, fez uma relação de síntese magnífica, não só quanto às causas do blecaute, mas também quanto às medidas que estão em jogo. Depois do blecaute, temos tido a honra de ser convidados – convidados é uma forma suave de dizê-lo –, temos sido convocados para estar praticamente em permanência com toda a direção do NOS. Tivemos a honra de participar, com o Sr. Ministro, do aprofundamento do diagnóstico do setor e do conjunto de medidas que devem ser tomadas para buscar aumentar a confiabilidade do setor, sobretudo em cima dos ensinamentos que uma ocorrência como essa pode trazer. Com certeza, para quem é responsável pelo setor elétrico e o vive intensamente, como a maioria dos que hoje fazem o NOS, que são as mesmas pessoas que fizeram o GCOI e o setor público no passado. Tais pessoas, diante de uma ocorrência como essa, sentem-se não só absolutamente penalizadas, porque viram a sociedade sofrer, mas também na obrigação de tirar ensinamentos desse tipo de ocorrência.

Vou tentar mostrar aos senhores algo sobre o setor. Minha intenção é:

1 – Tentar deixar clara qual foi a causa, a origem;

2 – Saber por que a extensão. Um defeito em determinado ponto do sistema, teve a abrangência que esse curto-circuito provocou no sistema;

3 – Saber por que se demorou a informar a sociedade sobre a ocorrência. Já que, para ela, houve demora nisso. Não adianta dizer que para nós, técnicos, foi ou não demorado. Como a sociedade percebeu assim, passou a ser demorado, e nós temos de conviver com os desejos da sociedade. Por que demorou a informar a ocorrência?

4 – Saber por que se demorou a recompor o sistema. Entendemos, também, que o prazo não foi normal, como foi muito bem dito aqui.

5 – Que ensinamentos, conclusões, recomendações poderemos tirar desse problema?

Essa é a nossa intenção.

Não sabíamos da necessidade de trazer o documento hoje, pois não temos prática sobre o regime. Mas podemos deixar cópia da transparência e a versão final do relatório, cuja consolidação está sendo tomada no âmbito do GCOI, para ser entregue na quinta-feira à Aneel. Mas podemos deixar a versão final, apesar de necessitar dessa apreciação.

Peço desculpas aos Srs. Presidentes pela falta da documentação.

Passarei a apresentar o trabalho. Em primeiro lugar, vou contextualizar o setor elétrico brasileiro em termos de como ele tem uma profunda interdependência entre geração e transmissão. Dizemos que o sistema elétrico brasileiro trabalha sob a égide dos três "is": integração forte, interdependência forte e interligação forte entre geração e transmissão.

Estou preocupado, porque a primeira transparência não saiu, mas trabalharei com outra. Em primeiro lugar, tomando como exemplo São Paulo, podemos ver que o Estado, que tem praticamente 40% do mercado do Sudeste, depende basicamente de três grandes conjuntos de fatores: usinas próprias na Grande São Paulo que atendem 12% de seu mercado; vindo de Itaipu, pelo sistema de corrente contínua, 46% de suas necessidades; pelo sistema de 750 kW, 16% de suas necessidades, o resto vai para o Rio de Janeiro; e o restante, praticamente na bacia do rio Paraná, com 8% de embarcação, 10% nas demais bacias e apenas 1% nas usinas do rio Grande. Em síntese, o Estado de São Paulo, no seu centro de cargas, depende integralmente de fontes que precisam ser analisadas como um conjunto, quer por Itaipu – sua grande dependência, 62% –, quer pelas usinas do Paraná.

Se tomarmos o exemplo do Rio de Janeiro, notaremos que acontece a mesma coisa: 25% de sua geração é própria e 75% é importada.

Se voltarmos ao momento da ocorrência, mostraremos as áreas afetadas e o balanço de intercâmbios. No instante anterior à ocorrência, temos um pico de carga de 34.200 megawatts no sistema Sul-Sudeste-Centro-Oeste. Mostramos aqui as áreas afetadas. V. Ex^{as} podem notar que esta área, que abrange Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso e To-

cantins, é um sistema exportador de energia, que exportava 700 megawatts. Itaipu é nitidamente um grande produtor e exportador de energia e, na transparência anterior, mostrei a V. Ex^{as} que estava atendendo praticamente a 60% da necessidade de São Paulo. A área sul – Mato Grosso do Sul eletricamente faz parte dessa área – estava também tendo uma pequena importação de 950 megawatts, que também vinha da fonte Itaipu, que supre os dois grandes sistemas aqui.

Reparem São Paulo, senhores. Em São Paulo, eu tenho uma geração local de 8.600 mW, que são das usinas do Paraná, mais alguma contribuição da bacia do Grande, e a importação de São Paulo era de 5.300 mW, vindos pela Itaipu.

Já a área de Minas Gerais é praticamente neutra, está absolutamente equilibrada e tem entre geração e carga. Isso denota claramente que, quando houve o desligamento, explica-se claramente depois, por outros motivos, que as áreas que tinham geração própria rapidamente se restabeleceram, porque tinham pouca necessidade de importação; e as áreas como São Paulo e Rio, que tinham grande necessidade de importação, foram as que mais sofreram, as que tiveram mais cortes de carga e, depois, por forças que veremos, por problemas sérios de defeitos de equipamentos a que o Sr. Ministro já se referiu de forma sintética, houve grande demora para o restabelecimento.

Vamos, agora, para, exatamente – espero que o João coloque a transparência certa – o problema da transparência. O que aconteceu? Fizemos um foco em cima de parte do grande sistema interligado. V. Ex^{as} notem a complexidade do sistema. Não tem comparação em níveis mundiais. As distâncias entre essas usinas e centros de carga como São Paulo são da ordem de 700, 600 km; entre Foz e São Paulo é da ordem de 900 km. São extremamente complexos, sem singularidade no mundo inteiro. Não tem nada a ver com um sistema altamente reticulado, com centro de carga e geração térmica muito bem distribuída a cada 100, 200 km, como têm Inglaterra e França. Aqui, é outra realidade, não tem escala. Somos singulares nisso, para o bem; e, algumas vezes, a cada 15 anos, para acidentes de maior repercussão.

Todo o sistema do Paraná, este colar de usinas – Taquara do Sul, Jupia, Três Irmãos, Solteira, Vermelha, São Simão, etc. – tem, praticamente, quase 10.000 mW aqui. Temos o sistema de Itaipu, corrente contínua e corrente alternada, suprimindo com praticamente 10.200mW essa área toda; e ainda

toda a área do Rio de Janeiro pelos 500 kW, que saem de Taubaté para ir para Angra, Cachoeira Paulista e chega à área do Rio, onde, praticamente, atendemos 60%.

Temos Bauru. Foi assim que o sistema foi projetado há 25 anos, é assim que nos é dado para operar, é uma realidade. Temos subestações como Bauru, que congregam dez circuitos e escoam a geração dessa usina para complementar São Paulo e Rio. O arranjo de barra dessa subestação não permite muitas flexibilidades; logo, houve um curto-circuito aqui, provocado por uma descarga elétrica, segundo documentos formais fornecidos pelo dono da instalação. Se V. Ex^{as} precisarem para esclarecimentos, temos documentos que provam que o curto houve, irrefutável; efeito de um eletrocardiograma numa pessoa que tem infarto do miocárdio. A causa indicada pelo dono da instalação é que foi uma descarga e não tem nenhum outro elemento que possa dizer que não tenha sido.

Temos um curto-circuito, que provocou atuações remotas, porque não existe a proteção local, de cinco circuitos, que são os dois, Jupia, Bauru, mais esses dois, Bauru, área São Paulo, mais para Assis. Com isso – vou agora ser bem rápido –, provocou uma sucessão de aberturas com oscilações de tensões e subtensões e uma cascata de desligamentos de linhas e usinas. Ficaram ilhadas usinas do rio Paraná, do rio Grande, Foz de Iguaçu, Itaipu, isoladamente, e as usinas do Sul.

Foram abrindo mais linhas, e o problema agravou-se com essa abertura – é muito importante V. Ex^{as} terem idéia – entre essa linha da usina Três Irmãos com Ilha Solteira. Quando abriu essa linha aqui por subtensão e fazendo a atuação de distanciamento A, provocou ilhamento de todas essas usinas aqui: Três Irmãos, Jupia, praticamente saindo uma contribuição da ordem de 3.300 MW, que estavam sendo feitos nessa hora. Ilhou mais a linha do sistema de São Simão e Itumbiara, caindo essa linha por subtensão, e voltou a cair todas as demais linhas de 400 kV: essa, essa, essa aqui, mais três linhas. Houve uma sucessão, então, de, praticamente, um conjunto de linhas enormes que ilhavam usinas e grandes blocos de carga, que, por sua vez, onde era possível ser efetivo atuava, ou então as cargas saíam por subtensão, devido à grande oscilação. Quem assistiu percebeu o sistema oscilar durante quase 26 segundos, em que a tensão aumentava e saía.

Notem os senhores que, em Itumbiara, bem como em todas as usinas que estão na região de Minas, a tensão não saiu, porque houve uma atuação

rápida e, em trinta minutos, toda a área de Minas, Distrito Federal e Mato Grosso estava em ordem. A Serra da Mesa, o Norte e o Nordeste ficaram incólumes, não houve nada em todo o sistema. Os 20% da carga do Norte e Nordeste do sistema brasileiro não foram afetados.

Com essa abertura do sistema, abriu também, por oscilação, todo o sistema de 500kV da Eletrosul e C3E no Sul, que também perdeu essas linhas; mas, quando ela se isolou rapidamente para ganhar tempo, a área da Região Sul retornou, porque tinha geração própria. O Paraná, que possuía grande geração própria, rapidamente retornou quando se ilhou aqui.

Com esse afundamento de tensão provocado pelas assolações e pela sobrecarga nos circuitos de 750kV e corrente contínua, aconteceu o pior: já havíamos perdido todo esse conjunto de usinas, e perdemos simplesmente 10.000MW a mais; perdemos, então, os 750kV e, logo depois, por sobrecarga, mesmo ele tendo estado corretamente para corrente constante, os ciclos não suportaram mais e perdemos os quatro circuitos: os dois de corrente alternada, mais os dois de corrente contínua, de Foz de Iguaçu. Nenhum sistema do mundo resistiria a esse desequilíbrio entre carga e geração. O sistema, com a perda desses quatro circuitos oriundos de Foz, trazendo 10.000MW para São Paulo, fora o que já havíamos perdido aqui, ilhou-se, e teve então a **débâcle** na grande região de São Paulo e, sobretudo, no Rio de Janeiro. As outras também perderam muita carga, mas recuperaram rapidamente. Quem tinha maior autonomia, recuperou mais rápido; menor autonomia, mais lentamente.

Por que a demora? Está mostrado que a extensão do dano foi um curto-circuito numa barra, que evoluiu para uma contingência mútua de cinco linhas, tirando do sistema todas as usinas do Paraná e, logo depois, toda a usina de Itaipu; ou seja, perdeu-se praticamente 13.000MW de um sistema que estava com 34.000MW. Para esse tipo de contingência, fosse quem estivesse operando – uma empresa única, privada, estatal ou até mesmo gênios – não evitaria o que ocorreu.

Temos consciência da responsabilidade. Havia doze dias que assumira a coordenação da operação e, repito, temos consciência de que não houve nenhuma falha, nenhuma culpa. A responsabilidade é inata à função. Não houve culpa, aconteceria com qualquer cidadão que estivesse operando. Acredito que, se for perguntado aos técnicos aqui presentes pelo nível que representa, eles poderão coonestar

essa minha assertiva, que foi, inclusive, aprovada por unanimidade no próprio GCOI, na terça-feira passada.

Então, foi essa a causa e a extensão. Um raio, uma descarga ou uma sobretensão que provoque um curto nessa posição, no atual sistema como era entregue para ser operado, provocaria esse tipo de fenômeno.

Temos mais de 25 anos de experiência nesse assunto, alavancada pelo blecaute de 1984, que foi pior que esse, embora num mercado menor, porque também ocorreu em uma instalação, a da Cemig, e provocou também uma reação em cadeia. Houve ainda um outro blecaute no País, em 1985, na linha de Marimbondo, provocado por uma sobrecarga num transformador, num único transformador, e uma queimada em uma linha, provocou isso há catorze. Qual foi o ensinamento disso? Antigamente nessa época todas as manobras de recomposição eram feitas pelo centro de controle de operação, uma a uma. Cada operador tinha que falar faça isso, depois faça aquilo. Para se ter uma idéia, só uma empresa, a Paulista de Força e Luz, fez mil e trezentas manobras para recuperar seu sistema. Estamos em cima de um sistema que, para V. Ex^{as} terem uma idéia, para poderem analisar a causa, que foi julgada demorada pela sociedade – analisaram-se 120 mil informações, 120 mil eventos, com diferença de milissegundos, para ser avaliado. Por força da experiência de 1984/1985, mudamos todos os procedimentos operativos. Estou falando de 1984/1985 porque vivi também isso. Infelizmente não sou jovem, tenho 38 anos no setor elétrico e trabalhando em operação. Portanto, vivi isso, infelizmente. O que aconteceu? Decidimos que não faríamos mais recomposição centralizada para ganhar tempo. Decidimos, Senadora, descentralizar a operação. Agora, quando acontece um grande blecaute, é tudo pré-estudado, pré-definido; foi recém-aprovado inclusive agora, porque pegamos a norma que era do GCOI, apresentamos na ONS, foi aprovada, apresentamos na Aneel, foi aprovada, e temos os procedimentos, a filosofia, – a Aneel não aprovou o detalhamento, aprovou a filosofia – e ficamos com todos os procedimentos de rede descentralizados. Chama-se recomposição fluente. Fluente por quê? Porque começa por um setor até chegar a um outro. Cabe à ONS no processo iterativo e integrativo, na medida em que os operadores das instalações disserem: "Fizemos nossa parte, estamos prontos para ser integrados." É como se eu tivesse um arquipélago que vai agora sendo reintegrado pelo operador de sistema. Temos escrito, para São Paulo, quatro corredores de recomposição fluentes, que é feito diretamente pelos operadores das instalações. No Corredor n.º 1, que é de pequeno porte – São Paulo 440Kv, foi feita essa

operação com êxito, essa carga aqui do Pontal foi toda restabelecida rapidamente; no Corredor n.º 2 – Jupiara, Araraquara, Bauru –, tivemos problemas; os senhores vão ver; no Corredor n.º 3 – Ilha Solteira, Araraquara – tivemos problemas; no Corredor n.º 4 – Água Vermelha, Ribeirão Preto – também tivemos problemas, e, finalmente, na área de São Paulo e na área do Rio de Janeiro, um corredor de 500Kv, partindo de Marimone e Vermelho, que vai até aqui, também tivemos problemas. Vamos mostrar que quando começamos isso partimos imediatamente para os corredores alternativos, o que já é previsto em normas. Foi tudo estudado pelo pessoal de operação e há manuais, foram esses corredores alternativos de 345 mil volts, mais o próprio uso de Tijuco Preto que permitiu reenergização mais rápida. Vou rapidamente mostrar quais são esses problemas – o Ministro já citou os equipamentos. Tivemos problemas em Jupiá: as máquinas foram bloqueadas, quando houve a rejeição, houve perigo de inversão e as máquinas, para se protegerem, se bloquearam. Perdeu-se tempo, geralmente com proteções mecânicas, fechamento de comportas. Perdeu-se tempo para regulamentar Jupiá. Tivemos problemas em Araraquara com um disjuntor, houve um problema, danificação forte de um equipamento, disjuntor de energização chamado resistência de precessão, ou um detalhe técnico, mas houve problema, impedimento desse disjuntor. Tivemos problema de bloqueio de geradores também em Jupiá e bloqueio de geradores em Água Vermelha. Todos esses problemas de equipamentos fizeram com que se partisse para soluções alternativas, que foi 345 Kv. Em Maribondo tivemos problema no serviço auxiliar, com falha de disjuntor de alimentação de serviço auxiliar de Maribondo, de Furnas, e na recomposição do Rio de Janeiro ainda tivemos, já feita pelo 345, um problema no equipamento de Furnas no transformador em Jacarepaguá?. Houve uma série de acidentes com equipamentos. Eu sou a Varig; eu sou a Transbrasil, como ONS. Eu integro o sistema. Na hora em que o avião não pode partir não cabe à ONS fazer milagre e poder fazer o equipamento partir. Partimos então para rotas alternativas. Foi o que fizemos. Com essas rotas alternativas utilizamos então 500Kv e tivemos o início da normalização, já oito minutos depois da ocorrência, ficamos com esse quadro, que é muito importante os senhores verem aqui, pois vou pular um pouco para ganhar tempo.

Apenas 9,4% do mercado de São Paulo foram atendidos. Por isso, São Paulo foi brutalmente atendido. No Rio de Janeiro, 7,7% do mercado foram atendidos; também foi brutalmente atendido. Já em Minas Gerais, em Goiás e no Distrito Federal, os valores obtidos foram bem mais razoáveis. Meia hora depois, Minas Gerais, Goiás, o Distrito Federal e o

Mato Grosso praticamente estavam atendidos. O Sul estava totalmente atendido.

As consequências para a sociedade seriam bem menores se não tivessem ocorrido os problemas de equipamentos na recomposição da energia de São Paulo e do Rio de Janeiro. Mas, mesmo assim, meia hora depois, já se obtinham 27% e 28%. Duas horas e trinta minutos depois, ainda havia valores muito baixos em São Paulo e no Rio de Janeiro, porque houve a retomada de carga e, depois, a caída. Já se estava praticamente com 35% nos dois centros, enquanto que o resto do País estava normalizado. Finalmente, quatro horas e meia depois, todo o sistema já estava concluído.

Vou-lhes mostrar a extensão e a complexidade obtidas. Permito-me dizer que estou totalmente à disposição, com elementos e documentos auxiliares, para lhes mostrar o custo alcançado e as fotografias enviadas pela Chesf, se os senhores desejarem essa comprovação.

As conclusões praticamente estão mais detalhadas no próprio resumo que será distribuído. Vou citar algumas delas. A origem da ocorrência foi um curto-circuito no barramento de 400 KV da Subestação de (.....?), ocasionada por descarga atmosférica. O isolamento do curto-circuito se deu através da abertura dos cinco circuitos de 400 KV da transformação, conectada à Subestação de Bauru, conforme já explicamos. Houve dificuldade para se identificar a origem do problema dada a inexistência de evidências e a necessidade de análise dos oscilogramas das subestações de 400 KV elaborados pela Chesf, a qual foi concluída somente no final da manhã. O Sr. Ministro, inclusive, por diversas vezes, insistiu nesse ponto, mas ficamos impossibilitados de ajudá-lo como deveríamos. S. Exª queria uma explicação o mais rápido possível.

Como geralmente as saídas dos circuitos de Itaipu provocam grandes balanceamentos, uma das grandes causas – como alguns companheiros da empresa tinham divulgado – foi a de que tinham sido alocados os linhões de Itaipu, quando, somente às 13 horas, a Chesf informou que realmente comprovou, por oscilograma, por exame de campo, o curto-circuito na barra. Lamentamos não termos sido capazes de, nessa hora, agir mais rapidamente, dada a complexidade enorme da ocorrência e a não existência de dados disponíveis, já que hoje os centros não dispõem desse sistema, como o Sr. Ministro já falou.

Não se registrou qualquer falha na operação no transcorrer do desligamento e do restabelecimen-

to do sistema. Houve o adequado desempenho do pessoal de operação. A demora do restabelecimento de energia em São Paulo e no Rio de Janeiro se deve a falhas e indisponibilidade dos equipamentos imprescindíveis ao processo de normalização.

Visando aumentar a margem de segurança operacional do sistema, faz-se necessário identificar as instalações vitais no seu desempenho e aprimorá-las, porque basta um elo fraco numa corrente forte, num sistema interligado e interdependente como o nosso, para se correr um risco. Na medida em que há uma rede básica, todos, para entrarem no clube da rede básica, devem ter o mínimo de compromissos técnicos e devem manter um padrão mínimo.

É importante que se reavaliem dispositivos que reduzam o risco de colapsos para a contingências múltiplas, o que já foi determinado pelo Sr. Ministro e está sendo detalhado num plano por ele coordenado.

Há necessidade de se definir novas rotas alternativas para a normalização do sistema. Finalmente, há necessidade – e isso não foi bom – de se estabelecer sistemática de comunicação com toda a sociedade, desde os agentes da sociedade em geral até a mídia, em ocorrências desse porte, visando garantir agilidade e homogeneidade das informações a todos os agentes da sociedade.

Recomendações detalhadas estão sendo preparadas em conjunto com a Eletrobrás e com a Aneel, sob a orientação do Sr. Ministro. O GCOI e o ONS estão fazendo o refinamento para entregar até o final de semana junto com as demais que já foram levadas ao Ministro. Peço licença ao Senado para entregar na quinta-feira.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Muito obrigado, Dr. Mário. Passo a palavra ao Dr. Joaquim Francisco de Carvalho, Consultor para assuntos de energia. Pedimos que S. Ex^a utilize o microfone da Mesa. Há falta de espaço e não estão todos presentes; dessa forma, fica melhor para que o Plenário possa visualizá-lo e ouvi-lo.

O SR. JOAQUIM FRANCISCO DE CARVALHO – Exm^a Sr^a Senadora Emília Fernandes, Sr. Senador Romero Jucá, Sr. Ministro e demais autoridades, Srs. Senadores, em primeiro lugar, preparei um trabalho detalhado com muitas informações técnicas, que obviamente não vou ler, mas deixei com a Assessoria da Senadora Emília Fernandes e, ao que parece, ao final, será copiado e distribuído aos interessados. Preparei também um apanhado de alguns pontos do trabalho que me permitiu ler:

Em primeiro lugar, o corte de fornecimento de eletricidade no dia 11 de março não foi um fenômeno isolado. Para melhor compreendê-lo seria importante examiná-lo no contexto mais amplo do processo de formação da construção do sistema elétrico brasileiro de um lado e da política de privatizações de outro.

Até a década de 1950/60, o sistema elétrico brasileiro foi controlado por fortes grupos estrangeiros e por uns poucos empresários nacionais praticamente sem interferência do Estado. De 1930 a 1950, a capacidade do sistema elétrico brasileiro cresceu de 779 megawatts – praticamente uma turbina de Itaipu – para 1882 megawatts. Em vinte anos, os grupos estrangeiros que controlavam o setor instalaram apenas 1103 megawatts, ou seja, menos que duas turbinas de Itaipu.

Em contraste a isso, o Estado instalou, de 1960 até 1997, quando o sistema já estava totalmente sob seu controle, em trinta e cinco anos, cerca de 55.732 megawatts. Por outras palavras, o Estado ou a sociedade brasileira investiu por ano, em média, cerca de vinte e sete vezes mais que os poderosos grupos estrangeiros.

O Brasil é favorecido por condições naturais que lhe permitem extrair de fontes primárias renováveis e não poluidoras cerca de 62% da energia que consome. Nenhum outro país de dimensão econômica como a do Brasil goza de vantagem tão significativa. Tal vantagem é ainda mais pronunciada no setor elétrico, pois a água que corre em nossos rios gera cerca de 96% da eletricidade que consumimos.

Sistemas hidrelétricos como o brasileiro não devem ser desmembrados e privatizados porque empresas desarticuladas não definem responsabilidades pela qualidade e confiabilidade do serviço e encontram grandes obstáculos para investir equilibradamente nos programas de preservação ambiental. Essa afirmação, colocada dessa maneira, está fundamentada no texto completo que vai ser distribuído a quem se interessar.

Além disso, empresas articuladas não conseguem compatibilizar a operação elétrica com o aproveitamento otimizado das bacias fluviais, comprometendo o uso dos rios para o abastecimento de água para a irrigação e para a navegação interior. É por isso que os sistemas hidrelétricos são estatais em qualquer país soberano. Até nos Estados Unidos, onde o sistema termoeletrico é preponderante, é todo privado. Já o sistema hidrelétrico é estatal, seja a nível municipal, estadual ou federal, e é representado, principalmente, pela **Tennessee Valley Aut-**

hority, que foi uma entidade criada pelo Presidente Roosevelt, no programa do **New Deal**, que até hoje é estatal e tem finalidades múltiplas.

O uso do recurso hidráulico não é só para geração de energia elétrica. O aproveitamento hidráulico se destina ao abastecimento de água, ao controle dos regimes nas bacias hidrográficas etc., principalmente o abastecimento de água potável. É algo que tem que ser controlado pelo Estado.

É, pois, inexplicável que o atual Governo brasileiro tenha decidido entregar o sistema hidrelétrico à exploração privada sem perceber que, para a sociedade, sua importância transcende, de longe, a cobiça de grupos influentes junto ao FMI e dos aproveitadores do poder, quase sempre associados aos notórios arrecadadores de fundos para as campanhas políticas dos atuais mandatários. Não foram grupos privados, mas sim o Estado que investiu na construção de nosso sistema elétrico.

Embora o Governo alegue que as privatizações são necessárias para abater a dívida pública, o fato é que as privatizações até agora realizadas não contribuíram em nada para isso. Com efeito, durante o atual Governo, a dívida interna saltou de R\$60 bilhões para R\$340 bilhões e a dívida externa saltou de US\$120 bilhões para US\$250 bilhões. Na verdade, o que o Governo já arrecadou e ainda pretende arrecadar com as privatizações mal dará para cobrir, por alguns meses, os juros dessa dívida. E depois?

Por outro lado, os compradores entram com muito pouco capital privado, ao contrário do que foi afirmado aqui por um dos outros expositores. Eles são favorecidos com fundos públicos do BNDES, que, de justiça, deveriam ir para os programas de educação, saneamento, saúde pública, habitação popular, crédito agrícola e outros, para os quais o Governo alega não ter recursos.

Só em 1998, o BNDES repassou mais de R\$5 bilhões do Fundo de Amparo aos Trabalhadores para os novos proprietários das estatais privatizadas, todas altamente lucrativas, e ainda oferece mais recursos para as próximas privatizações. Os atuais mandatários foram eleitos para administrar o patrimônio público em benefício da população e não para entregá-lo a banqueiros e aproveitadores.

Uma boa imagem que me ocorre para a aventura privatista de nossos governantes é a de síndicos desonestos que burlam a convenção do condomínio para vender a amigos os apartamentos dos moradores, que, então, passam a pagar aluguel para usar o que por direito já lhes pertence.

Para levar a cabo as privatizações inexplicáveis do Governo Federal e alguns governos estaduais forçaram parlamentares e atropelaram a Constituição e as leis. Por isso, tais privatizações deixam de ser atos jurídicos perfeitos, podendo ser anulados e devendo ser anulados por meio de ações jurídicas da sociedade organizada, aí incluídos os partidos políticos de fato comprometidos com o povo brasileiro. A Justiça não pode permitir que o povo seja tão criminosamente esbulhado.

Depois dessa parte inicial, farei um pequeno resumo do que está mais detalhado no outro trabalho, que são as causas do blecaute do dia 11 de março.

Até o início deste mês, o comando operacional do sistema era exercido pelo GCOI – Grupo Coordenador da Operação Interligada –, organismo vinculado à Eletrobrás, criado em 1972, juntamente com a Itaipu Binacional, com o objetivo de viabilizar o conceito de sistema interligado, sem o qual seria impossível utilizar a energia produzida na hidrelétrica de Itaipu nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, uma vez que cada estado ou região operava seu sistema isoladamente. A institucionalização dos sistemas interligados, sob comando do GCOI, garantiu-lhe uma confiabilidade comparável a do sistema norte-americano e europeu, além de permitir ganhos da ordem de 20% na energia produzida nas hidrelétricas interligadas. Isso foi conseguido pela compatibilização dos regimes de geração com os níveis dos reservatórios situados em regiões diferentes de regimes hidrológicos e pluviométricos diversos, graças ao ajuste pelo despacho de carga contínuo da demanda real com a demanda presumida, que é prevista na programação operacional de curto, médio e longo prazo.

Por volta das 22 horas, do dia 11 de março, o sistema operava normalmente, quando se iniciou um processo de oscilação, que foi muito bem detalhado pelo Dr. Mário Santos. Gostaria apenas de dizer que a estabilidade de qualquer sistema elétrico depende de sua inércia elétrica, que é diretamente proporcional à capacidade das usinas e das linhas de transmissão e inversamente proporcional à impedância do sistema.

Na hipótese de surgir um desequilíbrio em algum ponto, esse deve estar equipado... Aí está a falha, já que o subsistema crítico não foi desligado do sistema integrado, permitindo que as oscilações se propagassem e deflagrassem uma série de desligamentos em cascata, conforme descrito pelo Dr. Mário Santos. Portanto, é irrelevante se a causa foi uma des-

carga atmosférica ou não, porque o problema consistiu no fato de o sistema não ter sido ilhado; como dizem os franceses, não houve o **ilotage** adequado. Então, a oscilação que teria sido gerada em um sub-sistema propagou-se pelo sistema interligado.

A meu ver, o GCOI não foi substituído e as causas imediatas do apagão devem ser procuradas no caos gerado pela sua brusca desativação, com a transferência das respectivas atribuições para um órgão como o ONS, que, mesmo contando com técnicos sérios e qualificados – faço questão de ressaltar que conheço de longa data muitos dos técnicos do ONS, inclusive o Dr. Mário Santos é um homem da maior e melhor reputação, um técnico competente -, é institucionalmente frágil para exercer essa função.

A criação do ONS decorreu do estudo também mencionado da Coopers & Lybrand, contratada pelo Ministério das Minas e Energia. Com tal contratação, o Governo desprezou toda a experiência acumulada pelo sistema elétrico em meio século, aproximadamente, e que formou milhares de técnicos altamente qualificados em sistema hidrelétricos, para contratar uma firma que não tem experiência em sistemas, que é a Coopers & Lybrand, que é uma empresa britânica, onde sabemos que a geração não é hidrelétrica e sim termoelétrica, seja à carvão, óleo, gás natural ou nuclear. A geração hidráulica na Grã-Bretanha é mínima, praticamente só existe na Escócia, que é uma região montanhosa; no resto, é térmica. Portanto, a Coopers & Lybrand, em matéria de sistema hidrelétrico, não tem a experiência que os técnicos da própria Eletrobrás têm. Ela foi contratada por motivos comerciais ou políticos misteriosos e o resultado é esse: o nosso sistema está se tornando um Frankstein, uma colcha de retalhos que é muito mais planejada para facilitar a venda do que para atender à demanda da sociedade com segurança.

Para terminar, as recomendações que faço é restabelecer o GCOI com os seus poderes e atribuições originais, como era antes do estudo da Coopers & Lybrand.

Segundo, impedir a alienação completa do que restou do sistema elétrico que, aliás, é muito importante, que é toda parte de geração e transmissão. Qualquer cidadão minimamente esclarecido prevê, facilmente, que se a geração e a transmissão de eletricidade forem privatizadas estará aberto o caminho para a formação de mini monopólios e cartéis que dominarão ambas as pontas do sistema, quer dizer, a geração e a distribuição. Daí tomarão várias atitudes, tais como aumentar as tarifas a vontade, queda na qualidade do serviço, porque manter a qualidade

elevada diminui o lucro – e o objetivo das empresas é ter lucro. Certamente a qualidade cairá e as tarifas subirão.

Para agravar a situação, os lucros do setor que atualmente são reinvestidos no Brasil passarão a engrossar o déficit das contas externas, pois nenhum grupo nacional terá fôlego financeiro nem poder de **lobby** para adquirir o controle de qualquer das grandes geradoras que o Governo pretende privatizar. Fumas, por exemplo, vai ser retalhada e entregue a grupo estrangeiro. O faturamento de Fumas, hoje, é da ordem de US\$6 bilhões e o seu lucro está na ordem de meio bilhão de dólares. As perspectivas são de subir para US\$1 bilhão, rapidamente, sobretudo porque ela se viu livre da carga que era a geração nuclear que era subvencionada por Fumas. Fumas terá lucro líquido maior do que US\$1 bilhão por ano daqui a pouco tempo. Isso vai ser entregue para estrangeiros remeterem esse lucro para fora, uma coisa que já foi feita com tecnologia e com dinheiro brasileiro. É um negócio absurdo.

Para formar uma idéia do peso que essas remessas podem representar, lembremos que com as atuais tarifas, o faturamento conjunto do setor elétrico – foi citado aqui também – é da ordem de US\$22 bilhões, por ano. Como a geração é toda hidráulica, portanto é baratíssima, e o sistema está contabilmente amortizado, o lucro do conjunto do sistema, geração e distribuição, pode chegar a 50%. Então, vamos entregar US\$11 bilhões de mão beijada para grupos estrangeiros e depois fazer um sacrifício tão grande e nos ajoelharmos diante do FMI para obtermos mínguaquíssimos US\$9 bilhões dados a contagotas.

Não nos esqueçamos que a eletricidade é um monopólio natural indispensável em todos os campos da atividade humana. Como todos pagam tarifa, o sistema é uma "espécie de arrecadador natural e automático de parte da renda de todos os setores da economia. Assim, ao privatizar o sistema elétrico, os atuais governantes estão, em última análise, oferecendo a poderosos grupos estrangeiros a oportunidade de arrecadar uma fatia da renda nacional, mediante a venda de energia produzida pela água que corre em nossos rios, usando para isso usinas hidrelétricas construídas com dinheiro público. É uma coisa inacreditável! Fica muito difícil acreditar na honestidade de homens públicos que cometem erros tão grosseiros. Não é possível que a estupidez humana vá tão longe.

A terceira recomendação é manter sob o controle da sociedade as empresas já privatizadas. A

realidade com a qual temos que conviver por algum tempo é que as principais distribuidoras de energia, Eletropaulo, CPFL, Light, Cerj, Excelsa, parte da Cemig, etc., agora são empresas privadas, quase todas controladas do exterior. Vamos procurar caminhos produtivos para que essas empresas continuem, de fato, a prestar bons serviços à população brasileira a preços baixos e justos para todos.

Numa primeira etapa, cumpre, então, estabelecer controles a ser exercidos pela sociedade para assegurar que seus lucros sejam preponderantemente reinvestidos no aperfeiçoamento e expansão dos sistemas, assim como um programa de preservação ambiental. Isso foi anunciado aqui numa das exposições que está sendo tentado – não sei se a entidade encarregada disso terá poder. Certamente, não terá poder para se contrapor ao poderosíssimo monopólio que vai se instalar aí. As remessas de lucros também devem ser controladas para mantê-las abaixo de um patamar que não comprometa excessivamente as contas externas do País. Posteriormente, seriam estudadas medidas legais destinadas a cancelar privatizações feitas ao arrepio dos interesses da sociedade. Perdoem-me por dizer coisas tão cruas às autoridades aqui presentes que não participaram e não decidiram isso. Mas alguém tem que dizer isso.

As remessas de lucro também devem ser controladas. Posteriormente, seriam estudadas medidas legais destinadas a cancelar as privatizações feitas de modo precipitado e altamente suspeito, como as da CPFL, da Light, da Metropolitana, da Bandeirantes, parte da Cemig, entre outros. Isso tudo foi feito pelo BNDES.

Citarei um caso que é verdadeiramente inacreditável e nenhuma providência foi tomada. No caso da Cemig, a venda de um terço de suas ações foi estimulada pelo BNDES, cujo ex-Presidente é sócio dos compradores; e sua mulher, que era Diretora de Privatizações do BNDES, agora é representante dos compradores no Conselho da Cemig.

Falei até com alguns juristas, como o Dr. Evandro Lins e Silva e o Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, que me asseguraram o seguinte: considerando que há indício de crime de peculato – indiscutível nesse caso e tipificado no Código Penal – deve ser investigado. Não estou dizendo que houve crime, mas que há indícios e que devem ser investigados. Há evidência de desrespeito aos preceitos constitucionais de moralidade e impessoalidade na administração da coisa pública. Isso é o bastante

para não usar a operação, se for proposta uma ação popular com esse objetivo.

Era isso que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Muito obrigado, Dr. Joaquim.

Devo esclarecer aos membros da Comissão de Infra-Estrutura que passaremos aos questionamentos dos Srs. Senadores pela ordem de inscrição.

Tem a palavra o Dr. Luís Pinguelli Rosa, Assessor Técnico da Diretoria do Ilumine (?), para que faça a sua exposição.

O SR. LUÍS PINGUELLI ROSA – Vou tentar combinar aqui o som e a imagem.

Pertenço também à Cópia, uma instituição de pós-graduação de Engenharia da URFJ. E estou apresentando aqui um estudo que fizemos com as informações obtidas, que são incompletas. Certamente, é apenas uma forma de contribuir.

Eu gostaria de enfatizar que a nossa preocupação, já que as companhias...

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Só um momento, Dr. Luís.

Pedimos para que o senhor fale sentado por causa da gravação. Alguém da nossa Assessoria o auxiliará na mudança das transparências.

O SR. LUÍS PINGUELLI ROSA – Muito obrigado. Eu farei isso.

A nossa preocupação é com as empresas que já estão demonstrando uma animosidade com a obrigação imposta corretamente pela Aneel de indenizar os consumidores que tiveram prejuízo com o blecaute. Esse é um problema complicado na interpretação da CESP.

Chamo a atenção porque não podemos colocar a CESP nem a ONS no pelourinho, absolutamente. O evento foi complicado. E concordo com Joaquim de Carvalho. A ONS é dirigida por uma pessoa da maior integridade e competência profissional. E sou contra bodes expiatórios.

O que existe é um sistema que está deficiente. Não houve investimento a tempo em geração e transmissão. A privatização entrou em um transiente perigoso. Colocaram o carro na frente dos bois. Primeiro, privatizaram a Light, quando esta começou a pagar e enquanto estava-se organizando a Aneel. Agora, privatizou-se o setor de geração, começando com a Gerasul. E, quando há um colapso nacional, estava se organizando há menos de duas semanas a ONS. Por quê? A culpa é do Conselho Nacional de Desestatização e do BNDES; pois foram alertados. Lá está a culpa, não no raio. Eles têm a culpa pois

foram alertados. Tenho documentos escritos enviados ao BNDES e publicados que alertavam para o problema e para muitos outros também.

É muito interessante que o Ministério das Minas e Energia e o Governo, por intermédio de medida provisória, tenham reconhecido a necessidade de prolongar a transição do GCOI e Eletrobrás enquanto se organiza o ONS. Não basta. A privatização de Fumas nessas condições vai agravar o risco. Fumas é o coração do sistema. Sua privatização, nessas condições, é absolutamente irresponsável do ponto de vista do setor elétrico. O consumidor brasileiro vai ingressar numa fase de alto risco de desabastecimento.

Estou precisando de ajuda.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Por favor, assessorias das duas Comissões, auxiliem o palestrante.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Os problemas devem ser separados. O primeiro problema é o evento causador. O segundo é a razão por que o evento causador provocou aquele efeito. Podemos citar um terceiro problema: se seria possível ilhar. Dou fé pública ao depoimento do Dr. Mário Santos, que disse que o ilhamento foi muito difícil nas condições em que se deu. E direi por que – o que não foi feito até agora. Direi porque foi difícil e porque discordo do evento iniciador. Creio que não caiu raio nenhum na estação de Bauru. O relatório da Cesp tem que ser melhor interpretado.

Participei de um debate em São Paulo com funcionários da Cesp e obtive uma série de informações. Pode ser que eu não tenha recebido todos os dados. O texto da NOS, no sumário executivo a que tive acesso e que é basicamente o mesmo que a **Gazeta Mercantil** utilizou – portanto não é a versão final – também não diz que foi o raio. A ONS diz duas coisas em dois parágrafos diferentes. O primeiro parágrafo refere-se a um relatório técnico meteorológico de Furnas, dizendo que houve descargas em grande número na região. Isso é corretíssimo e está comprovado cientificamente por um sistema que descreverei e que ainda não foi abordado. O segundo parágrafo, o 2.2., diz que o evento ocorreu na estação de Bauru e foi devido a um curto provocado por uma descarga elétrica. Do ponto de vista lógico, não há uma conexão causal entre as duas coisas. Há uma indução. Mas, de forma prudente, o relatório não diz que foram as descargas mencionadas no parecer técnico. Chamo a atenção para o fato de que não está escrito. Também eu creio que não foi.

Isso é relevante? Sim. Por quê? Porque a discrepância é entre um acidente maior – um raio numa

subestação é algo espantosamente difícil porque é uma área muito protegida – e um outro menor, que é uma descarga na linha, que é impossível de ser totalmente protegida – qualquer engenheiro eletricista sabe disso. Basta o raio passar perto para que haja a indução. O que induz corrente elétrica é variação de campo eletromagnético. E o raio induz isso com muita facilidade. Assim, um pulso na linha pode ter derrubado a estação. Mas isso não é um acidente maior; é um acidente que eu chamaria de trivial. O sistema falhou porque outros problemas ocorreram.

Existe uma descrição no sistema de detecção que envolve três grandes empresas elétricas: Cemig, Furnas e Copel. Esse sistema detecta raios. Infelizmente, o tempo não nos permite explicar como funciona, mas deixei com a administração da Comissão uma cópia das explicações para que a Senadora tenha acesso às informações. Falarei sobre os resultados da detecção. Esse é um assunto científico: detectores de campo eletromagnético de raio, posicionados no terreno. Eles não detectaram raio sobre Bauru. Pode ser uma informação equivocada, pois não tenho acesso oficial às informações. Peço que esses dados sejam solicitados pela Comissão. O assunto ultrapassa nossa alçada na Universidade. Vim de uma aula para cá, por exemplo, e por isso cheguei em cima da hora e, infelizmente, não posso ter todas as informações.

Essas são as localizações dos sensores que detectam raios. Eles estão nos locais determinados nos três grandes sistemas.

O Cimepar é o da Copel – isso é um fato – têm uma precisão bastante razoável e a área de maior precisão e de maior eficiência é exatamente a área onde se localiza a subestação.

Essas curvas de nível dão a precisão em quilômetros; portanto, a área dessa curva de nível tem uma precisão de 300 metros. Eles localizam o impacto do raio com uma precisão de 300 metros. E aqui está a localização dos sensores. Isso é um dado técnico.

Na outra figura, há as curvas de nível para a eficiência. Isso quer dizer o percentual de raios detectados. Essa eficiência é de 95% na curva de nível interior, que é a que abrange a área que nos interessa. Então, a detecção existe e agora vou mostrar o seu resultado, segundo a informação que consegui reconstituir. Esse não é um dado direto; é uma informação reconstituída. Creio que se pode procurar agora melhorar essa informação discutindo melhor o assunto.

As zonas que foram objeto de muitas ocorrências de descargas atmosféricas são duas. Bauru não está incluído. Significa que não caiu raio em Bauru, o que não quer dizer que não tenha havido um problema com a descarga elétrica. Provavelmente houve o problema e está descrito nesse relatório.

Esse nosso relatório procura concluir algo que possa orientar a comissão do Senado e o próprio Governo, que também está numa situação difícil.

Tudo que estou dizendo é de minha inteira responsabilidade e é fruto de informações segmentadas de muitos debates com muita gente de diferentes instituições. A própria Cesp, num boletim interno, alega que houve muitos fatores contribuindo para o que aconteceu.

Concluo aqui, sobre a questão fundamental, que não há nenhum indicador técnico de detecção de raio na subestação de Bauru, ou seja, não houve um acidente maior. Uma hipótese, que é a nossa conjectura, é que não caiu um raio na subestação, mas próximo a uma linha de transmissão, o que é completamente diferente. Esse raio na linha de transmissão deveria ter sido desarmado. Houve um problema. Atingindo a estação, o raio não é um acidente maior. E se isso provocou a perda de tantas linhas, é sinal de que o sistema está deficiente. E é assim que se encontra realmente. Isto é o mais importante: por que o sistema está deficiente? Não é a ONS, absolutamente! Uma instituição com dez dias de vida não podia cuidar disso adequadamente, como a Aneel, com um mês de vida, não podia enfrentar completamente o que aconteceu no Rio de Janeiro, no ano passado, com a Light, porque correu atrás. Erro da área econômica do Governo, com a qual debati claramente e que disse que energia elétrica – está gravado num programa da **TV Educativa** – é algo tão boboca como cadeira e móvel. Certamente, boboca é quem disse isso, porque, como diz o Joaquim, é de uma estupidez monumental dizer que administrar energia elétrica é igual a administrar uma fábrica de móveis! E foi dito isso: a idéia era de que sairia tudo pela concorrência e não saiu.

O problema, portanto, é que o sistema caiu porque ele operava com alto risco. Esse sistema está operando com alto risco. A imagem do Dr. Mário, o avião que ele citou e não podia operar, é um avião que tem uma turbina só funcionando, a outra está parada; está com um pneu furado; só tem um piloto que está doente, muito resfriado; e não há visibilidade. É isso. Vai decolar esse negócio?! E vai piorar, porque todos falaram aqui – desculpem-me os senhores – na privatização.

Parece que não viemos debater o problema de energia elétrica no Brasil, e sim a satisfação ao FMI de que vamos privatizar o demônio aqui para poder satisfazer um compromisso que é problema dos bancos, e não do consumidor de energia elétrica brasileira.

Então, o sistema não tem reserva girante, não tem geração distribuída em nível suficiente e está com falta d'água. Não há água suficiente no momento. Esse sistema foi planejado para uma reserva plurianual nos reservatórios e uma operação otimizada. Para isso, deve-se ter flexibilidade, que não existe sem um investimento necessário. Usinas entraram em operação, mas não como seria necessário. Tenho as previsões feitas pelo próprio setor acerca de investimentos que não foram concretizados.

A Gerasul, Centrais Geradoras do Sul do Brasil SA, recém-privatizada, não está cumprindo a obrigação assumida de colocar mais uma usina térmica. Ela está tentando assumir a usina térmica que a Enersul*, de Mato Grosso do Sul, está terminando, para fazer uma operação entre elas. Não está havendo investimento na medida necessária.

Esse problema vai agravar-se muito, porque é preciso ter um sistema cooperativo. Não há paralelo de sistemas hidrelétricos dessa dimensão privatizados no mundo. A Hydro-Quebec continua de controle estatal. Os Estados Unidos mantêm seu setor hidrelétrico basicamente estatal. Não só a TVA, Tennessee Valley Authority, como a Bonnevue e o exército americano geram energia elétrica. Nunca os americanos privatizaram uma hidroelétrica.

Vi um economista do BNDES, aquele órgão maligno que desorganiza a economia do País, dizer que é ótima a idéia da privatização do sistema elétrico, que funciona nos Estados Unidos. Isso não é verdade.

É fundamental que o Governo seja coerente nesse momento, mantendo o GCOI, Grupo Coordenador para a Operação Interligada, por um tempo muito maior, e não privatizando Furnas. Se tiver de privatizar empresas, deve fazê-lo com as termelétricas e não com as hidroelétricas. É uma irresponsabilidade para com o consumidor brasileiro, para com a estabilidade do País, para com o crescimento do setor elétrico e para com o suprimento das necessidades do desenvolvimento privatizar Furnas nesse momento. Não é questão de não privatizar jamais. Mas é preciso parar, reorganizar e voltar a discutir a privatização do setor elétrico. Ela está sendo mal feita.

Neste ano, a Light falhou de novo ao prometer mundos e fundos. A Light é um exemplo local, uma distribuidora. Muito mais grave é a geração.

Em 1988, escrevi um artigo chamado Erro da Área Econômica Causará Blecaute. A área econômica do Governo, que conduz a privatização, é responsável por igualar a energia elétrica a móveis e fábricas de cadeiras. Isso está errado. Se é necessária a privatização do setor elétrico, ela deve ser feita sob critérios técnicos que garantam a segurança do abastecimento.

Um estudo da própria Eletrobrás, da Aneel e do ONS mostra que o risco de desabastecimento no Brasil cresceu muito. Mantido historicamente a 5% – ótimo para um país em desenvolvimento –, o risco hoje já ultrapassa 11% e pode inclusive piorar. Não há, a curto prazo, uma solução ideal. Seria necessário suspender a privatização de Furnas, para ser coerente com o que foi decidido pelo ONS. Se é para continuar com a privatização, deve-se focalizá-la na expansão e não na compra de ativos, que, aliás, saíram todos pelo ralo com a crise cambial. Tudo o que se apurou de ativos do setor elétrico evaporou. Se mais tivesse sido apurado, talvez mais evaporasse.

É fundamental que se esclareça a questão do raio. O ONS não é o bode expiatório, pois havia sido implantado pouco antes do grande blecaute.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Encerramos, assim, a participação dos nossos convidados.

Srs e Srs. Senadores e Deputados, vimos que tanto o Governo quanto as entidades não-governamentais, de certa forma, deixaram claro que há uma deficiência e uma fragilidade no setor elétrico brasileiro. Há necessidade de fazer investimentos e aperfeiçoar os mecanismos de proteção.

Eu me ative mais ao documento que o Ministro nos encaminhou. S. Ex^a disse que, entre as consequências e as dificuldades relatadas, é possível supor – vejam que se trata de uma suposição, o que é difícil de interpretar – que tem havido uma redução gradativa nos níveis de segurança ideais e também nos padrões de serviços de manutenção e equipamentos. Os esquemas existentes de proteção, de ilhamento e de alívio de carga não se mostraram eficazes para evitar a propagação do defeito inicial. Depois, S. Ex^a ainda afirmou que o processo de recomposição do sistema, mais lento do que o normalmente previsto, foi causado por problemas ocorridos em diversos equipamentos da rede básica. Também

houve – por constatação do Governo – uma demora dos órgãos responsáveis pela supervisão e coordenação da operação na identificação da origem da ocorrência. É lógico que isso pode ser atribuído – está no documento – à insuficiência de recursos nos centros de operação.

Nós abriremos o debate e pretendemos fazer o seguinte: três Srs. Senadores encaminharão suas questões, depois os nossos convidados usarão da palavra.

É lógico que muita coisa já foi abreviada no que diz respeito às nossas considerações, mas acrescentaríamos as seguintes questões: as empresas privatizadas estão cumprindo o cronograma de investimentos anunciado? As sanções previstas são suficientes? Qual a posição? Insisto: por que, ao invés de se privatizar as empresas de energia elétrica, com investimentos e depreciação já amortizados, o Governo não começou a desestatização pela concessão para a construção de novas hidrelétricas? Quais as medidas que o Governo está realmente tomando, para prevenir práticas abusivas que poderão ser adotadas pela iniciativa privada? Eu tenho muito medo – gostaria de conhecer a posição do Governo – da substituição de monopólio público por monopólio privado.

Trago aqui uma questão mais específica ao Rio Grande do Sul, porque foi algo recente, que chamou minha atenção. Houve uma reunião da Secretaria de Minas e Energia do Rio Grande do Sul com o ONS, que serviu para que o Estado assegurasse junto a essa empresa – vejam bem V. Ex^{as} – o direito de implementar as medidas necessárias, ou seja, investimentos em caráter extraordinário para evitar o racionamento em futuro próximo.

A nossa pergunta é objetiva: como se explica esta situação em que uma empresa ainda estatal tenha que depender da decisão e aprovação de uma empresa privada – no caso, o ONS – para promover os investimentos necessários a assegurar um benefício à sociedade? Qual a razão para se conceder a uma empresa privada o papel de definir se uma estatal pode ou não investir? Pode ter havido equívocos em nossa interpretação, mas apresentamos as nossas questões.

Outra pergunta: após a privatização das empresas federais e de diversas estaduais, qual a avaliação do Governo em termos de resultados, sob a ótica do consumidor, no que se refere à qualidade, eficiência, manutenção e melhoria dos serviços, investimentos?

Algumas questões já foram respondidas; estamos procurando evitá-las.

Há também o problema do desmembramento da empresa, o que acabaria com a sinergia que atualmente existe entre as geradoras e o sistema de transmissão. Por que o Governo considera que o desmembramento das empresas é mais indicado do que a simples democratização do capital?

Apesar das considerações que foram feitas pelo Presidente da Anel, há muitas queixas em relação às empresas privatizadas. A Anel não tem sido suficientemente rigorosa com as empresas privatizadas por deficiência da legislação ou medo de assustar os investidores estrangeiros que viriam para as próximas privatizações. Basicamente seriam essas as considerações. Agradecemos as presenças.

Passamos a palavra ao Senador Romero Jucá e, posteriormente, ao Senador José Eduardo Dutra. Após três Srs Senadores, colocaremos a palavra à disposição dos nossos convidados.

O SR. ROMERO JUCÁ – Agradeço as colocações dos palestrantes. Percebemos aqui posições bastante distintas, logo, creio que será um debate extremamente interessante.

Para complementar algumas perguntas já feitas pela Senadora Emilia Fernandes, pergunto se a Aneel está preparada para punir; se, na prática, os instrumentos estão prontos e acabados para fiscalizar e punir os abusos no tocante ao atendimento ao consumidor e aos contratos firmados com o Governo.

Quero ressaltar que a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado terá como um dos objetos este ano a fiscalização e o acompanhamento do papel das agências reguladoras dessa questão, não só no tocante à Aneel mas também aos outros sistemas.

Sr. Ministro, sabemos que está sendo discutido um modelo de privatização, que aqui foi defendido e atacado. Preocupa-nos a questão da privatização de pequenos sistemas, dos sistemas isolados, principalmente no Centro-Oeste e no Norte, onde a Eletro-norte, por exemplo, nos últimos quatro anos, fez muitos investimentos e recuperou investimentos que não tinham sido feitos durante uma década. Nesses últimos quatro anos, a Eletronorte teve um papel extremamente importante na Região Norte, como fator indutor de desenvolvimento. Sabemos que se agregarmos a questão de Tucuruí, esses sistemas pequenos e isolados serão apenas um apêndice, não serão importantes. Se esses sistemas ficarem isolados, preocupa-nos também a sua rentabilidade.

Pergunto, ao mesmo tempo em que faço um apelo, se um modelo de privatização, levando em conta o desenvolvimento auto-sustentável, com a criação do fundo que determina a criação ou a alocação de mais 51% do capital na questão da privatização dos pequenos sistemas, se ele já está definido como modelo ideal para esses pequenos sistemas. Particularmente defendo esse sistema porque ele garante, com esse fundo, a agregação de recursos que vão dar prosseguimento aos investimentos e atendimentos aos consumidores.

São essas as perguntas, Sr^a. Presidente.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr^a Presidente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Convidados, o que me surpreendeu nas disposições iniciais, tanto do Ministro, do Dr. José Mário Abdo, Presidente da Aneel, do Dr. Firmino, da Eletrobrás, do Dr. Mário, do ONS, é que não se ouviu a palavra raio.

Quero iniciar a minha exposição fazendo uma crítica ao Dr. José Mário. Sinto-me no direito de fazê-lo à medida que seu nome foi aprovado por esta Casa, particularmente por esta Comissão. Qualquer usuário, qualquer brasileiro comum que não saiba o que é a Aneel, que não conheça a sua função, ao ver o representante da Aneel praticamente clonando ou reproduzindo a informação do Ministro de que causador foi o raio, em primeiro lugar, ele teria a impressão de que a Aneel é um órgão do Governo, e não uma agência independente, como realmente é.

Agora, o Dr. José Abdo anuncia, lê uma nota oficial da Aneel a respeito das indenizações, mas, a meu ver, a Abrade criou asas exatamente em função de que a própria Aneel, inicialmente, clonando a explicação do Ministro, disse que a causa era o raio. Ora, se a causa é o raio, a culpa é de Deus e quem tiver reclamação que vá fazê-las ao bispo ou ao Papa, hierarquicamente superior, e que, portanto, poderia se dar a argumentação para a Abrade de dizer que foi um fenômeno meteorológico e que não teria que indenizar. Registro essa minha crítica à postura de V. Ex^a.

No documento do Ministro, em determinado trecho, estava escrito o seguinte:

"...convém ressaltar que o Governo Federal, diante dos questionamentos apresentados pelos Srs. Senadores e Deputados, acerca das cisões das empresas a serem privatizadas, reavaliou seu cronograma e passa a discutir, a partir desse momento, a privatização da Chesf, preservando a utilização de água para fins de irrigação, produção

de alimentos, agricultura e consumo humano."

O documento do Presidente da Eletrobrás, dizia o seguinte:

"No caso das grandes geradoras do sistema interligado que serão privatizadas, a modelagem de venda estabelecida prevê um processo de cisões sucessivas na forma a viabilizar o máximo aporte de recursos para a União."

Entendo que poderemos chegar a uma situação em que essas duas afirmações oficiais – uma do Ministro, outra do Presidente da Eletrobrás – revelem-se excludentes. Se essas afirmações se revelarem excludentes, o que prevalecerá? O modelo de privatização da Chesf, que pressupõe a preservação da utilização de água para fins de irrigação, etc. ou o modelo em que se procedem cisões sucessivas para viabilizar ao máximo aporte de recursos para União?

Poderia formular uma série de perguntas ao Ministro a respeito do processo de cisão da Chesf, porque diversos setores detectaram problemas em relação a esse processo. Por exemplo, qual a situação dos empresários que comprassem as usinas a jusante do rio, na medida em que Sobradinho e Itaipara controlam sua vazão, fato que poderia ocasionar efeitos na posição de energia elétrica daquelas usinas? O Estado as indenizaria, quanto ao efeito em relação aos perímetros irrigados da Codevasf? Enfim, uma série de perguntas, em relação às quais a resposta do Ministro seria um pouco óbvia, uma vez que o Governo está reestudando o processo; S. Ex^a não teria como respondê-las.

Resta saber se o Ministro assume o compromisso de – a partir do momento em que esses estudos sejam concluídos, portanto em tempo hábil anterior à assembléia da Eletrobrás, que será futuramente marcada para aprovar a cisão – vir ao Senado para debater a matéria. O fato é que a assembléia da Eletrobrás já estava marcada e foi adiada porque vários Parlamentares, inclusive da base governista do Nordeste, mostraram-se preocupados com o processo de cisão. Espero que essa discussão não continue restrita às empresas consultoras, aos técnicos do BNDES, do Ministério e da Eletrobrás e que se possibilite uma real discussão com o conjunto da sociedade. S. Ex^a assume esse compromisso?

Gostaria de ouvir a resposta do Ministro sobre duas questões levantadas pelos debatedores, o Dr. Joaquim e o Dr. Luiz Pinguelli Rosa.

O Dr. Joaquim referiu-se ao modelo que foi formulado pela Coopers & Lybrand, que estabeleceu esse modelo de cisão das empresas hidrelétricas.

O Dr. Mário, quando fez a exposição sobre o apagão, fez questão de registrar que o sistema elétrico brasileiro era profundamente diferente daquele da Inglaterra e da França. O Dr. Mário disse que a Coopers & Lybrand é uma consultoria inglesa e que, portanto, não teria experiência em apresentar um modelo de cisão para um sistema em que, fundamentalmente, a energia elétrica é gerada a partir do potencial hidráulico.

A respeito da afirmação do Dr. Pinguelli Rosa, quero saber se os membros da Mesa têm conhecimento de algum país do mundo em que tenha ocorrido um processo de privatização de energia elétrica originária de potencial hidráulico, como é o caso do Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro Rodolpho Tourinho Neto, para suas considerações.

O SR. RODOLPHO TOURINHO NETO – Cabe-me alertar sobre as necessidades de investimentos no setor elétrico. Foi colocado aqui, indistintamente, pelo Ministério, implicitamente pela Eletrobrás, depois, de uma forma muito clara, pelo Dr. Pinguelli Rosa, a necessidade de investimento do setor. É que, historicamente, nos últimos anos, houve um descompasso muito grande entre o que se necessitava e o que, efetivamente, entrou no sistema.

Para o período de 1999 a 2000, são previstos investimentos da ordem de 8,6 bilhões reais em 1999; 9,4 bilhões no ano 2000; 8,5 bilhões no ano 2001; e 7,8 bilhões no ano 2002, para que possa ser assegurado o atendimento a um crescimento de demanda. Tenho certeza de que, para o ano 2000, sobretudo e depois, passaremos um pouco daquele mínimo recomendável, também citado pelo Dr. Pinguelli, de 5% de risco. Em hipótese alguma, vejo como o Governo possa atender a esses investimentos. Se eu pudesse fazer um cálculo, estimado aqui nos últimos anos, eu diria que estaria em torno de 5% a 5,5% de bilhões de reais a possibilidade de atendimento pelo setor público. Essa é a minha primeira defesa em relação à privatização.

Considero ainda que a privatização é muito mais no sentido de tornar o sistema elétrico viável. Não estou, nesse momento, raciocinando sobre os possíveis efeitos no caixa do Banco Central. Não é isso. A minha visão é de tornar esse sistema viável, o máximo possível. E temos problemas emergenciais, que não são os mais caros, e outros proble-

mas de construção de hidrelétricas e de termelétricas, para darmos maior sustentabilidade a esse sistema. Essa seria a primeira colocação que teria a fazer.

O segundo ponto é sobre a questão da Chesf, colocada pelo Senador José Eduardo, sobre afirmações excludentes entre Eletrobrás e Ministério. Não há nenhuma intenção de se excluir uma ou outra. O que afirmo é que, nesse momento, o Governo vai preservar o uso da água do rio São Francisco. Esse é o ponto e que penso extremamente importante.

O que tem que se verificar é uma função, como disse no que escrevi. Há que se colocar e descobrir qual é essa função crescente de utilização do nível da água, e tomar essa função decrescente em termos daquilo que se vai vender como capacidade de geração de energia. Esse cálculo tem que ser feito; não se pode, de repente, pensar que é um determinado. Existem projetos já catalogados. Esse é um trabalho que precisa ser feito, no meu entendimento, a quatro mãos, em relação ao Governo Federal e governos estaduais também. Esse compromisso sobre a importância da separação da utilização do uso da água é totalmente nosso.

Quero me referir aqui ao problema do raio. No momento, confesso que há várias explicações: o raio pode ter sido numa linha de transmissão, numa linha de subestação. Há outras posições como a de professores da Universidade de São Paulo que acreditam que pode ter sido numa linha de transmissão e que havia defeitos em equipamentos na subestação. Essa é outra hipótese. O que mais me preocupou não foi isso. O que me preocupou e me preocupa é o fato de que os sistemas de iluminação não funcionaram adequadamente. Não estavam projetados, talvez, para aquela carga, ocasionando o problema. A partir desse ponto, preocupei-me em estabelecer um sistema de emergência que venha, espero, em curto prazo, dar proteção aos equipamentos e aos sistemas.

Os esquemas de proteção podem ser de proteção individualizada dos equipamentos da rede básica ou de proteção sistêmica, feita por meio de esquemas de controle de emergência.

Precisamos dotar o sistema interligado Sul, Sudeste e Centro-Oeste de melhores condições para enfrentar grandes distúrbios, que podem não ter sido previstos até o momento. A idéia é que se introduza um terceiro nível de proteção, que seria um esquema de controle de segurança, de corte de geração e carga adicionais, de ilhamentos e coordenação desse esquema de controle de segurança. Já existem

ajustes emergenciais e outro sistema de proteção aos equipamentos da rede básica. Esses sistemas seriam feitos em curto prazo, até um ano, por meio de melhorias no esquema de proteção de equipamentos já existente, utilizando nosso pessoal do Cepel, sob a coordenação do Dr. Nelson Martins, pesquisador da Cepel, com mais de 100 trabalhos internacionais publicados na área de estabilidade de sistema. Além desse trabalho básico que será conduzido pela Cepel, pela Eletrobrás, estamos buscando a participação do Dr. Carson Taylor, que é da Power Administration dos Estados Unidos, responsável pela implementação dos esquemas de emergência nos Estados Unidos e considerado uma das maiores autoridades do mundo em análise de sistemas elétricos, e do Dr. Yakut Mansur(?), responsável pela operação do British Columbian Hydro(?) no Canadá. Ele coordenou a implantação de esquemas de emergência na costa oeste dos Estados Unidos, interligações com os Estados Unidos, e é autor de diversas publicações sobre o assunto. Buscamos a colaboração também do Dr. Praba Condur(?), que é diretor do centro de pesquisas Paeteck(?) no Canadá, considerado atualmente o maior especialista de sistemas elétricos, e do Dr. Bruno Meyer(?), responsável pelos estudos de operação e planejamento da Électricité de France, que coordenou os trabalhos referentes ao plano de defesa do sistema elétrico francês, que corresponde à implantação dos esquemas de emergência.

Essa tem sido nossa maior preocupação no sentido de, em curto prazo, de alguma forma, retomar investimentos e ações necessárias para evitar o tipo de problema que tivemos. De outro lado, existem ações que são necessárias para expandir a base térmica do País, por meio da termelétrica com gás. Muitos problemas impediram que efetivamente contássemos com essa expansão de geração por meio da termelétrica. Acreditamos que brevemente serão concluídos os entendimentos finais com relação a preços e a distribuição de gás. Resolvidos esses dois problemas, conseguiremos dar maior estabilidade a esse sistema, sobretudo nos centros de carga, de grande consumo, como nos casos de Rio e São Paulo, que, como foi mostrado aqui, são importadores de energia.

Ainda com relação às perguntas feitas, gostaria de solicitar à Aneel que avaliasse aquilo que foi dito com relação à Light, a respeito dos serviços antes e depois da Aneel. Gostaria de saber se a Aneel está preparada para punir abusos porventura existentes dessas concessionárias.

Passarei a palavra ao Dr. José Mário.

O SR. JOSÉ MÁRIO ABDO – No que diz respeito aos resultados do processo de privatização, poderíamos citar alguns casos concretos. Eu poderia iniciar pelo exemplo do Estado do Espírito Santo, cuja concessionária de distribuição foi a primeira a ser privatizada, o que se deu em 1995. Três anos depois, em 1998, houve o primeiro balanço, no primeiro ano da Aneel, do processo de privatização, que culminou com um diagnóstico importantíssimo e resultou exatamente na revisão tarifária.

Conseguimos, então, ao término desse ano, em meados de 1998, em análise da Escelsa, que é a distribuidora privatizada do Estado do Espírito Santo, verificar – e isso é importante –, que, em 1995, quando da privatização, 55% do conjunto de consumidores do Estado do Espírito Santo não satisfaziam os critérios de qualidade do serviço, pois eram desrespeitados os padrões mínimo de qualidade de serviço. Em 1998, 100% do conjunto de consumidores, ou seja, a totalidade dos consumidores do Espírito Santo, atestando uma flagrante melhoria da qualidade dos serviços, satisfazem os critérios, os parâmetros exigidos na regulamentação de qualidade de serviço. Ademais, feita uma pesquisa de opinião pública com os consumidores do Espírito Santo, no ano de 1998, cerca de 75% dos consumidores do Estado classificavam como boa ou ótima a qualidade do serviço prestado. E, vale dizer, foi uma empresa independente que fez a pesquisa de opinião pública.

Terceiro item: como resultado do processo ocorrido no Espírito Santo, ao cabo da revisão tarifária, um ano após o último reajuste – que era do ano anterior, 1997 –, portanto, em meados de 1998, ao invés de um aumento, a Aneel concluiu pelos ganhos de eficiência e de produtividade da distribuidora privatizada, e, assim, caberia uma redução. Foi feita uma redução, em média, de 3,4%, na tarifa cobrada de todos os consumidores. Houve casos em que o consumidor chegou a pagar menos 5%, como o dos consumidores residenciais.

Este é um resultado importante e que devemos creditar não só ao processo de privatização, mas também à reestruturação do setor, sobretudo porque havia alguém que fiscalizava, que regulava, e alguém, uma entidade independente, chamada Aneel, que aplicou essas medidas. Obviamente, como vivemos agora em um Estado de Direito, cabem questionamentos. Pela primeira vez neste País, um ano depois, ao invés de a tarifa subir; baixou – e, mais importante, vai permanecer por um ano nesse patamar. Em julho próximo, fará 24 meses que a tarifa do

Espírito Santo, em vez de ser aumentada, foi reduzida, em média, 3,4%. É um ponto extraordinário em benefício da sociedade brasileira.

Quando me referi à qualidade dos serviços prestados aos consumidores do Espírito Santo, disse que lá ocorreu um processo com início, meio e fim. No caso do Rio de Janeiro, foi importante a melhoria no setor de energia elétrica, onde os investimentos não acontecem do dia para a noite; são, em geral, feitos com capital intensivo e necessitam algum tempo de maturação. Uma subestação, dependendo do caso, pode levar cerca de dois anos para ficar pronta; há transformadores que levam mais de um ano para serem fabricados; uma usina hidrelétrica, quatro, cinco, seis anos. Porém, a vida está se transformando, não tenho dúvida.

O professor Luiz Pinguelli Rosa lembrou os problemas do verão passado no Rio de Janeiro. A Aneel tinha 20 dias de vida. E ela não os está resolvendo? Não em 20 dias, mas cerca de 60 dias depois aplicamos uma dura e firme penalidade, com firmeza e com equilíbrio, porque fizemos uma fiscalização. E multamos a Light em R\$2 milhões, que foram pagos e recolhidos.

A Aneel, com firmeza e determinação – e aí caio na questão da Senadora Emilia Fernandes –, assim procedeu porque tem suporte na legislação para tanto. E eu diria que, com certeza, temos legislação e regulamentação para aplicar os instrumentos de fiscalização e as penalidades, sem receio com a preocupação que possa ter um investidor de qualquer lugar do mundo. Foi vista com certa surpresa, não tenho dúvida, a multa de R\$2 milhões aplicada à Light; todavia, também não tenho dúvida, com muito respeito e com muita certeza, da visão do novo tempo. Há direitos e obrigações, num contrato de concessão, de que a Aneel não abre mão, e que, com certeza, terão que ser cumpridos. Os R\$2 milhões foram recolhidos. E aumentamos, agora, o valor das multas. No caso, por exemplo, desse blecaute, de acordo com a nova lei, a Lei nº 9.648, as multas foram ampliadas para até 2% da receita.

Nesse ínterim, a Aneel definiu um regulamento próprio de aplicação de penalidades, com transparência, porque estamos num Estado de Direito. Ele não é arbitrário; podem recorrer. E há um procedimento administrativo.

No caso do desligamento do Sudeste, Sul e Centro-Oeste, o primeiro passo do procedimento de aplicação de penalidades não começou hoje. E aí, Senador José Eduardo Dutra, refiro-me àquela questão posta por V. Ex^a. A Aneel, no caso do desliga-

mento no Sudeste, não começou no dia de hoje a aplicar as determinações de ressarcimento, clonando uma posição do Ministério de Minas e Energia – tenha sido o blecaute ocasionado ou não por raio. Absolutamente. Ao contrário, exatamente no dia 17 de março a Aneel baixou uma circular para todas as concessionárias do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, determinando o ressarcimento aos consumidores, independentemente da causa, fosse ou não um raio. É responsabilidade, e todos receberam.

Foi uma ação complementar a do dia de hoje. A ação originária aconteceu no dia 17, contestada também pela Abradee, no dia 23. No dia 30, a Aneel contestou o posicionamento da Abradee, com argumentos jurídicos. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, independente da identificação da causa, sem prejuízo do direito de regresso, cabe ao distribuidor prestador de serviço público indenizar o seu consumidor.

Então, a Aneel não só fez sua ação no dia 17, como contestou no dia 30 a reação dos que não estavam cumprindo a sua parte. E mais uma vez, agora, fez uma execução dessa posição. A Aneel tem seus instrumentos, dentro do Estado de Direito. Podem recorrer. E tem havido firmeza. A Light recorreu administrativamente da aplicação daquela multa. Não foi acolhido o recurso. Ele foi indeferido pela Aneel e ela recolheu o valor de R\$2 milhões. É um novo estado de direito, no qual temos instrumentos e firme disposição de aplicá-los, com justiça, com equilíbrio.

O SR. – O Senador Romero Juçá levantou algumas dúvidas sobre o modelo de privatização, sobretudo nos sistemas isolados, mais especificamente do Norte, sobre os investimentos a que a Eletro-norte vinha fazendo, se isso não seria um risco. Perguntou qual seria o melhor modelo, em último caso, para se resolver o problema do Norte.

V. Ex^a sabe, o problema do Norte nos preocupa, na medida que temos sistemas isolados, não interligados a Tucuruí, e com soluções diferentes. A solução para o Amapá é uma, e será atingida por meio da geração de energia hidroelétrica; a solução para Roraima é outra, há interligação com a Venezuela; a solução para o Acre e Rondônia já é diferente, porque implica, em última análise, utilizar o gás de Urucu – o gás vai de Urucu/Coari/Manaus e, por uma perna, desce até o Estado de Rondônia, que fará o abastecimento por uma termoeletrica. Também já está sendo analisada toda a demanda de Rondônia e do Acre.

A solução para Manaus também é diferente, na medida que poderia ser adotado, da forma mais econômica, o que está sendo implementado com o gás de Urucu, a geração termoeletrica.

As soluções são diferentes. O caso de Manaus é diferente dos casos do Amapá, e de Rondônia e do Acre. Questionava-se muito. Funcionários da Eletro-norte e até parlamentares que estiveram comigo, no meu gabinete diziam claramente que o que não podia ser feito era uma separação entre Tucuruí e o sistema de Rondônia e do Acre, porque isso inviabilizaria qualquer fornecimento de energia à área de Rondônia e do Acre. E usavam palavras que vou repetir agora: "Quem comprasse o filé deveria comprar o osso". Estou apenas repetindo aquilo que me foi dito numa longa reunião que tivemos, inclusive com o Deputado Chinaglia.

É difícil, às vezes, verificar qual é a melhor solução. Num momento, decidimos que vamos tentar partir para colocar o sistema e o subsistema de Rondônia e do Acre junto com o de Tucuruí, como foi feito naquela ocasião. É possível. Mas esse assunto tem que ficar, de uma certa forma, aberto, para se verificar se o chamado desenvolvimento auto-sustentado é melhor. Não sei, tenho alguma dúvida, Senador. Podemos conversar sobre isso com mais vagar, na medida em que se parte de um pressuposto que, necessariamente, não tem sido verdadeiro. O investimento nesses sistemas tem sido feito pela Eletrobrás, e não necessariamente pela Eletro-norte, como tem sido dito, porque ela tem tido fundo de geração de caixa negativo.

É um assunto que deve ser estudado. Não é de repente que poderemos chegar a uma conclusão aqui sobre o que é melhor. Ficaríamos abertos para uma discussão mais detalhada sobre isso e sobre esse modelo de privatização.

Eu queria saber, Sr^a Presidente, Senadora Emilia Fernandes, sobre a questão do Rio Grande do Sul. Não consegui entender. Quero, então, queria passar a palavra para o Dr. Mário Santos.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Dr. Mário.

O SR. MÁRIO SANTOS – Pois não, Sr. Ministro.

Se me permitissem, gostaria de caracterizar o seguinte: de acordo com a Lei nº 9.648, que definiu a criação da ONS, no novo modelo, aprovada nesta Casa, e com o Decreto nº 2.655, que detalha essa lei, cabe ao operador nacional do sistema a responsabilidade institucional de, através de proposições de ampliações e reforma, toda vez que sentir que há risco quanto à qualidade do fornecimento de ener-

gia, fazer seus estudos técnicos e levá-los ao seu Conselho de Administração. Esse Conselho é representativo, num esquema de regência extremamente complexo e, a meu ver, sofisticado, porque a lei e o decreto buscaram eliminar as críticas que se faziam ao GCOI. Diziam que ele era uma caixa preta; que era mandado por determinados grupos de geradores, que dominavam as distribuidoras; que ninguém sabia como era o processo decisório no GCOI; que o representante da Eletrobrás tinha direito absoluto, porque tinha 15 representantes de empresas, e, quando não houvesse consenso, o coordenador da Eletrobrás – que conheço muito bem, era eu – tinha direito de decidir, in pectoris: "A minha decisão é esta, acabou-se"; e que o último recurso a que se tinha direito era apelar para o Ministro, que também era dono da Eletrobrás.

Todo o mercado dizia que o processo tinha um defeito de gênese, porque a Eletrobrás não teria isenção, por ser parti pris, por ser dona de geradoras e de distribuidoras – na época não existiam transmissoras, e por poder tomar decisões que favoreceriam suas empresas contra os interesses de uma pequena empresa, de uma empresa privada ou de uma estatal. Essa crítica era constante no mercado desde o tempo do Revise, ?????? que era um processo anterior, e foi capitulada pelo Governo, por uma grande maioria de legisladores, que buscou criar uma coordenação independente, onde há agora um conselho com sete membros que representam o lado do consumo. São mais de 35 empresas distribuidoras, cuja maioria é estatal. Sete membros representam as geradoras, sendo seis estatais; e quatro membros representam os transportadores, os retransmissores.

Dentro desse Conselho, há o poder de veto do Governo, por meio do Ministério, e os conselhos de consumidores têm um representante Norte/Nordeste e outro Norte/Sul, que têm assento na assembleia e são convidados para participar – não existia nada disso na GCOI. E mais ainda: todo e qualquer ato do ONS tem de ser aprovado pelo Estado, pela agência reguladora Aneel. Somos autorizados da Aneel.

Como é que se criaram os chamados procedimentos de rede? Apesar de ser uma associação civil de direito privado e de toda a complexidade de regência, o ONS tem de aprovar e submeter à Aneel. A lei obriga o ONS à responsabilidade de propor obras de emergência.

Feita esta preliminar, para contextualizar, o que aconteceu? Nós, há dois anos, ainda como GCOI, e, depois, nos primeiros documentos como ONS, co-

meçamos a mostrar que Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, com o crescimento de carga previsto, poderiam ter problemas. Com a onda de calor que houve no Rio Grande do Sul, o pico de carga foi maior ainda, o que as próprias empresas, inclusive as estatais locais, quer neste Governo, quer no Governo passado, propunham. Os picos enormes de demanda ultrapassaram o que estava previsto para o ano.

Foi criada, pelas empresas privadas e estatais, sob a coordenação da Secretária de Transporte e Energia do Rio Grande do Sul, uma comissão. Fizemos estudos, baseados em estudo anterior do GCOI e do ONS, e viu-se que era preciso acelerar obras que estavam no plano de obras já previstas pela Eletrobrás, pelo GCPS, com muita competência.

A Sr^a Secretária, Dr^a Dilma, fazendo reuniões sucessivas internas com as empresas do Rio Grande do Sul, resolveu visitar o ONS para pedir opinião técnica, perguntou se ele respaldaria que aquele conjunto de obras era prioritário. Posso citar as obras de Uruguaiana, Itagarabi, Santo Ângelo, Santo Ângelo de São Borja, todo aquele conjunto de obras, recuperação da Usina Presidente Médici. Ao mesmo tempo em que foi ao ONS, procurou a Aneel, porque as linhas que ela estava citando eram consideradas da rede básica, para as quais a Constituição manda fazer licitação.

As instalações da rede básica não podem ser concedidas a uma determinada empresa, a não ser que haja, comprovadamente, uma emergência, que tem de ser submetida à Aneel e ao Sr. Ministro. Foi-me, então, solicitado dizer se considerava emergência ou não. Fizemos estudos e consideramos que a situação do Rio Grande do Sul, para o próximo verão, de 1999 para 2000, seria de emergência se não houvesse providências para se executar essas obras.

Foi, então, solicitada uma reunião com a Aneel. A diretoria da Aneel, por intermédio do Dr. José Mário, chamou todos os diretores e convidou-me a participar, a fim de que eu ratificasse se essas obras eram de emergência. Ratificamos, e foi solicitado, por deferência da Secretária e do Dr. José Mário, que, como o assunto era técnico, se o ONS poderia coordenar os entendimentos entre os agentes para viabilizar essas obras. Essa missão me foi confiada.

Posteriormente, já com o Ministro Rodolpho Tourinho, procurando me assenhorar de todos os processos prioritários, conversei com a Secretária e sugeri a ela que procurasse inclusive o Ministro Tourinho e o Presidente da Eletrobrás, porque os recur-

sos teriam de ser conseguidos junto à Eletrobrás. O Ministro Rodolpho Tourinho estava definindo um conjunto de prioridades. Nós aconselhamos: é importante que a Srª Secretária procure o Presidente da Eletrobrás e o Ministro Rodolpho Tourinho.

A minha posição é de, por lei, dizer que há emergência e ajudar, quando solicitado.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Obrigado.

O SR. MÁRIO SANTOS – Se V. Exª me permitir, Srª Presidente, como houve uma citação muito oportuna do Senador José Eduardo sobre o modelo inglês e a pergunta de onde é que haveria modelo dessa ordem, eu poderia prestar esclarecimentos agora, se for oportuno.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Lembramos aos senhores que há mais Parlamentares inscritos e que, após a participação de S. Exªs, podem ser acrescentadas informações e respondidas outras questões.

O SR. MÁRIO SANTOS – Então prefiro esperar.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Gostaríamos de ouvir mais três Srs. Senadores, por ordem de inscrição, os Senadores Ernandes Amorim, Roberto Requião e José Agripino.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ernandes Amorim.

O SR. ERNANDES AMORIM – Srª Presidente, Sr. Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, Sr. Ministro, Srs. Diretores, Senadores, Deputados e autoridades aqui presentes, na verdade temos o maior respeito pelo Sr. Ministro, sabemos da sua competência, mas temos uma pergunta a fazer a S. Exª e aos demais convidados.

Sr. Ministro Rodolpho Tourinho, chega ao conhecimento do Senado Federal, em entrevista de V. Exª, que estaria em curso uma medida provisória para prorrogar os prazos de privatização das empresas de energia elétrica. Essa medida provisória é de autoria de V. Exª ou é mais uma ação dos tecnocratas do Governo Federal, que nada entendem do setor, o que têm ocasionado enorme prejuízo ao País? Essa seria a pergunta a V. Exª.

Por outro lado, aqui, Srª. Presidente, o Sr. Joaquim Francisco discutiu o assunto na sua generalidade. S. Sª descreveu a situação do País no setor elétrico dizendo que 5 bilhões foram investidos e citando as mazelas que têm ocorrido em determinados lugares quanto ao investimento. Por outro lado, acompanhei o pensamento do Dr. Fábio Machado Rezende, assessor técnico, que se pronunciou. Mas

quero abordar a privatização especificamente com relação à Região Norte.

Ouvi o Presidente da Aneel dizer que está cuidando, está trabalhando, que está fazendo e que a seriedade é grande e ultrapassa os limites.

No caso do meu Estado, houve o começo de uma federalização, mas não cumpriram o que dizia a medida provisória a esse respeito: adquirir, comprar todas as ações da empresa Ceron. Na verdade, criaram novas ações. A Eletronorte comprou esse setor e, logo após, a Ceron se apoderou de todo o patrimônio da empresa, que era do Estado de Rondônia – que tem 30% desse patrimônio –, e o repassou à empresa Guascor. Ao repassá-lo à Guascor, o contrato foi assinado por somente dois diretores, de quatro ou mais diretores que poderiam ter definido essa ação. Logo após mandaram que fosse publicado no Diário Oficial. Lamentavelmente, não foi publicado, creio, e, após eu ter feito alguns pronunciamentos contra essas mazelas no Estado de Rondônia, no mês passado, o Sr. José Mário Miranda Abdo publicou na Agência Nacional o contrato da Ceron com a empresa Guascor, empresa que não tem nada, não investiu nada em Rondônia, não trouxe sequer um alfinete para o Estado e assumiu todo o patrimônio que era do Estado, do povo, do Governo Federal. Esse cidadão, com a conivência de uma outra pessoa, transferiu o patrimônio para a Guascor gerar energia.

Mas o que aconteceu? A empresa tinha antes energia gerada por uma outra empresa a R\$60. A diretoria atual tomou dessa empresa o direito que ainda não teria vencido, passou-o para a Guascor, que começou a vender energia a R\$93. Logo depois, essa mesma empresa, a Guascor, não tendo equipamento, porque nada trouxe para a nossa região, passou a alugar os motores que já estavam instalados e contratados naquelas localidades, por R\$5 mil, do empresário local, e os transferiu pelo valor de R\$19 mil. Ou seja, 12 motores alugados por R\$60 mil foram revendidos à Ceron por R\$220 mil.

Por aí se vê que existe uma esdrúxula situação de exploração, de 200 a 300%, sobre o produtor, o que é um custo para o setor energético. A Aneel deveria ter acompanhado isso de perto.

Por outro lado, gostaria de fazer algumas perguntas ao Sr. José Antônio, Presidente da Eletronorte e Presidente do Conselho de Administração da Ceron.

A Eletronorte contratou produtores independente de energia em Manaus e Cuiabá. Quais os valores das tarifas praticadas? Quem fez os investi-

mentos para a instalação dessas usinas? Sabemos que o fornecimento do óleo combustível e lubrificante é efetuado pela contratante. Quais foram as formas de contratação: carta-convite, licitação ou concorrência pública? Esta é uma pergunta.

A Ceron contratou a Guascor, produtora independente de energia, para substituir 49 usinas no Estado de Rondônia. Qual é o valor da tarifa praticada? Quem fez o investimento para a implantação das usinas? Neste caso, a Ceron está também fornecendo o combustível lubrificante? Na sua opinião, é legal entregar, em regime de comodato, gratuitamente, patrimônio público a uma empresa privada, como ocorreu com as 49 usinas da Ceron no interior do Estado?

Na tarifa paga pela Ceron, de R\$93, à Guascor, para operar as usinas recebidas gratuitamente, a composição de custos contempla depreciação de 25,17% correspondente a 23,41% de encargos financeiros, juros de 12%, o que corresponde a 11,42% de endividamento. A população paga, em sua conta mensal, mais 37,45%. Isso é do seu conhecimento? O que o senhor tem a dizer a respeito?

Isso quer dizer, Sr^a Presidente, que a empresa Ceron deu à Guascor todo o equipamento e, agora, a Ceron está pagando, pela depreciação do equipamento, 25%, e mais 12% de juros e mais alguma coisa.

Na mesma composição de custos da tarifa da Guascor está contemplado um percentual de 11,65% de encargos sociais, o que corresponde a 10,83% a mais na conta do consumidor, sendo todos os serviços operacionais quarteirizados – e não tercerizados, porque o contrato não permite. Os serviços são quarteirizados e entregues pela Guascor a uma cooperativa de serviços, constituída de ex-empregados da Ceron, isenta desses encargos. Os ex-empregados estão voltando, ganhando ações contra a Ceron.

V. S^a é conhecedor de que a Ceron tinha um contrato, em plena vigência, com um produtor independente, que, com seus grupos geradores, produzia e fornecia energia pelo preço de R\$60 o kilowatt? E que esse contrato foi rescindido de forma arbitrária, sendo entregue à Guascor as instalações, que cobra R\$93 por uma energia que estava sendo comprada por R\$60?

Deve também ser do conhecimento de V. S^a que a direção da Ceron outorgou, no dia 29 de julho de 1998, uma procuração com poderes totais para a Guascor sacar, em qualquer agência bancária, o que ela achar que lhe é devido pela Ceron. Este um pro-

cedimento usual, endossado pelo sistema? O contrato celebrado entre Ceron e Guascor, em 29 de julho de 1998, prevê, na cláusula VII, letra "s", a instalação de 4 megas em 150 dias, na cidade de Guajará-mirim, prazo que expirou em 29 de dezembro de 1998. Até a presente data, a empresa contratada sequer iniciou as obras para instalação do grupo gerador. Com isso, a cidade vem sofrendo longo e permanente racionamento de energia, o que está levando a população à revolta, com risco de perturbação da ordem pública. Afinal, esse contrato foi celebrado para ser cumprido ou é apenas um instrumento para legalizar o saque nos cofres da Ceron?

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Senador Ernandes Amorim,...

O SR. ERNANDES AMORIM – Por favor, Sr^a Presidente, já estou concluindo!

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Gostaria de dar uma sugestão a V. Ex^a. As Comissões se comprometem a receber...

O SR. ERNANDES AMORIM – Eu já estou concluindo, até porque estas são denúncias públicas.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Por isso mesmo, dada a importância do assunto, pedimos que V. Ex^a nos encaminhe esse material. A Presidência da Comissão assume a responsabilidade e o manda, por escrito, às autoridades que V. Ex^a desejar. É importante o que V. Ex^a está abordando. Esta é apenas uma sugestão, porque será impossível responder a todas as perguntas.

O SR. ERNANDES AMORIM – Nobre Presidente, estamos discutindo uma privatização com a qual meu Estado está sendo prejudicado. No meu Estado, um cidadão pega uma procuração para receber dinheiro de uma empresa. Há contratos em que ele pegou um prédio – e não precisava mudar de prédio; ele alugou um outro prédio e pediu que, por sua própria conta, fosse dispensada a licitação, gastando R\$1 milhão para instalar ar-condicionado e mordomias, quando há uma população pobre e miserável que paga contas de luz mais caras.

Por duas vezes, já me dirigi ao Ministro Rodolpho Tourinho, juntamente com o Governador do meu Estado, com a Bancada Federal e com o Presidente da Assembleia Legislativa, para solicitar a demissão desse cidadão e uma solução para esse problema, buscando moralizar a situação no Estado de Rondônia, mas nada foi feito. Aliás, o informe de que disponho é o que vão mandar esse cidadão para o Maranhão, porque se diz que o Maranhão precisa

dele para fazer lá os mesmos trambiques que estão sendo feitos no Estado de Rondônia.

E isso pode ser provado. Tenho toda a documentação aqui. Vou requerer à Comissão de Fiscalização e Controle para, junto ao Tribunal de Contas...

Senadora, não vou lhe entregar esta documentação, porque eu não a trouxe aqui para entregá-la a V. Ex^a, como Presidente desta Comissão. Eu trouxe os documentos e fiz perguntas para que S. S^a as respondesse, se assim quisesse. Se não quiser responder, vou levar os documentos à Comissão de Fiscalização e Controle, ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal, para que essas pessoas sejam colocadas na cadeia.

Não acredito que o Ministro esteja acompanhando essa situação de perto ou esteja dela sabendo. S. Ex^a deve estar sendo enganado por alguns que dizem que está tudo bem. Há esse monte de falcatruas no meu Estado, e ninguém quer tomar providências.

Por isso, este documento está aqui. Se desejarem responder, ele está aqui. Do contrário, a resposta deverá ser dada na Comissão de Fiscalização e Controle do Tribunal de Contas da União.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Muito obrigado, Senador Ernandes Amorim. V. Ex^a faz graves denúncias, e, certamente, estas Comissões as levarão adiante.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Depois do fulminante questionamento do Senador Ernandes Amorim, até me intimidado em fazer os questionamentos que desejo. Mas vamos lá. Por economia processual, dirijo-me diretamente ao Ministro Tourinho, de Minas e Energia.

Sr. Ministro, entre 1991 e 1994, fui Governador do Paraná e, como tal, não consegui perceber essa carência de recursos para investimento público no setor elétrico. Peguei em andamento uma usina, que era a de Segredo, e iniciei outra, que era a de Caxias. A usina de Caxias sequer precisava de recursos externos para ser construída. Licitei internacionalmente a usina e consegui o preço de R\$125 milhões para as obras civis. Orçávamos o equipamento pesado, numa licitação internacional, em algo da ordem de R\$500 milhões. Teríamos aí uma usina para R\$650 milhões, que seria inteiramente custeada com a venda, por parte do Estado, de ações da Companhia Paranaense de Energia Elétrica. Depois de construída a usina, esses equipamentos capitalizariam a Companhia Paranaense de Energia Elétri-

ca, forçando, inclusive, os sócios privados da Copel, a nossa Companhia, a comprarem ações para manter a sua posição.

Saí do Governo; a usina estava viabilizada com recursos próprios do Estado. O novo Governador, no entanto, semiprivatizou a usina de Caxias, cuja primeira etapa foi inaugurada recentemente pelo Presidente da República – provavelmente com a presença de V. Ex^a também – e mudou os preços básicos: de R\$650 milhões saltou-se para um empréstimo, no BID ou no BIRD, de US\$1,399 bilhão que, com a desvalorização do real e o aumento do dólar, está jogando a usina para mais de R\$2 bilhões.

Mas, de qualquer forma, apresento-lhe este assunto para demonstrar que não posso acreditar na afirmativa da falta de recursos, pois mesmo uma usina viabilizada financeira e economicamente encontrou financiamentos internacionais no Governo que sucedeu ao meu. Sobram recursos para a construção de usinas no Brasil.

Sr. Ministro, cumprimento a Presidente da Comissão, Senadora Emilia Fernandes, e o Senador Romero Jucá, pela iniciativa, porque se não conseguirmos nenhum objetivo nesta reunião, teremos conseguido pelo menos que os órgãos presentes a ela se comuniquem. Ao contrário da afirmação do nobre Senador José Eduardo Dutra, eu não ouvi o Presidente da Aneel, Sr. José Mário Abdo, falar em raios no acidente ocorrido, presumivelmente, em Bauru. Ele simplesmente disse que não sabia o que tinha ocorrido e que havia que prosseguir nas investigações.

Logo depois, o Dr. Mário Santos, da ONS, coloca uma versão sobre os fatos. Pelo menos a versão sai consolidada desta reunião. O Ministro e os diversos órgãos que participaram têm a oportunidade de unificar a sua opinião sobre o acidente e o blecaute.

Sr. Ministro, com a intenção de alterar o modelo de operação do sistema elétrico brasileiro, privatizou-se o sistema e, com a privatização, a responsabilidade pelo controle de operação do sistema elétrico passou das empresas públicas para um órgão independente, privado, chamado ONS – Operador Nacional do Sistema – que, aliás, se fez representar por seu Presidente, que deu uma versão interessantíssima do blecaute. Essa transferência de controle ocorreu no dia 1º/3/99, às 10h30min, e criou mais um nível de complexidade na operação do sistema elétrico, pelo que passo a expor.

No modelo anterior, Sr. Ministro, os centros de controle de cada empresa comunicavam-se direta-

mente com os operadores das unidades descentralizadas e a empresa era a responsável direta por qualquer ocorrência na sua área. No modelo atual, esses centros passaram a ser centros regionais do ONS e as empresas mantiveram um centro operacional, de modo que a comunicação, que é um aspecto crítico da operação em tempo real, principalmente em caso de contingências, é tão importante que se ela existisse no sistema não teríamos essas versões contraditórias do blecaute ocorrido recentemente. Foi cindida em mais níveis, ou seja, em caso de uma ocorrência notada por uma unidade descentralizada, em que seja necessário tomar alguma ação operativa – corte de carga, por exemplo, Sr. Ministro – o operador desta unidade....

Sr. Ministro, se houver algum assunto importante com o Presidente da Aneel, posso interromper a minha fala e esperar, porque eu estou me dirigindo a V. Ex^a.

O SR. MINISTRO (Rodolpho Tourinho) – Não, não há nenhum problema.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Eu gostaria que atenção me fosse dada na mesma medida em que lhe dei na sua exposição.

O SR. MINISTRO (Rodolpho Tourinho) – Pois não.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – No caso de contingências, foi cindida em mais níveis, ou seja, em caso de ocorrência notada por uma unidade descentralizada em que seja necessário tomar alguma ação operativa. Em corte de carga, por exemplo, o operador dessa unidade, Sr. Ministro, reporta-se ao centro operacional da empresa, que reporta-se ao centro regional do ONS, que pode, dependendo da situação, reportar-se ao centro nacional, para tomada de decisão.

Pode-se observar o que uma ordem equivocada ou o entendimento equivocado de uma situação ou mesmo a postergação de uma ordem podem causar. O sistema energético brasileiro é fortemente interligado, principalmente no sul-sudeste, sendo que qualquer ocorrência energética em um Estado pode propagar-se para o resto do País, como de resto ocorreu. O maior blecaute brasileiro ocorre em 11-03-99, quinta-feira, às 22h, com as repercussões e prejuízos que se registraram.

Ministro, recebo nesta reunião, de um jornalista da **Gazeta Mercantil**, a informação de que essas minhas afirmações são tão procedentes, que uma medida provisória prorroga por um ano a existência do Grupo Operador de Operações Interligadas, que terminaria a sua missão, diante da privatização, no dia 26 de maio deste ano. Essa prorrogação até o ano

2000 é uma confissão pública, por vias indiretas, da absoluta incompetência, pelo menos no curto prazo, do sistema montado para gerenciar as operações e, principalmente, as interligações.

Lamentavelmente, Ministro, embora essa ineficiência operacional – decorrente do ingresso de empresas que não conheciam o sistema – seja tão clara, o Governo aproveitou o fato para vir a público e propalar que a falta de investimentos em novas proteções da linha e a necessidade de privatização do sistema de transmissão de energia foram os causadores do blecaute. Mas a verdade é que a causa foi a falta de investimento no sistema: são oito anos sem investimento – durante o governo Collor e o primeiro mandato de Fernando Henrique – no setor, porque a privatização era o objetivo desejado.

As empresas públicas brasileiras, Ministro, embora carentes de investimentos há muito tempo, por deliberada política do Governo Federal, detinham altos índices de confiabilidade, confiabilidade de operação, ou seja, os tempos de interrupção eram equivalentes e até menores que os registrados em empresas de países bem mais avançados.

Quem sofreu até agora com os blecautes, Ministro, foram as populações dos Estados onde as empresas foram privatizadas. Empresas já privatizadas foram multadas por não alcançarem os índices de disponibilidade a que se comprometeram, o que é fruto da falta do investimento necessário. É o caso, já abordado, da Light, no Rio de Janeiro.

Transcorreram, Ministro, cerca de vinte horas até que fosse determinada a causa da ocorrência do blecaute – todo esse tempo num clima de desinformação inadmissível: ora acusava-se Itaipu, ora a outra empresa. Tal clima, incrivelmente, persiste até esta reunião da Comissão de Infra-Estrutura. Qualquer técnico da área elétrica sabe que ocorrências em equipamentos elétricos são rapidamente detectáveis pelo estrago que causam: destruição do equipamento, explosões, incêndios.

A causa identificada, segundo o Governo, foi um raio que caiu sobre uma barra de uma subestação em Bauru, em São Paulo. Diga-se a qualquer leigo que uma descarga atmosférica pode causar com tanta facilidade um blecaute da extensão do havido e ele perguntará imediatamente quantos blecautes já não teriam havido no País com essa extensão.

O Dr. Pinguelli Rosa arrasou, destruiu definitivamente a teoria do raio. Teria sido, talvez, um fogo-fátuo, bem mais tranqüilo que o raio, que não ocorreu na região.

Durante a transmissão do programa Fogo Cruzado, da TV Bandeirantes, no dia 14.3.99 – eu assisti a esse programa, e o Ministro, provavelmente, também o assistiu, porque a informação vinha da televisão, e não do sistema -, várias pessoas telefonaram informando que ninguém havia visto ou ouvido raio em Bauru e tampouco teria havido tempestade no momento da ocorrência.

O que são, Ministro, facilmente detectáveis para abrir essa suposta caixa preta sobre a incompetência momentânea – espero – da gerência do sistema são erros operativos. Para que desastres maiores não venham a ocorrer, trazendo consequências irreparáveis, inclusive com perdas de vidas humanas, o que se pede é o seguinte: que as causas – e dirijo à Presidência da Comissão essa sugestão – sejam investigadas com mais minúcia por entidades não envolvidas diretamente com a operação do sistema elétrico. Já vi que a Aneel e o ONS fracassaram de forma absoluta nessas investigações e no detalhamento do problema. O raio do ONS foi aquele que o Dr. Pinguelli Rosa constatou não ter existido. A Comissão de Infra-Estrutura e a de Fiscalização e Controle poderiam tomar essa iniciativa.

Que sejam solicitadas pela Comissão de Fiscalização e Controle e pela Comissão de Infra-Estrutura as fitas de conversas entre os operadores dos principais centros de operação de sistemas na hora da ocorrência. Essas fitas são uma espécie de caixa preta de aviões. Não acredito que a esbórnica e a muvuca tenham avançado tanto a ponto de não existir mais gravações das intercomunicações. Que as Comissões do Senado requisitem essas gravações.

Que sejam ouvidos os operadores dos principais centros de operações de sistema que estavam a serviço na hora da ocorrência.

Que sejam requisitados os arquivos de dados que registraram a ocorrência que são gravados nos principais centros de operação do País.

Se vamos operar em um modelo privatista, que se faça como nos demais países em que se apuram as responsabilidades e a empresa que erra paga com multas pesadíssimas, e os responsáveis são afastados em empresa privada ou pública, porque é a própria segurança do país que está em jogo, vidas humanas nas capitais, probabilidades de acidentes de trânsito e de mortes em hospitais.

Que se defina claramente qual é a responsabilidade desse nascituro, desse vitelo do sistema, que é o ONS, com a população brasileira.

Que o País saiba, com clareza, quem será responsabilizado por ocorrências desse tipo daqui para

frente. Isso tem que ficar absolutamente claro, porque, até agora, pelo menos para o meu nível de inteligência e de percepção, faltou clareza no que diz respeito ao gerenciamento do sistema, às responsabilidades de cada órgão, ao papel de cada uma das pessoas que participaram da exposição inicial como representantes das empresas privatizadas e do próprio Governo.

Sr. Ministro, são essas as observações e sobre elas estarei ouvindo com a devida atenção o seu comentário.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Obrigado Senador Roberto Requião.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Senador Romero Jucá, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, Senadora Emilia Fernandes, Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Sr. Ministro Tourinho, e demais autoridades, gostaria de louvar a iniciativa desta reunião. Aqui se estabeleceu um contraditório em torno de um assunto oportuno, onde esteve presente – estou seguro – o interesse nacional. Por mais ácidas que possam ter sido as observações aqui feitas, elas objetivaram sempre o interesse público.

Esta reunião teve um sentido muito importante para mim, porque acabei de ouvir o talento do Senador Roberto Requião, que colocou o que ocorreu quando era Governador: a licitação de uma geradora de energia elétrica, feita com baixo custo, já que é seu hábito trabalhar com probidade, financiada com recursos próprios, em um Estado que possui condições completamente distintas da minha região.

Fui Governador por duas vezes e acompanhei alguns fatos. Vou citar, por exemplo, a construção de Moxotó e Paulo Afonso IV, que se arrastaram por anos e anos por falta de dinheiro e por iliquidez de um sistema, que é feito por uma cadeia: a concessionária, que se reporta à geradora, que se reporta à Eletrobrás. Vi a concessionária do Piauí, do Maranhão, do meu Rio Grande do Norte e do Ceará sem ter condições de pagar a conta da Chesf, que, pelo fato de não receber aquilo que lhe era devido, não tinha como cumprir os seus compromissos com a Eletrobrás, gerando déficit público, porque alguém pagava pela conta não paga.

Como este País é díspar e como é complicada a solução do problema energético! Esse é um conceito que eu guardo; é o meu conceito. Quando se pretendeu a privatização do sistema elétrico, pretendeu-se trazer para ele liquidez, eficiência e auto-sustentação, porque na medida em que uma concessionária fosse vendida, o dono privado não iria perdoar a

conta de quem quer que fosse. Iria cobrar suas contas e também se veria obrigado a pagar aquelas devidas à geradora de quem ela compra energia elétrica, a qual tem a obrigação de pagar à Eletrobrás. Buscou-se, com o processo de privatização, obter os recursos de que a União, a exemplo do que aconteceu em Moxotó e em Paulo Afonso IV, não dispunha para fazer os investimentos que se impunham. O grande indicador de geração de emprego é consumo, demanda de energia elétrica. Nisso tudo, ocorre o blecaute; nessa discussão do processo de privatização, ocorre o blecaute, que é objeto deste debate onde, repito, ouvimos opiniões divergentes, manifestações críticas, opiniões ácidas e democráticas e todas elas, no meu entendimento, objetivam o interesse público.

A minha pergunta, a minha preocupação transcende o momento. Dificuldades existem e são produto de falta de investimento ao longo de muitos anos. Não é falta de competência profissional ou técnica, mas falta de investimento, de recursos para se aplicar num sistema que pudesse estar imune a um raio. Quero perguntar ao Ministro objetivamente: ocorreu o problema, houve deficiências, mas há jeito para ele? Qual é o jeito? O que está sendo feito para corrigir, ainda que emergencialmente, como que tapando buracos, o problema que gerou o apagão no centro-sul do País? Principalmente para o futuro, para a geração de empregos, com recursos públicos ou privados, produto de privatizações ou de concessões novas, dirijo-me muito mais ao Presidente da Aneel, que eu não conhecia, mas de quem guardo muito boa impressão. V. S.^a pode estar certo de que a sua missão ainda não está sendo realizada na plenitude. A concessionária de distribuição de energia elétrica no meu Estado, o Rio Grande do Norte, adquirida por processo de privatização, praticamente acabou a tarifa social naquele Estado. A Aneel precisa estar atenta a fatos como esse, para que possa cumprir o seu papel por inteiro, porque ela tem um papel muito maior do que esse para o futuro, uma vez que é ela quem vai coordenar e agir com mão de ferro no disciplinamento de um setor que é fundamental para o futuro deste País.

Nesse contexto, quero fazer uma pergunta muito clara para a qual quero uma resposta muito objetiva: quais serão as principais ações governamentais coordenadas pela Eletrobrás, pelo Ministério de Minas e Energia, pela Aneel, quanto à capacitação do sistema elétrico brasileiro para responder à demanda crescente nacional para o futuro?

Era isso. Sr.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Obrigada, Senador José Agripino.

Ainda acrescentaríamos os nomes dos Senadores Ademir Andrade e Sebastião Rocha para se pronunciarem para que possamos fechar este bloco com um Senador de cada Partido, conforme manda o nosso Regimento. Depois faríamos um último bloco com os demais Senadores, pedindo objetividade pelo adiantado da hora.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Sr. Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, quero louvar o esforço de V. Ex.^a por esta reunião, mas não posso deixar de analisar que cometemos alguns erros. Em primeiro lugar, pela quantidade de palestrantes. Creio que os subordinados do Ministro deveriam ter sido dispensados dessa tarefa.

Em segundo lugar, os representantes do Sindi-norte, que congrega o sindicato dos funcionários ligados às empresas geradoras de energia, não foram solicitados a manifestar seu posicionamento. Por último – o que entendo ser mais grave nesta reunião, que já se prolonga por cinco horas –, é que estamos tratando de dois assuntos em uma única reunião, o que é muito complicado. A Comissão possui poderes para convocar o Ministro a qualquer momento. Deveríamos ter convocado uma reunião para discutir a questão do blecaute e outra, para discutir a questão grave e extrema, que é a cisão da Eletronorte, da Chesf etc. De forma que deixo aqui minha manifestação. Vejo, na exposição do Sr. Ministro, que S. Ex.^a destina um único parágrafo à questão da Eletronorte. Isso, evidentemente, não satisfaz aos nossos questionamentos. Vou dirigir-me, exclusivamente, ao Ministro de Minas e Energia.

A Eletronorte, em face das suas peculiaridades, foi progressivamente ampliando a sua presença na Região Amazônica, assumindo muito mais a condição de agente indutor do desenvolvimento do que a de uma empresa com fins lucrativos. Essa é a razão de seu modesto desempenho econômico-financeiro causado por três razões: implantação de empreendimentos inviáveis empresarialmente, porém necessários ao desenvolvimento da Região. Portanto, algo extremamente positivo na ação da Eletronorte e que só o Estado pode fazer. Nenhuma empresa privada faz esse tipo de ação; obrigatoriedade de manter a prestação do serviço com tarifas abaixo do custo de produção de energia para o suprimento das concessionárias estaduais da Região. O pior de tudo, Sr. Ministro – e aí vem a minha primeira pergunta – é o subsídio inconcebível que foi dado pelo Governo brasileiro às indústrias de eletrointensivo, que sozinhas consomem 40% da energia produzida na Hidrelétrica de Tucuruí a um preço que causa um prejuízo à Eletronorte de R\$200 milhões ao ano.

Quero saber, no caso da privatização de Tucuruí, como vai ser a vida do comprador? Como será esse subsídio dado às empresas? Quem irá assumir: o comprador ou o Governo, pagando com recursos do Tesouro, o subsídio absurdo que foi concedido às indústrias de eletrointensivos na Região Amazônica? Diga-se de passagem que construíram a Hidrelétrica de Tucuruí para atender aos interesses dessas duas grandes empresas de eletrointensivos e do Projeto Grande Carajás. Até hoje, a Hidrelétrica de Tucuruí não chegou a qualquer outro Estado do Norte do Brasil; mais de 70 Municípios do Norte do Pará ainda não recebem energia desta hidrelétrica – alguns a 100 quilômetros de distância. De qualquer forma, houve a idéia de se fazer a cisão da Eletronorte. Há seis empresas: cinco deficitárias e a Eletronorte, que, apesar do subsídio, possui um fluxo de caixa que consegue manter as outras cinco. A Eletronorte não fica usando dinheiro do Tesouro para manter o seu sistema; ela se abastece com o que ganha em Tucuruí. Ora, não entendi até agora como foi a questão da cisão e divisão da Eletronorte em seis empresas. O que queria o Governo? Eu gostaria que V. Ex^a me dissesse o que o Governo pretendia com essa cisão. V. Ex^a está dizendo, aliás, no único parágrafo em que comenta a questão, o seguinte: "Serão levadas em consideração as diversas ponderações de parlamentares como, por exemplo, que os sistemas Rondônia, Acre e Amapá venham a ser privatizados em conjunto com a usina de Tucuruí". O que V. Ex^a pretende fazer agora? O mesmo comprador de Tucuruí tem, obrigatoriamente, que comprar Amapá, Acre e Rondônia? É isso? Vai-se vender o conjunto, as quatro empresas, para um único comprador? É essa a forma de resolver? Cinco são deficitárias, só uma dá lucro e mantém todo o sistema. Como é que se pode conceber vender Tucuruí? Há uma pergunta mais grave, Sr. Ministro. E quero que V. Ex^a me responda mesmo. V. Ex^a sabe quanto foi gasto para se construir a Hidrelétrica de Tucuruí? Foram gastos US\$6 bilhões – esse o preço de custo, pago às empresas construtoras. V. Ex^as não conseguiram nenhuma empresa privada no Brasil e no mundo para fazer a segunda etapa da Hidrelétrica. O Governo está bancando a segunda etapa, que é investimento de mais US\$1,2 bilhão.

Não consigo entender como se pensa em vender a Hidrelétrica. Não consigo entender, pois não encontraram ninguém, com recursos próprios, para construir a segunda etapa. Então, como é que vai ser vendida? Estamos fazendo com o nosso dinheiro a segunda etapa. Como vão vender, se não conseguiram que uma empresa privada fizesse essa fase, Ministro? Onde está a honestidade desse propósito? Não dá para entender essa questão. Quero que V. Ex^a me explique. Gastamos US\$6 bilhões para fazer

a Tucuruí; vamos investir US\$1,2 bilhão para fazer a segunda etapa. Quanto V. Ex^a pensa em arrecadar com a venda da hidrelétrica? Quero esse dado agora. O Governo brasileiro gastou, com os juros e tudo o mais, uns US\$12 bilhões; mas em termos reais foram US\$6 bilhões. Não conseguimos uma empresa privada para gastar US\$1,2 bilhão agora, e V. Ex^a pretende vendê-la. Quero que me explique.

Tenho outras perguntas.

Quais serão as consequências da cisão? Caso seja efetivada a cisão da Eletronorte, que sistemas isolados serão primeiramente privatizados? São seis. Qual será a ordem de privatização desses sistemas? Considerando que as empresas oriundas da cisão são deficitárias, com exceção de Tucuruí, quero que V. Ex^a me diga, claramente, o seguinte: de onde virão os recursos necessários para cobrir os déficits dos outros sistemas da Eletronorte? De onde virão? Do Tesouro Nacional, que já não tem dinheiro para nada? Ou do aumento da tarifa de energia elétrica para a sociedade? Quero que isso seja esclarecido.

Como garantir a não interrupção do fornecimento de energia elétrica nas localidades distantes e com menos possibilidade de retorno financeiro? Há, no Pará, 70 municípios que não têm energia, ou que possuem termelétrica com muita dificuldade. Que empresa privada fará rede para jogar energia onde não há viabilidade econômica de retorno? Que mecanismos usará o Governo para privatizar empresas deficitárias. Quero saber quem comprará a Empresa de Energia Elétrica do Amapá? Se ela é deficitária, quem irá comprá-la? Hoje, o lucro da Hidrelétrica de Tucuruí paga os déficits do Amapá, de Rondônia, do Acre e de toda a Região Norte. Quero entender se é intenção do Governo primeiro vender Tucuruí. Será que pretende vender o filé e ficar com o osso? Foi a partir do questionamento de funcionários do sistema e dos próprios Parlamentares que o Governo mudou de posição?

Finalmente, quero saber que tipo de política o Governo desenvolverá para evitar o monopólio privado dos setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica na Região Amazônica. A empresa que V. Ex^a mencionou anteriormente já entrou no Pará, já comprou parte do Estado e já está em Tocantins. Pegou grande parte do sistema elétrico.

O SR. ERNANDES AMORIM – Pode-se também investigar qual a modalidade é como adquiriu. Se foi também doado.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Como evitar o monopólio? Sr. Ministro, a Região Amazônica é

questão de segurança nacional. Não sei como um Governo pode ser tão irresponsável a ponto de vender uma hidrelétrica do porte de Tucuruí. Entregar para empresas multinacionais o controle da Tucuruí é um crime. A troco de quê? Uma obra em que já se investiu US\$6 bilhões. Vamos dá-la por quanto?

Gostaria que V. Ex^a respondesse essas questões da melhor forma possível, e, se não for possível concluirmos agora, que marcássemos uma outra reunião, para que pudéssemos debater mais profundamente. O povo brasileiro não pode aceitar esse tipo de atitude de um Governo que se submete às determinações do Fundo Monetário Internacional e vende todo o seu sistema elétrico a "preço de banana".

Gostaria que V. Ex^a, na medida, do possível, respondesse.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Obrigada, Senador Ademir Andrade.

Apenas esclareço o seguinte: o requerimento, Sr. Presidente, que foi votado no dia 10 de março, tratava da questão da Chesf e da Eletronorte, porque havia uma previsão de, no dia 29, ser realizada uma assembléia. Então, era o assunto mais urgente do dia 10. Não imaginávamos que, no dia 11, haveria o blecaute.

Então, diante desse novo e importantíssimo fato, nós, por decisão das Comissões, acrescentamos a questão do blecaute. Mas acredito que, a partir de agora, nesta Comissão, por decisão de seus membros e desta Presidência, e tenho certeza de que na Comissão de Fiscalização e Controle, estabeleceremos um fórum permanente de debates. Este é o primeiro, no qual incluiremos novas entidades, inclusive de sindicatos que aqui virão também dar sua colaboração.

Também queremos dizer que o Dr. Luiz Pinqueli Rosa pediu desculpas porque precisou retirar-se por motivo de viagem. O Dr. Joaquim Francisco de Carvalho terá de sair também, mas antes ele teria, então, um espaço para fazer uma breve manifestação. Desde já agradecemos a sua presença.

O SR. JOAQUIM FRANCISCO DE CARVALHO – A propósito do tema levantado pelo Senador, que é exatamente a questão da montagem da estrutura financeira, o que S. Ex^a disse – e até tratei do assunto no texto que entreguei – inviabiliza o argumento do Ministro, que alegou e arrolou como o principal motivo de se defender a privatização ser exatamente este: de que o setor privado teria recursos para investir, mas o Estado, não. Os fatos mostram que não é assim. E o Senador Roberto Requião mostrou que o sistema é autofinanciável. Se não

transferir sua renda para a estrutura bancária, ele é autofinanciável. Ele construiu no Paraná Segredo e Caxias, se não me engano, a US\$800 o quilowatt instalado. O que se gastava nos outros aproveitamentos, a essa altura, era algo em torno de US\$1,5 mil.

Aliás, o Ministério das Minas e Energia avalia as necessidades do setor em função de um custo de investimento de US\$1,5 mil o quilowatt instalado, quando se pode fazer a US\$800, a US\$900.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – A menos que isso. Segredo custou R\$940 milhões e Caxias, na mesma potência, estava orçada em R\$650 milhões.

O SR. JOAQUIM FRANCISCO DE CARVALHO – Pois é. À época, até fiz um trabalho a propósito de investimento no setor elétrico, e lembro-me de que era algo em torno de US\$600 por quilowatt instalado, uma delas, e a outra era de US\$850.

Então, trata-se de uma questão de sobriedade e de seriedade na elaboração. As autoridades, dizem que os investimentos no setor elétrico têm que ser na faixa de US\$6 bilhões por ano. Por quê? De onde se tirou esse número? Isso é um absurdo!

E o Senador Ademir Andrade disse que uma das razões é que se está construindo uma estrutura de geração de energia elétrica para um setor de eletrointensivo absolutamente irracional. Entregamos energia. Por exemplo, para tomar só um dos eletrointensivos que é o alumínio, nós produzimos por ano algo em torno de 1,28 milhão toneladas de alumínio por ano e exportamos dois terços disso. O nosso mercado interno consome cerca de 300 mil toneladas por ano. A tarifa de energia elétrica para fabricação de alumínio é subvencionada. Então, o prejuízo que essa exportação de alumínio causa ao País é monumental, vai acima de US\$300 milhões por ano. Por que essa necessidade de investimento de 6 bilhões? Não é isso; esse valor pode ser recalculado, desde que se module o perfil do consumo em função da efetiva necessidade da sociedade. Isso está explicado, em linhas gerais, no texto que entreguei aqui.

Agradeço e peço desculpas por ter que sair, porque tenho que tomar o avião.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Muito obrigada.

Tem a palavra o Dr. Mário Santos, por dois minutos, porque ainda estamos no espaço destinado aos Parlamentares.

O SR. MÁRIO SANTOS – (*Intervenção fora do microfone*) – A minha pergunta ao Dr. Joaquim é a seguinte: como grande técnico que é, admite que o

curto-circuito da barra de Bauru, independente de se foi um raio em cima, do lado, na linha, ou se foi descarga, se tivesse acontecido no dia 1º de fevereiro, teria também provocado a oscilação do sistema e estabilidade e derrubado o blecaute?

O SR. JOAQUIM FRANCISCO DE CARVALHO – *(Fora do microfone)* Hoje, o que acontece é que desestruturaram o setor.

O SR. MÁRIO SANTOS – Não hoje. A minha pergunta refere-se somente ao período de 1º de fevereiro a 1º de março. O que quero provar é que não há relação alguma de causa e efeito entre o fato de ter sido ou não criado um ONS. Se tivesse ocorrido 15 dias atrás, acelerava a privatização? Então, o sistema não estava desmontado antes porque era o GCOI e continua sendo GCOI. A prova da causa e efeito é essa. Não há relação de causa e efeito entre o ONS e o GCOI.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Tem a palavra o Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Quero saudar os Presidentes das duas Comissões, Senadora Emília e Senador Romero Jucá, o Ministro e seus auxiliares.

Sr^{as} e Srs. Senadores, considero também extremamente importante esta reunião, embora, em função de assuntos extremamente diversificados, haverá certamente prejuízo no aproveitamento final do conteúdo do debate.

Gostaria de antecipar uma sugestão, Senadora Emília Fernandes e Senador Romero Jucá. Proponho que imediatamente seja feita a convocação dos presidentes das estatais, da Eletronorte, Dr. José Antonio, que está aqui, dos presidentes da Chesf e de Furnas, para que pudéssemos, numa reunião específica para tratar sobre a privatização, exaurir o assunto, haja vista a sua importância. Logicamente que o apagão também atingiu 78 milhões de pessoas, segundo estatísticas levantadas. Não deixa de ser também um assunto oportuno e acabou predominando certamente na reunião. Então, fica aí a sugestão de convocar os presidentes.

Logicamente, nesta oportunidade, pretendo aprofundar um pouco mais a questão da privatização das empresas, sobretudo da Eletronorte. O Dr. José Mario Abdo e o Dr. José Antonio nos conhecem muito bem em função das ações que temos desenvolvido junto a eles.

Com relação à questão da Eletronorte e de Tucuruí, fui um dos que lutei bastante para que tivéssemos o linhão de Tucuruí transpondo o Rio Amazonas e que a Hidrelétrica de Tucuruí pudesse também

atender a margem esquerda do rio Amazonas. O Dr. José Antonio tem um estudo efetivo sobre o tema, que demonstra eficácia na sua consolidação, mas infelizmente descartado pelos órgãos técnicos e políticos do Governo, que preferiram outra alternativa.

Somo-me aqui às palavras do Senador Ademir Andrade de que Tucuruí não foi construída para atender à população da Região Amazônica. O sistema Tucuruí está interligado com o sistema nordeste? Está interligado com o sistema sul? Os Estados do Nordeste, do Sudeste, do Sul e, provavelmente, também os do Centro-Oeste, todos estão usufruindo da energia de Tucuruí, enquanto que, por exemplo, a margem esquerda do Rio Amazonas está eliminada, porque favorecia ao Brasil uma parceria com a Venezuela. Os estudos técnicos elaborados por um conjunto de órgãos – Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás, Petrobrás e Eletronorte – definiram que a melhor composição para a Região Norte era exatamente o gás do Urucu com linhão de Tucuruí, para atender a margem esquerda do Rio Amazonas e estender a todos os Estados da Região.

No entanto, em função dessa parceria comercial, em função da globalização que interessava ao Governo, ao Ministério da Fazenda, preferiu-se fazer o linhão de Guri com a combinação do gás de Urucu. Sou cético em relação a que o gás do Urucu atenda a região do Baixo Amazonas, como, por exemplo, o Estado do Amapá, com as barcas criogênicas, tudo isso que está sendo proposto. Tenho dúvidas muito fortes de que o Estado do Amapá e os Municípios do Baixo Amazonas pertencentes ao Pará, por exemplo, possam usufruir dos benefícios do gás de Urucu.

Logicamente, o projeto ideal para a Região Amazônica era a união de Tucuruí, que saiu em 230 KWA para atender apenas o Oeste do Pará, eliminando, de uma vez por todas, a possibilidade de atender a margem esquerda do Rio Amazonas, porque teria de sair em sua fonte em 500 KWA.

Então, fica esta preocupação: se os órgãos governamentais, que têm capacidade para fazê-lo, resolverão um problema básico da população mais humilde e carente do País, a população do Norte, sobretudo a dos Municípios mais desvalidos, das margens do Rio Amazonas.

Tenho acompanhado, desde o ano passado, os problemas sérios de falta de energia elétrica em Manaus e na capital de Roraima, Boa Vista, mas o Governo não se preocupou com isso. E, com a privatização, o que se pode esperar?

Dessa forma, Sr. Ministro e Srs. Assessores, questiono o processo da privatização como um todo. Penso que não se carece mais de perguntas, haja vista todas já terem sido devidamente apresentadas com relação à expectativa que se possa ter do futuro de nosso País nessa questão da energia elétrica mediante a privatização.

Eu, por exemplo, não tenho nenhuma expectativa satisfatória e positiva quanto ao meu Estado, o Amapá. Até gostaria de saber – talvez o Sr. Ministro não disponha de dados, mas certamente o Dr. José Antônio os tem – qual a capacidade dessa nova hidrelétrica que será construída no Estado do Amapá. Não tenho conhecimento de uma nova hidrelétrica, a não ser de pequenas centrais hidrelétricas que serviriam para atender isoladamente alguns Municípios. A hidrelétrica que sempre almejamos para a região é a de Santo Antônio, na Cachoeira de Santo Antônio, no rio Jari, que, além do Amapá, atenderia também aquele importante empreendimento do ponto de vista da geração de emprego, a empresa Jari Celulose, que carece de energia hidrelétrica.

Até agora, não tivemos apoio do Ministério e dos órgãos governamentais para a construção dessa hidrelétrica, que seria fundamental, porque, com a capacidade de seis megawatts, podendo chegar a trezentos megawatts, interligaria o sistema da hidrelétrica de Coaraci e garantiria estabilidade com relação ao fornecimento de energia elétrica para aquela região.

Repito: não sei da construção dessa nova hidrelétrica e da sua capacidade, por isso deixo essa pergunta, essa preocupação. Realmente, Tucuruí poderia estar sendo melhor aproveitada do ponto de vista social. Se o Governo tivesse uma visão social do contexto geral do País, a energia gerada por Tucuruí certamente se estenderia em um linha para atender a margem esquerda do Rio Amazonas.

Por outro lado, Ministro, parece-me – não sei se estou equivocado – que, no plano original de privatizações, estavam excluídas as linhas de transmissões. Agora, vejo que, pelo novo modelo, ocorrerá também a privatização das linhas de transmissões, o que é uma preocupação adicional, porque o acesso certamente será mais difícil aos pequenos usuários.

São essas preocupações que deixo para a análise de V. Ex^a. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. RODOLPHO TOURINHO NETO – Começo a responder ao Senador Sebastião Rocha so-

bre essa hidrelétrica no Amapá, que é superior a 100 megawatts. Essa é a idéia.

Penso, efetivamente, que esse é um assunto que deve ser discutido. A idéia de V. Ex^a de convocar os Presidentes das empresas para apresentarem mais detalhes é mais do que pertinente e próprio, considero muito importante.

Da mesma forma, responderia ao Senador Ademir Andrade que a colocação feita por V. Ex^a de que há apenas um parágrafo em relação à Eletronorte deve-se a grande quantidade de assuntos que estávamos discutindo neste momento, com o que V. Ex^a há de convir. Mas não é essa, de forma alguma, a importância que o Ministério e o Governo dão ao problema de energia na Região Norte. Penso que o assunto deve ser mais discutido.

V. Ex^a me entregou todos aqueles questionamentos e eu gostaria de respondê-los com mais calma, por escrito e de forma que pudesse detalhar melhor. Se for o caso, Sr^a Presidente, esse assunto poderá ser apresentado na reunião com os presidentes das empresas, assim como os assuntos que não fossem devidamente cobertos nessa reunião com o Presidente.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Sr. Ministro, é importante saber agora sobre a questão da cisão. A cisão será feita? De que forma vai ser feita? O que se pretende privatizar primeiro? Por quanto se pretende privatizar.?

Considero importante explicar por que o Governo não conseguiu empresa privada para construir a segunda etapa e vai vender o que já está construído.

O SR. RODOLPHO TOURINHO – Gostaria, então, de separar a questão em duas partes. Penso que o assunto da Eletronorte deve ser discutido, mas não apresentaria o problema da cisão neste momento, como ela será feita ou não. Antes de se dizer se a cisão será feita dessa ou daquela forma, deverá haver algumas discussões sobre o assunto. Porque, se eu respondesse a V. Ex^a agora, não estaria levando em conta o resultado das conversas que devemos ter sobre a Eletronorte.

Não sei se lhe respondi sobre a questão da cisão.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Isso quer dizer que o assunto está indefinido?

O SR. RODOLPHO TOURINHO NETO - Eu diria que está indefinido e penso que deveríamos conversar. A idéia é que esse assunto seja detalhado, porque são sistemas diferentes. Temos um problema no Amapá que é diferente do problema de Roraima, que vem da Venezuela...

O SR. ADEMIR ANDRADE – A cisão estava prevista para o dia 19 de março. Parece-me que foi prorrogada para uma data específica.

O SR. RODOLPHO TOURINHO NETO – Não há data específica no caso da Eletronorte. Temos de tentar resolver o problema.

Então, considero respondida a questão do Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Se V. Ex^a puder responder a essas perguntas por escrito, eu agradeceria.

V. Ex^a tem idéia de quanto se apuraria com a venda do sistema do Norte?

O SR. RODOLPHO TOURINHO NETO – Esse cálculo não foi feito ou está sendo feito. Trata-se de modelagem feita através do BNDES. Eu não sei lhe respondi, porque não foi feito o cálculo até o momento.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Haveria alguma forma de os funcionários ligados à área serem ouvidos nesse processo?

O SR. RODOLFO TOURINHO NETO – Eu acredito que sim.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Nós reivindicaríamos isso ao Ministro.

O SR. RODOLFO TOURINHO NETO – Aliás, nós temos ouvido. Estivemos com o Deputado Arlindo Chinaglia e com funcionários da Eletronorte. Não me furto a esse contato de forma alguma, ou aqui, pelos Presidentes, ou na Comissão, ou pessoalmente. Não há o menor problema.

Gostaria de responder também a pergunta sobre o ONS, formulada pelo Senador Roberto Requião, dizendo que, a rigor, o que aconteceu com o ONS foi uma simples transferência muito mais no papel que necessariamente de funções, em relação ao grupo que existia na Eletrobrás e ao grupo que tratava não só do planejamento da operação mas também da operação em si. Para o ONS, uma entidade privada, foram transferidos os centros e as pessoas que lá trabalhavam. Não houve mudança alguma. Agora, o que aconteceu depois disso é que, como o processo de privatização não havia chegado ao fim. Também julgamos necessário prorrogar esse prazo por mais um ano. Durante esse tempo, entendendo que seria mais fácil para o Governo tomar as providências de emergência – o que afirmei e volto a fazê-lo – de que o sistema precisa. É muito mais próprio que o Governo o faça, mesmo porque a transferência de todas as atividades do ONS para a iniciativa privada ainda não ocorreu. No fundo, pressupunha-se que já tivesse terminado o processo de

privatização de geração e de distribuição, mas este não foi concluído.

Atendendo à pergunta do Senador José Agripino, penso que há providências operacionais a serem tomadas imediatamente – providências a que já me referi – como a colocação de um nível 3 de sistema de proteção, via modernização dos sistemas informatizados e dos centros de operação de distribuição; transferência dos centros de controle para o ONS, pela modernização do esquema de controle de emergência, de arranjos físicos; definição de critérios essenciais de projetos de instalação da rede básica e aprovação de tais critérios pela Aneel e definição de padrões mínimos de qualidade e desempenho para as instalações de geração e transmissão.

Há providências referentes à regulamentação, à ampliação do escopo da fiscalização anual da Aneel, à intensificação da implantação das agências reguladoras nos Estados – acreditamos que o processo está lento –, à determinação de rito sumário na indenização de consumidores, à divulgação periódica de informações – penso que essa parte é extremamente importante e precisa ser melhorada, não tenho dúvidas –, além de homologação de padrões mínimos do projeto de instalações de rede básica naquilo que for definido pelo ONS.

Penso que há algo extremamente importante com relação ao treinamento de pessoal: serão retomados os programas de treinamento setoriais da Eletrobrás, que, por meio de seu centro de pesquisas, o Cepel, irá adquirir os simuladores de operações de sistemas para treinamento dos operadores da rede básica. Por meio de regulamentação da Aneel, esse treinamento passará a ser obrigatório.

Há ainda providências de caráter estratégico, referentes a obras que devem ser priorizadas, que, na geração térmica, representaram, nesses 4 anos, cerca de 12 mil megawatts e, na viabilização de novas usinas hidrelétricas, cerca de 14 mil megawatts, além da viabilização de diversas linhas de alta tensão para fortalecimento da rede básica.

Posso também enviar, Senadora, todo o detalhamento de obra por obra daquilo que se está pretendendo fazer em relação à termelétrica e em relação à hidrelétrica, região por região, e, da mesma forma, em relação a linhas de transmissão. Se V. Ex^a quiser também poderei fazer o levantamento por região o que seria feito em relação a termelétricas e hidrelétricas. Fica a critério de V. Ex^{as}.

O SR. ERNANDES AMORIM – Sr^a Presidente, questão de ordem. Fiz uma pergunta, e o Ministro não quis respondê-la.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – S. Ex^a ainda não concluiu.

O SR. RODOLPHO TOURINHO NETO – Não concluí. Foram muitas as perguntas, Senador Ernandes Amorim.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – O Sr. Ministro pode nos enviar as respostas por escrito, nós as reproduziremos. Se S. Ex^a puder deixá-las hoje, nós as reproduziremos e as encaminharemos aos Srs. Senadores.

O SR. RODOLPHO TOURINHO NETO – Senador, V. Ex^a, efetivamente, esteve no meu gabinete, fez-me as denúncias, encaminhei-as para a Eletrobrás; solicitei imediata apuração da Eletronorte. Posteriormente, verifiquei que V. Ex^a havia feito as denúncias, solicitei que a Eletrobrás respondesse novamente as suas indagações, porque algo poderia não ter sido esclarecido.

O erro é que só foi entregue hoje, sendo que deveria ter sido entregue antes a V. Ex^a.

O SR. ERNANDES AMORIM – Permita-me. A resposta dada não convence, até porque eles estão usando o art. 6º como brecha para privatizar e para fazer contratos ilegais sem cumprir o art. 75 da Constituição.

Sr. Ministro, só para completar, em relação ao caso de Rondônia, por exemplo, que é dono de 30% e que está a privatizar. Hoje não tem mais nada para ser privatizado, porque o cidadão que dirige a empresa já fez um contrato com a Guascor por 12 anos. Imagine V. Ex^a que há uma medida provisória para privatizar a Ceron, mas já fez um contrato por 12 anos, doando todo o equipamento da Ceron.

O SR. RODOLPHO TOURINHO NETO – V. Ex^a tenha a certeza de que eu já determinei à Eletrobrás todos os procedimentos necessários para que esse assunto fique esclarecido. Queremos responder a todas essas questões que V. Ex^a expôs e que não puderam ser respondidas aqui.

V. Ex^a fez uma última pergunta: se eu estaria enviando alguma medida provisória, prorrogando o prazo de privatização. Não! Apenas ficou suspensa a questão da Chesf e da Eletronorte. Só para esclarecer e para não deixar nenhuma dúvida, foi enviada a prorrogação, por até mais um ano, do prazo de transferência de atividades e de ativos do ONS.

O SR. ERNANDES AMORIM – Para concluir, pedi a V. Ex^a, no setor jurídico, a observância quanto ao uso do art. 6º da Lei de Licitações, que estava sendo usado abusivamente, e isso trará problemas futuros.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Souto. Logo em seguida terão a palavra a Senadora Heloisa Helena e o Senador Moreira Mendes para encerrar a participação dos Srs. Senadores. Depois, concederei a palavra aos nossos convidados para as suas considerações finais.

O SR. PAULO SOUTO – Sr^a Presidente, procurarei ser muito rápido e focalizarei basicamente a questão da privatização da Chesf. (Pausa.)

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Apenas estamos decidindo se S. Ex^a entregaria à Comissão os seus questionamentos...

O SR. ERNANDES AMORIM – Prefiro que seja respondido pelo Ministério, até porque a Comissão terá a oportunidade de perguntar...

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Já está entregue ao Sr. Ministro.

O SR. PAULO SOUTO – Queria rapidamente falar sobre a questão da Chesf, que é um assunto de extrema importância para o Nordeste, e dizer da minha alegria em ver o assunto encaminhado.

A questão da água é de extrema importância para uma região semi-árida que tem muitas atividades econômicas ligadas, por exemplo, ao seu aproveitamento na área de irrigação, mas, antes disso, principalmente a questão do abastecimento humano. De modo que essa perspectiva que o Governo Federal, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, está dando ao reduzir porque esse será o resultado o valor da privatização para que tenha, ao longo do tempo, uma quota de água para ser utilizada em diversos programas de desenvolvimento na regional, é extremamente importante e, quero insistir, muito significativa para a nossa região.

O problema de utilização de água do rio São Francisco já existia mesmo com a Chesf como empresa estatal. Não seria fácil utilizar as águas do rio São Francisco para diversos projetos econômicos. É preciso que se diga isso com toda a clareza. Não estou aqui fazendo absolutamente nenhum tipo de crítica, mas essa é a própria cultura da empresa. Essa possibilidade que o Ministério, nesse momento, está enfocando é extremamente importante para a região, e creio que a Chesf e a Eletrobrás, sob o comando do Ministério de Minas e Energia, chegarão à melhor solução possível para preservar o interesse do Governo em fazer a privatização. Concomitantemente, todavia – creio que isso é muito importante –, deve-se dar à região uma garantia, em termos de tempo, de que haverá sobra de água para utilização em projetos produtivos.

Portanto, foi extremamente relevante toda essa articulação feita com a presença de Deputados, Senadores e dos próprios dirigentes dessas empresas, para que essa solução seja desenhada. Espero que isso ocorra com tranquilidade, porque o Governo, nesse momento, já atinou para essa possibilidade. Haverá, então, um modelo de privatização sobremodo social no caso da Chesf se realmente tudo isso se confirmar – e tenho certeza de que assim será.

Com relação a outra questão já bastante focalizada, referente aos investimentos, ninguém pode ignorar que vivemos muitos anos num ambiente de restrição de investimentos nas empresas estatais. Não se trata de discutir – pelo menos penso desse modo – se o Governo agiu bem ou mal ao fazer essa restrição. Isso aconteceu na esfera estatal, ou seja, tínhamos – e temos – dificuldades fiscais. Agora mesmo, discutem-se os cortes que o próprio Governo faz em programas sociais. Durante quatro, cinco, seis ou sete anos, houve intensa limitação de investimentos na área estatal. Sem dúvida alguma, logicamente, o efeito foi claro sobre a expansão, manutenção e segurança do sistema.

Nesse contexto, talvez a pergunta que se deva fazer ao Ministro é a seguinte: nessa condição, o que é melhor para a expansão do sistema e para a sua segurança colocar esses investimentos no ambiente público, com o nível de restrição fiscal que existe, quando toda a sociedade clama que esses investimentos sejam dirigidos à área social, ou confiar a expansão ao setor privado, com as garantias de um processo de privatização bem conduzido e compromissos de investimento? Era basicamente isso.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Concedo a palavra à Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA – Cumprimento a Presidente da Comissão de Serviços de Infra-estrutura e o Senador Romero Jucá, bem como os Senadores, os Deputados, os convidados e os convocados.

Primeiramente, vamos ao raio – não, evidentemente, àquele que foi muito citado aqui. Peço sempre a Deus que caia um raio que parta a subserviência e a subordinação do Governo Federal ao Fundo Monetário Internacional. Bastou estabelecer a cláusula no FMI para a privatização ficar sob suspeita. O FMI, todos sabemos, é uma instituição de natureza financeira, com péssimos antecedentes criminais e, portanto, com grande capacidade de destruir patrimônios, parques produtivos e nações inteiras. Por essa razão, ficaria a proposta de privatização sob suspeita.

Mas sou uma mulher de boa vontade. Fiquei até essa hora para buscar argumentos que pudessem ao menos me sensibilizar e me convencer. Tenho dificuldade de ser persuadida especialmente por alguns setores e com relação a algumas questões, porque a cantilena da privatização é encarada como a panacéia que resolverá todos os males do Brasil, típica de uma confraria brasileira que apresenta ora a privatização, ora a perseguição nazi-fascista aos servidores públicos como solução para tudo. Essa concepção fracassou, porque a privatização não serviu para mais nada além do pagamento de juros, acabando-se, em menos de três meses, os recursos dela advindos.

Além disso, entendo que qualquer pessoa de bom senso neste País, independentemente de sua identidade partidária ou de suas convicções ideológicas, tem absoluta clareza de que a grande disputa do próximo século, a grande disputa entre as Nações do planeta Terra se dará em dois setores: ora, a tecnologia, a disputa nessa grande revolução tecnológica; ora, em recursos naturais. Estamos acabando com a possibilidade de nos inserirmos na globalização, porque estamos acabando com as nossas universidades, com a inteligência do nosso setor público. Então, de um lado, não fazemos a revolução tecnológica e, de outro, entregamos os nossos recursos naturais.

Isso é mais grave quando diz respeito à água; é mais sério. É verdade o que disse o Senador Paulo Souto: hoje, as comunidades ribeirinhas, os pescadores têm muitos problemas com a CHESF com relação à vazão de água. É verdade; agora, imagine sendo uma empresa do setor privado. A lógica do setor privado é uma, a lógica do setor público é outra. Então, a gravidade é maior ainda, pois, daqui a 10 anos, a disputa por água entre as nações será gravíssima, de repercussões internacionais. Estamos entregando a gestão das nossas águas!

Vejam, se a lógica do setor privado é o lucro e se o combustível para geração de energia – de onde o setor privado terá lucro – é a água, como esse mesmo setor privado, permitirá a vazão das águas para os projetos de irrigação, os projetos de abastecimento de água que estão feitos? Isto sem falar sequer da transposição das águas do Rio São Francisco, já que ninguém discutiu ainda qual é a vazão que isso gerará.

Então, não há lógica que combine esses fatores. A lógica do setor privado é a lógica de uma instituição de natureza financeira; é uma instituição que busca lucro, e lucro não combina com abastecimen-

to de água, com projetos de irrigação, com potencial de desenvolvimento econômico do nosso Nordeste. O Brasil, Srs. Senadores, tem uma dívida com o Nordeste, pois sucessivos Governos Federais destruíram o povo nordestino, afundando-o na fome, na miséria, na humilhação e no sofrimento. Portanto, o Brasil tem uma grande dívida com o Nordeste. Em contrapartida, a resposta que temos a dar é a privatização, efetivamente, do grande potencial que temos, qual seja, o nosso rio São Francisco. Assim, fica realmente difícil.

Quanto à questão dos recursos, devo dizer que essas colocações sinceramente me irritam. Todas as vezes que dizem que o problema é falta de recursos fico danada, porque financiam o setor privado com recursos públicos! Isso provoca indignação! Se o setor privado quer investir, se o setor privado tem pessoas bem intencionadas, revolucionárias, então vamos pedir a esses bem intencionados brasileiros, empresários, que invistam nas outras fontes de energia. Por que não investem na produção de energia através de outras fontes? Porque querem, pegando o que já foi feito pelo setor público, simplesmente ter lucro!

Então, se é o setor público que vai dar o dinheiro para que eles façam a privatização, que a gente peça a esses senhores bem intencionados do setor privado nacional, das multinacionais, das estatais internacionais, que venham para o Brasil, sim, mas para construir. Por que eles não vêm investir? A única fonte de energia é a água? Não é. Sabemos que essa fonte está esgotada; sabemos que a água será o objeto da grande disputa para a sobrevivência anatomofisiológica das pessoas no próximo século. Então, que eles venham investir! Serão muito bem-vindos. Venham investir, tirem seu dinheiro do capital especulativo e venham investir na pesquisa, na tecnologia de exploração de outras fontes de energia, mas não em relação à privatização do nosso rio São Francisco.

Porém, o mais grave é como esse debate é feito. Por isso, os Presidentes das duas Comissões devem ser saudados, assim como os Srs. Senadores e Srs. Deputados que estão aqui até esta hora. Devem ser saudados, porque, apesar de este ser um primeiro passo, espero que o Governo Federal tenha, pelo menos, a delicadeza política e o respeito à dignidade e à possibilidade de autodeterminação do povo brasileiro, dando ouvidos não apenas o Senado, mas também à população. Infelizmente, apesar de vários Senadores da própria base de sustentação do Governo que têm posição firme no plenário desta

Casa, que até criticam, quando é necessário criticar, as aberrações patrocinadas pelo Governo Federal, depois que se assina um contrato com o Fundo Monetário Internacional, é como se diz no interior: "Ajoelhou, tem que rezar."

Penso que, em respeito ao povo nordestino, em respeito ao povo brasileiro, é fundamental, no mínimo, que haja um plebiscito, porque em um plebiscito não haverá a propaganda enganosa em relação a uma ou outra área da comunicação que tenha interesse nisso; serão tempos iguais, para que as pessoas possam se posicionar de forma igual diante de um processo que é tão importante para o nosso Brasil.

Assim, mesmo partindo do pressuposto de que não vamos aceitar a privatização, eu gostaria que V. Exª respondesse algumas questões: quem definirá a destinação das águas; quem comandará a liberação de vazões; quais as garantias de que não ocorrerão dificuldades para a retirada de água para outros usos; e quais as garantias de que o Nordeste não se tornará refém ou devedor de favores a outras regiões no contexto do mecanismo de relocação de energia, na medida em que cresça a destinação de vazões dos rios São Francisco e Paraíba para outros usos.

Dessa forma, eu gostaria que V. Exª explicasse esses questionamentos que fiz e apresentasse argumentos para que não tenhamos uma posição de tanta indignação. Do mesmo jeito que V. Sª, Dr. Mário, mostrou a indignação quando quase que o acusavam de responsável pelo blecaute – e é evidente que qualquer pessoa de bom senso sabe que foi o desmantelamento patrocinado ao longo dos anos que causou efetivamente o blecaute -, nós brasileiros, os nordestinos especialmente, ficamos profundamente indignados quando o povo do Nordeste não é escutado em relação a uma questão que mexe diretamente com a nossa vida, com o desenvolvimento econômico da nossa região, com a dinamização da economia local, e, portanto, com a possibilidade, no mínimo, de geração de emprego e renda. Assim, apelo para que a elite econômica e política brasileira pague essa dívida que tem com o nosso Nordeste.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Obrigada, Senadora.

Concedo a palavra ao último Senador inscrito, Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Srª Presidente Emilia Fernandes, Senador Romero Jucá, Presidentes das comissões que patrocinam este evento, Sr. Ministro e senhores integrantes da sua comitiva,

Sr^{as} e Srs. Senadores, pretendo ser breve e quero valer-me aqui do ditado popular que diz que "os últimos serão os primeiros". Espero ser o primeiro a receber uma resposta positiva do Ministério de Minas e Energia com relação à questão de Rondônia.

A matéria foi bem colocada pelo Senador Ernandes Amorim, logo no começo da intervenção dos Senadores. Ressalte-se o trabalho que S. Ex^a vem desenvolvendo ao longo dos últimos dois meses, com muita propriedade, e que lamentavelmente a Eletronorte ou a Eletrobras ainda não tomaram as devidas providências. Até me questiono sobre o que esse cidadão, Presidente das Centrais Elétricas de Rondônia, tem de especial que consegue se manter no cargo, mesmo com a disposição de toda a Bancada do Estado no Congresso (oito deputados federais e três senadores), além do Governador e da bancada de deputados estaduais de pedirem a mudança dessa presidência. Até hoje, já decorridos quase dois meses, não conseguimos sair do lugar, com a agravante de que, no início desse processo, quando se começou a tomar conhecimento do que vinha sendo praticado por esse cidadão, o problema ainda estava no começo. Estamos chegando agora ao final com a situação praticamente consolidada, com a entrega de todo o parque gerador nas mãos da empresa Guascor do Brasil – que não é brasileira, segundo meu conhecimento, mas espanhola –, sem nenhum critério. E, agora, tomo conhecimento de uma resposta da Eletronorte (ou da Eletrobras) mascarando essa posição, como se tivesse aspecto de ilegalidade com relação à licitação.

Então, como primeira atitude minha, cobraria do Sr. Ministro, com todo o respeito, uma posição acerca disso.

O Sr. Diretor-Geral da Aneel falou com muita propriedade sobre os objetivos da Agência, o respeito ao consumidor, a ampliação da competitividade, a abertura do setor à iniciativa privada, a redução de tarifa, etc.

Tendo em vista os fatos denunciados pelo Senador Ernandes Amorim e aqui ratificados por mim, embora sejam de caráter regional, levam-me à indagação, à preocupação e à reflexão de que, considerando que as Centrais Elétricas de Rondônia estão sendo preparadas para privatização, se este for o caminho para a privatização do resto do setor do País, estaremos muito mal, porque a forma como está sendo conduzido esse processo em Rondônia leva ao monopólio privado, já que os parques geradores do Estado, aquele que está hoje construído e o que está por construir – o que é mais grave ainda –

, estão sendo literalmente entregues nas mãos dessa empresa, que não tem, como disse o Senador Ernandes Amorim, um parafuso investido em Rondônia. Até os carros que usa são alugados.

Portanto, pergunto o seguinte: V. Ex^a tem conhecimento das irregularidades praticadas pela federalizada Ceron, tais como todo o potencial de baixas quedas estão sendo entregues a esta empresa sem licitação? V. Ex^a sabe que o pagamento do preço do Kw/h da geração térmica privada, que está sendo pago já contratado para a empresa Guascor é equivalente a quase o dobro do que se vinha pagando para as empresas que estavam instaladas e – diga-se – todas elas de capital regional lá do Estado, pequenas empresas, que produziam energia nos lugares mais longínquos, de maior dificuldades, não atingidos pela Ceron?

Portanto, não se pode falar que está havendo uma compensação para que essa tal Guascor possa investir e ter um preço maior para compensar os locais de difícil acesso, que é outra ficção.

Houve fixação unilateral dos débitos de praticamente todas as prefeituras do interior do Estado, por parte da administração da Ceron, sem que fosse dada às prefeituras – que devem, reconhecemos isso – qualquer possibilidade de negociação. Não pagou, eles vão lá e cortam a energia da prefeitura inteira. Fica hospital, escola, tudo sem energia.

V. Ex^a tem conhecimento de que todo parque gerador instalado, próprio e de terceiros do Estado está sendo entregue à empresa Guascor, caracterizando, portanto, como eu já disse, um monopólio privado? Fato tão bem exposto por V. S.^a e combatido – pelo menos é o que eu entendi.

E, ainda, V. Ex^a sabe se a Aneel tem conhecimento de que essa empresa, a espanhola Guascor, não vem cumprindo os pouquíssimos compromissos assumidos com a Ceron? Por exemplo, a situação da cidade de Guajará-Mirim, que conheço de perto, é desastrosa. A cidade passa quase que 8 horas com energia e o resto do dia fica sem energia. E essa empresa, segundo contratos dos quais temos conhecimento, já deveria ter lá instalado vários geradores.

Se a Aneel tem conhecimento desses fatos que estou relacionando, quais as providências que está tomando para coibi-los? E, se não tem conhecimento deles, quais as providências que vai tomar para coibi-los?

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Passo a palavra ao Sr. Ministro para responder aos questionamentos e tecer suas considerações finais.

O SR. MINISTRO RODOLPHO TOURINHO –

A questão de Rondônia, Senador Moreira Mendes, está inserida naquilo que o Senador Ernandes Amorim me entregou para verificação. Prometo a V. Ex^a a maior celeridade possível para uma avaliação sobre isso. Penso que, assim, respondemos ao seu questionamento.

Em relação à pergunta da Senadora Heloisa Helena, basicamente, pelo que entendi – S. Ex^a falou um pouco rápido -, a ilustre Senadora deseja saber quem definirá a destinação das águas. No fundo, essa pergunta é exposta de forma geral.

E eu diria que, no caso específico da CHESF, o que se procura, neste momento, é que a destinação das águas seja preservada, isto é, a proposta que trazemos é a não-privatização dos lagos, dos reservatórios de Sobradinho e de Itaparica. Com isso, a destinação dessas águas seria determinada, em primeiro lugar, pela CHESF, que continuaria tomando conta dos reservatórios. Aí, sim, teríamos de discutir se a água seria utilizada ou não para a geração de energia elétrica, a fim de abater daquilo que fosse concedido do direito de gerar energia.

Mas o ponto que considero importante é que todo esse assunto de recursos hídricos não deve limitar-se à CHESF. O que está sendo pensado para a região Nordeste e que considero extremamente importante – apesar de não ser da minha área -, é a criação da agência de recursos hídricos, que deverá, então, regular e fiscalizar a utilização da água.

Em relação à pergunta do Senador Paulo Souza – relembro a pergunta -, o que é mais seguro: investimentos públicos ou privados bem conduzidos? Respondo: neste momento, seriam investimentos privados bem conduzidos o que levaria à reestruturação, à redefinição do sistema elétrico brasileiro. A reestruturação se daria nos aspectos de segurança das áreas de emergência, mas também naquilo que é mais importante – na nova geração de energia hidroelétrica e térmica.

Faltaram investimentos durante muitos anos. E eu gostaria de dar dois exemplos do que, efetivamente, ocorreu com a falta de investimentos no setor.

As linhas de transmissão que saem de Foz do Iguaçu para São Paulo. Tem-se um primeiro trecho que é Foz do Iguaçu-Ivaiporã; depois, Ivaiporã para São Paulo. Essa primeira linha que está sendo energizada levou mais de 10 anos para ser feita. E, durante muito tempo, os materiais que haviam sido adquiridos ficaram guardados no almoxarifado aguardando

dando financiamento para que pudesse ser concluída uma linha de vital importância.

O Estado de São Paulo depende, basicamente, de Itaipu; a região Sudeste, maior consumidora de energia do País, depende basicamente de Itaipu, e, mesmo para essa terceira linha, não se conseguiu o financiamento. A obra ficou parada por mais de dez anos.

Um outro exemplo, para encerrar a minha exposição, a que já me referi, mas gostaria apenas de enfatizar, é o fato de que tanto o Banco Mundial quanto o Banco Interamericano de Desenvolvimento estiveram fora do financiamento de sistemas energéticos brasileiros federais por mais de dez anos.

Penso que esses dois pontos mostram claramente a minha visão sobre o problema energético brasileiro. Espero que, com isso, tenhamos contribuído para a elucidação de diversas questões que foram colocadas aqui. Ao mesmo tempo, continuamos à disposição para o que for necessário, Senadora Emilia Fernandes, Senador Romero Jucá, para aquilo que V. Ex^{as} acharem necessário que seja discutido com maior profundidade, a exemplo do que efetivamente acho que deve ser feito em relação à Eletronorte.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Gostaria de saber se o Diretor-Geral da Aneel gostaria de acrescentar algo coisa ou o que foi dito seria o suficiente.

O SR. JOSÉ MÁRIO MIRANDA ABDO (??) – Sobre as questões do Senador Moreira Mendes, eu responderia a S. Ex^a que, no que diz respeito ao risco do monopólio privado, com toda sinceridade, da nossa firme disposição e convicção de que não cairíamos nas malhas de um monopólio privado no setor de energia elétrica. Mas não é por uma questão de boa intenção, de boa vontade ou do que faremos no futuro, trabalhou-se de véspera nessa questão. A Aneel tem um regulamento específico que limita participação de um mesmo agente no domínio de um determinado segmento do setor de energia elétrica. É uma regulamentação de mais de um ano atrás, cerca de dois anos atrás, que diz claramente que um mesmo agente privado num segmento de geração tem limites de concentração do poder de mercado, não pode ter, por exemplo, mais do que 20% da geração regional. Se for um agente de distribuição, não pode ter mais do que 25% da geração.

O SR. – Eu queria dizer a V. S^a que, no nosso Estado, a coisa é completamente diferente. Penso que, hoje, ele deve estar com 80% da geração, pelo menos, comprometido, contratado, e há tempo ainda

de se reverter. Esta é a nossa posição, das Lideranças e do Governo do Estado.

O SR. – Senador, mas me refiro ao fato de que esses limites são regionais. Então, tem o do Norte, o do Nordeste, não se chega ao âmbito estadual, mas, de qualquer modo, no ambiente de competição, tem outros itens para se evitar esse caminho do monopólio privado. Por exemplo, no segmento da transmissão do transporte de energia, para se estimular estrategicamente o papel da transmissão, se estimular a competição, o preço do uso da rede de transmissão não é colocado pelo seu proprietário. Então, independente de quem seja o proprietário da rede de transmissão, quer ela seja pública ou privada, a gestão técnica é do MS, do sistema de transmissão, e quem coloca o preço naquela rede de transmissão, e não tenho dúvida, todo o nosso esforço na ANEEL, inclusive, com a audiência pública que fizemos para resolução, está em marcha, do uso da transmissão, para que tenha um preço módico, e garantido o livre acesso, que é uma lei aprovada no Congresso Nacional do livre acesso por qualquer agente do sistema de transmissão. Isso, também, queremos crer, vem contribuir de maneira importante para não se cair nas malhas de um monopólio privado. Agora, a ANEEL fiscaliza, é um papel precípua da ANEEL executar a fiscalização. E fizemos, neste ano de 98, como disse para V. Ex^a, de forma inédita em 100%.

Temos, então, um trabalho árduo feito em relação à Ceron, onde, não tenho dúvida, aspectos dessa natureza, de, por exemplo, atendimento às Prefeituras, o corte de energia às Prefeituras, há um dispositivo legal, o Deputado Aleluia bem conhece, porque foi o autor naquele momento chave da colocação da Lei 9074, depois, na lei da criação da ANEEL, um dispositivo em que um órgão público que presta esse serviço de utilidade pública não pode ter cortado o seu fornecimento de energia sem um aviso prévio de 15 dias, para que dê tempo de se ter os entendimentos necessários, a busca de uma negociação ou a busca de medidas preventivas.

O SR. – Não há negociação com o cidadão lá, não tem como negociar. Não se aceita nenhum tipo de negociação, não tem jeito. E corta. E tem mais: acho que Rondônia não é o Brasil, deve ser Bolívia, alguma coisa por aí.

O SR. – Não, é Brasil e tão importante quanto qualquer lugar deste Brasil do ponto de vista da Aneel. Estaremos atento, eu estarei olhando, e V. Ex^a coloque aqui também, o que a Aneel sabe, o que tem feito e o que ainda vai fazer. Nesse caso

particular, comprometemo-nos com V. Ex^a em olhar com específica atenção esses casos das prefeituras, dos órgãos públicos do Estado de Rondônia. E para o caso de Guajará-Mirim, específico, eu não saberia responder de pronto para V. Ex^a, as máquinas que estavam previstas para Guajará-Mirim e se isso tem levado a um desatendimento ao seu mercado de energia, não tenho dúvida, no relatório de fiscalização da ANEEL do ano de 98, que foi concluído neste final de ano, certamente registra essa posição e manterei V. Ex^a informado da situação e das providências.

O SR. – O Presidente da Eletrobrás, Dr. Firmino, tem uma informação complementar a respeito de Rondônia.

O DR. FIRMINO – Sr. Senador, gostaria de prestar alguns esclarecimentos sobre a questão de Rondônia, especificamente, sobre a contratação de produtores independentes.

Em primeiro lugar, os sistemas isolados do Brasil, principalmente da Região Norte, todos eles têm um custo de geração bastante elevado. O sistema do Acre, por exemplo, conduzido pela Eletronorte, tem um custo de geração da ordem de R\$204,96. O sistema de Rondônia, também da Eletronorte, tem um custo de geração de R\$170,07, explorado diretamente por uma empresa nossa. O sistema de Boa Vista, também da própria Eletronorte, custa, hoje, R\$224,76.

A Ceron, sem validar uma avaliação mais criteriosa para responder a V. Ex^a, procedeu a um processo público de escolha de um fornecedor que pudesse trazer esses preços para uma escala possível de ser conduzida pelo Governo. Essa empresa atende a pequenos sistemas isolados que tinham custo de geração superior a R\$200 por megawatts/hora.

As denúncias aqui apresentadas pelo senhor serão objeto de apuração pela Eletrobrás e pela Eletronorte, não por serem responsáveis por isso, mas por terem em seu Presidente um homem digno que preside o Conselho daquela Organização. Essas questões serão apuradas, Senador. Mas lhe asseguro que o Governo Federal, ao assumir a gestão da Ceron, assumiu a empresa inteiramente debilitada, uma empresa que devia R\$480 milhões de tributos, e mais de R\$100 milhões de dívidas junto à Previdência Social. Coube à Eletrobrás fazer o equacionamento de todas essas dívidas; de transformar essa empresa, que jamais produziu qualquer resultado de caixa positivo, em uma empresa que, hoje, consegue pagar todas as suas dívidas, consegue

até mesmo pagar o ICMS, o que nunca foi feito no passado.

Todos esses pontos são positivos. Se forem negativos e comprovados, certamente os responsáveis terão que arcar com as consequências. Temos uma responsabilidade social muito grande com relação à privatização de várias empresas do Brasil. Todas essas privatizações, reconhecidamente por toda a sociedade, obtiveram grande sucesso. Fizemos a privatização da empresa de Sergipe, que é considerado um modelo de privatização. Fizemos no Rio Grande do Norte e o valor apurado com a venda da Cosern seria suficiente para quitar toda a dívida pública do Estado, o mesmo acontecendo com Sergipe. Portanto, a nossa história de regularização da vida dessas empresas é uma história muito positiva, e pontos negativos, como esses apontados pelo senhor, serão devidamente apurados e as respostas serão encaminhadas.

Eram essas as considerações que gostaria de fazer, para que não pairessem dúvidas sobre as pessoas que aqui estão. Se as irregularidades existirem, elas chegarão ao seu conhecimento e serão também informadas às autoridades, sejam elas do Tribunal de Contas ou todas as outras autoridades competentes. Não estamos aqui para acobertar nenhum tipo de coisa dessa natureza. Posso apenas assegurar que a geração desses sistemas era inteiramente ineficiente e que se busca consertar.

Um último fato que deve ser registrado é que a geração desses sistemas não representa mais que 5% da geração do Estado de Rondônia. A responsabilidade principal de geração no Estado de Rondônia é da Eletronorte, por meio da usina hidrelétrica de Samuel – uma usina de 216 megawatts de potência instalada – mais a usina térmica Rio Madeira e as outras térmicas da Eletronorte, que estão disponíveis para o atendimento da sociedade de Rondônia. Esses são pontos muito importantes, e o senhor tenha a certeza que tudo o que foi colocado por V. Ex^a e pelo Senador Ernandes Amorim será objeto de apuração e as respostas serão enviadas a V. Ex^a e a todos que integram essas duas importantes Comissões do Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra o Senador....

O SR. – Gostaria de dizer a V. S., a quem pediu a palavra e a todos os demais integrantes da Comissão do Ministro: que não me referi, em momento algum, a nenhuma das pessoas aqui presentes. Referi-me, exclusivamente – citei o nome e assumo a

responsabilidade – ao senhor João Alberto da Silva, Presidente da Ceron. Quero deixar clara essa posição.

Em segundo lugar, o senhor fez uma colocação, e aceito o desafio para discutir o assunto. Penso até que a questão não está bem colocada. Quero dizer a V. S^a que a Ceron tem manifestamente usado de artifícios para forçar produtores independentes, quer de energia hidráulica, quer de energia térmica, a recuar nos seus contratos, a abrir mão dos seus contratos, em favor dessa empresa Guascor. Essa é uma verdade, e o senhor não pode negar isso.

Vou citar aqui alguns exemplos. Há um gerador de energia hidráulica no interior do Estado que recebe algo em torno de R\$40 por megawatt produzido. Como é mesmo o nome daquela empresa de Vilhena?

O SR. ERNANDES AMORIM – É uma empresa particular. É a Goes.

O SR. – É a Eletrogoes. Essa empresa não consegue, de forma alguma, aumentar seu preço. Entretanto, já há um contrato. Temos cópia de contrato de usinas hidroelétricas de pequenas quedas que nem estão construídas ainda e que já estão contratadas com a Guascor por R\$90! Que matemática é essa? Só se a matemática da Ceron for diferente da matemática que eu, modesto advogado de aldeia, aprendi. Isso não é possível. Esse é o fato. E há o nome das empresas nos contratos para quem quiser ver. O produtor independente de energia térmica que recebe R\$60 foi obrigado a sair do setor e alugou suas máquinas nos "confins de Judas" para a Guascor.

O SR. ERNANDES AMORIM – No mesmo lugar, eles instalaram.

O SR. – E a Guascor aluga as mesmas máquinas para a Ceron por R\$100. Que história é essa? Há algo de errado nisso.

O SR. ERNANDES AMORIM – Permita-me, Sr. Presidente, dizer que eu estava em meu gabinete e ouvi o Dr. Firmino falar em custo de energia de R\$200 ou de mais de R\$100. Quando vejo que, em Rondônia, gera-se energia e são pagos R\$38 por uma geração, para se vender por R\$93 para a Ceron, para depois se revender ao consumidor, fico envergonhado. É uma verdadeira mazela essa corrupção que está acontecendo no Estado de Rondônia. Às vezes, chegamos aqui e ainda vemos ser acobertada essa situação.

Imaginem que, no Estado de Rondônia, a Ceron estava federalizando uma empresa que deveria

ser privatizada; fez-se uma negociata sem licitação, sem concorrência pública, baseando-se, como foi dito pelo Presidente da Ceron, numa brecha da Constituição. Ele afirmou que faria a armação, dizendo para os outros produtores que há uma brecha na Constituição. Ele fez isso, abusando do poder da lei, para poder formalizar contratos fajutos para lesar o Estado de Rondônia.

Em dezembro do ano passado, Sr. Ministro, junto à Comissão de Orçamento, aprovei R\$44 milhões no penúltimo dia de Orçamento, e todo esse montante já estaria sendo gasto sem licitação por aquela administração. É uma falta de vergonha! Fico envergonhado quando as autoridades do setor elétrico vêm aqui para tapar as vistas dos Senadores, por desculpa de R\$200 em um outro lugar. Se por lá está existindo irregularidade mais do que em Rondônia, nós, representantes de Rondônia, não vamos aceitar.

Se fosse Governador do Estado de Rondônia, Estado este dono de 30% ou de parte da Ceron, eu colocaria aqueles diretores dentro de um caminhão e os expulsaria do meu Estado, para que tomassem vergonha, fossem para outro lugar e não ficassem ali.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Senador Ernandes Amorim, só para restabelecer a direção das coisas e a verdade, é importante dizer que nenhum dirigente que se pronunciou aqui e nem mesmo o Ministro tentaram acobertar qualquer coisa. Pelo contrário, a posição do Ministro e de todos os que falaram aqui com respeito à Eletrobrás...

O SR. ERNANDES AMORIM – Referi-me ao Ministro com muito respeito.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A posição assumida por eles foi a de que o Ministério, a Eletrobrás e a Eletronorte tomarão as providências necessárias e irão remeter a resposta. Eu solicitaria, inclusive, ao Ministro que fosse encaminhada cópia tanto para a Comissão de Infra-Estrutura quanto para a Comissão de Fiscalização e Controle.

Em segundo lugar, a Comissão de Fiscalização e Controle vai, com a resposta do Ministro, acompanhar essa questão, até porque a privatização, a divisão, da Eletronorte será um ponto importante a ser discutido dentro da própria Comissão.

Portanto, diante do adiantado da hora, gostaria só de registrar que essas denúncias serão levadas avante pelo Ministério, serão acompanhadas pelas duas Comissões, tanto pela de Infra-Estrutura quanto pela Comissão de Fiscalização e Controle à qual na verdade, está mais pertinente a matéria.

Que não parem – só para que fique bem claro – dúvidas sobre o procedimento de nenhuma das autoridades que aqui estiveram discutindo sobre essa questão.

Em meu nome e em nome da Senadora Emilia Fernandes....

O SR. ERNANDES AMORIM – Só para concluir. Queria saber o que tem por trás de tudo isso, de querer manter um quadro daquele em Rondônia, que não satisfaz à sua população de lugar nenhum, que não satisfaz ao Governo do Estado. Acho uma falta de respeito de um setor governamental, diante de apelos de uma bancada de Senadores, de um Governo de Estado, de Deputados Federais de um Estado, dos Deputados Estaduais, fazendo apelo para moralizar, chega alguém aqui querendo acobertar as irregularidades. Fico decepcionado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Senador Ernandes Amorim, quero novamente repelir a colocação de V. Ex^a de que alguém quer acobertar qualquer tipo de irregularidade. Em meu nome e no da Senadora Emilia Fernandes, quero agradecer ao Ministro, as autoridades aqui presentes.

Pela ordem, Senador José Eduardo Dutra.

O SR. ERNANDES AMORIM – O Presidente do Conselho vê tudo isso acontecendo em Rondônia, uma diretoria assinando um contrato de 150 milhões, assinado por dois diretores, e o Conselho vai lá e aprova isso.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – V. Ex^a já fez todas as colocações; o Ministro já se comprometeu a enviar resposta à Comissão. A Comissão de Fiscalização e Controle vai acompanhar essa questão. Fique tranquilo que estaremos acompanhando.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, fui extremamente disciplinado na minha intervenção, até mais do que o normal.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – V. Ex^a sempre é disciplinado.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Não insisto na réplica porque, embora das quatro perguntas que fiz apenas uma tenha sido respondida – posso até não concordar com a resposta – a que foi endereçada ao Dr. Abdo, não insisto porque estou partindo do pressuposto de que teremos uma outra audiência para discutir especificamente a questão da privatização da Chesf e de Tucuruí.

Como sabemos que os recursos que serão arrecadados com a privatização, se ela acontecer, fa-

zem parte do acordo do FMI, e embora não haja ainda data fixada a respeito da nova assembléia da Eletrobrás; e considerando inclusive que parece que o encaminhamento era de que, inicialmente, houvesse um debate apenas com o Presidente da Eletrobrás, o Presidente da Eletronorte e o Presidente da Chesf – pelo menos o debate inicial; considerando que regimentalmente não se pode convocá-los – eles teriam que ser convidados – sugiro que já se amarrasse uma data indicativa, até para que eles pudessem se programar para que pudessemos fazer esse debate específico sobre as questões da privatização, ocasião em que vou cobrar as respostas às perguntas que fiz e que não foram respondidas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quero agradecer a colaboração de V. Ex^a e, ao terminar, quero dizer que iria encaminhar essa questão. Quero agradecer a presença do Ministro e de todas as autoridades do setor elétrico aqui presentes.

Informo que as duas Comissões já se predis põem a convidar o Presidente da Eletronorte e o Presidente da Eletrobrás para discutir, especificamente, a questão da Eletronorte. Em outra data, o Presidente da Eletrobrás e o Presidente da Chesf para discutir, especificamente, a questão da divisão e da discussão da privatização da Chesf.

São temas extremamente relevantes.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Isso tem que ser ao longo do próximo mês.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Ia colocar isso exatamente agora. Ficaremos – as duas Comissões – em contato com o Ministro e no momento em que houver uma linha de formulação para os dois casos, as presidências das Comissões entrarão em contato com o Gabinete do Ministro que, em comum acordo com as Comissões, marcará essas duas audiências para discutirmos com profundidade essas questões que são muito importantes.

Essa reunião de hoje serviu para se colocar o cenário, as dúvidas e os questionamentos. Vejo que o Ministro sai daqui com o posicionamento coerente da Casa, com as dúvidas e os diversos posicionamentos das bancadas políticas que compõem esta Casa e que, democraticamente, esse debate deve ser feito no sentido de que, do debate democrático, saia a melhor solução para o País, que é o que entendendo ser o desejo de todos, independentemente de posições ideológicas ou políticas.

Agradecendo a presença de todos, encerro a reunião, convocando para amanhã, às 18h, a próxima reunião da Comissão de Fiscalização e Controle.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 23h3min.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da 1ª Reunião (Instalação), da 7ª Sessão Legislativa da 51ª Legislatura, realizada em 10 de março de 1999.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia dez de março do ano de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência eventual do Senhor Senador Gilberto Mestrinho, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores Jader Barbalho, João Alberto Souza, José Sarney, Bernardo Cabral, Romeu Tuma, José Jorge, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti, Artur da Távola, Carlos Wilson, Pedro Piva, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Luiz Estevão, Maguito Vilela, Marluce Pinto, Hugo Napoleão, Geraldo Althoff, Romero Jucá, Sebastião Rocha e Roberto Saturnino. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão, para o biênio 1999/2000. Dando prosseguimento, o Senhor Presidente eventual da Comissão, Senador Gilberto Mestrinho, determina a distribuição das cédulas de votação, anunciando a candidatura única dos Senhores Senadores José Sarney e Carlos Wilson, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. A seguir o Senhor Presidente convida os Senhores Senadores Roberto Saturnino e Hugo Napoleão para funcionarem como escrutinadores. Procedida a votação, verifica-se o seguinte resultado: para Presidente: Senador José Sarney, 15 (quinze) votos; para Vice-Presidente: Senador Carlos Wilson, 15 (quinze) votos. Houve ainda 1 (uma) abstenção. Na sequência o Senhor Presidente eventual, Senador Gilberto Mestrinho, proclama eleitos o Presidente e o Vice-Presidente, convidando o Senhor Senador José Sarney para assumir a Presidência. Já na direção dos trabalhos o Senhor Presidente, Senador José Sarney agradece em seu nome, e em nome do Senhor Senador Carlos Wilson, a honra com que foram distinguidos pelos seus pares para presidirem tão importante Comissão. Ainda fazendo uso da palavra o Senhor Presidente convoca reunião para próxima terça-feira e nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor

Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **José Sarney**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Srs. Senadores, talvez por ser o menos jovem dos Senadores presentes, tive a honra de presidir esta primeira sessão extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (falha na gravação).... da mesma Comissão. A chapa apresentada é constituída pelo eminente Senador José Sarney, para Presidente, e pelo Senador Carlos Wilson, para Vice-Presidente.

Vamos fazer, então, a chamada nominal dos titulares para iniciar o processo de votação.

(Procede-se à chamada nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Convocamos os Senadores Roberto Saturnino e Hugo Napoleão para servirem como escrutinadores na votação. (Pausa.)

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

Todos os Srs. Senadores já votaram?

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) -Está encerrada a votação.

Vai-se proceder à apuração.

Votaram Sim 15 Srs. Senadores.

Houve uma abstenção.

Total: 15 votos

Assim sendo, o eminente Senador José Sarney foi eleito Presidente desta Comissão e o ilustre Senador Carlos Wilson, Vice-Presidente. (Palmas!) Assim sendo, S. Ex^{as} poderão tomar assento à Mesa e assumir a presidência.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Meus eminentes colegas, cabe-me agradecer o gesto de magnanimidade de todos os senhores, escolhendo-me para Presidente da Comissão de Relações e Defesa Nacional. Mais uma vez, volto a este cargo na certeza de que vamos juntos prestar o nosso serviço ao Senado Federal e ao Congresso Brasileiro. A minha satisfação se completa com a eleição para Vice-Presidente do nosso eminente colega Senador Carlos Wilson, que irá, juntamente comigo, presidir os trabalhos desta Comissão.

Sem dúvida, iremos seguir aquele ritmo que alguns Senadores que já participaram desta Comissão sabem que gostamos de imprimir, qual seja, não deixar nenhuma matéria em atraso, estimular o trabalho de todos e, ao mesmo tempo, dar condições aos membros da Comissão, por intermédio de uma assessoria permanente de subsídios e dados, para que

eles possam cumprir com a sua tarefa, diante de um volume de informações bastante razoável.

Nesse sentido, vamos ter uma parte de trabalho, com a concordância de todos, que é aquela da rotina, os processos submetidos à nossa deliberação, e, sem dúvida, uma outra, que é a de procurar inserir a Comissão no debate dos temas internacionais, tão importantes para o Brasil nos dias de hoje.

Todos sabemos que estamos num instante em que as relações internacionais cada vez mais tomam uma importância extraordinária no concerto das relações entre os países, e que, portanto, esta Comissão tem uma responsabilidade ainda maior. Dessa maneira, vamos trabalhar para ajudar o País e a imagem do Parlamento por intermédio do nosso trabalho.

Muito obrigado a todos.

Convoco uma reunião para a terça-feira próxima, às 17h30min, que será o dia de reunião da nossa Comissão semanalmente, quando espero a presença de todos, já que teremos a oportunidade de receber, para o cumprimento do dever constitucional da sabatina, o Embaixador Celso Amorim, que atualmente exerce o cargo de Chefe da Missão Diplomática do Brasil junto às Nações Unidas e vai para Genebra.

Esperamos, portanto, que, na próxima terça-feira, com o Embaixador Celso Amorim, tenhamos a oportunidade de não somente ouvi-lo a respeito das novas missões que lhe são atribuídas pelo Governo brasileiro se o Senado assim decidir, como também seria interessante ouvirmos sobre a sua experiência à frente das Nações Unidas.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h55min.)

Ata da 2ª Reunião Ordinária, da 7ª Sessão Legislativa, da 51ª Legislatura, realizada em 16 de março de 1999.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia dezesseis de março do ano de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador José Sarney, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, João Alberto, Bernardo Cabral, Romeu Tuma, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti, Pedro Piva, Carlos Wilson, Ludio Coelho, Lauro Campos, Tião Viana, Eduardo Suplicy, Maguido Vilela, Hugo Napoleão José Agripino, Geraldo Althoff, e Emilia Fernandes. Havendo núme-

ro regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a apreciação dos itens constantes de pauta e, ainda, ouvir a exposição que fará o senhor Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, Designado para exercer o cargo de Embaixador Chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra, cujo Relator é o Senhor Senador Romeu Tuma. Encerrada a exposição, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Romeu Tuma, Relator do item 04 da pauta; Projeto de Decreto Legislativo 11, de 1998, "Que aprova o texto do acordo sobre serviços Aéreos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria, em Brasília, em 3 de abril de 1997". O Parecer é favorável. Não havendo quem queira discutir, é aprovado o Parecer. Ainda com a palavra, o senhor Senador Romeu Tuma, emite parecer favorável sobre o item 05 da pauta; Projeto de Decreto Legislativo 143, de 1998, "Que aprova o texto do Acordo, pôr troca de notas, sobre contrabando de armas, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil, e o Governo da República do Paraguai, na cidade de Assunção, em 17 de outubro de 1996". Não havendo discussão, é aprovado o Parecer. Na sequência, faz uso da palavra o Senhor Senador Lúdio Coelho, Relator do item 06 da pauta; Projeto de Decreto Legislativo 145, de 1998, "Que Aprova o texto do Acordo para a Criação da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina, em Brasília, em 10 de novembro de 1997". O Parecer é favorável. Colocado em votação é aprovado o Parecer. Relator do item 07 da pauta, o senhor Senador Lúdio Coelho profere parecer favorável sobre o Projeto de Decreto Legislativo 146, de 1998, "Que aprova o texto do Acordo sobre Isenção Parcial de Visto, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia, em Brasília, em 21 de julho de 1997". Não havendo quem queira discutir, e, colocado em votação, é aprovado o Parecer. Dando prosseguimento, o Senhor Presidente, Senador José Sarney concede a palavra ao senhor Senador José Agripino, Relator do item 08 da pauta; Projeto de Decreto Legislativo 147, de 1998, "Que aprova o texto da Convenção sobre Prevenção e Punição de Crimes Contra Pessoas que Gozam de Proteção Internacional, inclusive Agentes Diplomáticos, concluída em Nova Iorque, em 14 de dezembro de 1973, com reserva prevista no parágrafo segundo do art. 13 da Convenção". Colocado em votação o Parecer é aprovado pôr unanimidade. Dando continuidade, o senhor Presidente

passa a palavra a senhora Senadora Emília Fernandes, Relatora do item 09 da pauta; Projeto de Decreto Legislativo 04, de 1999, "Que aprova o texto do Acordo Comercial, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia, em Brasília, em 24 de setembro de 1996". Não havendo discussão, o Parecer é aprovado. No prosseguimento da Reunião, o senhor Senador Moreira Mendes emite parecer favorável sobre o item 10 da pauta; Projeto de Decreto Legislativo 06, de 1999, "Que aprova o texto do Convênio Interamericano sobre Permissão de Radioamador, aprovado em Washington, em 8 de julho de 1995". É aprovado o Parecer. Ficam adiadas a apreciação dos seguintes itens da pauta; Item 02; PDS 34, de 1993, retirado de pauta à pedido do Relator, Senador Bernardo Cabral, e o item 03; PDS 05, de 1998, objeto de pedido de Vistas feito pelo Senador Bernardo Cabral, cuja Relatora é a Senhora Senadora Emília Fernandes. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. — Senador José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) — Está aberta a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Convido o Sr. Vice-Presidente da Comissão, Senador Carlos Wilson, a fazer parte da Mesa.

Antes de começarmos a pauta dos nossos trabalhos, consulto a Comissão sobre alguns procedimentos que desejamos adotar durante nossos trabalhos.

Nas outras vezes em que fui Presidente da Comissão, procedíamos assim: em primeiro lugar, as exposições feitas pelos Embaixadores designados para novas missões diplomáticas, a parte expositiva, era pública. Contudo, em relação às perguntas a serem formuladas pelos Senadores, obedeceremos ao que determina o Regimento, ou seja, em reunião secreta, uma vez que as respostas de questões que dizem respeito às relações internacionais, por exemplo, não podem ser públicas. A reunião secreta, em sua segunda parte, será melhor para os nossos trabalhos e para que o Senado possa fazer um julgamento perfeito das missões que serão atribuídas a esses diplomatas e guardar o devido sigilo sobre os assuntos aqui tratados. Se a Comissão não entender de maneira contrária, assim procederá a Presidência. (Pausa.)

Se todos estão de acordo, vamos seguir essa rotina.

Por outro lado, acho que, para o bom andamento dos nossos trabalhos, devemos seguir a pauta que organizada e distribuída com antecedência. Muitas vezes, alguns dos Srs. Senadores Relatores não podem comparecer. Nesses casos, a Presidência deseja adotar um princípio: na ausência do Relator, estando o processo em pauta, um dos Colegas presentes procederá à leitura do parecer, uma vez que ele já se encontra devidamente elaborado, com as suas conclusões. Também é um procedimento para o qual eu desejaria contar com a solidariedade dos eminentes Senadores, para assim darmos melhor andamento aos nossos trabalhos. (Pausa.)

Não havendo objeção, assim procederemos.

O primeiro item da pauta é a apreciação do Senado Federal à escolha do Sr. Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador, Chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra. O Relator é o Senador Romeu Tuma, que, por motivo de saúde, aqui não está presente. Peço ao Vice-Presidente da Comissão, Senador Carlos Wilson, que proceda à leitura do parecer já anteriormente elaborado pelo Senador Romeu Tuma.

Peço à assessoria da Mesa que faça entrar no recinto o Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Carlos Wilson.

O SR. CARLOS WILSON – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar em relação à Mensagem nº 168, de 08.02.1999, do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha que deseja fazer do Sr. Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador, Chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador, Chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha de chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52 item IV).

Atendendo preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o **currículum vitae** do interessado. Segundo o referido documento, o Sr. Celso Luiz Nunes Amorim, filho de Vicente Mateus Amorim e Beatriz Nunes Amorim, nasceu em Santos, São Paulo, em 3 de junho de 1942. É pós-graduado em Relações Internacionais pela Academia Diplomática de Viena. Foi Diretor-Geral da Embrafilme, de 1979 a 1982, e Professor de Ciências Políticas e Relações Internacionais na Universidade de Brasília, de 1977 a 1979. Esteve também ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, como assessor de cooperação em programas especiais, tendo exercido as funções de Secretário Especial de Assuntos Especiais, no período de 1985 a 1988.

Ao concluir o curso Rio Branco, em 1965, foi nomeado Terceiro Secretário e promovido a Segundo Secretário por antiguidade, em 1967; a Primeiro Secretário, por merecimento, em 1973; a Conselheiro, por merecimento, em 1977; a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 1980, e a Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 1989.

No âmbito da Secretaria de Estado, exerceu funções de relevância, como Chefe do Departamento Cultural, de 1989 a 1990; Chefe do Departamento Econômico, de 1990 a 1991; Secretário-Geral das Relações Exteriores, em 1993, e Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 1993 a 1994.

Em representações diplomáticas do Brasil no Exterior, serviu o Sr. Celso Luiz Nunes Amorim em Washington, onde foi Encarregado de Negócios em 1973; em Haia, onde foi Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios, em 1983 a 1984; em Genebra, como Embaixador-Chefe da Delegação Permanente, de 1991 a 1993; e em Nova York, onde atualmente chefia a Missão do Brasil junto às Nações Unidas.

No cumprimento das missões para que foi designado, desempenhou funções de relevância, tendo chefiado a delegação brasileira em várias reuniões internacionais, cabendo mencionar as seguintes: Encontro de Funcionários Governamentais, Cientistas e Empresários do Brasil e da Argentina, vinculados à área de Biotecnologia, ocorrido na Argentina, 1985; VII Reunião da Comissão Mista Cultural Lusa-Brasileira, 1989. Foi também chefe da Subcomissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação Comercial, Econômica, Científica e Tecnológica, em 1985; e da missão do Ministério da Ciência e Tecnológica para entendimentos como autoridades do Governo da República Democrática Alemã e República Popular da Hungria, em 1988. Participou ainda da Mesa

redonda de Tóquio sobre a Revolução da Informática, organizada pela Mesa Redonda Norte-Sul para o Desenvolvimento Internacional, no Japão, em 1987.

Mais tarde, como Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Sr. Celso Luiz Nunes Amorim chefiou ainda inúmeras delegações do Brasil que estiveram presentes em reuniões e conferências internacionais.

O Sr. Celso Luiz Nunes Amorim foi agraciado com várias condecorações, dentre as quais salientam-se: Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz; Ordem do Mérito Naval, Grã-Cruz; Ordem do Mérito Militar, Grã-Cruz; Ordem do Mérito Aeronáutico, Grã-Cruz; Medalha do Mérito Tamandaré; Medalha do Mérito Santos Dumont; e Grande Oficial da Ordem de Orange-Nassau.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Teremos agora a oportunidade de ouvir o Sr. Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim sobre a missão que lhe é entregue pelo Governo brasileiro.

Devo destacar que o Embaixador Celso Amorim é um dos servidores mais brilhantes do Ministério das Relações Exteriores, e com lugar assegurado na história contemporânea da nossa diplomacia. S. Ex^a é portador de uma carreira brilhante, sempre marcada pelo seu talento, pelo seu espírito público e pela seriedade com que sempre se destacou nos cargos que teve oportunidade de ocupar. Tendo sido Ministro das Relações Exteriores e também participado das missões e do debate dos temas mais importantes das nossas relações internacionais nas últimas décadas.

Concedo a palavra ao Embaixador Celso Amorim.

O SR. CELSO LUIZ NUNES AMORIM – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Senadores, é uma grande honra estar presente na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. Esta é a terceira vez que aqui compareço com o objetivo de ser sabatinado, além de outras oportunidades em que aqui estive para discutir temas de interesse quando Ministro das Relações Exteriores e Defesa Nacional. Mas digo que é uma honra muito especial estar hoje aqui sob a Presidência do Presidente José Sarney, que me honrou com palavras tão generosas e as quais espero poder corresponder.

Honra-me também a presença de tantos Senadores amigos e conhecidos, especialmente a do Se-

nador Pedro Simon, Relator quando do meu primeiro posto, quando fui designado pela primeira vez como Embaixador em Genebra.

Farei comentários de natureza mais geral e deixarei para a fase de perguntas alguns aspectos específicos. Esses comentários têm a ver, inclusive, com o trânsito que estou fazendo – caso o Senado aprove a minha indicação – entre dois postos que guardam semelhanças. São dois postos multilaterais, de certa maneira ligados às Nações Unidas, embora a Organização Mundial de Comércio, um dos órgãos mais importantes em que estarei atuando em Genebra seja, digamos, parte da família da ONU, mas não propriamente um órgão das Nações Unidas.

É relevante fazer essa transição entre uma tarefa e outra porque há muitos problemas que são parecidos. Tanto em Nova York, na ONU, quanto em Genebra, o principal problema colocado para o Brasil é a questão da participação nos processos decisórios internacionais. Essa participação, cada vez mais necessária por força de um convívio cada vez maior com a realidade internacional, da qual não há como escapar no mundo moderno, se faz de forma diferente, mas guarda suas semelhanças.

Da mesma forma que o Brasil aspira a uma participação maior na área de segurança coletiva, por exemplo – hoje em dia o Brasil é membro do Conselho de Segurança, mas membro não-permanente – ele também aspira a uma participação crescente nos órgãos, entidades e grupos responsáveis pela política econômica, comercial e financeira.

Nesses vários foros, há uma certa gradação da intensidade da participação brasileira. Certamente, em todos os temas que têm a ver com desenvolvimento ou com aspectos sociais ou ambientais, o Brasil tem uma participação muito ampla, não só porque esses foros são em geral universais, mas porque o peso do Brasil se faz sentir de maneira muito evidente. Isso é evidente na UNCTAD, que é um dos órgãos dos quais deverei tratar em Genebra, mas é verdade também que toda temática ambiental, e a Conferência do Rio de Janeiro foi um exemplo disso.

Nos órgãos que cuidam de política de segurança, o Brasil tem uma presença também marcada. Entre os entes não-permanentes das Nações Unidas, o Brasil, juntamente com o Japão, esteve oito vezes representado no Conselho de Segurança. Quer dizer, a exceção dos cinco permanentes, Brasil e Japão são países que mais vezes estiveram atuando nessa área. E nosso País defende uma re-

forma do Conselho de Segurança que permita que países em desenvolvimento possam participar do Conselho de forma permanente.

Na área comercial, sobretudo na Organização Mundial de Comércio, o Brasil tem uma participação destacada. Ilustra esse fato a circunstância de que dois dos meus antecessores foram presidentes do Conselho. O antecessor mais recente, o Ministro Celso Lafer, foi Presidente do Conselho da OMC; e o antecessor um pouco mais remoto, o Embaixador Rubens Ricupero, foi Presidente do Conselho do GATT. Ambas as coisas ilustram o peso que o Brasil tem – para citar apenas exemplos recentes – nos foros comerciais. Não há reunião da OMC, formal ou informal, que possa envolver mais de oito a dez países na qual o Brasil esteja ausente.

Nos foros financeiros, como V. Ex^a sabem, a situação é um pouco diferente, escapa também à minha competência. Os foros mais importantes, nesse caso, são de natureza informal, sobretudo, o G-7. E, muitas vezes, falou-se que seria importante o Brasil – hoje em dia G-8 – ter uma participação que, nesses casos, só se dá por cooptação.

Observo que freqüentemente se coloca, como se houvesse uma alternativa, que seria mais importante o Brasil participar do G-8 que do Conselho de Segurança. Essas coisas não são excludentes, pelo contrário, elas, em geral, são mutuamente reforçantes. A participação num foro reforça a possibilidade de participação em outros.

Há um aspecto importante, tanto em Nova Iorque quanto em Genebra, que caracteriza a atuação do Brasil, que é a defesa do multilateralismo. Para um País como o nosso, que não é uma superpotência, que não pode ditar a sua vontade pela força ou por pressões econômicas no cenário internacional, mas que, por outro lado, também não é um país insignificante à mercê de dívidas internacionais, o multilateralismo é fundamental. Através dele são estabelecidas as regras por meio das quais podemos defender os nossos interesses. E a nossa possibilidade de influência no cenário internacional se exerce sobretudo por intermédio da elaboração dessas próprias regras. A tradição diplomática, o seu peso específico, o fato de o Brasil ser provavelmente sob muitos critérios o maior país em desenvolvimento, tudo isso nos dá um peso que dificilmente encontraríamos, às vezes, nas relações bilaterais, sobretudo com as grandes potências.

Então, essa idéia de um sistema de regras é muito importante tanto no que diz respeito a temas da paz e da segurança internacionais, como os de

que cuidam a ONU e o Conselho de Segurança das Nações Unidas, como em temas comerciais, como aqueles de que cuidam a Organização Mundial de Comércio, OMS – uma das organizações sediadas em Genebra, provavelmente, aquela que tem maior atrativo para a opinião pública pelo impacto direto que tem na economia brasileira.

É para mim, de certa maneira, curioso o fato que esteja voltando a Genebra depois de oito ou nove anos. Nesse período, o mundo mudou de maneira significativa. Vivíamos um pouco a euforia do pós-guerra fria. Era a idéia, digamos, de percepções compartilhadas ou impostas, fosse como fosse, percepções mais ou menos únicas de consensos artificiais ou não. Mas era a idéia de que nós todos, ou pelo menos grande parte da opinião pública e dos governos, víamos na globalização e na liberalização processos mais ou menos lineares e indolores, que teriam uma culminância natural na prosperidade coletiva, entre outros, na prosperidade nossa.

No plano político, havia também uma euforia que se caracterizou sobretudo por uma grande utilização do Conselho de Segurança, porque a agenda dominante, a da superpotência, era mais ou menos compartilhada, ou pelo menos aceita, por outros países, inclusive em boa medida por outros membros permanentes do Conselho de Segurança.

Após nove anos a situação mudou muito. Eu diria até que atualmente vivemos não mais um período de pós-guerra fria mas de pós pós-guerra fria, que possui características especiais. Algumas delas são resultado direto do fim de certas ilusões, como a de que havíamos entrado num mundo de paz de fim da História, um mundo em que a globalização era algo suave em que os fluxos financeiros compensariam eventuais déficits comerciais, em que a democracia liberal e o capitalismo de mercado se estabeleceriam no mundo inteiro e de maneira indolor. Tais ilusões foram em grande parte qualificadas, não diria desmentidas, pelos fatos.

No plano político todos nós sabemos que vivemos uma era de muitos conflitos, como na África, inclusive um que ensangüenta um país amigo, próximo e irmão nosso, Angola, e muitos outros – tema, aliás, que tivemos que tratar constantemente no Conselho de Segurança -, conflitos de natureza étnica, não apenas na África mas também na Europa, e situações em que muitas vezes os próprios princípios da Carta das Nações Unidas ficam sob ameaça. A frustração das superpotências ou das grandes potências em não poderem conseguir com que seus objetivos sejam compartilhados pelos demais leva

freqüentemente à utilização de mecanismos unilaterais.

E boa parte de nossa atuação na ONU nos últimos 14 meses – nesse ano em que o Brasil é membro do Conselho de Segurança –, deu-se não apenas na defesa de temas específicos, de posições em relação a temas específicos pelos quais temos interesse maior, como é o caso de Angola, mas também na defesa de princípios do multilateralismo, princípios da Carta da ONU, princípios da prevalência do Conselho de Segurança, em tudo aquilo que diz respeito à paz e segurança internacionais e, sobretudo, no que diz respeito ao uso da força. Por isso, freqüentemente tivemos que adotar posições independentes em temas que são do conhecimento de todos, questões como a do Iraque e outras, às vezes até pela substância envolvida no tema em relação ao qual provavelmente concordávamos com os objetivos da agenda definida como prioritária, mas mais em relação à forma de alcançar esses objetivos – é evidente que todos nós desejamos que o Iraque não volte a ser uma ameaça em termos de posse de armas de destruição em massa. Nós no Brasil defendemos sempre que esses objetivos devem ser alcançados através dos instrumentos da Carta da ONU. Portanto, através do próprio Conselho de Segurança.

Esse tópico específico foi muito discutido durante a presidência brasileira do Conselho de Segurança e resultou num acordo que parecia muito difícil depois dos bombardeios de dezembro e das crises anteriores. Inclusive crises por falta de cooperação do próprio Iraque, o que resultou um acordo que foi modesto, porque era um acordo de procedimento. Mas era a primeira vez que o Conselho de Segurança, desde os últimos acontecimentos, tinha voltado a conseguir certa unidade. Como fruto disso, eu, então Presidente do Conselho, fui indicado para presidir três comissões sobre o Iraque, tarefa da qual estou me desincumbindo e espero terminar antes da Páscoa. Cito isso apenas como um elemento que ilustra a importância das posições brasileiras baseadas numa visão realista, não-confrontacionista, mas ao mesmo tempo independente, ciente da dignidade de nossa política externa, de suas tradições e da importância de preservar o sistema multilateral.

As mesmas questões de multilateralismo colocam-se também na área comercial. Hoje, quando examinamos retrospectivamente a rodada Uruguai – eu me sinto razoavelmente responsável porque fui também negociador em Genebra e mais tarde assinei os acordos de Marrakesh com o ministro das Relações Exteriores.

Eu diria, hoje, em retrospecto, que o principal ganho da rodada Uruguai foi o fortalecimento do sistema multilateral. Em outras palavras, o principal ganho da OMC é a própria OMC; é a existência de um organismo multilateral, com um sistema de solução de controvérsias razoavelmente preciso, em que há uma expectativa de que não apenas a lei do mais forte, mas sim aquilo que é justo, possa ser obtido e alcançado.

Ilustraria isso com um aspecto apenas. Durante a minha presença anterior em Genebra, o Brasil havia, já anos antes, ganho uma dessas questões no GATT, que são submetidas ao que ali chamam de "penal", as comissões arbitrais, digamos. Uma dessas comissões arbitrais havia dado ganho de causa ao Brasil no caso de calçados. Esse caso levou mais de dez anos para ser efetivamente posto em prática, porque os países que não estavam satisfeitos, sobretudo quando era uma grande potência, no caso dos Estados Unidos, podiam bloquear as decisões dessas comissões arbitrais.

Já como fruto da Rodada Uruguai, o primeiro caso levado ao órgão de solução de controvérsias foi justamente aquele envolvendo o Brasil e a Venezuela de um lado, como demandantes, e os Estados Unidos do outro, no caso da gasolina. Essa questão foi resolvida a nosso favor em cerca de um ano. Nesse período, não só tivemos ganho de causa como os Estados Unidos implementaram os regulamentos necessários para adequar os seus procedimentos àquilo que havia estabelecido a Rodada Uruguai. Eu diria que esse é o principal ganho e é o que tem que ser preservado.

Hoje, nos encontramos face à perspectiva de uma nova rodada, chamada rodada do milênio, que provavelmente seria lançada na terceira reunião ministerial da OMC, nos Estados Unidos, em Seattle, no final do ano.

Evidentemente, como toda rodada de negociações, ela oferece oportunidades e riscos. Teríamos que estar à luz dessas mudanças ocorridas no cenário internacional, sem dúvida alguma, atentos às oportunidades, porque o Brasil precisa do comércio exterior como elemento de dinamização da sua economia. O comércio exterior não pode ser mais um apêndice da economia, não pode ser aquilo que sobra e que é vendido, mas tem que ser um elemento integrado às políticas industriais, agrícolas.

Nesse aspecto, é importante que tenhamos demandas na rodada do milênio, com ênfase especial em certos temas que ficaram incompletos na Rodada Uruguai, como a questão da agricultura; a ques-

tão de disciplinas em áreas como **dumping**, para evitar que sejam tomadas medidas como estas que estão sendo tomadas agora contra o aço brasileiro; reforço do sistema de solução de controvérsias; rebaixas em tarifas excessivamente altas ainda para produtos brasileiros, como suco de laranja e calçados. Ao mesmo tempo, devemos estar atentos e cautelosos em relação ao potencial de demandas, de tal forma que o Brasil não tenha que passar – vou usar uma expressão que o Ministro Lampreia costumava usar – por um segundo choque de liberalização.

A verdade é que o Brasil procedeu a uma liberalização unilateral no início da década de 90, que foi muito além daquilo que comprometemos na Rodada Uruguai. Eu tive apenas uma parte pequena nisso, mas os negociadores brasileiros foram suficientemente prudentes para manter uma margem bastante grande.

Para dar um exemplo, a maioria das nossas tarifas industriais, hoje, estão a 10% ou 12%, e a nossa consolidação na OMC, no GATT, é 35% para a maioria dos produtos. Então, fomos cautelosos, e acredito que a mesma cautela terá que ser necessária na rodada do milênio. Penso que a indústria brasileira dificilmente suportaria uma nova rodada de rebaixas tarifárias que atingisse toda gama de produtos industriais.

Teremos que ser atentos em áreas novas, como o comércio eletrônico, que podem colocar problemas com os quais não conseguimos ainda lidar conceitualmente de forma adequada.

Teremos que ser cuidadosos, também, com temas como a vinculação entre direitos trabalhistas e comércio, para que esses direitos, que são legítimos, não sejam ilegitimamente usados como mecanismo de proteção comercial. O mesmo vale para o meio ambiente.

Sr. Presidente, teria muitos outros temas para falar e não gostaria de deixar, pelo menos, de dar uma menção ao fato de que Genebra não é só comércio. Há outros temas importantes, como desarmamento, tema ao qual me sinto pessoalmente ligado. Participei de várias Comissões que lutaram inclusive pela eliminação total de armas nucleares. O Brasil, hoje, depois de todos os acordos que assinou, tem credenciais para ter um posição de liderança e de combatividade na exigência de eliminação dessa arma, que é a mais destrutiva que já se fez no planeta. Participamos também da Comissão de Direitos Humanos e temos presença na Organização Internacional do Trabalho, que será presidida agora por um amigo nosso, que é o Embaixador Juan So-

mavia, do Chile, uma pessoa de grande categoria intelectual. Temos presença também em outras organizações, a Organização Mundial de Saúde, e outras.

De modo que seria difícil, sem abusar da paciência dos Srs. Senadores, eu me deter especificamente em relação a cada um desses temas, ou mesmo aos contenciosos específicos que existem na Organização Mundial do Comércio, que são do conhecimento de todos, estão na imprensa. Mas, evidentemente, se houver alguma pergunta que eu possa responder, com muito prazer o farei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concluída a primeira parte dos nossos trabalhos, pediria a todos os presentes que aguardassem fora desta sala a sabatina que agora será realizada pelos Srs. Senadores. (Fazendo soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Reaberta a reunião e caráter público. A Comissão de Relações Exteriores, em votação secreta, por unanimidade, aprovou o nome de V. Exª para Embaixador do Brasil em Genebra.

O SR. CELSO LUIZ NUNES AMORIM – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Item 2 da pauta.

Projeto de Decreto Legislativo nº 5, que aprova o Tratado de Extradicação, celebrado entre a República do Brasil e o Governo da Coréia.

Relatora, Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este projeto de decreto legislativo já foi analisado por esta Comissão, teve um parecer do ilustre Senador Leonel Paiva, que aprovou o acordo em epígrafe com uma ressalva apenas na linha "b" do Item VI do seu art. 2º, tal como fizera a Câmara dos Deputados, quando da sua apreciação.

Mas, depois, de acordo com o Requerimento nº 243, de 1998, fundamentado na alínea "b" do art. 279 do Regimento Interno do Senado Federal, de autoria do ilustre Senador Eduardo Suplicy, ele retornou à Comissão de Relações Exteriores para reexame, tendo em vista que o Senador – pergunto a V. Exª, Sr. Presidente, se precisamos ler todo o Relatório, se é importante, ou se podemos fazer uma análise.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Não, V. Exª pode ler apenas a conclusão.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Certo.

A ressalva que o Senador Leonel Paiva fez, à época, referia-se exatamente a uma alínea que con-

tinha um equívoco, talvez de redação, que de certa forma tornava inaceitável.

Conforme o enunciado na letra "b" do presente tratado, a extradição por um crime poderá ser concedida desde que a conduta em questão, caso ocorresse no território da parte requerida na ocasião do pedido de extradição, constituísse crime contra a legislação em vigor. Então, tratava-se possivelmente de um equívoco de redação, tendo em vista que o vocábulo mais correto seria "segundo" ou "conforme". Buscava-se corrigir, e foi aprovado, inclusive, pela nossa Comissão.

O requerimento do Senador Eduardo Suplicy busca, de certo modo, na sua justificativa, um reexame propondo mais duas ressalvas, que a seu ver deveriam ser feitas pelo Senado Federal, para serem devidamente ponderadas pelo Poder Executivo. S. Ex^a chama atenção para o item V do art. 2º, tal como fez o Deputado Theodorico Ferraço, ao relatar a matéria na Câmara dos Deputados, ao mesmo tempo em que faz fortes restrições a alínea "a" do art. 14 do acordo entre o Brasil e a Coréia.

A autorização facultativa da extradição, mesmo quando o ordenamento jurídico da parte requerida não prevê crime semelhante ao que motiva o pedido estrangeiro, não lhe parece aconselhável, por abrir uma injustificável exceção à regra contida no art. 77, Inciso II, da Lei nº 6.815/80, o Estatuto do Estrangeiro, e por não ter a parte requerida, em caso de extradição deferida, como restabelecer sua soberania em face de eventual abuso.

Quanto ao art. 4º, que S. Ex^a chama atenção, alínea "a", que admite a extradição em caso de crime passivo de pena de morte, desde que a parte requerente assumia o compromisso de não a impor ou de não a executar, relembra o ilustre Líder do PT que a Constituição brasileira só admite a pena de morte em caso de guerra declarada.

Quanto ao nosso voto, analisamos as ressalvas propostas em Plenário, pelo Senador Eduardo Suplicy, que levou-nos a concluir que elas são procedentes e, portanto, justificam a alteração do voto anterior desta Comissão. Admitir que os dois países que estão pactuando possam, a seu critério, conceder a extradição quando a sua própria legislação interna não prevê crimes de natureza semelhante ao que fundamenta o pedido de extradição constitui atitude que, sem dúvida, contraria o disposto no art. 77, Inciso II, do Estatuto do Estrangeiro, ao mesmo tempo que vai de encontro às modernas preocupações humanitárias que tornam o Direito Penal cada vez mais protetor dos extraditados.

Assim, ainda aqui, tivemos o cuidado de acrescentar cláusulas semelhantes ou de idêntico teor constantes, inclusive, em outros acordos bilaterais celebrados pelo Brasil. Colocamos aqui, a título de exemplo, a questão do Brasil com a Austrália, Brasil com Portugal, Brasil com a Itália. Citamos vários tratados, nominando artigos, que tratam dessa questão.

Diante do exposto, opinamos pela alteração do parecer anterior deste Colegiado, no sentido de que sejam admitidas não apenas uma, mas três ressalvas ao texto do acordo reapreciado.

O nosso voto é pela aprovação do acordo de extradição entre o Brasil e a Coréia, com ressalva da parte final do item V e da alínea "b" do item VI do art. 6º e da alínea "a" do art. 4º, razão pela qual propomos ao Projeto de Decreto Legislativo nº 05, de 1998, originário da Câmara dos Deputados, a seguinte emenda. Damos ao **caput** do art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 05, de 1998, a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica aprovado o texto de tratado de extradição, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coréia, em Brasília, em 1º de setembro de 1995, ressalvada a parte final do item V e alínea "b" do item VI do art. 2º e alínea "a" do art. 4º."

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, na forma regimental, lido o parecer, eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex^a tem vista do processo.

No entanto, queria aproveitar, já que estamos começando os nossos trabalhos, para esclarecer à Comissão, pelo menos era essa a orientação que tínhamos seguido na nossa gestão anterior e que a Comissão aprovou, que em matéria de tratados e acordos internacionais, como são documentos bilaterais, que não são somente sujeitos à nossa aprovação, mas à aprovação dos dois países, através de um consenso, uma modificação unilateral nossa significa a recusa do acordo ou do tratado. Isso quer dizer que a Comissão pode dar um parecer contrário ao tratado, mas, de certo modo, não podemos modificar sem que isso implique parecer contrário, uma vez que um tratado internacional é fruto de longa ne-

gociação e de aprovação entre os dois países. Isso, contudo, não evita que a Comissão, ao aprovar ou ao recusar essas matérias, recomende ao Itamaraty que, em outros acordos ou em outros tratados, leve em consideração essa posição firmada pela Comissão.

Entretanto, já pediu vista o Senador Bernardo Cabral e creio que, na próxima reunião, trataremos do assunto.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Pela ordem, tem a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Pela ordem, Sr. Presidente, Gostaríamos de dizer que temos conhecimento de que são acordos assinados pelos países, mas também temos a consciência de que, a partir do momento em que analisamos, constrói-se aqui, assim como na Câmara e no Senado, um projeto de decreto legislativo. A partir daí não estamos modificando o acordo no seu bojo, mas estamos, no decreto, fazendo alguma ressalva ou até colocando algo mais forte. Não estamos nos posicionando contra o acordo, não estamos mexendo no corpo do acordo – isso tem que ficar bem claro para que os ilustres pares tenham conhecimento. Não mexemos no tratado em nenhum momento, mas o que nos cabe é elaborar um projeto de decreto legislativo, que substancia o acordo, e, nesse projeto de decreto legislativo, no art. 1º, é que colocamos essa ressalva. Mas o teor do acordo fica inalterado. Apenas a Câmara ou o Senado, que têm esse poder regimental, fazem uma ressalva para que se esclareça um pouco mais as considerações.

Chamei a atenção para essa questão, principalmente no que se refere à pena de morte. Sabemos, como não temos, que estaríamos abrindo uma brecha para ser aplicado algo que a nossa legislação não prevê.

Apenas gostaria de esclarecer, mas tenho certeza de que na mão do Senador Bernardo Cabral essa matéria será enriquecida por seu conhecimento jurídico, e estaremos logo a aprovando.

Eram as considerações finais.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A intervenção da Mesa foi apenas para recordar as decisões que tinham sido tomadas anteriormente pela Comissão.

Item III da pauta:

Projeto de Decreto Legislativo nº 34, que aprova o texto da Convenção nº 169, Relator, Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srª Senadora, quero formular um requerimento no sentido de que seja retirada de pauta essa matéria e que, de acordo com a decisão soberana da Presidência, seja feita nova redistribuição. Retira-se de pauta essa matéria e distribuiu-se para um novo Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Exª declina de ser Relator da matéria?

O SR. BERNARDO CABRAL – Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Mesa designa o Senador Tião Viana para relatar a matéria.

O SR. BERNARDO CABRAL – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Item 4: Projeto de Decreto Legislativo nº 11, que aprova o texto do acordo sobre serviços aéreos entre o Brasil e a República da Hungria. Relator: Senador Romeu Tuma.

Peço ao Senador Carlos Wilson que proceda à leitura do relatório já elaborado.

O SR. CARLOS WILSON – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o relatório encaminhado pelo Senador Romeu Tuma se refere ao Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1988 (nº 582, de 1987, na Câmara dos Deputados).

Relatório.

O Sr. Presidente da República, com apoio no art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submete à consideração dos Srs. Membros do Congresso Nacional, acompanhado da Exposição de Motivos nº 216 do Ministério de Relações Exteriores, de 28 de maio de 1987, do Sr. Ministro de Estado interino das Relações Exteriores, o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria, feito em Brasília, em 3 de abril de 1997.

Quando da sua regular tramitação pela Câmara dos Deputados, a matéria obteve a aprovação das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Constituição e Justiça e de Redação, Viação e Transportes e Economia, Indústria e Comércio; esta por parecer do Relator designado pela Mesa, o Sr. Deputado Herculano Anghinetti.

Discutido em turno único e aprovado, o respectivo projeto chega ao Senado Federal para a necessária apreciação e emissão dos competentes pareceres por parte de suas comissões técnicas.

No parecer do Senador Romeu Tuma, ora lido por este Senador, S. Exª propõe a aprovação na íntegra do Acordo sobre Serviços Aéreos celebrado

entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria, em Brasília, em 3 de abril de 1997.

Este é o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A conclusão do parecer é favorável.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Todos estão de acordo. O projeto é aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo nº 143, que aprova o texto do acordo por troca de notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, na cidade de Assunção, em 17 de outubro de 1996.

O Relator é o Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – Vou começar pela exposição, Sr. Presidente.

Da Exposição de Motivos nº 457 do Sr. Ministro das Relações Exteriores, que acompanha o texto do acordo em epígrafe, cabe destacar o seguinte:

O efeito do acordo será o de criar um quadro jurídico que permita às autoridades competentes do Brasil e do Paraguai intercambiar as informações necessárias para controlar mais eficazmente o comércio ilícito de armas entre os dois países.

O acordo vem complementar um conjunto de medidas que visam a coibir a delinquência organizada na região fronteira entre o Brasil e Paraguai, em especial no que se refere ao controle do tráfico de armas e narcotráfico. A regular troca de informações entre as autoridades e policiais permitirá rastrear a origem das armas eventualmente apreendidas em território nacional e a rota que percorreram até seu destinatário.

Trata-se de acordo de grande interesse do Brasil, considerando o caráter altamente preventivo de que se reveste.

A vulnerabilidade do que se tem convencionalmente designar de "as três fronteiras" – Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazu – Brasil, Paraguai e Argentina, respectivamente – tem-se constituído em um ponto crítico para a segurança internacional e para a segurança coletiva. Nesse aspecto, o contrabando de armas é altamente lesivo ao interesse da coletividade estatal, devendo ser enfrentado com medidas como a que se busca no presente acordo.

Resta destacar ainda que, quanto ao mérito, a iniciativa é muito pertinente, ao contrário de medidas como as dispõe a lei que criminaliza o porte de armas de fogo, de duvidosa eficácia, pois não atinge

as pessoas que por sua índole criminosa utilizam armas de fogo como ferramentas de trabalho, mas depois de vencido o tempo do acordo não apreciado permite dar um duro golpe no crime de contrabando de armas. Isso vem de longa data, na região. Esse tipo de delito tem sido uma das principais fontes de abastecimento de armas utilizadas pelo banditismo e pelo crime organizado em nosso território. Se o intercâmbio de informações não impedir a total extinção do contrabando, estaremos certos de que ao menos estará se dificultando ao máximo o seu intolerável exercício.

Voto

Diante de todo o exposto, por ser oportuno e convenientes os textos adicionais, e por atender aos requisitos de juridicidade e constitucionalidade, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 143, de 1998, que aprova o texto de acordo para a troca de notas, sobre contrabando de armas, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, na cidade de Assunção, a 17 de outubro de 1996. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira se manifestar, submeto-o a votos.

Aprovado.

Item 6

Projeto de Decreto Legislativo nº 145, que aprova o texto do acordo para a criação da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina. Relator: Senador Mauro Miranda.

Como o parecer já foi distribuído, de maneira que é do conhecimento de todos os Senadores e será publicado, V. Exª poderá ler as conclusões.

O SR. MAURO MIRANDA – O ato internacional sob exame vem corroborar a importância conferida pelo Governo brasileiro às iniciativas conducentes à integração econômica do Cone Sul. Com efeito, a adoção de instrumentos internacionais bilaterais que promovam o desenvolvimento econômico e social das zonas fronteiriças dos países do Mercosul e de seus associados contribui enormemente para o fortalecimento do processo de integração, porquanto visa equilibrar às economias das regiões geográficas, onde se desencadeou, na prática, a integração. A criação de uma comissão, nos termos propostos, constitui um importante passo a proporcionar as iniciativas necessárias ao almejado fortalecimento e di-

namização das zonas de fronteiras entre o Brasil e a Argentina. Por todo o exposto, opinamos favoravelmente à aprovação do acordo para a criação da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina.

Portanto, o voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, considero-o aprovado.

O SR. CELSO LUIZ NUNES AMORIM – Projeto de Decreto Legislativo nº 147, que aprova o texto da convenção sobre prevenção e punição de crimes contra pessoas que gozam de proteção internacional, inclusive agentes diplomáticos, concluída em Nova Iorque, em 14 de dezembro de 1973, com reserva prevista no §2º do art.13 da Convenção. Relator: Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Seguindo a orientação da Presidência, vou resumir apenas a leitura do voto.

Por ser oportuno e conveniente aos interesses nacionais e por atender aos requisitos da juridicidade e constitucionalidade, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 1998, que aprova o texto da Convenção sobre prevenção e punição de crimes contra pessoas que gozam da proteção internacional, inclusive agentes diplomáticos, concluída em Nova Iorque, em 14 de dezembro de 1973, com reserva prevista no §2º do art.13 da Convenção.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir um esclarecimento ao eminente Senador Moreira Mendes.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Exª pode formular o esclarecimento.

O SR. BERNARDO CABRAL – Eminente Relator, qual é a reserva do §2º do art.13?

O SR. MOREIRA MENDES – Vou ler: "Trazendo como parte substantiva do seu articulado a tipificação de crimes contra pessoas internacionalmente protegidas, o que está previsto no art.2º, bem como a definição dos termos do art. 1º, de pessoa internacionalmente protegida, a convenção ora examinada constitui-se em valioso instrumento para as relações internacionais. (Ainda não encontrei ...)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Enquanto V. Exª examina, submeto o Item nº 7, que tem como Relator o Senador Mauro Miranda.

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 146, que aprova o texto do Acordo sobre isenção parcial de visto, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia.

Com a palavra o Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA – Cuida-se aqui, Sr. Presidente, há toda evidência de tratado conveniente e oportuno aos interesses nacionais, devido ao seu conteúdo plenamente compatível com as necessidades atuais, de urgência e flexibilidade nos deslocamentos internacionais, seja por razão de negócios, seja por razão de lazer.

Da Exposição de Motivos nº 379, do Ministro das Relações Exteriores, que acompanha o texto do tratado em referência, cabe destacar o seguinte: o referido acordo tem como objetivo criar maiores facilidade no trânsito de nacionais brasileiros e tailandeses, que viajem respectivamente à Tailândia e ao Brasil para fins de negócio ou turismo, isentando-os da obtenção de vistos consulares para a permanência de até 90 dias.

Com base no exposto, considerando-se ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do acordo em análise, conclui-se o parecer opinando pela aprovação do Projeto de Lei Legislativo nº 146, de 1998 (nº 694, de 1998, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do acordo sobre a isenção parcial de visto celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia, em Brasília, em 21 de julho de 1997.

Era esse o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer é favorável.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Com a palavra o Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Tem aqui a resposta para o ilustre Senador Bernardo Cabral.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O Senador Bernardo Cabral considera esclarecida a sua dúvida.

O parecer é favorável.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Item 9 da pauta, que aprova o texto do acordo comercial

celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia. Relatora: Senadora Emilia Fernandes.

A SRª EMILIA FERNANDES – Este acordo, Sr. Presidente, foi apreciado pela Câmara, chegou ao Senado em janeiro de 1999 e a esta Comissão em 19 de janeiro último. Trata-se de um acordo entre o Brasil e a Indonésia, que visa a basicamente fortalecer as relações comerciais entre os dois países, estabelecendo normais gerais e comuns para igualdade de tratamento, para o alcance de benefícios recíprocos e para um equitativo sistema de soluções de controvérsias.

Vale ressaltar que essa possível extensão de benefícios mútuos, previsto no acordo, está aparelhada com fortes e legítimas salvaguardas para nossa área de integração prioritária, que é o Mercosul. Inclusive, na exposição de motivos, o Ministro das Relações Exteriores, que acompanhou a mensagem presidencial, manifestou-se claramente.

Entendemos que, por se tratar de um acordo genérico de estabelecimento de relações comerciais, destinado a servir de base para mais amplos e profundos entendimentos e parcerias mercantis, seja conveniente os interesses do País à ratificação do acordo em análise.

Nosso parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer é favorável.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **ITEM 10**, último item da pauta.

Projeto de Decreto Legislativo nº 6, que aprova o texto do convênio interamericano sobre permissão internacional de radioamador, aprovado em Washington, em 8 de julho de 1995. Relator: Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, dispensado o relatório, passo a ler o voto.

Voto

Destaca o preâmbulo desse documento interamericano que à sua motivação principal se situa nos benefícios proporcionados pelas atividades de radioamadorismo e no interesse dos Estados-membros da Sitel em permitir que cidadãos de qualquer Estado-membro, autorizados a operar no serviço de ra-

dioamador em seus países, operem temporariamente em qualquer outro país a ela associado.

A proposta parece-nos justa, tendo em vista que possibilita o exercício internacional de uma atividade sabidamente meritória e relevante, sem abrir mão dos direitos e deveres inerentes à soberania de cada Estado sobre o uso do espectro radioelétrico sob sua jurisdição.

É, sem dúvida, oportuno que a OEA, em sua tarefa de codificação do Direito Internacional, preocupe-se em legislar sobre essa matéria de conotação transnacional, sem se desvincular dos parâmetros traçados pela instituição universal e pioneira que, atualmente, denomina-se União Internacional de Telecomunicações – UIT.

Nosso voto é, portanto, favorável à aprovação da presente matéria, nos termos de Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1999.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, quero apenas louvar o que o Senador Moreira Mendes bem destacou.

O País inteiro conhece, sobretudo em épocas passadas, o trabalho que o radioamadorismo prestou ao Brasil inteiro. Quando as nossas telecomunicações eram deficientes e ainda hoje, apesar de já não serem tão deficientes, o radioamador presta, sobretudo na nossa região, na Região Amazônica, um trabalho meritório.

Destaco este parágrafo lido por V. Exª, Senador Moreira Mendes:

"A proposta parece-nos justa, tendo em vista que possibilita o exercício internacional de uma atividade sabidamente meritória e relevante, sem abrir mão dos direitos e deveres inerentes à soberania de cada Estado sobre o uso do espectro radioelétrico sob sua jurisdição."

Sr. Presidente, apenas pediria a V. Exª, aprovada a matéria – sei que a aprovação se dará por unanimidade –, que desse conhecimento da decisão desta Comissão, sob a presidência de V. Exª, ao órgão especializado na matéria, que é a Comissão Interamericana de Telecomunicações.

O meu voto é favorável à aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Peço a atenção dos Srs. Senadores para a publicação que se encontra sobre a mesa de cada um, que diz respeito a todas as matérias publicadas na imprensa e nas revistas especializadas sobre assuntos internacionais, como um subsídio à atividade que exerceremos nesta Comissão. Essa foi uma rotina estabelecida nesta Comissão, que agora continua e se renova e que é muito útil para os nossos trabalhos. Ela é organizada, semanalmente, pela equipe de apoio técnico da biblioteca da Casa.

Muito obrigado a todos pela presença.

Lembro que as reuniões da Comissão são realizadas, invariavelmente, às terças-feiras, às 17 horas e 30 minutos. Quando houver reunião extraordinária, V. Ex^{as} receberão, com a devida antecedência, uma comunicação.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h25min.)

Ata da 3ª Reunião Ordinária, da 7ª Sessão Legislativa da 51ª Legislatura, realizada em 23 de março de 1999.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia vinte e três de março do ano de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador José Sarney, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores João Alberto, Bernardo Cabral, Romeu Tuma, José Jorge, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti, Pedro Piva, Lauro Campos, Tião Viana, Luiz Estevão, Maguito Vilela, Hugo Napoleão, José Agripino, Djalma Bessa, Geraldo Althoff, Paulo Souto e Roberto Saturnino. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição que fará o senhor Paulo Tarso Flecha de Lima, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, Designado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, cujo Relator é o Senhor Senador Bernardo Cabral. Encerrada a exposição, o Senhor Senador Bernardo Cabral requer a permanência em caráter público da segunda parte da Reunião. Havendo a concordância do plenário da Comissão, o Senhor Presidente determina a permanência em caráter público da presente Sessão. fazem uso da palavra pela ordem os Senhores Senadores Romeu

Tuma, Djalma Bessa, Saturnino Braga, Lauro Campos e Pedro Simon. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **José Sarney**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Está aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Da pauta consta a Mensagem nº 86, de 1999, na qual o Senhor Presidente da República submete deseja submeter à apreciação do Senado a escolha do Sr. Paulo Tarso Flecha de Lima para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República italiana.

O Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima já se encontra na Casa. Convido-o a participar dos trabalhos a fim de se submeter à sabatina, que, em face da Constituição Federal, é da competência desta Comissão.

Peço ao Senador Bernardo Cabral, Relator da matéria, que introduza na Comissão o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima.

(Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apresento o seguinte relatório.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Paulo Tarso Flecha de Lima para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República italiana.

A Constituição – como V. Ex^a acaba de registrar – atribui competência privativa ao Senado Federal em examinar previamente, e por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou **currículo vitae** do interessado, que, segundo o referido documento, nasceu em Belo Horizonte, em 8 de julho, é filho de Sebastião de Lima e Maria de Lourdes Flecha de Lima.

É Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade Nacional de Direitos da Universidade do Brasil, e fez, no Instituto Rio Branco, curso de aperfeiçoamento diplomático.

Iniciou a carreira por concurso e exerceu os seguintes cargos: em 1955, Cônsul de Terceira Classe;

em 1959, Segundo Secretário, por merecimento; em 1964, por merecimento, Primeiro Secretário; em 1967, conselheiro...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sr. Relator, peço licença para interrompê-lo, pois, honrando esta Comissão, acaba de chegar o Presidente da Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães, a quem peço tome assento ao nosso lado.

Continua V. Ex^a com a palavra.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, se não fosse pela honra que nós dá o Presidente do Congresso e do Senado, um amigo de V. Ex^a, eu diria que o bom filho à Casa retorna, já que S. Ex^a foi Presidente desta Comissão.

O eminente diplomata teve, por merecimento, a sua promoção, em 1977, a Ministro de Primeira Classe.

Os postos, funções e condecorações são numerosas, Sr. Presidente.

Peço permissão aos eminentes colegas para resumir. Primeiro, Professor de Promoção Comercial do Curso de Preparação à carreira de Diplomata no Instituto Rio Branco; Professor do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas; Presidente da Fundação de Visconde de Cabo Frio; Conselheiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES; Representante do Ministério das Relações Exteriores no Conselho Deliberativo da Superintendência e Desenvolvimento do Nordeste – Sudene; Membro da Junta Diretiva da Agência Especial de Financiamento Industrial; Representante do Ministério das Relações Exteriores na Comissão Marítima Nacional; Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão; Presidente da Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de Minas Gerais; Chefe da Divisão da Associação Latino Americana de Livre Comércio; Chefe do Departamento de Promoção Comercial; Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos Comerciais; Secretário-Geral das Relações Exteriores, Ministro de Estado Interino das Relações Exteriores em várias oportunidades, sobretudo de 1985 a 1989. Serviu ao Brasil nos seguintes postos: em Roma, foi 2º Secretário e encarregado de negócios; em Montevideú, ALAI(?), foi encarregado de negócios, Secretário e 1º Secretário; em Nova Iorque, foi Cônsul Adjunto, Chefe da Secom(?) e encarregado de negócios; em Londres, foi Embaixador, de 1990 a 1993; e, em Washington, foi Embaixador, de 1993 a 1998. Participou de inúmeras delegações, grupos de trabalho, comissões mistas, comitivas e missões, tendo exercido em algumas dessas oportunidades papel de importância e destaque, o qual, de-

pois, Sr. Presidente, farei questão de colocar em relevo. Em sua folha funcional, enviada pelo Itamaraty, consta que é detentor de 59 condecorações nacionais e estrangeiras, a maioria delas no grau da Grã Cruz, que é o mais alto.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório, que, a nosso ver, contém as informações necessárias à deliberação desta Comissão sobre a indicação feita pelo Sr. Presidente da República.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Como os Srs. Senadores sabem, a nossa reunião é composta por duas etapas. Na primeira etapa, teremos oportunidade de ouvir o Embaixador Paulo Tarso, e, depois, a reunião passará a ser secreta, quando os Srs. Senadores terão oportunidade de inquirir o Dr. Paulo Tarso e formular-lhe perguntas, muitas das quais, por implicarem problemas de relações do Brasil com outros países, não poderão ser feitas publicamente.

Quero ressaltar que o Embaixador Paulo Tarso é uma das maiores expressões da Diplomacia brasileira contemporânea e uma das figuras nacionais que marcaram a história das nossas relações exteriores. É dono de um talento e de uma cultura excepcional e de grande conhecimento da História Mundial e da História do Brasil, que lhe serviram para desempenhar todas as funções que lhe foram atribuídas com grande brilhantismo. Como tive oportunidade de salientar, ele é não somente um homem que marcou a história diplomática contemporânea, mas também uma das figuras mais importantes na história diplomática do Brasil de todos os períodos.

Em todos os assuntos que tivemos que tratar no exterior, nas décadas mais recentes, a figura do Embaixador Paulo Tarso esteve sempre presente, com sua experiência, seu talento e seu brilhantismo. Tive oportunidade de testemunhar, pessoalmente, na Presidência da República, o seu grande espírito público e o quanto ele tem ajudado o nosso País.

No Ministério das Relações Exteriores, pela sua personalidade marcante e pela sua liderança, ele desempenhou uma função de constituir uma escola de bons diplomatas, que seguem seu exemplo.

Teremos agora a oportunidade de ouvir o Embaixador Paulo Tarso.

O SR. PAULO TARSO FLECHA DE LIMA – Meu caro Presidente José Sarney, caro Senador Bernardo Cabral, Sr^{as} e Srs. Senadores, minhas senhas e meus senhores, não posso deixar de regis-

trar que minhas palavras são de emoção por estar pela terceira vez nesta Comissão, hoje sob a Presidência do meu querido chefe e amigo Senador José Sarney, que não economizou palavras para me descrever, o que me deixou muito desvanecido, porque servi a S. Ex^a durante cinco anos como Secretário-Geral do Itamaraty e tivemos boas oportunidades de iniciativas importantes e negociações complexas, nas quais nunca faltou o apoio sempre patriótico e decidido do Presidente. Nesse sentido, tive muito orgulho de ter sido o seu Secretário-Geral, numa atuação que – acredito – foi muito marcante naquela época para o Brasil.

Fico muito emocionado por estar aqui hoje. A primeira observação que eu gostaria de fazer é de caráter pessoal. Há três anos e meio, fui vitimado pelo destino, por um acidente vascular cerebral que me prejudicou muito a mobilidade. Mas, em momento algum, isso me atrapalhou. Deus me deu força, entretanto, para enfrentar numerosas missões e situações com as quais tive de me defrontar e me considero plenamente apto para exercer funções relacionadas com o meu trabalho.

Recordo-me que fiquei muito honrado nos Estados Unidos, ganhei até um prêmio chamado "Citação da Vitória", que eles chamam de a vitória do espírito sobre a adversidade. Foi algo que me emocionou muito e que de certo modo me deu muita força para continuar. O apoio dos amigos, que não faltou em nenhum momento, principalmente do Presidente Fernando Henrique que teve a gentileza de se deslocar de Nova Iorque a Washington, na companhia do Senador Antonio Carlos Magalhães, para me fazer uma visita, e que foi muito importante para me dar a certeza que estava sendo prestigiado e estimulado a continuar a minha missão.

Até, se me permitem a irreverência, brinquei com Presidente Fernando Henrique dizendo que já que tive de abrir a cabeça três vezes, porque foram duas cirurgias e uma terceira vez porque tive uma infecção hospitalar grave, era o único auxiliar dele que podia provar que tinha cérebro. (Risos) Realmente, os médicos mexeram na minha cabeça de todo o jeito.

Enfim, estou aqui firme e queria dizer aos senhores que a saúde não é, a meu ver, um fator negativo no meu caso, porque afinal uma embaixada não necessita de pernas nem de braço esquerdo para funcionar. Pude conduzir a Embaixada em Washington e também situações bastante delicadas.

Devo a V. Ex^{as} essa explicação preliminar; não se trata de um exercício de falta de modéstia ao contar essa história. V. Ex^{as} têm a função de aprovar os

nomes indicados e essa tarefa é muito importante para o embaixador, porque é justamente o Senado que dá legitimidade política ao Embaixador, que por sua vez se sente apoiado pelo órgão que representa a congregação da Federação brasileira, porque todos os Estados estão aqui representados. Isso é um fator essencial e por essa razão penso que esta audiência é algo que o embaixador recebe com o maior prazer, porque ela significa que a sua missão será ou não bem sucedida já que terá ou não o apoio do Senado Federal. Espero que V. Ex^{as} me honrem com o seu apoio e espero também não decepcioná-los.

Gostaria de começar as minhas observações falando sobre o papel da Itália, que é hoje um dos países mais importantes no cenário mundial. É a sexta economia do planeta, com um PIB da ordem de US\$1trilhão e 250 bilhões e é o país que tem muita inserção internacional, integra o Grupo dos sete, a OCDE e a OTAN e desempenha um papel cada vez mais relevante na União Européia. É um dos países que tem um poder de voto maior dos que a média dos outros, porque é considerado um país médio.

A Itália é o nosso quinto parceiro comercial, e tem um comércio muito ativo. O comércio exterior da Itália é de US\$400 bilhões nos dois sentidos, dos quais 8% para os Estados Unidos. Eles têm também uma indústria muito pujante, caracterizada por um **design** muito moderno. Penso que é um parceiro que devemos cultivar e com o qual procurar expandir o nosso relacionamento.

O Presidente Fernando Henrique quer muito que se valorizem as nossas relações com a Itália, porque dos países europeus ele considera que a Itália é aquele com o qual temos tido menos interação e que podíamos ampliar muito esse relacionamento. A instrução dada pelo Presidente é justamente dar prioridade ao relacionamento com a Itália e procurar expandi-la da melhor maneira.

A Itália tem conseguido acertar bastante bem a sua própria situação interna, porque nesse processo de criação do Euro houve momentos em que se acreditava que a Itália não podia ser admitida no grupo por causa de sua situação de indisciplina fiscal, os deficits crescentes e uma certa falta de ordem na sua gestão financeira; mas depois, principalmente a partir do Governo Prodi, as coisas se acertaram e a Itália pôde se juntar à União Monetária Européia e hoje a Lira recuperou credibilidade, e é um país que tem sua posição bastante fortalecida no cenário internacional.

Curiosamente, a Itália tem um problema muito parecido com o nosso, que é o desequilíbrio entre o norte e o sul do país. O sul é muito pobre e seu contraste com o norte faz lembrar um pouco a situação de desequilíbrio que temos aqui entre o nordeste e o sul brasileiros. A Itália tem procurado corrigir essa desigualdade entre o sul e o norte de forma muito ativa. No entanto, até agora, ainda não encontrou uma solução definitiva para o problema da pobreza crônica do sul.

No momento, a Itália vive um fascinante debate político, que é decorrência de um processo de reforma constitucional que se quer introduzir. Para tanto, pretende-se realizar previamente um plebiscito, o que está gerando muitas dúvidas e questionamentos sobre como formular as perguntas.

A acirrar esse debate político está o processo sucessório do Presidente Oscar Luigi Scalfaro, que deverá ser substituído proximamente, a despeito de já ter sido sugerida a prorrogação de seu mandato. Esse fato é curioso, pois contraria o pensamento daqueles que acham que esse tipo de manobra só pode ocorrer em países em desenvolvimento. Vemos, porém, que na própria Itália há pessoas querendo prorrogar o mandato do Presidente Oscar Luigi Scalfaro -acompanhamos de perto esse processo.

Um dos candidatos a presidente é o atual primeiro-ministro Massimo D'Alema. Há outros disputando também e neste momento seria apenas um exercício divinatório apontar um vencedor. No momento é impossível prever quem ganhará as eleições; apontar um nome seria mera especulação. Não há nenhum elemento objetivo que nos dê convicção de quem poderá vir a ser o presidente.

A nosso ver, a Itália tem sido um pouco negligente relativamente ao Brasil e à América Latina, pois gostaríamos que suas relações fossem mais intensas. As visitas ao Brasil foram muito escassas: tivemos a visita do Presidente Oscar Luigi Scalfaro e a visita do ex-Primeiro Ministro Romano Prodi. Esse intercâmbio deveria ser intensificado, pois o contato de alto nível, como bem sabe o ex-Presidente José Sarney, é muito útil. Deveríamos receber proximamente a visita do Chanceler italiano Lamberto Dini, mas por causa da crise na União Européia ele teve de adiar a viagem.

Essa crise na União Européia também derruba uma velha crença. Aqui no Brasil, sempre que temos crises políticas encontramos focos de nepotismo e outras situações que procuramos corrigir. Surpreendentemente, vemos na União Européia uma reprodução clara de certas situações que ocorrem em ní-

vel estadual no Brasil. Comissários colocaram suas próprias mulheres como assessoras para realizar certos trabalhos, o que provocou a renúncia coletiva da Comissão. Aliás, a esse propósito, disse-nos a Ministra Charlene Barshefsky dos Estados Unidos – estivemos lá com o Ministro Luiz Felipe Lampreia e conversamos com ela – que a informação de que dispõe é que essa renúncia foi puramente formal. Na realidade, os comissários serão depois reconduzidos. A renúncia teria sido um gesto político para dramatizar um pouco a situação. Esperamos que tudo se resolva, porque é muito importante para nós que a União Européia não perca seu rumo e continue com uma Comissão eficiente e forte.

No âmbito bilateral, a Itália pode ser vista como um interlocutor importante na Europa e no plano internacional, pois, sendo membro do Grupo dos Sete e não tendo um perfil tão agressivo como o de outros países, a Itália talvez seja o país mais receptivo a pleitos dos países menos desenvolvidos, o que é algo que devemos cultivar.

Por outro lado, temos uma outra força importantíssima, da qual às vezes não nos damos conta: temos a maior colônia de imigrantes italianos do mundo. Aqui há 23 milhões de pessoas de origem italiana. Tal fato nos dá uma força muito grande para dialogar com a Itália. Para minha surpresa, o maior contingente de descendentes de italianos no mundo está aqui no Brasil – superamos inclusive os Estados Unidos, somos 23 milhões.

Naturalmente, o Brasil tem sido sempre tentado a privilegiar Portugal como seu interlocutor junto à Comunidade. No entanto, apesar de Portugal ser um excelente amigo nosso, ainda é um país que não tem a força de atuação que tem um país como a Itália, por exemplo. Inclusive, há uma grande possibilidade de que o próximo presidente da Comissão Européia seja o ex-primeiro-ministro Prodi – os alemães estão apoiando essa fórmula. Se isso acontecer, a Itália terá, para nós, ganho mais um fator de importância. Temos, portanto, de redigir com a Itália uma agenda positiva, porque até agora temos tido diálogo político muito desobstruído, mas relativamente vazio.

Na área política, temos até discrepâncias, como, por exemplo, aquela relativa ao Conselho de Segurança da ONU. A prosperar fórmula sugerida pela Itália, seria bastante comprometida a nossa aspiração de ter um assento permanente no Conselho de Segurança. A Itália, por causa da aspiração alemã e japonesa, sugeriu um rodízio na ocupação de assentos no Conselho de Segurança: dez membros semipermanentes se alternariam durante três anos

na ocupação desses lugares. Essa fórmula ampliaria bastante o Conselho, mas não resolveria o problema relativo a membros permanentes; a fórmula que a Itália ofereceu, no fundo, obstrui o debate. Não deixa de ser irônico que a nossa aspiração de fazer parte do Conselho esteja sendo obstaculizada por três países que perderam a Segunda Guerra Mundial – nós lá estivemos para liberar a Itália, inclusive.

Com relação a esse assunto, aos poucos o diálogo vem se sedimentando. Acredito que será possível conseguir algum tipo de abertura para chegarmos a uma fórmula que nos atenda também, porque acho que a aspiração do Brasil é legítima nesse caso.

Há áreas em que temos muito a aprender com a Itália. Exemplo ilustrativo é a área de desenho industrial. Eu nunca havia me fixado nesse assunto, mas após ter tido o cuidado de mandar pesar uma gravata – ela pesa aproximadamente 28 gramas –, verifiquei que o material que a compõe custa menos de um dólar e, no entanto, ela pode ser vendida a 130 ou 150 dólares. Esse exemplo mostra o valor do desenho e da criação artística, área em que podemos montar algum programa de cooperação com a Itália, porque nossa atividade na área de bens de consumo foi relegada a segundo plano. Nesse campo, certamente, podemos estabelecer com a Itália uma parceria privilegiada.

Na área espacial também a Itália tem muito a oferecer; dentre os países europeus, é um dos mais ativos. Ela integra a Agência Espacial Européia e participa do projeto da estação espacial que tem sido promovido pelos Estados Unidos – projeto do qual também faz parte o Brasil. Aliás, segundo soube, o Congresso manteve os recursos orçamentários previstos para participações na estação espacial, o que é uma notícia muito auspiciosa já que essa nossa participação é um atestado de nossa maturidade industrial. Nossa atuação nesse projeto vai evidenciar o grau de sofisticação da nossa indústria.

Já há uma concreta cooperação entre Brasil e Itália na área de aviação. A Embraer tem um acordo com a Alitalia e eles têm produzido aviões de caça, os famosos AMX. A Embraer está também negociando com a Alitalia a venda de alguns jatos de médio porte – uns 50 lugares. De modo que o espaço existente para a cooperação na área de aviação é muito grande.

Sobre o setor automotivo eu nem preciso falar. Temos aqui a Fiat, que é o maior empreendimento automobilístico italiano fora da Itália e é a maior empresa do Brasil hoje, a que mais produz automóveis.

Na minha pesquisa, para poder vir aqui submeter o meu nome à apreciação de V. Ex^{as}, descobri também que a Itália tem uma meta de chegar ao ano 2005 com, pelo menos, 5% do consumo energético gerado por biomassa. Isso abre um grande espaço para o Brasil, porque nenhum país do mundo tem a experiência que nós temos na área de biomassa. Então, talvez, pudéssemos pensar em fazer um outro tipo de cooperação, o que seria benéfico para os produtores brasileiros. Nesse sentido, a Comunidade Européia separou recurso orçamentário para financiar esse projeto italiano. De modo que não estamos pensando em algo ainda imaginário e sim em coisa muito concreta.

Com relação à indústria fonográfica, há uma significativa e total ausência da música brasileira na Itália. Tanto assim, que uma das primeiras coisas interessantes que penso em fazer lá é um festival de música brasileira. A música reflete a imagem do País, o lado bom do País, sobre a nossa vitalidade. Nos Estados Unidos fiz um programa muito bonito, muito bem feito em homenagem ao Tom Jobim, na ocasião em que o Presidente Fernando Henrique fez uma visita de estado aquele país, inclusive o Presidente Antonio Carlos Magalhães esteve presente. O programa foi muito bem sucedido e conseguiu críticas muito favoráveis da imprensa americana. Não vejo razão nenhum pela qual não se possa repetir o mesmo êxito na Itália, com artistas brasileiros. Já estou trabalhando com algumas gravadoras nesse sentido e espero ter êxito. Mas quero, inclusive, que o Presidente José Sarney depois me dê a chance de voltar a esta Comissão para falar sobre a implementação desse projeto.

Na parte das artes plásticas, por exemplo, o Brasil durante todo o século XX, toda a nossa criação artística foi muito influenciada por Portinari, Mancetti (?), Malfati, Boradei(?), Bruno George(?). É tudo boa gente, como se diz. Esses padrões estéticos são referência para que possamos trabalhar juntos. Ainda na área da cultura, um ponto muito relevante é o esporte, porque o esporte na Itália tem uma ferida sangrando, por causa do Baggio na Copa de 94. Enfim, a evidência, a importância da Itália é que hoje se vê aqui no Brasil os jogos do futebol italiano ao vivo, o que mostra que há um grande interesse e temos uma quantidade enorme de jogadores brasileiros na Itália, inclusive o Ronaldinho. Podemos, realmente, usar o esporte como um veículo de importação da nossa imagem de forma satisfatória.

Se falarmos na área de turismo, sobretudo o Senador Paulo Souto se interessa muito por isso, a

Itália que é um país onde a gente tem muito que aprender. Agora ela está se preparando para o tal Jubileu do ano 2000, onde estão esperando dois milhões de turistas em Roma. Então, é algo que pode trazer conseqüências boas para nós, de maneira que temos que estudar como aproveitar o potencial da experiência italiana nesse assunto.

Aliás, na área de arte, ainda falando, um dos pontos que temos que atuar, é na reforma do Palácio Panfile (?) que é a sede da Embaixada, a casa do Brasil, e que, infelizmente, ao longo de todos estes anos a casa está um pouco cansada, não há recursos orçamentários para isso, então eu combinei com o Presidente Fernando Henrique, que procuraria utilizar recursos privados para empreender esse projeto. Estamos selecionando um arquiteto que possa fazer um projeto e tenho certeza que isso também trará prestígio ao nosso País. Esse é um dos mais importantes monumentos históricos e artísticos italianos, com os maiores acervos de obras de artes. E isso está na nossa mão, o que, às vezes, causa perplexidade na Itália. Na França, por exemplo, há o famoso Palácio Farnaise??, que não pertence à França; os franceses só lhe têm a posse, e não a propriedade do palácio. No nosso caso, nós temos a plena propriedade do Palácio Planfile??, graças ao então Primeiro-Ministro Fanfani, que garantiu ao Governo brasileiro essa compra.

Portanto, creio que essa reforma vai restabelecer o nosso prestígio e mostrar a fachada do Palácio de forma brilhante, para que os turistas brasileiros, quando lá forem para o jubileu – e acho que serão muitos, pois até lá o dólar ter-se-á estabilizado, e o pessoal poderá viajar com mais tranqüilidade, fiquem orgulhosos de ver o nosso Palácio restaurado.

A idéia do Presidente é esta: Sua Excelência se dispõe a comparecer à reinauguração do Palácio quando ocorrer.

Bem, senhores, já os cansei bastante com isso aí. Coloco-me à disposição para quaisquer perguntas que lhes parecerem adequadas.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, em reuniões anteriores, houve uma divisão, conforme V. Ex^a acabou de registrar, em que uma parte era secreta. Mas quando o Embaixador não tem nenhuma revelação confidencial a fazer, a reunião tem-se mantido em aberto. Seria interessante, pois, parece que não há que ficasse em aberto para que to-

dos os que aqui se encontram possam ter uma prova do que é força de vontade.

Eu faria esse apelo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Vou submeter à Comissão a proposta de V. Ex^a para que a segunda parte da nossa reunião hoje seja pública.

Se os Srs. Senadores concordarem, será esse o procedimento. (Pausa.)

A reunião continua pública.

Com a palavra o Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente José Sarney, Sr. Presidente Antônio Carlos Magalhães, Srs. Senadores, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, meu caro amigo Paulo, não vou fazer nenhuma argüição. E preciso dizer aos meus colegas que aqui se encontram que isso não é nenhum aval; é apenas um registro de que, no ano de 1960 – portanto, há quase 40 anos – dois jovens, ele e eu (eu mais velho do que ele um ano) éramos Paulo Tarso, Chefe da Casa Civil do Governador Provisório do recém-criado Estado da Guanabara, Embaixador Sete Câmara??, e eu, no meu Estado. Ali se estabeleceu uma amizade, que se foi consolidando com o tempo, apesar de não haver freqüências à casa um do outro, mas, sempre do lado do amigo, o tempo conseguiu mostrar a capacidade do nosso diplomata, já aqui salientada pelo Presidente José Sarney.

Em verdade, Presidente José Sarney, um diplomata da categoria de Paulo Tarso Flecha de Lima, que acompanhei nesses quase 40 anos, posso dizer que raramente se vê num país.

Quando fui Presidente da OAB, o diplomata Paulo Tarso estava dando impulso ao Comércio Exterior, um departamento recém-criado. Fez ali reuniões das mais importantes, trazendo pessoas de toda parte do mundo.

Repetimos isso em 1989, quando fui Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, e S. Ex^a era o Secretário-Geral do Itamaraty. Pela primeira vez, tratava-se de estudar as privatizações no mundo inteiro. Foram convidadas pessoas da Inglaterra e dos Estados Unidos; e Paulo Tarso Flecha de Lima demonstrou a cultura de que o Itamaraty é possuído.

Mas há um fator que não vou revelar nos menores. É que, em 1990, quando eu era Ministro da Justiça e o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima era o nosso Embaixador no Reino Unido da Inglaterra, S. Ex^a prestou um serviço a esta Nação que talvez só daqui a uns vinte e poucos anos poder-se-á revelar, dada a confidencialidade da matéria.

Mas o que houve no Iraque, os brasileiros que ali se encontram têm um penhor de gratidão com o diplomata Paulo Tarso Flecha de Lima. A sua demonstração, hoje, de que não é com pernas, não é com um braço que possa estar imobilizado, que se desempenha uma função diplomática é a prova maior do que é uma força de vontade.

Ouso afirmar, Presidente José Sarney, na sequência do que V. Ex^a declarou, que o diplomata Paulo Tarso Flecha de Lima é um dos homens mais bem preparados que já passaram do Itamaraty. Seria, portanto, da minha parte, com todos esses anos decorridos, querer aqui fazer perguntas que cairiam no vazio. É pena que o Regimento e a Constituição exijam que o voto seja secreto para que ali cada um tenha que colocá-lo. De logo, adianto o meu voto favorável.

Sr. Presidente, ao fazê-lo, peço aos meus companheiros que façam isso. Confirmem a aprovação, que é mais do que merecida; é altamente um prêmio a quem tem dedicado a sua vida intelectual e física a serviço da Nação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A matéria continua em discussão.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, Sr. Presidente do Senado, Dr. Paulo de Tarso, também não vou ter a ousadia de questioná-lo. Mas como o Senador Bernardo Cabral, à época, como Ministro já trabalhava sob suas ordens, acompanhei de perto a referência que fez sobre o problema do Iraque. Mas eu não podia deixar de ser testemunha de tudo que recebi de apoio durante a gestão de V. Ex^a em todos os cargos ocupou: Secretário-Geral, Embaixador na Inglaterra, nos Estados Unidos. Sabe V. Ex^a que, em momentos difíceis, como diretor da Polícia Federal, sempre tive um apoio irrestrito.

Às vezes a pessoa tem uma formação intelectual forte e não tem a prática. Não sabe transferir essa competência intelectual em fatos concretos, positivos em nome de quem exerce essa missão. E V. Ex^a tem tudo isso sem permitir que eu me apoiasse na sua inteligência, nos seus conhecimentos em momentos difíceis. Eu brincava comigo mesmo em meus pensamentos: muitas vezes fui a Washington atrás da máfia americana, onde se discutiam vários casos de crimes, convênios e acordos, além do problema de drogas quando V. Ex^a era Ministro. E agora, talvez, esse mesmo tipo de atividade, se o Presidente Antonio Carlos

Magalhães, durante as reuniões da Interpol, permitir que eu vá, estarei atrás de V. Ex^a na Itália, porque lá também há uns componentes graves. A Itália hoje é o maior parceiro do Brasil, no combate ao crime organizado e na lavagem de dinheiro. O Senador Pedro Simon teve a oportunidade de trazer nesta Comissão ou na CCJ membros da justiça italiana que fizeram o trabalho de "mãos limpas". V. Ex^a, como um experto no assunto, sempre interessado, continuará seguindo essa trilha, porque é o exemplo vivo de que o homem que tem vontade vence qualquer dificuldade física ou de outra natureza.

Que Deus o proteja e continue a nos ajudar nas nossas missões.

O SR. DJALMA BESSA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Djalma Bessa.

O SR. DJALMA BESSA – Sr. Presidente José Sarney, Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, Sr. Embaixador, estava com uma certa dúvida. Via sentido em usar da palavra para não formular perguntas, e essa dúvida foi-se acabando, primeiro pelo currículo do candidato, um dos mais ricos. Ao se lerem esses itens e não são todos que estão no parecer, verifica-se completamente que V. Ex^a não precisa responder às perguntas, porque seus títulos já nos levam a aprovar sua indicação. No entanto, há de se dizer mais ainda em favor do Sr. Embaixador: as palavras do Senador José Sarney, que, quando Presidente da República, contou com o apoio de V. Ex^a. E a dúvida acabou por inteiro ao ouvirmos as palavras dos Senadores Bernardo Cabral e Romeu Tuma.

Sr. Embaixador, a linguagem utilizada por V. Ex^a nesta exposição é realmente a de um grande diplomata. Por onde tem passado, V. Ex^a tem deixado traços marcantes de sua atuação, levando-o hoje a demonstrar um conhecimento completo, que nos deixou inteiramente à vontade para saber que V. Ex^a vai para lá munido de todos os elementos, de todas as condições para bem exercer sua função, como o tem feito anteriormente. De maneira que me sinto honrado pela oportunidade de participar desta reunião para, com meu voto, contribuir para a aprovação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente da Comissão, Senador José Sarney; Sr. Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães;

Embaixador Paulo de Tarso, quero fazer minhas as palavras que ouvi dos nobres colegas, porque o sentimento que me traz a este microfone para me expressar é de regozijo.

É fato muitíssimo auspicioso o Governo brasileiro ter indicado V. Ex^a para chefiar nossa delegação na Itália, porque, pelo seu depoimento, ficou absolutamente claro algo que estava intuitivamente na nossa consciência a grande perspectiva aberta para uma relação econômica e cultural entre o Brasil e a Itália, que ainda não se encontra suficientemente explorada e levada às últimas conseqüências.

Os pontos de identificação entre os dois países são muito grandes, a começar pelas correntes migratórias; há identificações históricas, como a figura de Garibaldi, também homenageada no Brasil; existem identificações por meio da música, do teatro, das artes plásticas, do esporte. Enfim, há uma série de pontos de aproximação entre os povos, que se admiram e se cultivam mutuamente até em termos afetivos. Tudo isso está à espera de uma ação mais objetiva para que se possam desenvolver as relações econômicas. Esse é o talento de V. Ex^a entre os tantos que possui. V. Ex^a é um homem absolutamente brilhante, de uma lucidez que realmente toca todos, mas é, principalmente, o promotor da atividade relacionada ao comércio entre nações, entre países. Sendo assim, terá um desempenho ímpar na história das relações entre Brasil e Itália, marcando um ponto de inflexão muito importante. Estou certo disso e congratulo-me com V. Ex^a, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso e com esta Casa, que certamente vai aprovar, com muito entusiasmo, o seu nome para nosso Embaixador na Itália.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS – Foi para mim um grande prazer reencontrá-lo após quase 50 anos quando, na nossa juventude – a sua muito mais tenra que a minha –, quase vizinhos em Belo Horizonte, freqüentávamos o Minas Tênis Clube. Acompanhei de perto – eu estava no quarto ou quinto ano de Direito – quando V. Ex^a entrou na faculdade. V. Ex^a pensa que sou muito mais velho do que realmente sou, mas tenho apenas dois anos a mais que V. Ex^a. Já quando o Embaixador Paulo de Tarso ingressou na faculdade, se não me falha a memória, eu estava no quarto ano de Direito.

Apesar de já muito velho, não tão velho quanto V. Ex^a supõe, com os meus 70 anos de idade, recordo-me ainda, por exemplo, de que o então universitário Paulo de Tarso, na cadeira de Economia Políti-

ca, sob orientação do professor Washington Albino, participou de um livro escrito em várias mãos. Apreciei muito aquele esforço daquela turma. Li com muito prazer aquele trabalho, e, obviamente, por outros motivos também, acompanho sua carreira luminosa.

Como professor universitário durante toda a minha vida, fiquei no ostracismo, transformando-me em um caruncho de livros. Recordo-me também de que o seu sogro, o Dr. Amílcar Martins, foi meu médico e me livrou de uma esquistossomose. Agradeço a seu saudoso sogro esse auxílio que deu à minha saúde. A minha persistência em continuar vivo, apesar de tantos anos, deve-se em parte ao sogro de V. Ex^a.

Acompanho sua carreira e sei que V. Ex^a tem o dom, a característica de conseguir tecer as relações comerciais, financeiras e internacionais a que V. Ex^a se dedica com tanta eficiência e proficiência. Ninguém aqui o conhece há tanto tempo quanto eu.

O SR. PAULO TASSO FLEXA DE LIMA – Não se esqueça de que fui aluno de seu pai, o saudoso professor Carlos Campos.

O SR. LAURO CAMPOS – Realmente, recordo-me disso. Sei que V. Ex^a traz o meu pai em sua memória e faz boas e elogiosas referências a ele, durante toda a sua vida. De modo que, com grande prazer, encontro V. Ex^a aqui, nessa sua persistente juventude, querendo continuar a trabalhar e a acertar. O meu caloroso abraço e a minha manifestação de que foi um prazer muito grande vê-lo assim tão saudável, tão cheio de garra e de vontade de continuar a trabalhar pelo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Pedro Simon, último Senador inscrito.

O SR. PEDRO SIMON – Quero também trazer a alegria e a emoção de vê-lo aqui com essa garra, com essa vontade, com essa disposição.

Torcemos e rezamos muito por V. Ex^a; acompanhamos a competência na luta e a demonstração de capacidade que V. Ex^a teve. V. Ex^a está aqui dando uma demonstração que, antes de mais nada, é uma lição de vida. V. Ex^a tinha todos os títulos e todo o direito de gozar de uma justa aposentadoria, mas continuou com a mesma capacidade e com os mesmos sonhos, cada vez maiores. Que bom, que coisa linda, que lição de vida para nós!

V. Ex^a, a rigor, ocupou o cargo mais alto das embaixadas: estava em Washington e teve um desempenho excepcional. V. Ex^a teve passagem – diz bem o Senador Cabral – por Londres. O episódio do Iraque foi fantástico, de grandeza, realmente, de heroísmo e, ao mesmo tempo, de competência e de

capacidade; talvez seja um dos fatos mais significativos na história do Itamaraty que envolvem um Embaixador.

V. Exª vai agora para a Itália com uma grande e bonita missão. V. Exª esteve em Londres, em Washington, em Nova York, e diria a inveja que tenho de V. Exª, porque vai para a Itália. Nasci em Caxias do Sul, no meio dos italianos. E tive uma surpresa com V. Exª, porque a mim parecia que a segunda colônia italiana era a brasileira, e a primeira, a americana. Vejo, portanto, que estamos em primeiro lugar, e, se estamos em primeiro lugar, Caxias é só gringo, é só italianos. Criei-me no meio deles e posso dizer que V. Exª tem toda razão, ao falar das afinidades, da identidade que existe entre o nosso povo e o povo italiano.

Foi lá em Caxias, na minha cidade, que convidamos o então Presidente da República italiana. Quando S. Exª nos visitou, ficou apaixonado por Caxias, porque era um pesquisador profundo dos dialetos, da história dos povos que compõem a Itália. S. Exª viu em Caxias um dialeto, um tipo de música, um tipo de casa, até um tipo de alimentação que já não existem. Na infinidade de dialetos e histórias existentes na Itália, o de Caxias não permaneceu, embora tenha vindo do Vêneto. Por isso, S. Exª quis ficar em Caxias mais dois dias. Ficou mais dois dias para conhecer a cidade e se apaixonou pelo povo de Caxias. Quando foi embora, perguntou-nos – eu era Vereador – o que poderia fazer por Caxias. E dissemos: "Olha, Presidente, Caxias é o segundo maior parque de autopeças do Brasil, após São Paulo, e o Brasil não tem uma fábrica de automóveis. Que alegria, que orgulho para nós, se a Fiat viesse para cá. O Presidente disse: Daqui a 10 dias, a Fiat estará aqui para conversar com vocês. Dez dias depois, lá estava o Presidente da Fiat. Naquela época, não se desembarcava em São Paulo, mas no Rio de Janeiro. Ele pegou um avião para Porto Alegre e de lá foi para Caxias. O Prefeito e nós acertamos tudo para a Fiat ir para Caxias, mas ela terminou indo para Minas Gerais.

Sabemos que V. Exª tem razão, quando diz a imensidão de questões que podemos ter junto à Itália. Só me atreveria a acrescentar à brilhante exposição de V. Exª algo que encontrará também na Itália. Sexta economia do mundo, não tem, como imaginamos, "nas Fiats da vida" a força de sua economia. Mas são nas micro e pequenas empresas, exatamente nas empresas familiares que se desenvolve – até por isso mesmo é anárquica – a economia italiana. Meio a revelia do governo, eles vão crescendo,

vão se desenvolvendo, avançando. Eles conseguiram esse verdadeiro milagre das micro, pequenas e médias empresas em pleno apogeu do capitalismo. Quando se achava que não seria possível, ali se transforma na grande economia da Itália.

Sou, V. Exª o sabe, um grande amigo seu, seu profundo admirador. Encontramo-nos no Governo do Presidente José Sarney e de lá para cá só tive conhecimento de fatos de dignidade, de honradez, de competência, de capacidade de V. Exª. Digo-lhe do fundo do meu coração que estamos vivendo um momento muito importante aqui. Como V. Exª disse muito bem, não é com o braço esquerdo, não é com uma deficiência aqui ou lá, mas com a integridade do seu cérebro, e o que é mais importante, o braço esquerdo é substituído pelo conteúdo geral de como V. Exª vê o universo, nas suas coisas certas e nas suas coisas erradas, e vendo todo o povo e toda a sociedade no que temos de bom e no que temos de ruim, saber que não é com os olhos, não é com as mãos, não é com os pés, mas com o conjunto que podemos contemplar e realizar a plenitude das nossas realizações.

Deus tem sido amigo de V. Exª

O SR. PAULO TASSO FLEXA DE LIMA – É verdade.

O SR. PEDRO SIMON – Se lhe deu horas difíceis, deu-lhe horas de grandeza. E lhe deu, talvez, na hora difícil a oportunidade de demonstrar ainda mais a sua grandeza.

Neste momento V. Exª não está aqui sendo sabatinado. V. Exª não terá aqui uma votação, mas, como merece, a consagração e o respeito manifestado pelos aplausos. (Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Peço aos Srs. Senadores que, cumprindo o Regimento, votem. (Pausa.)

Peço ao Senador Romeu Tuma que proceda a apuração dos votos. (Pausa.)

A Comissão, por 17 votos, aprova o nome do Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima para Embaixador do Brasil em Roma.

Sr. Embaixador, antes de encerrar a reunião, quero agradecer a presença de V. Exª e ao mesmo tempo dizer o quanto todos nós estamos comovidos com o seu exemplo de vida, com a sua devoção ao serviço público. O Senado, no reconhecimento a todos os seus valores, nesta tarde, por unanimidade, consagra V. Exª O posto de Embaixador em Roma, na brilhante carreira que o Embaixador Paulo Tarso exerceu, não lhe agrega grandes emoções. Este País e o Congresso possuem tantos temas diver-

gentes, mas V. Ex^a consegue ser uma das poucas convergências e unanimidade nesta Casa. V. Ex^a sai, portanto, desta reunião com este sentimento do Congresso Nacional que encarna o sentimento do povo brasileiro.

Muito obrigado.

Está encerrada a sessão. (Palmas.)

(Levanta-se a reunião às 18h39min.)

Ata da 5ª Reunião Ordinária, da 7ª Sessão Legislativa da 51ª Legislatura, realizada em 24 de março de 1999.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de março do ano de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador José Sarney, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, João Alberto, Mauro Miranda, Bernardo Cabral, Romeu Tuma, José Jorge, Moreira Mendes, Carlos Wilson, Lúdio Coelho, Pedro Piva, Tião Viana, Maguito Vilela, Hugo Napoleão, José Agripino, Djalma Bessa, Geraldo Althoff, Lúcio Alcântara, Romero Jucá, Roberto Saturnino e Emília Fernandes. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a ouvir as exposições que farão os senhores Sergio Silva do Amaral, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, Designado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, cujo Relator é o Senhor Senador Romeu Tuma, e o Senhor Gelson Fonseca Júnior, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, Designado para exercer o cargo de Embaixador Chefe da Missão do Brasil junto às Nações Unidas, cujo Relator é o Senhor Senador João Alberto. Encerrada as exposições, o Senhor Presidente, atendendo a preceito Regimental determina que a Sessão torne-se secreta. Reaberta a Sessão em caráter Público e nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. — Senador **José Sarney**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) — Havendo número regimental, declaro aberta a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Temos dois itens na pauta:

O Item 1 é a Mensagem nº 84, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha que deseje fazer o Sr. Sérgio da Silva do Amaral, Ministro de primeira classe do quadro permanente da carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

E o Item 2, em que a Comissão vai apreciar a indicação do Sr. Gelson Fonseca Júnior, Ministro de primeira classe para o cargo de Embaixador-Chefe do Brasil da missão do Brasil junto às Nações Unidas.

Antes de dar a palavra ao Relator, Senador Romeu Tuma, eu gostaria de estabelecer com a Comissão os critérios que temos adotado e que sempre adotei em relação à apreciação da escolha do nome de embaixadores.

Segundo a Constituição Federal, que nós não podemos de maneira alguma alterar, por nenhuma votação nossa, diz no seu art. 52, item IV:

"Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

IV — Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição, em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente."

De maneira que é um dispositivo constitucional que não podemos de maneira alguma modificar.

O Regimento da Casa foi um pouco além quando, no Art. 197, "d", diz que a escolha de chefe de missão diplomática de caráter permanente será feita em sessão secreta; quer dizer, ele estende, além da inquirição do indicado, como toda a sessão tendo um caráter secreto.

Os Senadores mais antigos desta Casa conhecem perfeitamente a minha fidelidade ao Regimento da Casa, quando Presidente, quando Presidente da Comissão. Nesse sentido, vamos adotar o princípio de fazermos a arguição dos embaixadores.

A primeira parte, uma exposição que tem caráter genérico, poderíamos fazer de uma maneira aberta.

Quanto à arguição, à sabatina, que, por imperativo constitucional, tem de ser secreta, porque envolve assuntos que, muitas vezes, extrapolam matérias de interesse só do Congresso, como também das relações internacionais do Brasil, vamos proceder na inquirição, em reunião secreta, com votação secreta.

Essa é uma norma, então, de cujo apoio dos Senadores eu gostaria, para cumprirmos o que diz a Constituição e o que diz o Regimento Interno da Casa.

Se todos estão de acordo, assim vamos proceder.

Dou a palavra ao Senador Romeu Tuma, Relator da Mensagem nº 84, e convido o Relator a fazer chegar ao recinto da Comissão o Embaixador Sérgio da Silva do Amaral.

Quero também esclarecer à Comissão que ontem não adotamos a inquirição secreta uma vez que não tínhamos perguntas. Os Senadores tinham abdicado de proceder a qualquer inquirição ao Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, e, por isso, não havia motivo para que a reunião tivesse aquela parte secreta.

Mas, a partir de hoje, vamos manter esse procedimento.

Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Mensagem nº 84/99, (nº 280, de 4/3/99, na origem), do Senhor Presidente da República, submete à apreciação do Senado Federal a escolha que deseja fazer do Sr. Sérgio Silva do Amaral, Ministro de primeira classe do quadro permanente da carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Sérgio Silva do Amaral*, para o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

A Constituição atribui competência privativa do Senado Federal para examinar previamente, e por voto secreto, a escolha do chefe de missão diplomata de caráter permanente, art. 52, inciso IV, que o Sr. Presidente acabou de comunicar a esta Casa.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceitos regimentais, elaborou o **currículum vitae** do Diplomata indicado, do qual extraímos, para este relatório, as seguintes informações:

Nascido em São Paulo, no dia 1º de junho de 1944, filho de Pedro Augusto do Amaral e Maria Aparecida Silva do Amaral, o Sr. Sérgio Silva do Amaral é bacharel em Direito e Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo e realizou curso de especialização e doutorado em Ciências Políticas pela Universidade de Paris, Sorbonne, enfocando em sua tese o tema dos partidos políticos e da organização da sociedade civil.

Ainda na esfera acadêmica, cabe registrar que o Diplomata indicado foi Professor-Assistente do Departamento de Ciências Políticas e Relações Internacionais da Universidade de Brasília, entre os anos de 1981 e 1988.

O Sr. Sérgio Silva do Amaral ingressou na carreira diplomática, no posto de 3º Secretário, em 1971, após cursar o Instituto Rio Branco. Ascendeu a Conselheiro, em 1982, Ministro de 2ª Classe, em 1988, e Ministro de 1ª Classe, em 1994, sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na chancelaria, destacam-se as de Assistente do Secretário Geral de Relações Exteriores, de 1972 a 1973, de Coordenador-Técnico da Coordenadoria-Técnica, em 1980.

Entre 1981 e 1984, o Sr. Sérgio Silva do Amaral esteve licenciado da chancelaria, desempenhou a função de Assessor Internacional do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Aliás, tem sido, no âmbito da Administração Federal Interna, que o eminente Diplomata tem contribuído de forma sobremaneira efetiva ao longo de sua carreira.

Depois de servir como Conselheiro na Embaixada do Brasil em Washington, entre 1984 e 1988, o Sr. Sérgio Silva do Amaral exerceu o cargo de Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, em 1988, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, de 1994 a 1995, Secretário de Comunicação Social da Presidência da República, de 1995 até a presente data.

No exterior, exerceu, além do já citado cargo de Conselheiro em Washington, entre 1984 e 1988, o cargo de Ministro-Conselheiro em Genebra, de 1990 a 1991, e de Ministro-Conselheiro novamente em Washington, entre 1991 e 1993.

Desempenhou ainda numerosas e importantes funções em missões temporárias, tendo sido membro e chefe da delegação de diversos da seção de Negociação da Dívida Brasileira, com o Clube de Paris e com o Comitê Assessor de Bancos.

Constitui o ilustre Embaixador, portanto, em um dos nossos mais preparados e hábeis negociadores diplomáticos, mormente em assuntos comerciais e econômicos. Agenda que, sem dúvida, ocupará um lugar central nas relações do Brasil com o Reino Unido e, por conseguinte, nas relações com a União Européia.

Para a avaliação desse aspecto e relações bilaterais entre o Brasil e a Grã-Bretanha, nós trans-

crevemos trechos de um relatório, demonstrando essa importância. Pediria licença para não ler, porque já está no conteúdo do relatório. Penso que seria importante que se lesse com calma e com paciência o relatório, para sabermos a porta que temos na União Européia, por meio da Grã-Bretanha, e num trabalho que, tenho certeza, V. Ex^a desempenhará.

Entre várias comendas, o Diplomata é portador da Ordem do Rio Branco, grande oficial do Governo brasileiro, entre outras que estão todas no processo relacionadas.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Antes de dar prosseguimento aos nossos trabalhos, desejo manifestar perante a Comissão a minha satisfação de presidi-la hoje, quando temos a oportunidade de ouvir o Embaixador Sérgio Amaral, um dos homens mais brilhantes do Itamaraty. S. Ex^a tem feito uma carreira extraordinária, não somente naquela Casa, como também como um grande servidor público nas tarefas que lhe têm sido incumbidas pelo Governo brasileiro, muitas delas extremamente relevantes e importantes, como a negociação da dívida externa, na qual ele fez um trabalho que até hoje tem repercussão em nossa vida financeira.

Quero também dizer que para ele é importante, como profissional do Ministério das Relações Exteriores e em reconhecimento ao seu desempenho, ocupar o posto de Embaixador em Londres, um dos mais importantes e tradicionais da nossa diplomacia.

Concedo a palavra ao Embaixador Sérgio Amaral.

O SR. SÉRGIO AMARAL – Sr. Presidente, Senador José Sarney, Sr. Relator, Senador Romeu Tuma, Srs. Senadores presentes, gostaria, antes de tudo, de registrar também a minha satisfação em comparecer à Comissão de Relações Exteriores do Senado sob a Presidência do Senador José Sarney, em cujo governo tive a honra de servir.

Gostaria de dividir a minha apresentação – que espero ser rápida – em duas partes. Na primeira, gostaria de fazer menção à questão do Reino Unido como posto de observação privilegiado da diplomacia brasileira. Na segunda parte, pretendo destacar alguns dos aspectos do relacionamento bilateral e das instruções que levo do Senhor Presidente da República.

No que diz respeito a Londres como posto de observação privilegiado, gostaria de destacar em primeiro lugar o fato de ser o Reino Unido um País que tem uma relação especial e diferenciada com os dois principais eixos das relações internacionais do limiar do novo século e, possivelmente, que deverão forjar o novo ordenamento internacional nas primeiras décadas do séc. XXI, ou seja, as relações entre os Estados Unidos e a Europa e as relações intra-europeias. Em relação a essas duas questões, que são fundamentais para as relações internacionais dos próximos anos e décadas, o Reino Unido não só tem um papel importante, mas tem também um papel diferenciado e especial.

É muito interessante notar que, logo após o término da Guerra Fria, começou-se a falar que estávamos entrando num mundo unipolar, em um mundo dominado por uma grande superpotência, a única capaz de atuar em todos os tabuleiros e ter uma participação relevante em todos os assuntos, ou seja, os Estados Unidos, os grandes vencedores da Guerra Fria.

Acontece que hoje o cenário internacional está evoluindo com tal rapidez que, passados dez anos do fim da Guerra Fria, o que se nota é que este cenário está evoluindo para uma fisionomia que alguns acreditam ser de polaridade entre os Estados Unidos e a Europa e outros acreditam ser o início de uma nova multipolaridade.

Isso não é exatamente um fato novo. Já há algum tempo as questões comerciais vinham sendo conduzidas em condomínio pelos Estados Unidos e pela Europa: nada de relevante acontecia no Gatt – ou, agora, na OMC – que não resultasse de um entendimento entre esses dois grandes blocos comerciais. De certa forma, no mundo das finanças também as grandes decisões já vem sendo tomadas pela Europa e Estados Unidos no âmbito do G-7. Mas é sobretudo com a entrada do euro, que não só consolida um processo de integração de muitas décadas, mas introduz aquele elemento simbólico que chama a atenção para uma nova realidade que temos efetivamente entre a União Européia e os Estados Unidos, dois blocos de pesos econômicos praticamente equivalentes no seu produto. São US\$8 trilhões tanto na Europa como nos Estados Unidos e a primeira tem uma posição avantajada no que diz respeito ao seu comércio, que é maior, e como credor internacional, se comparada aos Estados Unidos, que é a de um devedor de US\$2 trilhões. É verdade e incontestável a supremacia político-militar dos Estados Unidos, mas também é verdade que, nos dias

de hoje, a hipótese de confrontação militar entre os principais pólos de poder parece remota e a supremacia político-militar, portanto, não se exerce senão em última instância.

Acredito que, por isso, é legítimo esperar que a nova fisionomia do ordenamento internacional dependerá em muito boa medida do conflito ou da cooperação entre a União Européia e os Estados Unidos. E, neste contexto, o Reino Unido tem um papel muito privilegiado por ser o interlocutor dos Estados Unidos na Europa, num padrão de relacionamento que, aliás, não é isolado.

Parece ser uma tendência desse novo momento internacional que os Estados Unidos mantenham relações privilegiadas com as segundas potências regionais como forma, inclusive, de praticar o que chamaria de uma suave contenção das primeiras. Isso ocorre na Europa, onde, através da relação privilegiada com o Reino Unido, os Estados Unidos contêm a dominância franco-alemã. Isso acontece na Eurásia, onde a relação privilegiada com a Ucrânia contém a Rússia; na Ásia do Sul, em que a relação com o Paquistão coloca freios à expansão da Índia; no Oriente Médio, em que a relação com a Arábia Saudita contém o Irã, etc.

Se a posição do Reino Unido é peculiar no que diz respeito a esse grande eixo de poder que são as relações Estados Unidos – Europa, essa também é peculiar, particular e diferenciada dentro das relações intra-européias. Em parte por causa de uma tradição própria, da sua história, da sua cultura, da sua geografia, em parte por opção política, que levou o Reino Unido a sempre estar um pouco atrás do processo de união européia, o que ocorreu mais uma vez na questão do euro. O Reino Unido tem tido uma posição diferenciada, que faz dele um interessante posto de observação desses dois processos.

O segundo ponto diz respeito ao fato de que Londres é também um posto de observação privilegiado em uma área que nos interessa de perto, qual seja, os mercados financeiros. Londres é hoje a principal praça financeira mundial e isso se deve a várias razões: uma delas é a regulação flexível do sistema financeiro, assim como as regulações trabalhistas também flexíveis, que fazem com que seja mais barato contratar especialistas de qualidade no mercado londrino do que, por exemplo, no mercado de Frankfurt.

Hoje, mais de 500 importantes instituições financeiras estrangeiras operam em Londres e fazem de Londres a maior praça de operação dos fundos de ações. São US\$1,8 trilhão. A capitalização da

Bolsa de Londres é de US\$2 trilhões, o que é igual às Bolsas de Paris e Frankfurt somadas. Os serviços financeiros prestados por Londres chegam a US\$ 8 trilhões e a praça da city movimenta 40% dos mercados de câmbio do mundo.

Não há dúvida de que essa praça financeira, na conjuntura em que o Brasil vive neste momento, reveste-se de uma importância particular sob dois aspectos. Em primeiro lugar, como um centro de discussão da evolução do mercado financeiro e da necessidade do seu ordenamento, porque ainda que haja resistências, cada vez mais se mostra claro que essa instabilidade, provocada pela volatilidade dos capitais, é incompatível com a manutenção das taxas de crescimento e da estabilidade com que os agentes econômicos precisam operar. O segundo aspecto é o fato de ser um lugar de extrema relevância para o processo de captação dos recursos em que o Brasil, estou convencido, aos poucos voltará a atuar pelo processo crescente de normalização das nossas contas internas. Não quero me exceder nessa questão, mas lembraria apenas que o Brasil tem tido, embora talvez não tenha dado a público este fato, uma participação ativa no debate de uma nova disciplina do Sistema Financeiro. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, já na visita que fez ao Presidente Clinton, em 1995, deixou com ele uma carta que fixa as bases da posição brasileira, que centra em quatro pontos particulares: primeiro, a necessidade de que os países em desenvolvimento, os chamados, hoje, países emergentes, tenham uma participação efetiva no debate e na decisão sobre as novas regras do Sistema Financeiro; o segundo é que haja uma maior coordenação macroeconômica entre os grandes pólos de decisão econômica para evitar mudanças bruscas que tenham impacto sobre as economias menores; terceiro a necessidade de maior transparência, supervisão e regulamentação das operações financeiras, de forma a dar maior previsibilidade e, por fim, um aperfeiçoamento dos mecanismos existentes no aumento dos recursos para as instituições financeiras, como o Fundo Monetário e o Banco Mundial, para que possam ter uma atuação não só de correção do problema mas, sobretudo, de natureza preventiva.

É com relativa satisfação que se vê que na última reunião, que se realizou na Alemanha, dos Ministros da Fazenda do G7 a maioria das posições apresentadas pelo Brasil foi consagrada e acatada. Digo relativa satisfação porque, se algumas teses brasileiras acabaram prevalecendo, o que se nota hoje é que isso não é suficiente e é necessário avan-

çar mais, e estou certo de que o Brasil estará também presente nessa mesa de negociações em Londres, local em que o debate gera subsídios que possam ser relevantes para o equacionamento dessa questão. O terceiro ponto eu diria a terceira via ou o intento que faz Tony Blair, assim como fazem outros líderes europeus neste momento, e líderes expressivos como Jospin na França, Schneider na Alemanha, para buscar uma superação entre o que Blair chama a velha esquerda e a nova direita, ou seja, uma atualização necessária da social democracia que como todos nós sabemos foi criada por um compromisso de classe entre o capital e o trabalho que levou à construção do **Welfare State** na Inglaterra, baseado no famoso Relatório Beveridge, de 1942, e que, evidentemente, hoje, necessita de uma atualização e que se faz, segundo o Primeiro Ministro Tony Blair, com uma ênfase muito particular na luta contra a pobreza e contra o desemprego.

Gostaria de mencionar rapidamente alguns dos aspectos importantes da cooperação bilateral que tomou um impulso novo com a visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Londres, em dezembro de 1997, ocasião em que foi assinado um plano de ação conjunta que não é importante apenas pelas metas que fixa, mas, sobretudo, pelo fato de ter fixado também mecanismos de avaliação e acompanhamento que asseguram a sua execução. Uma parte importante desse plano de ação conjunta diz respeito às relações econômicas bilaterais, sobretudo na expansão do comércio. O Brasil foi escolhido dada a importância que o Reino Unido vê na nossa economia como um dos dez parceiros prioritários da Grã-Bretanha e isso está ensejando um esforço dos dois lados para encontrar forma inovadoras de penetração comercial e de expansão dos volumes de comércio que claramente hoje estão aquém das possibilidades, uma vez que não ultrapassam US\$3 bilhões nos dois sentidos.

A questão do investimento no Reino Unido é também relevante, não obstante o fato de o Reino Unido ser o terceiro investidor do Brasil, com estoque de capitais da ordem de US\$7 bilhões. O fato é que participou muito pouco do processo de privatização e, tendo em vista ser o Reino Unido um importante país exportador de capitais, certamente, há espaço para ampliar substancialmente essa participação.

Eu não gostaria de deixar de mencionar outros setores em que essa cooperação é também relevante, por exemplo, a questão cultural. Londres, além de um centro financeiro, é um centro formador de

opinião por abrigar importantes veículos de cobertura ou de influência internacional. Basta citar o **Financial Times** e **The Economist**.

Um terço do PIB inglês diz respeito à produção na área da cultura. Isso dá uma dimensão da importância desse relacionamento e das possibilidades inovadoras que se possam fazer, apesar das dificuldades orçamentárias que hoje temos, que poderão ser supridas, acredito, por parcerias com o setor privado e com outras entidades da sociedade.

É, portanto, um lugar em que é importante um esforço de divulgação do Brasil. O atual Embaixador Rubens Barbosa tem realizado um trabalho magnífico nessa área que eu procurarei seguir.

Também considero muito interessante e importante o fato de termos revertido totalmente, nos últimos anos, não só a nossa imagem, como a nossa posição em relação às questões ambientais e de direitos humanos. Se antes havia uma posição reticente e defensiva em relação a essa questão, hoje o Brasil reconhece claramente os seus problemas, buscando corrigi-los e procurando a cooperação com outros países e com as entidades não-governamentais no debate dessas questões. Não podemos também ter uma atitude unicamente defensiva, porque são poucos aqueles que se podem considerar sem qualquer culpa nessa questão. O fato é que essa nova atitude abriu as portas de um diálogo com os Governos e com as organizações não-governamentais em que só temos a ganhar.

Finalmente, eu gostaria de comentar sobre a cooperação parlamentar. Essa cooperação existe. Há um grupo do Brasil no Parlamento Britânico, o qual é muito ativo. Ele tem tido uma importância muito grande em defender, seja junto ao Governo, seja junto a setores da sociedade, os interesses e os pontos de vista brasileiros. Acredito que seja muito importante dinamizar esse intercâmbio parlamentar porque é, certamente, uma das vias que exerce maior influência sobre o processo desses órgãos.

Com isso encerro, agradecendo muito a atenção e a paciência dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Cumprimos a primeira parte da nossa reunião. Peço a todos os presentes que aguardem fora desta sala o reinício dos nossos trabalhos.

Peço aos Srs. Senadores um pouco de paciência para que a audiência possa abandonar a sala. (Pausa.)

Está reaberta a sessão.

Vamos passar a examinar o segundo item da pauta.

Mensagem nº 72, de 1999, do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha que deseja fazer do Sr. Gelson Fonseca Júnior, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador Chefe do Brasil junto às Nações Unidas. Relator Senador João Alberto Souza. Peço a V. Ex^a que convide o Embaixador a tomar assento à Mesa.

Com a palavra o eminente Relator, Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO – Com apoio no art. 52, IV, da Lei Maior e legislação ordinária pertinente, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 169, de 8 de fevereiro de 1999, submete à apreciação dos Srs. membros do Senado Federal a escolha, que deseja fazer, do Sr. Gelson Fonseca Júnior, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da carreira Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador-Chefe da Missão do Brasil junto às Nações Unidas.

Do **currículum vitae** do interessado, encaminhado pelo Ministro das Relações Exteriores, consta que o Diplomata em questão nasceu no Rio de Janeiro em 6 de setembro de 1946, sendo filho de Gelson Fonseca e Cecília Becker Fonseca. Bacharel em Direito pela Universidade do antigo Estado da Guanabara em 1969, diplomou-se igualmente no curso de preparação à carreira de diplomata do Instituto Rio Branco no mesmo ano. Possui Mestrado em Assuntos Latino-americanos pela Universidade Georgetown e o curso de Altos Estudos – 1984 a 1993 – também pelo Estudo Rio Branco.

Foi professor-convidado na área de planejamento político, lecionando em Costa Rica, Honduras, Guatemala e El Salvador. Como professor-palestrante, esteve na PUC/RJ, Universidade de São Paulo, Mackenzie, UnB/Brasília, Escola de Guerra Naval e Universidade Cândido Mendes. Participou ainda do Fórum Euro-Latino-americano em São Paulo, Lisboa, Algarve e Londres entre 1991 e 1998, bem como de Seminário sobre Política Exterior Brasil-Argentina.

Finalmente, foi Diretor do Instituto de Pesquisas e Relações Internacionais entre 1987 e 1990, além de outras missões importantes, em razão das quais foi levado a Washington, Costa Rica, Bogotá, Nova Iorque, México, Venezuela, Cuba e outras capitais, ocasiões em que tratou, em nome do Brasil, de assuntos variados, tais como OEA, África, planejamento político, mercado comum, desenvolvimento sustentável, economia mundial e drogas.

Ademais, é autor de várias publicações sobre assuntos internacionais.

O indicado presidencial é portador de inúmeras condecorações nacionais e estrangeiras, que aqui estão especificadas. Seguem anexas ainda, nas folhas 9 e 22, informações gerais sobre o Brasil e as Nações Unidas.

Assim sendo, é nosso entendimento que os Srs. membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional possuem dados suficientes e necessários para a apreciação do nome do Sr. Gelson Fonseca Júnior, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da carreira Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador-Chefe da Missão do Brasil junto às Nações Unidas.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Antes de conceder a palavra ao Embaixador Gelson Fonseca, eu queria ressaltar que o Itamaraty é um grande celeiro de recursos humanos do Brasil. Daquela Casa, o País tem retirado, ao longo da sua história, homens extremamente importantes e capazes que serviram nos diversos postos da República, ocuparam funções importantes e desempenharam missões relevantes.

O Embaixador Gelson Fonseca é o exemplo, como referência. Basta dizer que, tendo feito uma carreira brilhante em sua Casa, há 22 anos ele aqui está, tendo agora, pela primeira vez, a oportunidade de ocupar um cargo de Embaixador, embora todos os seus títulos o levassem a essa posição. Contudo, a sua dedicação ao serviço público fez com que ele permanecesse em nosso País durante esse tempo todo, servindo ao Brasil com a sua inteligência, cultura e disciplina.

Com a palavra o Embaixador Gelson Fonseca.

O SR. GELSON FONSECA – Exm^o Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador José Sarney, Exm^{os} Srs. Senadores membros da comissão, Exm^o Sr. Relator, Sr^{as} e Srs., em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a generosidade das suas palavras e dizer que realmente há 22 anos estou no Brasil e é a primeira vez que saio depois desse longo período.

Realmente exerci funções na burocracia, mas na burocracia Federal aprendemos a ser diplomatas, muitas vezes. Em certas circunstâncias, em certas funções, as exigências do exercício da diplomacia talvez sejam até maiores do que quando somos verdadeiramente diplomatas.

Em primeiro lugar, eu queria dizer da honra de estar presente nesta comissão – é a primeira vez

que compareço a uma sabatina – e da honra maior de estar na presença de V. Ex^a, porque talvez um dos maiores desafios que vou enfrentar como Embaixador nas Nações Unidas – caso seja aprovado por esta comissão – é justamente o tema da aspiração brasileira a um lugar de Membro Permanente no Conselho de Segurança, aspiração que V. Ex^a definiu em um discurso importante na nossa história diplomática em 1989.

Gostaria de compartilhar umas poucas reflexões sobre as perspectivas da ONU e a atitude do Brasil naquele organismo. Eu faria umas poucas observações. A primeira é sobre a universalidade das Nações Unidas, que tem essencialmente dois sentidos: em primeiro lugar, o fato de que praticamente todos os países do mundo são membros das Nações Unidas, o que cria condições únicas para o debate de questões internacionais, pois garante a participação de todos no debate. O sentido democrático das Nações Unidas é claro. Em segundo lugar, a universalidade das Nações Unidas tem também relação com o fato de que hoje não existe praticamente nenhum tema internacional que não seja, de uma maneira ou de outra, de forma mais ou menos decisiva, tocado pela ONU e pela sua família de órgãos.

A segunda observação que eu faria diz respeito à relevância histórica das Nações Unidas, que – tenho a impressão – têm um acervo de realizações que ela conquistou mesmo durante a guerra fria, quando o conflito ideológico – como lembramos – paralisava o órgão central das Nações Unidas, que é o Conselho de Segurança. Não é o caso de fazer a história; basta lembrar que foram as Nações Unidas que deram suporte, legitimidade e força a movimentos como o de descolonização. Mais do que isso, creio que esse suporte das Nações Unidas, a maneira como atuaram no caso da descolonização permitiu que esta fosse, na maioria dos casos, um trânsito pacífico, para os países, da condição colonial para a condição de país independente.

Uma outra realização que podemos incluir nesse acervo histórico da ONU é o fato de que ela manteve vários ideais, como os de desarmamento, de uma nova ordem econômica, de direitos humanos, ainda nesse período. Talvez a realização desses ideais fosse limitada, mas o fato é que ela os manteve em cena. Como realização histórica e talvez permanente da Organização das Nações Unidas é que ela dá alguma coisa que é difícil de definir, mas que eu talvez chamasse de "cidadania política" a todos os países, mesmo aos mais pobres, mesmo aos que têm menos condições de atuação política. Isso é extremamente relevante.

A terceira observação que eu faria, e que de certa maneira continua, é que a Carta da ONU e boa parte dos documentos que produziu e ainda produz, democraticamente, ratificam, dão força e sentido ao que são, no fundo, os grandes ideais da humanidade: os ideais da paz, da solução pacífica da controvérsia, da tolerância, dos direitos humanos, dos direitos da mulher. Enfim, a ONU é uma produtora de valores, e – mais do que isso – os valores lançados na Carta da ONU são renovados, atualizados de várias formas.

O problema é que as medidas de realização desses valores dependem de estruturas políticas ou de conjunturas políticas que vão ajudar ou dificultar que esses valores avancem. A esse respeito, existe um outro tema interessante – não vou entrar por ele –, que é de que maneira a estrutura política mundial afeta ou deixa de afetar a vida da ONU; e o contrário, de que maneira a vida da ONU afeta a estrutura política internacional. É claro que a história da Segunda Guerra até hoje teria sido diferente se não houvesse alguma organização como a ONU, se ela não tivesse sido criada em São Francisco.

Eu gostaria, dentro dessa terceira observação, de tocar em dois ou três pontos, partindo sempre dessa idéia de que a conjuntura política afeta a forma pela qual a ONU trata dos assuntos. Em primeiro lugar, eu tocaria nos temas paz e segurança. Como todos nós sabemos, a ONU tem uma posição única, com o Conselho de Segurança, uma responsabilidade única para lidar com as questões da paz e da segurança internacionais, inclusive porque a ONU e o Conselho de Segurança são a única instituição internacional que tem autoridade para permitir que se use a força para resolver problemas de paz e segurança.

Entretanto, como lembramos, a Guerra Fria cria um marco na história contemporânea das relações internacionais, com o fim do conflito ideológico, com o fim do que se chamava bipolarismo. Isso, evidentemente, repercutiu sobre a forma de atuar da ONU e do Conselho de Segurança. É bem verdade que essa ampliação, esse fortalecimento da ação multilateral do Conselho começa ainda antes da Queda do Muro de Berlim, com a Perestroika, com Gorbatchov. Começa um período de cooperação entre as grandes potências, especialmente as que estão no Conselho de Segurança, o que dá um novo vigor à ação internacional, à ação do organismo multilateral. A atitude das potências durante o conflito ideológico – a Guerra Fria –, que era a de exacerbar essas situações de crise regional, passa a ser dife-

rente: a de buscar cooperação justamente para resolver esse tipo de crise. As potências que viviam em uma corrida armamentista que ameaçava a própria existência da humanidade passam a desarmar-se de forma mais efetiva. E essa aproximação leva a uma série de resultados importantes para a paz e a estabilidade internacionais, nos quais a ONU tem um papel decisivo. Exemplificando, cito a pacificação em Angola, com a retirada dos cubanos supervisionada por aquele organismo internacional; o fim da guerrilha em Moçambique, com a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão.

Essa série de episódios marcados pela cooperação entre as superpotências e pela atuação delas por intermédio das Nações Unidas culmina na Guerra do Golfo. Como V. Ex^a se recordará, uma coalizão de países liderada pelos Estados Unidos consegue repelir a invasão que o Irã havia feito ao Kuwait. Isso leva a uma espécie de euforia em relação às Nações Unidas, à idéia de que elas estariam, daqui para frente, fundadas nessa cooperação entre as superpotências e de seriam capazes de resolver todos os problemas do mundo. Toda vez que surgisse algum problema de segurança ou um conflito, as Nações Unidas atuariam dessa forma e seriam capazes de superá-lo. O fato é que essa euforia, que fica marcada, inclusive, com aquelas idéias de fim da história, dura relativamente pouco tempo.

Isso vale para o fim da década de 80 e se estende até 1993 ou 1994. Nesse momento, dois ou três episódios se mostram muito resistentes a uma ação eficaz da ONU. Lembro-me apenas de dois deles: as catástrofes da Somália e da Bósnia, em que há um enorme empenho da ONU. Enviam-se tropas à Somália, mas o resultado é muito limitado. As tropas, inclusive, são atacadas, e há mortes de soldados com capecete azul. Isso leva a um movimento oposto, a uma certa decepção, a uma certa frustração em relação a essas possibilidades que a ONU tem nessa área.

Enfim, o fato é que temos de considerar que esses conflitos na Bósnia e na Somália são internos e diferentes de um conflito clássico internacional. Temos de lembrar sempre que a ONU nasceu sob o espectro da Segunda Guerra Mundial, uma guerra clássica entre Estados. A ONU tem bons instrumentos e certa facilidade de agir diante desse tipo de conflito; sua intervenção é muito mais difícil em conflitos internos, complicados, de natureza ética e religiosa. É bem verdade que a ONU ampliou o espectro de atuação, procurando agir, como o fez na Somália, na África Central, na Região dos Lagos, no próprio Haiti, para defender a

restauração de um governo democrático, mas sempre com alguma limitação. Creio que esse é um dos grandes desafios da ONU.

Existe uma enorme demanda de atuação desse organismo internacional, toda vez que surge um problema internacional, um conflito. A opinião pública criou essa expectativa, mas nem sempre a ONU pode corresponder a ela. Um dos nossos desafios na comunidade internacional, especialmente no Brasil, é o aperfeiçoamento desses mecanismos, para que superem, de maneira adequada, esses conflitos e recomponham formas eficazes de ação.

Ainda na área de segurança, mencionarei brevemente a solução de problemas específicos. Apesar das dificuldades, houve muito avanço, sobretudo na área do desarmamento, com a aprovação, por exemplo, de um acordo que proíbe os testes nucleares e com a aprovação de uma convenção que proíbe a minagem. No ano passado, em Roma, foi aprovada a criação de uma instituição realmente nova na história das relações internacionais, um tribunal penal internacional para julgar crimes contra humanidade, de genocídio, etc.

Esse é o panorama, pintado de forma muito sintética, das questões da paz e segurança. Num primeiro momento, houve grande euforia e grandes expectativas em relação à ONU; hoje, há uma visão mais cautelosa, mais cuidadosa, uma consciência, impelida pela própria opinião pública mundial, de que a ONU precisa de ter uma atuação importante e eficaz. E é esse o grande desafio em relação aos temas da paz e segurança. Por outro lado, houve um avanço institucional importante, com novidades cujos efeitos ainda não sabemos quais serão, como o tribunal penal internacional.

O outro tema que abordarei rapidamente é a maneira como as Nações Unidas lidam com a globalização. É claro que a globalização é mais do que uma realidade econômica; ela representa, de certa maneira, o sentimento de que somos todos cidadãos do mundo, de que os problemas de qualquer parte do planeta nos afeta. Evidentemente, a crise financeira mostra isso claramente, mas tenho a impressão de que precisa ser sublinhado que a globalização é uma realidade plástica modificável pela ação do homem. É essencial que esse processo de direção, de orientação dessas forças de globalização — não só as econômicas, mas as de comunicação — seja orientado por valores positivos, que levem em conta direitos humanos, justiça social. Nesse aspecto, a ONU tem um papel importante, porque, como disse anteriormente, uma das suas funções é justa-

mente criar valores. Se analisarmos as grandes conferências realizadas nos últimos anos, a partir da Rio-92, sobre desenvolvimento social, direitos humanos, habitação, verificaremos que o grande objetivo era reunir a comunidade internacional para propor valores para lidar com as realidades novas indicadas pela globalização. Os direitos humanos, a preocupação com o meio ambiente são valores que necessitam orientar o processo de globalização? De que maneira poder-se-ia compor normas a partir desses valores? A ONU tem uma função única nesse processo. Tenho a impressão de que isso, de uma maneira muito menos enfática, vale também para a área econômica. A Unctad, dirigida pelo Embaixador Rubens Ricupero tem feito um esforço de reintroduzir na reflexão sobre as questões da globalização econômica o tema do desenvolvimento. Isso não se traduz em medidas concretas imediatamente, mas é um centro de reflexão importante, justamente porque reúne a comunidade internacional como um todo.

São essas as observações que eu faria, em geral, sobre a ONU. Eu diria sobre o Brasil que, essencialmente, as nossas atitudes são de participação dos assuntos de que as Nações Unidas tratam, somos interessados em praticamente toda a agenda das Nações Unidas. Participamos de mais de 22 operações de paz e, além de participantes nas questões, temos sido também lutadores pelo seu aperfeiçoamento. Penso que a reforma da expansão do Conselho é um tema central nesses objetivos de melhorar a ONU, de fazer com que essa resposta de forma mais efetiva e mais completa aos desafios que enfrenta sempre.

Se V. Exª me permite, eu gostaria de voltar a uma frase sobre um discurso de 85 que talvez resuma o que eu disse aqui. V. Exª dizia, nesse discurso de 85, relativo aos 45 anos da ONU:

"Tendo vivido sem guerra generalizada o dobro do tempo que a humanidade viveu entre um e outro conflito mundial, podemos dizer que o papel da ONU nem sempre foi reconhecido, seu desempenho quase nunca foi suficiente. Porém sua ação, longe de ter sido inútil, foi, é e continuará a ser necessária".

E penso que é necessária por muitas razões. Porque é um instrumento importante para a resolução de conflitos internacionais, para congrega a comunidade internacional na discussão dos grandes temas, mas, sobretudo, por outra razão: o ser humano precisa de utopias, precisa acreditar que alguma coisa melhor vai acontecer adiante no seu futuro. Tenho a impressão de que, hoje, não conseguimos pensar num futuro melhor sem pensar num futuro

melhor para o sistema internacional. As nossas realidades dependem um pouco de que o sistema internacional funcione bem, e, se existe alguma instituição que guarde a possibilidade de ser um nascedouro de utopias, essa instituição é a ONU. Então, a ONU, no fundo, tem que conviver com o sonho da humanidade, que é o sonho de todos nós por um futuro melhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Peço aos presentes que se ausentem da sala porque vamos proceder à segunda parte dos nossos trabalhos, quando poderão retornar, depois de reaberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h07min.)

Ata da 6ª Reunião Ordinária, da 7ª Sessão Legislativa da 51ª Legislatura, realizada em 6 de abril de 1999.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia seis de abril do ano de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Carlos Wilson, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, João Alberto, Mauro Miranda, Bernardo Cabral, Romeu Tuma, José Jorge, Moreira Mendes, Lúdio Coelho, Pedro Piva, Tião Viana, José Agripino, Lúcio Alcântara, Roberto Saturnino, Emília Fernandes, Artur da Távola, Luiz Estevão, Pedro Simon, Lauro Campos, Eduardo Suplicy e Sebastião Rocha. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a ouvir as exposições que farão os Senhores Rubens Antônio Barbosa, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, Designado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América, cujo Relator é o Senhor Senador Pedro Piva, e o senhor Luciano Martins de Almeida, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, designado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba, cujo Relator é o Senhor Senador Gilberto Mestrinho. Encerrada as exposições, o Senhor Presidente, atendendo a preceito Regimental determina que a Sessão torne-se secreta. Reaberta a Sessão em caráter público e nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e,

pra constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Carlos Wilson**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – A lista de presença acusa o comparecimento de 10 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Item 1:

Indicação do Sr. Embaixador Rubens Antônio Barbosa, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América. Relator Senador Pedro Piva.

Designo o Senador Mauro Miranda para acompanhar o nosso Embaixador Rubens ao Plenário. (Pausa.)

Com a presença do Sr. Embaixador, concedo a palavra ao Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, Embaixador Rubens Barbosa, faço hoje um relato breve. Como se diz, falar pouco é difícil e muito é mais fácil, mas falar do Embaixador em poucas palavras é falar muito, porque o seu currículo, a sua competência e o seu trabalho falam por ele.

Nobres Colegas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, além do meu parecer formal, tenho a honra de apresentar a V. Ex^{as}, expressando a minha satisfação em relatar a mensagem do Exm^a Sr. Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, a indicação do Embaixador Rubens Barbosa para a Embaixada Brasileira nos Estados Unidos da América.

Raras vezes, acredito, um relatório dessa natureza poderá ser firmado com tamanha convicção. Conhecedor das qualidades pessoais e profissionais da carreira diplomática do mencionado Embaixador, nutro por S. Ex^a sincera amizade e grande admiração. Sua indicação para a Embaixada Brasileira em Washington ocorre num momento especialíssimo da diplomacia internacional, marcada pelo fenômeno da globalização, da abertura econômica, de um avanço tecnológico jamais experimentado e de um redesenho do quadro geopolítico, com o surgimento de novas nações e o afloramento de conflitos étnicos, religiosos e políticos em pontos diversos do planeta.

O papel dos Estados Unidos no mundo contemporâneo também evidencia-se diante das graves crises que assolam nações pobres e ricas. Com um Produto Interno Bruto de US\$8 trilhões, os Estados

Unidos têm indiscutível primazia no contexto da economia mundial. Assim, não é de se surpreender que tenham assumido a liderança das articulações internacionais que visam minimizar os efeitos do alarmante desarranjo econômico e que sucessivamente afetou o México, os países asiáticos, a Rússia e agora paira ameaçador sobre a economia brasileira.

Essas circunstâncias requerem de nosso corpo diplomático, a um só tempo, apurada capacidade de negociação, firmeza e determinação na defesa dos nossos interesses, criatividade e agilidade nas decisões. Não poderia ser mais adequado o currículo do Embaixador ora indicado para nos representar perante o povo americano. Rubens Barbosa, Diplomata há quatro décadas, desempenhou profícuo trabalho no comando da Embaixada Brasileira em Londres nos últimos cinco anos. Antes disso, exercera no Itamaraty os cargos de Subsecretário-Geral da Administração, de Comunicações, de Assuntos Políticos Multilaterais Especiais, da Integração, Promoção Comercial e Cooperação, de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior. Foi também Chefe do Departamento de Integração Latino-Americana e Embaixador junto a ALAD, entre outras numerosas e destacadas funções.

Como se pode observar, Sr. Presidente e nobres Colegas, a indicação de Rubens Barbosa foi das mais felizes. No ensejo, aproveito para augurar ao novo Embaixador – que certamente será aprovado – o pleno êxito nas elevadas funções que certamente lhe serão reservadas. Tenho grande honra, Sr. Embaixador, de ser o Relator de V. EX^a.

Passo ao relatório.

De conformidade com o mandamento contido no artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal pertinente, o Sr. Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 85/99, submete à apreciação dos Membros do Senado Federal a escolha do Sr. Rubens Antônio Barbosa, Ministro pela classe do Quadro Permanente da Carreira Diplomática, para exercer o cargo de Embaixador junto aos Estados Unidos.

Do curriculum vitae do indicado, enviado pelo Itamaraty, consta que o diplomado em apreço nasceu em São Paulo, a 13 de junho de 1938, sendo filho de Orlando Barbosa e Lice Farina Barbosa. Formado pelo Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores, ingressou na carreira como 3º Secretário, em 1962, tendo atingido quase todos os demais cargos por merecimento, até atingir o de Ministro de 1ª Classe, em 1984.

Ao prestar serviços no Brasil, o diplomata exerceu, de 1963 a 1999, encargos de Assistente; Chefia

de Divisão; Serviço Oficial; Chefe de Gabinete de Ministro de Estado das Relações Exteriores; Assessor de Chefia de Gabinete; Chefe de Divisão, de Departamento; Secretário Especial de Relação com o Congresso; Subsecretário de Administração, Comunicações, Assuntos Políticos e Unilaterais, Econômicos e de Comércio Exterior, todos no Itamaraty.

Removido inúmeras vezes para o exterior, o indicado presidencial serviu em Londres como Secretário, Cônsul Adjunto, Encarregado de Negócios e Embaixador, exercendo este último posto em Montevideu. O indicado presidencial participou, ainda, de inúmeras reuniões internacionais, ocasiões em que tratou, em nome do Brasil, de assuntos variados tais como finanças e comércio, no qual é especialista. ONU, borracha, açúcar, feiras internacionais, ciências, OEA, solução de conflitos internacionais, Mercosul, exportação hemisférica. O diplomata em questão é portador de várias condecorações, que lhe foram concedidas por autoridades brasileiras e estrangeiras.

Em Face do exposto, entendemos que os Srs. Membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional já possuem os elementos informativos suficientes e necessários para apreciação do nome do Sr. Rubens Antônio Barbosa, Ministro de 1ª Classe do Quadro Permanente da Carreira Diplomata, para exercer o honroso cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América, o mais alto cargo da diplomacia brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Lido o Relatório do Senador Pedro Piva, gostaria também de justificar, Sr. Embaixador, Srs. Senadores, a ausência do Presidente José Sarney, que gostaria muito de estar presidindo esta reunião. Por motivo de saúde, S. Ex^a encontra-se em São Paulo e pediu-me, como Vice-Presidente da Comissão, que presidissemos a referida reunião.

Concedo a palavra, com muito prazer, ao Embaixador Rubens Barbosa, para que faça a sua exposição.

O SR. RUBENS ANTÔNIO BARBOSA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Depois de ouvir essas generosas palavras do Senador Pedro Piva, recordo-me de uma observação de Kissinger, que disse, em uma situação semelhante, que estava satisfeito pelo fato de que as palavras a ele dirigidas tinham terminado rapidamente, porque estava ficando cada vez mais difícil continuar humilde diante do que estava sendo dito.

Em primeiro lugar, cumprimento V. Ex^a, Sr. Presidente. Agradeço ao Presidente José Sarney – com quem falei antes desta reunião –, e também ao Senador Pedro Piva por suas palavras.

Uma exposição sobre os Estados Unidos e as relações com o Brasil, em um curto período de tempo, precisa, necessariamente, ser seletiva. Há 03 grandes blocos. Estou pronto a discutir com V. Ex^{as} em detalhes, qualquer assunto e qualquer aspecto desses 03 blocos.

O primeiro bloco analisa o papel dos Estados Unidos no mundo e a situação interna, doméstica, política, econômica, social do país; e só isso daria para ocupar um bom tempo desta exposição. O segundo bloco seria sobre o relacionamento bilateral Brasil-Estados Unidos; e o terceiro bloco, o programa de trabalho que me proponho a realizar à frente da Embaixada em Washington.

Para facilitar os trabalhos e ganhar tempo, proponho deixar o primeiro bloco – dos Estados Unidos e suas relações internacionais, a participação dos Estados Unidos no mundo – para a segunda fase, a fase das perguntas; e proponho-me tratar diretamente, de maneira breve, primeiro, das relações bilaterais e, segundo, do programa de trabalho que me proponho levar adiante à frente da Embaixada do Brasil nos Estados Unidos.

Em primeiro lugar, falando das relações Brasil-Estados Unidos, por que essas relações são importantes? Destaco três pontos: primeiro, pela importância da economia americana, o papel dos Estados Unidos no mundo; segundo, pela importância para o Brasil da economia americana, as relações econômicas, comerciais e financeiras do Brasil com os Estados Unidos; terceiro, a importância do Brasil para a economia americana, que nesses últimos anos já se faz sentir de maneira concreta, como vou mencionar adiante; e, último aspecto, importante para o Brasil, é o papel que os Estados Unidos têm desempenhado ao longo dessas crises financeiras e, sobretudo, na última crise financeira que afetou diretamente o Brasil.

Quanto à importância da economia americana, todos sabem do relevo e da repercussão que ela tem no mundo. Hoje – em Londres pude acompanhar isso muito de perto –, o motor da economia mundial é a economia americana, é a única economia grande que está crescendo. Neste ano, a projeção é que ela tenha um crescimento de 3,5% a 4%; no ano passado cresceu a mais de 3%. É uma economia que está no 9º ano de expansão, tem os menores índices de inflação e desemprego da década:

cerca de 4,3%. Há um grande aumento das importações, gerando algumas dificuldades internas em balanço de pagamento e de contas correntes. Este ano está estimado que o déficit da balança de comércio americano será da ordem de US\$300 bilhões – V. Ex^{as} sabem que o nosso déficit, no ano passado, foi cerca de US\$3 bilhões; lá, de US\$300 bilhões de déficit da balança comercial. Há uma elevada taxa de consumo interno – estou citando esses dados, porque são relevantes para o Brasil, como vou mencionar mais adiante –, que é um dos motores da economia americana; há um aumento crescente do investimento de capitais, o maior na economia americana dos últimos 50 anos. O mercado de capitais, como sabem V. Ex^{as}, alcançou níveis históricos, ultrapassou a barreira dos 10 mil pontos, apesar de todas as cautelas do Presidente do Banco Central americano, que, há alguns meses, atentou para o fato – e continua crescendo em grande expansão. Há um aspecto negativo que é a redução dos lucros das empresas, mas se pegarmos todos os indicadores da economia, o único ponto negativo é esse que mostra uma perspectiva de, talvez, termos algum problema a partir da expansão das empresas.

Todos esses indicadores que ressaltai aqui estão relacionados com o Brasil – e aí entro no segundo aspecto, que é a importância para o Brasil da economia americana: os Estados Unidos são nosso principal mercado. Há quatro anos, exportávamos 25%; no ano passado, exportamos 17%; as nossas exportações estão caindo em um mercado dinâmico. Quer dizer, enquanto a economia americana se expande, as importações crescem, as nossas exportações caem. Os Estados Unidos são nosso principal investidor. A Alemanha ocupa a segunda posição, bem distante dos Estados Unidos. Agora, com a privatização, são também o principal investidor no Brasil. Há outros elementos que eu poderia expor aqui, como a participação das empresas americanas, para vocês terem uma idéia da importância para o Brasil do investimento americano, das quinhentas maiores empresas americanas da revista **Forbes**, 405 têm investimento no Brasil. Há muitos outros dados que, depois, poderíamos abordar.

O outro aspecto relacionado aos importantes indicadores que citei da economia americana é o reverso: a importância do Brasil para os Estados Unidos. Pode parecer um exagero cogitar a importância para a economia americana. A reação do governo americano, sobretudo na área econômica, na recente crise mostra quão importante já é o Brasil. Há uma estratégia americana definida nas áreas comer-

cial, econômica e financeira em relação à América Latina, em geral, e à América do Sul, em particular.

V. Ex^{as} sabem que, há 2 ou 3 anos, o governo americano definiu 10 parceiros preferenciais, dizendo que, na América do Sul, nos próximos 10 anos, contando o crescimento das economias e a expansão das exportações americanas para a região, a América Latina representaria um mercado para as empresas americanas maior do que a Europa e Japão. Então, percebe-se que há uma estratégia deles ao considerarem o mercado regional, e, dentro desse mercado, a presença brasileira é relevante. O Brasil está entre os 10 parceiros estratégicos definidos pelo governo americano. O Brasil hoje é 11º maior mercado para as exportações americanas: 2,3% delas vêm para o Brasil. Se V. Ex^{as} observarem as estatísticas, verão que há uma divergência nos dados brasileiros e americanos. De acordo com as estatísticas brasileiras, importamos US\$13 bilhões, exatamente o 11º mercado. Segundo as estatísticas americanas, US\$16 bilhões foram dirigidos ao Brasil.

Um aspecto que me impressionou quando comecei a examinar o relacionamento bilateral – e confesso que desconhecia isso, pois não estava acompanhando muito de perto o relacionamento bilateral na área econômica – mostra a importância do Brasil não para os Estados Unidos como um todo. Hoje, os Estados Unidos também estão deixando gradualmente de ser um mercado único. Há uma grande diversidade de regiões, de interesses e de gostos dentro do mercado americano. Todavia, quatro ou cinco Estados americanos têm no Brasil seus principais mercados. Confesso que desconhecia que a Flórida tem no Brasil o seu principal mercado. O primeiro mercado externo da Flórida é o Brasil. Para o Texas somos o 8º mercado; para Illinois, o 9º; para Nova Iorque, o 11º; para a Califórnia, que é maior que o Brasil, o 17º. A governadora de New Jersey esteve aqui há poucas semanas querendo lançar também o seu Estado dentro da perspectiva de cooperação com o Brasil.

Enfim, as nossas exportações para os Estados Unidos, juntamente com as destinadas à América do Sul, têm, nesses dois mercados, o filé mignon, a parte nobre das exportações. Os Estados Unidos, como eu disse, representam 17% de nossos exportações. Desses 17%, cerca de 60% a 65% são de produtos manufaturados; a mesma coisa que ocorre na América do Sul, talvez um pouco mais, o que é muito importante como qualidade de mercado.

Para que V. Ex^{as} tenham uma idéia, o contrário se aplica às exportações brasileiras para a Europa, ou seja, de 55% a 60% são de produtos primários: agrícolas e minerais. Para os Estados Unidos, temos um mercado de produtos industrializados e manufaturados. Isso é muito importante porque há possibilidade de expansão desse comércio. Com a economia americana em expansão, com o interesse do governo brasileiro em expandir as exportações, o mercado americano, hoje, é crucial para esse aumento das exportações; é um mercado dinâmico e o único que está crescendo na velocidade que mencionei. O mercado da Europa para os nossos produtos é mais fechado que o mercado americano, e não estamos explorando ainda, em toda a sua potencialidade, as perspectivas de mercado. Já tive oportunidade de discutir essa questão com diversos setores da administração, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, no Itamaraty. Amanhã, vou ter reunião com o pessoal da Pec, da Camex. Há um trabalho enorme para ser feito, explorando nichos de mercado, a exportação de produtos que se beneficiam do sistema geral de preferências. Precisamos aproveitar esse dinamismo da economia americana a nosso favor.

Na questão dos investimentos, o mesmo ocorre. De 92 a 97, o Brasil foi o quinto país do mundo a receber investimentos diretos dos americanos. No ano passado, comparativamente, foi o quarto país que recebeu investimentos externos do mundo, apesar da crise de 97, que nos atingiu a partir de setembro de 98. O primeiro foram os Estados Unidos; segundo, a Inglaterra; terceiro, a China. Por isso, que há aqui no Brasil esse interesse de investimentos americanos, como há interesses de investimentos europeus.

Para finalizar essa justificativa do porquê da economia americana ser importante, farei uma rápida referência à crise financeira.

Os Estados Unidos tomaram a liderança no começo da Ásia e, aí, menos fortemente, deixando um pouco para o Japão e para o G-7, em geral, para assumir a responsabilidade e ajudar na recuperação das economias asiáticas. No caso do Brasil, os Estados Unidos tomaram a liderança e, junto com os países do G-7, colocaram em vigor o pacote financeiro que negociamos com o Fundo Monetário, de US\$41 bilhões.

As declarações públicas de todas as autoridades americanas, desde o Presidente Clinton, passando pelo Ministro da Fazenda, Rubin, ao Presidente do FED, ao Presidente do Fundo Monetário,

que tem uma influência muito grande, todas foram de apoio ao Brasil. A ação americana junto ao AFC, órgão financeiro do Banco Mundial, do Eximbank, e, mais recentemente, há um mês, quando fizemos um esforço junto aos bancos internacionais para que mantivessem e aumentassem as linhas de crédito, foi fortemente respaldado pela ação do governo americano. Então, as razões da participação americana na conjuntura atual justificam considerarmos as relações Brasil/Estados Unidos como muito importantes, sem falar – e não vou entrar em detalhes, podemos fazê-lo depois – na densidade do relacionamento bilateral.

Estou saindo da Inglaterra, um país importante que, nesses últimos anos, desenvolveu um relacionamento crescente com o Brasil, com o qual começamos a diversificar as relações. Eu não ousaria fazer uma comparação entre a densidade do relacionamento econômico, comercial, financeiro, político do Brasil com os Estados Unidos com o relacionamento do Brasil com a Grã-Bretanha, que é denso, importante. Todavia, se compararmos, vamos verificar que fica muito longe do que ocorre, hoje, com o governo americano. As nossas relações com os Estados Unidos, hoje, têm alto grau de abertura, de diálogo. Creio que nunca houve na nossa história do relacionamento bilateral um diálogo e um entendimento tão grandes, uma discussão franca sobre todos os assuntos. Há um crescente grau de confiança recíproca, através desses frequentes diálogos entre os dois Governos. Há uma perspectiva de longo prazo dos interesses e dos valores das duas sociedades que são compartilhados. Esse aspecto positivo do relacionamento bilateral é matizado com diferenças naturais que existem na área, sobretudo na área econômica e comercial. Depois se V. Ex^{as} quiserem podemos entrar em detalhe nessa questão das restrições que o governo americano coloca para as nossas exportações e o efeito disso para o nosso comércio exterior. Dentro de um contexto que acontece com todos os países, estamos vendo o que está ocorrendo agora, na Europa. Saí de lá quando as manchetes de jornais eram sobre a guerra das bananas, da carne com hormônio, em que os americanos, com a mesma virulência, colocam os seus interesses nacionais acima e independentemente das alianças estratégicas, políticas, militares que desenvolvem com grande proximidade com a Europa.

Estamos vivendo, neste momento do relacionamento bilateral, também um momento único no nosso relacionamento com os Estados Unidos, porque temos uma relação entre os dois Presidentes como

nunca existiu. O relacionamento direto do Presidente Fernando Henrique com o Presidente Clinton é, para nós, uma vantagem, no sentido de que esse contato direto com o Chefe de Estado americano, como o Presidente Fernando Henrique tem com outros chefes de estado europeu, em muito facilita não só a expansão dos nossos interesses econômicos e comerciais, como também nesses momentos difíceis por que passamos recentemente, facilita o contato e o encaminhamento de soluções.

Estamos nos encaminhando para a formação de uma nova parceria que terá a maturidade, na medida em que consolidemos a democracia, a situação econômica no Brasil, a estabilidade e essa parceria refletirá, tenho certeza, os interesses nacionais. Isso é muito importante. Os Estados Unidos têm uma posição muito clara e embasa essa posição o interesse nacional. O interesse nacional brasileiro não necessariamente coincide com o interesse nacional de nenhum outro país, e o Itamaraty é o porta-voz para defender esses interesses nacionais nas relações que temos com todos os países. Nos próximos anos, alguns fatores condizionarão essas relações bilaterais, que vou mencionar de passagem, depois, poderemos conversar com mais detalhe. Primeiro, a capacidade de renovação da política externa americana. Esse é um fator importante sobre o qual se V. Ex^{as} quiserem podemos também conversar depois.

Os Estados Unidos estão passando, na minha opinião, por um período de transição em relação à sua visão do mundo, à sua participação, o seu papel no mundo. Depois da queda do muro de Berlim, em que havia uma clara bipolaridade no mundo, e as lealdades estavam divididas entre esses dois pólos de atração com alguns países tentando enveredar por um terceiro caminho, mas, basicamente, o que existia era uma bipolaridade. Depois que caiu o muro de Berlim, que desapareceu a União Soviética, o que tivemos foi um poder incontrastado e incontrastável americano. E, nesses últimos dez anos, tivemos uma situação unipolar, um só país, uma única superpotência com um poder econômico, um poder político que não era comparável a nenhum outro país. E essa potência exerceu o seu interesse nacional através de imposições, sanções e intervenções armadas. Isso é público, notório, e foi o que ocorreu nesses dez últimos anos.

Com essa última crise do Kosovo – se os senhores quiserem, poderemos falar sobre isso também –, depois da crise do Iraque, estamos vendo uma situação diferente. Estamos vendo a superpotência mundial, que até agora era incontrastável e in-

contrastada, perdendo apóio e deixando de comandar as alianças que comandava antes. Está havendo agora, na minha opinião, uma mudança qualitativa da situação internacional. Sem os Estados Unidos comandarem essas alianças e sem falar mais pela comunidade internacional, o que está acontecendo hoje no Kosovo é que os americanos estão com um único aliado, que é a Grã-Bretanha. Formalmente, a Alemanha, com quatro aviões, e a Espanha, com dois, é um fato simbólico.

Vejo isso claramente em Londres. O único país que, por meio do Primeiro Ministro, do Ministro da Defesa e do Ministro do Exterior, defende a posição americana nessa crise é a Inglaterra. Portanto, hoje houve uma evolução muito grande, e a capacidade de renovação da política americana – como será a posição americana nesses próximos anos – terá um reflexo sobre a relação bilateral.

O segundo fator que irá condicionar a relação bilateral Brasil/Estados Unidos é a capacidade brasileira de exercer uma influência no contexto regional. Realmente acredito – e trabalhei muito na integração regional, no Mercosul – que o Brasil afirmará o seu interesse nacional na medida em que ele crescentemente exercer sua influência no contexto regional, e a nossa posição se fortalecerá em relação ao governo americano.

O terceiro fator é a evolução do quadro econômico e social no Brasil. Vejo isso claramente de Londres. Acompanho de perto esses últimos cinco anos, quando, nos últimos quatro anos, a situação econômica, financeira e comercial evoluiu satisfatoriamente. Com essa estabilidade política que adquirimos aqui, houve uma repercussão no exterior e um crescimento do prestígio e da influência do Brasil fora.

Nesses últimos meses, tivemos um tremor, tivemos uma turbulência, e esperamos que, nos próximos meses – já temos sintomas disso –, seja superado. Uma vez superado e voltando a estabilidade, a queda da inflação e, sobretudo, o crescimento, teremos um Brasil mais forte para dialogar no contexto hemisférico, no relacionamento bilateral com os americanos e na negociação com a ALCA.

O último fator, evidentemente, que condiciona tudo – tivemos essa experiência recentemente – é a evolução da situação econômica internacional. Uma situação de turbulência efetivamente torna mais difícil o relacionamento, e uma situação mais calma permitirá uma evolução mais tranqüila da nossa economia.

O que é importante sublinhar nesse relacionamento bilateral – e, com isso, termino essa parte e

termino de apresentar algumas idéias do que estou pretendendo fazer em Washington – são dois comentários que eu gostaria de fazer e que, acredito, sintetizam como vejo a agenda governamental com os Estados Unidos. Em primeiro lugar, a centralidade das relações com os Estados Unidos, especialmente a partir da crise de 1988/1989. Podemos gostar ou não, mas essa é a realidade. A economia americana hoje é central para a economia brasileira, para as exportações brasileiras, para o investimento brasileiro e para o apoio aos recursos que necessitamos para superar essa fase – não entro no mérito para saber se isso é bom ou mau; isso é fato. Em segundo lugar, a importância do restabelecimento da credibilidade do Brasil com os nossos principais parceiros não apenas nos Estados Unidos como também na Europa. Estamos fazendo isso nos dois mercados e, para isso, precisamos ter uma atuação pró-ativa, uma atuação que busque objetivos, busque resultado, e não fiquemos apenas na reação dos acontecimentos. Isso é importante a partir do que se descreve, de maneira geral e muito vagamente, que é a realidade dessa globalização e do desempenho da economia americana, como procurei mostrar. O desempenho da economia americana, da maneira como está sendo nesses últimos nove anos, foi muito importante. No entanto, até agora não pudemos aproveitar essa expansão da economia americana, porque, como eu disse, as nossas exportações caíram de 25% para 17%, de 1994 para cá. Perdemos oito pontos percentuais.

Finalizando, em linhas muito gerais, com relação ao programa de trabalho que vou procurar desenvolver em Washington, um pouco aproveitando a minha experiência de Londres, estou submetendo ao Itamaraty – tive uma discussão ontem, falei com o Ministro Luiz Felipe Lampraia hoje e vamos continuar amanhã discutindo – um programa de trabalho para ser implementado durante o período em que eu estiver em Washington.

Em primeiro lugar, há uma questão de semântica, uma questão de sutileza, mas que é importante. Costumamos dizer em nosso jargão que fulano é nomeado Embaixador do Brasil em Washington, Embaixador do Brasil em Londres. Estou mudando isso. Sou Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, não Embaixador em Washington. Embaixador em Washington já dá uma certa limitação, e a minha idéia é fazer um trabalho em todo o território americano, não ficar restrito a Washington. Para isso, vou procurar criar condições para que a Embaixada em Washington seja considerada, seja vista pelo Governo,

pelo Congresso, pelas ONG, pelas instituições financeiras, pelas companhias privadas como um interlocutor útil, como um interlocutor que tenha o que dizer e que seja um canal de comunicação com o Governo brasileiro.

Isso, vamos tentar fazer através, como acabo de dizer, de uma atuação pró-ativa, de uma ação que propõe coisas e que procurará fazer coisas em seis setores que defini como prioritários, com respaldo do Itamaraty. Vamos tentar executá-las. Depois, se os senhores quiserem, poderemos entrar em detalhes.

Com isso, termino minha exposição. Os seis setores que escolhi para serem prioritários e merecerem uma atuação atenta, constante, e, acho – vou procurar fazer –, importante para os interesses brasileiros são os seguintes: primeiro, o setor financeiro, por razões óbvias, para ter uma presença. Como fiz em Londres nesses últimos cinco anos: a presença do Brasil na City, o setor financeiro de Londres, foi marcante. Isso criou uma diferença no mercado britânico. Vamos tentar fazer a mesma coisa no mercado financeiro americano, que é muito mais complexo, porque não é restrito a uma cidade, como Londres. Nós temos Nova Iorque, São Francisco, bancos regionais. É um trabalho muito importante, em estreito entrosamento – estive, hoje, com o Ministro Pedro Malan também – com a área econômica, com o Banco Central, com o Ministério da Fazenda. Então, a primeira prioridade é a área financeira.

A segunda prioridade é a mídia, a questão da divulgação do Brasil não só na imprensa falada e escrita, mas também na televisão. Estamos procurando fazer isso, já tenho iniciativas concretas para tentar influir em certos grupos de interesse, para mudar a percepção. Não gosto da palavra "imagem", mudar a "imagem" do Brasil. Acho que não se trata disso, não se muda a imagem de nada. A imagem que o francês faz do inglês não é mutável; a imagem que o inglês faz do francês é igualmente resultado de séculos de convivência, de vizinhança. A imagem que se faz do Brasil é muito difícil de se mudar, porque são estereótipos que estão incorporados ao inconsciente do público em geral.

O objetivo será tentar influir nos grupos de interesse, para mudar a percepção que eles fazem do Brasil; e, para isso, temos que dar informações, dados, através de uma série de ações que estou me propondo a realizar.

O terceiro setor, prioritário para nós, será o do comércio exterior. É muito importante que a Embaixada e o Governo brasileiro continuem na defesa

dos interesses concretos do Brasil, que são afetados por medidas restritivas tomadas pelo governo americano, muitas vezes até ao arrepio da legislação do GATT. Mas não é suficiente, nem bastante. Temos que desenvolver um programa – e já estou me propondo a fazer um programa para implementar em Washington – sobre a promoção das exportações, que procure encontrar nichos de mercados, que procure informar o não-aproveitamento de vantagens preferenciais que são dadas pelo governo americano, num sistema geral de preferências, por exemplo, quando estou seguro – e um estudo que está sendo feito sobre isso, na Funcex, vai mostrar – que há muitos produtos que temos preferências e, portanto, vantagens para exportar para o governo americano, e não estamos cumprindo a quota de exportação. Aí poderia haver um avanço sem nenhum problema de restrições tarifárias ou não-tarifárias.

Então, essa parte de promoção de exportação com missões de pequenas e médias empresas, com missões comerciais para áreas específicas, estamos definindo com a Camex, com a Agência de Comércio Exterior de Promoção de Exportação, cinco ou seis setores importantes, com os quais trabalharemos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) (Fazendo soar a campainha.) – Peço um minuto a V. Ex^a para receber o Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães. (Pausa.)

Continua com a palavra o Sr. Embaixador.

O SR. RUBENS BARBOSA – O terceiro setor, então, é o comércio exterior. O quarto setor prioritário, que vou tentar desenvolver lá, é o Congresso americano. Essa não era uma prioridade que eu tinha em Londres, porque o parlamento britânico é importante, mas do ponto de vista brasileiro não é relevante, porque não tem influência, como tem o Congresso americano, na parte econômica do relacionamento bilateral, na parte de política externa. Então, o relacionamento com o Congresso americano vai ser um dos tópicos principais. Agora mesmo o Ministro Lampreia dizia-me da importância que devo dar a esse setor. Inclusive já conversei com o Presidente Antonio Carlos Magalhães, e vou procurar os integrantes do grupo parlamentar Brasil-Estados Unidos. Há uma idéia de se fazer um grupo interparlamentar Estados Unidos-Brasil – e estou certo que vou contar com o apoio de V. Ex^{as} para que esse grupo seja bastante ativo no relacionamento bilateral, ajudando o estreitamento e a defesa dos nossos interesses. É muito importante que, assim como o Congresso americano defende os interesses concretos america-

nos, que esse grupo parlamentar seja também útil para que nós possamos reforçar a defesa dos nossos interesses nos Estados Unidos.

A quinta área prioritária são as organizações não-governamentais, tanto de direitos humanos quanto de meio ambiente.

O último ponto de prioridades, para mim, é o trabalho que vou procurar desenvolver junto às universidades e às escolas. Esse é um trabalho estratégico, de médio e longo prazo para tentar mudar a percepção do Brasil a médio e longo prazo, começando nas escolas. Desenvolvemos um trabalho muito importante nesse sentido em Londres e vou procurar repetir nos Estados Unidos um pouco do que fiz na Inglaterra, procurando criar centros de estudos sobre o Brasil nas universidades americanas, nos **thinking tanks** americanos, nos institutos de pesquisa.

Sr. Presidente, talvez tenha me excedido, mas o relacionamento com os Estados Unidos é tão denso, tão importante que dei a V. Ex^{as} apenas uma pequena amostra do que poderemos fazer, trabalhar para que a presença do Brasil no mais importante país do nosso hemisfério, na economia mais pujante e mais dinâmica do nosso hemisfério, possa representar uma vantagem para o nosso País, que poderá ser explorada em todos os aspectos que procurei incluir aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Depois da exposição do Sr. Embaixador, cumprindo o Regimento, vamos transformar esta sessão em secreta.

Suspendo a sessão por um minuto, para que a galeria possa ser esvaziada.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Convidamos os Srs. Senadores a participarem da reunião em que analisaremos a indicação do nome do Dr. Luciano Martins para o cargo de Embaixador do Brasil em Cuba. Designo o Senador Pedro Piva para trazer o Dr. Luciano Martins ao recinto.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. LAURO CAMPOS – Eu gostaria de pedir um esclarecimento para efeito de conferência da apuração.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Senador Lauro Campos, como a votação foi feita em processo secreto, logo após a sabatina do Dr. Luciano Martins, debateremos o assunto que V. Ex^a está abordando.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, também pela ordem, quero abordar a mesma questão suscitada pelo Senador Lauro Campos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Está bem. Só que deve ser tratada na sessão secreta.

O SR. TIÃO VIANA – Esse é um assunto delicado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Está certo.

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Mestrinho, como Relator.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente da República submeteu a esta Casa a indicação do nome do Sr. Luciano Martins de Almeida para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba e, cumulativamente, em Antígua e em Barbuda.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar, previamente e por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou o *curriculum vitae* do interessado, que, segundo o documento, nasceu na cidade do Rio de Janeiro – RJ, a 12 de setembro de 1934.

O indicado, Assessor Especial da Presidência da República e Coordenador-Geral do Grupo de Análise e Pesquisa – GAP da Secretaria-Geral da Presidência da República, não pertence à carreira diplomática e dedicou-se à vida acadêmica, segundo demonstra o seu amplo *curriculum vitae*.

Entre os principais títulos acadêmicos obtidos pelo interessado, cabe destacar:

1 – Docteur en lettres et sciences humaines – Doutorado de Estado – pela Universidade de Ciências Humana (Sorbonne), de Paris, tendo defendido a tese intitulada: "Politique et Développement Économique au Brésil: Structures de pouvoir et système de décisions (1930-1964) e obtido a menção "très honorable", em junho de 1973;

2 – Professor Titular de concurso público, de Instituições Políticas Brasileiras do Instituto de Filosofia das Ciências Humanas da Unicamp, agosto de 1990;

3 – Professor de Teoria das Relações Internacionais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ – 1996;

4 – Professor Titular de Ciência Política, da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp -, 1985 (licenciado);

5 – "Visiting Scholar" Inter-American Development Bank (IDB), Washington, de setembro 1993 a janeiro de 1994;

6 – Pesquisador do Centre d'Études des Mouvements Sociaux, da École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 1982/1985.

Há mais uma série de títulos, todos eles da maior importância, que constam do documento distribuído aos nobres Senadores.

O Sr. Luciano Martins de Almeida detém títulos relevantes, participou de inúmeros colegiados profissionais, governamentais e acadêmicos e recebeu condecorações nacionais e estrangeiras. Da ampla lista de trabalhos publicados pelo professor em questão, constam livros, artigos, ensaios, comunicações a congressos, conferências e trabalhos dirigidos. A título de ilustração, mencionaremos apenas os livros *A Nova Ordem Internacional em Questão, Estado Capitalista e Burocracia no Brasil pós-64, Pouvoir et Développement Économique-Formation et Évolution des Structures Politiques au Brésil, Nação e Corporação Multinacional, Amérique Latine, Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento*.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações em nome deste relatório que, a nosso ver, contém as informações necessárias à deliberação desta Comissão sobre a indicação feita pelo Senhor Presidente da República, bem como dados relevantes sobre Cuba, Antígua e Barbuda.

Esse é o relatório. Pela documentação apreciada, o indicado preenche as condições, do ponto de vista do Relator, de exercer o cargo de Embaixador de Cuba, Barbuda e Antígua, indicado pelo Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Lido o relatório do Senador Gilberto Mestrinho, concedo a palavra ao Dr. Luciano Martins.

O SR. LUCIANO MARTINS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, personalidades presentes neste recinto, vou dividir minha intervenção em três partes e procurar ser o mais sintético possível.

Cuba é um país de dimensões territoriais pequenas – menor do que o Estado do Ceará –, tem uma economia relativamente modesta e, também, ao mesmo tempo, é o único país da América do Sul que, na segunda metade deste século, fez, efetivamente, uma revolução social. Talvez seja em função disso que, em geral, as discussões sobre Cuba tendam a produzir mais calor do que luz.

Vou procurar ser o mais sintético possível. Entendo que a função primeira de um embaixador é tentar entender a dinâmica do país no qual vai representar os interesses do Brasil, e isso me obriga a fazer uma divisão na minha exposição em três partes.

A primeira é uma tentativa de entender qual é o contexto político e econômico em que vive hoje Cuba, sobretudo o contexto internacional. A segunda, algumas indicações sobre as transformações econômicas que estão ocorrendo em Cuba, porque estão ocorrendo transformações econômicas e de certa importância. Na terceira parte, vou delinear qual é a atitude do Brasil em relação a Cuba. Tem uma parte política que eu me reservaria para falar, se for o caso, na segunda parte da reunião.

Eu diria, para começar – acho que é um dado importante para entender certos processos em Cuba –, que Cuba vive um processo peculiar de guerra civil que já dura quatro décadas. Peculiar porque é uma espécie de guerra civil à distância. Essa, aliás, foi a caracterização feita, parece-me que muito pertinente, por um livro que saiu há dias nos Estados Unidos, editado pelo Interamerican Dialog e que consiste numa apreciação muito objetiva da questão cubana. Vou tentar explicar por que esse conceito de guerra civil à distância.

É preciso lembrar que já nos primeiros meses que se seguiram à vitória da revolução, em janeiro de 1959, o processo interno encerrou-se, digamos assim, a guerra civil contra os remanescentes do Governo Batista, para ter início um novo tipo de confrontação entre o novo poder e aqueles que, por efeito do caráter social logo assumido pela revolução, perderam suas propriedades, suas posições sociais, sua inserção política e, em sua grande maioria, imigraram para os Estados Unidos. Cada um desses lados – o novo poder e aqueles que a ele se opunham – dá origem a essa confrontação – isso foi o que animou e anima até hoje essa confrontação. Essas forças contrárias procuraram alianças internacionais com cada uma das superpotências que dividiam entre si o poder mundial. Em decorrência disso, Cuba passou a ser uma peça no jogo da Guerra Fria.

Os perdedores do poder para a Revolução juntaram suas forças à dos Estados Unidos para tentarem a retomada do poder por via militar: a famosa invasão da Baía dos Porcos, em 1961.

A partir do fracasso dessa tentativa, passaram a pressionar o arsenal econômico e diplomático de que dispõem os Estados Unidos para exercerem essa forma peculiar de guerra civil que estou chamando de guerra civil à distância. Data dessa época

– desde 1960 – o embargo econômico imposto pelos Estados Unidos a Cuba, embargo que fere de maneira bastante acentuada a economia e a sociedade cubana e a exclui do convívio internacional – Cuba não participa de organizações internacionais, como a OEA – e do convívio diplomático com os países da América Latina.

Por sua vez, os que haviam tomado o poder em Cuba dotaram-se de um sistema político e militar capaz de enfrentar as tentativas de derrubá-los pela força e, ao mesmo tempo, capaz de garantir-lhes o apoio do outro superpoder: vestiram o seu figurino ideológico e se integraram plenamente na órbita soviética – aliás, esse figurino serviu muito bem a alguns dos detentores do poder em Cuba.

Assim, a restrição dos direitos civis e políticos imposta pela estrutura de poder criada em Havana limitou a ação dos emigrados e de seu aliado maior para a derrubada do regime, mas também tolheu o direito dos que ficaram na ilha de expressarem suas críticas, desenvolverem novas idéias, em suma, construir o seu destino.

Era de se esperar que, com o fim da Guerra Fria – já que Cuba tornou-se um brinquedo na Guerra Fria, como demonstrou a importante crise dos mísseis, em 1962 –, os termos do problema dessa confrontação à distância fossem redefinidos e cessasse essa forma particular de guerra civil. Não foi, entretanto, o que ocorreu.

Embora Cuba tenha renunciado, a partir do início dos anos 80, às suas pretensões a um internacionalismo revolucionário – que consistia em ajudar grupos de guerrilha na América Latina e a fazer intervenções na África, como as feitas em Angola e na Etiópia – e apesar do fim da Guerra Fria – Cuba antes se relacionava com grupos dentro de nações e passou a se relacionar com os Estados, o que foi uma mudança importante –, o fato é que, nem por isso, cessaram as hostilidades. Tal fato deve-se à permanente pressão exercida sobre a política norte-americana pela comunidade cubana estabelecida sobretudo em Miami. Hoje estima-se que vivam, aproximadamente, 1,2 milhão de cubanos nos Estados Unidos, dos quais 600 mil na Flórida. Esses cubanos apresentam a característica de serem extremamente bem-sucedidos enquanto emigrantes, embora não necessariamente enquanto exilados. Digo enquanto emigrantes, porque hoje os cubanos nascidos em Cuba ou os descendentes imediatos de cubanos controlam cerca de 15 dos 25 diretórios do Partido Democrático da Flórida, o que lhes dá um peso político significativo. Além disso, eles têm importante inserção nos negócios da Flórida: pertence-

lhes a maior empresa de empreendimentos imobiliários e são sócios do maior banco da Flórida. Enfim, eles conseguiram uma importante inserção na sociedade americana.

Essa inserção permitiu-lhes intensificar a sua ação política sobre a política norte-americana. Tanto é assim que, em 1982, já com a implosão da União Soviética consumada e, a partir daí, todo o sistema de acordos e arranjos entre Cuba e a União Soviética, extremamente favoráveis a Cuba naquele momento, apesar do fim da Guerra Fria e da implosão da União Soviética, o Congresso norte-americano aprovou a chamada Lei Torricelli que proibia que as subsidiárias de empresas americanas, situadas em outros países, negociassem com Cuba. Impedia até mesmo que navios procedentes ou com destino a Cuba, com mercadorias para Cuba, atracassem em portos americanos.

Quatro anos depois, em 1996, foi aprovado algo muito mais sério, que é a chamada Lei Helms-Burton*, que instituiu novas e pesadas sanções a Cuba, vetando a aceitação de Cuba a instituições internacionais, como o Banco Mundial e o BID, e autorizando o Presidente dos Estados Unidos a desenvolver um plano de assistência a um governo eventual de transição em Cuba, estabelecendo minuciosamente, em 39 páginas, o que esse governo de transição poderia e não fazer. Dentre as coisas que se poderia fazer, está a restituição das propriedades nacionalizadas quatro décadas antes.

Na verdade, vai mais longe, permite que cidadãos americanos, natos ou não, que tiveram sua propriedade nacionalizada em Cuba, processem, na justiça, empresas estrangeiras que, através de negociações com o Governo cubano, tenham assumido essas empresas expropriadas e dado continuidade aos negócios.

Ainda mais, criaram dispositivos de extraterritorialidade, através do qual as empresas que incorrem nesse dispositivo da lei estão ameaçadas de terem seus bens, nos Estados Unidos, desapropriados. Até mesmo o visto de entrada para executivo de empresas estrangeiras não americanas com negócios em Cuba é proibido por lei.

É claro que essa lei provocou uma enorme reação; a unidade européia ameaçou os Estados Unidos de abrir um pannel na Organização Mundial do Comércio. Houve uma longa negociação e a União Européia suspendeu a abertura desse pannel, na medida em que os Estados Unidos se comprometeram a suspender as sanções mais fortes. O Presidente pode suspender a cada seis meses renová-

veis. É evidente que o objetivo desses dois dispositivos legais ainda continua ser o de ganhar essa guerra civil à distância.

É nesse contexto que Cuba procura realizar suas mudanças internas e, ao mesmo tempo, manter o rígido controle político dessa evolução com a manutenção da mesma estrutura de poder.

Mencionar esse contexto é importante para entender um pouco essas mudanças. E que mudanças são essas? Diria muito brevemente que no plano da sociedade, Cuba é hoje uma sociedade altamente educada, menos de 1% de analfabetos, 92% da população de 6 a 14 anos freqüenta a escola – são dados da Unesco –, há expectativa de vida de 74 anos para homem e 79 anos para mulher, há um leito de hospital para 141 pessoas, um médico para 303 pessoas, a mortalidade infantil é de 12 por mil nascimentos – antes era de 60 –; esses dados são da Organização Mundial de Saúde, para o ano de 1992.

Em síntese, em matéria de educação e saúde, Cuba provavelmente tem as melhores estatísticas da América Latina.

Até mesmo para uma sociedade que passa por privações acentuadas, aparentemente ninguém passa fome, mas a alimentação é escassa e racionada; ninguém deixa de ter onde morar, mas ao mesmo tempo as condições habitacionais são altamente precárias; os transportes coletivos são altamente deficientes e o acesso a bens essenciais de consumo só existe para quem dispõe de dólar. No entanto, é uma sociedade razoavelmente igualitária, sem barreiras de raça ou de classe social.

Em síntese, diria que Cuba, de alguma forma, segue um pouco o modelo socialista conhecido – socialismo real – que extirpa a miséria para administrar a pobreza. Faz isso com um sentido igualitário que nenhuma outra sociedade socialista do bloco soviético talvez tenha feito. Em suma, é uma sociedade em transição no sentido de que aparece. Aparentemente ninguém renega ou quer abrir mão das conquistas sociais que logrou. Mas, ao mesmo tempo, há sinais de que essas conquistas já não satisfazem às reivindicações e às aspirações que foram gerando na sociedade ao correr desse tempo.

É preciso assinalar que Cuba tem uma particularidade importante e que pesa no desenvolvimento ou na sua evolução, inclusive, política. Hoje, Cuba tem 11.100 milhões de habitantes. Setenta e seis por cento dessa população ou não era nascida ou tinha menos de dez anos quando a revolução triunfa em Havana, em janeiro de 1959. Portanto, a população cubana é filha da revolução, não conheceu outro

padrão de vida, o que não impede que comece a gerar expectativas e aspirações de outra natureza. Embora o governo cubano ainda disponha de capacidade de mobilização popular, parece que é evidente que há um certo desgaste na retórica revolucionária e, quem sabe, mesmo uma certa distância entre essa retórica e a realidade que se foi criando.

Devo dizer que realmente as reformas no plano econômico são importantes. E cito uma particularmente que tem implicações sociais importantes: em 1993, o governo, que era sistema absolutamente estatizado, decidiu liberalizar 157 profissões no nível artesanal. Essas profissões podem ser exercidas por pessoas privadas, desde que não tenha um vínculo empregatício a não ser com pessoas da família. Isso é típico porque revela essa espécie de quadratura do círculo, que é a tentativa de introdução de certas iniciativas capitalistas e, ao mesmo tempo, de um controle muito rígido da sua evolução ou de seu progresso. O que vai dar isso é uma coisa realmente difícil de prever. Quer dizer, essa empreendimentos privados quase capitalistas, eu diria assim, na realidade, introduziu um novo ator na sociedade cubana. Antes eram atores trabalhadores do Estado, agora, tem uma população estimada oficialmente em 150 mil pessoas, mas outras estimativas chegam a elevar essa cifra a 400 mil, que constitui um núcleo distinto daquele que habitualmente integrava ou definia a sociedade cubana. É muito provável que esse núcleo distinto, que constitui um novo ator social e econômico, vai desenvolver suas próprias aspirações, talvez, incrementar suas exigências de mudança.

No plano da economia propriamente dito, Cuba passa por reformas intensas e importante, o que é bom conhecer pelo menos em linhas gerais. É preciso dizer, antes de mais nada, que a integração de Cuba ao bloco soviético se fez de uma maneira extremamente acentuada. Cuba, na realidade, foi o país comunista que mais integrou a sua economia ao bloco soviético. Oitenta e seis por cento da economia cubana está vinculada ao bloco soviético. Cuba se beneficiou disso, em parte, na medida em que tinha preço subsidiados e garantia de mercado para a venda de açúcar em troca de uma exportação de petróleo russo, também a preços subsidiados – os russos chegaram a montar algo como 3 mil indústrias em Cuba, mas era uma economia totalmente vinculada à União Soviética. E evidentemente que esses 86% de comércio com a União Soviética, Cuba não dispunha de divisas fortes de outra natureza a não ser rublos. Eu estou citando esse fato para mostrar como, na realidade, o desaparecimento da

União Soviética foi um terrível baque para a economia cubana.

Na verdade, entre 89 e 93, o PIB cubano caiu, diminuiu mais de 35%. O consumo privado decresceu em 30%; o investimento caiu em mais de 80%; e o déficit público chegou a atingir 30% do PIB, o que levou Cuba a uma atitude pragmática no sentido de rever todo seu sistema econômico. Na realidade, o próprio dirigente cubano, na época, mencionou o fato. E tivemos dois casamentos: o primeiro, com os Estados Unidos, e o segundo, com a União Soviética. Agora aprendemos a lição. Queremos diversificar ao máximo as nossas relações. E Cuba tem se empenhado, de fato, para se integrar na Comunidade Internacional a partir de um novo tipo de abordagem.

O fato é que houve uma reviravolta na orientação econômica. Surgiu uma nova geração de economistas mais reformistas diante da estrutura de Poder em Cuba. Os subsídios de empresas estatais e o gasto público foram severamente cortados. Em 1996, o investimento público, que era um quinto do que havia sido seis anos antes, foi aos poucos sendo recomposto. Salários e alguns preços foram congelados numa espécie de política de rendas a fim de manter certa equidade social. E, talvez, a medida mais importante com implicações sociais e econômicas grandes: o mercado do dólar foi totalmente legalizado. Antes ilegal, a posse de dólar passou a ser absolutamente legalizada. Hoje, já é possível comprar e vender dólar à vontade em Cuba. No ano passado, estive em Cuba por duas semanas e confesso que nunca cheguei a ver a nota de um peso, pois, atualmente, é uma economia totalmente dolarizada, irrigada, diga-se de passagem, por cerca de US\$800 milhões que os imigrantes cubanos enviam anualmente a Cuba. Esse é um outro aspecto importante.

Mas, ao mesmo tempo, há uma outra implicação. Está-se estabelecendo uma estratificação, uma divisão, em Cuba, entre os que possuem e os que não possuem dólar. O Governo cubano realizou uma manobra inteligente. Ao invés de estatizar ou fazer um controle rígido da entrada de dólares, deixou o mercado livre. Ao mesmo tempo em que criavam lojas com produtos importados, só vendidos em dólar, pois era uma forma de absorver os dólares que entravam na economia cubana, difundiu-se uma prática – não sei exatamente que desenvolvimento possa ter – de uma certa proliferação de empresas estatais por organismos de Estado. O Exército, as Forças Armadas cubanas, por exemplo, possuem a maior empresa de turismo de Cuba – hotéis, redes de táxi, pequenos aviões -, como forma de auto-subsidiar as

despesas militares. E está havendo um processo de transformação no quadro político-burocrata e no executivo do Estado. Esse fenômeno é um outro vetor de transformação, que produzirá, certamente, algumas consequências importantes.

Resumindo, o resultado das reformas foi, em geral, positivo. O déficit público caiu de 30% para 2% do PIB, entre 1993 e 1996. O dólar paralelo, tornado livre, caiu de 78 pesos por dólar para algo em torno de 18 ou 19 pesos por dólar. O comércio com países capitalistas, que representava menos de 20%, hoje representa dois terços, apesar do embargo americano. Não apenas isso: Cuba se abriu para o capital estrangeiro, tem uma nova lei e são três as modalidades de inversão externa. Uma famosa frase de Fidel Castro, já em 1993, que cito de memória mas é textual: "Quem diria que nós, tão doutrinários, que sempre combatemos o capital estrangeiro, chegamos agora à conclusão da urgente necessidade dele". Isso fez com que Cuba tomasse três atitudes, bastante criativas, aliás: a constituição de joint ventures, uma forma de arrendamento na parte de turismo e outra parte, parece-me que de poucas empresas que ainda que possuem investimento total, inclusive com propriedade dos ativos.

Não há muitas estatísticas confiáveis sobre o fato, não as colocando em dúvida, mas no sentido de que possam ser controladas por outras vias. De qualquer forma, estima-se que existam hoje 230 empresas estrangeiras em Cuba. Há algumas estimativas do Governo cubano de que, atualmente, o capital estrangeiro representa algo em torno de 20% do PIB, o que é extremamente importante.

Em resumo, no plano econômico, Cuba está fazendo a transição, o que deu origem a uma espécie de segunda economia, economia essa que se move num terreno fronteiro ao do capitalismo ao mesmo tempo em que se move em dólar. Quando e como vai ser a interação dessas duas economias é ainda uma questão em aberto. Mas é um dos fatores de mudança que provavelmente vai influenciar o desenvolvimento, daqui para a frente, tanto da economia quanto da sociedade cubana.

No plano político, as coisas são um pouco mais complicadas. Mudanças no plano político são mais complicadas. Após o divórcio, ou talvez a viuvez, da União Soviética, Cuba se dotou de uma nova Constituição. Sobre política, eu me permitirei falar, caso haja interesse de V. Ex^{as}, na segunda parte desta reunião.

Fiz uma exposição geral, sumária, que passa por cima de vários fatos, tão-somente para dar aos senhores uma visão do que é Cuba hoje, das trans-

formações por que está passando. Gostaria apenas de acrescentar que o povo cubano é muito próximo do povo brasileiro na psicologia, na mentalidade, na inventividade, na criatividade; e o Brasil tem enorme prestígio junto à população cubana; e do Brasil se espera muito.

Antes da segunda parte, gostaria de explicar o mais rápido possível a atitude do Brasil e a minha ação em relação a Cuba. O Brasil não abre mão de seus valores democráticos e não abre mão de um outro valor, qual seja, a não intervenção nos negócios de um segundo país.

A função do Brasil é obrar para reinserir cada vez mais Cuba no consenso latino-americano. Acho que isso só pode favorecer a sociedade cubana e promover sua evolução. Há uma série de áreas em que o Brasil pode ter interesse efetivo. Uma delas é a área da saúde; outra é a da medicina; e outra é a da educação.

Sei que vários dos senhores aqui presentes, como o Senador quando era Governador pelo Amazonas – tomei conhecimento disso no Acre – já fizeram vários convênios com Cuba. Na área de biotecnologia, em que Cuba parece ter conseguido um avanço considerável, também existe alguma coisa já estabelecida com o Brasil.

Estive em contato com o pessoal da Fiocruz sobre vacinas: vacina contra meningite e vacina contra hepatite B. E o Instituto de Tecnologia de Pernambuco e uma empresa privada de Pernambuco mantiveram contato por mais de dois anos com Cuba numa experiência que talvez possa ser muito promissora. Eles estão trabalhando com plantas transgênicas e com a valorização do levedo de cerveja de uma forma que aumenta seu conteúdo proteico em mais de 50% para a alimentação humana e para a alimentação animal.

O Brasil, portanto, pode ter um papel importante em Cuba, e não só nesses setores. Há poucos dias, em Havana, realizou-se a primeira reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Cuba, que foi estabelecido entre os dois Governos. Desse grupo de trabalho, participaram o Presidente do IPEA, a pedido de Cuba, para orientar certas técnicas de pesquisa econômica; participaram técnicos da Previdência Social; participou a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais; participou o representante da Fiocruz; o representante da Administração Fazendária, porque estão interessados em reformular o processo do Estado cubano; e até o representante do Banco Central brasileiro.

E essa é uma iniciativa concreta que acabou de ocorrer. Acho que iniciativas nesse sentido devem ser incentivadas ao máximo. E para tanto enviarei todos os meus esforços.

Para concluir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu diria que o Brasil tem a orientação do Itamaraty, do Governo brasileiro – e é a que vou desenvolver em Cuba – e enquadra-se perfeitamente. E talvez a melhor forma de resumi-la seja utilizar as palavras do Papa, em sua visita a Cuba, um tema que Sua Santidade definiu com grande pertinência: "É preciso que Cuba se abra para o mundo e que o mundo se abra para Cuba".

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPPLY – V. Ex^a transformará a reunião em secreta, mas avalio que seria importante que, antes disso, possamos – os Senadores que assim o avaliarem importante – transmitir ao Embaixador designado, Luciano Martins, o quanto aqui no Senado temos a expectativa de que realmente possa ser realizado esse trabalho para que Cuba seja inserida efetivamente nas Américas e que possa ser realizado pelo Governo Brasileiro, pelo Embaixador Luciano Martins, todo o esforço para que acabe o bloqueio dos Estados Unidos a Cuba e para que caminhemos não só na direção dos propósitos de democratização, mas de inserção de Cuba nas Américas.

Eu queria deixar isso registrado na reunião aberta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Com certeza.

Cumprindo o Regimento, vamos transformar esta outra parte da reunião em secreta.

(Transforma-se em reunião secreta.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Antes de encerrar a presente reunião, quero agradecer a presença de todos os Srs. Senadores e destacar que, pela primeira vez, nesta Legislatura, tivemos a presença maciça dos Senadores que compõem a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 21h06min.)

Ata da 6ª Reunião Ordinária, da 7ª Sessão Legislativa da 51ª Legislatura, realizada em 13 de abril de 1999.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia treze de abril do ano de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência eventual do Senhor Senador Lúdio Coelho, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, João Alberto, Mauro Miranda, Bernardo Cabral, Romeu Tuma, Carlos Wilson, Pedro Piva, Tião Viana, Hugo Napoleão, Eduardo Suplyci, José Fogaça, Wellington Roberto, Mozarildo Cavalcanti, Artur da Távola e Emília Fernandes. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se à apreciação dos itens constantes de pauta, e ainda a ouvir as exposições que farão os senhores Sergio Seabra de Noronha, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, Designado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa, cujo Relator é o Senhor Senador Bernardo Cabral, e o senhor Carlos Alfredo Pinto da Silva, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, Designado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria, cujo Relator é o Senhor Senador Lúdio Coelho. Encerrada as exposições, o Senhor Presidente, atendendo a preceito Regimental determina que a Sessão torne-se secreta. Reaberta a Sessão em caráter Público, o senhor Presidente concede vistas pôr vinte e quatro horas ao senhor Senador Tião Viana, do item 03 da pauta; Projeto de Decreto Legislativo 39, de 1999, "que, aprova o texto da Convenção Internacional para a Proteção de Obtenções Vegetais, em 2 de dezembro de 1961, revista em Genebra, em 10 de novembro de 1972 e 23 de outubro de 1978", cujo Relator é o senhor Senador Carlos Wilson. Na sequência da reunião foram aprovados os seguintes Requerimentos; 01, de 1999, "que requer, nos termos dos incisos II, III, V, IX, XI e XII do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam promovidas, com a maior brevidade possível, audiências públicas no âmbito desta Comissão, com a presença das autoridades, abaixo relacionadas, para que possamos melhor conhecer e debater em profundidade os termos da Convenção Internacional da União para Proteção de Obtenções Vegetais (UPOV) São elas: 01 – Exm^o Sr. Ministro

da Agricultura e do Abastecimento, Francisco Sérgio Turra; 02 – Exmº Sr. Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampréa; 03 – Exmº Sr. Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho; 04 – Ilmº Sr. Assessor da ASPTA (Assessoria a Projetos de Tecnologia Alternativa na Agricultura), Dr. David Hathaway; 05 – Ilmº Sr. Presidente do Sindicato de Profissionais em Órgãos de Pesquisa Agropecuária e Florestal (SINPAF), Sr. Leandro Dias de Moraes, cuja Autoria é do Senhor Senador Tião Viana; Requerimento 02; "Requer nos termos do Regimento, solicito à Mesa e a Comissão, convidem o Senhor Embaixador da Iugoslávia para uma exposição nesta Comissão sobre a atual situação em seu País", cuja Autoria é do senhor Senador Artur da Távola. Em virtude do adiantado da hora, a Presidência comunica o adiamento da discussão dos itens restantes da pauta. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Lúdio Coelho**, Presidente eventual.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Coloco sob análise a indicação do Embaixador Sérgio Seabra de Noronha para embaixador junto à República Gabonesa. É relator o Senador Bernardo Cabral, a quem peço que acompanhe o embaixador até aqui.

Com a palavra o Senador Bernardo Cabral, Relator da matéria.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Presidente da República, com apoio constitucional, submete à apreciação dos membros do Senado Federal a escolha que deseja fazer do nome do Sr. Sérgio Seabra de Noronha, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa. A competência, sem dúvida nenhuma, é do Senado, o nome indicado é submetido a um debate nesta comissão.

Devo apenas destacar o **curriculum vitae** do indicado. É bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais junto à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, diplomata formado pelo Instituto Rio Branco, onde concluiu também o curso de aperfeiçoamento para diplomatas. Foi galgado a 3º Secretário em 1959. E, a partir daí, a todos os postos da **carrière**,

por merecimento, até chegar a Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial em 1990.

Devo ressaltar, Sr. Presidente, que, quando em exercício no Brasil, o Embaixador Sérgio Seabra de Noronha exerceu, aqui no Itamaraty, encargo de Chefia e Divisão, Assessoria de Chefia de Cerimonial e Secretaria de Recepção e Apoio.

Removido várias vezes para o exterior, serviu, entre 1961 e 1998, em Nápoles, como Cônsul, vice-Cônsul e Encarregado de Negócios; depois em Baltimore, como Cônsul; em Port-au-Prince, como Encarregado de Negócios; em Madrid, como Conselheiro; em Barcelona, como Cônsul-Geral, conforme V. Exª sabe é um posto de altíssima relevância. Foi embaixador no Kuwait e encarregado em Libreville, a capital da República Gabonesa. Vale dizer que, além disso, participou de reuniões de promoção comercial no exterior, em Washington e no Iraque. É portador da Ordem do Rio Branco, como grande oficial. As suas informações básicas, além do seu **curriculum**, trazem também dados sobre a República Gabonesa.

Em face do exposto, entendo que os Srs. membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional já possuem os elementos suficientes e necessários para apreciação do nome do Sr. Sérgio Seabra de Noronha, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata, indicado pelo Senhor Presidente da República para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Muito obrigado.

Suspendo a reunião, tornando-a secreta, para ouvirmos o embaixador. (Pausa.)

O SR. BERNARDO CABRAL – Permite V. Exª um aparte, nobre Senador Artur da Távola?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Pois não, Senador.

O SR. BERNARDO CABRAL – No primeiro dia da reunião deste ano, evidentemente, sem o brilho e sem as características que ornaram as exposições de V. Exª levantei esse problema, mas o Senador José Sarney fez questão de dizer que iria respeitar o preceito constitucional. De modo que comungo da mesma idéia de V. Exª: o povo fica privado de uma exposição de alto nível, no instante em que temos a TV Senado. Obrigado.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – É. Conclamo os Senadores a meditar sobre essa matéria. Ela é im-

portante para a população. A matéria secreta é muito rara, até por que, a meu ver, esta Comissão, numa distorção, trata muito mais das relações exteriores do que da defesa nacional. E ela é tanto de Relações Exteriores quanto de Defesa Nacional, aí, sim, matéria que, evidentemente, em muitos casos seria secreta.

Outro dia, tivemos aqui a exposição do nosso futuro embaixador em Washington. Ora, é uma relação do Brasil com o centro de uma das principais matrizes de ação internacional. Nesse momento, estamos a viver uma guerra na Europa que se reacende no susto da guerra e teríamos oportunidade de, por exemplo, debater muita matéria relacionada ao que está diariamente relacionado nos jornais e nas televisões. Então não vejo por que o Senado, que se aproxima da população com a TV Senado, exatamente no caso de reuniões de alta importância e seriedade, tendo em vista a competência média muito elevada nos quadros do Itamaraty, possa privar o público dessa oportunidade.

De maneira que se isso é vontade do Senador José Sarney, quando S. Ex^a retornar – e espero que retorne porque na gestão passada, nos deixou no meio do caminho, e felizmente tínhamos aqui o Senador Romeu Tuma, que conduziu os trabalhos com grande brilho e eficiência, além da simpatia pessoal que o caracteriza – mas quando S. Ex^a retornar poderíamos ponderar sobre isso – evidentemente, se os Srs. Senadores estiverem de acordo com essa questão de ordem – a fim de que o público ganhe com isso. Não há nenhuma outra finalidade, senão essa de que o público possa ganhar com as magníficas exposições que são feitas nesta sala.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Senador Artur da Távola, hoje, especificamente, os Srs. Embaixadores solicitaram que a sessão fosse secreta. Nas próximas vamos ver o que o Presidente José Sarney vai discutir com o Plenário.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Sr. Presidente, não quero dialogar com a Mesa sobre a questão constitucional, mas durante dois anos então rompemos a Constituição, o que é muito grave. Recordo-me de que naquela ocasião, não me lembro agora como foi feito, mas tenho a impressão de que votamos e deliberamos a matéria aqui, em conjunto, e se não me engano, houve uma aprovação de plenário. Acho que há uma forma por meio da qual a Constituição não é contrariada na exposição. A matéria do debate essa, sim, pode vir a ser uma matéria complexa. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Pois não.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Conto com a colaboração de V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Pois não. Muito obrigado. Sobre a mesa requerimento que será passo a ler:

"Requeiro, nos termos dos incisos II, III, V, IX, XI e XIII do art. 90º do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam promovidas com a maior brevidade possível, audiências públicas, no âmbito dessa Comissão, com a presença das autoridades abaixo relacionadas, para que possamos melhor conhecê-las e debater, em profundidade, nos termos da Convenção internacional da União para a proteção de obtenções vegetais.

São elas: o Exm^o Sr. Ministro da Agricultura e Abastecimento, Sr. Francisco Sérgio Turra; Exm^o Sr. Ministro das Relações Exteriores, Sr. Luiz Felipe Lampreia, Exm^o Sr. Ministro do Meio Ambiente, Dr. José Sarney Filho, Ilm^o Sr. Presidente da Embrapa, Sr. Alberto Duque Portugal, Ilm^o Sr. Assessor AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, Dr. David Atway, Ilm^o Sr. Presidente do Sindicato dos Profissionais em Órgãos de Pesquisa Agropecuária e Florestal, Sr. Lenildo Dias de Moraes."

Com a palavra, o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, acredito que é fundamental esclarecer um pouco a justificativa desse requerimento, porque ele se acompanha de um pedido de vistas ao processo e ainda se soma a um fato de um requerimento da Senadora Marina Silva que solicita que esse texto, antes da aprovação, seja examinado também pela Comissão de Assuntos Sociais, além da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Esse requerimento foi apresentado à Mesa do Senado na Ordem do Dia, e acredito que esse assunto é de tal importância, de tal envergadura, envolve tanta responsabilidade da Comissão, que seria de muita oportunidade a Comissão acatar essa solicitação, porque o único objetivo que acompanha o requerimento é que haja as mais elevadas maturidade e reflexão a respeito do assunto.

Veja que somente 38 países aderiram a essa convenção internacional, e isso em mais de 30 anos – na verdade, em 38 anos, somente 38 países –, enquanto que à lei de acesso à biodiversidade 150 países aderiram em período muito pequeno, muito inferior a esse.

Um outro fato é que há falhas de relatoria que gostaria, pessoalmente, de ver refletidas e debatidas em relação a esse assunto. O mais grave é que o Brasil, que já tem a sua lei de cultivares determinada, se aprovar isso, perde a soberania sobre a propriedade intelectual dos seus produtos vegetais.

Então, é um assunto de profunda delicadeza, que eu solicitaria aos demais membros que acatassem, porque não prejudicaria absolutamente nada. O argumento de urgência do Governo é estranho, porque, se é um projeto que tramita desde 1997, por que temos que exaurir até o dia 24? Não custaria nada. A OMC nos dá o direito de legislar sobre o assunto até 2005. Então, não há razão nenhuma para uma urgência por um assunto de tamanha envergadura, que envolve os produtores rurais deste País.

Imaginem os Senhores que os trabalhadores de grãos, aqueles que se preocupam com a qualidade dos grãos do País, sejam vitimados por uma lei que eles desconhecem, e que determinem, a partir de agora, uma manipulação rígida e que não vai mais permitir o Brasil legislar sobre o assunto numa série de etapas em relação à sua autonomia de manipulação genética, de modificação de grãos no nosso País, inclusive de produtos botânicos de uma maneira mais ampla!

A Amazônia, hoje, Sr. Presidente, encontra um nível de importância que é muito delicado em relação ao planeta inteiro, e acredito que não podemos tomar uma decisão dessa sem uma reflexão muito mais detalhada. É esse o sentido do requerimento que se exaure logo após a discussão plena e madura do assunto com autoridades de todos os níveis, do Governo e de fora dele.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Em discussão.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, com todo o respeito sobre o que foi exposto pelo Senador Tião Viana – e penso que S. Ex^a se aprofundou no estudo do tema -, a nota técnica que o Governo nos enviou é bem explicativa de todas as fases por que passaram as discussões, inclusive com a aprovação da lei de cultivares. Eles alertam que a mensagem tem urgência, em virtude da necessidade de o Brasil aderir ao Acordo Internacional UPOV 78, uma vez que, por força de cláusula estabelecida pelo Conselho Diretor daquela União, a prerrogativa de se tor-

nar signatário do texto de 78 se esgotará em breve, mais precisamente em 24 de abril de 1999, portanto, neste ano ainda, e temos a semana que vem com um feriado no meio; não sei se daria tempo de convocar todas as pessoas solicitadas um ano após a entrada em vigor da UPOV 91.

Até dezembro de 1997, eram signatários 35 países membros da União Européia, fora a Grécia e Luxemburgo, Estados Unidos, Canadá, México, Japão, Chile, Equador, três parceiros do Mercosul. Na América do Sul, só não são mais membros da União a Guiana, o Suriname e o Peru, cuja lei sobre o cultivar está tramitando no Congresso.

Com todo respeito, Senador, em nome do Governo trago essa preocupação dos Ministérios, que têm participado dessa discussão. Eu gostaria de saber se o Senador Jonas Pinheiro, que participou de todas as discussões como Senador não-membro da Comissão, poderia fazer uso da palavra, se fosse possível, para dar uma posição a respeito.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, antes de o Senador Jonas Pinheiro se pronunciar, gostaria de esclarecer, em poucas palavras, o fato de que não é real a preocupação do Governo quando diz que, se não aderirmos à versão de 78, iremos aderir a uma muito mais restritiva, que é a de 91, porque baixa uma medida provisória que vai estender essa proteção do produto comercializado sem qualquer abalo para quem está avançado nesse campo de pesquisa. O grande problema é pôr em risco a soberania nacional diante de um assunto tão delicado como esse.

O SR. JONAS PINHEIRO – Quero registrar a minha concordância com o Senador Tião Viana, quando diz que esta é uma matéria muito importante.

Se há um homem pelo qual tenho respeito neste País é o Ministro Celso Lafer, que hoje, quando lançava o programa sobre o Banco da Terra, no Palácio, pedia-me que essa matéria fosse votada, porque o último esforço que ele havia feito como Embaixador foi exatamente negociar prazo limite para que o Brasil pudesse entrar nessa Convenção.

Existe a Convenção da Upov de 1971, 1991 e 1978. Quando esta Casa aprovou a Lei de Cultivares, resultado de um grande acordo feito no Senado Federal, possibilitou-se ao Brasil inscrever-se na Convenção da UPOV. Acredito que os Senadores que aqui estão ainda lembram que tivemos um grande entendimento com a Senadora Marina Silva e que a emenda proposta por ela protegia os pequenos produtores.

Qual a grande diferença entre a Convenção de 91 e a de 78? Vou dar um exemplo: na Convenção de 78, o produtor rural iria pagar **royalties** sobre a muda ou semente. Na Convenção de 91, teria que pagar sobre o produto, ou seja, se se gasta um saco de semente de arroz para produzir 50 sacos de arroz, o produtor Mauro Miranda, na UPOV de 78, iria pagar **royalties** sobre aquele saco de sementes. Na de 91, iria pagar sobre os 50 sacos que resultaram daquele saco de semente. Alguém pode perguntar: e se o Brasil não aderir nem a um, nem a outro? Aí não vale mais esta Lei que aprovamos, porque a comercialização da nossa produção genética, feita tão bem pela Embrapa e por outras inteligências no Brasil, evidentemente não vai valer lá fora, porque o Brasil está fora da UPOV, está fora desse registro. Podia ser a de 61 ou qualquer outra, e ele estaria fora de qualquer maneira. Portanto, se quisermos vender algo nosso, teremos que fazer acordo bilateral, um país com o outro, e não dentro de todos os países filiados a UPOV.

Por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, isso é muito importante para nossa agricultura. Conheço cultivares que estão na prateleira e o inteligente que o produziu não o solta, senão cai no domínio público, e aí não tem valor.

O prazo é realmente no dia 24 de abril, foi o último prazo que o Brasil negociou. Se não aprovarmos esta semana, como já disse o Senador Romeu Tuma, a próxima semana será truncada e o Brasil perde essa oportunidade. Além disso, a lei de proteção dos cultivares foi muito debatida aqui e é uma lei que ficou do tamanho da nossa necessidade para a adesão a UPOV.

Por outro lado, indaga-se por que tramita desde 1997 e não foi aprovada. Houve realmente muito obstáculo para aprovação na Câmara, sobretudo em um ano político em que havia duas emendas constitucionais muito interessantes e, por isso, na Câmara, o assunto só era discutido em sessões extraordinárias, que, Sr. Presidente, poucas vezes existiram. Não há, portanto, tempo para ouvir a proposta do nosso Senador Tião Viana. Há tempo de pedido de vista desde que esta Comissão se reúna amanhã em caráter extraordinário para votação desta matéria, que, repito, representa a inserção do Brasil na comunidade internacional.

Corremos um perigo ainda: essas são as patentes dos vegetais. Existem os outros direitos autorais. Caso não sejam aprovados, é possível até que as outras convenções, como a de Berna e a de Roma, que são as grandes convenções de que o

Brasil é signatário, cobrem patente de vegetais, prejudicando, portanto, a agricultura e, sobretudo, aqueles que obtêm essa famosa e já respeitada tecnologia brasileira na área de sementes.

Eu gostaria ainda de ler a emenda trazida a efeito para que essa matéria fosse aprovada com a seguinte pergunta.

"Todos os produtores que utilizam material de reprodução vegetativa de cultivares protegidas pagarão **royalty**? Não. A lei de proteção cultivares assegurou que não fere o direito de propriedade aquele que:

a) reserva planta semente para uso próprio, em seu estabelecimento ou em estabelecimento de terceiro cuja posse detenha;

b) usa ou vende como alimento ou matéria-prima o produto obtido de seus plantios, exceto para fins reprodutivos;

c) utiliza a cultivar como fonte de variação de melhoramento genético ou na pesquisa científica;

d) multiplica material vegetativo de cana-de-açúcar destinada à produção para fins de processamento industrial em área de até quatro mode fiscais;

e) sendo pequeno o produtor rural, multiplica a semente para doação ou troca exclusivamente para outros pequenos produtores rurais no âmbito do programa de financiamento e de apoio a pequenos produtores rurais, conduzidos por órgãos públicos ou por organizações não-governamentais autorizadas pelo poder público. Portanto, estamos protegendo o máximo possível para que os pequenos não sofram com o impacto dos **royalties**, que é pequeno.

Sr. Presidente, eu gostaria ainda mais de dar algumas informações a respeito do custo que se vai pagar do **royalty**, que é muito barato em relação à produtividade que estamos ganhando com essas sementes ou mudas. Por exemplo, o arroz de sequeiro, a participação da semente no custo de produção é de R\$16,30 por uma safra. O fator semente, dentro da composição do custo de produção, é de R\$16,30. Se se pagar um **royalty** de 3%, ele pagará um percentual de 0,48%, que vai valer, no máximo, R\$1,48 por hectare daquela semente ou daquele **royalty** que se está pagando pela semente.

O feijão sequeiro custa R\$3 por hectare; semente irrigada, R\$3 por hectare; milho, R\$71; soja, R\$1,35 por hectare. Quanto à cana-de-açúcar, aquele que produz mais de quatro hectares de cana para muda vai pagar R\$1,68 por hectare.

Portanto, o impacto no custo de produção é muito pequeno em relação ao benefício que traz à nossa produtividade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, eu apenas gostaria de esclarecer ao ilustre Senador, porque é uma contraposição, de que o UPOV não é um organismo especializado da ONU, como afirma o Governo. Há contradições flagrantes. Essa aparente facilidade que o Senador ilustra pode ter uma consequência drástica para a nossa soberania, para nossa capacidade de definição sobre programas de ordem científica.

Um outro fato é que a Lei de Cultivares pode ser plenamente alterada enquanto não estivermos vinculados ao UPOV. Depois que estivermos, não poderemos mais movimentar a Lei de Cultivares. Então, o Brasil vai perder a sua soberania sobre a produção intelectual em relação a um assunto que diz respeito ao próximo milênio, quando haverá o debate do domínio de conhecimento em relação à genética, à biodiversidade e a tudo o mais. Esse não é um assunto que diz respeito apenas à agricultura. Envolve e torna vulnerável a soberania diante da Amazônia brasileira. Quem chega primeiro, quem está estruturado no cenário internacional pode se apropriar de um conhecimento em relação ao qual temos um oceano para navegar e competir no cenário internacional, elevando a personalidade do Brasil. Diante dessa integração ao UPOV, corremos o risco de abalar a nossa soberania científica no futuro.

É uma decisão de tamanha importância. O apelo que faço é para não prejudicar, porque o Governo tem o instrumento da medida provisória, e ele pode adotar isso como um argumento tranqüilo para ganhar prazo para uma reflexão científica, serena, madura, envolvendo as suas próprias autoridades.

Um exemplo último, Sr. Presidente, a Braspop, que é uma associação formada por 20 empresas para melhorias nacionais e multinacionais, tem o objetivo de que seja aprovado esse acordo com o UPOV. Mas, segundo ela, não há problema maior se não for aprovado porque o Brasil é signatário da TRIPs, que é um acordo que envolve aspectos comerciais de direito de propriedade intelectual, incluindo comércio de bens falsificados; e já tem Lei de Cultivares, ou seja, a adesão ao UPOV não é uma condição para reciprocidade.

Penso que a responsabilidade dessa Comissão é muito mais elevada do que parece. É claro que somos favoráveis a uma redução de preços para a aquisição de sementes, que melhore a curto prazo e facilite a produção deste País. Mas isso diz respeito à soberania científica do nosso País diante do manuseio e manipulação de ordem genética.

A Senadora Marina está debatendo os transgênicos, essa intervenção sobre sementes e sobre a alteração genética dos produtos agrícolas. O Brasil tem a potencialidade de ser líder mundial na área de produção agrícola, e estamos colocando vulnerável a nossa soberania.

É o último apelo que faço, porque respeito profundamente as argumentações do Senador Jonas, mas acho que poderíamos refletir de forma mais serena em alguns dias e termos a decisão mais tranqüila possível.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Muito obrigado.

Vamos passar ao item 3.

Coloco em votação o requerimento do Senador Tião Viana. Esse requerimento está convocando uma série de autoridades aqui ao plenário.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o requerimento permaneçam como estão. Os que não estiverem, que se manifestem. (Pausa.)

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Estamos entre duas questões complexas: um prazo fatal para o Brasil aderir ao acordo internacional e, ao mesmo tempo, o levantamento de algumas questões que envolvem até a idéia de soberania, etc. É muito difícil, assim, no final da noite, decidirmos com clareza sobre essa matéria. Eu gostaria, por exemplo, de ouvir o Senador Gilberto Mestrinho, que deve conhecer bastante essa matéria, sobretudo no que tange aos nossos vegetais amazônicos e tudo mais. Enfim, o Senador Jonas Pinheiro foi muito claro no sentido de apresentar as razões econômicas da adesão ao acordo internacional e elas existem e são claras.

Agora, estamos com uma certa dificuldade de votar assim de afogadilho. Ao mesmo tempo, se há um prazo fatal e o Projeto de Decreto Legislativo aprova, tenho uma tendência a aprovar, sobretudo porque o parecer é favorável, mas não gostaria de fazê-lo havendo uma invocação de questões de soberania.

Nós vivemos essa mesma matéria na área nuclear, quando assinamos o Tratado de Tlatelolco, através do qual o Brasil, de certa maneira, abriu mão do que "era sua soberania" mas entrava, de uma vez por todas, nas relações internacionais da questão nuclear. Tivemos isso na Lei de Patente e, mais ou menos com a mesma configuração, agora estamos a viver com essa situação aqui, de maneira que eu não sei se nós já estamos suficientemente esclarecidos para votar.

Indago da Mesa se haveria condição para esclarecermos um pouco mais sobre essa votação.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Senador Artur da Távola, estamos colocando em votação o requerimento e não o item 3.

O SR. TIÃO VIANA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Mas o requerimento não implica adiamento do item 3?

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Não. Não. Se aprovado o item 3, nada impede que ouçamos essas pessoas, mas aprovamos ou não o item 3.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Sim. Perfeito.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, pela ordem.

Pelo que entendi, V. Ex^a colocou em votação o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – O requerimento.

O SR. EDUARDO SUPPLY – V. Ex^a promoveu a votação e disse: "Os que estiverem de acordo permaneçam como estão".

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – É.

O SR. EDUARDO SUPPLY – O Senador Artur da Távola objetou; os demais aprovaram o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Está aprovado o requerimento, Senador.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Está aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Sim.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Foi o que entendi.

O SR. TIÃO VIANA – E que se acresceu ao pedido de vista ao processo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Dá licença um pouquinho. Nós votamos o requerimento, agora vamos discutir o item 3.

Está encerrado o processo de votação.

O SR. TIÃO VIANA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Está aprovado.

Só se for sobre outro assunto. Este está aprovado, Senador.

O SR. ROMEU TUMA – A convocação não tem nada a ver com o item?

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Não tem nada a ver.

A SRA. MARINA SILVA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. TIÃO VIANA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – O assunto em votação está encerrado.

Item 3 da pauta.

Peço ao Senador Romeu Tuma que faça o relatório.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, quando apresentei o requerimento eu acrescentei a ele, no esclarecimento, o pedido de vistas ao processo.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Agora é que vamos discutir o pedido de vista de V. Ex^a

O Relator Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Relatório.

O Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1999 (nº 28, de 1999, na Câmara dos Deputados) aprova o texto da Convenção Internacional para a Proteção de Obtenções Vegetais, de 02 de dezembro de 1961, revista em Genebra, em 10 de novembro de 1972 e em 23 de outubro de 1978.

Conforme o seu art. 1º, tem por objetivo reconhecer e garantir um direito ao obtentor de uma nova variedade de vegetal ou ao seu sucessor.

É o texto.

As formas de proteção estão detalhadas no art. 2º, merecendo destaque a possibilidade dos Estados limitarem a aplicação da Convenção, enquanto o art. 3º trata da reciprocidade dos direitos entre os Estados membros.

O art. 4º dispõe sobre os gêneros e espécies botânicas que devem ser protegidas. Enquanto os direitos e o âmbito da proteção estão contidas no art. 5º, é importante observar que a autorização do detentor do direito não é necessária para a utilização da variedade como fonte inicial de variação, com a finalidade de criar outras variedades e nem para comercialização desta, o que permite a sua utilização na pesquisa agrícola.

O art. 6º discorre sobre as condições para (?) de proteção.

O art. 7º trata do exame oficial das variedades à proteção provisória, explicitando que os órgãos responsáveis por esse serviço, em cada país-membro, poderão exigir que o obtentor forneça todas as informações, documentos e material vegetal reprodutivo e julgados necessários.

No art. 8º consta a duração da proteção.

O art. 9º reconhece restrições ao exercício dos direitos, observando que o livre exercício concedido ao obtentor só pode ser restringido por razões de interesse público.

O art. 10 dispõe sobre a nulidade e caducidade dos direitos protegidos, e o art. 11 determina sobre a liberdade de escolha do Estado em que é apresentado o primeiro pedido, sobre a possibilidade de solicitar a proteção do direito a outros Estados e sobre a independência da proteção nos diferentes Estados da União.

O direito de propriedade, objeto do art. 12 e as normas e procedimentos para a denominação da variedade, estão contidas no art. 13.

O art. 14 determina que o direito concedido ao obtentor, em virtude das disposições da presente Convenção, é independente das medidas adotadas em cada Estado da União, para regulamentar a produção, a certificação e a comercialização das sementes e dos tachões.

Os órgãos permanentes da União, a saber – o Conselho e a Secretaria-Geral, denominada Secretaria da União Internacional para a proteção das obtenções vegetais, constam do art. 15.

A composição do Conselho, o número de votos, a admissão de observadores nas reuniões, sobre a Presidência e vice-presidência, são objetos dos artigos 16, 17 e 18.

Os aspectos referentes ao funcionamento do Conselho, o regulamento em cargos, a maioria requerida para as decisões e obrigações dos Secretários da União, responsabilidade do Secretário-Geral, nomeação de funcionários, estatuto jurídico, verificação de contas, finanças, revisão da Convenção e línguas utilizadas pela Secretaria e nas reuniões do Conselho, constam dos artigos 19 e 28.

O art. 29 permite aos estados-membros o direito de celebrarem, entre si, acordos particulares para a proteção das obtenções vegetais. E o art. 30 trata aplicação da Convenção, em nível nacional, os acordos particulares para a utilização comum dos serviços encarregados do exame.

Nos artigos 31 até o 34 estão previstos a assinatura do convênio, a ratificação e aceitação ou aprovação à adesão, a entrada em vigor e a impossibilidade de aderir aos textos anteriores bem como as relações entre Estados, ligados por textos legais, diferentes.

No art. 35 constam os procedimentos para comunicações relativas aos gêneros e espécies protegidas e as informações para publicação.

A possibilidade dos Estados de restringirem a convenção, a parte do território ou a sua totalidade está enunciada no art. 36.

Nos artigos 37 até o 42 constam a derrogação para a proteção, a limitação transitória da exigência de novidade, a manutenção dos direitos adquiridos, reservas, duração e denúncia da convenção, bem como as línguas em função do depositário.

É o Relatório.

Há também a possibilidade de denúncia da convenção, que consta entre os artigos 37 e 42.

Portanto, no meu ponto de vista, não fere a soberania, haja visto que se pode denunciar a convenção.

A convenção é administrada pela União, pela UPOV, órgão permanente da ONU, sediado em Genebra, Suíça. Para um país tornar-se membro, uma das principais exigências é a existência de legislação nacional sobre a matéria, elaborada de acordo com os padrões mínimos estabelecidos.

Segue a exposição de motivos. O assunto foi discutido no Congresso Nacional em 1995 e era de autoria do Senador Odacir Soares. Em seguida, segue o relatório. Se me for permitido, eu gostaria de ler o final do relatório, porque se justificam mais ou menos todos os artigos.

A adesão do Brasil à Convenção Internacional foi amplamente considerada quando da elaboração da legislação brasileira sobre o assunto. De fato, um dos objetivos da Lei nº 9.456, de abril de 1997, e do Decreto nº 2.366, de 5 de novembro de 1997, foi o de promover o ingresso do País no mercado internacional de cultivares.

Do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1999, que aprova o texto da União Internacional para a Proteção de Obtenções Vegetais – UPOV, de 2 de dezembro de 1961, revista em Genebra em 1972 e em 23 de outubro de 1978, nos termos em que se apresenta.

O relatório é assinado pelo Senador Carlos Wilson.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Em discussão.

O SR. EDUARDO SUPLEY – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma pergunta ao Senador Romeu Tuma: na medida em que o Senador Tião Viana esclareceu que a Upov não pertence à ONU – S. Exª conferiu isso nas páginas da ONU, na Internet – penso que seria importante verificar se o Relator pode conferir a informação dada ali, porque esta não confere pelo menos com os dados da ONU na Internet.

O SR. ROMEU TUMA – Não posso pôr dúvida sobre o relatório do Senador Carlos Wilson.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Está em discussão o relatório lido.

O SR. TIÃO VIANA – Eminentíssimo Senador Romeu Tuma, é este o sentido da oportunidade: o de que se chegue à conclusão mais precisa, mais verdadeira.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Mas estamos discutindo o relatório.

O SR. TIÃO VIANA – É exatamente sobre o relatório que estou apresentando esse esclarecimento, Sr. Presidente. O Relator afirma que se trata de uma entidade ligada à ONU, argumento este que não é verdadeiro. Basta consultar na Internet as páginas da ONU para se chegar a essa conclusão.

Sr. Presidente, também quero solicitar vistas do processo, baseado no art. 375 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Será concedida vista por 24 horas, de acordo com o art. 375, inciso VI.

O SR. BERNARDO CABRAL – É o art. 132, §1º. A Assessoria pode ter lhe informado isso, mas de forma errada.

O SR. ROMEU TUMA – Vou procurar esclarecer isso com o Senador Carlos Wilson nesse interregno. O relatório dele faz parte da exposição do MRE.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Concedo a palavra a V. Exª

A SRA. MARINA SILVA – Há uma discussão que é preliminar. Se entendi bem, quando aprovamos o requerimento do Senador Tião Viana, em que é estabelecida uma série de procedimentos, estes já nos colocaram num processo de debate, que, com certeza, não tem como ser resolvido em 24 horas. Seria impossível imaginarmos que aprovamos uma audiência pública para ouvirmos as partes interessadas e que fizemos essa convocação em 24 horas.

Portanto, o pedido de vista do Senador Tião Viana deveria ser aceito, pelo menos, pelo prazo de cinco dias. Não teria coerência com o que aprovamos em relação ao requerimento que foi efetuado anteriormente à discussão do parecer do Senador Romeu Tuma.

Antes de entrarmos no mérito do parecer do Senador Romeu Tuma, há um pedido de vista, um requerimento, que indica uma série de procedimentos que levariam, com certeza, a um prazo para que fossem realizadas as questões que estão postas no requerimento aprovado.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Pois não.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, manifestei-me, inicialmente, pelo art. 375 do Regimento Interno, que diz respeito a projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, quando sujeitos à tramitação urgente. E o eminentíssimo Senador Bernardo Cabral, com toda a sua clareza jurídica, enriquece o meu encaminhamento no sentido de que o art. 132 é mais abrangente e mais favorável. De fato, comungo plenamente com o eminentíssimo Senador Bernardo Cabral e me apego ao art. 132 do Regimento Interno, que contempla de modo muito mais amplo o requerimento de vistas ao processo.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – A vista está concedida a V. Exª por 24 horas.

Passo ao item seguinte.

O SR. TIÃO VIANA – O art. 132 me permite o recurso de cinco dias, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – A vista está concedida de acordo com o requerimento de V. Exª. Assunto terminado.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, fiz um esclarecimento de uma questão pela ordem de acordo com a interpretação do Regimento. Acredito que merece a atenção da Mesa a reflexão que foi feita baseada no Regimento Interno e amparada pelo constitucionalista Bernardo Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Acredito que mereça a atenção sim, mas o assunto está terminado. Não discuto com V. Exª

O SR. TIÃO VIANA – Trata-se de uma questão de ordem apresentada pela minha pessoa, não de uma discussão.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – O Projeto está em regime de urgência e foi concedida vista por 24 horas.

Passo ao item seguinte.

Há um requerimento sobre a mesa.

O SR. TIÃO VIANA – Vou levar o assunto às instâncias a que tenho acesso dentro do Regimento Interno, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Perfeitamente.

Vou ler o item seguinte.

Há um requerimento sobre a mesa.

Nos termos do requerimento, solicito à Mesa e à Comissão que convide o Sr. Embaixador da Iugoslávia para uma exposição nesta Comissão sobre a atual situação em seu país. Relator: Senador Artur da Távola.

Submeto ao Plenário.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. MAURO MIRANDA – Sr. Presidente, queria passar a V. Ex^a o texto do discurso que fiz na parte secreta da reunião com referência ao artigo publicado na **Folha de S. Paulo**, de 12 de abril de 1998, na parte Opinião, do jornalista Fernando Rodrigues*, que diz "O Itamaraty, esse inútil". Conforme já li para a maioria dos Senadores presentes, concordando com ele com relação à visita do líder espiritual do Tibetê, mas discordando frontalmente com o parecer e com as críticas feitas ao Itamaraty.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Está certo. Darei conhecimento ao Plenário.

O SR. JOÃO ALBERTO – Sr. Presidente, peço uma questão de ordem por um minuto.

O eminente Senador Artur da Távola levantou uma questão de ordem em que falava a respeito da votação secreta quando da sabatina dos Srs. Embaixadores. Eu gostaria de dizer a V. Ex^a que a Constituição, em seu art. 52, reza:

"Do Senado Federal

Compete privativamente ao Senado Federal:

IV – Aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente".

Gostaria de dar esse esclarecimento na audiência do Presidente José Sarney, porque participei da reunião quando S. Ex^a bem explicou essa situação.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Sr. Presidente, para contestar. Desculpe, mas tenho certeza que o Senador João Alberto vai concordar comigo. O texto não fala no tocante às exposições mas na arguição e na votação. Foi essa interpretação que levou o Presidente Antonio Carlos Magalhães, quando Presidente desta Comissão, a admitir a exposição feita em sessão pública. A exposição, salvo quando o Embaixador assim o considerar ou algum membro, não tem em si nenhuma natureza secreta. Ao contrário, é a oportunidade que se está dando de um exercício pedagógico da política.

De maneira que, em outra ocasião, poderemos discuti-lo com mais calma. Tenho certeza que o Senador João Alberto há de concordar comigo, analisando em profundidade este texto.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Dado o adiantado da hora, proponho que os itens seguintes sejam transferidos para a próxima reunião.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Para a próxima terça-feira?

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Não. Vai ser convocada em caráter de urgência para que se cumpram as 24 horas.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Pois não.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, estou com a Constituição Federal de 1988, e o art. 58, em seu § 2º, diz o seguinte:

"Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil."

Então, parece-me que há uma dúvida quanto à aplicação do Regimento e o que a Constituição determina. Eu gostaria que V. Ex^a levasse em consideração esse apelo que faço, porque entendo que seria indevido procedermos à votação antes da realização de audiência pública.

É o apelo que faço à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Pois não, Senador. É muito relevante o assunto de que V. Ex^a está tratando.

O seu requerimento foi aprovado. Vamos fazer as audiências e convocar uma reunião para, em 24 horas, decidirmos sobre o item 3 da pauta.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a reunião às 20h06min..)

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL**

**ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 7ª SESSÃO LEGISLATIVA , DA 51ª
LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 1999.**

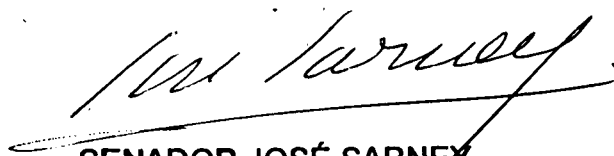
Às dezessete horas e trinta minutos do dia vinte de abril do ano de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ SARNEY, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores GILBERTO MESTRINHO, BERNARDO CABRAL, JOSÉ JORGE, MOZARILDO CAVALCANTI, LUCIO ALCÂNTARA, DJALMA BESSA, CARLOS WILSON, WELLINGTON ROBERTO EMÍLIA FERNANDES, ARTUR DA TÁVOLA, LUIZ ESTEVÃO, PEDRO SIMON, e EDUARDO SUPLICY . Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se à apreciação dos itens constantes de pauta, e ainda a ouvir a exposição que fará o Exmo. Sr. Embaixador LUIS FELIPE DE SEIXAS CORREA, Ministro Interino das Relações Exteriores, sobre a situação política no Paraguai e nos Bálcãs. Encerrada a exposição o senhor Presidente concede a palavra ao senhor Senador EDUARDO SUPLICY, Relator do Projeto de Decreto Legislativo 29, de 1999, "que Aprova o texto da Convenção sobre a proibição do uso, armazenamento, produção e transferência de Minas Anti-Pessoal e sobre a sua destruição" Não havendo quem queira discutir, é aprovado o Parecer. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.



SENADOR JOSÉ SARNEY
PRESIDENTE

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 7ª SESSÃO LEGISLATIVA , DA 51ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 1999.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia vinte e sete de abril do ano de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ SARNEY, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores , BERNARDO CABRAL, ROMEU TUMA, JOSÉ JORGE, MOREIRA MENDES., LÚDIO COELHO, PEDRO PIVA, ARTUR DA TÁVOLA, LUIZ ESTEVÃO, PAULO SOUTO, WELLINGTON ROBERTO, MOZARILDO CAVALCANTI, DJALMA BESSA e GERALDO ALTHOFF. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se à apreciação dos itens constantes de pauta, e ainda a ouvir a exposição que fará a senhora VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO , Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, Designada para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Índia e, cumulativamente , junto à República Socialista Democrática do Sri Lanka, à República das Maldivas e ao Reino do Nepal , cujo Relator é o senhor Senador ARTUR DA TÁVOLA.. Reaberta a Sessão em caráter Público , o senhor Presidente comunica o adiamento dos itens restantes da pauta em função da inexistência do Quorum Regimental. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.



SENADOR JOSÉ SARNEY
PRESIDENTE

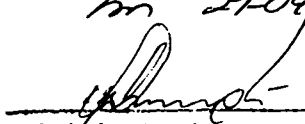
ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

CONGRESSO NACIONAL

1 - EMENDAS (*)

Nºs 1 a 5, oferecidas à Medida Provisória nº 1.710-9
Nº 1, oferecida à Medida Provisória nº 1.718-7
Nºs 1 e 2, oferecidas à Medida Provisória nº 1.789-4
Nºs 1 a 17, oferecidas à Medida Provisória nº 1.801-12
Nºs 1 e 2, oferecidas à Medida Provisória nº 1.802-4
Nºs 1 a 16, oferecidas à Medida Provisória nº 1.803-4
Nº 1, oferecida à Medida Provisória nº 1.805-7
Nºs 1 a 47, oferecidas à Medida Provisória nº 1.806-6
Nºs 1 a 5, oferecidas à Medida Provisória nº 1.807-3
Nºs 1 a 19, oferecidas à Medida Provisória nº 1.811-2,
Nº 1 a 4, oferecidas à Medida Provisória nº 1.812-11
Nº 1 a 47, oferecidas à Medida Provisória nº 1.814-2

(*)Publicadas em suplemento à presente Edição

hm 2704-59

Coordenador Administrativo do Pessoal
Serviço de Apoio Técnico da SSAPES

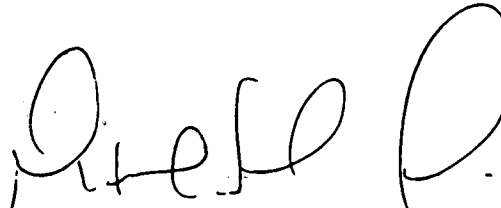
ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.375, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 007205/99-6,

RESOLVE dispensar o servidor ARNALDO GARCIA PARENTE, matrícula 3701, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Ata, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, da Secretaria-Geral da Mesa, com efeitos financeiros a partir de 15 de abril de 1999.

Senado Federal, 29 de abril de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

em 29-04-99

Departamento Administrativo do Pessoal
Serviço de Apoio Técnico de SSAPES

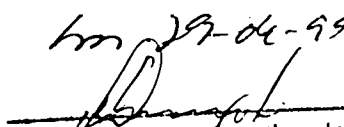
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.376, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 007241/99-2,

RESOLVE dispensar o servidor EUDO PREIRA DOS SANTOS, matrícula 2358, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, da Subsecretaria de Engenharia, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 26 de abril de 1999.

Senado Federal, 29 de abril de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Em 29-04-99

Secretaria Administrativa do Pessoal
Serviço de Apoio Técnico da ESAPES

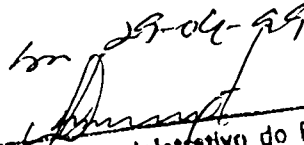
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.377, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 007133/99-5,

RESOLVE dispensar o servidor PAULO AFONSO LUSTOSA DE OLIVEIRA, matrícula 2543, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, da Secretaria-Geral da Mesa, com efeitos financeiros a partir de 15 de abril de 1999.

Senado Federal, 29 de abril de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

120 25-04-99

Bolsa Administrativa do Pessoal
Serviço de Apoio Técnico da SSAPES

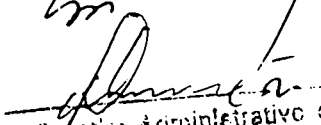
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.378, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 006756/99-9,

RESOLVE dispensar a servidora **GISLAYNE GONZAGA MACHADO**, matrícula 4206, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, da Secretaria de Comunicação Social, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 16 de abril de 1999.

Senado Federal, 29 de abril de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

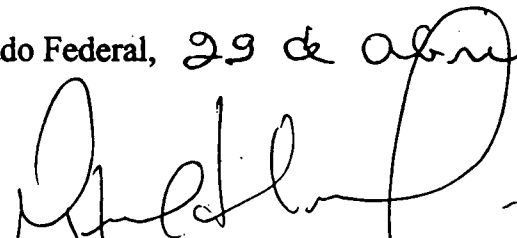
bm 29-04-99

Boletim Administrativo do Pessoal
Serviço de Apoio Técnico da SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.379, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 007175/99-0,

RESOLVE designar o servidor **GUILHERME FERNANDES DE SOUZA E SILVA**, matrícula 5071, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, para exercer a Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-03, do Gabinete da Liderança do PT, com efeitos financeiros a partir de 23 de abril de 1999.

Senado Federal, 29 de abril de 1999


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

29-04-99

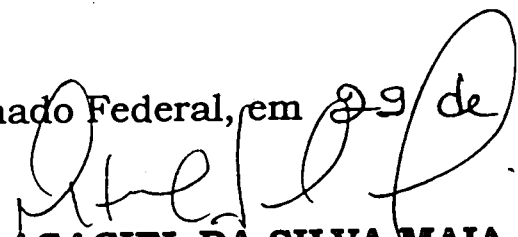
Bolsão Administrativo do Pessoal
Serviço de Apoio Técnico do SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.380, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº **006.587/99-2**

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos *proporcionais*, o servidor **ILVO DEBUS**, Consultor de Orçamentos, Área 1, Nível III, Padrão 44, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, *na forma assegurada pelo artigo 3º da Emenda Constitucional nº 20, de 1998*, com as vantagens previstas na Resolução SF nº 74, de 1994, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 29 de Abril de 1999


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

29-04-99

Registm Administrativo do Pessoal
Serviço de Apoio Técnico do SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.381, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

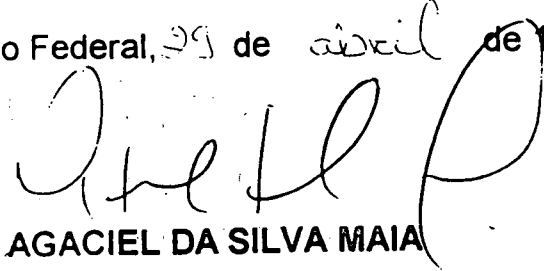
Art. 1º - designar o servidor MURILLO EDUARDO FERNANDES DA SILVA PORTO, matrícula nº 2094, como gestor titular dos contratos nºs. CT143/97, CT006/98, CT135/97, CT063/98, CT112/98, CT073/98, CT133/98, CT134/98, CT059/98, CT131/97, CC008/99, CT050/96, CT033/94, CT043/95, CT070/96, CT073/96, CT021/96, CT004/99, CT093/97, CT050/98, CT022/97, CT115/97, CT023/98, CT121/98, CT107/98, CT117/97, CT021/99, CT092/97, CT019/96, CT045/96, CM001/98, CN003/96, CT076/96, CT001/98, CT095/98, CT114/97, CT008/99, CN001/98, celebrado entre o Senado Federal e diversas empresas.

Art. 2º - designar os atuais gestores titulares como gestores substitutos dos mesmos contratos.

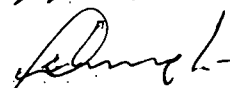
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de abril de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

In 29/04/99

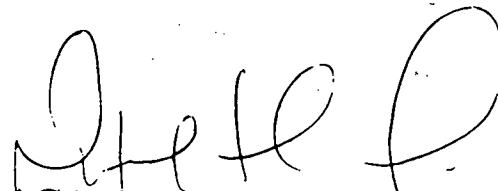

Unidade Administrativa do Pessoal
Serviço de Apoio Técnico da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.382, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1.997, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 007355/99-8,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOSÉ CARLOS DA ROCHA**, matrícula 30748, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Wellington Roberto.

Senado Federal, 29 de abril de 1999.

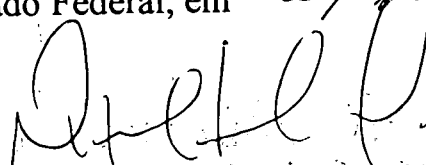

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.383, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1.997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007316/99-2,

R E S O L V E exonerar **LEILA DE CARVALHO LIMA**, matrícula 31225, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, e nomeá-la, na forma do disposto no artigo 9º da Lei 8.112, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Lauro Campos.

Senado Federal, em 29 de abril de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

29/04/99.
[Assinatura]
Boletim Administrativo do Pessoal
Serviço de Apoio Técnico da SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.384, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 007356/99-4,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **AMÉRICO DA COSTA MOTTA FILHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Wellington Roberto.

Senado Federal, em *29 de abril de 1999.*

[Assinatura]
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

10/29-04-95
[assinatura]

APOSTILA

Ato nº 299/93 do Presidente, que aposentou FERNANDO THOMAZ DA COSTA.

O Ato nº 299/93, da Presidência, para incluir a vantagem da Resolução-SF nº 76/95, a partir de 1º-8-95.

Senado Federal, em 29 de abril de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

APOSTILA

Ato nº 299/93 do Presidente, que aposentou FERNANDO THOMAZ DA COSTA.

O Ato nº 299/93, da Presidência, para excluir o inciso III, alínea "a", do artigo 186 e incluir a vantagem do inciso I, parágrafo 1º, do mesmo artigo, da Lei 8.112, de 1990, a partir de 21-12-1998.

Senado Federal, em 19 de abril de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

em 29-04-99.
Boletim Administrativo do Pessoal
Serviço de Apoio Técnico da SSAPES

APOSTILA

Ato nº 504/93 do Presidente, que aposentou GIL ANIZIO DE SOUZA.

O Ato nº 504/93, da Presidência, para incluir a vantagem da Resolução-SF nº 74/94, a partir de 1º-7-94.

Senado Federal, em 29 de abril de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

APOSTILA

Ato nº 504/93 do Presidente, que aposentou GIL ANIZIO DE SOUZA.

O Ato nº 504/93, da Presidência, para incluir a vantagem do Artigo 190, da Lei 8.112/90, a partir de 21-12-1998.

Senado Federal, em 29 de abril de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC
Vice-Presidente: (Vago)
(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PFL

1. (Vago)
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas (1)
4. (Vago)

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. (Vago)
4. (Vago)

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. (Vago)
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Pires
2. (Vago)

PPB (Ex- PPR + Ex-PP)

1. (Vago)
2. Osmar Dias

1. (Vago)

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)
CRISTINA JUDITE VICINO (Ramal: 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal: 3623)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4526)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal: 4604)
CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)
CCJ - VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)
- VALDELICE DE ALMEIDA PEREIRA (Ramal: 3972)
CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal: 3529)
CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal: 3519)

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE					
Presidente: FERNANDO BEZERRA					
Vice-Presidente: BELLO PARGA					
(27 titulares e 27 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
FERNANDO BEZERRA	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
PSDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. CARLOS WILSON	PE	2451/2457
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
PAULO HARTUNG	ES	1129/7020	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199
PPB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. DJALMA FALCÃO	AL	2261/2267
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2211/2217	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	7. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
PAULO HARTUNG	ES	1129/7020	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMÍLIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNADES AMORIM	RO	2251/2257

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jracs@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO

Vice-Presidente: RAMEZ TEBET

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
DJALMA FALCÃO	AL	2261/2267	2. FERNANDO BEZERRA	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2351/2317
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2204	1. SEBASTIAO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: veranunes@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO

Vice-Presidente: LUIZA TOLEDO

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
FERNANDO BEZERRA	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. DJALMA FALCÃO	AL	2261/2267
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			8. VAGO		
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2211/2217	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. PAULO HARTUNG	ES	1129/7020
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA - PT	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207
EMÍLIA FERNANDES - PT	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quinzas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Presidente: JOSÉ SARNEY****Vice-Presidente: CARLOS WILSON****(19 titulares e 19 suplentes)****PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. FERNANDO BEZERRA	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEAO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2211/2217
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. RÔMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIAO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: VAGO

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096	5. PAULO HARTUNG	ES	1129/7020

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ

Vice-Presidente: ROMEU TUMA

(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
DJALMA FALCÃO	AL	2261/2267	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. VAGO		
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 - Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

Presidente de honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
SECRETÁRIO-GERAL: VAGO
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: VAGO
(16 TITULARES E 16 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
(*) SENADORES	
PMDB	
JOSE FOGAÇA	1 - PEDRO SIMON
CASILDO MALDANER	2 - AMIR LANDO
ROBERTO REQUIÃO	3 - MARLUCE PINTO
PFL	
GERALDO ALTHOFF	1 - JOSÉ JORGE
JORGE BORNHAUSEN	2 - DJALMA BESSA
PSDB	
PEDRO PIVA	1 - ANTERO PAES DE BARROS
ÁLVARO DIAS	2 - LUZIA TOLEDO
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PSB,PDT,PPS)	
EMILIA FERNANDES	1 - ROBERTO SATURNINO

TITULARES	SUPLENTES
DEPUTADOS	
PFL/PTB	
JOSÉ CARLOS ALELUIA	BENITO GAMA
PMDB	
EDISON ANDRINO	CONFUCIO MOURA
GERMANO RIGOTTO	ROBSON TUMA
PSDB	
FRANCO MONTORO	NELSON MARCHEZAN
CELSO RUSSOMANO	RENATO JONHSSON
PPB	
JULIO REDECKER	
PT/PDT/PC do B	
	LUIZ MAINARDI

SECRETARIA DA COMISSÃO:

(*) Designação dos Senadores em 13.04.99.

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 3187436 3187186 318-8232 318-7433
FAX: (55) (061) 3182154
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

EDIÇÃO DE HOJE: 584 PÁGINAS